



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 62, TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2022	5
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2022	20
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022	31
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2022	128
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022	154
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2022	182

1.2 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022	242
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2022	272
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022	282
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022	337
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2022	378
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2022	422

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2022	472
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022	473
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022	474

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2022	475
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de abril de 2022	512



Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022	608
1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022	661
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2022	694
1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022	725
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2022	742
1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2022	760
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2022	828
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2022	874
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2022	982
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2022	1029
1.8 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022	1076





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Paulo Paim e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2106, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 6554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014) - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 6554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014), com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 6554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014), com as Emendas nº 1-CAS (redação) e nº 2-CAS (redação). **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo** - que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1708, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera os artigos 428 e 432 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e acrescenta inciso ao art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a jornada de trabalho, o prazo do contrato e a obrigação da contratação de aprendizes pelas empresas privadas que se submeterem às licitações." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2022 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante Confederação Nacional da Indústria - CNI; representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; representante Unica; representante Instituto Aço Brasil." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 14, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Marcelo Takeshi Yamashita, Professor do Instituto de Física Teórica da Unesp; Doutor Tiago Tatton, Doutor em Psicologia (UFRGS/Kings College), Diretor Científico da Iniciativa Mindfulness no Brasil e Professor de pós-graduação na PUCRS; Doutor Daniel Gontijo, Doutor em Neurociências (UFMG), Membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências e Divulgador Científico; Doutora Gabriela Bails, Pesquisadora na Universidade de Tsukuba/Japão e Comunicadora Científica no Física e Afins; Doutor Mateus Cavalcante de França, Mestre em Sociologia do Direito (UFRGS), pesquisador pela SETHAS/RN, pela FAPERN e pelo IFESP; Doutor Paulo Almeida, Diretor Executivo do Instituto Questão de Ciência." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 16, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, seja incluído o nome do Dr. Décio Fábio de Oliveira Júnior, médico, e do Sr. Mateus Santos, docente e palestrante." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 17, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que “dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde”." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 15, de 2022**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 8/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: Senhor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Senhora Adriane Reis de Araujo, Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade); Representante, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos (AMPID); Senhora Carolina Ignarra, CEO e Sócia-fundadora do Grupo Talento Incluir; Senhora Marinalva da Silva Cruz, Diretora de Relações Governamentais e Empregabilidade da Associação Turma do Jiló e membro da Secretaria Administrativa da Câmara Paulista para Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/22>

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das sessões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento do seguinte expediente: cópia da Moção nº 14, de 2001, da Câmara Municipal de Manduri, São Paulo, a qual manifesta apoio à prorrogação e reincorporação dos médicos intercambistas.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre no modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente, e a Secretaria providenciará para que seu voto seja computado no painel de votação.

ITEM 1**PROJETO DE LEI Nº 2106, DE 2019****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Por videoconferência.*) – ... e cumprimentar todos os membros da Comissão.

Vamos ao relatório.

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei nº 2.106, de 2019, do Deputado Chico Alencar, que dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão.

Com a anuência de V. Exas., vou direto à análise e ao voto do parecer.

A proposição será apreciada pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota. De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe à CAS analisar o mérito de proposições que tratam da proteção e defesa da saúde e das competências do SUS. Este parecer, portanto, avalia apenas o mérito sanitário da veiculação de campanhas educativas sobre doenças, sem analisar as normas que regem as telecomunicações em nosso país, pois essa análise caberá à CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática).

No que tange ao mérito, destaca-se o fato de que o Ministério da Saúde já publica o Calendário da Saúde, o qual especifica datas ou períodos dedicados a profissionais, doenças ou campos da saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tais datas e períodos têm diferentes finalidades. Alguns buscam homenagear profissionais, a exemplo do Dia do Sanitarista, celebrado em 2 de janeiro; outros almejam promover a saúde, como é o caso do “janeiro branco”, dedicado à saúde mental; há ainda aqueles com o propósito de conscientizar a sociedade acerca de doenças ou condições, conforme ocorre no Dia Mundial da Conscientização do Autismo, comemorado no dia 2 de abril; e existem datas ou períodos dedicados a prevenir eventos indesejados, entre os quais citamos a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na semana que inclui o dia 1º de fevereiro.

Isso mostra a relevância do Calendário da Saúde e o mérito do PL nº 2.106, de 2019, o qual irá ampliar significativamente o número de veículos de comunicação – de radiodifusão e de televisão – envolvidos na divulgação das mensagens educativas referentes às campanhas definidas no referido calendário.

Por essa razão, somos favoráveis à proposição aqui analisada.

Voto.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.106, de 2019.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Coloco em discussão (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à CCT.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6554, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2014)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 6554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014), com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

Concedo a palavra ao nobre amigo Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente.

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 6.554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014), que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.

Com a permissão de V. Exa., vou diretamente à análise do relatório.

O PL nº 6.554, de 2019, será apreciado pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação ao mérito da matéria, observamos que o substitutivo da Câmara dos Deputados altera substancialmente o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 374, de 2014, que deixa de dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para tratar da atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.

Para fins da análise do mérito que ora se procede sobre o PL nº 6.554, de 2019, cabe observar que, segundo o art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos. Nesta fase de tramitação, incumbe a esta Casa apenas aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhe sendo permitido promover novas modificações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para ficar claro aqui, o projeto iniciou no Senado, foi para a Câmara, recebeu um substitutivo e está de volta aqui ao Senado Federal.

A principal inovação proposta pelo substitutivo da Câmara dos Deputados é a inclusão do câncer colorretal entre os cânceres de que trata a Lei nº 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O espírito da Lei nº 11.664, de 2008, é a garantia de atenção integral à saúde da mulher no que tange à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento dos principais tipos de câncer que afetam a população feminina, para promover a detecção precoce da doença e, consequentemente, viabilizar tratamentos mais efetivos e maior sobrevida.

Assim, a inclusão do câncer colorretal parece-nos pertinente e justificável, uma vez que esse tipo de câncer apresenta grande incidência na população feminina, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), ele ocupa o segundo lugar em termos de incidência entre as mulheres.

Além de incluir a atenção ao câncer colorretal entre as ações previstas pela lei, o projeto emendado pela Câmara dos Deputados promove outras alterações relevantes, como a garantia de acesso à colonoscopia e a eliminação de referências etárias e ao início da atividade sexual como marcos a serem observados para fins de assegurar, respectivamente, o acesso aos exames mamográfico e citopatológico. Ademais, ele estabelece o início da puberdade como o critério a ser considerado para fins de acesso aos exames diagnósticos dos cânceres de que trata a lei.

À luz dos preceitos constitucionais e da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 –, o SUS deve garantir a oferta gratuita de exames de mamografia, citopatologia do colo do útero e colonoscopia para todas as mulheres brasileiras, em todas as faixas etárias. Ainda que fosse mais adequado não estabelecer por meio de lei um parâmetro para delimitar o acesso a tais exames no SUS, a nosso ver a proposta contida no substitutivo da Câmara dos Deputados não afronta o direito de acesso universal aos exames especificados ao indicar um marco para as políticas de prevenção dos cânceres que mais afetam a população feminina, uma vez que amplia a abrangência das medidas preconizadas pela lei.

Portanto, tal medida não afasta o acesso universal ou a integralidade da atenção à saúde a que têm direito todas as mulheres, nem retira dos gestores de saúde a prerrogativa de definir os grupos populacionais a serem priorizados na atenção a determinados agravos ou doenças, como nas ações de rastreamento, de acordo com os indicadores epidemiológicos de risco e a efetividade dos exames disponíveis, conforme as evidências científicas demonstrem.

As demais alterações propostas pelo substitutivo da Câmara dos Deputados, a nosso ver, são pertinentes e também merecem ser acatadas, pois visam a garantir a atenção integral às mulheres





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acometidas pelos cânceres especificados, inclusive com a previsão de estratégia ampla de rastreamento, conforme a redação dada pelo novo inciso III-A incluído no art. 2º desta Lei.

A prevenção, o diagnóstico e o tratamento precoces dessas doenças ajudam a evitar ou minimizar os impactos devastadores que tais patologias podem causar na vida das mulheres e de suas famílias, ao mesmo tempo em que geram economia de recursos para o SUS ao evitar tratamentos mais longos e complexos, além de mais ineficazes.

Já as alterações promovidas nos incisos IV e V do *caput* do art. 2º não afetam o mérito de suas disposições, apenas tornam o texto mais genérico, eliminando a referência feita a exames específicos.

A revogação dos incisos III e VI do *caput* do art. 2º, promovida pelo substitutivo da Câmara dos Deputados, parece-nos pertinente para fins de promover conformidade com as novas disposições propostas para a lei. O inciso III assegura a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade, o que já está contemplado pela nova redação dada pelo substitutivo da Câmara dos Deputados ao inciso II do art. 2º.

Já o inciso VI prevê a realização de ultrassonografia mamária, segundo avaliação do médico assistente, para mulheres jovens com alto risco de câncer de mama e como complementação diagnóstica para mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos de idade ou com alta densidade mamária. A nova redação proposta pelo substitutivo da Câmara dos Deputados para o §1º do art. 2º, além de ser mais genérica, abrange as situações descritas no inciso VI do *caput*, pois incumbe ao médico assistente a prerrogativa de decidir sobre quais exames devem ser solicitados para substituir ou complementar os exames citopatológicos do colo uterino, mamográficos e de colonoscopia. Portanto, a revogação do inciso VI não deixa lacuna ou prejuízo no que tange ao acesso a exames de ultrassonografia. Ademais, cremos que o texto legal Ademais, cremos que o texto legal não deva entrar em pormenores que são próprios dos protocolos clínicos.

Por fim, o substitutivo da Câmara dos Deputados acerta ao determinar às mulheres idosas a mesma atenção especial que a lei concede àquelas com deficiência, garantindo-lhes as condições e os equipamentos adequados para o atendimento que a norma legal prescreve.

Vê-se, pois, que o PLS nº 374, de 2014, foi totalmente modificado pela Casa revisora. Na forma como foi aprovado pelo Senado Federal, o PLS amplia as situações que ensejam a realização do exame mamográfico, garantindo a sua realização em mulheres fora da faixa etária preconizada (a partir de 40 anos) que tenham risco elevado de câncer de mama ou para as quais o exame seja necessário para elucidação diagnóstica, desde que ele tenha sido solicitado pelo médico assistente. Com o substitutivo da Câmara dos Deputados, esse texto fica prejudicado, uma vez que o exame mamográfico passa a ser assegurado para todas as mulheres a partir da puberdade, e não mais a partir dos 40 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade, não vislumbramos vícios na proposta. No tocante à competência legislativa, de acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, a União, os estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, segundo o art. 61 da Carta Magna, a iniciativa de projeto de lei que verse sobre a matéria de que trata a proposição em tela não é privativa do Presidente da República, sendo, portanto, permitida a Parlamentar.

Com relação à constitucionalidade material, a proposição ora analisada coaduna-se com o art. 196 da Constituição Federal, que assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, e com o seu art. 198, inciso II, que prescreve como diretriz do SUS o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, que constituem as balizas do presente projeto de lei.

Já em relação à juridicidade, a proposição não contraria os princípios gerais do direito que informam o ordenamento jurídico pátrio.

No que tange à técnica legislativa, identificamos inadequações e falta de clareza do texto que precisam ser sanadas.

Primeiramente, com relação à redação dada ao novo inciso III-A, não é adequado falar em “atenção integral aos cânceres de mama, do colo uterino e colorretal”, pois a atenção à saúde é prestada às pessoas, e não às doenças. Cremos que este foi um lapso de ordem redacional, e necessita ser corrigido.

Ainda no tocante à técnica legislativa, para atender aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, é necessário promover a revogação expressa dos incisos III e VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008, por meio de cláusula de revogação.

As adequações redacionais e de técnica legislativa serão feitas por meio de emendas de redação, uma vez que não implicam alterações de mérito e, portanto, preservam a intenção dos legisladores da Casa revisora.

Voto.

Pelo exposto, manifestamos voto favorável às emendas propostas pelo Projeto de Lei nº 6.554, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014), com as seguintes emendas de redação:

Emenda de Redação nº -CAS

[...]

Dê-se ao inciso III-A incluído no *caput* do art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei nº 6.554, de 2019, a seguinte redação:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art. 2º

III-A – a atenção integral às mulheres com câncer de mama, do colo uterino e colorretal, com estratégia ampla de rastreamento;

.....” (NR)

É a emenda redacional por causa daquela imprecisão.

E também uma emenda de redação do Senado:

Emenda de Redação nº -CAS

[...]

Inclua-se o seguinte art. 6º no Projeto de Lei nº 6.554, de 2019:

“Art. 6º Ficam revogados os incisos III e VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008”.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório com o voto e essas duas emendas de redação, para ser submetido à apreciação dos nobres pares.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Grato, querido Senador.

Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia, nossa Vice-Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

O áudio da Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Eu queria parabenizar por acrescentar câncer colorretal, que a gente sabe que é de uma importância fundamental, como foi falado aí. A incidência só não é maior do que a do câncer de mama nas mulheres, mas já é tudo. Então, incluí-lo nesse rol desse projeto original – eu queria parabenizar o colega Marcelo Castro –, é importante, e muitas vezes, nesse tipo de câncer a ginecologia desconfia, com a presença (*Falha no áudio.*) ... marcar um exame ginecológico. A gente sabe que muitos já fazem o exame do toque retal, os ginecologistas já fazem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante esse projeto de lei valorizando isso, porque a gente sabe que, como todos os outros tumores malignos, o diagnóstico precoce é essencial. A gente sabe que, quando diagnosticado precocemente, na maioria dos tumores o paciente já tem um êxito maravilhoso no início.

Então, parabênizo.

E, Sr. Presidente, se o senhor me permitisse, eu queria só pedir aqui para ver se o senhor incluiria extrapauta um requerimento da Senadora Mara Gabrilli que quero subscrever. É o Requerimento 000015, de 2022. É só para pedir para incluir nessa audiência pública o Sr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e a Sra. Adriane Reis de Araújo, Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.

Se o senhor puder colocar extrapauta, eu já quero subscrevê-lo, e a nossa querida Mara pediu porque ela está na ONU ainda. Ela fez o pedido para, se possível, ser colocado extrapauta. Estou fazendo esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Senadora, a nossa assessoria aqui já nos comunicou que vamos atender a sua demanda, a sua reivindicação. Está bem?

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) - É bem rápido, Presidente Petecão.

Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Marcelo Castro por seu relatório - permitam que eu diga assim, "doutor", porque ele é médico e, conseqüentemente, conhece a matéria com profundidade, assim como a Dra. Zenaide Maia.

Apenas faço aqui, também, uma homenagem à nossa querida ex-Senadora Vanessa Grazziotin, farmacêutica que foi autora do projeto no Senado. O relatório do Senador atende o interesse das mulheres na prevenção de câncer do colo uterino, de mama e colorretal, com as emendas, inclusive, de redação por ele propostas.

Meus cumprimentos! É mais uma vitória das mulheres, dos homens, de toda a gente brasileira com esse belo projeto. Parabéns, Vanessa! Parabéns ao Relator, Senador Marcelo Castro!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 6.554, de 2019, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 374, de 2014, com as Emendas nº 1, da CAS, de redação, e nº 2, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 10, requerimento da Comissão de Assuntos Sociais de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Marcelo Takeshi Yamashita, Professor do Instituto de Física Teórica da Unesp; Doutor Tiago Tatton, Doutor em Psicologia (UFRGS/Kings College), Diretor Científico da Iniciativa Mindfulness no Brasil e Professor de pós-graduação na PUCRS; Doutor Daniel Gontijo, Doutor em Neurociências (UFMG), Membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências e Divulgador Científico; Doutora Gabriela Bailas, Pesquisadora na Universidade de Tsukuba/Japão e Comunicadora Científica no Física e Afins; Doutor Mateus Cavalcante de França, Mestre em Sociologia do Direito (UFRGS), pesquisador pela SETHAS/RN, pela FAPERN e pelo IFESP; Doutor Paulo Almeida, Diretor Executivo do Instituto Questão de Ciência.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 16, de 2022, da CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Girão. *(Pausa.)*

Eu subscrevo o requerimento e passo à leitura.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, seja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluído o nome do Dr. Décio Fábio de Oliveira Júnior – médico com pós-graduação em cirurgia pediátrica, com especialização em acupuntura e medicina chinesa e um dos fundadores do Instituto de Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV) – e do Sr. Mateus Santos – constelador Hellinger, docente e palestrante. Pós-graduado em direito sistêmico e medicina tradicional chinesa. Pós-graduando em psicologia transpessoal. Biomédico especializado em assistência circulatória e circulação extracorpórea. Trabalha com hipnose ericksoniana e PNL.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 17, de 2022, da CAS, apresentado pelo Senador Lasier Martins. *(Pausa.)*

Eu subscrevo o referido requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2018, que “dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Dra. Luciana Dadalto, Doutora em Ciência da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas;
- o Dr. José Eduardo Cardozo, advogado;
- a Sra. Cristine Álvares Rodrigues;
- representante Conselho Federal de Medicina (CFM);
- representante Associação Médica Brasileira (AMB);
- representante Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP).

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 15, de 2022, da CAS, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem subscreve o requerimento é a Senadora Zenaide Maia.

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Zenaide para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQS 8, de 2022, sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; a Sra. Adriane Reis de Araujo, Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho; o senhor representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos; a Sra. Carolina Ignarra, CEO e sócia-fundadora do Grupo Talento Incluir; a Sra. Marinalva da Silva Cruz, Diretora de Relações Governamentais e Empregabilidade da Associação Turma do Jiló e membro da Secretaria Administrativa da Câmara Paulista para Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que o aprovam quem permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco para o dia 29 de março...

Chega a informação de que alguns colegas Senadores gostariam de colocar alguns projetos terminativos. Infelizmente – eu vejo aí o Senador Paulo Paim, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide –, nós estamos com um quórum baixíssimo, viu, colegas? Vamos encerrar a sessão. Na próxima, nós tocamos, está bem? Espero a compreensão de todos os senhores.

Convoco para o dia 29 de março, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial dessa Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h30, teremos reunião remota desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater a importância de instituir o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para a Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária. E, na quinta-feira, às 10h30, teremos reunião semipresencial desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater sobre constelação familiar e cura sistêmica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e dois, remotamente, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Flávio Arns, Giordano e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2022 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater a importância de instituir o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária. **Participantes:** Glauciene Leister, Servidora da Coordenação-Geral de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde; Júlio Geminiani, Vice-Presidente da Associação Brasileira pela Continência BC Stuart; Luiz Gustavo Oliveira Brito, Presidente da Associação Brasileira de Uroginecologia e Assoalho Pélvico – Uroginap; e Alfredo Felix Canalini, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia - SBU. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/23>

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Apenas para informações, de início, o rito de abertura desta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 2, de 2022, da CAS, de nossa autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater a importância de instituir o dia 14 de março como o Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Informo a todos que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através do telefone 0800 0612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores da internet.

Apenas para informá-los, todas as vezes que se propõe homenagear algum tema com uma data comemorativa, faz parte do Regimento Interno da Casa, do Senado, que se faça uma audiência pública antes, como pré-requisito para aprovar essa data, ou seja, esta audiência é uma das peças da sugestão de aprovação do dia 14 de março como o Dia Nacional da Incontinência Urinária e para a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Sobre a proteção de Deus, declaro aberta esta reunião.

Quero agradecer aos especialistas presentes, em especial ao Presidente da minha Sociedade de Urologia, Dr. Alfredo Félix Canalini – é uma honra tê-lo aqui nesta manhã de trabalho –; à Glauciene Leister, Coordenadora Geral de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde, neste ato representando o Ministro; ao Dr. Júlio Geminiani, Vice-Presidente da Associação Brasileira pela Continência; ao Dr. Luiz Gustavo Oliveira Brito, Presidente da Associação Brasileira de Uroginecologia e Assoalho Pélvico. E quero, especialmente, saudar todas as mulheres na pessoa da já nominada Dra. Glauciene, pelo mês internacional da mulher.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na condição de médico e especialista em urologia, estou sempre a postos para ouvir as demandas da sociedade e discutir as necessidades de saúde da população brasileira. Várias datas têm sido estabelecidas ao longo do ano com o objetivo de criar um verdadeiro calendário que visa esclarecer ou informar ou conscientizar a população a respeito dos problemas de saúde.

Entendo que é cada vez mais importante o papel do nosso Legislativo, com iniciativas que promovam o bem-estar social e mantenham a nossa população atenta e sensibilizada a respeito dos problemas de saúde que mais nos afetam.

Hoje, chamamos a atenção para uma questão muito importante, a questão da incontinência urinária, uma condição que afeta 5% dos brasileiros, 10 milhões de habitantes aproximadamente. Além disso, 35% das mulheres com mais de 40 anos e após a menopausa lidam com esse tipo de problema.

A perda involuntária de urina se manifesta de diferentes formas. As duas principais são a incontinência de esforço, decorrente de um esforço físico ou mesmo uma simples tosse, ou espirro, ou uma risada mais forte, e a de urgência, que aparece súbita e inesperadamente em meio às atividades diárias.

Sabe-se que muitos brasileiros não dão a devida atenção aos problemas de saúde mais recorrentes e a incontinência urinária é um deles. Além disso, muitas pessoas se escondem ou evitam a procura de auxílio médico por vergonha ou incompreensão sobre esse problema que lhes acomete.

O mais importante nessa situação é promover a informação de que há maneiras de prevenir ou tratar o distúrbio. Preventivamente, há exercícios destinados a fortalecer músculos da região pélvica, além de vários outros tratamentos disponíveis, que podem incluir medicamentos, fisioterapia, que são esses exercícios, ou, eventualmente, procedimento cirúrgico.

Hoje é o dia de conscientizar as pessoas de que não se deve ter vergonha da situação. Devemos acolher os que sofrem desse distúrbio e incentivá-los a procurar auxílio. O tratamento médico é eficiente e produz melhora da qualidade de vida e, num percentual significativo, tem-se a cura.

Dia 14 de março é muito importante, porque é a data mundialmente destinada a chamar atenção das pessoas para a questão. Assim, estou seguro de que a aprovação do projeto de lei que institua o Dia Nacional de Incontinência Urinária e a Semana Nacional para a Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária é fundamental para que se possa melhorar a saúde e a autoestima de milhões de brasileiros e brasileiras.

Vamos, então, na ordem das falas, ouvir a nossa maior autoridade nesse assunto, que faz parte dessa tela, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Dr. Alfredo Felix Canalini, a quem, com muita honra, envio os meus cumprimentos. E pergunto para ele se a Dorinha ainda está trabalhando na SPU lá no Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO FELIX CANALINI (Para expor.) – Senador, eu tinha preparado aqui algumas coisas para falar nesta reunião e o seu discurso já mudou, assim, tudo que eu ia falar, porque muito do que eu ia dizer o senhor já disse, como urologista, como especialista.

A Dorinha não trabalha mais lá na SBU. A SBU, hoje, enxugou bastante o seu pessoal. Nós estamos com uma administração que está mostrando a sua eficiência através dos recursos da *web*. Isso aí foi um aprendizado para nós durante a pandemia.

E eu vou fazer aqui um convite...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

O SR. ALFREDO FELIX CANALINI – ... para que o senhor nos visite.

Mas eu gostaria de falar um pouco sobre a questão da incontinência urinária, não somente como Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia – e o senhor sabe tão bem quanto eu o quanto esse ponto é importante para nós, urologistas –, mas por ter, durante 40 anos, estado à frente do Setor de Investigação de Distúrbios Miccionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Hospital Universitário Pedro Ernesto.

Nós sabemos que, ao longo dos últimos anos, o Brasil – o planeta inteiro, mas o Brasil especialmente – está experimentando, talvez de uma maneira um pouco mais rápida, o aumento da população de idosos. E aquela incontinência urinária, que efetivamente era um problema que, no passado, tinha uma atenção maior dada às mulheres, fez com que os homens também entrassem nesse rol, porque os homens também começaram a ter incontinência urinária, fruto dos processos de envelhecimento.

E a incontinência urinária, como o senhor muito bem disse, pode ser provocada por situações muito diferentes. Eu lembro que ela tem um impacto negativo muito grande na qualidade de vida, porque a continência... Quando nós adquirimos o controle da urina na infância, tirar a fralda é um momento de júbilo, é um marco do crescimento, é ganho; e, ao longo do tempo, a gente pode perder isso que nós ganhamos na infância. E, às vezes, doenças neurológicas graves, como a esclerose múltipla, podem se manifestar inicialmente com um quadro de incontinência urinária.

Então, nós temos aqueles pacientes que têm incontinência urinária por questões do próprio envelhecimento ou, no caso da mulher, por questões do descenso do períneo, da perda das forças do assoalho pélvico, dos músculos e dos tendões daquela região, nós temos a questão do aumento da próstata, mas nós temos também a questão dos pacientes que têm doenças neurológicas, que vão ter disfunções miccionais que, além da incontinência urinária, produzem um maior impacto na questão da sobrevida desse paciente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que, antes do advento da antibioticoterapia, praticamente 90% desses pacientes morriam após dois anos da sua lesão medular traumática, que é a causa mais frequente que nós temos de incontinência urinária por bexiga neurogênica em nosso meio.

A SBU está 100% preparada para, junto com o senhor, enfrentar esse desafio de disseminar para a população que, realmente, a incontinência urinária é uma situação que tem tratamento, que tem cura, que tem controle. É preciso que o paciente perca um pouco essa impressão – principalmente as mulheres acham isso – de que a incontinência urinária, a perda de urina no processo de envelhecimento é uma situação inexorável, com a qual ela tenha que lidar e de maneira bastante resignada, porque a sua avó passou por isso, a sua mãe passou por isso. Isso não é verdade!

A incontinência urinária pode, sim, ser tratada ou pode ser amenizada e tem que ser avaliada individualmente. Nós temos instrumentos diagnósticos para isso e nós temos um conjunto de tratamentos que são extremamente eficazes e algumas cirurgias que, atualmente, são extremamente pouco invasivas.

A sociedade, mais uma vez, se coloca à disposição de V. Exa. para trabalhar em todo o material de divulgação para a população, para os leigos e ajudar a todos nesse trabalho de conscientização e também de disponibilização de centros de tratamento específicos para esses pacientes.

Então, agradeço muito a oportunidade de poder participar desta reunião e também de poder manifestar a posição da sociedade e também a minha posição pessoal sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu agradeço ao Dr. Alfredo Felix Canalini.

Eu tirei o meu vídeo porque estava falhando. Agora, eu estou ouvindo bem, então, vou continuar assim porque eu consigo me comunicar.

Dra. Glauciene Leister, Coordenação-Geral de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde, com a palavra.

A SRA. GLAUCIENE LEISTER (Para expor.) – Muito bom dia a todos, muito prazer.

Meu nome é Glauciene, represento a nossa Coordenadora, Patrícia Izetti. Sou técnica analista de políticas sociais aqui no Ministério da Saúde. Agradeço a oportunidade de fala.

Em primeiro lugar, também gostaria de agradecer a palavra do Dr. Alfredo, que foi uma aula para nós também, Dr. Alfredo. Muito obrigada.

E, reconhecendo a importância, então, das ações do Ministério da Saúde e a necessidade de fortalecer as diferentes esferas tanto da atenção primária, da atenção ambulatorial, da atenção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializada, e diante do fato de que... Considerando também os dados emitidos pela Sociedade Brasileira de Urologia de que 45% das mulheres apresentam incontinência urinária acima de 40 anos e 15% dos homens, o Ministério da Saúde em nada se opõe ao projeto de lei que institui o dia nacional da conscientização da incontinência urinária.

No entanto, temos limitações orçamentárias para direcionar recursos diretos para a realização dessas ações no dia nacional de combate e enfrentamento a esse agravo. No entanto, como já nos manifestamos, em nada nos opomos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradeço à Dra. Glauciene.

Com a palavra o Dr. Júlio Geminiani, Vice-Presidente da Associação Brasileira pela Continência.

O SR. JÚLIO GEMINIANI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade. Nós, da Associação Brasileira pela Continência, estamos muito honrados de estar fazendo parte desta audiência pública e gostaríamos de agradecer ao Senador Nelsinho Trad, que, há um ano, na semana da incontinência de 2021, recebeu a nossa associação, escutou a nossa pauta sobre a importância da conscientização da incontinência e, como compromisso de fazer essa audiência neste mês de março, nós estamos aqui fazendo esta audiência pública graças aos esforços que ele está prestando em auxílio aos pacientes que têm esse problema de incontinência urinária.

Eu gostaria de fazer uma breve apresentação sobre a incontinência urinária. *(Pausa.)*

Então, nós, como Associação Brasileira pela Continência... Por que essa associação surgiu? Foi uma associação fundada em 2013 pelo Ray Laborie e um grupo de médicos especialistas com uma equipe de diferentes especialistas para tratamento entre médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e psicólogos, com uma missão de oferecer informação e ajuda às pessoas com incontinência urinária e fecal no Brasil.

Então, pensando nessas dificuldades econômicas, sociais e emocionais que as disfunções miccionais causam, nós vislumbramos apoiar e orientar pessoas de todo o Brasil a encontrar ajuda e tratamento. Então, a nossa missão da associação é fornecer informações sobre as possibilidades de tratamentos, encaminhamentos para profissionais que possam ajudar e orientações e indicações de acesso ao tratamento e a produtos necessários no manejo das disfunções miccionais.

Então, a nossa associação, desde a sua fundação, tem participado de vários eventos científicos e também de ações sociais para que nós possamos levar à população tanto a informação em relação ao tratamento e também à prevenção da incontinência urinária. E isso culminou com a elaboração de duas cartilhas de orientação sobre incontinência urinária em adultos e incontinência urinária também em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças, para que as mães portadoras de crianças com incontinência possam ter essas informações com mais facilidade e também acesso aos tratamentos.

Mas por que o nosso tema principal foi incontinência urinária? Então, a incontinência urinária tem um impacto na vida dos brasileiros. Nós somos um país que tem 212 milhões de habitantes e temos um IDH muito variável, em que o acesso tanto à informação, quanto à saúde, varia de região para região no nosso Brasil. Nós sabemos que o salário mínimo é de R\$1.212 e o salário médio do brasileiro chega a R\$1.921. Mas esse salário médio é um salário que não é a realidade de todas as famílias. Em algumas regiões, essa renda familiar chega a ser muito menor do que isso.

E a incontinência urinária gera alguns custos tanto para o paciente quanto para a família que está fazendo esse tratamento. Alguns medicamentos que são utilizados para o tratamento da incontinência urinária chegam a ter um impacto de até 10% no valor desse salário médio do brasileiro. Alguns equipamentos para realizar sondagem vesical, como xilocaína e sondas uretrais, têm impacto de até 7%, e outros equipamentos, como absorventes higiênicos ou fraldas geriátricas vão levar a um custo de 1,8% até 11%. Então, tudo isso junto pode chegar a um impacto de até 25% da renda mensal não só do indivíduo que tem, mas também da família que está cuidando desses pacientes que têm incontinência urinária.

Há alguns estudos realizados. Esse é um estudo um pouco mais antigo, do ano de 2000, e mostrou a incontinência urinária autorreferida: 26% das mulheres e 11% dos homens tinham incontinência urinária, e, entre os que tinham essa incontinência urinária, até 34% tinha uma depressão associada.

No ano passado, foi feito um estudo grande, abordando as quatro maiores regiões em termos de população do Brasil, com 2 mil pessoas entrevistadas, levando em consideração os aspectos sociodemográficos: 30% da população entrevistada tinha algum tipo de incontinência urinária. Entre essas pessoas, 68% eram mulheres e 32% eram homens. Quanto ao impacto que a incontinência causa nessas pessoas, 91% afirmam que a incontinência urinária afeta o bem-estar; 89% se sentem envergonhadas pela incontinência urinária; 45% das pessoas entendem que a incontinência urinária causa um isolamento; em 56% das mulheres e em 41% dos homens, ela afeta tanto na feminilidade ou na masculinidade, e 42% das pessoas que têm incontinência afirmam que evitam eventos sociais por causa da incontinência urinária, ou seja, a incontinência leva a um impacto tanto social quanto a um impacto psicológico nessas pessoas.

Quando a gente pergunta sobre o tratamento, 35% da população não sabe que a incontinência urinária tem tratamento. É aquilo que o Dr. Alfredo já tinha comentado: "A minha avó teve incontinência, a minha mãe teve incontinência, a incontinência seria uma coisa por que eu vou ter que passar". Então, qual é a importância de a gente colocar o dia 14 de março como o Dia Nacional da Incontinência Urinária e Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária? Seria para nós conscientizarmos a população sobre o problema; auxiliarmos a população a identificar os sintomas da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

incontinência urinária; esclarecermos as possibilidades de tratamento e também de prevenção; diminuirmos o estigma da incontinência urinária; e melhorarmos a qualidade de vida não só das pessoas que têm incontinência urinária, mas também a qualidade de vida daquelas pessoas que cuidam de outras pacientes que têm incontinência urinária.

Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer, em nome da associação, ao Senador Nelsinho Trad por ter dado um espaço aqui nesta audiência pública.

Aqui ficam alguns canais de contato para quem precise desse apoio da associação e também me deixo à disposição para qualquer dúvida para que quem estiver nos assistindo possa entrar em contato com a nossa associação.

Muito obrigado novamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradeço, Dr. Júlio.

De pronto, passo a palavra ao Dr. Luiz Gustavo Oliveira Brito, Presidente da Associação Brasileira de Uroginecologia e Assoalho Pélvico.

O SR. LUIZ GUSTAVO OLIVEIRA BRITO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Eu queria muito agradecer ao Senador Nelsinho Trad, ao Senado e a todos os presentes pela possibilidade de estar discutindo junto a vocês. Muito já foi muito bem falado sobre o assunto, mas realmente é importante a gente debater essa questão. E falar sobre esse assunto da incontinência é muito interessante para conscientizar a população.

Eu preparei uma apresentação que eu consegui já até enxugar para otimizar no tempo, porque muito já foi muito bem falado por todos, pelo Dr. Alfredo, pela Dra. Glauciene e pelo Dr. Júlio.

Eu vou agora compartilhar... Eu gostaria de compartilhar a minha tela.

Obrigado.

Então, o objetivo nosso realmente é falar sobre esse assunto.

Como o Senador Nelsinho Trad muito bem comentou, é muito importante que a gente consiga trazer para a população o impacto desse assunto. O Dr. Júlio explanou muito bem sobre o assunto e o Dr. Alfredo também, que a gente realmente consiga mobilizar para que esse dia seja o Dia Nacional da Incontinência Urinária dentro da Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária. Então, são várias sociedades, tanto de cunho científico, de cunho assistencial, quanto de cunho educativo, lutando pelo assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Uroginap, que é a Associação Brasileira de Uroginecologia, é uma associação relativamente recente, fundamentalmente formada por médicos ginecologistas e fisioterapeutas, que têm o objetivo de cuidar de mulheres com incontinência urinária e com problemas também de disfunções de assoalho pélvico. Ela já vem trabalhando, organizando webinários a respeito do assunto para todos os profissionais envolvidos e interessados no assunto, mas essa associação vem fruto de uma evolução também não só de ginecologistas, mas também de urologistas, que também são membros da SBU, que vêm nos ajudando a compor e a discutir esse assunto dentro do Brasil.

Existem núcleos que foram formados antes da Uroginap, como o Núcleo Brasileiro de Uroginecologia, formado por ginecologistas e urologistas, outras associações; e existe também, dentro da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, uma comissão que é focada exatamente nos assuntos da mulher que tem problemas no assoalho pélvico, em especial a incontinência urinária feminina. Essa comissão elabora documentos sobre o assunto, visando atualizar os médicos sobre a incontinência urinária, porque para a mulher o ginecologista representa essa pessoa que é o clínico geral da mulher. Então, muitas mulheres, quando não procuram o urologista, procuram o ginecologista para fazer o seu cuidado geral, para fazer a sua rotina, o seu atendimento. E é extremamente importante que nós, como médicos, tenhamos essa interface de trabalhar juntos e com caráter multidisciplinar.

Como o Dr. Alfredo muito bem falou, às vezes, a incontinência vai surgir como o início de um problema não ginecológico, mas neurológico, como a esclerose múltipla. Então, é importante que todos nós tenhamos essa ideia – neurologistas, dermatologistas, todos os que cuidam da saúde – de que toda a incontinência é uma doença que tem uma interface muito grande entre várias especialidades. E a gente sabe que é importante informar pessoas que venham a tratar sobre esse assunto. E as datas comemorativas trazem essa conscientização sobre o assunto, que, às vezes, é pouco conhecido. Às vezes, a gente também não tem informação de qualidade para falar. Então, mobilização para combater um determinado problema é extremamente importante. A gente já teve aqui a Sociedade Brasileira de Urologia, falando sobre o assunto; a Associação B. C. Stuart. A gente também tem, pela fisioterapia, a Associação Brasileira de Fisioterapia e Saúde da Mulher, que tem falado também do tratamento das mulheres com incontinência urinária, porque realmente juntos nós somos mais fortes para falar sobre esse assunto. E é importante... Algo que acontece em 20% a 30% da população é importante a gente falar.

Mulheres – como bem falou o Senador Nelsinho e como bem falou o Dr. Airton – realmente vão ter, em algum momento da vida, uma perda de urina; 45% das mulheres acima dos 40 anos vão ter, em algum momento, uma perda de urina. Isso pode acontecer numa situação de trabalho, numa situação em casa, pessoal, numa atividade física. Depois do parto, muitas mulheres podem ter dificuldade para chegar no banheiro a tempo e perder urina antes disso. Isso representa vários tipos de perda de urina, como bem falou o Dr. Nelsinho, perda de urina aos esforços, perda de urina quando há uma vontade incontável de chegar ao banheiro... Algumas vão ter a necessidade de utilizar fraldas, porque a perda é muito grande, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas têm um prejuízo muito grande na qualidade de vida; às vezes, vão utilizar sondas de demora; às vezes, vão ter perda de urina após o parto.

O grande problema da incontinência, diferentemente de uma pessoa com dor ou de uma pessoa com sangramento, é que ainda existe esse tabu de que isso seria parte do envelhecimento. E a gente realmente precisa entender que perder urina não é normal em nenhuma fase da vida, nem na menopausa, nem na senilidade, mas realmente é muito importante que a gente veja isso como uma necessidade de ajuda, porque infelizmente ainda apenas um terço das mulheres que tem incontinência urinária vai procurar ajuda.

E, como o Dr. Júlio bem explanou, numa população como o Brasil, de 212 milhões, metade da população, um pouco mais da metade, é da população feminina. Dessas 20% a 30% vão ter incontinência; então, a gente está falando aí de 22 milhões de mulheres. Se só um terço dessas mulheres procura ajuda, ou seja, 7 milhões, a gente ainda tem 15 milhões com necessidades de cuidados. E esses custos, realmente do ponto de vista de custo, como bem falou Dra. Glauciene da questão, é muito difícil para o Ministério conseguir fazer todo o armazenamento; cada vez mais, ele aumenta.

Um trabalho feito na Universidade Federal de São Paulo estimou, em 2008, que, se a gente tratasse todas as mulheres, haveria um custo de R\$5 bilhões. A gente está falando de um custo de tratamento ambulatorial e hospitalar; não está falando dos gastos pessoais, como o Dr. Júlio falou. Esse montante seria corrigido pelo índice de custo de vida para R\$10 bilhões agora, em 2022.

A gente sabe que metade das pacientes evoluem para cirurgia e um pouco mais da metade evolui para fisioterapia, mas a gente ainda sabe que a gente precisa melhorar muito o atendimento multidisciplinar dessas mulheres em vários pontos. Por isso, é extremamente necessário que a gente trabalhe junto; que esse diagnóstico, esse tratamento seja multidisciplinar. Que a gente realmente consiga chegar até o nível primário, oferecendo a possibilidade de atender essas mulheres, a partir do agente comunitário de saúde que está no posto, e de trazê-las para serem atendidas e para serem, se necessário, encaminhadas.

Então, com isso, eu finalizo a minha fala.

Eu queria muito agradecer a oportunidade desse espaço para a gente falar de um tema tão importante. Eu espero realmente que as pessoas, cada vez mais, se conscientizem de que perder urina realmente não é normal, porque existe tratamento, existe cura. Conscientizar todos é fundamental!

Eu agradeço a atenção. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Gustavo Oliveira Brito, Presidente da Associação Brasileira de Uroginecologia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abro a oportunidade para qualquer membro que se encontra na tela, se quiser, fazer uso de alguma consideração como palavra final. *(Pausa.)*

Não havendo...

A gente recebeu várias perguntas aqui através da internet. Vamos respondê-las através também do sistema da internet.

Agradeço a participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, cumprindo mais uma etapa necessária para pautar e aprovar o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária, bem como a Semana Nacional para Prevenção e o Tratamento da Incontinência Urinária.

Obrigado pelo tempo de vocês.

Um bom dia e uma ótima semana para todos nós.

Que Deus nos proteja!

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Izalci Lucas, Flávio Arns, Giordano, Angelo Coronel, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2020 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), REQ 24/2020 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), REQ 10/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), REQ 14/2022 - CAS, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), e REQ 16/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Debater sobre Constelação Familiar e Cura Sistêmica. **Participantes:** Sophie Hellinger, Dirigente da Hellingerschule; Sami Storch, Juiz de Direito; Renato Shaan Bertate, Médico e Presidente do Instituto Brasileiro de Constelação Familiar - IBCF; Inácio Junqueira, Diretor da Faculdade Inovare; Rose Militão, Diretora do Instituto Militão; Daniela Migliari, Terapeuta; Marcelo Takeshi Yamashita, Professor; Tiago Tatton, Diretor Científico da Iniciativa Mindfulness no Brasil; Daniel Gontijo, Membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências; Gabriela Bailas, Pesquisadora; Mateus Cavalcante de França, Pesquisador; Paulo Almeida, Diretor Executivo do Instituto Questão de Ciência; Décio Fábio de Oliveira Júnior, Médico; e Mateus Santos, Biomédico. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/24>

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Paz e bem. Bom dia a todos vocês.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 10 e 24, de 2020, da CAS, e nºs 10, 14 e 16, de 2022, também da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Sérgio Petecão, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre constelação familiar e cura sistêmica.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através do telefone 0800 0612211 – repito, 0800 0612211; quem quiser participar, mandar perguntas, comentários, é muito bem-vindo –, e também através do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu, mais uma vez, agradeço a presença aqui da nossa Comissão, porque tradicionalmente funciona aqui a CDH, que é a Comissão de Direitos Humanos, e hoje este plenário recebe a CAS para um debate muito importante nesta audiência pública. Eu fico muito feliz em ver, praticamente, o plenário bem ocupado pela população. Esta Casa importante está aberta para todos participarem. Vejo aqui que há palestrantes que vieram pessoalmente e também pessoas, palestrantes que vão participar de forma remota, já com este novo sistema que a pandemia fez com que avançasse. Foi algo que afligiu muito – esta pandemia – todos os brasileiros e as pessoas do mundo inteiro, mas que trouxe também uma evolução na forma de se relacionar, e não há mal que não venha, de alguma forma, para o bem.

Eu queria fazer uma ligeira abertura aqui, antes de começarmos a ouvir os palestrantes, e dizer da minha enorme alegria porque a gente está iniciando o dia de hoje com um momento histórico no Congresso Nacional, quando teremos a primeira audiência pública a respeito das constelações familiares e curas sistêmicas no Senado Federal do Brasil, onde teremos a grata satisfação de ouvir especialistas no assunto a fim de elucidar o que é esta prática, como está sendo utilizada e os benefícios que vem trazendo para a população brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvido por Bert Hellinger, na década de 80, este conhecimento terapêutico, relativamente novo no país, chegou ao Brasil na década de 1990, tendo iniciado uma forte expansão do início de 2010 para cá. Sua grande eficácia é relatada por milhares de pessoas que vêm buscando especialistas nessa prática com aplicação em diferentes áreas do conhecimento, mais notadamente na área terapêutica de saúde em empresas e organizações e na Justiça brasileira.

Devido ao seu grande apelo e repercussão na sociedade, é natural que nós, enquanto representantes da população brasileira nesta Casa, que é a Revisora da República, desejemos conhecer e esclarecer aspectos fundamentais inerentes à prática das constelações familiares e suas aplicações, além também de ouvir todos num ambiente democrático como este em que estamos. Como é uma audiência pública, não uma sessão especial, nós temos que ouvir os dois lados. Então, há posições divergentes, e nós vamos, aqui, com muito respeito, porque a regra da boa convivência é o respeito, ouvir, de forma justa, equilibrada, todos que quiserem se manifestar.

É nesse intuito, com essa motivação, que, nesta manhã, convidamos representantes notáveis ligados à prática das constelações familiares, com destaque especial para a presença da Sra. Sophie Hellinger, esposa de Bert Hellinger, que já partiu para o mundo espiritual.

Sophie, experiente consteladora familiar, acompanhou o marido por mais de 20 anos, apoiando-o no desenvolvimento das constelações familiares tais como são conhecidas atualmente. Ela também é fundadora da Escola Hellinger, que também no Brasil vem se dedicando a formar e treinar profissionais com o critério e a qualidade fundamentais à postura terapêutica responsável.

Bert Hellinger desenvolveu e sistematizou os princípios que dão base à prática e à teoria das constelações familiares. Teólogo, filósofo e pedagogo, é conhecido mundialmente por sua grande experiência na observação e no estudo das dinâmicas que regem as relações humanas e na aplicação terapêutica desses conhecimentos. Com isso, auxiliou milhares de pessoas em mais de 50 países a encontrar uma visão mais ampla, leve e conciliadora a respeito de suas próprias histórias de vida.

Vale ressaltar que Bert Hellinger foi um padre missionário por 25 anos e atuou por muito tempo na África do Sul, durante o período do *apartheid*, trazendo conhecimentos da cultura zulu e sua forte ligação e postura de reverência aos antepassados como uma das bases fundamentais desse campo de conhecimento.

Durante a década de 80, Bert Hellinger, com seu modelo de terapia breve, passou a ser convidado por diversas escolas e áreas profissionais da ajuda, como psicólogos, psiquiatras, terapeutas, médicos, entre outros, para demonstrar suas descobertas a respeito das dinâmicas que atuam na alma humana. Formou terapeutas em diversos lugares do mundo, e hoje este conhecimento é aplicado na Alemanha, na Espanha, na Inglaterra, em Portugal, nos Estados Unidos, tendo se expandido para diversos outros países do mundo, inclusive o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na década de 90, por meio do Dr. Renato Bertate, médico e constelador familiar, que hoje também está aqui conosco, foi organizado o primeiro evento de constelações familiares, tendo a alemã Sra. Mimansa Erika Farny como a primeira facilitadora da técnica em solo brasileiro.

Desde então, esse campo do conhecimento tem se desenvolvido por meio de diversos profissionais que buscaram sua formação junto a Bert Hellinger e seus multiplicadores de diversas nacionalidades, que passaram a vir ao Brasil todos os anos desde então.

Nesse período, o Dr. Renato Bertat, o Dr. Décio Oliveira, também aqui presente, e outros médicos passaram a adotar essa postura sistêmica em suas práticas, alcançando expressivos resultados, uma vez conjugados os princípios da Medicina tradicional, sempre como um complemento, e não como um substituto desta.

Mais tarde, especificamente no ano de 2018, a aplicação das constelações familiares no âmbito da saúde foi reconhecida pelo Ministério da Saúde e passou a compor o rol das Práticas Integrativas e Complementares, as chamadas PICS, no Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS).

Os expressivos resultados das constelações familiares na história de cada pessoa que foi profundamente transformada por essa prática fomentaram o surgimento de diversas escolas, consolidando, assim, sua expansão no país. Esse conhecimento foi também fortemente aplicado junto a empresas, com a visão sistêmica organizacional.

Nesse íterim, na década de 2000, o Juiz de Direito Sr. Sami Storch, também aqui presente, conheceu esses fundamentos e passou a aplicá-los em sua postura na magistratura. Em audiências junto a requerentes na Justiça, passou a adotar visualizações, frases e explicações sistêmicas, obtendo resultados impressionantes. Com o passar do tempo, o magistrado constatou, por meio de pesquisas, que as constelações familiares, quando aplicadas dentro dos termos da lei, são um valioso caminho de acordo entre as partes ali representadas, chegando a alcançar a marca de mais de 90% de conciliação em seus processos na vara da família das comarcas em que já atuou e segue atuando no Estado da Bahia. Ele vai compartilhar um pouco desse conhecimento hoje conosco aqui, desses resultados.

Por tais experiências, outros operadores do Direito, entre eles advogados, defensores públicos, promotores e juízes, passaram a buscar formações para se capacitarem na aplicação desses conhecimentos em suas respectivas áreas de atuação, em muitos casos, conseguindo resultados semelhantes.

Como em toda área do conhecimento que surge em algum tempo da história da humanidade, a franca expansão das constelações familiares hoje demanda atenção e cuidado para garantir a formação dos profissionais que a utilizam em suas áreas de atuação e a segurança na forma como está sendo aplicada em todas as áreas da sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de um trabalho inerente à alma humana, é fundamental promover o estudo, o treino, a ética e a formação contínuas para que seja possível garantir o que recomenda o renomado psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, abro aspas: "Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.", fecho aspas.

Assim, o meu desejo é o de que esta manhã, que deve entrar pela tarde, seja muito proveitosa para todos nós, para todos que estamos aqui nesta Comissão do Senado Federal do Brasil e para todos que estão em casa. Por isso, vai ficar registrado nos *Anais* e nas redes sociais do Senado Federal, e as pessoas vão poder consultar, assistir. Foi assim em outras reuniões que nós realizamos por aqui, sobre outros temas.

Eu espero que, de alguma forma, esse diálogo pacífico, equilibrado, ouvindo os dois lados com respeito, seja esclarecedor para todos nós, para que esse campo do conhecimento possa continuar sendo aplicado de forma cuidadosa e responsável em nosso país.

Eu me sinto, particularmente, muito honrado de ter esta grata satisfação de propor que esse tema seja conhecido e apreciado por esta Casa e, particularmente, de presidir esta audiência. Eu demonstro aqui também a minha gratidão – é um testemunho – por ter já participado de várias constelações. Sou muito grato, sou muito grato porque vi a eficácia, porque percebi nas pessoas, em centenas com quem eu tive contato, que realmente é uma ferramenta que tem ajudado em todos os aspectos, inclusive no autoconhecimento.

Nós estamos aqui para conduzir. A partir de agora, nós vamos ouvir, com muito respeito, todos, quem pensa a favor e quem pensa contrariamente. Eu tentei aqui fazer algo alternado – um a favor, um contrário –, mas foi solicitado que os contrários, por eles mesmos, falassem em sequência. Então, respeitando aqui alguns voos de pessoas que estão aqui neste recinto e que vão ter de voltar, no começo da tarde, para os seus Estados, tomo a liberdade de fazer uma sequência inicial dos favoráveis; logo depois, a gente entra na sequência dos que são contra; e a gente encerra com dois que não têm problema de voo e que podem fazer o encerramento aqui.

É importante deixar claro que nós teremos dez minutos – a título de procedimento – de fala para todos os participantes. Nós vamos dar uma tolerância de dois minutos, no máximo. Eu peço a compreensão de todos vocês.

Como nós temos aqui dois a mais que são favoráveis, nós vamos compensar um pouco no tempo daqueles que são contrários. É justo que seja feito assim. Então, a gente vai dar uma tolerância um pouco maior para quem é contrário. Em vez de uma tolerância de dois minutos, quem é contrário pode ir até 15 minutos, está certo? Dá para fazer mais.

No final, depois de a gente ouvir todos os palestrantes, nós vamos abrir para perguntas. Muitas a gente já recebeu ao longo desses dias aqui, muitas manifestações, para você ver como esse assunto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desperta a atenção do brasileiro cada vez mais. Nós recebemos muitas manifestações, mas também vamos abrir, durante a sessão, para dúvidas que sejam suscitadas por você que está nos assistindo aí em casa, no trabalho, enfim, para que você possa fazer perguntas pelo e-Cidadania e pelo Alô Senado, que são canais que vão estar *online* aqui, abertos, para que a gente possa, depois, transmitir para todos os palestrantes. E vamos ter uma fala final de cada um por cinco minutos para responder àquelas perguntas que sejam direcionadas a ele, ao palestrante, ou sobre o que ele se sinta, de alguma forma, confortável para responder dentro da sua abordagem.

Antes de passar a palavra para a nossa primeira palestrante, que é a Sophie Hellinger, que já está conectada diretamente da Alemanha – agradeço muito a disponibilidade dela –, eu vou passar agora aqui os contatos do e-Cidadania novamente, para que as pessoas possam fazer perguntas. Então, vamos lá! O telefone direto, gratuito: 0800 0612211 – repetindo: 0800 0612211. E também pode ser pelo e-Cidadania, que é o portal. Você vai lá na internet e coloca www.senado.leg.br/ecidadania. Lá você pode fazer tanto pelo telefone, porque aqui vamos ter pessoas pegando as perguntas, como pelo sistema, vai lá, cadastra e faz a pergunta. A gente vai procurar encaminhar aqui, no final deste debate histórico, emblemático que a gente está fazendo, nesta audiência pública sobre constelação familiar no Senado Federal do Brasil.

No meu Instagram também – eu estou recebendo a informação aqui –, nós estamos colocando essa possibilidade, no meu Instagram oficial, que é @eduardogiraooficial. Você pode acessá-lo e fazer perguntas, porque a equipe aqui vai pegar. Eu agradeço aí, eu não estava nem esperando por essa. Obrigado à equipe aqui da CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do Senado Federal.

Então, passo a palavra, por 10 minutos, com a tolerância de dois – e nós teremos um tradutor, que está *online* e vai fazer a tradução simultânea –, à Sra. Sophie Hellinger.

Por favor, já está conectado? Dá para colocar na tela aqui? (*Pausa.*)

Pronto!

Então, já pode começar, Sophie.

Welcome here!

A SRA. SOPHIE HELLINGER (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, professores, doutores e participantes que estão em casa, na telinha, é para mim um prazer, uma honra imensa falar diante de V. Exas.

Meu nome é Sophie Hellinger e eu sou a esposa e parceira de longa data do fundador das constelações familiares, Bert Hellinger, que faleceu em 2019. Juntamente com meu marido, desenvolvemos a constelação familiar ao longo das últimas décadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao meu marido, Bert Hellinger, gostaria de destacar que ele trabalhou ativamente, de forma bem sucedida, durante décadas nos campos da psicologia e da pedagogia. Como ex-padre, ele foi o chefe de uma escola de elite na África do Sul; foi um dos melhores e primeiros praticantes europeus de dinâmica de grupo; ele teve o reconhecimento estatal e licença estatal como psicanalista, formando-se em terapia primária com Arthur Janov, nos Estados Unidos. Além disso, ele se formou em hipnoterapia, seguindo Milton Erickson; programação neurolinguística e análise transacional, conforme Eric Berne. Só para citar apenas algumas de suas formações.

A constelação familiar desenvolvida por meu marido, Bert Hellinger, é frequentemente confundida com o termo internacionalmente usado *family constellation*, o que é um erro de tradução. Esse termo tem origem nos anos 20, quando a constelação familiar, como criada pelo meu marido, nem sequer existia.

Em uma constelação familiar, os membros da família de origem ou da família atual do cliente e, muitas vezes, o próprio cliente são representados por participantes.

Eu estou fazendo esses comentários porque eu não sei quem está ouvindo ou participando desta reunião, se essas pessoas conhecem a constelação familiar, se elas vivenciaram a constelação familiar.

Esses representantes se sentem e se movem de forma surpreendente e incrível, como se fossem as pessoas que estão representando. Elas estão sentindo o que as pessoas que estão representando sentem. A razão dessa conexão é o campo morfogenético, descoberto pelo renomado biólogo britânico Rupert Sheldrake.

O que é decisivo sobre a constelação familiar é que, embora inicialmente fosse um método de psicoterapia – pelo menos era isso que o meu marido acreditava no começo –, logo ele percebeu que suas descobertas também poderiam oferecer ajuda na vida de pessoas que não sofriam de um distúrbio mental diagnosticável.

Uma vez que provavelmente cada pessoa tem pelo menos um problema pessoal importante em sua vida para ser resolvido e lidado, na maioria das vezes este está diretamente relacionado ao próprio sistema familiar, entretanto, de forma inconsciente.

As leis básicas da vida que são universalmente válidas, descobertas por meu marido, formam a base da constelação familiar. As leis básicas da vida obedecem a certas ordens muito precisas e por isso foram chamadas por ele de ordens do amor.

As duas ordens mais importantes na família e na constelação familiar são o direito ao pertencimento e todas as participantes... E outro ponto importante é a hierarquia na própria família. Se o pertencimento e a hierarquia não forem respeitados, isto pode, muitas vezes, levar a sérios problemas psicológicos e também físicos para alguns membros da família, mesmo gerações mais tarde, podendo levar até a morte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A constelação familiar reconhece o funcionamento dessas dinâmicas ocultas que sobrecarregam os sistemas que estão sendo constelados e trazem à tona os seus emaranhamentos. Em trazer à tona o reconhecimento está o caminho que leva à solução, trazendo paz e cura a todos os envolvidos, que age profundamente na alma, isso durante muitos anos, mesmo após o término da constelação.

Eu posso imaginar que esses processos, esses procedimentos sejam estranhos para quem nunca tenha participado de uma constelação, que para alguém que nunca tenha sido um representante numa constelação esses procedimentos possam não ser entendidos.

E por isso eu gostaria de lhes dar um exemplo. Cada um de vocês certamente conhece uma criança que, em seu ambiente, se comporte de maneira incompreensível, de maneira extremamente inadequada. E, geralmente, é só uma criança em uma família, apesar de a família ter vários filhos, mas esta criança em especial tem algo de diferente.

Nem broncas nem punições têm sucesso e não mudam o comportamento errado dessa criança.

E agora eu gostaria de usar um exemplo que, infelizmente, acontece várias vezes, muitas vezes.

Uma jovem menor de idade engravida. Seus pais acham que ela é muito jovem para se tornar mãe ou não gostam do pai da criança ou a filha foi talvez até violentada e, por causa dessa violência, engravidou. Os pais insistem em um aborto, para que a honra deles não fique manchada e para que o respeito pela família continue. Essa jovem mulher segue o conselho dos seus pais. E o que acontece anos depois? Essa jovem mulher vai se casar por amor e tem um ou mais filhos. A criança abortada, lá no passado, já foi esquecida e a memória desse acontecimento foi reprimida por todos. A criança que nasceu depois começa a ter um comportamento estranho: é agressiva, por exemplo; recusa-se a aprender ou se recusa a ir à escola; e, quando na escola, muitas vezes, tumultua as aulas. Apesar de todos os esforços, os pais não conseguem uma conexão com a criança que eles tanto amam, o que mostra uma constelação familiar, neste caso. A criança sente que está em primeiro lugar na linha dos irmãos e é preciso que se dê o lugar certo, correto a ela.

Mas, mesmo as crianças abortadas, as falecidas e até as natimortas contam no sistema da família como plenos membros da família. Ser sonogado, dentro da hierarquia, o seu devido e legítimo lugar se torna perceptível através do comportamento estranho da criança que tomou o seu lugar. A criança viva sente-se ligada ao irmão morto num nível completamente inconsciente e se sente conectada pelo coração e segue o desejo interior de lhe dar o seu devido lugar.

Em uma constelação familiar, esse problema é trazido à tona e, ao mesmo tempo, resolvido. A criança viva recebe o seu lugar de direito, ou seja, o segundo lugar; e a criança morta, nesse caso, recebe o primeiro lugar na linha dos irmãos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, eu vi que, depois desse tipo de constelação, o rebelde da classe se tornou o representante da classe, no bom sentido. Essa solução ainda pode, naturalmente, ocorrer na vida adulta. Para as pessoas que não ocupam o seu devido lugar no sistema familiar, muitas vezes, falta uma base sólida na vida, o que se reflete na vida em uma especial falta de vontade de viver, se mostra em depressão e, muitas vezes, também se mostra em várias doenças e até mesmo em pensamentos suicidas. Só esse exemplo já mostra o nível de responsabilidade que o constelador familiar tem que ter.

Em uma constelação familiar, podemos observar como os limites do espaço e do tempo são virtualmente abolidos, mas, assim como as coisas que foram, são e serão, aparecem de uma vez e são mostrados a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Marcos, peço à Sophie...

A SRA. SOPHIE HELLINGER (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Mas, como não existem duas pessoas idênticas, não existem duas constelações idênticas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu queria só pedir ao Marcos, que é o tradutor – não sei se ele está nos ouvindo; agradeço demais o seu trabalho aqui –, que peça para concluir.

Quero conceder mais um minuto.

Infelizmente, a gente gostaria de ouvir mais, mas há um limite aqui.

Se puder concluir em um minuto, eu agradeço.

A SRA. SOPHIE HELLINGER (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Independentemente da área de trabalho, a constelação familiar pode ser uma ferramenta auxiliar, seja com professores, seja com trabalhadores da área social, seja com juízes, seja com advogados, seja até com pessoas da política e com empresários.

Quero dar e oferecer a minha experiência como consteladora, estando à sua disposição, mas é importante mencionar que a constelação familiar, como todas as áreas de conhecimento, se desenvolve constantemente, o que, numa regulamentação dessa profissão, precisa ser considerado também. Uma regulamentação não deve ser um espartilho rígido, mas deve ser sempre adaptada às novas descobertas e deve se adaptar às novas eras, assim como todo trabalhador certificado da constelação deve se sentir obrigado a acompanhar os desenvolvimentos futuros e a participar, regularmente, de cursos e de treinamentos adicionais.

Muito obrigada pelo tempo que vocês me deram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, dizer que todos vocês têm uma parceira, uma companheira respeitosa em mim. Como esse tempo de hoje foi tocado a curto prazo, infelizmente, não pude mudar as minhas obrigações, que seguem.

Por isso, preciso me despedir agora com um grande abraço a todos que conhecem a constelação familiar e aqueles que não conhecem ainda a constelação familiar. Talvez seja deste instrumento que vocês precisam para que sejam felizes, tenham sucesso e passem pela vida com saúde, não só vocês, mas toda a sua família.

Um grande abraço, da Alemanha.

Estou conectada a todos vocês, de coração a coração, e fico feliz em vê-los todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Nós que agradecemos à Sophie Hellinger e também ao Marcos, que fez a tradução. Foi muito importante.

Eu peço desculpas por ter que interromper. A gente sabe que a Sophie é uma referência também mundial nesse assunto, mas nós teremos, se Deus quiser, outras oportunidades para ouvi-la mais. Nós temos outros palestrantes aqui que vão poder complementar algum pensamento dela, que não pode ser concluído, mas a gente tem que sequenciar aqui. Nós temos um roteiro e precisamos cumpri-lo de forma justa e equilibrada.

Então, eu agradeço.

Um abraço, do Brasil, carinhoso, com muita gratidão, Sophie Hellinger, para você. Muito obrigado por participar, de forma remota, mas estando aqui conosco, nesta reunião de debates. Na verdade, é uma audiência pública no Senado Federal brasileiro sobre esse tema tão importante.

Então, vamos sequenciar aqui, agora ouvindo imediatamente o Sr. Renato Shaan Bertate, que é médico e Presidente do Instituto Brasileiro de Constelação Familiar.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois. A gente tem que ser rígido com relação a isso. Eu peço desculpas. Eu sei que é muito difícil, mas te desejo uma boa palestra também.

Muito obrigado.

O SR. RENATO SHAAN BERTATE (Para expor.) – Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui com vocês neste momento, que, como diz o Senador Eduardo Girão, é um momento histórico.

Para que estejamos aqui significa que a constelação, que chegou há 25 anos no Brasil, ganhou voz. Isso significa que ela se expandiu. E, desde aquele primeiro grupo que organizei aqui no Brasil, com a Sra. Mimansa, amiga pessoal do Bert, há 25 anos, eu jamais imaginei que esse trabalho, em tão pouco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, pudesse ter-se expandido em todas as áreas, algo que a gente nem podia imaginar naquela época, em que a constelação estava dentro do universo das terapias apenas. E eu me interessei pelo assunto como cliente, como paciente, alguém que buscava compreensões sobre mim mesmo, curas pessoais, e nunca imaginava que isso poderia ser utilizado no meu trabalho profissional como médico para ajudar as pessoas. Assim como eu nunca imaginei que esse trabalho associado à Medicina como um recurso extra que pudesse ajudar os médicos, os terapeutas a tratarem sintomas de doenças que, às vezes, só os remédios não são o suficiente, pessoas que sofrem muito. E também jamais podia imaginar que esse trabalho pudesse alcançar a área das organizações, das empresas, das escolas, do Judiciário, como o Sami Storch levou.

Portanto, se hoje estamos aqui falando sobre tudo isso, eu acredito que é porque isso ganhou voz, e se isso ganhou voz é em função de todos os benefícios que milhares e milhares e milhares de pessoas vêm tendo com esse trabalho.

Eu entendo que, assim como na Medicina, existem pessoas que cometem erros às vezes, assim como em qualquer área da vida. Todos somos seres humanos e, às vezes, podemos cometer erros, e pessoas estarem insatisfeitas e saírem até mesmo magoadas ou até agredidas, não importa. Portanto, eu acredito que, se estamos aqui, é porque esse trabalho ganhou voz, e é um momento muito especial porque aqui temos a possibilidade de, todos juntos, ouvir os dois lados.

É intrínseco da vida, para aqueles que já se debruçaram nas compreensões ou na tentativa de compreender a vida, que tudo que surge na vida tende a se expandir, a crescer, e, ao mesmo tempo, outra força se movimenta ao contrário, fazendo um contraponto. Então, aqueles que se debruçaram e olharam para o ser humano dentro de uma amplitude maior também já perceberam que os conflitos que nós como indivíduos vivemos, que instituições vivem, é algo maravilhoso, porque está a serviço da vida, a serviço da evolução, a serviço da ampliação, a serviço do crescimento. O Bert mesmo falava sobre isso. As crises são aquela máquina que movimenta a evolução e força todos a sair de um lugar de conforto ou de um lugar já congelado que não tem mais vida. Portanto, eu vejo este encontro como uma oportunidade maravilhosa para que se coloque todo esse trabalho num movimento mais profundo do que ele já vive.

Como médico, eu comecei a perceber que esse olhar sistêmico se apresentava de forma muito profunda em muitos sintomas, em muitas doenças. Subitamente, eu comecei a perceber que a constelação ajudava essas pessoas a ter clareza de determinados sintomas ou mesmo de determinadas doenças que emergiam como dinâmicas profundas inconscientes, e isso ajudava as pessoas a lidar com suas questões, desaparecendo os sintomas e, muitas vezes, curando doenças que até então a gente não conseguia ajudar apenas com as medicações.

Eu mesmo utilizo os remédios, mas a gente sabe, como o nome diz, "remédio", "remediar", muitas vezes ele é um suporte para tratar determinados sintomas, mas não promove a cura. Muitas doenças não têm cura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde a época em que eu fazia faculdade de Medicina, eu me interessava em entender o que existia por trás e, formado há mais de 30 anos, no Brasil, não tínhamos muito conhecimento sobre isso. Então, eu parti para muitos países do mundo na tentativa de compreender o ser humano nas suas questões psicológicas, com várias técnicas, assim como entender a alma, a leitura corporal. E, nessas formações todas, encontrar a constelação para mim foi aquilo que uniu todos esses conhecimentos do ser humano na sua integralidade. Portanto, tudo que o ser humano vive é importante para a vida dele: o seu trabalho, as suas relações afetivas, a sua relação com a religião, com a sua etnia; tudo isso é importante, podendo determinar muitos conflitos.

Teria tantos exemplos aqui para dar a vocês, mas me ocorreu agora um, quando a Sophie falou, de uma criança. Uma mãe, certa vez, me procura no consultório, porque a filha dela de sete anos tinha parado de ir à escola, tinha parado de se alimentar e parado de brincar; todos os exames não apresentavam nada. E essa mãe estava desesperada, porque a criança começou a definhar. E, por um acaso, eu disse: "O.k., vamos olhar para isso, temos um grupo amanhã e vamos olhar para isso. Vamos ver se a constelação nos revela alguma dinâmica de que não se tem consciência".

Quando se colocou a constelação, colocamos um representante para a criança, um representante para o pai e para a mãe; se mostrou claramente que a representante da mãe tinha um problema sério com o pai e a família do pai. Portanto, essa mãe começou a impedir o movimento da criança em relação aos avós. Ela não achava que a casa dos avós era um ambiente adequado para a sua filha, ou seja, os avós por parte de pai. E com isso ela começou a impedir que a criança tivesse acesso a esses avós. Só que isso foi feito de uma forma muito sutil, não declarada: "Você está proibida" era disfarçado: "Não, filha, hoje, não. Não, deixa para a semana que vem. Outra hora, hoje você não pode", era assim. Isso ficou muito claro ali nessa situação.

Quando isso veio à tona, a mãe levou um choque, porque ela não tinha se dado conta desse movimento de impedir a criança em relação aos avós, ela não fazia isso de maldade. Como os avós e o tio estavam passando por uma situação difícil, ela acreditava que não era adequado essa criança estar lá e que a família dela era muito melhor do que a família do marido, e, portanto, tudo que a criança precisava estava na família dela, e não na família do pai. Quando tudo isso foi vindo à tona, essas dinâmicas invisíveis, ela chorava profundamente ao ver o sofrimento da criança que amava os avós e que estava impedida de ter acesso a esses avós.

Então, a mãe, nesse momento, reconheceu que os avós, os pais e o marido tinham direito à filha dela, à neta, assim como os seus pais. Ela ficou muito emocionada e tomou consciência de algo que ela fazia, não por maldade, e assim ela ficou de acordo e reconheceu que ela não deveria fazer isso. Passados dois dias, assim ela foi embora. Passados dois dias, ela disse... Ela me ligou de volta e disse: "Eu cheguei em casa; naquela mesma tarde a criança começou a brincar, naquela mesma tarde a criança começou a se alimentar e ela está ótima. Eu não tenho como agradecer tudo que você fez. Você salvou a minha filha".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu disse: "Não, eu não salvei a sua filha: na verdade, você salvou a sua filha quando você pôde reconhecer algo, porque você estava violando uma das leis naturais da vida que é aquela primeira [de que até a Sophie falou], que é a da pertinência". Ou seja, todos que pertencem ao sistema têm igual direito de pertencer. Se é negado a alguém esse direito, alguém vai sofrer as consequências disso. Isso era algo que nós não tínhamos como acessar antes das constelações, porque isso as constelações nos revelam ali. São dinâmicas invisíveis que estão dentro do campo.

Portanto, é uma honra estar aqui e um prazer poder compartilhar esse presente que o Bert nos deixa, porque é um presente para a vida, é um presente de como olharmos para a vida.

Então, eu me despeço aqui e agradeço a todos a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Renato Shaan Bertate, que é médico e Presidente do Instituto Brasileiro de Constelação Familiar.

Eu também já presenciei vários exemplos desses, que realmente ficam bem à vista e nos emocionam – não tem como não se emocionar. Mas é interessante esse exemplo prático que foi dado aqui. Eu te agradeço por isso, porque as pessoas que estão em casa e não têm contato ainda com a constelação, ou não tiveram ou não sabem o que é que significa... Às vezes na teoria aquela coisa fica muito maçante, não é? Eu acho que o exemplo assim abre e comunica com todo mundo. Eu te agradeço por ter dado esse exemplo aqui.

Eu quero aproveitar, antes de passar a palavra para o Inácio Junqueira, que é o Diretor da Faculdade Innovare, e registrar a presença de algumas pessoas que estão aqui conosco participando – fizeram questão de vir aqui ao Senado Federal. São muito bem-vindas! Eu quero registrar a presença: do Fabrício Nogueira, que é do Instituto Brasileiro de Inteligência Espiritual, representado por Carla Santana; da Dra. Ninon Rose de Calasans, advogada, membro da Comissão de Direito Sistemico aqui do Distrito Federal; da Salete Moreira, da Comissão de Direito Sistemico, também do Distrito Federal, é professora sistêmica; a Isabela Romina Diniz, representante da Hellinger Brasil; a Germana Magalhães Carsten, consteladora familiar formada pela Hellinger. É isso mesmo, não é? Hellinger Schule Innovare. Germana, seja muito bem-vinda, todos vocês. É uma honra uma alegria muito grande estar recebendo aqui vocês.

Vamos passar imediatamente agora para Inácio Junqueira fazer a sua palestra, em dez minutos, mais dois de tolerância. Agradeço ao Renato por ter observado aí o tempo.

Inácio, muito obrigado pela sua presença.

O SR. INÁCIO JUNQUEIRA (Para expor.) – Agora está funcionando? Está.

Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado pelo convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, ao contrário do Renato, não estava procurando nada, porque eu achava que a minha vida estava boa, que estava tudo resolvido e que eu era feliz. Mas eu tinha um incômodo na minha vida, e esse incômodo estava guardado dentro de mim. E aí, um belo dia, encontrando as constelações no meu caminho, eu, como de uma faculdade que é o modelo de faculdade diferenciado, que é uma faculdade onde os professores são donos da faculdade, é uma cooperativa educacional... E a gente trabalhando com vários tipos de formações novas, diferentes, a gente também buscava coisas que pudessem ajudar o próximo. E como um projeto que começa com "Leis do amor e leis da ajuda" não pode ser algo bom? Amor e ajuda e constelação familiar significam família. Então, é uma coisa que o povo brasileiro perdeu, essa questão de família. É família bagunçada, complicada. E, quando você fala "honrar pai e mãe", isso é um dos primeiros preceitos dentro desta questão da constelação familiar.

Então, antes de ser diretor da faculdade, eu sou uma pessoa que foi criada por mãe e por vó, que eu tinha o meu pai como uma pessoa que faleceu quando eu tinha seis anos, mas aquela questão que muita família vive, em que o pai era isso, que o pai era aquilo, que o pai era aquilo outro. E aí eu vim com uma questão para a minha vida de que eu não tinha pai, queria ser o melhor pai do mundo, e eu nunca reencontrava com meu pai. Aí, numa constelação o encontrei, e minha vida mudou por completo. Então, foi através das constelações que eu consegui mudar a minha vida, reencontrar com meu pai, reencontrar com a minha história, com os meus ancestrais e colocar a minha vida no eixo.

E foi através disso que a gente viu que isso funciona. Se funcionou para mim, por que não pode funcionar para os outros? Então, uma coisa que eu prego muito dentro dessa história das constelações é que, para eu ser um bom constelador e ajudar o próximo, primeiro, eu tenho que ajudar a mim. A primeira pessoa sou eu. Então, eu resolvo o meu problema, coloco e faço.

E aí surgiu o Sami na minha vida. E o Sami surgiu de uma maneira que acho que os astros que dizem "vamos unir essas pessoas". A coisa se encontrou e eu fiz uma primeira constelação familiar na Alemanha, com Sophie Hellinger. Tive o prazer de conhecer Bert Hellinger. E, naquela época já, seis, oito anos atrás, já existia esse crescimento. E, quando algo cresce em qualquer atividade, seja na Pedagogia, seja na Contabilidade, porque eu sou contador, seja no Direito, cresce às vezes desordenadamente. E há muita gente que não faz as coisas adequadas às vezes por falta de conhecimento e às vezes por empolgação: "pô, vamos fazer que o negócio é bom". Então a gente decidiu fazer um curso de pós-graduação nessa área de constelação familiar e a gente já partiu para a oitava turma, já formamos mais de mil pessoas no Brasil. Trouxemos professores das mais diversas atividades.

Eu tenho grandes amigos pesquisadores, cientistas, neurocientistas, grandes amigos, e a gente vê que, quando a ciência vem e fala que isso não está... A gente é a favor da ciência, a gente quer que a ciência esteja conosco e a gente faça da melhor forma possível. Nós estamos aqui de corpo e alma para poder fazer o melhor, porque quem mais tem sucesso com as constelações é a população, e isso faz e muda a vida de muitas pessoas. Na área do Direito, muitas ações maravilhosas e também muitas ruins,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque faz parte desse crescimento. Em toda profissão há aqueles bons e maus profissionais. Então eu acredito que as constelações familiares dependem de tudo isso aqui, de um debate, de uma união de forças, de a gente poder se unir, de a gente estudar, de a gente ir à parte científica, em tudo isso, porque, se fez bem para mim, se fez bem para milhares de pessoas, por que não pode fazer bem para outras pessoas?

Vamos separar o joio do trigo. Não é a constelação familiar que é ruim. São algumas pessoas que, em nome da constelação familiar, fazem coisas erradas. E são poucas. É a minoria; a minoria. Só que, infelizmente, o que mais se propaga, como tudo na vida, é a parte ruim, e a parte boa acaba não se propagando. Então, eu vejo que quando a gente fala de honrar pai e mãe, de família, de ordens do amor, ordem da ajuda, o nosso papel é estar aqui para ajudar as pessoas, ajudar a população, ajudar os consteladores, ajudar as pessoas a fazer algo melhor, porque, em toda profissão como a minha – eu sou contador de formação, sou diretor de uma faculdade – eu quero ser o melhor profissional. Então, dentro das constelações familiares eu acredito nisso também, de que há excelentes consteladores, excelentes projetos na justiça, projetos maravilhosos.

Eu participo, como voluntário, de um projeto na Justiça e é uma coisa assim que também está mudando a minha vida. A gente podendo auxiliar o próximo, auxiliar as pessoas que têm dificuldade, como eu tive de reconhecer meu pai durante anos na minha vida. E aí vem a história da sequência da vida, e isso se propagou, de que eu quis ser o superpai, o pai protetor, tive dois filhos gêmeos, agora tenho um filho de nove anos, tenho dois netinhos, e hoje um faz um ano de vida, e a família se une através da constelação familiar. As famílias estão destroçadas no nosso país, as famílias estão totalmente complicadas. Você vê tanta gente que não fala com o pai, não fala com a mãe, não fala eu te amo o papai, eu te amo mamãe, e é isso que a gente aprende aqui.

Constelação familiar vem de família, de vida. E o que a gente prega aqui e o que a gente quer é isso. Quanto mais a gente puder fazer o melhor, o nosso melhor papel... Então, nós estamos procurando parcerias com diversas universidades, faculdades, pesquisadores, cientistas, para fazer a nossa lição de casa também, porque a gente entende que cresceu e agora está na hora de organizar, seja através de uma regulamentação, seja do que quer que seja. E nós estamos dispostos a dialogar, nós estamos dispostos a poder achar o que for melhor para o cidadão, para a população, que é o maior usuário dessas constelações, é a pessoa que mais necessita disso, reencontrar a família, reencontrar o pai e a mãe, reencontrar a vida. A gente vive com pessoas maravilhosas e a gente fica até sem querer discutir essa parte muito técnica porque eu vejo que, como o Renato falou e a Sophie falou, cresceu, expandiu, está no mundo inteiro, e como um projeto que está no mundo inteiro ajudando tanta gente pode ser ruim? Ele pode ter necessidades de ajustes e alinhamentos, e tudo isso faz parte da evolução de qualquer atividade, qualquer profissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente acredita, como educador, que a gente tem que dar o melhor para o nosso aluno. Nós não queremos ser... Como a Innovare diz no próprio nome, nós queremos ser uma faculdade inovadora, formada por professores que queiram o bem, que queiram formar cidadãos, formar consteladores e formar os melhores profissionais do mercado. E é isso que a gente acredita que toda escola – e há várias escolas que fazem um trabalho maravilhoso no país – tem que pregar, porque não adianta a gente entrar num projeto desse pelo dinheiro. A gente entra pelo coração, a gente entra pela razão, a gente entra pela propagação de algo que fez bem para mim e para várias pessoas.

Hoje eu posso falar que eu amo meu pai, que eu amo minha mãe, que eu amo meus filhos, que eu amo a família e que todo mundo faz parte, todo mundo pertence, mesmo aquele pai que só gerou o filho e por qualquer necessidade da vida teve que tocar a sua vida, ele pertence. As pessoas estão aqui porque têm um pai e uma mãe. Então, quando a gente reencontra com essa origem, como a gente pode fazer mal para o próximo? A gente só quer que... É que às vezes, na empolgação, a gente quer para todo mundo, "vamos lá, que isso é fantástico", porque fez bem para a gente.

Eu acredito que nessa parte educacional a gente está aberto ao diálogo, à conversa, à união de forças, a estudar, a trazer a parte científica, a fazer o melhor que for para todos, para a constelação familiar, para os profissionais de constelação familiar e para os usuários, para a população que, como eu, precisa muito de coisas que possam ajudar na vida. Aqui não é nada assim... Tudo isso são anos e anos de trabalho, como o Renato tem anos e anos de trabalho. O Sami, como juiz, foi um desbravador, ele foi corajoso. E nesta prática, a própria Justiça busca várias alternativas, e a constelação familiar é uma alternativa. Também na faculdade a gente trabalha com outras práticas, que são os MASCs, os meios adequados de solução de conflitos, porque a gente vê que o que tiver de modernidade para a população... Eu acho que a gente tem que estar atento a tudo isso.

Então, a minha fala, que eu vou encerrar dentro do tempo, é: a gente está aberto, a gente está propenso, a gente quer estudos científicos, quer pesquisa, quer estar sendo ajudado por profissionais das mais diversas... E fica uma dica para as pessoas que não conhecem: procurem pessoas qualificadas no seu estado, no seu município, porque com certeza há grandes profissionais de constelação aí no Brasil, excelentes profissionais que mudaram a vida de muitas pessoas; procurem sempre os melhores profissionais, as melhores pessoas.

A gente está aqui à disposição para colaborar nesse início de uma nova jornada. Com certeza, a partir desta audiência, isso vai tomar um rumo, e é necessária essa regulamentação.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, muito obrigado, Inácio Junqueira, Diretor da Faculdade Innovare. Agradeço também por ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficado dentro do tempo, porque é sempre constrangedor a gente interromper – não é? –, mas a gente tem que seguir o nosso rito.

Esta audiência pública, é importante que se diga, serve, de alguma forma também, para termos ideias, ouvindo aqui os pontos de vista, para medidas legislativas sobre este tema: Constelação Familiar.

Olhem só o que a gente já recebeu aqui de manifestações de vários lugares do Brasil: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia. É impressionante a participação das pessoas nesse tema, é crescente!

E eu gosto muito, assim, de perceber – a gente já fez outras audiências públicas, sessão temática de debate –, é muito bom a gente poder ouvir os pontos de vista contraditórios. Nós vamos ter, daqui a pouco, esse momento. É importante que se diga que nós vamos ouvir o outro lado, que questiona, que busca mais evidências. E eu acho muito bacana porque é como o grande pedagogo francês, pesquisador também, cético, lá atrás, Allan Kardec dizia: mede-se a importância de uma ideia pelo acontecimento, pelo nível da reação que ela encontra. Então, é muito interessante isso.

Eu, particularmente, hoje quero ouvir muito atentamente o outro lado, porque eu só ouço falarem bem de constelação familiar, confesso para vocês. Quero ouvir com atenção, porque, andando pelo país, eu só vejo experiências, até agora, pelas quais as pessoas são muito gratas, por curas que ocorreram, sistêmicas, não é nada de milagre, de fé, de religião.

Eu mesmo sempre fui muito cético e fui para uma constelação, primeiro, com os dois pés atrás e vi acontecendo... Quando eu entrei na constelação – não queria nem entrar, mas me chamaram –, eu estava ali para ver, com olhar cético mesmo, e foi interessante o que eu senti, sempre questionando o tempo todo. Então, existe alguma coisa que a gente precisa analisar, verificar, porque eu presenciei, testemunhei, não apenas comigo, centenas de casos de pessoas se livrando de amarras, de pessoas que estavam com problemas de droga, e uma série de outras situações, e que encontraram um caminho mais sereno na vida, mais feliz. A constelação foi uma ferramenta ou uma das ferramentas importantes em que eu vi ali um desabrochar de um novo ser humano naquele momento.

Eu queria imediatamente passar a palavra agora... Já está conectada a Sra. Rose Militão? *(Pausa.)*

Então, vou passar a palavra para a Dra. Rose Militão, que é fundadora da Escola de Constelação Familiar do Ceará, na minha terra, psicóloga clínica e atua há mais de 15 anos como consteladora.

A Dra. Rose Militão está conectada conosco e tem dez minutos, com a tolerância de dois, para fazer aqui a sua exposição.

Muito obrigado. Seja muito bem-vinda, Rose Militão. *(Pausa.)*

Está sem som, Dra. Rose. Está sem som aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE MILITÃO (*Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Agora ligou, está aí.

A SRA. ROSE MILITÃO (*Por videoconferência.*) – Está bom, vou tirar aqui o meu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Diretamente de Fortaleza.

A SRA. ROSE MILITÃO (*Por videoconferência.*) – É isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vamos lá.

A SRA. ROSE MILITÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Caríssimo Senador Luis Eduardo Girão, muito obrigada pelo privilégio de fazer parte deste momento, de estar aqui nesta bancada falando sobre constelação familiar, mas falando sobre mais do que isso, e, à medida que eu ouvia os colegas, eu fiz algumas anotações.

Antes, primeiro, eu quero dizer que recentemente eu lancei um livro chamado *Exercícios Sistêmicos*. Quando eu lanço um livro ou qualquer autor faz isso, nós perdemos a dimensão e aquilo não nos pertence mais. Estava pensando em relação a Bert Hellinger: a técnica já não pertence mais ao Hellinger, à Sophie; essa técnica está aqui sendo discutida, ganhou o mundo. E acho maravilhoso nós termos o ponto e o contraponto.

Então, eu sou a Rose Militão, sim; sou psicóloga, conforme já foi apresentado; nós temos uma escola de constelação, formamos consteladores também – dez turmas, abrindo agora a 11ª turma de especialização em constelação familiar –; e, sim, eu gosto da técnica, utilizo há algum tempo e estou muito honrada para fazer algumas considerações sobre ela.

A primeira coisa que eu quero definir é que o austríaco Capra, no livro dele, *O Ponto de Mutação*, diz o seguinte, e eu vou ler aqui. Ele diz que a natureza é dual, a diferença que o observador faz no sistema que observa, uma vez que os resultados que ele obtém dependem muito do que se propõe procurar.

E a pergunta aqui é: o que a gente procura? Se eu não estiver aberta ao contraditório, a coisas que possam servir de muito aprendizado com a técnica das constelações familiares, isso aqui, para mim, não vai valer muito. E o outro lado também, o grupo de pessoas maravilhosas que, preocupadas com a técnica, resolveram também estudar, resolveram também se pronunciar sobre constelações familiares.

A primeira pergunta é: sim, a constelação familiar não faz parte da ciência clássica, e não adianta a gente tentar organizar isso, porque não faz parte, porque a ciência clássica busca o conhecimento objetivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da realidade através do pensamento analítico, e isso não cabe para as constelações familiares. Então, essas constelações fazem parte do quê? De uma nova maneira de pensar, com o novo domínio linguístico das ciências.

Eu gosto muito quando a escritora Maria José Esteves, através do livro dela *Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência*, diz que acontece um novo domínio linguístico das ciências. E eu preciso aqui, Senador Eduardo Girão, falar um pouco sobre isso, porque os exemplos são inúmeros, mas eu acredito que a questão aqui talvez seja qual é o lugar de pertencimento da técnica, se ela faz parte da ciência clássica ou, se ela não faz parte, faz parte do quê?

Então, eu queria que vocês acompanhassem comigo que, quando a Maria José Esteves fala que há uma nova linguística das ciências através do novo paradigma que o pensamento sistêmico estabelece, ela diz que existem três pressupostos: o da complexidade – e é aí que a constelação familiar se situa: no pressuposto da complexidade em todos os níveis da natureza –; o da instabilidade – a gente está ainda tentando sair da covid, que pegou todo mundo –; e o da intersubjetividade, ou seja, existem sujeitos subjetivos, e a gente não vai dar conta de organizar isso.

As constelações familiares fazem parte do pensamento sistêmico, e é preciso estudar um pouco mais sobre isso. As constelações familiares nascem em todo o bojo do início da terapia familiar, ali no final da Segunda Guerra Mundial, anos 50, quando as terapias de um para um já não funcionavam mais. Então, é necessário que muitos pensantes se organizem para ajudar e para chegar até a família, que estava destruída. Depois do pós-guerra, a família estava completamente diferenciada. Um homem chamado Gregory Bateson, biólogo e antropólogo, ficou à frente desse trabalho, e, a partir daí, muita coisa aconteceu.

As constelações familiares são uma técnica para o trabalho com a família, para o trabalho com pessoas. Nunca vejo constelação familiar como uma terapia; o foco dela é direcionado: nós não podemos misturar, não faz sentido fazermos essa mistura.

Portanto, como psicóloga, eu trabalho como consteladora também. Eu não sou uma psicóloga consteladora; eu sou psicóloga. Os meus pacientes, quando vêm me procurar, encontram a psicóloga, e, quando ou se encontramos uma necessidade de constelar, nós temos, no outro dia, um outro momento. Como psicóloga, eu tenho vários recursos, porque a vida humana não é linear, é extremamente subjetiva.

Nesse sentido, eu concordo com o autor maravilhoso Alexander Loyd, que é um PhD. O livro dele *O Código da Cura* fala das cinco eras da cura. A primeira era é a dos chás; depois a gente vem para a reza, para a oração – todo mundo tem um chá, uma oração, "Põe a mão aqui na minha cabeça" –; aí as coisas foram evoluindo e vieram as indústrias farmacêuticas, com as pílulas – "Tome remédio, tome comprimido" –; depois veio o corte do corpo, as cirurgias; e finalmente ele fala da era da energia. E como a gente vai quantificar a energia nesse ser humano extremamente subjetivo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, eu quero colocar mesmo as constelações familiares como um recurso extraordinário para a terapeuta Rose Militão, porque as pessoas que chegam precisam da terapia e da psicologia, precisam da Rose que trabalha com *reiki*, precisam da Rose consteladora, precisam da Rose que trabalha com as cartas do Instituto OH-Cards, do Instituto Alemão, que a gente chama de cartas terapêuticas; às vezes, precisam da indicação de um livro, de um filme. Eu uso todos os recursos para que eu possa ser um instrumento de cura.

Nesse sentido, onde é que a constelação familiar se situa? Ela é uma abordagem pragmática de intervenção, com foco na solução de problemas. E é claro que ela precisa de boas escolas, de boa fundamentação. Quando você é um constelador, isso não faz de você um terapeuta de família. Assim como os colegas já mencionaram, existe gente utilizando práticas, técnicas de todas as formas, e tudo isso é comum.

Eu quero terminar minha fala dizendo o seguinte: será que a psicologia dá conta, ou a psiquiatria dá conta, ou a medicina sozinha dá conta de tanto adoecimento? Será que nós damos conta de nós, os brasileiros, sermos os campeões de ansiedade no planeta Terra? Será que damos conta? Será que damos conta de, a cada quatro segundos, uma pessoa se suicidar no mundo? Será que damos conta? Enquanto a gente fica dizendo se é ciência, se não é, se é charlatanismo, se é pseudociência, deve-se olhar para esses números das depressões. Ao mesmo tempo que o Brasil é, na América Latina – nós somos os felizes –, o primeiro lugar na felicidade, também nós somos o primeiro lugar nas depressões. Há um adoecimento endêmico, sistêmico e sistematizado.

Eu acredito que o foco das constelações, assim como o de tantas outras terapias, saindo desse lugar das terapias alternativas para as complementares integrativas, fazendo parte das Pícs, é um lugar que veio para ficar. Precisamos estudar mais, e isso precisa acontecer nas universidades; precisamos olhar para essas técnicas com mais seriedade e nos apropriarmos disso, porque realmente o adoecimento é endêmico e uma abordagem só, um aspecto só não vai dar conta nunca disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, Dra. Rose Militão, diretamente de Fortaleza, no Ceará.

A Dra. Rose é psicóloga e constela há mais de 15 anos. Ela fundou a Escola de Constelação Familiar do Ceará.

Muito obrigado pela sua participação aqui nesta audiência pública, diretamente de Brasília, aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais.

É importante também a gente fazer um anúncio aqui. Antes da fala da Dra. Rose, eu fui informado de que nós temos mais de 600 mensagens só durante esta audiência, fora as que foram recebidas aqui nos últimos dias. No total, nós temos 600 mensagens. Eu dei uma olhada agora no YouTube aqui do Senado, está sendo transmitido ao vivo pelas redes sociais do Senado, e há quase 5 mil pessoas assistindo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simultaneamente. É muito bacana isso. Eu acho que é papel desta Casa ouvir sem julgamentos uma demanda legítima da sociedade. Eu fico muito feliz com essa participação. Acho que será a primeira de muitas sessões que nós teremos aqui no Senado Federal sobre esse assunto.

Eu passo imediatamente a palavra para a Daniela Migliari, que é terapeuta aqui do Distrito Federal, de Brasília.

Passo a palavra por dez minutos, com tolerância de dois. Fique à vontade.

Muito obrigado pela presença aqui, Daniela.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes e aos que estão nos ouvindo pela internet.

Agradeço pelo espaço ao Senador Eduardo Girão e a toda sua equipe, que de forma tão aberta e tão democrática vêm criando espaços de escuta, de fala. Que a gente possa entrar em contato com a diversidade, um assunto de que nós já tratamos aqui: sobre o quanto é importante conseguir conviver com aquilo que é caro e que é fundamental a tantas pessoas e, ao mesmo tempo, poder ouvir o diverso, ouvir o que pensa diferente e que, obviamente, vai nos enriquecer, vai nos fazer crescer e melhorar.

Muito antes de ser terapeuta, eu sou jornalista de formação, sou escritora e procurei a formação de consteladora familiar por necessidade própria. Eu não tinha a intenção de me tornar terapeuta. Durante muitos anos eu atuei no jornal *Correio Braziliense* justamente na área de jornalismo científico, porque a minha grande paixão é a área da ciência. Tenho irmãos engenheiros, sou casada com um cientista da computação e sempre tive um especial carinho pela área da ciência. Então, eu me formei nessa área. Hoje em dia, eu tenho uma agência de assessoria de imprensa que atua nessa área de jornalismo científico – a gente atende a grandes instituições aqui no Brasil, no Distrito Federal, locais também. Então, a ciência, para mim, é algo que é incontestável. Eu não estaria aqui hoje se não fosse a ciência médica, que tantas vezes já me apoiou. Eu passei por situações de quase morrer e fui salva pela ciência. Então, eu tenho um olhar muito caro e muito cheio para esse tema.

Ao mesmo tempo, na minha alma, há um espaço muito grande para a filosofia, para uma expressão diversa também de hipersensibilidade, de poesia, de arte, de literatura – sou escritora, tenho quatro livros publicados –, e eu não me sentia capaz de cindir isso dentro de mim. A minha vontade era de juntar essas partes. Então, naturalmente, eu fui percebendo, inclusive com a citação que o senhor fez, Senador, de Allan Kardec, que nos dizia claramente que a fé raciocinada é aquela que olha frente a frente a ciência a cada momento durante o seu tempo. Então, eu não acredito numa perspectiva de que é isso ou aquilo. Eu acredito que, se tudo está aí, é porque é isso e aquilo. E como que a gente pode cooperar?

E, naturalmente, nessa minha busca, inclusive por questões de vários sintomas que eu tinha de sofrimento mesmo, eu busquei e continuo buscando diversos médicos aos quais eu sou imensamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grata, mas percebi, inclusive ouvindo de alguns deles: "Olha, não há explicação isso que você está sentindo. Precisa olhar algo além". Busquei também psicólogos, terapeutas e tenho um profundo apreço pela Psicologia, pela Psicanálise, pelas diversas escolas que vêm e, como todos os colegas aqui hoje já falaram, por aquelas pessoas que praticam essas frentes com responsabilidade, com presença e com cuidado. Então, naturalmente, quando eu me deparei com isso, eu percebi que essas duas coisas poderiam se unificar e fui tendo grandes ganhos físicos, mentais, emocionais e espirituais, frutos desse encontro, depois, sem precisar me desfazer de um ou de outro, conjugando Medicina, Psicologia, porque a gente sabe que a constelação familiar não implica uma relação de vínculo, uma vinculação que vai ali toda semana, como um psicólogo vai. São histórias diferentes que não querem substituir, não querem suplantar, não querem se dizer maior, não querem se dizer menor; querem se dizer cada uma no seu lugar. E eu gostaria de que as pessoas que veem isso como uma ameaça que ampliem o olhar e que vejam que, na verdade, é uma soma, é algo que vai cooperar para o bem de todos.

E, como escritora e jornalista, eu passei, desde 2015 para cá, a publicar esses textos a respeito dessa visão sistêmica da vida, porque Bert Hellinger foi um filósofo muito dedicado à área a que eu gosto muito de me dedicar também, e, ao escrever sobre isso, Senador, simplesmente escrever sobre isso, as pessoas, ao lerem algo, já se sentiam, entre aspas, "consteladas".

Ao ler um poema como os de Rilke, que era o poeta favorito de Bert, ler um conto, uma história, ver uma imagem que Bert criava por meio das suas imagens e das suas metáforas, e ele ia auxiliando a pessoa que estava ouvindo ali do outro lado da poesia, daquele texto, a construir uma imagem, uma imagem curativa, porque a constelação se dá por meio dessas imagens. Então, se isso podia acontecer por meio de um texto, eu comecei a me dedicar a escrever sobre isso, mas principalmente focada nesse "a começar em mim", pela minha necessidade. E, sendo uma jornalista da área de jornalismo científico e trabalhando com isso e tendo um profundo respeito e apreço pelo processo científico, eu me vejo muito aberta a essa iniciativa, porque isso só vai nos enriquecer para que a gente possa melhorar os nossos caminhos. Eu acho que é importante, como todo conhecimento novo que vem, acontecer esse tipo de questionamento.

E eu quero contar uma história de uma vez que eu escrevi um texto que conjugava a minha visão espírita e espiritualista e a visão das constelações familiares. Era um texto chamado "Todos Pertencemos". E aí uma pessoa, uma psicóloga, viu esse texto – ele está em vídeo também –, me escreveu e falou assim: "Dani, eu vi esse seu texto, eu o achei tão bonito, mas me explica uma coisa: como assim 'todos pertencemos'? Eu sou psicóloga, eu estou atendendo a uma criança de nove anos que passou por uma tragédia familiar terrível, cujo pai assassinou a mãe. E esse menino não está falando, esse menino não está brincando, ele não sorri. E como que esse pai pertence? Que história é essa?". Foi uma mensagem pelo Facebook que eu recebi. E na hora eu falei para ela: bom, essa justiça da Terra... A justiça divina, muitas vezes, a gente gostaria de puxá-la para as nossas mãos, mas é algo que não contribui de forma específica, porque não estamos naquele lugar. Então, para o pai dessa criança há um juiz da Terra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já atuou, há a justiça divina que certamente atua e é muito além da nossa compreensão... Então, dentro do seu coração, o que eu acho que você pode experimentar é simplesmente entrar no não saber. Eu não sei o que moveu esse homem a fazer isso com essa mulher. Está preso? Está passando pelo que passa? Mas no seu coração você pode se abster de ser aquela que vai julgar, porque ele já foi julgado como deveria pela Justiça da Terra, a divina se encarrega, mas no seu coração você pode se recolher e dar um lugar a ele simplesmente como pai do seu paciente. Abster-se de julgar nesse "não saber" não é dar razão para esse pai que assassinou a mãe – entendam bem –, é simplesmente dar um lugar e não julgar, e você continuar atuando com essa criança. Você não precisa falar nada sobre isso com o seu paciente de nove anos.

E se passaram duas, três semanas, e ela me escreveu, e foi algo que simplesmente ela leu. Não foi... Foi assim, dentro de um texto, de uma poesia, e ela me falou que a criança tinha feito um desenho da família e que tinha finalmente conseguido colocar o pai, sem ela sugerir nada, e ele tinha voltado a falar, porque ele estava sem falar há muitos meses, e voltado a sorrir simplesmente pela mudança na postura dela, no coração dela. Nunca, não é dar razão àquele assassinato, óbvio que não, mas se recolher nessa sistêmica, porque, com aquela criança, que é feita de metade desse homem e viveu já uma violência tão gigantesca dentro da família, só de ele estar próximo de alguém que se abstém de julgar essa metade biológica dele, digamos assim, que se abstém de julgar essa metade que o compõe, ele se sentiu acolhido ali, sabe? E, como esse exemplo, há tantos outros.

Então, eu acabei me formando para me constelar em mim mesma, na minha própria família, vi os efeitos disso no meu coração e continuo precisando muito dessa filosofia, dessa técnica. E, conforme eu vou vivendo, até o último dia da minha vida, eu vou compartilhando e vou falando, mas sempre com esse lugar de profundo respeito a todas as profissões, à ciência, a cada coisa em seu lugar, que podem, sim, colaborar juntas.

E eu vejo com ótimos olhos essa iniciativa de hoje, de a gente poder ouvir os nossos colegas; o Daniel Gontijo, que está aqui, infelizmente só ele presencialmente. E é sempre uma área de respeito, porque todos pertencem a ela, e a gente tem essa possibilidade de crescer juntos.

Era só isso que eu queria falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Eu agradeço em nome da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Daniela Migliari, pela sua presença aqui.

Imediatamente, eu já quero passar aqui a palavra para o nosso querido irmão Juiz de Direito Sami Storch. E eu já lhe passo a palavra, com dez minutos para sua apresentação e dois de tolerância, mais uma vez agradecendo a todos os que estão aqui no Senado Federal, presencialmente, e também aos que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puderam vir e estão de forma remota. Inclusive, há muitas, estão se acumulando perguntas. Eu não vou conseguir fazer todas, eu quero pedir a compreensão aqui de todos vocês, no final, que se manifestaram, mas há muitas perguntas sobre a pandemia, o impacto sistêmico que há, as pessoas que vivenciaram em casa. Foi um momento de muita reflexão, de muito medo, de muita dor; foram mais de 600 mil brasileiros que faleceram nessa pandemia. E como a constelação familiar pode ajudar nisso? Essa é uma pergunta que tem se repetido muito, aqui, das pessoas que estão nos assistindo.

Então, já passo a palavra para o Dr. Sami Storch, que é Juiz de Direito e que gentilmente atendeu ao nosso convite para vir fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. SAMI STORCH (Para expor.) – Bom dia a todos!

Senador Eduardo Girão, quero inicialmente agradecer a oportunidade, parabenizá-lo pela iniciativa de trazer esse tema para o foco aqui no âmbito do Senado.

E, examinando as falas e a presença também, a participação de cientistas, em nome da ciência, eu quero saudar os cientistas. Eu lembrei agora que meu pai, que faleceu no ano passado, participou ativamente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ele era amigo pessoal do Miguel Nicolelis, e eu tenho em alta conta os cientistas. E eu mesmo me considero um cético: eu, para acreditar numa coisa, não é assim só por ouvir dizer não, sabe? Eu gosto de comprovar, ainda mais quando uma coisa parece meio fantástica: é aí que eu quero ver mesmo, porque eu também não duvido, porque eu sei que existem coisas impressionantes, não é?

Então, foi assim que eu conheci as constelações também: falaram-me maravilhas das constelações, e eu fui para um *workshop* com o Renato – minha primeira experiência com constelação – e vi dinâmicas que existiam na minha família, e aquilo me causou um impacto profundo e melhorou muito meu relacionamento com meus pais, e a minha vida ganhou assim uma nova dinâmica a partir do estreitamento do vínculo com os meus pais, do respeito, e eu fiquei maravilhado e comecei a estudar. Eu advogava na época e logo percebi também o impacto que isso poderia ter no tratamento de questões jurídicas, porque o Direito é um campo um tanto emaranhado, em que muitas questões perduram por anos e anos e anos sem uma solução, e, às vezes, dependendo de como lidam com isso, as pessoas sofrem ainda mais por conta do tratamento dado na Justiça pelos advogados, pela perpetuação de dinâmicas de violência, de agressão, de rompimento de vínculos, não é? E, na constelação, eu vi conciliações em um nível profundo dentro de famílias, entre pessoas que se sentiam agredidas por pessoas próximas que tinham vínculo de amor por trás, e a constelação tem esta capacidade de trazer à luz, trazer à tona esse amor e de mudar a dinâmica das relações.

Quando eu ingressei no Judiciário, em 2006, imediatamente percebi as incoerências entre as práticas judiciais tradicionais – algumas, não é? –, entre o processo como era até algum tempo atrás –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque isso já vem mudando –, mas a incoerência entre essas práticas e as leis sistêmicas que trazem harmonia nos relacionamentos, e comecei gradualmente a trazer as leis sistêmicas para a minha prática e comecei a observar resultados maravilhosos, assim, conflitos longos, de dez, quinze anos, inventários em que irmãos não se falavam, brigas entre pais e filhos, e eu via na minha frente, na sala de audiência, as pessoas se reconciliando, abrandando os corações e se compreendendo, compreendendo quem é que estava agindo de forma inconsciente, assumindo um papel que não lhe cabia e se libertando da dinâmica de conflitos.

Então, isso foi com práticas que não exigiam aplicar constelação propriamente dita, mas exercícios, algumas visualizações, algumas falas, algumas... Então, isso foi me encorajando, e, como nunca tinha sido feito isso, depois de alguns anos me capacitando, fazendo formações, eu resolvi... Eu tive que fazer um interrogatório de uma menininha sobre a guarda em relação a ela. Era a mãe e a avó brigando pela guarda da menina, e o interrogatório dela foi uma constelação na sala de audiência. E ela expressou de um jeito puro, inocente, de quatro anos de idade, o amor que ela sentia pela mãe e pela avó, e isso as sensibilizou.

Elas estavam aguerridas, pedindo perícias, brigando, sem se falar, e, quando elas viram aquela constelação, elas imediatamente perceberam o que que estava por trás e elas mesmas se aproximaram. E o processo acabou, assim, perdeu a razão de ser aquele conflito. E, depois, eu comecei com dinâmicas coletivas, juntando grupos de pessoas com processos com temas comuns. E observei, assim, alguns resultados impressionantes, como um casal que, em decorrência de um divórcio, tinha 25 processos, entre ação de alimentos, execução de alimentos, denúncias criminais por fraude e outros. E, depois de uma constelação em que eles viram a origem oculta, o que que estava impedindo a compreensão do casal... Eu não me lembro qual que era o caso. Talvez eles nem tenham constelado o caso deles, tenham participado de uma constelação de outra pessoa. Mas, quando vem à luz algo, por exemplo, uma criança que morreu, algum drama que não foi expressado, que não foi dito, que não foi olhado, uma dor que não foi adequadamente sentida, aí aquilo ficou prejudicando o desenvolvimento do relacionamento... E aí, quando eles viram aquilo, quando chegaram à audiência, algumas semanas da depois, eles eram amigos. Estavam numa postura carinhosa, imediatamente fizeram acordo em todos os processos, nos que não cabia acordo eles pediram para os respectivos juízes para extinguir e, algum tempo depois, todos os processos foram extintos.

E assim há muitos outros exemplos. Uma pessoa que era reincidente, vivia frequentando a delegacia de polícia numa cidade pequena, era conhecida na cidade, e, depois de frequentar as constelações, houve um que virou frequentador e ele percebeu o vínculo que ele tinha com os filhos, o vínculo que ele tinha com a mulher, como ele projetava as questões dele com os próprios pais e tornava-se violento e viciado. E aí depois ele largou as drogas, arrumou emprego... Houve um impacto tão impressionante na comunidade, que, por conta desse rapaz, me deram o título de cidadão dessa cidade, porque ele era conhecido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as poucas pesquisas que nós temos – são poucas, porque a gente não tem tanta estrutura e cada juiz não tem tantos processos assim – vêm mostrando um índice em ações de família de mais de 90% de conciliações, em que as próprias pessoas se resolvem. Não é que eu decido com base na constelação; naturalmente as relações se harmonizam em grande parte dos casos. E, depois que isso ganhou mais visibilidade, outros juízes vêm replicando a prática, cada um com algumas adaptações e obtendo índices semelhantes. Foram feitas pesquisas também com adolescentes envolvidos em atos infracionais. Eu sei de duas pesquisas, e ambas obtiveram em torno de 90% de não reincidência, é um índice bastante alto. Outras medidas socioeducativas não obtêm esse índice de êxito.

E, nos questionários que vêm sendo submetidos às pessoas que participam, a aprovação é ampla; não é unânime, mas é ampla. Grande parte das pessoas percebe como isso vem melhorando os seus relacionamentos, além de melhorar na solução dos processos. Casos de inventário, como eu mencionei, dez, quinze anos, que, depois de uma constelação, em que se mostra uma ordem que não foi reconhecida anteriormente, por exemplo, a ordem entre os filhos... Os filhos que vieram de um primeiro casamento, que precederam o segundo casamento, e aí, no segundo casamento, às vezes os filhos conviveram mais com o pai e se sentem mais merecedores, e, quando eles percebem que houve quem veio primeiro e houve quem pagou um preço para que a mãe tivesse uma outra família e eles pudessem existir, isso traz um reconhecimento, uma humildade, coloca cada pessoa no seu lugar e traz uma harmonia. E aí o processo se desenvolve e se desemaranha, não é? Então, questões antigas que se desemaranham. As pessoas se libertam de um sofrimento antigo. Então, além dessas práticas, eu observei, a gente tem observado como as leis sistêmicas podem influenciar na visão do Direito à dignidade da pessoa humana; a gente olhar para esse ponto, a dignidade da pessoa humana, com maior amplitude, reconhecendo que a dignidade de alguém é a dignidade de ser como é, ser filho de quem é e ter a origem que tem. E não há um superior a outro; não se precisa fazer gambiarras ou ficções para dizer que uma pessoa é digna, ela é digna assim como é. Então, reconhecendo o lugar do pai dessa pessoa, o lugar da mãe dessa pessoa, o lugar de eventualmente quem vem depois dos pais, no caso de adotantes. Esse é um dos pontos que, às vezes, é polêmico nas constelações, como se os adotantes não fossem importantes. Mas não é isso. Trata-se de reconhecer o lugar de cada um. Uma criança se sente mais digna sendo quem é quando ela pode reconhecer que o seu pai biológico, sua mãe biológica têm o seu lugar, vieram primeiro; depois, há os adotantes nos seus lugares. Ela se sente preenchida. Cada pessoa importante na sua vida ocupa o seu lugar, e ela cresce.

Há outras questões que às vezes provocam alguma polêmica, como o aborto. A constelação mostra o quanto o aborto impacta as famílias. Então, é uma realidade. Quem trabalha com constelação vê isso com frequência. Um aborto abala a estrutura familiar, e a gente percebe também que quanto mais abala quanto mais não é falado, quanto mais é um tabu, é proibido. Não por ser proibido, mas por ser um segredo. Quando é um segredo, as pessoas banalizam, às vezes fazem como se não fosse nada e não tocam no assunto porque, no fundo, elas sabem que existe uma dor envolvida nisso. E muitas vezes isso tem consequências nos irmãos que vêm depois, no próprio casal; o relacionamento de casal sofre um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abalo depois que existe um abordo. Não é só a constelação que vê isso, os terapeutas podem observar isso também. Isso pode ser comprovado. É possível verificar nas pesquisas, na sociedade o que é verdadeiro e o que não.

Acho importante falar nesse tempo que me resta que, para os consteladores que trabalham na área pública, é importante reconhecer a importância dos outros campos profissionais, não abrir mão do auxílio de um médico quando precisar, quando a questão for médica; não abrir mão de um terapeuta quando for uma questão... Eu não digo para uma pessoa que constela: "Larga mão do seu psicólogo". Eu falo: "Você está fazendo acompanhamento psicológico? Que bom! Enquanto você sentir que é necessário, continue fazendo". Não é para substituir um remédio, substituir outra abordagem, é auxiliar.

Dentro do âmbito estatal, saber que o Estado é laico. Quem for trabalhar no âmbito estatal é importante ter essa postura laica, de respeito às compreensões, às religiões. A constelação não entra em conflito com isso. Nas constelações nós não lidamos com dogmas, isso é importante também, nem do que o Bert Hellinger falou. Nós aprendemos muito com o que Bert Hellinger falou, mas ele nunca falou: "Repita o que eu falo, porque é isso e pronto". Ele falava: "Observe". E, às vezes, ele não falava nada. "Eu vou demonstrar", e demonstrava uma dinâmica. É isso que vale.

Então, para quem conhece, para quem quer conhecer a constelação, eu recomendo que procure se expor a um trabalho e observar. O que faz sentido faz sentido, a gente percebe. Não é porque alguém disse que é ou porque alguém disse que não é. Vamos estudar. Então, mais uma vez eu louvo os cientistas e convido os cientistas a nos ajudar nessas pesquisas para observar o que se traz de benefícios. É uma ciência social no âmbito do Judiciário, então a pesquisa não se dá da mesma forma. Não é laboratorial, nós observamos o comportamento das pessoas, o desenvolvimento dos relacionamentos, o que acontece com os processos, a postura das pessoas na vida, a reincidência em questões judiciais, e isso é passível de pesquisa, sim. Eu acredito muito nisso e acredito que algo com tanto potencial precisa mesmo de mais olhar, de mais estudo.

Grato pela oportunidade. Vamos em frente para buscar também conhecer mais dos potenciais, dos limites, conhecer também onde não é adequado, onde é adequado e em prol da pacificação da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Sami Storch, Juiz de Direito que veio aqui trazer as experiências. É importante isso que o senhor colocou, a questão de que essa ferramenta da constelação familiar veio para auxiliar, não veio para anular outras ferramentas. Ela veio para somar e não para diminuir. Essa consciência é bem interessante. Aliás, essa palavra consciência tem tudo a ver, o despertar de consciência tem tudo a ver com o que a gente está conversando aqui.

Mas vamos ouvir o outro lado também, porque, além de nós estarmos num ambiente democrático, nós estamos aqui para buscar a verdade. Ninguém é dono da verdade, e a gente sabe que fazemos parte de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema, todos. Então, há o lado que pensa divergente, e a gente precisa olhar, analisar, e nós estamos juntos aqui para, de alguma forma, aprendermos uns com os outros. Eu, a pedido das pessoas que, vamos dizer assim, pensam de forma diferente sobre a constelação familiar, nós vamos fazer uma sequência agora dos que são contrários. E, como eu disse aqui no início, por termos um número de duas pessoas a mais do que os que são favoráveis, nós vamos dar um tempo maior. Então nós vamos dar 12 minutos de tempo base – já peço a equipe para colocar 12 minutos –, chegando a 15 na tolerância. Foi isso, não é Daniel? Dar 12 chegando a 15.

Então, vamos começar aqui pela sequência com o Dr. Marcelo Takeshi Yamashita, que é professor e está nos dando aqui a honra de participar pela videoconferência. Muito obrigado, Dr. Marcelo Takeshi Yamashita, o senhor tem 12 minutos com a tolerância de 3, totalizando 15. Muito obrigado.

O SR. MARCELO TAKESHI YAMASHITA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Eu vou pedir licença para fazer uma apresentação de eslaides aqui. Eu gostaria de pedir para os técnicos aqui habilitarem o compartilhamento.

Todos conseguem ver a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. MARCELO TAKESHI YAMASHITA (*Por videoconferência.*) – O.k.

Bom, então boa tarde, Senadores e Senadoras. Eu gostaria de agradecer ao Senador Sérgio Petecão pelo convite e dizer que é uma grande honra poder falar nesta Casa.

Meu nome é Marcelo Yamashita, eu sou físico, e provavelmente vocês devem estar se perguntando por que um físico foi convidado para falar em uma audiência pública que vai tratar de um assunto primordialmente da área de psicologia. Essa foi também uma das perguntas que eu fiz ao Senador quando ele me dirigiu o convite, mas quando me foi encaminhado, então, o requerimento para a instauração dessa audiência pública, um dos motivos da minha presença está colocado no eslaide seguinte: eu extraí um trecho da justificativa do requerimento do Senador Eduardo Girão para a realização desta audiência. Então, vou passar para o próximo eslaide.

Esse é o trecho que eu extraí da justificativa do requerimento. Está escrito: "Esta terapia impressiona por sua ação no nível anímico [...]. Isto ocorre porque forma-se um campo quântico no qual a telepatia atua como resultado da interconexão entre os níveis energéticos das mentes humanas". Eu destaquei a parte que diz respeito especificamente à física: campo quântico e níveis energéticos.

Então, caso você, Senador, Senadora, ouvínte aí que nos acompanha pelo YouTube, pela TV Senado, não tenha entendido direito o que está escrito aqui nessa justificativa, mas você ficou com a sensação de que a culpa é sua por desconhecer conceitos complexos, então parte da missão do texto já foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprida: ao misturar de maneira incorreta e imprecisa diversos termos da física, o texto se fantasiou de ciência. Você colocou, você agregou valor a esse texto utilizando termos da física, mesmo que eles não façam sentido.

Eu não tenho a pretensão aqui de explicar de maneira detalhada o que é a mecânica quântica em menos de dez minutos, mas eu vou tentar dar uma ideia de por que isso que está colocado aqui não faz sentido. Eu não vou entrar na questão específica da constelação familiar. Eu não sou especialista, há psicólogos que falarão depois de mim que podem tratar mais especificamente sobre esse assunto. Eu vou me ater à questão da física, do que foi colocado aqui.

Bom, e essa tal de mecânica quântica, que todo mundo fala? A mecânica quântica começou no final do século XIX, começo do século XX como uma série de hipóteses. Então eu vou frisar bem a palavra aqui: uma série de hipóteses que descreviam muito bem alguns trabalhos, alguns resultados experimentais que haviam surgido na época e que não podiam ser explicados através da física que se conhecia na época e que hoje nós chamamos de clássica, aquela física que vemos no colégio, a física do Isaac Newton. O nome "quântica" é derivado da palavra *quantum*, que foi utilizada para se referir a quantidades físicas que não podem assumir qualquer valor.

Vou dar um exemplo aqui: lembrem daquele seletor antigo, das televisões antigas, onde você podia escolher um determinado canal, um canal 0, 1 ou 2, e você não tinha a posição 0,5 ou 1,5. Isso é o que a gente chama de quantizar; era 0, 1, 2, 3 e assim por diante.

Agora, a mecânica quântica é aceita e utilizada hoje em dia... Algo da ordem de 30% do PIB dos Estados Unidos, por exemplo, é baseado em tecnologia que utiliza a mecânica quântica, mas ela é aceita e utilizada porque as pessoas disseram que é assim que a natureza funciona? A resposta é um sonoro "não". Experimentos bem feitos e reproduzidos por diferentes grupos do mundo mostram que ela funciona. Então, não foi porque alguém falou que ela funciona que ela está sendo usada, não foi porque alguém escreveu um livro por aí que foi publicado que as pessoas a usam. Não, é porque experimentos bem feitos foram reproduzidos por diferentes grupos no mundo. A mecânica quântica é uma das teorias mais testadas na física, e ela tem dado certo até hoje, não encontraram falhas na mecânica quântica. Então eu gostaria de enfatizar aqui que, quando eu digo "experimentos", eu estou me referindo a investigações cuidadosas que levam em conta um desenho adequado do experimento, ou seja, o número de dados é suficiente, a amostra é adequada, e o tratamento estatístico de dados é bem feito; não estou falando de qualquer experimento feito por aí.

Nessa linha de experimentos bem feitos, eu queria dizer que os relatos individuais de casos, como apareceram tanto aqui nas falas que me antecederam, esses relatos individuais não têm nenhum valor científico. Não adianta eu dizer que na minha casa eu tenho um moto-perpétuo quântico, algo que funcionaria eternamente sem injetar energia, mas que esse moto-perpétuo só funciona quando eu estou sozinho. Isso é um relato de caso, é um relato individual, eu posso dizer que funciona para mim, mas, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém consegue reproduzir, esse é um relato de caso e não tem valor para a ciência. Não adianta eu dizer que, porque a vizinha da minha avó ou do meu tio deu um depoimento sobre a geringonça, ela funciona. Isso não tem nenhum valor científico. Fatos científicos não são definidos com depoimentos, como não se define o formato da Terra em um plebiscito por exemplo; então não é um balanço entre as pessoas que acham que a Terra é redonda menos as pessoas que acham que a Terra é plana.

Desculpa, eu passei aqui.

Então, a mecânica quântica pode ser estendida automaticamente para o nosso cotidiano, como foi dito em uma das falas que me antecedeu aqui? Eu posso dizer que seres humanos se comportam como átomos e moléculas? Novamente a resposta é não. Essa foto que eu coloquei para ilustrar aqui do lado desse eslaide é um experimento de aprisionamento de átomos a baixíssimas temperaturas, em condições hiperdelicadas. Por que eu digo hiperdelicadas e a temperaturas baixíssimas? Porque, se eu colocar tudo isso no nosso ambiente, no dia a dia, isso aí é destruído. Então, ela foi colocada somente para ilustrar o nível de sofisticação necessário para podermos observar as propriedades quânticas dos sistemas e para elas não serem destruídas pelo nosso ambiente. A própria temperatura ambiente destrói todos esses fenômenos aí, que são muito delicados e que as pessoas às vezes gostam de mencionar, de emaranhamento quântico. Isso é destruído no nosso ambiente.

Então, o mundo macroscópico em que vivemos, apesar de nele nós usarmos diversas tecnologias baseadas na física quântica, na mecânica quântica – e aí eu cito o *laser*, ressonância magnética, radioterapias –, o nosso mundo no dia a dia é clássico, ou seja, eu consigo descrever muito bem os fenômenos do meu dia a dia usando aquela mecânica, aquela física criada por Isaac Newton, antes mesmo do surgimento da mecânica quântica. Então, essa transposição automática dessa lógica, desse conjunto de regras que funcionam para átomos, moléculas e núcleos não pode ser simplesmente transposta para o nosso mundo ou para o nosso dia a dia.

Então, vamos voltar novamente àquilo que está colocado no requerimento, campo quântico e telepatia. Qual é a relação entre a mecânica quântica e a telepatia? Aqui eu gostaria de fazer uma menção a um termo que foi cunhado pela médica Harriet Hall, que cunhou essa expressão, que é a ciência da fada do dente. O que é a ciência da fada do dente? A ciência da fada do dente é uma expressão utilizada para designar o estudo de um fenômeno antes de estabelecer se ele existe. Por exemplo, eu posso medir a quantidade de dinheiro que a fada do dente deixou sob o travesseiro, eu posso investigar se o pagamento é maior para o primeiro ou o último dente ou se a recompensa é maior para um dente embalado em plástico ou em um lenço de papel. Eu posso coletar esses dados de diversas crianças, para ter uma estatística razoável sobre o comportamento e as preferências pessoais da fada. Só há um detalhe: a fada do dente não existe e é uma explicação muito mais plausível para os resultados experimentais. Então, da mesma maneira que não existe a fada do dente, também não existe nenhum experimento controlado bem-feito demonstrando a existência da telepatia. Como a mecânica quântica produz alguns resultados diversos da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física newtoniana ou clássica, pessoas que acreditam em fenômenos que não podem ser explicados pelas regras clássicas gostam de apelar para o jargão quântico para dar a impressão de que suas crenças são plausíveis, mas isso não procede. Cada alegação precisa ser avaliada em seus próprios méritos, em experimentos adequados.

Já estou finalizando a minha apresentação.

Qualquer raciocínio que derive de premissas absurdas não deve ser levado a sério. Se eu aceito, por exemplo, que um é igual a dois, eu posso concluir qualquer absurdo a partir daí.

Então, finalizando a minha apresentação, eu só gostaria de dizer que o trecho que consta na justificativa é um caso típico de pseudociência, é algo que se fantasia de ciência para tentar justificar algo. A referência à mecânica quântica na justificativa do requerimento não tem nenhum respaldo científico.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Prof. Marcelo Takeshi Yamashita, que participou diretamente conosco, de forma virtual, desta audiência pública aqui no Senado Federal.

Deixo muito claro que a gente está ouvindo os dois lados com muito respeito. A questão suscitada aqui sobre o requerimento que deu origem a esta sessão é apenas uma forma de se formalizar o início de um debate. Eu não sou cientista, eu não sou constelador, apenas quis introduzir o debate aqui. A gente não deve ir atrás do mensageiro, e, sim, buscar a verdade sobre a mensagem. A gente está ouvindo especialistas aqui hoje, de um lado e de outro, e a população que está nos assistindo vai tirar suas próprias conclusões.

Eu repito: este, acredito, será o primeiro de uma série de debates que esta Casa vai realizar sobre este assunto para efetivamente avançar num tema que interessa, sim, à população brasileira. Nós, que, de alguma forma, estamos em contato, representando a população brasileira, sentimos isso nas ruas, nos mercados, nas conversas, e não podemos nos omitir em algo que tem feito muito bem às pessoas. Nós temos que ouvir os dois lados, mas, ao mesmo tempo, atender os anseios da sociedade sobre esse tema e procurar, de alguma forma, dar respostas, avançar, para que outras pessoas possam ser beneficiadas com relação a isso.

Então, nós vamos passar, imediatamente, agora, a palavra para o Daniel Gontijo, que também está aqui conosco, presencialmente, que é professor. *(Pausa.)*

Ele está pedindo aqui que o Tiago Tatton fale primeiro. O.k. Ele é Diretor Científico da Iniciativa Mindfulness do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tiago Tatton, eu agradeço desde já a sua participação, a sua presença nesta sessão do Senado Federal, da Comissão de Assuntos Sociais. Muito obrigado.

O senhor tem doze minutos, com a tolerância de três, para concluir.

Aliás, já agradeço aqui, por ter ficado dentro do tempo, ao Sr. Marcelo Takeshi Yamashita. Muito obrigado pela participação.

O SR. TIAGO TATTON (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeitamente, Tiago.

O SR. TIAGO TATTON (*Por videoconferência.*) – Eu peço a autorização para o compartilhamento de tela. Deixe-me ver se já está, para daí, por gentileza, começar a contar meu tempo a partir do momento do início da minha fala também, se possível.

Eu tenho que alternar para meu documento escrito. Preciso saber se a minha tela está com os senhores aí. (*Pausa.*)

Correto? Um PowerPoint?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está aparecendo, Tiago.

O SR. TIAGO TATTON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, está bem. Obrigado. Vou iniciar a minha fala, então.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, Exmo. Senador Girão, Exmo. Senador Petecão e assessores, boa tarde.

Muito obrigado pelo convite. É uma honra e um privilégio estar entre vocês. Agradeço ao meu colega Prof. Marcelo pela fala e aos demais colegas pelas falas proferidas até o momento.

Eu admito que estou um pouco assombrado com o que ouvi até agora: campos morfogenéticos, era da energia, cura da alma, despertar de consciência, telepatia, foi citado Allan Kardec, fê raciocinada como modelo de pesquisa. Foi insistido também em honrar pai e mãe, que é um mandamento bíblico, correto? O que soa um pouco estranho para mim, para algo que se pretende política pública em um Estado laico.

Se as constelações familiares não fazem parte da ciência clássica, seja lá o que isso signifique, como foi dito por uma nobre colega consteladora hoje aqui, então as constelações familiares não deveriam estar na vida pública, com dinheiro público, deveriam estar tão somente dentro de lugares





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privados, clínicas, instituições. Políticas públicas ao redor de todo o mundo não podem se furtar de pesquisas experimentais ou ciência clássica, esse neologismo que foi replicado aqui pelos colegas.

Eu confesso que estou um pouco consternado. Não se faz política pública também através de testemunhos emocionados ou apelo à emoção. Isso, aliás, é uma falácia conhecida e que, em geral, demonstra falta de argumentação. Não se faz política pública se esquivando e criando novos conceitos de ciência para, daí então, encaixar opiniões pessoais que violam a própria filosofia da ciência. Eu entendo que opiniões são importantes, impactantes, mas ciência não se faz com opiniões, nem de cem, nem de mil pessoas. Fazer isso beira o irresponsável, o antiético e até mesmo é perigoso. É a boa ciência, em diálogo permanente com a sociedade, quem atua como fio condutor, como marca de segurança para o estabelecimento de políticas públicas eficazes, com alocação responsável de dinheiro público. É assim em qualquer lugar do mundo.

Vimos durante o auge da pandemia o quanto a boa ciência salvou vidas, mas também o quanto a má ciência fez estragos. Imaginem, senhores e senhoras, as meras opiniões emocionadas e permitam-me dizer aqui, com todo o respeito, que testemunhos, como vimos seguidamente até aqui, alguns até emocionados, são vistos usualmente em igrejas, mas estamos no Senado Federal, senhoras e senhores, discutindo política pública em um Estado laico.

Surpreendentemente, no Brasil, contra todo o bom senso, as chamadas constelações familiares e também esse termo cura sistêmica, prática sem validação científica e com forte marca de pseudociência, já são parte da vida pública na saúde e no Judiciário.

Mas por que a validação científica é importante, senhoras e senhores? O que ela é? Do que se trata?

Validação científica é quando após anos de pesquisas benfeitas, publicadas em jornais acadêmicos, revisadas por pares e não apenas números soltos, o meu excelentíssimo colega, Dr. Sami, citou aqui alguns números. Essas pesquisas, em grande número, aprovadas em comitês de ética, centenas de estudos experimentais controlados, um bom número de revisões sistemáticas benfeitas, estudos feitos no próprio país onde a intervenção ocorre com brasileiros, por exemplo, somente, então, conseguimos afirmar que esta ou aquela prática se apresenta como uma opção segura, eficaz e eficiente para determinada condição.

O meu colega Marcelo falou um pouco sobre isso. É somente após esse apanhado de anos de pesquisas que podemos dizer com clareza quais os benefícios e riscos de uma intervenção, para quem realmente funciona, se existem contraindicações, somente assim podemos falar em alguma validação científica.

O próximo passo, talvez, seria sugerir tal e qual prática como política pública, mas, nas constelações familiares, não bastassem os seus pressupostos duvidosos, que talvez até impeçam de se realizem pesquisas, campos quânticos, telepatia, intuições, ordens do amor, não preenchem nem de longe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses critérios de validação científica. As poucas pesquisas que temos são estudos insuficientes, de baixa qualidade, majoritariamente teóricos e qualitativos.

Um estudo de revisão recente, datado de 2021...

E, por favor, vejam se a minha tela alterou para os senhores. Eu tentei colocar o estudo na tela.

O estudo está na tela? Só para eu saber.

Sim?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está na tela, sim.

O SR. TIAGO TATTON (*Por videoconferência.*) – Esse estudo, datado de 2021, eu creio que ele será citado aqui, é uma das revisões mais recentes em que os autores encontraram 4 mil estudos possíveis sobre constelações, mas pasmem, apenas nove estudos puderam afirmar algum tipo de suposto benefício. Os demais, 3.991 estudos, não tinham qualidade mínima para serem avaliados. E mesmo esses novos estudos que encontraram supostos benefícios não eram delineamentos controlados, não tinham grupos de comparação adequados, ou seja, esses benefícios poderiam ser devido a outras condições, como simplesmente a pessoa ter recebido atenção, estar em grupo, estar podendo se expressar. Por isso, precisamos de estudos controlados, é assim que se faz.

Essa revisão mostrou também que as constelações familiares são uma intervenção que oferece risco. Nesses nove estudos, até 8% dos participantes tiveram algum efeito negativo; em mil pessoas, seriam 80 pessoas com efeitos negativos.

Isso precisa ser melhor compreendido e é só a boa pesquisa que vai nos mostrar. Não adiantam opiniões e testemunhos, senhoras e senhores.

Reparem que nessa revisão os autores viram que um participante inclusive teve uns escores de psicopatologia, de adoecimento mental elevado de maneira extrema após receber a intervenção constelação familiar. Sabemos de outras pesquisas que alterações dessa forma podem levar a desfechos extremos como depressão e até mesmo risco de suicídio.

Queremos isso no Brasil? Pergunto à sociedade brasileira.

Por fim, os autores desse mesmo estudo concluem que são necessários mais estudos, mais pesquisas para quaisquer conclusões. E eles alegam, está na tela dos senhores, infelizmente em inglês apenas, que existe uma vala imensa entre a teoria e as evidências, esses relatos e testemunhos.

Existe uma vala entre essa teoria, o que os outros dizem e os dados de pesquisa. Os dados de pesquisa não mostram nada do que as pessoas afirmam neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse estudo de revisão nos aponta que seguimos sem realmente saber se constelações familiares são seguras, eficazes, eficientes, mas, no Brasil, parece que é política pública. Como entender isso?

Em verdade, sua presença neste âmbito, sob qualquer ângulo, é, portanto, perigosa e injustificável. E os simpatizantes das constelações familiares se defendem alegando: "Mas nós estamos fazendo mais estudos, nós estamos nos organizando, nós criamos comitês e institutos". Uma espécie de nota promissória.

Senhores, isso é uma postura antiética, pois as constelações familiares já estão em pleno vapor na saúde e no Judiciário, inclusive dentro de universidades federais. Assombra que além da não evidência científica, teórica e experimental aumenta o número de relatos em jornais, *podcasts* e outras mídias de pessoas que se sentiram invadidas, invalidadas e violadas pelas constelações familiares, particularmente mulheres.

Mas, é claro, algo que adentra a vida pública com recursos públicos, avançando casas para além da ciência pode e irá trazer toda a sorte de efeitos. Não se enganem, senhores e senhoras, vejam por si sós e perceberão que em lugar algum do mundo essa prática faz efetivamente parte das políticas públicas de um país. Nada em sua concepção, nem mesmo possíveis benefícios pragmáticos para enfrentar a morosidade da justiça ou problemas na saúde pública devem atropelar, ignorar, violar os benefícios que séculos de avanço de ciência nos proporcionaram.

Escutem com atenção o que temos a dizer. Não se deixem encantar por depoimentos isolados de autoridades que alegam eficiência das constelações familiares baseados tão somente em suas experiências pessoais ou pessoas da família ou de onde trabalham. Quem mede segurança e eficiência de algo de modo confiável é a ciência. Afinal, quando você vai medir a dose do remédio que você vai tomar, você confia no seu médico ou nos seus vizinhos?

Nessa hora, esqueça o depoimento dos seus parentes, de artistas ou de autoridades. Quem relata eficácia, com todo o respeito, não são milhares de pessoas, mas a ciência. Não sejam fígados pelo lado emocional ou pelo mero pragmatismo. Não é assim que se constroem políticas públicas sérias.

E, por fim, vocês podem me dizer: "Tiago, mas foi maravilhoso para mim. Eu fiz, eu conheço centenas de pessoas que se beneficiaram. Por que isso não vale, Tiago?". É claro que isso vale, o seu depoimento tem valor, é óbvio, mas, em ciência, nós trabalhamos com grande representatividade. Como o meu colega, o Prof. Marcelo, falou, nós usamos estatística e um método para isso, para além da observação pessoal.

A validação científica de intervenções como constelações familiares, senhoras e senhores, só é feita através de grandes números e um método por detrás disso, que vai além das centenas de pessoas que eu conheço, que vocês conhecem. A ciência sistematiza, percebe as falhas de observação, os vieses e extrai desses grandes números de modo sistemático o que realmente precisa ser visto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, para finalizar, esses resultados são apresentados, os resultados de pesquisa são apresentados por uma comunidade de outros cientistas que vão tentar descobrir o que escapou ao meu olhar, à minha opinião. Mesmo em pesquisas muito benfeitas, aliás, é isso que faz delas benfeitas.

Se não fosse assim, bastariam as nossas opiniões ou testemunhos. Em termos de ciência, sobre as constelações familiares, tudo o que temos hoje são opiniões. Elas podem ser respeitadas, mas são opiniões.

Não há ética ou ciência que sustente e justifique sua presença dentro de espaços públicos, com dinheiro público. Se é para ouvir opinião, com todo respeito, Senadores, Senadoras, autoridades, leiam os comentários escritos no *chat* desta transmissão na página do Senado. O povo vem demonstrando fortemente a sua indignação. Leiam, por favor. A opinião do povo é preciosa. O povo não aceita, o povo não quer, ao menos neste momento, constelações familiares nos serviços públicos. O povo brasileiro é muito, muito inteligente. Ele não quer ser enganado.

Essa é a minha fala, agradeço o carinho e o respeito de todos vocês.

Muito obrigado. Passo a palavra para o meu estimado colega Daniel Gontijo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Tiago, pela sua participação, por ter dedicado o seu tempo a vir a esta sessão da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. É muito importante a gente perceber aqui... E repito que vai ser a primeira de muitas, acredito, sessões para tentar se buscar a verdade. A gente vê que há cientistas que pensam diferentemente. Então, é um assunto que a gente precisa tirar das sombras e esse papel esta Comissão está fazendo e vai continuar a fazer aqui dentro do Senado Federal. A gente sabe, de um lado e de outro, que a busca pela verdade existe, por alguns com mais contundência... A gente sabe que isso envolve conflito também de interesses. Eu estava olhando os comentários aqui e percebo, pelo menos os que chegaram até a mim, que está muito dividido. A gente não pode dizer que tende para um lado ou para o outro. Há muitas pessoas que se dizem gratas, beneficiadas, pessoas participando do *chat* aqui... A gente percebe que existe um clima de participação, o que é muito importante no processo legislativo.

Então, eu fico feliz com essa audiência e acho que a gente tem um longo caminho a percorrer para buscar fatos, cada vez mais fatos com base na ciência, e procurar, de alguma forma, encaminhar para ajudar mais pessoas.

Imediatamente, eu já passo a palavra para o Sr. Daniel Gontijo, que está conosco aqui no Plenário do Senado Federal. Ele é membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem doze minutos, com uma tolerância de mais três, para fazer a sua exposição. Muito obrigado.

O SR. DANIEL GONTIJO (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão. Quero agradecer também ao Senador Petecão pelo convite de participar desta discussão, e ao Alexandre, seu assessor, que foi e tem sido muito atencioso. Obrigado, Alexandre, também.

Bom, minha fala aqui hoje vai se focar no argumento de que a constelação familiar é uma pseudociência. E por que isso é tão problemático, ainda mais quando a gente pensa em sua inserção nos órgãos públicos, como no SUS e no Judiciário?

O que é uma pseudociência? Eu trago aqui a definição de um filósofo da ciência que é o Sven Ove Hansson, que, em 2021, estabeleceu três critérios. O primeiro desses critérios é que uma pseudociência é uma prática ou uma doutrina que aborda um tema que é de domínio da ciência, como, por exemplo, a saúde mental. Então, a gente tem a Psicologia e a Psiquiatria, que trabalham cientificamente com a saúde mental.

Para começar, uma pseudociência precisa falar de um tema de que outras ciências já falam. O segundo critério é que, diferentemente da ciência, a pseudociência carece de confiabilidade. Então, os seus métodos são ruins e não há evidências de qualidade que corroborem essas suas teses e a eficácia de uma prática, por exemplo. Este é um grande ponto: diferentemente da ciência, uma pseudociência não fornece confiabilidade. Em terceiro lugar, uma pseudociência possui proponentes que alegam ou passam a impressão de que essa sua prática ou essa sua tese é confiável, que funciona, que é algo que é corroborado por evidências. Exemplos de pseudociência, inclusive que estão no próprio SUS, sendo oferecidos lá, são o *reiki*, a terapia de florais e a quiropraxia. Não há evidências científicas de que essas práticas de fato curam ou ajudam pessoas.

E por que é importante a gente discutir isto: se é ou não é uma pseudociência a constelação familiar? Lá no livro *Ciência e Pseudociência*, do Prof. Dr. Ronaldo Pilati, que é professor aqui da Universidade de Brasília, ele lista alguns exemplos, alguns pontos problemáticos quando a gente fala de pseudociência. As pseudociências, por não terem aquela confiabilidade que eu mencionei, acabam iludindo a população, passando a impressão de que aquilo ali é verdadeiro e funciona, ainda mais – o que pode ser até mais complicado – trazendo promessas de cura; e desestimulam a pesquisa, porque muitas vezes chegam com respostas prontas ou com ideias que não são falseáveis. E o que é não ser falseável? É não ser testável, não ser passível de teste na ciência, o que é um grande problema, ou, como o Ronaldo Pilati também coloca, muitos de seus proponentes não estão abertos a testar isso aí, não estão indo atrás, não estão fazendo a pesquisa ou, às vezes, atropelam as etapas, querendo, por exemplo, como o Marcelo falou, testar a eficácia de uma terapia ou de uma intervenção sem se certificar de que existem pressupostos teóricos válidos, não é? Isso é queimar etapa na ciência também, muito perigoso, muito complicado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pseudociências também podem levar pessoas a abandonarem práticas baseadas em evidências, tratamentos que funcionam e também podem ser diretamente nocivas, porque a gente não tem essa confiabilidade de pesquisas para ver a sua segurança, então podem trazer riscos à população.

A questão, então, é: constelação familiar é uma pseudociência?

Bom, em primeiro lugar, pensando naquele critério colocado pelo Hansson, ela aborda, sim, tema da ciência, que são as relações familiares e relações sociais, ajudando supostamente as pessoas a terem *insights* e mudanças relativas às suas experiências conflitivas. Então, esse tópico está, sim, inserido na disciplina científica da Psicologia. Então, esse é um primeiro critério que a gente precisa considerar para avaliar se é uma pseudociência.

O segundo critério: será que carece de confiabilidade? Como o Tiago já colocou aí para a gente, previamente, os métodos e influências teóricas da constelação familiar são pouco confiáveis do ponto de vista científico.

Exemplificando com a perspectiva do Bert Hellinger, ele parte de bases teóricas que já são cientificamente problemáticas, como a programação neurolinguística, a análise transacional e a terapia primal. São disciplinas que não têm credibilidade científica, evidências robustas de que funcionam. Além disso, ele usa muito de suas intuições – usava, perdão – e *insights* para poder elaborar ou especular como as coisas funcionam, e isto não é um método confiável na ciência: simplesmente intuições, *insights*. Ele também alega ter feito várias descobertas, mas, pelo menos nas leituras que eu fiz de uns três livros dele, ele não descreve como chegou a essas descobertas, ou, pelo menos quando menciona, ele não faz referência a nenhum estudo científico. As experiências e observações pessoais dele são abundantes, e os meus colegas já haviam falado do problema disso, do ponto de vista científico, para se concluir qualquer coisa. E alguns autores, por exemplo, se não me falha a memória aqui, Marino e Macedo, num artigo de 2018, defendem que o Bert Hellinger também sofreu grande influência de sua visão meio espiritual ou religiosa, e um de seus colegas até falou que ele nem misturava muito espiritualidade e ciência. Então, existe esse questionamento também: até que ponto uma espiritualidade, uma religiosidade está interferindo ali em algumas ideias da constelação familiar? O que não seria uma postura aí muito científica.

Alguns pressupostos teóricos são bastante controversos também. Representantes sentiriam o mesmo que familiares, mesmo estando ausentes no momento de uma constelação? Que evidência a gente tem disso? No máximo, uma evidência anedótica – não é? –, esses casos que a gente tem ouvido por aqui, que não têm valor científico.

Soluções de constelações familiares afetariam misteriosamente a Família Real – muito estranho isso aqui. Essa ideia de ordens do amor, do pertencimento, ordem, por exemplo, essa precedência, níveis





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de importância, eu acho isso muito estranho. Gostaria de, quem sabe um dia, ver pesquisas apontando se isso realmente bate ou não bate, ou se é um achismo.

Mortes, abortos e exclusões impactariam gerações posteriores. Evidências? Doenças graves, como câncer e dores nas costas, poderiam decorrer de desordens sistêmicas. São muitas alegações extraordinárias, fora o campo quântico morfogenético também, que é uma ideia que é quase uma lenda urbana esse negócio de campo morfogenético. Há vários autores já problematizando isso daí, basta dar uma googlada que vocês vão ver muitos problemas disso. Telepatia, interconexão energética entre mentes... Não vou me delongar aqui.

E as evidências insuficientes, que também apontam para a insuficiência dessa confiabilidade: evidências anedóticas, que são esses casos que não têm valor científico; experiências pessoais, "eu me senti bem"; e uma escassez tremenda de evidências científicas a respeito de seus pressupostos e da eficácia da prática. O Tiago mencionou aqui, agora, uma revisão sistemática que conclui isso, que não existem evidências ainda suficientes. Os estudos são de qualidade muito baixa, não dá para a gente ter uma garantia de que existe segurança e de que as constelações funcionam no cuidado à saúde mental. Os próprios autores mencionam isso aí.

E há as experiências pessoais. Vocês contaram casos... Deixem-me contar uma história, então, rapidamente. Eu tinha quase 20 verrugas no meu joelho esquerdo, quando eu era criança, e aquele negócio me atormentava, porque eu jogava muito bola, queria ser jogador de futebol e me machucava para danar. Meu pai me levou a um benzedeiro, que fez lá uma oração para mim. Dali a algumas semanas, foram embora. É claro que meu pai até hoje acredita que foi o benzedeiro, só que ele se esquece de que eu também estava fazendo tratamento médico.

Então, existem muitas variáveis confundidoras que podem passar a impressão de que um procedimento como uma oração, ou um procedimento como uma constelação familiar funcionam, mas talvez outros fatores estejam envolvidos ali para passar essa impressão, como, por exemplo, viés de confirmação, viés de memória – não vou falar sobre todos detalhadamente, eu não tenho tempo –, efeito placebo, conformidade social, história natural da doença, regressão à média. As coisas melhoram por diversos motivos. O que garante que é uma constelação familiar que está ajudando essas pessoas que trazem esses relatos? Então, esse é um ponto muito importante, e a ciência está aí, para separar o joio do trigo, para ver se uma intervenção funciona ou está sendo explicada por outro tipo de processo.

Ela é apresentada no terceiro critério como científica ou pelo menos como muito confiável. O próprio Hellinger escreveu um livro em que ele fala que a Hellinger Sciencia é uma ciência do amor e do espírito. Então, é aquela pretensão, aquela forma de se expressar trazendo aquela credibilidade científica para a sua ideia. O Hellinger já foi visto como uma autoridade, até mesmo como dogmático, por algumas pessoas; ou um vidente, como Weber comenta lá na introdução de um dos seus livros; também como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentor da verdade, como também Beaumont também escreveu, se não me engano, em *O Amor do Espírito*, lá no prefácio.

E ela é apresentada como científico-confiável, pelo menos a gente vê aqui na Portaria 702, do Ministério da Saúde, a forma como ela é apresentada:

[...] [Essa] constelação familiar [...] [seria] uma abordagem capaz de mostrar [...] a raiz, a origem, de um distúrbio de relacionamento, psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, [...] [Olha o que está escrito aqui: indicando] uma solução prática e amorosa [...] podendo ser indicada para qualquer pessoa doente, em qualquer nível e qualquer idade [...].

Que pretensão! Como se garante isso aqui? E está aqui numa política pública. Olha o que está escrito aqui, de 2018, nessa portaria.

Portanto, a constelação familiar aborda um tema de domínio científico, que está dentro da ciência, que são essas relações sociais, os conflitos, que é da área da Psicologia, da disciplina da Psicologia. Em segundo lugar, ela carece de confiabilidade, métodos e evidências são muito ruins. E, em terceiro lugar, seus proponentes passam a impressão de que suas ideias e práticas são confiáveis. Isso tudo, então, como muitos cientistas vêm dizendo, corrobora essa análise que eu propus aqui para vocês, de que, sim, a constelação familiar é uma pseudociência.

No requerimento desta audiência – só para começar a finalizar – é descrito que essa terapia impressiona por sua ação no nível anímico, sua cura da alma e por sua dinâmica extraordinária, mas, como a gente que está na área da ciência e gosta de divulgação científica aprende lá atrás, cedo, alegações extraordinárias requerem evidências extraordinárias, como o saudoso Carl Sagan nos ensinou.

Então, para fechar, diante disso tudo que a gente tem exposto aqui hoje – não só eu, mas também meus colegas e outros que vão falar depois de mim –, eu deixo aqui essa pergunta para cada um refletir, os presentes e quem está assistindo aí a gente na internet: será que seria uma atitude ética oferecer uma prática tão controversa, uma pseudociência, conforme essa análise que eu apresentei, à população em órgãos como o SUS e o Judiciário, se a gente não tem essas garantias que são importantes, e que a ciência ajuda a estabelecer, a respeito de práticas? Será que é ético?

Com isso, eu concluo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem. Muito obrigado, Daniel Gontijo, que é membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências, pela sua apresentação aqui.

É um assunto que suscita realmente muito interesse das pessoas. É fundamental que a gente possa debater, que a gente possa ouvir os dois lados dentro dessa premissa democrática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria já chamar imediatamente aqui para participar a Gabriela Bailas, que é pesquisadora. Ela vai participar de forma remota, virtual. Eu queria convidá-la, agradecendo a presença dela, para que possa fazer a sua apresentação, por 12 minutos, com a tolerância de 3 minutos.

Agradeço desde já ao Daniel pelo cumprimento do prazo. Deixou até um crédito aí. *(Risos.)*

Obrigado.

A SRA. GABRIELA BAILAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Boa tarde a todos!

Eu vou fazer uma apresentação de eslaides também, mas, antes da minha apresentação, eu gostaria de pontuar algumas coisas que eu julgo muito importantes aqui.

Primeiro, para quem não me conhece, eu sou Ph.D. em Física Teórica. Eu moro no Japão, mas atualmente estou de férias aqui no Brasil. Então, é um prazer poder participar desta audiência.

Quero já agradecer o convite do Senador Eduardo Girão, do Senador Sérgio Petecão e agradecer a fala de todas as pessoas aqui presentes. Vimos muitos depoimentos emocionantes, depoimentos e até mesmo de histórias que quase nos fazem chorar. Mas a pergunta que fica é: quando estamos falando de políticas públicas, nós devemos estar focados na emoção ou em evidências científicas, em fatos? O que eu conto para uma pessoa não é uma evidência científica: é uma evidência anedótica. E, como disse Natalia Pasternak na CPI da covid, um conjunto de evidências anedóticas não forma uma evidência científica.

Então, antes da minha fala e da minha apresentação, eu vou responder a algumas perguntas que ficaram, como, por exemplo: como algo que pode estar no mundo todo pode ser ruim? E eu já peço desculpas pelas palavras que eu vou falar, mas estupro está no mundo todo e é ruim; o racismo está no mundo todo e é ruim; o machismo, o sexismo está no mundo todo e também é ruim. Então, coisas que estão no mundo todo também podem ser coisas ruins.

Também vou comentar aqui que, em diversos momentos, as pessoas que estão falando sobre constelações familiares trouxeram muito falas que envolvem mães, mulheres. Eu sou ativista pelo direito das mulheres, pelos direitos humanos, e, assim como eu sei que o Senado luta no combate à violência de gênero – e ontem mesmo outorgou o Diploma Bertha Lutz para uma pessoa muito importante, Flávia Cintra –, eu confio que o Senado também como eu quer acabar com a violência de gênero. Então, nós trouxemos falas como: o aborto de uma criança pode gerar uma outra criança com pensamento suicida; ou uma mulher com problemas com o marido e proibindo os avós paternos de ver uma criança gera uma criança com problemas. Bem, suicídio e transtornos mentais são regulamentados, são explicados pela Organização Mundial de Saúde e possuem tratamentos específicos.

Uma família bagunçada... O que seria uma família bagunçada? Como é a organização das famílias brasileiras? O que seria uma família organizada? Nós ouvimos muito "pai e mãe", mas nós sabemos que no Brasil existem inúmeras famílias que são compostas apenas por mães, avós; famílias homossexuais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também – e o relacionamento homoafetivo é autorizado no Brasil –; famílias em que os pais assassinaram mães... Então, no final a gente sempre tem a mulher como elemento central. E isso é muito bem registrado na obra de Bert Hellinger, que fala muito sobre a sociedade conservadora, sobre o pai estar acima da mãe.

Nesta reunião eu trouxe aqui algumas informações, que são reflexões muito importantes que eu quero trazer para vocês, sobre um tema que eu estudo há muitos anos.

Eu sou física, mas tenho muito interesse no assunto constelações familiares. Assim como meus colegas que falam a favor das constelações, temos juízes, temos administradores, temos jornalistas, e por que não físicos que também se interessam pelas constelações familiares? No próprio requerimento desta audiência encontramos a palavra "quântica", que é uma palavra da física, como o meu colega Marcelo Yamashita já explicou. Então, eu vou trazer alguns pontos específicos.

O primeiro deles é o que a população brasileira diz. Então, o meu colega que vai falar posteriormente, o Mateus França, lançou ano passado uma ideia legislativa que atingiu, em quatro dias, 20 mil apoios para banir a prática de constelação familiar das instituições públicas. Hoje, nós somos a consulta pública, Sugestão nº 1, de 2022, que vai ser julgada pela Comissão de Direitos Humanos. E já contamos com mais de 23 mil apoios para banir as constelações familiares. No evento interativo desta audiência, mais de 90% dos comentários, para não dizer 95%, uma estatística por alto, as pessoas são contra as constelações.

E, vejam bem, eu não estou falando para banir as constelações do mundo. Eu estou falando que as constelações familiares não devem estar no poder público. Existe uma diferença. Se a pessoa gosta muito de constelação, ela pode pagar de forma privada por uma constelação, ir a um grupo de apoio, ou fazer da forma que ela achar mais interessante, mas políticas públicas necessitam de evidências científicas.

Eu vou falar um pouquinho da base das constelações, porque eu já li grande parte da obra de Bert Hellinger, bem como inúmeros artigos científicos falando de constelação familiar.

Então, nós temos no livro *As Ordens do Amor*, p. 152, o Bert Hellinger comentando sobre o incesto. Em diversos momentos da sua carreira e da sua obra, ele fala sobre isso. Ele explica que, quando uma mulher fala sobre abuso – e, nesse caso, uma criança que sofreu o abuso... Incesto com criança é estupro, é pedofilia, para deixar bem claras as palavras – desculpem os termos. Quando um pai ou um padrasto abusa sexualmente de uma criança, a criança tem que dizer: "Mamãe, por você eu faço isso; papai, pela mamãe eu faço isso". Ou seja, existe um desequilíbrio no sistema, e essa criança é estuprada pelo seu pai, porque a sua mãe não deu amor o suficiente. Isso se repete na obra de Bert Hellinger – ele tem quase 90 livros. Eu já li boa parte da obra de Bert Hellinger, para citar, inclusive, as páginas da obra – está bem?

Então, nós temos este ponto muito importante: a base da constelação familiar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, outro ponto interessante é uma palestra que Bert Hellinger fez em Quioto, em 2001, em que explica que um assistente social o procurou em termo de uma adolescente que foi agredida sexualmente. E Bert Hellinger falou: "Se você levar o agressor à Justiça, esta vítima espiará o que for feito ao agressor". Ou seja, a vítima vai sofrer pelo que acontecer com o agressor. E, supostamente, depois, esse assistente social disse que essa vítima estava querendo pular pela janela. E Bert Hellinger disse: "Esse foi o resultado da ação justiceira dele". Não será que essa menina foi violentada e, por isso, ficou traumatizada e não tenha nada a ver com a ação justiceira? E, não, vocês podem estar pensando: "Mas isso Bert disse há muito tempo!". Mas notícias na mídia recentemente alertam para as mulheres denunciando que a Justiça reabre feridas com método que reencena agressão de conflitos.

Então, existe um debate muito grande no CNJ sobre revitimização. O que é isso? Quando uma mulher, sim, como eu... Porque, se vemos os índices de abusos de mulheres, feminicídios no Brasil, estupro de crianças, violência doméstica, eles são altíssimos. Revitimização é fazer a vítima viver novamente o trauma. E é isso que a constelação familiar faz dentro de um tribunal. Faz a mulher relembrar tudo o que aconteceu com ela – mulheres hostilizadas nos tribunais por juízes. Na notícia do Metrôpoles – para quem quiser ler, está lá –, uma juíza hostilizou uma mãe que se recusou a participar de uma constelação familiar, supostamente um convite, e não uma obrigação.

Então, uma palavra muito usada na constelação, que inclusive vimos nos discursos anteriores, é honrar. Será que eu tenho que honrar agressores? Será que eu preciso honrar estupradores? Essa é uma pergunta que fica para todo mundo que está aqui assistindo.

O Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (Cedm) do Rio de Janeiro publicou uma nota inteira sobre constelação familiar, na qual diz: "Essa prática é ilegal, de acordo com a Lei Maria da Penha". A responsabilidade de atuar na prevenção, atenção e punição dos atos praticados contra mulheres e violência de gênero é dever exclusivo do Estado, que não pode privatizar esses crimes para soluções domésticas como constelação familiar.

E, falando em privatização no Brasil, diversas pessoas que atuam em constelações familiares possuem suas próprias marcas, suas próprias empresas, suas próprias universidades. Deixaríamos então o poder público à margem de um empresário, de uma pessoa ou o Estado não pode depender de marcas registradas? Essa é uma outra questão que fica.

Bert Hellinger não só falou sobre estupro. Ele também falou sobre câncer, que pacientes com câncer querem morrer, e que mulheres com câncer de mama possuem problemas com suas mães. Mais uma vez, a mãe é o centro de todos os problemas supostamente; a mulher é o centro dos problemas, e o homem fica sempre superior.

A gente sabe que a OMS, que as autoridades de saúde explicam de onde vem câncer de mama. É multifatorial. Não podemos afirmar que uma mulher que tem um problema com sua mãe vai desenvolver





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um câncer de mama. Isso é errado, para não dizer antiético e anticientífico. E pessoas que têm câncer desejam morrer? De onde veio essa informação? Como vamos culpabilizar pacientes com câncer, uma doença terminal muitas vezes, uma doença que gera um trauma psicológico em muitas pessoas? Como a gente vai falar que essa pessoa teve câncer porque queria morrer? Onde estão as evidências científicas?

Depois temos também os centros de constelações familiares sistêmicas e diversos consteladores explicando que pessoas com esquizofrenia, bipolaridade ou possivelmente autismo teriam esse "problema", entre aspas, decorrente de pessoas de uma linhagem passada, alguém que sofreu um assassinato na família. Aqui a gente fala de uma técnica supostamente terapêutica ou de reencarnação, espiritismo, vidas passadas? Cada um de nós tem uma crença, uma fé, uma religião, e isso não pode estar acima do Estado, não pode estar no poder público, porque o nosso Estado é laico. Imagina se eu colocar a minha religião, a minha crença acima dos demais! O Brasil é um país plural. Temos umbandistas, espiritualistas, kardecistas, como falamos aqui nesta palestra inúmeras vezes, católicos, evangélicos e por aí afora, judeus... Então, a gente vai colocar uma prática que é religiosa?

Constelação familiar não é aceita internacionalmente. A própria Alemanha, berço da constelação familiar, emitiu uma nota dizendo que considera a prática de constelação familiar segundo Hellinger eticamente injustificável e perigosa para os afetados. A Ordem dos Psicólogos Portugueses também não aceita constelação familiar.

E aqui nós temos que o método científico segue passos exatos. Saímos da observação, passamos por diversos passos até a conclusão. A constelação familiar saiu da observação e foi para a aplicação em órgãos públicos. Como pulamos todo o método científico?

Então, não é que cientistas não têm interesse, é que a constelação familiar pulou todas as etapas, já foi aplicada e, agora, supostamente, faz maravilhas. Se a gente quiser fazer pesquisa científica, voltamos do começo. Como o Berti disse, tudo isso é baseado na observação, não há teoria sobre isso, e a gente pulou tudo. Constelação familiar ignora o método científico, não é ciência e não possui evidências científicas. Causa danos irreparáveis para inúmeras vítimas. A pergunta que fica é: por que estamos usando isso no sistema público brasileiro? Por que constelação familiar está sendo aceita? Por que estamos discutindo se a constelação familiar deve ser aceita ou não, quando parte da população não quer constelação familiar? E, se um dia pensarmos em colocar constelação familiar no poder público, a gente tem que voltar tudo, até o primeiro ponto do método científico, que é a observação.

E, para mim, a constelação fere os direitos das mulheres, os direitos humanos e, sim, dentro da Justiça já temos inúmeros relatos que revitimizam mulheres e corroboram com a violência de gênero. Podem assistir, podem ler os artigos nos jornais. Eu trabalho com constelação familiar no meu canal do YouTube, onde eu faço comunicação científica, e recebo diversos relatos. Só que o ponto aqui é que evidências anedóticas não são evidências científicas. Precisamos de pesquisa científica, se quisermos usar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dinheiro público, o dinheiro de impostos, o dinheiro de todos os brasileiros em uma prática que, como já foi provada aqui pelos meus colegas, é pseudociência e não deveria estar nos órgãos públicos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação, Gabriela Bailas, que é pesquisadora.

Nós vamos ter a oportunidade de ouvir depois aqui, obviamente o contraponto, vamos ter outros palestrantes aqui que vão falar. Inclusive foram citados pela Gabriela alguns pontos aqui da obra do Bert Hellinger que eu acredito que devam ter algum tipo de contraponto ao longo desta reunião, até porque nós teremos agora a participação do Mateus Cavalcante de França, depois do Paulo Almeida, que são duas pessoas que vão também falar contra a constelação familiar. Depois nós temos o Décio Fábio, o Mateus Santos, que são a favor, podem ter essa oportunidade ou deixar para o final, porque no final a gente vai ter cinco minutos para cada participante. Eu acho que há pontos que precisam ser esclarecidos sobre algumas colocações que foram feitas e que necessitam de esclarecimento sobre a obra, vamos dizer assim.

Eu passo imediatamente a palavra agora para Mateus Cavalcante de França, que é pesquisador. Agradeço a participação dele, deixando claro que ele tem 12 minutos para fazer a sua exposição e mais três de tolerância, dentro do que a gente combinou aqui no início, para dar um equilíbrio e para ser bem democrático com relação a esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. MATEUS CAVALCANTE DE FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Estendo também meus agradecimentos ao Senador Sérgio Petecão pelo convite.

Vou me apresentar um pouco, certo? Inicialmente, creio que vai ser importante pegar um pouco da minha área e o que minha área tem a dizer sobre o tema de constelações familiares, especialmente no sistema de Justiça, no Judiciário.

Eu sou Mateus França, eu sou pesquisador de Sociologia do Direito, e um dos assuntos, um dos temas que são caros à Sociologia do Direito é a compreensão de como o Direito, como o campo jurídico interage com outros campos da sociedade, e um deles é o campo acadêmico, naturalmente. Então, em minha base de pesquisa nós contamos com pesquisas sobre a interação entre o campo jurídico e o campo científico, o campo acadêmico, para justamente entender como é essa permeabilidade. E foi discutindo esse tema, foi discutindo esse tipo de relação que chegamos, eu cheguei e outros colegas chegaram ao tema da constelação familiar, que vem sendo implementada como meio alternativo de resolução de conflitos em diversas comarcas no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que chamou a atenção é que a constelação familiar, apesar de algumas afirmações que tentam dar um verniz científico, tentam dar um caráter científico, enfrenta várias fragilidades nessa tentativa. Eu acho que o exemplo mais evidente, que foi trazido aqui por mais de uma fala, é o conceito de campo morfogenético, um conceito de fato proposto por um biólogo, só que ele mesmo não chama de descoberta, ele chama de hipótese. Ele reconhece que é uma hipótese e que, portanto, não há comprovação, não há evidências que sustentam a afirmação da existência desse tal campo morfogenético.

Então, o que chamou a atenção nessa história, nessa relação entre a constelação familiar e o campo jurídico foi: como é que a gente está pegando uma prática que não tem base em evidência – então a gente precisa acreditar nela para que ela faça sentido na nossa cabeça, então isso depende de uma crença –, como é que a gente está pegando isso e colocando no poder público? Porque naturalmente, no poder público, uma pessoa que não compactua daquela crença pode estar inadvertidamente sendo submetida àquilo.

Eu entendo os argumentos de que são feitos convites, são feitas propostas, mas uma outra contribuição que a Sociologia do Direito pode trazer a isso é que a relação entre o Judiciário e o cidadão é desigual. Se uma pessoa recebe um convite de um juiz, se a pessoa recebe uma proposta de um juiz, ela não está se sentindo convidada, ela não está se sentindo exatamente na possibilidade de recusar. Inclusive, posso já mencionar de antemão uma das denúncias feitas na mídia, se eu não me engano está em uma matéria publicada pelo *Metrópoles*, de uma mulher que havia recusado a participação numa sessão de constelação familiar no Judiciário e disse que, quando chegou à audiência perante a juíza, ela foi constrangida. No relato dela, ela afirma que foi constrangida pela juíza, que falou algo do tipo: "Muito bonito... Ao invés de vir aqui para a constelação familiar, a senhora estava passeando no *shopping*". Então, será que tem mesmo esse caráter opcional?

A gente precisa rever algumas afirmações que são feitas, porque um dos pontos da Sociologia do Direito é que o Direito fala de como as coisas devem ser, mas muitas vezes elas não se comportam como elas deveriam. Então, o que é supostamente um convite nem sempre é percebido pelo sujeito como um convite, certo? Então, a gente tem que ter essa visão crítica quando faz alguns tipos de afirmação.

Então, foi isto que me chamou a atenção: qual foi o caminho, o que levou, o que que leva uma prática que depende de que você acredite nela a ser implementada enquanto política pública em órgãos públicos?

Então, eu e a colega Marina Guagliariello começamos essa pesquisa. Essa pesquisa está em andamento, temos uma publicação de alguns resultados preliminares, que foram revisados por pares, mas também queremos levar mais resultados para que também sejam revisados por pares, porque é assim que funciona no campo acadêmico. E nós decidimos então fazer uma análise dos argumentos que são levantados por agentes do campo jurídico que defendem o uso de constelações familiares nesse campo, nas práticas do Direito. Nós analisamos esses discursos em plataformas públicas. Eram discursos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicados em plataformas como o YouTube, o Spotify, enfim, plataformas audiovisuais de acesso público. Nós partimos inclusive do pressuposto de que essas pessoas podem estar querendo ajudar, podem ter boas intenções, na verdade. Então, quando fizemos essa decisão a princípio, a gente decidiu dar esse benefício e só considerar os argumentos que estão sendo dados.

Quando analisamos os argumentos, eles são vários, inúmeros, e vários deles correspondem ao que se chama, na teoria da argumentação, de falácia.

Há falácias como o apelo à multidão: muitas pessoas usam, está em toda parte, está em tantas comarcas, está em tantos países... Isso é um argumento de apelo à multidão. É um argumento que impressiona, claro, mas a gente tem que percebê-lo criticamente também. Será que algo, por estar disseminado, é intrinsecamente positivo? Será que algo, por estar disseminado, efetivamente funciona? São perguntas que não são feitas quando esse tipo de argumento é levantado.

Outro argumento comum que também é uma falácia é o apelo ao oculto. O apelo ao oculto é quando a gente faz referência àquilo que não foi descoberto, àquilo que ainda está para ser entendido, àquilo que está oculto, que está inconsciente, que está escondido. Isso também é problemático, porque, se a gente fala de algo que não foi descoberto, como a gente afirma que foi, como a gente afirma que existe? Algo que não foi descoberto não é necessariamente algo real.

E também é comum o uso de evidências anedóticas. As evidências anedóticas já foram levantadas aqui em mais de uma fala dos meus colegas. As evidências anedóticas são esses relatos pessoais.

Eu acredito, na verdade, que uma pessoa que se submeteu a constelações familiares possa se sentir bem, ela pode sair feliz, ela pode se sentir bem atendida. Isso é possível, assim como uma pessoa pode ir a um culto religioso e se sentir bem atendida. Ela pode sentir que aquele culto religioso a ajudou a resolver seus problemas. E eu acredito que isso acontece, eu acredito que isso acontece. Como o meu colega Daniel Gontijo contou, isso pode acontecer por inúmeros motivos. Então, se eu vou, como eu já fui, a templos religiosos e saí me sentindo bem, eu não posso afirmar, com base nisso, que aquelas divindades cultuadas naquele templo existem. A gente entra em outras afirmações que são também perigosas quando a gente trabalha apenas com evidências anedóticas. As evidências anedóticas não permitem que a gente faça um controle de variáveis.

Então, por que é que essas pessoas se sentiram bem? Foi necessariamente por causa daquela intervenção ou outras coisas podem ter acontecido? Nas ciências sociais, a gente também trabalha com controle de variáveis. Isso é importante, porque, quando a gente faz afirmações generalizáveis, que é o tipo de afirmação que é feita quando se fala em constelação familiar, a gente precisa de métodos de coleta de dados, de análise de dados, que permitam afirmações generalizáveis. As evidências anedóticas não são esse caminho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente trabalha com esse tipo de metodologia, com esse tipo de investigação, a gente também não pode ficar preso a frequências, a gente não pode ficar preso ao que a gente chama de estatísticas descritivas, como acontece, por exemplo, em alguns questionários de satisfação: "Você se sentiu bem?" "Você gostou?", "Foi bom para você?", "Você sente que isso o ajudou com seu problema?". Claro que aquilo fala quantos por cento afirmaram cada coisa, quantos por cento afirmaram "sim" ou "não", é um resultado, mas a gente tem que entender as limitações desse resultado. Isso é o que a gente faz na ciência, em cada trabalho que a gente faz; em cada pesquisa que a gente faz, a gente aponta as próprias limitações, e isso não é feito nas pesquisas que envolvem constelações familiares. Então, a gente tem fragilidades e comportamentos que fogem à prática do campo acadêmico, que fogem à prática do campo científico.

Quando a gente quer dialogar com nossos pares, a gente precisa desse tipo de controle, a gente precisa descrever como esses dados foram coletados, o que muitas vezes não é feito. Quem aplicou esse questionário? Foi enviado por quem? Assinado por quem? E repito: quando a gente usa frequência descritiva, quando a gente fala em um percentual de pessoas que responderam "sim" ou "não", a gente não está considerando outras variáveis, e existem testes estatísticos que permitem que a gente considere outras variáveis para investigar fragilidades naquela afirmação.

Também é frágil a afirmação de só comparar essa frequência descritiva com outro percentual de outra técnica, de outra prática, de outro meio de resolução de conflitos, por exemplo. A gente não faz esse tipo de teste só olhando uma frequência, olhando outra frequência e dizendo que uma é maior do que a outra; as amostragens podem ser diferentes, a coleta pode ter sido diferente. A gente precisa juntar tudo em um modelo estatístico que possa afirmar que é diferente. Se a gente não fez isso, a gente não pode fazer essa afirmação, essa afirmação não pode ser feita, e são afirmações assim que normalmente são utilizadas para falar da pretensa, da suposta eficiência da constelação familiar.

Portanto, a gente não tem justificativa para trabalhar a constelação familiar enquanto política pública. Eu repito, como outros colegas disseram: a própria ideia legislativa fala de instituições públicas, então nada impede que alguém procure uma constelação familiar no âmbito privado, assim como nada impede que alguém procure uma igreja, um centro espírita, um templo de umbanda no setor privado, em seu âmbito privado. A gente não vai trazer médiuns, não vai trazer confessionários para o Judiciário porque alguém se sentiu bem, porque alguém sentiu que aquilo o ajudou a resolver seus conflitos, não concordam? A gente precisa trabalhar com evidências antes de inserir, não é depois; a gente trabalha com essas evidências antes da inserção enquanto política pública.

Outra questão que nós percebemos e, no avanço da nossa pesquisa, isso foi evidenciado é que os discursos são dispersos. Os discursos que justificam o uso de constelação familiar no Judiciário não são unânimes, não são unificados. Como é que a gente usa? É com boneco? É com boneco na água? É com pessoas representando outras pessoas, representando sentimentos, enfim, o que for? A gente usa para que tipo de caso? Será que a gente usa para casos de violência doméstica ou não? Será que a gente usa na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário? Ou será que a gente só usa em outro tipo de instituição pública? Não existe consenso! Nem mesmo nesses discursos existe um consenso. Então, a gente tem que também cuidar – já estamos encerrando – de como essas afirmações são levantadas, e essas afirmações são levantadas em conjunto, como se estivessem sempre tratando do mesmo tipo de afirmação.

E aí eu queria só voltar à questão das denúncias. Depois que meu trabalho foi divulgado, que meu trabalho com a Marina Guagliariello foi divulgado – eu sou coautor da Marina Guagliariello –, eu recebi muitos comentários: alguns comentários bem hostis, para ser sincero, e também denúncias, denúncias de vítimas, de pessoas que se sentiram humilhadas em uma constelação familiar, especialmente no Judiciário. E por que elas não falam? Por que elas não falam por aí? Porque elas têm medo. Voltamos àquele ponto inicial, que é a desigualdade da relação entre o Judiciário e o cidadão. O Judiciário, por mais que ele não queira necessariamente assustar, assusta, assusta o cidadão. Então, algumas denúncias foram mobilizadas na imprensa, elas podem ser consultadas na imprensa com facilidade, mas muitas não são feitas, muitas denúncias não são feitas. Claro que as denúncias são também evidências anedóticas, elas são relatos de experiências. Eu não posso, com base nas denúncias, dizer que todas as pessoas passaram por aquela experiência, mas elas evidenciam uma coisa, que é o perigo de a gente trabalhar com a prática que não tem base alguma em evidência no poder público. A gente está expondo a população a esse tipo de risco, porque não se investigaram os cuidados, não se investigaram os riscos e não se investigou sequer se isso tem uma base lógica em seu funcionamento.

Muito obrigado pelo tempo, peço desculpa se extrapolei o meu limite e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo boa tarde. Muito obrigado pela sua participação aqui, Paulo Almeida, que é Diretor-Executivo do Instituto Questão de Ciência, não é isso? Questão de Ciência. Muitíssimo grato pela sua participação e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Opa, perdão, perdão, já estou aqui, já estou aqui na... É Mateus Cavalcante de França, que é pesquisador, e eu lhe agradeço demais a sua participação.

Agora, sim, a gente vai ouvir o Paulo Almeida, que é Diretor-Executivo do Instituto Questão de Ciência e que vai fazer uma exposição para a gente agora em 12 minutos. É o tempo de fala, mas a gente, já de antemão, deixa aí consignados três minutos de tolerância.

Então, já passo imediatamente a palavra para o Sr. Paulo Almeida. Muito obrigado.

O SR. PAULO ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Agora eu estou com vídeo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer ao Senador Girão e agradecer também o convite feito pelo Senador Sérgio Petecão para que eu pudesse conversar com vocês aqui um pouquinho sobre constelação familiar nesta audiência pública.

Quero falar bem rapidamente sobre o meu currículo.

Eu sou psicólogo e advogado, sou mestre em psicologia também e estou fazendo doutorado em Administração Pública agora, sou Diretor-Executivo do Instituto Questão de Ciência e sou o principal organizador, o pesquisador principal do Observatório de Políticas Científicas, que está no âmbito do Instituto Questão de Ciência. Por isso, então, até um pouco pelas minhas formações, por onde eu transitei acadêmica e profissionalmente até hoje, esse tema das constelações familiares me afeta bastante, porque envolve políticas públicas, envolve Psicologia, envolve Direito, e vou tratar um pouquinho disso logo a seguir.

Antes de entrar especificamente nas constelações familiares no Judiciário, eu quero trazer uma questão um pouquinho mais ampla, que é discutir um pouco sobre quais são as condições que permitem que as pseudociências tenham relevância no Brasil. E a discussão sobre constelações familiares é um fenômeno aparente desse outro fenômeno maior que é como práticas pseudocientíficas conseguem ganhar espaço, ganhar relevância e se tornar grandes onde deveria haver um debate técnico que não permitisse que elas chegassem a esse tipo de destaque.

Então, aqui, no Brasil, dá para pontuar muito claramente que as pseudociências que não conseguem se sustentar, não conseguem pautar o debate científico, estão à margem dos consensos científicos, estão à margem do escrutínio correto pelo método científico buscam se utilizar de uma excessiva permeabilidade institucional que existe no Brasil para se tornarem oficiais. Na ausência de filtros institucionais que criam um crivo pelo qual uma prática, uma técnica, uma terapia devesse passar para que pudesse ser discutida – e não é nem aprovada; para ela pudesse ser discutida –, a gente tem uma porta aberta para que todo tipo de prática de pseudociência, em última instância, de alguma coisa que é muita picaretagem propriamente dita seja inserida oficialmente dentro do ordenamento jurídico ou dentro da prática de algum órgão do Executivo, dentro de um trâmite legislativo.

Consigo dar exemplos muito práticos disso. A homeopatia, por exemplo, tem um consenso científico absoluto sobre sua ineficácia. E isso é endossado, há décadas, pelo Conselho Federal de Medicina, muito porque existe um *lobby* de médicos homeopatas que ganham a vida com esse tipo de prática – e é uma prática absolutamente pseudocientífica. Num passado muito recente, a ponto de a gente conseguir resgatar facilmente pela memória, houve o caso da fosfoetanolamina, que teve um projeto de lei aprovado pelo Congresso, a pílula do câncer, uma panaceia que curaria todo tipo de câncer que pudesse existir, absolutamente ineficaz, criada por um professor da USP que claramente não sabia do que estava falando. A gente oficializou uma prática sem respaldo nenhum, à revelia da Anvisa, por um projeto de lei. Não houve um mecanismo no meio do caminho que bloqueasse isso. E lembro que isso foi um projeto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei proposto pelo Bolsonaro e sancionado pela Dilma, o que quer dizer que está completamente disperso no espectro político. Isso não é um fenômeno localizado, é um fenômeno global. Também de maneira relativamente recente, a gente teve a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, que existe a partir de um decreto do ministro da saúde. O que essa política faz? Ela insere, no âmbito da atenção à saúde básica do SUS, coisas como dança circular, ozonioterapia, lamaterapia, reiki e mais um monte de coisas – são 29 no total – que não têm o menor respaldo científico e já estão sendo utilizadas dentro do contexto do SUS. E o que está lá no meio também? Constelações familiares.

Então, existe um caminho pelo qual muitas pseudociências driblam o debate técnico-científico e usam de uma abertura que existe em outros caminhos para ir se inserindo e ganhando relevância. Hoje, especificamente, eu consigo citar nominalmente constelação familiar e ozonioterapia como duas dessas práticas que estão tentando obter relevância, aceitação, adoção e oficialização por essas exatas mesmas vias, e não pelo debate técnico e científico.

Existe por trás dessas práticas, dessas teorias, dessas pseudoterapias, não um interesse efetivo em aperfeiçoar o conhecimento sobre saúde, porque, senão, o debate estaria ocorrendo em outra esfera. Existem por trás disso, primordialmente, interesses financeiros e corporativos. E como isso se dá? Se há uma oficialização por lei, por decreto, se há uma autorização por um órgão de classe, isso é o primeiro passo que vai endossar alguns outros passos futuros, que são, dentre alguns, vários: a regulamentação da profissão, que é algo que acontece, que está acontecendo – existem projetos de lei para regulamentar a prática de constelador e a prática de ozonioterapeuta –, o que leva, uma vez que está criada essa demanda, por um lado, à criação de cursos de ensino superior e a uma consequente reserva de mercado, que, por sua vez, vai retroalimentar a dispersão disso na comunidade e uma pressão para que isso ganhe mais espaço. Isso é um mecanismo que precisa ser combatido. Constelação familiar é uma cabeça da Hidra, a gente precisa enfrentar o monstro inteiro.

Então, falando especificamente sobre o Legislativo, que é o contexto que eu estudo mais, que eu estou enfrentando de maneira mais frontal na minha pesquisa, a ciência não é vista e deveria ser, por princípio de eficiência da administração pública, um pilar importante de análise de projetos de lei, e ela não é. A gente tem constitucionalidade, tem orçamento e o resto tramita por diferentes Comissões. Então, rotineiramente a gente vê questões de fundo técnico, questões de fundo científico tramitando em rito terminativo, ou seja, sem deliberação em Plenário, cujo mérito é analisado, por exemplo, em Comissão de Seguridade Social e Família, em instâncias que não deveriam ser as instâncias ideais para discutir temas tecnicamente complexos. E isso, determinando o ritmo terminativo, vai para sanção e invariavelmente a gente empurra muita coisa que não deveria existir pela via oficial. Isso é muito preocupante. Então, o meu olhar está no pontual, mas também está no institucional e como isso é um fenômeno a partir dessa questão global.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí falando um pouco na prática, nas instituições, alguém trouxe aí que "Ah, está sendo aplicada em empresas. Vejam que maravilha!", empresas estão utilizando constelação familiar. Vamos lembrar que o uso, no contexto privado, não é endosso de qualidade. Muito pelo contrário, a gente está cansado de ver empresa promovendo capacitação de gestores a partir de programas de programação neurolinguística, de gerenciamento quântico, de toda variedade de *coaching* pseudocientífico que vocês conseguirem imaginar. Então, utilização no contexto privado não é endosso de sucesso e de eficácia de uma prática.

E, deixando muito claro e reforçando o que os colegas já falaram, nós não queremos banir a existência de constelação familiar. No ambiente corporativo, como eu acabei de citar, no ambiente privado, isso pode ser usado sem problema nenhum, lógico que desde que esse uso privado esteja dentro dos limites da lei e que os praticantes que excederem estejam sujeitos a eventuais sanções penais e civis. Mas nós não temos nada, a princípio, quanto ao uso disso dentro do contexto privado.

O problema é a hora em que a gente começa a transmitir isso para dentro do setor público. E aí eu vou focar principalmente no jurídico, mas não sem antes mencionar a pedagogia sistêmica, que é uma proposta de uso disso dentro do ambiente escolar, que não tem relevância acadêmica alguma e não tem respaldo comparativo no mundo, é uma jabuticaba. Espero que esse debate não cresça, porque, por enquanto, ainda é marginal, é residual.

Agora, dentro do ambiente jurídico, a coisa é um pouco diferente. Começou numa esfera federal, dentro de uso em comarcas, dentro de uso em juízos, e rapidamente ganhou um endosso acrítico pelo CNJ, lembrando que o CNJ é o Conselho Nacional de Justiça, que teria como função, enquanto instituição pública, aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro. Eu não consigo compreender como o endosso de uso de constelações familiares de maneira acrítica, de maneira pouco estudada, de maneira pouco fundamentada pode aperfeiçoar o sistema judiciário nacional. Mas não só isso tem o endosso do CNJ, que tem esse poder de modulador de políticas dentro do Judiciário, como houve uma multiplicação absurda dentro da OAB, pareada à criação de um monte de cursos. Então, invariavelmente a gente tem comissões de direito sistêmico espalhadas Brasil afora, cujo representante que trouxe o assunto à tona é um capacitador que tem um CNPJ e está ganhando algum dinheiro treinando pessoas no entorno disso. Não há problema nenhum oferecer capacitação e ganhar dinheiro. O problema é quando isso toma de assalto uma organização que representa os operadores do Direito do tamanho da OAB.

Eu fui procurar a informação de como estão dispersas essas comissões. O dado é um pouco difícil de conseguir pela própria OAB, mas a própria turma da constelação familiar diz que há em torno de 200, se não mais, instâncias, comissões de direitos sistêmicos espalhadas Brasil afora. E, na minha pesquisa, que durou um certo tempo, eu encontrei um total de zero, nenhuma comissão científica dentro da OAB vigente e de pé. Então, isso mostra – senão um desinteresse geral da OAB em levar essas considerações como fundamentais para a discussão e para a formação de bons operadores do Direito – um fenômeno que não é simplesmente um interesse orgânico pelo assunto. Existe pressão, existe *lobby* e existem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesses pessoais e corporativos envolvidos nessa pressão. Essa própria reunião que a gente está tendo aqui agora talvez seja um reflexo disto, de o quanto isso está ganhando corpo, independentemente de ser algo que não tem o menor cabimento de estar dentro do ordenamento jurídico nacional, dentro da própria estrutura do Judiciário.

À luz disso, a gente está vendo várias instituições vendo o mercado crescendo e oferecendo esse tipo de curso também – eu já mencionei um pouco disso agora há pouco. Mas o mais importante de tudo, para tirar dessa parte de inserção no Judiciário, é que acontece uma coisa muito complicada que é a tentativa de tornar a constelação familiar o meio oficial pelo qual se discute resolução não jurídica de conflitos – como você propõe mediação e conciliação dentro do Judiciário não enquanto regra propriamente dita, mas enquanto disseminação e *lobby* da prática –, torná-la quase que uma disciplina obrigatória dentro de cursos de graduação para que as pessoas usem isso dentro de sua prática jurídica, o que é um absurdo e precisa ser enfrentado.

Foi trazido, em algum momento também, que a constelação familiar é uma ciência social que estuda comportamentos e precisa ser vista à luz disso. Isso é falso, ela não é uma ciência. Ciências sociais que estudam comportamentos são: Filosofia, Sociologia, Antropologia e, primordialmente, a Psicologia. Se você entra em conflito frontal em qualquer uma dessas, você não está só somando em um diálogo, você está colidindo frontalmente com o que existe de consolidação de conhecimento há muito tempo. A função dos operadores do direito não é realizar terapia, não é realizar cura, não é melhorar dinâmicas familiares, mas aplicar o direito ao caso concreto para resolver um problema legalmente. Eventualmente, um conflito quer ser mantido e quer uma resolução judicial. Não é papel do juiz decidir isso em nome das partes.

E eu queria fazer com vocês, a partir disso, um exercício, e o exercício vai levar a questão absurda. Vamos imaginar que um juiz resolva aplicar astrologia como uma ferramenta para uso em audiências de varas de família a partir dos escritos de um filósofo alemão que resolveu falar sobre amor, sobre família, e ele propõe a existência da astrologia familiar. Ele alega, sem dados objetivos, sem metodologia clara, que ele tem obtido uma grande taxa de sucesso com o uso dessa intervenção da astrologia familiar. E ele vai usar relatos de caso, ele vai usar um monte de dado anedótico para falar que essa astrologia familiar deveria ser expandida dentro do Judiciário porque ele vem obtendo sucesso com isso.

Então, eu estou propondo, com esse exercício mental, que utilizar a constelação familiar no Judiciário é absolutamente análogo a uma proposta de utilizar astrologia no Judiciário. E aí vamos fazer um ponto a ponto disso? São pseudociências essa prática que existe de verdade e essa que eu estou propondo? São claramente pseudociências pelos critérios que os meus amigos já apontaram agora recentemente. Elas falam em constelações como entidades etéreas que influem magicamente sobre o mundo? As duas falam. Alegam haver provas científicas sobre utilidade? As duas. Essas provas são de má qualidade e amplamente desacreditadas pela comunidade científica? São. São proposital e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intrinsecamente subjetivas, apelando a emoções, utilidade individual e evidências anedóticas? Sim. E não deveriam, sob hipótese alguma, serem utilizadas em esferas públicas? Aí é um sim do tamanho de um *outdoor*.

E se parece absurdo é porque é absurdo. Existe um motivo pelo qual é necessário ter amplo escrutínio técnico e científico de uma prática antes do uso dela na esfera pública. Então, essa prática que está sendo realizada livremente por juízes Brasil afora é inaceitável – inaceitável! A gente está utilizando práticas de efeito desconhecido previamente a uma análise séria sobre o assunto.

E, para terminar, alguns pontos gerais de discussão que eu queria trazer é que nenhum de nós seis aqui que estamos falando sobre pontos complicados, pontos de crítica sobre constelação familiar tem interesse financeiro no assunto, em falar a favor ou contra. Nenhum de nós tem *steak* nenhum, não tem empresa que lucra com isso, não tem nada. Nosso interesse é técnico e científico.

O uso de pseudociências na esfera pública, como eu comentei agora há pouco, fere frontalmente princípios da administração pública, com principal ênfase no princípio da eficiência. Se a gente tem uma teoria que está comprovada e consegue atender melhor ao interesse da maioria, é absolutamente inaceitável a gente ir atrás de algo que carece de comprovação técnica. Falar em amor, honrar pai e mãe, família, pela emoção não são, de forma alguma, argumentos válidos para endosso oficial de uma prática no espaço público e, conseqüentemente, a gente não pode permitir que gurus tenham voz dentro dessa discussão em saúde e educação.

Se essas práticas quiserem ter respaldo científico, elas precisam se submeter, como os meus amigos já falaram muito melhor do que eu, ao método científico. Então, eu não quero só ficar na questão da constelação familiar, porque a gente vai encontrar muitos problemas nela. Ela é muito séria e precisa... Já estou encerrando, há mais duas frases. O problema é o uso em abstrato de pseudociências em ambientes oficiais. E o Instituto Questão de Ciência, junto com parceiros que a gente está encontrando, vai fazer todo o possível para garantir que o PNPIC seja derrubado, essa Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, e que nada que esteja em seu entorno consiga chegar a um ambiente público. Eventualmente a gente vai a Judiciário, faz Adin, faz o que for necessário para enfrentar isso.

Então, constelação familiar é errado, é perigoso, é machista, potencializa a violência contra a mulher, oficializa uma abordagem pseudocientífica e que é muito lucrativa para alguns dentro do Judiciário, e nenhum contraponto que suceder a minha fala pode ignorar esses pontos que nós seis levantamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Paulo Almeida, que é Diretor-executivo do Instituto Questão de Ciência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente encerra essa etapa, a pedido aqui dos que são contrários à constelação. Eles pediram que fossem engatados um a um para um complementar o outro, dentro de uma sequência. E agora a gente... Só deixando muito claro que é muito importante e eu estou muito feliz com o objetivo que a gente está atendendo nesta sessão, porque a gente está vendo aí reações fortes nas falas, que, de alguma forma, mostram um incômodo. E o nosso papel é este: ouvir, tentar buscar, de alguma forma, o encaminhamento correto que possa beneficiar a população brasileira, sem julgamentos, sem sermos os donos da verdade, mas nós temos que cumprir o nosso papel, buscando realmente sempre evoluir, sempre melhorar. E, desde o início, eu não percebi, absolutamente, pessoas aqui querendo ganhar dinheiro, querendo fazer algum tipo de...

Pelo contrário, eu vi aqui humanidade em algumas falas, pessoas buscando ajudar as outras. A gente sabe que interesses aqui são contrariados. Há categorias, há uma série de situações que veem uma ameaça forte nessa prática, como há outras também, acupuntura, tantas outras que fazem parte do PICs, em que os relatos são muito mais de ajuda, muito mais de efeitos benéficos do que maléficos. Mas faz parte da vida a gente procurar sempre encontrar um ponto, aprender, como a gente aprende com um lado e com o outro, e tentar, de alguma forma, fazer o nosso papel de busca do melhor para as pessoas.

Eu já vou passar aqui a palavra para o Sr. Décio Fábio de Oliveira Júnior, que é médico. Ele vai participar agora, por videoconferência. E eu peço que ele tenha dez minutos, vamos voltar aos dez minutos, porque ele é favorável, é isso? (*Pausa.*)

Ele é favorável à constelação familiar e ele vai ter dez minutos, com a tolerância de mais dois minutos aqui, como a gente havia combinado no início desta reunião.

O SR. DÉCIO FÁBIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Podem me ver? Podem me ouvir? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Estamos lhe ouvindo muito bem, Dr. Décio Fábio.

O SR. DÉCIO FÁBIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, com vocês.

Peço desculpa pelo fato de eu chegar aqui... Fui convidado de chofre, e não me preparei, creio, o suficiente para poder enfrentar esse debate de uma maneira tão bem embasada, como foi pelas pessoas que estão aqui, no contraponto do que supostamente as constelações têm a oferecer para a população brasileira.

Eu devo me apresentar: eu sou médico, mas eu já não atuo como médico há, mais ou menos, uns 12 anos. Eu fui professor universitário, eu fui cirurgião infantil e eu me dediquei, durante 20 anos, a trabalhar com crianças e operar crianças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou, assim, um pouco assustado com algumas acusações muito sérias sobre o que as constelações podem causar às pessoas, porque eu trabalho com isso, embora não seja a minha única atividade, há muitos anos, e eu não presenciei, na minha prática pelo menos, esse tanto de efeito danoso que as pessoas estão relatando aí, o que somente corrobora o fato de que as evidências anedóticas, seja para um lado, seja para o outro, são sempre enviesadas, não é? Esse é um viés da confirmação, porque, assim, quando eu quero que uma coisa seja, eu procuro buscar as evidências que apoiam o meu ponto de vista e refutar as evidências contrárias.

Fora isso, eu quero parabenizar o brilhantismo de todas as pessoas que falaram no seu contraponto: o Dr. Takeshi, o Tiago, o Daniel, a própria Bailas, o Mateus e, por último, o Paulo. Eu concordo com 80% talvez do que vocês disseram e, na maior parte, são observações minhas desde o início.

Eu fundei a Associação Brasileira de Consteladores Sistêmicos, muitos anos atrás, fui seu primeiro Presidente e saí de cena muito chateado com os desdobramentos que as constelações tiveram de um certo ponto para a frente. Basicamente, eu também concordo que a velocidade com que isso foi introduzido em muitas instituições não teve, vamos dizer assim, o tempo de maturação necessária para que a sociedade pudesse compreender os impactos e necessariamente os benefícios que esse método possa vir a trazer para as pessoas.

Devo confessar que a minha própria experiência pessoal é fortemente enviesada para o lado de que isso ajuda as pessoas, mas acho estranhíssimo que nenhuma das pessoas que estiveram aqui antes de mim falando a favor da utilização desse método tenha falado sobre alguns dos princípios mais elementares do trabalho, principalmente sobre aquilo que Bert Hellinger chamou de postura básica. Basicamente, como todo método que se propõe a investigar a alma humana, nós temos que olhar um pouco para trás e ver o que acontece nos relacionamentos humanos. Eu falo muito aos meus alunos ou a outras pessoas que me conhecem que, nos relacionamentos humanos, nós temos que olhar com muito cuidado para as ideias de causalidade, que são tão queridas à ciência cartesiana.

Na primeira página do livro do Descartes *Discurso sobre o Método* – recomendo a leitura para todos as pessoas que querem se aprofundar nas constelações, para que elas não fazem bobagem, como eu estou vendo aí que algumas pessoas estão fazendo –, ele fala o seguinte: O bom senso deve ser a coisa mais bem distribuída sobre a face da terra, posto que ninguém parece querer mais do que o tanto que já possui. Todo mundo já parece estar satisfeito com aquilo que tem. Mas observando o que acontece na minha vida e na vida de outras pessoas, não me parece que eu, baseado somente em bom senso, tenha chegado a melhores conclusões ou decisões do que os meus pais.

Então, por causa disso é que o Descartes propõe o método científico. E esse método pressupõe quatro etapas básicas: a primeira delas é fazer acionar a realidade num pedaço que seja digerível, compreensível pela pessoa que está investigando; a segunda é propor uma hipótese a respeito do funcionamento desse pedaço; o próximo passo é fazer experimento a respeito disso; e chegar a uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conclusão que valide ou refute a hipótese original. Se você validou a hipótese, você cresceu o conhecimento da humanidade um pouquinho. Se você refutou, você também cresceu, porque, por exemplo, no século retrasado, nós tínhamos epidemias de cólera em Londres e pressupunha-se que era transmitida pelo ar ruim, um vento, qualquer coisa. E houve um cientista que paulatinamente identificou que as fontes de água de cada bairro guardavam uma relação com o número de casos de cólera. Depois ele estabeleceu uma relação entre o número de casos de cólera e o ponto no Rio Tâmis onde a captação dessa água era efetuada. Então, ele estabeleceu que alguma coisa na água causava a cólera e que, portanto, nós não podíamos misturar esgoto com água potável, com água que ia ser bebida. Isso levou à construção dos esgotos de Londres muito antes que a identificação do germe tivesse acontecido.

Também posso contar para vocês a história de Ignaz Semmelweis, um famoso caso que – a gente como cirurgião – todos temos que lembrar: o de um homem que descobriu que a mortalidade entre as mulheres que eram parturientes da enfermaria dos médicos, que eram tratadas pelos médicos, morriam mais do que as que eram tratadas pelas parteiras. E ele tentou, então, identificar o que causava essas coisas. Ele foi fazendo modificações e chegou a mudar o crucifixo de uma sala onde as parteiras o punham e a colocar o crucifixo na sala dos médicos na mesma posição. Ele não conseguia entender, até que um amigo dele machucou o dedo, fazendo uma autópsia de uma paciente que morreu de febre puerperal, e faleceu. Então, ele começou a pressupor a existência de algo que era invisível para ele e que consequentemente transmitia uma doença e obrigou os alunos de Medicina a lavarem as mãos antes de tocar as pacientes. Ele foi chamado de louco, não é? E depois ele acabou morto, preso, chamado de louco, porque, as afirmações dele, ele não conseguia provar.

Então, o que nós evoluímos de lá para cá foi em estabelecer um método para aferir essa verdade. E disso eu estou totalmente a favor. Eu não teria me tornado cirurgião e atuado tantos anos se eu não dependesse totalmente da Ciência. Isso é absolutamente verdadeiro e útil. Então, eu também coaduno com que muitas das políticas públicas que se propõem tenham que estar baseadas em princípios científicos. Isso está corretíssimo! E me estranha o fato de, por exemplo, aqui nesta Comissão, neste momento, não estarem presentes pessoas que vêm praticando, pelo menos da maneira limitada, como os orçamentos no Brasil permitem, algum tipo de pesquisa nesse sentido. Por exemplo, o Dr. José Miguel e a esposa dele, a Dra. Vânia Meira, que trabalham na Universidade Federal de Goiás, que tem um grupo com mulheres com dor pélvica crônica já, mais ou menos, creio eu, há uns oito anos, atendendo mais de 1,5 mil pacientes, e ele tem mostrado benefícios na redução da dor e no bem-estar dessas pacientes num número considerável – eu não tenho o papel aqui. Mas eu acho que ele é uma pessoa que devia ser chamada a contribuir nesse sentido. Ou o meu amigo, um Juiz de Direito aqui em Belo Horizonte, o Dr. Clayton, que é de uma comarca da vara da família, onde também eles estão aplicando o método, com melhorias nas relações – as pessoas relatam que estão melhores etc. É lógico que isso é um relato de caso e, portanto, tem uma força de valor científico reduzida, mas toda vez que vamos introduzir uma coisa nova, nós temos que ter essa tolerância de introduzir isso como um balão experimental e estudar isso nos passos devidos, exatamente como a Gabriela Bailas falou antes – e eu concordo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ponto aqui talvez que eu gostaria de frisar é que as constelações se baseiam basicamente numa abordagem filosófica, e essa abordagem filosófica não foi tratada aqui em momento nenhum. Quer dizer, nós não discutimos Filosofia, e a Medicina, como a Ciência, também começa através de evidências empíricas, e essas evidências empíricas – pelo menos na minha experiência pessoal – são muito favoráveis.

Eu acho que a gente poderia, então, dessa forma criar uma Comissão, alguma coisa que pudesse implementar esse estudo dentro das instituições, para que não houvesse, de fato, desperdício dos escassos recursos públicos para a implementação dessas políticas dentro da estrutura do Poder Judiciário ou dos outros Poderes. Quero dizer que a base filosófica daquilo que Bert chamou de postura fenomenológica não foi tratada aqui, e ela só fala sobre como a gente faz. Basicamente, o que ele dizia é o seguinte: se eu olho para uma determinada situação e eu espero que alguma coisa vai acontecer, essa coisa afeta o resultado. Ele propunha uma revisão dessa postura, expondo o cliente, através dos representantes, a uma nova visão, neutra – porque os representantes são neutros –, daquilo que atuava dentro do sistema. Acredito que também, nesse caso, isso não foi tratado e deveria ter tido um espaço maior aqui; esse tempo não é suficiente para tratar disso, mas eu acredito que essa é uma ótica que deveria ser revisitada.

Eu convido as pessoas aqui a comemorar esse momento, porque realmente nós temos que trabalhar sempre para aumentar a cooperação entre as pessoas. É isso que ajuda cada um de nós a ser um ser humano melhor. E me coloco à disposição para poder participar de eventuais estudos subsequentes. É um prazer estar aqui com todos vocês, os que são contra, os que são a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Que bom. Muitíssimo obrigado, Dr. Décio Fábio de Oliveira Júnior, que é médico, participando aí diretamente de Belo Horizonte, pelo que eu pude entender. Muito obrigado pela sua participação, por ter cumprido aí o tempo que a gente combinou.

Eu já passo, agora, aqui a palavra ao último palestrante. Depois, a gente faz uma rodada novamente dos que já falaram aqui de cinco minutos, não é? Eu acho que foram feitas muitas colocações aqui que alguns vão se sentir aptos para responder. E a gente vai dar esses cinco minutos.

Então, eu passo a palavra agora para Mateus Santos, que é biomédico. E fique à vontade. Você tem dez minutos, mais dois de tolerância, já que você vai falar a favor.

O SR. MATEUS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Meu nome é Mateus Santos, sou biomédico de formação acadêmica, tenho algumas especializações em circulação extracorpórea e assistência circulatória, sou membro da Extracorporeal Life Support Organization (Elso). E tenho uma prática com uma máquina que funciona como coração, pulmão, durante a cirurgia cardíaca, dos transplantes e, com isso, uma prática viva dentro da medicina baseada em evidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também sou constelador. Conheci as constelações familiares em 2005 e, desde então, com essa mesma vontade de conhecer a verdade imbuída em todas as pessoas que reverenciam e reconhecem a ciência, eu continuo pesquisando, porque conheci as constelações e, como algumas pessoas aqui relataram, eu também me considero um cético. Eu também me considero um cético, mas eu também preciso comprovar.

E eu conheço que existem metodologias científicas. Uma das que mais foi frisada aqui é essa metodologia científica cartesiana, que tem o seu papel fundamental, principalmente dentro da área da saúde, e tem salvado inúmeras vidas.

Mas uma das coisas que eu ressalto aqui é que não é absoluta, e nós vemos isso na prática diária em uma UTI, onde pacientes com a mesma equipe, com as mesmas medicações, com a mesma dedicação têm destinos diferentes, acontecem coisas diferentes. Mas nós temos salvado muitas vidas com isso, e isso merece, sim, reconhecimento e respeito.

Ainda não temos uma metodologia capaz de ser melhor que isso dentro da área da saúde, porém um dos aspectos que me chama a atenção dentro disso é que, muitas vezes, esse tipo de pesquisa é baseado em números, e perdem-se de vista as pessoas. E um dos aspectos importantes dentro da construção do conhecimento em algumas áreas é o olhar para a pessoa. Isso vai longe dentro de algumas áreas de pesquisa, que é, por exemplo, a importância ou não da presença da consciência como variável, da mente humana como variável. Aqui, durante as falas de ambos os lados, foi bem notável, quando a fala é imbuída de emoção, o quanto que isso afeta, o quanto que isso nos toca. Isso é uma variável. Isso é uma variável na leitura dos resultados, isso é uma variável na contraposição de uma tese, de uma antítese, e isso cria um viés. Isso invalida o que a pessoa pensa ou ela cria ainda mais valor? São coisas fundamentais de a gente avaliar, porque, em algumas falas, seja contra ou a favor, citaram-se casos anedóticos dos dois lados – dos dois lados! E alguns desses cientistas... Eu me considero um cientista também, porque eu continuo, junto com vocês... E acho que isso nos une, acho muito interessante isto, perceber que diferentes pontos nos unem na busca da verdade, daquilo que é bom. Isso eu acho interessante porque ambos estamos olhando para o mesmo objetivo de lados diferentes.

Eu me lembro de um dia no carro com os meus filhos. O meu filho menor, de seis anos, chegou em casa e falou: "Lalá..." A minha filha chama Estela, e a gente chama de Lalá. "Lalá, você sabia que o dente é um osso?" A minha falou: "Não. Dente é branco." "Não, é um osso!". E ficaram discutindo quando ambos podem ter razão de ser. O importante é querer conhecer mais.

E aí, ouvido essas falas, eu me lembrei de uma parábola budista que existe. Eu não sou budista, eu não religioso nesse sentido, mas acho interessante porque ela fala dos cegos que não conheciam o elefante – não sei se vocês conhecem. E chegou naquela região um elefante, e os cegos falaram: "Vamos conhecer o elefante". Cada um tocou o elefante com os instrumentos que tinham, que era o tato, para conhecer o elefante. E aquele que tocou a perna disse: "O elefante é um pilar"; o outro tocou a orelha e disse: "O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elefante é um leque"; outro tocou o rabo e falou: "Não, o elefante é uma corda"; o outro tocou a barriga e falou: "Não, o elefante é uma parede". E eles começaram a discutir, cada um com a sua razão de ser.

E eu, pesquisando isso, fui buscar, porque eu quero entender como é que funciona isso. Eu vejo que relatos de pessoas que têm benefício com a constelação, por mais que não passem por um processo científico, não invalidam a experiência da pessoa e não invalidam a experiência da técnica ou do método. Carecem, sim, de um estudo, carecem, sim, de um desenvolvimento, e a constelação familiar tem se desenvolvido. Quem busca conhecer... Eu fui fazer formações dentro das bases. Por mais que se diga que são pseudociências, eu fui buscar isso aí, porque eu quero conhecer de onde é que o Bert tirou isso aí.

Eu pude conhecer o Bert Hellinger, o acompanhei por um tempo, ouvi coisas que realmente são muito fortes, e me chama a atenção, dentro dessas falas, respeitosamente falando, pinçar casos específicos citados nos livros como verdades absolutas ditas pelo Bert. Quem conhece o Bert Hellinger sabe que ele citava casos, assim como nós citamos – são as ditas anedotas –, mas são casos.

Uma das coisas que me chamou atenção nesse conhecimento da constelação familiar – e eu não estou tirando o valor disso ao dizer que é uma pseudociência, porque dizer que é uma pseudociência para mim não a invalida... Por exemplo, nós temos a psicanálise, que é uma pseudociência e auxilia milhões de pessoas há muitos anos, talvez um século já – eu imagino que já deva ter passado de um século –, os auxilia e tem a sua função, e ela não é depreciativa dessa forma, mas carece, sim, de uma estrutura baseada em ética. E eu, pela minha formação, não só formação acadêmica, não só formação de estudo, mas pela minha formação familiar, prezo por ética, prezo por valores morais.

Claro que, se uma pessoa chega com uma queixa, uma das posturas da constelação é justamente eu não colocar a minha verdade sobre a pessoa, da mesma forma como é na psicanálise; é a gente usar um método fenomenológico, como bem disse o Dr. Fábio. E isso é um método relativamente novo, que precisa ser mais conhecido e que, de uma certa forma, nos remete ao princípio do conhecimento, até o conhecimento filosófico, quando aquilo que nos movia – "nos movia", como se eu estivesse lá na época, não é? –, quando aquilo que movia as pessoas era o querer conhecer. E este é um princípio básico da constelação: querer conhecer usando um instrumento – sim, foi falado aqui de uma maneira às vezes até um pouco depreciativa –, utilizando um fenômeno. E o que é esse fenômeno? Nós precisamos investigar, mas que o fenômeno é real ele é, porque senão a constelação familiar não seria conhecida.

A primeira vez que eu fui ver uma constelação familiar, eu, por ser cético, nas primeiras constelações que eu vi, eu falei: "Isso aqui é teatro, isso aqui é dinâmica de grupo, não tem cabimento". Quando eu pude perceber por onde eu sentia, eu falei: "Rapaz, esse negócio aqui é estranho, eu tenho que estudar". E nisso já são 17 anos que eu venho estudando para entender o que é isso. E eu sei que existem teorias dos campos mórficos, da ressonância mórfica, eu sei, mas ainda são teorias. Da mesma forma que o Big Bang é uma teoria e não tem comprovação. É um axioma. Mas nós baseamos muito do que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vemos dentro disso. A Teoria da Evolução é uma teoria, já diz no nome Teoria da Evolução. Existem indícios que trazem de que pode ser verdade? Existem.

Então, conhecer as constelações e trazer os seus benefícios carece, sim, de estudo, eu concordo plenamente, ou com até uns 80%, porque, uma vez que a verdade é dita com tamanha emoção, cria-se um viés que para mim perde um pouco a razão de ser, porque ali se demonstra a dor daquela pessoa ao dizer a sua verdade com a sua dor. E isso é notório. Quem estuda as ciências da alma, as ciências da mente, a neurociência percebe o quanto isso afeta a percepção da realidade, e a percepção da realidade é fundamental para a gente usar no conhecimento da constelação familiar – inclusive aquele livrinho vermelho do Bert, chamado *Constelações Familiares*, que é uma entrevista, em alemão se chama *Annerkennen, was ist*, que significa "reconhecer aquilo que é". E este é um princípio básico da constelação: não dizer que a família fez isso ou fez aquilo, mas que a pessoa reconheça que aquilo existe dentro dela, aquilo a afetou, e é daqui para a frente. A constelação não existe para olhar o passado, existe para investigar a sua história, mas daqui para a frente, para que você se solte do que aconteceu e encontre recursos.

Eu não coloco a constelação familiar na minha prática como uma verdade absoluta ou tábua de salvação para a humanidade, e sim como um recurso, assim como diversas outras terapias. E eu vejo que pode se desenvolver mais, desde que nós, com essas visões contrárias, nos coloquemos a favor de pesquisar. "Espera aí, acontece mesmo? Tem benefício? Vamos olhar!". E não depois você falar "isso aqui é errado, isso aqui é machista". Eu vi generalizações que deixam claro que as pessoas não estão conhecendo verdadeiramente o que é ensinado. Então, busquem pessoas que são referências e estudam isso com seriedade – e eu me coloco à disposição dos senhores – para que possamos, juntos, buscar a verdade para trazer esse benefício para as pessoas, e não invalidar como uma coisa assim, como se fosse bruxaria, uma inquisição contra uma coisa. Vamos lá, vamos conhecer, porque existe benefício sim. Agora, como mostrar, como comprovar, juntos, eu acho que nós somos mais fortes. E eu acredito, pela clareza, pela inteligência que vocês demonstraram ter, que nós precisamos uns dos outros. Então eu acho que é muito novo isso. Vamos juntos conhecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Mateus Santos, biomédico, obrigado aí pela sua presença aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, para debater esse tema, que mobiliza as pessoas. E como o senhor mesmo colocou, a gente precisa estar aberto, tem que ter a humildade. Essa palavra é muito importante para estar aberto a buscar os dados, buscar verdades, sem julgamentos, sem viés de militância ideológica, e buscar com muita serenidade isso tudo. É muito importante isso.

Eu acho que a gente precisa somar as nossas convergências e diminuir, procurar diminuir... Eu acho que há fraternidade até no respeito em falar: às vezes você fala de forma educada, mas magoa com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocações, com julgamentos. E eu acho que a gente está num caminho aqui de fraternidade. É disso que o mundo precisa hoje? Do que o mundo precisa hoje? É de julgamento? É de apontar o dedo? Ou o mundo precisa hoje de diálogo? Ou o mundo precisa hoje de pacificação? Ou o mundo precisa hoje exatamente que a gente procure encontrar alternativas juntos?

Um ponto pacífico aqui entre nós – e eu anotei certas situações, vamos ter uma rodada agora – é a necessidade cada vez mais de buscar a ciência. Há alguma coisa acontecendo – há alguma coisa acontecendo! Quem se abre para isso percebe. Você anda pelo Brasil e vê o impacto positivo que isso está tendo na vida das pessoas.

Algumas pessoas que se sentem magoadas por isso, invadidas têm que ser acolhidas, com muito respeito, e a gente tem que ver exatamente o que fazer para não passar do ponto. A gente teve grandes gênios ao longo da história, pessoas que abriram portas da medicina, que conseguiram ajudar, revolucionar o nosso modo de viver e que estavam à frente do seu tempo. Jogaram pedras neles, julgaram, apontaram o dedo, mas o tempo é o senhor da razão. A gente tem que estar aberto, sem julgamentos, sem querer ser dono da verdade ou melhor que os outros, para querer dizer realmente o que a gente quer.

Eu queria, neste momento... Eu acho que a dinâmica de como a coisa foi acontecendo aqui... Eu acredito que, já que a gente não vai ter um debate direto – talvez a gente possa ter em outro momento – de perguntas e respostas, foram colocadas situações pelos palestrantes presentes e pelos que estão de forma remota que, de alguma forma, um lado e o outro gostariam de esclarecer.

É impossível conseguir ler as mensagens aqui. Já passaram de mil as participações das pessoas.

Agora, foram colocados temas aqui, foram colocadas afirmações, foram feitas colocações em que eu acho que cabe, para as pessoas que nos assistem, ouvir o outro lado, com base no que foi afirmado aqui por alguns participantes, aos quais eu agradeço – agradeço a todos – pela acolhida.

Aqui, a gente procurou e está procurando fazer de forma justa, democrática. A pedido das pessoas que são contra a constelação familiar, colocamos na sequência ideal para eles a solicitação feita. O tempo a gente compensou: como há dois a mais, a gente deu e até suplantou para ficar bem equilibrado.

Agora, eu acho que a gente pode fazer uma sequência... É a mesma sequência? Pode ser a mesma sequência?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vamos seguir assim. Já que começamos assim, vamos fazer a mesma sequência.

Eu não sei se a Sophie Hellinger, que foi a primeira que falou... Ela está conectada? *(Pausa.)*

Não, até porque o fuso horário lá na Alemanha é outro, ela até avisou que não poderia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode dar um tempo, para ser justo aqui... Se todos os contrários forem participar, a gente, para ser justo, pode dar um tempo maior para alguém que possa desenvolver o assunto de um palestrante que não pôde participar, que já foi, que está embarcando. Então, a gente pode fazer essa compensação, esse malabarismo, para atender todo mundo de forma correta.

O segundo que participou, depois da Sophie, foi o Renato Schaan Bertate, que é médico e Presidente do Instituto Brasileiro de Constelação Familiar. Ele está conectado? Ou já embarcou? *(Pausa.)*

Está no avião. Então, esse tempo também a gente pode destinar aqui para outra pessoa que queira defender a constelação.

Inácio Junqueira. *(Pausa.)*

Também em voo.

Então temos Rose Militão. Está presente? *(Pausa.)*

Está *online*. Então, Rose, vamos fazer aqui o seguinte. Vamos colocar, já que outros não puderam participar, sete minutos. Pode ser?

A SRA. ROSE MILITÃO *(Por videoconferência.)* – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – São dois minutos a mais, sete minutos agora nesta rodada, e eu vou tentando equilibrar aqui – vamos ver se eu sou bom de matemática – para não ser injusto na cronometragem, na contagem do tempo.

Dra. Rose Militão, a senhora tem sete minutos para falar nesta segunda rodada.

Muito obrigado.

A SRA. ROSE MILITÃO *(Para expor. Por videoconferência.)* – Estou num molho absoluto aqui, mas ouvindo os colegas, e eu estou tão apaixonada por isso que está acontecendo aqui que eu quero sugerir um outro momento para a gente poder conversar mais apropriadamente sobre a visão sistêmica da vida, o pensamento sistêmico, o pensamento analítico.

Sabe, Luís Eduardo Girão, acho que ficamos nos devendo um fechamento e um tempo para voltarmos, até com esses mesmos autores, porque eu penso que esse assunto foi apenas aberto, e ele precisa ter prosseguimento.

Deixem-me falar uma coisa: eu tenho que, de novo, citar Capra, porque, à medida que os colegas falavam, eu percebi que teria que voltar a essa fala. Ele disse da diferença que o observador faz no sistema que observa, uma vez que os resultados que obtém dependem um monte do que se propõe a procurar. E acho que cada um veio procurando aquilo que queria achar e, nesse sentido, eu tenho a sensação de que se aprendeu pouco aqui, sabe? Houve muitas falas emocionadas, outras mais aguerridas, mais críticas, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acredito que estamos em dois blocos aqui: a ciência clássica, mecanicista, analítica, *versus* a visão sistêmica da vida, e estou lamentando não poder ter condição de organizar isso melhor aqui.

A visão sistêmica da vida emergiu na Europa na década de 20, então ela especialmente se processa fazendo uso de novos temas, como conectividade, relações, padrão, contexto e isso tudo que os colegas e eu também falamos e que a vivência com as constelações familiares nos traz.

Os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio de análise, quantitativamente. O pensamento sistêmico é contextual, é diferente do pensamento analítico. Eu estou percebendo que a gente entra no pensamento sistêmico, vai para o pensamento analítico, ciência clássica, ciência novo-paradigmática do pensamento sistêmico e eu penso que a gente deveria ter um tempinho melhor depois, noutro momento, se surgir oportunidade e se Deus nos permitir estarmos aqui, os mesmos atores representando as suas ideias, obviamente que de forma formulada, porque eu acho que a gente sai... Quem passou por essa experiência acho pouco provável que saia da mesma forma com que entrou – pouquíssimo provável.

Eu quero aqui chamar atenção para a saúde como uma experiência subjetiva, cuja qualidade pode ser intrinsecamente, intuitivamente conhecida. Ela está ali dentro da experiência de cada pessoa. A saúde é um estado de bem-estar que surge quando o organismo funciona de uma certa maneira. Ora, constelação familiar e as outras técnicas que fazem parte do programa das PICs (Práticas Integrativas e Complementares) devem ou não devem? O que acontece com elas? Será que permanecem?

Na visão sistêmica – de novo vou trazer a visão sistêmica da vida –, o Capra fala que a saúde é um estado de bem-estar, resultante desse equilíbrio dinâmico que envolve os aspectos físicos, psicológicos do organismo, bem como suas interações sociais com seu ambiente natural e social. Se a saúde é uma experiência subjetiva, a nossa compreensão da saúde sempre estará ligada à vida. Mas qual é a vida? Na ciência cartesiana, ela necessita ser medida, mensurada, metrificada, qual é o método, qual é a métrica, quando foi que isso aconteceu. E é interessante que, quando a gente fala de saúde, tem que falar também da doença, que é uma consequência de desequilíbrio, de desarmonia, que pode surgir em vários níveis do organismo e pode gerar sintomas de natureza física, psicológica, social. E é interessante que, quando a gente olha agora, eu digo...

Mas o que acontece para essas técnicas, as constelações e tantas outras, terem entrado – e acredito que até meio que precipitadamente; quando eu penso que não, já estavam lá – no SUS? Porque o SUS está falido. O SUS não dá conta de 99,3% da população brasileira ansiosa, não dá conta dos suicídios, não dá conta das obesidades. O mundo está absurdamente falido, e a ciência, a ciência cartesiana, medida matematicamente, que os colegas aqui tão brilhantemente defendem, está carecendo de alma. Isso não é conversa de carochinha, porque nós somos quatro dimensões: a dimensão emocional, a dimensão intelectual, a dimensão física e a dimensão espiritual. Como medir a espiritualidade? Como vocês querem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente viva um mundo sem espiritualidade? Como? Mas isso não se mede. Como se mede? Mas isso faz parte da essência do ser humano.

Nesse sentido, eu digo que estamos discutindo aqui um modelo biomédico, e sabe que modelo é esse? É aquele da metade do século XIX, que dizia que, como modelo predominantemente usado por médicos no diagnóstico de doenças, ele se caracteriza por ser individualista, curativo, centralizado na figura do médico especialista, fragmentado e hospitalocêntrico: "Vamos internar, vamos fazer isso em nome ciência". A gente precisa rever aqui, e não só rever – eu estou falando para os colegas consteladores: não só rever –, a nossa forma de abordar as constelações familiares – e eu concordo com o Décio – e o aspecto filosófico da técnica. A gente precisa parar, rever, olhar para isso de uma forma mais dogmática. Assim como os colegas das ciências, esses colegas das ciências clássicas...

Eu quero terminar dizendo que eu gosto de ver o homem com alma. Eu gosto de estar inserida no aspecto ecológico da vida. Quando a gente fica tomado por um covid e a ciência não soube, e ainda não sabe direito, o que fazer, eu acho que a gente tem aí um bocado de coisa para parar e refletir sobre ser humano. Ele não pode ser apenas quantificado, cortado, metrificado. Assim como nas questões das constelações e de outras tantas técnicas, a gente precisa, sim, aprender a quantificar, a falar com mais propriedade sobre esse homem tão subjetivo, tão pensado sistemicamente.

Muito obrigada pelo privilégio da tarde, obrigada pelo privilégio deste momento com vocês.

Eu amei este debate. Isso me aquece muito para que eu possa dar conta e ser uma consteladora bem melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, Dra. Rose Militão, quem tem que agradecer somos nós pela sua participação, por ter dedicado seu tempo para colocar a sua visão sobre esta reunião, esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

A Dra. Rose Militão é fundadora da Escola de Constelação do Ceará, psicóloga, atua há mais de 15 anos como consteladora. Ela estava falando dessa questão de que é difícil se fazer a métrica, e eu estava recebendo aqui também outras participações e frases de pensadores. A gente sempre procura se nortear em muitas coisas da vida, e há uma frase que chegou aqui por uma pessoa que está participando, que diz o seguinte – essa frase é de Manoel de Barros, que é escritor –: "A importância de um evento não se mede com fita métrica ou com balanças; ela há que ser medida pelo nível de encantamento que produz em nós".

Então, nós já vamos passar, imediatamente, agora, a palavra, dando sequência, também por sete minutos – estou colocando aqui na balança o que que dá para a gente fazer bem, de forma objetiva e direta, para comparar, para ficar todo mundo com tempo ideal igual no final. Então, eu peço para a Daniela...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser, Daniela?

A SRA. DANIELA MIGLIARI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Daniela Migliari, que é terapeuta, que é jornalista - passou isso para a gente aqui...

Você tem sete minutos para suas considerações finais, para fazer algum contraponto do que você viu aqui.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para expor.) - Obrigada novamente, Senador Girão. Agradeço a todos que falaram aqui até este momento.

Olhando para a história da humanidade, muitas vezes a gente sabe de quantos cientistas que hoje tiveram a sua ciência provada, seja pelo método cartesiano, seja pelo método mais humanista, digamos assim, e que isso foi se confirmando com o tempo. Técnicas milenares, como acupuntura e outras práticas, de fato são questionadas, e a gente sabe que, ao longo do tempo, foram se firmando com resultados incríveis.

E uma coisa que me chama a atenção é que todo cientista tem uma postura de abertura, uma postura de perguntas, uma postura filosófica. O que é filosofar? É fazer perguntas. Então, quando a gente se coloca nessa postura de fazer perguntas, a gente se coloca, sobretudo, como um aprendiz da vida. Bert Hellinger era, sobretudo, um filósofo, tinha essa postura de se expor e conseguia um nível tal de recolhimento, que ele se expunha àquilo que aparecia e observava esse fenômeno. E, muitas e muitas vezes, ele fez referências aos cuidados de não tornar algo total e fechado, de pegar aquilo que foi observado e transformar aquilo num ponto, porque aí a gente perde o fenomenológico, a gente perde essa abertura, essa exposição a algo novo que surge, porque a vida caminha para a frente.

A ciência mostra para a gente a segurança. Ela vai confirmando, vai averiguando, vai quantificando e, de verdade, tornando tudo muito mais seguro. Ao mesmo tempo, o novo vem, e aí a gente começa a observar como outros cientistas observaram, e muitos foram queimados por conta disso - e a gente sabe o quanto é difícil, porque não se via o magnetismo, não se via a eletricidade, não se via a gravidade - e foram ridicularizados no seu tempo.

E aí eu fui buscar e, como escritora e jornalista que sou, fui procurar, no Dicionário Aurélio e no Dicionário Houaiss, a definição da palavra ciência. Eu não estou debatendo com os respeitáveis cientistas que estão aqui, porque eu não sou uma cientista nesse sentido, estou mais para uma poeta e filósofa, mas peço licença que me escutem. No Aurélio diz assim: a palavra ciência é "um saber que se adquire pela leitura e meditação, instrução, erudição e sabedoria". Também pode ser interpretada como um "conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universalidade e objetividade que permitem sua transmissão e estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam a compreender e, possivelmente, orientar a natureza e as atividades humanas". Aí eu fui para o Houaiss também: é um "conjunto de conhecimentos teóricos, práticos ou técnicos, voltados para determinado ramo de atividade".

Então, dentro dessa postura fenomenológica que Bert Hellinger ensinou as pessoas a adotar na hora em que se expõem a uma constelação familiar, eu vi um movimento de imensa humildade e de se retirar para poder observar esse olhar sistêmico: aquele que vai olhar aquela dor difícil de ser vista, a dor, muitas vezes, da vítima, a dor, muitas vezes, do agressor.

Nós todos somos um sistema que se autocompensa e que se comunica o tempo inteiro. Estamos aqui, em dois lados, buscando nos comunicar e buscando esse encontro que Mateus comentou e que eu comentei um pouquinho lá atrás, porque a gente está aqui nesse mesmo planeta, que é redondo, gira, gira, gira, e a gente pode cooperar uns com os outros. Por que que a premissa ser eliminar, exterminar, se sobrepor um sobre outro, e acabou? Eu me pergunto isso. Por que que a gente não pode também se enriquecer junto, lógico, tomando cuidado com os excessos, com os problemas que vêm acontecendo?

E eu escuto a fala da Bibi Bailas – não sei se falei o nome corretamente – e, quando ela diz da proteção a mulheres, isso fala comigo, porque eu sou mulher; isso me toca profundamente, porque eu já vivi violências de diversos tipos. E eu gostaria que ela soubesse que existem tantas outras mulheres que se sentiram justamente reconhecidas na sua dor dentro das constelações. Eu mesma, algumas vezes, não sabia que tinha sido agredida ou passado por uma situação superdelicada e eu só pude ver nas constelações que isso aconteceu. E eu falo isso, gente, em nome de muitas mulheres. Eu tenho mais de 900 horas de constelação familiar em que eu vi mulheres que finalmente puderam olhar para isso num lugar de segurança e de paz. Eu falo isso de coração e agradeço a ela por estar ouvindo essas mulheres que se sentiram do outro lado, porque toda essa dor precisa ser acolhida.

Ao mesmo tempo, eu convoco nos senhores uma postura de abertura para se exporem também, talvez, a esse campo, não como algo que vai virar política pública – eu não vou entrar nesse aspecto das Pics agora, porque nem era até o motivo desta audiência pública. Esta audiência pública era um momento para apresentar as constelações, e aí veio à tona a história da votação e se trouxe essa discussão das Pics – , mas a postura filosófica, fenomenológica é extremamente humilde do Bert para ele ser reduzido a esses trechos que, de fato, fora de contexto, parecem ser uma grande violência. Mas pessoas muito inteligentes, pessoas muito... Eu sou também bastante questionadora, eu me expus, eu questionei, eu briguei com alguns livros dele, e depois, em algum momento, eu pude respirar e perceber que esse olhar sistêmico... Às vezes, é difícil olhar para a dor do agressor, e é mais difícil ainda para algumas pessoas olhar para a dor da vítima.

Então, o que que eu sinto, para finalizar a minha fala? Nós, seres humanos, somos filhos da matéria, das questões objetivas, dos números, do que pode ser quantificado? Sim. Mas nós também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somos filhos desse grande mistério que alguns chamam de Deus e que, às vezes, é ridicularizado, porque é uma religião, porque o Estado é laico... Eu não estou falando... até porque a constelação familiar não entra nesse espaço religioso. Nos momentos em que a gente fez referência aqui a uma ou outra questão, era fora desse princípio. Dentro das constelações familiares, não há viés religioso. Existem pessoas totalmente ateias que fazem, que sentem e que se percebem. Mas todo ser humano é filho desse grande mistério, desse desconhecido que a gente ainda não viu, a gente não entendeu. E a gente também é filho daquilo que a gente já observou tanto que a gente pôde quantificar e, com grande alegria, trazer uma segurança aí. E eu tentar ser filha de um ou de outro é como eu querer ser só filha da minha mãe ou ser só filha do meu pai. Eu sou filha dos dois. Eu sou filha da ciência, eu sou filha desse grande mistério. E eu acho que todos nós podemos nos expor. Eu convido os senhores também a se exporem, a nos ensinar a fazer ciência na nossa área – entendem? –, a procurar evidência, porque o que eu falo é o seguinte: se cresceu desse tanto, alguma coisa tem aí de muito linda, de muito maravilhosa. De fato, algumas violências têm ocorrido, às vezes, por pessoas que estão fazendo práticas indevidas, mas exterminar é algo que... A gente sabe que, se a gente tivesse feito isso com alguns princípios científicos que hoje embasam toda a argumentação dos senhores, não estariam aqui.

Então, eu acho que a gente precisa aprender a se suportar, no sentido de dar suporte e de somar e de crescer juntos.

E eu agradeço esta oportunidade de estar aqui. Não foi muito fácil, mas, ao mesmo tempo, eu cresci muito nesta manhã e agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Gratidão a você, Daniela Migliari, pela participação aqui nesta reunião de debates da Comissão de Assuntos Sociais. A gente fica muito feliz em estar tirando esse assunto de baixo do tapete, trazendo-o à tona. Eu acho que todos temos a ganhar com isso. E a presença tanto dos que são favoráveis como dos que são contrários é importantíssima, e a gente tem que louvar e agradecer, até pelo tom respeitoso que a gente tem tido – eu repito: um tom respeitoso –, que a gente tem percebido aqui na reunião até o momento. E é importante que a gente siga assim, porque daqui nós somos exemplo para muita gente. E eu acredito que a regra da boa convivência é o respeito e é disso que a sociedade precisa cada vez mais.

Eu vou passar agora a palavra, dentro da sequência que a gente combinou, para o Dr. Sami Storch.

Como esse assunto jurídico, da constelação no meio jurídico, permeou grande parte das colocações feitas aqui pelos que são opositores da constelação familiar, eu gostaria, mas dentro de uma justiça, dentro de um cálculo que foi feito aqui pela assessoria da Comissão, de propiciar dez minutos, até porque muitos faltaram, e a gente vai fazer aqui milimetricamente, para ser justo. Eu vou passar a palavra, por dez minutos, para o Dr. Sami poder fazer as suas colocações agora nessa rodada final.

Muito obrigado, Dr. Sami, pela sua presença. O senhor tem dez minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAMI STORCH (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu achei muito interessantes as falas, que me proporcionaram alguns pensamentos aqui. E eu, talvez por ser juiz, estou acostumado: ouve um lado, ouve um outro, e eu não tomo partido. E nem nesse debate eu considero que eu estou de um lado ou de outro. Eu quero é ver o que que faz sentido, o que que está certo, o que que me conduz para o mais, para o crescimento.

Bert Hellinger mesmo observou que, por trás das dinâmicas de violência, existe o desejo de extermínio daquele que é diferente, daquilo que não se quer olhar, e que é verdadeiro também. Então, por trás de um assassino ou de um agressor, existe uma profunda dor de alguém que foi assassinado na sua ancestralidade. Por trás de alguém que agride a mulher, por exemplo, um homem que agride a mulher, às vezes existe uma mãe que morreu cedo, aquele sentimento infantil de ter perdido a mãe com dois anos de idade: "Minha mãe não está aqui!", e ele quer segurar, ele quer possuir as pessoas. As constelações mostram esse tipo de dinâmica.

E, quando isso é revelado, a pessoa percebe e fala: "Meu Deus, eu estava confuso; inconscientemente, eu estava agindo em defesa de uma criança". E aí a pessoa olha para a pessoa que foi agredida e fala: "Eu sinto muito, eu não conseguia enxergar", e agora o agressor tem condição também de assumir a sua responsabilidade, porque isso não implica deixar de responsabilizar a pessoa que cometeu um dano que causou um mal, mas sim aumentar a responsabilidade, aumentar a consciência, para ela perceber o mal que fez, a dinâmica inconsciente em que ela estava emaranhada.

Então, ao me posicionar aqui neste debate, eu procuro também acolher, olhar, inclusive para as manifestações mais raivosas. O que que está por trás disso? Que dores que podem estar? Eu não sei que dores são, mas eu sei que elas existem e eu vejo que elas têm um sentido também que precisa ser visto.

Muito bem...

Agora, entre as críticas, chamaram-me atenção alguns pontos: um cuidado, uma atenção que foi dada quanto às despesas públicas com constelação, quanto ao orçamento. Então, eu quero contribuir para essas observações, para as críticas e também para as pesquisas em relação a isso. Eu desconheço investimentos no Judiciário em consteladores. Até onde eu sei, até agora, os consteladores são voluntários. Eu não acho que isso esteja correto, mas, até agora, essa é a realidade.

Por outro lado, também tem que se pesquisar quanto se economiza usando as constelações, não é só se criticarem as despesas. É como comprar um medicamento para distribuir pelo SUS: há um gasto, mas há uma economia, há uma vantagem. Quanto se economiza com audiências desnecessárias, tempo de juiz, estrutura do Poder Judiciário, advogados, Ministério Público, processos intermináveis, demorados? Então, isso também precisa ser considerado. Se se for avaliar numa pesquisa, é preciso a gente observar os efeitos que uma constelação tem ao reduzir a necessidade de tantas despesas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos efeitos negativos que foram relatados, eu acredito que existam casos também que não constituem amostra científica relevante; a não ser que sejam verificados, existem. Mas também, para pesquisar, de forma cética, sem a emoção, é preciso comparar com o que acontece num processo judicial tradicional: a demora de um processo judicial, um surto que a parte sofre durante os dez anos em que o processo anda, as despesas que ela tem com recursos, o sofrimento, a ineficiência que acontece hoje na máquina pública...

A Rose Militão falou do SUS, mas no Judiciário é a mesma coisa. A gente não está partindo de um ponto em que está tudo perfeito, todo mundo feliz e, de repente, chegam os consteladores para atrapalhar. Não. É uma situação de crise. No Judiciário, nós lidamos com crise; nós lidamos com situações de violência, de pessoas que estão sendo ameaçadas, de pessoas que estão sofrendo, que estão com a vida paralisada, ou indo por água abaixo; existem situações de injustiças. Então, nós também precisamos olhar para isso e procurar fazer algo de bom.

A revitimização é delicada. É um cuidado que se precisa ter mesmo, na constelação e sem a constelação. Como é que é sem constelação? Como é que é numa audiência judicial, quando se vai escutar a vítima de violência e ela tem que narrar o caso? Isso não é revitimização? Tem que ter cuidado. Como é que é lidar com crianças, adolescentes, a escuta dos adolescentes com dois advogados, o Ministério Público colocando a pessoa contra a parede, testemunhas, acuadas? Está certo? Não está, mas está sujeito a acontecer. Atividade humana. Somos seres humanos.

Foi mencionado o caso de uma juíza que constrangeu uma pessoa porque não participou da constelação. Olha, eu acredito que todos os dias está sujeito a algum juiz constranger alguém indevidamente, mas não é por isso que tem que acabar com os juízes. Nós precisamos aperfeiçoar a nossa humanidade, aprender a lidar com o ser humano. Isso com constelação ou sem constelação. Não está certo fazer constrangimento. Obrigar as pessoas a constelar será que funciona? Pela minha experiência, eu não obrigo, eu procuro deixar as pessoas bem à vontade. Só participa quem quer, e eu vejo que isso melhora os resultados do trabalho, inclusive para quem não quer. Todos se sentem melhor, isso pacifica o campo. Sei de experiências que já foram feitas de obrigar a pessoa a participar, de convocar as pessoas, intimidar; e, pelo que chegou até mim, os resultados não foram tão bons. As pessoas modificaram o procedimento e aí melhorou. Então, não é algo fechado, quadrado. Nós temos que aperfeiçoar os métodos em tudo. Isso não é só na Justiça, isso é na segurança pública, na saúde. O fato de ter um medicamento com eficácia comprovada não significa que não se possa desenvolver medicamentos melhores ou ajustar a dose ou aperfeiçoar o uso. As pesquisas servem para isso, e nem toda pesquisa dá certo.

Nós não somos contra, eu pelo menos não sou contra, o orçamento público destinado a pesquisas. Eu acho que o Governo deve investir em pesquisas, em universidades, mesmo que não vá dar certo, porque tem que testar, tem que pesquisar. Então, espera aí, nós estamos começando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, diante dessa situação de crise do Judiciário, que o Judiciário já se deu conta há bastante tempo, vem havendo uma transformação muito significativa. O Judiciário há muito tempo deixou de ser simplesmente aquele que aplica a lei perante o fato concreto. Não que o Judiciário não faça isso, mas hoje é adotado o conceito de Justiça multiportas. Os meios adequados de solução de conflito já tão consolidados no Judiciário, independentemente da constelação. Há a Justiça restaurativa, mediação. O Judiciário tem uma visão interdisciplinar. Na formação continuada dos juízes, incluem-se conhecimentos que não são propriamente jurídicos, mas que podem ajudar na nossa visão, na nossa compreensão, no trato com mulheres vítimas de violência, no trato com crianças que são vítimas de abuso. Então, isso deve continuar acontecendo.

E eu entendo, assim, que mexe com as pessoas, acho que é uma sensação de insegurança de que o Judiciário não vá cumprir o seu papel. Poxa, a pessoa vítima vai lá, procura o Judiciário, e o Judiciário coloca a vítima de frente para o agressor? As pessoas se indignam com isso. Então, é importante esclarecer que constelação não é isso. Eu não acho que a constelação deva ser utilizada contra a lei ou deva deixar de ser aplicada a lei. Para mim é uma segurança de que a lei continue sendo aplicada, que a constelação seja aplicada dentro da lei e respeitando os limites da lei, respeitando a presença do advogado. O advogado assiste o direito da parte. Ele não vai deixar a parte se sujeitar a um abuso, não é? Então, eu sempre convido os advogados a participar, na presença do Ministério Público. O Ministério Público tem a missão constitucional de ser o fiscal da lei. Na minha comarca há um promotor: ele é sempre convidado e, às vezes, ele participa; e aí, se ele encontrar alguma ilegalidade, algum abuso, alguma violação à lei, ele está no papel dele. Então, existe uma estrutura no sistema judiciário que favorece que as coisas caminhem relativamente bem – "relativamente" porque as pessoas estão sujeitas a erros, não é?

Mas o Judiciário está buscando soluções, e aí eu falo por mim, mas eu falo o que eu vejo da reforma do Judiciário, das inovações, essa abertura para inovações, porque a situação é de tanta carência, é de tanto sofrimento que as pessoas passam a não se sentirem atendidas com eficiência, com a rapidez desejada no Judiciário, e nós não podemos nos dar ao luxo de rechaçar inovações. Nós temos que olhar com bons olhos as inovações, temos que observar os efeitos que elas têm, temos que buscar aquilo que nos traz melhora, aperfeiçoamento. Isso parece ser um consenso, inclusive na OAB, com as mais de 130 Comissões de Direito Sistemático de advogados, que estão vendo os benefícios para os seus clientes. Os advogados não representam o Judiciário, eles representam... Eles têm o contato direto com o cliente. Então, é um advogado que zela pelo direito do seu cliente, que olha querendo ajudar e vai buscar recursos que lhe ajudem nisso. E, quando ele tem contato com as ordens do amor, com essas leis sistêmicas, ele pode ajudar muito melhor, pode ajudar o cliente a como se posicionar diante de um conflito, como se posicionar diante de alguém que está acusando o cliente de algo – ou de alguém que que lhe está causando algum dano –, de uma forma mais eficiente. Então, ao fazer pesquisas, temos que olhar para quem está fazendo esses projetos, não é? Para juízes, para advogados, promotores, cidadãos que estão sendo atendidos, e observar como é que isso está acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Por favor, Dr. Sami: para concluir.

O SR. SAMI STORCH – Tá.

Então, quero dizer... Alguém falou de consenso – não é? –, que não existe consenso entre os consteladores. Não há e nem deve existir. Não pode existir consenso. Na Medicina também não há consenso. E aí eu me remeto ao Décio: eu também sinto falta da fala de outros consteladores, de pessoas que estão desenvolvendo pesquisas, estão trabalhando de outras formas, sinto falta da interdisciplinaridade, de psicólogos, para encontrar formas melhores de se trabalhar.

Então, também estou à disposição. E eu vejo essa pluralidade de trabalhos e formas de trabalhar com muito bons olhos e acredito que estamos no caminho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Sami Storch, por ter vindo aqui a Brasília, aqui no Senado Federal, participar deste evento, porque eu considero aqui esta sessão, a audiência pública, histórica – histórica, não é? –, quebrando paradigmas! É mais uma iniciativa do Senado Federal que vai ao encontro do que a sociedade quer: ouvir os dois lados de forma democrática e buscar, cada vez mais, avançar para ajudar as pessoas.

Eu já vou passar a palavra agora, dentro da linha que a gente combinou, nos cálculos que a própria assessoria aqui da Comissão de Assuntos Sociais fez. Nós vamos ter 7 minutos e 30 segundos para os que são contrários, começando agora pelo Marcelo Takeshi Yamashita.

Dr. Marcelo Takeshi Yamashita, para a segunda rodada aqui, considerações finais e alguma observação que queira fazer.

O SR. MARCELO TAKESHI YAMASHITA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado pela palavra, Senador Eduardo Girão.

Eu volto novamente a um ponto que eu fiz na minha fala e que, na segunda rodada de discursos, houve uma citação novamente a um autor, que foi o Capra, não é? Eu vou enfatizar que não existe nenhum embasamento teórico ou experimental que possa conectar qualquer coisa da mecânica quântica ou da física com essa questão do campo quântico, do campo morfogenético, da telepatia que foi dita aqui. Capra é um autor que pode ser citado nos meios exotéricos. Você não cita Capra para um físico. Capra não é reconhecido ou tem publicações relevantes no meio da física. Então, ele não é uma pessoa que deva ser tomada como uma autoridade da área. Ele escreveu livros, livros que podem se encaixar dentro do contexto exotérico; não no contexto da ciência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim ficou muito claro, através das falas – eu estou repassando o que foi dito pelos colegas, pelos outros palestrantes aqui... E para mim ficou claro que a constelação familiar, no estágio em que está, é baseada primordialmente em relatos de casos. Então, assim como não existe uma conexão forte entre a questão toda da física, da telepatia e da constelação familiar que foi dita, não existe nenhum embasamento experimental ou teórico, do ponto de vista da psicologia, que embase essa prática.

A conclusão a que eu chego e que eu coloco aqui é que colocar uma prática dessa, sem nenhum embasamento, nem teórico nem experimental, como parte de uma política pública, além da questão do gasto com o Erário, você tem a questão da sinalização para a população de que essa técnica recebe um endosso do Estado, não é? Então, se a pessoa individualmente gostaria de procurar esse tipo de terapia utilizando seus recursos próprios, não há nenhum problema. Nós não estamos reivindicando o banimento da prática como um todo, mas simplesmente da inclusão dela como parte de uma política pública endossada pelo Governo.

Na linha do que foi dito pelo colega Paulo Almeida, que a mencionou, a mesma coisa acontece com outras PICs, no rol das práticas integrativas e complementares. Há terapias que estão incluídas no rol dessas práticas, o que não é uma questão, como foi dito aqui, de exterminar de princípio essas terapias. Não quer dizer que elas não tiveram o tempo suficiente para serem descobertas ou para serem estudadas. Não, é um caso muito diferente. Elas vão de encontro ao que se conhece muito bem, não é? Então, você pegar uma prática, por exemplo, como homeopatia e dizer que a água possui uma memória, isso vai de encontro às coisas que nós conhecemos da física. É você pegar alguma coisa prática, como a imposição de mãos, e falar que a imposição de mãos vai curar enfermidades, além do perigo que está atrelado à pessoa abandonar uma terapia séria para se submeter a esse tipo de prática, isso não possui nenhum embasamento. Então, não é uma questão que se descarta *a priori*.

Algumas coisas se descartam *a priori*, coisas que, de fato, vão de encontro daquilo que a gente conhece bem, daquilo que em que já existe consenso científico. Então, quando você faz uma hipótese na ciência, ela *a priori*, de princípio, não pode confrontar aquilo que é bem conhecido. A princípio, você pode pensar que, grandes cientistas ao fazerem uma hipótese... Aquilo foi aceito depois de aquela hipótese ser testada muitas vezes. Galileu, Isaac Newton, Einstein fizeram hipóteses, e essas hipóteses são testadas, mas, de princípio, essas hipóteses não podem, por exemplo, ir contra algo bem conhecido. Você não pode assumir, de princípio, que dois é igual a um e aí você desenvolve essa teoria em cima desse absurdo. Uma teoria que é baseada em dois é igual a um, essa, sim, já é descartada de princípio. E isso acontece, por exemplo, com a homeopatia que eu citei, que usa como princípio memória da água, por exemplo.

Houve em outras falas a questão de que cientistas são fechados para o novo. Não, cientistas não são fechados para o novo, a gente gosta do novo, mas o novo precisa ser testado. Isso aí precisa ser testado; as coisas não são aceitas simplesmente porque alguém falou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve outras confusões nas falas, com contraposição de que teoria da evolução seria somente uma teoria, que a teoria do Big Bang seria simplesmente uma teoria. Não! Existem observações que corroboram essas teorias. Na verdade, elas se tornaram teorias porque existem comprovações experimentais da validade delas. Então, o conceito que foi utilizado de teoria foi um conceito errado.

Com algumas coisas em ciência a gente tem que tomar muito cuidado. Foi dito também que, em algumas coisas, houve viés de confirmação por causa de opinião. Não! Em ciência, o que nós temos são fatos. Em muitas situações existe, sim, a escolha de resultados que favorecem alguma conclusão e outras que favorecem outra conclusão, mas, via de regra, no que foi colocado aqui hoje nas palestras, pelo pessoal que foi colocado como contrário às constelações familiares, não houve nenhuma situação de opinião; houve situações, de fato, experimentais, ou, a inexistência de fatos experimentais que validem a constelação familiar. Então, sobre aquela ideia de que tudo é uma questão de opinião, aquela questão de que há duas pessoas olhando, e uma fala que é seis e a outra fala que é nove, e as duas podem estar certas ao mesmo tempo, não, uma está errada; ou é seis ou é nove, senão seis não é igual a nove. Então, há algumas situações em que existem claramente situações de fato; e situações de fato não são questões de opinião.

Eu vou terminar a minha fala aqui, porque eu já estourando no tempo. Eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Girão por ter aceitado aquele requerimento do Senador Sérgio Petecão pela inclusão dos nossos nomes na audiência pública de hoje, mas deixar muito claro que, a princípio, desta audiência de hoje nós soubemos somente em cima da hora. Nós não havíamos sido convidados de princípio e essa audiência seria uma audiência simplesmente com as pessoas que fariam favoravelmente à constelação familiar. Então, eu agradeço ao Senador Sérgio Petecão, que entrou em contato conosco e nos incluiu nessa audiência pública para colocar o contraditório e o que, de fato, se conhece a respeito da constelação familiar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Muito obrigado, Sr. Marcelo Takeshi Yamashita, pela sua participação, por ter vindo aqui fazer esse debate, mesmo que de forma virtual, deixando muito claro para o senhor, para quem está nos assistindo que eu aprovei, participei da aprovação dos nomes dos senhores, de quem é contrário, e é importante que haja o contraditório. Até então, a gente, pelo menos aqui, de informações que temos recebido... Eu digo que eu não sou apenas do Estado do Ceará, eu ando pelo Brasil conversando, e eu não tinha visto um posicionamento contrário. A gente via um movimento a favor, mas é bom saber disso, porque eu acredito que isso vai ensejar outros debates e agora eu já tenho os nomes dos senhores para que a gente possa chamar e tentar abrir o leque também, porque eu acho que a gente vai encontrar o ponto de equilíbrio, vai encontrar realmente a busca dessa verdade a partir do momento que a gente vai avançando, ouvindo diversas correntes de pensamento, de opinião, enfim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aqui agora, dando sequência, para o Sr. Tiago Tatton, que é diretor científico da iniciativa Mindfulness Brasil. Então eu já o convido para fazer uma nova rodada aqui, as suas considerações finais, observações, por 7 minutos e 30 segundos.

O SR. TIAGO TATTON (*Por videoconferência.*) – Escutam?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim, perfeitamente.

O SR. TIAGO TATTON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, então queria agradecer, assim como o Marcelo, pelo convite, a todas as autoridades envolvidas, agradecer a participação de todos os envolvidos, principalmente da sociedade brasileira. As falas dos colegas da constelação ao final, agora, e agora neste momento, apesar de serenas, educadas, elas escondem um grave desconhecimento, talvez até mesmo algumas imposturas, não é, na minha humilde opinião. O próprio colega Décio, no início da sua fala, disse que não conseguiu se preparar adequadamente. E a gente percebe um tipo de argumento do tipo nota promissória: "no futuro, algum dia veremos, precisamos fazer mais, não sabíamos que existia eletromagnetismo e agora sabemos, no futuro veremos sua potência". Falaram até mesmo alguns colegas de mistério, não é? Abro aspas: "Precisamos viver esse mistério, pois não é só a ciência que sabe tudo". Geralmente é um tipo de conversa que a gente tem muitas vezes tomando um café com os colegas e filosofando sobre a vida. Mas para o propósito com que estamos aqui, esse tipo de argumento não leva a lugar nenhum. A gente não pode viver de apostas, como os colegas das constelações estão colocando. A gente está falando de uma intervenção que já está na vida pública do país, na saúde, no Judiciário. Então não é uma conversa sobre algo que pode acontecer, é sobre o que já está acontecendo.

E também me assusta, assim como o meu colega Prof. Marcelo falou, em pleno 2022, a gente estar falando de Fritjof Capra num debate sobre ciência e políticas públicas, algo que ficou ali nos anos 70 em geral. Esse tipo de conversa sobre ciência cartesiana *versus* uma ciência mais humana ou a gente falar da ciência através do dicionário, a ciência saiu dos dicionários já desde Newton, não é? Então a gente sabe que existe apenas o fazer científico, seja das ciências sociais, com seus métodos específicos, pesquisas etnográficas, métodos qualitativos, seja da ciência biomédica, com pesquisas experimentais, e em nenhuma forma de ciência válida... Porque essa conversa sobre ciência cartesiana é uma coisa meio anos 80, isso não deveria estar posto aqui. A gente tem a ciência válida, sejam os métodos de ciências sociais, sejam os de ciências biomédicas. A gente precisa avançar para além desse tipo de argumento.

Citar seguidamente o que Bert Hellinger falou ou pensava também não acho que ajuda os colegas das constelações. Em ciência a gente não fica repetindo palavras de um líder como fonte de sabedoria ou de verdades. Isso pode incorrer no risco até de parecer muito mais uma seita ou algo parecido do que uma prática voltada para as políticas públicas. Então, é um alerta que eu faço. Por isso que psicanálise – alguém falou de psicanálise – não é política pública, e nem Freud é referência de boa ciência, pelo contrário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os gastos com PICs – o meu colega Dr. Sami falou aí disso – chegam a quase três milhões, três milhões que poderiam estar sendo empregados com práticas baseadas em evidência. Existem diversas intervenções familiares, intervenções inclusive sistêmicas em psicologia, com um número infinitamente maior de evidências do que constelações familiares, terapia com lama ou terapia com picadas de abelhas. No Judiciário pode até não haver gasto público, eu não sei exatamente, mas se cria uma demanda e se supre essa demanda com formações caríssimas de consteladores em institutos privados.

Na medicina falaram que não há consenso, mas converse com qualquer médico ou médica sobre como se deve conduzir um tratamento para pressão arterial elevada e verá que há consenso sim, porque existe ciência. Nas constelações familiares, não, nenhum tipo de ciência. Não tem ciência o que faz com que a ética possa ser constantemente ferida.

Convido a amiga consteladora Rose a ler o *Handbook of Religion and Health*, do Prof. Harold Koenig, e ela vai ver que existem várias pesquisas sobre espiritualidade com métodos experimentais. Ou os professores brasileiros Wellington Zangari, da USP, Alexander Moreira de Almeida, da Universidade Federal de Juiz de Fora, ou Letícia Alminhana, diretora do Unusual in Psychology. Há várias pesquisas experimentais sobre espiritualidade. A gente não precisa criar uma outra ciência, um outro tipo de ciência para pesquisar coisas subjetivas. Não precisamos separar em ciências cartesianas ou alguma outra coisa. São falácias isso, são sinais graves de despreparo para o debate, na minha humilde opinião.

Como o meu colega Marcelo falou, nós estamos abertos, sim. A ciência é um empreendimento aberto. A gente busca e mostra os dados, eles estão aí. A gente apresentou uma revisão com 4 mil estudos, na qual 3.991 foram excluídos, porque eram fracos, eram ruins. Então, a gente está aberto, sim.

Falaram do método fenomenológico, um recurso que usam seguidamente, mas o método fenomenológico criado por Edmund Husserl... E um colega falou, inclusive, que é novo, mas eu aviso a ele que não é novo: as investigações lógicas de Husserl são de 1901. Então, ele pode começar, de repente, procurando ler Husserl ou Merleau-Ponty, que é um autor antigo também. As constelações familiares usam uma visão distorcida e enxertada da fenomenologia original, mas pincelam, colocam em um balaio de gatos, em que entram quântica, nova era, psicanálise e a apropriação cultural do conhecimento zulu.

E, sobre ter outros métodos em ciência, eles existem já. Pesquisa qualitativa, apesar de não tão popular no campo médico, existe. Pesquisem! Há várias bases de dados. Os senhores são médicos, são pessoas instruídas, conhecem as bases de dados, elas são públicas. No campo acadêmico da enfermagem, em particular, existem centenas de pesquisas e metanálises sobre investigação de casos únicos, usando abordagens qualitativas, como *grounded theory*, análise de conteúdo e o próprio método fenomenológico, que vocês parecem desconhecer ou distorcer. Essas pesquisas olham para fatores subjetivos, como espiritualidade, perdão, gratidão, mas é através da ciência, a única ciência que existe e que me parece, com todo o respeito, que é desconhecida pelos consteladores familiares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que não existe nas constelações são pesquisas benfeitas de qualquer natureza. As premissas teóricas e o estado da arte sobre constelações familiares neste momento parecem, sim – me perdoem a franqueza –, muito mais próximos de uma prática oracular ou bruxaria do que de ciência. Isso, na minha opinião, para a sociedade brasileira é gravíssimo.

Muito obrigado, Senador Girão, Senador Petecão e sociedade brasileira, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Tiago Tatton, Diretor Científico da Iniciativa Mindfulness no Brasil, pela sua participação, por dedicar seu tempo aqui para colaborar com esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Imediatamente, eu já passo a palavra para o Daniel Gontijo, que é membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências. O senhor tem sete minutos para as considerações finais, para alguma observação, desde já lhe agradecendo pela presença.

O SR. DANIEL GONTIJO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero fazer um gancho com o que o Tiago falou. E, a respeito do comentário da nossa colega de profissão que é a Rose, acho que eu não tinha falado antes, mas eu sou psicólogo também e tenho doutorado em Neurociências pela UFMG, no qual eu estudei justamente a espiritualidade e sua relação com saúde mental, de forma científica. Eu desenvolvi uma escala que mede o nível de crença das pessoas na existência de seres sobrenaturais. Então, às vezes, a gente ouve o argumento de que o que é subjetivo não pode ser mensurado ou não pode ser abordado por esses métodos cartesianos ou por esse positivismo, que é outra palavra que aparece por aí às vezes. Eu não sei se é por um desconhecimento de ramos da psicologia que trabalham com essa proposta baseada em evidências de mensuração, mas a gente tem na psicomетria várias ferramentas que nos possibilitam medir, sim, processos psicológicos, experiências, até mesmo o amor. Vocês falam muito sobre o amor, e existem escalas psicométricas com as quais você pode medir as expressões do amor em diferentes dimensões, comportamentais, afetivas, cognitivas. Então, eu não sei se é um desconhecimento, mas, em breve, inclusive, vou receber o Bruno Damásio, que foi orientador do meu doutorado no meu canal do YouTube, onde eu faço divulgação científica, e a gente vai falar um pouco sobre isto: a importância da psicomетria e da avaliação psicológica para a cientificidade da psicologia, principalmente quando a gente pensa nas pesquisas e na pesquisa clínica também, onde é muito importante também o assunto da saúde mental.

Então, eu vejo um pouco... Concordo com o Tiago, que acho que comentou isso, quando diz que existe uma confusão aí ao diferenciar essas ciências, como se, então, a ciência clássica não funcionasse para esse tipo de coisa. Eu compartilho dessa visão de que parece uma confusão.

A Daniela fez um comentário sobre ter a mente aberta, e eu superconcordo: na ciência a gente tem que estar com a cabeça aberta para aprender coisas novas, para a gente se surpreender com dados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes e tudo, mas, usando uma frase, que eu não me lembro se é o Sagan ou se ele citou outro autor, ressalto que a gente tem que ter a cabeça aberta, mas não tão aberta a ponto de o cérebro cair, senão a gente começa a acreditar em qualquer coisa! É preciso sempre ter o filtro que a gente chama de ceticismo, o pensamento crítico, um pé atrás: "espera aí, será que é isso mesmo?". O Einstein chegou lá com esse negócio de relatividade e tudo... E esse negócio da física quântica? Será que existe esse negócio mesmo, que contrastava com a física newtoniana? Então, a comunidade científica tem um ceticismo natural, mas que é saudável. Caso contrário, deixa de ser ciência, porque a gente tem que ter muito rigor antes de adotar qualquer tipo de ideia sobre o mundo.

E é com esse rigor que a gente está aqui hoje conversando com vocês, não é uma coisa – vamos pensar assim – *a priori*: não, não podemos aceitar que alguma coisa da constelação familiar seja verdadeira ou que ela funcione. Não é isso. Olha, pra gente aceitar a constelação familiar tendo ali algumas premissas verdadeiras, que possam nos levar a dizer "o.k., funciona", a gente tem que ter pesquisas de qualidade sendo conduzidas – e eu acho que a gente mencionou isso; a Gabriela Bailas também falou sobre isso –, mas sem pular todas as etapas, não é? Vamos começar do básico: será que aquelas premissas teóricas fazem sentido mesmo na realidade? Aqueles *insights*, as descobertas meio controversas do Hellinger realmente se sustentam depois de uma pesquisa bem conduzida? É que a gente tem instrumentos, ou pode desenvolver instrumentos, para medir boa parte desses processos que estão sendo discutidos nas constelações. Não sei se todos os conceitos aí, como o do campo morfogenético... Algumas coisas talvez não sejam passíveis de verificação e, se não são, se a própria física não consegue capturar algumas dessas frequências aí, talvez elas nem existam. Então fica essa possibilidade aí para vocês considerarem.

Há um comentário importante do Mateus, e eu concordo com ele: uma coisa é a ciência, o que ela tem demonstrado, aquilo que ela tem trazido pra gente de dados; outra coisa é a experiência pessoal, da pessoa que participa de uma constelação familiar ou de qualquer outro tipo de procedimento, de terapia. Eu concordo, não é que as pessoas não estejam tendo essas experiências de bem-estar, de repente de uma mudança de percepção sobre a própria família, sobre um abusador, sobre um pai, sobre uma mãe, eu não duvido que possa haver alguns tipos de experiências ali. Eu sou um cético de carteirinha, até mesmo sobre o sobrenatural, que é um dos temas que eu mais gosto de estudar e de falar a respeito, mas eu já tive várias experiências que a maioria das pessoas nunca teve: de sair do meu corpo, de mover um copo com a força do meu pensamento, embora eu estivesse com o dedinho lá em cima... (*Risos.*)

Eu já tive várias experiências sobre as quais as pessoas diriam "isso é sobrenatural, é de outro mundo, não é?". Mas, graças aos meus estudos em psicologia e em neurociências, eu aprendi a ter uma visão um pouco diferente sobre isso, mais cética: será que existe uma explicação alternativa para isso?

Deixo essa questão para vocês: será que pode haver uma explicação alternativa para as aparentes mudanças, ou um bem-estar, ou uma melhora que esses participantes das constelações, às vezes, relatam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tem nada a ver com talvez pressupostos teóricos que o Hellinger e outros levantaram? Eu, lendo um pouco os livros nas partes sobre constelação, a prática mesmo, ficava levantando várias hipóteses: poxa, mas será que é a forma como a pessoa foi posicionada aqui? "Realmente eu estou de costas aqui, estou desconfortável". E uma outra pessoa: "Eu não consigo me mover, eu estou me sentindo acuado, porque havia duas pessoas aqui". Uma coisa totalmente talvez espacial de uma experiência psicológica pela configuração espacial ali e talvez nada a ver com a conexão com que o parente realmente estaria vivenciando lá. Eu acho que existem tantas coisas que podem ser testadas do básico ali dos processos que de repente explicariam melhor do que essas especulações que, às vezes, apelam até para uma metafísica, que a gente não consegue testar ou que talvez realmente sejam, com o perdão aí do termo, um pouco de "viagem na maionese". Não sei, mas vai que. Eu acho que esses processos básicos têm que ser testados também.

E aí, para finalizar, eu queria só comentar uma fala do Sami a respeito de benefícios da constelação familiar, inclusive no Judiciário, para desempacar um pouquinho as coisas, desafogar um pouco aí as demandas de processos e coisas do tipo. Eu entendo o que você traz nesse argumento, mas eu acho um pouco complicado, diante de tudo que a gente já falou, quando a gente não consegue garantir, mais uma vez, a eficácia em termos de saúde mental, de resolução de conflitos. A gente não sabe se aquilo ali vai se estender no tempo, o que vai ser depois daquilo ali, daquela resolução e tudo. E aí fica uma analogia aqui para a gente pensar também. Imagina que a gente não está conseguindo disponibilizar vacina para a população contra a covid, e aí o pessoal está fazendo campanha, está brigando, está acumulando a fila ali. Eu quero a minha vacina e tudo. É por isso que a gente vai prescrever a cloroquina contra a covid-19 desde antes, quando a gente não tinha evidência de eficácia? Era uma questão em aberto, porque saiu um estudo que depois se mostrou totalmente mal conduzido. E, mesmo depois, agora, com as pesquisas, a gente sabe que ela não ajuda contra a covid-19.

Então, a gente não sabe exatamente que riscos que a constelação oferece e se é que ela oferece algum benefício. E é para desencalçar um pouquinho aí, desafogar um pouco essas demandas no sistema jurídico que vai ser justificada a sua inserção em políticas públicas ou mesmo no SUS, que alguém mais comentou aqui? Será que a psicologia dá conta de tudo? Mas é por causa de uma deficiência, de um problema que a gente vai oferecer alguma coisa sobre a qual a gente não tem evidências de validade? Eu acho que essa é uma questão importante para a gente pensar também. Às vezes é melhor a gente suspender nosso julgamento, dizer não sei se funciona, se não funciona, se é perigoso ou não é e não fazer muita coisa a respeito em termos de uma política pública do que a gente acabar dando um passo maior do que a perna, podendo, quem sabe, até comprometer a população.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Daniel Gontijo, que é membro fundador da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências.

Imediatamente eu já passo a palavra aqui para Gabriela Bailas, que é pesquisadora e que vai participar de forma remota, já agradecendo também a presença dela. Tem sete minutos e trinta segundos para fazer considerações, outras observações nessa participação final.

Muito obrigado.

A SRA. GABRIELA BAILAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, quero agradecer novamente pelo convite, por aceitar a inserção dos nossos nomes nesta sessão de hoje.

Acho que foi um exercício muito interessante, principalmente para mim, que trabalho muito com pensamento crítico, consciência, faço ciência de base também em física de partículas, trabalho muito com métodos estatísticos, leituras de artigo.

Eu tenho algumas considerações para fazer sobre ciência. Primeiro, o meu colega Marcelo Yamashita já falou claramente que teoria não é apenas uma teoria. Para algo se tornar uma teoria, a gente precisa de toda a experimentação necessária. Então, o Big Bang e a evolução não são apenas uma teoria, são teorias consolidadas dentro da ciência.

Outra fala interessante foi: "A ciência não possui consenso". Sim, a ciência possui consenso. O aquecimento global é um consenso. Nós temos a teoria da evolução, como eu já falei, a teoria dos germes, nós temos o consenso das vacinas. Nós sabemos que a vacina para poliomielite, para febre amarela, para o próprio covid são consensos. Então, falar que a ciência não possui consenso, que os cientistas não estão abertos ou que não queremos fazer ciência sempre acaba colocando os cientistas como uma figura da pessoa que não quer fazer ciência, que só quer seguir o que acredita, e não é isso que a ciência faz. Na física, a maior alegria é a gente descobrir coisas novas, é a gente entender que algumas não funcionam e outras começam a funcionar. Isto é a beleza da ciência: mudar. Então, a comunidade científica possui consenso sim.

Outro ponto que eu gostaria de falar é que existe uma diferença entre evidência anedótica e denúncias ou relatos. Muitas evidências anedóticas foram trazidas: "Eu vi, funcionou, na minha vida deu certo, para a minha vizinha, para a garotinha que eu conheci". Isso se chama evidência anedótica. Agora, o que eu trouxe, que foi denunciado oficialmente para os meios de comunicação, são denúncias de mulheres que sofreram dentro do Judiciário. Por exemplo, desculpem a palavra, se uma mulher foi estuprada e vai até a delegacia registrar, traz o relato dela, o que aconteceu com ela não é uma evidência anedótica. Falar: "Na minha prática deu certo" também é uma evidência anedótica. Se hoje eu apresentar aqui para o Senado que veneno de cobra cura câncer porque eu vi que funciona, a gente não vai implementar no SUS, a gente não vai implementar no Judiciário, porque não existem evidências





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científicas. O método, seja ele de saúde mental, seja de outro tipo de problema, de saúde física, de um problema de química, biologia, a gente tem o método científico. E o método científico fala tanto do qualitativo das pessoas quanto do quantitativo, dos números. Então, com pesquisa quantitativa, com números, a gente tem psicologia, a gente tem medicina... Senão, como os tratamentos de câncer e o tratamento das vacinas funcionariam, se simplesmente não desse para testar pessoas? Como hoje a gente sabe que existem terapias psicológicas que funcionam muito bem, como a terapia cognitiva comportamental para a ansiedade? Porque fizemos pesquisas científicas.

A constelação familiar, como eu bem mostrei, pulou da observação para o Judiciário. E uma fala muito interessante que o Juiz Sami trouxe diz respeito a que precisamos de aperfeiçoamento, que o agressor, muitas vezes, o esturador passou por uma situação muito ruim no passado. Só que há um ponto interessante – e aí é uma pergunta, vou deixar em aberto: o Judiciário é o lugar para aperfeiçoar algo? As vítimas que estão dentro do Judiciário são cobaias? Porque, quando a gente faz uma experiência científica envolvendo pessoas, a gente tem um ambiente hipercontrolado, duplo-cego, triplo-cego, para não existir viés. Então, quando a gente fala que a constelação já está no Judiciário, mas precisa de aperfeiçoamento, seriam as vítimas cobaias? Essa é uma pergunta que eu vou deixar em aberto.

Segundo ponto, existe uma diferença muito grande entre narrar o que aconteceu e encenar: revitimização. Quando uma vítima de estupro ou de abuso sexual narra o fato, ela não o revive como uma encenação, que é o que propõe a constelação familiar. Ela também pode pedir para que o agressor não esteja na sala. E já existem métodos claros de mediação, métodos aceitos. A constelação familiar não é um método de mediação aceito perante todos os órgãos.

Outra pergunta... Uma discussão interessante também seria com o Ministério Público. O Ministério Público poderia estar aqui também, nesta audiência ou numa próxima audiência, e eu, inclusive, estaria superdisposta a conversar, como cientista, como estudiosa das constelações há mais de dois anos, participei de inúmeras reuniões de consteladores também. Então, eu trago este ponto: o Ministério Público também é um agente importante nessa discussão.

Outro ponto: em diversas falas, eu ouvi a questão anticientífica, ao se colocar em dúvida o trabalho dos cientistas, em dúvida o trabalho do SUS, ao se questionar. Essa é uma postura muito típica de pseudociências que querem, de alguma forma, desacreditar o que os cientistas falam. Então, esse é um ponto importante.

E, respondendo à minha colega jornalista, poeta e filósofa, nós não queremos eliminar as constelações; queremos apenas que elas não façam parte do Judiciário sem que existam evidências de que elas funcionam – nem do Judiciário, nem do SUS, nem do público. Não é eliminar do mundo, a gente não está pedindo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar outra coisa: a constelação familiar é uma técnica que cresceu muito. Minha colega disse que, se cresceu muito, é porque é uma coisa maravilhosa que existe. O feminicídio cresceu muito, a violência doméstica cresceu muito, o nazismo foi uma prática horrenda que cresceu muito. Crescer muito não significa ser bom ou que, de fato, seja uma coisa justificável para que a gente use com pessoas.

Inclusive, como estudiosa das constelações, existem movimentos contrários, as chamadas novas constelações, que são contra Bert Hellinger pelas suas posturas. Inclusive, Bert Hellinger tem um poema, uma ode em homenagem a Hitler, em que ele diz: "Hitler não foi melhor nem pior do que qualquer homem". E essas novas constelações tentam combater esse tipo de pensamento. Então, se nem dentro da constelação existe consenso, como a gente vai botar uma coisa que não tem consenso dentro do Judiciário, dentro do SUS e submeter mulheres à revitimização? E não são ideologias aqui, são simplesmente fatos. A gente não pode submeter mulheres à violência de gênero, crianças à revitimização, e a gente não pode vitimizar o agressor. O estuprador estuprou, ele não é uma vítima. A vítima é a mulher estuprada. Não podemos justificar porque, no passado, aconteceu isso ou aquilo, não! O papel da Justiça não é o de ajudar alguém a entender por que ele é um estuprador, não. É fazer valer a lei.

O Código Penal... A Constituição Federal é clara: "Todos são iguais perante a lei". Então, a gente não pode misturar as coisas aqui, a gente não pode criar uma rivalidade entre ciência e anticiência, não. A ciência ajuda nossa vida todo dia: se a comunicação remota é possível, é porque a ciência existe; se a covid está sendo combatida, é porque a ciência existe; se hoje em dia as mulheres têm quimioterapia para o câncer de mama e não precisam arrancar mama e costela, é porque a ciência evoluiu. E hoje temos quimioterapia, hoje entendemos o DNA, a genética. Isso é ciência. A ciência evolui todos os dias através de um método claro e específico. Não podemos pular partes do método e colocar esse método para desafogar o sistema. Nós queremos desafogar o sistema ou resolver e oferecer justiça para crimes hediondos? Esse é o meu questionamento.

Eu agradeço muito por essa participação e estou aberta para outras participações.

Senador Eduardo Girão, muito obrigada pela oportunidade, obrigada a todo o Senado. Muito obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Somos nós que agradecemos a sua participação, Gabriela Bailas, que é pesquisadora e participou conosco aqui, por via remota. Mais uma vez, muito obrigado.

Imediatamente, a gente já passa a palavra para Mateus Cavalcante de França, que é pesquisador e também vai participar de forma remota. O senhor tem sete minutos e trinta segundos, desde já lhe agradecendo pela participação.

O SR. MATEUS CAVALCANTE DE FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) - Eu gostaria de iniciar agradecendo o convite ao Senador Eduardo Girão, ao Senador Sérgio Petecão por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também propiciar este momento, que eu acho que é um momento importante de diálogo também com a sociedade.

Já antecipo minhas escusas porque provavelmente vou ter que sair um pouco antes de a audiência se concluir, porque sou um pesquisador e tenho que trabalhar – vou trabalhar na pesquisa em que trabalho, a partir das 4 horas. Então, vou ter que me retirar.

Eu gostaria de iniciar... Vou ter que me repetir em algumas coisas que eu afirmei, porque algumas afirmações foram feitas como se eu não as tivesse dito, sobre as denúncias ou sobre as experiências negativas serem também evidências anedóticas.

O que faz de algo uma evidência anedótica é o tipo de afirmação que a gente faz dela, certo? Então, eu não afirmei... Inclusive, eu afirmei o contrário: eu disse que o fato de existirem denúncias não significa que todas as pessoas que passaram por uma constelação familiar, todas as pessoas que foram consteladas tiveram aquela experiência. Ou seja, eu não estou fazendo essa afirmação. Ao contrário, quando se defende a implementação ampla, enquanto política pública, de constelação familiar, baseiam-se em evidências anedóticas para dizer que ela funciona. Ela funcionou nesses casos, portanto ela será muito útil para a sociedade como um todo, certo?

Eu queria também aproveitar e falar um pouco – já que também se falou de pesquisa com pessoas, já que também se falou de ciências sociais, de outros métodos de coleta de dados, e está-se entrando na minha área como sociólogo do Direito –, eu queria também explicar algumas coisas, deixar algumas coisas um pouco mais nítidas. Existem métodos quantitativos de coleta de dados – e esses dados quantitativos serão analisados de uma forma – e existem métodos qualitativos de coleta de dados – e esses dados serão analisados de outra forma. Uma pesquisa quantitativa busca generalização. Uma pesquisa qualitativa busca ser replicável, ser transferível, de repente. É claro que uma pesquisa quantitativa também é replicável, tem que ser replicável – isso é muito importante na metodologia científica –, mas uma pesquisa qualitativa também tem suas preocupações e suas limitações.

Quando a gente trabalha com qualquer pesquisa – eu trabalho com pesquisa qualitativa –, a gente tem que falar das limitações do que a gente está afirmando. Se eu estou fazendo um estudo de caso, como eu já fiz estudos de caso, eu sei que as afirmações que eu vou trazer daquele caso não são generalizáveis a todos daquele universo a que o caso pertence. Então, é um tipo de afirmação que é muito perigosa, principalmente quando se está tentando legitimar uma política pública. Entendem meu ponto? O que eu quero dizer aqui não é que o qualitativo é desprezível. Claro que não! Ele é muito importante inclusive para compreender aqueles pontos fora da curva numa pesquisa quantitativa. Então, se a gente observa uma tendência numa pesquisa quantitativa, aqueles pontos fora da curva precisam ser estudados – por que estão fora da curva? E uma pesquisa qualitativa vai ajudar com isso. No entanto, uma pesquisa qualitativa não produz dados generalizáveis. E esse é um problema, em parte, das pesquisas, em uma parte significativa de pesquisas sobre constelação familiar, inclusive no Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive acesso a algumas pesquisas, por exemplo, cuja metodologia, a metodologia de coleta de dados, envolvia entrevistas com *experts* – era essa a palavra que havia no próprio desenho metodológico –, ou seja, com consteladores. Quando a gente faz isso – claro que eu não estou dizendo que a palavra dos consteladores não tem validade, claro que tem –, quando a gente trabalha com isso, a gente tem que considerar quais são as limitações dos meus dados. Se eu estou fazendo uma pesquisa cujas fontes são lideranças ativistas de um movimento social, por exemplo, eu tenho que considerar as limitações das informações que aquelas pessoas vão me dar, porque aquelas pessoas vão estar falando a partir da própria realidade.

Então, quando a gente extrapola as limitações da própria pesquisa, a gente também não está seguindo, como se espera, o método científico. E daí eu volto a uma questão que meus colegas já falaram, sobre abertura: "Ah, os cientistas não são abertos a essas outras práticas, a essas outras possibilidades!". Não, pelo contrário, nós somos muito abertos. Mas sempre que a gente vê algo novo, a gente precisa investigar, a gente vai trabalhar as limitações do que a gente está investigando, as possibilidades do que a gente está investigando, e essa pesquisa será replicada por outras pessoas até que a gente chegue a um consenso para fazer afirmações de uma maneira categórica.

Então, quando a gente fala – certas afirmações foram feitas aqui sobre a eficácia, sobre os benefícios da constelação familiar –, quando eu falo que essas afirmações não podem ser feitas, eu não estou dizendo que elas são falsas, eu não estou dizendo que aquelas pessoas não sentiram benefícios, mas sim que a forma como elas são afirmadas não pode ser feita, porque a gente precisa de estudos que sistematizem esses casos para entender por que essas pessoas se sentiram beneficiadas, em que medida essas pessoas se sentiram beneficiadas. E aí escalas, como as que o Daniel Gontijo falou também, são muito importantes para daí a gente poder trazer resultados, quiçá resultados generalizáveis.

Então, como meus colegas já falaram, o que está sendo feito é um salto de etapas, o que, de certo modo, foi reconhecido quando os colegas que estão aqui defendendo a implementação de constelações familiares disseram que faltam pesquisas. Então, se faltam pesquisas, a gente não oferece para o público amplo.

E aí eu volto, mais uma vez, ao ponto das divergências, certo? Sim, eu aponte que existem divergências entre os proponentes de implementação de constelação familiar, seja no Judiciário, seja na saúde, na pedagogia, em que área for. Existem divergências. Só que, quando você oferece uma política pública, isso não é exatamente bom. Eu vou explicar. Existem medicamentos que são oferecidos para tratar determinadas doenças, e, quando você está estudando a eficácia desses medicamentos, você consegue descobrir em que casos esses medicamentos não têm eficácia ou em que casos eles podem ser perigosos, em que pessoas podem sofrer mais malefícios do que benefícios com o uso de determinado medicamento. Isso é importante na pesquisa científica, e não é só na área da saúde, não é só nas ciências naturais, isso é importante quando a gente fala de política pública, portanto, ciências sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem revisões sistemáticas, com metanálise, sobre políticas públicas, sobre constelação familiar no Judiciário? Não. Então, a gente tem, mais uma vez, afirmações que estão sendo feitas sem poderem ser feitas com base em evidências. Não estou dizendo que elas são intrinsecamente falsas, que elas são necessariamente falsas, mas a gente afirmar algo, principalmente algo grandioso, como algo que pode ser?! "Nossa, pode funcionar para questões de finanças, para questões de negócios, para questões de saúde física, de saúde mental e de resolução de conflitos", isso é uma afirmação imensa, é uma afirmação para a qual não existem evidências grandiosas, também citando o que o meu colega Daniel Gontijo já falou.

Eu queria fazer só mais um último comentário sobre a dimensão espiritual.

A espiritualidade faz parte da vida de várias pessoas; várias pessoas se relacionam com o espiritual de alguma forma. Isso é estudado por antropólogos, é estudado por sociólogos, por psicólogos, por uma série de pesquisadores, em especial na área das humanidades. No entanto, essas pesquisas também seguem metodologia e essas pesquisas também encaram as próprias limitações. Entender como alguém se relaciona com uma divindade não implica a existência dessa divindade; entender como a pessoa se relaciona com a espiritualidade não implica descrever como é a espiritualidade, ou como seria a espiritualidade, de fato. Então, a gente também tem que pensar nas limitações das afirmações que podem ser feitas, e isso é muito importante no fazer científico.

Eu vou deixar uma última fala agora, sobre a questão da abertura. Como eu disse, depois...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só para concluir, por gentileza, dentro do prazo.

O SR. MATEUS CAVALCANTE DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Claro, vai ser minha fala de conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. MATEUS CAVALCANTE DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Girão.

Quando se fala de abertura, eu deixo essa reflexão também: será que, quando a gente está aplicando algo sem base em evidências, no poder público, a gente está sendo aberto ao contraditório, a gente está fazendo autocrítica, a gente está tentando ouvir o que outras pessoas e pesquisadores, e mais, não só pesquisadores, o que pesquisas têm a dizer sobre isso?

Eu deixo essa reflexão e, mais uma vez, ressalto a importância de evidências para se pensar em qualquer política pública, ainda mais de maneira ampla para a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Eu queria só... Essa última pergunta eu não ouvi. O senhor poderia repetir, por favor, Sr. Mateus Cavalcante de França, esse último questionamento que o senhor fez? Eu não ouvi aqui.

O SR. MATEUS CAVALCANTE DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Naturalmente, eu falei... O último questionamento era sobre justamente a implementação, de forma ampla, de algo como política pública, em serviços públicos dentro de instituições do poder público...

Eu peço perdão pelo cachorro de algum vizinho, um cachorro que está latindo. (*Risos.*)

Quando é apontado que nós pesquisadores não estamos abertos, eu reflito se, nessas afirmações, e mais, nas afirmações sobre a eficácia, sobre o funcionamento de uma prática, como a constelação familiar, está sendo aberta a divergência, se está sendo aberta a crítica, se está sendo feita a autocrítica. Como eu disse, todo pesquisador critica o próprio trabalho e o submete à crítica dos pares para que, daí, a gente chegue a qualquer tipo de afirmação.

E eu deixo esta reflexão: será que isso está sendo feito? Será que isso foi feito para se aplicar uma prática dessas no poder público, seja no SUS, seja no Judiciário, seja nas escolas? Deixo essa reflexão.

Então, mais uma vez, muito obrigado.

E boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., muito obrigado ao Sr. Mateus Cavalcante de França, que é pesquisador.

Da parte desta Comissão de Assuntos Sociais, deixo muito claro que o objetivo aqui é a gente ouvir, de forma justa, as partes; isso é muito importante. Esse assunto, às vezes, incomoda, porque pessoas não querem debate, porque é um assunto que... "Ah, não!". Mas a gente faz o debate.

Já tivemos aqui recentemente, no ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito em que até hoje existem divergências entre cientistas e médicos renomados, dos dois lados, sobre, por exemplo, tratamento. Desde que medicina é medicina, você deve usar tudo que tem a favor do paciente, e existe a autonomia médica, mas algumas pessoas querem botar goela abaixo e dizer: "Não, não pode nem debater esse assunto". Como não pode debater esse assunto? Este aqui é o Congresso ou não é? Cadê as evidências? Foram mostradas as evidências, de um lado e de outro. Até hoje há pesquisas mostrando que, se você está numa guerra, você tem que usar todos os instrumentos para poupar vidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que há *lobbies* poderosos aqui dentro do Congresso – *lobbies* poderosos. Muitas indústrias, inclusive a farmacêutica, com outros objetivos. Vai usar? Vai usar! Agora, não pode evitar que outras pessoas que queiram se beneficiar, como médicos, repito, pessoas que estudaram o assunto e que se posicionaram... Mas há gente que não gosta do debate, por isso que esta Comissão está fazendo diferentemente.

Nessa CPI, por exemplo, Senadores se levantaram desta mesa aqui, quando médicos e cientistas renomados começaram a falar de um posicionamento divergente deles, da verdade absoluta que os donos da verdade querem impor, levantaram-se e foram embora: deixaram médicos e cientistas falando sozinhos. A população que está em casa viu – a população que está em casa viu.

Eu acho muito interessante isto aqui: que as pessoas tomem as suas conclusões, até do ponto de vista... Eu acho que tudo vai cair no homem. A gente roda, roda, e tudo vai cair na questão do homem. O grande detalhe é o homem. Qual a sua verdadeira intenção? É ajudar ou a sua intenção muitas vezes pode ser segurar o seu mercado? É o egoísmo nosso, a história da humanidade mostra isso. Quando o homem evoluir – e isso aí vai de cada um –, as coisas vão melhorar; quando a gente começar a compartilhar e a querer o bem do próximo. Isso aí é muito importante.

Eu vejo um traço interessante. Eu repito: essa vai ser a primeira, nós vamos fazer várias. Esse assunto nós vamos debater, nós vamos debater à exaustão, e nós vamos ouvir, como nós estamos ouvindo aqui, bem claramente. Por que um cientista é melhor do que o outro? Quem é que diz isso? Quem é que diz isso? Não! Vamos ouvir. Existe uma divisão entre cientistas com relação a esse assunto, é claro. E vamos ouvir. Enquanto isso, a gente vai evoluindo aqui.

Eu já passo a palavra agora para o Sr. Paulo Almeida, Diretor Executivo do Instituto Questão de Ciência, para as suas considerações finais, observações.

Desde já, Sr. Paulo, agradeço a sua participação aqui. O senhor tem sete minutos e trinta segundos para fazer as suas observações e colocações finais.

O SR. PAULO ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Muitíssimo obrigado, Senador Girão, por esta oportunidade de falar mais um pouquinho.

Eu vou retomar alguns dos pontos que foram apresentados aí ao longo do dia. E um deles é o que o Marcelo Yamashita trouxe há pouco sobre o fato de que esta reunião iria acontecer sem a presença do contraditório, não é? Então, os representantes da ciência não foram convidados a princípio. Eles pediram para participar e, com muito... Agradecemos muitíssimo ao Senador Petecão ter feito o requerimento para que a gente pudesse participar da sessão, mas ela aconteceria, a princípio, apenas com os representantes da constelação familiar, e isso geraria uma reunião que teria apenas loas à constelação familiar. Então, posteriormente isso poderia ter sido utilizado pelos defensores para mencionar que, inclusive, uma Casa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Legislativo tinha um apreço por isso e, então: "Olha como são relevantes, existe um debate público sobre isso". E isso reforça um pouco o ponto que eu trouxe, de que existe – já que a gente estava falando sobre *lobbies* – o *lobby* da indústria farmacêutica, mas existe o *lobby* das pseudociências também, e o *lobby* da pseudociência gosta muito de utilizar instâncias oficiais para promover uma relevância artificial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Paulo Almeida, só um minutinho. O senhor está com a câmera fechada.

O SR. PAULO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O senhor pode abrir?

O SR. PAULO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Claro, claro! Perdão.

Dando seguimento aqui, então, sobre um ponto muito importante – e eu agradeço a você ter levantado, Senador Girão –, a gente não fala que um cientista é melhor que o outro cientista. De fato, não é uma coisa personalista. O que a própria ciência faz é discutir o trabalho. Então, é a ciência que um cientista faz, e é a ciência que o outro cientista faz, e isso, de fato, é passível de um crivo objetivo, e o consenso científico consegue fazer isso, inclusive nas questões que estavam sendo debatidas previamente na CPI, onde claramente havia um lado que tinha o respaldo da ciência e um outro que não tinha. Mas vamos adiante.

Boa parte dos representantes da constelação familiar que falaram aqui sugeriram que a gente levasse isso para um debate acadêmico, para a gente realizar mais pesquisas, para a gente trazer mais informações. Então, a minha sugestão é que, em vez de a gente fazer vários debates nesse ambiente – e eu tentei trazer um pouco da dificuldade de a gente debater ciência num ambiente que está discutindo políticas públicas –, a gente se propusesse a fazer um debate acadêmico então. Vamos trazer as pessoas para que a gente discuta no contexto adequado essas questões e vamos produzir documentos. Esses documentos vão ser lastreados por evidências, e aí, sim, a gente pode colocar essas coisas em nível de comparação, em que a gente está comparando argumentos de ambos os lados e, aí sim, chegando a um consenso. Eu já convido de antemão a um debate desse que a gente pode promover na academia, para o qual a gente pode chamar moderadores que sejam neutros e de mútuo acordo entre os dois lados, e a gente pode chegar à produção de documentos e fazer um debate científico em relação ao assunto.

E aí, dentro do debate acadêmico, uma coisa que é muitíssimo importante e consta de todo documento científico no qual alguém é financiado pela área em que está sendo realizada a pesquisa é a declaração de conflito de interesse. Então, quando a gente for ter esse debate acadêmico, seria muito importante que quem estiver se posicionando favoravelmente ou contra declarasse abertamente – só isso – se tem conflito de interesse – inclusive, se for o caso, quanto e como ganha com a prática de constelação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar. Isso não é juízo de mérito, isso não quer dizer que seja bom ou ruim: é uma abertura de declaração de interesse, porque é prática de boa ciência a pessoa indicar quais são os seus conflitos.

Foi aludido, em algum momento, que as pessoas que são críticas podem ser críticas por motivos de insegurança ou por motivos inconscientes – que eu estou imaginando aqui que poderiam ser até constelados, quem sabe? –, mas isso é característica de teorias sobretudo onde a crítica é patologizada e reinserida dentro do contexto da mesma teoria. Isso é clássico de pseudociência. Então, não é por insegurança ou motivos inconscientes que a gente está fazendo esse tipo de crítica; é por motivos objetivos que a gente consegue colocar no papel e demonstrar.

Puxando um outro ponto de algo que foi levantado, alma não é assunto de política pública; encantamento não é critério de análise. Estado laico é uma conquista civilizatória que a gente teve. Então, espiritualidade é uma questão de esfera privada. Então, se a gente tem um método científico que permite a vida moderna e em que existe um consenso de que, se a gente vai apertar o botão da luz, ele vai acender, o que está fora disso não cabe dentro de uma discussão que vá promover a criação de uma política pública, simplesmente porque o objeto que a gente está discutindo não é passível de escrutínio científico. Eu falo disso um pouquinho mais à frente.

E aí foi levantada a questão de que "ah, magnetismo, eletricidade, gravidade são coisas que não são visíveis a olho nu", mas, não sendo visíveis a olho nu, são observáveis, respeitam leis universais e são sujeitos, sim, a escrutínio científico. A gente consegue formular hipóteses de mundo em que esses fenômenos são consistentes e se repetem. Em constelação familiar, objeto de estudo, não há um consenso entre as próprias pessoas que estão apresentando. Ele é etéreo; não há, por impossibilidade de objeto, como fazer ciência produtiva em cima disso.

Já caminhando para o fim, porque eu imagino que esteja todo mundo bem cansado também, não é papel nem competência do Judiciário investigar seja dinâmicas familiares, desvelar motivações inconscientes de atos ou fazer recuperação de pessoas. Está fora do escopo do que o Judiciário deveria fazer, e, se está acontecendo hoje, está errado. E vamos fazer o possível para que isso não aconteça mais.

E ainda falando sobre o recorte necessário que existe, o crivo necessário para a gente adotar algo como política pública ou não, ciência é o melhor que a gente tem; senão, qualquer coisa vale. Então, exemplos esdrúxulos, mas que cabem no caso, como beber uísque, ter um *pet*, jogar tênis, são coisas que também fazem bem. Mas qualquer coisa que faz bem faz sentido que a gente discuta como política pública? Senão, a abertura é infinita. O recorte precisa existir. O melhor recorte que existe, que atenda à maior quantidade de pessoas e que cumpra à risca os princípios da administração pública é a ciência.

Foi trazido também como ponto importante a solicitação para que a gente entendesse inovações no Judiciário. Então, que a constelação familiar seria uma inovação e que não pode haver resistência à inovação. Eu acho que inovação no Judiciário brasileiro é a gente limitar as benesses infinitas da toga, é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente criar mecanismos mais eficientes de tramitação processual, usando mecanismos eletrônicos mais eficientes, tornando o processo de tramitação, e seguindo exemplos bem-sucedidos no exterior de transformar a Justiça em célere e funcional, e não colocar técnicas que não têm respaldo técnico e científico nenhum em atuação antes que elas tenham sido debatidas à exaustão dentro da área científica.

Sobre Bert Hellinger, os contrapontos da constelação familiar foram feitos, no sentido de que o que ele escreveu precisa ser levado em contexto e nem tudo que está escrito lá representa exatamente o que é a constelação familiar, mas é meio contraditório que, se por um lado existe um culto à personalidade muito forte do Bert Hellinger, como o Tiago trouxe, por outro, existe esse descrédito a posicionamentos claros dele que são machistas, que relativizam estupro, incesto, que são racistas e que estão inseridos nas obras dele.

Então, não dá para, ao mesmo tempo, existir, quanto à personalidade, a relevância do guru que propõe o assunto e, por outro lado, relativizar, desqualificar falas que claramente têm esses apontamentos e que não podem ser lidas seletivamente, pinçando ali o que se quer e o que não se quer extrair dessa teoria.

Encerro falando que eu, como representante do Instituto Questão de Ciência, e nossa rede ampliada que está crescendo, de comunidade cética, de promoção do uso de evidências em políticas no Brasil, vamos lutar diuturnamente para que as Pics estejam fora de qualquer esfera pública, principalmente do Judiciário, que é onde a gente encontra hoje em dia de maneira mais disseminada.

Agradeço a oportunidade e me despeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., Paulo Almeida, nós é que agradecemos a sua participação. Ele, que é Diretor Executivo do Instituto Questão de Ciência, fez a sua exposição e as suas considerações finais aqui.

É importante a gente respeitar a opinião de todos, mesmo que discorde. Se foi feita uma afirmação, é uma opinião. Opinião todos nós temos, mas é muito claro dizer que nós não somos donos da verdade. Então, você desconsiderar, como nós vivenciamos aqui ultimamente, até em respeito às pessoas que estão participando, posicionamentos científicos de pessoas que estudaram o assunto não me parece algo razoável, porque eu acho que a ciência caminha junto, e ninguém pode definir o que é e o que não é. A gente precisa ter métodos, claro. Eu acho que nós vamos cada vez mais avançar, chamar novos atores aqui. Foi muito bem colocada a presença de outros organismos, como o Ministério Público, que nós precisamos chamar, e o próprio Ministério da Saúde. É importante esse passo. Que os tenhamos aqui para colocar e outras autoridades que queiram, de alguma forma, se manifestar. Eu acho que está aberto esse debate. E é importante que ele haja, para a gente não ficar nos subterfúgios do assunto e não o encarar de frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero passar a palavra agora, dentro da sequência que a gente combinou, para o senhor... O Sr. Décio não está conectado. Então, nós teremos o Mateus. E o tempo, Mateus, do Décio, que seriam sete minutos, você pode utilizar, está certo?

E, por fim, o tempo restante, já que a Sophie não pôde participar e outros palestrantes favoráveis à constelação familiar, a Germana, que está aqui presente, vai utilizar. Está bom?

Obrigado.

O SR. MATEUS SANTOS (Para expor.) – Então, agradeço a oportunidade ao senhor, Senador Girão, e agradeço a todos a presença.

Vejo como muito benéfica essa discussão, porque mais uma vez demonstra o quanto nós, enquanto seres humanos, ainda temos para crescer. Houve falas que, em algum momento, me deixaram um pouco consternado, porque, na comunicação, a gente precisa ter muito cuidado com distorções, com suposições, generalizações e deleções, porque, em uma fala de dez minutos, uma pessoa pressupor o que eu conheço ou deixo de conhecer é muita presunção. Vamos com calma! É importante a gente se conhecer para saber o que eu conheço.

Eu não vou mostrar em dez minutos o que eu estudo há 17 anos. E eu nem faço essa presunção a respeito das pessoas. E, dentro disso, eu acho interessante o que o Dr. Marcelo falou, professor, a respeito de que as falas que foram feitas foram fatos. Todas as falas, quando imbuídas de narrativas, são histórias contadas e têm, dentro de si, o viés da consciência e da mente de cada um, dos valores. Isso não consegue ser atrelado. A observação científica de resultados pode ser mensurada, sim, mas nós sabemos que existem pesquisas em que o olhar de interpretação de quem analisa o resultado tem diferença. Nós sabemos que há pesquisa assim. Então, dizer que a fala de cada um aqui são fatos também é uma pressuposição. É uma presunção. É preciso haver cuidado dos dois lados.

Eu acho que eu preciso melhorar minha comunicação, porque eu não fui claro em algumas coisas dentro da fala do que falaram, porque eu não disse que o Big Bang é só uma teoria; eu disse que é uma teoria; porque eu dizer só uma teoria parece que eu estou depreciando uma coisa tão grandiosa. E aí a pessoa ouve do jeito que ela quer e fala assim com um tom de superioridade, dizendo que a ciência não pode ser contestada. E, olha, eu também me considero um cientista e acho que a contestação da ciência é fundamental para a evolução.

Fatos não podem ser contestados? Podem. E, aí, uma coisa que o Tiago falou que me chamou a atenção foi do consenso na medicina. Eu não sei que medicina que ele conhece. A medicina que eu conheço é diferente, porque é a medicina que se pratica no dia a dia. E não há consenso nem para pressão arterial que ele diz que há; não há, porque existem medicações diferentes que se adaptam a cada pessoa. Agora, a quantidade de pressão, quanto é que tem também não há consenso, porque cada pessoa se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adapta de um jeito. A pressão arterial varia de cada ser humano para sentir bem ou não. E ainda há algumas variáveis, que seriam se a carótida tem oclusão ou não, se o coração... Há diversas variáveis.

Então, assim, me consternou e me senti, assim, que preciso melhorar, preciso melhorar minha clareza na minha fala.

E o pedido de união para que a gente pesquise não foi no sentido de sentir que a constelação é fraca ou precisa de defesa, não é isso; é dizer que vamos olhar junto para a nossa população. Existe aí uma ferramenta. Pode ser que o campo não exista, talvez o campo não exista, mas talvez a gente não tenha medida suficiente ou não tenha um instrumento para medir ainda, como aconteceu com o magnetismo, que foi falado: "Ah, nós podemos comprovar hoje". Hoje se pode comprovar. Mas porque se pode comprovar hoje quer dizer que nunca existiu ou só existiu a partir do momento que nós pudemos comprovar? Então, são coisas que chegam a ser filosóficas.

E acho que a nossa postura diante disso precisa ser centrada e respeitosa com cada um, porque nós somos aqui adultos, humanos, profissionais. Como eu disse, eu não vou aplicar um charlatanismo numa pessoa para tirar dinheiro dela. E aí eu me sinto ofendido numa fala desse tipo, porque parece que, assim, está atacando a minha inteligência, que é uma coisa que eu também prezo tanto quanto alguns dos senhores que eu vi falando aqui. E eu respeito a inteligência de vocês e reconheço isso. Então, por isso que eu estou chamando a atenção nesses assuntos, porque eu acho que o caminho de unir e esclarecer não é atacar e defender, é justamente trazer uma hipótese, uma tese, uma antítese, e assim a gente construir o conhecimento lá do tempo dos gregos.

Então, são pensamentos que me vieram durante essas falas e que eu deixo aqui ressaltados, porque, ao ouvir dessa forma, para mim, isso também já é... Olha só como a narrativa é importante, não são fatos, mas é como eu escuto: para mim também há um viés ideológico aí, e aí se perde a função de ciência.

Então, os senhores, que se autodenominam como os... Falaram assim: "Nós, da ciência". Se vocês são da ciência, eu não sou? Porque parece que a constelação está indo contra. Calma aí. Vamos nos conhecer, não é? Esse derradeiro que falou, Paulo, eu o senti muito centrado, muito esclarecido. Eu sei que ele tem aí um embate de querer diminuir ou retirar as PICs, mas vamos lá, vamos conhecer, porque o que a gente conhece hoje pode ser que não seja o suficiente para o que se conheça amanhã. Isso já aconteceu tantas vezes dentro do mundo acadêmico, de coisas serem execradas e, lá na frente, serem reconhecidas, e hoje há um monumento à pessoa, um monumento reconhecendo a pessoa.

Então, vamos investigar. Esta é a postura científica. Vamos investigar, e não refutar sem ter embasamento científico a não ser denúncias, que, quando contadas aqui, são anedotas. São denúncias lá, mas aqui são anedotas.

Então, são pontos que eu acho muito importantes de a gente esclarecer, porque, quando essas falas são faladas assim, com tanta emoção, e alguns assim, com um aspecto tão... com uma boa oratória, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merece respeito, parece que desvaloriza aquilo que a gente está dizendo, e eu não vejo cabimento para isso aqui, neste âmbito, porque o dia de hoje não foi para discutir a inclusão das constelações familiares na política pública, foi para ouvir o que são as constelações familiares, e eu nem consegui falar, porque eu estou tendo que esclarecer outras coisas dentro dos próprios vieses daqueles que falaram contra. Então, assim... Vocês têm meu respeito.

E aí eu destaco aqui uma frase de um físico chamado Freeman Dyson, que morreu em 1996, é um físico: "Sou relutante em entrar em discussões do significado da teoria quântica porque vejo que os *experts* dessa área têm uma tendência de falar com uma certeza dogmática, cada um deles convencido de que uma solução particular do problema tem a alegação de ser a última verdade. E, como físico, sou muito mais impressionado por nossa ignorância do que por nosso conhecimento".

Isso é uma coisa muito forte. Eu tinha trazido, mas não tinha objetivo de usar, mas eu quero trazer isso em relação à constelação também, porque eu sou muito mais impressionado pela nossa ignorância do que pelo nosso conhecimento. Só que não é por isso que eu estou desvalorizando. Eu acho que nós temos que construir. E não é porque a gente não conhece tanto que isso perde o valor, entende?

E há mais uma fala aqui, de um outro físico chamado Andrei Linde, que é professor de Física de Stanford. Ele tem alguns livros. E ele diz assim: "O atual modelo científico das leis da física no mundo material é tão bem-sucedido que nós esquecemos o ponto inicial, como observadores conscientes, e concluímos que a matéria é a única realidade e que a percepção só serve para descrever a realidade, mas, em fato, nós estamos substituindo a realidade da experiência do nosso universo pela concepção de que nós podemos tentar viver independentemente de um mundo material existente. É possível que a consciência, da mesma forma que o tempo e o espaço, tenha seus próprios gradientes da liberdade intrínseca? Negligenciar isso pode levar a uma descrição de que o universo é fundamental incompleto?"

Olhem só um ponto em que nós podemos ter a concepção... Será que esse universo é realmente incompleto? E a importância da consciência. E isto é uma das bases da constelação: a investigação da consciência. Qual é a função da consciência no sistema familiar, no indivíduo, nas relações humanas? É fundamental perceber a importância do ser relacional, que pode ser medido... Grato, eu não sabia disso, aprendi algo novo hoje. Quero conversar com você a respeito disto de medir algumas coisas, que são importantes. E perceber... Isso em terapia comportamental, no conhecimento da necessidade das relações humanas dentro do comportamento, do fortalecimento da psique do indivíduo, é fundamental.

E as constelações familiares também estão a serviço do mesmo sentido, só que numa outra abordagem, que elas podem, sim, encontrar e fortalecer.

Eu estudo algumas linhas e vejo, sim, que há coisas que se misturam com a psicologia, que tocam a psicologia. E eu admiro a psicologia, não só porque a minha mãe é psicóloga e é junguiana... E eu não sei o quanto isso tem de pseudociência, mas ali há algumas abordagens interessantes do inconsciente. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inconsciente é algo que ainda não se consegue medir, ele só é estudado. Ainda não conhecemos quase nada do inconsciente, mas ele existe. E é possível experimentá-lo quando a gente está dirigindo, por exemplo, vê o tempo passar e, de repente, se vê em outro lugar. Onde é que a gente estava? É uma das manifestações do inconsciente.

São coisas que a gente pode conhecer, o que depende de nós mesmos, enquanto cidadãos brasileiros, nos unirmos não contra uma coisa ou outra, mas a favor do desenvolvimento da ciência, do conhecimento. A ciência não no sentido cartesiano – que foi colocado como se fosse uma coisa destacada, mas existe –, mas a ciência no sentido do conjunto de conhecimentos que é desenvolvido desde que o ser humano existe.

Muito grato a todos, grato pela oportunidade.

E eu desejo que todas essas falas tenham soado com respeito, porque esse é o meu objetivo.

Forte abraço.

Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem. É isso aí. Muito obrigado, Mateus Santos, que é biomédico. Muito obrigado pela sua participação, por estar aqui conosco nesta sessão.

Eu queria só fazer um esclarecimento aqui que é sobre a questão do Estado laico. A gente tem que ter muito cuidado, porque muita gente, às vezes, não tem conhecimento e pode interpretar a coisa como narrativa. Hoje, a gente vive numa guerra de narrativas muito grande. A gente está procurando aqui ser o mais objetivo possível dentro de uma realidade. Então, o Estado laico é aquele que não adota religião oficial, mas que promove liberdade religiosa e protege igualmente aqueles que não optarem por nenhuma crença. Então é muito importante dizer que este assunto aqui tem zero de religião, não sei por que alguns se manifestaram com "estado laico, estado laico...". A gente não vê aqui... A gente vê uma técnica, uma técnica que não é nem do Brasil, que foi desenvolvida na Europa e que hoje está em vários países. É uma técnica, é uma ferramenta que não tem base religiosa nenhuma, pelo menos é assim pelo que ouvi aqui de quem a defende; eu não vi ninguém defendendo argumento religioso aqui neste recinto. Então a gente precisa... Às vezes a questão ideológica acaba ofuscando o debate, neste assunto e em outros também a gente vê essa questão ideológica acabando por confundir as pessoas que estão aí. Então, estamos aqui muito centrados.

Eu passo, para encerrar as falas antes do fim deste evento, à Germana Magalhães Carsten, dentro da divisão que a própria assessoria da Comissão de Assuntos Sociais fez. Como faltaram vários, a gente compensou o tempo, e a Germana vai falar por sete minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bem assim, Germana? Você, que está desde o início, faça a sua participação. Muito obrigado por estar aqui conosco.

A SRA. GERMANA MAGALHÃES CARSTEN (Para expor.) – Eu, primeiro, peço desculpas se eu não conseguir ser muito clara, porque às 16h25 sem almoço... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu acho que o seu microfone não está aberto. Tem que falar mais próximo aqui... Isso, obrigado, Germana.

A SRA. GERMANA MAGALHÃES CARSTEN – Então, eu estava dizendo, Sr. Senador, Excelência, que eu não sei se minhas ideias vão ser muito claras, porque, às 16h25min sem almoço... Eu acredito que aqui ninguém esteja fisicamente na sua maior vitalidade para poder discorrer sobre algo, mas isso demonstra, com grande alegria, que hoje é um momento de celebração, Senador, e muito me alegra que novamente esteja eu diante de ti numa frente do bem, do bom, do belo, por valores nobres, como estivemos na luta, neste mesmo lugar, contra a aprovação do aborto. Então, como eu vejo, V. Exa. está sempre no lugar certo, na hora certa, conduzindo os assuntos que são essenciais para a vida.

Eu peço desculpas aos cientistas, porque eu vim aqui pra falar de constelação familiar, eu realmente não sabia que a gente teria aqui os eméritos cientistas falando. Nossa, que aula, que aprendizado! Falaram de vários métodos aí, e eu me senti enriquecida e, ao mesmo tempo, ignorante. Sou ignorante quanto a tudo o que foi dito aqui em termos de métodos e fiquei encantada com o companheiro que está ao seu lado – desculpem, o nome dele é... Mateus!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. GERMANA MAGALHÃES CARSTEN – É o...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. GERMANA MAGALHÃES CARSTEN – Ah, o Daniel Gontijo. Desculpem, mas é que foram tantos nomes citados, não é? Quando a gente chega aos 61, a memória não está tão perceptiva.

Ele citou aí experiências fantásticas que podem medir a emoção, a alma. Olha, meu amigo, eu não sou uma cientista, mas eu busco, faço votos e peço passagem para a ciência. Que ela encontre um método, uma forma de fazer uma tomografia que diga onde está o inconsciente, onde está a consciência, onde está a alma. Que ela possa fazer uma tomografia de uma pessoa que sai de um campo da constelação reluzente; entrou como um zumbi, parecendo que não tinha uma energia na alma, e saiu alegre, feliz e nos manda um relato imenso sobre a alegria do que ela viveu. Ó, que a ciência chegue lá. Que a ciência possa fazer essa tomografia, para que a gente possa dar para todos os cientistas que aqui falaram e todos os outros do mundo uma comprovação do que a gente não pode tocar, do que a gente não pode segurar, do que a gente não pode medir. E falaram aqui em pesquisas qualitativas e quantitativas. Que venham elas!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Que se sentem ao lado do Sami humildemente, como todo cientista deve ser, humilde, porque o cientista tem que ser humilde, tem que começar a olhar para aquilo e falar: "O que mesmo há aqui?". Eu preciso de ver o que está acontecendo nisso aqui e que eu não compreendo, que não cabe lá na cama de Procusto, da mitologia grega, que cortava a cabeça e os pés para caber naquela cama. Que o cientista venha com humildade, olhe com benevolência, se sente ao lado do Sami e de todos juízes e fique ali: como foi para você? E pesquise, e faça questionário, e use os métodos que quiser até ser aberto a um novo método, porque talvez as constelações familiares, como tantas outras, estejam exigindo que exista um método novo que possa medir esse elemento chamado alma, que possa falar, Daniel, do que a gente sente quando sai de uma constelação, quando está constelado e, dois anos depois de quando a gente constelou, do movimento que nos levou até lá. A gente vê com clareza aquilo que nos levou, que nós chamamos de emaranhado, àquele momento de constelar e, dois anos depois, quem nós nos tornamos. Sim, sim! Temos, sim!

Por isso que eu digo que nós temos que celebrar este momento, porque há um sábio que disse: "A força contrária a uma ideia é proporcional à sua importância". Essa força que eu estou presenciando aqui é tão forte. Vieram tantas ideias maravilhosas dos cientistas e daqueles outros que falaram aqui, que mostram o quanto a constelação tem força, porque senão não teria esse contraditório.

Então, que possamos... E peço desculpas ao cientista que aqui falou que é pobre a gente citar pessoas, mas, sinto muito, eu vou ter que, sim, citar Bert Hellinger. Eu sou consteladora, eu não sou uma cientista. E ele um dia disse, quando perguntaram para ele: "Bert, o que significa para você viver essas experiências?". Ele falou: "O que mais me move é unir o que estava separado".

O que é esta sessão aqui, Senador, senão unir o que estava separado, aqueles que são contraditórios com aqueles que encontram um caminho que faz sentido ao essencial da alma? Estamos unidos. Então, podemos dizer que Bert Hellinger aqui estaria muito feliz, contente, porque estamos unindo o que estava separado.

Com certeza, Senador, por este movimento que hoje o senhor inicia, nós chegaremos a algo que vai nos mover para algo maior, para algo muito melhor do que onde nós estávamos. Então, aqui a gente tem que celebrar este momento.

Que possamos permitir que realmente continue dentro das varas de família e que observem o que está acontecendo lá. Com certeza, não teremos 4 mil pessoas falando contra; talvez teremos 6 mil, 7 mil falando a favor. Que possamos agora realmente registrar, para que estatisticamente se prove o que a gente vem vivendo há tantos anos.

Obrigada. Agradeço todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Germana Carsten. É bom reencontrá-la aqui. A gente, em momentos anteriores, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras causas, à luz da ciência e de estatísticas sociais, como na questão do aborto, em que, a cada dia que passa, cientificamente, mostra que a vida começa na concepção – com 18 dias, o coração batendo –, mostra que não é só aquele bebê que é eliminado, mas que a mulher que pratica o aborto fica com consequências, com sequelas de ordem emocional, psicológica, mental e física. A ciência vem mostrando isso. Quando a gente discutia isso, há 15 anos, 20 anos, nesta Casa, diziam: "Ah, esses são fundamentalistas; não têm base nenhuma na ciência; isso é de cunho religioso". Hoje e a cada dia que passa, com o avanço da ciência, vemos criança com 24 semanas nascer, prematuramente – e com 24 semanas o aborto foi legalizado na Colômbia! –, e conseguir sobreviver a um parto prematuro, com 24 semanas. Isso é realmente interessante.

Essa sua fala me lembrou muito aquele debate – quem tiver curiosidade assista –, que é muito marcante, entre o materialista e o Dr. Bezerra de Menezes, há dois séculos, um grande humanista e pacifista brasileiro, um dos responsáveis pela abolição da escravidão, que estava naquele momento ali do Brasil Império. É muito marcante aquele debate entre os dois naquela época.

Fico muito feliz com a participação de todos aqui, dos contrários e também dos favoráveis. Acho que foi um momento de aprendizado mútuo. Eu aprendi muito aqui com os dois lados. E fico muito feliz de a gente ter dado esse pontapé aqui no Congresso Nacional. Parece que é um assunto em que, de uma certa forma, havia um tabu. E a gente tem que cumprir o nosso papel aqui com todas as nossas limitações e imperfeições, que são muitas. Eu considero que tenho muitas limitações e imperfeições, que procuro melhorar a cada dia, mas a gente tem que trabalhar no limite das nossas forças para seguir o caminho, buscar a verdade.

Até há uma frase aqui que a Erydan enviou para mim, no WhatsApp, em que ela diz o seguinte: "Toda verdade passa por três estágios. No primeiro, ela é ridicularizada. No segundo, é rejeitada com violência. No terceiro, é aceita como evidente por si própria".

Então, eu agradeço mais uma vez a presença de todos que palestraram conosco e declaro essa sessão, depois de seis horas... Olhem só, a gente não imaginava que fosse tanto, seis horas, hein?

Eu declaro encerrado este momento. Que depois a gente possa fazer outros!

Muito obrigado. Tudo de bom!

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e nove minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Roberto Rocha, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Esperidião Amin e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Jayme Campos e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 23, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor JORGE ANTÔNIO AQUINO LOPES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Sr. Jorge Antônio Aquino Lopes, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 11 votos favoráveis. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 26, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Cristiane Rose Jourdan Gomes em 24 de julho de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 11 votos favoráveis. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2486, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências”; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2018 - Não Terminativo** - que: “Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.” **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: “Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.” **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: “Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.” **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo** - que: “Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.” **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo** - que: “Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica.” **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 1219, de 2019 - Terminativo** - que: “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil.” **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 213, de 2022 - Terminativo** - que: “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.” **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18, de 2022** que: “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2022, seja incluído como convidado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Doutor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 19, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura". **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 20, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 1915/2019, que "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica". **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 22, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2022 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT); o Senhor Vinicius Cascone, advogado especialista em direito sindical." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 23, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 205/2018, que "acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres". **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 24, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2022 – CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BR); Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da CropLife Brasil; Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Prejudicado. **Observação:** Prejudicado, em virtude da retirada do Requerimento aditado (REQ nº 21/2022-CAS). **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 25, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CAS seja incluído o seguinte convidado: Senhor Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 26, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de para discutir o acesso e aquisição gratuita do medicamento VASORITIDA - VOXOGO pelas pessoas com ACONDROPLASIA." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 27, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de tratar da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instrução Normativa nº 128, de 28 de março de 2022, do Instituto Nacional do Seguro Social, que tem características que podem aumentar a judicialização previdenciária, buscando orientações com diversos especialistas sobre o assunto e objetivando maior conhecimento do cenário para que as casas legislativas possam atuar com maior segurança técnica e jurídica." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 28, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2486/2021, que “altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física”" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/05>

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Legislatura Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião constará de duas partes: a primeira destina-se à leitura dos relatórios das Mensagens nºs 23 e 26, de 2022, e à arguição e votação dos Srs. Jorge Antônio Aquino Lopes, já aqui presente na nossa Comissão, para exercer o cargo de Diretor da ANS, e Daniel Meirelles Fernandes Pereira, para exercer o cargo de Diretor da Anvisa.

Na primeira parte, a reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência para a leitura e o debate dos relatórios. Entretanto, a votação dos indicados será obrigatoriamente presencial, por meio de pontos de votação secreta instalados para esse fim.

Há duas urnas disponíveis: uma dentro do plenário da Comissão; outra, na porta deste plenário, na Ala Alexandre Costa, nº 7.

Por motivo técnico, não haverá urna em frente à delegacia da Polícia.

Para melhor organização da reunião, inicialmente o Relator fará a leitura do relatório, e, em seguida, será concedida a palavra aos indicados para suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de arguição, e as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos poderão usar da palavra por até dez minutos cada, assegurado ao interpelado igual prazo para a resposta, e facultadas a réplica e a tréplica por cinco minutos.

A segunda parte da reunião será destinada à deliberação dos projetos e relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorrendo de modo semipresencial, e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como também nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Dando início à primeira parte da reunião, passo a Presidência ao nobre Senador Nelsinho Trad para que ele proceda à leitura do item 1.

Senador Nelsinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sr. Presidente, poderia liberar o microfone aqui? (*Fora do microfone.*)

Agradeço a missão que V. Exa. me submeteu para presidir eventualmente a Comissão de Assuntos Sociais para ler a Mensagem nº 23, de 2022.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor JORGE ANTÔNIO AQUINO LOPES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, dado o adiantado da hora, eu pediria a sua compreensão, porque eu gostaria de dar aqui o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso relatório como lido. Podemos, não é? Consulto aqui a nossa Secretaria sobre se é possível, por conta de problemas que tivemos de ocupação da nossa Comissão. Se V. Exa. me permitir, eu gostaria de dar o meu relatório aqui como lido.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Consulto todos que se fazem presentes virtual e presencialmente sobre se estão de acordo com o encaminhamento colocado pelo Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Não havendo quem possa se colocar contrário, está aprovado: está dado como lido.

Passo agora a Presidência para o Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Agradeço aí ao Senador Nelsinho Trad por sua gentileza de estar presente aqui nesta sessão.

Mais uma vez reforçando, o Sr. Jorge Antônio Aquino Lopes encaminhou toda a documentação. Está aqui presente a esta Comissão.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Cristiane Rose Jourdan Gomes em 24 de julho de 2022.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 6º do Anexo I ao Decreto 3.029, de 16 de abril de 1999, o Presidente da República, mediante a Mensagem 26, de 2022 (Mensagem nº 158, de 1º de abril de 2022, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado o nome do Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, em 24 de julho de 2022.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* do candidato e as declarações do indicado, além de cópias de documentos fiscais e legais.

O *curriculum vitae* informa que o Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira é advogado, professor e servidor público da carreira de regulação federal. É graduado em Direito pela Universidade Estácio de Sá e pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Candido Mendes. Também frequentou cursos de formação executiva, tais como o Curso de Gestão Avançada e o de Liderança Inovadora em Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O indicado é especialista em Regulação de Saúde Suplementar, acumulando mais de dez anos de experiência em direito público, gestão e regulação, e com atuação profissional, desde 2009, em agências reguladoras federais nas áreas de transportes e de saúde. Também é Conselheiro do Grupo Hospitalar Conceição, no Rio Grande do Sul.

Em sua trajetória, destacam-se os cargos ocupados na Agência Nacional de Saúde Suplementar, onde foi Diretor-Adjunto de Desenvolvimento Setorial, Coordenador da Coordenadoria de Ajuste de Conduta e Gerente de Assessoramento Normativo.

Atualmente, é Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, e Substituto Eventual do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento.

O *curriculum vitae* do indicado ainda elenca sua participação, como palestrante, em seminários, congressos e encontros. Ressalta, ainda, que recebeu menção honrosa no II Prêmio da Fundação Getúlio Vargas Direito Rio – melhores práticas de regulação.

Dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais do indicado e atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Há, também, menção a publicações (técnicas) de sua autoria, conforme especifica o item 2 do mesmo dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em complementação ao *curriculum*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno Senado Federal.

Nesse sentido, o indicado declara que:

1. não tem parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional, mas ressalva que sua mãe é farmacêutica da Raia Drogasil, no Rio de Janeiro, e sua esposa é funcionária administrativa do Centro Brasileiro Cardiovascular, em Brasília;
2. não possui participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;
3. tem situação de regularidade com a Fazenda Pública das três esferas de governo;
4. não possui ações judiciais em curso na Justiça Federal ou estadual em que figura no polo passivo ou ativo da lide;
5. não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais e na direção de agências reguladoras, mas é, desde 1º de julho de 2021, Conselheiro do Grupo Hospitalar Conceição, empresa pública, com personalidade de direito privada, sob controle acionário integral da União, vinculada ao Ministério da Saúde – entre parênteses – (já foi protocolado seu pedido de renúncia ao cargo).

A documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém declarações, certidões e outros documentos.

Por fim, em atendimento ao que dispõe a alínea "c" do inciso I do art. 383, o indicado apresenta carta de apresentação enfatizando sua trajetória profissional, formação acadêmica e afinidade moral e intelectual para o desempenho junto à Anvisa.

Tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários tecnicamente para deliberar sobre a indicação do Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira para exercer o cargo de Diretor da Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, em 24 de julho de 2022.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Concluída a leitura do relatório, passo a palavra aos indicados para as suas exposições, por até cinco minutos, se acharem necessário. (*Pausa.*)

Já peço aqui à nossa assessoria que faça abertura do painel para que possamos começar a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Concedo a palavra ao Sr. Jorge Antônio Aquino Lopes.

Por favor, senhor.

O SR. JORGE ANTÔNIO AQUINO LOPES (Para expor.) - Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Gostaria de saudar primeiro S. Exa. o Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e nesse ato também Relator da mensagem presidencial. Deixo também meus cumprimentos a S. Exa. a Senadora Zenaide Maia, que é Vice-Presidente desta Comissão; aos demais Senadores componentes da CAS; aos Parlamentares presentes; aos servidores do Congresso, onde fui muito bem acolhido e recebido; aos meus talvez futuros colegas da Agência Nacional; ao Presidente Paulo, que se encontra presente; a Ana Carolina; a Luis Coronel; e às demais autoridades.

Senhoras e senhores, peço licença à mesa para fazer um pequeno agradecimento a Sua Excelência o Presidente da República por ter confiado em meu nome para assumir tão relevante cargo numa agência reguladora.

Não vou me alongar muito. Não sou adepto da autopromoção e muito menos de práticas exibicionistas, mas acho que neste momento se faz imperioso que apresente minhas credenciais a V. Exas. para apreciação.

Tenho 62 anos, sou formado em medicina há cerca de 37 anos, atuo na área de clínica médica e medicina intensiva. Possuo, como complementação de formação profissional, MBA em Saúde pela Coppead/UFRJ, instituição onde fui fundador deste curso, sendo protagonista dos primeiros cursos que lá foram ministrados. Ainda possuo formação em Análise de Risco pela Coppe/UFRJ e, embora incompleta, Análise de Sistemas pela UERJ.

Iniciei minha carreira de gestão há 33 anos, por um ato generoso do então diretor do Hospital Universitário Pedro Ernesto, que pertence à UERJ, que me considerava um possível rapaz talentoso. E aí, naquela oportunidade, eu pude prosseguir. Fui membro da direção do hospital universitário, depois chefei os ambulatórios do hospital. Na sequência, eu havia sido aprovado também para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, onde chefei os ambulatórios do Hospital Salgado Filho. Fui chefe do centro de tratamento intensivo de lá. Fui membro do colegiado de administração da Secretaria Municipal de Saúde e gostaria de destacar aqui que fui coordenador da central de transplantes do Rio de Janeiro, onde eu pude habilitar cerca de 30 centros transplantadores e reativar o transplante cardíaco na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Na sequência, o que também muito me envia, eu pude reformular toda a rede doadora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de medula óssea brasileira (Redome), que, na oportunidade, nos anos 2000, contava apenas com 10 mil doadores. Hoje nós temos a segunda a maior Redome do mundo. É um orgulho para o povo brasileiro.

Particpei também de uma outra iniciativa que hoje repercute em todos os municípios brasileiros: fui fundador do primeiro Samu do Brasil. Na oportunidade, discutíamos inclusive o nome e que número de telefone iria ganhar. Inauguramos esse primeiro Samu no bairro de Campo Grande e Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Na universidade, fui responsável pela implantação da Universidade Aberta do SUS, que é uma parceria entre os ministérios e as secretarias, para a formação, em larga escala, de médicos, enfermeiros e dentistas em saúde da família.

Recentemente, ocupei a Diretoria Assistencial, na Coordenação de Assistência à Diretoria Assistencial, da empresa pública RioSaúde, da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde fui responsável por estruturação de UPAs, a saber: Cidade de Deus, que é uma área conflagrada de difícil trabalho, mas conseguimos; o Hospital Rocha Faria e o hoje Hospital Ronaldo Gazolla, que está muito na mídia porque foi um dos maiores centros de cuidados do covid.

Resumindo, possuo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ANTÔNIO AQUINO LOPES – ... ampla experiência em gerência de equipes multidisciplinares, sou especialista em planejamento de redes assistenciais e logística em saúde.

Não vou me alongar com os outros, mas apenas gostaria de agradecer a cordial acolhida a V. Exa., Senador Petecão, e peço a aprovação do meu nome para o cargo em sabatina.

Uma boa tarde para todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Nós agradecemos ao Dr. Jorge Antônio Aquino.

Agora concedo a palavra ao Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira.

O SR. DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA (Para expor.) – Cumprimento o Exmo. Sr. Senador da República Sérgio Petecão, orgulho do Estado do Acre e Presidente desta importante Comissão que tanto contribui para a saúde do país.

Cumprimento os demais Senadores e Senadoras presentes em vídeo, em especial o Senador Nelsinho Trad, o qual eu tenho a honra de ter como Relator desse meu processo de indicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também os diretores da Anvisa que aqui estiveram presentes; os diretores da ANS que aqui estão presentes; demais autoridades; e minha esposa Júlia, minha companheira de todos os desafios dessa vida.

Bem, não poderia iniciar essa fala sem agradecer a Deus por todas as bênçãos que tem me dado na minha vida; sem Ele, eu não estaria aqui. Que toda honra e toda glória seja dada sempre a Ele.

Agradeço também ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro pela indicação do meu nome e pela oportunidade a mim confiada. Ainda agradeço em especial ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde Marcelo Queiroga por toda confiança em mim depositada e pelo privilégio de integrar a equipe de um dos melhores Ministros da Saúde da história deste país.

Meu nome é Daniel Pereira. Sou brasileiro, carioca, nascido e criado na Zona Norte do Rio de Janeiro, na minha querida Ilha do Governador. Possuo formação jurídica, com pós-graduação em Direito Constitucional, e sou servidor público federal da carreira de Regulação, desde 2009.

Minha trajetória na regulação iniciou-se ainda no ano de 2008, com minha aprovação no processo seletivo para estagiário jurídico, na Agência Nacional de Aviação Civil. Lá tive o primeiro contato com uma agência reguladora e me apaixonei pela matéria.

No ano de 2009, durante o meu curso de Direito, fui aprovado no meu primeiro concurso público para um cargo pertencente à carreira da regulação federal. Tomei posse no cargo de Técnico em Regulação, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, atuando na área de fiscalização de transporte de cargas e passageiros, na Rodovia Presidente Dutra, entre Rio e São Paulo, com o maior volume de tráfego do Brasil.

No ano de 2012, graduei-me no curso de Direito, com as consequentes aprovação e inscrição na Seção Fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 2013, fui aprovado no meu segundo e último concurso público, para um cargo pertencente à carreira da regulação. Tomei posse no cargo de Especialista em Regulação, da ANS, cargo mais alto da carreira efetiva da regulação federal. Naquela agência, atuei nas seguintes áreas e cargos de chefia: entre 2013 e começo de 2014, atuei no Núcleo de Fiscalização, no Rio; posteriormente na Gerência de Monitoramento Assistencial da ANS. A partir de meados de 2014 até 2015, atuei como Coordenador de Ajustamento de Conduta, área responsável pelos importantes termos de compromisso e ajuste de conduta. Entre meados de 2015 até 2016, fui cedido para a Autoridade Pública Olímpica, autarquia federal responsável pelo suporte na realização das Olimpíadas de 2016. Na APO, atuei como coordenador da Diretoria Regional Barra-Copacabana. Por se tratar de um consórcio interfederativo entre União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro, foi uma das maiores escolas de gestão e integração pública por que passei. Após a realização dos Jogos Olímpicos, retornei para a ANS e atuei, entre meados de 2016 até meados de 2017, em cargos de Gerência da Assessoria Normativa da Diretoria de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscalização. A partir de meados de 2017 até março de 2021, durante os últimos quatro anos atuei como Diretor Adjunto na Diretoria de Desenvolvimento Setorial da ANS.

Como Diretor Adjunto, atuei em nível estratégico na gestão direta e indireta de mais de 180 pessoas para o cumprimento das competências da diretoria, que é responsável pelas ações relacionadas à qualidade dos serviços de saúde, relacionamento entre operadoras e prestadoras e ressarcimento ao Sistema Único de Saúde. Nesse período foram realizados diversos projetos e ações de grande relevância nacional. Destaco a Menção Honrosa do II Prêmio FGV Direito Rio – Melhores Práticas em Regulação, pelo Projeto Parto Adequado, e o recorde histórico de mais de R\$1 bilhão repassados ao Fundo Nacional de Saúde em dois 2019, por conta do processo de aprimoramento do processo do ressarcimento ao SUS.

Em todo esse tempo, também me dediquei ao aperfeiçoamento acadêmico na área de formação executiva. Cursei diversos cursos de liderança e gestão, destacando o curso Liderança Inovadora e Saúde e o curso Programa de Gestão Avançada. Na área do direito, minha pós-graduação é em direito constitucional, sempre dirigida à regulação.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA – Destaco ainda a elaboração de diversos boletins técnicos relacionados ao setor de saúde.

Desde março de 2021 atuo como Assessor Especial do Ministro da Saúde em seu assessoramento direto para questões regulatórias e de saúde. Nesse curto período de tempo, atuei diretamente em projetos estratégicos do ministério, como a elaboração da Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Covid-19; a concretização do projeto de PPP do Hospital Fêmina, do Grupo GHC; a modernização da legislação acerca da incorporação de tecnologias em saúde – Lei 14.307, da Conitec, e Lei 14.313; e, mais recentemente, o Open Health.

Por fim ressalto que em todo esse período, na prestação de serviço público nas mais variadas instâncias, não tive nenhuma anotação negativa dos meus assentamentos funcionais, bem como nunca participei de nenhum fato desabonador. Sempre exerci minhas atividades com ética, dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência.

Finalizo ainda com a magnífica lição do grande Ruy Barbosa, um dos maiores servidores públicos da história deste país: "Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fê em Deus, na verdade e no bem" – *Oração aos Moços*.

Ante todo o exposto, tendo em vista a minha experiência profissional, meu amplo conhecimento no setor de saúde e regulação, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral, sinto-me apto para o exercício do cargo de Diretor na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me à disposição para esclarecimentos dos Senadores desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Agradecemos ao Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira.

Concluídas as exposições dos indicados, passo a palavra...

Se algum Senador ou Senadora tiver alguma arguição a fazer, o tempo é de dez minutos.

Peço aos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que possam votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Nós estamos precisando ainda do quórum qualificado de 11 Senadores. A votação tem que ser presencial.

Já temos a presença do nosso querido Senador Paulo Paim, da Leila, do Alessandro.

Vamos aguardar só um pouquinho. Eu peço que os nossos sabatinados tenham um pouquinho de paciência.

Hoje deparamos com uma situação que eu nunca tinha visto aqui no Senado: esse tanto de sabatinado num dia só, Paim. Mas é isso mesmo, vamos à luta! *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Atingido o quórum necessário para a votação, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração da votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) - Parabenizo...

Resultado: a escolha do Sr. Jorge Antônio Aquino Lopes recebeu 11 votos favoráveis.

A Mensagem nº 23, de 2022, recebe o parecer favorável da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

A escolha do nome do Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira recebeu 11 votos favoráveis.

A Mensagem nº 26, de 2022, recebe parecer favorável da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Daniel!

Parabéns, Antônio!

Vamos à segunda parte da reunião. Nós queremos comunicar aos Srs. Parlamentares que nós só iremos votar requerimentos, dado o adiantado da hora, dos Parlamentares que estão presentes.

Quero agradecer a presença do nosso amigo Paulo, Presidente da ANS. Paulo, obrigado pela presença. *(Pausa.)*

2ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2486/2021, que “altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física”

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Sérgio Petecão, inclusive pela sua mediação.

Havia um debate em relação a esse requerimento, se deveríamos ou não ter audiência pública. Eu conversei com V. Exa., V. Exa. me autorizou, e eu conversei com os dois lados, e ambos, então, propuseram que nós faríamos esta audiência pública, se assim V. Exa. concordar, na quinta-feira, 10h.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Paim, é de praxe. Nós não temos nenhum instrumento aqui nesta Comissão mais democrático que uma audiência pública, até para que nós possamos ouvir as partes.

Eu, pessoalmente, recebi várias ligações, telefonemas, pedindo que nós pudéssemos fazer audiência. Então já queria parabenizá-lo pela iniciativa da audiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu compreendo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Vou consultar nossa assessoria. (*Pausa.*)

Quinta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quinta-feira, 10h.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Remota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então eu vou fazer a leitura só da primeira folha porque a justificativa é longa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Fique à vontade, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, no requerimento, conforme já foi lido por V. Exa., proponho audiência com a presença dos seguintes convidados:

- representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE);
- representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- representante do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF);
- representante do Conselho Federal de Educação Física.

Aí, Sr. Presidente, eles poderão indicar quatro para haver equilíbrio, quatro de uma visão e quatro de outra. Quando aprovarmos aqui, eu já comuniquei a eles que teremos o mesmo número de uma e de outra visão para votarmos, nessa quinta-feira, esse projeto que é, Sr. Presidente, muito importante.

Veja como é a vida. Há muito e muitos anos atrás, o Deputado Mascarenhas, que era o autor dessa lei, já estava doente. Aí chegou ao Líder Paulo Rocha e pediu que nós cuidássemos dessa lei. Tanto eu como o Paulo Rocha fomos Relatores e aprovamos a lei regulamentando, então, a profissão de professor de educação física.

Houve, no segundo momento, uma briga no Supremo se era constitucional ou não. Veja como as águas se encontram, não é? O Presidente atual, percebendo que o Supremo iria derrubar essa lei que era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa, mandou para cá o projeto. Só que, no projeto aprovado na Câmara, de lá para cá, na nossa avaliação, há um pequeno equívoco, porque pega professores da educação básica. Por isso, não há nada melhor que uma audiência para esclarecer.

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Eu agradeço, mais uma vez, ao nobre Senador Paim pela sua sensibilidade em trazer debates tão importantes aqui para esta Casa e, em especial, para a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o Senador Romário pediu que eu fosse também signatário, e eu assinei.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

2ª PARTE**ITEM 11****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2022, seja incluído como convidado o Doutor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do requerimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, eu tenho o item 13. Se puder chamar o item 13...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, quais são os requerimentos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Onze.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Como eu disse, os Parlamentares presentes terão os seus requerimentos votados.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Os requerimentos são basicamente autoexplicativos nos seus anúncios.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 8, de 2022, seja incluído convidado para debater o tema objeto do Requerimento 8.

Proponho para a audiência a inclusão do Dr. Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Isso já é produto de acrescentar, Presidente, no número de convidados, o requerimento que já foi aprovado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que “regulamenta o exercício profissional de acupuntura”.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Eu subscrevo o referido requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 11, de 2022, da CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura, sejam incluídos todos os convidados, que são vários. Vou dá-los como lidos por conta do adiantado da hora, mas já está registrado aqui na assessoria da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 1915/2019, que “Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica”.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e outros

Eu vou passar a leitura ao nobre Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 20/2022, da CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); e o Sr. Vinicius Cascone, advogado especialista em direito sindical.

É o requerimento, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Heinze, houve uma pequena inversão. É o item 13, é o Requerimento nº 20.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo debater o Projeto de Lei 1.915, de 2019, que regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal nas condições que especifica.

Para a audiência, proponho a presença dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC); representante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Justificação.

O PL 1.915/2019 tem por objetivo regular a participação de representante dos empregados na gestão da empresa. Ocorre que, na forma como foi proposta, a medida é de questionável constitucionalidade, pois interfere na livre iniciativa e no livre exercício da atividade econômica.

Ao permitir, excepcionalmente, a participação dos empregados na gestão das empresas (art. 7º, XI), a Constituição Federal não referendou a interferência desmedida dos empregados na organização empresarial, tomando parte no seu governo e na tomada de decisões, até porque, nos termos do art. 2º da CLT, quem assume os riscos da atividade econômica é o empregador.

Além de interferir na livre iniciativa e no livre exercício da atividade econômica, o texto confere estabilidade provisória que ultrapassa os limites constitucionais, considerando que o art. 7º, XI, da Constituição Federal não faz menção para o representante da empresa no local de trabalho. Os casos previstos constitucionalmente são os expressos no art. 10 do ADCT.

Adicionalmente, a Lei nº 13.467/2017 já conferiu ao art. 11 da Constituição tratamento adequado em relação à participação dos empregados na empresa, prevendo intermediação direta em diversos assuntos da relação laboral, restando suficiente.

Assim, demonstrada a necessidade do debate, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem para explicação no diálogo com o Senador Heinze. Havia um seminário aprovado, acho que pela Senadora Zenaide, que tratava da questão dos agrotóxicos. Como o Senador Heinze tinha um requerimento de acrescentar nomes para o debate e parece que foi adiado, quer dizer, foi retirado o requerimento de seminário, de debate, então, o requerimento do Senador Heinze também estaria prejudicado, não é? Entendeu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já foi retirado, colega.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Isso.

2ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2022 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT); o Senhor Vinicius Cascone, advogado especialista em direito sindical.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

É de autoria do nobre Senador Paulo Rocha.

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Gostei do "nobre", Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 20/2022, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério Público do Trabalho, representante da Central Única dos Trabalhadores, representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e o Sr. Vinicius Cascone, advogado especialista em Direito Sindical.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 15





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2022**- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 205/2018, que “acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres”.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

O requerimento é de minha autoria.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Concorro plenamente com V. Exa., que, mais uma vez, mostra seu espírito humanitário e democrático, querendo debater um tema que envolve a diferença salarial entre homem e mulher. E eu queria propor, se V. Exa. aceitasse, que a gente incluísse um representante da Anamatra e um da Confederação das Mulheres do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. Com certeza, Senador Paim. Qualifica e melhora o debate.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

2ª PARTE**ITEM 16****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2022 – CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BR); Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CropLife Brasil; Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Considerando que este requerimento é um aditamento ao Requerimento nº 21/22, da CAS, que foi retirado pela Senadora Zenaide Maia, declaro prejudicado, sem votação. Era o questionamento feito pelo Senador Paulo Rocha.

2ª PARTE**ITEM 17****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CAS seja incluído o seguinte convidado: Senhor Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Passo a palavra para o Senador Paulo Rocha para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Conforme os artigos que nos autorizam a fazer o requerimento de audiência pública objeto do Requerimento nº 7, de 2022, da CAS, peço seja incluído o convidado: Sr. Sérgio Nobre, Presidente da CUT.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

2ª PARTE**ITEM 18****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, DE 2022**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de para discutir o acesso e aquisição gratuita do medicamento VASORITIDA - VOXZOGO pelas pessoas com ACONDROPLASIA.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, na mesma linha do de V. Exa., esse é um requerimento do Senador Romário, que eu assino com ele. Resumindo: vai debater a situação das pessoas com nanismo, as associações vão debater, buscando aqui alternativas inclusive junto à Anvisa. Então, temos aqui: representante do Conitec; da Anvisa; do CMED; do Ministério da Saúde; da Annabrá; representantes de pai de crianças com a acondroplasia; mãe de crianças com acondroplasia – já estou terminando –; o Dr. Juan, médico especialista na área; e Dr. Têmis, Presidente da Sociedade Brasileira de Genética.

Autor: Senador Romário.

Eu fui coautor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Paulo Paim, eu queria parabenizá-lo. Na verdade, o Senador Romário... V. Exa. é que faz questão de estar presente sempre aqui nesta Comissão. Em se tratando de nanismo, para V. Exa. ter uma ideia, um dos assessores mais importantes que eu tenho no meu gabinete lá no meu estado é o Montana Jack...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O Montana Jack faz um excelente trabalho. É sério! Estou falando porque o cara é muito bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, porque eu acho muito importante a prática e o discurso, não é? E V. Exa. deu um exemplo aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Exatamente. E ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – É não.

Mas é um cara muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vocês se lembram de um colega nosso, quando nós estávamos na Câmara? Era lá do Rio Grande do Sul... Deputado e tinha uns três assessores... Lembra, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Não, mas esse meu é só um, e ele é o cara.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Eu quero só avisar a vocês que já são... Lá no meu estado não é meio-dia, 12h20. Eu aguento até... Lá no Acre são duas horas de diferença. Agora é que 12h, viu?

O Paulo Rocha foi almoçar e voltou. Ele e o Paim.

2ª PARTE**ITEM 19****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, DE 2022****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de tratar da Instrução Normativa nº 128, de 28 de março de 2022, do Instituto Nacional do Seguro Social, que tem características que podem aumentar a judicialização previdenciária, buscando orientações com diversos especialistas sobre o assunto e objetivando maior conhecimento do cenário para que as casas legislativas possam atuar com maior segurança técnica e jurídica.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Propõe a audiência a presença dos seguintes convidados... Como são vários, vou dar como lido.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Encerramento: convoco para o dia 12 de abril, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semipresencial desta Comissão, que se destina-se à deliberação de proposições. Lembro que amanhã, às 10h30, teremos uma reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 4.223, de 2021, que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 20 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Remota, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Flávio Arns, Giordano, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Paulo Paim e Rogério Carvalho, e ainda do Senador não membro Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2022 - CAS, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), e PL 4223/2021, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 4223, de 2021, que “dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde”. **Participantes:** Carlos Pedrotti, Gerente Médico do Centro de Telemedicina do Hospital Israelita Albert Einstein (representante de: Associação Nacional dos Hospitais Privados - ANAHP); Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Conselheiro do CFM (representante de: Conselho Federal de Medicina); Thiago Brandão, Assessor do Departamento de Saúde Digital - DESD/SE/MS (representante de: Ministério da Saúde); Caio Soares, Presidente da Saúde Digital Brasil; e Antônio Carlos Endrigo, Presidente da Comissão de Saúde Digital da AMB (representante de: Associação Médica Brasileira - AMB). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/06>

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 4, de 2022, desta Comissão, de nossa autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 4.223, de 2021, que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.

Informo que a audiência tem a cobertura da nossa TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, como a Ouvidoria, através dos telefones registrados, e por meio do portal também registrado, que, portanto, são acessíveis aos que estão presentes. A presente reunião será transmitida ao vivo e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos nossos expositores.

Nós temos a lista de senhoras e senhores convidados: Sr. Caio Soares, Presidente da Saúde Digital Brasil; Sr. Antonio Carlos Endrigo, Presidente da Comissão de Saúde Digital da AMB; Sr. Carlos Pedrotti; Sr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho; e Sra. Adriana da Silva e Sousa.

Eu quero, desde já, agradecer a compreensão pelo atraso do início da reunião e, mais ainda, agradecer aos senhores e senhoras por terem aceitado esse convite, a fim de que nós instruamos a discussão sobre esse projeto, de autoria de S. Exa. Senador Esperidião Amin, que trata sobre telessaúde.

Há um pedido da Sra. Adriana da Silva, em razão de compromissos já assumidos e se não houver nenhum inconveniente – e quero crer que os demais convidados haverão de se predispor a atender o pedido da Sra. Adriana da Silva e Sousa –, para que ela possa ser a nossa primeira participante, a fim de que, repito, nós possamos aqui recolher o maior número de impressões e de opiniões sobre o Projeto de Lei 4.223, que versa sobre telessaúde.

Se não há nenhum tipo de inconveniência, eu passo a palavra de imediato à Sra. Adriana da Silva e Sousa, já agradecendo muito pela sua presença, Sra. Adriana. A senhora tem dez minutos para fazer as suas considerações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA DA SILVA E SOUSA (Para expor.) – Bom, primeiramente, bom dia a todos. Cumprimento o Senador Veneziano e cumprimento todos na pessoa de V. Exa.

Antes de participar, eu gostaria de pedir desculpas a todos: eu preciso me ausentar, estou com problema pessoal, familiar, de saúde, urgente, desde ontem à noite, e estou indo agora para o hospital.

Enfim, para ser mais objetiva, primeiro eu queria parabenizar pela iniciativa o Senador e dizer que nós estamos aqui avaliando a proposta do PL, já estamos praticamente finalizando. Vale ressaltar que nós, enquanto Departamento de Saúde Digital, somos responsáveis por essa parte, de interesse não somente desta Casa como também do nosso interesse, do próprio Ministério da Saúde, e estão em tramitação também algumas normativas internas, como, por exemplo, a política nacional de saúde digital e telessaúde. Nós estamos fazendo uma reformulação também de programas que já existem e que estão em execução no ministério.

Enfim, eu quero me colocar à disposição. Realmente eu não vou poder participar efetivamente desta audiência pública porque eu realmente preciso me deslocar daqui, por uma questão de urgência médica mesmo, familiar.

Vou deixar um assessor meu aqui, que vai poder colher as informações pertinentes e também, se julgar necessário, participar com alguma informação, já dentro daquilo que a gente analisou do projeto de lei – que ainda não foi tramitado, mas já estamos em fase final –, daquilo que a gente entendeu que seria necessário, com alguns ajustes e as nossas considerações a respeito do tema, o.k., Senador?

Peço desculpa por não participar efetivamente com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tenha toda a nossa compreensão, Dra. Adriana, a senhora, que é Diretora do Departamento de Saúde Digital. E nós rogamos que haja pronto restabelecimento e que não seja absolutamente nada que lhe imponha maiores dissabores.

Nós ficaremos em contato. É fundamental a presença nas informações que estão sendo buscadas e naquilo que está sendo produzido pelo próprio departamento.

Muito obrigado.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Caio Soares.

Dr. Caio.

O SR. CAIO SOARES – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Bom dia, Dr. Caio!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAIO SOARES (Para expor.) – Bom dia!

Muito obrigado pelo espaço, pela palavra.

Eu queria aproveitar para saudar a iniciativa de todos os envolvidos nesse projeto de lei, especialmente o Senador Esperidião Amin e o senhor, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Também saúdo aqui o Dr. Donizetti, o Dr. Endrigo, o Dr. Carlos Pedrotti, que têm unido forças e informações para a gente conseguir avançar neste tema tão relevante.

Eu vou projetar a minha pequena apresentação, que versa sobre a Saúde Digital Brasil. Eu represento a Saúde Digital Brasil, que é uma associação representativa dos prestadores de serviço de telemedicina e telessaúde em todo o território nacional.

Eu queria iniciar esta apresentação fazendo a constatação de que a pandemia ainda não acabou. A gente vê aqui alguns números interessantes e gráficos de países ao redor do globo que ainda têm uma forte incidência do número de casos de covid e aí algum detalhamento maior – esses dados são de ontem –, tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, quanto na França, demonstrando através desse mapa global que a incidência da covid, a despeito da nossa vontade, a despeito do arrefecimento em algumas regiões do planeta, não nos abandonou, e ela não deverá nos abandonar a despeito da classificação que a gente coloque nela.

E como é que a gente combate essa doença? Com uma infraestrutura sanitária adequada, capacitação e conhecimento profissional, educação da população, medidas profiláticas e, fundamentalmente, a telemedicina, que nos acompanhou nesses últimos dois anos, acompanhou a todos nós. Talvez muitos de nós tenhamos usado essa ferramenta como uma forma de acesso aos seus médicos. A nossa expectativa para o ano de 2022 é que 30 milhões de pessoas deixem de procurar pronto-socorro por ter a opção de fazer uso da telemedicina, pronto-socorro e pronto-atendimento. Quem trabalha no sistema de saúde sabe o impacto que é tirar 30 milhões de pessoas do pronto-socorro. O impacto não é só pelo acesso facilitado, mas também por menor tempo de diagnóstico, por menor tempo para o início do tratamento, para a melhoria e aumento do seguimento desses doentes, independente da sua faixa etária. Isso traz um enorme impacto para o nosso sistema.

Eu trago aqui dois temas relevantes que já estão contemplados no projeto de lei do Senador Esperidião Amin. Um deles é a primeira consulta remota. Durante a pandemia, essa primeira consulta está autorizada, mas, se a gente tiver a revogação da portaria que autoriza essa primeira consulta remota como a prática da telemedicina plena, a gente estará colocando a população em risco, especialmente aquelas pessoas menos favorecidas.

Então, pontos de atenção que eu trago são: a gente tem que preservar, em nome da ética, a autonomia tanto de médicos quanto de pacientes; e manter a segurança da informação, isso é vital para o sistema poder funcionar regularmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero trazer aqui um ponto que talvez algum colega além de mim vá destacar com mais detalhes: uma remuneração justa e adequada para os médicos que utilizam essa ferramenta.

Outro aspecto relevante é a territorialidade. Eu trago aqui um mapa de distribuição da quantidade de médicos por habitantes no país todo. Nas zonas vermelhas, os municípios com menor densidade demográfica de médicos e, nas zonas amarelas e verde-escuras, aqueles com maior quantidade de médicos. A gente percebe uma distribuição bastante irregular, uma iniquidade e uma diferença de acesso a profissionais da saúde dentro do território nacional. Essa é uma situação que a gente viveu no pré-telemedicina.

Agora eu vou mostrar o mapa com a telemedicina para vermos como fica essa distribuição. Ela fica absolutamente equânime, com acesso igual para todos, com distribuição regular dos profissionais, porque o acesso não depende mais do atendimento presencial.

A gente quer acreditar que a gente avançou nesses últimos dois anos. A despeito de todos os malefícios, dificuldades e dores que todos nós sofremos durante a pandemia, tivemos um desenvolvimento de vinte anos em dois, desenvolvimento de tecnologia, investimento e soluções novas dadas todas pela telemedicina.

Então, para resumir, a telemedicina plena, que é o que a gente defende, que é o que está contido no 4.223: autonomia do médico e do paciente, garantia de atendimento com segurança e sigilo das informações, a garantia de podermos fazer a primeira consulta remota com uma jurisdição ampla para os médicos. Isso vai trazer para gente um uso racional de recursos destinados à saúde; sustentabilidade do sistema; melhoria de políticas públicas, se a gente puder usar os dados que a telessaúde traz; e uma expectativa de maior resolutividade para 2022, como eu falei, com mais de 30 milhões de pessoas que deixarão de procurar prontos-socorros físicos e os prontos-atendimentos, com enorme impacto para o sistema de saúde como um todo.

Era isso que eu tinha para trazer. MUITÍSSIMO OBRIGADO. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Dr. Caio, meus cumprimentos. Eu peço desculpas ao senhor porque houve um pequeno problema aqui, e nós estamos nesse processo sempre submetidos aos necessários ajustes também nesses avanços tecnológicos, ainda nos ressentimos dessa perfeição. Mas eu quero lhe agradecer pela contribuição e, se V. Sa. ainda puder permanecer para podermos ter, caso haja, como já há, algumas intervenções do público a respeito das exposições, eu muito agradecerá a V. Sa.

Eu convidaria agora o Sr. Antonio Carlos Endrigo, que é o Presidente da Comissão de Saúde Digital da AMB, para que também possa ter 10 minutos para expor as suas impressões sobre o Projeto de Lei 4.223.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Endrigo, por gentileza.

O SR. ANTONIO CARLOS ENDRIGO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Senador Vital do Rêgo, agradeço o espaço dado para nós neste assunto de extrema importância.

Eu gostaria de cumprimentar os demais colegas – Caio Soares, Carlos Pedrotti, Dr. Donizetti Giamberardino –, as Senadoras e as demais autoridades aqui presentes.

Eu tenho aqui uma apresentação que eu gostaria de compartilhar com vocês. Deixem-me ver se consigo... *(Pausa.)*

Pronto! Só um minuto! Deixem-me só achar aqui a minha apresentação. *(Pausa.)*

Prontinho!

Eu sou Presidente da Comissão de Saúde Digital da Associação Médica Brasileira, que é uma comissão consultiva da AMB e que tem o propósito de subsidiar a diretoria da AMB na discussão desses assuntos de saúde digital.

Os participantes dessa comissão são profissionais *experts* em saúde digital. Estão todos aqui, em ordem alfabética: o Prof. Dr. Ademar José de Oliveira Paes; eu, como Presidente; o Prof. Dr. Antonio Carlos Onofre de Lira; a Dra. Beatriz Leão; o Prof. Dr. Chao Lung Wen; o Dr. Eduardo Cordioli; o Prof. Dr. Eduardo Pereira Marques; o Prof. Dr. Jefferson Fernandes; o Sr. Mauricio Cerri. E há outros convidados, como o Sr. Cezar Taurion, a Dra. Juliana Hasse e o Sr. Luis Gustavo Kiatake.

Nós temos uma cronologia da regulamentação da telemedicina. Uma das principais delas, no início, é a Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.643, de 2002. Ela não dava permissão para realização de teleconsulta, mas permitia outras modalidades de teleconsulta. Depois, nós tivemos a Resolução 2.227, de 2018, publicada precisamente em 2019, que foi revogada com a justificativa de que as entidades médicas pediam mais tempo para analisar o documento que foi publicado. Então, nós tivemos, entre 2002 e 2018, um *gap* entre resoluções para os médicos, e as tecnologias de comunicação e informação tiveram uma evolução brutal.

Depois, em janeiro de 2020, tivemos a pandemia. A Lei 13.979, que é a Lei de Calamidade Pública, permitiu que o Ministério da Saúde publicasse uma portaria que abriu a possibilidade de os médicos realizarem a teleconsulta. Para os demais aqui entenderem, com a teleconsulta, permite-se que um médico possa fazer o atendimento diretamente entre ele e o paciente, o que não era permitido até então, usando tecnologia de comunicação e informação, podendo prescrever, podendo fazer prescrições de medicamento, pedidos de exames, atestados e tudo mais.

Logo em seguida, tivemos a Lei 13.989, pela Câmara, de autoria da Deputada Adriana Ventura, que, basicamente, traz os mesmos conceitos da Portaria 467. E depois veio a Lei 14.063, que falava sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificados digitais em todos os setores, mas que dava foco para a área de saúde, para os documentos médicos que são necessários para o envio através de um atendimento remoto.

E aqui nós temos hoje a audiência do Projeto de Lei 4.223, do Senador Esperidião Amin, mas eu não posso deixar de mencionar também o Projeto de Lei 1.998, que está na Câmara, da Deputada Adriana Ventura, porque existe muita sinergia entre esses dois projetos de lei, aos quais nós damos muito apoio. Eu peguei somente alguns pontos aqui desses projetos de lei, sendo que no projeto de lei que está lá na Câmara, da Deputada Adriana Ventura, ela aborda praticamente a telemedicina em todo o território nacional. E há aqui alguns artigos que eu gostaria de mencionar.

No art. 3º: "A telemedicina obedecerá, dentre outros, aos princípios da autonomia, da beneficência, da justiça, da não maleficência, da ética, da liberdade e independência do médico e da responsabilidade digital". Friso aqui que esse projeto de lei dá autonomia para o médico e delega para ele a responsabilidade desse atendimento.

No art. 5º, eu saliento o §1º: "Ao médico é assegurada a liberdade e completa independência de decidir se utiliza a telemedicina ou recusa, indicando a consulta presencial sempre que entender necessário". E o art. 6º: "A prática da telemedicina deve seguir as seguintes determinações: I - ser realizada por livre decisão do paciente, ou de seu representante legal, e sob responsabilidade profissional do médico;"

Esses são os pontos a que aqui nós damos apoio e eu gostaria de ressaltar no Projeto de Lei 1.998, da Deputada Adriana Ventura.

Sobre a audiência nossa aqui, no Projeto de Lei 4.223, do Senador Esperidião Amin, o foco, as ações e serviços são sobre telessaúde, em que são envolvidos, além do médico, outros profissionais de saúde, como enfermeiros, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e demais profissionais de saúde. É bem mais amplo e de extrema importância.

No art. 3º, vocês vão ver que há muita sintonia com o Projeto 1.998, da Deputada Adriana Ventura. No art. 3º:

I - é direito do usuário ou de seu representante legal decidir livremente sobre sua participação em práticas de telessaúde;

II - é assegurada ao profissional de saúde autonomia plena para decidir sobre o uso da telessaúde, podendo indicar o serviço presencial sempre que entender necessário.

Parágrafo único. O emprego da telessaúde, desde o primeiro contato, é decisão que compete apenas ao profissional de saúde e ao usuário.

De novo, reforça a autonomia do médico e do seu paciente na decisão de se utilizar da telessaúde para o atendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º: "Para o exercício de suas atividades por meio da telessaúde, é suficiente a inscrição do profissional no conselho regional de origem, não sendo necessárias inscrições secundárias". Isso aqui é de extrema importância, porque, se exigirmos uma inscrição secundária onde hoje é permitida somente mais uma, a gente teria que selecionar os pacientes que os médicos ou os profissionais de saúde poderiam atender ou não. Então, isso aqui quebraria uma das cláusulas ou uma das funções principais da telessaúde.

E, no art. 7º: "§2º Os serviços de que tratam o *caput* e o §1º seguirão os padrões normativos e éticos [desculpem aqui o erro] usuais do atendimento presencial, inclusive em relação à [remuneração]". Era isso que deveria estar escrito aqui, que eu copiei mas esqueci de terminar, que já foi ressaltado pelo Dr. Caio: a importância de haver uma remuneração equivalente ou semelhante ao que é praticado no atendimento presencial.

E §3º: "É vedado à pessoa jurídica de que trata o *caput* impedir ou dificultar o acesso ao atendimento presencial".

É extremamente importante esse parágrafo dessa lei, caso esta seja a opção do profissional de saúde e do usuário.

Bom, por fim, eu, terminando aqui já a minha apresentação, há dois conteúdos que eu gostaria de compartilhar com vocês. Um deles é uma pesquisa realizada junto aos médicos, uma pesquisa realizada pela AMB junto aos médicos. Eu separei duas perguntas dessa pesquisa.

A pergunta nº 1: "Por conta da pandemia de covid..." Foi realizada agora, no ano passado. Desculpem-me... Não. Desculpem-me. Foi realizada este ano, no início deste ano, em 2022. "Por conta da pandemia de covid-19, passou a realizar alguma das modalidades de atendimento médico à distância listadas abaixo?"

Praticamente metade dos médicos não pratica a modalidade de atendimento remoto, e é um direito do médico. Ele não se adapta, não se sente confortável e não tem que fazer atendimento remoto. Entretanto, a outra quase metade atende e tem experiência, como mostra essa pergunta.

E há a pergunta 4, que é muito interessante, que é a pesquisa junto aos pacientes de médicos: "Como seus pacientes têm reagido à telemedicina?"

Bom, a gente não tem o posicionamento daqueles médicos que não praticam a telemedicina, mas, dos que praticam, 31% aceitam e gostam. Quando a gente joga esse percentual para o total dos pacientes que tiveram a experiência de telemedicina, a gente vê que 63% dos pacientes que passaram por um atendimento remoto apoiam a telemedicina, que são esses 31%. E vocês vão ver que, nesse outro conteúdo, que é um importante material elaborado pelo Instituto Coalizão Saúde, e eu tive o prazer de estar no lançamento dele, que foi realizado no ano passado... Esse documento é fruto de eventos virtuais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

elaborados, feitos pelo Instituto Coalizão Saúde, que compilou este documento "Diálogos Brasil-Reino Unido em Saúde Digital: Desafios e Oportunidades em Telessaúde", do qual recomendo a leitura.

Os 63% da pesquisa da AMB são muito semelhantes aos 63% que o Reino Unido tem no uso do atendimento remoto no seu serviço de saúde, que é o NHS. Sessenta e três por cento se disseram dispostos a fazer uma consulta por vídeo com seu médico e 55% concordariam em fazer uma consulta por vídeo com seu médico para aconselhamento.

Bom, eu vou passar aqui para o penúltimo eslaide, pessoal, porque eu queria ressaltar esse parágrafo, com o qual eu gostaria de finalizar a minha apresentação.

A telemedicina oferece a oportunidade do retorno a uma medicina narrativa, na qual a conversa com o paciente ajuda a extrair uma parte importante da história de quem é essa pessoa, onde ela se insere e qual é o seu sofrimento. Assim, é possível entender primeiro, ficando menos dependente dos exames e focar mais na necessidade do paciente.

Senador Vital do Rêgo, agradeço o espaço que nos foi dado e fico à disposição para perguntas e dúvidas que venham a ter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nós que agradecemos, Dr. Antonio Carlos Endrigo, pelas substanciais informações, até por força também de V. Sa. estar trazendo, em nome da Comissão de Saúde Digital, as percepções através de pesquisas e as respostas e o sentimento dos profissionais que participaram. Isso é fundamental para que nós construamos, para que nós aqui nos permitamos avançar nesse debate em relação às matérias que tramitam tanto na Câmara como, no caso específico do Senado Federal, a proposta legislativa do Senador Espiridião Amin.

Eu fico muito agradecido à sua presença, à sua fala, pedindo a gentileza sua, como já temos tido, se o senhor permitisse estar um pouco mais entre nós, em relação a algumas perguntas que estarão sendo feitas pelos nossos internautas, eu agradeceria.

Convido nesse instante, para também fazer uso da palavra e expor as suas impressões a respeito do tema, o Sr. Carlos Pedrotti, que é Gerente Médico do Centro de Telemedicina do Hospital Israelita Albert Einstein.

Dr. Carlos, por gentileza, muito grato pela sua presença.

O SR. CARLOS PEDROTTI (Para expor.) – Muito bom dia.

S. Exa. Senador Veneziano, agradeço em nome dos Hospitais Albert Einstein e também aqui representando a Associação Nacional de Hospitais Privados, que é uma associação criada em 2001 e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reúne os principais hospitais privados reconhecidos como de excelência no cuidado à saúde e que também pretende expandir as melhorias obtidas nessa experiência nesses hospitais para além da saúde suplementar, abrangendo todos os cidadãos brasileiros, a gente gostaria de explicar a nossa visão sobre a telemedicina aqui.

Cumprimento também o Senador Esperidião Amin pela autoria dessa proposta legislativa que é objeto de debate aqui; também S. Exa. o Senador Veneziano pela relatoria desse projeto, e todos os membros que estão aqui nesse debate, incluindo os outros Senadores aqui presentes.

Eu vou compartilhar rapidamente uma apresentação que pode auxiliar nessa explicação. Espero que todos estejam vendo essa apresentação.

Eu gostaria de começar dizendo de uma instituição renomada americana que, em tradução livre, é um instituto para a melhoria dos cuidados à saúde, que propõe, e propôs neste ano de 2022, a chamada extensão das metas: antes era uma tripla meta, mudou para quádrupla e agora é quádrupla meta, as quádruplas metas para o desenho de novas propostas em saúde. A telemedicina entra cumprindo essas metas que eu gostaria de enumerar agora para vocês.

As três primeiras metas, já conhecidas desde 2008 amplamente, dentro dos processos de melhoria em saúde explicadas, enumeram que é importante para qualquer nova tecnologia ou nova melhoria de saúde abordar, ao mesmo tempo, esses três principais itens que devem: melhorar a saúde da população; melhorar a experiência do paciente, e, ao mesmo tempo, o que é um enorme esforço, conseguir reduzir o custo global em saúde.

Logo no final da década de 2020, em 2018 especificamente, foi introduzida a quarta meta, que é também promover o bem-estar da equipe de cuidado, reduzindo *burnout* ou estafa, que é muito frequente em profissionais de saúde. E, neste ano, foi introduzida a quinta meta, que é também aumentar a equidade no acesso à saúde.

A gente entende que telessaúde, a telemedicina é um tipo de método de assistência à saúde que contempla essas cinco metas. E eu gostaria de enumerar de que formas ela consegue fazer isso. Primeiro, é melhorando a saúde da população. Uma pesquisa realizada pela Associação Paulista de Medicina, em 2020, abordou mais de dois mil médicos e perguntou se, na percepção deles, o sistema público de saúde poderia ser beneficiado com novas ferramentas tecnológicas digitais capazes de diminuir as filas de espera para um atendimento especializado. Sabendo, é de conhecimento comum, que existem dificuldades enormes em algumas filas para algumas especialidades, em todo o país, mais de 90% dos médicos concordaram com isso. Alguns ainda possuem dúvidas, mas a gente imagina que, agora, mais de dois anos após essa pesquisa, essa proporção seja ainda maior. Então, este é um dado bastante relevante, o de que a redução de filas e o acesso mais precoce à saúde, sim, proporcionam uma melhoria na saúde da população como um todo, resultando melhor acesso à saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, é a experiência do paciente. É muito conhecido que é necessário, principalmente em áreas menos favorecidas, deslocamento de pacientes. Principalmente em áreas remotas, são deslocamentos extremamente longos, muitas vezes por via aérea, via hidroviária, que podem demorar dias, principalmente na Região Norte do país, na Região Nordeste, no interior do país chamado de Brasil Profundo. Um exemplo é um projeto que nós temos no oeste do Pará em que os cidadãos da cidade de Parauapebas, no Pará, quando precisam de uma avaliação especializada – de algumas especialidades, como reumatologia, por exemplo, ou pneumologia, que são especialidades consideradas mais triviais –, eles precisam viajar mais de uma hora, de avião, para Belém ou Belo Horizonte, que seriam os próximos centros que disporiam dessa especialidade, com deslocamentos que levam dias, muitas vezes difíceis, custosos. A gente entende, então, que a telessaúde reduz esse deslocamento, evitando filas, melhorando o acesso, reduzindo o desperdício com esses custos de deslocamento. E o que nós temos é uma altíssima satisfação do paciente que tem um acesso mais veloz, consegue resolver os seus problemas de saúde de forma bastante importante, nesse sentido.

Em sequência, a terceira meta é uma redução do custo global em saúde. Ainda falando da necessidade de especialistas fora do domicílio, existe uma entidade chamada TFD, para tratamento fora do domicílio, o que muitas vezes tem um grande custo para as prefeituras em todo o país e que muitas vezes ocasiona quedas nos recursos destinados à saúde para essa população.

Além de aumentar o custo, reduz a experiência desses pacientes que, muitas vezes, precisam esperar longas filas para conseguirem ser transferidos, além, óbvio, do prejuízo ocasionado pela perda de dias de trabalho, pois, muitas vezes, são autônomos e acabam tendo sua renda comprometida nessa situação, em especial as pessoas menos favorecidas.

Quando a gente entra no item 4, eu volto àquela pesquisa realizada pela Associação Paulista de Medicina, com mais de dois mil médicos, questionando se, com as tecnologias da telemedicina que permitam a segurança dos dados e a privacidade entre médico e paciente, acredita-se que se pode ampliar o atendimento médico além do consultório, melhorando a atuação, aumentando a atuação desses médicos. Também foi uma resposta retumbante com: 70% "sim" e menos de 10% não acreditando na melhoria da experiência do médico nesse assunto. Com a redução dos deslocamentos, também se acredita que pode-se reduzir o *burnout* ou a estafa desses profissionais de saúde no cuidado com esses pacientes. A disponibilidade de outros meios de atendimento é o que poderia variar a rotina desses profissionais, atendendo parcialmente presencial, parcialmente à distância, e, assim, poderem ter uma qualidade de vida melhor, poderem ficar mais tempo com suas famílias, reduzindo o tempo desperdiçado em deslocamentos.

E, no item 5, que é o mais recente, colocado agora em 2022, eu mostro que há um aumento da equidade no acesso à saúde, eu mostro esses dados – são dois mapas, o da esquerda falando de especialistas em neurologia, e o da direita, em alergias e imunologia. Para vocês terem ideia da disparidade, esses mapas estão proporcionais à população, ou seja, é a razão de especialistas por 100 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitantes. Então, por mais que as Regiões Norte e Centro-Oeste e alguns estados do Nordeste sejam menos populosos que os estados das Regiões Sul e Sudeste, mesmo considerando isso, você chega a ter menos de dez vezes a proporção do número de especialistas ali. Em algumas áreas da Região Norte, nós temos menos de um neurologista para cada 100 mil habitantes! Falando de especialidade também convencional, como é alergia e imunologia, nós temos menos de um para cada um milhão de habitantes em algumas áreas do país! Então, nós estamos realmente com um déficit muito grande, enquanto que muitos especialistas estão subaproveitados nas outras regiões do país. Esse é um ponto em que, aproveitando essa estrutura federativa melhor, os especialistas que estão subaproveitados nessas outras regiões podem prover o acesso à saúde nas regiões menos favorecidas, garantindo que a estrutura federativa do país seja otimizada nesse quesito.

Aqui, como exemplo, está um dos nossos projetos na Região Norte, em uma cidade chamada Almeirim, que fica entre Belém e Santarém no Estado do Pará, circundada por água, com difícil acesso, não se consegue acesso por terra, disponibilizando sete especialidades, reduzindo filas que eram de três anos, por exemplo, para neurologia pediátrica, que é uma subespecialidade, a menos de uma semana nessa região, o que garante o acesso a quem mais precisa, que é a população do SUS, a população que não tem acesso e não tem recursos para se deslocar.

No final, terminando esta minha apresentação, a regulamentação da telessaúde, como está redigida no excelente projeto de lei apresentado aqui pelo Senador Esperidião Amin, garante...

E eu reforço as frases dos colegas que me antecederam de que a autonomia do paciente e dos profissionais envolvidos é extremamente importante para que eles tenham a possibilidade de encaminhar casos que não foram atendidos completamente pela telemedicina para o atendimento presencial, e com isso garantir a escolha – isso está muito bem escrito nessa lei –, principalmente evitando que as operadoras e os envolvidos possam colocar obstáculos a determinado tipo de atendimento.

A segurança jurídica que traz a regulamentação garante investimento priorizando quem mais precisa. Temos uma otimização da estrutura federativa do país, ou seja, as áreas que estão com excesso de profissionais tendem a atuar nas áreas menores, e isso reduz os desperdícios, garantindo a sustentabilidade do sistema, e provê, como eu disse, acesso à saúde para quem mais precisa, está?

Fico à disposição aqui e agradeço este espaço para debate e agradeço novamente à Comissão por esse convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Dr. Carlos Pedrotti. A sua exposição, como as dos demais companheiros que presentes estão neste momento, foi muito importante. E evidentemente V. Sa. haverá de gentilmente nos conceder, para que nós assim ampliemos e assim formemos as nossas convicções e os argumentos que estamos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

utilizando para construir um posicionamento final, o acesso a esses dados dessas pesquisas, que ilustram muito bem essas dúvidas que naturalmente permeiam o tema, porque é um tema controverso ainda. Mas eu lhe agradeço tremendamente a participação.

Convido nosso último expositor, o Dr. Donizetti Dimer Filho, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. Meus cumprimentos, Dr. Donizetti! Fique à vontade.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigado pelo convite, Senador e demais participantes – a grande maioria nós já nos conhecemos e já discutimos bastante esse assunto tão importante para a sociedade brasileira.

O que eu quero colocar é que a tecnologia vem modificando toda a sociedade mundial, e a medicina faz parte da sociedade. Nesse sentido, a tecnologia vem como mais um método propedêutico, mais como um recurso para o exercício da mesma medicina. E todos nós temos que nos adaptar a isso desde que isso seja o melhor para a nossa sociedade. E é essa a visão que o Conselho Federal tem.

O Conselho Federal entende que o método telemedicina veio para dar mais acesso às pessoas. Esse acesso deve ter normas de segurança, deve ter normas de segurança de qualidade e de sigilo. Mas com certeza ele veio para melhorar o direito das pessoas de acesso à saúde. E também ele pode me proporcionar transferência de conhecimento, porque centros maiores podem transmitir para centros de menor porte. E também pode ainda levar experiência e conhecimento. Então, eu acho que são muitas situações, e eu acho que ela veio para ficar. Ela não veio para substituir profissionais de saúde: ela veio, sim, para trazer qualidade. E isso é um ponto principal que nós sempre colocamos para todos os legisladores.

A racionalização de recursos não está na substituição do ser humano pela tecnologia e sim pelo bom uso dos recursos, que pode ser feito – e eu entendo que é mais uma excelente oportunidade para o SUS ser implantado em outros sistemas – por racionalização dos recursos. Isso é fundamental e isso é possível através da tecnologia, principalmente num país como o nosso, de tantas desigualdades: desigualdades sociais, como já foi dito, desigualdade de distribuição de médicos, mas não só de médicos, de especialistas e de centros médicos. Então, essa desigualdade pode ser minimizada com o uso da tecnologia. Para tanto, seja telessaúde ou telemedicina, porque ambas se confundem, é preciso uma atenção muito grande ao acesso digital. Para isso funcionar, as pessoas devem ter acesso à internet. Isso parece simples, mas não é. É fundamental que funcione dessa forma.

Então, o que eu quero colocar é que, nesses dois anos em que foi aplicada, entendo que a telemedicina e a telessaúde vieram para ficar. Elas precisam de regulamentações, de seguranças complementares. Elas foram liberadas, a princípio, de uma forma emergencial e, para a segurança da sociedade, elas precisam ter mais critérios de fiscalização. Não que eles sejam inibitórios da liberdade do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendedor, mas, sim, dentro da própria prática médica, da boa prática médica da medicina, em que se prevê sempre, acima de tudo, a segurança.

Nesse sentido, o que nós defendemos sempre é um tripé. Nós defendemos a importância, no caso da medicina, da personalidade, da relação médico-paciente; nós defendemos a segurança do ato médico, seja na qualidade do ato médico, seja na segurança de dados; e defendemos também a autonomia das pessoas, seja o médico, seja... O paciente só deve utilizar a tecnologia se for da sua escolha, ela não pode ser compulsória. Então, eu acho que são esses princípios que nós temos.

A autonomia está prevista na nossa Constituição, no nosso Código de Ética Médica, foi falado muito sobre isso na pandemia, mas a autonomia de qualquer pessoa, principalmente dos médicos, está no limite da beneficência e da não maleficência, para não prejudicar ninguém. Só tem essa autonomia que é permitida. Então, nós entendemos que qualquer forma de legislação que venha deva ter esse condão. E aí, juntando esses três princípios da relação médico-paciente, da segurança e da autonomia... Nós colocamos que o padrão ouro da relação médico-paciente é presencial, não significa que seja proibido à distância, mas nós não podemos desestimular isso. E eu acho que a tecnologia vem muito para os pacientes de seus médicos já com diagnósticos confirmados.

Entendo que essa situação, vamos dizer assim, está sendo muito debatida e entendo que nós precisamos ter uma especificidade, talvez, para algumas características da telemedicina com a telessaúde, mas que não são muitas; e eu vejo aqueles pontos aventados, que são os três pontos polêmicos... Eu diria que defendemos que a contraprestação do pagamento de prestação de serviços seja a mesma, seja presencial ou não.

Sobre o território, que é um outro assunto muito debatido, uma das situações que estão sendo discutidas é que possa haver um cadastro nacional para o exercício da telemedicina – com esse cadastro nacional, você poderia ter somente registro em um dos estados –, mas isso tem que constar na lei, porque, na lei que hoje rege a medicina, de 1957, o médico, após 90 dias, tem que ter o registro secundário. Então, essa é uma observação que precisa ser feita.

No tocante à primeira consulta, a recomendação sempre é que a primeira consulta seja presencial, mas nós temos que respeitar a autonomia. Esse assunto é muito polêmico. Da mesma forma que o Dr. Endrigo apresentou uma enquête, o Conselho Federal de Medicina também o fez e demonstrou, assim, uma divisão muito grande, na classe médica, daqueles que praticam telemedicina. Não foi perguntado para quem não pratica, não é? Então, nesse sentido, são quase 50%. E, quando você muda de região ou de faixa etária, há diferenças: os médicos mais velhos, principalmente, têm mais resistência; os médicos do Norte e do Nordeste têm mais resistência; e os médicos do Sul e mais jovens têm menor resistência. Então, há uma divisão mesmo e há motivos para isso. Por quê? Há um grande medo da substituição da mão de obra e da desmonetização disso tudo e há uma grande preocupação de que nós consigamos também manter a qualidade médica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que ressaltar ainda, Senador, a importância de como o Conselho Federal de Medicina está investindo nisso. Então, junto com o Conselho Federal de Farmácia e com o apoio do gabinete civil, foi criada uma plataforma de prescrição pública, como algo facilitador para o médico com menor acesso, vamos dizer assim, e para os farmacêuticos também dispensarem com toda a segurança, a segurança digital que nós tanto defendemos. O Conselho Federal conseguiu ser reconhecido como uma autoridade registradora, abrindo caminho para os outros conselhos, e hoje está oferecendo assinatura digital gratuita para todos os médicos brasileiros. Nós queremos, sim, telemedicina com segurança. Então, eu acho que esse é o espírito.

Nós entendemos que, principalmente sobre o projeto de lei da Câmara, que é o mais específico para telemedicina... Não que este seja menos importante, é óbvio, eles são muito semelhantes. Então, todos os nossos contatos são de que a autonomia deve estar presente e ser exercida ou não. E essa autonomia deve ter uma regulação dentro da beneficência e da não maleficência, não é uma restrição para o inibitivo do que não pode. Então, muito provavelmente, quando a lei vier, o conselho, com suas competências, deverá ter uma resolução complementar à lei, no sentido da segurança do paciente e dos limites de uma autonomia.

Eu vejo dessa forma, é algo que está em construção, mas agora é o momento importante. E nós pensamos sempre na segurança da boa prática médica.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Dr. Donizetti, os meus cumprimentos, o nosso mais efusivo agradecimento pela sua colaboração. Igualmente, pediria a V. Sa. que pudesse permanecer entre nós alguns minutos a mais porque temos o último companheiro participante desta mesa, o Sr. Thiago Brandão, pelo Ministério da Saúde, e teremos, evidentemente, a fala do ilustre Senador Esperidião Amin, que nos permite que esse debate possa ser trazido ao Senado através do seu brilho intelectual, ele, que é autor do Projeto de Lei 4.223 e está na sala de reuniões.

Então, ouviremos o Sr. Thiago Brandão; em seguida, o Senador Esperidião Amin e depois algumas intervenções que nos foram apresentadas pelo e-Cidadania do Senado Federal. Comprometo-me a não nos estendermos mais porque nos aproximamos da hora da refeição.

Sr. Thiago Brandão, por gentileza. *(Pausa.)*

Dr. Thiago Brandão.

O SR. THIAGO BRANDÃO – Bom dia, Senador, tudo bem? Desculpe, eu tive um probleminha no áudio, mas já consegui restabelecer aqui a conexão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sem problema. Nossos cumprimentos. Bom dia e seja bem-vindo.

O SR. THIAGO BRANDÃO (Para expor.) – Igualmente, Senador, primeiro eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes.

Destaco também aqui a importância do projeto de lei e, com relação ao projeto de lei, Senador, o que cabe aqui ao ministério é apenas observar a importância da legislação vigente e dos atuais atos normativos infralegais editados já por cada conselho de classe profissional e também pelo Ministério da Saúde. Então, a nossa análise aqui no projeto de lei vai ser voltada a esses atos normativos. Nós entendemos ser importante analisar aí todo o projeto de lei e dessa forma nós já estamos fazendo aqui, em uma de nossas coordenações.

Como a própria doutora falou, o nosso entendimento aqui não é causar nenhum tipo de óbice ou empecilho ao referido projeto, mas temos também aqui a nossa preocupação com relação a uma eventual sobreposição de normas e de que tudo o que foi regido no projeto de lei esteja também em consonância com os atos infralegais já editados pelo Ministério da Saúde. Então, a nossa observação vai ser voltada aí a esse viés. Seria apenas essa observação que nós gostaríamos de complementar.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A produção legislativa de competência do Congresso Nacional, no caso dessa matéria, permite que seja tratada pela Casa, evidentemente com a presença do Executivo, para que nós construamos, da melhor e mais desejável forma, algo para atender a sociedade brasileira. De já, o agradecimento particular, em nome dos que integram esta Comissão, junto a V. Sa. e também demais outros que participarão, têm participado das discussões e continuarão colaborando, com certeza, com a mesma.

Eu convidaria, à sua disposição, o meu estimado e querido mestre de todos nós, Senador Esperidião Amin, se estiver entre nós – eu o vi há poucos instantes.

Senador Amin. (*Pausa.*)

Só peço alguns instantes aos convidados...

Senador Amin... O Senador Amin está... Querido Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Meus cumprimentos. Bom dia! Nós estávamos a convidá-lo a participar desta nossa reunião, V. Exa. que nos brinda com a autoria desse projeto, o qual, de fato, pertine aos momentos atuais relacionados não apenas à pandemia, mas à pós-pandemia, porque ainda em meio à mesma nos encontramos, mas precisamos avançar no tocante a tudo aquilo que foi exposto por todos os convidados, sem exceção, sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a necessidade dessa efetiva universalização com os cuidados devidos, sempre levando-se ao ponto de reconhecer a liberdade tanto do profissional médico, se desejar praticar a telessaúde, quanto do próprio paciente. Nós queríamos ouvir, evidentemente, V. Exa., como autor do projeto. Seja bem-vindo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Muito obrigado, querido amigo Senador Veneziano, que conduziu tão bem esta audiência pública, sessão temática, também pela especialização dos nossos participantes.

Quero dizer também que vejo com muita alegria que, na Câmara dos Deputados, há uma movimentação a respeito do projeto de telemedicina – isso me foi informado hoje pela Deputada Adriana Ventura e pelo Relator Hiran Gonçalves, alguns dias passados.

Quero cumprimentar os expositores e debatedores, assim chamando, como o Sr. Caio Soares, enaltecendo exatamente esse fato pós-pandemia. A pandemia foi o momento da expansão de tudo que é remoto, não é? Senador Veneziano, na pandemia os grandes... o Walmart teve mais vendas pelo *e-commerce* do que presenciais – foram US\$600 bilhões, enquanto o presencial vendeu US\$500 bilhões. E, de outra parte, a Amazon viu as vendas presenciais crescerem, ela que só vendia remotamente. Então, desde o comércio até os serviços que mais evoluem no mundo e que mais evoluirão, que mais crescerão, que são os serviços de saúde... Por isso acho que é importante a gente... Quero agradecer a observação do Dr. Antonio Carlos: realmente eu acho que a expressão telessaúde, além de abranger um universo de atividades bem maior, abrange isso que eu chamo, do ponto de vista econômico, de "serviços de saúde".

Não só o atendimento médico, não só o diagnóstico médico, os serviços de saúde são os que mais vão crescer, estão crescendo e vão crescer, até pelo aumento da nossa idade média; a nossa longevidade vai fazer com que os serviços de saúde sejam, no nosso horizonte, os que mais vão crescer.

Mas, voltando: é preciso regulamentar, nós temos que ter leis. Não temos que ter medo de que seja uma lei incompleta, porque os serviços estão se expandindo e, daqui a um ano, nós vamos precisar de outra, ou em dois anos. Eu lembro que fiz um relatório sobre crimes cibernéticos em 2016. Ele está absolutamente defasado se confrontado com a realidade tecnológica e política de hoje. Há seis anos era muito importante tê-lo como abecedário, agora, para fazer literatura tem que estudar muito mais, como V. Exa. já fez para nos brindar com as suas frases perfeitas no vernáculo.

Então, queria cumprimentar o Sr. Caio Soares, queria agradecer, repito, as palavras do Dr. Antonio Carlos, que captou, primeiro pelo universo de profissionais que vai abranger, o sentido da telessaúde que acho que pode se ajustar melhor ao escopo que pretendemos alcançar.

Também há essa observação de que médico não é obrigado... Acho que essa é uma questão até de liberdade intelectual e profissional. Eu não sou obrigado a aceitar... O Dr. Francisco Karam, que foi médico em Santa Catarina até os 97 anos de idade, disse que tecnologia é importante, mas os olhos e a mão do médico são insubstituíveis, quer dizer, ele não aceitaria a telessaúde ou a telemedicina. Por quê?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque estava acostumado a ver e se expressar... É outro conceito, também respeitável. Então, a liberdade, claro, eu acho que deve sempre ser resguardada.

Agradeço ao Dr. Carlos Pedrotti. Ontem ainda disse que a minha esposa, durante 36 anos, foi cliente de um colega seu lá do Albert Einstein, um grande colega, Dr. Morton Scheinberg, que faleceu no final do ano passado. Fiquei muito satisfeito também em vê-lo participando desta sessão.

Finalmente, agradeço ao Dr. Donizetti, que eu pude acompanhar até mais de perto.

Eu acho que o escopo, o objetivo que nós temos a alcançar, está sendo esclarecido. Não é esta audiência apenas que vai nos levar à perfeição, mas eu tenho certeza de que o Senador Veneziano, tanto profissionalmente como legislador, tem as condições de aperfeiçoar o projeto, dar curso a ele. Entendo que vai ser um projeto e depois uma lei muito dinâmica, porque o texto da lei vai ser afetado pelo desenvolvimento tecnológico, pela facilidade da interação, especialmente, para falar de uma coisa bem atual, com o 5G, que vai nos jogar diante da inteligência artificial, que vai ser um elemento muito dinâmico a atuar, além dos meios de comunicação, pura e simplesmente.

Ainda ontem, só para nos atualizar, na sabatina dos dirigentes da Anatel, nós cobramos um cronograma para atualizar as nossas escolas com equipamentos, com conexão, com interatividade. O grande esforço que o 5G vai cumprir, em primeiro lugar, vai ser o da conectividade. E, depois, com a evolução da inteligência artificial, aí já significa até – fico imaginando – que a terapêutica vai ser alterada. A forma de se aplicar uma prescrição médica vai ser alterada dramaticamente pelas perspectivas da inteligência artificial, acho eu.

Então, nós temos que ter um texto razoável, com poucos erros, que abra... Ele tem que ser um texto aberto para críticas, inovações e aperfeiçoamentos, com um mínimo de raízes, porque as raízes vão nos remeter ao passado. É uma evolução.

Eu quero só agradecer aos que já participaram. Há outras contribuições. Já vi as do Senador Nelsinho Trad, que também é médico.

E expresso meu respeito fundamental à questão da discussão sobre o ato médico e à questão da primeira consulta, que também é um tema que, tanto na Câmara dos Deputados, onde tramita o projeto, quanto na discussão, nos debates sobre o ato médico, é recorrente.

Então, a minha palavra é de agradecimento a V. Exa., Senador Veneziano, pela aplicação, pela diligência e pela qualidade da audiência que promoveu até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querido amigo. Eu me repito, e todos nós nos repetimos aqui sobre o quão nos engrandece... Eu tive a ventura de poder também dividir, na Câmara dos Deputados, um assento ao seu lado. Deus nos deu essa felicidade de nos permitir, principalmente a mim, estar ao seu lado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A mim, Amin!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A mim, Amin! (*Risos.*)

Obrigado também pela lembrança de pedir à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais que pudesse nos designar. Nós nos esforçaremos para fazer um trabalho que possa atender às expectativas.

Eu convido o estimado amigo Líder do PSD, médico também por formação, o Senador Nelsinho Trad, que pede a palavra.

Senador Nelsinho Trad, meus cumprimentos! Bom dia! Seja bem-vindo!

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Bom dia, Senador Veneziano!

Eu vou me permitir, com a autorização de V. Exa. e dos demais que estão na tela, não colocar o meu vídeo, porque estou com o sinal ruim aqui, na Liderança do PSD. Mas penso que vocês estão me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito bem!

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito!

Apenas quero parabenizar o Senador Esperidião Amin e V. Exa. por liderarem esse assunto, que, na minha concepção, é mais do que pertinente. Ele tem que ser discutido, porque é uma evolução que não tem mais volta. Só há o caminho de evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador... Senador Nelsinho...

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sim, estou ouvindo!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu não sei se só em relação a mim... Eu não estou a ouvir, não sei se os convidados também padecem do problema de ausência de áudio, também muito baixo, Senador Nelsinho.

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu vou pedir para o técnico dar uma arrumada...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não estamos conseguindo, está inaudível, meu querido companheiro. Não estamos ouvindo, Nelsinho. *(Pausa.)*

Senador Nelsinho, se V. Exa...

Nós estamos aqui recebendo a informação, Senador Nelson Trad, por parte dos nossos companheiros que integram a Comissão de Assuntos Sociais, que o problema diz respeito à sua unidade.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agora, sim. Voltou e voltou forte!

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Está bom, obrigado.

É apenas para parabenizá-los pela iniciativa de colocar um tema que, na nossa avaliação, até na qualidade de médico especialista que somos, na área da urologia, é um caminho sem volta. Eu penso que a importância dessa evolução é tão significativa que já se tem, de acordo com as pesquisas que a gente já fez, até nas universidades brasileiras a matéria, a cátedra relativa à telemedicina, à telessaúde, de tal sorte que é um instrumento que nós não podemos deixar de organizar, de regulamentar...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Há um problema... V. Exa. começa sendo bem ouvido por nós, mas paulatinamente o som vai caindo e nós deixamos de ter, como agora, qualquer acesso à sua fala. Neste exato instante, Senador Nelsinho, nós não o ouvimos em absolutamente nenhum instante, não há uma palavra que possa ser ouvida por nós. *(Pausa.)*

Se V. Exa. puder, com os seus companheiros de trabalho mais afeitos, como eu próprio também não sou tão afeito e recorro à ajuda dos nossos companheiros, puder dar uma olhadinha na sua unidade, eu sugeriria isso.

Nós temos acompanhando-nos, não sei se desejará participar, a Senadora Zenaide. Eu a vi e, como profissional médica, levantou a sua mão. Querida Senadora Zenaide Maia, os nossos companheiros que foram convidados e participam conosco, a Senadora Zenaide Maia é profissional da área de saúde, médica do Rio Grande do Norte. Querida amiga, seja bem-vinda, por gentileza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente Veneziano, eu quero aqui parabenizar o colega Esperidião Amin por esse projeto de lei e esta audiência pública por mostrar uma realidade. Eu considero, assim, a telemedicina





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os serviços de saúde, depois que eu ouvi aqui o Sr. Caio Soares, Antonio Carlos Endrigo, Carlos Pedrotti, Donizetti e o representante do Ministério da Saúde Thiago.

Chamou-me a atenção Carlos Pedrotti, ele falou sobre melhorar a saúde da população, reduzir o custo global de saúde, aumentar a equidade no acesso à saúde. A telemedicina, eu a considero assim: a gente está incorporando novas tecnologias, porque nisso também a saúde não pode ficar de fora.

Não tenho dúvida de que, se todos tivessem acesso à telemedicina, essa equipe como um todo, como foi falado aqui da importância, o Sr. Donizetti falou sobre essa importância, ou a equipe toda, porque ninguém... Hoje não se faz medicina só com o médico. Faz tempo que a gente tem uma equipe multidisciplinar para isso.

A pesquisa que foi mostrada aí é real. Existe uma resistência maior dos médicos com mais idade, porque não trabalhavam com isso e, às vezes, não é simples incorporar, mas, a mesma coisa, há essa resistência dos pacientes. Lembrando que essa melhoria da saúde como um todo, para o acesso precisa ter internet, e a pandemia nos mostrou que a maioria não tem esse acesso. A gente teve esse problema seriíssimo na educação, os alunos não tinham. Então, para se ter telemedicina...

E aí eu achei importante a fala, quando se falou da autonomia regulada, entendeu? Eu, como médica, acho que é necessária a telemedicina. Agora, quanto a essa autonomia do paciente e do profissional de saúde de optar que tecnologia vai usar, o que eu posso dizer é que esse modelo de medicina que a gente faz hoje, praticamente por tecnologia, só tecnologia, eu continuo achando que a história clínica também, o exame médico é insubstituível em algumas situações, a gente sabe, e sabe que a telemedicina pode nos ajudar.

Muito primariamente, a gente já trabalhava. Você tem um clínico geral...

Eu senti falta aqui, Veneziano, nesta audiência, de um representante que trabalhe com a medicina nas UBS, a saúde básica, porque ele mostraria a importância dessa telemedicina principalmente para as especialidades. O médico clínico geral... Apesar de que eu sou médica, gente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, eu sempre digo que a saúde que funciona no mundo – e isso não é padrão aqui – é aquela que no máximo 5% chegam à saúde terciária. Se se fizer uma saúde básica, que funciona e preventiva... Por isso que eu acho que, se os nossos rincões, como nas Regiões Norte e Nordeste, tivessem acesso à internet para ter essas orientações isso teria uma importância fundamental. Então, é aquela história: nem tão mar, nem tão terra. Por isso que a autonomia regulada é importantíssima, porque o paciente vai ter o direito de escolher se ele quer ser atendido presencialmente, e o médico também, se vai atender à distância ou não.

E eu considero a telemedicina como uma incorporação de novas tecnologias na saúde como um todo, não esquecendo o presencial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aos colegas médicos que não vão ser substituídos, isso não existe, como foi falado, a temeridade de que se substitua o médico com a telemedicina, de que se reduza a contratação dos profissionais de saúde. Eu não acredito nisso. Vai ser uma tecnologia a mais, que facilitará o acesso. Então, vai cobrir uma quantidade imensa de jovens, e jovens que têm acesso à internet, do mesmo jeito que a maioria dos médicos. Muitos se adaptam e é importante conversar com os pacientes, nunca esquecendo de colegas médicos e enfermeiros que não vão ser totalmente substituídos por tecnologia.

Obrigada. Acho que é importante a gente discutir isso, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, minha Senadora amada e competetíssima companheira que integra de forma tão ilustre a Bancada Feminina. Nós haveremos de fazer com que este debate se estenda, não muito, evidentemente, porque precisamos, já em razão daquilo que conceitualmente posto está, enfrentar o tema sem os preconceitos, sem deixar de poder produzir, até porque assim nos é cobrado pela própria população e pelos profissionais que poderão praticar a telessaúde.

Eu quero registrar aqui que o Senador Nelsinho Trad não conseguiu resolver o pequeno problema no seu computador, mas cumprimentou a todos, principalmente os companheiros expositores.

Eu vou fazer uma rápida leitura e, se os senhores expositores, já nas suas despedidas, assim desejarem, podem comentar pelo e-Cidadania. A Casa faz sempre questão de não apenas se dizer integrada e interagindo com a sociedade brasileira, mas queremos, quanto mais possamos, fazer isso em termos efetivos e em termos práticos e abrimos a esta interlocução a oportunidade para que brasileiros possam se fazer presentes.

Senador Nelsinho, V. Exa. deseja falar pelo celular? Quando o senhor assim estiver...

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Senador Veneziano, estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não querido, seja bem-vindo!

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para discursar.) – Apenas para me somar com V. Exa. na questão da relatoria e parabenizar o Senador Esperidião Amin.

Eu quero dizer que esse é um projeto que é premente de ser regulamentado, reorganizado e incentivado. A telessaúde não tem mais volta nos tempos que nós estamos vivendo. É um avanço importante. Eu sou de uma formação generalista, concordo que nada substitui o olhar pessoal, individual do médico para com o paciente, mas nós temos circunstâncias que envolvem todo o diagnóstico e até mesmo a condução da evolução e do tratamento de determinados casos que podem ser incrementados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a telessaúde. Então, eu sou um defensor desse projeto, dessa regulamentação e quero me colocar à disposição para contribuir com a nossa experiência profissional.

Para V. Exa. ter uma ideia, na Comissão de Assuntos Sociais, em abril de 2020, antes da pandemia, nós fizemos uma audiência pública a respeito dessa matéria com algumas pessoas que estão participando hoje pela manhã e que participaram outrora, e quero dizer que esse assunto já está inserido dentro da comunidade científica mundial. Nós não podemos ficar atrás, porque, nessa questão, a comunidade médica da saúde brasileira tem muito que evoluir para atingir pontos que países desenvolvidos já atingiram, mas nós não podemos atingi-los sem dar o primeiro passo. E esse é um dos passos iniciais que precisam ser dados para essa evolução.

Parabéns a V. Exa., conte conosco!

Parabéns ao Senador Esperidião Amin!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, meu querido parceiro, um amigo de um período já razoavelmente longo. Pegando o seu compromisso, acolhendo o seu compromisso, eu recorrerei; não tenha absolutamente dúvida de que recorrerei a todos os que integram esta Casa, mas, notadamente, eu e o Senador Esperidião Amin vamos recorrer aos que têm formação profissional tanto na medicina, como em outras áreas que podem estar incluídas, como assim sugere o Senador Esperidião Amin. Eu recorrerei, sim, Senador Nelsinho Trad, Senadora Zenaide Maia e demais outros profissionais médicos e profissionais – repetindo-me – que possam oferecer a telessaúde!

Um grande abraço, Senador Nelsinho.

Pois bem, para finalizar, eu gostaria apenas de fazer três registros aqui. A Sra. Ana Paula, de Minas Gerais, pergunta: "Quais os profissionais de saúde [...] [se adequarão] aos serviços de telessaúde?".

A Sra. Juliane de Jesus, do Estado de São Paulo: "Qual público-alvo [...] [os serviços abrangerão]?".

Por fim, a Sra. Arisia Maria, do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios para a implantação dos serviços de telessaúde no Brasil?". Eu deixo em aberto.

O Sr. Thiago Brandão deseja ainda falar? (*Pausa.*)

Dr. Thiago.

O SR. THIAGO BRANDÃO – Pois não, Senador Veneziano. Desculpe a interrupção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O.k.

O SR. THIAGO BRANDÃO (Para expor.) – Eu queria apenas complementar a frase da Senadora Zenaide Maia a qual nós entendemos ser de grande importância também, inclusive apenas para ressaltar um dos nossos entendimentos, aqui no Departamento de Saúde Digital, com relação ao projeto de lei em comento. Nós entendemos que também se faz necessário passar por uma análise tanto da Saps, que é a atenção primária, quanto da Saes também, que é a atenção especializada, para que a gente possa pegar realmente uma robustez maior no projeto de lei para que posteriormente possa realmente ser aprovado e beneficiar a todos. Então, é só para complementar realmente a frase da Senadora Zenaide Maia, afirmando que aqui por parte do Ministério da Saúde, nós temos já também esse entendimento e vamos dar também os devidos encaminhamentos para que outras secretarias do ministério possam também dar as suas devidas contribuições.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Dr. Thiago; obrigado, querido; obrigado pela sua intervenção.

E nós vamos estabelecer este compromisso: quanto ao que formos produzindo aqui em nosso gabinete, junto aos demais companheiros e companheiras, nós estabeleceremos um contato permanente para que, ao final, dentro do possível, construamos essa convergência a fim de deliberarmos, garantindo uma dinâmica para que proximamente tenhamos essa matéria, como todos nós desejosos somos.

Então, eu gostaria de me despedir tanto do Dr. Thiago, como do Dr. Caio Soares, do Dr. Antonio Endrigo, o Dr. Carlos Pedrotti, o Dr. Donizetti, perguntando-lhes, além evidentemente das suas palavras derradeiras, finais, em despedida a este momento, se gostariam de fazer outras considerações alusivas às intervenções dos cidadãos, no caso as cidadãs, que participaram, Ana Paula, Juliane e Arisia: "Quais os profissionais de saúde [...] [se adequarão]?"; "Qual o público-alvo [...] [os serviços abrangerão]?"; "Quais são os principais desafios para a implantação dos serviços de telessaúde [...]?"

Já abro, franqueando a palavra final para as participações finais, despedindo-me de cada um dos senhores.

Dr. Endrigo, por gentileza.

O SR. ANTONIO CARLOS ENDRIGO (Para expor.) – Mais uma vez, bom... Agora, já é boa tarde a todos.

Rapidamente, Senador Vital do Rêgo, vou fazer a seguinte manifestação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria só de deixar registrado, concordando com o Dr. Donizetti, que o padrão ouro de atendimento na medicina é o atendimento presencial. E, concordando com o colega médico que o Senador Esperidião Amin comentou com relação aos olhos, às mãos, ao olfato, num atendimento, eles são fundamentais. É só para deixar esse registro, com isso nós concordamos, mas é a autonomia do médico, com seu paciente, tomar essa decisão e assumir as responsabilidades, quando realizar atendimento remoto.

Respondendo às pessoas que mandaram as perguntas, os profissionais de saúde aos quais a gente se refere são todos aqueles que orbitam os serviços de saúde. Eu não vou mencionar todos, porque, provavelmente, eu vou me esquecer, mas os principais são enfermeiros, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, técnicos em enfermagem, todos esses profissionais que hoje englobam um atendimento dentro da área de saúde, dando todo apoio para médicos e outros especialistas no atendimento remoto.

Sobre o público-alvo, o público-alvo principalmente é o paciente, mas também esses próprios profissionais são também o público-alvo de uma teleinterconsulta, de um atendimento complementar que se faz necessário num atendimento remoto.

Os principais desafios são: capacitação dos profissionais de um atendimento remoto. As pesquisas mostram que há médicos que não querem fazer atendimento remoto, não vão se adaptar, não devem praticar fazer o atendimento remoto, o mesmo vale para outros profissionais de saúde, que têm que aceitar ou não. Caso aceitem, é fundamental ter uma capacitação para esse atendimento remoto.

Por último, lembrando também o comentário do Senador Esperidião Amin, há a infraestrutura tecnológica que está por vir que é a tecnologia 5G. Isso vai ampliar bastante o atendimento remoto.

Mais uma vez, obrigado.

Fico à disposição.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – *(Falha no áudio.)* ... conhecê-lo mesmo que por vias remotas. Haverá de procurá-lo até o término da apresentação do nosso relatório. Meus cumprimentos. Gratíssimo pela oportunidade.

Eu perguntaria aos demais outros amigos especialistas, representando entidades, quem gostaria... O Dr. Caio Soares levantou a sua mão.

Por gentileza, Dr. Caio.

O SR. CAIO SOARES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Veneziano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar pela qualidade do debate aqui a todos os presentes.

O Dr. Endrigo, como sempre, foi muito preciso na sua resposta às questões, e eu não haveria de ousar complementar em nada o que ele já expôs. Muito obrigado, Endrigo.

Eu só queria fazer uma ressalva e um complemento a uma questão mais conceitual. Eu acho que é unânime que o padrão ouro seja considerado o atendimento com o exame físico presencial, com o toque, com a visão, etc. Eu, como médico, sei o valor que isso tem no atendimento e na relação médico-paciente. Agora, também quero lembrar que limitar a prática profissional, limitando a autonomia do médico quando ele assim entender e desejar fazer o atendimento de forma remota, dentro dos limites da sua capacitação, dentro dos limites que a tecnologia permite... Como bem disse o Senador Esperidião Amin, essa tecnologia é dinâmica, a gente vem recebendo novas tecnologias com muita frequência. Então, a dinamicidade desses atendimentos, dessas possibilidades não devem ser limitadas por uma questão da vaidade ou do resguardo do mercado, que me parecem ser situações que podem levar a população a ter uma limitação de acesso – há uma escassez de profissionais e há situações que podem levar a um agravamento de doenças ou a eventualmente até a morte de pacientes por falta de atendimento.

Então, com isso eu concluo muito feliz por ter participado, por ter contribuído com esta audiência pública. E me coloco à disposição para futuros debates, para futuras construções conjuntas desse tema tão relevante.

Muitíssimo obrigado, e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nossas saudações finais, Dr. Caio. Também igualmente fico muito feliz em poder conhecê-lo, ouvi-lo, mesmo que com a exiguidade para a sua exposição. Haverá também de procurá-lo e com a certeza de que o senhor estará sempre disposto a colaborar com essas nossas discussões. Um grande abraço ao senhor.

Dr. Donizetti, por gentileza, as suas palavras finais.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Então, quero agradecer mais uma vez. Eu acho que foi um debate muito bom. Eu acho que nós estamos cada vez mais maduros com o uso da tecnologia.

Queria só dar ênfase, Senador, à importância da telessaúde, principalmente porque ela é mais ampla e ela se refere ao monitoramento, ao telemonitoramento, ao telecuidado – não é? –, que é assim mais complementar e, com isso, de mais fácil execução. Então, uma das grandes possibilidades da medicina hoje é ela sair das unidades, é chegar na casa das pessoas, e isso pode ser feito através da telessaúde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que a ideia não é nenhuma restrição, mas a autonomia, repito, está no limite do benefício do outro. É somente isso, e quem quiser passar desse limite – é óbvio que a autonomia sempre anda de mão dada com a responsabilidade –, então, vai assumir por isso. Mas eu acho que estamos maduros.

E eu acho que o Conselho Federal apoia a telemedicina a mais segura possível. É isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito, Dr. Donizetti. Nossas saudações! Muitíssimo grato à sua participação.

Por fim, o Dr. Pedrotti. Nós gostaríamos de ouvi-lo nas suas despedidas – e já agradecendo a disponibilização do seu tempo, como também o precioso tempo de cada um dos demais expositores.

Dr. Carlos.

O SR. CARLOS PEDROTTI (Para expor.) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Veneziano. Agradeço aos outros Senadores, aos demais presentes e também a toda a equipe que está compondo este debate. Ficamos muito honrados aqui, em nome da Anahp, de estar participando disso. Agradecemos esse convite. E também faço minhas as palavras do Dr. Endrigo e de todos os que me antecederam, que realmente explicaram, de uma forma completa, a questão relacionada à telessaúde, aos principais desafios.

Eu gostaria apenas de complementar com dois dizeres que são frequentemente falados quando debatida a telemedicina. O primeiro é que o médico é treinado, desde a sua formação inicial, a trabalhar com informações incompletas. O médico muitas vezes precisa decidir quando solicita o exame, quando solicita uma internação, uma intervenção e, da mesma forma, é na telemedicina. Concordo plenamente que a telemedicina pura, da forma como é praticada agora, é incompleta em relação ao exame clínico, que é o padrão ouro agora, não há dúvidas, mas o que se sabe é que cabe ao médico – daí complemento a palavra do Dr. Donizetti com relação à autonomia e responsabilidade –, junto ao paciente, determinar se aquela consulta foi suficiente para o diagnóstico.

Complementando os dados da S. Exa. a Senadora Zenaide de que a atenção primária é uma das que mais crescem na telemedicina – e isso abrange milhões de brasileiros – e é extremamente eficiente em prover cuidado. Complemento também que a ação da telemedicina é um círculo virtuoso para os médicos da atenção primária, que, muitas vezes, acabam tendo um *feedback* e um resultado, uma contrarreferência imediata dos encaminhamentos para telemedicina, quando feito, através de telemedicina, o atendimento especializado diretamente na presença do médico da atenção primária. Isso é extremamente vantajoso para o sistema de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E termino a minha fala desejando a todos que a gente continue esse debate e me colocando à total disposição para que tudo tenha a melhor explanação possível em todos os aspectos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito grato, honrado também, Dr. Carlos, por ter tido esse primeiro contato com V. Sa.

Eu penso que, para esse instante primeiro que nós tivemos, eu me sinto muito satisfeito. Evidentemente não estamos a esgotar e não esgotaremos nesse momento. Nós vamos nos debruçar, nos esforçando, ao lado do nosso querido Senador Esperidião Amin, dos demais outros que integram a bancada de saúde da nossa Casa, como também buscaremos junto à senhora representante da Câmara federal e também autora, Deputada Adriana. Enfim, vamos nos esmerar ao máximo para que, diligentemente, tenhamos a matéria que, precedentemente, haverá de ser debatida com os senhores, porque esse é o espírito. E, quanto mais melhorar as nossas ideias... As preocupações que são pertinentes e atinentes a essa questão, que não deverá olvidar aquelas dúvidas de segurança para o profissional, até mesmo segurança jurídica para o profissional, segurança para o paciente, a universalização, são pontos que não estarão fora do foco. E o principal deles, como Senador Esperidião Amin fez questão de salientar, é algo que deverá ser definido pelo próprio profissional, se assim desejar praticar a telessaúde, e por nós próprios pacientes, se assim nos sentirmos à vontade e seguros para ter o serviço prestado. Então, nessa linha é que nós vamos construir esse arcabouço inicial do nosso relatório.

Um grande abraço, Dr. Caio; um grande abraço, Dr. Antonio Carlos Endrigo; Dr. Carlos Pedrotti; Dr. Donizetti Dimer; Sra. Adriana, que teve que se ausentar, mas que se fez presente também na pessoa do competente e querido companheiro Thiago Brandão, do Ministério da Saúde; meu estimado professor Senador Esperidião Amin; Senador Nelsinho Trad; Senadora Zenaide; os cidadãos que ricamente puderam colaborar conosco – Ana Paula; Juliane; Sra. Arisia; Sr. Thiago Rafael, de Mato Grosso; e Pedro Henrique, do Distrito Federal.

Não havendo nada mais a tratar, declaramos o encerramento desta sessão, que para nós foi muito enriquecedora.

Um grande abraço.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Mecias de Jesus, Zenaide Maia e Fabio Garcia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 28/2022 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e PL 2486/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2486, de 2021, que “altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física”. **Participantes:** Gislene Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE; Cláudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Joselene Ferreira Mota, 1a. Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES; Gabriel Magno Pereira Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Rosilene Corrêa Lima, Diretora e Coordenadora da Secretaria de Finanças do Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO/DF; Débora Rios Garcia, Conselheira do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Ernani Contursi, 1º Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região – CREF1/RJ-ES; Rodrigo de Paula, Diretor Financeiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil - CONTEE; e Rogério Jean Gonçalves, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - CREF13-BA. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/12>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28, de 2022, da CAS, de nossa autoria, para instruir o Projeto de Lei 2.486, de 2021, que "altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física".

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Essa é a fala da Presidência na abertura oficial.

Roteiro da audiência.

Eu insisto com o silêncio, porque é importante, pessoal.

A abertura da audiência eu já fiz. Eu farei uma abertura, como é de praxe dos Presidentes, para situar os telespectadores e naturalmente os convidados sobre o tema. Serei rápido. Em seguida, vou apresentar os convidados, que falarão por dez minutos. Quando chegarem as perguntas do e-Cidadania, eu apresentarei aos nossos debatedores.

Eu vou de imediato fazer a minha fala inicial para situar a todos.

Primeiro, quero cumprimentar a todos, especialmente quero cumprimentar aqui a nossa querida Senadora Rose de Freitas, que é a Relatora da matéria e que, a meu pedido, concordou que houvesse esta audiência pública. A Rose de Freitas é uma grande Senadora, aberta ao diálogo sempre e tem compromisso, tenho certeza, com toda a categoria na busca do entendimento possível, como eu sempre falo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras que estão acompanhando este debate, meus cumprimentos aos debatedores que já estão presentes conosco de forma virtual e presencial, meus cumprimentos ao Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão – ele foi muito parceiro dos dois setores. Quando dialogaram com ele – eu estava presente aqui nesta mesa –, ele de pronto disse: "Olha, eu tenho recebido inclusive muitos pedidos nesse sentido. E, se essa é a vontade das partes e a Relatora também concordou, vamos então realizar audiência pública o mais rápido possível".

Eu queria que vocês todos entendessem que aqui ninguém quer protelar, não. Nós sabemos que a decisão está lá no Supremo. Nós queremos votar o mais rápido possível, numa construção coletiva, para que a categoria não seja prejudicada. Por isso farei essa pequena introdução.

Cumprimento também a todos que nos assistem pela TV Senado e demais meios de comunicação.

Mais uma vez, aqui reafirmo o meu carinho, o meu respeito à grande Senadora Rose de Freitas, Relatora da matéria, e ao Presidente desta Comissão – que fique nos *Anais* da Casa este documento que eu estou apresentando –, o nosso amigo e grande Senador também Sérgio Petecão. Ambos, com espírito democrático, concordaram com este momento da nossa audiência pública.

Esta audiência pública foi pedida por nós e outros Senadores com o objetivo de esclarecer pontos do PL 2.486, de 2021.

O projeto é de extrema importância porque visa sanar o vício de iniciativa, que nós reconhecemos – e olha que eu fui Relator e o Paulo Rocha também, a pedido do Mascarenhas. O Mascarenhas na época conversou muito conosco e depois infelizmente faleceu. Mas reconhecemos que há de fato o vício de iniciativa da Lei 9.696, de 1998, que regulamentou a profissão de educador físico e criou o Conselho Federal e Regionais de Educação Física.

Em 1996 fui um dos Deputados que atuou para a aprovação do PL 330, de 1995, que mais tarde, em 1998, foi convertido na Lei 9.696, que regulamenta a profissão de educador físico e criou o Conselho Federal e os Conselhos Regional de Educação Física.

Inclusive, lembro eu aqui, para ficar nos *Anais* da Casa, que o autor foi o nosso querido e já falecido Deputado Eduardo Mascarenhas. Se eu pudesse botar um nome nessa lei, tanto naquela como nesta – o que, com certeza, vai surgir –, eu botaria Lei Eduardo Mascarenhas, do PSDB, do Rio de Janeiro. Fui o Relator na Comissão de Trabalho e Serviço Público e apresentei o relatório pela aprovação do dia 31 de outubro de 1996. Com a virada do ano, já em 1997, o então Deputado Paulo Rocha, que hoje é líder do PT aqui no Senado, assumiu a relatoria, proferindo, então, o relatório final, pela aprovação.

Reconhecemos, não tenho nenhuma dúvida, a importância dos profissionais de educação física e somos favoráveis a que se resolva essa questão de uma vez por todas, mas não podemos desconsiderar os argumentos trazidos por ambos os lados sobre a situação em que nos encontramos agora. Destaco aqui, só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para situar todos, trecho da nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e nem vou ler, porque a CNTE está aqui e, naturalmente, vai fazer a sua fala sobre essa questão. Então, não vou ler o trecho da nota. Entendemos, quero reafirmar isso...

Esse aqui é o meu remédio de pressão. Está tocando aqui o meu celular... Chega a idade... Está aqui. Tenho que tomar. Então, eu vou parar... Eu já tomei, já tomei.

Quero frisar que entendemos, temos muita clareza, ninguém tenha dúvida aqui, da necessidade de aprovar um novo texto que acaba com o vício de iniciativa; senão, vamos estar prejudicando todos os professores dessa área. Mas, diante do conflito já apontado na Comissão de Educação, houve o entendimento de que esta audiência pública era necessária para esclarecer o projeto, para que cada Senador vote de acordo com a sua consciência com pleno conhecimento do texto. Ressalto: nosso objetivo é contribuir para que os conselhos de educação física, os profissionais de educação física e os professores da educação formal dialoguem na busca de um grande entendimento.

Se eu pudesse dar, para vocês entendem o meu ponto de vista, um nome para esta audiência pública, eu diria que é uma audiência pública de conciliação, e vou torcer muito para que isso aconteça – e falo em nome também da Senadora Rose de Freitas. No final deste mandato, eu estou completando 40 anos de Congresso. Posso afirmar com tranquilidade que, com entendimento, podemos fazer um grande acordo. Eu acho que o importante para mim na vida pública é o acordo – quando eu era sindicalista, primava sempre pelos bons acordos, e aqui acho que podemos construir um bom acordo. A Senadora Rose de Freitas, Relatora, é sensível à urgência da matéria e está acompanhando o debate.

Se o Senado e a Câmara quiserem, é possível aprovar o projeto e enviá-lo para sanção rapidamente, desde que haja um amplo acordo. Assim, as votações viram, inclusive, simbólicas. Só para situar todos: quando há acordo, há votação simbólica. Se o movimento social que aqui vocês representam, são os agentes desse processo, constrói o acordo, eu tenho certeza de que tanto o Presidente Pacheco como o Presidente Lira, na Câmara, não criarão nenhum obstáculo. E tem o apoio do Executivo, pelo que percebo, porque é dele que veio, porque tinha que vir mesmo, o projeto que termina com o vício de iniciativa.

Só para situar, sabemos que o Supremo Tribunal Federal está julgando também esse processo, para resumir.

Feita essa pequena introdução sobre o tema, nós vamos agora entrar, de imediato, na organização e no debate com os nossos convidados.

Eu não li, porque são inúmeros convidados, para ganhar tempo. Então, eu já chamo, já cito o nome e, mesmo tempo, ele já é convidado a vir aqui fazer a sua fala. A ordem não fui eu que fiz, mas eu vou respeitar. Se alguém também, por um motivo ou outro, quiser trocar, troque. Mas eu entendo, como é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência que visa a uma construção coletiva para o bem todos, eu não vejo problema nenhum. Mas vamos lá.

Débora Rios Garcia, Conselheira do Conselho Federal de Educação Física, por favor. (*Palmas.*)

A Débora, posso dizer, é Secretária da Mulher e da Juventude da Prefeitura de Porto Alegre. Ela foi uma das pessoas que fizeram contato conosco. Eu disse: "Olha, vai ter uma audiência pública. Bom, brigues lá na tua entidade para tu poderes falar lá no evento". Só para lembrar que eu não indico ninguém. É como eu digo: posso ter mil projetos tramitando na Casa, se me perguntarem "mas de quem são os projetos?", "tudo demanda da sociedade". Nós somos ferramentas aqui para ajudar em momentos como este.

Chamamos Joselene Ferreira Mota, 1ª Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Eu quero dar uma salva de palmas às mulheres, porque, enfim, eu estou presidindo uma sessão... (*Palmas.*)

Enfim estou presidindo uma sessão... O pessoal: "Poxa, Paim, nenhuma mulher na mesa". Eu sempre digo que quem indica são as entidades, não sou eu que indico. Eu apresentei um projeto de lei de que nenhuma audiência pública deveria ter menos que 70% de homens e 30% de mulheres ou 70% de mulheres e 30% de homens, ou seja, uma lei que busca o equilíbrio.

Então, de imediato, eu passo a palavra às duas convidadas que estão dando abertura aos nossos trabalhos e, em seguida, eu chamarei os outros dois. Dez minutos cada uma. Começa com você, Débora.

A SRA. DÉBORA RIOS GARCIA (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiro eu gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e a Senadora Rose de Freitas.

Então, o Confef foi criado através da Lei 9.696, de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos conselhos federal e regionais de educação física.

O Presidente da República – Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física – FBAPEF, no prazo de até noventa dias após a promulgação desta Lei.

Isso se deu em 1998, e o nosso Senador foi o Relator da nossa lei.

Então, ao regulamentar a profissão de educação física, o legislador entendeu bem ao criar uma peculiaridade no ensino da educação física escolar, no sentido de configurar a sua prática não apenas como magistério, mas também como exercício profissional, do que decorre a obrigatoriedade do registro perante o Sistema Confef/CREFs. Tal fato pode ser comprovado pela simples leitura do art. 3º da Lei 9.696, de 1998. Compete ao profissional de Educação Física, como acima destacado, as atividades a serem desenvolvidas, atividades pedagógicas, aquelas ligadas ao magistério em todos os seus campos de atuação. É notório que o professor de educação física escolar também faz parte de equipes interdisciplinares, atuando nas áreas de atividades físicas e do desporto especificamente voltadas para a formação nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social do aluno.

É justamente em virtude da natureza da sua atuação que o art. 1º da Lei 9.696, de 1998, vincula a sua liberdade de exercício profissional ao registro junto ao Sistema Confef/CREFs, senão vejamos: "O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física".

Diante disso, a conclusão lógica acerca dos dispositivos legais supracitados é a de que a vontade do legislador não se mostra outra senão a de exigir de todos os profissionais de educação física, quaisquer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sejam suas áreas de atuação, inclusive no âmbito escolar, o registro no Sistema Confef/CREFs. Daí a necessidade de os professores de educação física escolar também se registrarem perante o sistema.

No confronto entre a Lei 9.696, de 1998, e a Lei 9.394, de 1996, a LDB, podemos citar diversas dispositivos desta última que confirmam a necessidade de se priorizar a formação especialista dos professores. Fato que mostra ainda mais consolidado no caso da educação física, em razão do que estabelece a lei que regulamenta.

Ao estabelecer os princípios e fins da educação nacional, o art. 3º da LDB consagra, em seu inciso IX, o princípio da garantia de padrão de qualidade no ensino, do qual se extrai o entendimento de que o padrão de qualidade de ensino do Brasil deve, além de evitar o retrocesso, acompanhar a evolução da sociedade e da legislação. Note-se que, à época da edição da citada lei, ainda não havia sido constituído o Sistema Confef/CREFs, responsável pela fiscalização das práticas da educação física em todos os âmbitos, inclusive escolar.

Ora, atualmente vivemos num contexto em que as atividades ligadas à educação física, sobretudo enquanto profissão regulamentada, estão à disposição de toda a sociedade. A busca por profissionais com formação adequada e habilitação legal está cada dia mais inserida no comportamento dos brasileiros. E a isso se dá o fato de que a regulamentação da educação física está muito mais que instituída; está devidamente consolidada.

Cumpra-se atentar para o fato de que os conselhos de fiscalização profissional são entidades de defesa da sociedade, fiscalizam para o bem da sociedade, uma vez que a mesma necessita de uma entidade que a defenda do mau exercício profissional. Os conselhos têm o dever de proteger a sociedade, coibindo as impropriedades e as distorções verificadas durante o exercício das suas atividades. Ademais, ordinariamente resta comprovado que a prática da atividade físicas é responsável pela prevenção de doenças, complicações físicas, tendo sido os profissionais de educação física reconhecidos como agentes de saúde pelo Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução CNS 218, de 6 março de 1997.

É impossível sustentar que a aplicação das normas que regulamentam a educação física bem como a fiscalização do Sistema Confef/CREFs na educação básica possam ter uma finalidade distinta do interesse da coletividade. A educação física escolar é responsável direta pela formação física, psicológica e social do ser humano e merece ser tratada com distinção. E disso decorre a necessidade de submissão desses professores a um órgão estatal regulador dessas condutas.

Seguem algumas decisões judiciais.

Conselho Regional de Educação Física, Profissional de Educação Física, Magistério, atuação na educação básica, inscrição no Conselho Regional de Educação Física, que é o do TRF 2, do Rio de Janeiro:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depura-se, destarte, que os profissionais com formação superior em Educação Física, atuantes na Educação Básica, são antes de tudo profissionais de Educação Física, que, como tais, executam seus conhecimentos técnico-científicos obtidos na graduação específica, como substrato ao exercício do magistério básico; é substancialmente [...].

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto para concluir.

A SRA. DÉBORA RIOS GARCIA – O.k.

Temos outras decisões judiciais, como no Paraná e em São Paulo.

E é importante ainda trazer que, ordinariamente, o Sistema Confef/CREFs conta com aproximadamente 541.606 profissionais de educação física e 65.870 estabelecimentos que prestam serviços nas várias atividades físicas e esportivas registradas.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Débora Rios Garcia, Conselheira do Conselho Federal de Educação Física.

Eu não farei nenhum comentário porque estou presidindo, e vamos direto para a segunda convidada.

Por favor, Sra. Joselene Ferreira Mota, 1ª Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes e das Instituições de Ensino Superior, por dez minutos.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA – Olá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando faltar um minuto, eu aviso.

E eu peço que todos sigam religiosamente o tempo, como a Débora assim o fez, para que todos possam falar.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA (Para expor.) – Tudo bem.

Conseguem me escutar? (*Pausa.*)

Mania de professora que ficou em aula remota e sempre pergunta: "estão me escutando?", "estão aí?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a este Plenário, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Rose de Freitas, que é a Relatora do projeto e que se dispôs a escutar aqui a comunidade da educação física neste momento histórico. E eu digo que é histórico porque sou formada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Joselene...

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA - Diga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Permita-me fazer um registro aqui da Presidência...

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Está presente conosco a nossa querida Senadora Nilda Gondim. Ela eu diria que é, dos 81, a pessoa mais simpática - pronto, para não separar em homem e mulher. E ela está aqui com a gente para prestigiar este evento. (*Palmas.*)

Faço este registro.

Retoma teu tempo.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA - Tudo bem. Obrigada.

Quero agradecer a presença de todos, de todas e de "todes".

Falo aqui em nome do sindicato de que atualmente estou na direção, na gestão, esse importante sindicato que completou 41 anos. São 41 anos de história defendendo os princípios classistas, defendendo a autonomia e a liberdade democrática dentro da educação, dentro do processo de formação de professores, dentro de todo e qualquer aspecto formativo escolar da nossa sociedade.

Também gostaria de me apresentar como uma mulher descendente, afro-indígena, nortista, que há mais de 20 anos tem atuado em uma militância em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. Sou professora da maior universidade da Amazônia brasileira, a Universidade Federal do Pará, que tem suas mazelas, seus mais diversos desafios, sobretudo nesse processo que a gente tem vivido de ataque à educação pública, de falta de valorização do magistério - e aí não me refiro só ao magistério superior, porque a educação superior também tem seus colégios de aplicação. O nosso sindicato abrange não só as universidades federais, mas as estaduais, as municipais, as privadas; os CEFETs, que são os Centros de Educação Tecnológica; os institutos federais; e, é óbvio, os colégios de aplicação, dos quais a gente vai fazer uma referência mais cuidadosa, tendo em vista a pauta que está sendo colocada aqui, por termos professores de educação física atuando nesses espaços.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também falar de outra questão. A formação de professores do Norte do país e, juntamente, do Nordeste hoje não atinge a média brasileira de formação de professores com ensino superior.

Segundo os últimos dados do Inep, a média brasileira de formação de professores com nível superior que estão atuando na educação básica é de 86,6%. Hoje, no Norte e Nordeste, a média é de 81,1%, ou seja, temos uma defasagem enorme de formação de professores para atuar na educação básica. Estamos aí historicamente à margem do processo educativo, da qualificação da educação brasileira; e de investimento nessas regiões, para que a gente possa também ampliar nossos horizontes no processo de formação humana.

Também é importante dizer que eu venho de um estado onde a formação de professores se dá pela modalidade EAD. Sessenta por cento dos professores de educação física são formados pela modalidade EAD, sendo que esses 60% são desenvolvidos em faculdades privadas, segundo os dados do e-MEC de 2021, sendo um total de 91,5% de instituições privadas que estão formando professores de educação física, no meu estado. Isso é um dado alarmante, quando a gente fala das mazelas, quando a gente fala do investimento, da ampliação de vagas na universidade pública e de todas as ingerências colocadas aí para a formação de professores de educação física.

Em 2014, um dado de um projeto que o grupo da Rede Lepel tem, que é o EpisteFil, no caso EpisteFil Norte, e o grupo do qual eu faço parte, em 2014, fez o levantamento no e-MEC. E lá nós contávamos com 13 instituições de formação de professores de educação física. Treze, em 2014!. Hoje, nos dados de 2021, esse número cresceu para 82 instituições de ensino privado, EAD, formando professores de educação física.

Eu trago esses dados porque são alarmantes e representam muito o que é esse processo de ingerência na nossa formação e, sobretudo, na atuação de professores de educação física. E aí um parêntese para a educação básica.

Então, falamos de um lugar, um estado, uma região ou regiões altamente dependentes de políticas estatais para formar professores. Hoje, talvez o estado, juntamente com o Maranhão, seja um dos poucos estados que ainda forma professores pela Plataforma Paulo Freire, que é o Parfor, que tem atuado no aperfeiçoamento de professores leigos que atuam na educação básica por algum conhecimento dado na área do esporte, na área da recreação e do lazer, e que estão nas escolas desenvolvendo as práticas corporais educativas das crianças dessa região.

O Parfor não tem sido suficiente e recentemente o Governo do estado lançou um programa chamado Forma Pará. E esse programa tem dado conta de formar professores também para atuar nesses espaços da educação básica.

Falo também em nome daqueles que estiveram desde 1996 no Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, em Cuiabá, quando o tema da legitimidade e legalidade da educação física se pautou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela primeira vez no nosso campo. E, naquele momento, o movimento estudantil já ligou o alerta sobre esses processos e as consequências que seria ter um conselho que viesse se colocar na condição de fiscalizador da nossa atuação.

Falo também em nome dos alunos estudantes de educação física que estiveram no Enef de 98, aqui em Brasília.

Eu estive no Enef de 96, como estudante; eu estive no Enef de 98, em Brasília, quando pedimos para esta Casa, para o Congresso que nós fôssemos escutados para tratar daquele PL, que ainda era um PL, um projeto de lei, mas, naquele momento, não era importante escutar os estudantes de educação física, foi mais importante para o Congresso escutar os jogadores da seleção brasileira, que tinham acabado de ganhar uma medalha de ouro nas Olimpíadas. Então, era necessário que eles estivessem aqui para podermos escutá-los e sabermos a opinião deles sobre a criação de uma lei que viesse a atuar na fiscalização da nossa atuação.

Falo em nome daqueles professores e professoras que estiveram nos CONBRACEs de 1999, em Florianópolis, e no de 1997, em Goiânia, em que também pautamos, a maior entidade científica do nosso campo, a necessidade de se pensar academicamente as consequências do que seria a gente não enfrentar o método de como o conselho estava atuando, já agora como conselho, em 1999, nesses campos de atuação dos professores.

Falo também em nome de todos os professores e alunos que foram inibidos, constrangidos com a atuação do Cref mediante a sua ingerência sobre o direito ao trabalho, sobretudo também falo em nome dos nossos companheiros e camaradas da dança, da capoeira, do ioga e das demais práticas corporais – e, para quem sabe, eu vivi isso de perto, Senador, por exemplo, de um aluno nosso estar atuando numa academia e ser colocado no camburão da polícia por ter sido flagrado... Pelo fato de o professor da academia não estar presente na hora da fiscalização do Cref local, ele foi colocado no camburão como se tivesse feito algo muito grave por exercício ilegal da profissão.

Então, são essas atitudes que a gente enquanto sindicato coloca aqui no sentido de apontar algumas contradições que esse conselho traz, as contradições sobretudo da liberdade de atuar, porque ninguém, segundo a Constituição Federal – eu não sou do campo jurídico –, é obrigado a se filiar a nenhum sindicato de classe, a nenhum conselho de classe para poder atuar profissionalmente. Quando o Supremo reconhece a ilegalidade desse conselho por conta das questões colocadas naqueles seis artigos, que não garantem que ele estivesse atuando há mais de 20 anos nesse processo de fiscalização um pouco mais antipedagógico, que não permitia a liberdade e o diálogo, e aí, gente, eu não quero generalizar, viu? Eu estou falando de questões reais, concretas de onde eu vim, de onde eu atuo, de onde eu faço formação de professores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo, em nome do sindicato, que a nossa manifestação é de repúdio, por exemplo, a alguns itens que o PL hoje, nessa retomada de regularizar o Confef, tenta ampliar a sua atuação no âmbito escolar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto para concluir.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA – ... entendendo, inclusive, que esse processo de intervenção fere vários direitos que esses trabalhadores da educação básica podem trazer.

Então, é nesse sentido que o sindicato vem aqui a esta Casa, de forma muito fraterna, inclusive, se sensibilizar junto às demais entidades e aos professores de educação física da educação básica que estão se sentindo ameaçados no seu direito ao trabalho. Digo que esse exercício profissional tem que estar no campo da defesa das liberdades, e é nesse sentido que estamos aqui para unir esforços no avanço por conquista dos direitos da classe trabalhadora: salário digno, condições de trabalho, carreira.

É isso o que o sindicato Andes, nesses 41 anos, tem feito em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação deste país.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Exatamente dez minutos, Joselene Ferreira Mota, a 1ª Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Eu convido as nossas duas convidadas a retornarem agora ao Plenário. Já fizeram a abertura, e foi muito bom que foram as mulheres que fizeram a abertura. A querida Nilda que, como falei, é simpática, competente e preparada, é uma grande Senadora que está aqui representando a Bancada Feminina, como sempre. A hora que a senhora quiser usar a palavra, a palavra é sua, como é de praxe aqui com os Senadores.

Eu só vou insistir muito com o silêncio no Plenário, pessoal. Antes de a senhora falar, permita-me, repito: os que quiserem conversar, é livre e é bonito até, mas deem uma chegadinha ali no corredor, conversem lá fora à vontade, depois voltem.

Senadora Nilda, por favor.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.) – Bom dia ainda, não é? Bom dia a todos, todos os componentes, todos os interessados, todos da categoria em lutar para beneficiar a categoria. Eu acho mais do que justo, porque, afinal, nós vivemos num regime democrático de liberdade de ação, de pensamento e de externar as nossas aspirações, os nossos desejos.

Eu estou aqui, minha gente, só para ouvir mais este nosso mestre que vocês já sabem que é uma referência nacional para a gente: Paulo Paim. É um grande Senador, é um Senador que nos orgulha e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente se sente tão bem porque conviver ele, participar deste lado que eu gosto dos direitos sociais... Esta Comissão para mim é a Comissão que tem maior referência e maior identidade comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Direitos sociais em primeiro lugar! (*Palmas.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu fico à vontade quando este cidadão está lutando por defender uma categoria e defender os direitos dos cidadãos, então, eu estou com ele. Acho que a gente tem que chegar a um consenso – nisso ele está certíssimo – e que esse consenso seja um consenso harmônico que não prejudique, claro, os direitos de todos aqueles que lutam pela sua profissão, pelo seu trabalho e que exercem fielmente e com dinamismo essa sua profissão.

Então, parabéns, Paim! Eu ontem estive com ele e disse: "Meu Deus do céu, estou vendo-o pessoalmente!", porque sempre a gente se via...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Virtualmente, devido à pandemia.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Por conta da pandemia. Então, este é um Senador plural, plural para mim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora!

Só para dizer que tivemos uma reunião com Senadores de diversos partidos, o convidado a fazer a exposição foi o Presidente Lula e a Senadora estava lá para ouvi-lo, como estavam inúmeros Senadores de partidos diferentes. E saímos de lá acho que à meia-noite, não é, Senadora? (*Risos.*)

Mais de meia-noite.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas estavam 17 Senadores presentes. Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado pelo complemento, Senadora.

De imediato, convido para usar a palavra o Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física. Já está aqui na mesa, chegando.

Convido também Gabriel Magno Pereira Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, passo a palavra ao Sr. Antônio Ricardo Catunda, por favor, por dez minutos.

Seja bem-vindo.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim, porque, enquanto professor da educação básica àquele tempo, acompanhei, lá do Ceará, toda essa movimentação e agradecer por trazer também aqui esse debate.

Sou oriundo da escola. Estou hoje numa universidade enquanto professor, mas venho da base da escola e da educação física escolar. Eu queria saudar também a Senadora Rose de Freitas e essa senhora, com um olhar tão belo e gentil, a Senadora Nilda Gondim.

A senhora ilumina esta Casa.

Obrigado pela sua presença.

A educação física escolar é o princípio da profissão de educação física. A aprendizagem das atividades físicas e do desporto tem na escola espaço seguro e privilegiado pela intervenção ética e pedagógica dos professores. Emerge daí o princípio da responsabilidade do Confef. Que responsabilidade? Com os jovens e futuros adultos, defendendo a educação física escolar de qualidade que promova as aprendizagens necessárias para que, desde crianças, aprendam e desenvolvam habilidades para serem ativas.

Dados estatísticos apresentam um percentual de 84% dos brasileiros adeptos do comportamento sedentário, não cumprindo o mínimo de recomendação da Organização Mundial da Saúde de 60 minutos diários de atividades físicas de moderadas a vigorosas. Está sendo comprometida toda uma geração, com agravos sociais na saúde, na formação de uma cidadania ativa, daquele cidadão que é consciente e sabe agir no meio em que atua.

A educação física, em uma visão sistêmica de educação, deveria ser protagonista, então, por tudo que representa nos conhecimentos em que ela trabalha. Podemos torná-la o centro para o êxito da educação como nas grandes potências mundiais. Poderíamos, pelo menos, imitar, buscar, seguir tais exemplos.

A presença dos professores de educação física escolar no Sistema Confef/CREFs é a garantia de que a sociedade dispõe de um órgão que não se resume a aspectos reguladores da nossa profissão, mas que definiu a existência de comissões de educação física escolar em todos os conselhos regionais para que, regionalmente, atendem às demandas dos professores e em favor do desenvolvimento integral dessas novas gerações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O momento é para unir forças. Eu ouvi muito aqui as palavras unir, celebrar, unir essas forças, criar, cocriar e trabalhar colaborativamente visando essa diversidade de conhecimento, de ideias e de funções, objetivo comum pelo bem da educação física e da educação.

Essa ação exige que todos os organismos representativos, com suas funções específicas, bem ajam e que possamos, nesse esforço conjunto, acolher, nunca separar, em torno de um conceito: nenhuma instituição a menos – nenhuma instituição a menos. Assim como nas campanhas permanentes do Confef, como a última que fizemos agora, "Educação física na escola: nenhuma aula a menos", neste ano de 2022, em contraponto ao que nos traz, enquanto possibilidade da educação física, o novo ensino médio.

Podemos ter ideologia ou pensamento contrário às instituições reguladoras, mas temos que ter responsabilidade para reconhecer sua função social e representativa. No caso do Confef, somos mais de 500 mil profissionais inscritos nestes 23 anos de regulamentação de profissão.

A educação física escolar, pelo histórico que tem de abandono e condição subsidiária, muitas vezes, de outra disciplina do currículo escolar, já percebe e dá mostras de mudança de cultura sobre a importância de estar vinculada a um conselho profissional. Não há uma negativa dos profissionais, a gente percebe isso em todos os conselhos regionais e nas ações que temos feito relativamente a esses professores.

A postura assumida pelo Confef, desde os primeiros anos de regulamentação, nunca foi de pressão sobre os profissionais, e sim, dentro de um processo de mudança, velar e fiscalizar o exercício da profissão. Temos como premissa a defesa da sociedade para que seja atendida por profissional, porque, além de formação superior, a educação física está sob um código de ética que, dentre outras condutas, preza pela qualidade de sua intervenção e respeito às crianças, adolescentes e jovens que estão sob sua responsabilidade.

A realidade encontrada nas escolas, no que se refere à educação física, ainda é marcada pelo desconhecimento do valor educativo e do potencial insubstituível para o desenvolvimento das competências gerais que são recomendadas pela Base Nacional Comum Curricular e também pelas evidências científicas que apontam ser a educação física de qualidade – como bem definiu o Confef em 2015, o Pnud, em 2016 e 2017, e a Unesco, em 2014, o que agora reforça em 2021 – de fundamental importância para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, para a aquisição permanente de competência motora, para o desempenho acadêmico, para a cognição, aumento dos níveis de aprendizagem e saúde integral, o que requer uma formação contínua desses professores e uma qualificação também permanente. Isso exige muita responsabilidade.

O Confef tem sido voz e ação em defesa da permanência da educação física no currículo. Precisamos avançar nessa área, seguindo o exemplo de países que colocam a educação física como política de Estado. Não podemos deixar a educação física e os professores à mercê da interpretação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivocada de que as aulas não apresentam conteúdo em progressão, têm baixa importância no currículo social e, assim, podem ser substituídas. Isso é um equívoco, isso é uma falta de conhecimento. Sem educação física não há educação, a Associação Europeia de Educação Física já pregava isso em 1991 e refez todo esse conhecimento em 2011, agora, num encontro em Bruxelas. Então, os organismos que são responsáveis pela educação estão dizendo que a educação física é importante, desde que seja de qualidade.

Precisamos propagar o quanto a educação física contribui efetivamente no contexto da educação integral, quando desenvolve habilidades motoras fundamentais e a autopercepção de competência, provendo os alunos de conhecimento, compreensão, confiança, motivação e atitudes para tomar decisões positivas para a vida e no mundo do trabalho à sua escolha.

O Confef propõe um amplo debate sobre o déficit de desenvolvimento motor, identificado em crianças e adolescentes, que impõe prejuízos relacionados ao letramento corporal, que é um aspecto primordial para que permaneçam ativos de forma vitalícia. Ações dessa natureza contribuem para que a educação física tenha legitimidade, seja insubstituível no currículo e na vida dos estudantes. Não se identifica aqui qualquer ação do Ministério da Educação nesse sentido.

O Sistema Confef/CREFs, como instituição, se apresenta com o objetivo primaz de promover a valorização dos professores, mantendo o enfrentamento ativo das ameaças permanentes à educação física, por meio de ações, campanhas e programas, como, por exemplo, a diminuição da carga horária, que já não é suficiente, ou exclusão dela do currículo; legitimação como área de conhecimento socialmente relevante; presença e manifestação oral e escrita, muitas vezes a única voz em defesa da educação física durante as audiências públicas da BNCC.

Relativamente ao novo ensino médio, estivemos na linha de frente para que não fosse totalmente retirada a Educação Física do currículo. E permanecemos na luta para que seja ofertada em todos os anos.

Em parceria com as Secretarias de Educação e Esporte, promovemos gratuitamente, por intermédio dos CREFs, programa de formação contínua visando à atualização dos professores em todas as regiões do país.

Incentivamos e orientamos professores organizados para que apresentem leis, projetos de lei visando atender a educação física nos primeiros anos, o que também é um déficit.

Se o objetivo maior for a valorização da educação física, deveríamos estar unidos nesse enfrentamento, e não propondo a retirada dos professores de uma entidade específica de luta – luta permanente –, a que os profissionais podem recorrer quando professores sem formação atuam em educação física nessa área, professor de educação física é substituído por professores de outras disciplinas na administração das aulas, a escola não oferece a disciplina de educação física. Pode-se recorrer ao Conselho Federal, porque é esse conselho que atua e que defende os professores. São ações que requerem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vigilância do Confef e fazem valer o princípio da profissão regulamentada, que auxilia o poder público na fiscalização do exercício profissional e no oferecimento obrigatório da educação física na escola.

Por fim, solicitamos, em nome da sociedade brasileira, das crianças, dos jovens, dos adultos, dos idosos, de mais de 500 mil profissionais de educação física registrados no Sistema Confef/CREFs, que o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA – ... que o Projeto de Lei 2.486, de 2021, seja aprovado na íntegra.

Agradecido pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, conselheiro do Conselho Federal de Educação Física.

Eu recebi aqui a assessora do Senador Romário. Ela já trabalhou comigo uma época, mas é assessora do Romário. E em contato com o Romário, ele nos autorizou, porque ele foi Relator, numa outra Comissão, e ele também está aberto ao diálogo para ajudar a construir realmente uma redação final que atenda a todos e a todas, não é?

Essa também é a posição do Presidente desta Comissão, Sérgio Petecão, que conversou comigo. Tem a mesma linha, e é também a mesma linha da Relatora Rose de Freitas, o.k.? Só para situar a todas as pessoas mais envolvidas. Como também a Senadora Zenaide Maia, que é Vice-Presidente desta Comissão, e a Senador Nilda, que já deu o seu depoimento na busca desse grande entendimento.

Por favor, Gabriel Magno Pereira Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Dez minutos.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos e todas aqui da Comissão de Assuntos Sociais, aos que nos assistem também pela TV Senado.

Agradeço ao Senador Paim, tanto pelo convite, mas parablenizo pela iniciativa. Não é a primeira vez que o seu mandato se coloca à disposição do diálogo, do exercício da democracia. E foi prontamente atendida a nossa solicitação para fazer esse debate público de um projeto tão importante.

Eu queria iniciar, Senador, esta minha fala, primeiro explicando para quem está nos assistindo o motivo também de a gente ter, nesta audiência, várias entidades representativas dos profissionais de educação e da educação brasileira, porque nós estamos discutindo um ponto específico do projeto de lei que diz respeito à educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de entendermos, em nome da CNTE, que o PL 2.486 não corrige todos os problemas da regulação do Sistema Confef/CREFs, que inclusive é objeto duma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal, ele visa corrigir apenas um desses elementos, que é o seu vício de origem.

Mas nós queremos discutir e tratar da questão específica dos profissionais de educação. Então, eu queria dividir essa minha fala em três momentos.

O primeiro é para resgatar a luta histórica, no Brasil, da profissionalização docente. E o senhor, Senador Paim, cumpriu um papel muito importante nessa luta. A profissão magistério, historicamente, tem sido muito atacada, no Brasil, desde a sua fundação, desde a sua criação, como sacerdócio, como uma missão, e a sua constante desprofissionalização. Com a Constituição de 88, a gente deu um passo importante para garantir não só a valorização de todos os trabalhadores da educação pública brasileira, mas principalmente dos seus professores e professoras.

Cito o art. 206 da Constituição Federal que, para nós, é fundamental nesse entendimento. Diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: "IV - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas". E, no seu parágrafo único, diz o seguinte: "A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica". Essa é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1996.

Quero trazer aqui também, Senador, o importante entendimento do que diz a Lei de Diretrizes e Bases no seu art. 61. Diz o seguinte:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (...).

E, no art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Para nós, esse é o pilar e uma base fundamental para iniciar o processo de valorização da carreira magistério, da profissão de professor no nosso Brasil e no nosso país. Aqui se insere não só o professor de educação física, mas, como a própria lei diz, o conjunto dos professores e professoras de todas as disciplinas ministradas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou professor de física, formado em licenciatura em Física, pela Universidade de Brasília, e quero me colocar inteiramente à disposição para tratar especificamente do professor de educação física dentro da escola, porque dentro da escola, Senador Paim, o professor, a professora de educação física, como disse... Temos muito orgulho de ter, no Brasil, Paulo Freire, que é o principal cientista brasileiro já nascido na história, o mais lido no mundo. Nós temos orgulho de termos um patrono da educação. O professor de educação física, a professora de educação física, dentro da escola, é um educador, é uma educadora. A atuação profissional do professor de educação física na escola segue os princípios da educação pública brasileira normatizada pela Constituição Federal, pela LDB, pela Base Nacional Curricular Comum, pelos sistemas de ensino pelo Brasil afora, os mais de 5 mil sistemas municipais de ensino e os sistemas estaduais. Essa é uma luta importante que nós estamos travando, também, porque é preciso construir um sistema nacional articulado de educação.

Senador, eu queria trazer o que diz a legislação brasileira, inclusive especificamente sobre o professor de educação física, na nossa LDB.

No art. 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, no seu §3º – abro parênteses para a legislação: "A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno" – e aí se colocam as exceções do que pode ser facultado –, ou seja, a educação física, como a física, como a matemática, como as artes, como a filosofia, como a história e a geografia, é componente curricular. Logo, o professor de educação física, como o das demais disciplinas, exerce a profissão professor e a profissão professora dentro da escola, assim, não sendo submetido, como normativas, já, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, à regulamentação e à fiscalização de qualquer conselho profissional.

Isso é dito, Senador Paim, em três pareceres. O Parecer nº 12, de 2005, do Conselho Nacional de Educação, o Parecer nº 135, de 2002, também do Conselho Nacional de Educação, e o Parecer, do MEC, nº 278/200 – abro, de novo, parênteses, aspas, na verdade: "O exercício do magistério é questão que escapa às competências dos conselhos profissionais, estando sujeito aos regulamentos do sistema de ensino em que se inserir a instituição escolar". Então, a normativa legal da educação brasileira expressa, nitidamente: quem fiscaliza, quem normatiza a profissão do magistério é o Ministério da Educação, são os seus conselhos nacionais e estaduais de educação, bem como legislação própria, como diz a Constituição Federal de 1988.

E aí eu queria trazer, nesses três minutos que me restam, os grandes desafios que nós temos na educação pública brasileira, sobre que o senhor, Senador, sabe muito bem, e na educação física não é diferente. A nossa luta incansável e histórica pela valorização do trabalho docente passa não só pela questão da regulamentação da profissão, da carreira, da formação, de salário e vencimentos, como, agora, uma conquista importante que nós tivemos em 2008 e foi fruto de um debate nacional este ano, a Lei do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Piso, em que o senhor, aqui, nesta Casa, teve um papel fundamental pela sua aprovação, mas também das condições estruturais das escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu lembre, Ideli Salvatti e Tião Viana, aquele bloco que fizemos naquele período, que garantiu o piso, que é uma conquista hoje.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ – Exatamente. Uma conquista fundamental, Senador, de que nós não podemos, jamais, abrir mão.

Mas as questões estruturais também são muito decisivas. E aí eu trago dados de pesquisas e censos da educação pública brasileira. Hoje, nós temos mais de 120 mil professores e professoras de educação física na rede básica no Brasil, Senador, sendo que, desses, 32% utilizam material próprio para ministrar suas aulas. Nas nossas escolas, mais de 66% das escolas públicas brasileiras não possuem um espaço adequado para o professor de educação física ministrar suas aulas. É disso que se trata a luta hoje pela valorização da educação pública brasileira e pelo, assim, como disse o representante do Sistema Confef/CREFs aqui, pela valorização do professor de educação física dentro da escola. É por garantias de condições estruturais, respeito à carreira e valorização dela.

Portanto, Senador, para eu encerrar, para trazer essas questões legais. Para nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a aprovação do projeto de lei que está tramitando aqui, nesta Comissão e nesta Casa, é fundamental. Que se corrija essa distorção que gera hoje Insegurança jurídica para os funcionários da educação, gera hoje ingerência dentro das escolas públicas brasileiras, que é a emenda que V. Exa. apresentou, que retira os profissionais da educação da regulamentação do Sistema Confef/CREFs.

Nós temos, inclusive recentemente, um importante instrumento jurídico, que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a não obrigatoriedade, por exemplo, para os defensores públicos se filiarem à OAB. Essa é uma prerrogativa nova e uma novidade vinda de uma jurisprudência importante para também justificar que, na escola, não é possível que nenhum professor seja filiado ao seu conselho profissional, porque senão, Paim, amanhã, o Conselho de Biologia vai querer e exigir do professor de Biologia a filiação no conselho. Assim, o Conselho de Matemática, o de História... E votar o projeto de lei sem a sua emenda, não tenho dúvida nenhuma, é um ataque frontal à educação pública e aos educadores.

Por isso, eu queria concluir pedindo aos Senadores aqui presentes, às Senadoras aqui presente e à Relatora que acatem a emenda de sua autoria, para resolver e dirimir uma questão fundamental para a escola pública, hoje, que é a valorização dos professores e professoras. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gabriel Magno Pereira Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Só quero lembrar a todos: o que é importante é que a emenda foi apresentada e, por intermédio da emenda, a gente conseguiu esta audiência pública para fazer o debate na linha da construção, espero eu, de um grande entendimento.

Mas parabéns pela lembrança, Dr. Gabriel!

Eu passo a palavra agora à Ernani Contursi, 1º Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro e Espírito Santo; e também à Rosilene Corrêa Lima, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF).

Vocês perceberam que eu procuro aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique bem à vontade.

Eu procuro ser o mais equilibrado possível, para não haver nenhuma distorção, mas percebi – e a boa vontade coincidiu – que quem fala em segundo lugar sempre é aquele que tem uma posição, digamos, que não vai de acordo com o projeto.

Então, eu farei, no encaminhamento final, nos últimos dois convidados, uma inversão para manter esse equilíbrio, para que ninguém diga que a gente puxou para um lado ou para o outro.

Então, agora, a palavra é sua.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode!

Com a distância do vidro aqui e não chegando perto de mim, pode tirar a máscara. Eu não tiro.

O SR. ERNANI CONTURSI – Eu também não tiro, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendi. Fique bem à vontade.

O SR. ERNANI CONTURSI – O senhor me desculpe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Ernani, com a palavra.

O SR. ERNANI CONTURSI (Para expor.) – Eu saúdo, em nome do nosso Presidente do Conselho Federal, Boschi, todos os profissionais de Educação Física presentes, como também todas as representações sindicais e federativas que aqui vêm para este debate.

Não poderia deixar de citar a Senadora Nilda, que vem prestigiar a nossa profissão. Ficamos muito felizes com a sua atitude de apoio a uma discussão sobre a nossa profissão, o que é raro neste país.

A Educação Física, na história do Senado Federal... Eu vou falar com vocês sobre fatos. Eu estive aqui há 22 anos em um debate também – o senhor lembra –, com o Senador Paulo Paim, quando nós defendíamos a regulamentação da profissão e esse mesmo grupo era contrário à regulamentação da profissão no todo, não só na escola, no todo. E nós, respeitosamente, tivemos um debate bonito, sem ofensa, sem nada.

Por isso, Senador, é importante que a educação física volte a ser discutida não de dez em dez anos, ou de cinco em cinco anos, ou quando há uma oportunidade de uma lei para que se faça uma discussão. Esta Casa nunca recebeu uma proposta do conselho, do Sistema Confed/Cref que levasse a discussões, desentendimentos ou divisões, sempre trouxemos propostas com pautas positivas.

Senador Paulo Paim, nós já tivemos aqui uma pauta de formação de monitor do esporte – não sei se o Senador se lembra disso – e foi uma discussão tremenda. Nós falávamos da nossa profissão em nossas reuniões.

É uma oportunidade para a gente discutir educação física e mostrar aos Senadores o quanto essa profissão é importante. Não consigo entender a diferença entre educação e saúde e saúde e educação, quando as duas palavras praticamente são sinônimas, estão dentro de si. (*Palmas.*)

Não existe educação sem saúde, tampouco saúde sem educação. O problema é muito maior! O problema é muito maior, não se educa se não se dá saúde. E não estou falando de saúde curativa, estou falando da única profissão que trabalha com saúde preventiva. Talvez este seja o temor grande hoje em dia que a gente tem, principalmente no empresariado, na iniciativa privada, porque se vocês apoiarem a educação física na escola, com profissionais de educação física habilitados, vocês terão hábitos mais saudáveis de prática de atividade física e adultos melhores, com saúde, com mais condições para atender a toda a sociedade.

E, nessa oportunidade, em que nós discutimos o monitor do esporte, surgiu o Senador Lindbergh Farias, que foi o nosso grande capitão, foi o nosso grande comandante na luta para não deixar passar o monitor de esporte, junto com o Crivella, o Senador Crivella, ambos do Rio de Janeiro. Eu sou carioca e vou falar muito do Rio de Janeiro, como os outros palestrantes falaram dos seus estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ali, nós conseguimos manter, pela primeira vez, no Senado, e organizar uma frente parlamentar em defesa da educação física. Não é em defesa do professor de educação física da escola, do professor da educação física da academia ou do esporte, mas em defesa da educação física.

E tínhamos, na época, o gabinete do Senador Lindbergh, depois o gabinete do Senador Crivella à disposição, sendo ali o gabinete da educação física, como hoje o Senador Portinho coloca o gabinete dele à nossa disposição, sendo o QG da educação física no Senado, sempre nos atendendo prontamente.

Nós estivemos aqui, Senador, discutindo a educação física e eu me lembro muito bem que, nessa luta sobre a regulamentação do Senado, nós enviamos, naquela época, em 1998, 11 mil cartas escritas à mão.

Lembra, Senador? O senhor pegou, botou em sacos, levou para a reunião e colocou em cima da mesa.

E, hoje, agora, está sendo feita uma pesquisa *online* do Senado e vejam o resultado: 76% dizendo que não, não queremos; e 30%, 34% dizendo "sim". Isso quer dizer que essa pesquisa está refletindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERNANI CONTURSI – São 76% dizendo "sim, queremos que seja aprovado o projeto de lei na íntegra" e 34% dizendo "não" – perdão.

É a voz de todos, a categoria... porque nós discutimos juntos. Nós temos 72 comissões no Rio de Janeiro em todo o Estado, em todos os municípios – são 92 municípios, nós juntamos dois municípios – onde nós discutimos, e sabe o que nos foi pedido ao conselho? Foram 53 cursos de capacitação só em 2021, com 3.060 profissionais.

E eu pergunto mais aos senhores: onde nós atrapalhamos um minuto sequer? Um minuto em que não estávamos juntos na defesa das melhores estruturas na escola, como brilhantemente colocou o professor de física que estava falando aqui.

Nunca estiveram sozinhos! Tivemos reclamação do Prefeito do Rio, antes da prefeitura atual – que não era o Prefeito –, não do Prefeito do Rio, do Pedro Paulo, do Deputado Pedro Paulo, dizendo: "Vocês poderiam nos ajudar com os professores de educação física, eles estão liderando a greve no Rio".

E nós falamos: Nós não podemos participar porque nós não temos legalidade para participar em lutas, em defesa de salários e melhores estruturas, porque nós somos uma autarquia federal, nós temos limite, mas nós podemos apoiar a valorização profissional. Não se tem valorização profissional com baixos salários e com falta de condições de trabalho. Essa foi a nossa posição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde nós estivemos ausentes da luta da profissão? Essas capacitações são gratuitas, custo zero! Como várias prefeituras nos pedem para preparar os profissionais de educação física da escola e nós prontamente... Onde você somar divide, e o que nós temos feito é só somar.

O nosso relacionamento com o sindicato é o melhor, vai haver um problema aqui outro lá. Eu estava conversando com o Patrick, e o Patrick falou "Eu tenho um excelente relacionamento..." Lógico que há divergências, é lógico que temos divergências. Mas isso é comum numa democracia. E somos resolvidos.

O Senador Romário tem sido um ponta de lança nosso junto com o Senador Portinho, mas eu não poderia deixar de destacar, Senador – e por isso que eu peço aos Senadores presentes que aprovem o PL na íntegra, como está –, que esse PL foi colocado para corrigir um vício de iniciativa, ponto.

Daí surgem oportunidades para se modificar e voltar, e nós ficarmos nessa discussão e perde-se a chance de aprovação disso. Não podemos deixar... Nós somos quase 600 mil profissionais de educação física. Somos uma profissão de saúde, sim, como nós desejaríamos que a população visse. Somos uma profissão de educação, sim. Somos uma profissão que hoje é discriminada, inclusive, dentro da escola, sim. É a maior reclamação que a gente tem a falta de condições de trabalho, e quando falta um professor quem substitui o professor é o professor de educação física na escola. Nós temos que negociar com o sindicato... (*Palmas.*)

Senador, desculpe-me o tempo. Eu gostaria de agradecer ao Presidente da Casa, o Senador Pacheco, que, brilhante, colocou toda a sua equipe à disposição da gente para que esta audiência pública fosse feita; os seus auxiliares; ao Senador Sérgio Petecão, pela democracia com que ele trata dentro da CAS, já bem levantado pelo senhor. Quero agradecer muito.

O senhor não se lembra de mim, mas eu me lembro do senhor. Pelo respeito, e, apesar de, ideologicamente, a gente estar defendendo, nós conseguimos levar essa profissão e o senhor parabenizou a nossa organização e a forma como a gente está levando.

Muito obrigado, Prof. Paim.

Eu peço aos Senadores que aprovem esse PL como está e que para todos esses pedidos e para essa diferença seja feito um PL e voltamos a discutir, sim, aqui. Nós queremos discutir mais educação física aqui no Parlamento. Queremos discutir mais a nossa profissão. (*Palmas.*)

Isso é importante. Mas não nesse PL, que vai atrasar e pode até acabar com a educação física.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ernani Contursi, 1º Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Agora passo a palavra à Sra. Rosilene Corrêa Lima, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF).

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA (Para expor.) – Bom dia a todas, todos e "todes", especialmente quem está nos acompanhando de casa. Senador Paim, é uma honra estar aqui. É um debate ultranecessário. Que bom que existe a sua emenda, para que a gente possa estar aqui fazendo essa discussão.

Eu quero tranquilizar o meu colega de mesa: não se preocupe! A educação física, porque é componente curricular – e sempre foi debatida e defendida por nós –, continuará sendo, porque nós, diariamente, estamos aqui acompanhando a pauta da educação, não só no Senado, mas em todos os espaços. (*Palmas.*)

Então, não é um debate pontual. Para nós, debater educação física, defender educação física é a nossa rotina, inclusive os trabalhadores e os servidores que estão lá dentro das escolas.

E aí me preocupa muito, Senador, porque eu ouvi aqui algumas intervenções, mas especialmente a do Sr. Antônio Ricardo, e ficou me parecendo que... Primeiro ele fala que a educação física precisa ser política de Estado. Já é, há muitos e muitos anos, inclusive defesa nossa, de entidades classistas, dos trabalhadores em educação e também aqui desta Casa.

Então, não está em discussão aqui se é política pública ou não. Já é! O que precisamos é fazer com que ela aconteça, de forma devida. A gente precisa, sim, derrubar a reforma do ensino médio, para que a educação física não sofra os ataques que vem sofrendo; aí isso, sim, a redução que a educação vem sofrendo precisa ser pauta, sim, de todos os companheiros que estão aqui fazendo a defesa que aí não tem que ser só da educação física, mas da educação brasileira, que está sofrendo fortes ataques.

Então, quando fala que vai garantir segurança, vai garantir qualidade, me parece querer ocupar o lugar do Estado. Isso é obrigação do Estado e está lá na lei, na Constituição e em todas as leis, na LDB: é componente curricular. Então, fica parecendo que nós estamos inventando agora: "Sim, agora tem um conselho que vai fazer a educação física acontecer." E educação física é anterior ao conselho, inclusive. Aqui no Distrito Federal, a Lei Orgânica já nos garante desde 1996, o que eu respeito muito e tem que continuar tendo mesmo.

Não estamos aqui, gente, discutindo a legitimidade, o papel do conselho, Senador. Agora, o que nós queremos discutir aqui são os limites da atuação do conselho. A educação física escolar está, como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel colocou muito bem, dentro da organização da escola, do currículo. Ela é um componente curricular como qualquer outro, com a sua importância, a sua grandeza, como a de todos os profissionais.

Então, quando a gente vem fazer essa discussão, parecendo que é preciso ter – aí eu quero discutir – é fiscalização? É isso? Se houver alguém fiscalizando, vai haver alguma garantia de qualidade? Isso vai fazer com que a escola tenha melhores condições de trabalho para esse profissional?

Então, esse professor e essa professora que estão lá na escola devem ter todas as condições não é porque são da educação física, mas de qualquer outra disciplina. Essa é escola que nós defendemos e brigamos diariamente para termos.

Quando dizem que a sociedade vai ter mais garantias, vai ter mais segurança, eu quero dizer que nós temos a gestão democrática e que a comunidade está diariamente dentro da escola, com total condição de acompanhar.

Quando a gente fala da atuação na escola, quero compreender como seria essa atuação, porque nós temos um projeto político-pedagógico, que é debatido com a comunidade escolar, que define o que vai acontecer diariamente dentro na escola. Como alguém que aparece pontualmente vai dizer se eu estou agindo corretamente ou não? São coisas que não comungam, que não dialogam. Nós estamos falando de uma rotina escolar, não é, Senadora? Já sabemos como a escola funciona diariamente. É quem está lá dentro, todos os dias, todos os momentos, que vai saber dizer se estou agindo corretamente ou não.

Primeiro, agir corretamente. O que é isso? Quem sou eu, porque sou membro de um Conselho, para saber medir a capacidade de um professor, a atuação de uma professora, que passou por um concurso público, que passou por uma universidade e que, portanto, está habilitado para estar ali, desempenhando o seu papel?

Acho que a gente precisa separar esse debate.

O Patrick, como disse ao senhor, realmente a gente tem uma boa relação. Chegamos a ter uma reunião no nosso sindicato, mas a boa relação é porque as pessoas são civilizadas. E é isso que se espera de boas relações. Agora, temos divergências.

Nós chegamos até a pensar na possibilidade de discutirmos, Senador, como nós defendemos, a não obrigatoriedade. Aí o professor poderia, inclusive, se registrar, mas sem passar a pagar a taxa. Entende que é uma possibilidade? Porque nós temos contrato temporário. Às vezes, ele é obrigado. Aqui, no DF, eles entraram com um pedido de liminar, que, hoje, obriga a Secretaria de Educação a exigir o registro dos professores, até dos temporários.

Às vezes, eu, professora temporária, assino um contrato, trabalho 15 dias e sou obrigada a pagar uma taxa anual. E trabalhei 15 dias no ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito grave. Há também um viés financeiro neste debate, que a gente precisa colocar.

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Entende? O meu tempo terminou? É o barulho, não é?

Então, eu quero chamar a atenção para o fato de que nós estamos aqui fazendo uma discussão, e é preciso haver mais transparência no debate. Quando a gente fala de educação física, eu não posso entender isso como atividade física.

A educação física escolar pressupõe, claro, trabalhar o corpo, mas a minha expressão corporal, combinando isso com a minha mente, com a minha formação de cidadã. É para isto que é a educação física escolar: para interação, para integração. Não é para disputa, não é para ganhar massa muscular. É para eu ser uma pessoa mais saudável, inclusive, nas minhas relações pessoais. Mas não é necessariamente para competição.

Existe essa diferença, e o espaço de atuação para o Conselho é gigante. Nós temos várias atividades que estão fora da escola. Então, esse é o papel que nós entendemos que seja o de vocês, e não dentro da escola.

Então, não há problema nenhum com o Cref, no nosso caso aqui, mas o limite da escola é uma outra discussão.

Nós estamos falando de um espaço e de um servidor da educação, que frequenta a escola e que atua dentro da escola, como o de qualquer outra disciplina.

E, se é para representar os seus interesses, os seus direitos, existe uma entidade classista, que nós temos. Em todos os estados e municípios nós temos sindicatos da educação, que representam também os professores de educação física. Então eles não estão desamparados e é adesão, não é obrigatoriedade, o que faz toda diferença.

Não há obrigatoriedade... *(Palmas.)*

... e eles são, sim, contemplados com todos os ganhos que os professores de todas as disciplinas venham a ter. Então nós temos uma entidade classista e quero dizer que a entidade a qual eu aqui represento tem 43 anos e, há pelo menos 20 anos, nós fazemos esse debate com vocês, e eu quero me dirigir aqui a vocês.

Então acho que nós inclusive temos várias demandas, e hoje temos várias ações tramitando, o que é muito ruim, e fica uma queda de braço desnecessária, porque as coisas são muito claras, o que é o papel de um e o papel do outro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então quero dizer, para encerrar, Senador, que nós precisamos, mais do que nunca, que a emenda do senhor seja acatada e seja aprovada, porque isso, sim, vai dar, eu diria, uma tranquilidade, porque, se fizermos uma pesquisa, eu posso garantir aos professores da rede pública, pelo menos – está aqui o Rodrigo, que é do Sinproep –, se fizermos uma pesquisa junto aos professores e às professoras de educação física, hoje, que estão dentro das nossas escolas, eu posso garantir, Senador, que eles não são favoráveis à obrigatoriedade, muito pelo contrário. E eles inclusive nos cobram, diariamente, para que o sindicato os proteja dessa obrigatoriedade.

E é esse o papel da nossa entidade classista. Por isso estamos aqui. Não há nenhum confronto com o Cref.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que o Plenário vai continuar em silêncio, como nós combinamos.

Só um pouquinho, eu ainda estou presidindo. E, como eu disse, se alguém quiser... Qualquer conversa paralela é legítima, dá uma fugidinha ali no corredor. Eu boto até a TV para filmar se quiser lá, mas aqui dentro, não. Aqui vamos respeitar os painelistas.

O.k., pessoal? Obrigado, viu?

Continua no seu tempo.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Para concluir, só dizer que há uma tentativa, como eu disse, de substituir o papel do Estado, uma imposição de exigência para um concurso, para posse, para o exercício, e esse é o papel do Estado.

E nós já temos tudo isso muito bem definido, em leis inclusive, e temos uma estrutura nas Secretarias de Educação, que também nós temos mecanismos de acompanhamento, mecanismos inclusive de suporte pedagógico, mecanismo também, Senador, e o senhor sabe muito bem disso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Que, se necessário for, inclusive para possíveis punições, é óbvio.

Nós somos servidores como quaisquer outros. Então ninguém está aqui dizendo que nós não queremos um acompanhamento de perto, porque nós já temos dentro das nossas escolas na estrutura, no sistema da Secretaria de Educação, o Conselho de Educação já se manifestou. Então acho que, quando se fala em Conselho, em se tratando da educação, nós precisamos olhar para o Conselho de Educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o Conselho que nos representa, embora, atualmente, a gente tenha também conselheiros que estão sendo inimigos da educação, mas é como um todo, é uma outra discussão e que o senhor vem acompanhando.

Então quero agradecer aqui, não só em nome da Direção do Sinpro, mas de todos os professores e professoras do Distrito Federal, não só os de educação física, mas especialmente, nesta pauta aqui, os de educação física.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Então, sigamos, Senador, na defesa da educação brasileira, porque nós estamos precisando nos juntar mesmo para defender a educação, sobretudo, a educação pública que está sob ataque.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi Rosilene Corrêa Lima, Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Sinpro- DF.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Liberados. Peço aos dois que voltem ao plenário.

E nesse momento, eu vou convidar a Gislene Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Convido também Claudio Augusto Boschi, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física.

Esses são os últimos dois convidados que estavam na lista oficial. Mas me foi feito um apelo e eu conversei com as partes. Eles concordaram que também outros dois convidados – e conversei com as partes – usassem a palavra por cinco minutos. E o Deputado aqui presente, permita-me, Deputado, Deputado Felício Laterça, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, também me pediu. E como eu tenho feito sempre nas reuniões em que presido, os Parlamentares sempre têm direito a voz. Então, nesse momento, eu vou pedir que os senhores e as senhoras aguardem um pouquinho. Vocês farão a fala final. Eu vou pedir aos dois, o que foi uma exceção aberta, que falem da própria bancada. E eu começo aqui pela lista que tenho e que depois vai ser invertida. A senhora vai primeiro e ele vai depois. Depois eu passo para o Deputado.

Eu passo a palavra agora para o Prof. Rodrigo de Paula, Diretor de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil, por cinco minutos, e pode falar da própria bancada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos e a todas! Quero agradecer ao Senador Paim, à Senadora Nilda e me apresentar. Eu sou o Prof. Rodrigo de Paula, sou Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, o Contee, entidade que representa, Senador, mais de um milhão de trabalhadores do setor privado, entre professores e técnicos administrativos. E sou também dirigente do Sinproep, que é o sindicato dos professores do setor privado daqui do Distrito Federal.

Eu quero iniciar, Senador, primeiro, parabenizando V. Exa. pela emenda que sem dúvida nenhuma, no nosso entendimento, tem por objetivo corrigir uma distorção histórica do ponto de vista do papel do professor na educação. Eu acho que, do nosso ponto de vista, é inegável a importância dos conselhos de educação física. No entanto, nós entendemos que o papel da escola é diferenciado, sacramentado na própria Constituição Federal e também na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que consagra o espaço da escola, o espaço da educação como espaço diferenciado. E o maior exemplo disso, V. Exa. também é um militante dos direitos trabalhistas, é que o próprio professor tem uma profissão diferenciada dentro da própria legislação daquelas categorias diferenciadas.

Eu venho aqui relatar, Senador, um pouco da nossa realidade do setor privado.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DE PAULA – No setor privado, nós estamos vivendo uma grande dificuldade, em especial os professores de educação física, pelo fato da exigência dos seus registros profissionais. No setor privado, diferentemente do setor público, Senador, a gente sabe que a correlação entre o emprego e a profissão é diferenciada do segmento público.

Então, nós temos relatos aqui no Brasil, Senador, de professores formados, registrados e fiscalizados pelos conselhos de educação de forma regionalizada, perdendo os seus empregos em função de não serem filiados ao conselho. Nós entendemos a importância do conselho, mas nós entendemos que ele deva ser opcional, não pode ser uma obrigação a filiação do professor para ele participar, inclusive, do processo do mercado de trabalho, aquilo que a gente entende que é mais sagrado. Então, nós temos relatos, em diversos estados brasileiros, Senador, de professores sendo retirados de sala de aula, perdendo seus empregos pelo simples fato de não serem filiados ao conselho.

Então, nós entendemos que é necessário que essa emenda de sua autoria, Senador, corrija essa distorção já prevista na legislação.

Vocês imaginam que o espaço da escola deva ser o espaço sagrado do ponto de vista da liberdade. Dentro da escola, nós temos lá o geógrafo, nós temos o químico, e cada profissão, cada segmento por sua formação ser filiado a um conselho, eu acho que foi justamente nesse espírito que o legislador, lá em 1988, ainda na Constituição, deixou claro o professor como uma categoria diferenciada. No entanto, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas situações no Parlamento, nós não conseguimos fazer esse debate de que os professores, no nosso entendimento, são uma categoria diferenciada.

Eu quero aqui fazer um apelo aos colegas do Cref. Nós não somos contra o Cref, como disse a minha colega Rosilene; nós somos contra a obrigatoriedade do Cref para o exercício da profissão, porque o professor é sacramentado na LDB, e as próprias decisões do Conselho Nacional de Educação e de diversos conselhos municipais de educação já deixaram claro que a LDB garante o direito apenas à formação do professor. Nós não estamos falando aqui de profissionais que não são formados na universidade. Os arts. 61 e 62 da LDB já dizem que todo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. RODRIGO DE PAULA – ... profissional para trabalhar numa escola tem que ter a sua graduação, inclusive os colegas profissionais de educação física.

A gente não vê, Senador, um outro motivo neste momento que não seja meramente uma arrecadação tributária, e a gente lamenta muito porque esse debate precisa ser feito. *(Palmas.)*

Com professores do setor privado, em Minas Gerais e em outros estados, Senador Paim, para concluir, nós temos uma situação emblemática de um colega professor que saiu num camburão, porque o Cref exerceu a sua função de fiscalização, e um professor formado, porque não tinha condições de se filiar ao Cref naquele momento, foi demitido e ainda está respondendo o processo.

Essa distorção V. Exa. corrige. Eu faço um apelo a todos os Senadores desta Casa que corrijam essa função. E faço ainda um apelo aos colegas do Cref para que a gente construa esse grande acordo, porque os profissionais e os professores de educação são categorias diferenciadas na própria legislação brasileira.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rodrigo de Paula.

Peço só um minutinho que eu vou falar com a Relatora. *(Pausa.)*

Exatamente, eu estou falando ao vivo, viu? Falando com a Relatora. Somos parceiros, ela foi Constituinte junto comigo, aqui, ao vivo, e nós estamos juntos nessa caminhada. Foi graças a você, que permitiu que houvesse esta audiência pública hoje, com o entendimento de todos, todos concordaram. Você está de parabéns e qualquer encaminhamento que fizemos aqui, você é que vai dar a palavra final, viu? *(Pausa.)*

Posso botar aqui no microfone, Relatora? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ela vai falar aqui, porque é fundamental, pessoal.

Pode falar. *(Pausa.)*

Senadora, eles estão pedindo... Se você entrar no *link*, vai ser muito bom. O clima está muito bom, todos querem encontrar um caminho comum para a gente avançar nesse entendimento que é aquilo que você me recomendou quando eu lhe pedi da importância de uma audiência pública e você falou com o Petecão, o nosso Presidente, e, também, de pronto, foi assim que ele entendeu.

Eles estão pedindo que o bom seria entrar pelo *link* e dar uma saudação aqui. Pode ser? *(Pausa.)*

Eu vou passá-la aqui para o secretário-geral dos trabalhos. *(Pausa.)*

Enquanto a Senadora vai entrar no *link*, o Deputado que gentilmente veio aqui para expressar o seu ponto de vista, o que é legítimo... Quando eu vou à Câmara, eles sempre me dão espaço lá, não há uma Comissão que me negue espaço quando eu vou lá. *(Pausa.)*

Ela vai entrar *online*.

Então, por favor, Deputado Felício Laterça, Deputado Federal do PP, do Rio de Janeiro. Cinco minutos, se possível. Qual é o nosso problema? Nós temos sessão hoje, às 2h da tarde, temos que ouvir os convidados e, depois ainda, temos os encaminhamentos, o que para mim é a parte mais importante. Então, se V. Exa. puder fazer uma fala em cinco minutos, esta Presidência agradece.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PP - RJ. Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia a todos.

Eu não podia deixar de vir aqui e falar de um assunto tão importante que é a regulamentação dos profissionais de educação física. Eu vou iniciar contextualizando e contando a minha história.

Eu tenho 54 anos e sei da importância de um profissional de educação física, de um professor de educação física dentro de uma escola. Aliás, lamentavelmente, nós perdemos isso e a gente vem trabalhando para isso também voltar ao que era, a gente ter profissionais de educação física.

A gente precisa do professor porque eu aprendi todas as modalidades do esporte – "todas" numa força de expressão –, exatamente porque eu tinha profissionais de educação física qualificados que davam aula nas escolas nas quais eu cursei. Então, é fundamental nós termos professores de educação física na escola e, para isso, a luta da regulamentação que hoje o Confef faz junto com os CREFs de todo o Brasil e esse reconhecimento.

E é preciso lembrar, Senador, que o profissional de educação física que vai ter orientação, que vai ter capacitação para um conselho, vai seguir uma diretriz muito melhor na formação das nossas crianças e adolescentes, o que está fazendo falta e muito neste Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um Deputado Federal; na verdade, eu estou Deputado Federal. Sempre falo essa palavra.

Quero até registrar e agradecer ao senhor a fineza de me ceder a palavra, mas, como o senhor bem disse, nós somos Parlamentares, e algo que nós temos é o direito à liberdade de expressão e de fazer uso da voz.

E quero dizer da importância da hierarquia e da disciplina passadas por um professor de educação física.

Eu também preciso discordar da Profª Rosilene quando ela não vê a importância de um profissional ser regulamentado. Aí fica a pergunta para ela, que vai ficar no ar, evidentemente: e se o médico que trabalha na escola não é regulamentado pelo conselho regional? (*Palmas.*)

Se o psicólogo que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até para permitir que o debate possa fluir, eu faço um apelo enorme para se respeitar a fala de cada um, como se fez até agora. E todos terão o direito de usar a palavra em um segundo momento.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PP - RJ) – É isso, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você foi citada, mas, mesmo que não tivesse sido, teria direito à palavra, porque, no final, eu vou dar as considerações finais. Todos falarão novamente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PP - RJ) – Obrigado.

Lembre-se de prorrogar meu tempo, então, Senador. (*Risos.*)

O mesmo vale para os psicólogos.

Nós temos, hoje, uma grande leva, uma grande iniciativa. Eu não creio... Este projeto, o Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, passou na Câmara dos Deputados com 406 votos favoráveis. É importante dizer que isso representou 96% dos votantes. Então, houve uma grande expressão na Câmara dos Deputados.

Com relação aos profissionais de educação física, eu fui o Relator na Comissão de Seguridade Social para reconhecer que ele é um profissional essencial. Então, nós aprovamos isso também na Comissão de Seguridade Social. Nestes tempos de pandemia, o que nós vimos mais foi pessoas adoecerem. Então, quando a gente fala do profissional da educação física, a gente está falando de saúde, a gente está falando de lazer e está falando de educação, sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo entender por que alguns segmentos, vamos assim dizer, de sindicatos não querem que eles, de fato, interfiram na educação, vamos assim dizer. A educação são todos que dão, inclusive os pais, evidentemente. Ela começa em casa com os pais, mas os professores têm uma fundamental importância. E eu entendo que o profissional de educação física forma talentos. Ele forja os alunos, inclusive, para ter hierarquia e disciplina.

Talvez eu seja o Deputado Federal que mais invista, no Rio de Janeiro, no esporte. Graças à emenda que nós destinamos aos Jogos Escolares Brasileiros, foi possível, após 17 anos de ruptura com os Jogos Escolares, realizar, no Rio de Janeiro, o retorno dos Jogos Escolares. Estudantes de todo o Brasil estiveram no Rio de Janeiro e, lógico, foram treinados, capacitados por profissionais de educação física também.

Eu sou um homem oriundo da segurança pública. Eu fui policial civil no meu Estado, fui Oficial de Justiça, sou Delegado da Polícia Federal, mas eu entendo que segurança pública nós não vamos fazer tão somente enxugando gelo, que é o caso de prender e até a Justiça soltar – uma discussão que não acaba nunca –, mas, sim, não deixando que crianças, adolescentes e jovens ingressem no crime.

Por isso, eu invisto maciçamente no profissional de educação física, no esporte, para que a gente faça uma política pública de transformação, e é por isso que eu aposto nos profissionais de educação física. Então, é muito importante que nós tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, um minuto.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (Bloco/PP - RJ) – ... a aprovação deste projeto de lei pelo Senado Federal na forma em que ele se reveste.

É importante também a gente conversar com o Senador Roberto Rocha, do PTB, que apresentou emenda para tratar dessa questão. A gente precisa sensibilizar os Relatores.

E aí, neste momento, eu parablenho o senhor por esta audiência pública, porque de fato a gente só cresce ouvindo dois, três, quatro lados, quantos lados houver. Eu não tenho problema nenhum com isso.

É importante definitivamente reconhecer o profissional de educação física, porque eu sei o valor que ele teve na minha formação. Então, fica o meu depoimento pessoal aqui com relação a esses valorosos profissionais.

E que assim seja regulamentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Felício Laterça, que deu o seu depoimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Rose de Freitas, uma grande Senadora, foi Constituinte junto comigo – temos uma história bonita para contar do que foi a Assembleia Nacional Constituinte. Então, é com muito orgulho, no exercício da Presidência, por ter apresentado o requerimento, que eu passo a palavra à nossa Relatora, a querida Senadora Rose de Freitas.

Senadora Rose de Freitas, o tempo é seu.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Eu queria saudar primeiro o nosso querido Senador Paim, que é um companheiro de luta. Quando o Paim levanta ou suscita alguma questão que precisa ser mais bem elaborada, nós temos aqui o maior respeito e não vamos para a frente, pois a gente para, conversa, constrói um verdadeiro debate, faz audiência pública. Nós já estávamos para relatar este projeto, mas não queríamos fazer sem que tivéssemos o consentimento e o trabalho do Paim compartilhando da decisão final desse relatório.

Nós nos reunimos várias vezes, tanto em Vitória quanto aqui, e, nas nossas reuniões, ficava claro que precisaria ser esclarecido qual o melhor encaminhamento a dar a esse relatório. Na verdade, quando vocês estiveram aqui na sala – estou hoje participando de outras Comissões virtualmente –, nós entendemos que precisávamos pular esse obstáculo, mas com o consentimento de que era possível construir um texto afinado com as questões elencadas pelo Senador Paim. Se isso aconteceu, vocês, por favor, me deem esse retorno agora, porque aí é possível que a gente possa, Paim, se houver pleno consentimento da sua parte e entendimento com eles, esta matéria semana que vem. Por quê? Nós temos receio de que o STF possa, de repente, continuar apreciando essa matéria e de que aquilo que é conquista hoje acabe sendo prejudicado por essa votação.

Eu queria agradecer a você, Paim, e reiterar a minha amizade e admiração pelo seu trabalho, pelo Senador que você é e por essa colaboração toda que você sempre se dispõe a dar nos debates importantes deste país.

Essa profissão precisa muito dessa regulamentação. Chegou o momento, não há outra maneira de fazer que não seja dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Rose de Freitas. Você tem toda a razão: nós temos essa questão do Supremo Tribunal Federal, que é como se fosse a guilhotina ao nosso alcance, e, por isso, estamos fazendo um esforço gigantesco para construir um grande entendimento. E a Senadora foi brilhante na sua afirmação. Vejam vocês: quando as duas partes acabam apontando para o entendimento, a matéria é votada rapidamente no Plenário do Senado e no Plenário da Câmara. Pode ser votada até semana que vem, e todo mundo sabe que, em semana com feriadão, não acontece nada, a não ser que sejam temas de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande entendimento. Por isso, eu faço mais uma vez um apelo a todos. A reunião está num alto nível, cada um expressando o seu ponto de vista.

Vejam que surgiram, inclusive, dois convidados que não estavam na lista. Eu falei com as partes: "Não, coloquem os dois aí, sem problema nenhum". E vamos permitir, porque eu tenho aqui ainda até 1h. Podemos ficar aqui, para que cada um possa fazer suas considerações finais, com em torno de dois ou três minutos, o que é mais do que legítimo, para, a partir daí, nós irmos para o encaminhamento final.

Falta falar aqui o Rogério Jean Gonçalves, Presidente do Cref Bahia. Fale da mesa, por favor. A palavra é sua. Cinco minutos. *(Pausa.)*

O tempo é seu. É só apertar aí que acende a luz verde.

O SR. ROGÉRIO JEAN MOURA GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, cumprimento todos os Senadores desta Comissão.

Bom dia, Sr. Presidente do Conselho Federal, na pessoa de quem cumprimento todos os profissionais que nos ouvem agora no Brasil.

E quero dizer da minha satisfação, em simples cinco minutos, de tentar defender a nossa profissão e a nossa qualidade do exercício profissional.

E aí eu vou usar o art. 5º, inciso XIII: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Aqui me antecedeu um colega que eu sei que é advogado e que sabe disto: essa norma é uma norma contida na Constituição. E o PL 9.696 veio para regulamentar essa norma em educação física, assim como se fez com as outras profissões. Então, o que nós queremos aqui é garantir, depois de mais de 22 anos de sucesso do Sistema Confef/Cref, que isso continue valendo. Não queremos criar uma *aberratio legis*, ou seja, criar uma profissão para dois tipos de profissionais, o profissional registrado e o profissional não registrado. Nós queremos todos os profissionais de educação física registrados sob a égide da lei que aqui está sendo discutida, para garantir para a sociedade, aí, sim, um melhor serviço.

Nós não fiscalizamos a escola, nós fiscalizamos o exercício profissional. Essa é a função. *(Palmas.)*

E a nossa função é defender a sociedade e não o professor.

Sinto, como foi dito aqui, que tenha havido um profissional ou um pseudoprofissional que foi levado de camburão, mas é a lei, é a contravenção penal, art. 47 da Lei 13.688. Não fomos nós que criamos a lei. Como na sua profissão, Prof. Paim, existe um artigo no Código Penal, o art. 282, de que é crime o exercício ilegal do médico, como do dentista e do farmacêutico. Portanto, mesmo que existam, na Lei 9.394, as garantias da educação física como educação para o profissional de educação física – o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou há mais de 23 anos, porque eu sou servidor público do Estado da Bahia, concursado, e ministro aula, como ministrei ontem, e estou aqui –, nós temos também um critério simples para decidir sobre a lei, que é o critério das antinomias. Se há um conflito de normas, como foi estabelecido aqui, entre a Lei 9.394, sobre o profissional de educação física, e o que está na Lei 9.696, de 1988, vai prevalecer a lei especial. Está dito. Isso é normal. A lei especial é a que prevalece.

E, além disso, eu queria também deixar claro que nós somos o Estado, sim. Nós somos *longa manus* do Estado, porque a Constituição fez isso, criou isso. Somos *longa manus*, porque arrecadamos tributo. Por isso, ele não é facultativo. Por isso, somos fiscalizados pelo TCU, conforme o art. 70 da própria Constituição. Portanto, estamos sob a égide da parafiscalidade. Nós somos criteriosos e controlados. Não é um poder da associação. Não somos sindicato e não somos associação. Somos um conselho de classe que estamos há 22 anos defendendo a sociedade brasileira e defendendo para garantir aos alunos da escola, das escolas públicas e privadas, o melhor para eles, que é o profissional de educação física capacitado tecnicamente e eticamente comprometido com a profissão. Vejam bem que o próprio TCU impõe aos conselhos profissionais a fiscalização e determina que boa parte da sua arrecadação seja voltada para a fiscalização. É o que nós temos feito durante 22 anos.

Além disso, quero lhe dizer que sofremos ataques, sim. Na Bahia, no mês passado, os professores de educação física foram tirados do ensino fundamental I, das séries iniciais, do 1º e do 2º anos. E nós do conselho ajuizamos uma ação civil pública – só nós – e garantimos a presença deles. Portanto, a garantia foi dada por uma condição *sine qua non*, porque nós estamos defendendo a sociedade com o objetivo de garantir aos sujeitos deste país, aos filhos deles uma boa qualidade, sob a égide da nossa norma legal e do nosso Código de Ética.

Eu rogo aos Srs. Senadores que não separem a profissão. Essa é uma profissão de sucesso, mas também por conta muito do conselho profissional, que garantiu a essa profissão dignidade, responsabilidade e compromisso social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rogério Jean Gonçalves, Presidente do Cref da Bahia.

Está conosco, prestigiando a nossa audiência de hoje, o Senador Fabio Garcia. Se V. Exa. permitir – faltam só dois para falar –, passarei a palavra a V. Exa., sem prejuízo dos minutos que cada um falará. Todos falarão. Os que usaram a palavra usaram 3 minutos. Nós não vamos abrir nenhuma exceção, a não ser para a fala de Senador, claro, que é a praxe desta Casa. Seria um absurdo se nós não abrissemos a palavra para um Senador, independentemente da posição de cada um.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu passo a palavra para a Sra. Gislene Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Depois fala o Dr. Claudio. Depois, nós vamos, de novo, para a lista anterior, respeitando a ordem de inscrições que tenho aqui.

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL (Para expor.) – Bom dia.

Eu quero agradecer, em nome do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, ao Exmo. Senador Paulo Paim e a esta Comissão de Assuntos Sociais por acatarem esse pedido de audiência pública.

Cumprimento os senhores e as senhoras que compuseram, junto comigo, esta mesa de debates, o público aqui presente e os demais que nos assistem pelos canais do Senado.

Quero deixar registrado que, na tramitação do PL 2.486, na Câmara Federal, só não ocorreu uma audiência pública como esta em que o amplo direito ao contraditório se fizesse presente, porque o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, junto ao Sinpro DF, não foi acatado nesse pedido de audiência. Nós tentamos, distribuimos um documento, queríamos fazer o debate na Câmara Federal, e isso não nos foi permitido. Ao contrário, o Relator naquela Casa fez reuniões com Conselho Federal e Crefes, mas o CBCE não foi convidado, assim como as demais entidades que hoje, felizmente, estão aqui para fazer este debate democrático.

O CBCE possui, nos seus grupos de trabalho, inúmeros pesquisadores que estudam as questões do mundo do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Gislene, só por uma questão de justiça e compromisso parlamentar. O Relator, na outra Comissão, foi o Romário. Nós conversamos com ele...

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL – Não. Foi na Câmara Federal que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, na Câmara Federal.

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL – Foi na Câmara Federal, não foi na Comissão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, porque foi ajustado lá que nós provocaríamos uma audiência pública aqui, que foi a vontade de todos os Senadores estar realizando hoje...

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL – Sim, nós acompanhamos essa discussão, mas foi na Câmara Federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom.

É com você mesmo. Parabéns...

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL – Esses pesquisadores vêm acumulando reflexões com base na ciência sobre as questões relacionadas ao processo de regulamentação das profissões, em particular a educação física, ao papel dos conselhos na ordem social em que vivemos, mas o nosso foco hoje aqui é tratar, especificamente, dessa emenda, apresentada pelo Senador Paim, que corrige o que nós consideramos um grave equívoco e que é muito urgente para, inclusive, resolver esse problema de forma definitiva. Os professores de educação física escolar não estavam obrigados a se filiar aos conselhos antes da apresentação deste PL, tanto é que os processos judiciais vêm correndo, há décadas, para poder se resolver essa questão dessa insegurança jurídica. Essa questão central que eu vou apresentar aqui, então, se coaduna com a emenda apresentada pelo Senador Paim. Então, vamos lá.

Na legislação brasileira, os dispositivos normativos que tratam dessa matéria são claros, explícitos e contundentes quanto à improcedência de se ter um conselho profissional atuando no âmbito das instituições do sistema educacional em todos os níveis e modalidades de ensino, seja fiscalizando o trabalho pedagógico, seja com ingerência na formação e nos currículos. Eu vou citar três exemplos de pareceres exarados acerca dessa matéria – um do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, e dois do Conselho Nacional de Educação.

Parecer nº 451, do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, respondendo a uma consulta da Secretaria Municipal de Pelotas. Na análise do mérito, o parecer identifica que, desde 1998, o diploma de curso superior reconhecido é o documento hábil para comprovação de formação de nível superior e para o exercício do magistério ou especialista da educação. O parecer do Rio Grande do Sul evoca um parecer jurídico da consultoria jurídica do Ministério da Educação, que concluiu, após o exame de toda a legislação aplicável – abre aspas:

Não há dúvida de que os professores, no exercício das funções de magistério, não exercem profissão regulamentada e, por consequência, não estão sujeitos à fiscalização das atribuições correspondentes, nem estão obrigados legalmente ao registro profissional nos conselhos regionais

Ainda nesse mesmo parecer – abre aspas:

Da legislação resulta o entendimento claro de que o exercício de profissão regulamentada sujeita ao controle do exercício profissional não se confunde com o exercício do magistério, que obedece à legislação específica

E conclui:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não cabe aos órgãos de controle do exercício de profissões estabelecer normas, base sobre currículos, inclusive carga horária, ou conteúdos, intensidade, ou abrangência de qualquer componente curricular. A educação física é um componente curricular e não uma atividade extracurricular [isso é de lei de 1971].

Aos professores, deve ser exigida somente a comprovação de titulação e a habilitação para o exercício do magistério, não cabendo exigir inscrição em órgão de controle do exercício profissional de profissão regulamentada.

Segundo parecer. Do Conselho Nacional de Educação, o Parecer 131, Câmara de Educação Superior. Consulta sobre a obrigatoriedade de filiação dos professores de educação física. O autor dessa consulta foi o Conselho Federal de Educação Física. Responde, portanto, o Conselho Nacional de Educação:

Em resposta à consulta similar feita pelo Sindicato Campo Grandense dos Profissionais da Educação Pública [...], a SESu/MEC esclareceu pelo Ofício 950 [...] não proceder a exigência da obrigatoriedade referida, tendo em vista jurisprudência já firmada e ratificada [...] [por um parecer anterior]: "O exercício da docência não se confunde com o exercício profissional".

Terceiro parecer. Do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Parecer nº 12, de 2005, que já foi, inclusive, citado aqui – abre aspas:

O texto constitucional [...] é [...] claro e inquestionável no sentido de que as restrições ao exercício profissional só podem decorrer a partir do que estabelecido em lei.
[...] no universo [...] [das] leis [que regulamentam as profissões], não há qualquer dispositivo que permita ou imponha a ingerência normatizadora ou fiscalizadora dos conselhos de classe ou de seus representantes na órbita da vida escolar ou acadêmica, desde a Educação Básica até a Educação Superior.
[...] do ponto de vista legal, não cabe qualquer ingerência dos conselhos profissionais, nas atividades escolares e acadêmicas que serão reguladas pelo sistema de ensino.
[...] o exercício do magistério é questão que escapa às competências dos conselhos [...]

Na página do CNE – e isso não diz respeito apenas à área da educação física, mas a várias outras áreas –, a gente encontra ali pareceres tratando das relações e competências entre conselhos profissionais, instituições de ensino superior e redes de ensino.

A emenda proposta pelo Senador Paulo Paim visa corrigir esse equívoco grave, que resultará em processos negativos para o sistema educacional brasileiro e para os professores em geral. Não é possível mais confundir a educação física na escola com a atividade física para promoção de saúde. As políticas de saúde devem, sim, contemplar os espaços específicos para o acesso à prática esportiva, a democratização



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do acesso às diversas práticas corporais ou elementos da cultura corporal, como a gente fala na educação física.

Eu vou colocar dois pontos que a gente considera negativos. Ao ignorar as determinações legais e seus dispositivos normativos já citados, o único caminho para as instituições e entidades da sociedade civil dedicadas a proteger os direitos dos professores do sistema educacional à livre associação será a via judicial, ou seja, aumentar-se-á a insegurança jurídica de professores de educação física e dos demais professores dos outros componentes curriculares. Se, em vez de corrigirem o ambiente de insegurança jurídica em que se encontram professores de educação física escolar, à mercê de julgamentos contraditórios – porque eles existem –, ao arrepio da lei e ao sabor de interesses arrecadatórios, as senhoras e os senhores legisladores estarão contribuindo para aprofundar o problema, na medida em que os outros conselhos profissionais passarem a atuar na mesma direção, reivindicando para si a ampliação do seu escopo de atuação para os sistemas de ensino.

Eu quero finalizar, mais uma vez agradecendo a honra de estar aqui participando deste debate, reforçando a importância da educação física como componente curricular – ninguém aqui está desmerecendo a importância da profissão –, mas entendendo que a sua presença como componente curricular a vincula a um projeto pedagógico, que as instituições escolares têm autonomia, dada pela LDB, para elaborar. A concepção de educação física que está na proposta pedagógica das instituições escolares é resultado do debate interno nas escolas e da elaboração do seu projeto político pedagógico, obviamente acompanhando os avanços que a própria área da educação física vem trazendo com relação à importância de ampliar o acesso ao conhecimento e aos saberes das práticas corporais que o Brasil produziu, mas também ao acervo da humanidade relacionado a essas práticas corporais.

Não é possível confundir a aula de educação física na escola com política de democratização do acesso ao esporte e não é possível também confundir projetos escolares com a aula de educação física escolar. Todos esses equívocos apareceram aqui e eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. GISELENE ALVES DO AMARAL – ... a atenção de todos e todas nesse sentido.

Apelo, mais uma vez, a esta Casa no sentido do acatamento dessa emenda a partir dos argumentos aqui apresentados.

E estamos à disposição para continuar este debate, inclusive com o Conselho Federal de Educação Física.

Obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Gislene Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Concluindo a relação dos nossos convidados, vai usar a palavra, neste momento, o Sr. Claudio Augusto Boschi, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física.

Dez minutos, Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Naturalmente, vai falar o Senador depois.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Senado Federal, na pessoa do seu Presidente Rodrigo Pacheco, pela audácia em discutir algo de extrema importância que é a educação física nesta Casa e discutir de uma forma tão democrática e tão atraente como tem sido feito. Quando foi instado ao Senador Rodrigo Pacheco que houvesse a leitura do PL 2.486, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, imediatamente ele determinou que assim o fosse feito.

Quero agradecer também ao Senador Romário pelo relato feito na Comissão de Educação, assim como ao Senador Marcelo Castro e, na pessoa dele, a todos os membros da Comissão de Educação pelo carinho e pela seriedade para com a educação física que ali foram demonstrados.

Quero agradecer ao Senador Sérgio Petecão, que impressionou positivamente quando, na sessão anterior, em que o Senador Paulo Paim fez a colocação do requerimento, ele disse que esta Casa era a Casa do consenso e que a audiência já estava marcada. (*Palmas.*)

Quero agradecer à Senadora Rose de Freitas pela maneira com que tem conduzido os trabalhos da relatoria. E a prova clara é que, ainda com outros compromissos, ela fez questão de estar presente e de não só estar presente, mas de se pronunciar. Aliás, se pronunciou em algo interessante – tanto a Câmara dos Deputados quanto o Congresso Nacional são as Casas do Parlamento, e Parlamento é a mente pensando e falando. E é para isso que nós todos estamos aqui.

Também quero agradecer à Senadora Nilda Gondim e ao Deputado Felício Laterça, também aqui presente.

E eu não poderia deixar de reiterar os agradecimentos ao Senador Carlos Portinho pelo trabalho que fez nesta Casa em prol da profissão.

Esse Sistema Confef/Crefs é algo interessante. Duas das maiores autoridades mundiais em educação física e esportes fizeram questão de se registrar no Conselho Federal de Educação no Sistema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confef/Crefs. Eu estou falando do Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino e do Prof. Dr. Lamartine Pereira da Costa, que tiveram atuação tanto na área de educação quanto na área do esporte, sinal de que respeitam a lei e sinal de que veem que essa atitude, que essa atividade, que esse sistema é algo produtivo e interessante para a sociedade.

E, antes de explanar mais detalhadamente, nós buscamos lembranças lá nas lições de Olavo Bilac, numa poesia chamada Profissão de Fé, em que ele mostra que profeta é aquele que faz a sua profissão através da fé, seja o credo religioso que for. Professor é aquele que faz a sua profissão de fé através da oratória, formando cidadãos; e profissional é aquele que faz a sua profissão de fé através da fixação dos conhecimentos que ele transmite. Então, todos são um núcleo único, um núcleo só, e, no exercício profissional, professor de educação física é profissional de educação física.

Estou muito a cavaleiro para dizer isso, porque eu sou filho de uma professora, que, quando se casou, deixou de ser professora para educar os filhos e mais os sobrinhos, porque um irmão do meu pai tinha falecido recentemente, infelizmente.

E, concordando literalmente com o Presidente dos trabalhos, nós estamos aqui para falar sobre o Projeto de Lei 2.486/2021, que solidifica a Lei 9.696. Essa é a intenção da mensagem presidencial; essa foi a intenção da votação feita pela Câmara dos Deputados; essa foi a intenção da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa; essa, com certeza, é a intenção da Comissão de Assuntos Sociais.

E, atendendo uma orientação – permita-me falar dessa forma, Senador –, nós estamos aqui diante do PL Eduardo Mascarenhas. É importantíssimo que a gente dê valor a quem o fez. E foram essas as palavras que o Senador Paulo Paim falou quando nós fomos cumprimentá-lo e agradecer por esta oportunidade. Então, nós iremos falar exatamente sobre a Lei Eduardo Mascarenhas, através do hoje PL 2.486.

É importante também esclarecermos que o art. 59 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, rigidamente, que o que tem valor jurídico, o que tem valor no mundo das leis está ali listado, e lá está listado resolução, não está listado parecer. Atos administrativos têm uma estrutura apropriada.

Outra informação, só para facilitar os trabalhos, é que a Lei 6.684, de 3 de setembro de 1979, que regula a profissão de biólogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia, de Biomedicina e dá outras providências, no seu art. 1º, diz que:

[...] devidamente registrado, de bacharel ou licenciado em curso de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todas as suas especialidades ou de licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outra situação que nós temos que colocar com muita clareza. E desculpem-me a maneira enfática de colocar, porque eu prefiro seguir os ensinamentos de Jean-Jacques Rousseau, junto com Descartes, de que tenhamos a inteligência emocional para poder chegarmos a uma concórdia, a um caminho que possa ser em prol de uma profissão, que, em 22 anos, saiu do zero. É o único sistema conselhar de profissão no Brasil criado sem nenhum recurso federal, e chegou aonde está, com 600 mil profissionais e mais de 60 mil estabelecimentos registrados.

Nós fizemos um elenco de apresentação, mas gostaríamos de ressaltar também que na LDB estão muito claros os princípios e os fins da educação nacional. E ali está, no seu inciso IX do art. 3º, o princípio da garantia de padrão de qualidade no ensino. Então, não foi o Sistema Confef/Crefes quem criou nada, foi a LDB, votada por esta Casa.

Há também de se ratificar que a obrigatoriedade de registro dos profissionais de educação física da educação básica é imperiosa, pois ela decorre dos dois princípios basilares do regime jurídico administrativo brasileiro, a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e o princípio da legalidade; e, por fim, que o Tema Jurisprudencial nº 647, do Superior Tribunal de Justiça, estabelece que, na educação física, as duas áreas de formação, quer seja licenciatura, quer seja bacharelado, têm obrigatoriedade de registro profissional e ainda estabelece que a atuação na área de licenciatura é voltada à educação básica. Então, ele deixa bem clara, bem serena e bem perene essa necessidade.

Nada disso seria importante se não fosse essa cautela, essa preocupação e esse ardor com que nós estamos aqui a trabalhar.

Nós precisamos lembrar que Platão, Sócrates e Aristóteles falaram da importância da atividade física, da ginástica, hoje chamada de educação física. Ruy Barbosa, quando escreveu o famoso documento, parecer sobre a instrução pública, hoje educação geral, no Brasil, ele dedicou 21 páginas à educação física. Ele diz lá taxativamente: uma nação que não cuida da prática da atividade física e da ginástica, hoje chamada educação física, é uma nação que não tem razão de existir.

Só que isso tudo precisa de um controle, isso tudo precisa de normas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI – Como diz Norberto Bobbio, seguir normas é obrigação de uma sociedade que quer ser livre. A liberdade existe – está lá, por exemplo, e aqui foi citado, o art. 5º, inciso XIII –, mas a liberdade está muito clara. Se não fosse dessa forma, a Constituição Federal não tinha colocado, em dois itens, quando é competência exclusiva da União: um deles, o item sobre a responsabilidade e competência exclusiva da União legislar sobre a educação básica, sobre diretrizes e bases da educação nacional; e um outro item que fala sobre exercício profissional, sobre o Sistema Nacional de Emprego. Aí está muito claro que são legislações separadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é nesse sentido – e para encerrar, Sr. Presidente – que quero mostrar que, se o Sistema Confef/Crefs, nesses vinte e tantos anos, nada tivesse feito, ele produziu uma cartilha, "Pessoas mais ativas, cidade mais saudável", que foi honrada e parabenizada pela Organização Mundial de Saúde. E, coincidentemente ou não, isso foi feito em algum período muito próximo à covid.

Por fim, Presidente, em nome do Sistema Confef/Crefs, em nome dos quase 600 mil profissionais registrados, em nome dos mais de 60 mil estabelecimentos de prática de atividades físicas, esportivas e similares registrados, nós nos colocamos literalmente à disposição, para que possamos estabelecer um processo de concórdia, sob a sua tutela, lembrando exatamente do trabalho que o senhor fez há alguns anos, que foi aqui muito bem lembrado pelo Presidente Ernani Contursi e que pôde levar à sanção da Lei 9.696.

Somente juntos poderemos chegar, de forma forte e coesa, àquilo que almejamos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem pelo encaminhamento.

Neste momento, se vocês permitirem, primeiro, eu agradeço ao Senador Fabio Garcia, que entendeu que nós estamos correndo atrás do tempo aqui, porque somos obrigados a encerrar às 13h, pois a equipe toda já inicia outro trabalho às 14h.

Então, muito obrigado, Senador Fabio Garcia, que abriu mão da sua palavra.

Eu queria, neste momento, obrigação nossa com a população brasileira, fazer a leitura de comentários que chegaram aqui, alguns. Eu não seleciono nada. É a assessoria quem me manda, para não dar a impressão de que estou lendo para um lado ou para outro.

Ruan Lucas, do Acre: "É necessário haver um sistema de regulamentação de classe para restringir a atuação dos leigos na área, inclusive na educação".

Elisabete Laurindo, de Santa Catarina: "Precisamos nos fortalecer, cada vez mais, com profissão regulamentada. Os profissionais e a sociedade precisam da educação física".

Eliane Cunha, do Espírito Santo: "Lutamos há muitos anos em prol do reconhecimento da profissão. Isso não pode ser perdido".

Ela está se referindo ao que pode acontecer no Supremo Tribunal.

Ana Carolina, do Espírito Santo: "O Cref nunca atuou de forma satisfatória nem no que diz respeito ao bacharelado".

Estou lendo tudo, como está aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Eduardo, do Espírito Santo: "Necessário que o Confef e o Cref orientem os profissionais e a população e fiscalizem os profissionais regularizados".

Edson Araújo, do Espírito Santo: "O sistema Confef/Cref veio para dar garantia de que a sociedade seja atendida por profissionais qualificados".

Francisco Castro, do Acre: "Com a regulamentação, a educação física escolar passa a ter elevação acentuada na sua qualidade e nas responsabilidades dos professores".

Matheus Elias, de Santa Catarina: "Qual é a opção para regulamentar os profissionais que atuam por fora, como *personal trainer*, por exemplo?".

Kalleb de Meneses, do Ceará: "Quais os benefícios da regulamentação da profissão para o profissional e para a sociedade?"

Juliane de Jesus, de São Paulo: "O que muda com a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física?"

Pedro Henrique, do Distrito Federal: "Com a criação dos conselhos, o campo terá melhor administração e orientação dos profissionais da área?"

É uma pergunta.

Ainda, Mar Cristy, do Rio de Janeiro: "Diante da proposição, sugiro que seja delegado aos Conselhos regionais criar uma tabela de remuneração mínima ao profissional sob contrato de trabalho".

Carlos Leandro, do Maranhão: "Nenhum componente curricular paga para trabalhar".

Aí ele diz uma expressão que é contrária ao Cref. Vou só usar isto aqui: no âmbito escolar, professor de magistério, quem fiscaliza é o MEC.

Dudu Monzatto, do Rio de Janeiro: "É imprescindível estabelecer limites para que a educação física seja respeitada e valorizada na modalidade de licenciado ou bacharel, que são formações distintas".

Marcelo Melo, do Rio de Janeiro: "Fim de ingerência na educação básica. Portador de diploma de licenciatura está apto a ser professor. Exigir registro do professor não é certo", segundo ele.

Maria Inês, do Rio de Janeiro.

Quando há uma expressão agressiva, podem saber que eu mudo, por conta e responsabilidade minha.

Maria Inês, do Rio de Janeiro: "Educação física deve ser exercida apenas por profissionais formados e habilitados para o trabalho".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como estamos correndo atrás do tempo, repito mais uma vez: eu entendi a fala de todos aqui e dialoguei também com a Relatora e com todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo...

Mas antes, aqui, por questão de respeito ao documento que eu recebi... "A Federação Interestadual dos Profissionais de Educação Física (Fepefi) nomeia e constitui seu representante legal, o Sr. Antônio de Oliveira Vasconcelos, advogado inscrito na Ordem do Brasil, para, na condição de preposto, comparecer à audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para discutir o 2.486, assim como outro ato que se faça necessário. Portanto, e para tanto, prestar depoimento se for necessário".

Assina: José Antônio Martins Fernandes.

Enfim, fiz todos os comunicados que tinha que fazer.

Eu queria, neste momento, ir para o finalmente.

Todos aqui expressaram o seu ponto de vista com muita clareza. Eu, neste período em que estou presidindo, também fiz algumas conversas, falei com a Relatora e tive o cuidado de falar também com outros agentes.

Vou passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

Então, nas considerações finais, eu acho que muito mais agora... Estão bem claras as posições, estão bem claras. Não há problema nenhum.

Eu queria... Eu vou dar o tempo para as considerações finais para cada um dos senhores e das senhoras, mas que vocês se posicionassem, de preferência, em relação à proposta que vou encaminhar.

A proposta que faço é que, na próxima quarta-feira... Porque na semana que vem nenhum projeto polêmico será votado aqui. Podem crer. Eu quero votar o mais rápido possível.

Na próxima quarta-feira, nesta mesma sala, que a gente se encontre e vamos para um outro espaço depois... Só não vou dizer o espaço, porque senão vai todo mundo para lá e não dá. Não é assembleia, é uma reunião de trabalho. Que os que têm posições favoráveis ao Plano A ou ao Plano B indiquem, no máximo, três pessoas, nós sentaríamos com seis, eu estaria junto – a Relatora, de uma forma ou de outra, eu sei que vai colaborar –, para ver em que entendimento nós podemos chegar.

Eu acho que é possível, por aquilo que já conversei com as partes. Sinto que há espaço para esse encaminhamento, senão não o faria. São quase 40 anos de Congresso Nacional, porque eu cheguei aqui na Constituinte. Muito diálogo, muita conversa com todos. Assim eu escrevi a minha vida aqui dentro. Para vocês terem uma ideia, e aqui eu vou complementar, Ronan Tito, no direito de greve, que está na Constituição, eu fui negociar na fazenda dele, eu e o João Paulo de Monlevade. Ele mandou um teco-teco nos buscar aqui, e nós fomos lá à fazenda dele, construímos o texto, voltamos aqui e eu fui negociar com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Jarbas Passarinho, a pedido de Covas, de Lula, dos que lideravam, o Ulysses... "Ah, vai falar com o Passarinho".

Fui falar com o Jarbas Passarinho e dou este depoimento com a maior tranquilidade. Um homem muito preparado. Cheguei lá com o texto elaborado, com o Ronan Tito. Esse é o texto do direito de greve. Ele pegou o texto e, em três, quatro minutos, ele leu e disse: "O texto é bom, vou defender no Plenário". E foi aprovado por unanimidade.

Para mostrar que não é uma questão ideológica, não é nada. Nós queremos aqui é valorizar a educação e, neste caso, claro, os profissionais da educação física.

Então eu vou passar a palavra a vocês para as considerações finais, vou seguir a lista, mas peço que se posicionem. Daí cada um dos setores aqui representados indica três pessoas preparadas e com poder de decisão, porque o texto que sair dali é o texto que nós pretendemos fazer com que ele... Claro, sempre dialogando com a Relatora, com aqueles que estão participando ativamente. Acho que é possível.

Vamos lá. Vamos voltar à lista original.

Primeiro, a Senadora Zenaide Maia, que vai fazer uma fala aqui rápida de saudação a vocês. E tenho certeza de que ela vai apontar o caminho do entendimento, que é bom para todos.

Estou com a lista aqui. Eu vou seguir a lista original. Cada um, três minutos.

Por favor, vocês dois podem ficar aqui representando o Plenário, o senhor e a senhora.

Senadora Zenaide Maia, que é a Vice-Presidente desta Comissão. Ela só não está presidindo, ela e o Petecão, meu querido Presidente Petecão, porque eles entenderam que, como autor do requerimento, eu deveria presidir, e claro que eu aceitei, porque esse é o nosso trabalho, o trabalho da Zenaide, do Petecão e também meu. Mas é de praxe, na Casa, o autor do requerimento presidir quando é possível.

Senadora Zenaide Maia, a palavra é sua. Parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos! Imaginem a importância de ter um Paulo Paim diante de uma associação como essa.

Paulo Paim, eu quero só parabenizar pelo pedido desta audiência pública, em que a gente ouviu os dois lados dessa questão e que era necessário. Pelas falas que eu ouvi aqui, é essencial, foi e é essencial esta audiência pública, porque quem vê o projeto de lei assim, rapidamente, não vê... E aí, quando a gente ouve os dois lados, o dos professores e só os educadores físicos, a gente vê que todos os dois têm argumentos. E a ideia que o senhor teve de juntar um lado e outro para chegar a um consenso... Eu queria dizer a todos aqui que, sem consenso nesta Casa, é difícil passar qualquer projeto de lei. Então, vamos usar a boa vontade, ouvir os dois lados. E eu dei uma olhada também na emenda de Paulo Paim. E depois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas falas é que a gente viu... A população que está nos assistindo, Paim... Por isso é que estão opinando aí no e-Cidadania, porque muita gente... Não são só os educadores físicos, mas a sociedade como um todo viu isso aqui e foi importante demais.

Parabéns, Paulo Paim, pela condução! Como ele falou, eu sou a Vice-Presidente, mas ninguém mais indicado do que Paulo Paim para fazer uma audiência pública dessa. E parabéns a todos os expositores que mostraram o seu lado. Isso é a democracia, gente.

E nosso grande Paulo Paim ainda se dispôs a se reunir para ouvir. Uma boa conversa... Alguém já dizia: "A falta de comunicação gera ódio". E não é isso que a gente quer. Vamos nos comunicar com todos, o máximo possível, para a gente chegar a um bom termo e a um consenso.

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem! Grande Senadora! Essa é a Senadora Zenaide Maia... (*Palmas.*)

... uma Senadora que orgulha a todo o povo brasileiro.

Por favor, eu vou pedir agora... Eu vou voltar à lista. Se puderem usar de dois a três minutos e com foco na proposta, porque eu falei um pouquinho com um ou outro dos representados aqui para a gente caminhar nesse entendimento.

Primeiro, passo a palavra a Débora Rios Garcia, Conselheira do Conselho Federal de Educação.

A SRA. DÉBORA RIOS GARCIA (Para expor.) - Bom, primeiro, eu quero só agradecer, Senador, por esse momento da audiência pública, que é muito importante para fortalecer a nossa profissão de educação física, em que cada vez mais a gente tem perdido espaço, principalmente na licenciatura.

No ensino médio, temos hoje educação física uma vez por semana. Estamos perdendo cada vez mais espaço.

Então, quero só agradecer e temos que votar, sim, o 2.486, de 2022.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, Dona Débora. Meus cumprimentos pela brevidade aí; ajudou muito.

De imediato, Joselma Ferreira Mota, 1ª Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA - Joselene, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Joselene.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está correto. É a minha pressa aqui.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA – Não, com certeza.

Primeiramente, mais uma vez quero agradecer a este Plenário, saudar o conjunto de mulheres que estiveram aqui presentes – como sempre, somos minoria em vários debates, inclusive na Casa parlamentar – e registrar também um pouco do meu repúdio por várias vezes as mulheres, ao estarem falando, terem sido interrompidas. Quero registrar que a gente precisa mudar essa cultura.

Em segundo lugar, gostaria de responder algumas questões colocadas aqui pelos colegas de profissão.

A defesa da educação física não está somente na emissão de uma carteirinha ou no pagamento de anuidade ao conselho. Na verdade, ela está no combate aos ordenamentos legais impostos hoje pela política educacional brasileira, que sucateiam as escolas, que sucateiam as universidades, que não permitem quadras e materiais didáticos para as aulas de educação física, porque isso, juntamente com o salário digno e uma carreira decente, é que garante a qualidade do ensino, sobretudo do ensino público.

Quero dizer que o melhor serviço prestado à sociedade se dá pela valorização da prática pedagógica por meio de formação. Como foram os dados que eu apresentei, é necessário que se invista cada vez mais em formação. Isso também faz parte do processo de qualidade.

Quero dizer não à mercantilização da nossa prática pedagógica, sobretudo da prática pedagógica dos professores que atuam na escola e nos ensinos superiores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. JOSELENE FERREIRA MOTA – Nesse sentido, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes) apoia a emenda parlamentar do Senador Paulo Paim pela retirada do registro nos conselhos dos professores que atuam nos espaços formais, nos espaços formativos, nos espaços escolares.

É isso.

Uma grande saudação a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, então, Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bem, primeiro, quero agradecer esta excepcional oportunidade de dialogar aqui com os colegas, mas dizer que utilizei a expressão "precisamos avançar" quando me reporte à política de Estado, que eu falei que nós não tínhamos.

Esses países compreendem que há necessidade de uma atividade física na escola com base em evidências, como a produção da proteína BDNF, que é liberada durante a atividade física e que potencializa a criação de células cerebrais e, consequentemente, o desempenho acadêmico. Então, enquanto estão na escola, o interesse é que eu aumente o nível de desempenho acadêmico dos alunos.

Também aqui fomos citados, e, em nenhum momento, o conselho tem que ter ingerência nos projetos pedagógicos. O projeto pedagógico da escola ou de uma universidade é de autonomia desses espaços. O conselho nem pensa nem tem essa característica.

Por fim, quando falo de atividade física durante as aulas de educação física, é na busca de legitimação. Um componente curricular só é legítimo quando faz algo na escola que nenhuma outra disciplina ou conhecimento pode fazer. No caso da educação física, mais de 60% das crianças declaram ter somente a escola para a prática de atividade física e de esporte sob orientação de um profissional de educação física.

Os jovens com menos recursos têm direito também a buscar aptidão física, desenvolver suas práticas esportivas, então, nós defendemos a intencionalidade na organização do currículo. É isso, nós não defendemos que deva ser de forma aleatória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos, de imediato, ao Gabriel Magno Pereira Cruz, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Rapidamente, porque acho que, às vezes, muitas informações assim, jogadas de maneira aleatória, acabam confundindo, mas eu queria, primeiro, só responder também ao Deputado, porque, ao falar do médico, médico não é profissional de educação, por isso que, dentro da escola, quando atua, existe a exigência do conselho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos dizendo aqui, a nossa tese é a de que o professor de educação física é, sim, um profissional da educação e o que é exigido dele é a licenciatura. Um fato nítido e notório disso é que, na carreira, o professor de educação física, assim como outros professores, também goza de um direito muito importante, que é a aposentadoria especial. Isso define, inclusive, a sua prática como professor e como da carreira de magistério.

Queria dizer e ressaltar, para terminar, duas coisas, Senador, que nós estamos aqui, orientamos e pedimos para os Senadores votarem o projeto de lei com o acatamento da sua emenda. Não estamos aqui fazendo outro debate, então, quero deixar isso nítido. E também dizer que a CNTE, que representa 4,5 milhões de profissionais de educação no Brasil inteiro, está na luta para isso e para além das várias cartilhas já feitas na luta incansável em defesa da educação pública pelo piso, pelo Plano Nacional de Educação, pela Constituição Federal, pela democracia neste país e pela luta muito importante, no ano passado, do Fundeb, de valorização da educação.

E eu queria sugerir, Senador, se é possível, nesta Comissão, na quarta-feira – e nós temos acordo –, quatro de cada lado, já que, da nossa parte aqui, vieram quatro entidades diferentes, e acho que a gente gostaria que as quatro entidades aqui, que falaram e se manifestaram, estivessem presentes. Então, se for possível, não três de cada lado, mas quatro de cada lado, sendo que, do lado do Sistema Confef/Crefs, viessem as mesmas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ – Então, do nosso lado, a gente gostaria de fazer esse pedido, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ – ... E apoiando essa iniciativa da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como nós estamos com problemas de tempo, eu acato de imediato, não vejo problema nenhum de ser três ou quatro – quatro de uma posição e quatro de outra posição – para a gente tentar construir junto aquilo que eu chamo de resultado dessa audiência pública de conciliação.

Claro, pessoal, eu fui sindicalista. A gente, na mesa de negociação, tem que saber, ambos os lados podem ceder para chegar não no ideal, mas no possível naquele momento.

Eu tive a minha marca como sindicalista não pelo número de greves não, mas pelo número de acordos que eu fazia no mundo do trabalho, negociando, claro, numa visão do trabalhador, o empregado e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o empregador, o que não é o caso aqui. Nós estamos falando da educação, que está acima inclusive desse exemplo que eu dei.

Ernani Contursi, 1º Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro/Espírito Santo.

O SR. ERNANI CONTURSI (Para expor.) – Senador, eu fico muito preocupado quando a gente fica esperando o Estado fazer as coisas pela gente.

Quando a calçada da minha rua não foi limpa pelo município, eu vou deixar a sujeira ficar ou eu vou limpar a calçada da minha rua? Não é possível a nossa profissão de educação física estar enfrentando todos os problemas na escola e nós ficarmos calados esperando, a educação física já teria acabado no Rio de Janeiro!

Não sei se há mais alguém do Rio de Janeiro, mas nós fizemos uma lei para salvar a educação física no estado que obriga a educação física com o profissional de educação física nas escolas.

No ensino médio, é uma luta aqui, já acabaram a educação infantil, tiraram todos os professores do município, e quem lutou? Quem lutou pela educação física? Não há uma luta pela educação. A gente trabalha no todo e esquece o específico: a vizinha, o problema da tua rua.

Nós temos que atuar politicamente, ativamente no município. Quando eu falo que o cristianismo começa na sua casa e depois vai para a comunidade, depois para a sociedade, depois para o Estado, depois para o Brasil, é a mesma coisa a nossa demanda. Nós temos lutado muito para manter a educação física na escola, muito, criando leis, leis municipais inclusive. E, mais ainda: quando a gente separa, fala que a educação... Educação e saúde é a mesma coisa.

Quanto à educação física na escola, o principal é criar hábito saudável na parte cognitiva, psicomotora e afetiva, taxonomia dos objetivos educacionais. Nós temos doutores aqui que podem verificar isso. E, quando eu falo em cognitivo é a saúde mental. Então me preocupa que nós estamos discutindo muito sobre educação, e pouco sobre a educação física.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos ao próximo.

Por favor, Rosilene Corrêa Lima, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Sinpro-DF.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA (Para expor.) – Então, lamentavelmente, o Delegado Deputado Felício não está mais aqui, mas eu gostaria de esclarecer para quem está nos acompanhando, especialmente, que não é muito honesto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu havia combinado com você, eu te daria a oportunidade.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É agora mesmo.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Não é muito honesto da parte do Deputado fazer comparações como a que ele fez, porque, às vezes, as pessoas se confundem mesmo. Então, da mesma forma que quem é formado em Direito, para dar aula numa faculdade de Direito, não tem que ter OAB, também o médico, como o Gabriel bem disse... É querer transformar em igual o que não é. Então, acho que é um pouco desonesto da parte do Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – É desonesto, porque não há transparência no que está sendo colocado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos deixá-la usar o tempo.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Para tentar induzir as pessoas de uma importância maior do que o que nós estamos debatendo, sem nenhum demérito para quem está aqui defendendo diferente.

Agora, nós estamos aqui, Senador, falando que nós não estamos, nós não damos, não atuamos da mesma forma que em uma aula de educação física escolar e no que é a minha aula de treinadora numa academia. São coisas diferentes. O que o Senado precisa compreender onde é que estão as diferenças. Quando se fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço um apelo ao silêncio, pessoal. Nós estamos correndo atrás do tempo.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – ... desse desenvolvimento cognitivo, desculpa, isso é fato, concordo plenamente com quem me antecedeu aqui, porém, a educação promove isso, não só a educação física, todos os componentes curriculares.

Para encerrar, eu queria só fazer também um questionamento: será que é natural mesmo assistir a um profissional concursado, habilitado, ser preso porque não pagou uma taxa? É aí que se mede a competência desse profissional? Porque foi o que ele disse aqui. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso compreender isso, porque, daqui a pouco, vamos assistir a profissionais do bem, pessoas do bem sendo presas, porque não tiveram condições de pagar ou porque discordam em pagar uma taxa. Então, acho que esse debate também nós precisamos fazer.

Não há divergência nenhuma quanto à atuação do Confef e Cref naquilo que lhes é devido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – O debate aqui, Senadoras e Senadores, o apelo que fazemos é que a emenda do senhor seja acatada sim. Vamos lá para quarta-feira para essa discussão, mas entendendo exatamente que todos os Deputados que já falaram aqui, inclusive, compreendam onde está essa diferença que nós trazemos aqui.

Eu espero realmente que o diálogo dê conta dessa mudança.

Para encerrar, quero só registrar que é "não" ao Cref nas escolas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

Agora eu vou pedir, de forma muito carinhosa e respeitosa, ao Prof. Rodrigo de Paula e ao Rogério que sejam breves, para a gente encerrar aqui e confirmar o encaminhamento proposto pela mesa.

Prof. Rodrigo de Paula, por favor.

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) – Senador, primeiro eu quero, em nome da Contee, mais uma vez agradecer a V. Exa. e me colocar à disposição desta reunião, até porque nós representamos, como eu disse, mais de 1 milhão de trabalhadores do setor privado.

Entendemos, Senador, que a emenda de V. Exa. é fundamental para que a gente corrija essa injustiça do ponto de vista dos professores. Entendemos que a profissão professor é consagrada na Constituição, na LDB. Nós não somos contra a movimentação do Cref, no entanto entendemos que o espaço da escola é um espaço destinado ao professor. E, nesse sentido, nós entendemos que o conselho tem o seu papel importante, mas fora da escola, porque nós entendemos que a escola é um espaço sacramentado, regido pelos conselhos de educação municipais e pelo Conselho Federal de Educação.

Eu faço esse apelo para que a gente possa, nesta reunião, Senador, construir esse consenso. Nós não somos contra a posição do Cref, mas nós entendemos que o espaço da escola é destinado, sim, ao professor. E aí reafirmamos essa necessidade da inclusão, Senador, da emenda, para que esta Casa revisora possa corrigir essa injustiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O espaço da escola é o espaço do professor!

E reitero o que disse a minha companheira Rosilene: o Cref não deve atuar dentro da escola. Fora Cref nas escolas! Entendemos a importância do Cref em outras instituições que envolvam o profissional de educação física, mas o espaço da escola é o espaço consagrado ao professor, garantido por força de lei e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É isso!

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

De imediato, Sr. Rogério Jean Gonçalves, Presidente do Cref/BA.

O SR. ROGÉRIO JEAN MOURA GONÇALVES (Para expor.) – Retornando, agradeço primeiro a todos que estão aqui por este debate maravilhoso, mas quero trazer dois pontos básicos.

Foram lidos aqui dois pareceres: um do CNE e outro do Conselho Estadual de Educação da Bahia, e todos nós sabemos que eles não são vinculativos, são apenas pareceres, em que pese serem brilhantes. Mas, como diria Hans Kelsen, existe uma pirâmide de normas, e o que vale é o que está na lei, o que esta Casa tem feito com muita sabedoria. Pareceres opinam; não decidem e não criam condutas.

A segunda coisa é que, graças a Deus e a quem me antecedeu, no Brasil não existe prisão por dívida. Isso é outra coisa de que a gente precisa ter consciência. Prisão por dívida não existe! A gente pode constranger patrimônio, bloquear contas, mas não existe prisão por dívida. Então, essa prisão que foi trazida aqui pode ter sido por outras coisas, menos por dívida, porque o Brasil não permite isso.

Quero agradecer a todos os profissionais que estão nos acompanhando aqui, agora, porque é um momento de debate importante para a profissão. Eu estou como professor da rede pública estadual da Bahia há mais de 23 anos e sei dos problemas que a educação tem, e isso não é papel dos conselhos profissionais. O papel dos conselhos profissionais é claro na Constituição e na lei. A gente precisa deixar isso claro para a sociedade. O que queremos aqui é garantir o que tem sido feito, como aconteceu agora em Maceió, há pouco tempo, quando as faculdades – eu não vou citar os nomes porque estão no processo – foram suspensas em virtude de uma ação e de uma denúncia proposta pelo Cref19, de Alagoas, que está aqui muito bem representado pelo seu membro Carlos Eduardo.

Então, nós fazemos esse papel sim: ajudamos a fiscalizar o exercício profissional e prover a sociedade de qualidade na prestação de serviço. Esse é o nosso papel e queremos, sim, o Cref nas escolas, porque queremos garantir, nas escolas, que os filhos das pessoas e dos cidadãos brasileiros tenham qualidade de ensino com os profissionais de educação física.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

Agora, para as mesmas considerações finais, agora neste momento eu inverte o que foi antes, fala o Sr. Claudio Augusto Boschi, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI (Para expor.) – Bom, Presidente Senador Paulo Paim, mais uma vez os nossos penhorados agradecimentos. Vou buscar inspiração em Catulo da Paixão Cearense, quando faz a sua súplica, a súplica dele é para que Deus permitisse água. Permitam que a educação física continue existindo, porque esse Projeto de Lei 2.486 é a solidificação da existência de uma profissão, porque senão nós não estaremos discutindo educação física não, porque ela deixará de existir, principalmente na escola. A súplica que nós fazemos, neste momento, é nesse sentido. E, nesse aspecto, não há problema algum o nosso comparecimento à reunião da próxima quarta-feira, dia 20, às 14h, sob a presidência do Senador Paulo Paim, mas a súplica para que esta Casa libere, aprove a Lei Deputado Eduardo Mascarenhas, é o nosso propósito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, só corrigindo: será na quarta-feira, às 9h30. Eu não havia ainda ajustado o horário do espaço...

O SR. ROGÉRIO JEAN MOURA GONÇALVES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eu consegui um outro espaço que não vai ser aqui. Nós vamos nos encontrar aqui, vamos para um outro espaço, para uma reunião, uma mesa tal...

O SR. ROGÉRIO JEAN MOURA GONÇALVES – Às 9h30?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 9h30, uma mesa de negociação. Semana que vem.

O SR. ROGÉRIO JEAN MOURA GONÇALVES – O senhor me permita brincar: vou sair de casa às 4h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo pela causa.

Agora, encerrando, então, a fala de todos os painelistas, Gislene Alves de Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês viram que antes, na rodada anterior, encerrou o Sr. Claudio. Agora encerra no equilíbrio, que eu procuro manter sempre, a Sra. Gislene.

Por favor, o tempo é seu.

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL (Para expor.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, agradecer, mais uma vez, esta oportunidade.

Eu não posso deixar de responder a questão dos pareceres dos conselhos nacional e estaduais de educação. Eles opinam a partir de consultas que as instâncias fazem a eles, redes municipais, instituições de ensino superior, para dirimir dúvidas com relação à aplicação do ordenamento legal. Então, é tarefa do Conselho Nacional de Educação dizer por onde as instituições devem ir ou não, sempre que elas consultam.

O Conselho Federal de Educação Física consultou o Conselho Nacional de Educação e recebeu uma resposta e, mesmo assim, continuou agindo de forma diferente daquilo que o parecer do Conselho Nacional de Educação expressou. Então, um parecer não tem o poder de lei, mas não é uma opinião da cabeça dos conselheiros, é uma opinião formada a partir do estudo dos ordenamentos legais. Eu queria fazer esse destaque.

A qualidade da educação física na escola realmente precisa ser buscada o tempo todo. O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte faz isso atualizando, por exemplo, as teorias pedagógicas da educação física. Então, eu convido todos aqui a se debruçarem sobre a compreensão que hoje se tem daquilo que é o papel da educação física como componente curricular, porque a história avança. As necessidades sociais se modificam. Então, é preciso compreender, também à luz da ciência – e é por isso que há uma entidade científica aqui –, que devemos fazer esse debate, e nós estamos abertos a esse debate.

Por fim, quero dizer que o que vem sendo feito na educação física escolar durante todos esses anos, nessas décadas, tem sido feito com o esforço de profissionais habilitados. Então, não é necessária uma outra entidade, um outro ente social, ainda que vindo do Estado, para fiscalizar se quem está lá é ou não habilitado, porque, se ele está lá, é habilitado.

Nos momentos em que se tentou, em alguns estados, por exemplo, tirar professor de educação física das séries iniciais, da alfabetização, para o regente dar aula – no curso de pedagogia há um dispositivo que, de certa forma, dá margem a isso –, houve mobilização da categoria, dos sindicatos, dos grupos, dos movimentos para impedir isso. Em Minas Gerais, isso foi barrado. Então, não há prejuízo para a presença do professor na educação física escolar a ausência de um conselho profissional fiscalizando ali a atuação, porque ela é garantida pela legislação, pela sua formação em curso de licenciatura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GISLENE ALVES DO AMARAL – Estamos à disposição para o debate. Vamos participar dessa busca de consenso. Temos uma posição bem fundamentada em relação a isso e vamos procurar, na medida do possível, articular com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, o Simples e outras entidades, para participarmos dessa tentativa de consenso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Rapidamente, eu queria só agora...

Chegaram muitas mensagens aqui, mas eu não posso ler todas. Eu queria só registrar e dizer para o meu amigo Miguel Rossetto, que foi Vice-Governador e Ministro, que eu não pude ler o documento que você mandou, mas ficou bem expresso o seu ponto de vista aqui. Eu sei que você está acompanhando. Um abraço!

Fica acertado entre nós, por unanimidade, na quarta-feira, às 9h30, aqui.

Eu vou fazer um apelo. Serão, conforme acertado, oito convidados – não entra nem um a mais, nem um a menos. Será uma reunião, pessoal. Não adianta... A gente pode dizer: "Vamos botar dez, vamos botar doze". Vira uma assembleia. E assembleia é assembleia, não vai a lugar nenhum. E a reunião terá poder de decisão, porque eu espero que o que sair dali se torne realidade, já na semana que vem, no Plenário.

Eu estou muito esperançoso. Eu sou apaixonado pelo verbo "esperançar". Ter esperança, mas trabalhar para fazer acontecer.

Eu cheguei ao Congresso há praticamente 36 anos, cheguei na Constituinte. O Deputado Floriceno Paixão, que já faleceu, me disse: "Paim, o projeto ideal não é aquele dos seus sonhos; o projeto bom é aquele que você conseguir aprovar". E foi assim que aprovei tantas leis no Parlamento ao longo da minha vida. Tenham isso em mente, para que a gente vá para a reunião – permitam-me que eu diga isto –, todos nós, com o espírito de construção de uma redação que valorize o profissional de educação física. Eu sei que todos vocês querem isso. Vocês atuam nessa área e conhecem muito mais do que eu. Que a gente possa, então, nesse dia, dar passos na linha de um atendimento de interesse coletivo dos nossos profissionais que atuam nessa área.

Muito, muito obrigado a todos.

Que Deus nos ilumine para que, na quarta-feira, se construa um grande entendimento!

Um abraço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos.

Encerramos, assim. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, em Reunião remota, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Zenaide Maia e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Flávio Arns, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 6/2022 - CDH, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: "Discutir de forma ampla e democrática, notadamente em função da proximidade do pleito eleitoral de 2022, a temática da violência política no País, que vitima principalmente mulheres, negros e LGBTQIA+, tendo como consequência, além dos potenciais danos físicos e psicológicos às pessoas atingidas, uma ameaça real às instituições democráticas e à regularidade do processo eleitoral. Participantes: Deputado Federal Carlos Veras, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Rafa Ella Brites Matoso, Representante do Movimento #VoteLGBT; Iêda Leal, Representante Movimento Negro Unificado; Anielle Franco, Fundadora do Instituto Marielle Franco; Miguelina Vecchio, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos; e Gisele Barbieri, Coordenadora de Incidência Política na Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos. Fazem uso da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Senador **Humberto Costa**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 6, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Humberto Costa, para discutir, de forma ampla e democrática, notadamente em função da proximidade do pleito eleitoral de 2022, a temática da violência política no país, que vitima principalmente mulheres, negros e LGBTQIA+, tendo como consequência, além dos potenciais danos físicos e psicológicos às pessoas atingidas, uma ameaça real às instituições democráticas e à regularidade do processo eleitoral.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

São nossos convidados e convidadas: Deputado Federal Carlos Veras, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que já está aqui conosco; Rafa Ella Brites Matoso, representante do Movimento #VoteLGBT; Iêda Leal, representante do Movimento Negro Unificado; Anielle Franco, fundadora do Instituto Marielle Franco; Miguelina Vecchio, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos; Gisele Barbieri, Coordenadora de Incidência Política na Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos; e Livia Allen, Gerente de Projetos da ONU Mulheres, aguardando aqui a confirmação.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, convidadas e convidados, o caos de violência política no Brasil tem crescido vertiginosamente nos últimos anos. Estudo publicado pelas ONGs Justiça Global e Terra de Direitos, essa que gentilmente aceitou nosso convite para participar da audiência, aponta que, entre janeiro de 2016 e setembro de 2020, nosso país registrou em média um ato de violência política a cada quatro horas, tendo como principais alvos a população negra, as mulheres e a comunidade LGBTQIA+.

É a partir desse entendimento que buscamos uma releitura sobre o conceito de violência política admitido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Muito além de uma violência que tenha como objetivo a exclusão da mulher do espaço político, são ações que buscam silenciar aquelas e aqueles que, após anos de luta, conquistaram um espaço com representação política. São, na sua ampla maioria, Parlamentares que elevaram as vozes de comunidades que, por anos, não foram ouvidas e que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, sofrem com ataques sistemáticos, violentos por aqueles que não aceitam a diversidade constitutiva da sociedade brasileira.

A desigualdade de gênero e a intolerância contra a comunidade negra e LGBTQIA+ acabam por fomentar a violência política. Isso ocorre a partir do momento em que se estabelece que homens brancos heterossexuais são detentores de todo o poder e que por eles tal poder deve ser emanado. Todos aqueles que não se encaixam nessa descrição são inferiores e, por isso, não devem ocupar espaços de poder.

Estamos falando aqui de atos que buscam, acima de tudo, deslegitimar pessoas que foram eleitas ou que estão utilizando os mecanismos da democracia para, acima de tudo, dar voz e vez àqueles que historicamente são silenciados por uma sociedade extremamente preconceituosa.

Causa ainda maior espanto imaginar que as ações desses grupos são legitimadas e estimuladas pelo Chefe da nação. Diuturnamente, vemos ações do Presidente da República ou daqueles que estão ali à sua volta que convocam e estimulam as pessoas a cometerem atrocidades contra aqueles que divergem de suas opiniões.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidadas e convidados, Deputados e Deputadas, a violência política está enraizada na sociedade brasileira, agindo de forma ostensiva com o objetivo de impedir, obstar, sabotar ou frustrar as iniciativas de mulheres, negros, membros da comunidade LGBTQIA+, indígenas e outras minorias, que, no exercício ativo da cidadania, ingressaram no espaço público como legitimados ou legitimadas à representação política. É uma grave ofensa à democracia por que tanto lutamos. Pessoas que foram eleitas são, de alguma maneira, impedidas de exercer a função para a qual foram elevadas.

A violência política é misógina na medida em que procura desqualificar a mulher como apta a exercer plenamente suas funções, notadamente nos espaços políticos e públicos, conquistados em igualdade de condições com os homens.

A violência política é machista e homofóbica, na medida em que reproduz uma linguagem discriminatória e preconceituosa, adotando, inclusive, expressões sexistas e notadamente de cunho moral, que sempre foram usadas, de forma estereotipada, para calar as vozes e oprimir as expressões de liberdade das mulheres e da população LGBTQIA+.

A violência política é racista, uma vez que os que a cometem não aceitam conviver com a ideia de que mulheres negras e homens negros possam estar a frequentar e a conquistar os mesmos nichos de poder frequentados e ocupados tradicionalmente por homens brancos.

Foi neste sentido que propusemos esta audiência pública: queremos inaugurar um ciclo de debates para discutir com os diversos setores da sociedade a violência política no Brasil, violência esta que é machista, racista e homofóbica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência foi requerida também para apresentar um memorial sobre os casos de violência política no Brasil, uma publicação que tem como principais objetivos: conscientizar e alertar para o problema da violência política que assola a nossa sociedade, realidade que foi agravada pelo momento político, econômico, social, negacionista e pandêmico em que vivemos; publicizar os casos de violência política já documentados, o que se faz por meio da nominata do presente memorial, de modo que se tenha divulgação das ações que vulneram as mulheres, negras especialmente, e a comunidade LGBTQIA+, que ocorrem diuturnamente; buscar junto às autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras instituições públicas e privadas, ações, providências e iniciativas que possam enfrentar, responsabilizar e punir a violência política no País; suscitar medidas que possam ser adotadas imediatamente nas esferas de poder e na sociedade brasileira para enfrentar a violência política; chamar a atenção para a proximidade do pleito eleitoral que se avizinha e a necessidade de se antecipar na adoção de medidas que impeçam qualquer manifestação de violência política; e estabelecer mecanismos objetivos e céleres de enfrentamento e punição.

Por fim, quero informar a todos que esta Comissão de Direitos Humanos abriu um canal específico para o recebimento de denúncias de violência política. Assim, poderemos dar o devido encaminhamento às denúncias que recebermos, assim como fiscalizar e acompanhar o andamento dos casos. O *e-mail* é violenciapolitica@senado.leg.br – repetindo: violenciapolitica@senado.leg.br.

É fundamental que o Congresso Nacional não fique silente diante de tantas atrocidades vividas por importantes lideranças políticas do Brasil afora.

Antes de encaminhar a palavra para o próximo orador, quero aqui ressaltar que esta audiência pública inaugura um ciclo de debates. Neste momento, devido às limitações impostas pelo sistema remoto, não foi possível garantir a participação de todas as entidades dispostas a debaterem o tema, mas iremos construir outras audiências para que todos os segmentos tenham o seu direito de fala garantida.

Quero também propor que nós possamos, em comum acordo com as entidades que ajudaram a estruturar este evento de hoje, diligências da Comissão de Direitos Humanos do Senado – e aqui eu tomo a ousadia de sugerir para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara também diligências – para algumas dessas localidades em que casos simbólicos de violência política tenham ocorrido, exatamente para que nós possamos demonstrar a preocupação e o compromisso do Congresso Nacional com o enfrentamento e a superação dessa violência política.

Aqui eu quero agradecer ao Coletivo Nacional LGBT do MST, à Associação Nacional de Travestis e Transexuais, à Articulação Brasileira de Lésbicas, ao Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, à Rede Gay, à Rede Afro LGBT, à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, à Liga Brasileira de Lésbicas, à Articulação Brasileira de Gays, ao Conselho Federal de Psicologia, à União Nacional dos Estudantes, ao Movimento Representa, ao PerifaLAB, ao Politize! e aos delegados e representantes da ONU, que sempre se dispuseram a discutir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pautas fundamentais para a manutenção da democracia em nosso país. As entidades que acabo de citar, dentre inúmeras outras, foram fundamentais para que conseguíssemos realizar esta audiência pública para a elaboração do memorial de vítimas de violência política, que posteriormente será entregue às autoridades competentes, e serão importantes na organização de mais atividades, como outras audiências públicas e diligências desta Comissão.

Quero ressaltar também aqui a contribuição produzida pelo PSOL, por meio da Parlamentar Federal Talíria Petrone, para a construção desse memorial.

Quero também convidar para participar – e fará uso da palavra dentro de alguns momentos – a Deputada Erika Kokay, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

E, antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, Vice-Presidente desta Comissão, que, assim como os demais participantes, terá direito a dez minutos para a manifestação da sua opinião e do seu apoio a este evento.

Com a palavra o Senador Contarato. *(Pausa.)*

Está ele presente? *(Pausa.)*

Bom, não estando presente o Senador Contarato, eu vou ler aqui, eu vou ler aqui algumas perguntas que chegaram por intermédio do nosso e-Cidadania do Senado e que poderão ser abordadas pelos nossos convidados e convidadas, que vão começar a se manifestar daqui a pouco.

Primeiro, da Sra. Joice Furtado, do Rio de Janeiro: "As mulheres, mesmo em seus cargos, são tratadas como inferiores, como isso pode ser resolvido dentro dos Poderes Executivo e Legislativo?"

Faraildes do Nascimento, do Rio de Janeiro: "Entendendo que muitos destes preconceitos vêm de geração em geração, o que está sendo feito para mitigar seus efeitos no nível educacional?"

José Rocha, do Rio de Janeiro: "Existe alguma experiência mundial bem-sucedida de mudança no comportamento social contra as minorias?"

Manoel Gomes, do Rio Grande do Norte: "Como qualificar assistência de suporte para inclusão de políticas públicas no estatuto das vítimas?"

Samantha Aragão, do Rio de Janeiro: "Qual a perspectiva, a curto ou médio prazo, de termos mais unidades de delegacia da mulher com profissionais capacitados?"

Michelle Brasil, do Rio de Janeiro: "Qual o conceito de violência política? De que forma ele vitima mais mulheres, negros e LGBTQIA+?"

Ana Beatriz, do Rio de Janeiro: "Como a violência política atinge diretamente as mulheres negras?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Rocha Moreira Júnior, do Rio de Janeiro: "As políticas públicas de proteção às mulheres vítimas de abuso são suficientes? O Estado brasileiro prepara seus servidores?"

Rayane Luca, do Rio de Janeiro: "O que está sendo feito para combater a violência contra a mulher, principalmente neste cenário de pandemia, quando ocorreu grande aumento da violência?"

Aqui, alguns comentários.

Iuri Pires, do Rio de Janeiro: "Para combater esse tipo de violência, não vejo outro caminho que não seja a educação. A educação transforma a vida das pessoas."

Vivian Gonçalves, do Rio de Janeiro: "As leis deveriam ser mais rigorosas e cumpridas com mais agilidade, pois muitos desses crimes passam impunes pela sociedade."

Raphael Mattos, do Rio Grande do Sul: "Tal violência é um problema cultural do país. Falta educação, senso e empatia. Leis já existem, o que falta é colocar em prática."

Bom, eu agradeço a essas colaborações que nós recebemos e eu quero, de imediato, passar a palavra ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Para expor.) – Boa tarde, Senador Humberto Costa. Cumprimento a todas e a todos nesta importante audiência pública e cumprimento de forma muito especial também a nossa Ministra Ideli, uma grande lutadora comprometida com esse tema.

Na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, nós acompanhamos todos os casos envolvendo processos de violência política, de atentado contra Vereadores e Vereadoras no pleno exercício do seu mandato, como também de suplentes de Vereadores e Parlamentares que são vítimas dessa violência. Nós acompanhamos pela Comissão de Direitos Humanos e realizamos, inclusive, uma audiência pública no dia 16 de junho de 2021.

Quero, de pronto, Senador Humberto Costa, dizer que estamos prontos para participar das diligências. Eu acho que, ao final dessa audiência, um dos grandes encaminhamentos será a realização de diligências a municípios nos quais tivemos esse ato de violência política contra os Parlamentares.

É importante a visita das duas Comissões, fazermos essa diligência conjunta, como fizemos agora no Rio de Janeiro para acompanhar o caso do jovem Moïse, desse assassinato brutal, cruel, que ocorreu no Rio de Janeiro, e também dialogar sobre outros atentados, como vamos fazer aqui, em Pernambuco, no dia de amanhã, referente ao caso também de um assassinato de uma criança por conta dos conflitos agrários aqui na região da Mata Sul.

Então, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, esta Presidência e todo o corpo diretivo da Comissão estão à disposição para realizar essas diligências, porque não dá para aceitar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admitir de forma alguma que os Parlamentares, no exercício do seu mandato, concedido pelo povo de forma democrática, sejam agredidos, que haja esse grau de violência, uma violência tremenda contra esses Parlamentares, que tiveram o seu mandato concedido pelo povo. Um ato de violência contra eles, contra o exercício do seu mandato, o preconceito do machismo, do racismo, da homofobia, exatamente com esses que lutam em defesa das minorias, em defesa daqueles que precisam de políticas públicas, que precisam de todo um processo de inclusão social.

Nós temos dois casos aqui, inclusive em Pernambuco, que vocês acompanharam: o caso da Vereadora Liana, que foi agredida em um dos protestos aqui na capital, em Recife, pela polícia, e estamos acompanhando também um caso em Petrolândia, em que um suplente de Vereador, o Daniel, que, por denunciar aqueles negacionistas, que negam a ciência, que negam a vacina, tem sofrido ataques de Parlamentares, inclusive no exercício do seu mandato no Município de Petrolândia, com ameaça à sua segurança e à de sua família. A gente tem que dar um basta nisso.

O país vive um momento de incentivo, por parte do Governo Federal inclusive, do ódio e da intolerância, quando ele se sente à vontade para discriminar, para atacar as nossas lideranças políticas, para atacar as Parlamentares e os Parlamentares que conseguiram, com muita força, com muita luta e com muito sacrifício o exercício do mandato para poder representar o povo, a classe trabalhadora.

Por isso, Senador e todos e todas, vamos continuar nessa luta permanente contra qualquer tipo de preconceito, de violência contra as lideranças políticas, contra o povo brasileiro, porque quando há uma Vereadora ou um Vereador agredido não é simplesmente ele como pessoa, é o que ele representa, é o conjunto daquele setor organizado, daquela população que concedeu o seu mandato, então, é uma agressão ao povo.

Estamos juntos nessa luta e vamos ouvir os demais, as demais companheiras aqui, as organizações. Os encaminhamentos aqui tirados podem contar com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Uma boa audiência pública para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Deputado Carlos Veras.

Eu quero, só para efeito de referência e para que todos possam falar, que o nosso querido Christiano possa proceder à marcação do tempo, aquele aviso de 15 segundos, para que possamos ter um debate mais dinâmico.

De imediato, passo a palavra à Rafa Ella Brites Matoso, com dez minutos para sua manifestação.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAFA ELLA BRITES MATOSO (Para expor.) – Salve, salve! Espero que estejam todos bem. É uma grande honra estar aqui compondo esta iniciativa.

Eu sou Rafa Ella, sou membro do VoteLGBT, um coletivo LGBT horizontal, que tem uma base em São Paulo, mas tem pessoas em diversos lugares do Brasil discutindo a pauta LGBT, principalmente no sentido da comunicação, da mobilização dos espaços públicos, inclusive das eleições. É um coletivo que não está vinculado a um partido político; portanto, trabalha com a potencialização de candidaturas LGBTs, independentemente de seu partido.

Eu falo não de São Paulo, eu falo daqui do interior do Rio Grande do Sul, de São Borja, onde aconteceu um caso de violência política contra uma Parlamentar trans e negra, a primeira trans da região, a primeira mulher negra a ocupar o Parlamento de São Borja, que passou por uma situação de violência política em maio do ano passado, a Vereadora Lins Robalo, o que inclusive saiu na matéria televisiva que juntou algumas denúncias de ataques e violações de direitos humanos a Parlamentares trans do Brasil.

Esse caso não é isolado, como nós sabemos. Outras Vereadoras trans do Brasil, negras também, em sua maioria, vêm sofrendo de maneira sistemática diversas violações, diversos ataques. Outros Vereadores aqui do Rio Grande do Sul, especialmente vindos das minorias sociais, das periferias e de pautas de esquerda vêm passando também por sistemáticas violações, sistemáticas ameaças, como é o caso do Vereador Matheus, de Porto Alegre, e da bancada negra de Porto Alegre, para citar um caso.

Nós, enquanto VoteLGBT – e também compomos outras mobilizações e outras organizações –, consideramos urgente que a pauta da diversidade sexual seja levada a sério na hora de pensar a defesa das vítimas de violência política. A lei da violência política no Brasil é para as mulheres, mas essas mulheres precisam ser compreendidas na sua interseccionalidade. As mulheres que têm sofrido principalmente com a violência política no Brasil têm uma cor, têm um gênero, têm uma diversidade do que a gente chama de padrão cis-heteronormativo, do padrão dos grandes centros urbanos. Então, mapear e delimitar o que vem sendo chamado de pautas identitárias é, na verdade, entender que algumas condições de vida são alvo quando essas condições de vida, através de seus representantes, se mobilizam para conquistar espaços e, então, garantir ou brigar por seus direitos.

A pauta de pessoas trans no Brasil é uma pauta muito sensível. Fala-se aí de uma expectativa de vida de 35 anos para uma pessoa trans, especialmente mulheres trans e travestis, especialmente em condição de prostituição. Quando a gente pensa numa população como a trans ou numa população como a LGBTQIA+, que, no Brasil, passa por sistemáticas violências no seu cotidiano, dentro de sua família, nas instituições, a gente pensa que o cuidado com essas populações deve ser tão ou maior elaborado que a violência que os acomete.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E em se tratando de violência política, o mesmo vale, especialmente falando das pessoas que estão na interseção dessas opressões. A gente está evidenciando que as Parlamentares trans e negras estão sofrendo ameaças de morte no Brasil. E isso não se dá por acaso.

Penso que considerar a interseccionalidade das mulheres na hora de dispensar a proteção dessas lideranças contra a violência política é algo urgente, é algo que diversos setores dos movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos têm pautado historicamente e que nós, enquanto VoteLGBT, não deixamos de bradar por essa pauta, por essa urgência. Afinal, são urgências de vida; não são busca por algum puxadinho dentro de alguns direitos específicos ou qualquer menção à constituição de privilégios a algumas pessoas. Trata-se de defesa da vida dessas pessoas, não só para evitar que se tornem novas marielles, mas para garantir que essa pessoa possa existir. Pessoas estavam saindo do Brasil por conta de sua atuação política marcada por uma bandeira, seja LGBT, seja negra, seja feminista.

É muito importante que a gente considere essa interseccionalidade na hora de pensar as políticas de proteção dessas lideranças, não apenas parlamentares, mas lideranças políticas que estejam nos partidos ou nas organizações, mobilizando e fazendo frente. Afinal, são as pessoas que estão na frente que são mais visibilizadas e, portanto, mais vitimadas.

Minha fala fica por aqui. Fico disponível para mais contribuições. Nós, enquanto VoteLGBT, temos um pé muito firme nessa construção, e espero que essa mobilização conjunta das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado possa construir algo sólido, que nos conduza adiante, para que possamos erradicar esse problema. Esse problema é extremamente antigo. A gente está falando de uma matriz colonial que ainda é vigente, mas ele precisa ser resolvido pelo poder público, para seu próprio bem, não é?

É isso. Axé para quem é de axé. Muito obrigada. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Rafa Ella, que representa aqui o movimento VoteLGBT, pela sua contribuição, por trazer não somente a denúncia desses fatos, mas principalmente a interpretação, a leitura que faz e a contribuição que nos traz para que nós possamos, de maneira unificada com os movimentos sociais, trabalhar para a mudança dessa realidade. Muito obrigado.

Eu queria chamar Iêda Leal, que é representante do Movimento Negro Unificado, para que ela possa, também, fazer a sua manifestação nos 10 minutos regimentais.

A SRA. IÊDA LEAL (Para expor.) – Boa tarde!

Eu fico muito grata e feliz por poder participar, neste momento, desta nossa reunião de forças para continuarmos lutando contra o racismo. São 522 anos vivendo neste País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós dormimos ontem, Humberto – Humberto, Carlos, Mara, Fabiano, Rose, Paulo, Zenaide e todos os outros Parlamentares aqui presentes... Eu os chamo pelo primeiro nome porque vocês são nossos Senadores e nossos Deputados, do Brasil. Nós precisamos compreender a capacidade histórica que vocês reúnem para nos ajudar a lutar contra o racismo, contra o machismo, contra o feminicídio, contra a LGTBfobia. Vocês dão conta de nos entender e, para além do entendimento, de abrir portas para as nossas vozes, entendendo que nós estamos lutando contra a violência política que quer nos eliminar desses espaços de poder.

Quero, aqui, abraçar Rafa e Miguelina, que são parceiras, companheiras de luta. Eu vou depois, aqui, Miguelina...Existem mais outros representantes da sociedade civil, os estudantes, a Gisele, as pessoas que estão aqui na técnica, nos ajudando, as pessoas que estão nos ouvindo. Nós sabemos o que é lutar o tempo todo para termos espaço e para que a gente possa exercer o nosso direito de viver. Então, hoje, quinta, é mais um dia de resistência.

Obrigada. O Movimento Negro Unificado do Brasil, todo, agradece o convite e estamos aqui. Quero, aqui, dizer a vocês que nós, do centro do Brasil, aqui do Centro-Oeste, de Goiânia, mais uma vez, precisamos ter ajuda para acabar, de vez, com a escravidão imposta por essas pessoas que acham que são donas das nossas vidas. Aquele médico irresponsável usou a escravidão, o escárnio, para poder fazer mais uma vítima do racismo. E ele dizer que é brincadeira! Escravidão, para nós, não é brincadeira. Escravidão, para nós, sempre foi um motivo de muita dor. Então, punição para os violadores dos direitos humanos, punição para uma pessoa que jurou, quando foi receber o diploma, que iria cuidar de vidas. E aí a gente amanhece vendo essas cenas...

Então, a nossa solidariedade a todas as famílias das vítimas da eliminação física do povo negro neste País. Nós não vamos nos esquecer de que esse povo negro tem sexo, tem pertencimento racial, que são mulheres, homens, juventude, são crianças, e que sofrem danos irreversíveis e a tirada da vida. Então, quero aqui dizer que, antes de crescermos, querem nos matar, mas a gente pula essa violência; somos jovens e querem nos silenciar e, quando mais velhos, querem tirar os nossos direitos políticos de viver e sobreviver. Querem interromper o nosso ciclo de vida.

Ganhamos do mundo, da cidade a resposta violenta, porque, quando nós somos integrados a algum partido e quando a gente consegue vencer as dificuldades de sermos candidatos, vem a dificuldade de nós negros e negras tomarmos posse do mandato, porque querem tirar as nossas vidas. É um ciclo de horror! E a gente precisa aqui brigar, em todos os sentidos, Humberto, todos os sentidos, pela nossa existência.

Então, neste momento, esta Comissão tem o dever, tem a obrigação, tem a nossa esperança de que vocês possam realizar, de fato, uma escuta em todas as cidades do país onde há vítimas, para evitar que em outros lugares haja vítimas. Nós não queremos eleger os nossos negros e negras, representantes dos quilombolas, dos jovens, LGBTQIA+, toda a diversidade e chorar a morte deles antes mesmo de assumirem os cargos. Nós precisamos acabar com essa perversidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa é acabar com esse Governo bolsonarista, com esses bolsonaros no poder, porque eles impedem a nossa sobrevivência e eles ativam o fascismo, o rancor, o ódio. Eles põem isso na primeira ordem do dia e isso é ruim para a gente. Nós precisamos de um governo que equilibre as nossas forças e que dê conta de continuar respeitando a nossa Constituição, porque racismo é crime inafiançável. A punição é a cadeia. Nós temos o direito de viver. As ameaças, agressões físicas, verbais, as ofensas dão em morte, e esse Governo fascista facilita essa ação.

Esses que estão brotando por aí sempre estiveram aqui. Eles não têm agora é controle. Nós precisamos controlar e precisamos punir, inibir essa violência. O crescimento dessas ideias nazistas escancara o lado terrível desse Governo fascista. O aumento do número de denúncias é a coragem que nós aprendemos com Zumbi e com Dandara. Nós não esqueceremos. Nós sabemos que nós precisamos continuar denunciando. E vamos denunciar. A gente acredita que a Comissão precisa ter esses números, porque ela precisa fiscalizar, porque ela precisa ajudar o Ministério Público, a polícia organizada, seria deste país a punir esses criminosos.

A elaboração de uma publicação é fundamental, porque nós vamos achar lá os dados de que a gente precisa para dar robustez àquilo de que a gente fala há muito tempo. Há muito tempo a gente vem falando: "Querem nos matar, querem nos eliminar". Esse autoritarismo dessas forças, dessas pequenas patentes, que saem, todos os dias, da Polícia Militar, caçando o nosso povo neste país, precisa parar! Nós não aguentamos mais sermos mortos dentro dos supermercados, ou nas ruas, ou nas esquinas, quando não há essa violência da natureza nos tirando as vidas por conta dessas questões ambientais, dos crimes organizados, das grandes empresas quando não constroem os locais de trabalho com rigor na questão da proteção à vida.

Fascismo, racismo, machismo impedem o desenvolvimento. A gente solicita o compromisso de vocês contra todos os tipos de violência.

Nós estamos aqui, negros, população LGBTQIA+, mulheres negras, brancas, indígenas, estudantes, jovens, crianças, povo de matriz africana, quilombolas, as pessoas que vivem neste país, que gostam deste país, que merecemos a dedicação de vocês, Senadores da República. Nós precisamos que vocês continuem existindo e que redobrem a nossa participação aí. Que o Senado possa ter mulheres, homens, negros, negras, jovens, indígenas, quilombolas; que tenha mulheres brancas, não brancas! Nós precisamos oxigenar a nossa política, mas nós precisamos de vocês. Fiscalizar, punir e exigir o cumprimento de toda a nossa legislação é, no mínimo, o que o Brasil, de verdade, precisa ter.

Racismo é crime!

E a gente está aqui hoje – eu, como Movimento Negro Unificado – para convidar, para dizer a vocês que reagir à violência racial é também o que vocês fazem do alto da sabedoria e do lugar que vocês representam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fundamental para nós termos a condição de dizer o quanto nós estamos sofrendo hoje neste país pela violência do negativismo, pela violência de pessoas que foram eleitas e que não nos representam e só querem a nossa morte.

Nós estamos aqui dizendo: nós precisamos falar, denunciar, punir; nós precisamos eleger alguém que dê conta de ter o perfil e a coragem que vocês têm de abrir as portas do Senado para nós podermos dizer que nós não aguentamos mais! Nós queremos o nosso país de volta!

Nós estamos aqui para lutar junto com vocês.

Humberto, você disse que iria avisar quando estivesse faltando alguns minutos. Eu estou vendo você aqui atentamente.

Mas quero aqui aproveitar este momento e chamar vocês à responsabilidade de fazer uma nota repudiando a ação do médico violador dos direitos humanos de um cidadão da cidade de Goiás, que foi absolutamente violado nos seus direitos. Senzalas, porões e prisões nós não aceitaremos. Nós queremos que o Brasil todo possa escrever para a cidade de Goiás, para o Estado de Goiás e cobre do Governo, das autoridades uma punição para esses racistas que gostam de manter os negros nas senzalas das suas fazendas.

Fora, racistas!

Chega de tanta humilhação!

Racismo é crime!

E, aí, uma das palavras: fora Bolsonaro genocida e toda a sua turma!

Movimento Negro Unificado, na luta contra o racismo sempre.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Iêda Leal, que representa aqui o Movimento Negro Unificado.

Quero agradecer a força das suas palavras e, ao mesmo tempo, também reforçar essa grave denúncia que você reproduz aqui. Todos nós ficamos altamente impactados por aquela publicação que mostra uma pessoa acorrentada como se fosse um escravo.

E o que chama a atenção é o fato de o autor dessa perversidade ser um médico. Há algum tempo no Brasil – e, aliás, no mundo, não é? – a profissão de médico representava, por si só, alguém que estava preocupado com o bem alheio, que devolvia a vida, devolvia a saúde. E hoje nós vimos aí na pandemia a quantidade de médicos negacionistas, negando a própria ciência, que foi a base para a sua formação, e também alguns praticando esses atos criminosos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, nós vamos tomar medidas sérias em relação àquele cidadão que praticou essa violência, esse ato racista.

Mas eu queria, de imediato, chamar a nossa querida companheira Anielle Franco, irmã da Marielle Franco, que é fundadora do Instituto Marielle Franco.

Nós estamos em vias de termos de registrar os quatro anos do falecimento, do assassinato brutal de Marielle Franco e os quatro anos de impunidade. Se é verdade que os assassinos materiais já tiveram, de certa forma, um início de uma apuração mais adequada, até agora nós não sabemos quem são os autores intelectuais desse crime bárbaro, que chocou o mundo inteiro. Certamente, nós precisaremos neste ano, no momento em que esses quatro anos se completarem, dar mais uma resposta forte à sociedade brasileira, na exigência e na cobrança de que os autores todos, materiais e intelectuais, sejam efetivamente punidos.

Então, dez minutos para a Anielle Franco e, logo em seguida, eu vou dar a palavra a Deputada Kokay, para que ela possa também se manifestar pela Comissão de Direitos Humanos.

Temos alguns Senadores aqui presentes: o Fabiano Contarato já voltou; a Senadora do Rio Grande do Norte, Zenaide Maia, também voltou. Eles daqui a pouco vão usar a palavra.

Anielle, com a palavra por 10 minutos.

A SRA. ANIELLE FRANCO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e todas. Quero saudar tantas companheiras e companheiros. Entrei de cara com a Iêda, fico feliz, porque é uma companheira de luta.

Senador Humberto Costa, obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui com todos vocês, com todas as Senadoras, Deputados e Deputadas também.

Bem, antes de fazer totalmente uso da minha fala, quero agradecer e dizer da importância de estarmos ocupando espaços como este em que a gente possa não só falar, mas também trazer o trabalho que tem sido feito dentro do Instituto Marielle Franco desde 2019, após esse terrível crime arquitetado – ainda não foi descoberto o mandante – de minha irmã.

Quando eu recebi o convite para falar ... *(Falha no áudio.)*

... violência política é tema que tem atravessado muito, não só porque temos agora, desde 2020, incidido com a agenda Marielle Franco, trazendo o trabalho que a Mari fez com um ano e três meses de "mandata", mas também pautando tudo o que veio acontecendo a partir desse crime, que também é um episódio claro de extrema violência política.

A gente tem trabalhado dentro do instituto... A Gisele está aqui, e agora também consegui ver. Gi, é um prazer também estar aqui dividindo com você. A Gi também sabe, tem sido nossa parceira, como a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem feito e tem falado sobre violência política, violência essa que atravessa majoritariamente os corpos negros, violência essa que existe e tem atingido mulheres que, agora, quando a gente pergunta se vão se candidatar em 2022, são mulheres que dizem que não, por temerem suas vidas; violência que assassina Marielle e também escancara o quanto a democracia brasileira é frágil.

Eu sempre digo que não quero colocar minha irmã num pedestal, quando a gente fala de violência política, porque milhares de pessoas, infelizmente, no país têm sido assassinadas, são assassinadas. Mas a Mari estava ali, no exercício do seu mandato, voltando para casa, de um trabalho. Infelizmente, não possuía carro blindado, nenhum tipo de segurança, como hoje já vemos na maior parte dos estados. Então, é uma violência que atravessou minha família e pode vir a atravessar outras. Hoje há inúmeras Vereadoras, como a própria Vereadora Ana, lá de Joinville; a Benny Briolly, que tem saído e voltado daqui do Rio; a Deputada Talfria; e tantas outras que têm sido ameaçadas, mas seguem corajosamente, no exercício de suas funções; e há outras que não entram.

A gente criou o instituto com o objetivo de manter o legado da Mari e defender a memória dela, mas também de combater tudo aquilo que vai em sentido contrário ao que acreditamos. Eu sou agora mestre em Relações Étnico-Raciais, me formei no final do ano passado. Desde então, tenho tentado trazer para dentro do instituto majoritariamente mulheres negras para estarem comigo, para que a gente tenha, cada vez mais, protagonismo na nossa história. Eu sempre digo que infelizmente minha irmã teve que ser assassinada para ganhar o mundo. Já era ali uma política, e fazia uma política diferenciada, uma política de afeto, cuidando, chegando de peito aberto, criando projetos que muitas pessoas que estão aí, há mais de 20 anos de política, não fizeram e chegam a cargos jamais imagináveis, como ela iria muito além.

Então, o que aconteceu com a Mari, o que tem acontecido no país no geral, com diversas outras mulheres, é inadmissível. Eu espero muito que a gente continue seguindo, junto com os nossos parceiros, junto com todo mundo que soma com a gente e segura as mãos, e possa pautar e incidir para que a violência política especialmente e principalmente contra as mulheres acabe; eu digo isso de modo geral

Quando a Mari foi assassinada, e a gente fez toda essa incidência, a gente fez uma comunicação sobre aquilo, muitas pessoas perguntavam e falavam assim: "Ah, só porque foi a Marielle, só porque...". Não, nenhuma mulher merece ser assassinada ou violentada apenas por decidir colocar seu corpo à disposição de uma disputada política eleitoral. E é o que a gente tem feito. Nós fizemos uma pesquisa, em 2020. A gente lançou, relançou a segunda capa da pesquisa em 2021; nós estivemos na ONU, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; nós sentamos com o Ministro Barroso, para falar sobre a pesquisa; e seguimos sendo convidadas a pautar e a trazer o que nós descobrimos.

Quando tivemos uma eleição pautada, majoritariamente, no âmbito virtual, em 2020, nós tivemos dados alarmantes tanto de violência virtual, violência racial, e essas mulheres passaram e ainda hoje, não só passaram na campanha, mas ainda hoje vivem isso, vivenciam isso na sua função. Então, hoje o recado que eu queria dar é que o instituto segue, juntamente com diversos parceiros, como a coalizão, como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MNU também, que está aí diante da luta, a Terra de Direitos, a Justiça Global, fazendo, e pautando, e tentando mostrar que, enquanto a gente não conseguir dar segurança e ter políticas públicas eficazes para combater essa violência política, a gente vai continuar tendo mulheres que se recusam a estar nesse lugar, que também é nosso por direito. Então, eu acho que é isso: é dizer que o instituto segue à disposição, a família da Marielle também. A gente está a poucos dias, como muito bem lembrou o Senador Humberto Costa, de esse crime completar quatro anos, mas, enquanto a gente tiver força para lutar e sangue correndo nas veias, a gente vai seguir pedindo por justiça. É isso.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – (*Falha no áudio.*) ... até o presente momento, a justiça sendo feita nesse caso que comoveu o mundo inteiro. Quero dizer que a nossa Comissão de Direitos Humanos irá participar com vocês de todos os eventos que forem feitos agora, quando serão decorridos os quatros anos do assassinato de Marielle Franco, porque esse assassinato foi simbólico para essa luta contra a violência política que existe no nosso Brasil e que, ao invés de diminuir, diante de tantos protestos, de tantas manifestações públicas, inclusive internacionais, vêm, inclusive, aumentando. Então, eu queria reafirmar aí que nós vamos, à frente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, durante este ano que nos resta neste mandato, nos colocar à frente de uma luta importante como esta, por meio das diligências, das audiências públicas, da ida a esses municípios, onde Vereadores, Deputados e Deputadas principalmente estão sendo ameaçados e sofrendo violência.

Eu vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay – ela é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados –, para, por dez minutos, fazer a sua manifestação e, logo em seguida, nós vamos ouvir a Miguelina Vecchio.

Erika. (*Pausa.*)

Está bem.

Então, vamos com Miguelina. E, assim que ela entrar, vocês me avisam que eu convoco a Erika Kokay.

Miguelina Vecchio, que é Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos. Com a palavra, por dez minutos.

A SRA. MIGUELINA VECCHIO (Para expor.) – (*Falha no áudio.*) ... Humberto Costa. Boa tarde às mulheres que estão aqui nesta mesa e aos homens também que estão aqui nesta audiência pública.

Eu queria, Senador, em primeiro lugar, retomar, porque as minhas antecessoras colocaram a violência política dentro de uma ótica que, na nossa compreensão, perpassa muito a questão do mandato eletivo. As mulheres não sofrem violência política apenas porque são Vereadoras ou porque detêm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato, mas começam a sofrer violência política dentro dos próprios partidos, porque todas nós, mesmo aquelas que não concordavam que deveria haver um aparelho específico dentro do partido para as mulheres, principalmente no nosso campo de esquerda... E eu sou Vice-Presidente nacional do PDT e, pela primeira vez, em 40 anos, uma mulher chega à Vice-Presidência Nacional do partido. E – quando me diziam: "Parabéns!" –, eu dizia: "Deveria ser meus pêsames, porque levou 40 anos para uma mulher ser Vice-Presidente de um partido". Por quê? As mulheres não têm condições de dar direção política para o coletivo do partido? Têm. Agora, é muito difícil ascenderem dentro do partido, porque a maior parte de quem ascende aos extratos nacionais, por exemplo, de partido são os homens. E você ainda tem o problema de o detentor de mandato querer aparelhar o partido, que também são homens. E aí a gente não pode contar com todos. Quando algumas dizem, agradecem ao Senado, agradecem à Câmara... Eu realmente lamento muito o Senado e a Câmara que nós temos no país, hoje; lamento, profundamente! Até porque eu fui treinada por um guerrilheiro da VAR-Palmares. Eu comecei minha militância política com o Deputado Carlos Araújo, que tinha uma visão sobre dominação e sobre dominado muito radicalizada, e eu, felizmente ou não, adquiri essa característica. E eu vejo que combater a violência política também passa por um marco legal em que o Brasil perde para quase todos os países latino-americanos.

Eu fui Vice-Presidente da Internacional Socialista de Mulheres para a América Latina Sul, por oito anos, que era o que me permitia o estatuto, e observei que a Bolívia nos surra em matéria de marco legal. E nenhum demérito aos bolivianos, muito antes pelo contrário, é uma maravilha saber que um país tão menor que o nosso consegue ter um marco legal que nos coloca numa situação mais difícil ainda, porque, se a gente for observar a legislação brasileira a respeito de partido político, de como acessar as instâncias de partido, toda hora nós temos que recorrer ao TSE, para legislar, praticamente, em nosso favor, porque o Senado... O Senado não tanto, vamos fazer justiça aqui ao Senado, para não ser injusta, mas a Câmara Federal é uma vergonha nacional. É uma vergonha, porque mais de dois terços da Câmara fazem a nossa luta andar para trás!

Eu, por exemplo, não comungo da tese das brancas, porque eu sou socióloga de formação e eu não acredito que o Brasil tenha gente branca. O Brasil tem negros e não negros. Agora, branco mesmo, essa necessidade de branquear as pessoas é bem nazista, do meu ponto de vista, e deve ser combatida. Nós não temos brancos na sociedade brasileira. Nós temos dominadores, heterossexuais, jovens e talvez, aí, sim, no conjunto, não negros, que fazem com que a política do Brasil também seja tão reacionária como ela é hoje.

Quando dizem que o Bolsonaro é um fascista, eu digo: "Gente, não façam um *upgrade* na carreira do Bolsonaro. Comparar o Bolsonaro com o Mussolini é dar um patamar intelectual para ele que ele não tem. Ele não é fascista. Ele é um bocó, com uma Câmara corrupta, que o ajuda a avançar e a fazer as barbaridades que ele faz neste país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente mudar a realidade, Senador Humberto, das mulheres e da violência política, nós teríamos que ter uma legislação muito mais efetiva ao controle interno dos partidos, porque nós temos partidos no Brasil em que não há nenhuma mulher na direção nacional, nós temos partidos no Brasil em que a divisão do tempo de televisão, e eu tive a oportunidade, junto com as mulheres... E aqui eu quero aproveitar, Senador, para dizer que a Dirigente Nacional de Mulheres do PT é uma mulher muito competente, que tem, junto comigo, na Executiva do Fórum, feito um trabalho muito bacana.

E uma outra forma de ver a violência política é ver quando os partidos chegam ao poder. E todos no Brasil, sem exceção, quando chegaram ao poder não colocaram a Secretaria Nacional para Mulheres para ser a secretária especial de políticas para a mulher. Então, ela serve para fazer militância, mas ela não serve para fazer gestão de políticas públicas para as mulheres. Isso também é violência política contra as mulheres. Quando a gente seleciona, dentro do partido, aquela que serve para militar e aquela que serve para dirigir, elas nem sempre encontram o mesmo caminho.

Então, nós teríamos que tratar aqui com muito mais tempo, que eu não tenho aqui nesse painel, para discutir a política interna, porque ninguém entra num partido para ser candidato. Aliás, um grupo muito pequeno pode até entrar num partido, ser candidato e se eleger. Mas, sem militância política, no nosso campo político, isso é muito difícil. E a violência política não começa no exercício do mandato. Ela começa no exercício da militância, quando a cúpula do partido te reserva um lugar dentro do partido, em que tu vais poder fazer militância e ao lugar em que tu nunca vais chegar, tanto que, no meu, eu sou a primeira mulher, em 40 anos, a ser Vice. Será que não houve nenhuma mulher capaz ou até mais capaz que pudesse ser Vice antes? Ou será que o enfrentamento não era o suficiente para colocar os homens do partido no lugar deles? Até porque nós somos mais da metade da população, mais da metade das eleitas e nós não temos sequer um marco legal, porque coisa de mulher não é muito de interesse do Parlamento brasileiro.

E, às vezes, Senador, não adianta muito ter aumentado o número de mulheres representantes. A Câmara mesmo tinha 44, foi para 77, mas onde cresceu mais cresceu no campo que não é o nosso campo político. Então, o que nós precisamos... Eu acho que, para combater essa violência política que chega à Parlamentar, sim, como chegou à Marielle, porque os não negros do país se revoltam com o fato de haver uma mulher negra que tem características de defender o povo da favela. Essa mulher não pode chegar ao poder. Ela chegaria muito mais longe do que a um mandato de Vereadora. Disso eu não tenho a menor dúvida. Mas é estranho a esse povo pequeno, a esse grupo pequeno das elites brasileiras e das elites políticas do Brasil conseguirem conviver com uma pessoa com aquela personalidade e com aquela visão de mundo.

E aí como é que tu fazes para combater isso? Elimina a pessoa. Porque nós estamos vivendo um período de absoluta barbárie. Quando que foi neste país que foi bacana tu fazeres arminha, gesto de arma? Quando é que foi tu dizeres que os negros não têm direito a determinadas coisas e que isso tinha eco como tem hoje? O Bolsonaro não foi eleito por marcyanos. Ele foi eleito por uma fatia antipetista,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente idiota, que achava que tirar o PT do poder resolveria tudo, e uma segunda fatia que encontrou um líder, que é exatamente como ele, homofóbico, racista, machista, que é contra o povo e que encontrou um líder. E agora se permitem a fazer essas barbaridades, essa barbárie que eles fazem em público, lá no cercadinho e um cercadinho um pouco ampliado. E uma outra fatia que achava que ele era liberal e que, no segundo dia de Governo, já viram que de liberal ele não tem nada e nem sabe o que é liberalismo econômico.

Agora, para nós, mulheres, para as mulheres negras, para as mulheres trans... E eu fico feliz de saber que a Rafa Ella é do mesmo estado que eu. Agora, nesse momento, eu estou na Bahia, de férias. Mas eu sou gaúcha, moro no Rio Grande do Sul e fico feliz de saber que há uma mulher com as condições dela para fazer o enfrentamento, na fronteira Oeste, que é sem dúvida o espaço mais machista e homofóbico do Estado do Rio Grande do Sul, do grande latifúndio, onde fazer militância e botar a cara para bater é muito complexo.

Então, acho que nós precisamos, Senador, sem nenhuma sombra de dúvida, mudar um pouco. Eu acho que se a gente tivesse voto em lista, se tivesse facilitado o acesso das mulheres negras, das mulheres trans, das mulheres, de forma geral, mas também do povo de axé e todos esses, numa lista ordenada... Os países que têm votação em lista têm uma representação muito superior à representação do Brasil.

Nós não conseguimos sequer fazer reserva de cadeiras de 15%, porque a maioria dos Deputados homens não vai votar sob o risco de abrir esse precedente e ficar sem o mandato. Alguns diziam para nós: "Não, se reservar 15% de cadeiras, pode ser que eu fique fora."

Tinha que ser uma Constituinte para tratar dessa legislação que altera a vida de todos, e, dentro dos partidos, tem que haver mais rigor! Não pode haver partido sem mulher na direção! Não pode haver tempo de televisão em que as mulheres apareçam no horário do almoço, em que ninguém vê propaganda política, e os homens apareçam de noite, no intervalo da novela, quando todo mundo está olhando. Eles não querem olhar os políticos, o povo quer olhar a novela, mas não vai apagar a TV, porque vai nos ver de qualquer jeito. Agora, por que é que nós aparecemos sempre na primeira semana de campanha na televisão e os homens aparecem na última, quando fazem a escolha dos candidatos?

Então, enquanto nós precisarmos do TSE para fazer o papel que a Câmara Federal não faz em matéria de legislar para o conjunto da população, nós não vamos mudar a realidade da violência política, e eu acho que fazer um marco legal para combater a violência política no país é a única forma de alterar esta situação que nós vivemos hoje.

Obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria aqui agradecer muito a participação da Miguelina Vecchio, que é Coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos, especialmente pela mensagem que ela nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe, a opinião, a sua visão crítica diante daquilo que, ao longo do tempo, vem sofrendo algumas mudanças, algumas medidas, mas que são em doses homeopáticas, não é?

Hoje, muitos países que ainda não alcançaram o desenvolvimento econômico, político e cultural que o Brasil tem, já avançaram muito mais em uma representação social dos Parlamentos que, realmente, reflita o que é a sociedade de cada um desses países. Os avanços que aqui foram feitos estão todos na ordem do número de candidaturas, do financiamento dessas candidaturas, quando há países que estabeleceram inclusive a paridade, no mínimo, em termos de representação dos eleitos e das eleitas.

Então, é uma discussão que temos que fazer. Assim que – se Deus quiser – nós pudermos retirar este Governo e estas forças políticas que estão infelicitando o Brasil e funcionando como a fala do obscurantismo, nós talvez não... nós devemos fazer uma reforma política que leve em consideração todos esses aspectos que foram levantados pela Miguelina.

Eu quero passar agora a palavra à nossa querida Gisele Barbieri para que ela, em dez minutos, possa fazer a sua manifestação. Em seguida, eu chamo a Senadora Zenaide Maia, que está aqui conosco.

Então, Gisele, dez minutos.

A SRA. GISELE BARBIERI (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Gostaria de saudar o Senador Humberto Costa e, em seu nome, saudar também todos os Parlamentares que compõem a Comissão de Direitos Humanos do Senado, também o Deputado Carlos Veras e, em seu nome, saudar também todos os Parlamentares da Câmara, os funcionários, e, saudando também a combativa companheira Iêda Leal, saudar todas as companheiras que me acompanham neste debate.

Eu sou Gisele Barbieri, da Terra de Direitos, sou uma organização de advocacia popular para coletividades na área de direitos humanos.

Em 2020, a Terra de Direitos elaborou e publicou uma pesquisa sobre violência política, como o próprio Senador Humberto Costa colocou na sua fala inicial, juntamente com a organização Justiça Global, na qual nós procuramos trazer algumas leituras sobre como essa violência ocorre no país e, a partir daí também, formular algumas articulações junto com outras organizações, como a própria Anielle trouxe aqui, o Instituto Marielle Franco, a Justiça Global, a Criola, para entender um pouco como é possível tratar desses desafios que esse fenômeno traz para a sociedade brasileira, porque nós entendemos que, principalmente num ano eleitoral, a violência política se torna um desafio para toda a sociedade brasileira, porque uma das leituras que a gente trouxe nessas pesquisas é que essa violência interfere diretamente na democracia.

Então, a partir daí também se coloca um grande desafio para os partidos políticos e para o Congresso Nacional, porque tanto os partidos políticos como o Congresso têm uma responsabilidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande nesse debate, porque essa violência também vai explicar porque essas estruturas e espaços hoje estão totalmente... são majoritariamente compostos por homens brancos e deixam afastados grupos que a gente pode dizer como minorizados nesses espaços de poder.

Aí a gente entra também na questão dos partidos políticos, porque essas estruturas tradicionais, dos partidos políticos, criam barreiras cotidianas para esses grupos. Por isso, é necessário que cada vez mais se qualifiquem essas estruturas para entender esse debate, para receber essas denúncias; e aí eu vou saudar também essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos em colocar esse disque denúncia, de propor diligências sobre esse tema, porque é preciso cada vez mais que esses partidos, o Congresso e os órgãos públicos recebam essas denúncias, mas também tenham instâncias muito claras que vão encaminhar essas denúncias, porque não é somente resolver as denúncias, a gente precisa dar encaminhamento a essas denúncias, a gente precisa punir esses agressores, a gente precisa educar esses agressores, como veio um pouco nas perguntas também, pois a educação também faz parte da violência política, com certeza.

E as pesquisas nos trouxeram essa leitura de que a violência política é uma prática disseminada para representantes de diversas siglas em todas as regiões do país. Então, ela não está só concentrada em partidos de direita ou de esquerda, ocorre com todos os partidos, e ela também não vai ocorrer só em anos eleitorais, embora a gente perceba uma intensificação desses atos de violência nos períodos eleitorais.

Outra coisa que as pesquisas nos trouxeram nessas análises é que essa violência possui especificidades quando a gente está falando de mulheres, quando a gente está falando de transexuais, quando a gente está falando da população negra. Então, é preciso atenção redobrada do estado para essas especificidades, porque quando nós falamos, por exemplo, de Parlamentares negros e transexuais, essa violência já está presente na vida dessas pessoas antes de eles almejem um cargo eletivo.

Eles já sofrem o racismo, já sofrem a transfobia. Quando eles chegam, fazem uma tentativa de disputar espaços nessas instâncias de poder, essa violência vai se intensificar como uma forma inclusive de impedir que eles consigam ocupar cargos nesses espaços. E, se essas pessoas são eleitas, essa violência vai ser cotidiana, e nós temos vários exemplos disso que já foram trazidos aqui pelas minhas companheiras que me antecederam, como aquele ataque em massa com *e-mails* e xingamentos, no final de 2020, a Parlamentares negras e trans; como a prisão de um Vereador negro em Curitiba, e isso foi só um começo de um processo de criminalização constante por que esse Vereador está passando; como uma Vereadora no Maranhão que teve o microfone arrancado durante uma fala numa sessão da Câmara de Vereadores. A Rafa Ella também trouxe essa questão da bancada negra de Porto Alegre, no final do ano passado, que também começou a receber ameaças de morte, e a gente vê que há um perfil nessas ameaças: todos eles são negros, são de partidos diversos, mas trazem essas condições desses grupos em que não há interesse que cheguem aos espaços de poder.

Então, nós reforçamos que o desafio é muito maior que apenas garantir a participação, mas também garantir um espaço seguro para que essas pessoas exerçam seus direitos políticos; caso contrário,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso se configura uma grave violação de direitos humanos. Então, é muito importante, eu reforço aqui, que a gente monitore essa violência e que sejam punidos os agressores.

Pensando um pouco também nessa atribuição do Congresso no que se refere a legislar, nós tivemos importantes avanços. Nós temos que reconhecer que a lei aprovada no final do ano passado, acho que é a 14.192, a lei que propõe ações para prevenir, combater a violência política, é uma lei muito importante, mas nós precisamos avançar, porque é uma lei que ainda não deixa evidente quais são essas instâncias que vão na ponta dessas denúncias, para onde as pessoas devem correr quando sofrem um caso de violência política e também deixa muitas lacunas – isso foi algo que eu lembro que a Rafa Ella trouxe – com relação a essa questão da interseccionalidade, porque é uma legislação que, na última hora, retirou o termo de orientação sexual, deixando apenas o termo "sexo feminino". Essa lei, quando foi debatida na Câmara dos Deputados, a retirada dessa expressão foi feita por meio de emenda de um Parlamentar e foi acatada pela Relatora. Então, a gente precisa realmente avançar porque isso vai na contramão dessa especificidade da violência que a gente está trazendo aqui.

Outra lei que também propôs um artigo sobre violência política foi a Lei de Segurança Nacional. Aí eu gostaria de ressaltar que talvez não seja uma Lei de Segurança Nacional, que tem um caráter extremamente punitivista, uma lei adequada para nós inserirmos um artigo referente à violência política, mas ele está lá. E lá também não se fala em orientação sexual, e sim em sexo feminino. Então, nós precisamos prestar atenção nessas questões e tentar avançar nessas legislações, porque é muito importante que essas legislações sobre o tema sejam autônomas, que elas dialoguem com a nossa realidade de Brasil e que também reconheçam – e isso é uma questão que também já foi trazida aqui – que essa violência está relacionada diretamente à luta por paridade.

Então, à medida que as mulheres, as mulheres negras, transexuais, que a população negra avança na conquista de espaços dentro das instâncias de poder, essa violência também vai aumentar. Então é importante que essas legislações priorizem mecanismos de garantia de participação também paritária das mulheres, e principalmente na sua formulação. E aí nós temos um debate que é muito recente também.

E, inclusive, eu vi uma manifestação da plataforma dos movimentos sociais pela reforma política sobre a PEC 18, que está entrando em debate na Câmara – foi formada uma Comissão. Uma PEC que é composta por 32 Deputados tem apenas 6 mulheres, e que vai tratar do fim das sanções para partidos políticos que não cumprem a cota de gênero. Então isso é violência política também.

Então é preciso que a gente também faça essa reflexão dentro do Parlamento, para saber como essas questões estão sendo encaminhadas, de violência política, dentro desses espaços, nos conselhos de ética. Na nossa pesquisa, procuramos trazer um pouco dos casos que foram encaminhados sobre violência política no conselho de ética, e a maioria deles é arquivada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu gostaria de finalizar por aqui a minha fala, ficando à disposição para questionamentos, mas agradecendo este espaço, que é extremamente importante. E lembrando que neste ano eleitoral, mais do que nunca, a gente vai precisar monitorar e denunciar se essa legislação em vigor sobre violência política está sendo observada e cumprida, porque nós não podemos compactuar com um sistema político, em uma democracia, que se utiliza de violência para afastar determinados corpos dos espaços de poder.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, eu queria agradecer à Gisele Barbieri, Coordenadora de Incidência Política na organização de direitos humanos Terra de Direitos, a contribuição muito importante que nos chama a atenção para o fato de que a proximidade das eleições cria as condições para o crescimento da violência política.

Eu acredito, inclusive, que a extrema direita brasileira vai atuar utilizando a violência política como um instrumento de intimidação dos adversários e de coerção aos eleitores, não é? Nós temos que estar muito alertas a esse quadro, ao que vai acontecer. Precisamos ter uma rede importante de denúncia dessas agressões e violências, porque elas vão acontecer, especialmente porque, na iminência da perda do poder político pela extrema direita, é possível que uma de suas principais armas seja exatamente essa que eu falei, a violência política.

A outra questão importante que você traz é que é interessante que alguém, quando galga uma posição do exercício parlamentar, adquire, em praticamente todas as instâncias, a imunidade parlamentar. Em tese, ali não está tão somente uma pessoa; ali está uma pessoa que exerce, alguém que exerce uma função pública relevante e que tem como algo inerente à sua função e ao seu cargo a imunidade. Então, em tese, essas pessoas deveriam estar mais protegidas ainda contra essa violência.

E o que nós vemos é que há uma tentativa de calá-las, não somente porque existe o preconceito, a discriminação, mas porque as pessoas querem, por meio disso, impedir que outras pessoas que defendam as mesmas ideias, que representem os mesmos segmentos possam construir-se como uma parcela organizada e influente da sociedade. Então, eu vejo como muito importante. Nós vamos ter o Senado como o espaço onde essas denúncias poderão ser feitas.

Eu vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia, do PROS, do Rio Grande do Norte, nossa companheira que tem uma importante militância na luta pelos direitos humanos e na nossa Comissão. Transfiro a palavra por dez minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero aqui parabenizar o Presidente, o Senador Humberto Costa, pela importância de uma audiência pública desta. A gente está conseguindo dar visibilidade a tudo o que o povo tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. Esses nossos convidados nos enriqueceram com muito conhecimento – o Deputado Federal Carlos Veras, Rafa Ella Brites Matoso, Iêda Leal, Anielle Franco, Miguelina e Gisele. Vocês mostraram o outro lado da violência. É claro que a gente tem o assassinato de Marielle como referência, porque ali foi o extremo da violência política. Era uma mulher negra, de periferia, que conseguiu alcançar um lugar no Parlamento. Além de ser assassinada, as que a seguiram, que conseguiram chegar ao mesmo patamar, Sr. Presidente e todos os que estão nos ouvindo... Eles destroem aquilo, como o nome da rua, o Memorial Marielle Franco.

Mas me chamou a atenção algo que foi falado sobre a violência, o racismo, contra as mulheres. A gente vê, mesmo, três séculos de racismo legalizado. Com muita luta, negros, mulheres... E a gente também. A gente conseguiu ter direito a voto... Nem a estudar a gente tinha direito, todas as mulheres. E as negras acompanhando também. Foi falado aqui e eu concordo: não tem ninguém totalmente branco, a gente tem uma miscigenação. Essa questão de ser uma raça ariana ninguém vai conseguir neste país.

Eu queria chamar a atenção aqui, Humberto, para a importância do desmonte daquilo que a gente já havia conseguido, que está sendo feito, de todas as políticas públicas e da tentativa de inclusão de negros, de índios, da comunidade LGBTQIA+. Eles estão desmontando.

Eu queria lembrar aqui a todas vocês e ao povo brasileiro... No desmonte da CLT, na precarização do trabalho – eu era Deputada –, a coisa que me doía era porque eu sabia que, no desmonte da CLT, as mulheres e as mulheres negras iam sofrer mais. Eu não estou falando nem dos sete anos que acrescentaram, de trabalho, na aposentadoria das mulheres. Eu estou falando aqui... Eu estava olhando aqui, o trabalhador negociar direto com o patrão: isso é uma covardia na relação de forças. E o que me chamava a atenção era que a maioria das pessoas que trabalham e que as chamam de secretárias do lar ou empregadas domésticas, neste País, são negras. Qual a relação delas com o patrão, gente? É o feudalismo, porque a mulher – não estou dizendo que o homem não tem essa sensibilidade –, a mãe, para botar o feijão e o arroz e um copo de café com leite para o seu filho, assina qualquer coisa.

Na verdade, aquele desmonte da CLT fez a gente voltar ao feudalismo. Trabalhadoras e trabalhadores contratados como se fossem trator e retroescavadeira: duas horas hoje, três amanhã. E, mais, o Brasil precisa saber que essas trabalhadoras e esses trabalhadores podem receber menos do que um salário mínimo. A gente sabe disso e isso mostra essa relação covarde entre patrão e empregado, como aquele caso do Moïse, que são milhares neste país.

Então, eu não poderia deixar de lembrar como o desmonte da CLT foi covarde. Nós precisamos voltar isto, voltar com os direitos dos trabalhadores. Nós temos uma epidemia de desemprego e de trabalho precarizado neste país, e os negros estão pagando um preço caro. E eu não acredito em democracia com racismo. Não existe isso. A gente tem que lutar sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que esta Casa pode um bocado de coisa, mas, como se falou aqui – eu acho que foi Miguelina que falou –, mesmo avançando o número de mulheres, a gente vê uma tendência de os partidos quererem ficar contra as políticas. Aqui no Senado para a gente conseguir essa cadeira no Colégio de Líderes... O Senado conseguiu. Hoje, as mulheres têm uma cadeira no Colégio de Líderes, e é uma luta para que as mulheres votem contra as propostas desse Governo.

Não há propostas, não há medidas provisórias do Governo Bolsonaro que sejam para ajudar o povo. O que era para ajudar o povo nós já aprovamos aqui, mas eles massacram a agricultora e o agricultor familiar, eles massacram as pessoas com deficiência, esse Governo massacra! E sabem o que choca todos nós? "Foi Deus que quis" – você ouviu isso. "Deus quis que eu estivesse aqui." Dizem que defendem as famílias, mas as massacram, são racistas. Racismo...

Ninguém venha me dizer que é racista e é cristão. Não combina. Defendem a família, mas não defendem um teto para essa família. Acabam com o Minha Casa, Minha Vida. Defendem a família, mas não defendem uma educação pública para os filhos dessas famílias. Defendem a família, mas não defendem um SUS fortalecido para atender a essas famílias, para incluir, inclusive, essa população negra, que, hoje, eu tive vontade... Eu sempre peço assim, eu digo: "Eu dou graças a Deus de não perder a capacidade de me indignar", quando eu vejo uma violência contra os negros, quando eu vejo um colega médico – e Humberto sabe, porque é médico e eu sou também... Mas, não se iludam, são capazes sim... A violência que eles estão praticando, até hoje, contra os seres humanos, deixando pessoas morrerem de mortes evitáveis continua, gente! Continua.

Eu digo que uma coisa me encheu de orgulho aqui de vocês hoje foi o entusiasmo. Podem querer nos massacrar – mulheres, negros, comunidades LGBTQIA+, qualquer opção sexual –, mas nós não vamos abaixar a cabeça.

Sabem esta aqui, nordestina? Quando querem me pressionar, eu digo: "Gente, eu não sobrevivi à mortalidade infantil do Sertão nordestino há mais de 60 anos para estar aqui sendo servil". Nós temos que nos levantar e vamos nesta luta!

E o Congresso pode, sim. Por isso, nós temos que dar visibilidade às pessoas. Mesmo tirando este Presidente, que não respeita a vida de nada, não só do ser humano, nem da natureza e muito menos dos animais – esse é o cara que a gente tem que abolir –, também temos que ajudar quem for governar, porque, com este Congresso que está aí, como foi falado, fica difícil, mas eu lembro: não vamos perder a esperança. Sabe por quê, Humberto? Porque não vindo do Poder Executivo coisas cruéis e esmagadoras para negros e trabalhadores já é uma grande coisa para a gente! É ou não é? Quando vier... Porque vai ter que criar dentro do Plenário. Então, se Deus quiser... E nós vamos lutar!

Outra coisa: você discriminar alguém por ser negro?! Ouçam a música de Chico Buarque. Há alguém de raça ariana aqui neste país?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu concordo também que Mussolini é muito mais... A inteligência é maior, mas ele tenta imitar. Aqui no meu Sertão, dizem assim: "É Mussolini depois da gripe".

E é isto aí: o massacre sobre os negros, sobre as mulheres, sobre as pessoas com deficiência neste país! Há 2 milhões de pessoas na fila da Previdência tentando conseguir um benefício a que têm direito por lei!

E nós vamos estar juntos. Todas essas mulheres que falaram aqui, o Humberto, o Senador Paulo Paim e o Contarato têm esse eco aqui. E, mesmo a gente sendo em um número com que muitas vezes a gente perde, a gente mostra à população o que é necessário. Muitas vezes, é no seu vizinho, e, por falta de conhecimento ou por falta de darmos visibilidade, ele não percebe. Essas audiências públicas fazem com que se dê visibilidade. Muitas vezes, a gente tem dificuldade de aprovar audiências públicas – não é, Humberto? –, porque não querem que a gente dê visibilidade.

Informação é poder! O maior libertador, o maior empoderamento dos negros, das comunidades LGBTQIA+ e das mulheres deste país é informação. E nisso nós temos obrigação aqui, no Congresso Nacional, de ir em frente.

"Não esmorecer para não desmerecer", Oswaldo Cruz.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Zenaide, sempre muito inspirada, muito firme, uma mulher que, neste Senado Federal, orgulha todos nós e honra a atuação política de todas as mulheres, não somente nos temas diretamente vinculados à questão dos direitos humanos, mas na sua participação em nossa CPI, a CPI que investigou as ações do Governo em relação à covid, no debate sobre os temas vinculados às questões trabalhistas, no seu posicionamento em relação aos temas educacionais... Sem dúvida, o Rio Grande do Norte tem em você, realmente, um motivo de muito orgulho pela sua coragem política, pelo seu preparo intelectual e pelo seu compromisso com as mudanças que nós todos queremos promover no nosso país.

Eu vou passar a palavra para a Livia Allen, que é Gerente de Projetos da ONU Mulheres, para que ela possa falar, e, logo depois, para o Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Ela está aí? *(Pausa.)*

Está bom.

Falta mais alguma pessoa entre os convidados? *(Pausa.)*

Todos já falaram. Então, vamos ouvir o Fabiano Contarato, para que a gente possa concluir aqui o nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa, meu querido Senador Humberto Costa.

Saúdo o Deputado Federal Carlos Veras; a Rafa Ella Brites, representante do Movimento #VoteLGBT; a Iêda Leal, minha querida Iêda, representante do Movimento Negro Unificado; a Anielle Franco, fundadora do Instituto Marielle Franco; a Miguelina Vecchio, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos; e a Gisele Barbieri, Coordenadora de Incidência Política na organização de direitos humanos Terra de Direitos.

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma reflexão aqui. Tudo, para mim, parte da Constituição Federal. A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, é clara quando diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, mas será que, efetivamente, no Brasil, essa isonomia tem vida? Eu tenho certeza de que não.

Nós Parlamentares – e a minha querida Senadora Zenaide Maia muito bem abordou este tema –, por vezes, no Congresso Nacional... E, aí, faço uma reflexão sobre a representatividade do Parlamento: será que o Parlamento efetivamente representa a população brasileira? Eu tenho a plena convicção de que não. O Parlamento representa castas, camadas sociais. A grande massa da população brasileira, de pobres, pretos, mulheres, índios, quilombolas, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas que vivem com HIV, essas não têm representatividade. É muito cômodo nós vermos que, dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher é justamente o Poder Legislativo. Eu estive, antes da pandemia, em Mato Grosso do Sul: dos 24 Deputados, todos homens, nenhuma mulher. Isso tem que nos dizer alguma coisa. Eu estive em Salvador antes da pandemia: mais de 85% da população de Salvador é composta de pretos e pardos, e Salvador nunca elegeu um Prefeito preto ou pardo. Então, qual é a representatividade que nós estamos dando para dar efetividade a essa premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza?

Eu lembro aos colegas que, em 2019, eu havia recém-assumido no Senado e estava na CCJ, quando fui designado para ser o Relator de um projeto de lei que queria acabar com as cotas de participação das mulheres no processo eleitoral. Até nisso nós somos preconceituosos. Gente, eu vi lá Parlamentares falando em "30% de mulheres", quando, na verdade, a lei fala em 70% de um gênero e 30% do outro. Então, eu fiz o parecer pela rejeição do projeto. Para minha surpresa, esse projeto ainda teve dois votos favoráveis. Nós conseguimos derrubar o projeto, mas ele teve dois votos favoráveis: o do autor e o de uma Senadora mulher. Isso me tocou, me chamou a atenção. E aí eu não só fiz o relatório pela rejeição, mas apresentei um para determinar a paridade: 50% para um gênero e 50% para o outro. Mas por que essas pautas não andam no Congresso Nacional? Porque, infelizmente, o Congresso Nacional também é preconceituoso, é sexista, é homofóbico, é racista, é misógino, é xenofóbico. Não há como nós não entendermos que essa é uma violência política. Eu falo aqui pela população LGBTQIA+. Todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos da população LGBTQIA+ não se deram pela via do Poder Legislativo, todos: direito ao casamento, direito à adoção, direito à redesignação sexual, nome social, direito ao recebimento de pensão em virtude de morte, direito à pensão, criminalização da homofobia, direito de doar sangue. Todos esses direitos se deram pela via do Poder Judiciário. Por quê? Porque o Poder Judiciário não pode se eximir de dizer o direito.

E aí muitos Parlamentares falam: "Ah, o Supremo está legislando". Não é que ele está legislando; ele está empurrando a história para o rumo certo, porque, se nós Legisladores nos acovardamos, nos omitimos, nos intimidamos, alguém tem que dizer esse direito, para dar direito a essa população, que eu nem chamo de minoria; eu chamo de maioria minorizada, porque 52% da população são de mulheres; a maioria da população brasileira é composta por pretos e pardos; nós temos aí um universo de população LGBTQIA+.

Então, falar que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação – toda e qualquer forma de discriminação! – ainda está longe de ser uma realidade. É um trabalho que tem que ser hercúleo, tem que ser diuturno. Platão falava que a sabedoria está na repetição. A gente tem que estar falando o tempo todo: "Olha, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Olha, você tem que me respeitar não é em virtude da minha orientação sexual ou do meu gênero; é pelo simples fato de eu ser um ser humano". Então, a orientação não define o caráter, a cor da pele não define o caráter, o gênero não define o caráter; o que vai definir o caráter vai ser o seu comportamento ético e moral.

Agora, infelizmente, nós vivemos em um país que tem uma digital. E isso está muito mais aceso agora, com o atual Presidente da República, porque uma grande parcela da população brasileira se vê legitimada a reproduzir o que ele faz, o que ele tem como objetivo, quando ele tem um comportamento sexista, homofóbico, racista, misógino e assim sucessivamente. Agora, o que nós, enquanto Parlamentares, estamos fazendo para mudar isso? É isso o que eu fico sempre repetindo.

Eu lembro que quando eu recebi aquele ataque lá na CPI da covid, um ataque homofóbico, vários colegas Senadores se solidarizaram comigo – vários! –, mas a solidariedade não pode ser apenas por palavras. Não existe solidariedade só da boca para fora; ela tem que ser por ação. Eu lembro que, na reunião de Líderes do Senado, eu fiz uma provocação aos colegas Senadores; todos voltaram a se solidarizar comigo. Eu falei: "Muito obrigado. Então, vamos fazer uma coisa? Eu não vou pedir nada de mais, eu quero só que todos os direitos que o Supremo reconheceu pela via precarizada, vamos botar isso num projeto de lei – todos! – e aprovar?". Isso é ato de solidariedade, porque solidariedade sem ação é palavra jogada ao vento, é como o pedido de perdão. O pedido de perdão é um ato nobre? É, mas o que você está fazendo quando você reconhece que cometeu um ato errado, criminoso e pede perdão? Não basta pedir perdão; é necessário mudar o comportamento: "A partir de hoje, eu reconheço que errei, reconheço. A partir de hoje, não vou ser mais homofóbico, não ser mais racista, não ser mais misógino,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vou ser mais sexista". Aí, sim, esse pedido de perdão tem validade. Aí, sim, a demonstração de solidariedade tem validade, porque, do contrário, nós vamos continuar sendo um Brasil onde uns são mais iguais que outros; 338 anos de escravidão, e nós ainda vivemos com esse racismo estrutural, até hoje temos que tê-lo.

Perdoem-me o desabafo: não pensem que para mim é fácil. Eu tenho dois filhos, com muito orgulho, dois filhos negros, mas eu tenho que explicar para a escola dos meus filhos para que eles tenham atenção de que os meus filhos são frutos de uma relação homoafetiva; esse é um desafio. Eu tenho que explicar para a escola dos meus filhos que meus filhos podem ocupar qualquer lugar, que ninguém vai dizer para eles onde eles podem e o que eles podem, porque a cor da pele deles não deve ser um fator preponderante para absolutamente nada, porque o respeito é inerente ao ser humano. Isso está na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então, o que nós Parlamentares, meu querido Senador Humberto e minha querida Senadora Zenaide, estamos fazendo, porque essa nossa omissão, quando não somos proativos, é relevante? Eu aprendi que todo poder emana do povo, mas passou da hora de nós, políticos, derrubarmos os muros do Parlamento e interagirmos com o principal destinatário.

Eu lembro que, antes da pandemia, quando eu era Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, eu fui visitar os índios gurarini-kaiowá, em Mato Grosso do Sul. Eles estão sendo dizimados com esse Governo, e lá os caciques olharam para mim, depois de caminhar por quilômetros de estrada de chão, e falaram: "Nunca nenhum Senador esteve aqui". Aquilo me tocou e, imediatamente, aqui, no Espírito Santo, fui a uma comunidade indígena também. Por quê? Porque eu fui eleito, meus amigos – Parlamentar para defender banqueiro e grandes empresários já há demais no Senado –, para defender os pobres, pretos, pardos, índios, quilombolas, mulheres, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas que vivem com HIV, para tentar diminuir esse abismo existente entre milhões de pobres e a concentração de riqueza nas mãos de tão poucos.

Nós, políticos, queremos dar saúde pública e educação pública com qualidade à população? Queremos. Mas o que nós estamos fazendo para instituir imposto sobre grandes fortunas, que está lá no art. 192 da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988? A nossa querida Senadora Zenaide falou muito bem da reforma trabalhista, em 2017: "Vamos alavancar a economia e gerar emprego e renda" e precarizou a relação trabalhista, e, mais uma vez, quem pagou foi o trabalhador, o pobre e, principalmente, as mulheres. Eu lembro que, historicamente, quando as mulheres tiveram direito à licença-maternidade, todo mundo comemorou. Sabe o que as empresas começaram a fazer? Não contratarem mulher ou exigirem atestado de esterilidade. Isso é muito grave!

Aí, depois, veio a reforma da previdência. Ficávamos lá debatendo, e, mais uma vez, quem vai pagar a conta é o trabalhador. Hoje se tornou uma missão impossível para um trabalhador brasileiro se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentar, porque 40 anos de contribuição... Quando um senhor, uma pessoa de meia idade, com 50, 55 anos, for mandada embora, ela não vai voltar para o mercado de trabalho.

Então, nós precarizamos a relação trabalhista em 2017, atentamos contra a previdência, principalmente das pensionistas. As mulheres que recebem pensão por morte, mais de 80% são de mulheres, porque deixam a sua atividade laborativa para cuidar de casa. Nós vivemos num país patriarcal, sexista, preconceituoso, e agora não vão ter mais direito.

Então, é necessário que nós Parlamentares – e eu faço a minha autoanálise – diuturnamente nos perguntemos: o que eu estou fazendo para colocar uma digital, para reduzir a desigualdade, para dar efetividade àquela premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, gênero ou pessoa com deficiência, mas que todos devemos ser tratados de forma igualitária?

Eu lembro que, uma vez, eu falei no Senado: "Mais uma vez, estamos nós aqui, homens, brancos, na grande maioria ricos e engravatados, decidindo a vida de milhões de pobres". Eu queria muito que entrassem pela porta do Senado mais representantes das mulheres, dos pretos, dos pobres, da população LGBTQIA+, dos índios, dos quilombolas. Infelizmente, esse dia não chegou, mas eu vou estar lutando incansavelmente, enquanto Deus me der vida e saúde, para exercer um mandato para reduzir a desigualdade e para dar efetividade a essa premissa de que todos somos iguais perante a lei.

Podem contar sempre comigo na defesa intransigente daquilo que eu chamo (*Falha no áudio.*) ... brasileiro, que é a Constituição da República Federativa do Brasil.

Um beijo carinhoso em todos e todas, e contem sempre comigo.

Muito bom ver você, Iêda, a Rafa Ella, o Senador Humberto, a Senadora Zenaide, a Gisele; enfim, todos vocês me fazem acreditar que nós podemos, sim, não só sonhar, mas concretizar o sonho de um Brasil mais justo, fraterno, igualitário, inclusivo e plural.

Beijão!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero agradecer a todos e a todas que participaram desta audiência pública. Eu creio que todos e todas já fizeram uso da palavra; também os Senadores e as Senadoras que assim demandaram tiveram essa oportunidade.

Eu quero agradecer à Livia Alen – ela não compareceu, mas ainda assim lhe agradeço –; à Gisele Barbieri, Coordenadora de Incidência Política na Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos; à Miguelina Vecchio, Coordenadora Nacional do Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos; à Anielle Franco, fundadora do Instituto Marielle Franco; à Iêda Leal, representante do Movimento Negro Unificado; à Rafa Ella Brites Matoso, representante do Movimento #Vote LGBT; e ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso companheiro, Deputado Federal Carlos Veras, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Nós vamos encaminhar aqui algumas sugestões: uma delas é uma manifestação de repúdio em face da conduta do médico goianiense que fez aquela postagem ignominiosa e também reafirmo aqui o nosso compromisso de que vamos fazer diligências aos estados e municípios onde os casos mais gritantes de violência política estão acontecendo.

Então, vamos procurar as instituições que nos ajudaram na elaboração desta audiência pública para que nós possamos sentar, acertar uma agenda dessas diligências e também para que nós possamos ver e debater *in loco* esse tipo de coisa, particularmente num ano como este, que será um ano eleitoral.

Quero repetir aqui o telefone da nossa ouvidoria: 0800 0612211. Estou aqui sendo chamado para falar do nosso *e-mail*, que vai receber denúncias de violência política – vou repeti-lo: violenciapolitica@senado.leg.br.

Então, eu quero agradecer a presença de todos e de todas.

E, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública, agradecendo, inclusive, o acompanhamento feito pelas pessoas que participaram acompanhando pelas redes sociais do Senado e dos integrantes desta audiência.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia sete de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Renan Calheiros, Flávio Arns, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o §3º do art. 443 e o art. 452-A, e altera o “caput” do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar o trabalho intermitente." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei nº 5185, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento." Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 - Projeto de Lei nº 5609, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei nº 3393, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - Sugestão nº 33, de 2019 - Não Terminativo - que: "A Federalização dos Agentes de Combate Às Endemias e Agente Comunitário de Saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/07>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 24ª Reunião de 2021 e das Atas da 1ª à 4ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Expediente.

A Secretaria da Comissão de Direitos Humanos recebeu os seguintes documentos:

- da Associação de Surdos de Rio Claro, de Pirapora-MG, de Brusque-SC, de Goianira-GO, de Goiânia-GO, de Jaú e Região-SP, do Alto São Francisco-SP, de Alagoas, de Ponte Nova-MG; da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos; da Sociedade de Surdos de Divinópolis-MG; da Associação de Apoio aos Surdos de Barbacena-MG; da Federação Goiana de Desportos dos Surdos; da Associação de Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul; da Federação Alagoana Desportiva dos Surdos; moção de apoio da Câmara municipal de Mineiros-GO – apresentam as razões da importância do PL 2.634/2021, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de habilitação, em todas as categorias, de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Todas as associações e Câmara Municipal solicitam a aprovação desta matéria. O manifesto está disponível junto ao PL citado;

- da Câmara Municipal de Charqueadas-RS – moção de apoio para a inclusão do professor como carreira de Estado;

- da Câmara Municipal de Cascavel-PR – moção de apoio à SUG 16/2018, que pretende isentar do Imposto de Renda os policiais militares que recebam menos de dez salários mínimos. O manifesto está disponível junto à sugestão;

- da Associação Nacional das Etnias Ciganas – apoio à aprovação do PLS 248/2015, que cria o Estatuto do Cigano. O manifesto está disponível junto ao PL citado;

- do Ministério da Justiça – responde a ofício da CDH que solicitou informações e providências acerca do assassinato de Moïse Kabamgabe. A Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares deste ministério informa que a Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro já ouviu 12 pessoas e três homens estão presos preventivamente pelas agressões e morte de Moïse. Além disso, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia apreendeu a arma usada no crime, que é uma barra de madeira. Informa ainda que as instituições do Rio de Janeiro estão à frente do caso desempenhando seu papel constitucional para elucidar e punir todos os autores deste crime, na forma da lei;

- do Ministério Público Federal – responde a ofício da CDH que solicitou informações e providências acerca do assassinato de Moïse Kabamgabe. O Procurador-Geral da República, por meio da Subsecretaria de Controle Administrativo e Processual, informa que o expediente da Comissão foi enviado ao Ministério Público do Rio de Janeiro para conhecimento e providências que entender cabíveis.

Informo que as manifestações de apoio à aprovação das matérias citadas ficam disponíveis no *site* do Senado junto à tramitação.

Aviso que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12/2019, os documentos lidos nas 18ª, 21ª e 24ª Reuniões, de 2021, e os lidos na 1ª Reunião, de 2022, desta Comissão serão arquivados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Tá!

Sr. Presidente, que sou eu próprio... *(Risos.)*

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Flávio Arns para que ele possa fazer a leitura do item nº 10 da pauta e, logo depois, eu pretendo aqui me pronunciar sobre um fato importante ocorrido nesses últimos dias.

Com a palavra V. Exa., Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

O item 10 da pauta trata do Projeto de Lei nº 5.185, de 2019, do Senador José Maranhão, falecido, inclusive, em função da covid.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 5185, DE 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.

Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Eu passo, Sr. Presidente, de imediato, para a análise do projeto.

Quero dizer que a proposição do Senador estimado José Maranhão é meritória, ao estender para a educação superior as garantias previstas nos arts. 58 e 59 da LDB, além de estabelecer uma série de parâmetros a serem seguidos, para que haja efetiva inclusão nos ambientes escolares da educação superior.

Nesse sentido, o PL vem, em boa hora, preencher essa lacuna da LDB, ao compreender a educação superior como etapa que deve ser acessível a todos os estudantes. Além disso, não se trata de uma acessibilidade meramente formal, pois o projeto exige que as instituições de ensino se preparem para atender às demandas específicas de todos os estudantes, por meio de ações concretas: oferta de aulas complementares ou de reforço, flexibilização da forma de apresentação de trabalhos, entre outras soluções que visem tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Outra virtude do projeto respeita às opções terminológicas inseridas no texto. Ao se referir a transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento de modo genérico, e não a transtornos específicos mais conhecidos, como a dislexia e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a redação proposta tanto observa o aspecto de generalidade de que deve se revestir a lei, para que não seja tachada de casuística, quanto evita promover a discriminação injustificável de alunos que apresentam necessidades educativas específicas, em decorrência dos mais diversos tipos de transtornos de aprendizagem e desenvolvimento.

No sentido do aperfeiçoamento da proposição, sugerimos que as premissas aqui apontadas sejam acomodadas no texto da recém-aprovada Lei 14.254, de 30 de novembro de 2021, ano passado – que tratou dos distúrbios de aprendizagem, disfunções de aprendizagem, onde isso pode estar incluído –, por meio de substitutivo. Tal opção se justifica para evitar o risco de dispersão dos esforços pela inclusão dos alunos com transtornos de aprendizagem, o que poderia ocorrer caso as mudanças fossem inseridas na LDB.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, a política suscitada no projeto sob exame se mostra relevante e oportuna, Sr. Presidente, e merece ser prestigiada por esta Casa.

Em função do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei do estimado Senador, já falecido, com quem eu mantive contatos frequentes, José Maranhão. Em homenagem a ele, inclusive, e à sua família, voto pela aprovação do Projeto de Lei 5.185, de 2019, na forma de substitutivo.

Então, eu apresento o substitutivo, Sr. Presidente – é bem rápido também:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVA)

PROJETO DE LEI Nº 5.185, DE 2019

Altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 [lei aprovada no ano passado], que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar acrescida do art. 3º-A, com a seguinte redação:

“Art. 3º-A. As instituições de ensino superior públicas e privadas assegurarão aos educandos com transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento:

I – atendimento integral e individualizado;

II – disponibilização de aulas complementares ou de reforço, oferecidas em meio que lhes favoreça o aprendizado;

III – flexibilização da forma de apresentação de trabalhos individuais, respeitada a escolha do educando por atividade alternativa à exposição oral;

IV – realização de provas e exames em ambiente apropriado e em tempo adequado à condição do educando;

V – garantia de acompanhamento de trabalhos de conclusão de curso por professores capacitados para lidar com necessidades específicas do orientando;

VI – sigilo e o respeito à condição de pessoa com transtornos específicos de aprendizagem e do desenvolvimento neurológico.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, é o parecer, Sr. Presidente. O voto é pela aprovação na forma do substitutivo. Em vez de alterar a LDB, estamos alterando – complementando, na verdade – a lei aprovada no ano passado por todos nós e já sancionada inclusive que trata justamente da área de distúrbios ou disfunções de aprendizagem.

Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Feita a leitura do projeto, nós aguardaremos o quórum necessário para a sua votação.

Mas, Senador Flávio Arns, demais Senadores e Senadoras, nós fomos todos surpreendidos, no último dia 4 de março, com a larga divulgação de um áudio enviado a um grupo de apoiadores, de amigos pelo Deputado Estadual Arthur do Val, pertencente ao Podemos, de São Paulo, que é chamado também pelo nome de "Mamãe Falei". Talvez mamãe não tenha falado corretamente a ele, porque nesse áudio ele proferiu uma série de afirmações de violência machista, de conteúdo sexista, agressivas às mulheres ucranianas e a todas as mulheres do mundo, reduzindo-as à sua sexualidade. Na verdade, o Deputado Arthur do Val alegadamente foi à Europa, à Ucrânia para prestar apoio, solidariedade às vítimas dessa guerra que, nesse momento, ocorre naquela região e que se iniciou por meio de uma invasão por parte da Rússia do território ucraniano.

E todos nós esperamos, inclusive, que essa guerra termine o mais rapidamente possível, porque é uma absoluta falta de senso que, em pleno século XXI, pessoas – crianças, jovens, adultos, idosos – estejam morrendo por conta de uma disputa territorial. Não interessa a razão a quem pertence, mas a guerra é sempre um recurso que jamais deveria ser utilizado.

A melhor maneira para a solução de conflitos é a conversa, é o entendimento, é a mesa de negociação, mas a guerra está posta, e o Sr. Arthur do Val alegou que iria à Europa para exatamente prestar um apoio a um povo castigado pelos reflexos da guerra. No entanto, o que nós vimos foi uma manifestação, como eu disse, profundamente violenta, atentatória às mulheres de todo o mundo. E o que é mais grave: trata-se de um Parlamentar, um Deputado Estadual eleito pelo povo de São Paulo, que tem um mandato a honrar e que tem satisfações a prestar aos seus eleitores. Ele é integrante também do chamado Movimento Brasil Livre (MBL), e, recentemente, um outro integrante desse MBL, o Deputado Kim Kataguiri, externou a sua opinião de ser favorável à legalização de partidos nazistas no nosso país. Portanto, o MBL (Movimento Brasil Livre) tem se caracterizado por não defender a liberdade, por não defender os direitos humanos, já que, até o presente momento, não se manifestou sobre essas falas proferidas pelo Sr. Arthur do Val.

Na verdade, esse cidadão não tem a mínima noção nem dimensão do que é o sofrimento humano. Todos nós sabemos que é algo corriqueiro e obrigatoriamente presente nas guerras a utilização da violência sexual como arma de desmoralização dos adversários. Todos nós nos lembramos, de todas as guerras, das denúncias de estupro, das denúncias de violação às mulheres muito especialmente. Ou seja: uma situação que, na prática, já existe, que é essa misoginia, que é esse sexismo, que é a violência machista, que, se já é corrente nos dias comuns, nos ambientes normais, no ambiente de guerra toma uma dimensão muito maior. É uma forma de desmoralizar as mulheres e é tão agressiva quanto a guerra, que vai destruindo cada um desses países, deixando traumas gigantescos, muitas vezes insuperáveis para essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres. Então, eu gostaria aqui, primeiro, de registrar um artigo escrito por um jornalista do Portal UOL, jornalista internacional que cobre especialmente a Organização Mundial de Saúde, todo o sistema ONU, que é o jornalista Jamil Chade. Num artigo profundamente emocionante, ele diz – e aqui eu faço minhas as palavras dele – que é nossa obrigação, portanto, desmontar o processo de profunda desumanização de uma guerra e da miséria, cada um com suas armas, pois ele faz exatamente esse comparativo da violência contra a mulher tanto no ambiente de guerra quanto no ambiente da existência, da miséria, como é o caso do nosso país.

Por essa razão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu estou apresentando uma moção de repúdio a esse cidadão, a esse Deputado Mamãe Falei, Arthur do Val, no sentido de que seja encaminhada ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Nessa moção nós solicitamos a tomada de medidas importantes para a apuração dos fatos e eventualmente para a aplicação das sanções necessárias para um episódio dessa gravidade, que, inclusive, pode culminar com a cassação do mandato desse Parlamentar, que lamentavelmente não honra a confiança que a população de São Paulo nele depositou. Vou enviar aos Senadores integrantes desta Comissão, a tantos quantos queiram e a tantas quantas queiram também essa moção de repúdio, no sentido de que possamos todos ser subscritores dessa manifestação e, ao mesmo tempo, do pedido de que isso que nós consideramos um crime não fique impune.

Ao mesmo tempo, apresentei aqui um requerimento no sentido de solicitar a presença do Sr. Arthur do Val aqui na Comissão de Direitos Humanos para que ele possa explicar para todo o Brasil onde ele conseguiu extrair afirmações tão estúpidas quanto as que ele proferiu.

Eu queria passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que nos solicita, para tratar desse ou de outro tema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu quero dizer, Sr. Presidente, que concordo com as duas moções, com a moção de repúdio e com a possibilidade de ele vir se externar na Comissão de Direitos Humanos, porque o que ele realizou, na verdade, é algo inaceitável, sob qualquer ponto de vista – do ponto de vista das mulheres ucranianas, passando por todo tipo de dificuldade, mas também em relação a qualquer mulher –, como menosprezar, desconsiderar, diminuir, desvalorizar, se aproveitar e todas as outras palavras que queiram ser usadas. Isso envergonha o Brasil, infelizmente, porque ele é Deputado Estadual. E oxalá a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo termine esse processo com a cassação desse Deputado Estadual, que é o que deve acontecer.

Ao mesmo tempo, lembro que ele, inclusive, é do Podemos, do Estado de São Paulo, partido ao qual eu pertencço também. O Podemos não pode aceitar, de maneira alguma, uma figura dessa natureza nas suas fileiras, tanto que nós já pedimos a expulsão sumária desse sujeito do partido Podemos. Na verdade, não se deve confundir a instituição com pessoas que eventualmente tenham feito, como ele fez,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um crime, que tenham protagonizado uma ação criminosa, violenta e inaceitável contra as mulheres de uma maneira geral.

Amanhã, inclusive, é o Dia Internacional da Mulher. E nós dissemos, no nosso documento, que o correto mesmo seria expulsá-lo hoje, antes do Dia Internacional da Mulher. Não há justificativa para qualquer ato dessa natureza. Temos que repudiar isso.

Eu faço essa observação também em relação ao MBL (Movimento Brasil Livre), composto por dezenas de milhares de pessoas que certamente estão horrorizadas também com o que esse Deputado Estadual protagonizou nesses áudios que foram divulgados. Então, também manter a instituição e dizer: olha, não queremos pessoas dessa natureza ao lado de qualquer caminhada.

E principalmente a nossa Comissão de Direitos Humanos tem que, na verdade, ser severa, contundente, porque direitos humanos foram banalizados por um representante legislativo do Brasil. Qual é a pena? Extirpá-lo da vida política, extirpá-lo da consideração da comunidade, da sociedade, porque nós não podemos... Tem que ser exemplar isso. Expulsar do partido, expulsar do MBL e ao mesmo tempo sofrer todas as penas possíveis para que comportamentos dessa natureza não se manifestem mais.

Eu quero concordar com os dois requerimentos e dizer da nossa indignação, inclusive como partido. Já colocamos isto claramente também dentro do partido: expulsão sumária, imediata. Isso não se coaduna com aquilo que todos nós defendemos, e não é possível, na verdade, admitir comportamentos dessa natureza num país onde todos nós temos que lutar para que haja cidadania, respeito, diálogo, entendimento, solidariedade!

E ainda mais lá na Ucrânia, que está enfrentando todo tipo de problemas com a invasão, com a agressão do ditador Putin, que também não leva em consideração, de maneira alguma, que está massacrando famílias, dividindo famílias e que merece todo repúdio também da comunidade internacional.

Então, é nesse sentido, Sr. Presidente, que eu queria me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Agradeço a V. Exa. a manifestação e entendo que não poderia ser outra: V. Exa. é uma pessoa que tem caracterizado toda a sua vida pública pela defesa dos direitos humanos, pelo combate a todo tipo de discriminação e violência, e, sem dúvida, o posicionamento de V. Exa. é tão somente o reflexo de uma vida inteira dedicada a essa luta que é tão importante e tão relevante.

Ao mesmo tempo, eu quero adendar o meu reconhecimento à posição de V. Exa. quando demanda do seu próprio partido uma medida forte em relação a esse Parlamentar que é filiado ao Podemos realmente. Então, eu agradeço a V. Exa. essa manifestação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reafirmar que nós vamos apresentar essa moção de repúdio e, assim que nós tivermos o quórum –provavelmente não o teremos mais no dia de hoje –, nós vamos aprovar essa demanda para que esse cidadão seja ouvido, como Deputado ou não, se já tiver sido cassado, porque eu acredito que é um escândalo tão grande, que teve repercussão internacional que é possível que já não esteja no mandato parlamentar, mas mesmo assim nós gostaríamos de ouvi-lo. Isso é importante porque tem um papel educativo e tem um papel, inclusive, de defender o nosso país, porque isso não fica de modo negativo apenas para o cidadão que proferiu tantas coisas equivocadas, mas para o Brasil. E o pior: de um lado, nós temos visto aí na televisão brasileiros que estão procurando ajudar brasileiros na Europa, saindo dos países onde moram para ajudar refugiados brasileiros que estão lá na Ucrânia; enquanto isso, um outro vai para lá claramente com a intenção de se aproveitar do sofrimento alheio e de proferir essas insanidades que foram proferidas.

Bom, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nada mais havendo a tratar e não havendo quórum para a deliberação dos projetos que estão em pauta no dia de hoje, declaro encerrada a sessão.

Informarei, o mais rapidamente possível, a confirmação ou não da nossa audiência pública da próxima quarta-feira com o Sr. Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, já que na quarta-feira teremos muitas atividades aqui no Congresso. Se for possível um entendimento com o Ministério da Saúde para essa vinda numa outra data, tudo bem; se não, nós faremos essa sessão na próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso e Flávio Arns, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 41/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Debater a regulamentação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência". Participantes: Wederson Santos, Assistente Social e Professor Universitário; Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência; Ana Claudia Figueiredo, Advogada, Idealizadora da Rede Brasil de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Redein, ex-Conselheira do Conade, Representante desse Conselho no Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o modelo único de avaliação até janeiro de 2021; Maria Aparecida Gugel, Membro Titular do Conselho Técnico-Científico da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID; Izabel Maria Loureiro Maior, Professora de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Rafael Gieger, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência; e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do Estado do Paraná. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/28>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 41, de 2021, da CDH, de autoria deste Senador. De pronto agradeço ao Senador Humberto Costa, Presidente, e ao Senador Contarato, que é o Vice-Presidente, por terem me assegurado, digamos, ou terem me proporcionado, como autor do requerimento, presidir a sessão. É bom dizer que faz praticamente dois anos que eu não estou presencialmente dentro do Congresso, devido à pandemia. Tenho trabalhado de segunda à sexta, mas no virtual.

Mas, enfim, o debate de hoje é para a gente aprofundar o conhecimento sobre a regulamentação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, de que eu tive a alegria de ser o autor do projeto original – e tive grandes Relatores: Senadora Mara Gabrilli, Senador Flávio Arns e Senador Romário.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet – é só entrar em www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Só para situar todos os nossos convidados, nós teremos cinco minutos para apresentar os convidados – esse período eu tenho para apresentar os convidados, cinco minutos – e, depois, cada um dos convidados tem dez minutos para expor o seu ponto de vista sobre o tema. Então, eu vou fazer uma pequena introdução, mas faço questão de citar os convidados para o debate de hoje. A senhora é a...

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (*Fora do microfone.*) – Maria Aparecida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Aparecida, é para dizer que já está presente.

Os nossos convidados para o debate de hoje: Ana Cláudia de Figueiredo, advogada, idealizadora da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Rede-In), ex-Conselheira do Conade e representante desse conselho no Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência até janeiro de 2021. Ela está presente, está aqui conosco, à minha direita.

Está também comigo a senhora que está presente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (*Fora do microfone.*) – Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há outra Maria aqui. A senhora é a Maria...

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (*Fora do microfone.*) – Maria Aparecida Gugel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, aqui à minha esquerda, prestigiando o nosso evento, está presente a Sra. Maria Aparecida Gugel, Membro Titular do Conselho Técnico-Científico da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid). Presença confirmada, está aqui ao nosso lado.

Citei as duas que já estão presentes e agora vou aos nossos convidados que vão estar virtualmente: Izabel Maria Loureiro Maior, Professora de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Wederson Santos, Assistente Social e Professor Universitário; Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência; Rafael Gigue, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência; Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do Estado do Paraná.

As outras duas já citei, já citei a Maria e citei também a que vai falar em primeiro lugar.

Bom, para situar todos, como é praxe desta Comissão, a gente faz uma pequena abertura falando do tema.

Saúdo todos os convidados, Senadores e Senadores que estão presentes, os que estão virtualmente, os servidores da Comissão e todos os que nos acompanham na CDH e também, em nível nacional, pela TV Senado e pelo e-Cidadania.

A nossa fala neste momento é apenas para esclarecer ao público que está nos assistindo e não domina o assunto: o que é a avaliação biopsicossocial e como está acontecendo a sua construção. Durante o debate da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o estatuto, um dos principais temas foi a avaliação biopsicossocial da deficiência.

Pelo modelo historicamente adotado, apenas o corpo era avaliado. Por exemplo, a pessoa era cega, surda, tetraplégica e isso bastava para dizer se alguém tinha ou não uma deficiência. Pelo novo modelo biopsicossocial, não se olha apenas o corpo, mas também sua funcionalidade e como essa pessoa enfrenta as barreiras externas no dia a dia para viver.

No caso dessa avaliação, uma pessoa que tenha deficiência visual, por exemplo, não terá avaliada apenas a sua limitação de não enxergar, mas também deverá ser avaliado como essa pessoa realiza suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades diárias, como se alimentar, cuidar de sua higiene, enfim, se ela realiza isso com o auxílio ou não de outra pessoa.

No contexto dessa avaliação que está em debate, que é o biopsicossocial, é necessário que se observem ainda as possíveis barreiras externas: as calçadas, se são acessíveis, e se a pessoa consegue se deslocar utilizando os meios de transporte disponíveis, ou seja, deve-se levar em consideração as cidades, seus serviços e se possuem acessibilidade.

A deficiência não está apenas no corpo, mas, sim, em toda uma realidade social que não a acolhe com suas diferenças.

Estamos aguardando essa avaliação, afinal é ela que vai dizer com maior justiça quem são as pessoas efetivamente com deficiência. A nova avaliação terá impacto em mais de 30 políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e ela é que vai dizer quem tem direito a porcentagens de vagas nas empresas obrigadas pela Lei de Cotas – isso é muito importante –, quem terá direito a concorrer às vagas especiais nos concursos públicos – também é importante – e quem terá direito ao benefício de prestação continuada (BPC) – muito importante –, esse que é o maior mecanismo de transferência de renda do Brasil.

Aprovado em 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabeleceu o prazo de dois anos após sua entrada em vigor para que a avaliação biopsicossocial fosse implementada. O Governo eleito em 2018, a pretexto de ajustes econômicos, entendeu por bem fazer modificações no instrumento da avaliação biopsicossocial que já havia sido elaborado e aprovado anteriormente com a participação do Conade, de especialistas e da UnB.

Vamos em frente.

O que as pessoas com deficiência desejam é transparência e o direito de participação na construção de um instrumento de avaliação que vai impactar a vida de mais de 17 milhões de pessoas no Brasil. Não se pode fechar os ouvidos à trajetória e à história de tanta gente! Caminhos são trilhados com muito esforço, avanços são obtidos com muitas lutas. Só podemos falar em conquista quando essas nascem do compartilhamento de sonhos. É preciso que se dê voz a quem fala pela beleza dos gestos, a quem enxerga com a pureza da alma, a quem anda pela beleza dos corações. Vamos assim, lado a lado, mãos unidas, cantando em coro. Nossas vozes hão de ser ouvidas.

Então, de imediato eu passo a palavra, depois dessa rápida introdução construída pela equipe de assessoria do gabinete da Comissão, à Sra. Ana Cláudia de Figueiredo, advogada e idealizadora da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Rede-In), ex-Conselheira do Conade e representante desse conselho no Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência até janeiro de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua, Ana Cláudia de Figueiredo, advogada.

A SRA. ANA CLÁUDIA MENDES DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos na altura dos ombros, tenho olhos claros, visto uma blusa marrom e estou aqui à direita do Senador Paulo Paim.

Eu cumprimento todos aqueles que estão nos acompanhando e aqueles que estão comigo nesta mesa, o Senador Paulo Paim e a Dra. Maria Aparecida Gugel. Agradecemos o requerimento deste evento, da realização deste evento, e o convite da Rede-In para participação deste momento.

A Rede-In congrega 18 organizações e coletivos nacionais que atuam em prol da efetivação e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência assegurados no ordenamento jurídico, entre os quais o direito a uma avaliação justa e alinhada com o modelo social de deficiência e a um instrumento de avaliação que não seja um mecanismo promotor de ampliação de desigualdades.

Diferentemente do que eu costumo fazer, hoje eu trouxe alguns eslaides para poder propiciar uma percepção panorâmica da situação, do retrato desse debate e tentar deixar mais claros alguns pontos jurídicos fundamentais à compreensão mínima do debate, compreensão necessária ao enfrentamento do objetivo de implementação de um instrumento de avaliação elaborado pelos Ministérios da Economia e da Cidadania e norteado não pelos direitos das pessoas com deficiência, mas por uma lógica orçamentária.

Eu não detalharei todos os eslaides, apenas farei menção aos documentos, porque eles ficarão disponibilizados aí pelo gabinete do Senador.

Bom, como temos noticiado nas mídias, nas redes sociais, nas audiências de que temos participado, o Governo está para finalizar a regulamentação do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão, que é inequivocamente um dos dispositivos mais importantes no campo dos direitos das pessoas com deficiência.

Essa norma consagra, no seu §1º, a superação do modelo médico de deficiência ao determinar que a avaliação, quando necessária, deverá ser biopsicossocial e considerar, além dos impedimentos nas funções e estruturas do corpo, também outros fatores, como os socioambientais, psicológicos, pessoais, a limitação no desempenho de atividades, a restrição de participação. Então, a avaliação considerando todos esses fatores e considerando os impedimentos também concluirá pela existência ou não de deficiência.

Feita essa avaliação, a pessoa com deficiência poderá ter acesso a uma série de políticas destinadas a essa população, inclusive aí aquelas a que o Senador Paim já se referiu, e, o que é mais grave, ao profissional de apoio escolar. Por incrível que pareça, nós debatemos muito no GTI sobre a importância





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não incluirmos qualquer exigência com relação ao direito à educação, sob pena de que esse direito deixe de ser universal.

Bom, para regulamentar esse direito, foi publicado o Decreto 10.415, de 6 de julho de 2020, por meio do qual foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o modelo único de avaliação biopsicossocial da deficiência ao qual foi dada competência para formular propostas – percebam bem o que está no texto do decreto: formular propostas – que conterão os instrumentos e o modelo único e determinou ainda que o grupo de trabalho deveria utilizar o IFBrM como instrumento base, o que será demonstrado nas falas subsequentes que não ocorreu no instrumento aprovado.

Nessa mesma linha, já havia sido aprovada a Resolução nº 1, de 2020, do Conade, que consagrou ali o entendimento do plenário no sentido de aprovar o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado como o instrumento adequado para ser usado na avaliação da deficiência. Esse posicionamento, eu, que era uma das titulares do Conade, e mais dois suplentes defendemos até janeiro de 2021, quando decidimos, juntamente com o representante da Advocacia-Geral da União, deixar o GTI. E por quê? Porque foi aprovada a proposta dos Ministérios da Economia e da Cidadania de prorrogar o prazo das atividades do GTI para fazer uma pesquisa, pesquisa essa encomendada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, Secretaria de Previdência e Ministério da Cidadania, encomendada à universidade particular de Marília, Unimar, para avaliar o impacto da adoção do IFBrM nas políticas públicas. Nós entendemos, naquela oportunidade, que a pesquisa serviria tão somente para respaldar a substituição do instrumento base, o IFBrM, que foi validado cientificamente e aplicado em mais de 8 mil pessoas, que passou pela validação de vários especialistas e pela Universidade de Brasília, a substituição desse instrumento base por outro que impusesse menos gastos aos cofres públicos. Então, nós entendemos que a nossa permanência seria útil apenas para concretizar esse objetivo do Ministério da Economia e da Cidadania. E uma das razões que nos levou a essa constatação foi um trecho aqui, entre outros documentos, do parecer da Comissão de Ética da Unimar (Universidade de Marília) ao aprovar a pesquisa que foi encomendada pelo Ministério da Economia e Cidadania: "Os resultados da pesquisa [diz o parecer] poderão ensejar as adequações necessárias para que o instrumento proposto pelo GTI seja aderente [...] à Convenção [...] e à LBI, bem como não represente custo orçamentário inadequado". Então, fica muito claro aí esse propósito de aprovar um instrumento que fosse menos dispendioso para o Governo.

Bom, logo depois da nossa saída, foi aprovado o Decreto 10.611, de 29 de janeiro, e dada continuidade à pesquisa da Universidade de Marília intitulada: "Análise da Aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado em Requerentes do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Com Deficiência". Dela constam agradecimentos ao Ministério da Economia, à Secretaria de Previdência, à Perícia Médica Federal, ao INSS e à SNDPD. Bom, esses documentos, como eu disse, ficarão disponibilizados para que todos tenham acesso ali ao seu teor.

Em 10 de fevereiro de 2021 – um pouco tempo depois, então –, o Conade deliberou, nessa reunião extraordinária, por condicionar a continuidade da sua participação no GTI à revogação daquele Decreto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.611 e à elaboração de uma minuta de decreto reconhecendo o IFBrM como instrumento de avaliação, estabelecendo um prazo para que fossem realizados os ajustes necessários.

Bom, não houve qualquer sinal de aceitação disso por parte do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o que levou à notícia, ao final das atividades do GTI, em 30 de setembro de 2021, do final desses trabalhos, quando foi noticiado, pela Ministra Damare, que a avaliação seria entregue na quinta-feira. Essa notícia é de 27/9/2021.

O movimento, então, muito indignado com essa notícia, principalmente pela falta de participação das pessoas com deficiência, começou a indagar sobre o resultado final. Onde está o documento, as propostas? O que foi aprovado no GTI? Infelizmente, o ministério começou a responder ali em vários documentos que não seria o caso de liberação de qualquer documento naquele momento, mas tão somente por ocasião da publicização do decreto pelo Presidente da República.

Diante disso, a Rede Brasileira de Inclusão juntamente com um grupo de especialistas e de outros movimentos iniciaram ali várias ações para tornar públicas as violações que estavam acontecendo no âmbito desse debate, entre as quais ali ofícios a cerca de 60 autoridades, requerimentos de audiências públicas, um manifesto, cujo *link* a gente vai deixar para que vocês possam continuar assinando, requerendo a divulgação do relatório final e todos os documentos constantes desses debates, os documentos que conduziram a aprovação de uma proposta que, diga-se, não continha um instrumento, uma proposta em que foram feitos ali alguns ajustes, algumas junções do BPC antigo com partes do IFBrM que eles contestaram. Esse manifesto está na change.org, já conta com quase 23 mil assinaturas, e eu vou deixar o inteiro teor desse documento com o Senador Paulo Paim ao final deste debate.

Também nós fizemos uma semana de conscientização sobre avaliação, e todas as palestras, as várias palestras que aconteceram nessa semana podem ser acessadas ali pelo *link* da Rede Brasileira de Inclusão. Palestras que informam a sociedade sobre todo esse processo e os imbróglis que estão no seu âmbito.

Fizemos uma nota sobre uma análise das implicações éticas da pesquisa da Universidade de Marília que foi encomendada pelo Ministério da Economia no âmbito do GTI. Também deixamos o *link* dessa nota.

Produzimos também notícias aqui, um artigo sobre a inaceitável exclusão das pessoas com deficiência do processo de regulamentação, tanto do processo de debate durante o GTI quanto, agora, do processo depois de 30 de setembro, quando estão ali elaborando a minuta do decreto que está para ser publicizado.

Outras notícias também foram produzidas, várias notícias no *Estadão* e no blogue Vencer Limites. O Tribunal de Contas da União fez um *webinar* de quase quatro, cinco horas, tentando também esclarecer a população, tentando ouvir especialistas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA CLAUDIA FIGUEIREDO – Foi realizada também pelas Defensorias Públicas – a Defensoria Pública da União e as do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, do Maranhão, da Bahia, de Minas Gerais – uma recomendação conjunta à Ministra Damares no sentido de que publicizasse o relatório e os documentos do debate sobre o instrumento aprovado no GTI.

Houve, ainda, pela Defensoria, uma *live* com o apoio de várias organizações. E, ao final, no dia 3 de dezembro, o Ministério da Mulher publicou, no *site*, o relatório final da avaliação e o Documento nº 8, que continha a chamada proposta do Ministério da Economia, e o Documento nº 13 também. E todos tinham um *link* para você poder acessar o documento, mas não foram disponibilizadas as atas das reuniões, que continham todos os debates e todos os enfrentamentos que os representantes do Conade e da AGU fizeram à época ao rumo que o Ministério da Economia e o Ministério da Cidadania estavam dando ao debate. Infelizmente, agora, quando eu fui preparar esta fala para trazer todos esses dados para os senhores e para as senhoras, eu verifiquei que o *link* para esses documentos foi retirado do ar. Então, a publicização que havia acontecido no dia 3 de dezembro hoje já não existe mais.

Esse sigilo que está acontecendo, que está sendo imposto a esse relatório, aos documentos e às atas, agregado ao silenciamento do Conade nesse período de debates, tem um objetivo para nós que é muito óbvio: é o de conseguir implementar, sem obstáculos, sem enfrentamentos, um instrumento menos oneroso ao poder público, um instrumento que... É um intuito que, parece-nos, está para acontecer, porque foi aprovada, como eu disse, no âmbito do GTI, essa proposta dos Ministérios da Economia e da Cidadania, que é muito restritiva, mais do que aquela proposta que foi feita pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, considerados, inclusive, ajustes que a própria secretaria fez ao instrumento validado pela UnB. A própria secretaria identificou que o instrumento estava muito amplo e precisava de ajustes, e eles foram feitos, mas, ainda assim, os demais integrantes do GTI não consideraram isso.

Nesse contexto de ausências, ausência de publicidade, ausência de participação da sociedade em nítida violação ao Artigo 4, item 3, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O mais grave é a presença, na proposta aprovada no GTI, de prejuízos para as pessoas com deficiência consistentes na retirada de direitos. Queremos, sim, uma regulamentação. O movimento precisa de uma regulamentação do Artigo 2 com a maior brevidade possível, mas que não seja um instrumento que amplie as graves desigualdades já existentes.

Muito obrigada a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Advogada Ana Cláudia Figueiredo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês perceberam que eu dei um pouquinho de tempo a mais, porque ela me explicou que preparou toda a palestra dela baseada também na audiodescrição. E, como não foi possível, vocês viram que ela já se descreveu, inclusive, na hora, e eu não. Então, eu queria dizer que eu sou Paulo Paim e sou um Senador negro, um dos poucos que existem ao longo da história desta República, tenho cabelos grisalhos, estou de roupa preta, a camisa é um bege com azul e a gravata é, digamos, vermelha.

A partir deste momento, eu vou começar a passar para os nossos convidados que estão presentes virtualmente para deixar que a Dra. Maria Aparecida faça o encerramento da Mesa, aqui dos trabalhos.

Então, eu passo a palavra para a Profa. Izabel Maria Loureiro Maior, que é Professora de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é nossa convidada e já está presente na tela.

A palavra é sua, Profa. Izabel, por dez minutos.

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta importante audiência pública, na qual viemos, mais uma vez, comentar, debater e ver se jogamos um pouco de luz, de iluminação, no sentido de justiça, sobre o que chamamos de avaliação biopsicossocial.

Quero agradecer a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por essa iniciativa e cumprimentar também todos os colegas que compõem a Mesa, todos os assessores dos demais Senadores que estão presentes, do seu próprio gabinete, Senador Paulo Paim, e também todas as pessoas que nos acompanham.

Com certeza, eu tenho absoluta tranquilidade de participar desta Mesa pela seriedade dos trabalhos que a Comissão de Direitos Humanos do Senado sempre deu ao tema da pessoa com deficiência. Diversas vezes, desde a constituição desta Comissão, participei na época como gestora, como coordenadora nacional e como Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Senador Paulo Paim, o que eu venho dizer é, primeiro, concordar com tudo que foi apresentado pela Dra. Ana Cláudia Figueiredo, que aqui nos brindou com um histórico recente das questões relativas à avaliação biopsicossocial, mas eu quero voltar um pouquinho no tempo para poder esclarecer e falar da maneira mais simples que eu puder. Eu acho que estou me especializando em decodificar qualquer linguagem médica ou jurídica para que a população consiga nos entender.

Na verdade, o tema de avaliar pessoas e dar a elas a elegibilidade para políticas públicas, quando se trata de políticas específicas para pessoas com deficiência, é uma tarefa muito difícil devido ao caráter multidimensional e complexo que é a deficiência. Se nós ficassemos presos a um conceito antigo, anterior à convenção da ONU, anterior à Lei 13.146 – estatuto e também Lei Brasileira de Inclusão –, nós continuaríamos trabalhando como sempre foi, e talvez seja a maneira que a maioria das pessoas com deficiência acaba entendendo, que é um atestado médico que diz qual é o código de uma doença. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes grupos de interesse vão ao Congresso Nacional, tanto à Câmara como ao Senado, solicitando que determinadas patologias se transformem automaticamente, por lei, em deficiência.

Ora, isso representa o passado, representa a legislação que fizemos na regulamentação de 1993, da Lei 7.853. Depois, fizemos uma nova regulamentação, pelo Decreto 3.298, em 1999; e posteriormente, quando atualizamos o decreto de 1999, em 2004, no texto do decreto conhecido como Decreto da Acessibilidade, de novo tratamos da questão da deficiência como categorias, em que CIDs, códigos internacionais de doenças, diziam: uma pessoa que tem paralisia é uma pessoa com deficiência; uma pessoa tem a perda de funções sensoriais – audição, visão ou mesmo o conjunto delas – é uma pessoa com deficiência; alguém tem uma dificuldade de caráter intelectual, portanto, é uma pessoa com deficiência. Tanto a Lei Brasileira de Inclusão, que é uma atualização de toda a nossa legislação... E depois, Senador, o senhor nos ajudou muito, assim como o Senador Flávio Arns, Senadores que estavam à época, em 2006, 2008, para que pudéssemos regulamentar como emenda constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

E o que diz a convenção? Não é isso mais. Deficiência já deixou de ser doença há muito tempo. Deficiência significa restrição de participação das pessoas devido a barreiras que encontram; barreiras que podem ser das atitudes da sociedade ou podem ser das questões ambientais, quer dizer, a barreira do transporte, a barreira da falta de educação inclusiva, a barreira da restrição na entrada no mercado de trabalho, as barreiras em tantas outras situações que pessoas com deficiências de todas as naturezas e de todos os graus enfrentam em qualquer país.

A ONU não definiu pessoa com deficiência. A ONU nos deu um enunciado, que consta do Artigo 1 e que depois foi trazido com quase igual teor para a Lei Brasileira de Inclusão, dizendo que deficiência é um encontro do aspecto biológico do impedimento de natureza física, mental – quer dizer, trazendo um novo grupo, o do transtorno psicossocial, para o conjunto das pessoas com deficiência – e de natureza intelectual e sensorial, em razão de uma ou mais barreiras, como está na Lei Brasileira de Inclusão; nos diz que essa questão pode justamente restringir a participação social. E daí vem um conjunto de quatro orientações retiradas integralmente da Classificação Internacional de Funcionalidade, que é um documento da Organização Mundial da Saúde e é a base para a avaliação da deficiência para qualquer país. E aqui no Brasil nós já vínhamos trabalhando com a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade), que é a sigla e que foi editada em 2001 pela Organização Mundial da Saúde. Nós já vínhamos trabalhando com esse documento desde sempre, desde que começamos a fazer a revisão da legislação e do conceito de deficiência, e também porque tivemos, através da Convenção da ONU, todo esse respaldo para mudar obrigatoriamente – mudar obrigatoriamente! –; é isso que eu quero frisar.

Então, hoje, quando falamos em avaliação biopsicossocial, se nós utilizarmos o que vem sendo usado pelo INSS, com o aval do Ministério da Cidadania, responsável pela política de assistência social, e também pela área da previdência, nós estaremos usando um documento que foi muito bem elaborado pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IET e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos de 2011, 2012 e início de 2013, que foi o Índice de Funcionalidade Brasileiro. Esse índice teve a lucidez de nos dizer a melhor maneira, já que nós não podemos avaliar somente a pessoa, que seria somente o impedimento. Ora, isso é a mesma coisa que um atestado médico com o código de doença, e nem temos como avaliar somente os aspectos da sociedade que, no meu entendimento, é o que deveríamos fazer: avaliar as barreiras, aquilo que restringe a participação e as oportunidades das pessoas com deficiência.

Mas onde está, na Classificação Internacional de Funcionalidade, o encontro do que é da pessoa – uma característica, uma situação, uma condição – e aquilo que lhe é externo, mas que lhe causa problemas, como barreiras? Justamente avaliarmos como é o desempenho em atividades e como é ou não a presença de restrição de participação social. São esses dois os aspectos fulcrais, os aspectos centrais do Índice de Funcionalidade Brasileiro, e o Índice de Funcionalidade Brasileiro é uma avaliação biopsicossocial na essência da palavra.

Então, nós queremos que as pessoas com deficiência, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, os senhores assessores que nos acompanham, todos que estão aqui, tenham em mente que, toda vez em que houver uma proposta como essa que foi aprovada pelo grupo de trabalho do qual eu me retirei, Senador Paulo Paim, junto com o Conade... Pela primeira vez, abandonei um grupo de trabalho por perceber que estava sendo tratada como uma pessoa que não tinha as opiniões observadas tecnicamente, assim como os demais participantes, fossem Conselheiros do Conade, ou eu, no caso, e outros colegas que éramos especialistas convidados, tanto pelo Conade como pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Faço aqui uma ressalva para dizer que muitos bons técnicos que estão e estavam na Secretaria Nacional fizeram o seu melhor esforço para que surgisse uma proposta de avaliação biopsicossocial coerente com o que diz a lei brasileira da inclusão. E, aqui, a Dra. Lailah Vilela é uma representante desse grande esforço, assim como todos os demais membros da mesa.

Parece-me que, apesar do convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado, não temos hoje uma representação do Governo, não temos uma representação da Secretaria Nacional, e isso me causa, ao mesmo tempo, tristeza e perplexidade – tristeza porque não foi para isso que criamos uma Secretaria Nacional num esforço conjunto da sociedade e de todos aqueles que já trabalhavam à época. Eu me lembro perfeitamente de estar em todas as audiências para as quais fui convocada ou convidada na época em que era gestora da política. É inadmissível que o Governo Federal não participe do debate e que essa denúncia que a Dra. Ana Cláudia fez de que nesse momento quem quiser consultar a proposta do Governo, que era o chamado anexo 8 dos documentos que foram finalmente, depois de muita reclamação de nossa parte da sociedade e das redes, não mais conseguirá, porque não existe mais a possibilidade de consultar no *site* da secretaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um erro, um erro muito grande, porque isso leva a sociedade a pensar que o que virá, como proposta do Governo com um atraso de mais de quatro anos, é o Índice de Funcionalidade Brasileiro, e não é. O que está vindo é um erro, porque é baseado no que já está errado, Senador Paulo Paim. E eu gostaria que o senhor pudesse tomar providências para avaliar quais são esses erros que o Instituto Nacional do Seguro Social está utilizando para avaliar as pessoas para acesso ao benefício de prestação continuada. Por que retirou todas as deficiências leves? Está utilizando-se do impedimento como base para a classificação de deficiência num momento em que a Constituição brasileira nos proíbe de assim agir.

Então, é com muita veemência – e eu sei que, com certeza, a minha veemência não será maior do que a dos demais que participam... Com certeza, o Dr. Ricardo Tadeu saberá traduzir isso muito melhor ainda do que eu porque nos acompanhou na ONU; a Dra. Maria Aparecida Gugel nos acompanhou desde o início; e tantos outros; o Dr. Ederson Santos, quando esteve na Secretaria Nacional, além de ser pesquisador da UnB, também trabalhou de uma maneira extremamente importante para que pudéssemos ter um balanço adequado em busca de justiça social. Porque fique muito claro: todos nós pesquisadores ou pessoas com deficiência, ativistas ou gestores temos consciência de que não haveremos de vilipendiar o que significa a pessoa com deficiência, porque direitos têm que ter foco. Políticas de ação afirmativa precisam desta noção de foco, de encontrar aqueles que delas são merecedores e que, sem as oportunidades das políticas de ação afirmativa, não conseguiriam, por exemplo, ter acesso ao mercado de trabalho, ter acesso às universidades federais, toda essa legislação que conhecemos.

Mas queremos deixar muito claro também que não é o fato de estar atrasada a avaliação que vai determinar que doenças sejam consideradas deficiências nesse intervalo e se transforme em lei. Isso está errado. Da mesma maneira, políticas universais como saúde, educação – para citar apenas duas – não podem ser consideradas questões que vão ser avaliadas primeiro se a pessoa tem deficiência ou não. Não é isso também.

O que nós queremos é que o índice de funcionalidade, com as propostas que foram colocadas pela Secretaria Nacional no que era o anexo 13, do que estava disponível e não está mais... Ali vinham corrigindo as distorções do BPC e as distorções da avaliação da aposentadoria especial, porque, por tantos anos, procuramos que viesse a existir uma legislação forte.

O que é que acontece? – e eu sei que meu tempo deve estar se esgotando. Eu quero deixar claro que avaliar deficiência só avaliando impedimento, começando pela avaliação do médico perito, e deixando de lado a importância do restante da avaliação é a mesma coisa de voltarmos ao atestado médico. E digo isso como médica, que fiz inúmeros atestados durante 21 anos do exercício da Medicina. Fiz errado naquela ocasião? Não. Era do que dispúnhamos, era o que a legislação nos dizia para fazer. Mas hoje a legislação nos diz que temos que ter uma equipe multiprofissional, a qual o Governo não diz quem é. Se serão só assistentes sociais... Nós sabemos que há muito tempo não há concurso no INSS para compor o quadro de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

assistentes sociais, tampouco há concurso para compor o quadro de perícia médica, que agora se chama perícia médica federal e, portanto, está também em outros órgãos. Mas e os psicólogos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professora, mais um minuto, por favor. Mais um minuto!

(Soa a campainha.)

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR *(Por videoconferência.)* – Sim.

E os psicólogos, os fonoaudiólogos, os outros profissionais tantos que serão necessários para poder avaliar de forma correta a funcionalidade? Isso, Senador, é que precisa ser visto. Nós não podemos simplesmente somar um pedaço da avaliação do BPC com uma base do IFBr e dizer que há um novo documento que vai salvar a pátria. Não vai. A pátria precisa de seriedade. A pátria precisa de profissionais que levem a sério tanto o conceito biopsicossocial, como, obviamente todas as questões inerentes à gestão de orçamento público do qual temos consciência.

Então, a minha solicitação é, primeiro, que haja realmente transparência e participação efetiva da sociedade. Segundo, que o Senado Federal se interesse imediatamente por avaliar os desmandos na avaliação do BPC que acontecem hoje e também os desmandos que acontecem na avaliação da aposentadoria dos segurados da Previdência com deficiência e também dos segurados da área governamental, para aposentadoria, porque já deveria ter sido feita uma revisão do documento, que estava prevista e nunca foi feita.

E, de novo, vamos ter que engolir uma avaliação em que se está deixando de lado o que determina a Lei Brasileira de Inclusão, o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência, em que o senhor tanto trabalhou, tanto se esforçou para que existisse. Vai ser deixado de lado para que o INSS consiga fazer com que a avaliação do benefício de prestação continuada seja a única preocupação do Governo, não para ser justo, mas para ser restritivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, nossa querida Profa. Izabel. Caminhamos anos e anos nesse debate do estatuto e a vejo hoje questionando uma série de questões não encaminhadas pelo Governo, como deveria ser feito.

Então, eu falei já aqui com a assessoria, a Ana Cláudia também foi muito bem, todas com linguagem simples. Eu, que eu não sou especialista no tema, porque eu sempre falo que na vida a gente é um eterno aprendiz, não é? Então, sou um eterno aprendiz... A assessoria pede à Izabel e a todos os painelistas que as propostas de encaminhamento sejam encaminhadas à Comissão, à CDH, pelo cdh@senado.leg.br. Vou repetir: encaminhar para cdh@senado.leg.br. A partir dali nós daremos o encaminhamento junto às instâncias, seja do Executivo, seja do Legislativo, seja do próprio Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo mais, é isso?

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR (*Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Muito obrigado, Izabel e também Ana Cláudia, ambas brilhantes.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Wederson Santos, de forma virtual. Ele é assistente social e professor universitário. Eu peço, claro, dez minutos, mas ambas foram em torno de 15 minutos.

O SR. WEDERSON SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, eu cumprimento todos e todas presentes nesta audiência pública. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar pela realização desse importante momento aqui de reunião de muitas pessoas envolvidas na temática para trazer, de forma simples, de forma que a sociedade consiga compreender tudo o que está em jogo na regulamentação do art. 2º. Então, eu parabenizo a Comissão de Direitos Humanos do Senado e todos os Senadores envolvidos, parabenizo a ideia do requerimento e agradeço o convite por participar desse momento.

Cumprimento aqui os colegas, pessoas das mais importantes envolvidas nesse tema, Dra. Ana Cláudia, Dra. Maria Aparecida Gurgel, a Dra. Izabel Maior, Ricardo Tadeu, a Lailah Vilela, o Rafael Giger, e várias outras pessoas aqui importantes que já acompanham essa discussão há muito tempo e que, mais uma vez, foram chamadas a atender a esse pedido para discussão, para apresentação e realmente demonstrar o que está em jogo.

Eu, assim como a Dra. Izabel Maior, subscrevo absolutamente tudo o que foi apresentado pela Ana Cláudia Figueiredo, o excelente histórico, bastante sumariado, mas muito aprofundado que ela fez aqui até esse momento. Subscrevo absolutamente, o que até facilita um pouco a nossa fala, e eu vou tentar aqui trazer também algumas análises de por que, talvez, chegamos a essa situação. A Ana Cláudia e a Dra. Izabel Maior, que me antecederam, trouxeram todos os momentos históricos, os eventos de uma discussão. É importante a gente lembrar que, desde 2007, a sociedade brasileira persegue o objetivo de atingir um modelo unificado de avaliação da deficiência nos termos da convenção. Isso é muito importante, nós não estamos falando de uma aventura, porque às vezes nós percebemos, somos testemunhas de algumas reivindicações corporativistas – nós sabemos, são evidências, isso não é a minha análise; isso são evidências do que a gente viu acontecer nos últimos anos, já que nós temos uma atuação bastante presente na corporação da perícia médica federal –, da reivindicação de alguns papéis que extrapolam as suas atribuições nessa avaliação biopsicossocial com os quais precisamos contar.

Eu sou um dos maiores defensores da qualificação persistente que a perícia médica do INSS precisa de ter. Ela foi sucateada nos últimos anos, mas ela precisa ser cada vez mais valorizada, assim como todas as áreas técnicas dos analistas do INSS. Entretanto, essa atribuição da perícia médica não pode estar acima dos interesses e das responsabilidades da sociedade brasileira de garantir os direitos às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas com deficiência. Nós precisamos de contar com a perícia médica federal, mas esse contar com o trabalho deles não pode extrapolar os objetivos de garantir direitos às pessoas com deficiência.

Por que é que eu digo isso? Porque, se nós olharmos, veremos que estamos numa fase de transição de modelo, como a Dra. Izabel trouxe, nós poderíamos dizer que estamos na transição de um modelo científico, epistemológico, de saberes. Nós mudamos a forma de compreender a deficiência nos últimos 50 anos, mudamos – mudamos, isso é um fato. A forma como compreendemos e como identificamos as pessoas com deficiência foi alterada nos últimos 50 anos.

Aqui eu não vou dizer como isso se deu, mas isso aconteceu, isso é um fato registrado no debate científico e isso repercute em alterações legislativas. Esse é o caso da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que, no seu conceito do que é pessoa com deficiência, traz os elementos que expressam essa mudança científica, epistemológica, conceitual e que acaba se transformando em mudança política e jurídica, como é o caso da convenção que tem assento constitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

Então, nós estamos falando dessa mudança, nós estamos em transição, e essa transição vai se dar, avançando ou não, a depender das disputas e dos interesses que se tem na sociedade. Nós temos, claro, o principal interesse das pessoas com deficiência em ter o reconhecimento desse conceito nessas novas bases, não reduzindo a sua deficiência a uma doença, a uma mera inscrição no seu corpo, nas suas alterações mentais ou sensoriais, mas da interação com o corpo com a sociedade, principalmente reconhecendo as barreiras que a sociedade impõe às pessoas com deficiência. É até um pouco do que as excelentes notas introdutórias do Senador Paulo Paim nesta audiência trouxeram: a deficiência não é apenas esse traço corporal, mental ou sensorial, porque não tem problema, isso é uma expressão da diversidade humana; o problema surge quando a sociedade impõe barreiras a partir dessa diversidade.

E tudo isso precisa ser expresso, mas, quando a gente vai para essa transição, há diversos grupos de interesse. Como eu disse, obviamente, o principal grupo de interesse são as pessoas com deficiência, mas vai haver também outros grupos de interesse, e a gente vai perceber que esses grupos de interesse disputam espaços específicos e estratégicos, é o que nós acompanhamos, sobretudo, ao longo desses últimos três anos no caso do Ministério da Economia.

E até seria razoável a gente entender que isso ocorreria. As principais disputas por orçamento público estão ali colocadas no Ministério da Economia. Mas o que é muito curioso é o próprio Ministério da Cidadania entrar nessas disputas, do outro lado. O Ministério da Cidadania, que, pelo seu nome, mas não só pelo seu nome, por ser responsável pela gestão, no âmbito do Governo Federal, da política de assistência social, tem empreendido esforços e ações, tem aprovado medidas e levado medidas para o próprio Congresso Nacional no sentido contrário à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Izabel Maior chama atenção para o que está acontecendo hoje no BPC, sobretudo com as alterações trazidas pela Lei 14.176, que, no ano passado, mudou o critério de acesso ao BPC. Foi aquela lei que regulamentou o Auxílio Inclusão, que foi uma excelente iniciativa, já aguardada, no entanto, o escopo dessa lei também trouxe alterações sobre os critérios de renda familiar, criou uma absurda avaliação social remota, que tecnicamente é impossível de ser feita, e, além disso, já introduziu ali algumas alterações que estão no sentido de medicalizar, mais uma vez, voltar para o conceito médico, a avaliação da deficiência.

A avaliação do BPC, que historicamente... E isto é reconhecido no mundo inteiro: o Brasil tem uma das avaliações biopsicossociais pioneiras, utilizando a CIF, para um benefício considerável para a população brasileira – como aqui dito: o maior benefício de transferência de renda, em termos de volumes de recursos envolvidos, do Brasil e um dos maiores do mundo. E o Brasil foi pioneiro, desde julho de 2009, fazendo essa avaliação baseada na CIF.

Eu sou assistente social do INSS desde dezembro de 2012. Eu completo uma década no serviço público federal como assistente social do INSS este ano. A minha razão de existência no serviço público federal neste momento é por causa avaliação da deficiência com base na CIF. Há dez anos eu faço essa avaliação no INSS. Desde janeiro de 2014, faço avaliação para aposentadoria da pessoa com deficiência da Lei Complementar 142, utilizando do IFBr numa versão anterior a essa, do IFBr-M. E essa mudança de modelo de que o INSS foi pioneiro em determinado momento, agora, do ano passado para cá, principalmente em virtude da Lei 14.176, passa a ser um dos principais atores que vão no sentido oposto da avaliação biopsicossocial.

Então, o que nós estamos trazendo aqui, não só quanto aos aspectos relativos à não regulamentação do art. 2º, é que o Governo Federal não está só não regulamentando o art. 2º, mas ele já está implementando retrocessos naquelas políticas que já estavam realizando aí avanços no sentido dessa transição para o modelo biopsicossocial e o de avaliação, que é o caso do benefício de prestação continuada.

Na minha avaliação e de diversos juristas, a Lei 14.176 é absolutamente inconstitucional. E o que nós estamos trazendo aqui não é uma análise de futurologia, do que pode vir a acontecer pela não regulamentação da lei, é o que já está acontecendo por essa não regulamentação e também o que já está acontecendo em outras políticas, como é o caso do BPC, como a Dra. Izabel Maior trouxe, e não é apenas deste Governo agora.

O debate relativo ao impedimento de longo prazo, que é o que resultou na eliminação das deficiências leves como aquelas a serem protegidas pelo BPC, remonta, na verdade, a toda uma discussão de 2015/2016, então, uma discussão anterior, em que o critério de definição de longo prazo foi utilizado para poder restringir mais direitos, assim como a perícia médica federal é também chamada nesses momentos para poder restringir direitos. É histórico este papel de a gente ver determinados grupos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais serem chamados em determinados momentos em que é preciso apertar as portas dos recursos públicos, do orçamento público. Então, isso é muito importante.

Nós estamos desconsiderando diversos aqui... A Ana Cláudia fez esta análise, a Dra. Izabel também fez esta análise – eu gostaria de chamar a atenção, para encerrar a minha fala – de que é algo que não diz respeito apenas a essa não regulamentação do art. 2º, mas do quanto os sinais já estão colocados, quando a gente viu, principalmente na Lei 14.176, uma antecipação, como se fosse um prefácio, uma prévia, do que seria essa proposta de regulamentação do art. 2º da LBI.

O Governo já mostrou o que ele que fazer quando trouxe esses novos critérios na Lei 14.176, que mudou o critério de acesso ao BPC. A Lei 14.176, de junho do ano passado, já antecipou qual é a ideia que ele tem de modelo biopsicossocial. Em alguns momentos, hoje, o assistente social, que compõe a equipe multiprofissional de avaliação do BPC, é um mero figurante, porque a avaliação é feita com base em alguns critérios de média aritmética de avaliações feitas em outros momentos; isso é aplicado ali naquele requerente. Inclusive, do ponto de vista constitucional, você elimina ali o fato concreto, objetivo, de o indivíduo ser avaliado nas suas necessidades, e é contrastado aquele indivíduo com características relativas a outras pessoas com deficiência que nada têm a ver com aquele caso concreto do pleiteante; ou seja, há até uma desconsideração do objeto jurídico concreto, algo que pode, inclusive, gerar muita judicialização – e eu não tenho dúvida de que isso vai acontecer.

Então, vejam vocês que, aqui, o conjunto de situações que nós temos já anunciam os graves retrocessos que nós teremos se essa proposta do Ministério da Economia e – surpreendentemente! – do Ministério da Cidadania, que deveria fazer a defesa da cidadania, da política de assistência social, ocorrer se assim for, de fato, regulamentado.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para esses elementos, de me colocar à disposição e, mais uma vez, de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, o Exmo. Senador Paulo Paim e todos os Senadores envolvidos aqui, que tornaram possível essa audiência ser realizada. Eu me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que forem necessários sobre essa temática.

Muito obrigado e bom dia a todos e todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, professor universitário e assistente social, Prof. Wederson Santos, que falou de uma série de temas tão importantes, como as outras duas painelistas, mas pediu também um olhar para a questão das perícias, porque as perícias são, segundo ele, trabalhadas, ou seja, induzidas a simplesmente retirar direitos. Enfim, eu espero que ele também mande as suas contribuições pelo @senado.leg.br, para que a gente possa fazer os devidos encaminhamentos.

Eu queria agradecer também ao Luciano. O Luciano é esse meu assessor que está aí com a máscara direitinho. Ele é deficiente visual, trabalha comigo já há algumas décadas. E eu falo deficiente visual...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto ele como o outro, que é um Coordenador que eu tenho no Rio Grande do Sul, que é o Coordenador político do gabinete, que também é deficiente visual... Sabe o que ele me diz? "Senador, pode falar cego mesmo, não há problema nenhum conosco". Então, é ele quem contribuiu muito para essa minha abertura e encerramento, como a Ingrid, que está aqui também, que é assessora da parte do legislativo. Então, meus cumprimentos aos dois.

Queria também falar aqui rapidamente e deixar um abraço para aqueles que construíram o estatuto. Eu sempre digo: uma coisa é apresentar, outra coisa é a versão final, não é? E os Relatores são fundamentais, o movimento social, as pessoas com deficiência. Foram anos e anos, foram 15 anos de debate. E os Relatores finais foram Romário, Flávio Arns e Mara Gabrilli; Celso Russomanno também ajudou, depois ele passou para a Mara, e a Mara, então, fez a versão final. Fica esse agradecimento de público.

Vamos agora para... Vocês notaram que eram dez minutos, mas quase todos estão falando em torno de quinze. Quando dá dez, há o primeiro toque da campanha; depois eu dou mais três; depois, quando vem o último, tem que encerrar. Daí foram os quinze, para que todos possam falar.

Eu passo a palavra agora à auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência Leilah Vilela.

A SRA. LAILAH VILELA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, gente.

Meu nome é Lailah, já trabalho com inclusão de pessoas com deficiência no trabalho desde 2005. Eu sou uma mulher de pele clara com cabelos castanhos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lailah...

A SRA. LAILAH VILELA (*Por videoconferência.*) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a correção que eu tenho que fazer: é Lailah Vilela.

O erro foi meu, não foi da assessoria, porque normalmente a gente fala: "Olha, o erro foi a assessoria que escreveu". Nesse caso, não foi, não; está bem claro aqui que é Lailah.

O tempo é teu, Lailah, e começa a contar agora. Vou botar mais um minuto.

A SRA. LAILAH VILELA (*Por videoconferência.*) – Sem problema, Senador, o nome é um pouco diferente.

Obrigada pelo momento aqui para participar com todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já trabalho desde 2007 para 2008 nessa construção do instrumento e eu gostaria de trazer aqui um pouquinho de umas questões técnicas, mas de uma maneira bem simples e tranquila, para que todo mundo possa acompanhar.

Eu estava fazendo a autodescrição. Então, eu sou uma mulher de pele clara, cabelos castanhos, longos e lisos, que hoje estão presos num coque; eu falo de Belo Horizonte, está bastante calor aqui; visto uma blusa de alcinha vermelha com flores branquinhas; e há, aqui atrás de mim, uma parede branca e um quadro abstrato, com umas linhas pretas e um quadrado vermelho.

Bom, o que acontece? Na construção desse instrumento, como a Dra. Izabel já colocou muito bem, foi todo esse processo de avaliar conforme a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde). E, para chegar a esse ponto de construção do instrumento nosso, o IFBr, a gente partiu de estudos dos instrumentos dos outros locais de todo o mundo, para a gente tentar a melhor forma que realmente se encaixasse com esse conceito, com essa definição que veio lá na convenção da ONU, sem o intuito de ser definição, mas que acaba sendo o parâmetro que a gente utiliza. E aí, para termos de comparação dos instrumentos, nós estudamos também os daqui.

Como o Wederson já colocou, o BPC foi um instrumento pioneiro, porque foi um dos primeiros no mundo a utilizar a funcionalidade e esses aspectos todos. Porém, o instrumento do BPC tem algumas características bem próprias, e acho que é importante a gente conhecê-las, até para a gente fazer uma comparação com a proposta que havia atualmente e com a proposta que veio vencedora nessa votação do GTI, como a Ana Cláudia já colocou, com esses vieses aí.

Mas o que acontece com o instrumento do BPC? Utilizando a funcionalidade, ele faz isso em bloquinhos. Então, ele tem uma parte de questões em que se avaliam as atividades e a participação, as coisas que a gente faz no dia a dia. Ele tem um bloquinho em que se avaliam as barreiras, que são os fatores ambientais, inclusive as questões de barreiras atitudinais. E ele tem outro bloco de funções de estrutura do corpo. Por que é importante entender esses blocos? Porque, na verdade, o resultado final do instrumento de avaliação do BPC é baseado na pontuação que a pessoa tem em cada um desses conjuntos de questões. Uma parte dessas questões é feita pelo assistente social, como o Wederson explicou aí, porque ele trabalha com isso, e outra parte é feita pelo perito médico federal.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos solicitou uma pesquisa à Enap, com uma técnica que se chama EvEx, que são estudos mais rápidos, porque eles são baseados em bancos de dados já existentes, eles tratam os números ali e fazem avaliações muito interessantes. Um desses estudos foi solicitado justamente para ver o peso que havia nas questões chamadas médicas, que o perito avaliava, e o peso das demais questões: atividade, participação e barreiras. Então, nos cálculos matemáticos, em uma amostra de mais de 1,3 milhão de avaliações, o que se percebeu? Que o peso do que o perito médico avalia é praticamente três vezes maior do que o dos demais, e a parte de barreiras, que fica a cargo do assistente social, a dos fatores ambientais, tem um peso de mais ou menos 0,8% no total da avaliação. Os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

números são bem complexos para a gente explicar aqui em pouco tempo, mas é só para a gente entender que existe um predomínio nítido nesse instrumento do BPC da parte feita pelo médico, ou seja, voltada para as funções e estruturas do corpo, que é justamente aquilo que está de acordo com o conceito anterior, como a Dra. Izabel colocou, o famoso laudo médico, que era o que se fazia até então.

Então, o que a gente tem que pensar sobre esses bloquinhos? Cada bloquinho desses pode ser graduado ali em leve, moderado, severo. O Miguel, depois, pode até falar um pouco mais sobre isso. Mas esses bloquinhos têm as seguintes características: as combinações possíveis são em torno de 120 e poucas combinações nessas notas de cada bloquinho, mas somente 43, se não me engano, 40 e poucas combinações dão direito ao benefício. Então, ele é um instrumento que restringe. Não é qualquer deficiente de qualquer grau que tem direito a acessar esse benefício, apesar de a legislação garantir que o benefício seja dado para a pessoa com deficiência e ponto final; não se fala em leve, moderado e grave. Mas esse recorte embutido no instrumento promove essa restrição.

Aí o que aconteceu no momento desse GTI? Quando se foi aplicar essa nossa versão atual, já validada pela UnB, como bem foi colocado aqui, com mais de 8 mil pessoas avaliadas, com dois avaliadores em cada... Então, a gente tem mais de 17 mil avaliações, com distribuição entre os diversos tipos de impedimentos, entre as diversas faixas etárias, em várias regiões do Brasil. Então, houve toda uma validação científica nesse processo. E, na validação de acurácia, que é aquela capacidade de o instrumento dizer se a pessoa é uma pessoa com deficiência e qual o grau, isso foi aprovado junto à Universidade de Brasília, com todos os dados matemáticos. Só que esse instrumento faz este recorte "leve, moderado e grave" de uma maneira explícita, pela pontuação, conforme ele foi estruturado ali, e o do BPC não faz isso explicitamente.

E aí, na hora em que uma parte do Governo percebeu isso, o que foi detectado? Que o IFBrM deixaria explícitas ali as questões das pessoas com deficiência leve e, pela legislação, elas teriam acesso ao BPC, o que aumentaria muito o custo. A partir disso, foi promovido o estudo da Universidade de Marília, que a Ana já colocou muito bem, da questionabilidade do que está ali no próprio documento do comitê de ética. Porém, a gente tem problemas técnicos internos nesse instrumento também, porque esse estudo da Universidade de Brasília tomou por base que o instrumento do BPC seria o bom, que a gente chama de padrão ouro, e que seria tudo adequado, e a gente sabe que não é.

Além desses bloquinhos de caixinhas, ele tem várias questões ali, porque ele tem também... Na avaliação para dar a pontuação ali para a pessoa avaliada, ele usa uns requisitos de percentuais, o que eu acho bastante complicado. A gente tem, por exemplo, que, de 25% a 49%, a pessoa teria uma alteração moderada naquele item, e o pulo do 49% para o 50%, 1% só, já gera uma pontuação completamente diferente no final que vai impactar naquela combinação ali dos bloquinhos de que eu falei. Então, é um sistema de avaliação muito subjetivo, que, claro, como qualquer outro instrumento, tem problemas. Isso é o normal, a gente sempre tem que testar o instrumento, aplicar e fazer os ajustes necessários. O próprio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BPC estava na terceira versão e já se sabia da necessidade de atualizar outras coisas nele, que não foram feitas, porque, em tese, agora a gente tem que ter um instrumento único – então, não vamos investir nos antigos –, assim como, no IFBrA, que foi uma das versões do IFBr, foram detectados problemas e ele precisaria de correções, que ainda não foram feitas aguardando a entrada do IFBrM, que é bem mais apurado no sentido de atender a convenção da ONU.

Então, o que acontece? A comparação desses instrumentos pela Universidade de Marília seria bem problemática nesse sentido. Não se tinha o que a gente chama de padrão ouro, porque a gente não pode comparar um instrumento com o outro já tomando por base que um deles é adequado, aí o outro ficaria inadequado. A Ana Cláudia mostrou o texto da comissão de ética, que tem muito claro esse viés de comparação. Então, é um problema.

Outra questão é que as pessoas que defendem modificações no IFBrM, com a ideia de agregar partes do BPC nele, já vão reforçar essa questão da prioridade médica de avaliação. E o Wederson colocou como isso vai passar para uma avaliação somente do perito e depois nem chegar às demais avaliações, como estava proposto no Documento 8, que desapareceu lá do *site*, mas a gente já teve essa informação.

Então, o que acontece? No momento em que se vai buscar uma validação de instrumento e tudo mais, a UnB fez esse processo pensando em quê? Na preservação dos direitos e não na exclusão. E, se a gente sabe que o BPC é um instrumento que trabalha com mais restrição justamente pelo peso financeiro, que importa bastante para algumas partes do Governo, a ideia é... A gente já tem gargalos muito grandes para atendimento ao BPC, as pessoas esperam na fila, às vezes, seis meses ou mais e, quando passam pela avaliação, às vezes caem nessa precariedade da avaliação social remota, como o Wederson colocou, que é um absurdo, que é impossível de se fazer.

Mas, além de tudo, imaginem vocês se a gente tiver a necessidade de passar por essa avaliação para todas as políticas que o mundo autorizável colocou – é o acesso à universidade, é o acesso ao passe livre –, esse gargalo vai ser infinitamente maior, porque a gente não tem número de pessoas suficiente para fazer essa avaliação somente no INSS.

Na base da construção dos instrumentos, a ideia é que a gente pudesse ter um instrumento que fosse útil, inclusive, para ver, por exemplo, resultados de saúde – se a pessoa passa por procedimentos, se ela tem uma prótese, se ela consegue fazer uma reabilitação ou coisa parecida –, esse instrumento poderia ser aplicado antes e, futuramente, novamente. Então, é um instrumento técnico, que serve para acompanhamento de resultados de políticas, para uma série de coisas.

Então, uma parte dos técnicos, junto com o Ministério da Mulher e da Família – e eu sou uma dessas pessoas –, estava tentando construir o quê? Uma qualificação maior da informação para agregar ao IFBrM, mas a gente não pode colocar partes acessórias no IFBrM, porque ele já é um instrumento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo. O argumento da parte governamental que não queria esse instrumento dizia o seguinte: que ele não era capaz de atender aqueles quatro itens constantes da LBI, que são: avaliar impedimento de estrutura; os fatores ambientais, psicológicos e pessoais; e também a questão de atividades de participação.

Essa ideia era de pessoas que não conheciam bem esse instrumento ou que não o quiseram conhecer, porque a avaliação no IFBrM e nas suas versões anteriores é o que a gente chama de avaliação relacional. A gente tem todos os fatores contemplados porque a gente entende que as características do corpo e as barreiras são determinantes para uma funcionalidade da pessoa, que é avaliada através de atividades de participação. Então, as pessoas que aplicam esse instrumento têm que entender muito bem como a pessoa realiza cada uma daquelas atividades ali, pensando sempre no corpo e nas barreiras. Não há como avaliar sem ser com os quatro itens. Então, nesse processo de validação, isso foi sempre assim.

E aí, quando se pega um instrumento que já avalia os quatro itens e se acrescenta uma parte nele que vai olhar somente o corpo, estruturas e funções do corpo, além de o instrumento do BPC já ter como característica essa restrição maior, esse peso maior na parte médica, isso vai aumentar ainda mais essa desproporção, se esse pedaço for agregado, que é a proposta que a gente viu lá no Documento 8 do GTI.

Então, o que a gente quer é fazer este alerta: do ponto de vista técnico, esse instrumento do IFBrM já foi extremamente estudado. Foi dos mais estudados, já faz anos que se trabalha nisso, com equipes diversificadas, com pessoas com deficiência participando. E agora vem essa proposta do Documento 8, sem nenhuma validação, sem nenhum teste. E ela foi aprovada, então, pelo GTI, e a gente fica aguardando a publicação de um decreto que vai restringir direitos. Então, isso é uma coisa que nos preocupa bastante.

Era isso que eu queria colocar. São os pontos mais técnicos.

E agradeço o momento aqui de conversar com todos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentos à Auditora Fiscal Lailah Vilela, do Ministério do Trabalho e Previdência, que fez uma análise técnica e também demonstrou todas as suas preocupações, inclusive com o BPC, que é mais um instrumento que poderá ser diminuído, eu digo, em matéria de valores a pagar, para aqueles que precisam do benefício de prestação continuada.

Vamos em frente. Ela ficou exatamente nos 14 minutos. Agora vamos para...

Antes de citar o Rafael, eu quero registrar também a presença conosco da assessora do Romário, a Loni. A Loni foi minha assessora em outros tempos, aí o Romário a requisitou. Ela: "O que eu faço?". Eu disse: "Fique lá com o Romário um pouco". E o Romário nunca mais a liberou. Está aí nos acompanhando a Loni, que é uma especialista no tema também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vou passar a palavra para o Sr. Rafael Giger, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência.

O SR. RAFAEL GIGER (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paim.

Será que vocês me veem? Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. RAFAEL GIGER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ótimo!

Meu nome é Rafael Giger. Como já apresentado, sou um homem branco, de 35 anos, tenho barba, bigode, estou de óculos escuros, sou deficiente visual também, tenho cabelo liso, escuro e comprido, mas preso num coque também.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui conversando com vocês todos, junto com esse time de especialistas extremamente comprometidos com a causa.

Concordo com tudo que foi dito até aqui e acho muito importante essa discussão. Eu vou trazer um pouco do meu ponto de vista sobre esse novo modelo e como ele está sendo trazido, em especial trazer o meu olhar sobre o modelo médico e o modelo biopsicossocial, tentar explicar porque eu acho tão importante a superação desse modelo – e a gente corre o risco de não o superar – e trazer a questão sobre as possíveis consequências e objetivos dessa desvirtuação do modelo que, como já foi tão dito aqui, já houve um investimento público sobre ele, que foi validado cientificamente, que se fez teste com mais de 8 mil pessoas e que foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – tive orgulho de integrar o Conselho Nacional na época em que ele foi aprovado pelo conselho. De repente, ele é mudado e de uma forma um pouco subterrânea, e não ficam muito claros nem os objetivos. Então, não fica muito claro nem o que se está fazendo com ele, e, com isso, criam-se suspeitas. Então, eu vou comentar um pouco também sobre esses meus receios sobre os objetivos e mostrar porque isso não faz sentido, e não faz sentido a gente retornar para o modelo médico.

Senador Paim, V. Exa. pontuou no começo que V. Exa. é um dos poucos Senadores negros – e acho muito importante pontuar isso –, e quero pegar esse seu ponto de vista para falar justamente sobre o modelo médico.

Quero convidar todo mundo para a gente fazer um exercício aqui. Imaginem a gente saindo agora desta audiência, que está sendo muito importante, para almoçar presencialmente, não chamar a comida. E a gente vai a um restaurante diferente, e há uma placa na frente do restaurante dizendo: "Aqui pessoas negras não podem entrar". Se realmente isso acontecesse, como é que a gente reagiria? Isso ia acabar com o nosso dia. Imediatamente talvez a gente ligasse para a polícia, talvez fizesse um *story* no Instagram já marcando o lugar, fazendo a primeira denúncia – porque, às vezes, a gente está mais no Instagram do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mundo real –, mas, certamente, a gente ia ter uma taquicardia – o nosso sangue ia ferver – e a gente não deixaria como estivesse, porque é inaceitável uma placa dizendo: "Pessoas negras não podem entrar".

E o que a gente vai fazer se a gente passar por esse mesmo restaurante hoje, restaurante novo, houver uma escadaria para subir e não houver acesso para cadeirante? Será que isso vai acabar com o nosso dia? Será que a gente vai ligar para a polícia? Talvez alguns de nós denunciem. Quem é cadeirante não vai poder entrar.

Mas o que eu quero dizer não é que não existe racismo no Brasil, existe muito, e a gente entende os direitos. Tempo atrás, a gente passaria por um Pelourinho, onde se estariam negociando escravos negros, e a gente normalizaria porque ele é negro, porque talvez até a medicina e a ciência da época dissessem: "Que bom! Negros são diferentes, são inferiores", ou a religião da época dissesse: "Não têm alma". Então, o problema de ele estar lá sendo escravizado decorria biologicamente dele, era uma tragédia pessoal; e "sorte a minha que não sou". E a gente ainda carrega isso para a pessoa com deficiência; é uma tragédia pessoal dela, a sociedade não tem nada a ver com isso: "quem mandou ser cego, ser surdo, ser deficiente intelectual, ser autista, ser cadeirante?". E o modelo médico ainda carrega consigo esse sentimento de que a deficiência é um problema da pessoa e não uma questão social.

Enquanto a gente não superar... Há toda a construção histórica, está na Constituição através da convenção, devemos seguir o modelo biopsicossocial. Está escrito ali. Inclusive, no art. 2º... O texto anterior era que a avaliação será médica e social; a gente trocou esse texto para biopsicossocial, por tudo isso que foi construído.

O que foi trazido já, Senador Paulo Paim, é um estatuto tão amplamente discutido pela sociedade, para a gente chegar a um texto de acordo com os interesses das pessoas com deficiência da sociedade, e de repente esse histórico todo ser ignorado e a portas fechadas se criar outro instrumento, isso causa uma preocupação.

Mas, voltando, por que não podemos mais no modelo médico? Porque a sociedade tem que entender que, assim como a gente já superou e entende que as mulheres têm direitos, as mulheres podem votar, que as pessoas pretas idem, embora ainda exista machismo, ainda exista racismo, não existe mais essa questão de o problema ser dele porque ele nasceu assim. A gente tem um problema social que precisa ser superado. E superar o modelo médico da deficiência é caminhar nesse sentido de que devemos nos indignar quando existe um restaurante que exclui parcela da população. Ninguém deve ser excluído, ninguém pode ser excluído do convívio em sociedade: "Ah, problema dele porque tem uma deficiência". Eu não gosto de usar aquele discurso da ameaça: "Ninguém está livre, nós vamos todos ficar idosos" – não gosto desse discurso. Acho que a gente não precisa ser egoísta, temos que simplesmente entender que estamos num patamar civilizatório onde todos têm direitos. E superar o modelo médico faz parte dessa caminhada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente tem um modelo de avaliação da deficiência baseado na funcionalidade, baseado nesses preceitos do modelo social da deficiência, a gente vai encontrar... Talvez mude a quantidade de pessoas com deficiência ou coisa que o valha.

Eu gostaria que alguém só comentasse, porque, como eu tenho deficiência visual, eu não sei se eu sigo *online* ou se caiu. (*Pausa.*)

Acho que caiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Está indo bem, tranquilamente. Não caiu, não.

O SR. RAFAEL GIGUER (*Por videoconferência.*) – Ah, certo. Chegou uma mensagem aqui e eu desliguei. Obrigado.

Então, quando a gente faz essa avaliação e de repente há uma preocupação com o orçamento, o.k., a República se preocupa com o orçamento, isso faz parte. Enquanto a Dra. Izabel Maior falava, eu lembrei de um documentário a que eu assisti na minha pré-adolescência. Então, não vou lembrar de detalhes, mas a minha percepção. Ele era sobre o desastre de Chernobyl. O.k., houve aquele desastre terrível, as pessoas foram hospitalizadas por contaminação aguda por radiação e a medicina da época entendia que – vou chutar aqui valores – 300 milisieverts de radiação seria uma contaminação aguda e a pessoa deveria se internar. E começou a chegar muita gente com contaminação superior a isso. O que eles resolveram fazer? Isso foi o que eu vi no documentário muito tempo atrás. Não consigo garantir a veracidade dessa história, mas analogicamente faz sentido. O hospital elevou os níveis de 300 para 2 mil e assim mandou um monte de gente para casa. Resolveu o problema.

Você simplesmente criar um modelo ou rechaçar um modelo que foi construído por muitos anos, cientificamente, com a AMB, validado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e entender que talvez esse modelo seja problemático do ponto de vista orçamentário e criar outro modelo em que se invisibiliza uma parcela das pessoas com deficiência para resolver o seu problema não é uma solução do problema. Acho que sim, acho que tudo tem que ser colocado sempre, governar não é simples, mas elevar o patamar de contaminação aguda e fingir que essas pessoas não existem, que essa demanda não existe, certamente não é o que um país democrático e que é signatário da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com *status* constitucional deveria fazer. Não é botando embaixo do tapete a sujeira que o problema se resolve. E aqui a gente não está falando de problemas, a gente está falando de cidadãos brasileiros, que têm o mesmo direito que todo mundo.

Então, muito me preocupa essa estratégia de "vamos mudar o instrumento porque, assim, a gente tem menos pessoas com deficiência e tem menos custo". As pessoas não vão deixar de estar ali. E a avaliação das questões ambientais, dos obstáculos que a pessoa enfrenta está muito ligada às necessidades da pessoa com deficiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, eu não sou especialista exatamente nessa área da avaliação, mas, por exemplo, no mês passado, uma equipe resgatou uma senhora que estava em condição de trabalho escravo. Ela tem uma deficiência cognitiva bastante leve, mas ela passou 40 anos dentro de uma casa sem poder interagir com outras pessoas, sem ter outros tipos de vínculos. E, se fizerem uma avaliação – sei que não é como se faria hoje de QI, por exemplo, que seja –, ela não tem tanta limitação, mas a sociedade impôs a ela tantos obstáculos, tantas dificuldades que certamente, por esse olhar da sociedade, a gente vai descobrir que ela pode muito menos do que outra pessoa com a mesma capacidade cognitiva que ela tem justamente por ter sido colocada num ambiente absolutamente desfavorável. Se a gente não entender que a deficiência não é só uma questão individual da pessoa e, sim, uma questão que decorre da interação com o meio, de um meio que ignora os direitos básicos desses cidadãos, a gente não evolui. Se a gente esconder a existência das pessoas com deficiência para facilitar a gestão de políticas públicas, a gente também não vai resolver o problema.

Aqui, especificamente com a área do trabalho, temos muita preocupação. Nós avaliamos constantemente pessoas com deficiência por enquanto – nós fazemos essa avaliação, porque não há um instrumento único ainda –, e, dependendo das escolhas políticas que podem ser feitas ali, isso pode retirar a possibilidade de trabalho de milhares de pessoas com deficiência simplesmente porque elas foram desconsideradas como tais. Então, a gente está trabalhando com algo extremamente sensível.

São essas as ponderações que eu faço e também me coloco à disposição aqui para continuar auxiliando nesse processo. Que a gente consiga reverter, porque toda essa construção que foi feita pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, com grande e larga discussão democrática, seguindo o lema do "Nada sobre nós sem nós", demorou muito tempo para sair, mas demorou porque ela tem essa virtude da democracia, ela tem essa virtude da grande discussão. E a gente não pode perder isso agora na hora de colocar em prática o modelo de avaliação da deficiência. Há muita coisa em jogo.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns ao Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, Sr. Rafael Gigue, que fez uma exposição pontual, firme e clara, demonstrando que, de fato, a cidade, os espaços não são acessíveis e que nós temos que trabalhar nesse sentido.

Ele faz uma comparação em relação à discriminação do povo negro. De fato, o Brasil é um dos países – e são estudos de que eu participei, discuti, e também já estive em alguns momentos fora do país – mais racistas do mundo. Infelizmente temos que dizer isso. Pode não ter a placa: "Aqui negro não entra", mas, quando você entrar lá dentro, você vai ver que são raras as exceções em que está o negro lá dentro. Quando você entrar no *shopping*, você não pode ficar sabendo que seguranças têm um código que diz: "Olha, entrou um casal ou dois meninos negros neste momento na porta tal". É lamentável, mas eu gostei que ele levantou isso – não é? –, para mostrar como é forte o racismo e o preconceito no país para todos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive com as mulheres se nós olharmos o local de trabalho. Olhem o local de trabalho para ver também – pelo estudo que eu fiz, e eu fui Relator do projeto – que a mulher ganha a metade do salário que o homem ganha. Se pegarem a mulher negra, isso ainda abaixa mais, em relação ao homem branco. Esse dado da metade é em relação à mulher negra e ao homem branco, mas a mulher branca na mesma função, na mesma atividade do homem branco, ela ganha 30% a menos no mínimo – no mínimo!

Então, o racismo e o preconceito existem, mas daí é uma outra audiência pública que nós faremos, naturalmente. Está previsto para o dia 28 de agosto um debate temático no Plenário sobre a política de cotas, onde a gente enfrenta um debate em relação às cotas nas universidades. Mas vamos em frente. O tema aqui é outro. Eu só peguei o gancho dele. E meus cumprimentos a ele!

Passamos a palavra ao Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, do Estado do Paraná.

A palavra é sua, Desembargador.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia, senhoras; bom dia, senhores.

Eu me sinto muito feliz e responsável pelo honroso convite – a atribuição que nos é conferida é muito séria – e também pelo fato de que os que me antecederam praticamente esgotaram a matéria, e a mim pouco me resta dizer.

Inicialmente, gostaria de fazer minha autodescrição: eu sou um homem branco, estou usando óculos escuros porque sou cego, cabelos grisalhos, pele clara, estou trajando um paletó preto, uma gravata prateada, camisa branca, enfim.

Senador, senhoras e senhores, eu vou me permitir tratar da questão como um cidadão com deficiência. Eu sou cego, como já disse, mas também tenho deficiência física, tenho diplegia, o que restringe bastante meus movimentos. Então, eu tenho uma deficiência severa por um nascimento prematuro há 62 anos, e, apesar disso, eu sobrevivi à época por milagre. As condições tecnológicas não permitiam muita segurança a se um bebê nessas condições vingaria. Mas, de qualquer forma, estou aqui. E ao longo de toda a vida, Senador, eu tive que enfrentar preconceito profundo. Na escola, quando as crianças brincavam e, enfim, não me permitiam brincar com todo mundo, eu não podia participar dos jogos normalmente, porque, naquela época, a minha deficiência física ainda era mais severa, embora eu tivesse à época baixa visão. Então, foi difícil encontrar uma escola que me incluísse. A maioria das escolas me convidava a sair porque eu atrapalhava, eu não era um menino com o perfil das escolas. Então, até que eu encontrasse uma escola que me acolhesse, demorou. Com isso, eu consegui estudar.

Aliás, eu quero fazer uma homenagem ao Instituto Educacional João XXIII, de Porto Alegre, que foi a escola que me acolheu na infância. Eu morava em Porto Alegre, por isso sou gaúcho de coração, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui comprimento o Rafael e o Senador Paim, porque somos irmãos na condição de gaúchos, e eu me considero, sim, porque o João XXIII possibilitou que eu aprendesse. Mesmo assim, a minha mãe precisou suplementar a escola, ela que me alfabetizou, porque o João XXIII demorou para desenvolver uma metodologia para me incorporar, mas a atuação da minha mãe, que comprou uma pequena lousa, e me ensinou a fazer conta, e me ensinou o bê-á-bá com giz colorido e tal, ajudou; as escolas e as professoras se somaram a ela, e deu tudo certo.

Mas, quando eu quis fazer vestibular, já tive problema aqui em São Paulo; à essa altura, eu estava morando aqui em São Paulo e tive problema, porque a Fuvest não tinha método para quem tinha baixa visão. Eles sabiam fazer em braile o vestibular, mas não com as condições que um menino de baixa visão precisava. Então, foi uma briga para convencer as faculdades e deixar fazer o vestibular com alguém lendo para mim. Bom, deu certo, passei.

Eu acabei fazendo Direito na faculdade do meu sonho, que era o Largo São Francisco, do lado ali da USP. E, lá na faculdade de Direito, eu perdi a visão. A partir desse momento, eu enfrentei outros problemas, porque não havia metodologia para um menino cego que não usasse braile, e eu não aprendi braile. Vejam, vejam que difícil! Então, consegui; fiz lá, então, a graduação, a faculdade entendeu, mas foi difícil! Fiz a graduação, fiz mestrado, fiz pós-graduação *lato sensu*, mestrado e tudo.

Só que, quando eu fui ingressar na vida profissional, imperava o modelo capacitista médico, e é por isso que é importante eu trazer esse depoimento. Não interpretem isso como gabolice; eu estou trazendo a vivência de quem teve que enfrentar a sociedade capacitista, pautada no conceito médico, porque eu quis fazer concurso para juiz, em 1990, e eu não pude concluir o concurso porque foi dito: "A priori um cara cego não pode ser juiz", ponto. Por mais que eu brigasse, por mais que eu tentasse judicialmente demovê-los desse tabu, desse preconceito, naquele momento não foi possível remover esse obstáculo, porque os médicos diziam assim: "Uma pessoa cega não pode ver a testemunha depondo, uma pessoa cega não tem acesso direto à prova, etc., etc.", e era essa a verdade instituída. Não era fácil romper esse tabu, esse preconceito, porque isso era uma verdade instituída, ou seja, a ideia clínica da deficiência, a ideia medicalizada da deficiência parte do pressuposto da incapacidade da realização de tarefas. E, dessa forma, o Decreto 3.298 definia a deficiência. O Decreto 3.298 vigia antes da convenção e dizia assim: "Pessoa com deficiência é aquela incapaz de realizar os atos normais da vida". Vejam, você já era taxado de incapaz. E a caracterização da deficiência partia do código internacional de doenças, da Classificação Internacional de Doenças.

Meus amigos, minhas amigas, só Deus sabe como foi difícil vencer esses tabus sozinho! Não havia naquele momento o movimento da pessoa com deficiência ainda francamente instalado. Foi nos anos 80 que ele começou, mas eu estou falando aqui de 1990, de quando uma pessoa cega queria ser juiz... Naquele momento, o movimento da pessoa com deficiência estava preocupado ainda em ter uma Constituição que acolhesse a pessoa com deficiência, o que veio em 1988. Então, em 1990, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição ainda não tinha essa tradição, naquele momento prevalecia justamente essa ideia do capacitismo.

Então, na ONU – eu tive oportunidade de participar desse movimento apoiando a delegação brasileira, que na época era presidida pela Dra. Izabel –, o principal movimento que se fez – é importante registrar essa questão histórica, e eu tive oportunidade de vivenciar isso na ONU – foi romper com um modelo clínico, com um modelo médico de deficiência justamente para se superar o impedimento do capacitismo, que dizia *a priori*: "Olha, essa pessoa cega não pode fazer isso". As pessoas se colocavam no lugar dos deficientes, das pessoas com deficiência, e diziam: "Não pode fazer", porque elas analisavam a questão a partir da sua maneira de ver, e não se colocavam, com empatia, no lugar da pessoa com deficiência. Não se dava lugar de fala à pessoa com deficiência. Esse lugar de fala foi duramente conquistado pelo movimento das pessoas com deficiência, e aqui eu quero cumprimentar mais uma vez a Izabel, porque ela estava lá desde o começo do movimento. Então, o movimento galgou politicamente isso, nós conquistamos lugar de fala, nós conquistamos o protagonismo que veio com a convenção da ONU. A convenção da ONU, então, abandona definitivamente o modelo médico e implanta o que todos já mencionaram, o modelo biopsicossocial.

Agora, prestem atenção, é necessário estarmos atentos para isto: quando se fala em "biopsicossocial", pode-se dar a impressão de que o "bio" prevalece sobre o "psico" e sobre o "social", dependendo da maneira como você vê, ou o contrário. Na verdade, todas essas questões biológicas, psicológicas ou psíquicas e sociais do cidadão com deficiência devem ser analisadas de acordo com a realidade de cada uma delas. É possível afirmar, de maneira clínica: "Olha, eu estou respeitando o biopsicossocial, porque o aspecto médico vale oito vezes mais do que o social", como alertava a Lailah. Não pode acontecer isso. Se o aspecto médico prevalece, a barreira, o preconceito do capacitismo está a prevalecer. Médico entende de dizer: "O Ricardo é cego porque tem tal doença, é diplégico" e ponto. É isso que ele tem de dizer, somente isso, nada mais. O médico não pode invadir a área de competência de um sociólogo, de um psicólogo. Não! E, da forma como está acontecendo com o modelo do IFBr proposto pelo Governo, já ficou evidenciado que prevalece o aspecto médico. Meu Deus, que retrocesso!

Mas isso também não seria uma medida isolada, não é? Nós estamos vendo o projeto que está na Câmara Federal, o Projeto 6.159, que trata das cotas de trabalho de pessoas com deficiência. É outro retrocesso, porque ele permitirá, se for aprovado esse projeto proposto pelo Poder Executivo – aliás, saiu do Ministério da Economia –, que se acabe com a Lei de Cotas para a pessoa com deficiência, porque vai permitir que as empresas paguem para a pessoa se formar fora das empresas. E, com isso, eles desonerariam a empresa de cumprir a cota e de colocar efetivamente a pessoa com deficiência na empresa, quando já existe o contrato de aprendizagem, pelo qual a pessoa pode aprender dentro da empresa, capacitar-se para o trabalho. Então, esse projeto, se for aprovado, também vai ser um retrocesso. Há a questão da educação especial em detrimento da educação inclusiva, também do Decreto 10.502, que o Supremo já considerou inconstitucional liminarmente, não é? Enfim, essa questão do IFBr, se passar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ser uma derrocada inaceitável. E aí é necessário convocar o Senado, é necessário convocar o Senado para defender as pessoas com deficiência contra esse retrocesso!

E eu fico feliz de ver o meu querido amigo, se permite dizer assim, Senador Paulo Paim envolvido nessa questão, porque o Senador Paulo Paim é da causa, não é? O Senador Paulo Paim é da causa da pessoa com deficiência, porque ele abraçou a ideia do estatuto mesmo antes da convenção da ONU. E o estatuto foi muito útil, justamente para regulamentar, Senador, os direitos que estão na convenção. Então, o Artigo 4 da convenção não permite que o Estado milite contra os direitos nela consagrados. Então, a mera proposta do Decreto 6.159, da Câmara Federal, a mera proposta do Decreto 10.502, ou esse do IFBr, do jeito que está, ferem a convenção, são inconstitucionais. Chegam a ser um descaso, chegam a ser um desdém contra as pessoas com deficiência, porque as ideias que norteiam a política desse Poder Executivo, que temos hoje, são pautadas pelo mercado, em detrimento de direitos humanos de amplas minorias, das mulheres, das pessoas com deficiência, das pessoas negras. Enfim, parece que as minorias atrapalham esse Governo; parece, não, está evidente que é essa a visão que eles têm.

Eu não estou fazendo, Senador, um discurso partidário, não é isso! O meu discurso é de um cidadão que se sente ameaçado por um Governo que, infelizmente, prioriza o mercado em detrimento de direitos humanos. Todo ser humano nasce livre, é igual em dignidade e direitos, guarda, em relação ao seu próximo, um vínculo de solidariedade e é dotado de inteligência. Esse é o Artigo 1, de 1948, quando a ONU, justamente diante dos horrores do nazismo, consagrou a dignidade humana como princípio fundante dos direitos humanos, e é claro que a dignidade humana está acima do mercado.

Senador, eu costumo dizer: o mercado está a serviço do homem e da mulher, e não o contrário. Nós não estamos a serviço do mercado, o mercado precisa entender que os custos inerentes a direitos humanos são inegociáveis, estão fora do mercado. E a ameaça que nos assola é esta: estamos vendo, mais uma vez, a ideia de que o mercado se sobrepõe. O argumento é economicista, mas as pessoas não custam caro; as pessoas existem e o Estado deve servi-las, e não submetê-las. E eu peço desculpas pela minha exaltação.

Do ponto de vista técnico, nada mais tenho a acrescentar, porque os que me antecederam esgotaram a questão. Eu só coloco os pontos de vista de um cidadão com deficiência que se sente, sim – se sente, sim! –, ameaçado. E veja, Senador, eu sou uma pessoa privilegiada, porque eu fiz faculdade, mestrado, doutorado. Aliás, é bom dizer: eu sou hoje Desembargador, contra o que se acreditava na época – na época, lá em 1990, se dizia que uma pessoa cega não poderia ser juiz –, mas o mais bacana não é isto: que eu sou Desembargador, eu sou um magistrado, mas que já há outros magistrados, já há outros membros do Ministério Público... E eu também era do Ministério Público do Trabalho. Na época, fui o primeiro membro do Ministério Público do Trabalho.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Já há outros! Então, foi bacana ser o primeiro, mas não era bom ser o único a quebrar tabus. Nós já quebramos os tabus, porque outros já galgaram posições que não eram antes ocupadas por pessoas com deficiência, mas isso fizemos, Senador, pelo nosso esforço, isso fizemos porque o Brasil ratificou a convenção com *status* constitucional. Aliás, foi lindo isso também, eu participei desse movimento no Congresso. Nós não simplesmente ratificamos a convenção da ONU. Esse foi o primeiro tratado internacional incorporado por força do art. 5º, §3º, portanto, com quórum qualificado. Também foi uma vitória do movimento das pessoas com deficiência, Senador, e da sensibilidade do Congresso. Foi aquele o primeiro, depois veio o de Marrakesh, sobre os livros acessíveis etc.

Toda vitória que o movimento galgou não pode ser sequer ameaçada – não pode!

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Eu, sinceramente, espero do Senado brasileiro, do Congresso Brasileiro e até do Ministério Público do Brasil, se for necessário, que sejamos defendidos, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço o nosso querido Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Ele é Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no Estado do Paraná.

Permita que eu diga, Dr. Tadeu, que V. Exa. sempre esteve com essa posição muito clara, muito nítida, como foi aqui, ao longo dos 20 anos em que eu já o conheço. Quem me apresentou ao Desembargador foi o Santos Fagundes, que, no caso, é deficiente visual e está no meu gabinete, na coordenação política – ele é o coordenador político do meu gabinete há cerca de 30 anos. Foi ele que me apresentou o Dr. Tadeu, com essa posição clara, nítida, combatendo todo tipo de preconceito que, infelizmente, existe no nosso país. Ele nos deu mais uma aula aqui, como todos os convidados.

Vamos em frente.

Passamos a palavra agora à nossa querida Dra. Maria Aparecida Gugel, membro titular do Conselho Técnico e Científico da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid).

A palavra é sua por, pelo menos, 15 minutos – todos tiveram 15 minutos.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Bem, Senador, eu não sei se as pessoas terão ainda paciência para me ouvir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terão.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Mas eu preciso dizer, eu preciso dizer!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquila, porque está muito interessante. Eu vejo isso pelos contatos que recebo e pelo número de perguntas que chegaram aqui já.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Que bom!

Bem, eu sou Maria Aparecida Gugel. Sou membra do Ministério Público do Trabalho, hoje sou a sua Vice-Procuradora-Geral, mas não estou aqui como representante do MPT, estou aqui representando a Ampid, que é a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência. Sou uma mulher branca, de cabelos curtos brancos, muito curtos e muito brancos, uso óculos de grau, estou aqui atrás da minha máscara – não a retiro, perdoe-me Senador, Ana Claudia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou respeitando aqui 2m de distância e também do Plenário...

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e ainda há dois grandes vidros aqui do lado.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Mas eu ainda não adentrei a esse modo de... Desculpem-me, o uso da máscara é obrigatório ainda. E, como a minha área é do trabalho, eu tenho que pensar nos espaços confinados que exigem do empregador e da empregadora e do trabalhador e da trabalhadora o uso da máscara, porque ainda não sabemos quais serão as consequências dessa nova variante da Ômicron.

Bem, dito isso, eu digo que fica muito difícil e muito fácil ao mesmo tempo falar por último, porque eu posso me basear em tudo que foi dito anteriormente e fazer algumas pontuações, e são essas pontuações que eu desejo fazer justamente para dar esse fecho.

Eu acho que é importante começar, Senador, dizendo que a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, não obstante todo o nosso histórico de movimento de pessoas com deficiência, mais de duas décadas... A gente ouviu aqui a Dra. Izabel, é o nosso ícone na área da pessoa com deficiência, e eu digo a ela sempre que ela é minha mestra e ao mesmo tempo minha irmã de coração, porque eu acho que nós estamos hoje até com a blusa quase igual, uma blusa preta com um debrum branco no pescoço – eu percebi aqui pelo monitor que a Izabel também está assim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo aqui meu colega querido Ricardo Tadeu, ex-colega de Ministério Público; o Rafael Gieger, que é um auditor fiscal de primeiríssima linha; a Lailah, uma cientista no mundo dessas relações de trabalho; o Wederson, com quem eu muito aprendo nessa área da ciência política; e a minha querida Ana Cláudia, a quem eu liguei hoje pela manhã dizendo: "Ana Claudia, vamos lá?". Ela: "Vamos lá. O Senador telefonou dizendo que a gente deve ir. Então, "bora lá", com o Luciano intermediando essa nossa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço muito a vocês duas, que vieram presencialmente prestigiar esse debate.

Obrigado, viu?

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Então, é importante que a gente saiba de início que esta convenção nos trouxe muitos desafios. O primeiro deles é nós levarmos à sociedade brasileira o conhecimento e a conscientização sobre os direitos da pessoa com deficiência. Esse é o primeiro desafio, porque ele vem junto com uma série de questões que são: derrubar os estereótipos, derrubar os preconceitos, demonstrar que existe discriminação ou capacitismo em relação à pessoa com deficiência e como dizer, observada a comunicação acessível. Por exemplo, aqui nós temos que ter a interpretação de libras, a legenda oculta e autoaudiodescrição. Então, esse é o primeiro ponto, o primeiro desafio.

O segundo desafio é a gente entender que mulheres e meninas com deficiência são as que sofrem multiplicidades de discriminação e que, portanto, têm que ter o nosso olhar qualificado.

O terceiro desafio é saber que a grande maioria das pessoas com deficiência se encontra em situação de vulnerabilidade. Portanto, dizer que deficiência leve não é público... Dizer que a pessoa que tem deficiência leve não é público-alvo do BPC – já faço um parêntese – é uma falácia, porque ter uma deficiência leve ou ter uma deficiência grave está associado à igual oportunidade dessas pessoas. Elas tiveram essas oportunidades para não serem público-alvo do BPC? Então, não importa se é leve, moderada ou grave. Perdoem os cofres públicos, o ambiente econômico, mas, como disse Ricardo Tadeu, meu querido amigo, nós temos que enxergar a dignidade da pessoa humana, e o Estado está a serviço dessa pessoa humana, levando-lhe dignidade.

E o quarto desafio é a acessibilidade. Então, nós temos que encontrar meios e modos de inserir em todos os orçamentos de todas as instituições e de todas as empresas a previsão da acessibilidade, sem a qual, por exemplo, no trabalho, só reservas de cargos ou cota não vão mais adiantar. Nós precisamos de um ambiente de trabalho saudável, seguro, acessível, inclusivo, com fornecimento de tecnologia assistiva e com adaptação razoável para aqueles casos que dela necessitarem. Então, a acessibilidade é, ao mesmo tempo, esse direito e um instrumento.

Aí vem a avaliação biopsicossocial. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que aquilo que a convenção afirma, colocando a pessoa como centro, como foco, como elemento principal, e, ao redor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dela, está o ambiente... Se esse ambiente, na sua interação, for inacessível, então, essa pessoa certamente será, como se diz por aí, o público-alvo de uma política pública. E, para essa pessoa que, ao longo da sua vida, não tenha tido a oportunidade de igualdade com as demais pessoas, é que vem esse instrumento de avaliação dizer: olha, não importa como você é, mas, se você não teve oportunidade de participação, se você está num ambiente acessível e tem deficiência, não importa qual, e se o seu impedimento nesse ambiente o limitou, então, você é cliente, é usuário da política pública. Aí reside o papel fundamental da avaliação biopsicossocial. Vai identificar essa pessoa, vai fazer a sua radiografia e vai dizer para o gestor público: olha, essa pessoa merece, sim, a política pública, por exemplo, da assistência social.

Hoje, Senador – abro parêntese –, o Benefício de Prestação Continuada não aumenta em número e quantidade de pessoas. Portanto, ele não é proporcional ao número de pessoas que necessitam da assistência social, àquela que, lá em 1988, a gente disse "sim". Nós queremos, porque queremos criar condições para retirar as pessoas dessa desigualdade, dessa falta de oportunidade.

Então, o instrumento de avaliação serve para isto, para dizer que aquela pessoa é, sim, público ou usuária, por exemplo, da reserva de cargos ou da cota nas empresas com cem ou mais empregados, ou, então, das vagas de concurso público da administração pública, ou essa pessoa trabalhou ao longo do tempo e vem a ter que se aposentar. Então, a aposentadoria especial para essa pessoa também é uma política pública de ação afirmativa.

Para utilizar o transporte público gratuito, vai depender da avaliação biopsicossocial? Certamente que sim. Só não vai, porque não deve... E, Ana Cláudia, você fez a ponderação exata destrinchando esse modelo que querem. Não importa se a pessoa tem uma deficiência ou não para o mundo da educação, da profissionalização, para o trabalho. Para o mundo da educação, não há que se ter avaliação biopsicossocial, porque a educação é de todos e para todos – a educação inclusiva nas escolas regulares. Então, aí não precisa de avaliação biopsicossocial. A avaliação biopsicossocial é para serviços, programas e políticas públicas, os quais as pessoas com deficiência que não tiveram igual oportunidade, como as demais, possam alcançar.

Bem, claro, eu tenho que fazer aqui uma pontuação, porque acho importante: nós não estamos falando nada de novo, nós falamos disso há décadas. Nós temos, no nosso cenário, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, classificação essa em que o atual instrumento para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada se baseou. Então, o Brasil, como disse a Lailah, ao criar o IFBrM, se baseou numa regra de ouro, que já é aquele conhecimento anterior que tínhamos em relação ao Benefício de Prestação Continuada ou acesso a esse direito fundamental da assistência social.

Então, o que nós esperamos? O que devemos esperar, então, desse novo instrumento? Nós temos que... Isso eu retirei da Classificação Internacional de Funcionalidade e vou ler para não errar. Então, diz assim: "Qualquer instrumento...". No caso, o nosso IFBrM. "Termos uma base científica para indicar e compreender quem são as pessoas com deficiência" – todos aqui já disseram isso. "Criar uma base



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

comum de informações para identificar essas pessoas", que eu chamo de pessoas com direitos, portanto, no mundo jurídico, chamadas de sujeitos de direito. Terceiro, "apresentar um sistema codificado dessas informações para ser utilizado quando necessário". Então, esse é o caráter do instrumento de avaliação único que temos que ter no Brasil.

E, como Ana bem demonstrou, nós vínhamos num crescendo até o advento do código, do protótipo do IFBrM apresentado pela UnB, testado, comprovado e validado, com as sucessivas alterações...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tivemos 15 minutos direto. Agora, eu vou naquela tolerância possível.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Estou terminando.

Então, vamos atentar para essas mudanças que ocorreram após a saída do grupo interministerial do Conade, das representações do Conade – Dra. Ana Cláudia, Dr. Hugo Porto –, a saída de especialistas de escol, como a Dra. Izabel Maior. É a partir desse momento, Senador, que nós temos que começar a questionar a vontade do poder público em desfazer um instrumento que vinha ao longo do tempo já sendo testado e aprovado.

Essa é a minha fala, mas eu antes quero terminar com o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Mais um minuto.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Eu quero dizer que a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público continuará atenta na defesa intransigente dos direitos das pessoas com deficiência. Nós fomos expulsos sem causa do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e não tivemos a oportunidade de ter uma cadeira destinada a entidades, organizações de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, para poder concorrer à atual composição do Conade, que, diga-se de passagem, precisa de uma percepção a esse Decreto 10.157, porque as entidades que ali estão chegaram por um processo seletivo, portanto, subjetivo da vontade do poder instituído, e não um processo democrático por eleição. Com todo o respeito a todas as entidades, mas o Conade hoje não nos representa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Dra. Maria Aparecida Gugel, Membro Titular do Conselho Técnico-Científico da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deu aqui uma aula neste encerramento aqui, e por isso falou 17 minutos. A maioria falou por 15. "Ah, mas foram só dois minutinhos a mais!" Eu dei 15 direto. Mas falou muito bem; com simplicidade e de forma direta, foi pontuando.

Neste momento aqui da nossa audiência pública da CDH, eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Humberto Costa, que é o Presidente, e o Senador Contarato, que é o Vice, pois, no momento em que eu entrei com o requerimento, mandaram que eu escolhesse o dia; daí combinei com as entidades e fiz questão, Doutora, que fosse um dia em que eu estivesse em Brasília.

Faz dois anos que eu não entro no Senado. Faz dois anos que eu não falo e não faço nenhuma palestra em público. Faz dois anos que eu fico numa sala fechada, só no trabalho virtual. Hoje é o primeiro dia. Nesses dois anos, felizmente, graças ao cuidado, que a senhora lembrou aqui – não há reclamação minha, não, porque eu fico reclamando todo dia, todo dia, todo dia –, não peguei nem o um, nem o dois, nem o três e já estou na quarta vacina, porque tive cuidado. Olha, os dados são assustadores – vou pegar o seu gancho – e mostram que, não só no Brasil, mas em outros países, 90% dos que estão morrendo agora são aqueles que não quiseram seguir os protocolos e não usaram a vacina.

E hoje, quando eu vinha para o Senado, naturalmente, eu me informei de todos os protocolos aqui dentro. E o protocolo é este: ficar a dois metros das pessoas. O Plenário vai estar vazio, como está vazio – chegaram alguns assessores –, está praticamente vazio, eu diria, mas ficar, no mínimo, a dois metros das pessoas no Plenário. E assim eu estou cumprindo, mas a sua lembrança sempre é boa: nem que digam "não use máscara", se possível, use a máscara.

Eu estava falando outro dia que os trabalhadores nas fábricas estão voltando, as Assembleias estão voltando, as Câmaras de Vereadores estão voltando, as escolas estão voltando, os professores estão voltando, está chegando a hora de o Congresso também voltar – essa é a minha opinião –, mas seguindo todos os protocolos e, quem sabe, dentro do possível, mantendo os dois sistemas, até que, efetivamente, a gente passe por essa pandemia.

Sabe que eu sou aqui aquele que mais briga pela quebra de patente – o projeto é de minha autoria – para que todos os países do mundo tenham direito à vacina. Vou dar como exemplo a África – já falamos aqui da questão racial também –, em que há países em que nem 10% foram vacinados – nem 10% da população foi vacinada!

Eu tenho a visão de que, enquanto um país no mundo não tiver enfrentado essa pandemia, todos os países do globo estão ainda em risco de ela acontecer. Eu vi agora que, na China, se eu não me engano, fizeram... Como é que chama? É *lockdown*, não é?

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não quero errar o nome. Na China, fizeram *lockdown* de 5 mil pessoas! Estou vendo que a Alemanha e outros países estão com a maior preocupação.

Então, todo cuidado é pouco, e o seu alerta aqui foi neste sentido: "Olha, vamos lá. Todo cuidado é pouco". Esta palavra atende a sua preocupação. Todo protocolo que a gente vai seguir ainda é pouco.

Agora é o momento das perguntas. Então, eu vou passar às perguntas que recebemos, só um minutinho.

A senhora estava entre os painelistas? (*Pausa.*)

Não, então... Mas vamos dar um jeitinho.

Eu vou, primeiro, passar às perguntas do e-Cidadania. As minhas eu nem vou fazer. Eu me preparo aqui, porque, se o e-Cidadania não manda, eu tenho as minhas; não vou deixar os convidados, todos brilhantes, sem terem algumas perguntas.

Mas vamos às perguntas.

Se vocês puderem responder, eu diria que a preferência é para vocês que estão presencialmente. E, se houver cópia passar para as duas, se possível...

Ana Alice, do Rio de Janeiro: "De forma prática, como o poder público pode oferecer condições melhores de acessibilidade e maior representatividade às PcDs?".

Cindy Silva, de Minas Gerais: "A avaliação biopsicossocial identifica as pessoas que possuem impedimentos de longo prazo. Na prática, como vai ocorrer essa avaliação?".

Jorge Murillo, do Rio de Janeiro: "As pessoas com deficiência não têm reconhecimento da sua condição e conhecimento da legislação vigente. Como o Estado se comunica com elas?".

Tem mais aqui, é que eu pedi para eles resumirem.

Simone de Souza, do Rio de Janeiro: "Qual é o benefício que uma pessoa com deficiência terá com essa regulamentação biopsicossocial?".

Vinícius Silva, de Goiás: "Regular essa questão vai trazer uma consolidação universal para abordar a deficiência de forma igual?".

Ronald de Almeida, de Minas Gerais: "De que forma essa regulamentação afeta as pessoas com deficiência?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mário Zerbetto, de São Paulo: "Como a regulamentação biopsicossocial vai influenciar de forma eficaz na vida da pessoa com deficiência?".

E Marcos Vinícius, do Rio de Janeiro: "Com a vigência dessa lei, o que o público deficiente tem como garantia de mudanças benéficas em relação ao período pré-regulamentação?".

Vocês receberam aí?

Então, acho que a Ana – você falou agora – falaria agora.

Ana, se você puder, rapidamente, dar uma pontuada, para que a gente possa encerrar ainda antes das 13h... Eu digo pelo número de perguntas... Até às 13h estaria num bom limite. Normalmente uma audiência pública são duas horas. Esta nós vamos levar até às 13h.

Então, começamos com a Ana e depois você complementa.

Ana, por favor.

Estou falando de Ana direto já. (*Risos.*)

A SRA. ANA CLÁUDIA MENDES DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom, Ana Clara: "Essa regulamentação será efetivamente colocada em prática na sociedade?". Bom, nós, o movimento da pessoas com deficiência, esperamos... Como dito por alguns dos meus antecessores, é uma mora do poder público já há quase quatro anos, porque houve ali um limite de tempo para essa implementação. Então, ela é urgente. Mas, como dissemos, não pode ser uma regulamentação qualquer.

Por enquanto, a notícia que temos é de que o decreto está para sair e é necessário, é claro, que seja feito ali um conjunto de adaptações, porque é um sistema muito complexo. Mas nós como movimento estamos impugnando, contestando, e esperamos que essa avaliação que está para ser regulamentada não aconteça, não seja colocada em prática, porque nós queremos uma avaliação que, como eu disse, possa promover a igualdade e reduzir as iniquidades.

Houve outra pergunta que eu achei interessante: "A retirada dos relatórios para consulta quebra o princípio da transparência. Como podemos solicitar acesso aos relatórios?". Muitas pessoas do movimento já solicitaram, inclusive invocando a Lei de Acesso à Informação, e nós entendemos aqui que o papel do Senado seria muito importante nesse sentido – e nós formularemos esse pedido de encaminhamento para que o poder público exija do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Ministério da Economia, do Ministério da Cidadania e daqueles que estão envolvidos nesse processo que disponibilizem e possam abrir essa caixa preta para que a sociedade possa saber o que está sendo gestado em termos de instrumento.

Outra pessoa perguntou: "Quais os benefícios dessa avaliação?". Os benefícios da avaliação biopsicossocial, se fosse efetivamente biopsicossocial, seriam enormes. É aquilo que o Desembargador



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Tadeu disse: as pessoas precisam ser vistas por meio de uma questão relacional mesmo e não exclusivamente por uma questão médica. Então, nós precisamos avançar para essa avaliação biopsicossocial, que é uma avaliação pautada numa perspectiva relacional dos impedimentos da pessoa com as barreiras, e em que medida essa relação impede ou não a participação dessas pessoas na sociedade. Os benefícios dessa avaliação são enormes.

Agora, a nossa crítica é: o que está para ser implementado não é uma avaliação biopsicossocial; é uma avaliação preponderantemente médica e, nesse sentido, vai implicar muitos prejuízos.

Depois, se ficar alguma coisa a mais, eu posso complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Devido ao nosso tempo, eles estão me alertando que aqui há outra audiência pública. A equipe que nos assessora vai ficar à tarde – eu, agora, daqui, retorno – e, inclusive, a Ministra Damares estará aqui à tarde.

Por isso, eu vou pedir – o Dr. Ricardo também pediu a palavra – que sejam o mais breve possível. Acho que a Dra. Ana Cláudia foi rápida, e agora a Dra. Maria Aparecida escolherá duas ou três perguntas, enfim, e fará um resumo. Eu vou lhe dar um minuto. Estou olhando para a senhora que está na fila e que chegou cedo; foi a primeira que chegou aqui, eu acho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, a Loni, assessora do Romário, também pediu um minuto. Então, eu vou dar um minuto para cada uma no encerramento e vou dar também o tempo necessário para responderem, e vai entrar também o Dr. Tadeu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, boa, boa. Gostei.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Bem, das perguntas que eu recebi, Senador, me parece importante – eu não vou ler o nome das pessoas – que quase todas as pessoas estão nessa questão relacionada ao sistema. Por que esse sistema é importante e por que como ele está não pode ser?

A primeira questão: por que esse sistema não pode ser como o que está sendo gestado, como o que está sendo concluído pelo poder público? É porque, principalmente, não houve a participação das pessoas com deficiências e suas organizações representativas. Como eu disse, até o momento do instrumento que vinha sendo levado pela UnB, nós tínhamos a participação efetiva das pessoas com deficiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que precisa haver? Porque nós temos uma convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, de natureza constitucional, que diz que só tem validade se a pessoa com deficiência participar dos processos de consulta, dos processos de discussão, dos processos de formação das políticas públicas. Então, sem a presença da pessoa com deficiência e suas organizações representativas, torna-se ilegítimo o processo, passível de inconstitucionalidade, porque a convenção é norma constitucional.

Então, se a pessoa com deficiência não participou desse processo, desse segundo processo que está para ser apresentado, isso é, como a gente brinca, nulo de pleno direito, não é? Não existe, não pode existir.

A Ana já respondeu a questão dos relatórios, e há uma pergunta aqui que eu acho que tem um pouquinho, digamos assim, de confusão, de equívoco. A pessoa diz assim: "Como será a capacitação dos professores para participarem das equipes de avaliação?". Como eu disse, no mundo da educação o professor não vai fazer avaliação biopsicossocial do aluno ou da aluna com deficiência. No mundo da educação não há que se avaliar biopsicossocialmente, salvo se for para pensar em elementos de acessibilidade. Aí sim, aí pode ser que ajude, não é? Mas, no mundo da educação... Porque, vejam, a lei diz assim: haverá avaliação da deficiência quando necessária. E ela é necessária para acesso a serviços prestados pelo poder público, a programas e políticas públicas. Educação é direito de todos e de todas. Educação inclusiva. Ponto. Então, por isso é que a gente diz que não há necessidade de capacitar professores para fazer avaliação biopsicossocial. Isso é um saber, um conhecimento multidisciplinar, multiprofissional que envolve assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e médicos. Portanto, também não é só médico, não é? Não pode começar pelo médico e ter ali um fim em si mesmo, não é?

Eu acho que, em resumo aqui das várias perguntas, é isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Dra. Maria Aparecida Gurgel, pela síntese que fez.

Então vamos agora abrir à sua pergunta. O seu nome você vai ter que dizer aí, porque não me veio aqui.

A SRA. KELLY VIVIANE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Kelly.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos passar a palavra à Kelly.

Se você apertou e se acendeu o verde, é com você.

A SRA. KELLY VIVIANE DA SILVA – Pronto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kelly Viviane da Silva.

A SRA. KELLY VIVIANE DA SILVA – Eu sou enfermeira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É enfermeira aqui do Senado.

A SRA. KELLY VIVIANE DA SILVA (Para expor.) – Isso.

Bom, eu estou fazendo um estudo de mestrado para poder avaliar a questão da aposentadoria da pessoa com deficiência no Congresso Nacional. E aí eu vim para perguntar mesmo, porque eu estou na maior confusão, numa enrascada. Por quê? O público que é sujeito desse direito está no décimo decil de renda do país – certo? – e passou por um crivo inicial em que ele fez uma prova, provou capacidade, que é uma questão toda que norteia, que está nublada em relação à pessoa com deficiência, e o que venho perguntar aqui é: o instrumento que existe e que está sendo aplicado é o IF-BrA, com a estrutura que se tem para avaliar a pessoa com deficiência...

(Soa a campainha.)

A SRA. KELLY VIVIANE DA SILVA – ... se a questão social, tudo o que se tem em relação ao social e ao acesso for atenuante de normalizar esse requerente e aí ele não ser encontrado, a minha dúvida é: a gente contribui o tempo inteiro? E como vai ser, por exemplo, na hora de – como auditor falou aqui para a gente – ele requerer? Será que a coisa dele pode ser tão suavizada e, dependendo do olhar mesmo de quem está falando, não aparecer, não haver pontuação suficiente? Aí a gente tem poucas pessoas que conseguem entrar, porque a via é concurso público, recrutamento amplo, todo mundo que lute, passe e esteja aqui. Passam 30, 40 anos e, na hora em que você vai requerer, você não é identificado como deficiente. Falam: "Não, você tem participação plena, você está aqui, você ganha seu salário, você conseguiu trabalhar". E aí você não é sujeito desse direito. Eu vejo a questão assim...

Em relação ao uso de máscara, eu sou enfermeira, sou monocular, e ainda há a questão de quem é o deficiente entre os deficientes, entre os de impedimento de longo prazo. Para mim, a máscara é essencial no meu serviço, por exemplo. Um depoimento que eu dou aqui: se eu colocar a máscara, um milímetro que ela fique para mim à frente do meu nariz – eu também não tiro, eu que lute para poder conseguir trabalhar desse jeito –, é igual como se eu fosse um pirata. Para quem tem as duas visões, é a mesma coisa de pegar... Pegue e tampe seu olho, é assim que fica para mim. E eu tenho que ter toda uma mecânica corporal para eu não sair trombando em nada. Então, a gente tem que ter uma *expertise* que é interna da gente. A barreira existe, mas ela não está nos lugares, é a gente mesmo que tem que se virar para poder viver assim no mundo e, na hora de ser avaliado, isso ser apagado e produzir distorções no inverso da pirâmide. À medida que você consegue galgar um extrato social maior, você vai se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

normalizando. Eu queria a opinião de vocês, até mesmo porque eu vou anotar para conseguir fazer a minha dissertação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois bem, Kelly, ficou em três minutinhos. Ficou bem, ficou bem. Não, não, está no limite. Quando eu disse um, eu sabia que iria dar três.

Agora eu vou passar a palavra para a Loni Manica, que é assessora parlamentar do gabinete do Senador Romário.

A SRA. LONI ELISETTE MANICA (Para expor.) – Senador, obrigada.

É mesmo para agradecer, parabenizar por este evento, acho que a gente está precisando de mais eventos. Senti muita falta aqui da Secretaria de Educação Especial nacional, na verdade da secretaria das pessoas com deficiência, e acho que seria o momento de nós termos aqui o representante da secretaria para ponderar o que foi, por que chegaram a esse segundo documento, por que esses valores vão impactar, o que impactaria. Eu acho que a gente nunca pode fugir do debate, penso que a gente tem que vir ao debate justamente para colocar nossas posições.

Então, eu estou feliz, depois de tanto tempo, ao ver essas minhas colegas, a Ana, a Aparecida, o Senador, presencialmente. Isso é muito bom! Essa energia do presencial a gente não consegue à distância. E sei que o Senador continuava fazendo quase uma audiência por dia, mas ele não estava mais aqui, ele estava no remoto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estava no escritório em casa.

A SRA. LONI ELISETTE MANICA – É, a energia do presencial é diferenciada.

Mas eu queria dizer que o Senador Romário também encaminhou um ofício para a Secretaria pedindo esse instrumento quando nós não o tínhamos ainda. Depois o Senador ratificou esse pedido várias vezes – nós mandamos, acho, uns três ofícios para a secretaria nacional –, até que saiu o Instrumento 8, aquele a que eu tive acesso, que pude olhar e vi que não era o instrumento que tinha sido trabalhado inicialmente.

(Soa a campainha.)

A SRA. LONI ELISETTE MANICA – E eu tenho uma preocupação, Senador, que compactuo com elas. É no sentido de como vamos fazer uma avaliação na qual, para mim, o maior problema está dentro de uma organização dos peritos. Não sei se é uma organização, não vou dizer qual é o tipo de organização, mas a organização deles é tão forte que eles conseguem se sobrepor até a discussões que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

têm sido feitas na base, no governo ou fora do governo. Então, eu tenho essa preocupação, porque, desde que essa lei saiu – o senhor foi um dos Relatores da LBI, autor –, eu já ouvia dos peritos que não ia acontecer, porque eles não iam largar a caneta e a detenção do poder em relação a serem o maior poder na avaliação. Então, eu tive essa preocupação também quando a nossa colega expôs sobre essa questão de continuar no poder do perito isso. Realmente, é uma coisa que não pode acontecer.

E a outra preocupação é relativa à equipe multiprofissional. Eu vejo a nossa colega, a Gugel, colocando toda a listagem e, aí, eu pergunto: um assistente social e um médico representam toda essa equipe? Então, me parece que nós estamos reduzindo a duas pessoas uma equipe multiprofissional. Eu acho, então, que nós temos, sim, condições de avançar, vários instrumentos surgiram... Todo mundo precisa dessa avaliação! Enlouquecidamente a gente precisa dessa avaliação, porque dela depende o andar da maioria das nossas legislações. Nós precisamos dessa avaliação para saber quem é a pessoa com deficiência.

Então, assim, eu compactuo com a preocupação de vocês e coloco que o gabinete do Senador Romário está muito junto nessa causa para que a gente possa também trabalhar em relação a chegar a essa conclusão aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Loni Manica, que é assessora do gabinete do Senador Romário.

À luz da verdade dos fatos: os Relatores foram Celso Russomanno, Flávio Arns, Romário e a Mara Gabrilli, que deu o arcabouço final, mas todos fizeram um belo trabalho; eu fui o autor, mas quando eu apresentei foi atrás... Eu lembro aqui, inclusive, que o Dr. Ricardo nos ajudou muito, o Tadeu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, ele nos ajudou muito. Havia muita polêmica, e ele ajudou – a Izabel também ajudou, muitos ajudaram – porque disse o seguinte: "pessoal, pode não ser o ideal, mas vamos trabalhar". Foi assim que chegamos a essa redação para a qual os Relatores, naturalmente, foram fundamentais, porque eles foram recebendo até chegar a esse momento...

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL *(Fora do microfone.)* – O Senador Flávio Arns fez um substitutivo, e esse substitutivo nós elaboramos. Então, isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, porque aí foram surgindo Relatores.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Isso. Agora que o senhor fala, eu volto atrás no tempo, não é? O senhor apresenta...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Àquele momento. A última versão foi da Mara Gabrilli.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – O senhor apresenta o estatuto, o Senador Flávio Arns cria uma equipe, de que eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Romário fazia parte.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – Não, o Romário não tinha chegado ainda ao Senado. Foi depois.

O Senador Flávio cria essa equipe, junto com um acorde, na época, e fizemos um substitutivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, pelo gabinete?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – É, pelo gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu não sei se as sugestões são do Romário ou são minhas.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL – É.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LONI ELISETE MANICA – São da causa, Senador. Sou assessora da causa e eu fazia parte desse grupo aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode concluir, doutora.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Ou seja, nós estamos há muito tempo nessa trilha, mas o fato é que cada pessoa, cada Parlamentar, cada homem ou mulher que chegam para discutir esse tema, a gente sempre lembra que é preciso ter pessoas com deficiência. Sem a pessoa com deficiência, em qualquer processo... Então, Senador Paulo Paim, quando a Senadora, então Deputada, Mara Gabrilli passa a ser Relatora – e aí formamos aquela equipe lá na Secretaria de Direitos Humanos –, nesse momento houve a maior representatividade de todas, porque a Relatora da Lei Brasileira de Inclusão, do Estatuto da Pessoa com Deficiência foi uma mulher com deficiência. Então, isso mostra,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa o grande significado das nossas discussões aqui. Por isso que a gente repete a todo momento: a pessoa com deficiência e suas organizações representativas precisam estar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, doutora.

Todo mundo se inscreveu, viu, pessoal? Não teve jeito. Eu vou fazer o seguinte: vou dar dois minutos para cada um fazer a sua saudação final, porque nós temos ainda quase meia hora. Eu me comprometi com a equipe, que quer almoçar, naturalmente – é natural, ainda, que se almoce, não é, pessoal? Isso não é trabalho escravo –, de terminar, no máximo, até uma hora.

Então, eu inicio os dois minutos para as considerações finais pela Dra. Izabel Maria Loureiro Maior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, é agora.

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Muito obrigada por essa possibilidade de fazer uma intervenção final.

Eu gostaria de primeiro agradecer mais uma vez a todos os envolvidos e, especialmente, a sua iniciativa do requerimento para esta audiência pública. Veja como a participação popular e a participação de pessoas com deficiência... Para quem não está vendo, eu não me autodescrevi, mas, mesmo que eu o fizesse, vocês não estão vendo a cadeira de rodas na qual estou sentada. Então, quero dizer que, com isso, nós estamos participando, como técnicos, como profissionais, como pessoas com deficiência, mas aqui muito mais representando um histórico de pessoas que trabalharam desde o tempo do debate da convenção, até anteriormente a isso nós já vínhamos nos preocupando com a necessidade de mudar a maneira de avaliar as pessoas com deficiência.

O que eu quero chamar atenção nesse final, até me baseando muito na pergunta que foi feita pela enfermeira aqui...

(Soa a campainha.)

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR (*Por videoconferência.*) – Sei que há pessoas que poderão responder melhor, mas eu gostaria de lembrar que nem tudo que vai ser dito que é avaliação biopsicossocial, de fato, o é. Há coisas que têm focinho de gato, bigode de gato, mas não é gato. E essa é uma das questões.

Se o peso da avaliação do impedimento pelo profissional – somente pelo profissional – perito público, da perícia médica federal, tiver a mágica de eliminar as pessoas, isso já mostra cabalmente que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma avaliação em que todos os fatores estão sendo, de fato, ponderados adequadamente. Então, cuidado! As pessoas com deficiência estão muito viciadas em receber um número, um CID de doença, e acham que isso é o que vai salvar a vida delas. Não! Não é isso. O que vai nos salvar é termos os direitos garantidos...

(Soa a campainha.)

A SRA. IZABEL MARIA LOUREIRO MAIOR *(Por videoconferência.)* – ... e as políticas públicas implementadas, com o devido orçamento, para que essas políticas aconteçam. Quando os gestores públicos não cuidam da acessibilidade nos municípios, no âmbito do estado e no âmbito federal, quando não fazem isso, precisam da devida reprimenda da lei, da responsabilização, que seria chamada de *accountability* nos países de língua inglesa.

Então, isto que é importante: que os direitos sejam garantidos, que a acessibilidade seja garantida, que a política, quando é universal, seja para todos, que a educação nas escolas comuns seja uma educação inclusiva, e não que pessoas tenham que fazer avaliação para chegar lá.

Então, muito obrigado, mais uma vez, por sua dedicação ao tema, Senador Paulo Paim. Por favor, avalie o que está sendo feito no BPC que está contrariando a convenção e está contrariando o seu Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, querida Izabel Maria, suas palavras carinhosas, como sempre, durante todos esses anos. O estatuto, a Lei Brasileira de Inclusão é uma conquista do povo brasileiro, e eu diria que foi uma construção coletiva e, permita que eu diga, você foi fundamental, Izabel.

Vou passar a palavra agora, porque ela está com problema de horário, para sua saudação final, à Maria Aparecida Gugel.

Por favor, doutora.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador.

Bom, finalizando, agradeço o convite dirigido à Ampid. Quero dizer que podem contar sempre conosco.

Quero agradecer às minhas queridas amigas, alma gêmeas de lutas, batalhas e ativismo, especialmente a Ana Cláudia, que está aqui perto, bem pertinho e a gente vai poder dar um abraço, à Izabel, à Lailah, ao Wederson, ao Ricardo Tadeu – Ricardo, muitos abraços e muitos beijos ao longo desse tempo de pandemia! –, ao Rafael Giger, à Loni, ao Luciano e ao senhor, Senador, porque, não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

importa o que aconteça, basta a gente levantar a mão e o senhor está, digamos assim, na nossa comunhão, buscando essa defesa de direitos.

Continuem contando com a Ampid.

Deixo aqui um abraço para todos.

Lembrem-se: a pessoa com deficiência tem primazia em qualquer processo de discussão, e a avaliação biopsicossocial precisa manter essa primazia. As pessoas com deficiência, enfermeira, são o foco de atenção dessa política que precisa surgir.

Então, contem sempre conosco.

Muito obrigada e peço desculpas, mas tenho que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendo. Sei que você é muito requisitada e me explicava – inclusive ela me explicou aqui baixinho – que ela tinha outro compromisso urgente.

Dra. Maria Aparecida Gugel, muito, muito obrigado; muito, muito obrigado. Quando eu terminar, eu só vou dizer: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês. Digo para você, porque vai sair agora.

A SRA. MARIA APARECIDA GUGEL (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Então, agora eu passo a palavra à Dra. Izabel Maria Loureiro Maior, para os seus dois minutos finais. A Izabel já falou.

Passo a palavra para... Que confusão que eu fiz aqui? Sumiu o papel. Eu quero passar para a Ana Cláudia. A Ana Cláudia é a primeira. Como eu combinei com ela também, por favor, Dra. Ana Cláudia Figueiredo, para os seus dois minutos finais.

A SRA. ANA CLÁUDIA MENDES DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom, eu inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Paim o convite novamente em nome da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a qual integro e a qual integra a Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Gostaria de fazer uma pontuação importante. Quando eu me referi à questão da avaliação biopsicossocial em relação à questão da educação, eu entendo que essa avaliação é muito importante, pode ser muito útil, aí considerando o IFBrM, para identificação de barreiras que impedem a participação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos alunos e das crianças nas aulas, por exemplo, da pessoa na sociedade. Pode ser importante para identificar essas barreiras e para definir os apoios e as medidas de acessibilidade.

Então, a gente precisa ter isso em mente não como um filtro para que essa criança tenha acesso ao profissional de apoio escolar. Isso não pode, porque senão a gente vai de novo restringir o direito à educação, mas, para identificar a barreira e para definir os apoios, sim.

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA CLÁUDIA MENDES DE FIGUEIREDO – Queria complementar a questão do Conade, do qual foram suprimidas não apenas a representação da Ampid, mas também a representação de todos os conselhos municipais, estaduais e distrital. Então, o Decreto 10.177 não inclui mais, não prevê mais assento para nenhum dos conselhos. É um conselho nacional que não tem mais conselhos estaduais.

E, por fim, quero registrar que a Rede Brasileira de Inclusão está atenta a esse debate, está acompanhando tudo. Sigam-nos nas redes sociais. Nos dias 13 e 14 de abril, acontecerá um evento com viés mais científico, em que teremos oportunidade de aprofundar um pouco mais, que está sendo organizado pelo Coletivo Brasileiro de Pesquisadores e Pesquisadoras dos Estudos da Deficiência (Mangata), pela Fiocruz e pela Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA CLÁUDIA MENDES DE FIGUEIREDO – Sigo à disposição, Senador, para os esclarecimentos que forem necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dra. Ana Cláudia Figueiredo, pela sua bela contribuição. Chegou aqui cedinho também. Fez questão de ficar aqui na mesa respondendo todos os questionamentos. Muito obrigado.

Agora eu passo a palavra para o nosso convidado virtual, o assistente social e professor universitário Sr. Wederson Santos, por dois minutos, por favor, se ele estiver na tela, senão nós vamos em frente. *(Pausa.)*

Passamos a palavra para Lailah Vilela. *(Pausa.)*

Todo mundo já está correndo por causa do horário, não é?

Passo a palavra para o Dr....

A SRA. LAILAH VILELA *(Por videoconferência.)* – Eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, é com você! É com você! Que bom que você está aí!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAILAH VILELA (*Por videoconferência.*) – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senão eu ia perder aqui o toque da reunião, porque, dos convidados virtuais, não estava entrando mais nenhum. E alguém ia me criticar depois. Que bom que estás aí, Lailah! É contigo!

A SRA. LAILAH VILELA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada por este momento, Senador! Agradeço o convite e a confiança.

Eu só queria destacar que, assim que os documentos voltarem para o *site*... Eu acho que é de fundamental importância, para que esse debate seja amplo e realmente público, que a gente tenha acesso novamente aos documentos. Eu queria recomendar que as pessoas lessem não só o Documento 8, que foi aprovado e que tem esses problemas que a gente relatou, mas também o 13, que foi construído junto com os técnicos da Secretaria do Ministério da Mulher, em que a gente fez melhorias na qualidade da informação. A gente não fez nenhum recorte lá para priorizar uma parte ou outra. Mantém-se o modelo relacional. É possível fazer recortes internos, conforme a política. E a gente fez alguns acréscimos lá, para que a gente tivesse uma qualidade muito grande de informações do corpo, sim, que não é tão importante, mas, principalmente, das barreiras que a pessoa enfrenta, de tudo aquilo de que ela necessita, para saber se ela tem acesso ou não tem acesso, para que isso pudesse subsidiar as políticas públicas. Então, houve toda uma construção técnica muito boa, que está nesse Documento 13. Eu sugiro que as pessoas possam lê-lo quando ele voltar.

Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que lhe agradeço, Lailah Vilela, que foi rápida e precisa, como sempre! Obrigadão!

O Wederson chegou ou não?

O Wederson tinha pedido para responder para você, inclusive, nossa querida enfermeira aqui presente, mas acho que ele teve que sair.

Então, eu passo a palavra...

O SR. WEDERSON SANTOS (*Por videoconferência.*) – Eu estou aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então é contigo! É contigo! Eu faço questão de que você fale, senão as pessoas do virtual vão dizer: "O Paim nos discriminou!". É contigo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEDERSON SANTOS (*Por videoconferência.*) – Só houve um problema aqui na liberação do microfone, mas deu tudo certo. Eu estava aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está certo. Então é com você agora!

O SR. WEDERSON SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu respondo rapidamente, só para dialogar com a colega enfermeira, que fez um questionamento sobre a avaliação. Quando se utiliza do IFBrA...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Kelly.

O SR. WEDERSON SANTOS (*Por videoconferência.*) – Kelly! Isso!

É sobre a utilização do IFBrA para a aposentadoria. É muito importante a gente lembrar, até reforçando alguns aspectos aqui trazidos, que, quando a gente vai fazer a avaliação da pessoa com deficiência que requer o tempo reduzido para se aposentar de acordo com a Lei Complementar 142, aprovada em 2013, a pessoa com deficiência é avaliada em diversos domínios da vida, não apenas no mundo do trabalho. Então, ela pode até ter mais facilitadores do que barreiras no mundo do trabalho, mas ela vai, certamente, enfrentar diversas outras barreiras em outros âmbitos da vida.

Então, por exemplo, a gente não pode avaliar o fato de que nós teremos um Presidente da República com deficiência grave e que isso significa que ele não enfrenta barreiras. Pelo contrário, ele pode até não tê-las enfrentado em alguns domínios, mas ele as enfrentou, certamente, em outros. A avaliação considera tudo isso. Inclusive, há uma avaliação do ponto de vista técnico que é supercomplexa, que é a avaliação do passado da vida da pessoa, que é a experiência dela na vida no enfrentamento de barreiras em momentos passados. A gente não avalia só o tempo presente. A gente também... Diferentemente da avaliação do BPC, com o IFBrA, para a aposentadoria da pessoa com deficiência, avaliamos esse quesito. Mas, no mais, é importante a gente lembrar disso, porque a avaliação biopsicossocial é a que permite esse tipo de avaliação. Uma avaliação estritamente médica jamais possibilitaria uma avaliação como essa. Então, esse é um ponto importante.

Aqui eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEDERSON SANTOS (*Por videoconferência.*) – ... e me coloco à disposição.

Relembro também, assim como a Ana Cláudia lembrou, um evento que nós estamos organizando, um seminário nos dias 13 e 14 de abril, para discutir essa temática da avaliação biopsicossocial. É um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento organizado por instituições de pesquisa, por associações acadêmicas, mas que vai contar com a participação de todos para levar adiante essa discussão tão importante.

Eu me coloco à disposição da Comissão de Direitos Humanos.

Mais uma vez, parabéns pelo evento!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Prof. Wederson Santos, assistente social. E digo que você ficou dentro do tempo, dois minutos que são três. Ficou exatamente dentro dos dois que são três. Perfeito.

Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

Por favor, Desembargador.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, senhoras e senhores, eu queria pontuar algumas questões que não consegui fazer enquanto falei.

Por que da importância... Esta questão parece que emergiu das perguntas que vieram, não é? Por que da importância do biopsicossocial? Igualmente tratados, não deve prevalecer o aspecto médico sobre o psíquico ou sobre o social? Porque a deficiência – e essa foi a maior conquista da convenção da ONU – é a combinação dos impedimentos do corpo e da mente da pessoa, esses impedimentos de ordem duradoura, com barreiras que a sociedade lhes impõe.

Veja, se você elimina a barreira, o impedimento continua grave, mas a inserção social se dá. Portanto, o movimento que deve ocorrer para que a pessoa com deficiência seja efetivamente inserida em sociedade é inicialmente...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – ... a detecção da barreira e, mais importante que isso, a eliminação da barreira.

Portanto, a prevalência do aspecto médico não pode se dar, porque o mais importante... Uma vez indicada a condição biopsíquica da pessoa, do cidadão, do sujeito de direito, é necessário identificar quais são as barreiras que se lhe apresentam e, acima de tudo, eliminá-las. Portanto, a combinação do aspecto físico com o aspecto psicológico e com o aspecto social é fundamental. E o aspecto social é importante, porque é necessário identificar as barreiras e eliminá-las.

Ora, veja, Senador, isso é tão grave que a própria Lei Brasileira de Inclusão, regulamentando a Constituição, que é a convenção no caso, estabelece que a discriminação da pessoa se dá quando se visa a restringir direitos dessa pessoa consciente ou inconscientemente.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Isso é discriminação.

Mas o mais importante é que tanto a convenção como a lei estabelecem que a recusa de adaptação do meio é discriminação. Senador, a recusa de eliminação da barreira é discriminação contra a pessoa com deficiência. E veja, Senador, é tão sério isso que o art. 88 da Lei Brasileira de Inclusão tipifica como crime a discriminação contra a pessoa com deficiência, ou seja, a recusa de eliminação da barreira para que uma pessoa com deficiência possa trabalhar, para que uma pessoa com deficiência possa ir para a escola, para que uma pessoa com deficiência possa ir ao clube, possa andar pela cidade, etc... Aquele que recusar a adaptação, ou seja, a eliminação da barreira, Senador, comete crime. E veja: crime com uma pena severa, de um a três anos de reclusão, ou seja, não tem liberdade condicional, nada disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – ... não tem atenuantes; a pessoa fica presa. É uma condenação severa.

Portanto, quando nós insistimos – eu estou tentando responder a tônica das perguntas que vieram – quando nós insistimos na análise biopsicossocial, nós estamos nos concentrando na eliminação da barreira necessária. Como é que eu exerço a magistratura? Eu tenho uma equipe de assistentes e assessores supercompetentes que me suprem a falta da visão. Se o tribunal não me desse essa equipe, estaria cometendo crime contra mim, ou seja, ninguém mais pode dizer hoje que uma pessoa pode ou não pode fazer alguma coisa em razão da sua deficiência. É necessário primeiro identificarem-se as barreiras – isso é fundamental – e eliminá-las, acima de tudo. E, insisto, a recusa de adaptação do meio ou, traduzindo, de eliminação da barreira implica hoje ato criminoso, Senador. Portanto, aquela banca da magistratura que me impediu de continuar no concurso em 1990 estaria hoje cometendo crime. Compreende como isso é sério? Esse é o efeito da avaliação biopsicossocial aplicado na prática. Alguém queria saber isso? Eu creio que fui claro agora, mas, se não fui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – ... fico à disposição para esclarecer.

Senador, quero agradecer, mais uma vez, o convite e quero cumprimentar todos que me acompanharam nesta audiência, tanto aqueles que me ouviram como aqueles que falaram também. Apreendi muito. E me coloco sempre à disposição, Senador.

Um grande abraço. Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Somos nós que agradecemos, querido Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

O último convidado virtual é o Rafael Giger, Auditor Fiscal, a quem eu peço que use os dois minutos se ainda estiver conectado. (*Pausa.*)

O.k.?

O SR. RAFAEL GIGUER (*Por videoconferência.*) – Vocês conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. RAFAEL GIGUER (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k. Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade em estar aqui conversando com vocês e, para finalizar, comentar que é uma tristeza que a gente esteja aqui fazendo esta audiência neste momento dessa forma. Esta podia ser uma audiência de comemoração, de celebração da implementação de um instrumento tão importante.

Resumindo – o resumo de tudo, de algumas perguntas que foram feitas para tentar entender –, as pessoas com deficiência estão cansadas de tantas avaliações diferentes para acessar direitos e políticas públicas diferentes. A cada concurso público, a cada edital você tem que fazer uma avaliação com um médico diferente, com requisitos diferentes. Para passe livre, para isenção de IPI para adquirir um veículo, sempre tem que fazer uma avaliação diferente. Às vezes, você é considerado pessoa com deficiência para uma situação, e não o é para outra. E o instrumento único de avaliação vinha para resolver isso de vez, e a pessoa poder parar de ter que demonstrar que tem deficiência de forma diferente a cada momento. Isso veio depois de muita discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL GIGUER (*Por videoconferência.*) – ... já superando o modelo médico, para a gente compreender que a experiência da deficiência decorre muito mais do ambiente opressor que desrespeita os direitos individuais das pessoas com suas diversidades do que simplesmente de uma questão médica biológica como a gente referiu antes.

A gente podia estar aqui só comemorando e também discutindo os desafios para a implementação – porque de fato vai ser complexo, vai ser desafiador –, mas não: mesmo depois de anos de investimento público, anos de discussões científicas, validações pela Universidade de Brasília, participação ativa das pessoas com deficiência, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, depois de estar aprovado, já atrasado, porque a lei definia em dois anos, já estava bastante atrasado, a gente estava pronto para o desafio de colocar em prática, regulamentar e colocar em prática, e agora a gente está dando esses passos para trás. E vem essa audiência com medo de que algo que seria tão positivo para as pessoas com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência possa gerar alguns retrocessos: a gente voltar para um modelo médico. Se um médico perito vai decidir se a pessoa continuar no processo de avaliação ou se sumariamente é eliminado. Bom, a gente está voltando ao modelo médico. Se busca criar um novo modelo sem a interlocução das pessoas com deficiência e da sociedade, tirando o foco da discussão, da democracia, e trazendo para uma porta fechada que ninguém sabe por que estão mudando, ninguém sabe por que estão alterando. Bom, se tem que fazer alterações, estamos nós, todos especialistas, todos dedicados ao tema, querendo ajudar a aprimorar esse processo. Mas não é o que tem acontecido e se acaba exigindo que se faça essa audiência de tantas outras, sem a participação, de novo, como foi pontuado, da Secretaria, que deveria estar aqui discutindo conosco e até nos tranquilizando. Mas, como não está, como é de portas fechadas, a impressão que nos dá e esta: querem resolver o problema da pessoa com deficiência escondendo as pessoas com deficiência do Estado, escondendo a existência de nós, pessoas com deficiência, e assim não tem problema. Isso, sem dúvida, não é a solução.

A solução é sim, botar um enfoque, mostrar onde estão as pessoas com deficiência, quem elas são, quais são as limitações, no nosso ambiente, que fazem a gente exercer umas experiências mais gravosas de deficiência. Conhecendo isso, resolver, eliminar as barreiras e permitir que aquilo, como o Dr. Ricardo Tadeu falou, que, em 1948, todos os seres humanos, independentemente de sua compleição física, intelectual, mental e sensorial, tenham um direito básico, porque as pessoas nascem iguais em dignidade e direitos. É isso o que a gente está buscando: é o básico.

Eu queria estar só comemorando hoje, mas, seguem os desafios. A gente segue – e tenho certeza de que esse grupo de especialistas segue – à disposição, inclusive, do Governo, para que se quiser aprimorar um instrumento e enfrentar os desafios. Estamos aqui. Agora, tirar da mesa e criar um outro instrumento e não o apresentar a nós, isso nos assusta bastante.

Obrigado, Senador Paulo Paim, que é um amigo da causa, desde sempre. O Estatuto começou por você. Obrigado por manter essa luta, que, infelizmente, continua.

Nós, da Fiscalização do Trabalho, estamos totalmente à disposição, da inclusão de pessoas com deficiência. Estamos totalmente à disposição de vocês e de toda a sociedade para ajudar com o conhecimento que nós temos para aprimorar os direitos das pessoas com deficiência e não retroagirmos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Muito obrigado – ele é Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência –, Sr. Rafael Gigue, pela bela participação.

Nós temos sempre, no Ministério do Trabalho e Previdência, junto aos auditores fiscais, um trabalho conjunto do qual tenho orgulho de dizer que é principalmente no combate ao trabalho escravo.

Eu queria, agora, rapidamente, porque o tempo nosso estourou, já são 13h02, agradecer à Prof^a Izabel Maria Loureiro Maior; ao Prof. Wederson Santos; à Lailah Vilela, Auditora Fiscal do Ministério





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Trabalho; à Ana Cláudia Figueiredo, advogada e – mostra aqui no seu currículo – criadora da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, do Conade... É um longo roteiro.

Não vou ler todo ele porque o li na abertura. Agradecer a você também. Agradecer ao Rafael Giger, auditor fiscal, como eu falei agora; ao Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca; e também à Maria Aparecida Gugel, que saiu há pouco tempo, que é do Ministério Público.

Quero agradecer a todos e dizer a frase que eu disse para ela: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês, que dão a sua vida pelas causas humanitárias. As causas humanitárias é que guiam o meu mandato nesses 40 anos de Congresso. Eu entrei aqui na Constituinte, quando eu terminar este mandato vai dar 40 anos. Mas daí não concorro mais. Vou abrir a porta para os mais jovens.

Agora eu queria, para concluir, seguindo a orientação aqui da assessoria, primeiro dizer que a sessão especial sobre os dez anos da política de cotas vai ser no dia 29/8, no Plenário do Senado. É 29/8/2022 a homenagem, e será um debate sobre a permanência da política de cotas.

Também quero agradecer às pessoas que fizeram tradução na linguagem de libras. Como não está o nome deles aqui, eu agradeço a todos aqueles que estiveram conosco durante esse período. E, por fim, lembro a convocação que vou ler aqui: Convocação da Ministra Damares Regina Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a divulgação da nota técnica no nível tal, tal, tal, tal, a qual traz posição contrária ao passaporte vacinal e à obrigatoriedade da vacina infantil. Requerimento da audiência pública. Senador Humberto Costa. Convidada a Ministra de Estado Damares Regina Alves. Hoje às 14 horas. Estão todos convidados.

Assim terminamos. Muito, muito obrigado a todos. E oxalá a gente volte a fazer todas as audiências públicas presenciais. Que essa pandemia desapareça do planeta, enfim, que não tenhamos mais nenhuma pessoa contaminada no mundo.

Está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Flávio Arns, Roberto Rocha, Marcos Rogério e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: "Convocação da Ministra Damares Regina Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a divulgação da Nota Técnica nº. 1/2022/COLIB/CGEDH/DEPEDH/SNPG/MMFDH, a qual traz posição contrária ao passaporte vacinal e à obrigatoriedade da vacinação infantil". Participante: Ministra de Estado Damares Regina Alves, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Fabiano Contarato, Eduardo Girão e Marcos Rogério. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/28>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas que acompanham esta sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero declarar aberta esta 7ª Reunião.

Alô? Está melhor o som?

Agora.

Repetindo.

Boa tarde a todos e a todas que acompanham esta sessão da Comissão de Direitos Humanos, tanto os que se fazem presentes aqui quanto também aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, os Senadores que participam por via remota. Nós vamos iniciar nossos trabalhos.

Eu quero declarar aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 4, de 2022, de nossa autoria, e que convoca a Ministra Damares Regina Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2, de 2022, da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da covid-19.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211.

Eu queria, então, convidar aqui S. Exa. a Ministra de Estado Damares Regina Alves, Ministra titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Seja muito bem-vinda ao Senado Federal, à Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Eu queria somente, antes de iniciar – e vamos iniciar dando a palavra à Ministra para que ela possa, durante até 30 minutos, fazer a sua exposição, se assim o desejar, para depois nós começarmos a fase de inquirição da Ministra –, fazer aqui dois registros.

Em primeiro lugar, o registro de inconformismo e, ao mesmo tempo, de estupefação com uma decisão exarada por um dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que, atendendo a uma demanda do Partido Liberal, resolveu proibir, em um festival de música privado denominado Lollapalooza, a manifestação de artistas e do próprio público em relação a temas políticos da atualidade. E eu quero fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse registro exatamente porque não há direito humano mais relevante – todos os outros são importantes –, depois do direito à vida, do que o direito à liberdade de expressão, o direito à liberdade de externar o pensamento de maneira livre e sem restrições, baseado, inclusive, na nossa Constituição, baseado em toda a nossa legislação.

Portanto, eu quero aqui manifestar a minha estranheza com o posicionamento desse ministro do TSE. Aliás, tudo indica que o Pleno do TSE deverá se reunir por esses dias para julgar essa decisão que, na medida em que é liminar, precisa de um posicionamento definitivo por parte do Pleno do TSE. Isso é muito importante porque nós vamos ter um processo eleitoral, e nada mais estranho seria se, durante o processo eleitoral, nós tivéssemos medidas restritivas à liberdade como essa.

Há outro assunto que eu gostaria de trazer, manifestando aqui, neste caso, a minha satisfação. De um lado, estranhei a decisão do TSE, mas, de outro lado, eu quero aqui parabenizar o Supremo Tribunal Federal, que deu ganho a uma causa demandada por vários partidos políticos que dizia respeito ao funcionamento do comitê que trata diretamente da temática da tortura no nosso país, especialmente naqueles ambientes onde estão pessoas privadas de liberdade.

Houve um posicionamento por parte do Presidente da República, por intermédio de um decreto, que fazia com que peritos que trabalhassem exatamente nesse conselho não pudessem ter a remuneração garantida por essa via, pelo ministério, enfim. Houve essa ação, nós recebemos inclusive aqui uma representação da Organização das Nações Unidas, uma subcomissão vinculada ao tratado que envolve o tema da tortura, que chegou a estar provavelmente com o Governo, esteve também com representantes do Supremo e esteve aqui conosco exatamente demandando que aquele decreto fosse revogado e assim se estabelecesse a possibilidade de esses profissionais trabalharem no comitê com as suas remunerações efetivamente garantidas. E, para nossa satisfação, o Supremo Tribunal Federal tomou a decisão que nós consideramos a mais adequada e que foi uma demanda de vários partidos e da sociedade civil também.

Bem, dito isso, eu quero, de imediato, passar a palavra à S. Exa. a Ministra Damares Alves. Seja muito bem-vinda aqui, como eu já disse. E o procedimento é: V. Exa. terá no máximo 30 minutos para externar o seu posicionamento; depois nós vamos abrir a palavra aos Senadores que estiverem inscritos, para que possam fazer as indagações; essas manifestações serão de cinco minutos por parte de cada Senador, com o direito de réplica de V. Exa. por cinco minutos também, sendo que, após a sua fala, eu pretendo apresentar algumas questões, alguns temas, algumas ideias que pudessem ser objeto da nossa conversa aqui.

Portanto, V. Exa. está com a palavra. Sinta-se à vontade para externar sua posição.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Presidente, obrigada por estar me trazendo à Comissão. Eu acho que a gente precisava, sim, esclarecer o que aconteceu, com toda essa polêmica sobre nossa nota técnica, sobre o Disque 100.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria pedir permissão, Presidente – eu já não vim segunda-feira passada porque eu não conseguia falar; continuo não bem e vou pedir permissão –, para falar sem máscara, senão eu não vou conseguir nem respirar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Fique à vontade. Aqui no Senado já vigora uma resolução em que o uso da máscara é optativo.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Obrigada, Presidente.

Acompanha-me hoje, Presidente, a Secretária Nacional de Proteção Global – nesta administração a Secretaria de Direitos Humanos recebeu um outro nome –; e me acompanham o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos e o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Presidente, tudo aconteceu por um amor, carinho, proteção à vida das crianças. Em nosso ministério, na administração do ministério hoje, nós temos oito secretarias, a começar pela Secretaria da criança, secretaria da juventude, da mulher, secretaria do idoso, e nós temos como prioridade no ministério a proteção da infância, a proteção das crianças e dos adolescentes, que para nós realmente é prioridade absoluta.

Eu quero cumprimentar o Senador Girão, que está presente, e os demais Senadores que estão *online*.

E aí, Presidente, assim que veio a notícia da pandemia, a primeira preocupação do ministério, de fato, foi com os idosos, as crianças e as pessoas com deficiência. E o nosso ministério, Presidente, desde o início da pandemia, trabalhou, atuou de uma forma muito técnica, de uma forma muito ética. Nós conduzimos as nossas ações, no ministério, de enfrentamento à pandemia sempre com respaldo legal, com base científica, observando as decisões das demais autoridades, mas não nos afastando, em momento algum, da garantia dos direitos, não nos afastando, em momento algum, das nossas atribuições e de nossas responsabilidades.

Eu vou exibir, Presidente, alguns eslaides, e fico à disposição. Também vou deixá-los com a Comissão e com os demais Senadores.

Quando chega a notícia da pandemia, os ministérios todos se organizam internamente, e o nosso ministério, logo no início, institui um comitê interno de enfrentamento à pandemia. Esse comitê coordenou todas as ações do ministério para as respostas de enfrentamento à pandemia da covid-19. Só no ano de 2020 – nós temos aqui um relatório que a gente vai entregar para a Comissão –, nós já catalogávamos 249 iniciativas internas de enfrentamento à pandemia. E isso aconteceu com todos os ministérios, cada ministério dentro da sua pasta – o Tarcísio lá, no canteiro de obras, cuidando do enfrentamento à pandemia; a Tereza, no campo –, todos os ministérios tinham uma coordenação interna, e o nosso tinha o nosso comitê interno, que trabalhou muito, com inúmeras ações, lembrando, Presidente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o nosso ministério é um ministério pequeno, sem orçamento, mas com grandes responsabilidades. Imagine o menor ministério da Esplanada com mais de 300 ações de enfrentamento à pandemia. Foi assim que nós trabalhamos.

Se observarem a forma ética, técnica como nós trabalhamos o enfrentamento, nós não nos envolvemos, em momento algum, em nenhuma polêmica com relação à pandemia, nós não nos envolvemos em nenhuma briga pró-vacina, a favor de vacina, porque a gente sabe que aquele ministério, aquela instituição é a casa do povo, é onde as pessoas batem na porta, e a gente precisava passar muita tranquilidade, muita serenidade nas nossas ações de enfrentamento à covid.

Mas, além do trabalho interno do ministério atendendo às pastas, ficou sob nossa responsabilidade – e nós fizemos isso com muito zelo – a construção e a coordenação de oito planos de contingência. Nós que coordenamos os planos de contingências, que lá que estão sendo exibidos; nós que apresentamos, coordenamos e construímos junto com os demais órgãos os planos de contingência para enfrentamento à covid entre povos e comunidades tradicionais, pessoa idosa; nós conduzimos e construímos o plano de contingência para pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência...

Pode passar o próximo eslaide.

... famílias vulneráveis, mulheres, crianças e adolescentes.

Para o senhor ter uma ideia, Presidente, só no plano de contingência voltado para o enfrentamento da pandemia entre povos e comunidades tradicionais nós reunimos 19 órgãos. E o nosso ministério ficou na coordenação de todos esses planos, não só na coordenação, como no acompanhamento e no monitoramento.

E a gente continua ainda: é coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, fora as nossas ações internas.

Esse relatório está disponível – vamos entregar um aqui –, mas ele é atualizado a cada ação nova. Nós temos um *link* no nosso portal só para que o Brasil conheça o que o ministério fez para o enfrentamento da pandemia.

Próximo eslaide.

Como exemplo, Presidente... Criança era o nosso foco – e aqui eu trago capas de algumas publicações que nós fizemos durante o nosso plano de contingência de proteção às crianças na pandemia –, mas foram todas as crianças e de todas as formas.

Por exemplo, Presidente, nós nos deparamos, lá na pandemia, com o fato de que no Brasil morrem mais de 2,5 mil crianças por acidente doméstico, esse inclusive é um tema que vamos ter que enfrentar com muita coragem. Nós imediatamente imaginamos que esses acidentes domésticos fossem crescer,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque as crianças iriam ficar dentro de casa, às vezes num apartamento pequeno, numa casa pequena. Nós trabalhamos a prevenção de acidente doméstico durante a pandemia como uma das ações de enfrentamento à covid.

Nós também trabalhamos o atendimento e o acolhimento das crianças com autismo. As crianças com autismo nesse momento de pandemia estavam entre as crianças mais alcançadas, especialmente quando ainda se estava discutindo aqui no Congresso o uso das máscaras. Por quê? Nós tivemos que trabalhar a construção dessa lei, se a criança com autismo iria ou não usar máscara. Nós já começamos a nos confrontar com violação de direito de criança com autismo lá no início da pandemia. Crianças que não conseguiam usar máscara desciam do prédio para brincar e as outras famílias não queriam que essas crianças descessem, mas elas não conseguiam ficar com máscara. Todos esses aspectos foram conduzidos, analisados e cuidados com muita atenção, com a proteção integral da criança durante o momento de pandemia. Inclusive, Presidente, ofertamos para as famílias brasileiras um material com jogos, brincadeiras e historinhas para que se usasse dentro de casa com as crianças com autismo. Os nossos materiais voltados para a criança... Isso fora todas as campanhas e articulação com a rede.

O Conselho Tutelar, durante a pandemia, foi treinado todos os meses, todas as semanas, com uma capacitação em cima da outra, ampliação do nosso canal, tudo que o nosso ministério pôde fazer para a proteção da criança foi feito. Parte do nosso material, inclusive, tem sido buscado por outros países, a exemplo da prevenção de acidente doméstico, a exemplo das brincadeiras e jogos com crianças com autismo. Nós estamos, inclusive, exportando a nossa tecnologia, a nossa metodologia de cuidado de criança durante o período covid, e todo esse material fica à disposição.

Pode passar.

Aí vem o assunto foco desta reunião, Presidente: a ouvidoria. Além da Secretaria Nacional da Criança, da Mulher e do Idoso, está na estrutura do ministério hoje a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que agrega o canal Disque 100 e o 180. Quando a pandemia chegou, nós precisamos, Presidente, imediatamente, ampliar de uma forma extraordinária os nossos canais de recebimento de denúncia, especialmente...

Por exemplo, o nosso 180. Como é que uma mulher vítima de violência iria ligar ao lado do agressor e ser ouvida fazendo a denúncia? Logo no início da pandemia nós adaptamos os canais da ouvidoria para o recebimento de denúncias e pedidos de socorro por WhatsApp, pelo Telegram, por aplicativo, por *e-mails*, por mensagens, não ficamos só na mensagem de voz. E nós trabalhamos muito na divulgação dos nossos canais, porque nós sabíamos da importância do Disque 100, do 180 e da ouvidoria para ouvir o nosso povo neste momento de pandemia. E a imprensa divulgou amplamente toda a adequação, todo o trabalho feito pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. E digo para os senhores: nós recebemos muitas ligações. Nós recebemos em torno de 15 mil ligações por dia, 15 mil contatos por dia, considerando todos os canais da ouvidoria. E a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos foi, sim, um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento poderoso para o enfrentamento da pandemia neste momento – e tem sido. Foi e tem sido um instrumento poderoso.

Aqui estão todas as nossas ações que a ouvidoria entrega. Por exemplo, Presidente – pode passar –, foram inúmeras ações que a ouvidoria entregou. Mas deixa eu chamar a atenção do senhor para uma ação que não estava planejada, mas a necessidade nos obriga. Chegou a um certo momento da pandemia em que o Disque 100 começa a receber muitas ligações de idosos. E aqui, Presidente, no nosso Disque 100, em primeiro lugar disparado, violação de direito de criança; segundo lugar disparado, Presidente, de idosos. Nós temos que dar uma atenção muito grande à violação dos direitos da pessoa idosa no Brasil. E nós observamos, Senador, que muitos idosos estavam ligando para conversar com a gente. O idoso não estava ligando para pedir socorro. À medida que os nossos atendentes começavam a conversar com eles... Eles estavam se sentindo solitários, e tinham um 100 que era de graça e que atendia 24h.

E aí a gente cria, dentro do Disque 100, um "Alô, Vovô", apenas para conversar com os idosos. E foi uma experiência extraordinária! Tanto que o "Alô, Vovô" continua. O idoso que sentir sozinho pode ligar, conversar. Nenhuma ligação a gente deixa de atender. Detalhe: quando a gente observa o registro de uma denúncia... Todas as nossas denúncias, até mesmo dentro do "Alô, Vovô", são encaminhadas, têm um fluxo próprio. Foi uma experiência extraordinária, porque a gente teve que treinar os nossos atendentes para esse acolhimento da pessoa idosa durante o período pandemia, durante o enfrentamento covid.

Mas a nossa ouvidoria, Presidente, fez mais – pode passar. A nossa ouvidoria, quando chega lá, mais ou menos, no mês de março de 2020, a gente observa a necessidade de usar o Disque 100 para receber reclamações e denúncias de violação de direitos humanos em nome de covid-19. E aí nós fazemos um termo de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público. Todo o Ministério Público fecha um acordo com o nosso ministério em que todas as denúncias que chegassem pelo Disque 100 sobre pandemia do covid-19 seriam imediatamente encaminhadas ao Ministério Público. E isso começou a acontecer.

E o senhor pode perguntar: mas em que tipo de denúncia vocês já estavam trabalhando em março, abril de 2020? As pessoas começaram a ligar, por exemplo, "não consigo sacar o meu auxílio emergencial". Uma das denúncias que chegou ao nosso Disque 100 e que acabou resultando numa grande ação: as pessoas da região ribeirinha já estavam tendo acesso ao auxílio emergencial, mas elas não tinham onde sacar. O barco da Caixa não estava em área, por uma questão de cuidar dos servidores. Especialmente ali, no Arquipélago do Marajó, ninguém entrava, ninguém saía. Como essas pessoas iriam sacar o dinheiro se não havia agência bancária? Então, a gente recebe as denúncias da região ribeirinha sobre a falta de agência. E o Disque 100, a ouvidoria provoca o retorno dos barcos para a área ribeirinha.

Então, todos os tipos de violação de direitos humanos, com nome covid-19, em parceria com o Ministério Público, o Disque 100 começa a receber já no início da pandemia – detalhe: com a ampliação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos canais, com o WhatsApp, com o Telegram, de todas as formas, 24h por dia. Vou mostrar o número de denúncias que nós recebemos com a palavra covid-19. Detalhe: não havia vacina, ninguém falava de vacina, mas o Disque 100, com o Ministério Público, com o acompanhamento do Ministério Público, já recebia as reclamações de violação de direitos humanos, reclamações muito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Também, Senador Girão. Pessoas sendo presas na rua, porque estavam sem máscara, algemadas, sendo torturadas e jogadas no chão. Nós acompanhamos tudo isso, todas as violações em nome de covid foram registradas no Disque 100, e nós demos encaminhamento a todas elas, todas as que chegavam no ministério.

Pode passar. Próximo eslaide.

Nós temos aqui, Senador, um quadro das denúncias. Observe o nosso gráfico. Em janeiro, fevereiro, não se falava ainda de denúncias. E lembro que, quando a gente recebe o recado da pandemia, já preocupados com os povos tradicionais, a gente já fazia uma conversa com a Sesai e a Funai sobre proteção dos povos tradicionais. Quero lembrar que, em final de janeiro de 2019, já havia uma medida do nosso ministério com a Sesai de não entrada em áreas indígenas, em 2020. Mas ali começamos a receber as denúncias. E o senhor observe que, em 2020, nós temos um número grande de denúncias, e o pico foi em maio. Depois, essas denúncias começam a cair. Por quê? Nos Estados, os ministérios públicos começam a receber, as ouvidorias estaduais também começam a abrir seus canais, então, o número de denúncias de violação trazendo a marca covid-19 começa a cair – e o senhor observe que isso cai muito em 2022 também. Nós temos esses números, nós temos esses gráficos, vamos deixar o relatório aqui para a Comissão acompanhar de que forma o Disque 100 contribuiu para o Brasil nesse momento.

Presidente, são ligações de todos os tipos. Por exemplo, deixe-me trazer aqui uma que mexeu muito com o meu coração. Uma senhorinha ligou para o nosso ministério durante a pandemia para dizer que estava sendo estuprada por um eletrodoméstico. Quando os nossos atendentes recebem esse tipo de ligação, nós não podemos subestimar: ou essa senhorinha estava mandando um recado por código para nós ou essa senhorinha já estava num estado emocional tão agravado que já era uma questão de saúde mental. E ela falava: "Pandemia, na pandemia, estou sendo estuprada por um eletrodoméstico". Nós acolhemos inclusive essas ligações, que pareciam que eram um trote, nós não subestimamos nenhuma. A nossa ouvidoria atendeu a população brasileira para fazer com que ela ficasse tranquila, porque não estava sozinha durante o período de pandemia.

Pode passar.

Mas vamos diretamente ao nosso objeto de convocação. Fui convocada para falar de uma nota técnica emitida pelo nosso ministério e da disponibilização do Disque 100.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Presidente, essa nossa técnica da qual eu vim falar aqui hoje – pode passar – foi emitida apenas depois que o Ministro da Saúde, após a audiência pública, após as consultas públicas que ele faz ao Brasil, decide que as crianças não eram obrigadas a se vacinar se os pais não quisessem, dependeria da autorização dos pais. Quando ele faz essa nota técnica, até então nós não tínhamos, o nosso ministério, nos envolvido diretamente no tema vacina, mas o que acontece ali, Presidente? Logo depois da decisão, começa a haver uma confusão social. Alguns pais que diziam que não queriam vacinar... A televisão dizia tanto: "Você vai perder a guarda da criança. Você vai perder". As crianças começaram a ficar em pavor, Presidente, achando que iriam morar em abrigo, porque o pai tinha dito que ela não seria vacinada. E isso chega para o nosso ministério, e eu sou Ministra da criança. Nós não nos envolvemos, em momento algum, na questão da vacina, mas, quando vimos horror e medo nas crianças, aí dissemos: "Para tudo. Agora vamos ter que entrar, porque alguém tem que falar pelas crianças agora". E aí emitimos uma nota técnica, já depois da decisão do Ministro da Saúde, dizendo: nós concordamos com a decisão do Ministro da Saúde de que os pais não são obrigados a vacinar as crianças. E a gente traz para a nota técnica, Presidente, toda uma fundamentação teórica e também uma fundamentação científica.

Pode passar, tá?

Está aqui a nossa fundamentação da nossa nota. Ela está inteira assim. Ela não foi uma nota criada por um grupo qualquer. Quero informar que o nosso ministério tem um quadro extraordinário, eu herdei dos anos anteriores. Nossos servidores são concursados, são especialistas em direitos humanos e eles trazem uma nota muito bem fundamentada. Tanto é, Presidente, que, quando o partido Rede entra com ação, e já teve julgamento, o Supremo não mandou cancelar nossa nota. O Supremo mandou tão somente acrescentar um trecho na nota. A decisão do Supremo legitima a nota, não questiona juridicamente nossa nota. Na verdade, essa ação acabou nos fazendo muito bem porque concretizou a nota técnica expedida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Pode passar.

Estamos acompanhando todas as campanhas de vacina, mas começamos a nossa nota técnica, Presidente, falando "não somos contra a vacina", e não somos, gente. Pelo contrário, nosso ministério trabalhou muito no incentivo à vacina. E o Disque 100, lá em 2020, quando alguém ligava para reclamar "estão furando a fila da vacina" – essa era uma das violações, quando chega a vacina lá em 2021 –, nosso ministério encaminhava fura-fila, denúncias, tudo. Nós colaboramos amplamente para que a população fosse vacinada por meio de nossa ouvidoria.

Mas, Presidente, uma das fundamentações jurídicas que a gente traz para a nota é uma lei aprovada pelos senhores, a Lei do Covid, de 2020, que diz o seguinte para o enfrentamento à covid: "o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas [...]". Se os senhores aprovam uma lei falando de liberdades fundamentais, eu tinha que usar essa lei na nossa nota técnica e falar de liberdades fundamentais. E aquele pai que queria exercer essa liberdade fundamental... E aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou dizer, Presidente, um grupo pequeno; não era aquele grupo grande que todo mundo estava falando que a gente estava incentivando, não. Nós tivemos, Presidente, ligações sobre vacina, e posso lhe garantir que mais de 85%, antes dessa polêmica, eram a favor da vacina – acho que até quase 90%, nós temos um relatório. E a gente não emite juízo de valor. Os nossos atendentes no ministério são proibidos de emitir juízo de valor para qualquer ligação.

Não somos nós que julgamos. Nós apenas recebemos e encaminhamos aos órgãos competentes. Mas uma das leis que nós usamos para fundamentar a nota técnica é uma lei recente, aprovada por esta Casa.

Pode passar.

Presidente, a nossa nota técnica... Todo mundo ficou falando: "A Ministra emite uma nota técnica proibindo a vacina, contra a vacina". Primeiro, gente, nota técnica não é ato normativo; ela é uma expressão de uma posição. Essa nota técnica não mudaria nada dentro do ministério. Ela é uma... Ela foi emitida, enviada para autoridades. Ela tem um efeito administrativo lá na ponta, um efeito afirmativo, opinativo, mas ela não é uma legislação, ela não é uma ordem, ela é uma posição na área de direitos humanos, reforçando a posição do Ministro da Saúde. Então, que fique claro! "A senhora criou uma portaria!" Não tem nenhuma portaria. "A senhora criou uma norma!" Não tem nenhuma norma. Tem um ato opinativo, com base na legislação.

Pode passar.

Aí, Presidente, para quem foi essa nota? E aqui a gente lamenta o uso que a imprensa fez com essa nota e o desgaste desnecessário para o Disque 100, um instrumento poderoso na proteção da infância, conduzido por técnicos extraordinários. Nós não temos irresponsáveis no ministério. A nota técnica foi construída e endereçada a autoridades, e, em nenhum momento, está se dizendo, na nota técnica, que nós vamos receber ligação de quem não quer se vacinar. Quem falou da nota não leu a nota! E essa nota foi muito bem construída. A nossa equipe no ministério é muito boa!

Vejam só: a nossa nota foi encaminhada para essas autoridades, falando de direitos e de liberdades fundamentais. No final da nota, Presidente, a gente coloca: "E o serviço Disque 100 está à disposição". Estávamos esperando as autoridades retornarem: vai ser necessário usar o Disque 100 para reforçar a campanha de vacina, ou não vai ser necessário? Vai ser necessário para ouvir reclamação de pais? Enquanto a gente esperava a resposta das autoridades, essa nota vaza, e a imprensa fala que a gente coloca o canal à disposição. E aí, sim, Presidente, aí foi um problema, porque a sociedade começa a ligar no Disque 100, que não estava pronto para receber, que não tinha fluxo. Nós não tínhamos encaminhado nenhum procedimento. E aí a gente teve, por alguns dias, inclusive, Presidente, uma ligação absurda no Disque 100, que quase colocou em risco as ligações normais que a gente recebe todo dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que, quando a gente viu a notícia, nós vimos o que poderia acontecer. Nós reforçamos, pedimos para os atendentes terem paciência, porque iria ter um fluxo muito grande. Nós tivemos alguns Parlamentares que gravaram vídeos, gente incentivando a ligar lá, mas não tinha nenhum fluxo interno para a gente receber qualquer ligação falando contra ou a favor de vacina. O Disque 100 recebe denúncias de violação de todos os tipos de direitos humanos. Mas interpretaram como queriam.

E, a partir, Presidente, dessa divulgação de uma matéria, entra-se com uma ação no Supremo Tribunal. E o que acontece? Pode passar. Nós fomos citados, e, imediatamente, o Supremo Tribunal dá uma liminar para que a gente não receba nenhuma ligação falando de vacina. E aí, Presidente, há a dúvida: e aquele pai que quer se vacinar e não está encontrando? Eu não posso ouvir a palavra "vacina" no Disque 100?

Nos primeiros momentos, foi muito difícil a gente entender o que o Ministro queria quando ele deu a decisão: "Não fale de vacina", sendo que o instrumento estava aberto para violação de direitos relacionados à covid. Imediatamente cumprimos a liminar. A liminar foi cumprida e depois a decisão foi consagrada por maioria no Supremo Tribunal Federal. E, na decisão... Aqui nós temos as leis que nós usamos, tudo que nós fizemos. Eu quero passar esses eslaides. Há uma cronologia de tempo da nota técnica.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Presidente, só para dar um exemplo, voltando a 2021, olhe um dos momentos em que a gente abre o Disque 100: respiradores de Manaus, do norte. A gente abriu um espaço especial para as denúncias que vinham do norte. As pessoas que estavam especialmente na região ribeirinha podiam ligar se estavam ou não faltando respiradores durante toda aquela crise. Então, o Disque 100 atendeu. À medida que o problema chegava, o Disque 100 se adequava para receber as denúncias, os pedidos de socorro.

E aí nós fomos intimados da decisão do Ministro e, tão logo a decisão chegou, nós a cumprimos da seguinte forma: uma mensagem de voz no Disque 100, no WhatsApp, no Telegram. Quando a pessoa liga, já recebe a seguinte mensagem: "Por ordem judicial, não podemos atender este canal para falar de vacina". E aí, Presidente, nesse momento a gente questionou, nós impedimos um cidadão de falar com o serviço público. A gente não emite opinião, mas a gente tem que ouvir.

Mas cumprimos a decisão do Supremo. A mensagem, se os senhores ligarem agora, no Disque 100, continua, porque agora é uma decisão definitiva. Quando as pessoas ligam, em menos de 30 segundos já recebem essa mensagem para a pessoa não continuar a ligação. Mas, se ela insistir, o atendente atende – tivemos que fazer um treinamento de urgência com nossos atendentes – e orienta as pessoas dizendo: "Por ordem judicial, nós não podemos atender a sua demanda". E aí tivemos a decisão final. Na sequência, o senhor nos convoca e estamos aqui para prestar esses esclarecimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resumindo, Presidente, em momento algum, o ministério trabalhou um fluxo para atender os não vacinados. O Disque 100 estava e está a serviço da população para que a população saiba que não está sozinha e que nós estamos atentos à violação de direitos.

No geral, é isto, Presidente: decisão cumprida, não há mais ligação no ministério sobre vacina. Tive que conversar com o Supremo como vocês querem que eu cumpra. O trecho que o Ministro pediu para colocar está na nota. E, para todos aqueles que receberam a primeira nota, nós mandamos a nota com alteração conforme orientação do Supremo Tribunal.

São essas as explicações iniciais que eu trago.

Fico, Senador, à sua disposição, lamentando que tudo isso tenha acontecido e colocado em discussão um serviço tão extraordinário que é o nosso Disque 100.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Muito obrigado, Ministra Damares Alves pela sua fala inicial, pelos esclarecimentos aqui prestados.

Eu pergunto ao Secretário da Mesa se há algum Senador inscrito para fazer algum questionamento. *(Pausa.)*

Não.

Eu quero registrar a presença da Deputada Federal Policial Katia Sastre nesta sessão.

Ministra, não havendo Senadores inscritos, eu gostaria de fazer alguns registros aqui e algumas perguntas a V. Exa. Na verdade, é preciso constatar alguns fatos. O primeiro é o de que a cobertura vacinal no Brasil para crianças e adolescentes é muito inferior à dos adultos, e os estados, inclusive, apresentam uma grande heterogeneidade na cobertura vacinal. Em alguns estados, parece haver uma certa resistência na aplicação de vacinas em crianças, a qual pode ser motivada por razões pseudoideológicas, políticas, enfim. E, coincidentemente, alguns desses estados politicamente se associam às concepções negacionistas do Senhor Presidente da República ou são vítimas da capilarização das notícias falsas, da desinformação, o que termina por gerar dúvidas entre os pais, os responsáveis pelas crianças.

Uma das notícias falsas mais divulgadas é aquela que trata da possibilidade de uma alteração genética do DNA humano após a administração de vacinas que foram desenvolvidas em plataforma de RNA. Isso, inclusive, foi dito aqui em uma sessão, no dia 14 de fevereiro, no Senado Federal, o que se materializa num gigantesco absurdo. O próprio Presidente da Anvisa, Almirante Barra Torres, aqui, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, negou categoricamente que as vacinas contra a covid-19 fossem produtos de terapia gênica, de forma que não há qualquer possibilidade de alteração do DNA humano posteriormente à aplicação de vacinas contra a covid-19.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que também foi categoricamente negado pelo Presidente da Anvisa foi no sentido de que as vacinas não obedeceram, na sua elaboração, a todos os procedimentos que são tomados não somente para a produção de vacinas mas de todos os medicamentos. Todas as fases que são exigidas pela boa conduta e pela boa metodologia científica foram cumpridas; portanto, as vacinas que estão no mercado, todas elas tiveram a confirmação da sua segurança e da sua eficácia, primeiramente na sua elaboração, posteriormente nos resultados. Basta olhar no mundo inteiro e tentar identificar quais foram os acidentes acontecidos. Os pouquíssimos que eventualmente ocorreram nem de longe chegam ao benefício maior que é proporcionado pela vacinação para a maioria da população.

Alguns argumentos, como, por exemplo, medo de efeitos colaterais graves, falava-se de miocardite ou de trombose, e todos os estudos científicos que foram feitos em relação a isso também confirmam que os riscos de isso acontecer – o que se dá numa parcela ínfima – são muito menores do que os problemas causados pela própria covid-19. Aliás, a probabilidade do desenvolvimento de condições graves é muito maior entre as pessoas que tiveram a doença do que naquelas que foram vacinadas.

Vou lhe dar alguns exemplos aqui: por exemplo, os Estados Unidos, o Chile e a Argentina tiveram experiências exitosas de vacinação infantil e começaram a vacinar em 2021. Mesmo no nosso país já observamos resultados favoráveis agora, nesse último surto da ômicron. A confirmação disso se fez pela simples evidência de que a maioria esmagadora dos casos, em alguns casos 75%, 80%, 85% das pessoas que apresentaram um quadro de gravidade maior não eram pessoas vacinadas. Ao contrário, eram pessoas que ou não se vacinaram, ou não fizeram a vacinação completa, ou não tomaram a dose de reforço.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças já divulgou dois estudos mostrando a importância da vacinação das crianças contra o coronavírus. Um estudo desses concluiu que os problemas graves são extremamente raros entre crianças de 5 a 11 anos que receberam, no caso deles, a vacina da Pfizer. Nenhuma morte foi registrada por conta da vacina. Um outro estudo também feito nos Estados Unidos mostrou que quase todas as crianças que ficaram gravemente doentes por conta da covid não haviam sido totalmente vacinadas, o que todos os estudos têm demonstrado em adultos, em adolescentes, em pessoas idosas.

O Chile, no início deste ano, divulgou estudos sobre a vacinação feita em menores de idade daquele país e concluiu que as vacinas contra a covid em crianças e adolescentes tiveram efetividade de até 94,6% para prevenir as hospitalizações. O Chile usou Pfizer para adolescentes entre 12 e 16 anos e a Sinovac para crianças de 6 a 11 anos.

O fato é que as pessoas, influenciadas por uma onda de desinformação, terminaram por ficar reticentes em vacinar crianças e adolescentes. Os próprios pais, obviamente... É óbvio que os pais ficam preocupados com isso. O Instituto Butantan, por exemplo, para mostrar a importância da vacinação infantil, alertou que, atualmente, a covid-19 é a segunda maior causa de mortes de crianças de 5 a 11 anos do Brasil. Em janeiro de 2022, já eram 1.449 mortes apenas nessa faixa etária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu obviamente ouvi as explicações de V. Exa. com todo respeito, mas queria ressaltar algumas coisas que vão de certa forma na contramão do que V. Exa. falou aqui, no sentido da importância e da relevância da vacinação e, digamos, da pouca influência que a resolução, a portaria ou os atos praticados por integrantes desse Governo produziram, em termos de insegurança, de receio das famílias, enfim. E me perdoe V. Exa., com todo respeito, eu acho que V. Exa. contribuiu para que pais se tornassem reticentes quanto à vacinação. A senhora, juntamente com o Ministro da Saúde, que estará aqui amanhã nesta Comissão, para prestar esclarecimentos, protagonizaram, na minha visão, uma situação lamentável e, eu digo, perigosa.

V. Exa. saiu daqui, acompanhada do Ministro da Saúde, para visitar uma família que havia perdido a filha adolescente e para afirmar – não sei qual a base, talvez V. Exa. possa nos dizer aqui – que a morte era decorrente da vacina Pfizer. Isso não apenas representou a exposição de uma família, mas eu creio que, pior do que isso, contribuiu para o medo dos pais em vacinar seus filhos. Quem acompanhou as redes sociais, a própria mídia, nesse período, sabe que essa foi uma discussão suscitada, e ela foi muito intensa. Tudo isso baseado em uma suposição. E, depois, a investigação da causa da morte mostrou que a vacina Pfizer não tinha qualquer relação com aquele episódio lamentável.

Eu queria perguntar a V. Exa: V. Exa. já veio a público para esclarecer que sua suposição estava errada? Que aquela visita teria sido inadequada? Ou deu publicidade tão ampla ao resultado da investigação da morte da adolescente quanto deu de publicidade à visita de V. Exa.?

Segundo, com que base V. Exa. se baseia para contestar resultados científicos, o parecer do Presidente da Anvisa e os resultados positivos verificados na realidade? Pelo que eu entendi, a portaria foi baseada em cima da posição do Ministério da Saúde, não é? Mas eu queria que V. Exa. justificasse para nós, além dessa posição do Ministério da Saúde, que foi alvo de uma contestação brutal, brutal de todos aqueles que produzem conhecimento científico no nosso país...

O Ministro da Saúde... E amanhã ele vai ter que explicar aqui. Foi a primeira vez que eu vi um Ministro da Saúde abrir uma consulta pública para que as pessoas opinassem sobre uma terapêutica que tem uma base e uma fundamentação científica – e isso para mim está claro – para agradar o chefe, para bajular o rei, para atender ao interesse do Presidente da República, que sempre foi o de macular o papel e a importância da vacinação para adultos e para crianças. Mas isso é o Ministro da Saúde que vai ter que falar amanhã.

A V. Exa. eu pergunto o seguinte: além dessa decisão do Ministério da Saúde ou do que o Ministério da Saúde externou sobre vacina, V. Exa. se baseou também em algum resultado científico – e que resultado foi esse – para que essa portaria acontecesse?

Na verdade, V. Exa. disse: "Mas a portaria não manda ninguém se vacinar e nem proíbe ninguém de se vacinar. Ela não foi dada a público". Ora, quantas entidades ali tiveram acesso à informação da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portaria? A Confederação Nacional dos Municípios, que representa mais de 5,6 mil municípios no Brasil; o Ministério Público Federal; o Conselho Nacional do Ministério Público... Então, como é que uma resolução como essa deixaria de cair nas mãos da mídia e também de pessoas... Porque houve quem utilizasse a resolução, de um lado, para criticar a posição assumida pelo ministério, mas, de outro, milhares de pessoas aproveitaram essa resolução para reforçar argumentos negacionistas, para contestar e sabotar medidas de saúde pública, já que, a partir daí, as pessoas queriam que não houvesse cobrança da utilização do passaporte vacinal, que não fosse cobrada a vacinação de crianças dentro das escolas, quando, na verdade, a compulsoriedade que o Supremo Tribunal Federal adotou – e isso está no Estatuto da Criança e do Adolescente e na própria Constituição – não foi defendida por aqueles que trabalharam para enfrentar a covid – Prefeitos, Governadores, cientistas e tal –, que admitiram: quem não quer se vacinar não se vacine; agora, quem não quer se vacinar não tem o direito de transmitir a doença para os outros. Então, quem quiser entrar num ambiente de pessoas vacinadas tem que provar que está vacinado; quem quer levar a sua criança para a escola, até para a proteção dos demais, tem que provar que a criança está vacinada. Não está obrigando, apenas está protegendo os demais.

Então, a minha pergunta vai nesta linha: qual foi a base científica para isso? E em que medida os pais e responsáveis devem ter poder sobre a vida dos seus filhos, dos tutelados, tendo como base uma convicção própria, por acharem, por terem uma opinião, e não por um embasamento de autoridade e de estudos científicos?

Esse é o primeiro grupo de perguntas que eu gostaria de fazer a V. Exa.

Em seguida, depois da resposta de V. Exa. e da eventual réplica, nós vamos ouvir o Senador Fabiano Contarato e o Senador Eduardo Girão.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Meu Presidente, eu vou começar respondendo dando-lhe uma boa, extraordinária notícia: a minha princesa não morreu, a minha princesa é uma menina linda, saudável. Ela estava hospedada na cidade de Botucatu. E eu fui para abraçar a menina, abraçar os pais.

O que aconteceu, Presidente? Assim que as vacinas começaram, essa menina se sentiu mal. E o pai dela, por ser militar, socorreu, levou para o hospital. E aquela história cresceu muito e começou, na cidade... Ela é de uma cidade pequena vizinha a Botucatu. Causou um pânico muito grande na cidade. O Prefeito chegou a suspender a vacina naquele momento, pois as crianças da cidade, Presidente, estavam com medo de morrer, porque a menininha que tomou vacina passou mal. Olhe o meu enfrentamento, Presidente! Crianças em pânico na cidade, e eu não podia permitir que ninguém colocasse mais pânico nas crianças. Fui, sim, junto com o Ministro da Saúde, sentei com os gestores municipais e disse: "Como é que vocês estão lidando com isso para que as outras vacinadas não tenham medo?". Sentei com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselheiros tutelares, com secretárias de assistência social, para que a gente construísse junto, para amenizar aquele medo, porque a menina estava bem, Presidente. A menina já estava no hospital, ela foi socorrida, ela estava no Hospital da Unimed de Botucatu, ela estava bem, mas estavam usando indevidamente aquela história. E a minha preocupação era: e se expuserem o rostinho dessa criança? Essa família não pode ser exposta! Eu entendo, Presidente, quando o pai viu aquela criança passando mal... Depois, foi feita investigação, e não tínhamos ainda um laudo concluído, quando eu cheguei lá. Independentemente de qualquer coisa, aquela família não podia ser exposta, mas aquele pai estava desesperado. Fui como Ministra da Família – eu estava de férias –, fui com o Ministro abraçar a família e dizer: "Te acalma! Vai ficar tudo bem". E a menina estava bem. Eles queriam um abraço do Estado, e essa é a minha missão como Ministra da Família. E fui ver a princesa, a princesa estava bem. Quando eu cheguei lá, e os conselheiros tutelares viram que eu estava com a menina, a mensagem da minha ida para abraçar aquela menina, Presidente, teve o efeito exatamente que eu queria que foi as outras crianças vacinadas da cidade fazerem: "Ufa, eu não vou passar mal!".

Presidente, a imprensa mais uma vez usou indevidamente a minha ida. Eu fui para ajudar! Sentei com os médicos, vi o quadro da criança. Enquanto o Queiroga fazia uma reunião com os médicos, eu conversava com a rede de proteção da infância. A criança está muito bem. E eu não permiti que ninguém usasse a imagem da família, porque, numa cidade pequena, todo mundo saberia onde aquela família morava. Fiquei com medo de a imprensa ir à casa, expor a criança. Estava havendo muita exposição. O senhor vai lembrar, Presidente, que começaram a rodar imagens em celulares de crianças que desmaiavam por outra coisa, e estavam dizendo que era por causa da vacina. E a gente, na Ouvidoria, não usa imagem de criança. Imagem de criança não pode ser usada para nada. E houve, sim, este momento em que eu precisava chamar a atenção da sociedade, "temos que preservar as crianças", e também, Presidente, acalmar as crianças.

Aqui, faço um apelo à imprensa: não discutam isso durante o dia! As televisões fazendo debate, debate, debate... Criança ouve televisão! As crianças estavam em pânico no Brasil, nós geramos pânico na criança. E o meu papel, naquela viagem, foi exatamente entender como é que a minha equipe e eu podíamos trabalhar, na ponta, para que o pânico passasse. "Nenhuma criança vai para o orfanato; nenhuma criança vai para o abrigo; daqui, vocês vão ficar com o papai e a mamãe", esse foi o nosso papel e, naquele caso específico, foi não deixar ninguém usar a imagem da criança e da família. Então, a criança está bem.

Com relação, Presidente, ao convencimento, eu quero lembrar ao senhor que, quando começou a vacina, nós tivemos uma resistência dos povos indígenas e, por conta da minha ligação com os povos indígenas – todo mundo conhece a minha história –, eu fui uma das pessoas que teve que ir à aldeia conversar com os povos, eu tive que gravar vídeos...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – ... fazer música, cantar com eles, para que eles não tivessem medo da vacina.

O nosso Ministério não emite opinião científica, nós não nos envolvemos, em nenhum momento, no debate científico, no debate da biologia, da validação da vacina. O meu papel era a garantia de direitos, o conforto à família e a proteção da infância – e isso a gente continua fazendo, Presidente.

Então, assim, entendo que os pais não tinham que ser obrigados, tinham que ser convencidos a tomar, a levar as crianças para se vacinarem, mas foi tanta briga, Presidente, que acho que a gente tensionou mais, a gente passou do ponto da atenção, e sempre a criança ali muito envolvida.

Mas eu creio, Presidente, que esse debate diminuiu. Eu percebo já uma tranquilidade na sociedade, as coisas estão entrando no eixo, com mais de 50% das crianças vacinadas. Eu acho que agora a gente continua com essa maturidade, sem envolver diretamente as crianças num debate que é para adultos. Então, foi dessa forma.

Presidente, eu repito: não há ato normativo, é uma nota técnica. E eu tinha, Presidente, confiança nos gestores. Ela não foi disponibilizada para a sociedade, para gestores terem cuidado na condução da vacina, para não causar mais pânico nas crianças. Era só este o objetivo da nota: a garantia dos pais e o não pânico nas crianças, e ela surtiu efeito. Apesar de ter vazado, lá na ponta, muitos Prefeitos entenderam, "vamos conduzir tudo direitinho aqui", e deu muito certo, sim, a nota, não como um ato normativo, mas como um pedido da Ministra – cuidado! – e agora a nota foi validada pelo Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Antes de passar para o Senador Contarato, eu quero fazer aqui uma réplica e três perguntas.

Primeiro, nos ofícios que V. Exa. encaminhou àquelas instituições que foram listadas ali, havia claramente a manifestação de que aquilo era uma decisão, era algo sobre o qual deveria se manter o sigilo? – primeira pergunta.

Segunda pergunta. V. Exa. disse claramente que aquilo ali não representava uma orientação, era uma expressão de posição. Eu pergunto: é adequado, quando existe um ministério como o Ministério da Saúde e, mais do que o Ministério da Saúde, a Anvisa, que é uma instituição mundialmente reconhecida pela sua qualificação na regulação da produção e da comercialização de medicamentos e vacinas, caberia ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos expressar uma posição sobre um tema que não lhe é diretamente vinculado?

E a terceira pergunta é a seguinte: nós aqui no Congresso Nacional aprovamos um projeto que se dirigia exatamente à proteção de populações vulneráveis, indígenas, quilombolas, populações isoladas, assentamentos de reforma agrária, em que nós aprovamos que era obrigação do Governo Federal a garantia de água potável, vacinação, leitos para aqueles que tivessem necessidade, auxílio emergencial e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de outras questões. Inclusive essa posição do Governo, do Presidente da República, que vetou tudo isso – felizmente o Congresso Nacional derrubou o veto –, essa posição do Presidente de vetar aquele projeto hoje é questionada junto ao Supremo como sendo a expressão de um crime contra a humanidade, de um crime contra a vida.

A minha pergunta a V. Exa., pessoa, pela sua condição de Ministra, responsável por essas populações vulneráveis: V. Exa. foi ouvida pelo Presidente da República antes que ele apusesse esse veto ao projeto que saiu daqui do Congresso Nacional?

Com a palavra.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Fui ouvida sim. Nós tínhamos uma emergência naquele momento com os povos tradicionais que era a segurança alimentar; nós tínhamos uma emergência no Brasil que eram os respiradores, os hospitais, o remédio, a vacina, a pesquisa, tudo. Naquele momento era impossível, naquele prazo de tempo estabelecido pela lei que foi aprovada – eu entendo a motivação desta Casa, era a proteção dos povos indígenas –, mas como a gente parar tudo para levar, por exemplo, água potável entre o zuruwahã, em que eu demoro sete dias de barco para chegar, mais um de caminhada, durante uma pandemia? Como entrar nas aldeias para obras se ninguém podia entrar na aldeia porque podia levar contaminação?

Os agentes da saúde indígena entendiam, Presidente, que, se a gente os deixasse confortavelmente alimentados na aldeia, garantindo a vacina, o remédio, seria a medida mais acertada naquele momento de pandemia. Isso não quer dizer que a gente não vai levar água, energia, televisão, internet para aldeia, um dia tudo vai chegar lá, mas, na pandemia, a necessidade ali era que eles estivessem alimentados.

Presidente, eu andei por este Brasil com cesta básica na cabeça. Oh, como eu fiz! E agradeço a vocês o orçamento, mas, ele ficando confortável, alimentado e medicado era melhor que entrar obras naquele momento, pedreiros, o homem que vai fazer o encanamento, e levarem doença para a comunidade. Foi uma decisão muito pensada. Eu participei e realmente a gente não sanciona para não correr o risco da obrigatoriedade de empreiteiros começarem a entrar em aldeia. E eu acho que foi a decisão acertada. Agora, com esse número maravilhoso de indígenas vacinados – nós chegamos a 90% dos indígenas vacinados, Presidente, os que são de jurisdição federal –, agora a gente já pode começar a pensar em outras coisas sim, mas antes de estarem imunizados era impossível entrar obra nas aldeias. Foi nesse sentido que eu me manifestei.

Presidente, com relação à minha atribuição, é minha atribuição sim. Se eu não tivesse, Presidente, conversado com os gestores municipais, a calma, o cuidado, eu estaria aqui hoje convocada pelo senhor por ter sido omissa. É minha atribuição, é minha obrigação, a política de cuidado e proteção da infância, como é minha obrigação, como Ministra de Direitos Humanos, lembrar o Brasil das liberdades fundamentais. A nota foi nessa direção, Presidente. Eu não podia me omitir. Naquele momento em que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vi que direitos estavam sendo violados, o direito do pai, garantido pelo Ministro da Saúde, e que os gestores não sabiam o que fazer.

Presidente, o senhor imagine o seguinte: nós tínhamos um representante do MP dizendo: o Conselho Tutelar vai à aldeia, vai à casa, faz isso. Aí havia outro: Conselho Tutelar, vai à escola. Estava todo mundo tomando decisões e orientações. Não foi unânime aquela decisão do Conselho Nacional do Ministério Público. Eles discutiram muito entre eles.

E lá na ponta, Presidente, os conselheiros tutelares, os secretários de criança, o prefeito, a nossa nota foi: protejam a criança, garantam os direitos, tudo vai ficar bem. Então, como Ministra de Direitos Humanos, eu era obrigada, sim, a falar de direitos. E como Ministra da Criança, eu não poderia me omitir, e o senhor teria me chamado aqui se eu tivesse me omitido. Eu tenho certeza disso, Presidente. Certeza. A nota não é uma lei, não é um ato normativo, é uma posição do ministério que cuida da criança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução à frente desta Comissão de Direitos Humanos. Quero agradecer o comparecimento da Ministra Damares, ao passo em que eu quero saudar as Deputadas aqui presentes e todas as mulheres no mês da mulher, aqui sempre ovacionando.

E aqui, mais uma vez, afirmo a minha admiração pela Bancada Feminina deste Senado, que, de forma aguerrida, tem feito um trabalho fenomenal para a efetivação e para a redução da desigualdade, porque não basta a Constituição Federal vir e falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, quando nós sabemos que há um abismo existente entre os homens e as mulheres. Mulheres fazendo o mesmo trabalho e ganhando menos.

A minha fala aqui, por gentileza, é uma fala pautada em cima de fatos. Então não levem para o lado pessoal. A minha fala é enquanto Vice-Presidente desta Comissão e enquanto membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos. A minha fala, Ministra, até mesmo enaltecendo que no Governo Federal, dos 24 ministros, nós temos apenas três mulheres, dentre elas, uma delas ocupada por V. Exa., no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Eu queria saber de V. Exa. se a senhora, se V. Exa. sabe qual é o significado etimológico da expressão "direitos humanos". A senhora sabe?

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O que é que quer dizer direitos humanos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Senador, eu sei, sim. (*Fora do microfone.*)

Veja só, Senador, eu queria tanto que a gente ficasse só no objeto da convocação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas a senhora é Ministra de Direitos Humanos.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – ... porque está tão difícil para eu falar, para eu chegar aqui hoje, foi tão difícil. Eu sei, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas para me falar, quer dizer...

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Sei, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por gentileza...

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Sei, sim, Presidente, sei, sim. E sei o que é garantia de direitos. E sei o que são direitos fundamentais. Estive aqui nesta Casa por anos, nesta Comissão, sentadinha ali atrás, assessorando os melhores quadros que este Senado já teve. Eu sei, sim, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então explica para a gente o que é que significam direitos humanos.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Senador, eu tenho tanto respeito pelo senhor, tanto carinho. A gente nunca esteve junto, mas o senhor não tem ideia de quanto carinho eu tenho pelo senhor. E eu vou invocar esse respeito, dizer assim, vamos focar no nosso requerimento aqui. Está tão difícil para eu falar. Eu posso voltar ao seu gabinete. Inclusive acho que seria interessante, Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – ... a gente ter um contato maior. Eu tenho muita admiração e sei como o senhor tem sido importante no nosso Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está bom, Presidente.

Então, vou aqui explicar o que vêm a ser direitos humanos etimologicamente. É um substantivo masculino, plural, que significa uma junção de direitos inerentes a todas as pessoas, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem e orientação sexual. Esses são os chamados direitos naturais inerentes a todas as pessoas. Quanto esses direitos são positivados numa carta constitucional, Ministra, eles recebem o nome de direitos fundamentais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1979, o jurista tcheco Karel Vasak, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" elencou uma geração de direitos. Por que estou falando disso? Porque este Governo Federal do qual a senhora faz parte, Ministra, com todo o respeito, está tendo um comportamento diretamente responsável pelo agravamento da pandemia. Foram 650 mil brasileiros que perderam a vida. Ministra, a senhora é Ministra de Direitos Humanos. Eu nunca vi esse Presidente percorrendo dos hospitais e se solidarizando com as vítimas. Eu perdi uma cunhada de 44 anos. Eu nunca vi esse Presidente falando: por gentileza, vacinem-se, atendam o distanciamento social, usem máscara, álcool em gel. Ao contrário, negou vacina e difundiu a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica. Daí a responsabilidade do Governo Federal no qual o Ministério da senhora tem uma função preponderante, porque está sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana.

A gente estuda... Isso é elementar no Direito. O Código Penal tem um abre-alas. Por que começa com os crimes contra a vida? Porque o principal bem jurídico é a vida. Está sendo violado o principal bem jurídico com este Governo, do qual a senhora faz parte.

Os Direitos humanos estão sendo sistematicamente violados. E eu falo isso não só como Senador, eu falo isso como um membro Conselheiro do Conselho Nacional, Senador Girão, que está sendo sucateado, e que está subordinado ao Ministério de V. Exa.

Eu queria aqui só mostrar à senhora algumas falas que formam o caráter de uma pessoa do Governo do qual a senhora faz parte, aspas: "O erro da ditadura foi torturar e não matar". Inaceitável esse tipo de comportamento. Participar de movimentos antidemocráticos, Ministra, para fechar o Congresso e o Supremo é inaceitável numa democracia, porque a democracia é o melhor terreno para plantar e colher direitos. A senhora faz parte desse Ministério dos Direitos Humanos, daí a importância e a razão de eu perguntar qual o significado etimológico da expressão direitos humanos. Isso é elementar, porque direitos humanos envolvem saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, vida, trabalho, dignidade.

Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico. A laicidade do Estado democrático de direito é um imperativo constitucional.

"Tive cinco filhos, quatro homens. No quinto, fraquejei e veio uma mulher". A senhora é Ministra da Mulher. "Mulher tem que ganhar menos porque engravida". Isso é fala do Presidente, Ministra.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sobre gays: "Preferiria ter um filho morto a um filho gay." A senhora é Ministra dos Direitos Humanos, Ministra Damares, a senhora tinha de estar defendendo os pobres, pretos, índios, quilombolas, mulheres, população LGBTQIA+.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Se você tiver um vizinho *gay*, o seu imóvel desvaloriza". Eu não consigo entender isso. "O filho começa a ficar, assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele, tá certo?" Isso retrata o Chefe de Estado, o Chefe do Executivo do qual a senhora faz parte. Tudo isso envolve direitos humanos. Aqui é uma fala que me dói, que é muito cara para mim: "Noventa por cento desses meninos adotados por um casal *gay* vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza".

Ministra Damares, eu sou casado e tenho dois filhos e a minha família não é pior que a da senhora ou a do Presidente da República. Eu tenho uma filha de três anos – Mariana – e um filho – Gabriel – de oito e ler, ouvir isso, Presidente, de um Chefe do Executivo me dói demais. Se a senhora colocar um cocar de índio na cabeça, a senhora vai virar índia? É óbvio que não.

Então, você ter esse tipo de comportamento, vinculando orientação sexual, violando direitos fundamentais, a senhora deveria estar tendo um comportamento muito mais proativo. E, quando a senhora fala nos povos originários, eu quero fazer aqui uma fala para a senhora, porque ninguém falou sobre isso. Antes da pandemia, eu fui visitar os índios guaranis-kaiowás, lá em Mato Grosso do Sul – inclusive, a senhora já esteve lá –, um dos piores lugares para se viver para os povos indígenas, que estão sendo dizimados – dizimados – com a digital do Presidente da República e todo o seu alto escalão.

Então, no mínimo, a senhora deveria ter era a serenidade de lutar para garantir o que está na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, quando eu vejo passaporte vacinal, contra a vacina, contra o passaporte, de ter que se entrar na justiça para garantir uma determinação constitucional... Porque a vida humana é o principal bem jurídico. Isso não depende de mim ou do Presidente Senador Humberto ou do Senador Girão. Isso está no art. 6º, Ministra.

Eu não sei se a senhora sabe, mas a saúde pública é direito de todos e dever do Estado – dever, não é faculdade, é obrigatoriedade. E o ministério do qual a senhora faz parte, em que é titular, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pode ser tudo, mas, jamais, é um ministério que está atento aos direitos humanos na essência da palavra, porque esse ministério tinha que estar, volto a frisar, defendendo as mulheres, os pretos, os pobres, os índios, os quilombolas, a população LGBTQIA+. E, quando a senhora fala em minorias, eu quero falar para a senhora que as mulheres não são minorias, 52% da população são de mulheres. Quando se fala de pretos e pardos, a grande maioria é de pretos e pardos.

Então, a minha fala aqui é tão somente de protesto, de protesto pela inação, pela omissão do ministério do qual a senhora é titular e eu espero, um dia, sim, poder ter a oportunidade de conversar com a senhora e apontar em que, efetivamente, esse Ministério, tão importante, da Família, Mulher e Direitos Humanos poderia ter um comportamento mais proativo para a efetivação dos direitos constitucionais.

Queria muito que a senhora tivesse como Bíblia, na cabeceira da cama, a Constituição da República Federativa do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Com a palavra a Ministra Damares Alves.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Senador Contarato, o senhor é membro da Comissão de Direitos Humanos, eu sou Ministra dos Direitos Humanos e eu lamento que a gente chegue, agora, em março de 2022, quase três anos depois, e a gente ainda não tenha tido um encontro. Eu lamento.

E gostaria muito, Senador, se eu fosse lhe responder aqui... Eu não vou conseguir responder, mas eu queria lhe fazer um convite: deixa eu passar um dia no seu gabinete com o senhor ou passe um dia comigo, acompanhe-me, vamos às aldeias. Eu vou aos Guaranis, Senador. Nós estamos no governo há três anos e eles estão há 30 anos morrendo. Vamos embora juntos construir uma resposta para eles.

Na pauta da mulher, eu tenho me esforçado, Senador. O menor orçamento da Esplanada. Uma luta para a gente colocar nossas pautas em dia. Mais de 31 leis que vocês aprovaram o Presidente sancionou.

Na pauta da infância, de uma coisa, Senador, o senhor não pode me acusar: eu estou tentando muito a garantia dos direitos no Brasil. E o Conselho, Senador, está funcionando. A gente nunca fez um impedimento para o Conselho funcionar; pelo contrário, toda a estrutura está lá.

Mas eu acho que nós podemos, nós dois juntos, depois, nos sentarmos e conversar especialmente, Senador, sobre a pauta LGBTI. Queria muito que o senhor conhecesse como nós estamos conduzindo essa pauta, que é preciosa para o nosso Ministério.

Fica aqui o convite e reitero, Senador, meu carinho pelo senhor, minha admiração pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- V. Exa. quer usar réplica ou não? (*Pausa.*)

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Humberto Costa.

Sejam muitíssimo bem-vindas aqui, minha querida irmã Ministra Damares e toda a sua equipe que está aqui presente nesta sessão. Eu estou procurando entender o motivo da vinda de uma ministra aqui em um dia de trabalho que poderia dar à frente do seu Ministério, avançando em algumas pautas importantes para o país, e a gente está dando justificativas aqui óbvias. Mas isso faz parte. Nós estamos em ano eleitoral e temos que ter muito cuidado com algumas colocações que vemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, o ano eleitoral já começou no ano passado com a CPI da Pandemia, Senador Marcos Rogério, de que nós, por um acaso, participamos juntos. E a gente viu que, realmente, era uma estratégia política eleitoreira que está consagrada, nesses últimos dias, com os aliados da cúpula da CPI e de um partido, todos juntos de um lado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, por mais que eu tenha críticas ao Presidente da República – e eu as tenho e coloco de forma serena, tranquila –, eu não posso admitir certas injustiças que a gente percebe aqui.

Um dia de trabalho nosso é um dia que o povo brasileiro está pagando, e a gente precisa ter muita responsabilidade para não misturar com interesses políticos aqui.

Então, eu sei da sua capacidade. Acompanhei a sua trajetória nesta Comissão, coincidentemente, há mais de dez anos, quando eu, como ativista, nem sonhava em estar aqui como Senador da República. Mas eu via a sua dedicação, sempre aberta ao diálogo com os diferentes. Isso é muito importante a gente ver na prática.

Eu queria colocar, sobre essa questão, que continua aquela mesma toada da CPI da Pandemia – e isso me incomoda – de dizer que alguns são os arautos aqui da ciência, que não são médicos, e vêm com justificativas, com base em algumas instituições internacionais, de que o castelo de areia está caindo. A gente percebe. Houve até uma matéria agora do dia 25 de março, sexta-feira, que a FOX fez esse furo internacional.

Peço ao Senador Humberto Costa a mesma tolerância que teve com o meu colega Senador Fabiano Contarato, pois eu tenho perguntas a fazer também.

Mas é importante dizer que, no dia 25 de março, uma publicação de Joe Scotsfall, da *Fox News*, revelou mais provas. A gente tinha dito na CPI sobre certas situações que o Brasil não deve obediência cega a entidades e a instituições com francos conflitos de interesses políticos, ideológicos e financeiros. Meios oficiais do Governo americano, segundo a matéria da *Fox News*, relatam que decisões importantes do CDC acerca das recomendações para as escolas relativas à covid-19 estavam, Senador Humberto Costa, em desacordo com achados de pesquisa: basearam-se em dados incompletos, foram redigidas por sindicato de professores apenas em virtude do interesse político deles; comprovam ainda que dados oficiais foram retidos por medo dos resultados de sua interpretação; houve também negação de acesso aos pesquisadores às bases de dados existentes.

Então, a verdade sempre triunfa. A gente sabe: o tempo é o senhor da razão. Não venham me dizer os arautos da ciência que não podemos contestar. Na própria CPI que nós fizemos aqui na sala ao lado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia em que vieram médicos e cientistas renomados fazer o contraponto, pessoas que estudaram, que têm PHD, que têm uma série de requisitos, a maioria dos Senadores pegou os papéis e foi embora, deixou os cientistas sozinhos. Isso é ter respeito ao contraditório? Isso é querer buscar a verdade? Não é. Agora, no dia 14 fevereiro, nós tivemos, aqui no Plenário do Senado Federal, uma sessão de debates com renomados pesquisadores e médicos contra o passaporte sanitário e renomados médicos e pesquisadores a favor do passaporte sanitário. Poucos Senadores apareceram para ouvir os contrapontos. Estão lá: pesquisas, metanálises colocadas, duplo cego. Tudo.

Então, existe uma divisão científica. Existe uma divisão entre cientistas em abordagens sobre esse tema. Não é verdade absoluta – não é verdade absoluta.

Eu queria fazer uma colocação aqui, Ministra.

No item 5.1 da conclusão da nota técnica – deixando claro que foi dito de forma muito reiterada – que motivou a vinda de V. Exa. a esta Comissão, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se manifesta no seguinte sentido, abrem-se aspas:

Conclui-se, portanto, que as medidas imperativas de vacinação como condição para acesso a direitos humanos e fundamentais podem ferir dispositivos constitucionais, diretrizes internacionais de que o Brasil é signatário, contraponem-se fortemente a princípios bioéticos, ferirem a dignidade humana e diversos valores constitucionais relacionados ao direito de livre consciência e outras liberdades, pilares da democracia bem como acabarem por produzir discriminação e segregação social, inclusive em âmbito familiar.

Fecham-se aspas.

Ocorre que muitos Ministérios Públicos estaduais têm emitido recomendações no sentido da obrigatoriedade da vacina, constringendo pais, responsáveis e até mesmo membros do próprio Ministério Público que não coadunam com essa corrente de pensamento, o que fere de morte a independência funcional dos membros da instituição.

Eu queria que V. Exa. se manifestasse sobre isso. A sua opinião, se possível.

Já o item 5.2 da mesma nota técnica, o seu Ministério manifesta-se no seguinte sentido, abrem-se aspas: "Reforça-se que este Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não é contrário a qualquer campanha de vacinação, mas, sim, favorável à promoção do livre consentimento e da autonomia dos cidadãos a partir do acesso à informação, em consonância com a segurança sanitária a qual se persegue", fecham-se aspas.

Diante dessa situação, Ministra Damares, pergunto: qual é a sua opinião sobre a não inclusão pelo Ministério da Saúde dessa imunização como obrigatória? Não sendo obrigatória por lei a vacinação para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas crianças, no caso da covid, qual é a sua opinião sobre o respeito à autoridade dos pais nesse processo de imunização?

Lembro que nós passamos dois anos de covid, todo mundo dizendo – era consenso, viu, Marcos Valério? – que criança não era grupo de risco para covid. Era um consenso. De uma hora para outra, os hospitais todos vazios, começa uma corrente...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... para que se vacinasse.

Então, a gente precisa ficar atento a essas mudanças repentinas. Com que interesse?

Por último, Sr. Presidente, para encerrar: cientistas e médicos renomados estão divididos em relação à cobrança do passaporte sanitário, sim. Alguns médicos especialistas defenderam que a exigência da comprovação contra a covid-19 pode diminuir o risco de contágio em locais públicos. Já outros afirmam que esse documento não tem qualquer resultado prático.

Além disso, alguns juristas apontaram que tal exigência fere a liberdade de ir e vir do cidadão.

Apenas para lembrar, Sr. Presidente Humberto Costa, vários países já desistiram da cobrança do passaporte sanitário, entre eles, Reino Unido, Suécia e Finlândia já voltaram atrás, e muitos outros. Toda semana a gente vê.

Diante desses movimentos internacionais e das evidências de que esse instrumento não impede a contaminação de pessoas, pergunto: qual a sua opinião sobre a revogação desse expediente?

Encerrando, agradecendo a V. Sa. pela tolerância e colocando o seguinte... Repito, reitero: tenho muitas críticas, porque vejo o Presidente falar uma coisa e o Governo faz outra, com relação à questão de vacina e a todos os instrumentos nesse aspecto da pandemia, do controle.

Tenho discordâncias do Presidente, sim, quando causou aglomeração, não usou máscara e deu declarações contra a vacina. Não é papel de líder na minha visão. Agora, no Governo, a gente vê uma prática diferente, as pessoas se preocupando e os Ministérios se preocupando em oferecer a vacina para a sociedade, como deve ser oferecida. Quem quiser se vacinar, tem que se vacinar.

Eu, particularmente, discordo dos Governadores e venho do Nordeste, da mesma região do Senador Humberto Costa, com a obrigatoriedade, aquela coisa... Que foi o próprio Supremo Tribunal Federal, que muitas vezes manda no país, essa que é a grande verdade... Se a gente quer criticar, se houve genocídio ou não, tragamos o Supremo Tribunal Federal para a mesa, porque ele influenciou diretamente na decisão de transferir para os estados e municípios a coordenação da pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teria sido maior o número de brasileiros mortos? Teria sido menor? Eu acho que o Supremo precisa, realmente, saber com que mecanismos, com que instrumentos ele avaliou certas decisões.

Então, muito obrigado, Ministra Damares, pela oportunidade de vir aqui, com humildade, demonstrar as suas explicações sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Com a palavra a Ministra Damares.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Senador Girão, meu amigo, companheiro de lutas, de muitas lutas, obrigado pelas perguntas.

Senador, violação de direitos. Por que que a gente colocou exatamente esse trecho na nota?

Nós estamos na ponta, Senador, eu estou lá no município, eu tenho o conselho tutelar, a rede de proteção. Sabe o que estava acontecendo em escolas? Crianças vacinadas e não vacinadas. A criança não vacinada não podia sentar nem para comer o lanche com a vacinada.

Nós lutamos nesta Casa aqui para um Plano Nacional de Educação que erradicasse todo tipo de preconceito, de discriminação e de constrangimento. Eu estava diante de constrangimento a crianças de quatro anos, Senador. E eu precisava dizer para os gestores: calma! Calma! Essa pandemia vai passar. Chega de tanto sofrimento.

Senador, quem mais sofreu na pandemia foram as crianças com dois anos fora da escola. Eu saí pelo Brasil arrancando criança de dentro de barril, Senador. O número de abusos, de estupros, dobrou. Suicídio entre adolescentes. Esses meninos sofreram. Na hora do retorno à escola, em que a gente podia fazer um momento de celebração, um momento de retomada, vem o constrangimento da vacina.

As crianças não precisavam passar mais por aquilo, porque a vacina estava garantida, já estava comprada, já estava chegando na ponta. Era só uma questão de a gente conduzir tudo com muita serenidade. Mas não houve serenidade. Houve constrangimento. Houve violação. E foi muito ruim o que aconteceu, Senador.

Então, o artigo traz ali para o gestor: prudência, direitos.

Esse pai vai falar de direitos. E ele lê, ele lê a Constituição, ele vê a garantia de direitos.

Senador, eu sou do ministério da minoria. Era uma minoria de famílias, mas eu tinha que ouvir essas famílias, eu tinha que dizer para o gestor público. Há um grupo pequeno de famílias que não querem se vacinar e eles precisam ser respeitados. Tudo pelo bem maior da criança. Então, eu vi discriminação, constrangimento, eu vi dor, eu vi sofrimento, eu vi medo, eu vi terror. E a gente traz esse trecho na nota para dizer: calma! A pandemia não é maior do que a gente está fazendo não. A pandemia é pandemia. Nós estamos esticando isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à autorização dos pais, nós reconhecemos que os filhos pertencem aos pais e nós reconhecemos a autoridade familiar. É por isso que veio esse Ministério da Família para fazer esse diálogo com a família no Brasil. E a família ama seu filho, Senador. Eu vou dizer que os pais são carrascos? Os pais amam, os pais querem o melhor para os seus filhos. Então, a gente reconhece a autoridade da família.

Senador, sabe o que ia acontecer? À medida que a vacina ia chegando, eles iam vendo que não estava fazendo mal. Isso era uma coisa natural que ia acontecer, Senador. Mas veio a briga, que tumultuou mais do que ajudou. Então, a gente reconhece a autoridade dos pais, o direito dos pais, a liberdade dos pais na escolha. E, se a gente tivesse conduzido desse jeito, nós não teríamos tanto mais sofrimento e dor e tanto desgaste, inclusive, ao nosso Disque 100 da forma como tudo isso chegou.

Com relação à revogação do expediente, eu não entendi se o senhor fala da nossa nota técnica. Ela não foi revogada. Foi acrescentado um trecho pelo Ministro, mas a nota foi legitimada pelo Supremo, porque ali só se fala de direitos. A mim não me cabe falar de ciência. A mim me cabe falar de direitos. Mas a nossa nota está muito bem fundamentada.

Então, Senador, passaporte sanitário. Eu acredito que, em mais alguns meses, isso será um assunto vencido. Nós temos que avançar. O mundo está avançando. A gente precisa avançar também. Passaporte sanitário, para mim, daqui a algum tempo, vai ser um assunto do passado. A nação já está imunizada. Nós estamos caminhando. Nosso povo vai ficar bem. Estamos trabalhando muito para isso. São mais de 407 milhões de doses, o número de pessoas imunizadas...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES REGINA ALVES – Então, eu creio que tudo vai passar. E o passaporte sanitário, para mim, vai ser um assunto, uma discussão do passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. deseja réplica?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Desejo rapidamente, só mais uma vez agradecer a sua presença aqui, de forma muito esclarecedora, muito serena, muito tranquila. Eu acho que este país precisa de diálogo. Fiquei muito feliz quando a senhora colocou à disposição o seu ministério. Eu já estive lá visitando-a, ouvindo os programas do Governo, e a senhora recebe todo mundo de forma igual – quem é de direita, quem é de esquerda, quem é de centro, quem pensa diferente... Eu acho isso muito bacana. É disso que o país precisa, de diálogo. E essa cegueira político-ideológica que tomou conta do país, que a gente está vendo aí, movimentos radicais, um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desrespeito às pessoas... A gente pode ter divergência com as pessoas. Faz parte. Quem pensa igual? Eu penso diferente da senhora em alguns pontos, do Marcos Rogério, mas a gente precisa ter o respeito, que é a regra da boa convivência. E o que a gente vê é as pessoas... Eu não concordo com isso que a gente está vendo aí, inclusive, em festivais... Agredir autoridades? Isso não justifica. Isso pode chegar às vias de fato, isso pode chegar a um problema grave que a gente está vivendo agora num ano eleitoral. Que exemplo que a gente está dando? Tem que ser o caminho sempre do diálogo.

Ministra, eu queria lhe fazer um apelo sobre problemas em escolas que nós estamos vivenciando agora. Há uma onda muito grande. Começou aqui em Brasília, mas a gente já vê relatos no país.

Eu acho que a pandemia deixou a gente num momento de tensão muito forte, por isso que eu acho que esse disque-denúncia tem que ser reforçado. Eu não sei quantos atendentes há lá, mas eu acho que qualquer investimento nisso é pouco, porque, às vezes, as pessoas estão precisando ouvir, precisando de uma palavra, precisando saber que o Estado está aí. E a gente tem visto muita gente em depressão, uma pandemia que não se fala muito, que é a do suicídio, que é algo extremamente preocupante entre nossos jovens, entre nossos idosos.

Eu não sei se, na tréplica, se está combinado isso, mas eu peço que, quando a senhora puder responder, talvez mais na frente: que políticas – já que a senhora está aqui – o Governo está adotando com relação ao suicídio e à automutilação? Como é que está essa preocupação que está afligindo as pessoas?

Depois de dois anos de pandemia, em que as pessoas não tiveram contato com as outras, ficaram em casa em joguinhos, ficaram num momento de medo e agora estão indo ter contato com as pessoas e vem a intolerância.

Então, eu queria agradecer-lhe mais uma vez a sua participação aqui e, no momento adequado, quando o Presidente permitir, se puder me responder, o que que está acontecendo no Governo nesse plano nacional contra a automutilação e o suicídio?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Ministra Damares, se quiser, pode fazer a tréplica.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Senador Girão, eu vou trazer um outro assunto também aqui com relação à evasão escolar.

Nós estamos diante de... Nós estamos desesperados. Nós estamos com crianças e adolescentes que não querem voltar para a escola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma pesquisa na Secretaria Nacional da Juventude, já em 2021, que apontava que 39% dos adolescentes e jovens não queriam voltar para a escola, mas isso a gente sabia que iria acontecer e, hoje, inclusive, a gente coloca, Senador Humberto, o Disque 100 à disposição do MEC para a gente também receber pedidos de socorro e denúncias sobre a evasão escolar. A gente vai ter que enfrentar a evasão escolar, porque já foi muito ruim dois anos sem aulas e, mais aí, um grupo enorme de meninos não voltando, uma geração inteira está comprometida.

Com relação ao suicídio, Senador, e à automutilação, e eu não me canso de aqui agradecer aos Srs. Senadores por aquele nosso feito em 2019, Senador Humberto, quando os senhores aprovaram, em 24 horas, uma lei nesta Casa criando, no Brasil, a política nacional de enfrentamento ao suicídio e à automutilação; aprovamos em 48 horas na Câmara e em 24 horas aqui. Foi um recorde, não sei se há uma lei que passou tão rápido, mas eu vim conversar com os senhores e mostrei imagens. Imagens da automutilação e do suicídio antes da pandemia e eu sabia que isso iria se agravar.

Inclusive, Senador Humberto, os pais começaram a ficar, agora na pandemia, numa situação meio confortável: "Os meus meninos não estão se cortando mais". Eles não estavam vendo o pingue de sangue na sala, todo mundo dentro de casa. Os meninos inovaram a forma de se automutilar, Senador, os meninos estavam arrancando o cabelo e comendo.

Senador, a gente recebeu médicos para falar conosco no Ministério. Eles estavam amarrando objetos em linha e em cordão e engolindo, durante a pandemia, para rasgar o estômago por dentro, para o pai e a mãe não verem o sangue! Então, eles, inclusive, inovaram a forma de se mutilarem e de se machucarem durante o período de pandemia.

E agora está aí: eles estão chegando às escolas – os desenhos, as redações, os pedidos de socorro em provas! Essas crianças estão se manifestando. Por isso, as escolas têm que recebê-los, vacinados ou não vacinados, agora, para a gente evitar outra tragédia!

Durante a pandemia, saiu um relatório: suicídio, Senador Marcos Rogério, segunda causa de morte entre adolescentes. Era entre jovens, baixamos, já estamos com meninos de oito anos se suicidando no Brasil!

Nós vamos ter uma segunda pandemia, sim, de doença mental com crianças e adolescentes!

Temos a política que os senhores aprovaram que começa a ser executada já em 2019 com a constituição de um comitê, Senador. Inclusive, eu não lembro se esta Comissão faz parte do comitê. Se não faz, Senador, fica aqui uma sugestão de uma adequação do decreto presidencial que instituiu um comitê na Esplanada para execução da política de prevenção ao suicídio e à automutilação. Vai ter que ser a nossa atenção número um daqui para a frente! Existe o programa, o Ministério da Saúde está investindo, há um comitê, mas a gente vai precisar de todo mundo. Nesse tema, Senador, a gente vai ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estar junto, todo mundo, todos os partidos, todo mundo junto, porque são vidas! Os meninos estão em sofrimento!

Então, fica aqui essa sugestão para a Comissão para a gente ver como esta Comissão pode ou acompanhar o comitê ou ter uma cadeira no comitê para execução da política nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar, com muita alegria, a Dra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo do Presidente Bolsonaro.

É uma alegria receber V. Exa. nesta Comissão para debater este tema, mas acho que deveria vir mais vezes aqui para debater o conjunto das ações que V. Exa. está desenvolvendo no ministério. Eu conheço boa parte desse trabalho. Tive a oportunidade de ter a sua presença lá em Rondônia recentemente.

É um novo Ministério dos Direitos Humanos, é um ministério alargado, é um ministério de atuação maior, não apenas para uma parcela restrita da sociedade. Hoje, ele é um ministério que cuida da mulher, é um ministério que cuida da família e dos direitos humanos e não apenas dos direitos dos homens – foi o que foi no passado. Era um ministério apequenado. Aliás, em boa medida, parcela significativa da sociedade brasileira, Senador Girão, quando olhava para o Ministério dos Direitos Humanos no passado, via nele a representação quase de uma negação da sociedade. Ele cuida de situações de que precisa cuidar, mas sem se descuidar de outras que sejam talvez até mais relevantes, porque previne o Brasil de entrar nas mazelas sociais que ele enfrenta e que ele não exterminou ainda. O trabalho de V. Exa. é um trabalho que lança luz a uma sociedade que, até então, não era enxergada por esse ministério. E eu queria cumprimentá-la por isso.

As vítimas de estupro no Brasil. Antes ele olhava apenas para as mulheres – e precisa continuar olhando, porque ainda são muitas as que são vítimas do estupro, da violência –, mas hoje o ministério está tendo um olhar todo cuidadoso para crianças que são vítimas dessa maldade, dessa perversidade, desse crime hediondo!

Mas ninguém coloca manchete no jornal para dizer o que é que o ministério está fazendo para defender os indefesos! Não falam disso. Não falam do que o ministério está fazendo pelas adolescentes do Brasil, que estão sofrendo, que estão se mutilando! Eu tive a oportunidade de conhecer recentemente um caso desses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pandemia fez mais vítimas, Senador Humberto, dentro de casa do que nas ruas! Eu não sou antivacina, eu defendo a vacina! Eu defendo as medidas! Mas V. Exa. tocou num assunto aqui, Senador Girão, e a Ministra Damares falou aqui agora há pouco: quem está vivendo o Brasil real e visitando as bases, olhando para as famílias – o seu Ministério é o da Família! –, ouvindo pais, pai, mãe e conhecendo a realidade dos adolescentes, observa que nós temos uma geração hoje que é vítima desse momento, não apenas da pandemia em si, não apenas da covid em si, mas dessa política que foi adotada e que criou um problema psicológico.

Eu não sou... Eu não quero fazer avaliação clínica aqui de ninguém, mas eu queria ter a oportunidade de ressaltar aqui que há uma multidão de gente sofrendo com isso! Nesses dias, eu tive a oportunidade de conversar com uma família e ver um adolescente de 12 anos... E você pergunta: "Mas o que é que originou isso? Qual é a situação? O que é que o levou a isso?".

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não sabe: "Não, não sei. Não sei". Mas tem o desejo de morte... Você olha o braço da criança: todo cortado! Mas há um bando de gente cega por aí chamado de pais da ciência, que querem enxergar apenas aquilo que lhes interessa enxergar e tapam os olhos, vendam as vistas, para não enxergar o Brasil real que sofre lá na ponta!

Eu não sei, essa culpa é de todos nós, é de todos nós: dos que se calam, dos que falam demais, dos que fazem e erram e dos que não fazem nada – todos! Não há inocentes nesse cenário todo. Eu só acho que não cabe aqui uma régua única para determinar "olha, essa é a única ciência que tem respostas para tudo", porque a ciência não tem unanimidade; não há unanimidade na ciência em relação a isso.

Eu queria dizer, Ministra Damares, que eu não quero nem adentrar aqui esse tema para debater com V. Exa. essa nota porque eu não vi aqui o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dizer que é contra a vacina. É de hermenêutica simples reconhecer que o Ministério dos Direitos Humanos reconhece a vacina. Não há aqui nenhuma campanha contra a vacina.

Agora, é interessante que, no Brasil, há muitos que fazem uma defesa cega, mas, quando isso envolve a sua própria casa, o seu lar, aí agem diferentemente. Quem é que não se lembra de recentemente ter ouvido aí gestores estaduais e municipais defendendo liberdade quando se trata de vacinação de crianças, dizendo: "Olha, essa é uma situação que a esposa vai ver, essa é uma situação que vou conversar com os filhos. Não se trata de uma obrigação, é um direito!". Ah, quando é para os outros é uma obrigação, quando é para casa é um direito?

Eu me vacinei, eu tomei a vacina e eu defendo a vacina, mas eu queria concluir dizendo que eu defendo o direito dos pais. Reconheço a autoridade dos pais, aquela que é dada pela Constituição Federal. E reconheço a importância do Estado brasileiro: Governo Federal, governos estaduais, governos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais colocarem à disposição para que todos aqueles que quiserem tomem a vacina. E a minha recomendação é esta: que tomem.

Em relação a essa questão da criança e do adolescente, Senador Girão, eu tenho também as minhas dúvidas. Eu até propus fazermos uma audiência pública aqui no Senado, Senador Humberto, para trazer aqui especialistas para discutir esse assunto, porque eu realmente não tenho o conforto necessário para fazer a afirmação categórica porque, ora ou outra – e eu não estou aqui fazendo afirmações, veja –, eu recebo aqui no WhatsApp notícia de alguém: "Ah, fulano tomou a vacina e daqui a pouco teve um mal súbito". Eu não sei se isso tem relação com a vacina ou se não tem, eu não posso afirmar nem um extremo nem outro extremo. Mas eu queria ter a oportunidade de ver esse debate ser feito de forma alargada. Eu acho que isso tem que ser um direito e não uma imposição.

Então, eu queria parabenizar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pela iniciativa de soltar essa nota instruindo e abrindo um canal de comunicação. Não é imposição; é informação, é liberdade.

Outra coisa – concluo aqui –, lá no meu estado, Senador Humberto, há escola em que, para a criança entrar, tem que ter exame a cada três dias, a cada três dias tem que apresentar um teste negativo da covid. Será que esse é o melhor modelo? Será que essa é a melhor maneira de lidar com essas crianças, com esses adolescentes? Aí alguém não vai entender por que há esse volume de criança e adolescente com problema de depressão, chegando ao ponto de optar por tirar a própria vida, de automutilação? E aí eu não estou falando do que ouvi dizer não. Desculpem-me, perdoem-me aqui até pela emoção, mas é porque quem enxerga de perto, quem enfrenta de perto não pode ser indiferente. É preciso olhar para todos.

Ministra Damares, esse ministério não é de um público específico; é de todos os brasileiros e brasileiras. Continue o seu trabalho, mais do que isso, continue a sua missão de salvar vidas e de proteger famílias no Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Senador, obrigada. Eu prometi que eu não iria chorar, porque todas as vezes que eu venho a esta Casa eu acabo chorando, mas não tem como, Senador, ficar insensível.

Nós tivemos que abrir o nosso Disque 100 para criança e nós entregamos, junto com a Unicef, agora, Senador Girão, o Disque 100, um aplicativo pelo qual a própria criança vai ser autora da sua denúncia. As denúncias é o adulto que faz, e a gente caiu muito, Senador Humberto, no número de denúncias, porque quem mais denuncia é a escola, e elas não estavam na escola nem na creche. E, com esse trabalho da Unicef já com outros países, nós entregamos, e os pedidos de socorro chegam. E, enquanto a gente conversa com a criança por meio do Disque 100, elas falam que estão com dor na alma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma nação inteira em que as crianças e adolescentes estão com dor na alma e a gente vai ter que aliviar essa dor na alma dessas crianças. Elas estão querendo desistir da vida, sim. Isso, a gente não fala muito para não assustar mais os pais. Mas os casos chegam. E a gente vai ter que dar uma atenção.

Quem sabe, Senador Humberto, o Disque 100, a gente, nesta Comissão, fazer uma discussão de como melhorar esse canal. Ou quem sabe, Senador, os canais estaduais serem aperfeiçoados para tirar esse peso todo do canal central. Canais municipais. Mas o Estado vai ter que falar direto com esses meninos e meninas.

E na outra ponta, Senador Humberto, quando eu falei do Alô Vovô, a gente teve uma coisa muito ruim que aconteceu nessa pandemia, Senador Marcos Rogério, que foi quando a gente descobriu o estupro de idosas. E a senhora mais idosa que nós estamos acompanhando é uma do Mato Grosso do Sul, de 100 anos. Mas chegaram, durante a pandemia, mais, de 98, 85, 86, 87. O que foi que aconteceu nessa pandemia?

E o idoso não saía de casa, porque o "fica em casa", ele era o mais vulnerável. Abusaram dos idosos, machucaram, fraudaram, roubaram, fizeram tudo com os nossos idosos no país. A gente está aqui falando de criança, mas os idosos também foram vulneráveis, e o Disque 100 foi uma porta de pedido de socorro. Foi tão grande o estupro de idosos no Brasil, e de idosas. Nós tivemos, no Natal, dentro do hospital, um idoso de 91 anos estuproado.

E nós tivemos que fazer duas operações policiais para pôr agressores na cadeia, agressores de idosos. Inúmeras operações policiais, porque há momento em que para mim, fazer a garantia do direito, vai ter que ser a repressão. Como é que faria a garantia só com campanhas e prevenção? Mas há momentos em que há repressão. Inúmeras operações policiais para buscar esses agressores. E aí, a fatura está aí. Dor, sofrimento, morte, angústia.

E, Senador Humberto, eu não tenho acesso às imagens do Disque 100, porque elas são protegidas por lei; mas muita coisa chega ao meu WhatsApp, para eu fazer o encaminhamento. Não é fácil assistir às imagens às quais eu assisto. Senador Marcos Rogério, há dia em que a minha equipe não dorme. E é de verdade isso. Há dia em que a gente tem que ir lá à central, abraçar os nossos atendentes. Nós temos psicólogo de plantão para cada turno. Não está fácil.

E eu queria muito, Senador Humberto, encerrando quase a minha participação aqui, dizer para o Brasil que o Disque 100 é um trabalho sério. Foi uma grande iniciativa dos governos anteriores. É um canal sério. É um canal que tem que ser amado, protegido e nele investido muito. Mas eu sei, as imagens que eu recebo, eu sei a dor, eu sei o tamanho do sofrimento em que estão nossas crianças no Brasil. E dos nossos adolescentes.

Desculpa o excesso de emoção, mas é que não dá mais para a gente não trazer o coração para as políticas públicas, sensibilidade para as políticas públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- V. Exa. deseja replicar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Não, Senador Humberto, apenas agradeço à Ministra Damare. Deus a abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Obrigado.

Bem, nós estamos caminhando para o final.

Eu ainda quero fazer duas perguntas, mas eu gostaria de também fazer algumas observações. Obviamente todos os problemas que foram aqui relatados são de extrema gravidade. Eles já são objeto de trabalho do Governo Federal, das prefeituras, de há muito tempo, todos eles. E são muito importantes, muito relevantes. O próprio Disque 100 já existe há muito tempo. Acho que é importante talvez, se V. Exa. quiser, podemos fazer uma discussão sobre isso.

Agora, algumas manifestações que foram feitas aqui – e esses problemas são problemas antigos, obviamente que se agravaram durante a pandemia –, aparentemente, dão a ideia de que as medidas preventivas, o isolamento social deveriam ser condenados porque essas situações vieram a se ampliar.

Eu discordo profundamente dessa concepção. Se isso não tivesse acontecido, se o Supremo Tribunal Federal, graças a Deus – graças a Deus! –, não tivesse dado aos estados e aos municípios autonomia para implementarem essas medidas, esses 650 mil mortos seriam muitos mais.

Eu me lembro de que, no início da pandemia, o Imperial College, que diziam que era um absurdo etc., fez uma previsão de que, no Brasil, nós teríamos 500 mil mortos na pandemia se fosse adotada aquela ideia de isolamento vertical: apenas os idosos e as pessoas com comorbidades seriam objeto de um afastamento social. Pois bem; o Imperial College ainda foi modesto na sua previsão, porque ele previu 500 mil mortes, foram 650 mil. E olhem que, graças a Deus, como eu disse, o Supremo Tribunal Federal não deu ao Presidente Bolsonaro o poder de determinar o que fazer em relação a isso.

Eu acho que a questão do direito envolve diretamente também um dever. Se é direito da família que resolveu não vacinar a sua criança – e aí eu não estou defendendo ideia de, a cada três dias, fazer exame, nada disso –, mas, se é um direito dessa família dizer: "Eu não quero vacinar meus filhos", é direito da família que quer vacinar seus filhos e prevenir a doença nos seus filhos dizer: "O meu filho não pode conviver com alguém que não quis se vacinar". Ora, o direito prevê também o dever de não contaminar outrem. Essa que é a noção. A pessoa pode não querer vacinar os filhos, mas ela não pode querer obrigar que os outros convivam com ele, que não está vacinado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se fala tanto da educação no lar e tal? Que assim se faça! Isso é natural, isso é parte das medidas de saúde pública a qualquer momento e em qualquer lugar.

Outra coisa importante: é óbvio que o passaporte sanitário está se tornando obsoleto, mas, naquele momento em que foi adotado, era óbvio que era um caminho para tentar impedir a ampliação da contaminação. Ele está deixando de ser adotado no mundo inteiro, em vários lugares, porque a população está vacinada; ele se torna desnecessário. E sendo que os mesmos que eram contra o passaporte sanitário, muitos deles, eram contra a vacina também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Senador Humberto, se V. Exa. me permite, apenas uma...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ponderação no ponto que V. Exa. está falando, e reiterando desde logo: eu tomei vacina e defendo a vacina.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, V. Exa. fala numa perspectiva, para quem está fora, que pode passar a ideia de que quem está vacinado não pega covid e que o portador da covid é o não vacinado.

Eu queria informar a V. Exa. e ao Plenário desta Comissão que eu peguei covid estando vacinado e peguei de alguém que também estava vacinado. Então, essa pregação de que o vacinado não pega ou não transmite ou o não vacinado é o que pega e transmite. Isso não é verdade, porque aconteceu comigo. E olha que eu fiquei aí quase o tempo todo sem pegar covid. Peguei recentemente. Passei uma semana de apuros com relação a essa enfermidade. Mas, em si – tive o diagnóstico de saída, graças a Deus, tudo bem –, peguei de alguém que estava vacinado e eu também estava vacinado. Agora, isso não me faz um defensor de que não se vacine. Eu acho que todos temos que vacinar.

A discussão que nós temos que fazer aqui – e acho que, se V. Exa. quiser trazer esse tema para a Comissão, é um bom debate, é em relação a essa questão da escola, porque eu acho que isso está criando uma guerra entre pessoas que não estão preparadas para esse embate, que são crianças, que são adolescentes. E a gente acaba, os adultos ou os políticos, fazendo um debate aqui como se eles lá embaixo: "Olha, você que não está vacinado é aqui um criminoso de plantão querendo passar covid para quem está vacinado", e não é isso. Infelizmente não é esta a realidade: a vacina não impede que você não pegue a doença. Eu peguei. Agora, graças a Deus, é isto o que a gente tem observado nos hospitais; basta olhar para os hospitais, você não tem aqueles quadros de agravamento, como nós tínhamos no passado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a vacina cumpre um papel de atenuar os efeitos nocivos e mais graves dessa doença. É a visão que eu tenho. Mas sobre esse debate em relação a não vacinado e a vacinado nas escolas, eu acho que é um debate que a gente tem que ter uma reflexão um pouco maior.

É apenas uma ponderação que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Excelência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) –
Rapidamente, Sr. Presidente. Rapidamente, só para complementar.

O Senador Marcos Rogério falou uma coisa de que eu também tenho que dar o meu testemunho: eu me vacinei. Sou favorável à vacina. Agora, peguei covid depois de tomar as duas doses da vacina. Então, igual a mim, houve vários colegas nossos. Houve colega nosso aqui que tomou quatro doses: duas aqui e duas fora, e pegou covid de alguém que estava vacinado.

Então, é aquilo que eu falei há pouco tempo: o tempo é o senhor da razão. Eu acho que a gente precisa se preocupar lá na ponta, porque o debate aqui em cima já mostrou inconsistências dos arautos da ciência. E a gente precisa se preocupar com as crianças, que, muitas vezes, estão naquela pressão: vai para a escola, não vai para a escola, porque não é vacinado.

Então, eu acredito que a gente precisa respeitar a liberdade das pessoas. Já mostrou que não funciona e que o contágio não depende de vacina. Já está a maioria da população vacinada? Legal, vamos para frente! Vamos ver qual é o mal menor agora que são as crianças voltarem para a escola. E aí vem a preocupação da violência nas escolas, a intolerância, com gente andando e entrando nas escolas armado, sacando arma. Aí vem todo o imaginário de que isso vai resolver o problema na base da força. E a gente precisa ter muita calma nessa hora. Então, é só fazer também essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Com todo o respeito, eu acho que o debate não é esse. Primeiro, a questão é a seguinte: não há dúvida sobre o papel da vacina.

V. Exas. fizeram parte da CPI, assim como eu fiz parte da CPI. E nunca, em nenhum momento, alguma autoridade que lá esteve ou que já se manifestou, em seminários, em trabalhos científicos, em qualquer que seja, disse que algum vacinado não poderia ser contaminado. Nunca.

Mas o que foi dito e está provado é que o número de contaminações se reduz dramaticamente. O que está provado e mostrado é que quem cumpriu todo o processo de vacinação e até mesmo quem não cumpriu todo o processo, se adquire a doença, tem um quadro muito mais ameno do que aquele que não tomou a vacina. E as UTIs estão cheias de exemplos aí. Quem mais se interna, quem mais morre, hoje, são pessoas que não se vacinaram ou que não completaram o ciclo total.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É interessante que é maior o número dos que não se vacinaram totalmente. Depois, vem, dos que se vacinaram duas vezes, não fizeram reforço. Depois, vem, dos que não se vacinaram pela segunda vez. E, depois, vem o dos que vacinaram uma vez...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente Humberto, eu tenho o maior carinho...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Eu não brigo com fatos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.)
– Tranquilo.

Eu tenho o maior carinho por V. Exa. Sei que a sua intenção é a melhor possível. Nós estamos buscando soluções, neste momento ainda. Graças a Deus, as coisas estão melhorando.

E a vacina veio para melhorar. Não tenha dúvida disso.

Mas me permita discordar quando o senhor afirma que é um fato concreto, absoluto, sem divergências.

O próprio Presidente da Unimed de Fortaleza, Dr. Elias Leite, que hoje está na Unimed nacional, deu um boletim, agora, sobre a Ômicron, que foi polêmico demais. Ele mostrou com dados. "Eu tenho que trabalhar com a verdade; eu continuo sendo favorável à vacina, mas, na, minha UTI...", que é o maior hospital regional da Unimed lá, ele deu o quadro mostrando que a maioria dos internados na UTI já tinha o ciclo completo vacinal.

Entendeu? Ele passou tudo isso.

Então, a gente deve ter cuidado com as informações, porque há um lado que diz, e há o outro.

Vamos ver qual é a compilação disso? Se quiserem fazer um debate, a gente traz ele aqui, traz outros. Mas eu acho que a gente tem que se preocupar, agora, com as crianças.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Mas não dá para fazer afirmações categóricas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Bom, ciência não tem lado, não. Ciência tem fato. São as coisas factuais, são as evidências. E, concretamente, é algo de absoluto. Não existe "eu tenho opinião sobre isso ou não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – É o campo do debate. E não das paixões ideológicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Está bom. Paixão ideológica. Tudo bem.

Eu queria tecer três comentários aqui.

A mim, me parece que V. Exa. é uma pessoa bem-intencionada. Posso discordar da maneira como V. Exa. deseja chegar a determinadas visões. Posso discordar até das suas concepções sobre o que são as prioridades ou não. Mas eu vejo que V. Exa. é uma pessoa bem-intencionada.

Aqui, foi dito, por exemplo, que o Ministério da Família, dos Direitos Humanos é um Ministério alargado em relação ao que nós tínhamos antes. Primeiro, é bom lembrar que esse Ministério foi fruto da fusão de outros Ministérios. As políticas que estão lá hoje existiam anteriormente, inclusive numa condição de muito melhor financiamento. Por exemplo, no que diz respeito a orçamento, não; não é alargado.

Só para dar um exemplo a V. Exa., e V. Exa. falou muito bem, com muita propriedade, e é um tema realmente da maior relevância o que diz respeito à violência contra a mulher, por exemplo: se nós formos analisar, de 2017 para cá, e eu não estou nem falando de 2016 para lá, eu estou falando de 2017, quando houve um golpe, quando assumiu o Sr. Michel Temer, os recursos para essa área foram reduzidos dramaticamente. Aqui, o gráfico que nós temos, lógico que não dá para mostrar, mas qualquer pessoa pode ter acesso. Em 2020, sabe quantos milhões de reais foram gastos nas políticas de combate à violência contra a mulher? R\$5,8 milhões. Em 2021, R\$2 milhões.

Deve ser muito difícil para a Ministra Damares, num desenho como esse, poder fazer o trabalho que ela faz. A Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, que é uma das principais ações do Ministério, eu estou pegando aqui dados do próprio Governo, no combate à violência contra a mulher, em 2019 e 2021, não pagou um único centavo de recurso orçamentário para as suas ações. E em 2020 pagou R\$66 mil. Essa é a informação que eu fui buscar e que aqui tenho.

Então, apesar de V. Exa. ser uma pessoa, aparentemente, muito bem-intencionada, parece-me que está no Governo errado, que é um Governo que tem, na verdade, reduzido violentamente os recursos para as políticas públicas, em especial para políticas na área de direitos humanos.

Por último, eu queria fazer duas perguntas a V. Exa.

Naturalmente, quando V. Exa., no seu Ministério, editou essa portaria, disse que era a expressão de uma posição, mas óbvio que V. Exa. reconhece que a área concreta, específica, para isso era o Ministério da Saúde. Aí eu pergunto, por exemplo – V. Exa. tem a ver com a questão das crianças e adolescentes, e V. Exa. reconheceu a importância da vacinação –: além dessa visita, o Ministério desenvolveu algum tipo de campanha, explicitamente, de apoio à vacinação de crianças? Não quero dizer nem no início, mas depois que ficou claro que não havia, de fato, nenhum problema nisso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa é que essa pandemia sofreu também uma pandemia por dentro dela, que foi a pandemia das notícias falsas. Em algum momento, o Ministério de V. Exa. procurou promover esclarecimentos quanto à falsidade de informações que circularam na internet e que chegaram às pessoas no Brasil?

Agradeço a V. Exa.

A SRA. DAMARES REGINA ALVES (Para expor.) – Senador, eu queria voltar à Comissão para a gente falar de proteção de mulheres. E quero muito pedir aos seus assessores, eu fui assessora aqui: gente, cuidado com as informações que vocês passam para o chefe. Nós temos investimento na área da mulher, e a gente vai mostrar os números, mas eu quero uma audiência só para isso. E quero lembrar, Senadores, que os senhores constroem o Orçamento da União. Vocês, por favor, aumentem o meu orçamento.

Então, eu quero voltar aqui, Senador, faço questão de trabalhar com a equipe técnica, com os seus assessores, com os meus, para a gente chegar aos números, mas as mulheres estão sendo protegidas.

Senador, com relação à campanha de vacinação, nosso Ministério não fez não, porque eu teria muito problema com o TCU por uma questão de competência e obrigação. Mas a gente fez muita coisa, sim, o que a gente podia fazer. Eu até trouxe algumas peças publicitárias. Eu até quero pedir, Presidente, enquanto o senhor estiver presidindo esta Comissão, para a gente compartilhar as peças publicitárias de proteção da infância, da criança. A gente pode mandar para a Comissão e a Comissão distribuir. Nós temos Senadores com milhões de seguidores aqui no Senado para nos ajudar nessas campanhas. Mas eu não fiz campanha de vacinação porque eu teria problema com o Ministério da Saúde e uma questão de competência. Mas as outras áreas a gente fez sim.

Senador... Deixe-me só contar um episódio muito sensível e que envolve criança: na Páscoa de 2020, no domingo de Páscoa, eu estava em Roraima, no mesmo dia, Boa Vista e Manaus. Foi quando morreram as duas primeiras crianças indígenas de covid. Eu tive que ir para lá porque os ianomâmis queriam o corpinho das crianças. E o senhor sabe, Senador, que os ianomâmis não sepultam. Eles comem o corpinho das crianças, dos adultos. Pai ianomâmi não tem funeral. O índio ianomâmi não morre. Quando o índio ianomâmi morre, eles o colocam em cima de um monte, eles abrem a parte de baixo para descender as vísceras, para secarem. Quando seca aquela corpo, eles tiram – é um segundo ritual –, vem para a fogueira, queimam, fazem as cinzas e esperam o terceiro ritual, quando eles fazem um grande mingau de banana e colocam cinzas de ianomâmis dentro e todo mundo come junto.

Quando as duas crianças ianomâmis morreram, os índios queriam levá-las para fazerem o ritual e comerem as cinzas. Olha a delicadeza da pauta, Senador! Olha como a gente tinha que lidar com... Eram pais apaixonados pelas crianças e que queriam as cinzas. Eu tive que ir para lá para conversar com os ianomâmis. "Nós amamos também as suas crianças. Deixem o corpinho aqui". Porque até então a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sabia o grau de contaminação do corpo, Senador. A gente poderia colocar a aldeia em risco. Olha as delicadezas que envolveram crianças de todas as culturas, de todos os povos e que a gente teve que lidar. E a gente lidou com muita maturidade. Não saímos por aí gritando, falando. Nós cuidamos com responsabilidade. E é exatamente isso que a nota técnica fez, Senador, é garantir a proteção das crianças.

Eu me coloco, Senador, à sua inteira disposição para a gente continuar respondendo a qualquer dúvida sobre a nota técnica. Eu acho que ela está vencida. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal ela acabou. Nós não estamos recebendo as denúncias pelo Disque 100. Isso está vencido. Mas a gente vai continuar a luta na proteção da infância. E eu quero muito contar com esta Comissão para a gente ir num norte certo nesse pós-pandemia, nesse momento agora de retomada. Não fiz a campanha de vacinação, mas fiz a de lavar as mãos, fiz a de álcool e gel. Fiz até, Senador, concurso de máscara, quando elas estavam resistindo a usar máscara. Aquilo que a gente podia fazer e que não iria ser acusada de invasão de competência, o Ministério fez para proteger as crianças de covid.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- O.k. Agradeço a V. Exa. por atender a nossa convocação, agradeço a participação dos Senadores e Senadoras que acompanharam esta reunião e, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez agradecendo à Ministra Damares Alves.

(Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Oriovisto Guimarães. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 2/2022 - CDH, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Finalidade: Convocação do Ministro Marcelo Queiroga, do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid 19. Participante: Ministro de Estado Marcelo Queiroga, Ministério da Saúde. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos o Senador Fabiano Contarato devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eduardo Girão e a Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/29>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero declarar aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 2, de 2022, da CDH, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que convoca o Ministro Marcelo Queiroga, do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2, de 2022, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da covid-19.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em: senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Informo a S. Exa. o Ministro de Estado Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, a quem aqui eu dou as minhas calorosas boas-vindas, que V. Exa. disporá inicialmente, daqui a pouco, de até 30 minutos para fazer a sua exposição inicial; em seguida, nós teremos o proponente, o Senador Randolfe Rodrigues, que fará a sua inquirição, com direito a réplica e tréplica, se necessárias; e, em seguida, os demais Senadores inscritos.

Eu queria, como de praxe, antes de nós iniciamos a nossa sessão, fazer aqui um registro preocupante para o nosso país. É o de que a Anistia Internacional, instituição historicamente reconhecida pela atuação firme em defesa dos direitos humanos em termos internacionais, denuncia diversos retrocessos em direitos humanos no Brasil e vai oficiar ao Presidente Bolsonaro. Inclusive também anunciou a representante da Anistia Internacional no Brasil que vai fazer a mesma comunicação a esta Comissão de Direitos Humanos.

Entre os retrocessos listados pela instituição, está o aumento de mortes evitáveis, o aumento da fome e da pobreza, o aumento de violência contra a mulher, contra pessoas trans e contra defensores de direitos humanos, o crescimento do número de conflitos rurais, o aumento do desmatamento, o crescimento do garimpo ilegal em terra indígena.

Diz a Diretora-Executiva da Anistia Internacional do Brasil: "O que é chocante é que, para qualquer direção em que [...] [se] olhe, houve retrocesso em relação ao cumprimento das obrigações de direitos humanos no Brasil".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Informe 2021/2022, que se denomina "O Estado dos Direitos Humanos no Mundo", da Anistia Internacional, aponta para violações ocorridas no Brasil na gestão do Presidente Jair Bolsonaro, além de avanços e retrocessos no campo dos direitos humanos na América Latina, bem como estatísticas sobre essas garantias em todo o planeta.

Continua aqui a diretora:

A imagem do Brasil em 2021 é a de um país que emergiu como local de negligência, de violações de direitos humanos e de destruição do meio ambiente. Onde crianças yanomami morrem de fome, os rios e os alimentos estão contaminados e secas, enchentes e incêndios ganham proporções catastróficas. É uma fotografia [segundo ela] do pior que o Brasil é capaz de produzir.

A Anistia lembra que o Brasil passa pela Revisão Periódica Universal, que é um mecanismo da ONU que avalia a situação dos direitos humanos nos 193 países-membros das Nações Unidas a cada quatro anos. Na última revisão – essa última revisão aconteceu em 2017 –, o Brasil recebeu 246 recomendações, das quais 242 foram aceitas pelo Estado brasileiro, que versavam sobre temas como: povos indígenas, meio ambiente, gênero, violência policial, educação e luta contra a pobreza.

A intenção da Anistia Internacional é notificar a Ministra Damare Alves e os Presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, na expectativa de que essas instituições se movam na direção de garantir as obrigações de direitos humanos que estarão sob escrutínio internacional em 2022.

Importante ressaltar que não apenas esse acompanhamento, instituições como essas ou outras cartas internacionais determinem o cumprimento dos direitos humanos no Brasil, mas especialmente a nossa própria Constituição Federal.

O relatório aponta para o Brasil como uma nação recordista no assassinato de pessoas trans, seguido do México e da Colômbia, e um dos três países do mundo onde mais defensores de direitos humanos são mortos, de acordo com a internacional Front Line Defenders.

O documento compila também dados do aumento da insegurança alimentar, mostra que se passava fome em 9% dos domicílios do país pesquisados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. E que a parcela mais vulnerável da sociedade sofreu mais. Entre agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, a proporção de domicílios atingidos pela fome subiu para 12%.

A pandemia trouxe a fome para quase 20 milhões de pessoas.

E segue o documento fazendo uma avaliação inclusive da condução oferecida pelo Governo ao enfrentamento pandemia da covid-19, mas esse será um tema que nós teremos oportunidade de abordar no dia de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós vamos aguardar essa notificação da Anistia Internacional e, certamente, vamos aprovar uma data para que os representantes da Anistia Internacional no Brasil possam comparecer a esta Comissão para destrinchar esse relatório e apresentar as sugestões para que o Senado Federal tome medidas em relação a esse tema.

Pois bem, sem mais a colocar, eu passo a palavra a S. Exa. o Ministro de Estado da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, para que ele possa, durante até 30 minutos, fazer a sua apresentação.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Exmo. Senador Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, também meu ilustre antecessor como Ministro de Estado da Saúde do Brasil e meu colega médico, Srs. Senadores que nos acompanham à distância, minhas senhoras e meus senhores que nos acompanham através da TV Senado, há cerca de um ano, Sua Excelência o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, me convocou para cumprir esta missão: comandar um dos mais complexos sistemas de saúde do mundo, o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), que é um patrimônio de todos os brasileiros.

Era uma época especialíssima – e ainda é – porque vivemos a maior emergência sanitária que o mundo já viu: a pandemia da covid-19, decretada em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde. Como sabemos, essa doença, a covid-19, rapidamente se alastrou por todo o mundo e causou milhões de vítimas; no Brasil, mais de 658 mil perderam a vida.

É sempre uma oportunidade para nos solidarizarmos com os familiares que perderam seus entes queridos e assumir o compromisso com aqueles que, mesmo recuperados da covid-19, ainda sofrem com as sequelas dessa doença, bem como com aqueles portadores de doenças prevalentes, como as doenças crônicas não transmissíveis, que perderam a oportunidade de tratamento em função do colapso do sistema de saúde, mas também é uma oportunidade para reafirmar a nossa crença no Sistema Único de Saúde, que foi criado pela Constituição Federal de 1988, a nossa Constituição Cidadã, no dizer do saudoso Ulysses Guimarães, que consagrou a dignidade da pessoa humana como princípio basilar do Estado democrático de direito da República Federativa do Brasil e consagrou a saúde como um direito fundamental e, tal qual descrito no art. 196 da Constituição de 1988, um direito de todos e um dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas.

Pois bem, foi no cenário do início do pico da chamada variante Gama que Sua Excelência o Presidente Bolsonaro me convocou para essa missão. Era um grande desafio, mas eu tinha a convicção de que nós poderíamos enfrentá-lo, porque nós tínhamos, ao nosso lado, o Sistema Único de Saúde e sua forte capilaridade, que foi construído com o esforço de todos os brasileiros e, sobretudo, desta Casa, o Congresso Nacional. Durante o período mais crítico da pandemia, não faltou o apoio desta Casa no fortalecimento do orçamento público ou na aprovação de legislações que, mesmo de forma emergencial, foram fundamentais para o enfrentamento à pandemia da covid-29.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Único de Saúde foi fortalecido, nesse período, de forma transversal. Somente para dar um exemplo, na nossa atenção primária, que é onde aplicamos as vacinas, hoje nós temos 58 mil Unidades Básicas de Saúde e mais de 53 mil equipes de Saúde da Família, que atuam nos mais de 5.570 municípios desta grande nação que é o Brasil.

Na atenção especializada, também houve o fortalecimento das ações. Aqui quero destacar os leitos de terapia intensiva: 22 mil leitos habilitados antes da pandemia; durante o pico da pandemia, 45 mil leitos habilitados. E, agora, como legado, já à frente do Ministério da Saúde, nós deixamos 7 mil leitos habilitados de UTI, o que vai fortalecer a assistência à saúde em nosso país.

Quero destacar também que a vigilância em saúde foi muito fortalecida. Nós tínhamos 56 Cievs, os centros de inteligência e vigilância epidemiológica, e hoje temos 164 Cievs. Nós também fortalecemos a nossa capacidade de vigilância genômica. Nós resgatamos o papel do Complexo Econômico-Industrial da Saúde durante a pandemia. Só para trazer um exemplo emblemático, a Fiocruz, que também é um patrimônio de todos os brasileiros, através de uma encomenda tecnológica realizada à Universidade de Oxford, Laboratório AstraZeneca, com um investimento de R\$1,9 bilhão do Governo Federal, hoje produz vacina contra a covid-19 com IFA nacional.

Esse período foi um período de aprendizado para todos. Nós não sabíamos bem o que era essa doença, nós não sabíamos qual seria o seu impacto, quanto tempo duraria essa pandemia. Nós não sabíamos como ventilar esses pacientes, qual era a hora de fazer a intubação orotraqueal, qual seria a melhor estratégia terapêutica para enfrentar essa doença. Nós não tínhamos vacinas. E, nesse período, nós aprendemos muito. Os nossos profissionais de saúde tiveram um papel destacado aqui: os jovens médicos, que até colaram o grau antes do tempo para irem para o *front* de batalha; os profissionais de enfermagem; os nossos fisioterapeutas.

E, hoje, o que nós temos, dois anos após? Nós temos, felizmente, um cenário epidemiológico muito mais controlado. O Brasil resistiu bravamente à Delta, que criou tantos óbitos e colapso nos sistemas de saúde de países da Europa, com sistemas de saúde maduros, e dos Estados Unidos. Durante a Delta, nós assistimos no Brasil a uma queda do número de casos e do número de óbitos.

A variante Ômicron, que foi inicialmente identificada na África do Sul, trouxe um número muito grande de casos, com um pico de casos, mas, felizmente, o número de óbitos não foi proporcional. Essa variante Ômicron atingiu de maneira homogênea a maior parte dos países do mundo, e, no Brasil, não foi diferente, mas o Sistema Único de Saúde do Brasil resistiu e atendeu a todos aqueles que precisaram de assistência, sobretudo na atenção primária. Nós sabemos que essa variante é associada à menor letalidade, e a atenção primária foi a grande trincheira na assistência àqueles acometidos pela variante Ômicron, e os nossos hospitais atenderam bem àqueles que tiveram síndromes respiratórias agudas graves, mostrando claramente que o Sistema Único de Saúde sai fortalecido dessa emergência sanitária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, graças à estratégia diversificada de aquisição de vacinas do Governo Federal, liderada pelo Ministério da Saúde – da qual constam a encomenda tecnológica feita à Universidade de Oxford AstraZeneca, mais de 170 milhões de doses de vacina; a aquisição de 300 milhões de doses de vacina à farmacêutica Pfizer-BioNTech; a aquisição de vacinas à Janssen; a aquisição de vacinas ao Butantan; e a participação do Brasil na iniciativa Covax Facility –, nós já conseguimos vacinar com a segunda dose mais de 70% da população brasileira e nós já vacinamos com dose de reforço mais de 65 milhões de brasileiros e de estrangeiros que residem no Brasil.

Nós avançamos em todas as faixas etárias que foram incluídas no Programa Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid e, Senador Humberto Costa, também seguindo a tradição de solidariedade do Brasil, nós doamos vacinas para países da América do Sul e para outros países da África através do Covax Facility, que não nos entregou as 42 milhões de doses que foram adquiridas, entregou-nos cerca de 11 milhões, e agora nós estamos contribuindo com o Covax Facility para aumentar a cobertura vacinal em todo o mundo, porque acreditamos que somente quando tivermos uma cobertura vacinal mais ampla nós conseguiremos ter uma tranquilidade maior em relação a possíveis variantes que possam surgir desse vírus. E vamos sair com o sistema de saúde muito mais forte para enfrentar não só essa emergência sanitária, mas outras que possam surgir.

O Brasil já consignou o seu compromisso no G20 em relação ao fortalecimento dos sistemas de saúde de acesso universal e ao aumento da capacidade produtiva dos complexos industriais de saúde para que tenhamos acesso equitativo, não só a vacinas, mas a outros insumos estratégicos fundamentais para os sistemas de saúde do mundo. E, em função do conjunto dessas iniciativas tomadas pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro, um Governo que sempre considera o Brasil e os brasileiros acima de tudo, nós fomos escolhidos por todos os países das Américas, incluindo a América do Norte, como o representante desse grande continente no organismo negociador intergovernamental que vai na OMS elaborar o tratado das pandemias.

Dessa sorte, eu tenho muita honra de estar à frente do Ministério da Saúde neste momento histórico em que vivemos. É um período de grande aprendizado, é um período de grandes desafios, mas também é uma oportunidade de poder ajudar a população brasileira, o que eu fiz como médico durante mais de 30 anos da minha carreira profissional. Hoje posso olhar para cada brasileiro, olho no olho, e dizer que estou cumprindo a minha missão. Essa oportunidade tive na Assembleia Geral das Nações Unidas, num evento sobre vacinação mundial, de externar os princípios elevadíssimos e a tradição do Brasil com os direitos humanos, com a saúde como um direito fundamental e de reafirmar esse compromisso de, juntamente com todos os profissionais de saúde, com as instituições brasileiras, continuarmos lutando para enfrentar a covid-19.

Notadamente no que concerne ao requerimento de S. Exa. o Senador Randolfe Rodrigues, conforme eu me manifestei nas duas oportunidades em que estive aqui no Senado Federal, por ocasião da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu solicitei à Conitec que elaborasse uma diretriz terapêutica, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conformidade com o que estabelece a Lei 12.401, de 2011, e segundo o decreto que regulamenta essa lei. Essa diretriz consta de uma série de capítulos. Alguns capítulos foram aprovados pelo então Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, Dr. Hélio Angotti, em conformidade com o que determina a legislação, e dois outros foram recusados. Isso gerou um recurso. E esse recurso, pelo decreto-lei, é endereçado ao Secretário, para que ele possa reconsiderar ou não essa decisão. O Secretário conheceu do recurso, mas não reconsiderou. E, naturalmente, dentro do trâmite processual próprio, esse recurso sobe para o Ministro da Saúde para que ele possa, de maneira conclusiva, se manifestar. No momento atual, encontra-se em fase de instrução processual. E, assim que o processo for instruído, vai subir para o Gabinete do Ministro.

Em conformidade com o que eu já disse aqui, à época, quando falei em Conitec, causei estranheza, porque alguns diziam que isso não era atribuição da Conitec. E eu disse que sim, que era atribuição da Conitec sugerir, recomendar para o que o Secretário de Ciência e Tecnologia acatasse ou não. Se houvesse alguma inconformidade, se houvesse um recurso para o Ministro, o Ministro iria julgar, e eu o farei. Eu o farei como estou fazendo em todas as políticas públicas de saúde referentes ao Ministério da Saúde.

V. Exa. exerceu esse cargo. Embora não fosse em época de pandemia, é sempre complexo dirigir o Ministério da Saúde, e V. Exa. pode ratificar o que eu digo. Nós muitas vezes somos forçados a contrariar interesses. E eu não digo que é contrariar interesses, porque contrariar interesse é contrariar o interesse do povo brasileiro, não de grupos especiais. Vou dar só um exemplo: agora mesmo fizemos uma modificação em relação à remuneração de materiais especiais na área da cardiologia, que é a minha especialidade. De 57 itens da alta complexidade cardiovascular, 36 tiveram reajuste nos seus preços e 12 tiveram modificação para menor – isso resultou numa economia de R\$293 milhões, recursos esses que serão integralmente investidos na própria especialidade de alta complexidade cardiovascular. Então, na hora em que o recurso, se estiver instruído, chegar para mim, eu vou me manifestar de forma conclusiva, até porque, em relação às diretrizes terapêuticas para a covid-19, mesmo hoje, depois de dois anos de pandemia, nós temos pouquíssimos medicamentos que têm, no bulário, a recomendação de prescrição para o tratamento dessa doença, seja na fase hospitalar, seja na fase ambulatorial.

Quero aqui me ater a um dos medicamentos para o tratamento hospitalar em pacientes que estão na fase inflamatória da doença: aqui vou citar o baricitinib, que é um medicamento que já consta na Rename para o tratamento de afecções reumáticas, e agora foi solicitada à Anvisa a ampliação do uso. Esse medicamento já foi avaliado pela Conitec, com a recomendação preliminar de aprovação no Sistema Único de Saúde.

Por outro lado, há outras medicações que, também nessa mesma esteira, servem para o tratamento da fase inflamatória dessa doença, a exemplo do tocilizumabe, também já incorporado à Rename, medicação essa que é inibidora da interleucina-6, que já consta nos protocolos, nas diretrizes da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização Mundial da Saúde, pois já há alguns estudos randomizados, e o laboratório detentor da patente desse medicamento não solicitou a avaliação da Anvisa para ampliar o bulário, embora essa medicação esteja sendo utilizada *a larga mano* no sistema privado de saúde.

Então não é algo tão simples assim se discutirem esses assuntos, até porque a decisão é tomada na ponta pelo médico que prescreve essas medicações.

Em relação ao tratamento ambulatorial, como é do conhecimento de V. Exas., Senadores, felizmente já há hoje medicações que apontam uma maior eficácia para o tratamento da fase inicial – é motivo ainda de análise pela Agência de Vigilância Sanitária. Outros medicamentos já tiveram registro da Agência de Vigilância Sanitária para o tratamento da covid na fase inicial – aqui me refiro especificamente ao coquetel de anticorpos monoclonais, o casirivimabe e o imdevimabe, cujo registro emergencial a Anvisa suspendeu recentemente porquanto esse medicamento não se presta ao tratamento da covid-19 causada pela variante Ômicron. É por essa razão que a própria Organização Mundial de Saúde defende o que se chama hoje de diretriz viva. Então, essa diretriz viva aceita, acata inovações que surjam e que possam ser naturalmente úteis no enfrentamento à covid-19.

É claro que, num cenário onde há uma redução de casos fruto da vacinação, a nossa expectativa é de que esses casos diminuam de maneira muito expressiva. Hoje mesmo há várias cidades cujas UTIs têm pouquíssimos casos com síndromes respiratórias agudas graves, porque há um ponto, um aspecto, Senador Humberto Costa, que é o impacto no orçamento do sistema de saúde do nosso país.

Então, há um custo elevado e que o orçamento do Ministério da Saúde infelizmente não sobe na mesma proporção dos custos do que se chama de inflação médica. Não é inflação médica. Não é o médico que inventa esse custo. A inflação é da saúde. E muita, muita gente ganhou muito dinheiro durante essa pandemia, sobretudo a indústria farmacêutica. E nós estamos atentos a isso, até porque vai de acordo com o preceito constitucional garantindo a política pública, mediante políticas sociais e econômicas. Precisa ter sustentabilidade econômica. A própria Lei nº 12.401 já fala da eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade.

Então, finalizando e agradecendo a V. Exa. e aos Senadores por essa oportunidade de estar aqui esclarecendo esses pontos, quero dizer que, no que tange especificamente ao requerimento de S. Exa. Senador Randolfe Rodrigues, nós vamos nos manifestar acerca do recurso que foi impetrado não só pelo Prof. Carlos Carvalho, representando um grupo de professores, mas pela Associação Médica Brasileira, e dar uma resposta baseada em critérios técnicos que sejam do interesse da sociedade brasileira como um todo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Muito obrigado, Ministro Marcelo Queiroga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero de imediato passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, na condição de autor do requerimento de convocação do Sr. Ministro, para que possa fazer as suas indagações.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Senador Humberto Costa, meus cumprimentos. Boa tarde. Ministro Marcelo Queiroga, boa tarde. É uma satisfação para esta Comissão recebê-lo.

Vocês estão me escutando bem? (*Pausa.*)

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Estamos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Ministro, na verdade, duas razões levaram a esse nosso requerimento de convocação convertido em convite, e muito nos apraz a sua presença.

Na verdade, eram assuntos que vieram à tona no começo do ano, notadamente no mês de janeiro, sobre posições do Ministério da Saúde e posições no âmbito da Conitec. E eu queria aqui lembrar, Ministro, que V. Exa. compareceu pelo menos duas vezes na então Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a covid, e V. Exa. inclusive aqui destaca o comparecimento nessas duas situações.

Eu gostaria inclusive de ter reportado a esta Comissão – mas parece-me que a minha assessoria acabou por não encaminhar – os depoimentos na CPI da covid em duas oportunidades. Nesses depoimentos, Ministro, V. Exa., em duas oportunidades, claramente disse, em alto e bom som, que a "solução" – abro aspas e fecho aspas – em relação ao enfrentamento da pandemia através do chamado *kit* covid deveria aguardar uma manifestação da Conitec.

Finalmente, no mês de janeiro – aliás, meses de dezembro e janeiro –, a Conitec fez uma manifestação em relação ao que toda a comunidade científica já conhecia muito bem, que era a total ineficácia do *kit* covid.

Seu Secretário de Ciência e Tecnologia, que o senhor citou ainda há pouco, Dr. Hélio Angotti, claramente rejeitou a decisão da Conitec. Eu quero, inicialmente, perguntar a V. Exa., e essa é a primeira pergunta que lhe faço: V. Exa. reitera as posições anteriormente destacadas no âmbito da CPI da covid por V. Exa. próprio de que o órgão máximo em relação à decisão científica e técnica é a Conitec e, neste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso, V. Exa. referenda o que foi dito pela Conitec diante do óbvio, da total ineficácia dos chamados medicamentos do *kit* covid?

Em segundo lugar, após a nota da Conitec, houve a chamada nota técnica editada pelo Sr. Hélio Angotti. Essa nota técnica foi refutada, inclusive, pela Sociedade Brasileira de Microbiologia. Nessa nossa técnica, em uma tabela, o Sr. Hélio Angotti diz que o *kit* covid, os medicamentos do *kit* covid, notadamente a cloroquina, têm eficácia contra a covid e que vacinas não têm eficácia. Eu gostaria de saber a opinião de V. Exa. em relação a isso e se, obviamente, a posição de V. Exa. atualmente refuta a posição do Sr. Hélio Angotti, se já foi tomada algum tipo de providência, de que talvez nós não tenhamos conhecimento, no âmbito do Ministério da Saúde para refutar.

E, por fim, eu acho que a terceira e mais importante pergunta, Ministro, é claramente qual a posição de V. Exa. sobre a vacinação infantil, sobre a eficácia da vacinação infantil, sobre a necessidade da vacinação de nossas crianças, que se encontram, em todo o Brasil, ainda hoje – embora a sociedade brasileira já esteja em um estágio de controle da pandemia, mas ainda hoje... e há um caso mais concreto, inclusive, aqui no meu Estado do Amapá –, com índices muito baixos de vacinação? Então, eu gostaria de saber a sua posição clara em relação à vacinação das crianças.

São esses os três questionamentos.

Obviamente, ouvindo o Sr. Ministro, eu me aterei à eventual réplica, Sr. Presidente.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelas perguntas de V. Exa. Eu me recordo bem das duas oportunidades que estive aqui no Senado Federal. E se pode recorrer facilmente às notas taquigráficas para se verificar o que eu falei em relação à questão da Conitec.

Na realidade, a Conitec não é uma instância decisória, a Conitec recomenda. A decisão é de competência do Secretário, é assim que está no decreto-lei que regulamentou essa Lei 12.401, de 2011, não é? E aqui eu não tenho viés nenhum, porque nós sabemos, em 2011, quem estava à frente do Ministério da Saúde e quem foi que subsidiou a então Presidência da República na elaboração desse decreto, que, na minha opinião, é um decreto correto e foi um avanço para o sistema de saúde do Brasil.

A autoridade final decisória é o Secretário; todavia, se houver algum tipo de recurso, cabe ao Ministro tomar a decisão. Foi isto o que eu disse: que, se houvesse um recurso para mim, eu decidiria. O Secretário acatou alguns dos capítulos, outros o Secretário não acatou, e o recurso está comigo em fase de instrução processual. Eu posso manter a decisão do Secretário, eu posso revogar a decisão do Secretário, ou eu posso manter em parte a decisão do Secretário.

No que tange à vacina, especificamente, o que há, do ponto de vista prático, é uma portaria, uma portaria minha, do gabinete do Ministro Marcelo Queiroga, de julho de 2021, que incorpora, sim, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas ao Sistema Único de Saúde, as vacinas com registro definitivo, Senador Humberto Costa. Essa portaria foi feita com base em uma análise, um parecer técnico elaborado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, e, inclusive, no que tange a custo-efetividade, são bastante custo-efetivas as vacinas.

Dessa feita, eu quero dizer que não há essa comparação de vacina com tratamento. Vacina é para prevenção. Tratamento – já está dizendo o nome – é tratamento, embora alguns medicamentos possam ser utilizados para a profilaxia. Eu me manifestei aqui na Comissão em duas ocasiões. Tudo o que eu falei eu reiterei e cumprirei. Até hoje, desde que eu assumi o Ministério da Saúde, tudo o que eu falei eu cumpri, e os resultados estão aí. Nós temos uma queda expressiva do número de casos, do número de óbitos em todas as regiões do Brasil, e isso é fruto de políticas públicas.

No que concerne à vacinação de crianças, mesmo sem haver qualquer vacina pediátrica aprovada por agências de vigilância sanitária do porte da Anvisa – a Anvisa é uma agência de vigilância sanitária muito considerada; ao longo do tempo, ela evoluiu seus processos regulatórios –, mesmo sem haver qualquer vacina aprovada por uma agência do quilate da Anvisa, o Ministério da Saúde acompanhava, no horizonte tecnológico, as vacinas. A que está aprovada, a vacina da Pfizer-BioNTech, nessas agências do porte da Anvisa – e se faz exceção à vacina de vírus inativado que a Anvisa aprovou e outras agências dessa mesma maturidade regulatória não a aprovaram –, nós já negociávamos com a indústria Pfizer-BioNTech. Se essa vacina fosse aprovada pela Anvisa e se ela fosse naturalmente produzida pela indústria, ela seria incluída no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

Nós, salvo melhor juízo, em novembro de 2021, firmamos um contrato para a aquisição de 100 milhões de doses adicionais da vacina Pfizer-BioNTech, e ficou lavrado no contrato, Senadores, que, se houvesse qualquer faixa etária incluída ali e essa indústria farmacêutica tivesse vacinas aprovadas pela agência regulatória, essas vacinas deveriam ser ofertadas para o Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19 no Brasil.

Então, foi assim: quando a Anvisa noticiou a aprovação dessa primeira vacina, nós automaticamente fizemos o pedido à Anvisa do quantitativo de vacinas que a Pfizer... Desculpa: o quantitativo de vacinas à Pfizer-BioNTech que essa indústria poderia nos entregar. E naquele momento nos foi informado que eles só poderiam nos entregar 20 milhões de doses a partir do dia 10 de janeiro.

Foram feitas as análises da evidência científica. A evidência científica em relação a essas vacinas não é robusta. Do ponto de vista de estudo de Fase III no que concerne à vacina da Pfizer-BioNTech, só há uma publicação feita no periódico *New England Journal of Medicine*, que é uma revista de fator de impacto elevado, uma revista considerada por toda a comunidade científica, e essa publicação foi o que embasou a aprovação dessa vacina no FDA, na Agência Europeia de Medicamentos, na Anvisa. Essa publicação tem um acompanhamento de 126 dias, e o que nós observamos foi uma redução no número de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos, sendo impossível, com base exclusivamente nessa publicação, se inferir se haveria ou não redução de óbitos.

Posteriormente, surge a variante Ômicron, e hoje nós já temos notícias de que a eficácia desse agente imunizante – no que diz respeito à variante Ômicron, na dose que foi usada nesse ensaio clínico, que é um terço da dose utilizada para as outras populações – não tem um perfil de desempenho com as duas doses, na dosagem de 10mcg, que seja um perfil com o qual nós ficaríamos satisfeitos para a vacinação. Mas é consenso na comunidade científica que essas vacinas, mesmo com esse escape vacinal alto, são importantes e devem ser aplicadas na população brasileira.

O Brasil vem avançando em relação à vacinação das crianças. Nós já temos 41% das crianças brasileiras vacinadas com a primeira dose; a segunda dose progride – o intervalo vacinal que foi determinado pelo grupo técnico que assessora o ministério foi maior, de tal sorte que a vacinação com a segunda dose ainda não está no mesmo patamar da primeira dose. Mas eu diria que estamos indo bem com a vacinação infantil. O número de casos – nós temos o acompanhamento da Secretaria de Vigilância em Saúde –, independentemente da vacina, à época em que não havia vacina, caiu proporcionalmente à população vacinada, mostrando o benefício da vacinação da coletividade, como um todo; subiu, quando houve a variante Ômicron, mas felizmente agora cai tanto na população de cinco a onze anos como na população de zero a quatro anos.

Bom, sintetizando: nós entendemos que as vacinas, independentemente do conhecimento maior da sua eficácia em longo prazo na faixa etária de zero a cinco anos, são vacinas seguras, são vacinas que estão nos ajudando nesse momento difícil, e o que nós gostaríamos era de ter outras vacinas mais eficazes para termos ainda um enfrentamento mais satisfatório à pandemia da covid-19.

Todas as vacinas que tiverem o aval da Anvisa serão consideradas para a inclusão no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

A apropriação do procedimento adotado pelo Ministério da Saúde, Senador Randolfe Rodrigues, se V. Exa. me permite, foi discutida e foi ratificada por decisão de S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski por ocasião de uma ação movida pelo partido de V. Exa. no Supremo Tribunal Federal, quando, após a conclusão do procedimento administrativo pelo Ministério da Saúde, S. Exa. o Ministro Enrique Ricardo Lewandowski tornou sem objeto a ação, de sorte que nós pudemos seguir céleres em relação à vacinação infantil.

Em relação à vacinação infantil, Senador, na capital de São Paulo, por exemplo, onde há uma adesão muito forte à vacinação, nós já temos índices muito maiores do que 50% da população de 5 a 11 anos vacinados, no Rio de Janeiro também.

Isso é fruto da cultura vacinal do povo brasileiro, que foi constituída ao longo do tempo. Nós temos o exemplo de Oswaldo Cruz, naquela época houve a Revolta da Vacina; hoje nós temos um cenário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diverso e, com isso, nós conseguimos controlar várias doenças evitáveis com vacinas. E vamos caminhar para sair deste contexto de emergência sanitária de importância nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- V. Exa. deseja a réplica?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) - Só completando, Presidente Humberto.

Ministro, de fato, no começo do século passado, ocorreu a Revolta da Vacina. A circunstância diferente do século passado para o atual é que ocorreu uma revolta da sociedade contra a vacina. E V. Exa. tem razão quando diz que, ao longo do século XX, sobretudo nos últimos 40, 50 anos, o Brasil ganhou uma enorme cultura vacinal. Passou a ser parte da cultura nossa nos termos campanhas consistentes de vacinação, o que levou, outrora, no passado, por exemplo, ao país controlar várias epidemias e endemias – um desses exemplos é o caso da paralisia infantil. Agora, com a devida permissão: não é o caso deste Governo. V. Exa. sabe muito bem, não vamos aqui dourar a pílula, das inúmeras declarações do Presidente da República contra a vacina ao longo do ano de 2020 e até o começo do ano de 2021.

Perceba, Ministro, que V. Exa. disse algo que espero de um Ministro da Saúde: qualquer vacina autorizada pelo órgão regulador, pelo órgão sanitário respectivo, tem o respaldo do Ministério da Saúde. Perfeito! É isso que nós queremos ouvir do Ministério da Saúde, é isso que queremos ouvir do Ministro da Saúde. Ocorre, Ministro, que, como passou um tempo desde a última polêmica que houve em relação ao Ministério da Saúde – polêmica há toda semana em relação a este Governo; a da vez, até ontem, foi o caso do Ministério da Educação –, então, é bom lembrar. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária decidiu, no dia 18 de dezembro, salvo melhor juízo, pelo "autorizo" da vacina em relação às crianças. Após esse "autorizo" por parte da Anvisa, houve uma reticência por parte do Governo. V. Exa. mesmo deu declarações no sentido de que precisava de uma consulta pública – e, me permita, não me parece ter tido precedente, na história de autorizações da parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de consulta pública sobre vacinação após o órgão regulador e órgão sanitário, como V. Exa. mesmo disse, já tendo tomado uma decisão. Da decisão da Anvisa autorizando a vacinação das crianças ao exercício efetivo, ao início da vacinação, decorreu quase um mês. Nesse intervalo, houve a tal consulta pública promovida pelo Ministério da Saúde, o que claramente atrasou ainda mais o início da vacinação infantil.

Gostaríamos nós e o Brasil todo que está nos assistindo, Ministro, de saber a sua clara posição em relação à vacinação infantil.

V. Exa. fala algo muito importante aqui: em São Paulo, temos bons índices de vacinação infantil – o que, se diga, justiça seja feita, seja talvez mais por mérito do Governo de São Paulo. Eu gostaria de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros números de capitais também que tivessem bons números de vacinação infantil, o que não é o caso da minha capital.

Eu quero lhe dizer: o negacionismo em relação à vacina e à vacinação das crianças trouxe danos enormes – trouxe danos enormes. Ainda hoje, há autoridades falando contra a vacinação de crianças, atentando contra a vacinação de crianças.

Neste momento, o que me parece importante ouvir de V. Exa., o que nós queremos ouvir no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos é: a vacina infantil, a vacina contra a covid para crianças é recomendável, é segura? O senhor recomenda que os pais das crianças brasileiras levem os seus filhos para se vacinarem? Indo direto ao objetivo, sendo mais direto... Inclusive, nesse sentido, Ministro, talvez os nossos objetivos sejam iguais: alcançar o maior número possível de vacinação de crianças. Eu não quero saber só de São Paulo com a vacinação avançada; quero saber da minha capital, Macapá, com a vacinação das crianças avançada, o que lamentavelmente não está; eu quero saber do Nordeste com a vacinação avançada... E para isso a fala de V. Exa., como maior autoridade da saúde pública do país, é indispensável neste momento. Então, é diretamente perguntando a V. Exa.: a vacina em relação às crianças é segura, é efetiva? O senhor recomenda os pais brasileiros a levarem suas crianças para se vacinarem?

E só uma segunda consideração, se V. Exa. permite. Veja: a nota assinada anteriormente pelo Sr. Hélio Angotti – uma pena que não dá para mostrar aí –, claramente a nota do Sr. Hélio Angotti diz aqui... Há duas tabelas na nota. Na tabela aqui da esquerda, na primeira coluna, se diz: "Há demonstração de efetividade em estudos controlados e randomizados?". E aí, como está aqui na nota, o Sr. Hélio Angotti publica essa nota dizendo que, para hidroxiclороquina, há efetividade no enfrentamento da covid; para vacinas, não, não há efetividade. Então, é importante também de V. Exa. uma posição firme e dura em relação a essa nota. Essa tabela foi publicada na nota emitida pela diretoria do Sr. Hélio Angotti no âmbito do Ministério da Saúde.

E, por fim, só um terceiro questionamento. V. Exa. criou uma comissão, me parece, há um mês – deixe-me ver a data: há um mês ou dois meses –, que na prática decidiria a implementação ou não da diretoria da Conitec, que V. Exa. muito bem destaca aqui que é uma instância consultiva e não deliberativa.

E uma das atribuições dessa comissão é deliberar sobre a decisão da Conitec que contraindica o tratamento com o *kit* covid, embora, reitero, me parece que isto, em toda comunidade científica do planeta, já está mais do que claro: a ausência de eficácia da cloroquina e derivados e dos demais instrumentos do *kit* covid em relação ao coronavírus, em relação à covid-19.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: essa comissão já emitiu um parecer final? Essa comissão já tem uma decisão final sobre a posição da Conitec, que conflita claramente com a posição do Sr. Hélio Angotti? É a pergunta complementar que faço a V. Exa.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Bom, a decisão, Senador Randolfe Rodrigues, será minha. A comissão me assessora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Esse tema vai passar. Está agora, se eu não me engano... Está aqui o nosso Consultor Jurídico da Advocacia-Geral da União, Dr. João Bosco Teixeira, está na Consultoria Jurídica, e a decisão vai ser minha. Pode ter certeza de que eu vou tomar a decisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Ministro, desculpe interromper...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Vou tomar a decisão, como sempre tenho tomado, como, por exemplo, tomei a decisão de incorporar as vacinas no SUS, em uma IO de 2021, portanto, muito antes dessa tabela a que V. Exa. faz referência.

Então, do ponto de vista prático, o que há é uma portaria do Ministro da Saúde incorporando as vacinas. E os fatos falam mais do que qualquer narrativa.

Em relação à vacina das crianças, naturalmente, como eu aqui já falei, e vou reiterar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Ministro, o senhor me permita: a tabela não é narrativa. A tabela é uma tabela exarada no Ministério da Saúde. Fico feliz...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Não. Não é no Ministério da Saúde, Senador Randolfe Rodrigues. Essa é uma posição do secretário. Os secretários que estão à frente da secretaria respondem pelas posições deles, e eu respondo pela minha posição. Agora, eu também quero ter o crédito pelo que eu faço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Não, fico feliz de ouvir isso de V. Exa.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Tá? Quero ter o crédito pelo que eu faço, viu, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Fico feliz de ouvir isso de V. Exa. Então, a posição não é do Ministério da Saúde; a posição é do secretário...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO QUEIROGA – Claro. Do secretário. Há várias secretarias finalísticas no Ministério da Saúde. Os secretários são autorizadores de despesa e respondem por aquilo por que eles se manifestam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Por isso existe recurso ao ministro. E esse tema vai pouco impactar no enfrentamento à pandemia da covid-19, para ser sincero com V. Exa., a essa altura do campeonato.

Em relação à vacina de crianças, como eu já disse aqui, no momento em que a Anvisa autorizou a vacina, as vacinas foram solicitadas à Pfizer-BioNTech. As vacinas não podem chegar antes da aprovação pela Anvisa. Isso fere a legislação sanitária. Não posso, Senador Humberto Costa, trazer produtos que não sejam aprovados pela Anvisa. E as vacinas não estão disponíveis ali numa loja, para que eu vá ali, busque essas vacinas e comece a aplicar no outro dia, com exceção dos países que produzem essas vacinas. No caso dos Estados Unidos, começou a ser aplicado logo que foi aprovado no FDA, é um país que tem uma regulação diferente. Vou trazer o exemplo de Portugal: a vacina foi autorizada pela Agência Europeia de Medicamentos e não começou a ser aplicada no outro dia; levou mais de 25 dias para ser incluída. No próprio Reino Unido, há países como a Suécia, que até agora não aprovou essas vacinas para essa faixa etária. E não há que se falar que a Suécia não tem um sistema de saúde de boa qualidade.

Então, quero dizer para V. Exa. que não houve atraso de sequer um segundo em relação à vacina. Nós já sabíamos quando essas vacinas iam ser disponibilizadas para a sociedade brasileira. E, quando eu falei que as vacinas aprovadas pela Anvisa são consideradas, elas não são de incorporação imediata no SUS – não só vacina, como diversos outros medicamentos. Não existe condição de se incorporarem todos os medicamentos, todos os equipamentos, todos os dispositivos aprovados pela Anvisa. E há um sem-número desses dispositivos, desses medicamentos e dessas vacinas que têm aprovação da Anvisa e não estão incluídos no plano nacional de vacinação. Por exemplo, as vacinas antipneumocócicas estão incluídas para uma faixa etária, mas não estão incluídas para todos. Então, é necessário que se faça uma análise da política pública.

E não há que se estranhar consulta pública. A consulta pública deve ser feita e está prevista no decreto-lei que regulamenta a Conitec. Agora, nós fazíamos consultas públicas de uma maneira muito amadora; hoje nós estamos fazendo consultas públicas de maneira mais consistente, com uma plataforma mais segura do Gov.br. Nós vamos fazer audiências públicas, a exemplo desta. Esta audiência pública a que V. Exas me convocaram – mas, se tivessem me convidado, eu viria com o mesmo prazer, porque eu sei que nós estamos aqui discutindo com os Senadores, discutindo com a sociedade brasileira, mesmo com as divergências que nós temos – é própria do processo democrático. Então, podemos fazer várias audiências públicas, o enfrentamento a doenças raras...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora mesmo, há um medicamento que está sendo considerado para o tratamento da atrofia muscular espinhal e que o Ministério da Saúde... Já foi judicializado – o Senador Humberto Costa conhece bem esse cenário –, e nós já fomos condenados a pagar, Senador, mais de R\$740 milhões para atender a um universo pequeno de pacientes. Embora reconheça como legítimo o direito individual de as pessoas pleitearem na Justiça, no cenário em que, muitas vezes, agora na pandemia da covid, está se discutindo o direito coletivo em detrimento do direito individual de uma pessoa que não quer se submeter a uma vacina, por exemplo... "Não, você tem que tomar a vacina, porque isso vai beneficiar a coletividade". Então, são certos paradoxos que existem, e nós só vamos superá-los com a discussão ampla com a sociedade brasileira.

Em relação à cobertura heterogênea de vacinas no Brasil, ela só não é pior, porque nós temos o Sistema Único de Saúde, que foi fortalecido. A cultura da população brasileira de buscar as vacinas... O senhor, com a sua credibilidade aí no Estado do Amapá, certamente pode ser um daqueles que vai nos ajudar a ampliar a cobertura vacinal no Estado do Amapá.

Eu queria aqui relatar uma experiência que tive recentemente. Eu fui visitar uma comunidade indígena na Aldeia São Paulino, no Alto Purus, e lá eu tive a oportunidade de vacinar crianças indígenas, Senador Randolfe Rodrigues. Havia uma criança com cinco anos em que eu apliquei uma vacina dessas da Pfizer-BioNTech, que tem uma logística complexa para ser levada para uma comunidade daquela, Senador Humberto Costa. E V. Exa., que foi um dos construtores do SUS, deve se orgulhar disso também. Eu apliquei aquela vacina e havia uma criança de quatro anos para a qual não estava prevista essa vacina que estava chorando querendo tomar a vacina.

O Governo do Presidente Bolsonaro investiu R\$33 bilhões na aquisição de vacinas, e essa é a principal política pública no enfrentamento à pandemia da covid-19. Agora isso não se confunde com forçar as pessoas a tomar vacina. A própria decisão de S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski é no sentido de que as vacinas são compulsórias, mas não devem ser forçadas e de que a União, estados e municípios podem, dentro da lei, adotar medidas indutoras da vacinação, e é isso que nós estamos fazendo. O Estado de São Paulo tem uma boa cobertura vacinal, bem como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, a minha Paraíba. E nós estamos avançando em relação não só à vacinação, mas também ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu passo agora a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para que possa fazer a sua pergunta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpellar.) – Obrigado, meu querido companheiro Senador Humberto Costa. Parabéns pela condução à frente da Presidência desta tão relevante Comissão de Direitos Humanos!

Quero agradecer o comparecimento do Ministro mais uma vez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Espero que o senhor tenha a plena convicção de que qualquer fala aqui está no espírito republicano, dentro do campo da democracia. É aquilo que eu mais clamo: divergência ideológica ou de posição é saudável na democracia.

Eu queria falar para o Ministro, e isto não sou eu que estou dizendo, mas foi o legislador constituinte, desde o dia 5 de outubro de 1988, no art. 6º e no art. 196 da nossa Carta Constitucional... Ela determina que a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E, mais na frente, no art. 37, ela estabelece como um dos princípios da administração pública a eficiência.

A minha pergunta é muito simples. São 30 milhões de brasileiros contaminados pela covid, com sequelas irreparáveis, e 659 mil mortos. O Ministério da Saúde do Estado brasileiro cumpriu com o princípio constitucional da eficiência, na opinião de V. Exa.?

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador, a saúde, no Brasil, é tripartite. Então, nós temos a União, os estados e os municípios, e a responsabilidade é compartilhada.

V. Exa., talvez, não estivesse aqui no início da minha fala. Eu, inclusive, externei a nossa solidariedade em relação aos familiares daqueles que tiveram seus entes queridos que faleceram.

Enfim, sempre nós podemos melhorar. Nós aprendemos ao longo dessa pandemia. E eu diria que, se o Brasil não é um paradigma de enfrentamento à pandemia da covid-19, ele está entre os países que, ao longo do tempo, fortaleceu o seu sistema de saúde. Ele trouxe respostas no enfrentamento à pandemia, tanto que, hoje, nós temos um cenário de flagrante melhora do cenário epidemiológico.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, na opinião de V. Exa., o Ministério da Saúde cumpriu com eficiência o combate à covid, com 659 mil mortos?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Então, Senador, é uma doença grave, na sua forma grave, que leva a síndromes respiratórias agudas graves.

Dou só um exemplo para V. Exa.: nós tínhamos 22 mil leitos de UTI no Brasil; durante o pico da pandemia, subimos para 45 mil leitos. Por exemplo, nós distribuímos, Senador Fabiano, 17 mil respiradores.

Há vicissitudes no sistema de saúde, não tenho dúvida. Se nós tivéssemos, lá atrás – aqui não quero responsabilizar ninguém em específico –, investido mais no sistema de saúde, investido mais na qualificação dos profissionais de saúde na ponta, na infraestrutura, talvez o desfecho fosse diferente, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como médico, uma pessoa que há 30 anos atua na Medicina, eu tenho a convicção de que, apesar das perdas, nós vamos sair mais fortes, porque, se nós tínhamos um conceito de que o SUS era conceitualmente muito bom, cada um dos brasileiros hoje valoriza muito mais o Sistema Único de Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Agora, Ministro, o senhor poderia aproveitar esta oportunidade – aqui não sendo repetitivo, mas Platão falava que a sabedoria está na repetição –, e dar um recado para a população brasileira: diga que a vacina é eficaz, diga que é para os pais vacinarem os seus filhos; isso é elementar, Ministro.

Agora, eu falo como cidadão, eu estou falando isso como cidadão, porque eu tenho dois filhos: tenho uma filha de três anos e um que vai fazer oito anos. Agora, eu não acho razoável o nosso Presidente, com todo respeito... O Estado brasileiro é superior a qualquer governo. Agora, você falar, e ele não ter a sensibilidade e o senhor também como Ministro da Saúde... Quantas vezes... Eu faço aqui uma provocação – já fiz isso uma, duas, vou fazer pela terceira vez –: eu queria aqui que fosse veiculado na imprensa o Presidente da República, por exemplo, percorrendo os hospitais públicos se solidarizando com as vítimas. Quantas vezes nós vimos o Presidente da República ou o próprio Ministro da Saúde falando: "Olha, acreditem na ciência, vacinem-se, façam distanciamento social, usem álcool em gel, usem máscara, acreditem na ciência!"? O senhor é um médico, o senhor tem responsabilidade. Nós temos uma responsabilidade para dar efetividade a essa garantia constitucional que é o direito à saúde como direito humano universal como um direito constitucional.

Então, eu acho que o senhor poderia justamente, aproveitando o gancho do querido Senador Randolfe, falar: "Olha...". E quando o senhor fala que o secretário tem a responsabilidade dele, mas ele está subordinado ao ministério do senhor. E aí eu quero falar...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Não está subordinado a mim, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, espere um pouquinho, por favor. Eu estou aqui no meu prazo; no tempo de V. Exa., V. Exa. vai responder.

Agora, nós temos que entender que o art. 19, §2º, I, da lei do SUS, prevê que os relatórios da Conitec levarão – abro aspas – "em consideração, necessariamente: as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo" – fecho aspas –, e a Conitec aqui foi emitir o relatório.

É importante que a população brasileira entenda uma coisa: essa Conitec, que foi criada pelo SUS, é composta por quem? São vários especialistas. Esses especialistas enviam um relatório ao plenário da Conitec, que é composto com por um fórum de 11 membros; após isso, vai para uma consulta pública através de instituições e da sociedade civil; e aí emite o relatório. E aí vem o relatório final da Conitec, relativo ao Capítulo 2, do tratamento medicamentoso, das Diretrizes Brasileiras para Tratamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hospitalar do Paciente com Covid-19, e o que acontece? Eles foram claros: ambos não recomendam a utilização de hidroxicloroquina ou cloroquina em pacientes hospitalizados ou em tratamento ambulatorial. Essa foi a decisão, mas foi uma decisão da Conitec, feita por especialistas, que depois foi para o plenário, aí depois houve a consulta pública com a participação da sociedade civil e de instituições, e emitem esse relatório; aí veio justamente o órgão técnico especializado, destinado ao assessoramento de V. Exa. para a constituição e alteração de protocolo, e indicou esse tratamento. Por que o Ministério da Saúde resolveu tomar como base uma nota técnica assinada por uma única pessoa? Eu não consigo entender... Porque é isso, sim, quando várias pessoas, uma equipe, são os cientistas, são estudiosos... Ciência se faz em laboratório, não é no consultório de um médico, não, com todo o respeito; é com comprovação científica. Nós temos que falar isso a todo momento.

Nós estamos chegando a um ponto, Ministro, de as pessoas estarem acreditando nisso, até que a Terra é plana. Nós estamos chegando ao ponto de falar "olha, não tome vacina". Nós tomamos sempre vacinas a vida toda! Eu tomei. Eu vou fazer 56 anos, a vida toda tomei vacina, e não nunca fui procurar saber qual era o insumo, de onde ele vinha. Agora, não: vem o Ministério da Saúde com uma planilha, e na planilha consta que a hidroxicloroquina tem eficácia e que a vacina não tem? Bastou vacinar que diminuiu o número de óbitos. Contra fatos não há argumentos. Foi isso o que aconteceu! Por que você acha que diminuiu o número de óbitos? Porque a população foi vacinada. Não foi porque tomou hidroxicloroquina, não. Ela pode estar imunizada para verme, agora não para combater a covid; ivermectina é para combater verme, agora não para combater a covid-19.

Então, eu só queria entender qual é a razão de ser... Eu sei que há um prazo para recurso, que o senhor está dentro do prazo, que o senhor vai decidir, só que saúde pública é urgente. O que está em jogo é a vida humana. Olha, se eu tenho um prazo, por que eu vou ser burocrata? Eu volto a falar no princípio constitucional da eficiência. Está lá; não sou eu que estou dizendo. São princípios que regem a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Então, como é que se rejeita uma decisão, um relatório formado por especialistas, passado pelo plenário, consulta pública, instituições, sociedade civil, emitido com base na ciência? E aí vem uma nota técnica, assinada por uma única pessoa, contrariando isso tudo? Não. Então, vamos dar valor a essa decisão. É isso que a população precisa saber.

Mas eu queria muito ouvir, pelo bem dos meus filhos, o senhor falar: "pai, mãe, vacinem seus filhos, acreditem na vacina, acreditem na ciência". A vacina salva vidas, Ministro. Vamos fazer isso! Preste esse serviço à população brasileira. Eu faço este apelo, enquanto ser humano, enquanto cidadão, enquanto Senador Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Obrigado, Senador, por o senhor me dar a oportunidade de reiterar o que eu faço todos os dias. Eu sou um dos ministros da saúde do mundo que mais distribui vacina com a sua população. Através de uma logística complexa, nós distribuímos vacinas para os 26



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estados e o Distrito Federal, e estes, por sua vez, distribuem para os 5.570 municípios desta Federação. E eu tenho dito todos os dias – eu sou um dos ministros que mais fala com a imprensa, todos os dias eu falo com a imprensa –, eu falo, todos os dias: "Vacina, quarta dose? Vamos avançar na terceira dose. A cobertura está baixa na Região Norte". Talvez V. Exa. tenha tido a oportunidade de assistir. Eu mesmo já vacinei vários brasileiros, embora os vacinadores que estão nas 38 mil salas de vacinação sejam muito melhores do que eu para vacinar. E nós tivemos vários dias em que vacinamos mais de 2,4 milhões de brasileiros.

E quero reiterar aqui a importância de que cada um dos brasileiros exerça o seu direito de buscar as salas de vacinação para tomar as vacinas, conforme as recomendações técnicas, e de que os pais levem os seus filhos para tomar as vacinas. As vacinas foram aprovadas pela agência regulatória. Elas são vacinas seguras. Embora a eficácia em relação a novas variantes do vírus ainda não esteja muito bem esclarecida, elas têm um papel importante. Nós estamos vendo o controle do cenário epidemiológico, e isso se deve à forte campanha de vacinação em massa que foi realizada no Brasil. Não tenho dúvida disso!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Depois de 659 mil mortos...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Infelizmente, Senador. Não foi só aqui; os Estados Unidos, que têm um sistema de saúde extremamente forte, têm um número de óbitos maior do que o Brasil.

Quando V. Exa. estava falando, eu fiquei aqui, até me excedi, e V. Exa. pediu que eu o ouvisse. E eu ouvi V. Exa. com atenção.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Hum, hum.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Então, o Brasil é hoje um país que tem sucesso no enfrentamento à pandemia da covid-19. Se não fosse assim, Senador, não tinha sido o Brasil colocado pelos países da América como representante na OMS para a elaboração do tratado das pandemias – se V. Exa. não tem conhecimento desse fato, eu comunico a V. Exa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com todo o respeito, eu acho que...

O SR. MARCELO QUEIROGA – ... não seria o Brasil, Senador, escolhido pela OMS como um hub de produção de vacinas mRNA na Fundação Oswaldo Cruz.

Então, nós estamos absolutamente alinhados nesse mesmo propósito, independentemente de posições ideológicas, no que concerne ao direito à saúde, ao acesso universal, integral, igualitário e gratuito. Eu tenho certeza de que a minha identificação com V. Exa. é absoluta. Nós estamos chegando,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graças a Deus e à ajuda de todos, sobretudo do Sistema Único de Saúde, a um contexto sanitário bem mais favorável. Temos que pousar – eu até falei isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) –
Graças às vacinas.

O SR. MARCELO QUEIROGA – ... o nosso avião na pista.

Graças às vacinas, graças ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Infelizmente, há um número de pessoas que foram contaminadas com esse vírus – no Brasil, oficialmente, são 29 milhões, mas é mais do que isso, Senador, é mais do que 29 milhões. Essas pessoas se contaminaram com o vírus, elas foram vacinadas. Isso aí reforçou a imunidade. E não é só o Brasil; é a América do Sul também. A nossa América do Sul foi muito afetada pela variante Gama, foi uma tragédia aqui. Mas, paradoxalmente, essa variante Gama, que causou tanta infelicidade, juntamente com a vacinação e a cultura da nossa população... Isso aqui é Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia. Nós temos tido um impacto menor em relação à Delta e em relação à Ômicron.

Com relação ao recurso, vou reiterar o que eu já falei para o Senador Randolfe Rodrigues. Hoje, sinceramente, eu estou muito mais com atenção em relação aos novos medicamentos antivirais, à possibilidade de anticorpos monoclonais, porque, inclusive, essa é uma das recomendações, Senador Humberto Costa, para que tenhamos um cenário mais seguro para flexibilização dessas chamadas medidas sanitárias, do que em relação a essas questões que foram muito discutidas no ano de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE.
Fora do microfone.) – Com a palavra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu já vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Não, V. Exa. tem o direito à réplica.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) –
Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Pode falar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só queria falar para V. Exa. que não foi cumprido o princípio da eficiência – 659 mil mortos, 30 milhões com sequelas irreparáveis. Eu queria que respondesse isto para as famílias que estão enlutadas: quanto vale uma vida humana?; quanto vale a vida de um pai, uma mãe, um avô, uma avó, uma tia, um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrinho? Falar que o Brasil é exemplo, não é exemplo, não. O Brasil só se dignou a vacinar depois que a CPI cumpriu o seu papel fundamental para pressionar o Governo Federal a botar vacina no braço da população brasileira.

Agora, ainda nessa linha, Sr. Ministro, na ótica do direito sanitário, existe o chamado princípio da prevenção, que é aquele segundo o qual se deve evitar com absoluta prioridade um mal à saúde já identificado e passível de ser afastado.

Eu queria saber o seguinte: o senhor tem convicção de que essa nota técnica assinada pelo Sr. Hélio observa esse princípio da prevenção? Porque não é isso! A pergunta é muito clara! A Conitec é um órgão composto por inúmeros especialistas que elaboram um relatório fundamentado, que submetem um parecer para um colegiado, que emitem esse relatório, que fazem uma consulta... Aí vem uma pessoa e fala... Como é que fica esse princípio da prevenção, que é para mitigar os danos, que é para dar efetividade à saúde pública como um direito de todos, como um dever do Estado? Então, eu queria só entender isso!

Na concepção do senhor, essa nota técnica levou em consideração esse princípio da prevenção?

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador, eu já respondi e vou reiterar: eu vou julgar dentro do prazo que a lei me confere essa nota técnica emitida à época pelo então Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, mas, para trazer um dado a mais, por exemplo: a Conitec, que tem a função de recomendar... E a Conitec decide com base em pareceres técnico-científicos, os quais absolutamente não são contestáveis, e a Conitec pode ou não acatar o parecer técnico-científico que é submetido à análise da Conitec. Basta só que V. Exa. tenha acesso ao ementário das decisões da Conitec ao longo de uma década.

No que tange ao tratamento ambulatorial específico, sem me ater no detalhe a cada um desses possíveis fármacos considerados, a Conitec absolutamente se dividiu. Na primeira sentada foram seis a seis; seis aprovaram aquela diretriz e seis não aprovaram. Então, houve consulta pública. Às vezes as pessoas questionam consulta pública, acham que não se deve fazer. Então, houve consulta pública. Depois houve audiência pública. E depois, numa segunda sentada, por uma diferença de um único voto. Por um único voto se recomendou aquele protocolo com aquela diretriz, sobre o qual vou me debruçar e vou trazer respostas técnicas, com fundamento científico, que é o que eu fiz durante a minha vida inteira como médico. E vou trazer e vou publicar no *Diário Oficial da União*, para que todos tenham conhecimento, como eu fiz em relação às vacinas contra a covid-19.

Está lá: julho de 2021. Isso fala mais do que qualquer tabela que se queira inserir numa nota técnica que não tem valor legal nenhum, é apenas um mero instrumento informativo... E aqui eu não tenho procuração para falar em nome do ex-Secretário Hélio Angotti, da Ciência e Tecnologia. Ele mesmo retirou essa tabela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos trazer as respostas que a sociedade espera de nós, os homens públicos, e dar a nossa contribuição para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, só para concluir, falar que eu fico até perplexo quando vejo que o senhor vai cumprir o prazo para decidir. Isso é óbvio. Mas, quando se trata do principal bem jurídico, que é a vida humana, a gente tem que se empenhar, mesmo que a decisão seja para ir para um lado ou para o outro, mas o senhor tem que decidir. Então, esse prender-se a um fator burocrático no que tange a um principal bem jurídico, acho que isso é extremamente grave e isso me faz lembrar uma premissa que diz que a lei não socorre os que dormem. Eu acho que o Ministério da Saúde não pode dormir, ele tem que ficar atento, mesmo porque a responsabilidade para o agravamento da pandemia se dá tanto por ação, mas também por omissão, quando se há um imperativo em que se determina que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E essa obrigação se impõe ao Ministério da Saúde, Estado brasileiro, na preservação do principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Senador Fabiano Contarato, muito obrigado.

Eu agora quero fazer a minha inquirição.

Primeiro, seja muito bem-vindo, Ministro. Eu queria começar dizendo que parece que nós estamos falando de países diferentes, não é? V. Exa. falou aqui que o Governo enfrentou bravamente essa pandemia, falou que o Governo teve sucesso nesse processo, não é? No mundo foram confirmados mais de 434 milhões de casos de covid. Os Estados Unidos foram o país que teve maior número: 78 milhões, quase 79; a Índia, 42 milhões, quase 43; e o Brasil, oficialmente, 28.744.000. Portanto, o terceiro em contaminados. Isso, para mim, não é sucesso.

Segundo, em relação aos óbitos, foram 5.944.000. Os Estados Unidos foram o país com o maior número acumulado de óbitos: 948 mil; seguido pelo Brasil, mais de 655 mil. O segundo, Sr. Ministro. Isso não é de quem teve sucesso.

Além do mais, se nós formos levar em consideração os países do mundo, o Brasil, entre mortes por milhão, 2.982, está em décimo quinto. Muito na frente, em número de mortes, do que os Estados Unidos, por esse comparativo. No entanto, V. Exa. tem falado, desde o dia 22 de janeiro, que a pandemia está controlada e que tem planos de considerar que estamos vivendo em uma endemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, não é função de nenhum governo, de nenhum país e de nenhum Ministro da Saúde declarar o fim da pandemia. Isso é uma atribuição da Organização Mundial da Saúde. E essa declaração que V. Exa. quer fazer é nesse quadro que nós estamos vivenciando. Por exemplo, entre 20 e 26 de fevereiro deste ano, o Brasil ficou em quarto lugar no número de casos novos, 576 mil, e apresentou 5 mil óbitos. O maior registro de notificações de casos novos em um dia, 298.408, aconteceu no dia 3 de fevereiro deste ano. E mesmo assim se fala em declarar a existência da endemia e não de uma pandemia.

Quando nós vamos olhar a vacinação, nós temos 85% que já tomaram a primeira dose, 75% que tomaram a segunda e 35,9% que tomaram a dose de reforço. Esses parâmetros não são parâmetros de um bom enfrentamento à pandemia. Basta comparar com outros países para que a gente possa chegar à conclusão claramente de que o Brasil não é parâmetro para o enfrentamento à pandemia para nenhum país do mundo. E como disse o Senador Fabiano Contarato, se no Brasil a vacina hoje... V. Exa., da primeira vez que esteve aqui, adotava uma postura muito mais humilde do que apresenta hoje, com uma grande eloquência e certa arrogância.

Mas, se o Brasil vacinou a sua população, Ministro, deve-se à pressão da sociedade, deve-se à pressão dos meios de comunicação, deve-se à pressão dos movimentos sociais na área da saúde e deve-se à CPI, que investigou e provou a negligência, o desinteresse, a falta de sensibilidade e de respeito desse Governo pela população brasileira no enfrentamento a uma pandemia. Vamos dizer a verdade aqui com todas as letras. E não vai ser a grande eloquência de V. Exa. que vai aqui tentar fazer prevalecer um ponto de vista profundamente equivocado e que o povo brasileiro conhece. V. Exa. exerceu um papel negativo para a temática da vacinação infantil, porque V. Exa., já havendo conhecimento acumulado no mundo, já havendo experiência acumulada no mundo sobre vacinação infantil, preferiu fazer uma meia-sola, fazer um bate-bola com o Presidente da República e chegou a visitar uma família num caso em que teria havido um acidente por utilização de vacina e depois ficou provado que aquela criança não sofreu qualquer problema decorrente da utilização da vacina. V. Exa. imagina que aquele gesto não teve peso para que milhões de famílias no Brasil tivessem dúvida se deveriam vacinar ou não os seus filhos? Esse é o papel de um Ministro da Saúde?

Não tenho nada pessoal contra V. Exa. e estou falando isso inclusive com todo o respeito, mas, na verdade, V. Exa., naquele momento, prejudicou o processo de vacinação das crianças brasileiras. Até hoje, atos como este – a postura negacionista do Presidente da República, que disse, ele próprio, "minha filha não se vacina" – contribuem para que nós tenhamos percentuais de vacinação infantil muito distantes daquilo que é aceitável e muito distantes da capacidade de vacinação que o Brasil tem e que V. Exa. decantou aqui o tempo inteiro, não é?

Eu vou fazer algumas perguntas a V. Exa. Vou ainda tecer alguns comentários, mas vou fazer algumas perguntas a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A chamada *fake news* disseminou pelo país a ideia de que as vacinas produziriam alteração genética do DNA humano pelo fato de serem administradas por vacinas desenvolvidas em plataforma de RNA. Recentemente, numa sessão plenária acontecida aqui no Congresso, houve médicos que defenderam essa posição. Felizmente, o Presidente da Anvisa contestou fortemente e mostrou que isso não é verdadeiro. Mas eu pergunto a V. Exa., e, no final, V. Exa. responde: o senhor confirma – é para o senhor dizer para aqueles que vivem disseminando *fake news* – que as vacinas de RNA são seguras, que elas não alteram o DNA e que isso é um boato sem fundamento para gerar desinformação? O senhor considera que existe razão por parte dos pais que não querem vacinar seus filhos por entenderem que as vacinas são experimentais e que seus filhos não são cobaia? Os pais e os responsáveis devem levar as crianças para se vacinar contra a covid-19? Queremos que V. Exa. nos dê essa informação.

Pergunto a V. Exa.: por qual fonte de dados V. Exa. se orientou para dar uma declaração sobre óbito de crianças decorrentes da vacinação da covid-19? Porque, no dia 17 de janeiro de 2022, V. Exa. afirmou que 4 mil crianças teriam morrido comprovadamente em decorrência de efeitos graves da vacina da covid-19. O senhor poderia informar qual o número desse tipo de óbito até hoje no Brasil e no mundo?

Queria ainda tecer alguns comentários e dizer a V. Exa. o seguinte, sobre o tema específico desta Comissão: quando V. Exa. esteve a primeira vez na CPI, quando V. Exa. esteve a segunda vez na CPI – e, como eu disse, muito mais humilde do que está hoje aqui –, quando nós perguntamos: "Ministro, qual vai ser a sua posição sobre essa temática dos medicamentos ineficazes contra a covid-19, que têm sido prescritos, orientados até pelo próprio Presidente da República?", V. Exa. disse: "Eu encomendei um estudo à Conitec sobre isso, e essa posição da Conitec é a que vai prevalecer". A Conitec, num determinado momento, se manifestou sobre a utilização desses medicamentos no campo hospitalar dizendo que não caberia o uso desses medicamentos, e nós perguntamos... "Não, tudo bem. Está incorporada essa concepção. Falta agora tratar do tema do tratamento precoce, mas, quando a Conitec tiver uma posição, nós vamos incorporar essa posição." Pois bem, a Conitec tomou essa posição. Foi por 6 a 5. Boa parte desses cinco votos aí foram de pessoas que representam o Governo, e V. Exa. sabe disso, integrantes inclusive do próprio ministério, mas foi 6 a 5. Uma decisão científica. Uma decisão feita por pessoas e grupos contratados pelo próprio ministério para dar a sua avaliação sobre esse tema.

Eu esperava, Excelência, que V. Exa. dissesse: "Resolvido o problema". Mas eis o que acontece: um secretário que talvez seja muito mais competente para declarar a eficácia desses medicamentos e a ineficácia da vacina do que todos os cientistas que trabalharam naquele parecer, e V. Exa. sabe que foram muitos, foram muitos, mas havia um gênio que decidiu, de punho próprio, assinar um relatório em que dizia que ivermectina, que todos aqueles medicamentos – ainda bem que a gente está esquecendo o nome –, hidroxiquina, azitromicina, são eficazes e vacina não é eficaz. Ministro, se fosse eu – e eu tenho certeza de que se fossem vários Ministros da Saúde que passaram por lá antes de V. Exa. – esse cidadão teria sido demitido na hora, na hora, na hora. E agora vem V. Exa., depois de tanto tempo, dizer... Primeiro, V. Exa. disse: "Não, esse parecer é um parecer do Secretário; se alguém achar ruim, faça um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso", veio com esse argumento. Ele, Ministro, nomeou o Secretário, e esse Secretário tem autonomia de fazer um parecer que perdura até hoje – esse parecer perdura até hoje! –, porque V. Exa. está esperando o prazo para manifestar a posição de V. Exa.

V. Exa. disse aqui "eu tenho três alternativas: uma alternativa é acatar o parecer do Secretário; outra alternativa é acatar parcialmente; e outra alternativa é rejeitar", mas V. Exa. criou uma quarta: não tomar uma posição para ficar bem com o Presidente da República – me perdoe a franqueza! –, para não contestar o negacionismo do Senhor Jair Bolsonaro e permanecer no seu cargo. A verdade dos fatos é essa, Está, aqui, escrito na mesma legislação, no mesmo decreto que V. Exa. citou, está aqui:

Art. 2º A CONITEC, órgão colegiado de caráter permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, tem por objetivo assessorar o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de tecnologias em saúde, bem como na constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

O que diz o art. 29?

Art. 29. O Ministro de Estado da Saúde poderá, em caso de relevante interesse público, mediante processo administrativo simplificado, determinar a incorporação ou alteração pelo SUS de tecnologias em saúde [e de pareceres].

V. Exa. tem justificativa legal para agora mandar buscar o parecer do Sr. Hélio Angotti e dizer que ele não tem validade, que o que vale é a decisão da Conitec, mas V. Exa. não fez isso.

Eu fico triste, porque V. Exa. eu sei que é uma pessoa bem-intencionada, é um médico respeitado em nível nacional; sei que quem está numa função como a que V. Exa. exerce tem que ter o cuidado de ter uma sintonia com os demais integrantes do Governo, mas tem que ser fiel à saúde, tem que ser fiel ao compromisso de defender a vida humana, tem que ter o compromisso de exercer a sua função na inteira e total plenitude.

Por essa razão, eu quero perguntar a V. Exa., que está respeitando o parecer do Sr. Hélio Angotti, quero fazer uma pergunta que chegou aqui para nós pelo e-Cidadania: quais foram as bases científicas usadas na nota técnica do Sr. Hélio Angotti, que até hoje V. Exa. respeita e cuja anulação não determina – dessa decisão e o reconhecimento da decisão da Conitec? **O SR. MARCELO QUEIROGA** (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto Costa, pelas suas colocações. Apenas discordo de quando V. Exa. diz que eu sou arrogante; é tudo o que não sou.

Eu sou uma pessoa humilde, pode atestar com qualquer servidor do Ministério da Saúde. Eu me orgulho do que estou fazendo à frente do Ministério da Saúde. Eu ando pelo Brasil inteiro, de peito aberto, e sou muito bem recebido por toda a população brasileira em reconhecimento ao que tenho feito à frente do Ministério da Saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso período de gestão houve uma queda do número de casos, sobretudo quando enfrentamos a variante Delta, houve queda de casos agora, com a Ômicron, nós temos um cenário de sucesso em relação ao enfrentamento da pandemia da covid-19. Nós temos uma das maiores campanhas de vacinação contra a covid do mundo.

Essas questões, dessa nota técnica e da portaria do Secretário Hélio Angotti, serão enfrentadas tecnicamente, vão ser enfrentadas dentro do rito processual próprio, e eu o farei de acordo com a legislação, conforme já externei aqui para V. Exas.; será exatamente igual, e eu utilizarei a legislação brasileira com a certeza de que estou cumprindo com a legislação, absolutamente cumprindo com a legislação. Temos orgulho do que estamos fazendo aqui à frente do Ministério da Saúde.

Eu, em nenhum momento, falei que morreram 4 mil crianças em decorrência de vacina, eu falei em eventos adversos relacionados à vacinação como um todo – como um todo! Naturalmente há aqueles casos onde há comprovação de que foi a vacina, e não há que desconhecer que vacinas têm eventos adversos, V. Exa. sabe que têm, mas o fato de terem eventos adversos não invalida a vacinação, não invalida. Vacinas não alteram DNA, nós sabemos disso, nós sabemos disso. Vacinas de mRNA são vacinas que foram desenvolvidas em caráter emergencial, o que não quer dizer que sejam experimentais; o que caracteriza ser experimental é não ter passado pelas Fases I, II e III da pesquisa clínica e, depois, nós temos a Fase IV. E V. Exa. sabe muito bem que vários fármacos aprovados pelas agências regulatórias na Fase IV foram retirados. Isso pode acontecer com vacinas também, e não há que se obscurecer essas questões.

Os movimentos antivacinas não são de hoje, não são da pandemia, eles existem e, no Brasil, esses movimentos são poucos. A cobertura vacinal tem caído ao longo do tempo, não é só em relação à covid-19. A cobertura vacinal tem caído e, em parte, ela cai porque as pessoas, vamos assim dizer, perdem o receio dessas doenças evitáveis por vacina porque elas simplesmente diminuem, mas não devemos baixar a guarda, nós sabemos disso. Nós temos casos de poliomelite em Israel, nós temos casos de sarampo aqui mesmo, no nosso país, a influenza afeta a população de maneira sazonal todos os anos, por isso o Ministério da Saúde investe fortemente em vacinas. Agora mesmo, com a covid, foram R\$33 bilhões investidos em vacinas contra a covid no país.

Naturalmente que nós temos divergências, até porque, dentro do espectro democrático, V. Exa. pertence a um campo de opinião política, e eu, a outro. É natural da democracia, faz parte, e aqui nós externamos as nossas posições, a posição do nosso Governo, a posição do Governo liderado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, que foi legitimamente escolhido pelo povo brasileiro.

E eu exerço o Ministério da Saúde por delegação dele, tenho com o Presidente Bolsonaro uma sintonia muito grande e sei exatamente quais são as recomendações que o Presidente Bolsonaro me dá todos os dias. Agora, se o Presidente Bolsonaro tem uma opinião pessoal em relação a algum aspecto de a vacinação não ser forçada em crianças, isso é um posicionamento do Presidente Bolsonaro que em nada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem interferido no transcurso da campanha de vacinação do Brasil. Não faltou vacina nem falta vacina, apesar dos enredos que eu tive que enfrentar, e não foi fácil.

E não é a imprensa que pauta o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde se pauta por políticas públicas.

Esses tais cientistas que são citados aí não são tão cientistas assim, Senador! Muitas vezes, procura-se na PubMed e não se encontra um artigo publicado por esses cientistas! Indo ao Google, Senador Girão, nós encontramos uma plethora, uma miríade de reportagens muitas vezes feitas sem externar os conflitos de interesse que há com a indústria farmacêutica. E V. Exa. não há de desconhecer que há conflitos de interesse com a indústria farmacêutica, porque eles existem e precisam ser claros e precisam ser transparentes.

É necessário fazer análise de custo-efetividade em relação a políticas públicas, como diz a própria legislação brasileira, e nós não vamos nos furtar a respeito dessas questões. Então, vamos continuar trabalhando.

Eu tenho a convicção de que nós vamos em breve relaxar essa questão da emergência sanitária, porque as políticas públicas têm tido a sua efetividade. Na realidade, essa questão de pandemia e endemia não é por decreto – óbvio, V. Exa. sabe, eu também sei –, e também não é a OMS que decreta a pandemia. A OMS reconhece a pandemia; e os Estados, os países são soberanos para dispor acerca das políticas públicas. Nós temos aqui uma legislação que instituiu uma emergência sanitária no país de importância nacional, e, segundo essa legislação, no §2º do art. 1º, salvo melhor juízo – se eu estiver errado, V. Exa. me perdoe –, compete, sim, ao Ministro da Saúde estabelecer a duração da emergência sanitária de importância nacional. É claro que não farei isso de maneira monocrática. V. Exa. sabe, já estive aqui conversando com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Arthur Lira, com o Presidente do Senado Federal e, por conseguinte, do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, e com S. Exa. o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Fux, para que façamos a transição deste ambiente de emergência sanitária de importância nacional de uma forma segura, de uma forma prudente, que possa suscitar a confiança da população brasileira. Estarmos aqui hoje sem máscara, apesar de distantes, é uma prova de que temos um cenário epidemiológico mais confortável. Então, é assim que nós vamos avançar.

E eu estou seguro de que nós vamos em breve passar umas recomendações calcadas dentro do cenário epidemiológico, dentro das condições que o sistema de saúde tem para receber eventuais pacientes com síndromes respiratórias agudas graves, porque, é fato, a pandemia pode acabar, a emergência sanitária de importância internacional e nacional pode acabar, mas a covid não vai acabar, e nós precisamos que os nossos sistemas de saúde deem as respostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso aí. Eu tenho tranquilidade de que estou cumprindo o meu papel. As críticas fazem parte. Nós estamos aqui para ser criticados e também ser reconhecidos pelo nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu vou utilizar aqui o meu direito de réplica.

Primeiramente, Ministro – V. Exa. me deu a oportunidade de fazer algumas perguntas e algumas colocações –, desde 2016, e isto se agravou fortemente durante o atual Governo, o Brasil, que tem o melhor programa nacional de imunização, que já sofreu muitas e muitas mudanças durante o Governo do Presidente Jair Bolsonaro... Pessoas foram substituídas, pessoas reconhecidas, com conhecimento científico, com formação, foram destituídas, porque ousaram contradizer o chefe, o Presidente da República, inclusive no período de V. Exa.; pessoas escolhidas por V. Exa. o senhor teve que demitir, porque essas pessoas se ativeram ao conhecimento científico, às normas da metodologia científica adequada e a ideias científicas que contrariavam o chefe. Porém, há uma convicção que nós temos por conta da própria realidade dos fatos: nós tivemos uma queda significativa da cobertura vacinal habitual de doenças comuns ao longo deste período e deste Governo. Isso já vinha antes da pandemia – já vinha antes da pandemia! –, em 2019, com doenças comuns para as quais há vacinação, como sarampo, que tiveram, inclusive, o risco de reemergirem fortemente, como a paralisia infantil, para que se chegou a cogitar a possibilidade de surgimento de novos casos, pelo fato de a cobertura vacinal estar profundamente abaixo daquilo que historicamente o Brasil obteve. Então, a minha pergunta é no sentido de saber o que a gestão de V. Exa. está fazendo para recuperar esses indicadores de vacinas, de um modo geral, para as crianças do nosso Brasil.

Há outra coisa que eu queria dizer a V. Exa. É óbvio que V. Exa. foi o executor de uma política que eu tenho convicção e o povo brasileiro tem convicção de que, se não houvesse a pressão que houve, jamais seria implementada, mas, antes de V. Exa., será que o Brasil já esqueceu as coisas que nós vimos? Mais de cem correspondências entre a empresa Pfizer e o Ministério da Saúde entre julho de 2020 e final de 2020, início de 2021? Ou a decisão do Presidente da República desautorizando a compra, por parte do Ministério da Saúde, da CoronaVac por razões de ordem política, porque o Presidente entendia que isso era um trunfo a ser dado ao Governador do Estado de São Paulo? O Brasil não esqueceu, não, Ministro! O Brasil não esqueceu, não! Isso aqui não é a Nova Zelândia, nem há ação em que o Governo que V. Exa. representa teve qualquer cuidado em tratar a pandemia com rigor e com as necessidades que o povo brasileiro tem.

Conflitos de interesse? A CPI descobriu, por exemplo, uma empresa produtora de cloroquina que financiou publicidade para que médicos fizessem a prescrição desse medicamento. Conflitos de interesse? Quanto ganharam essas empresas que produziam esses medicamentos que o Presidente da República prescrevia – prescrevia sem ser médico – para a população brasileira?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente não sendo V. Exa., mas sendo profissional da saúde, sendo um Parlamentar cuja obrigação é defender o povo, eu diria que estamos tendo um processo de redução significativa da pandemia no nosso país apesar do Governo – apesar do Governo! –, graças à luta do povo brasileiro, graças à luta da mídia, graças à luta de tantos e tantos e tantos e tantos e tantos.

Eu espero que V. Exa., no tempo que lhe resta como Ministro – que, não por razão pessoal, mas por razão política, eu espero que se esgote em dezembro, porque nós queremos que este Governo seja uma triste lembrança do passado no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2023 –, possa, até o final desta gestão, responder ao Brasil com ações.

Nós temos o risco ou talvez a necessidade de uma quarta dose. O que é que está sendo feito para garantir que nós não vamos viver novamente os atrasos que vivemos em vários períodos no Brasil sobre vacinação?

A questão da testagem é outro problema que nós temos há muito tempo e que permanece.

Sr. Ministro, me desculpe até mesmo a veemência das minhas palavras, mas elas são no sentido de fazer lembrar à população brasileira que nós sobrevivemos! Uma parte de nós – 656 mil – morreu, centenas de milhares de famílias sofreram. E nós temos que estar permanentemente lembrando à população brasileira esse fato e essa verdade.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO QUEIROGA – É uma oportunidade para rememorarmos um pouco o passado.

O senhor fala das mudanças de ministros do Governo do Presidente Bolsonaro, mas o partido de V. Exa., durante o período em que esteve no poder, mudou sete ministros. Eu não sei ao certo quais foram os critérios que motivaram essas exonerações, mas são os fatos. E faz parte da atribuição do Chefe do Executivo dispor acerca dos cargos dos ministros, e a população depois faz o juízo de valor.

V. Exa., por exemplo, foi substituído pelo Ministro Saraiva Felipe, que, por sua vez, foi substituído pelo Ministro Agenor, que, por sua vez, foi substituído pelo Ministro Temporão, que, por sua vez, foi substituído pelo Ministro Alexandre Padilha, que, por sua vez, foi substituído pelo Ministro Alexandre Chioro ou Arthur Chioro – desculpe, Ministro Chioro! –, que, por sua vez, foi substituído pelo Ministro Marcelo Castro.

Esse problema da cobertura vacinal já existe de algum tempo, inclusive dos governos de V. Exa. Não estou aqui atribuindo responsabilidade aos governos de V. Exa., porque esse é um fenômeno, infelizmente, mundial. Os países desenvolvidos enfrentam essa dificuldade. É até um paradoxo! À medida que se controlam as doenças que são evitáveis por vacina, é como se a população baixasse a guarda e achasse que não é importante se vacinar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero reiterar: é importante, sim, a vacinação em todas as faixas etárias que são incluídas, e é um compromisso nosso. Agora mesmo, em abril, vamos iniciar uma campanha de vacinação para a influenza, para o sarampo. Continua a vacinação da covid-19. O Brasil está fortalecendo a capacidade do Complexo Econômico Industrial da Saúde para a produção de vacinas. Aqui a Fiocruz já produz a vacina com IFA nacional. O Instituto Butantan também tem capacidade de produção de vacinas. Há, lá na Bahia, o Cimatec, que está desenvolvendo uma tecnologia de mRNA. A farmacêutica Eurofarma, que é brasileira, está com uma parceria com a Pfizer para produzir vacinas de mRNA aqui também em nosso território.

Da questão dos testes que V. Exa. falou, e falou com propriedade, nós tínhamos antes... Nós não tínhamos testes para essa doença, mas depois se desenvolveram os testes. Era difícil! Veio o teste de RT-PCR; depois, nós tivemos os testes rápidos de antígeno. E, hoje, já temos capacidade instalada para produzir esses testes no Brasil. E nós distribuímos os testes para os estados e para os municípios. Hoje é possível a população também adquirir esses testes nas farmácias.

Enfim, é um contexto complexo de políticas públicas que precisa ser colocado em ação. E, como já falei para V. Exa., eu estou muito tranquilo com o que estou fazendo aqui, à frente do Ministério da Saúde. Não tenho receio do julgamento que a história fará do Ministro Marcelo Queiroga, porque é um ministro que trabalha todos os dias visando ao interesse do povo do Brasil, Senador Eduardo Girão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não quero usar da minha prerrogativa de Presidente para ficar estabelecendo uma polêmica aqui com V. Exa. Eu só queria falar duas coisas.

Primeiro, os indicadores de cobertura vacinal no Brasil são públicos. Qualquer pessoa que assim o desejar compare a cobertura vacinal que havia no Brasil entre 2003 e 2016 – e 2016 foi o ano em que um golpe parlamentar retirou uma Presidenta legitimamente eleita –, faça o comparativo da cobertura vacinal nesse período com o que veio posteriormente a 2016.

Segundo, bom exemplo, Ministro, de como o SUS é eficiente, mas é preciso ter da parte de quem dirige compromisso efetivo, disposição e, acima de tudo, respeito ao conhecimento científico: nós, durante a pandemia do H1N1, vacinamos 100 milhões de pessoas, em oito meses, durante o primeiro Governo do Presidente Lula.

Mas eu passo a palavra ao Senador Girão para que ele possa fazer a sua inquirição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador Humberto Costa, e Senador Fabiano Contarato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Marcelo Queiroga, seja muito bem-vindo aqui a esta Comissão; estou vendo que há também integrantes de sua equipe aqui.

Antes de fazer as perguntas, eu queria novamente fazer uma reflexão aqui neste Plenário. Nós participamos de uma CPI que boa parte do Brasil acompanhou no ano passado. Foram seis meses de trabalho dedicado de cada Senador, e ficou muito evidente, no meu modo de entender – não sou dono da verdade, longe disso –, mas ficou muito evidente o interesse político-eleitoreiro de se antecipar o calendário com objetivos de projeto de poder, do que eu discordo que seja nosso papel. E tanto isso ficou evidenciado como hoje a gente vê a cúpula da CPI alinhada com opositores do atual Governo, que tem erros – e eu deixei isso claro no meu voto em separado, que foi derrotado na própria CPI, mas eu deixei claro.

E ontem disse aqui, na presença da Ministra Damare, que estava sentada na cadeira em que o senhor agora está, que o Presidente diz uma coisa, dá declarações contra a vacina, causa aglomeração, não usa máscara, e o Governo faz outra: o Governo faz o que é correto. Pelo menos isso, no meu modo de entender, fica evidenciado com as atitudes que o senhor mesmo tem colocado aqui fazendo a prestação de contas. Eu não entendo essa falta de alinhamento entre o que fala o Presidente e o que diz o ministério. Eu tenho até algumas perguntas nesse sentido.

Mas é bom lembrar que nós podemos ser adversários políticos, mas jamais inimigos – jamais inimigos. Eu acho que esse clima... A gente tem que fazer o nosso papel porque nós somos exemplos para a sociedade. Quando a gente faz colocações apontando o dedo, é aquilo que a minha avó dizia: quando você aponta o dedo para o outro, muitas vezes com sentimento negativo dentro de si, há três dedos apontando para você. E o clima está tenso no país.

Nós precisamos fazer a nossa parte como representantes dos nossos estados, com o poder que nós temos de fiscalização, mas com diálogo. Por exemplo, eu e o Senador Fabiano Contarato temos algumas causas em comum. Espectro da esquerda há coisa positiva também. Por que tem que se jogar tudo porque a gente discorda? Na direita há coisa positiva. A gente tem que aprender a conviver como irmãos e nos unir em um projeto melhor para o Brasil. Às vezes, a gente tem divergência nesse ponto de vista, mas faz parte. Agora, o respeito é a regra da boa convivência.

Eu só queria ponderar o seguinte: os cientistas estão divididos. Esse é um fato que cada vez fica mais cristalino quando você vai observando o andar das pesquisas. O tempo é o senhor da razão. Hoje mesmo – hoje mesmo! – está estampado aqui... E a gente tem que ter cuidado hoje com relação a matérias, tem que saber a fonte, tem que pesquisar, mas você tem matérias publicadas em grandes veículos do país que vão mostrando que existe um questionamento cada vez maior nessa questão, por exemplo, do passaporte sanitário, que já devia ter acabado. Não tem cabimento haver passaporte sanitário no país mais! Eu estou até com um projeto de lei nesse sentido aqui nesta Casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vê que, por exemplo, essa questão de vacinação em crianças... E eu digo isso porque tomei vacina, tomei as doses que diziam que a ciência mostrava: "Essas aqui são as doses que vão resolver". Eu tomei, mas vi aqui, no Senado Federal – aqui! –, colegas que tomaram quatro doses antes dessa nova recomendação. E eu não sei se nós vamos chegar a 14ª, a 20ª dose, porque interesse tem, interesse de dinheiro tem, *lobby* tem... A gente sabe. Ninguém é bobo! Cada dose dessas que é liberada – e aí vem toda uma... – quantos bilhões significa nos cofres da indústria? Agora, a gente tem que ouvir, tem que debater, sem ser dono da verdade. No dia em que veio cientista e médico renomado para aquela CPI, convidado para dar o contraponto, os Senadores se levantaram e foram embora. Ficaram lá alguns poucos Senadores para ouvir. Eu fiquei, porque gosto de ouvir os dois lados. Perguntei para quem é contra e perguntei para quem é a favor. Na época dos tratamentos profiláticos, também fizemos debates aqui no Senado ouvindo os dois lados, antes de tudo, antes da CPI.

O que eu queria encaminhar para fazer as perguntas é o seguinte. A *Superinteressante* sai com uma matéria destas aqui hoje, aliás, ontem, 28 de março: "Vacina da Pfizer tem eficácia de apenas 12% em crianças; entenda [...] [os motivos]". Poxa, a gente está buscando a verdade? Vamos buscar! Há questionamentos. Por que é que, se nos dois primeiros anos da pandemia todos os cientistas diziam, à unanimidade eu acredito: "criança não é grupo de risco"? Foi dito isso o tempo todo, e, de uma hora para outra: "Não, criança agora tem que ser vacinada". A gente fica preocupado, como pais, Humberto. E a liberdade dos pais tem que ser garantida. É constitucional.

O senhor falou agora há pouco, Sr. Marcelo Queiroga – eu queria, de uma forma bem direta, antes de fazer as perguntas, já lhe perguntar isto –, o senhor disse agora, há pouco tempo atrás – eu anotei aqui –: "A opinião do Presidente sobre a obrigatoriedade de vacinas em crianças é pessoal". O senhor discorda? O senhor acha que deve ser obrigatório? Os pais devem levar, senão as crianças não entram na escola? Qual é o seu posicionamento sobre isso, do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Aqui não está acionando.

Bom, obrigado pela pergunta, Senador.

Nós fizemos uma consulta pública. Nós colocamos um parecer do Ministério da Saúde, e o primeiro item era no sentido de incorporação da vacina e que essas vacinas não seriam obrigatórias, não é? E houve também outros pontos que foram colocados na consulta pública, mas, no decorrer da consulta pública e da audiência pública, foi aprimorado e, posteriormente, saiu a posição final do Ministério da Saúde sobre vacinas não obrigatórias. A Corte Suprema do país enfrentou essa questão em função de uma ação que chegou ao Supremo. E S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski se manifestou que as vacinas seriam compulsórias, mas não poderiam ser forçadas, e que a União, os estados e os municípios poderiam, dentro da legislação, adotar medidas para estimular a vacinação. Então, como é uma decisão do Supremo Tribunal Federal e nós vivemos num regime democrático onde os Poderes devem ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observados, naturalmente que o Ministério da Saúde e o Ministro se submetem à decisão da Suprema Corte Federal no sentido de que essas vacinas não podem ser forçadas.

Aí vem a divergência em relação a que medidas indutoras da vacinação nós poderíamos colocar. O que tem sido colocado por alguns estados e municípios é o passaporte vacinal. O passaporte vacinal em sociedades que são extremamente resistentes à vacinação pode ter um resultado; em sociedades que não são resistentes à vacinação, como é o caso da sociedade brasileira, ele pode ter um desfecho diferente. Então, em relação ao passaporte vacinal, como Ministro e considerando a situação do Brasil, eu acho que isso cria mais confusão, isso cria mais divergência do que solução. O que nós temos que fazer são medidas que transmitam mais harmonia para a sociedade brasileira, já que vivemos hoje um momento de grande divisão.

Essas vacinas, aqui eu já disse, no caso da vacina da Pfizer, ela passou pelas três fases da pesquisa clínica. Essa pesquisa clínica foi motivo de publicação em uma revista internacional de fator de impacto elevado, que é a *The New England Journal of Medicine*. Àquela época, essa pesquisa foi feita dentro do cenário da variante Delta, não é? E essa vacina mRNA, Pfizer, foi produzida com a cepa originária, a cepa de Wuhan. Então, naturalmente, existe um escape da vacina em relação à cepa, seja a cepa Gama, seja a cepa Delta; em relação à Ômicron, o escape parece ser maior, sobretudo pelo fato de essa vacina nessa faixa etária, para reduzir o risco de eventos adversos – aqui eu me reporto especificamente à miocardite –, se reduziu a dose em um terço.

Então, por isso, hoje, quando a gente tem os dados... Essa pesquisa, salvo melhor juízo, ainda não foi revisada por pares, ela já foi apresentada para publicação, mas não foi revisada por pares. Essa pesquisa mostra que a eficácia da vacina após as duas doses, decorrido um certo prazo, é uma eficácia baixa. E os pesquisadores começam a discutir se seria necessário aplicar uma dose de reforço já para essas crianças. Então, é um cenário em que a evidência científica vem sendo construída. É por isso que eu acho que é desarrazoado considerar essas vacinas da mesma forma que as vacinas que já estão definitivamente incluídas dentro do Programa Nacional de Imunizações.

Com as crianças acima de três anos... Quanto às crianças de seis meses a três anos também há pesquisas com essa vacina de mRNA e até agora o FDA não aprovou, colocou-se uma dose que seria um terço dessa dose das crianças de cinco a onze anos. E a própria indústria farmacêutica já defende que dentro desse contexto de uma dose mais baixa ainda para essas crianças, já teria que o esquema primário contemplasse três doses de vacina. As outras vacinas que são utilizadas para crianças são a vacina do vírus inativado, e não há, pelo menos que seja do meu conhecimento, estudos de Fase III em crianças. Mas países como a China, como o Chile, como a Argentina, a Índia também adotam esse tipo de vacinação com essas vacinas de vírus inativado. E o que nós temos são os dados de efetividade, que são aqueles dados de quando começamos a aplicar essas vacinas, por uma opinião de especialistas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está sendo construída uma evidência científica mais sólida em relação à vacinação da covid-19. Agora, opinião pessoal, que não tem o fulcro de ter uma opinião científica balizada: eu penso que vacinas contra covid serão uma realidade, nós não sabemos qual é a vacina que nós vamos utilizar, se será uma vacina que tenha capacidade de evitar diversas cepas, se nós vacinaremos somente grupos de risco ou se será necessário vacinar a população toda, se será uma dose, se serão duas doses. Isso, na minha opinião de médico, dentro de um cenário pós-pandêmico, nós vamos tomar decisões baseadas em dados científicos mais sólidos.

Em relação aos custos, só para se ter uma ideia, considerando o custo dessa vacina de mRNA, vacinar a população de crianças de cinco a onze anos com duas doses de vacina custaria, se usássemos somente esse imunizante e não o outro que foi aprovado também pela Anvisa, em torno de R\$2,6 bilhões. Então, se elencarmos num rol de prioridades em saúde, vacinar essas crianças com essa vacina cuja efetividade ainda não é totalmente conhecida – quero aqui deixar claro que isso não é um desestímulo à vacinação, apenas uma discussão que estamos fazendo em alto nível aqui no Senado Federal – custa aproximadamente o mesmo do que toda a quimioterapia para o tratamento do câncer no Brasil, que custa R\$2,6 bilhões.

Então, essas análises vão merecer atenção especial não só do Ministério da Saúde mas creio que do poder público em geral, porque num ambiente pós-pandêmico não é aceitável se pagar um valor tão elevado por vacinas, como tem sido o caso da covid-19.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu lhe agradeço, Ministro. Inclusive, nessa sua ampla resposta, o senhor já respondeu grande parte aqui de algumas dúvidas que eu tenho. Eu estava falando que Senadores aqui tomaram quatro vacinas antes disso tudo – quatro! –, duas aqui no Brasil e duas fora, colegas nossos, e se infectaram – e se infectaram! – e transmitem. Então, essa questão de passaporte sanitário não faz o menor sentido. Nós vamos parar com isso quando? Quando nós vamos parar? Eu sei que isso não depende do senhor, isso foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, lá no início da pandemia, tirou atribuições do Governo Federal e passou para estados e municípios. Por isso que eu acho – e falei isso na CPI...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perdão, Senador, ele só estabeleceu que a competência é concorrente, não falou que isso tirou não, está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu sei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só para complementar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É concorrente, por isso que eu acho, Senador Fabiano Contarato, que os Ministros do Supremo – se eu não me engano, na época lá, foi o Marco Aurélio –, o STF deveria ser ouvido. Ele já saiu, mas a instituição precisa ser ouvida, porque colocar na conta de um as mortes na pandemia é muito fácil. É muito fácil apontar o dedo, mas a gente precisa, até para as futuras pandemias, que, segundo os cientistas, virão no futuro – espero que não, espero que essas previsões estejam equivocadas –, saber o que nós acertamos, o que nós erramos sobre essa decisão, por exemplo, do Supremo. Há gente que diz que isso poupou vidas. Há gente que diz que pode ter tirado vidas, porque fica o governo fazendo uma coisa lá no município, no estado, outra; e no Governo Federal, outra. É uma coisa que não entra...

Sinceramente, eu não consigo entender como é que um carro... Eu vejo um carro, que tem quatro pneus: um está alinhado para cá, outro está alinhado para lá; outro, do outro lado. Como é que vai andar esse carro? Como é que vai andar esse carro? Então, assim, essa questão de passaporte vacinal, o Reino Unido já deixou, Suécia já abandonou, Finlândia já voltou atrás e vários outros. Todo dia a gente vê acontecer isso, e o Brasil continua nessa coisa sem lógica. Você chega no restaurante, tem que mostrar que tomou as vacinas. Chega lá, senta à mesa, tira... Quer dizer, estaria contaminando um estádio de futebol. Não tem lógica isso! Isso prejudica quem? Os pequenos comerciantes. Isso faz com que as pessoas se desestimulem.

A Anvisa, ao aprovar a vacinação para crianças de 5 a 11 anos, deixou clara a competência do Ministério da Saúde para avaliação das possibilidades e condição para eventual inclusão da vacinação infantil no plano nacional de imunização.

Portanto, de acordo com a lei, compete ao Ministério da Saúde a elaboração do PNI, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório, evidenciando tratar-se o Ministério da Saúde da autoridade sanitária competente para isso.

É interessante porque o Presidente da Anvisa esteve aqui no Senado em um evento conosco, depois da CPI – já agora neste ano –, e eu perguntei para ele, para o Presidente da Anvisa: é obrigatório? Qual é a sua opinião sobre isso? E ele deixou claro que a Anvisa disse que não, que, na opinião, inclusive, dele, não deveria ser – na opinião do Presidente da Anvisa, não deveria ser! Que a competência é dos pais, que têm que zelar pelos seus filhos.

Então, eu acredito que a gente não pode... Seria autoritarismo colocar a nossa opinião à frente do que os outros querem, entendeu? Acho que não é por aí.

Eu queria agradecer a sua presença aqui, Ministro, mais uma vez, e lhe fazer uma pergunta, se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Claro!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O Presidente tem muita tolerância comigo aqui no tempo sempre.

A última colocação que eu fiz ontem para a Ministra Damares eu quero fazer para ele, porque estou preocupado com o avanço, depois da pandemia, agora, de problemas de automutilação e suicídio. Essa é uma causa que nos une a todos, porque nós aprovamos – o Senador Humberto aprovou, o Senador Fabiano, todos nós aprovamos a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio –, e isso tem crescido de forma assustadora. O efeito pandemia foi, segundo especialistas, determinante para o aumento. É uma pandemia que nós estamos enfrentando agora. Enquanto a gente está conversando aqui, infelizmente, há casos gravíssimos indo às vias de fato.

Eu pergunto para o senhor... Ontem, terminou a sessão, e eu liguei para algumas pessoas perguntando: "E o Ministério da Saúde implementou a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio?" Os questionamentos que chegaram para mim foram no sentido de que não está implementada como deveria, não está sendo olhada, dado um... Eu quero perguntar ao senhor. Essa é a informação para mim de pessoas que participaram da legislação, da construção da legislação. O que está faltando, Ministro, para que esse plano salve vidas, faça um trabalho para o povo brasileiro?

Muito obrigado.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelas colocações de V. Exa.

Só um pouco em relação à vacina, o ideal seria uma vacina 100% segura, 100% eficaz, e que nós precisássemos apenas aplicar uma vez. Essa vacina para a covid e nem para nenhuma doença existe – infelizmente, não existe.

Mesmo pessoas que tomaram uma dose, duas doses, ou uma dose de reforço, ou duas doses de reforço não são totalmente isentas de se contaminar com o vírus, mas seguramente nós reduzimos casos que necessitam de internação hospitalar, que necessitam de intubação orotraqueal e que, infelizmente, podem evoluir para óbito. Então, as vacinas são muito importantes.

Eu considero que V. Exa. faz comentários procedentes em relação ao passaporte vacinal, que é uma medida, na minha opinião, que cria mais barulho do que eficácia na ampliação da cobertura vacinal. Dentro de um contexto pós-pandêmico, essas medidas devem ser reconsideradas por quem adota esse tipo de medida em seu estado e em seu município. O impacto de uma pandemia é brutal.

Nós temos uma primeira onda, que é causada pelos casos agudos decorrentes da infecção, no caso do vírus; nós temos uma segunda onda, que é fruto da perda de oportunidade de indivíduos que têm doenças prevalentes, por exemplo, infarto agudo, AVC, na fase aguda; temos uma terceira onda, que é a negligência em relação às doenças crônicas, que ficaram sem oportunidade de atendimento na atenção primária; e há uma quarta onda, que diz respeito à questão da saúde mental, aí não é só em relação a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós que sofremos com a pandemia, com *lockdown*, com isolamento, sobretudo a população idosa, há também os profissionais de saúde, como a questão do – o meu querido amigo Humberto Costa sabe, porque é psiquiatra – *burnout*, que é algo que espregueia os profissionais de saúde de uma maneira geral.

O Brasil passou por uma reforma em relação à Política de Saúde Mental, com a desospitalização e busca de atendimentos pontuais de pessoas com problemas de saúde mental em hospitais que não são hospitais especializados em psiquiatria. Agora há essa questão da prevenção do suicídio. São muitos desafios. A legislação está aí para ser cumprida.

Eu posso pedir posteriormente... Naturalmente que o objeto dessa convocação era mais discutir a nota técnica, eu não me ative a todos os detalhes dessa questão da saúde mental, mas a nossa assessoria vai se reportar ao senhor. Eu mesmo estou à sua disposição no Ministério da Saúde para que possamos discutir amplamente e verificar como podemos melhorar em relação a esse tema específico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Réplica, pode ser, Presidente? Réplica?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não. V. Exa. já replicou. É que nós temos ainda uma pessoa inscrita, a Senadora Soraya.

Mas, se V. Exa. se comprometer em dois minutos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É um minuto, é só para...

É menos que isso. Um minuto, pode cravar aí.

É só porque a questão de ser concorrente à definição do Supremo Tribunal Federal, eu falei que retirou atribuições, e não deixa de retirar. Inclusive, está aqui: "STF reafirma competência de estados e municípios para tomar medidas contra covid-19". É uma matéria aqui do *Jota*, que é um dos *sites* mais especializados jurídicos do país. E o que a gente viu foi isto: o que a gente viu foi o Governo Federal preocupado, porque tinha informações de que o isolamento não ia dar resultado nenhum, muito pelo contrário, porque as pessoas iam trabalhar e voltavam. E a gente via os estados trancando tudo, os municípios trancando tudo. Então, quer dizer, valeu o quê? O que valeu nessa história? Foi o que os estados e os municípios definiram. Então, houve uma retirada de atribuição. Só para deixar claro que, na prática, foi isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente Humberto Costa. Boa tarde, Ministro Marcelo Queiroga. É um prazer tê-lo aqui conosco hoje.

Quero aqui, Ministro, questioná-lo no seguinte sentido: o senhor está aí há horas e horas discutindo, respondendo, nós ouvimos falar de teorias e mais teorias, estudos e mais estudos, mas nada, nada, nada vai rebater os números e os fatos.

Por isso, nesse intuito de diminuirmos essa questão de discursos, conquanto estejamos no Parlamento, eu encaminhei ao Ministério da Saúde um pedido de remessa, que me dessem os dados ou que disponibilizassem os seguintes dados para o povo brasileiro e para nós, Parlamentares: das pessoas que estão internadas, que estão morrendo agora, depois da vacina, qual a idade, sexo, quantas doses de vacinas? Das pessoas que estão ocupando hoje leitos de UTI – hoje já estamos na casa aí de ocupação de 60%, 70%, se eu não me engano; se eu estiver errada, o senhor pode me dizer –, dessas pessoas que estão em estado grave, quantas tomaram vacinas? Quantas não são vacinadas nem com uma dose? Quantas estão com as doses incompletas? Em relação à vacina, gostaria de saber quantas pessoas, se o Ministério da Saúde pode nos informar quantas pessoas morreram por conta da vacina. Quantas crianças morreram ou tiveram problemas graves por conta da vacina?

Um tempo atrás, nós levantamos que havia 14 casos de estudos de pessoas que estavam vacinadas e que tiveram um problema sério e que foi iminente à vacina. Então, os números poderão nos nortear, por mais que não tenhamos a segurança suficiente ainda com os estudos, mas são esses números que irão dar segurança, porque o que as pessoas falam, e falam, e falam, e falam, e falam não vai apagar os dados concretos.

E nós temos contatos com vídeos com médicos dizendo: "Ah, no hospital X nós estamos com 60 pacientes internados, todos são vacinados...". Aí eu chego aqui ao Mato Grosso do Sul, estive com o Prefeito Hélio Peluffo, de Ponta Porã, e com outros secretários de saúde, mas o que eu mais me recordo agora é do que o Prefeito me disse, que, dos 18 casos que ele tinha em UTI, 16 eram de pessoas não vacinadas e os outros dois eram de vacinados com comorbidades. E aí nós estamos esperando um dado concreto, uma publicação, uma transparência dos estudos, dos dados auferidos pelo Ministério da Saúde.

E, Ministro, se o senhor não tiver esses dados... Porque eu sei que essa é uma doença de notificação compulsória. É obrigatório que o secretário de saúde de cada estado, que todos eles informem ao Ministério da Saúde. Isso, por lei. Então, não há desculpas para que não nos coloquem a par desses dados. Só eles irão nos mostrar e nos conduzir. O resto, Ministro, é falatório. É falácia. É discurso político, é discurso ideológico, e as vidas estão morrendo.

E aí eu pergunto: se aquela pessoa que ainda fica discutindo esse tipo de situação, quando nós temos dados concretos que já nos mostram... E essas exigências são temporárias, nós vivemos numa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade e nós devemos nos submeter a ela. Nós vivemos numa democracia, e não numa anarquia. Estamos todos buscando o que é melhor para superar este momento tão difícil. E aí eu pergunto para essas pessoas: se um filho seu tivesse morrido, se a sua esposa tivesse morrido, se o seu esposo ou companheiro tivesse morrido, você continuaria do mesmo jeito, defendendo dessa forma? Porque só os números concretos vão nos tirar dessa situação, e nós Parlamentares, nós brasileiros – confesso –, estamos às cegas em relação aos números.

Eu gostaria de saber hoje: quantas pessoas estão internadas, em cada estado, em estado grave, e que tomaram a vacina? Quantas não tomaram? Qual a idade? Quantas mortes há por conta da vacina? Quantos casos estão sendo estudados? Apenas isso. Extremamente pragmática é a minha pergunta, porque, a partir disso, a gente para de perder tempo com conversa fiada.

Obrigada e desculpe-me, mas eu já perdi muita gente amiga; Deus – graças a Deus – não levou ninguém de dentro...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. *Por videoconferência.*) – ... da minha casa, mas eu já vi pessoas negacionistas que perderam seus pais e não estão nem aí, pessoas da área médica que não deixaram seus pais se vacinarem e não permitiram que seus pais fossem sequer intubados. Então, o que já vimos de história macabra foge a todo tipo de qualquer senso de razoabilidade que nós, seres humanos, possamos ter. E chegamos a um ponto em que alguém fala "ah, fulano morreu de covid", eles falam "ah é?", e a conversa continua do outro lado, sabe? Ficamos insensíveis, e eu não serei insensível jamais.

Estamos ainda com mais de trezentas mortes por dia – se eu estiver errada, o senhor, por favor, me corrija; foi o último número que eu vi dias atrás –, e são mortes, são vidas, e não são números. O que estamos fazendo para que isso acabe? Isso ainda não acabou.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senadora Soraya, pela oportunidade de fazer outros esclarecimentos sobre essa questão da vacinação.

O Senador Humberto Costa, na sua inquirição, reportou-se a uma fala minha falando acerca de 4 mil óbitos que estavam relacionados à vacinação. Na realidade, esses óbitos estavam relacionados ao ato da vacinação, isso não quer dizer que tenham sido decorrentes da vacina especificamente. Naturalmente que o monitoramento dos eventos adversos compete à Agência de Vigilância Sanitária, que deu a aprovação, compete também ao Ministério da Saúde e fica sob o encargo da Secretaria de Vigilância em Saúde, que atualmente é liderada pelo Prof. Arnaldo Medeiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir, Senadora, que o Dr. Arnaldo passe todos esses dados para a senhora de maneira formal, mas, se o Senador Humberto Costa me permitir, eu pedirei ao Arnaldo que faça um esclarecimento.

Mas, assim, não há dúvida de que a campanha de vacinação em massa trouxe uma situação epidemiológica controlada em relação à covid-19. Eventos adversos existem com qualquer vacina – mesmo com vacinas de vírus inativado, nós podemos ter eventos adversos –, e, quando fazemos uma campanha de vacinação em massa, esses eventos adversos vão acontecer.

O Senador Humberto Costa fez um reporte acerca de uma criança que teve um evento adverso no interior de São Paulo, quando começou a campanha com a vacina Pfizer. Aquela criança teve uma arritmia cardíaca, decorrente de um problema raro chamado síndrome de Wolff-Parkinson-White, e aí ela teve uma taquicardia, que é um evento que estava dentro do contexto daquela vacinação, mas que não tem relação direta com a vacina, como ficou comprovado depois da análise.

Temos que verificar todos esses dados, dar transparência para a sociedade brasileira e trazer uma palavra de segurança das autoridades sanitárias no sentido das políticas públicas que estão sendo colocadas em prática.

Em relação à informação dos dados, o sistema de dados do ministério tem sido aprimorado ao longo dos anos. Infelizmente, nós fomos vítimas de ataque de *hacker* recentemente, em que não apagaram os nossos dados. Estamos aprimorando esse sistema para que tenhamos a informação *online* daquele indivíduo que está internado na UTI para saber, por exemplo, se ele tomou uma, duas ou três doses de vacina, para que tenhamos um dado epidemiológico mais concreto. Infelizmente, no momento, a gente, para fazer isso, tem que recorrer a pesquisas. Nós gostaríamos de ter isso *online* e vamos ter. Nós estamos aprimorando a Rede Nacional de Dados em Saúde para ter essas respostas.

Se o Senador me permite, vou pedir ao Arnaldo que faça um esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto. Regimentalmente, eu não tenho condição de oferecer a possibilidade da participação do assessor. Eu vou abrir uma exceção, mas peço que V. Sa., num espaço de três minutos, passe essas informações – depois, se quiser socializá-las com a própria Comissão, nós agradecemos.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. É uma honra poder explicar à Senadora e à sociedade brasileira. Muito obrigado, Ministro.

Eu só gostaria de falar duas grandes informações.

Primeiro, Senadora, semanalmente, o Ministério da Saúde publica um boletim específico com todos os dados com relação à covid-19. Isso foi implantado, implementado desde o início da pandemia, e esses dados são públicos no *site* do ministério, em que você encontra todas essas informações claramente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expostas, com tabela por unidade da Federação, com todos os dados que estão disponíveis no *Boletim Epidemiológico*, que publicamos semanalmente no nosso país.

Respondendo de maneira bastante objetiva, apenas com o número geral – nós temos uma vigilância, a vigilância farmacológica, uma farmacovigilância obviamente dos efeitos adversos temporalmente associados à vacina –, temos um total, entre efeitos graves, não graves e óbitos, de 145.288 efeitos adversos temporalmente associados. Obviamente, muitos deles, na grande maioria, são de casos não graves. E, quando a gente olha, portanto, para os números de óbitos confirmados, diretamente confirmados com a vacina, temos apenas doze casos revisados e confirmados, doze casos associados por síndrome de trombose com trombocitopenia: nove associados com AstraZeneca/Fiocruz e três com a Janssen. A mediana de idade é de 37 anos, variando entre 20 e 90 anos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Com a palavra, para a réplica, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar que eu já mandei ofícios, e as respostas não foram absolutamente claras, não foi esclarecido de uma forma efetiva, lógica, e nós estamos falando de vidas. Eu vou passar por cima de qualquer situação política, porque estou falando do que é sério para todos nós, do que é aquilo que é mais sério.

Eu peço que me encaminhem uma resposta aos ofícios, se o Ministro... De repente, eu acredito até que o Ministro não saiba, porque foi a secretaria responsável que respondeu a esse ofício, mas não foi feito de forma satisfatória, Ministro. Portanto, eu vou encaminhar cópia do ofício anterior e da resposta, para que vocês possam nos colocar a par de toda essa situação e principalmente desses números, que eu acabei de saber por conta do Secretário. Agradeço a sua resposta, mas também é interessante... As pessoas precisam saber desses dados de forma clara.

O senhor falou que esses doze casos adversos são com pessoas da faixa etária de 35 anos. Então, aconteceu uma *fake news* que se propagou de que crianças estariam morrendo. Eu sugiro que vocês combatam essa *fake news* de imediato com a palavra do próprio Ministro. A maior autoridade sanitária deste país se chama Ministro Marcelo Queiroga, e é a sua palavra, Ministro, que todos nós devemos seguir em relação à pandemia, como disse o próprio nosso amigo Girão. Enquanto o Presidente, às vezes, fala algo de uma natureza, não podemos negar que o Ministério da Saúde vem atuando de forma diversa. Portanto, eu tenho que reconhecer que o senhor vem fazendo o seu trabalho. E nós brasileiros... O senhor foi empossado pelo Presidente Jair Bolsonaro, que lhe deu a caneta de autoridade máxima sanitária. Portanto, eu gostaria sempre que o senhor viesse nos informar e que o *site* do Ministério da Saúde (*Falha no áudio.*) ... e que tudo que tem rolado nas redes sociais em relação à vacina são apenas falácias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Ministro. Obrigada, Secretário. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Obrigado, Senadora.

Eu vou providenciar as respostas a V. Exa. para que essas questões fiquem esclarecidas não só para V. Exa. mas para a população brasileira de uma forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Ministro, eu vou passar aqui para V. Exa. e para os assessores de V. Exa. algumas perguntas e comentários que foram feitos aqui por internautas. Depois, V. Exa. poderá nos enviar as respostas, que nós faremos chegar a essas pessoas.

Eu quero agradecer a presença de V. Exa. e me desculpar pela veemência, mas em nenhum momento eu pretendi ser desrespeitoso e creio que não o fui. E quero mais uma vez agradecer a V. Exa. por ter atendido a esta nossa convocação.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Humberto Costa, como eu falei, meu ilustre antecessor à frente do Ministério da Saúde. Todos nós que estamos à frente dessas funções temos que ter ciência de que precisamos prestar os devidos esclarecimentos à sociedade, aos Poderes constituídos, ao Senado Federal e às suas doughtas Comissões. O tempo é que vai nos julgar. V. Exa. foi Ministro já, há algum tempo, e eu quero aqui consignar o reconhecimento por, na gestão de V. Exa., ter sido criado o Samu, que a tantos brasileiros ajudou. Assim quero também que, no futuro, por algo que eu tenha feito de bom pela população brasileira, eu seja também reconhecido como alguém que ajudou o povo do Brasil em relação à saúde pública. Então, muito obrigado, Senador.

Estamos à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Obrigado, Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e zero minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Debater o Estatuto do Trabalho, com foco na reestruturação do atendimento no INSS". Participantes: Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG; Gabriel Bezerra Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR; Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG; Sirlene Honoria Pinto de Oliveira, Secretária de Políticas Sociais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia Fetaagro/RO; Cleonice Back, Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul - FETRAF-RS/CUT; Eliane Maria da Silva, Secretária de Políticas Sociais da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás -FETAEG/GO; Maria dos Navegantes dos Reis Silva, Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará - FETRAECE/CE; Maria Alves, Secretária de Políticas Sociais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG/MG; e Carlos Joel da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG/RS. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: articular politicamente com os parlamentares para a derrubada do veto presidencial nº 11/2022 à LOA 2022, que restabeleceu o orçamento do INSS em 980 milhões; restabelecer a infraestrutura do INSS, inclusive física, da plataforma digital e da central 135, possibilitando a interiorização do atendimento e dar vazão no acúmulo de processos dos trabalhadores que aguardam andamento; realizar concurso público para recompor o quadro de pessoal do INSS que foi reduzido em aproximadamente quatorze mil servidores; fazer capacitação do pessoal do INSS para melhorar o atendimento do trabalhador; reajuste salarial para recompor a inflação no poder de compra dos servidores públicos federais; articular com Senadores e Deputados Federais para abrir a mesa de negociação entre os servidores do INSS e o Executivo Federal. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/04>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Vamos, de imediato, iniciar a nossa audiência pública desta segunda-feira.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2021-CDH, de autoria deste Senador, para debater o mundo do trabalho, com foco na reestruturação do atendimento do INSS.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

De imediato, como é de praxe, eu farei uma pequena introdução do tema. Em seguida, vou dar a palavra para nossos convidados pelo tempo de dez minutos para cada um.

Antes mesmo de fazer a minha abertura situando o tema, eu queria, conforme entendimento feito com os nossos convidados – sei que inúmeros estão presentes –, convidar, de imediato, o Aristides Veras dos Santos, que é o Presidente da Contag, e também o Gabriel Bezerra Santos.

Está aqui o Gabriel, escolha um lugar, depois do vidro, seguindo todos os protocolos.

Eu vou fazer aqui agora uma pequena introdução do tema para passar a palavra para os convidados.

Cumprimentamos todos que estão nesta audiência, presentes ou remotamente, em especial a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez o contato com esta Comissão. Meus cumprimentos pela mobilização nacional, que leva o título "Em defesa da Previdência Social e pela reestruturação do atendimento do INSS".

Saúdo os Senadores e as Senadoras, em primeiro lugar, o Senador Humberto Costa, que é o Presidente desta Comissão, e o Senador Contarato, que é o Vice-Presidente. Como eu sou o autor do requerimento, ambos entenderam – como é uma praxe que nós temos usado na Comissão – que eu presidisse a sessão. Por isso, estou aqui neste momento, mas, de pronto, agradeço muito a ambos como a toda a Comissão, o Senador Humberto Costa e o Senador Contarato, que é o Vice-Presidente.

Cumprimentamos, claro, todos os servidores da Comissão, todos que estão aqui presentes, os que nos assistem, aqueles que nos assistem pela TV Senado e pelos demais canais de comunicação.

Estamos juntos nesta luta há muitos e muitos anos. Eu, inclusive, fui Coordenador da Frente Parlamentar da Previdência por mais de duas décadas. Então, é mais do que justo eu estar no debate no dia de hoje.

Estamos juntos nesta luta em defesa da Previdência e pela reestruturação do INSS; no dia 5 de abril, amanhã, é a data em que a Contag, federações e sindicatos vão realizar o Dia D de Mobilização – e também todos os dias – para recuperar o nosso INSS.

A pauta de reivindicações que eles me forneceram é extensa e, sem dúvida, toda ela é importante. Eu faço aqui uma síntese: garantia de orçamento adequado; melhoria nas plataformas do INSS; revisão dos processos indeferidos indevidamente; mais servidores e servidoras; mais médicos e peritos.

Foi aprovado no Plenário do Senado, no dia 30 de março, o PL 4.491, de 2021, de relatoria do Senador Nelsinho Trad e de autoria do Senador Sérgio Petecão, para assegurar que o INSS pague honorários periciais das ações em que estejam em discussão os benefícios por incapacidade e assistenciais. Dialogamos muito até chegar a um texto aceitável. No ano passado, tentaram aprovar um projeto que obrigava os trabalhadores a pagarem os honorários. Conseguimos – não só eu; foi um trabalho coletivo de muitos Senadores e Senadoras, do autor e do Relator – reverter esse quadro, que seria inadmissível. Fizemos sessão de debates e muitas reuniões, e, felizmente, não aprovamos aquela maldade. O Relator, Nelsinho Trad, acatou inúmeras sugestões que nós apresentamos e retirou do texto as principais preocupações, permitindo a aprovação do texto na Câmara dos Deputados – porque o texto aprovado na Câmara veio para nós com algumas modificações que, felizmente, tanto o Relator, Nelsinho Trad, como o autor, Sérgio Petecão, e nós outros Senadores... Eu digo nós outros, porque não só eu apresento emendas; muitos apresentam as emendas; eu, naturalmente, também apresentei, e o Relator acatou e deu também a sua contribuição.

Vamos para o que foi importante daquilo que foi aprovado na Câmara e que nós mudamos, felizmente, para melhor: 1) suprimimos o adjetivo "médica", permitindo que sejam contemplados no projeto também as perícias sociais, fundamentais para atender as pessoas mais vulneráveis – quando falo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"médicas" me refiro a médicas e médicos. 2) conseguimos a supressão da revogação do art. 129, que assegurava a competência do juiz estadual para julgar as causas de acidentes de trabalho, resguardando, assim, o comando constitucional; 3) conseguimos a supressão dos §§1º, 2º e 3º do art. 129-A, que permitiam que o segurado fosse novamente enviado para esfera administrativa, atrasando a forma indefinida em análise pelo Poder Judiciário; 4) a supressão do dispositivo que estabelecia que o custeio das perícias realizadas pelo Justiça estadual seguisse as mesmas regras e parâmetros do Conselho da Justiça Federal e do Ministério da Economia.

O texto, sabemos, não é o ideal, mas avançamos. Quero dizer que o texto possível supera o problema de falta de pagamento das perícias e permite que os processos judiciais voltem a tramitar.

Espero que a Presidência da República tenha o mesmo espírito público demonstrado pelas entidades e pelo Congresso Nacional e não vete o projeto.

Com esse mesmo espírito público, vamos hoje – e vocês aqui são os protagonistas – debater os problemas que persistem no INSS. Conforme dados da Contag, muitos são os gargalos que precisam ser resolvidos.

Política de proteção previdenciária frágil que impacta diretamente na subsistência de milhões de famílias, bem como reduz o seu papel estratégico indutor do desenvolvimento socioeconômico de milhares de municípios brasileiros. Há demora recorrente no atendimento da análise dos processos de benefício pelo INSS, pois, conforme Boletim Estatístico da Previdência Social, no mês de dezembro de 2021, a fila de pedidos aguardando decisão do INSS chegou ao final do ano passado com mais de 1,7 milhão de segurados na espera, com uma média de 70%, 1,2 milhão, dos pedidos de benefício superando o prazo de 45 dias para ser inclusive analisados. Entre os principais pedidos que estão aguardando na fila está o benefício de prestação continuada (BPC), seguido dos benefícios por incapacidade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade.

O motivo principal pelo qual ocorre a demora nas análises dos pedidos é o déficit de servidores para fazer o devido atendimento. É preciso contratar mais servidores, pois desde 2015 o INSS não realiza concurso – e contava à época com mais de 37 mil dos servidores, hoje conta aproximadamente com 20 mil. Vejam, quase que a metade não está mais nas suas funções para atender a população; de 37 mil, diminuiu para 20 mil.

Enfim, esta audiência pública tem esse objetivo. Estamos juntos nessa luta em defesa da Previdência e dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu vou agora começar a falar dos nossos convidados.

Eu vou passar de imediato a palavra, aí eu explico e leio aqui, no momento, um minicurrículo de cada um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato eu passo a palavra presencial ao Presidente da Contag, Aristides Veras dos Santos, agricultor familiar que mantém atividade produtiva em regime de comodato com seus pais e dois irmãos em Tabira, Sertão de Pernambuco.

Aristides, você, que foi o primeiro a nos provocar para essa audiência pública, é o primeiro a falar, dez minutos.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS (Para expor.) – Meu bom-dia aos que estão aqui presencialmente e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e toda a assessoria aqui da Comissão.

Inicialmente quero fazer nossos agradecimentos, em nome da Contag, pelo pronto atendimento desta Comissão ao pedido para que a gente pudesse tratar desse assunto tão relevante, que o Senador Paulo Paim já mencionou na sua fala inicial.

Estendo meus agradecimentos ao Presidente desta Comissão, o Senador Humberto Costa, e a todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Quero cumprimentar a nossa equipe que está aqui com a gente: a Diretora de Políticas Sociais da Contag, Edjane, que vai fazer uma fala mais detalhada, apesar de o tempo ser o mesmo que o meu – eu vou fazer uma fala mais geral e ela vai detalhar um pouco mais o quadro que nós enfrentamos hoje no dia a dia –; a companheira Sirlene, que é de políticas sociais também, da Federação de Rondônia, representação aqui da nossa Região Norte; o companheiro Gabriel, que compõe a mesa aqui comigo, nosso Presidente da Contar (Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais) do Brasil; nossa assessoria aqui com a gente, a Verônica e o Barack, que são da Assessoria de Imprensa; o companheiro Urbano, que faz a assessoria da Contag aqui no Senado, ex-Presidente da Contag; a companheira Adriana, que faz assessoria nas duas Casas, mas mais especificamente na Câmara; e o companheiro Evandro, que é da Assessoria Jurídica da Contag e da Secretaria de Políticas Sociais.

Cumprimento também os servidores aqui presentes, na representação aqui da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência e Assistência Social.

E já de início, em nome da direção da Contag e das nossas 27 federações e nossos quase 4 mil sindicatos de trabalhadores rurais filiados, manifesto nossa solidariedade aos servidores federais do INSS, que estão em luta

Companheiras e companheiros, falar da importância do INSS, falar da importância da previdência social, eu acho que, para a sociedade brasileira como um todo, não precisa, Senador Paulo Paim, porque todos e todas reconhecem isso, sejam lá do campo, sejam da cidade. A classe trabalhadora conquistou uma das melhores políticas públicas do Brasil; eu acho que é aquela mais inclusiva, é aquela que nos tornou cidadãos e cidadãs. E nós do campo sofremos um pouco mais para chegar a ter o direito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciário, porque o Senador lembra que, até 1988, só tínhamos direito de aposentar os homens, e a mulher... Eu até brinco, Senador Paim, que a mulher precisava torcer que o marido morresse primeiro para poder herdar a pensão, senão, nem a isso ela teria direito. E, de 1988 para cá, nós conseguimos igualar esse direito. E lembro também que era só meio salário mínimo. O campo ainda era tratado com essa diferença, não é, companheiro Urbano? Nós só tínhamos direito à metade do salário mínimo. Então, de 1988 para cá, com a nossa Constituição Cidadã, a previdência social se tornou um direito para toda a classe trabalhadora, incluindo o campo, homens e mulheres – inclusive, as mulheres com 55 anos, os homens com 60.

Em várias reformas que já fizeram, nós sempre somos ameaçados porque somos condenados ou criticados por dizerem que a gente não paga diretamente. Na última reforma, nós conseguimos nos livrar dela do ponto de vista daquilo que é direito essencial na reforma, mas outra legislação, com as mudanças que houve, tem prejudicado também a nossa categoria. Não ficamos de fora completamente da reforma da previdência: de uma forma ou de outra, a legislação, naquilo que alterou, nos prejudica também quando, em nome de democratizar o acesso, acabaram prejudicando também os nossos sindicatos, quando hoje um escritório de advocacia, por exemplo, pode encaminhar processos de aposentadoria, e a gente sabe como é que isso acontece.

Então, a previdência é muito importante. Se a gente pegar, por exemplo, em torno de 70% dos municípios no Brasil, a previdência tem, na sua economia, sua principal fonte de renda. É maior, Paim, do que os fundos de participação dos municípios. Então, ela tem uma importância nas vidas das famílias, mas também no desenvolvimento local. O Brasil não seria o que é, em termos de renda, de economia, se não fosse a previdência social. Então, além de tudo, é uma política de distribuição de renda muito importante.

Nós estamos nessa luta, nesse período, porque o INSS vem sendo atacado, nos últimos anos, de forma frontal – não só o INSS, não só a previdência, mas todas as políticas públicas no Brasil, aquelas que interessam à população mais pobre. É só olhar o orçamento da agricultura familiar no Congresso Nacional, é só olhar o ataque às questões ambientais. Para a vacina, foi aquela luta. Se não fosse a sociedade, nós ainda hoje não estaríamos vacinados.

Então, nós vivemos um momento bastante difícil, e o INSS não podia ficar fora desse ataque. Não há concurso, não há valorização do servidor. Eles estão querendo agora simplesmente a incorporação da inflação de um bom período e isso é negado. Enfim, é um caos, é uma situação bastante difícil. Então, nós queremos reestruturar o INSS, porque é preciso atender melhor.

O Senador já explicou aqui e, para eu não ter que repetir, olhem quantas pessoas na fila, olhem quanto trabalho, olhem quantos médicos faltam, quantos servidores... Dizem que, só na fila para se aposentar, há uns 5 mil. O quadro de servidores já é pequeno, imaginem quando se aposentarem mais 5 mil. Então, nós precisamos reestruturar isso rapidamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, para acabar de acertar, com essa dificuldade grande que a gente vive, o Presidente ainda vetou, no orçamento, quase R\$1 bilhão – quase R\$1 bilhão –, e o Congresso não vota a derrubada desse veto, que era para ser urgente. Mas eu gostaria de lembrar aqui a quem nos acompanha e a sociedade que, mesmo que o Congresso faça isso...

Nós estamos, nesta audiência, pedindo reiteradamente e esperamos que daqui, Paim, possamos encaminhar esse pedido ao Presidente do Congresso Nacional para que vote o mais rápido possível os vetos e derrube esse veto do INSS, como tantos outros de interesse da sociedade brasileira, para que a gente recomponha minimamente o orçamento do INSS; senão, vai faltar dinheiro para pagar os sistemas que estão rodando. Enfim, vai virar um caos o INSS, que não pode ficar sem esse quase R\$1 bilhão, para que a gente possa recuperar minimamente.

Mas é bom lembrar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aristides, me permita, porque isso é importante.

Eu peço à assessoria que as propostas de encaminhamento, como essa que ele colocou aqui, eu possa ler no final, porque vai ser um compromisso que nós vamos assumir em nome da Comissão. Por exemplo, essa da derrubada dos vetos que ele citou agora. Então, das propostas que surgirem de todos os convidados, no final nós faremos um resumo e vocês dirão, inclusive, se é isso mesmo ou houve algum equívoco. O.k.?

Continua com você a palavra.

Estou te dando mais um minuto por minha conta...

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eu usei seu tempo, não é?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

A gente precisa fazer todo esse trabalho. Nós estamos mobilizando o país inteiro, já começamos com audiência pública nas Assembleias Legislativas, audiência pública nas Câmaras de Vereadores, atos nas agências e nos postos do INSS. Enfim, nós precisamos mostrar para a sociedade o que está acontecendo e precisamos recuperar minimamente a estrutura do INSS.

E, junto com a reivindicação de derrubada do veto, queremos encaminhar também uma reivindicação de que é preciso haver concurso público urgentemente. Um concurso público a gente sabe que não vai resolver os problemas de imediato, mas pelo menos o Governo dará uma sinalização de que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não quer acabar com o INSS, porque o que parece é que querem realmente destruir o INSS, um instituto tão importante para a sociedade brasileira, para encaminhar as questões da previdência.

Fico por aqui, Senador – acredito que meu tempo já esteja perto de acabar, se já não acabou –, e pedimos à sociedade, ao Senado e ao Congresso Nacional para que pautem os vetos para que possamos recuperar minimamente o orçamento do INSS, reafirmando que isso não resolve, mas pelo menos mantém o orçamento que vinha sendo trabalhado no ano anterior. Muito obrigado.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade ao Senador Paulo Paim, que tem sido, ao longo de sua história aqui no Congresso, um dos grandes batalhadores pelo direito previdenciário e por outros direitos da classe trabalhadora. Se não fossem Senadores como o senhor, possivelmente parte de nossos direitos já teriam sido tirados das nossas vidas. Então, é graças a homens públicos com o seu caráter, com a sua performance e com a sua coragem, que se dispõem, numa segunda-feira à tarde, a fazer uma audiência pública com a Contag e com os servidores, que a sociedade pode saber o que está acontecendo com o INSS e nos ajudar a solucionar esse problema o mais brevemente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos pela fala ao Presidente da Contag, Aristides Veras dos Santos.

Enquanto você falava eu olhei lá para o Urbano e, naturalmente, olhei para todos vocês, dirigentes atuais da Contag. O Urbano continua dirigente – é um dirigente eterno, posso dizer isso –, e tenho muito orgulho de dizer... Eu fui Constituinte e, na Constituinte, era na sede da Contag que nós nos reuníamos. Vinha o movimento sindical todo do Brasil, Diap junto, e lá nós elaborávamos as propostas que iríamos... Tínhamos um programa, claro, todos nós vínhamos para cá já com propostas, mas tínhamos que sintetizá-las, e foi lá, nesse debate, que surgiu a ideia de sair de meio salário mínimo para um salário mínimo, uma demanda dos trabalhadores rurais.

Muito bem! Parabéns!

Eu viajei no tempo aqui agora, mas, de imediato, conforme combinado, eu vou passar a palavra para o Sr. Gabriel Bezerra Santos, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), entidade sindical representante dos assalariados e das assalariadas rurais do Brasil.

É com você, por dez minutos. Depois volta – viu, Edjane? – para você. Em seguida, será a Edjane Rodrigues Silva.

O SR. GABRIEL BEZERRA SANTOS (Para expor.) – Nosso muito bom dia a todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar de forma muito especial nosso companheiro lá do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, e, cumprimentando o Senador Paulo Paim, cumprimento toda a Comissão de Direitos Humanos, o Senador Humberto Costa.

Quero cumprimentar o companheiro Aristides, nosso Presidente da Contag, a companheira Edjane, toda a assessoria da Contag, também cumprimentar a Fenasps, todos que estão aqui presentes e quem está nos acompanhando no formato virtual.

Saúdo nossa assessoria da Contar, nosso jurídico, Dra. Laissa Poliana, cumprimento cada um e cada uma de vocês.

É muito importante este debate, Senador Paulo Paim, para nós, trabalhadores e trabalhadoras do campo, para os assalariados e assalariadas rurais, trabalhadores que estão lá no dia a dia vendendo a sua força braçal para produzir a riqueza deste país, tanto para exportação como para produzir o alimento que vai para muitas das nossas mesas.

Esses trabalhadores assalariados rurais, que em sua grande maioria no Brasil – em torno de 60% – estão na informalidade, sem qualquer direito; esses trabalhadores muitas vezes nos dias de hoje têm o direito a aposentadoria, a uma pensão, a um auxílio-doença ou a um auxílio por acidente de trabalho negado ou muitas vezes têm sucumbido esse direito.

Então, é um momento terrível para os trabalhadores e para as trabalhadoras assalariadas rurais. Nós conseguimos na reforma da previdência manter o tempo de contribuição, conseguimos manter a idade – o Governo já vinha apertando, mas, com muito empenho de Senadores comprometidos, como o Senador Paulo Paim, nós conseguimos manter 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Isso para nós trabalhadores do campo já é muito, Senador Paulo Paim.

Não é fácil para esse trabalhador que trabalha numa função desgastante, brutal e braçal. Muitos desses nossos trabalhadores, infelizmente, Senador, não conseguem o direito à aposentadoria, porque não conseguem ter essa duração. Então, é um momento terrível que a gente vem enfrentando. E nós, do movimento sindical, da Contar, das federações e sindicatos, temos extremas preocupações.

No ano passado, tivemos diversas lutas e diálogos com a previdência, com o INSS a respeito de uma situação muito peculiar, Senador Paulo Paim: aquele trabalhador ou trabalhadora que tem na sua carteira de trabalho como serviços gerais, o que ocorre em todo o Brasil, em muitos casos, tem o direito à aposentadoria negado. Esse trabalhador fica de fora, dizendo que ele não é mais rural, e, sim, urbano.

E, nos dias de hoje, após uma reforma da previdência, após uma reforma trabalhista, é cada dia mais comum nós termos esse trabalhador como serviços gerais, aquele trabalhador que faz todo tipo de função no meio rural. E não é justo que esse trabalhador tenha esse direito negado, em especial as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiras mulheres. Essas trabalhadoras assalariadas rurais, que muitas vezes são cozinheiras, diaristas, têm esse direito negado por uma negligência da previdência. Precisamos corrigir isso.

Já tivemos uma carta que teve apoio. Em algum momento, chegou a haver esse ajuste, mas a gente vê que hoje, nas agências, precisa haver essa melhor compreensão. As agências precisam passar por uma qualificação, e a Presidência do INSS tem que ter de forma muito clara essa correção, porque é inadmissível esse tipo de situação seguir ocorrendo ainda com essa categoria que produz alimento, que tem um trabalho tão braçal.

Precisamos também falar da situação dos benefícios negados. A cada dia mais, Senador, trabalhadores estão voltando para casa com seu benefício negado, tendo que buscar a Justiça, e a Justiça reconhecendo que há esse direito à aposentadoria ou ao auxílio-doença. Precisamos urgentemente da qualificação de servidores; precisamos da contratação de mais servidores de forma muito acentuada; há a questão dos peritos, precisamos, sim, de mais peritos.

Não é possível que um trabalhador aguarde meses para fazer uma perícia, esse trabalhador que muitas vezes não tem outra fonte de renda, Senador, que não seja essa e fica em situação de extrema vulnerabilidade, às vezes dependendo de o próprio sindicato poder dar algum auxílio. Muitas vezes o empregador não é tão perverso e segue mantendo o salário, porque, senão, esse trabalhador não tem como manter a sua dignidade, a sua família e os seus custos.

Precisamos melhorar a estrutura física das agências. É urgente isso! A gente sabe do empenho dos servidores, mas não é possível que nós tenhamos o fechamento de agências. A cada dia mais agências fechando e trabalhadores tendo que se deslocar quilômetros e quilômetros. No nosso estado, Senador, lá no Rio Grande do Sul, nós chegamos a ter, nas regiões de fronteira, onde nós temos o maior número de assalariamento, trabalhadores tendo que se deslocar 300, 400km para ir a uma agência vizinha.

Isso é inadmissível! Nós precisamos, de forma urgente, controlar essa situação, precisamos acabar com essa fila de espera que, no final do ano passado, chegava a 1,7 milhão de pessoas aguardando para ter um benefício. Isso é muito difícil, e aí temos toda uma situação.

A Contar, no ano passado, no final do ano passado, ingressou com uma ação de inconstitucionalidade, uma ADI, a ADI 7.051, que trata da inconstitucionalidade do art. 23 da Emenda à Constituição 103, que trata da regra de pensão de falecido. Essa ação, Senador... Não é possível que cada dia mais a reforma, que não atingiu diretamente nossos trabalhadores, mas cada vez tem nos levado mais para o buraco... Os trabalhadores precisam ter algumas respostas do Governo Federal, e a gente tem cobrado isso muito fortemente.

Então, a gente conta sempre com o apoio, Senador, do senhor, de todos os Parlamentares que têm compromisso com os trabalhadores. Precisamos da sensibilidade do Governo Federal de a cada dia mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuar e precisamos ter um INSS forte, atuante e que, de fato, conceda os benefícios para os trabalhadores e para as trabalhadoras.

Para nós, trabalhadores assalariados e assalariados rurais do campo, previdência é sinônimo de segurança e de dignidade. Não é possível que esse trabalhador nosso, que contribui tanto com este país, tenha, até mesmo na hora de se aposentar, um benefício negado ou uma demora muito grande nessa fila de espera, que é imensa.

Então, é isso, Senador.

Nós queremos entregar logo, ao final, para o senhor uma carta em defesa da seguridade social, uma carta de construção nossa, da Contar, da nossa confederação nacional, junto com sindicatos e federações de todo o Brasil, na qual a gente conclama por uma previdência, por um INSS atuante, forte e que possa, de fato, conceder os benefícios para os trabalhadores e para as trabalhadoras.

A gente agradece a oportunidade, agradece a Contag por ter feito essa provocação para nós podermos estar participando. Às Fenasps, aqui também, que a gente sabe que têm um papel importante, a gente deixa a nossa solidariedade, dizendo que a gente está junto. A gente tem cobrado, e, quando a gente cobra, é em defesa dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras. A gente sabe que vocês também precisam ter dignidade. Não é possível que, nos dias de hoje, nós tenhamos uma previdência com acesso precário à internet, sem infraestrutura nenhuma.

Então, é isso, Senador.

A gente agradece, em nome do movimento sindical, em nome da nossa confederação, nos colocando sempre à disposição para a boa luta em defesa da nossa categoria, dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Gabriel Bezerra Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Eu entendo que a moçada aí da assessoria está anotando as propostas para que a gente dê o encaminhamento. Depois, no final, me entregue a carta para eu dar o devido valor a ela e procedimento.

O pessoal da Fenasp eu sei que está aí. Eu não falei de vocês ainda.

Qual é o seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Viviane já falou comigo. Depois dos primeiros convidados, vocês terão a palavra, os dois, pelo que ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me falou, pelo tempo de cinco minutos cada um para falar da questão. Inclusive, se um de vocês quiser ler a carta, pode ler.

Então, agora, conforme combinado... Só para lembrar, então, para não ficar a dúvida, a Fenasp, eles já me entregaram uma carta aberta que vão ler depois sobre a greve dos servidores federais do INSS, saúde e trabalho. Aí há todo o pleito deles, que vou deixar você ler, porque senão eu começo a ler sua a carta aqui. O.k.?

Então, conforme já acertado, eu passo a palavra agora à líder Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Contag e Agricultura Familiar, assentada do crédito fundiário em Ouro Branco, Alagoas, por dez minutos.

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas, companheiros e companheiras.

Gostaria, inicialmente, também, de cumprimentar o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem estendo esses cumprimentos aos demais Senadores que compõem aqui a Comissão de Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que agradecemos por vocês terem atendido a nossa demanda, nesta semana, que para nós é uma semana de muita mobilização. Também quero cumprimentar o nosso Presidente da Contag, que já fez uso da fala, o companheiro Aristides; o companheiro Gabriel; os demais companheiros e companheiras da Fenasp que aqui estão também participando da audiência; os nossos assessores e assessoras da Contag; e também os companheiros e companheiras que vão fazer uso da fala, como a companheira Sirlene, que está presencialmente conosco, e demais companheiros e companheiras que vão falar aí pelas regionais e trazer para a gente essa situação do ponto de vista das regiões do nosso país. E cumprimento os demais companheiros e companheiras que nos acompanham, ao vivo, pelas plataformas e que interagem também com esta importante audiência pública.

Senador, quero começar, primeiro, reafirmando que nós estamos neste momento falando de uma das políticas mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento do nosso país. A previdência rural é uma política importante tanto para a agricultura familiar como para todo o nosso país.

Os dados nos mostram – aqui, rapidamente, só para poder trazer um pouco deles para a gente, com relação às regiões – que, do total de benefícios previdenciários, vejam só: na Região Norte, do total, 61,64% são benefícios rurais; na Região Nordeste, do total, 59,24% são benefícios rurais; já na Região Sudeste, do total, 12,74% são rurais; da Região Sul, são 25,63% rurais; no Centro-Oeste, do total de benefícios, 33,84% são rurais. Então, de fato, essa é uma política que distribui renda no nosso país e que fortalece a economia local.

Eu ficava aqui pensando, ao ouvir os companheiros e as companheiras falarem, inclusive os do campo, o que seria deles, sobretudo neste momento que nós vivenciamos de pandemia, se não fosse o pagamento dos benefícios previdenciários! Os dados ainda nos mostram que boa parte daqueles e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquelas que têm os seus benefícios investem esse recurso para melhorar a sua produção. Então, a previdência rural também contribui para a gente manter a agricultura familiar no nosso país; para a gente poder manter, assegurar a produção de alimentos saudáveis no nosso país, e por isso ela é uma política tão importante.

Dando continuidade, quero dizer que já vem há anos o INSS sofrendo com as restrições orçamentárias, e isso não é novidade, mas a nossa maior preocupação é com relação a esse corte dos 980 milhões. E, aí, esta Casa, Senador, precisa urgentemente reverter essa situação. Se a gente não conseguir reverter esse corte, esse veto, infelizmente, o INSS, da forma como ele está hoje, não vai ter condição de assegurar um atendimento digno e de qualidade, como o povo brasileiro merece. Então, acho que a primeira coisa e o que mais a gente tem reafirmado é isto: a gente precisa, pelo contrário, de mais orçamento para investir nessa política tão importante.

Depois, de fato, há a necessidade de realizar concurso público. Os dados aqui nos mostram que, em 2015, o INSS contava com 37 mil servidores. Vejam só, isso se dava em 2015! E aí, ao longo desses anos, ele vem tendo o seu quadro de pessoal reduzido. Todo ano, vem reduzindo o seu quadro de pessoal e, atualmente, tem aproximadamente 20 mil servidores apenas. O que isso traz para a gente? Uma série de questões que têm prejudicado e afetado sobretudo os segurados especiais, aqueles e aquelas que a gente representa aqui, neste espaço. Nós temos hoje um represamento de processos e de benefícios. Nós temos trabalhadores e trabalhadoras que, há meses, estão aguardando um resultado, uma resposta de um servidor, uma resposta do INSS com relação ao seu pedido de benefício, ao que foi requerido. E nós temos os indeferimentos indevidos, aqueles que foram feitos indevidamente. Infelizmente, nós lidamos com essa realidade. O que falta aí? Falta investimento do INSS para capacitar os servidores, para que, de fato, eles possam fazer uma análise desses requerimentos, de forma que eles, inclusive, compreendam, do ponto de vista da agricultura familiar, as diversas especificidades e realidades que o trabalhador e a trabalhadora rural têm.

Somado ainda a esta necessidade de se fazer concurso público, contando com a ausência de servidores e também com a ausência de médicos peritos, nós temos uma parcela do nosso povo que vem sofrendo com essa situação de ausência de realização de perícias médicas. Muitas vezes, eles agendam uma perícia hoje para fazê-la daqui a dois, três, quatro meses. O que me surpreende é que nós estamos falando de auxílio-doença, e aquele ou aquela pode ser um pai de família ou uma mãe de família, ou seja, um chefe de família que está incapacitado, que está impossibilitado de exercer a sua atividade laboral, e, por isso, até o seu sustento e o sustento da sua família ficam comprometidos com essa situação.

Somando ainda a essa demora para passar pela perícia médica, muitos deles estão se tratando, inclusive, nos municípios dos interiores. Vamos dar um exemplo aqui bem claro: na Região Norte, que tem sua especificidade geográfica, eles têm que se deslocar por quilômetros e quilômetros para fazer uma perícia médica; muitas vezes, eles não conseguem fazer essa perícia médica, o que gera neles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança, frustração. Então, realmente, é uma situação lamentável essa situação que a gente vem vivenciado.

Embora hoje o INSS tenha, cada vez mais, virtualizado, tornado o seu atendimento cada vez mais virtual, a gente sabe que as agências do INSS são referências sobretudo para a nossa base. Na pandemia, houve o fechamento das agências em função de tudo isso que o nosso país ainda passa e ainda enfrenta, mas, agora, quando ocorrem as reaberturas, nem todas foram reabertas. Do total, nem todas foram reabertas. Nós temos 300 agências que não foram reabertas. Isso não é por acaso, mas é porque não há recurso, não há servidor para fazer o atendimento, não há infraestrutura física para se fazer aquele atendimento. Por isso é que elas não foram reabertas.

Ainda sobre perícia, voltando, quero dizer que 600 agências do nosso país não têm médicos peritos para fazer perícias médicas. Não duvido de que essa boa parcela esteja nos interiores, nos pequenos municípios. Então, é uma situação lamentável.

Essa forma de você fazer requerimento hoje, Senador, que acontece via INSS Digital, através de parcerias feitas com entidades – é importante ressaltar que a Contag inclusive tem um acordo de cooperação técnica –, ou via Meu INSS, nos últimos períodos sobretudo se agravou ainda mais: essas plataformas têm constantemente apresentado problemas e inconsistências. E aí eu fico pensando a quantidade de trabalhador e de trabalhadora que deixa de protocolar o seu requerimento, porque a plataforma não está funcionando, porque a plataforma está inconsistente, porque a plataforma não conclui o protocolo. Então, realmente é uma situação crítica.

A Central 135 também vem apresentando uma série de problemas. O segurado não consegue as devidas informações, muitas vezes fica horas aguardando ser atendido. As informações muitas vezes não são claras como deveriam. Então, é lamentável tudo isso que nós estamos vivenciando.

Eu já vou aqui concluindo dizendo o seguinte: nós também temos represamento de benefícios nos recursos administrativos, nas juntas de recursos. Eu fui até buscar aqui o dado do final de 2021, que mostra que mais de 250 mil processos com recursos administrativos estavam paralisados no INSS aguardando o encaminhamento para as juntas de recursos da previdência social; e mais de 150 mil processos aguardavam o INSS cumprir as decisões da junta de recursos. Então, é outra situação em que a gente também tem muito problema. É lamentável isso.

Na prática, como é que se dá? A pessoa protocola, o segurado protocola o seu benefício; o seu benefício é indeferido indevidamente. Ele não vai hoje, Gabriel, para o recurso com essa situação em que ele fica meses e meses aguardando, ele vai direto para a Justiça – ele não vai para o recurso, vai direto para a Justiça. E ele vai ganhar. Por quê? Porque foi um indeferimento indevido. Então, o que é que isso traz para o INSS? Ainda mais despesas, ainda mais despesas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos aqui – para ir concluindo – justamente para dizer isto: primeiro, para reafirmar o papel que essa política tem do ponto de vista da agricultura familiar, do ponto de vista do nosso país; e, segundo, para dizer que nós precisamos urgentemente reverter essa situação porque quem mais perde, quem mais está prejudicado é o povo brasileiro, é aquele trabalhador, é aquela trabalhadora que merece um atendimento digno. É isso. Esse é o nosso pedido.

E aí a gente está nesse processo, sim, de mobilização. Amanhã acontecerá a mobilização em todo o Brasil, justamente por quê? Porque a nossa base compreende que é preciso estar às ruas, que é preciso se mobilizar e que é preciso reafirmar que nós precisamos que o Governo garanta a estrutura adequada ao INSS para que o atendimento também seja adequado para o nosso povo. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Contag, que fez uma exposição muito clara aí sobre a importância inclusive da mobilização que vai – não é, Aristides? – acontecer em todo o país amanhã, para que a gente possa recuperar, salvar, não deixar haver o desmonte da nossa previdência pública, que está por trás de todo esse debate.

Eu vou passar a palavra, presencial também, e, depois em seguida, àqueles que vão falar pela plataforma... Só lembro que o primeiro a falar pela plataforma, para ele se preparar ou ela – no caso aqui é ela –, vai ser a líder Cleonice Fabiane Back.

Agora eu passo a palavra, então, presencial, à líder Sirlene Honoria Pinto de Oliveira, Secretária de Políticas Sociais da Fetaagro, Roraima; fala pela Região Norte.

A SRA. SIRLENE HONORIA PINTO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas! Eu quero aqui cumprimentar em especial o Senador Paulo Paim pela oportunidade de nós estarmos aqui e, na pessoa dele, cumprimentar todos os demais Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar também o Gabriel Bezerra, Presidente da Contar, pelo trabalho que vem desempenhando na luta em defesa dos nossos assalariados; cumprimentar também, de uma maneira muito especial, o nosso presidente da Contag, o Aristides Veras; e também cumprimentar, de forma carinhosa, a nossa companheira Edjane, Secretária de Políticas Sociais da Contag, pelo esforço que vem empenhando na luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Quero cumprimentar aqui também os representantes aqui da Fenasps, pelo trabalho que vêm fazendo aí na representação dos seus trabalhadores e trabalhadoras; e, de maneira especial, cumprimentar a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que neste momento estão nos acompanhando.

Meu nome é Sirlene, moro no Município de Novo Horizonte do Oeste. Eu sou agricultora familiar. Eu estou hoje como Secretária de Políticas Sociais na Fetaagro, Rondônia. E nós estamos, sim, numa semana nacional de mobilização em defesa da previdência social, pela reestruturação dos serviços do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS. Neste ato aqui estamos representando o movimento sindical da Região Norte e venho trazer a indignação e o descontentamento do nosso povo com o desmonte que vem acontecendo na previdência social e, ao mesmo tempo, nós viemos também para denunciar e cobrar solução para os problemas que o nosso povo vem sofrendo para acessar os seus benefícios previdenciários.

A nossa região, a Região Norte, geograficamente bem diferenciada de várias outras regiões, vem sofrendo com a demora nas análises dos requerimentos dos benefícios. Uma grande parte dos segurados já esperam na fila, há mais de seis meses ou até há mais de ano. E aí, quando chega o resultado da sua análise, uma grande maioria vem cobrando, às vezes, exigências descabidas nos seus benefícios ou indeferimentos indevidos, tornando cada dia mais difícil a garantia do direito na primeira análise, e isso vem trazendo ainda um grande prejuízo. Por quê? O segurado que tem seu benefício indeferido indevidamente ou ele encaminha para a junta de recurso – e fica ali esperando por dois, até três anos para ser analisado administrativamente –, ou ele precisa procurar um advogado. E aí ele já tem que passar para o advogado, quando concedido, 30% do valor retroativo ao qual ele teria direito, na íntegra, no todo, se ele tivesse o benefício deferido de forma administrativa. Então, fica aqui a nossa indignação com esse sistema que só está retirando direito dos nossos trabalhadores.

E quero dizer para as senhoras e os senhores que estão nos acompanhando que é desumano o que vem acontecendo com os requerimentos de benefício por incapacidade ou auxílio-doença, porque a maioria vem sendo indeferida. São trabalhadores e trabalhadoras rurais, urbanos, que, no momento em que mais precisam, estão sendo desamparados pelo Estado. Uma grande quantidade dessas pessoas também está na fila, aguardando por perícia médica há mais de seis meses. Na nossa região há segurados que estão doentes e, quando conseguem chegar à data da perícia, têm que andar de 700km a 800km para a realização da perícia. E aí, às vezes, quando chegam lá, têm uma negativa.

Então, fica aqui a nossa indignação e protesto sobre essa situação que vem acontecendo.

Diante desse cenário, nós estamos aqui para cobrar para que seja realizado o concurso público para reposição imediata da força de trabalho no INSS, com mais servidores concursados, e não terceirizados, e mais peritos médicos. E que todas as agências da Previdência Social possam estar abertas para atender ao nosso povo, porque, se nós tivermos mais servidores e mais peritos médicos, nesse sentido haveria como dar vazão a essa fila de espera. A gente acabou de ver nos boletins estatísticos como é que está a situação no final de 2021. A gente viu que mais de 70% dos benefícios aguardam por análise há mais de 45 dias.

Também se faz necessária a realização de capacitação com os servidores e servidoras do INSS para se evitarem indeferimentos indevidos.

Nós temos um grande problema, principalmente na nossa Região Norte, com segurados especiais que são sócios de cooperativa de crédito rural. É uma luta nossa organizar a nossa base em associações e cooperativas – e a cooperativa de crédito é uma delas – para facilitar o acesso do trabalhador rural ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, mas, com o passar do tempo, essas cooperativas estão passando a ser de livre admissão, e isso agora tem levado os nossos segurados a ter o benefício indeferido quando analisado pelo INSS. Então, nós não podemos aceitar que os nossos trabalhadores, por serem sócios de uma cooperativa de crédito, tenham seus benefícios negados, sendo que eles mantêm todas as demais qualidades de segurados especiais. E nesse ato já peço que esta Casa analise com carinho e que esse entendimento seja partilhado com os servidores do INSS para evitar esse monte de benefícios indevidos.

O mesmo acontece com o processo de agroindustrialização, que é também uma luta nossa para agregar valor à produção do trabalhador e da trabalhadora rural. Porém, quando ele agrega valor através da agroindustrialização, se ele for comercializar, há incidência de IPI, e isso também tem desqualificado os nossos segurados e seguradas especiais.

Então, é preciso padronizar esses entendimentos sobre a legislação e, se for necessário, é preciso que sejam revistos alguns itens na legislação para não penalizar os nossos segurados e seguradas especiais. E que os benefícios que foram indeferidos indevidamente possam ser revisados pelo INSS e, assim, ser garantido o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nós cobramos também que sejam solucionadas as inconsistências nas plataformas do INSS Digital e do Meu INSS, pois os problemas são recorrentes, tanto em relação ao SAG, Gerid, INSS Digital e Meu INSS. Não dá mais para a gente ter que cumprir exigência e, às vezes, o benefício ser indeferido porque não se consegue cumprir a exigência. Às vezes, protocola-se um processo e acontece até de o processo sumir do sistema, e aí é preciso voltar lá para inserir tudo novamente. Quantos dias em que é preciso entrar no sistema para gerar a senha do Meu INSS para o trabalhador, que é a porta de entrada do trabalhador ali na inscrição do INSS, e não se consegue? E os trabalhadores, às vezes, precisam andar 20, 30km e voltar para casa sem conseguir realizar o serviço.

E nós aqui também repudiamos esse corte que foi feito no orçamento do INSS, porque, se o atendimento já estava precário, se os servidores do INSS já não estavam tendo condições de trabalho com o mínimo de servidores – porque desde 2015 não foram mais contratados servidores por concurso público –, se já estava difícil, se não se conseguir derrubar esse veto, aí, sim, a gente vai ver o caos se instaurar, e quem vai perder é o nosso povo, os trabalhadores e trabalhadoras deste país, que são quem sustenta, de fato, esta nação. Eles é que botam comida na mesa, que levantam cedo e vão todo dia para o trabalho cumprir a sua missão.

Fica aqui o nosso apelo de que os Deputados Estaduais e Federais, os Senadores e todo o Poder Executivo e o Poder Legislativo pensem sobre isso. Que pressionem para que esse veto seja derrubado, que mantenham um mínimo de orçamento no INSS para garantir a mínima condição de atendimento ao nosso povo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, eu quero aqui também deixar o nosso apoio e a nossa solidariedade à greve dos servidores do INSS e dizer que nós estamos juntos nessa luta para garantir melhores condições de trabalho e pela reestruturação do atendimento do INSS. Nós não podemos deixar que o sistema previdenciário do nosso país, que foi uma conquista dos trabalhadores, seja desmontado da forma como está acontecendo, porque quem está pagando o preço são os nossos trabalhadores e trabalhadoras que encaminham seus processos, que têm toda a sua documentação organizada e que ficam tempos e tempos esperando, tendo essa negativa. A gente sabe que hoje se tirou a fila da porta da agência, mas essas filas hoje são virtuais. Então, não é possível ver, está visível, mas só quem sabe é quem está aguardando principalmente o auxílio-doença, que não conseguem acessar no momento em que mais precisam.

Muito obrigada.

Eu agradeço aqui, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem. Cumprimentos à líder Sirlene Honoria Pinto de Oliveira, Secretária de Política Social da Fetagro, que falou pela Região Norte.

Eu quero cumprimentar os organizadores do evento aqui na figura do Aristides, porque há um pleito que é meu, um pleito que sempre faço, pois não há sentido me mandarem para audiência pública somente homens... E isso acontece seguidamente. Eu entrei com um projeto de resolução de que tem que haver no mínimo 30% ou de mulheres ou, se for o inverso, de homens em um evento para que a gente possa ouvir todos os setores da sociedade. E vocês estão de parabéns, pois indicaram – estou vendo aqui pela lista – 70% de mulheres, que vão usar a palavra aqui. Parabéns, parabéns!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Às vezes, eu fico até constrangido e digo: "São as entidades que indicaram, não sou eu". Fico constrangido e tenho que dizer isso.

Inclusive, uma das líderes da Fenasps, na hora da sua fala, você venha para a mesa e fale em nome da Fenasps, já que há um homem e outra mulher. Então, não é nenhuma discriminação, é para manter esse equilíbrio.

Agora, vamos para os nossos convidados pela plataforma.

É com muito orgulho e satisfação – vou dizer, no final, o porquê – que eu passo a palavra para a líder Cleonice Fabiane Back, agricultora familiar, que foi Vereadora no Município de Tiradentes, lá no meu Rio Grande do Sul; que iniciou sua atuação no movimento sindical aos 16 anos; que foi Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sindicato de agricultura familiar; que é Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Fetraf-RS, Secretária Adjunta da CUT/RS e minha suplente no Senado. Eu falo desse fato, porque, quando se inicia a campanha, ela foi convidada, inclusive, para ser candidato à Vice-Governadora, mas tinha assumido compromisso comigo de ser minha suplente e disse: "Não posso, já assumi um compromisso com o Senador de que vou ser suplente dele".

Isso mostra a lealdade, a palavra dada dessa jovem Cleonice. E, quando inicia a campanha: "Senador, não sei se é problema para o senhor, mas tenho de lhe falar: eu estou grávida. Como é que vou viajar o estado todo?" Ela deixou no ar a pergunta e ela mesmo respondeu: "Mas quero te dizer que vou viajar, sim, o estado todo." Eu quero fazer essa pequena homenagem a ela, à filha dela e ao esposo dela, que foi um cara de uma grandeza enorme. Ele viajava onde ele podia, e, no resto, éramos nós que viajavamos. E vocês vão poder ouvir ela falar neste momento.

Eu não sei se era para contar isso, Cleonice, mas a palavra é tua agora. Eu já contei... Tenho muito orgulho de você ser a minha suplente; a Reginete Bispo é a segunda suplente.

Cleonice Fabiane Back, a palavra é sua por dez minutos.

A SRA. CLEONICE BACK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Inicialmente, bom dia Senador; bom dia aos demais Senadores e Senadoras da Comissão. Quero saudar todas as lideranças e dirigentes sindicais e dizer, Senador, que quase me sinto em casa com tantos agricultores e agricultoras hoje aqui presentes nesta audiência pública. É difícil nós temos tantas mulheres agricultoras em uma audiência pública e que bom que nós temos essas mulheres guerreiras participando desta importante audiência!

Lembro também, Senador, que pela segunda vez participo de audiência pública da CDH. Faz três anos que participei da última audiência pública que discuti também o tema da previdência social, o tema da reforma. Inclusive, a minha filha tinha três meses de vida, e fui para o Congresso Nacional, para o Senado para participar deste tão importante debate sobre a previdência e, principalmente, a previdência no meio rural, a previdência para a agricultura familiar.

Acho que o Aristides iniciou muito bem a fala dele quando ele disse sobre a importância que tem a previdência. Sem dúvida, é uma das maiores políticas públicas de distribuição de renda, de inclusão social do nosso país. E também, sem dúvida, nunca podemos nos esquecer da importância dessa política de inclusão, principalmente das mulheres agricultoras, a partir da Constituição de 1988 e também deste diferencial que foi uma luta agora na reforma da previdência: nós mulheres agricultoras familiares mantermos esse diferencial de idade para aposentadoria – mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos. E a gente sabe o quanto isso é importante para a agricultura familiar, o quanto isso é importante para as agricultoras. Naquela audiência, eu já dizia: "Eu duvido que algum Parlamentar, algum Senador ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado vai votar contra esses direitos das mulheres agricultoras, porque, quando elas chegam aos 55 anos, muitas delas já não têm mais condições de trabalho".

Hoje, falando dessa temática tão importante que é a questão da previdência social – já foi falado pelos demais convidados –, nós temos grandes problemas que os segurados estão enfrentando para acessar essa política pública tão importante, para acessar os benefícios da previdência social. Principalmente, Senador, preciso relatar o tema do auxílio-doença, que não é só um problema – todos vão concordar comigo – dos trabalhadores rurais, mas principalmente também dos trabalhadores urbanos.

É um grande problema, porque nós, trabalhadores rurais, temos sim essas dificuldades quando somos encaminhados à perícia médica; 60 dias, 90 dias, 120 dias depois, quando é agendada a perícia. Mas é pior ainda para os trabalhadores urbanos, que não conseguem às vezes voltar ao trabalho porque não conseguem efetuar a perícia e não têm nenhum benefício. E, muitas vezes, são mães, chefes de famílias que não têm recurso nenhum e que precisam desse dinheiro para comprar a comida, para ter o feijão, o arroz na mesa dos seus filhos.

E hoje nós enfrentamos um outro grande problema através das plataformas, principalmente do sistema Meu INSS, porque hoje os segurados infelizmente não estão conseguindo acessar. O relato inclusive de muitos dirigentes sindicais que auxiliam os nossos agricultores a acessarem, a tentarem conectar os benefícios e acessar os benefícios previdenciários, fazer os agendamentos, é que se leva, às vezes, três dias tentando acessar a plataforma, tentando ligar para o 135 para conseguir fazer qualquer agendamento. Então, isso é desumano. Então, nós precisamos rever não só a situação do atendimento presencial, mas, nesse atendimento virtual, através das plataformas, nós precisamos ter mudanças urgentes, urgentes.

Na questão que já foi falada, as perícias médicas, não é possível nós termos perícias médicas em menos tempo se não tivermos mais médicos peritos, se nós não tivermos mais servidores públicos, e a saída é o concurso público.

E outra questão: os indeferimentos indevidos, Senador. Hoje de manhã, quando eu reproduzi essa audiência pública convidando muitas pessoas para participar, recebi uma denúncia de Passo Fundo, onde um trabalhador tem o pé... E aí mandaram a imagem. É desumano ver, numa situação dessas, o benefício negado. E, sem dúvida, o trabalhador não tem nem condições de pôr o pé no chão, muito menos de poder ir trabalhar, mas o benefício é negado. E aí tem que recorrer à assessoria jurídica para tentar conseguir às vezes juridicamente esses benefícios. Então, nós precisamos rever essas situações também.

E sem dúvida uma das outras grandes já faladas também: nós precisamos urgentemente propor, Senador, que sejam votados os vetos, principalmente nesse tema da previdência, do INSS, porque, sem o orçamento, não é possível pagar benefícios, não é possível pensar em concurso público, não é possível pensar em mais médicos peritos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, Senador e demais convidados, eu não posso deixar de falar nesta audiência pública de um outro grande problema que nós enfrentamos no Estado do Rio Grande do Sul – e não só no Rio Grande do Sul, mas em toda a Região Sul –, que é o tema da estiagem. São mais de 425 municípios do Estado do Rio Grande do Sul que já decretaram estado de emergência. As perdas são enormes. Nós tivemos 60 dias sem nada de chuva e praticamente quatro meses com uma escassez muito grande das chuvas na Região Sul do Brasil, acumulando perdas enormes em todas as produções – soja, milho –, produção de autoconsumo, produção de leite e as famílias perdendo completamente a sua renda.

E nós estamos juntos – Fetraf, Contag, junto com MPA, MST, o conjunto de entidades – numa luta incansável em nível de estado e em nível nacional, acompanhando essa peregrinação dos agricultores familiares na pauta de reivindicações por parte do Governo do Estado e por parte do Governo Federal. E em nível de estado, nós temos uma promessa de auxílio emergencial de um salário mínimo para 137 mil famílias e um novo crédito de R\$10 mil para um novo financiamento com juro zero, mas isso não sai do papel. Sempre, a cada semana, temos audiência, e isso não passa das promessas.

E, em nível de Governo Federal, quero agradecer à Senadora, inclusive pela fala no Plenário na última semana, o Senado Federal apoiando essa luta dos agricultores familiares, mas quero dizer que nós não nos sentimos contemplados com a medida provisória anunciada pelo Governo Federal na última sexta-feira, que é de R\$1,2 bilhão. É uma medida importante? Sim, é uma medida importante, esperada, pautada, que é para rebate de dívidas para os agricultores, mas também há uma promessa de que o Governo encaminhe a esta Casa um projeto de lei que destine R\$1,3 bilhão para novos financiamentos e R\$600 milhões para o seguro agrícola, porque, com a adesão de muitos agricultores solicitando o seguro agrícola, também não há recurso suficiente. E nós chegamos num ponto este ano a que nunca chegamos na história: nesse período, no mês de abril, nós não temos mais dinheiro através do Pronaf, que é o principal programa de financiamento das lavouras dos agricultores familiares e hoje não tem dinheiro.

Então, imaginem os agricultores, as agricultoras familiares que perderam toda a sua lavoura de milho, de soja, a produção de leite, e hoje pensam em efetuar plantio de trigo, mas não têm financiamento. E essas famílias perderam todos os recursos, todo o capital de giro, e por isso os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e sul do Mato Grosso do Sul também estão pedindo socorro no tema da estiagem.

O tema da previdência social é de suma importância. E finalizo essa minha fala dizendo: nós nunca podemos esquecer que, para muitas mulheres, Senador, para muitas mulheres agricultoras familiares, às vezes sua autonomia financeira e seu empoderamento chegam quando chega a aposentadoria. Isso demonstra o quanto é importante a previdência para os agricultores familiares, o quanto é importante a previdência principalmente para as mulheres agricultoras.

Um grande abraço! Obrigada pelo convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cleonice. Ficou exatamente no tempo, foram dez minutos cravados ali.

Essa é a Cleonice Fabiane Back. Eu quero dizer para ela e para a Reginete Bispo, que são duas mulheres que são minhas suplentes, que pode haver suplente que trabalhe neste país sendo suplente no mandato, mas tenho certeza de que nenhum mais do que vocês duas. Não estou dizendo que vocês duas... Podem ver, é uma negra e uma loira, mas estou dando como exemplo só, e trabalham, trabalham mesmo, me representando e viajando pelo estado todo. Então, muito obrigado, Cleonice; muito obrigado, Reginete Bispo. Vocês são as Senadoras do Rio Grande: sempre nós trabalhamos lá tipo num trio, o Paim e as duas Senadoras.

Obrigado, Cleonice, foste brilhante como sempre.

Agora vamos continuar aqui.

Como eu havia combinado, passamos a palavra à líder Eliane Maria da Silva, Secretária de Políticas Sociais da Fetaeg, que fala pela Região Centro-Oeste.

A SRA. ELIANE MARIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras; ao Senador Paulo Paim, presente; ao Presidente da Contag, Aristides; à nossa Secretária de Políticas Sociais da Contag, Edjane.

O momento por que a gente está passando é um momento muito difícil. Estamos passando por um momento em que os trabalhadores estão com muita dificuldade para serem atendidos perante a Previdência Social. Os segurados e as seguradas estão enfrentando muitos problemas nos atendimentos com médicos peritos nas plataformas do Meu INSS digital. Nas plataformas do Meu INSS, quando eles tentam ter acesso às plataformas, elas não estão funcionando de forma adequada. Esses problemas estão acontecendo perante o descaso do Governo com a Previdência Social: muitos processos estão sendo indeferidos de forma indevida; há muitos processos represados; às vezes, a demora de atendimento para uma perícia médica é de vários meses, e a pessoa que está adoentada, que está precisando daquele recurso, daquele dinheiro não consegue o benefício. Quando eles são chamados, já estão bons e os pedidos são indeferidos, porque já estão aptos ao trabalho, sendo que aquele dinheiro fez muita falta quando eles estavam adoentados. Muitas vezes, retornam ao trabalho já adoentados, mas, mesmo assim, não conseguem esse direito. Muitas vezes, têm que entrar de forma judicial para conseguir. Isso está muito complicado no Estado de Goiás e em todos os estados do Brasil.

Os médicos não estão conseguindo atender a demanda, que é alta. Como foi dito, eles tiraram as filas do INSS, mas as filas continuaram nas plataformas digitais. Então, eu acho que isso está muito maquiado. As pessoas acham que a Previdência não está tendo muita demanda, mas, na área digital, há filas de mais de 1 milhão de pessoas esperando o benefício. Isso está muito complicado para o trabalhador. Aquele trabalhador da roça, muitas vezes, tem que se deslocar por quilômetros e quilômetros,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tem que ser agendada a perícia, o atendimento para um pedido de benefício. Eles têm que andar 80km, 100km para ir a uma agência, porque geralmente, todos bem sabem, na área rural muitas vezes não há internet para entrar na plataforma. Muitas vezes, eles não conseguem entrar, porque a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras não tem o estudo suficiente para mexer com a área digital. Isso dificultou muito.

A Previdência Social, pelo corte de recursos que teve, de mais de 980 milhões... Se não revogar o que foi sancionado pelos Deputados, a Previdência Social vai entrar em colapso, como já está entrando agora. A maioria dos servidores está em greve, está em manifestações devido ao fato de eles não terem como atender aquele trabalhador que vai lá, pela falta de recursos. Então, com a restrição orçamentária do INSS, aprovada pelo Congresso Nacional, para o ano de 2022, esse corte vai prejudicar muito tanto os trabalhadores do campo como os trabalhadores da cidade, pois o INSS não vai conseguir atender todos esses trabalhadores.

Então, peço aos Deputados Federais, Estaduais e Senadores que revejam esse orçamento que foi imposto para o ano de 2022. Esse é um orçamento a que infelizmente os trabalhadores não vão conseguir ter acesso, nem o INSS está atendendo todos de forma digna. Assim, a gente fica muito triste, como federação, de ver aquele trabalhador que chega para ser atendido, mas às vezes não tem atendimento de forma digna, de qualidade.

Agora estamos em mobilização para o dia D, que vai ser amanhã, em todos os estados do Brasil, para pedir a garantia de melhorias na plataforma do INSS, garantia de um orçamento adequado para todos poderem trabalhar com dignidade, revisão dos processos indeferidos de forma indevida, mais servidores e servidoras contratados, mais médicos peritos, porque, sem um atendimento de qualidade, nós não vamos conseguir trabalhar, o INSS não vai conseguir trabalhar, e o trabalhador, que necessita tanto do INSS, não vai conseguir ter acesso para ser atendido. Há vários processos que estão sendo deferidos – eu queria fazer uma reclamação –, mas não sai a agência, não sai o lugar onde o benefício pode ser sacado.

Será que não existem recursos na Previdência? O que é que está acontecendo com a Previdência que não está conseguindo também fazer um trabalho correto? Então, precisamos urgentemente que a Previdência também consiga ter os recursos necessários para atender o trabalhador. Então, assim, o nosso pedido é esse, e amanhã nós estaremos na rua para lutar em defesa do trabalhador e da trabalhadora.

Esse tema emociona muito, me emociona muito, porque a gente que está ali, perto deles, junto com o trabalhador e com a trabalhadora, vê a necessidade deles. A Previdência Social é um amparo ao trabalhador e à trabalhadora, e um salário mínimo que eles conseguem lá é o mínimo para a sobrevivência deles, é o mínimo para a sobrevivência da família deles. Necessitamos muito de uma previdência social que seja digna e de qualidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras, para que tenham um atendimento digno.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos. Que os Deputados e Senadores revejam esse corte, para que haja uma melhora no INSS, uma melhora no atendimento, para que os benefícios sejam pagos da maneira correta e para quem realmente necessita, porque os trabalhadores buscam a Previdência Social porque estão necessitando desse recurso para ter uma vida de qualidade ou uma ajuda quando estão precisando.

Então, muito obrigada a todos.

E vamos à luta para conseguir nossos direitos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns, Eliane Maria da Silva, Secretária de Políticas Sociais da Fetaeg, que falou aqui pela Região Centro-Oeste!

Eu vi que, emocionada... Se vê que ela está lá vivendo e sentindo no dia a dia as dificuldades, infelizmente, do nosso INSS, e destacou muito o movimento de amanhã. Eu até falei rapidamente aqui com o Aristides, e ele me dizia que a Contag está organizando em todo o país amanhã, com os prováveis aliados, um grande movimento de contestação, em defesa dos servidores públicos, em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade e em defesa da nossa Previdência. Esse é o motivo, porque há um movimento de desestruturação da nossa Previdência, e, por isso, a falta de tantos funcionários.

Parabéns, Eliane!

De imediato, Maria dos Navegantes dos Reis Silva, Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da Fetraece, que fala pela Região Nordeste.

A SRA. MARIA DOS NAVEGANTES DOS REIS SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas. Eu estava aguardando aqui liberar o meu som.

Quero dizer da importância que tem esta importante reunião, audiência. Quero saudar o Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta audiência, e dizer que você tem várias admiradoras aqui no Ceará, e eu sou uma delas. Eu o admiro muito e acompanho o seu trabalho pelas redes sociais. Então quero aqui enfatizar essa importância que você tem aí no Senado, na defesa do povo brasileiro.

Saúdo o nosso Presidente Aristides, o qual tem uma importância muito grande na nossa confederação, que faz a representação política, e, junto dele, a nossa Secretária Edjane, que tem sido uma jovem aguerrida em defesa dos direitos da classe trabalhadora, reafirmando o seu papel, o seu comprometimento, cada dia, com a classe trabalhadora.

E eu sou mais uma que se junta para somar na defesa do povo brasileiro. Represento aqui o Nordeste, um povo que tanto precisa de acesso às políticas públicas, vive enfrentando uma crise pandêmica. Estamos em um momento muito difícil, o mundo passa por isso, mas o Nordeste vem enfrentando com muita dificuldade, em especial o Nordeste, considerando que o Nordeste hoje é tragado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas das vezes pela seca – quando não é pela seca, é pelas fortes enchentes. E as dificuldades de acesso às políticas públicas vêm dificultar a vida dos nossos nordestinos cada vez mais.

E aí destaco a importância que tem essa maior rede de proteção que é a nossa previdência social. Hoje nós que fazemos o acompanhamento, a coordenação, a representação política dos nossos sindicatos, dos nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais sabemos o quanto a previdência social é importante na vida do homem e da mulher do campo, mas sobretudo importante na vida de todos aqueles que acessam a previdência social.

Nós queremos trazer hoje os problemas que são ocorrentes, mas queremos destacar aquele que tem sido o problema maior. Nós temos recebido diversas demandas aqui no estado e, lamentavelmente, são vidas que necessitam dessa política pública, são vidas que vivem constantemente a lida no dia a dia, com muitas dificuldades, trabalham, produzem para a sua subsistência. E essa política que gera renda, essa política pública que dá uma melhor condição de vida para as pessoas, infelizmente, está sendo negada constantemente. É um direito do trabalhador e da trabalhadora, segurados, seguradas especiais. E temos esses problemas que já vieram em diversas falas aqui que é o problema do acesso. As plataformas, as ferramentas de atendimento hoje não são suficientes, deixam bastante a desejar a essas pessoas que tanto precisam do acesso a essas políticas públicas. Eu sou do Ceará e aqui no Ceará... No Nordeste não é diferente: todos os nossos sindicatos vivem esses problemas constantemente.

Uma plataforma que é para dar o atendimento desejado, às vezes, fica dois, três dias sem funcionar; não atendem as necessidades das pessoas; os processos, represados; as análises, feitas de forma indevida. É inadmissível ver um processo de uma mãe que tem direito ao seu salário-maternidade tê-lo negado porque o servidor entendeu que ela teria que comprovar 15 anos para ter direito a ele. A lei não diz isso. A mãe precisa comprovar, no mínimo, dez meses para tê-lo, mas, infelizmente, existem essas formas indevidas de negação dos direitos da classe trabalhadora – estou citando esse exemplo, mas existem diversos outros exemplos que a gente poderia estar relatando aqui, mas, por conta do tempo, eu trago esse. Isso significa negar o direito que as pessoas têm hoje de acessar essa política pública, os benefícios previdenciários.

E há o problema das perícias médicas, eu só quero reforçar aqui, em todos os estados. As pessoas têm que se deslocar, mesmo sem condições mínimas, de tantas distâncias: 300km, 400km, de um município para uma grande capital, por exemplo. Isso é um desrespeito. É inadmissível uma pessoa estar com câncer, por exemplo, e não ter o seu direito, o seu auxílio-doença, ter que esperar sete meses para passar por uma perícia médica. É o que está acontecendo aqui na Região Nordeste, em todos os estados. Hoje, das 1.110 agências, já foi dito pelo nosso secretário que 600 não têm médico perito. Isso é uma preocupação para nós, porque, quando a gente dialoga com gerências locais no estado, eles dizem que não podem fazer nenhum processo de remanejamento de um médico para outra região, para outro município, porque não têm médicos suficientes. Então, há uma carência muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão é a questão dos servidores. Há uma vacância de mais de 3 mil profissionais. Isso é insuficiente. A estrutura que nós temos hoje é insuficiente para atender a necessidade das pessoas. E, ainda por cima, além desses outros problemas que a gente tem, o Governo agora veta, há esse corte no orçamento, o que implica cada vez mais no funcionamento das estruturas hoje.

Então, a gente traz essa fala hoje, representando aqui a região, a fala dos trabalhadores e das trabalhadoras que choram por ter necessidade de acessar seu direito, e não têm a resposta. É muito triste, Senador, quando a gente vê a lágrima de um trabalhador, vê-lo recorrendo à gente pedindo socorro, pedindo que a gente faça alguma coisa para a sua aposentadoria ser concedida, para o seu salário-maternidade ser concedido, e a gente não pode fazer muita coisa a não ser orientá-lo a se organizar, a organizar toda a documentação dele, a solicitar. Não está sob a nossa competência conceder, não está sob a nossa competência melhorar a estrutura.

O Governo precisa ter responsabilidade com a população brasileira. Não estruturar essas estruturas que, em especial, atendem a classe que mais precisa é negar o direito dessas pessoas que passam fome em plena pandemia. Há pessoas que estão com 60 anos hoje, que não têm a mínima condição mais de estar exercendo sua atividade no campo e têm a sua aposentadoria negada. Mulheres, aos 55 anos, o que é uma conquista constitucional, têm também sua aposentadoria negada.

Constantemente nós temos recebido processos de aposentadoria represados há um ano, cuja resposta o trabalhador não recebe.

Então, a nossa voz é a voz do trabalhador. Trazer nossa voz nesta audiência pública hoje, aqui, representa a voz de milhões de trabalhadores que estão aí à espera. Com a greve dos servidores, eles trazem isso em suas falas muito forte: são mais de 2 milhões de pessoas à espera de processos represados.

A gente se soma a essa luta deles, que estão lutando por direito justo, por condições de trabalho. Se o Governo não dá condições de trabalho... São seres humanos que não vão ter a mínima condição de continuar disponibilizando a sua força de trabalho, a sua capacidade de trabalho. E trazer, hoje, à cúpula essa questão do corte é trazer uma preocupação muito grande de que vai inviabilizar os serviços, vai tornar cada vez mais precária essa estrutura que hoje já não é suficiente para atender as pessoas.

Então, o que a gente traz aqui é um apelo para que o Governo possa se sensibilizar principalmente com essas pessoas que têm direito de acessar essa política pública. É por causa dessa política pública, desses benefícios previdenciários que muitas pessoas, hoje, não passam fome, porque, além de alimentar os idosos e idosas, alimenta seus filhos, alimenta seus netos, alimenta seus vizinhos. Essa é a realidade hoje.

Nós trazemos isso, Senador, para que se torne público, para que os gestores políticos tomem consciência de que é a classe trabalhadora que está precisando ser socorrida, de que são os nossos idosos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão precisando ser socorridos, de que são as nossas mães, as mulheres que mais adoecem hoje no país e que estão precisando do seu auxílio-doença.

É um apelo mesmo para que, de fato, essas pessoas que sofrem hoje possam ser atendidas, possam ter direito aos seus benefícios. Não estamos pedindo nada que não já esteja garantido por lei. Foi uma luta garantir isso na Constituição! Então, que seja garantido, de fato, o direito; esteja acessado, de fato, o direito. Por mais que a gente construa diálogo, por mais que a gente converse, aqui, no estado, com as gerências, hoje, não é suficiente, porque não compete às gerências, ao estado resolver todos os problemas nacionais. É uma questão política.

Portanto, pedimos aqui aos nossos Senadores e Senadoras que possam também se juntar a nós nessa pauta, fazer a defesa dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, estar do lado do povo, defendendo os direitos da classe trabalhadora. Que possa ser pautado esse veto na pauta do dia e que ele seja derrubado para que não sejam inviabilizadas as condições mínimas de atendimento à população brasileira.

Quero agradecer pelo espaço com a certeza, com a convicção de que esta audiência vai ter fruto, porque creio que há pessoas compromissadas também com a classe trabalhadora.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Sei que você é um homem que está na luta com todos nós. Fico aqui numa perspectiva muito grande de esta audiência ter um grande resultado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Alguém vai dizer aí: "O Paim bateu palmas!". Eu bati palmas para todos, só que eu estava aqui... Não é porque ela me elogiou ali durante todo o pronunciamento dela...

Olha, Maria dos Navegantes dos Reis Silva, Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da Fetraece, Ceará, que falou pela Região Nordeste, parabéns pela fala, muito bem colocada! Para mim... Eu sou daqueles que acham que política se faz com o coração e também com emoção.

Quando ela diz que o povo está chorando, o povo está pedindo socorro. Por isso, mais do que nunca, esta audiência pública tem que dar os encaminhamentos que atendam ao interesse da nossa gente, como ela disse muito bem.

Esperamos que a manifestação de amanhã tenha o vulto que está sendo programado, para que a gente faça com que o Governo recue nesse desmonte do nosso INSS.

Vou passar a palavra, em seguida, para a Senadora Zenaide.

Vou concluir aqui, Zenaide – em seguida, vou passá-la para V. Exa. –, com a Maria Alves, do bloco de mulheres, neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu a passo para a Zenaide, que é uma Senadora, uma lutadora, uma guerreira e está sempre ao lado daqueles que mais precisam.

Então, fala ainda a Maria Alves, Secretária de Políticas Sociais da Fetaemg, de Minas Gerais. Ela fala pela Região Sudeste.

Em seguida, fala a Senadora Zenaide.

E, depois, fala um homem. Há homens aqui também, não só mulheres. *(Pausa.)*

Maria Alves, por favor, a palavra é tua por dez minutos.

A SRA. MARIA ALVES DE SOUZA *(Por videoconferência.)* – Sim! Desculpa! Eu estava tentando abrir o microfone aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito!

A SRA. MARIA ALVES DE SOUZA *(Para expor. Por videoconferência.)* – Primeiramente, quero cumprimentar todos e todas com um bom-dia, de forma muito especial o nosso Senador do Brasil Paulo Paim; também a direção da Contag, na pessoa da companheira Edjane e do Aristides; todos os nossos companheiros de luta dos nossos estados da Federação; as companheiras que estão aqui presentes e as que nos estão acompanhando.

Sou Maria Alves. Sou do Vale do Mucuri, no Estado de Minas Gerais, e, neste momento, aqui estou representando a nossa Região Sudeste, composta também pelo Espírito Santo, por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

Diante de muitas coisas que já foram colocadas aqui, eu faço questão de reafirmar... Há uma grande necessidade de a gente trazer exatamente a realidade dos nossos trabalhadores, dos nossos agricultores e camponeses, sejam eles assentados e acampados, os ribeirinhos, as comunidades tradicionais, os agricultores familiares de todo o Brasil e, de forma muito especial, da nossa Região Sudeste.

As situações hoje vividas pelo sistema do INSS são situações que requerem, inclusive, um grande esforço político, social, de mobilização, mas também de muita vontade política, afinal a política de previdência social, a política nacional de benefícios da previdência social é uma política que tem garantido, inclusive, a economia e a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras no campo.

Uma pessoa que vive 55 anos, no caso da mulher, ou 60 anos, no caso do homem, trabalhando na comunidade, na lavoura, diretamente nas organizações produtivas, quando chega a essa idade, quer realmente ter acesso ao seu benefício. Mas, muitas vezes, a falta de compreensão, a falta de intérprete, de análise e de servidores, a falta de estrutura adequada e a falta, inclusive, de investimento público fazem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que essas pessoas percam as esperanças, e muitas delas, de fato, até chegam a morrer sem se aposentar ou sem acessar outro benefício, como, por exemplo, os benefícios ligados à questão das perícias médicas, ao auxílio-doença, entre outros.

Quero também trazer aqui que, nesse cenário, não são só os agricultores e os segurados especiais do campo que passam por esse grande desafio e que sofrem muito hoje no nosso Brasil, mas também as pessoas que dependem do amparo social, do Sistema de Assistência Social do Brasil, para conseguirem ter pelo menos um amparo para sobreviver. São muitas as famílias que, hoje, no Brasil, vivem em vulnerabilidade social, seja no campo ou na cidade.

Muitas que procuram, inclusive, condição para comer e que, por lei, teriam direito a ter o seu benefício direto para conseguir minimamente ter acesso às condições básicas de uma vida digna.

Nesse sentido, companheiros que estão aqui, nosso Senador Paulo Paim, é uma situação para a gente refletir sobre a realidade do Brasil e reconhecer que pautar a previdência social hoje é uma necessidade (*Falha no áudio.*) ... o rumo do Brasil, o rumo do povo brasileiro. É preciso reconhecer isso.

Todas as mudanças que nós queremos dependem de esforço político, de interesse político para a classe trabalhadora. E, nos últimos anos, o que a gente tem visto no nosso Brasil não foi isso, foi o interesse das multinacionais, foi o interesse daqueles que se sobrepõem sempre em cima dos mais fracos. Nós não podemos permitir isso mais. Nós sempre pautamos, no que tange à previdência social... O Senador Paulo Paim acompanhou, Brasil afora, a nossa luta na época da reforma. E sempre dissemos: "O problema da previdência social não é daqueles que hoje precisam dela para sobreviver ou que precisam de um sistema que funcione de fato para que eles tenham acesso à uma política pública; o problema da previdência são as grandes fortunas, são as exportações, são aqueles que de repente querem de fato no Brasil implantar um sistema que deixa o pobre cada vez mais pobre". Isso a gente não pode permitir, não pode concordar.

Nós tivemos, inclusive, no final de 2021, 1,7 milhão de benefícios parados. Benefícios esses que ficaram um mês, dois meses, três meses, oito meses, até mais de um ano em espera. Em muitos desses, inclusive, houve a decisão negada e tiveram que entrar no processo judicial para conseguir recuperar o recurso que ficou parado. Nós não podemos concordar com isso. Nós queremos colocar exatamente a nossa discordância sobre essas questões.

É preciso que o INSS tenha condição de, além de fazer análise, ter uma garantia, inclusive, do segurado ter uma decisão entre 30, 45 dias no máximo. Hoje, ainda assim, há fila de espera. Foi uma luta, inclusive, para a gente acabar com a fila única, que gerou um grande transtorno para os segurados especiais, mas ainda há a fila ainda nessa condição regionalizada, que ainda assim traz grandes transtornos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos permitir, enquanto movimento social e sindical, que os nossos trabalhadores continuem dando entrada, tendo dificuldade, inclusive, por conta das plataformas digitais, seja ela INSS Digital ou Meu INSS, além do transtorno que há, pois muitos hoje reclamam, atualmente de não conseguirem fazer esse requerimento – esse é um grande desafio nosso, nós temos essa situação –, e o benefício ainda fica muito tempo parado esperando uma análise.

E uma situação muito pontual da atualidade hoje são os benefícios em análise por muito tempo parados. São situações em que nós precisamos conseguir desvendar esse mistério no sistema da previdência. Como que o benefício fica em análise seis meses, oito meses? O que o levou a ficar parado sem dar nenhum retorno, nenhuma satisfação ao segurado, sem fazer exigência ou algo parecido? Nesse sentido, nossa indignação ainda é maior, porque como que uma pessoa fica analisando o processo e a própria previdência não toma nenhuma decisão sobre ela e nem comunica ao segurado sobre a situação que ocorre com o seu benefício?

Assim, nós também temos, na atual conjuntura do nosso Brasil, fechamos, inclusive, no ano de 2021, a situação dos recursos. Para muitos dos benefícios que têm indeferimento, as nossas entidades representativas apresentam um recurso. E hoje o recurso ficou tão descrente que, quando se fala de recurso, as pessoas começam a entrar em desespero, exatamente porque fechamos 2021 com mais de 250 mil processos esperando algum tipo de andamento no sistema de recurso. E a gente não pode permitir isso também.

Queremos conclamar aqui às nossas autoridades para nos ajudarem, nesse sentido, a pautar e também a cobrar do Governo que tome as devidas providências, porque muitas são as consequências. E, muitas das vezes, a causa de tudo isso que foi colocado aqui é uma estrutura sucateada que nós temos nesse momento. Nós temos em torno de mais de 600 agências que não têm servidores, que não têm médico perito. Hoje a estrutura do INSS está virando elefante branco.

Nesse sentido, é preciso urgentemente fazer concurso público, contratar novos servidores e, além de contratar, fazer capacitação, formação para que eles compreendam a realidade do Brasil. É preciso compreender a agricultura familiar no Norte do país e compreender a agricultura familiar aqui no Nordeste e no nordeste de Minas Gerais, por exemplo. Afinal, em Minas nós gostamos de, inclusive, tratar a agricultura familiar, compreendendo que, no sul do país, há uma agricultura familiar e, no sul de Minas Gerais, nós temos um modelo econômico já implantado, mas nós temos, no Vale do Jequitinhonha e no Mucuri, uma realidade muito característica, própria das pequenas propriedades ou daqueles que não têm propriedade nenhuma, que são parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros. Portanto, essa é a realidade do país, e nós precisamos de servidores que tenham essa compreensão e consigam fazer uma análise de um processo olhando para essa realidade.

Nós não podemos permitir que as pessoas que passam por todas essas consequências também passem pela insatisfação de terem que viajar 200km ou até mais do que isso para terem acesso a uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perícia médica. Muitas das vezes, depois de ter agendado há muito tempo, na hora da perícia médica, o médico não consegue nem entender qual é, de fato, a doença da pessoa, porque ele já passou tanto tempo esperando que já virou outras situações e já está em outras dimensões. E, além de ficar sem receber aquilo do período em que ele tentou fazer agendamento, ele passa pelo processo de, muitas das vezes, não encontrar o perito e esperar a vida toda, passando por situações vexatórias, precárias, em casa, por não ter recurso e por a família ter que arcar com todas as despesas médicas e de outras situações que as famílias enfrentam.

Nesse sentido, o orçamento para o INSS é fundamental. É preciso que, juntos, o Senado Federal e as pessoas de bem deste país nos ajudem a pautar, para que a previdência social tenha recursos para suprir todas essas situações colocadas, para garantir que o concurso aconteça, para novas contratações, para garantir um bom funcionamento, para que se tenha médico perito, para que se tenha perícia médica, para que se tenha condição e estrutura de as APS, de as agências funcionarem de fato, para que não fechem mais. E é nesse sentido que nós queremos aqui proclamar que os agricultores não merecem passar pelo que eles estão passando, pelo que nós estamos passando, por falta de interesse político e de uma gestão que nesse momento não prioriza pobres, não prioriza os mais vulneráveis, até porque, se priorizasse, nós não estaríamos, em um momento como este, discutindo situações tão relevantes para a economia do país. Afinal, os recursos destinados à previdência social, aos benefícios de aposentadoria, ao salário-maternidade, ao auxílio-doença, ao amparo social e tantos outros vão atender o comércio local, vão atender os municípios, vão gerar qualidade de vida para as pessoas e vão dar mais condições, inclusive, no campo, na agricultura familiar, de produtividade, porque, afinal, nós produzimos e garantimos alimentação na mesa do povo brasileiro.

Nesse sentido, deixo aqui um grande abraço, um agradecimento muito especial ao nosso Senador e a todos os companheiros que fizeram parte desse grande momento histórico do nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, Maria Alves, Secretária de Políticas Sociais da Fetaemg, Minas Gerais, que falou pela Região Sudeste. (*Palmas.*)

Brilhante também, como todas as convidadas. Falou da falta de funcionário, da falta de estrutura, da importância de derrubar os vetos. Meus parabéns!

Agora pediu a palavra para nós uma Senadora que é muito atuante aqui na nossa Comissão... Não só aqui na nossa Comissão: em todo o Congresso Nacional. Eu digo todo o Congresso, porque ela participa também das sessões do Congresso, e não só do Senado – é quando estamos Câmara e Senado.

Senadora Zenaide Maia, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero parabenizar aqui esse grande Senador Paulo Paim, que é um professor, gente, para mim. Eu quero aqui cumprimentar também Aristides Veras, Presidente da Contag; Gabriel Bezerra Santos, Presidente da Contar. Aí as mulheres, Paulo Paim. Há mulheres aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que tomaram conta aqui da Comissão hoje.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – ... que estão dando uma aula para a gente. E, nas pessoas de Edjane Rodrigues, Sirlene Honoria, Maria dos Navegantes e Maria Alves, quero cumprimentar todas as outras. Estamos no caminho certo. Nós, mulheres, temos que ocupar os espaços.

Agora, eu queria lembrar aqui o seguinte: em 2019, o então... E isso quando a gente sentiu que iria haver o desmonte da nossa previdência. Em 2019, o então Secretário Especial de Previdência e Emprego – eu acho que os senhores lembram – lançou a MP 871, porque foi orientada por ele.

Para vocês, brasileiros, eu acho de uma importância fundamental, Paulo Paim, uma audiência dessa, para os trabalhadores saberem por que estão sofrendo. Estão sofrendo por uma decisão política de um Presidente que não tem o mínimo respeito, que inventa que defende família e está esmagando as famílias trabalhadoras deste país. É o que está acontecendo. E, infelizmente, a gente está aqui, na maioria das vezes...

A gente aprovou aquela lei, agora, que queria ainda por cima que o paciente... Eu sou médica de formação. Então, que o paciente pagasse a perícia. Isso, a gente só acredita, porque viu.

Então, eu queria dizer o seguinte: Rogério Marinho, na época, fez aquela Operação Pente-Fino. Ali já era um desmonte, o início do desmonte da nossa previdência. E ele deu uma entrevista... Porque ele é daqui do meu estado. Afastou-se agora para se candidatar. Mas eu guardei uma entrevista que ele deu, dizendo que essa medida provisória da Pente-Fino iria acabar com acesso, iria acabar por diminuir muito o acesso aos benefícios da previdência e que iria cassar vários benefícios já assegurados há algum tempo.

Então, eu, como médica de universidade durante muitos anos, muitos pacientes meus me procuraram. Aí, ele já formou, ele cortou os benefícios das pessoas com deficiência, dos idosos, e jogou esse povo para procurar exames caros, complementares, pelo SUS, que levam de seis meses a um ano, como ressonância magnética, mesmo com a pessoa, gente... Para você ver a que nível de crueldade chega este Governo, de as pessoas cadeirantes, gente, cadeirantes...

Paulo Paim, caiu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estava tranquilo para nós. Caiu agora. (*Pausa.*)

Agora voltou!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo, mas não estão me vendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Pode continuar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Eu vou continuar falando.

O que acontece? Aí já se formou uma grande fila!

E se transformou a Medida Provisória 871 na Lei 13.846. E a gente presenciou, Paulo Paim, em dezembro de 2017, a MP 793... Eu estou dizendo isso, porque a gente precisa ver que uma parte disso já veio do Governo anterior, já era premeditado. Então, a MP 793... Por incrível que pareça, os grandes agropecuaristas tinham uma liminar pela qual não recolhiam a previdência patronal. E se conseguiu essa medida provisória...

Agora, caiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode continuar, pois nós estamos ouvindo bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo, não é? O que interessa é ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – O que acontece? Na época, quando eles eram segurados para não recolher o Funrural patronal, eles conseguiram a Medida Provisória 793, que fez um Refis e dividiu por vários anos, quer dizer, era uma previdência que eles alegavam que estava falida, mas que a gente sabia que não estava.

Lembro aos senhores e ao povo brasileiro que, desde que este Governo entrou, cada ministério tem uma secretaria de desinvestimento. Então, ele desinvestiu, tirou tudo da Previdência. E, como vocês mostraram aí, são 2 milhões na fila, gente! São pessoas... E o mais grave: eu conheço pessoas que fazem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cirurgias e que estão pedindo ao médico que só dê os 15 dias – e são cirurgias que precisariam de 30, 45 dias – para não ir para a fila da Previdência, como foi falado aqui por Aristides, Gabriel e Paulo Paim.

A população brasileira tem que saber que essas pessoas não estão com fome, que essas pessoas não estão sendo esmagadas... E eu ouvi muito aqui, neste plenário, quando promulgaram o desmonte da nossa previdência: "Deus quis que eu estivesse aqui". Não foi Deus que quis! São medidas políticas que intencionalmente resolvem esmagar quem trabalha, resolvem esmagar os trabalhadores da agricultura familiar, a grande maioria são mulheres, mesmo sabendo que é esse povo que nos alimenta, mesmo sabendo que essa previdência, como foi falado – e eu sei, porque, na época, a gente fez o levantamento, Paulo Paim –, é o que gira a economia dos pequenos e médios municípios, na maioria, sendo o que salva a padaria, o que salva isso tudo... Então, a população brasileira tem que saber que essas mulheres e esses homens que representam esses trabalhadores e nós aqui não vamos nos calar! Nós vamos mostrar, dando visibilidade a este país, que não é necessário fazer o que estão fazendo com este povo. Isso é muito cruel, isso é muito desumano e é incompatível com qualquer ser humano que se diz cristão, gente! Isso não é normal!

E eu vejo pacientes se arriscando a voltar ao trabalho, sendo que precisariam de no mínimo 45 dias, porque sabem que, se forem para fila da previdência, exigir algo a que eles têm direito... São trabalhadores, gente! Até para enriquecer... Esse povo tem que entender que ninguém enriquece sem botar as pessoas para trabalharem para eles. E, mesmo assim, insistem.

Mas, para finalizar, parabenizamos cada um. Podem contar com esta Senadora. Vamos tentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Vamos dar visibilidade, sim, em cada fala e mostrar às pessoas que essa é uma decisão política do Presidente da República, que não tem o menor respeito à vida, e que nós não temos 20 milhões com fome, porque Deus quer; são decisões políticas. As pessoas não são pobres, as pessoas são empobrecidas por decisões políticas de um Governo que cultua a morte, seja pela fome, seja pela covid, seja por tirar os direitos conquistados com muita luta. E a gente sabe que esses direitos aqui não foram fáceis!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Paulo Paim, por me dar esta oportunidade de falar, parabenizando cada um dos senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos tentar derrubar o veto, sim, porque o Presidente propõe, mas o Congresso não é obrigado a aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora! Parabéns!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – A gente pode, sim! Voto é assim: o Congresso pode! A luta da gente é para isso.

Por favor, nós temos que mostrar, porque o que a gente vê? Essas pessoas covardes ficam dizendo: "Isso é política, isso é ideal". É política, sim! Só que essa política praticada por esse Governo e aprovada por uma parte do Congresso é a política do mal, é a política que não respeita a vida; nenhuma forma de vida, não é só a humana não. Não há respeito à natureza. Eles atropelam, eles esmagam todo mundo. E vamos dar visibilidade, sim! A população tem que saber por que está sofrendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia! Meus parabéns pela fala competente e brilhante como sempre!

Vamos passar a palavra ao último convidado da nossa lista, que é o líder Carlos Joel da Silva, Presidente da Fetag-RS, que fala pela Região Sul.

Joel, é contigo!

O SR. CARLOS JOEL DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador! Gostaria de, na minha pessoa e na de toda a Diretoria da Fetag do Rio Grande do Sul, da Diretoria do Fetaep, do Paraná; na pessoa do Presidente Marcos, e da Diretoria da Fetaesc, de Santa Catarina; na pessoa do Walter, parabenizar, Senador, o senhor pela iniciativa de nos dar a oportunidade de estar debatendo esse tema tão importante para a nossa agricultura familiar.

Queria saudar o nosso Presidente da Contag, Aristides, toda a direção da Contag; quero saudar também o nosso Presidente da Contar, o Gabriel, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul e, na pessoa de vocês, também toda a diretoria; quero também fazer uma saudação especial aqui à Edjane, nossa Diretora da Contag, que cuida brilhantemente dos assuntos da previdência e vem fazendo um grande trabalho à frente da Contag nesse trabalho nosso da previdência social.

Em primeiro lugar, acho que eu queria resgatar um pouco – vou procurar ser breve aqui, Senador – daquilo que o Presidente Aristides falou: a importância que tem a previdência social para os brasileiros; não só para a agricultura familiar, mas para toda a sociedade.

A previdência social hoje é o maior programa de distribuição de renda, e a Senadora trouxe aqui, ela é fonte de renda importantíssima para os municípios. O que significam as aposentadorias, os auxílios-doença, as pensões para a população é importantíssimo. Não há como mensurar a importância. E é esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso que está nos pequenos municípios e que faz girar o comércio, que faz girar a economia dos municípios. Então, estamos falando não de qualquer coisa, mas de um dos principais programas de renda do Governo Federal que desemboca lá nos nossos agricultores.

E o que nós estamos vendo é uma crise estrutural do INSS sem precedentes. E a gente precisa dizer isso, a gente precisa falar disso. Estão desmontando a Previdência Social, estão desmontando a nossa estrutura.

Aqui na ponta, nós que temos os nossos sindicatos, que têm os convênios, que são parceiros do INSS, que estão lá no INSS Digital fazendo os encaminhamentos da aposentadoria para ajudar os nossos agricultores, deparamos todo dia com a falta de servidores, com a falta de peritos, com a demora nas análises, os indeferimentos por falta de conhecimento das pessoas que estão lá na ponta, e aí não é culpar a pessoa que está lá atrás do balcão, mas é culpar quem comanda, quem não traz qualificação para essas pessoas que estão lá na ponta. Não faz curso, não faz capacitação, joga um benefício para ser como estava até poucos dias atrás: benefício do Rio Grande do Sul para ser interpretado por um servidor lá de Pernambuco ou vice-versa. Qual é o conhecimento que o gaúcho tem da vivência de um agricultor de Pernambuco ou que o de Pernambuco tem da vivência do gaúcho? Então, essas questões têm que ser trazidas. Fazem exigências desnecessárias, não conseguem entender a diferença entre as regiões nesse momento. Os recursos administrativos represados há mais de um ano. Não há o cumprimento das diligências. Isso precisa ser trazido. Isso precisa ser discutido. Isso precisa ser analisado.

Agricultores aqui no Rio Grande do Sul andam mais de 100km para fazer uma perícia, e, quando chegam lá, não há o perito para fazer a perícia. Ele volta para casa para remarcar a sua perícia. Agências estão sendo fechadas nas nossas regiões. Precisamos é abrir, nós precisamos é trazer o INSS para mais perto das pessoas, não o distanciar com o fechamento das agências.

Robotização de atendimento não é bom para ninguém. O agricultor não é um robô para ser atendido pelo robô; robô não tem sentimento. Ele precisa olhar para essas pessoas com sentimentos, e isso é feito através do olho no olho. Nós conseguimos fazer lá no sindicato o atendimento, mas precisa dar o suporte, porque senão o agricultor encaminha lá no sindicato e depois é negado o benefício ou começa a demorar, e o culpado é o sindicato. E não é o nosso sindicato, e, sim, a estrutura que está sendo desmontada.

O 135 não funciona. Ele está sempre com problemas para funcionar. Então, a estrutura está ruim, e nós precisamos melhorar. O sistema apresentado hoje é inconsistente e está sempre indisponível, trazendo dificuldade para quem está lá na ponta. E ainda há os cortes de orçamento. Não dá para conviver com isso.

E aí eu queria fazer um chamamento para os Senadores e para os Deputados: precisam derrubar o veto do Presidente. A Senadora trouxe uma frase de que eu gostei muito: o Governo propõe, mas o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso pode dizer "não" para o Governo. E é isso que nós esperamos, que os Senadores, que os Deputados estejam imbuídos desse processo. Eu estou indo essa semana para Brasília e vamos fazer uma peregrinação em Brasília pedindo a derrubada do veto. Precisamos fazer isso. A Fetag hoje está mandando documento para todos os Deputados e para todos os Senadores, pedindo a derrubada do veto. Vamos ter coragem de dizer "não" ao Governo, que está desmontando um instrumento importantíssimo para o país e importantíssimo para as pessoas.

A previdência social, o INSS não é do Governo. Ele é dos brasileiros. Ele é nosso, e nós temos que trabalhar na defesa dele. A pergunta é: a quem interessa esse desmonte? Com certeza, aos brasileiros não. Se há alguns que querem transformar e privatizar o INSS e a previdência social, nós não queremos e vamos lutar para que isso não aconteça. Nós precisamos é fortalecer o INSS, a previdência social, e não desmontá-los. Nós precisamos botar mais recursos, ter orçamento para atender a essas demandas. Será que daqui a uns anos nós não vamos chorar por não ter feito aquilo que precisávamos fazer agora? Acho que esse é o desafio, para nós do movimento sindical, mas para o Congresso também: desafiar o Governo e dizer "não" para essas questões, ter coragem para começarmos a contrariar isso que nos querem empurrar goela abaixo. Se alguém quer ganhar dinheiro em cima da previdência, nós temos que denunciar e temos que dizer "não" para isso.

E aí eu acho que aqui cabe a medida que foi anunciada agora pelo novo Ministro, que disse: "Vamos dar bonificação para o servidor que aumentar a produtividade". Isso nos cheira a dizer que nós vamos ter uma enxurrada de benefícios negados, porque se nós vamos ganhar com produtividade, meus amigos, é mais fácil pedir um documento a mais e negar o benefício para ganhar produtividade. Até poderia ter esse recurso a mais para o servidor, que é merecido, mas se ganhasse por benefício concedido, não por benefício negado, e é isso que vai acontecer. Então, essas questões precisam ser muito fortes. Nós precisamos de recurso no orçamento, nós precisamos trazer concurso público para a previdência social e, enquanto não houver o concurso público, precisa haver contratação emergencial para que não sejam os mais pobres a sofrerem as consequências.

Para finalizar, meu Senador, quero dizer que as três federações do Sul do país estão alinhadas com a semana da defesa da previdência, em que a Contag está trabalhando. Estamos já organizados, a Fetag veio com uma semana de mobilização aqui no estado, pela estiagem, mas está atenta e vai estar na mobilização em defesa da previdência, porque entendemos que a previdência é nossa e nós não vamos deixar meia dúzia acabar com aquilo que temos de bom no país, e para isso nós precisamos contar com o empenho das entidades, mas com o empenho muito forte dos Senadores e dos Deputados Federais nessa luta.

Um abraço e obrigado, em nome das nossas três federações aqui do Sul do país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Joel! Carlos Joel da Silva, Presidente da Fetag-RS, que falou pela Região Sul e foi muito firme,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Enfatizou a falta de funcionários, a derrubada de veto, fechamento de agência, e temos que dizer "não". E, de fato, é verdade, compete ao Congresso. Nós aprovamos um projeto, Câmara e Senado, vai para o Executivo, que o veta, mas a última palavra é do Congresso. Então, o Congresso é também, sim, responsável se não mudar esse quadro.

Agora, conforme combinamos – já estamos com duas horas de audiência pública –, eu vou pedir gentilmente ao Gabriel para passar aqui, sentar aqui... Depois você volta, viu, Gabriel? É para nós darmos uma oportunidade à Fenasps.

Então, com a gentileza aqui do Gabriel, eu chamo, para fazer uso da palavra neste momento, a líder Viviane Peres, da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Eu vou dar, como foi dez minutos para cada entidade, cinco para você e cinco depois para o Daniel. O.k.?

E há a Alba ainda, que fala num outro momento. Está bem, Alba? Logo após, você fala cinco minutinhos.

É contigo.

A SRA. VIVIANE PERES – Está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está.

A SRA. VIVIANE PERES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, quero saudar o Senador Paulo Paim e os demais Senadores da Comissão de Direitos Humanos, já agradecer pelo espaço e cumprimentar as entidades aqui presentes – a Contag, na pessoa do Sr. Aristides; a Contar, na pessoa do Gabriel – e todas as pessoas que nos assistem aqui neste plenário e também de forma virtual. Eu não poderia deixar de saudar todos os meus colegas servidores dos 23 estados do país que se encontram nesse movimento de luta. Como relatado aqui por vários dos participantes anteriores, a situação é grave. Por isso é que é greve.

Eu peguei alguns pontos principais que foram abordados aqui pelas pessoas que me antecederam e queria trazer algumas situações e o porquê dessas situações. Foi relatada reiteradamente a ampliação do indeferimento. Os servidores do INSS não têm capacitação, os servidores trocam, através de WhatsApp, informações. A IN que regulamentou a Emenda Constitucional 103, a última contrarreforma, saiu agora neste mês, depois de dois anos – a IN que dá os subsídios para esses servidores analisarem. Isso foi regulamentado agora. Os sistemas do INSS demoraram meses, após a reforma, para se adaptarem às alterações. Então, esses benefícios ficaram represados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente são mais de 2 milhões de benefícios que estão aguardando análise, ou seja, são 2 milhões de trabalhadores que aguardam o reconhecimento do seu direito – em muitas situações, por mais de um ano. Isso se dá porque o INSS perdeu, como relatado aqui por vários também, quase 50% do seu quadro funcional. E esses 50% do quadro funcional hoje trabalham sendo assediados. Eu falo que, no INSS, existe um assédio moral institucionalizado, com as metas abusivas de produtividade. O representante que me antecedeu falou do bônus, mas as metas de produtividade interferem diretamente na qualidade do trabalho, no reconhecimento do direito da população.

Nós temos um dado de 2019, que é do INSS: 64% dos servidores se afastaram por motivo de adoecimento. Então, desses poucos servidores que restaram, a gente tem um alto índice de adoecimento dentro da categoria. Isso interfere na qualidade do trabalho, isso interfere, cada vez mais, na ampliação dessa fila.

O que os servidores estão pedindo neste momento são melhores condições de trabalho, valorização de fato. A gente ouviu um ex-Ministro na reportagem de uma rádio dizer que os servidores do INSS são valorizados. Isso é mentira! A solicitação do reajuste de 19,9% para o conjunto dos federais é legítima, é constitucional. Precisamos acabar com o assédio moral dentro do INSS, com as metas abusivas de produtividade.

Nós temos um acordo de greve de 2015, estabelecido em lei, que fala da reestruturação da carreira do seguro social. Sete anos depois não foi cumprida! Os servidores entram em greve para defender a existência do INSS. O INSS está em risco sim! O INSS... Não tivemos a aprovação da capitalização na contrarreforma por causa da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, mas o INSS está utilizando outros meios para privatizar a política pública de previdência, e todos relataram aqui a importância da previdência social. O INSS é a maior autarquia da América Latina e está sendo destruído, e os seus servidores estão cada vez mais precarizados.

Então quero aqui, como encaminhamento nesta audiência, solicitar ao Senador Paulo Paim e a todos os Senadores que nos assistem, a todo o Congresso, Deputados também, Deputados Federais, que apoiem essa greve e intervenham junto ao Ministério da Economia e ao Ministério do Trabalho e Previdência para que abram uma mesa de negociação. Os servidores querem voltar ao trabalho, mas precisam de melhores condições de trabalho. A defesa aqui, a defesa dessa greve, é a defesa do direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país.

Eu agradeço mais uma vez o espaço e solicito aqui o apoio de todos a essa luta para que os servidores de fato consigam essa negociação e retornem ao trabalho. Precisamos de concurso público para fortalecer o INSS. O fortalecimento do INSS, dos servidores, a valorização dos servidores é defender a previdência social pública, é defender a existência dessa política pública no país.

Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Viviane Peres, da Fenasps, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, que fez uma fala contundente e, ao mesmo tempo, pediu que os Senadores e Deputados colaborem para a abertura de negociação, porque o Governo não está aberto ao diálogo pelo que ela colocou aqui.

Eu me lembro muito bem da história da capitalização: foi uma guerra aqui, mas felizmente Câmara e Senado não permitiram a capitalização. Se passa a capitalização, adeus previdência pública!

De imediato, passo a palavra ao Daniel – está aqui o Daniel, pode sentar. Daniel Emanuel, da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) também tem 5 minutos.

O SR. DANIEL EMMANUEL (Para expor.) – Na verdade, Senador, estamos representando aqui o comando nacional de greve do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DANIEL EMMANUEL – Quero aqui saudar o Senador Paim e as entidades de trabalhadores rurais pela iniciativa de colocar em debate a questão do atendimento do INSS, um atendimento que está há muitos anos precarizado, essa é a verdade. Não é de hoje, já é de muito tempo que só vem piorando.

A Viviane colocou aqui e eu quero salientar que, de 2015 para cá, a quantidade de servidores do INSS diminuiu praticamente pela metade. Apesar disso, nós estamos trabalhando. A produção do INSS, a quantidade de benefícios que nós estamos analisando mês a mês aumentou em 30%. Isso, na prática, significa que os servidores do INSS que ficaram, que estão hoje trabalhando estão trabalhando mais do que o dobro para atender a população, e, mesmo assim, não tem sido suficiente.

Nós vimos dados da semana passada, na imprensa, de que bate novo recorde de benefício represado. A fila do INSS, a fila virtual chega hoje a 2,3 milhões de benefícios represados, são 2,3 milhões de trabalhadores que estão aguardando a análise de benefício. Então, isso é demonstração cabal de que nós não temos mais condições de atender toda a demanda do INSS. O próprio INSS reconhece isso através de um estudo feito dentro da gestão, pelo próprio Governo, que é necessário recompor a força de trabalho. Durante esse tempo, eles têm inventado formas de tentar suprir essa falta de servidores, como o INSS Digital, e várias entidades já falaram aqui os problemas que ele tem. E não que sejamos contra que o INSS crie canais remotos e outras formas de atendimento – nós queremos –, mas, simplesmente, substituir o atendimento presencial e jogar as pessoas para o telefone que não resolve os problemas não é a solução. Eles têm criado os acordos de cooperação técnica, que é, na prática, antes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo da aprovação da reforma administrativa, a terceirização dos serviços do INSS, e têm criado um sistema de metas absurdo, o qual tem levado aos vários adoecimentos que a Viviane colocava aqui.

Então, não nos resta outra alternativa, Senador, não nos resta outra alternativa, colegas, que não a greve por tempo indeterminado. O Governo não nos deixou outra alternativa. É uma greve que reivindica, que tem basicamente três eixos. Além da questão salarial, estamos com o salário congelado, nós temos a defesa da nossa carreira como típica de Estado, o que significa o INSS ser reconhecido como atividade típica de Estado, e a Previdência Social não ser privatizada. Na verdade, não é outra coisa que a defesa da previdência 100% pública, como todos nós defendemos há muito tempo. O próprio Senador, inclusive, já apresentou emenda em alguns projetos aí defendendo essa reivindicação. Defendemos aqui também metas justas, metas que sejam praticáveis e que acabem com esse adoecimento, que nós temos tenhamos condições de analisar os processos como eles devem ser analisados, com todas as minúcias que devem ser observadas para a correta concessão do benefício, inclusive evitando indeferimentos indevidos, porque o produtivismo, todo mundo sabe, é um empurrão para que o trabalho seja feito não da maneira como deve ser. E, por fim, condições de trabalho para atender a população, porque nós não temos condições de trabalho. Os sistemas do INSS param a todo tempo, param a todo momento, e isso é uma das causas que têm levado ao atraso e a esse represamento do benefício.

Então, quero agradecer aqui todas as manifestações de apoio que nós tivemos nas falas anteriores, dos que nos antecederam, à nossa greve, ao nosso movimento, e quero agradecer o espaço para falar aqui.

Quero fazer um apelo a todos os sindicatos, a toda a sociedade, de um modo geral: que se somem a nós, que apoiem o nosso movimento pela defesa da previdência social pública, gratuita e de qualidade para todos os brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel. Foi direto, com três pontos básicos, o que mostra o compromisso do comando de greve em defesa da previdência pública.

Por favor, Alba Cristina.

A Alba Cristina pediu a palavra aqui no plenário. Eu só faço o apelo: vou dar os mesmos cinco minutos à Alba Cristina, pelo que me chegou aqui – Alba, você confirma? –, representante do Consórcio de Sindicatos da Seguridade, CUT.

A SRA. ALBA CRISTINA (Para expor.) – Isso.

Boa tarde a todas e a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, parabenizo o Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa em defesa da previdência. A sua trajetória tem se pautado pela defesa das políticas públicas, mas, em relação à previdência, tem um impacto muito significativo. Quero dizer para você que é muito emocionante, nos rincões de todo o país – eu sou do Ceará, no Nordeste –, ouvir a sua fala nessa defesa intransigente. Isso alegra muito o nosso coração e faz com que a gente se sinta muito bem representado pelo seu mandato.

Quero parabenizar também e saudar a Contag na pessoa de uma guerreira cearense também, Maria dos Navegantes, que fez a sua fala anterior, e dizer, Aristides, que a fala de vocês, a forma como vocês conhecem a intimidade da nossa casa, a profundidade, do INSS e como vocês o defendem tão arduamente também nos emociona significativamente.

Quero ressaltar que a categoria de trabalhadores rurais, através da Contag, foi a primeira categoria de trabalhadores que colocou na sua pauta de reivindicações o direito à previdência social e a ampliação desse direito. O educador Paulo Freire nos fala que, quando a gente está entre companheiros, entre seres irmanados, nós não precisamos nos preocupar em falar nada, e falar tudo, aliás. Esta audiência está muito rica de detalhes sobre a situação em que a Previdência e os trabalhadores do INSS estão, através dos nossos companheiros da Fenasps, que aqui se expressaram.

Quero dizer que, quando o trabalhador procura a Previdência, além de ter a necessidade, ele tem o direito – o direito – conquistado pela estrutura do Estado brasileiro para isso. E a privatização da previdência, respondendo ao nosso companheiro do Rio Grande do Sul, interessa – a precarização da Previdência interessa – aos grandes agiotas nacionais e internacionais, que há muito tempo vivem querendo abocanhar o dinheiro do trabalhador e da trabalhadora brasileira.

Essa central de distribuição de trabalho que foi criada como rotina de trabalho, que traz esse acúmulo de 2 milhões de benefícios, na verdade, Senador, isso não são só números. Não são 2 milhões só de pessoas: nós temos estatísticas que apontam que cada benefício da Previdência Social contemplava, na época dos governos democráticos populares, de praticamente pleno emprego, contemplava cada benefício 2,5 pessoas. Então, hoje, quando a situação do nosso país está muito mais séria, muito mais grave, com tanto desemprego, esse número de pessoas protegidas por benefício da previdência social aumentou. Mas, se a gente considerar essa última estatística, esse número de pessoas atingidas nessa fila sobe para 5 milhões de pessoas, porque o benefício não é só para uma pessoa.

Essa central de benefício traz um prejuízo muito grande, principalmente para os trabalhadores rurais, o que já foi falado aqui, que é a desterritorialização da análise do benefício. Então, como é que um trabalhador, um servidor trabalhando em Curitiba vai analisar um processo rural de Pernambuco, do interior do Ceará, do Nordeste de um benefício que é muito complexo, dada a sua ampla subjetividade em relação aos benefícios mais definidos da previdência urbana?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, eu quero acrescentar – a essa proposta indecente dos R\$50 – que nos envergonha, Senador, que um servidor do INSS que hoje é Ministro do Trabalho e Previdência tenha veiculado que está no forno uma medida provisória que assegura o pagamento de R\$50 por benefício analisado, como já foi dito aqui, com uma tendência muito grande a ser negado.

Então, o consórcio dos sindicatos da CUT rechaça veementemente essa proposta, que nós tratamos como imoral, porque, em um primeiro momento, mercantiliza o trabalho da Previdência Social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, por favor!

A SRA. ALBA CRISTINA – ... e, em um segundo momento, não contempla a massa de servidores da Previdência; ela só vai contemplar uma parte de servidores que faz análise concessória, além de não contemplar, também, os servidores aposentados. A proposta do consórcio é que o aporte que vai compor essa medida provisória seja incluído na nossa gratificação de desempenho, porque, aí, sim, beneficiaria todos os servidores da Previdência Social, ativos e inativos.

Também quero citar um dado: além de a comunicação, de o acompanhamento dos processos estar muito prejudicado, há o agravante de – além dessas falhas do 135 – a ligação de celular não ser gratuita. Quem é que tem telefone fixo para ficar ligando? Então, isso dificulta esse acesso, pelo menos, à informação.

Quero dizer que amanhã eu estarei de volta ao Ceará, engrossando as fileiras, muito feliz com a iniciativa da Contag, essa entidade irmã dos trabalhadores da Previdência Social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alba Cristina, representante do Consórcio de Sindicatos da Seguridade, CUT.

Agradeço, mais uma vez, a compreensão do nosso querido Gabriel, que concordou com que, no encerramento, agora – Gabriel, você concordou! –, eu chame à mesa a Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Contag, porque vamos ter uma série de perguntas, e eu tinha preparado as minhas, mas eu respeito muito as perguntas que vêm da população. Há uma série de perguntas do e-Cidadania. Então, ela e o Aristides, neste momento final, vão responder às perguntas que aqui chegaram.

Então, vamos direto às perguntas, porque o nosso tempo já está estourando aqui.

A primeira pergunta do e-Cidadania é de Antônio de Leon, do Rio Grande do Sul: "Por que [...]". Vou ler devagar para dar tempo de vocês pegarem: "Por que o INSS questiona tanto judicialmente os benefícios [...]?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta é de Marcos Aurélio, do DF: "Por que não inverter a concessão dos benefícios? Libere-os primeiro. Se constatados indevidos, cobrem a devolução e punam os responsáveis".

Thiago Rafael, de Mato Grosso: "Qual medida vai ser tomada para dar mais celeridade ao recebimento de benefícios?".

Karla Pessoa, do Rio de Janeiro: "Além da modernização pelos meios eletrônicos, a idade dos aposentados que precisam de atendimento no INSS será considerada?".

São só mais duas. O pessoal fez uma seleção aqui.

Vinícius Silva, de Goiás: "Há a necessidade da reestruturação da autarquia, com a verba adequada e novo processo seletivo, para garantir o bom funcionamento do órgão".

E, por fim, Ilvan Luiz, de Santa Catarina: "Que nessa reestruturação sejam colocados os direitos dos contribuintes em primeiro lugar, com respeito às pessoas que trabalharam uma vida [toda]".

Começo com quem?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Com a Edjane.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então vou deixar na sua mão, inclusive, para subsidiar aí...

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA – Nem todas eu consegui anotar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É para subsidiar as perguntas. Agora, as respostas são contigo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Mas depois eu passo para você de volta.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Acho que há duas aí que são mais uma constatação.

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA (Para expor.) – Na verdade, há algumas aqui... Por exemplo, a pergunta do Antônio... Acho que, primeiro, a gente deve agradecer, não é? Agradecemos as interações.

A nossa página também estava transmitindo. A audiência teve uma boa repercussão, Senador. Então, acho que esse é um ponto bastante positivo, que, é claro, gera nossa expectativa no sentido de também termos algumas respostas mediante esta audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na do Antônio de Leon, por exemplo, ele questiona o porquê de o INSS questionar tanto judicialmente os benefícios. Acho que essa é uma pergunta para o próprio INSS, não é? Inclusive, acredito que eles foram até convidados para estarem aqui e deveriam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Foram, foram!

Se me permite...

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - A assessoria tinha me informado que eles tinham confirmado a presença, mas aí remeteram aqui o seguinte ofício:

De ordem do Sr. Presidente substituto do INSS, solicito desconsiderar a indicação do servidor Emerson Jorge da Cruz Pires para representar o INSS na audiência pública semipresencial de hoje para debater o Estatuto do Trabalho, com foco no atendimento do INSS.

Agradeço,

Diogo Freitas Figueiredo.

Eu lamento muito, porque se confirma, é preparada toda uma organização no sentido de fazer um bom debate, e, mais uma vez, o INSS, na última hora, resolve não aparecer. Fica aqui o nosso protesto.

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA - Tá.

Dá para responder do ponto de vista do chão que a gente pisa, das nossas realidades. Então vou responder enquanto segurada especial, agricultora familiar, enquanto diretora, na condição de Secretária de Políticas Sociais da nossa confederação.

As pessoas recorrem judicialmente das decisões do INSS.

A gente vem percebendo que houve um aumento significativo nos últimos anos - justamente por isto: porque esses benefícios são concedidos de forma indevida pelo INSS. E aí, na minha fala, inicialmente, eu ressaltava que hoje atualmente, em função também do represamento na junta de recurso, que é uma outra via administrativa do INSS, a tendência dos segurados nem é entrar na via administrativa novamente via junta de recursos; eles passam diretamente para a Justiça justamente em função dessa demora.

Então, demora para haver uma resposta do INSS. Muitas vezes nessa resposta, do ponto de vista da sua documentação, que seria suficiente para reconhecer o seu benefício, não houve esse reconhecimento, e aí eles vão para a via judicial. Para a gente, isso, inclusive, gera muito mais despesas para o INSS. Investir na capacitação dos servidores e servidoras, como os companheiros e as companheiras trouxeram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, seria muito mais viável, porque muitas vezes é isso não é uma escolha, é falta de opção, é a alternativa que eles têm. Bom, acho que seria isso do ponto de vista, então, dessa nossa realidade.

Com relação ao Marcos, quando ele fala "por que não inverter a concessão dos benefícios?", ou seja, liberam-se e constatam-se os indeferimentos indevidos, eles cobram a devolução e punem os responsáveis... Na verdade, eu acho que a gente precisa cada vez mais investir nessa boa estrutura do INSS, do ponto de vista de orçamento suficiente para haver capacitação. A gestão é fundamental na verdade. A gestão do funcionamento do INSS é fundamental. E aí investir também na condição de trabalho dos próprios servidores e servidoras. Eu acho que esse seria... A partir daí, sim, a gente reduziria esses indeferimentos indevidos os quais nós estamos questionando neste espaço aqui.

Com relação à medida que deve ser tomada para dar mais celeridade ao recebimento de benefícios, acho que cabe à autarquia investir nessa questão da fiscalização, na questão do monitoramento. Para nós também... A gente se soma com isso. A gente se soma com aquela afirmação, Senador, de que é preciso haver uma fiscalização e que de fato quem tem direito tenha o seu direito reconhecido e quem não tem o direito não tenha o seu direito reconhecido. O que não dá é que aqueles que não têm culpa sejam punidos. Com isso a gente não pactua, não comunga.

A Karla fala: "Além da modernização pelos meios eletrônicos, a idade dos aposentados que precisam de atendimento no INSS será considerada?". Não compreendi bem, mas, assim, nós não somos contra que o Governo invista nessas iniciativas digitais. As plataformas digitais estão aí, elas devem, sim, ser utilizadas, desde que elas funcionem corretamente. O que nós temos são plataformas que não vêm funcionando corretamente, ou seja, você acessa lá para protocolar o seu requerimento, mas a plataforma está inconsistente, a plataforma está fora de sistema, ela não está funcionando. Este ano mesmo foi o ano das inconsistências das plataformas, pelo menos do ponto de vista das questões que chegam para a gente. "Não está funcionando. Está fora do sistema."

Aleatoriamente, nós estamos aqui na audiência e, nos nossos grupos aqui de WhatsApp em que a gente conversa com os nossos companheiros e companheiras, há estados que já colocaram aqui que estão com problemas para acessar a plataforma do Meu INSS. Então, o problema é que a plataforma não tem funcionado corretamente. E, embora isso seja uma iniciativa bacana das plataformas remotas, além de garantir o bom funcionamento, é preciso reconhecer que as agências são uma referência importantíssima.

Então, não é porque há o funcionamento das plataformas que as agências devam ser fechadas ou não tenham, por parte do Governo, o investimento real para que elas funcionem corretamente. Elas são uma referência, elas são importantes e elas precisam funcionar.

Bom, com relação ao Vinícius, é isto que nós estamos cobrando, Vinícius: a reestruturação do atendimento. Isso só é possível, primeiro, se houver o investimento real do orçamento. O INSS já vem sofrendo com restrições orçamentárias, não é algo novo, mas agora a tendência é piorar, por conta desse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corte dos 980 milhões. Então, do que a gente precisa? A gente precisa que esta Casa aprecie esse corte e vote pela derrubada desse veto para que esse orçamento seja recomposto. Se isso não for revertido, infelizmente a estrutura se tornará ainda mais precária. "Ah, mas isso resolve 100%?". Não resolve. A gente precisa que haja realização de concursos públicos para contratar mais servidores e mais médicos peritos, que é aquilo de que nós estamos falando aqui. Anteriormente havia cerca de 35 mil servidores. Atualmente há cerca de 20 mil, então, foi quase 50%, como foi mencionado aqui, anteriormente.

Em resumo, a reestruturação precisa ser feita, mas para isso é preciso ter orçamento e é preciso também haver concursos públicos.

Bom, seria isso, em princípio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Parabéns pela forma rápida e objetiva com que respondeu à maioria das perguntas.

Se você me passar, eu passo para o Aristides.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ele achar que há algum complemento a fazer...

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS (Para expor.) – Eu passei para Edjane não foi para fugir da responsabilidade aqui não, foi porque sabia que ela responderia melhor do que eu.

Eu queria comentar rapidamente essa parte da judicialização que o Antônio, do Rio Grande do Sul, levantou.

Acho que o Evandro, que está ali, pode confirmar comigo esses dados. Nós estivemos com o INSS recentemente, semana passada, e nós conversávamos... Inclusive, para vocês terem uma ideia, por conta da dificuldade do atendimento – isso que a Jane disse –, as pessoas, em vez de recorrerem administrativamente pela junta de recursos, como ela também está falhando muito, preferem judicializar.

Um dado que me deixou bastante preocupado: em média, 40% de benefícios concedidos hoje pelo INSS são concedidos por força judicial. Mais ou menos isso, não é, Evandro? Vejam o negócio: 40% dos benefícios a que os cidadãos têm direito é por via de judicialização. Essa média já foi menor do que 20%. Então, vejam o grau de dificuldade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a pergunta que a gente deixa lá é a seguinte: todos os segurados que recorrem à Previdência Social têm condições de contratar advogados, de entrar na Justiça? Então, vejam isto: nós estamos perdendo muitas causas, muitos benefícios por conta da dificuldade de judicializar. E o custo do INSS para o Estado aumenta muito com a judicialização. E olhe que lá na MP 871, que virou a Lei 13.846, eles usavam o argumento de que aquele processo de democratização, de não sei o quê, era para diminuir a judicialização.

Então, eu lembro aqui, Paim, que o mesmo argumento para fazer reforma trabalhista no Governo Temer, o mesmo argumento do Governo Bolsonaro para fazer reforma da previdência, da PEC do teto de gastos, de que era tudo para gerar emprego, para desenvolver o país, não sei o quê...

Até na cassação da Presidenta Dilma, foi utilizado que, a partir dali, agora, ela era o problema, o Brasil voltava a crescer, economia, iria gerar emprego, renda, iria salvar a previdência, e olha o resultado...

Cada medida dessa vai ficando pior. Deve estar salvando ou aumentando as contas robustas dos mais ricos deste país, das multinacionais, e não da classe trabalhadora.

E, por último, Paim, queria lamentar a ausência do INSS. Nós estivemos terça-feira, às 11h da manhã, com o então Presidente do INSS, o Sr. Antonio Oliveira, que nos recebeu muito bem. Naquela casa a Contag tem diálogo, conversa, lá existem servidores de carreira... Nós não confundimos a opinião política das pessoas com a sua função, e o Estado tem de nos receber. Então, pelo menos há dois lugares em que a gente conversa, que são a Previdência e o Ministério da Agricultura.

E ele agora virou ministro. Ele, inclusive, nos dizia e concordava com a gente – ficamos até felizes com essa opinião dele, Paim, de que concordava e que estava encaminhando para o Ministro da Economia o período de concurso público. E agora espero que ele, como ministro, possa viabilizar o concurso público o mais rápido possível, porque aumentou o seu cacife agora no poder, de Presidente do INSS para ministro. Acho que agora o concurso sai.

Então, lamento o INSS não estar aqui, porque, pelo debate, pelo diálogo que a Contag tem permanentemente com o INSS, com o Presidente e todos os membros das equipes do INSS e seus servidores, ele aqui seria importante, para mostrar que a Contag veio aqui expor um problema que realmente existe e que nós queremos fortalecer a Previdência Social, fortalecer o INSS, e amanhã a nossa mobilização será pacífica, será forte, e já começou.

Nós tivemos audiência pública no dia 31, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com uma boa participação, boa presença, e várias acontecerão também amanhã, além das manifestações nos municípios e estados do nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já aproveito para encerrar também, Paim, agradecendo a sua disponibilidade, o seu compromisso, o seu apoio, e aos Senadores desta Comissão – refiro-me novamente ao Presidente Humberto Costa.

E a gente espera que os encaminhamentos que faremos aqui possam ajudar esta Casa, o Congresso Nacional, a derrubar esse veto e focar junto conosco na manutenção de uma política pública tão importante como é a previdência social para os homens e mulheres do campo, da cidade também e – por que não dizer? – para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Ela só quer complementar.

A SRA. EDJANE RODRIGUES SILVA – É só um convite mesmo: está rolando um tuitaço, dia "d", dia de mobilização. O tuitaço teve início às 11h de hoje, já está rolando, e aí a gente convida a todos e a todas para também participar conosco, usando a *hashtag* #EmDefesadaPrevidencia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nós vamos ter que ir para os "finais". Eu sei que, se houvesse tempo, todos poderiam falar novamente, inclusive os que estão a distância, mas infelizmente nós temos que encaminhar e, por isso, eu vou para os encaminhamentos.

1 - articular politicamente com os Parlamentares para a derrubada do Veto presidencial 11, de 2022, a LOA 2022, que restabeleceu o Orçamento, e assim trabalhar para que volte o orçamento do INSS em 980 milhões;

2 - restabelecer a infraestrutura do INSS, inclusive física, da plataforma digital e da Central 135, possibilitando a interiorização do atendimento e da razão do acúmulo de processos de trabalhadores que aguardam andamento;

3 - realizar concurso público para recompor o quadro de pessoal do INSS, que foi reduzido em aproximadamente 14 mil servidores;

4 - fazer capacitação do pessoal do INSS para melhorar o atendimento ao trabalhador;

5 - reajuste salarial para recompor a inflação no poder de compra dos servidores públicos do INSS;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6 – articular com os Senadores e os Deputados Federais para abrir mesa de negociação entre servidores do INSS e o Executivo federal. Proposta da Fenasps.

Isso foi um resumo que a assessoria fez, claro que pode ser desdobrado, mas foi um pequeno resumo.

E por que eu tenho que encerrar, pessoal? Preciso que vocês compreendam que, agora, ao término desta, eu vou ter uma reunião com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, São Paulo, sobre demissão em massa de mais de 400 trabalhadores da Avibras, sem recebimento das verbas rescisórias. A empresa entrou em recuperação judicial. Além do Weller Gonçalves, que é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, teremos aqui também outros trabalhadores da empresa, como Sérgio e Cleber.

Com isso, pessoal, eu queria agradecer muito a participação de todos. Foi muito boa a nossa audiência pública, sem sombra de dúvidas.

E me dirijo a todos: se, nos encaminhamentos, entenderem e quiserem complementar, é só conversar com a nossa assessoria, de imediato, que está à disposição.

Assim, eu encerro a nossa audiência pública, com a correria de sempre.

Uma salva de palmas a todos vocês. Que se dê razão e vazão ao entendimento e à negociação na greve dos servidores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada a audiência pública de hoje.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Giordano, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Luis Carlos Heinze, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa com o Embaixador da Federação Russa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2022 - CRE, de autoria Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Finalidade:** Obter informações sobre a crise internacional entre Rússia e Ucrânia e suas consequências. **Participante:** Excelentíssimo Senhor Alexey Kazimirovitch Labetskiy, Embaixador da Federação Russa. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/05>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Marcos do Val, Giordano, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Randolfê Rodrigues, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa com o Encarregado de Negócios da Ucrânia**, atendendo ao requerimento REQ 1/2022 - CRE, de autoria Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Finalidade:** Obter informações sobre a invasão russa à Ucrânia e suas consequências, bem como sobre a ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil, por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília. **Participante:** Excelentíssimo Senhor Anatoliy Tkach, Encarregado de Negócios (representante de: Embaixada da Ucrânia no Brasil). **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/06>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Eliane Nogueira, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Giordano, Mecias de Jesus, Chico Rodrigues e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2022 - CRE, de autoria Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Finalidade:** Debater a Redução da dependência de fertilizantes pelo Brasil: Principais desafios, restrições da produção doméstica e importação de insumos. **Participantes:** Senhor José Carlos Polidoro, Pesquisador da Embrapa Solos (representante de: Embrapa); Senhor Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA; Senhor André Passos Cordeiro, Diretor de Relações Institucionais (representante de: Associação Brasileira de Indústrias Químicas – ABIQUIM); Senhor Julio Cesar Nery Ferreira, Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios (representante de: IBRAM – Mineração do Brasil); Senhor Ricardo Tortorella, Diretor Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA; Senhor Bernardo Silva, Diretor Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias Primas para Fertilizantes – SINPRIFERT; e Senhor Reginaldo Lopes Minaré, Diretor Técnico Adjunto (representante de: Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA). **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Giordano, Marcos Rogério, Jayme Campos, Fernando Collor e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 91, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente da indicação do Senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da ANATEL." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 92, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 5325, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1/CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela prejudicialidade, nos termos do artigo 334 do RISF (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para disciplinar a comercialização de etanol." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do projeto, nos termos do art. 334 do RISF.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação com emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Ofício "S" nº 21, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), o relatório demonstrando o atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Companhia Docas do Pará (CDP), no exercício de 2018." **Autoria:** COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 34, de 2021** que: "Requer que seja convidado o Diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre os gargalos e desafios da malha aérea nacional." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos para o setor elétrico nos próximos anos." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2022** que: "Requer que o Presidente da Petrobras seja convidado a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a distribuição de dividendos, aproximadamente R\$ 101 bilhões, a acionistas da Petrobras, correspondente ao ano de 2021." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** O requerimento é alterado, para manter apenas o Presidente da Petrobras como convidado, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública para discutir a política de distribuição de dividendos da Petrobras" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** O requerimento é alterado, para acrescentar um dos nomes excluídos do REQ 2/2022-CI, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2022** que: "Em aditamento ao [Requerimento nº 3, de 2022], de autoria do Senador Jean Paul Prates, requer a inclusão de nomes adicionais para a audiência pública." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Resultado:** O requerimento é alterado, para passar a aditar o REQ 3/2022-CI, e não mais o REQ 2/2022-CI, e aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Daniella Ribeiro e os Senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/22>

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet e também pelo senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica que foram encaminhados para a Comissão de Infraestrutura os seguintes documentos: do Tribunal de Contas da União, os avisos de 77 e 1.988, de 2021; Ofício nº 253, de 2021, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que pede apoio para a substituição, ou melhor, para a sensibilização dos Deputados Estaduais quanto à derrubada do Veto 29, sobre serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano; Ofício nº 211, de 2021, da Câmara Municipal de Barbacena, Minas Gerais, que requer gestão junto à ANTT para que, na concessão da BR-040, seja prevista mudança da praça de pedágio ou isenção dos moradores; Ofício nº 268, de 2021, da Câmara Municipal de Borborema, São Paulo, que encaminha moção de repúdio à política de reajuste de preços praticados pela Petrobras; Ofício nº 523, de 2021, da Câmara Municipal de Erechim, no Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio referente ao financiamento de transporte público; também a carta da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Minas Gerais (Fettrominas); Carta de nº 19, de 2021, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, manifestando-se sobre a escolha de diretores para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Ofício nº 610, de 2021, da Agência Nacional de Telecomunicações, comunicando a abertura de consulta pública sobre a proposta de alteração do regulamento de celebração e acompanhamento de termos de compromisso de ajustamento de conduta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos estão disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardando eventuais manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras no prazo máximo de 15 dias, a partir do qual serão arquivados.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado nas reuniões anteriores.

Vamos à nossa reunião.

Primeira parte.

Em razão das peculiaridades das reuniões semipresenciais, organizaremos as sabatinas de hoje da seguinte forma: inicialmente será feita a leitura dos relatórios; em seguida, os indicados farão suas exposições, limitadas – imagino, penso que possam ser, como de praxe – em dez minutos ou quinze minutos no máximo, com a tolerância devida de um minuto ou coisa parecida; ao final das exposições, será concedida a palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que desejarem sabatar os indicados, conforme a ordem de inscrição; os questionamentos deverão ser expressos pelos membros em até cinco minutos. O mesmo tempo... Enfim, nós vamos, dependendo do número e dependendo do andar da reunião... A princípio estabelecemos cinco minutos para fazer as perguntas e dez minutos para os nossos convidados sabatinados responderem; e depois há réplica e tréplica, etc. e tal, como é de conhecimento dos Srs. Parlamentares.

Aqui é a parte segunda do relatório, não é? *(Pausa.)*

Vou ler o item 1 da pauta, mas vou pedir à Senadora Daniella que... É do item 2 da pauta o relatório apresentado por V. Exa. Vou inverter a ordem porque o Senador Roberto Rocha está se deslocando, não se encontra ainda no local.

Nós faremos a leitura de V. Exa. e, se V. Exa. concordar... *(Pausa.)*

Muito obrigado. Então assim faremos.

1ª PARTE**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2021**

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor ARTUR COIMBRA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente da indicação do Senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da ANATEL.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

O relatório está pronto para deliberação, entretanto vou alterar a ordem para que a gente faça a leitura do item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

Antes de passar a palavra para V. Exa., eu quero só justificar que, ontem, nós recebemos uma decisão do Tribunal de Contas da União determinando a suspensão das sabatinas em decorrência de procedimento de investigação que se encontra no Tribunal de Contas da União. Bem, em seguida – não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou ler todo o despacho porque é bastante grande –, vou me manifestar sobre o que interessa para nós podermos fazer a nossa reunião e para fazermos a sabatina dos indicados.

O próprio Ministro que teria concedido uma liminar para suspender a sabatina de hoje, repensando a própria decisão, ele chegou à conclusão de que não teria cabimento suspender a decisão da sabatina, que é um ato preliminar e que efetivamente não tem uma relação com a posse propriamente dita. Então, diz o Ministro, só para os senhores entenderem um pouco melhor a situação... Bem, a decisão inicial, repito, era para suspender, que foi a decisão de ontem. Hoje de manhã veio um complemento da decisão, no qual o Ministro se manifesta da seguinte maneira:

Repensando, todavia, a questão durante a noite, ocorreu-me que, a partir da absoluta identidade da natureza jurídica dos cargos de Conselheiro da Anatel e de Presidente do Conselho, a vedação legal, materializada nos arts. 6º da Lei nº 9.986, de 2000, e 24 da Lei nº 9.472, de 1997, que limitam o mandato dos membros da diretoria colegiada das agências reguladoras pelo prazo de cinco anos, poderia abranger os dois cargos: de Conselheiro e de Presidente do Conselho.

Isso significaria que a soma da permanência nos dois cargos não poderia ultrapassar os cinco anos previstos pela legislação em vigor, sendo permitida a nomeação do Conselheiro para permanecer no exercício da Presidência do Conselho da Anatel até o advento do termo final desse período legal de cinco anos.

Desta forma, a nomeação seria legal até o término do período de cinco anos, somadas as permanências nos dois cargos.

A partir da evolução do entendimento, reformulo, nos termos da concessão da medida cautelar referida pela unidade técnica, para os seguintes efeitos:

- a) Autorizar o ato de indicação de Carlos Manuel Baigorri para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Anatel, encaminhada ao Senado Federal por Mensagem Presidencial nº 683, de 14 de dezembro de 2021, desde que, no prazo de cinco anos, se inclua também o período em que o indicado atuou como Conselheiro da Anatel.
- b) Determinar a oitiva com fundamentos no art. 276, §3º, combinado com o art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, do Ministério das Comunicações e da Secretaria-Geral da Presidência da República para que, no prazo de quinze dias, se pronunciem a respeito do indício de ilegalidade identificado pela unidade técnica.

Encaminhem-se os autos à Presidência do TCU para imediata expedição da comunicação da decisão à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Na sequência, remetam-se os autos à unidade técnica para expedição das comunicações processuais e instrução do feito.

Brasília, 22 de março de 2022.

Assinado eletronicamente: Walton Alencar Rodrigues, Relator do processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se sobrou alguma dúvida a respeito. Se não existir dúvida, partiremos, então, para... Vamos chamar os nossos sabatinados.

Por favor, Thales, peça para os sabatinados adentrarem. *(Pausa.)*

É bom relatar que a Anatel está sem Presidente desde dezembro. Então, me parece que é muito importante que a gente apresse a sabatina, porque nós estamos diante de uma agência acéfala, e os programas e projetos da Anatel são talvez os mais importantes que circulam em todas as nossas agências hoje, estão exatamente na Anatel. Há a questão do 5G, que promete fazer uma revolução nas nossas comunicações. Inclusive, o Ministro já esteve aqui presente e relatou para nós o seu entusiasmo com relação ao futuro dessas questões. Por isso, achei interessante, conveniente e providencial fazer a sabatina o quanto antes possível, porque assim nós estaremos contribuindo para que o órgão possa desempenhar as suas atividades na sua plenitude.

Item 2 da pauta.

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52...

Eu já li? Já li este aqui? Já coloquei? *(Pausa.)*

Já que ninguém se manifestou, certamente eu não li.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

Passo a palavra à eminente e destacada Senadora Daniella Ribeiro para apresentar seu relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.)
- Sr. Presidente, colegas Senadores, quero cumprimentar aqui os indicados para a Anatel, Conselheiro Artur Coimbra de Oliveira e Conselheiro Carlos Manuel Baigorri, do qual sou Relatora. Cumprimento o nosso Presidente, Senador Dário Berger, da Comissão de Infraestrutura, todos que aqui nos acompanham e aqueles que nos acompanham através da TV Senado.

Sim, Sr. Presidente, quero corroborar a fala inicial de V. Exa., quando traz a importância de hoje estarmos deliberando acerca da indicação, da sabatina e, mais tarde, provavelmente, da votação e da indicação das vagas tanto do conselho como também da Presidência da Anatel, órgão esse em que tive a possibilidade de trabalhar de forma muito próxima quando da votação e da discussão do PL 79, novo Marco das Comunicações, algo extremamente importante para o país.

Aqui eu queria fazer uma referência muito especial ao nosso querido e ex-Presidente da Anatel, o Dr. Leonardo Euler de Moraes, que fez um trabalho não só muito comprometido, eu diria, mas também, além disso, competente na sua área, assim como esses que aqui se encontram com toda certeza o fazem e farão à frente da Anatel. Com o Dr. Leonardo, fizemos uma parceria muito forte aqui no Senado Federal, através desse novo Marco das Telecomunicações e das Comunicações, que foi desbravar um novo tempo para aquilo que era a nova realidade. O Brasil não tinha mais orelhões, passou a ter celulares. Um novo tempo, que precisava de uma nova legislação. Este foi o grande desafio: um novo tempo para o 5G.

Eu queria deixar aqui esse registro do quão importante foi o diálogo ao lado do Dr. Leonardo Euler e de como é bom você poder dialogar com as agências, ter pessoas que são sensíveis, ao mesmo tempo comprometidas e que têm esse entendimento de diálogo com o Legislativo e com o Senado Federal, com o respeito acima de tudo.

Sr. Presidente, passo a ler o relatório que muito me honra e quero agradecer a V. Exa. por me designar Relatora nesse processo.

Por meio da Mensagem do Senado Federal nº 92, de 2021 (nº 683, de 2021, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Manuel Baigorri para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Leonardo Euler de Moraes.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 00340/2021-MCOM, de 8 de dezembro de 2021, que instrui a matéria, o indicado deverá ocupar a Presidência do Colegiado por cinco anos, até 4 de novembro de 2026. Importante ressaltar, como se verá adiante, que o pleiteante ao cargo é, desde novembro de 2020, membro titular do Conselho Diretor da Agência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT), como autarquia especial, a Anatel integra a administração federal indireta e está vinculada ao Ministério das Comunicações, recriado pela Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020. O regime autárquico especial conferido à agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira e estabilidade de seus dirigentes.

De acordo com os arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da LGT.

Além do previsto na LGT, a nomeação dos membros do Conselho Diretor da agência deve observar o disposto na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras. O referido instrumento legal foi alterado pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Nesse sentido, seu art. 6º prevê que o mandato dos integrantes do Colegiado, incluindo seu Presidente, é de cinco anos, vedada a recondução.

Por sua vez, o art. 5º da lei estabelece uma série de requisitos a serem atendidos pelo Presidente e demais membros do Conselho Diretor, quais sejam:

- ter experiência profissional de, no mínimo, dez anos, no setor público ou privado, no campo de atividade da agência ou em área a ela conexas, em função de direção superior; ou
- ter experiência de, no mínimo, quatro anos, ocupando cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora; ocupando, no setor público, cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior a DAS-4; ou ocupando cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou
- ter experiência de, no mínimo, dez anos como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; e
- ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. De acordo com o art. 104 do Regimento Interno desta Casa, a apreciação da indicação em tela cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Carlos Manuel Baigorri é brasileiro naturalizado desde 2009, nascido na cidade de Saint-Louis, Estado do Missouri, nos Estados Unidos, em 12 de março de 1984. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 2006, e em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ESG), em 2014. Obteve os títulos de Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 2009, e o de Doutor em Economia de Empresas pela mesma universidade, em 2014.

No tocante à experiência profissional, Carlos Manuel Baigorri construiu sua carreira voltada ao setor de telecomunicações, iniciando sua trajetória em maio de 2007 como Analista de Informações Setoriais da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), onde permaneceu até dezembro de 2009.

Ingressou no setor público ainda em 2009, mediante aprovação, em primeiro lugar, no terceiro concurso da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da Anatel, sendo, portanto, servidor efetivo da agência.

Na Anatel, o indicado atuou em diferentes áreas, exercendo cargos-chave na hierarquia do órgão:

- entre janeiro de 2012 e junho de 2013, foi Chefe da Assessoria Técnica da agência;
- entre junho de 2013 e dezembro de 2016, exerceu o cargo de Superintendente de Competição;
- entre janeiro de 2017 e novembro de 2018, esteve à frente da Superintendência Executiva;
- entre novembro de 2018 e novembro de 2020, comandou a Superintendência de Controle de Obrigações, exercendo, entre janeiro e julho de 2020, o cargo de Conselheiro Substituto;
- desde novembro de 2020, é membro titular do Conselho Diretor; e
- desde o último dia 7 de fevereiro, exerce, nas ausências eventuais e impedimentos do titular, as funções atinentes à Presidência da agência.

A carreira acadêmica do indicado também é profícua, tendo sido, entre 2010 e 2012, professor de várias disciplinas do curso de Economia da UCB, do Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb) e do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (Ibmec). Por sua produção acadêmica, foi agraciado com o 1º lugar no IX Prêmio da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF), na categoria regulação da atividade econômica; e com o 1º lugar no XVI Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia, na categoria dissertação de mestrado. É autor de diversos artigos científicos e capítulos de livros sobre o setor de telecomunicações no Brasil.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declarou:

- i) não exercer mandato parlamentar nem possuir parentes membros do Poder Legislativo;
- ii) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais;

iv) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

v) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;

vi) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O indicado apresentou declaração escrita, na qual demonstra sua experiência profissional, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Apresentou ainda vasta documentação comprovando seu adimplemento junto ao Fisco e ao Poder Judiciário, como o nada consta nas certidões de antecedentes criminais e nos processos de classes cíveis, de débitos trabalhistas, de registro de condenação criminal, de débitos junto à Subsecretaria de Receita do Governo do Distrito Federal, de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, de processos com potencial de gerar inelegibilidade, de ações penais militares, de contas julgadas irregulares junto ao Tribunal de Contas da União e da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou em função de confiança no âmbito da administração pública.

Portanto, a nosso ver, o indicado atende aos requisitos previstos na LGT e na Lei nº 9.986, de 2000, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade de atuação da agência. Da mesma forma, o pleiteante ocupa, há mais de quatro anos, cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior a DAS-4 e tem formação acadêmica compatível com o cargo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Carlos Manuel Baigorri para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Anatel.

Sala da Comissão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Agora ofereço a palavra, então, ao Sr. Carlos Manuel Baigorri, indicado para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Concedo dez minutos, com a devida tolerância, para que o senhor possa fazer a sua exposição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI (Para expor.) – Todos e todas, cumprimento primeiramente o Exmo. Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger, cumprimento também a Relatora da minha indicação para exercer o cargo de Presidente da Anatel, Senadora Daniella Ribeiro, e lhe agradeço por elaborar um relatório tão generoso para com a minha pessoa e que subsidia a presente deliberação. Aproveito também para cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, que me honra com a sua presença. Saúdo ainda os colegas da Anatel aqui, os aqui presentes e todos aqueles que nos assistem presencialmente ou remotamente.

Início minhas palavras agradecendo ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro das Comunicações, Fábio Faria, pela confiança em submeter meu nome à apreciação desta Casa para exercer o cargo de Presidente da Anatel.

Muito me honra retornar a esta Comissão de forma a submeter aos ilustres Senadores e Senadoras o meu nome para o exercício do cargo de Presidente da Anatel.

A primeira vez em que estive aqui foi em 19 de outubro de 2020, um dia pós o nascimento da minha filha, quando então meu nome foi submetido e aprovado para o exercício do cargo de Conselheiro da Anatel. Desde então, tenho me empenhado em exercer o meu mandato de forma dedicada e no melhor interesse da administração pública e de toda a sociedade brasileira.

Permitam-me fazer uma breve apresentação a meu respeito, de forma que as senhoras e os senhores possam me conhecer melhor.

Conforme a Senadora Daniella Ribeiro já mencionou, sou graduado em Ciências Econômicas e possuo mestrado e doutorado pela Universidade Católica de Brasília. Minha área de pesquisa sempre esteve voltada ao setor de telecomunicações. Em 2009, ingressei nos quadros da Anatel no cargo de Especialista em Regulação. Na agência, exerci os cargos de Assessor Técnico do Presidente, Superintendente de Competição, Superintendente Executivo e Superintendente de Controle de Obrigações. Em outubro de 2020, iniciei o meu mandato como Conselheiro da Anatel, o que, na qualidade de servidor de carreira e entusiasta do setor, me traz imensa honra.

De lá para cá não faltaram desafios. O primeiro que faço questão de citar, por dele muito me orgulhar, é a concretização do leilão das faixas destinadas ao 5G. Fui relator dessa matéria no Conselho da Anatel, e, junto com meus colegas Conselheiro Moisés Moreira, Vicente Aquino, Leonardo Euler de Moraes e Emmanoel Campelo, aprovamos o edital de licitação do 5G...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – ... documento que traz todo o delineamento aplicável ao leilão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um pouco de silêncio para a gente ouvir o indicado.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Obrigado, Senadora.

Bom, é importante destacar a relevância e a magnitude do que estamos falando. Foi o maior leilão de radiofrequências da história do Brasil.

Com o advento do 5G despontam possibilidades, como cidades inteligentes, trabalhos e jogos em nuvem, realidade aumentada, automação industrial e rural, telemedicina, carros autônomos e a educação 4.0. O edital estabelece metas de abrangência que são benefícios diretos e de fácil percepção para toda a sociedade. Os anos de pandemia tornaram evidente que o acesso à internet com qualidade é um instrumento essencial para se chegar a uma maior igualdade social. Muito me toca ver a realidade de alguns brasileiros, como a de crianças que precisam escalar uma árvore para poderem ter acesso a uma videoaula. É essencial que o serviço de telecomunicação seja acessível a todos os cidadãos para que tenhamos um futuro melhor para o nosso país.

No edital, não arrecadatório, a Anatel avançou na massificação do uso de serviço móvel ao definir que serão construídas torres para o 4G em localidades rurais. Os editais anteriores só traziam obrigações para os distritos sedes dos municípios, e com esse edital agora trazemos obrigações de 4G para diversos distritos não sedes e cobertura 5G em todos os municípios brasileiros até 2029.

O edital também previu obrigações relativas à cobertura de estradas e rodovias, que muitas vezes não têm qualquer cobertura celular, o que representa um risco para os que ali trafegam.

Além disso, o edital também contempla a implementação de uma rede de fibra ótica na Região Norte, o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), além da construção da rede privativa de comunicação da administração pública federal, fundamental para a sustentação dos serviços de estado. Esse trabalho, a realização desse grande desafio, vem sendo conduzido de forma eficiente pelo Conselheiro Moisés Moreira à frente do Gaispi, que é o grupo constituído para tal fim.

Outro compromisso do qual muito me orgulho foi a previsão no edital de levar conexão às escolas públicas de educação básica. Eu, egresso de escola pública que sou, vejo tal compromisso com grande satisfação. O edital garantiu R\$3,1 bilhões para conectar as escolas. Estamos falando de um valor muito significativo. Gostaria de enaltecer o trabalho do meu colega Conselheiro Vicente Aquino, Coordenador do Gape, grupo constituído para a implantação desse compromisso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro tema de grande preocupação na agência tem sido reverter os benefícios desse edital para a sociedade. Gostaria também de destacar a aprovação durante o meu mandato do regulamento de qualidade, um processo que tive a satisfação de conduzir como relator e em que pude dedicar a melhorar a qualidade na percepção do usuário.

Desde 2013, a Anatel intensificou a sua atuação em prol da concretização de uma política de defesa do consumidor. Foram diversas as iniciativas, como a criação do C dust, a revisão do Regulamento Geral do Consumidor e a criação de obrigações de ouvidorias para atuação dos consumidores. Essa atuação já surte seus efeitos. A partir de 2017, a queda no volume de reclamações nos PROCONs foi de 40%, o que levou a que, em 2021, o setor de telecomunicações não mais encabeçasse o *ranking* nos PROCONs como serviço mais reclamado. Tais reduções de reclamação, tanto nos PROCONs quanto no *call center* da Anatel, são reflexos de uma atuação firme da agência e de uma política voltada à defesa dos consumidores e que vai ser incorporada e seguida fortemente pela agência.

Encaminho minha fala para o final, mas entendo importante compartilhar com os Senadores e com as Senadoras os desafios que estão por vir, caso venham confirmar que estou apto ao exercício da Presidência da Anatel. O primeiro e talvez o maior desafio que teremos é o fim dos contratos de concessão da telefonia fixa em 2025. Hoje a telefonia fixa ainda figura como serviço universal de telecomunicações, apesar de ser inconteste nos dias atuais a relevância de outros serviços. A Lei 13.879, relatada pela Senadora Daniella Ribeiro, abre a possibilidade de as atuais concessões do STFC migrarem para o regime de autorização.

Além disso, menciono também como um desafio para os próximos anos a implementação do 5G. Trata-se de uma faixa de radiofrequência essencial para levarmos conectividade para todas as escolas brasileiras e para levar cobertura celular e banda larga móvel para o Brasil todo.

Outro destaque de pauta importante é a atuação da Anatel voltada a impedir o *telemarketing* abusivo, que tem sido liderada na Anatel pelo nosso colega Conselheiro Emmanoel Campelo. É uma pauta que a agência abraçou ao implementar a obrigatoriedade do uso do prefixo 0303 por empresas com essa atividade.

Como podem ver, são muitos os desafios; entretanto, o maior desafio que nos apresenta é o desafio de levar conexão aos desconectados. Esse é um desafio que toda a sociedade brasileira exige de nós, e a sociedade pode contar com a atuação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na luta pela conectividade.

Diversas são as leis que foram aprovadas no Congresso Nacional para ajudar a levar conectividade a todos os brasileiros. Menciono aqui a Lei 13.879, de 2019, que fez a reforma da Lei Geral de Telecomunicações; a Lei 14.108, que gerou os valores da taxa de Fistel e da contribuição de fomento à radiodifusão pública das estações de comunicação máquina a máquina; a Lei 14.109, que fez a reforma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Fust – e hoje foi publicado o decreto sobre o Conselho Gestor do Fust, um recurso que há mais de 20 anos vem sendo arrecadado pelo setor e que pode ser utilizado para levar conectividade aos desconectados; e também a Lei 14.173, que altera os valores das taxas cobradas sobre as estações de comunicação via satélite.

Acredito estar apto e preparado para enfrentar esse desafio ao lado das Sras. e dos Srs. Senadores, caso assim entendam e me concedam a grande honra de ocupar o cargo de Presidente da Anatel, que considero a minha casa. À frente da Anatel, sei que poderei contar com o apoio dos meus pares – Conselheiros Vicente Aquino, Moisés Moreira e Emmanoel Campelo – e também de Artur Coimbra, bem como dos superintendentes e de todo o quadro técnico da Anatel, para que juntos possamos levar conectividade a todos os brasileiros e brasileiras.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, assim encerro a minha exposição e me coloco à disposição desta Comissão e dos nobres Senadores.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Consulto o Senador Esperidião Amin se deseja usar a palavra. Quer ouvir o outro sabatinado?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) –
Presidente, eu pretendo ouvir o seguinte sabatinado, mas já queria deixar para o Dr. Baigorri uma solicitação de complementação do relatório. É a questão das escolas. Aliás, eu já fiz esse pedido fora do Brasil, inclusive, à Anatel. Ou seja, nós tivemos uma exposição do Ministro da Educação, que nos informou que, das 142 mil escolas públicas – são 180 mil no total –, a razão de conexão, ou seja, de conectividade vem crescendo a 2.500 escolas/mês. Isso foi dito em maio do ano passado. Com essa velocidade, dá para projetar quando nós iremos alcançar as 72 mil que estavam fora. Então, se o senhor pudesse, antes do encerramento da reunião, havendo ou não votação, complementar essa informação, que o Ministério das Comunicações e a Anatel, juntamente com o Ministério da Educação, devem dar à sociedade... Porque não vou aqui chover no molhado e dizer que a conectividade da escola é essencial. Sem ela, o mundo não é plano. Então, esse é o meu pedido e acho que vale para o senhor e vale para o outro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Senador Esperidião Amin, Senador Chico Rodrigues, Senadora Daniella Ribeiro, eu consulto V. Exa. se pode fazer a leitura do relatório, *ad hoc*, do Senador Roberto Rocha. Pode? Tem essa disposição? Então, agradeço.

Dá para a nossa assessoria providenciar o relatório para o Senador Esperidião Amin?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, enquanto o Senador Esperidião Amin se acomoda para fazer a leitura *ad hoc*, já esclarecer que fui convencido de que nós vamos... Em decorrência do esforço concentrado que está marcado para dia 4 de abril, se não estou equivocado, de 4 a 8 de abril, onde as sabatinas seriam realizadas em praticamente todas as Comissões e as votações seguiriam no dia seguinte para o Plenário, para deliberação final, eu vou ouvir os nossos sabatinados, vamos fazer a leitura do relatório, e a discussão a respeito desse assunto, os questionamentos, o debate que precede sempre as nossas reuniões e as nossas sabatinas, eu vou deixar para que aconteçam então durante o período do esforço concentrado, para não fugir à regra.

Não sou eu que vou fugir à regra e ao entendimento da Presidência do Congresso Nacional e no Senado Federal, que teve esse objetivo exatamente para limpar a pauta, certamente, das inúmeras solicitações que há para que se dê cabo a essa demanda reprimida que nós temos de fazer as sabatinas dos nossos sabatinados.

Então vou solicitar que o Senador Esperidião Amin faça a leitura do relatório do Senador Roberto Rocha, que é o Relator.

Então, passo a palavra a V. Exa. para proferir o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o relacionado ao Artur?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Artur.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero já justificar a ausência do Senador Roberto Rocha; ele está na mesma reunião onde eu estava.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Lá no gabinete do Senador Marcos do Val, e eu fiquei muito aliviado por sair de lá, porque...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por quê? Projeto da bala?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na sua demonstração, ele puxou alguns pentes...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Revólveres?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... daqueles que eu não uso e de outros que eu não quero usar, pente de balas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ui!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E aí eu perguntei: "Mas a arma que eu mencionei está aqui embaixo da mesa?" É claro que não estava, não é? Mas eu fico muito aliviado por ter saído de lá e faço a leitura com muito prazer.

E me congratulo com V. Exa. com essa decisão. O esforço concentrado é um esforço que hoje, num ano eleitoral, vem ao encontro do interesse de praticamente toda a Casa. É voto presencial mesmo, e V. Exa. deu uma grande demonstração de que os alemães não são teimosos; teimoso é quem discute com eles. Eu aprendi isso na minha casa, porque há 46 anos...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Senador Esperidião...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É, só que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... A D. Angela está lá mandando. Então, quero me congratular...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há vários tipos de alemães, viu? Há aqueles mais teimosos, aqueles de cabelos escuros, cabelo preto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os mais teimosos são os de cabelo preto, *schwarzes haar*.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso, e os de cabelos claros. E eu sou de cabelo claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A D. Angela é de cabelo preto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, justiça seja feita, branqueando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas eu queria só acrescentar, desculpa aqui, que um dos fatores que me convenceu derradeiramente é que os Senadores podem participar remotamente da reunião, porém não podem votar. Por isso é que, efetivamente, é necessário o esforço concentrado com a presença dos Senadores. Logo, certamente, uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão tão importante quanto a do Presidente da Anatel e a do Diretor da Anatel dá conta de que tirar essa opção dos Senadores não seria o melhor caminho.

Portanto, por essa e por outras razões que eu já também explicitiei, nós vamos ler o relatório, vamos ouvir o sabatinado e a discussão será do dia 4 ao dia 8 – ou no dia 5. Marcaremos para deliberar e fazer a votação desse processo que iniciamos hoje.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

A Senadora Daniella quer a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Espero que não seja direito de resposta.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Não. De forma rápida, tudo assim é muito dinâmico, não só a vida é muito dinâmica, o Parlamento então... Sr. Presidente, dessa forma, eu vou pedir para passar ligeiramente na reunião do Marcos do Val, porque eu tinha também sido convidada, convocada para ir lá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Coloque um colete.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu vou colocar um coletinho daqui para lá...Ô, bichinho, não, de forma alguma.

Vou pedir licença, então, já que vai ser só a leitura com respeito ao indicado e ao sabatinado – não havendo a sabatina, no caso do Conselheiro Artur –, e vou pedir também ao meu colega Senador Esperidião... Porque aí eu passo lá na outra reunião e aqui fica para um segundo momento. Agora, eu já estou angustiada porque, na semana do esforço concentrado, eu não estarei presente, estarei em missão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quando será o esforço concentrado?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por isso que foi bom nós fazermos até a leitura.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sim, pelo menos a leitura. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sou eu que agradeço, Presidente, também e muito pela deferência em me colocar como Relatora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Eu vou a esse outro compromisso, adiantando aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Boa sorte! Que Deus a proteja!.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Muito obrigada.

Estava pelo menos entrando em um consenso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, estava começando a exposição.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É bom porque a senhora não tem origem germânica, senão...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, é paraibana. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É pior, Esperidião? É quase pior, no bom sentido, no sentido de mulher forte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – É pior porque não tem essa fama.

Mas eu dou cumprimento a sua determinação e acho que é muito justo que se leia o relatório, que é do Senador Roberto Rocha e que está na reunião. Ele que é o nosso Relator do projeto de reforma tributária.

Então, trata-se do relatório que atende à determinação desta Casa e do Presidente.

Por meio da Mensagem nº 91, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Artur Coimbra de Oliveira para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga decorrente da indicação do Sr. Carlos Manuel Baigorri, que já vai ter que assumir aqui um compromisso de não falar mal do antecessor.

Instituída pela Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – o senhor vê que eu estou um pouco antigo, porque eu aprovei essa lei como Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não está parecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A falta de cabelo branco ajuda.

De acordo com os arts. 20 e 23 da lei, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco membros. Está sendo proposto o preenchimento de um cargo e a substituição de outro cargo. Portanto, sobre a instituição Anatel, os requisitos são: ter experiência profissional de no mínimo dez anos, ter experiência de no mínimo quatro anos ocupando cargo de direção ou de chefia em empresa no campo da atividade da agência reguladora, ter experiência de no mínimo dez anos como profissional liberal no campo da atividade da agência, e ter formação acadêmica compatível com o cargo.

A competência do Senado é apreciar previamente, por voto secreto, após a arguição, que, como V. Exa. demonstrou, ocorrerá neste período de 4 a 8 de abril, num esforço concentrado, que tem caracterizado esse momento de pandemia, que, afinal, não terminou, mas já houve várias medidas liberalizantes.

O indicado é cidadão brasileiro. Nasceu no dia 5 de julho de 1983, no segundo dia da nossa enchente. A enchente começou no dia 4 de julho de 1983 – a enchente de Santa Catarina.

Quanto à sua formação acadêmica, declara que se formou em direito na UnB e possui mestrado em Direito, também pela UnB, tendo obtido título de mestrado em 2011. Em sua experiência profissional registra que é membro da carreira de procurador federal desde 2007, tendo sido anteriormente especialista em regulação na própria Anatel. Ao longo do período de 2011 a 2020 participou do grupo formulador do Programa Nacional de Banda Larga, presidiu o Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas e atuou como conselheiro de administração da empresa EllaLink, responsável pelo projeto do cabo submarino entre o Brasil e a Europa. Atualmente ocupa os cargos de Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e Corregedor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados da Presidência da República.

Em cumprimento ao art. 383, do nosso Regimento, ele declarou que: possui primo de quarto grau, Gabriel Coimbra Rebelo, que exerceu atividades em empresas de telecomunicações na área de desenvolvimento, planejamento e implantação até 2016; não tem conhecimento de figurar como réu em qualquer judicial que esteja em tramitação no Poder Judiciário; e figura como autor de uma ação judicial cível em tramitação no 5º Juizado Especial Cível de Brasília, atualmente em fase de cumprimento de sentença.

Não exerce mandato parlamentar, não é membro do Poder Legislativo de nenhum ente federado e tampouco é cônjuge, companheiro ou parente minha direta ou colateral até terceiro grau de membros desse Poder. Está em situação fiscal regular. Não atuou nos últimos cinco anos, contados da data em que se deu a indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direção de agências reguladoras. Foi sócio minoritário da empresa Belacap, agência de viagens e turismo, no período de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2010.

Além dessas informações, o indicado apresentou certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e dívida ativa da União, as certidões negativas para fins eleitorais e relativa à distribuição de processo de natureza cível e criminal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, as certidões negativas do Tribunal Superior Eleitoral relativas à quitação com a Justiça Eleitoral e à inexistência de condenação criminal eleitoral transitada em julgada. Apresentou ainda diversas certidões negativas desde as de categoria relacionada a ações criminais até dívida ativa.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Assim, entendemos que Artur Coimbra de Oliveira atende às condições previstas na LGT e na Lei 9.986, de 2000, pois preenche os requisitos formais, tem formação acadêmica compatível com o cargo e ocupou, no setor público, por mais de quatro anos, cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior a DAS-4, conforme se depreende da documentação encaminhada.

Diante do exposto – é o que escreve o titular deste relatório, e eu subscrevo –, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras dispõem de informações suficientes e elementos também suficientes para deliberar sobre a indicação de Artur Coimbra de Oliveira ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

É o relatório, Sr. Presidente, repito, da lavra do Senador Roberto Rocha, que eu tive a honra de ler.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Fui alertado aqui pela Comissão de Infraestrutura que há um fato pitoresco aqui, interessante, Senador Espiridião e Senador Chico Rodrigues, que o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que as sabatinas serão feitas em duas etapas. Na verdade, nós convencionamos de fazer as duas etapas numa etapa só e que a primeira etapa seria exatamente ouvir os sabatinados, conceder vista coletiva do relatório e, na reunião seguinte, fazer então a sabatina propriamente dita e a respectiva votação.

Então, na verdade, o que nós estamos fazendo é exatamente a primeira, é o cumprimento real do Regimento Interno do Senado Federal. E assim então vamos proceder, e, talvez, nas próximas sabatinas, eu adote o critério do Regimento, que me parece também bastante adequado e justo e legítimo e dá mais tempo, inclusive, para os Senadores se prepararem e discutirem a matéria, porque a nomeação de um presidente de uma agência reguladora é muito importante para o país, porque a agência reguladora tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que ser uma agência de Estado, não é uma agência de governo. Inclusive, os mandatos transcendem os respectivos mandatos dos próprios Presidentes da República, o que, na minha opinião, é muita responsabilidade e muito importante que a gente participe, Senador Chico Rodrigues, efetivamente da decisão e da escolha, na expectativa que temos de sabatinar e escolher aquele que melhor possa preencher os cargos das agências reguladoras.

Senador Espiridião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, o nosso modelo é uma cópia compactada do modelo norte-americano. Nos Estados Unidos, o número de autoridades que são sujeitas à deliberação do Congresso é imenso, e eles têm uma comissão, digamos, intersetorial de mineração de dados; ou seja, aquele tal proclama de casamento, "se alguém souber de algo, fale agora ou cale-se para sempre", é um longo período, que em alguns casos ultrapassa dois meses, de mineração de dados sobre o indicado. E já houve casos notáveis e notórios de veto por razão de vida pregressa, até de *fake news* de vida pregressa, no caso pelo menos de um indicado para a Suprema Corte americana, que é um caso notável.

Então, realmente, no caso, eu estabeleço uma diferença muito grande: a pessoa que é de carreira vinculada, como nós estamos constatando, vinculada no todo ou em parte, como é o caso, tem a sua, digamos, vida pregressa perscrutada com mais facilidade do que alguém... Diplomata: para todo diplomata, praticamente, diplomata de carreira, a vida dele é a vida funcional, toda ela, desde o Instituto Rio Branco. Então são carreiras de Estado, juízes... E, no caso das agências reguladoras, com o poder de que elas são investidas, realmente V. Exa. tem toda razão. Se cumprirmos ao pé da letra essas duas fases, não se estará perdendo tempo, não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Então, eu ofereço a palavra ao Sr. Artur Coimbra de Oliveira, indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cujo relatório foi proferido pelo Senador Esperidião Amin.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu já quero... Só um minutinho, por favor, Sr. Artur. Eu já quero pedir para a assessoria da Comissão que providencie a manifestação dos nossos sabatinados e envie para todos os membros desta Comissão, para que, durante o esforço concentrado de 4 a 8, nós possamos, então, fazer a sabina e deliberar e votar os sabatinados que ora estamos sabatinando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, vou pedir pela ordem literalmente por conta de ter que me ausentar, mas tenho dois requerimentos importantes aí na pauta, que gostaria de saber se serão deliberados e aprovados e gostaria de fazer rapidamente a defesa dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em homenagem a V. Exa., eu já tinha determinado que ia votar os requerimentos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas, em consideração maior ainda, aceito a solicitação de V. Exa. para fazer a defesa dos requerimentos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Aproveito para cumprimentá-lo aqui pela condução – também o vi pela telinha lá no Paraná, esses dias –, e cumprimentar os dois candidatos aqui, que têm toda a nossa aprovação.

Presidente, trata-se dos pedidos em relação ao esclarecimento – que todo o Brasil precisa entender, compreender melhor – da questão, Senador Amin, dos dividendos da Petrobras, do critério de distribuição de dividendos que a Petrobras utilizou este ano, mais de R\$100 bilhões. Mais de 90% do lucro foi distribuído diretamente aos acionistas, inclusive o Governo, mas não só o Governo.

Então, qual o critério? Primeiro, duas coisas. Primeiro, entender de onde veio o lucro de fato. Foi de eficiência da empresa? Foi de venda de ativos? – que é criminosa sem qualquer critério e, inclusive, deveria passar pelo Congresso Nacional e não está passando. Ou se é do chamado *windfall profit*? – aquele que nós colocamos na conta de estabilização, aquele lucro vindo do vento, vindo do acaso, do preço da *commodity*, que disparou lá fora.

Precisamos entender, Senador Chico, se esse lucro bilionário da Petrobras que foi praticamente todo distribuído aos acionistas, sem qualquer reserva para investimento, inclusive em refinarias, que muitos andaram defendendo, se foi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Parte vendida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, exatamente.

Então, foi venda de ativos? Quais ativos e como foram vendidos? Foi lucro do acaso, das *commodities*, da *commodity* óleo? Nós exportamos mais de 1 milhão de barris/dia de óleo leve hoje, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicamos ao consumidor brasileiro, o que é mais grave ainda, preço dolarizado em tempo real, paridade de importação – não paridade internacional, paridade de importação: o preço lá de fora mais as despesas colocadas aqui, na porta da refinaria brasileira. Isso dá um lucro estupendo, mas faz esse estrago danado que nós estamos tentando segurar aqui, pelo Congresso, que o Governo declarou-se incapaz de fazê-lo. Deu 48 horas antes das nossas votações, deu 48 horas de ultimato aos ministros, reuniu todo mundo, e saíram para imprensa dizendo: "Não temos uma solução". Então, queremos saber se esse lucro da Petrobras advém dessa política de preços de paridade de importação.

E a segunda coisa que queremos saber, além de onde veio esse lucro, por que ele foi distribuído em mais de 90%? – portanto, amplamente, majoritariamente, aos acionistas, como, segundo uma reportagem que vi num jornal de São Paulo, a empresa se tornasse uma vaca leiteira, que é como se chamam essas empresas que só distribuem dividendos e não servem a outros propósitos se não girar para distribuir dividendos. E a Petrobras não é uma vaca leiteira; a Petrobras é uma empresa estratégica para o Brasil, para toda a economia do Brasil, e é exatamente a ausência dessa visão que tem transformado o nosso mercado de combustíveis nisso que está aí.

Então, esses são os dois requerimentos, porque aconteceu o seguinte: nós pedimos convite ao Presidente da Petrobras para explicar, porque eu acho que essa é uma questão que, como dizem aí, o CEO ou o presidente corporativo deve vir explicar. E a declaração dele, de viva voz – e não por outra pessoa – é importantíssima, porque eu ouvi, ninguém me contou, está no registro da Câmara dos Deputados, o Presidente da Petrobras anterior declarar que gostava de competição e a apreciava a tal ponto que ele deixava os importadores entrarem no mercado da Petrobras voluntariamente – um CEO de uma empresa privada seria demitido *ad nutum* no dia seguinte. É como se o Presidente do McDonald's dissesse: "Olha, eu gosto tanto do Burger King que eu vou deixá-lo entrar aqui, em parte do meu mercado, porque eu prezo muito a competição". Foi o que fez o Presidente Castello Branco lá em 2019, numa audiência da Câmara dos Deputados. Não tenho a data precisamente, mas eu estava presente, como membro do Senado, lá, participando, ouvindo. Nem falei naquela ocasião, mas ouvi isso, e está registrado.

Então, este Presidente agora, demissionário ou não, não importa, ou mesmo que ele venha a ser substituído até que marquemos a agenda, já antecipando um argumento que provavelmente será utilizado... Cargos são cargos; pessoas que ocupam cargos devem explicar inclusive o que o cargo anterior fez, principalmente numa corporação, porque isso é uma decisão de conselho de administração, coletiva, não é só de uma pessoa. Então, o Presidente da Petrobras tem que vir explicar isso. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento foi apresentado porque houve pedidos de agregação de outras pessoas para debater, pessoas do mercado financeiro, pessoas do Instituto Brasileiro de Petróleo, para debater qual é o impacto disso perante os acionistas. Então, nós achamos por bem separar: mantivemos o requerimento para o Presidente vir e estamos transformando essas sugestões de outras pessoas a serem ouvidas num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento, aí sim, de audiência pública sobre o tema dividendos da Petrobras, que vai nos instruir também. Então, teremos duas instruções: o Presidente declarando o que ele fez e por que fez e, em seguida, audiência pública para que nós possamos debater, sob a sua condução, o que se faz com dividendos desses, como os acionistas veem, assim como todos os outros agentes envolvidos com essa situação.

Era isso que queria deixar aqui consignado de antemão, porque vou ter que sair e a defesa poderia ficar um pouco prejudicada. Sei que certamente V. Exa. vai colocá-los em pauta e serão aprovados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou colocá-los em pauta, Senador Jean Paul, mas vou suspender doravante, agora, a nossa reunião da sabatina e vou convocar, então, reunião da Comissão e, na reunião da Comissão, colocarei em deliberação os requerimentos apresentados por V. Exa. Já era minha ordem anterior fazer isso e só aumentou agora com a explicação de V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos, então, ouvir o nosso sabatinado, que é o Sr. Artur Coimbra de Oliveira.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia!

Agradeço ao Presidente Dário Berger pela marcação desta reunião.

Cumprimento todos os Senadores presentes, Senador Chico Rodrigues, Senador Jean Paul, Senador Paulo Rocha, e agradeço ao Senador Roberto Rocha pelo relatório e também ao Senador Esperidião Amin, que promoveu a leitura do relatório.

Cumprimento meu colega Carlos Baigorri e também todos que estão presentes aqui assistindo a esta sessão, bem como todos que nos acompanham remotamente.

Preliminarmente agradeço ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da República pela indicação. É uma honra estar aqui presente.

Minha intervenção se divide em duas etapas e será breve, como de praxe. Numa primeira etapa falo um pouco da minha trajetória e, numa segunda etapa, dou pinceladas, digamos assim, no tempo que tenho, sobre os temas mais importantes para as telecomunicações nos próximos anos, conforme meu entendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha trajetória nas telecomunicações se iniciou em 2005, ainda na Universidade de Brasília, como pesquisador de um grupo de estudos em Direito das Telecomunicações em que a gente produziu, então, a primeira obra brasileira que trazia uma coletânea de normas e julgados sobre as telecomunicações.

Logo em seguida eu ingressei na Anatel como Especialista em Regulação, em 2007, e, dentro da agência, tive oportunidade de atuar tanto na competência sancionadora da Anatel, quanto em alguns atos de concentração. Ainda em 2007, eu ingressei na minha carreira atual, que é a carreira de Procurador Federal na Advocacia-Geral da União. Nesse período, trabalhei por cerca de oito meses em Imperatriz, no Maranhão, defendendo os interesses da União. Em seguida, passei pela Procuradoria da Anatel e fui para a Presidência da República, ainda em 2008, em que trabalhei no Plano Amazônia Sustentável. Nesse período, que foi um período de uma experiência muito rica, tive a oportunidade de conhecer com razoável profundidade todos os estados da Região Amazônica, suas necessidades, inclusive de telecomunicações.

Depois dessa incursão amazônica, eu retornei mais propriamente para o setor de telecomunicações, atuando, ainda na Presidência da República, na formulação técnica do Programa Nacional de Banda Larga, e me encontro, há cerca de dez anos, cedido para o Ministério das Comunicações, primeiro como Diretor de Banda Larga e mais recentemente como Secretário de Telecomunicações.

E, nesse período, eu devo dizer que a interação com o Senado Federal foi muito rica e permitiu avanços significativos no ambiente institucional das telecomunicações. Destaco aqui a Lei das Antenas, que é a Lei 13.116, de 2015, cujo projeto de lei foi relatado pelo então Senador Vital do Rêgo – foi proposto pelo Senador Vital do Rêgo, depois relatado pelo Senador Eduardo Braga –; a alteração da Lei Geral de Telecomunicações, que culminou na Lei 13.879, de 2019, relatada pela Senadora Daniella Ribeiro aqui no Senado; a Lei 14.108, que retira os tributos setoriais sobre a internet das coisas – importantíssima para o desenvolvimento do país, cumprindo, então, uma das recomendações da OCDE –, cujo projeto de lei foi relatado pelo Senador Vanderlan Cardoso na Comissão e pelo Senador Izalci no Plenário; a Lei 14.173, de 2021, que também reduz os impostos sobre as conexões satelitais para permitir que mais pessoas tenham acesso à internet nas áreas rurais e áreas isoladas do Brasil, cujo projeto de lei de conversão também foi relatado pelo Senador Vanderlan; e mais recentemente a importantíssima alteração da Lei do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), relatada pelo Senador Diego Tavares, suplente da Senadora Daniella, e também pelo Senador Vanderlan Cardoso.

Durante esse período no Poder Executivo, eu tive a oportunidade de presidir, do início ao fim, o comitê gestor do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que é o satélite que hoje faz o atendimento de todo o Wi-Fi Brasil. Era o maior satélite de banda larga da América Latina – e hoje continua sendo se a gente considera a dedicação de toda a sua capacidade a um único país. Então, todo esse processo passou pela estrutura organizacional do projeto, os requisitos funcionais do satélite, os requisitos técnicos, o processo de aquisição, o acompanhamento da construção,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o lançamento e o início da operação. Isso tudo durou cerca de cinco anos, e o satélite, hoje, felizmente, tem sido muito profícuo na entrega do seu objetivo, que é levar internet às pessoas que não possuem.

Também nesse período tive oportunidade de iniciar o cabo submarino entre Brasil e Europa, na condição de conselheiro de administração da empresa que cuidou desse assunto. Então, todas as parcerias com investidores estrangeiros que foram formalizadas, a própria estruturação da empresa, a definição do modelo de negócio e dos requisitos técnicos do cabo eu tive a oportunidade de acompanhar e de participar também. Esse cabo foi lançado agora, no início de 2021. É o primeiro cabo submarino de banda larga, digamos assim, de alta capacidade direto entre Brasil e Europa.

Mais recentemente, junto com o Ministro Fábio Faria, atuei no tema do 5G, com a grande cooperação da Anatel sempre, que foi responsável por realizar o leilão. Lá no ministério, nós fizemos, então, toda a definição da política pública. Foi o maior leilão de telecomunicações da história da América Latina, muito bem-sucedido. Foram R\$47 milhões, dos quais mais de 90% serão revertidos em investimentos, ou seja, não são valores que serão arrecadados, mas que retornarão diretamente em prol do cidadão brasileiro. E é um leilão que vai permitir ao Brasil superar largamente suas dificuldades de inclusão digital, em que todas as cidades brasileiras serão atendidas com o 5G, todas as rodovias federais também serão cobertas – estamos falando de 48 mil rodovias federais cobertas por banda larga de alta capacidade –, todas as localidades rurais mapeadas pelo IBGE também serão atendidas, além de rede de fibra ótica para mais de 500 municípios, o Norte conectado, com R\$1,5 bilhão dedicados a atender praticamente todos os estados da Região Amazônica que estão na floresta – esse projeto já se iniciou: cerca de 10 milhões de pessoas serão atendidas –, e existem R\$3,1 bilhões do leilão dedicados ao atendimento de escola, essa é uma questão importante levantada pelo Senador Esperidião Amin, além de outros itens do leilão que também são relevantes.

Agora, na etapa final da minha intervenção, eu destaco alguns temas importantes para os próximos anos. O primeiro, claro, dando continuidade ao assunto, a própria implantação do 5G. O edital é grande, o assunto é complexo. Nós temos, então, o desafio de juntos, lá na Anatel, trabalharmos na coordenação da migração das parabólicas para permitir que o 5G chegue a todas as cidades. O grupo vem sendo presidido de maneira muito competente pelo Conselheiro Moisés Moreira, e temos também um grupo igualmente importante, que é o grupo de projetos de conectividade nas escolas, também conduzido de maneira muito sólida pelo Conselheiro Vicente Aquino, que, no âmbito do leilão, vai permitir o atendimento das principais escolas do Brasil. Temos o desafio de chegar até todos os municípios com uma legislação moderna de telecomunicação.

Em relação a escolas, nós também temos o desafio do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Comunicações), que foi aprovado pelo Congresso Nacional, o decreto de seu regulamento foi publicado hoje no *Diário Oficial*, e a gente acredita que, no segundo semestre deste ano, os recursos já vão chegar aos cidadãos brasileiros...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – ... sendo que uma das prioridades é o atendimento de escolas. Então, para escolas, hoje, nós temos cerca de cinco iniciativas: temos o Wi-Fi Brasil, que o Ministério atende via Gesac; temos uma parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – por meio desses programas, a gente vai atender 14 mil novas escolas só este ano, além das cerca de 11 mil escolas que já atendemos hoje –; temos o Programa Internet Brasil, que vai levar a conectividade para os estudantes via internet móvel; e temos também o próprio Fust.

Dentro da agência, há a tarefa de reforçar a competição, revisando o Plano Geral de Metas da Competição, novos leilões de espectro, o tema das redes neutras e diversos outros temas regulatórios que estão na pauta da agência em relação aos quais eu fico à disposição de conversar.

Então, fechando a minha fala, eu agradeço o espaço que me foi dado.

Os desafios são grandes, mas tenho certeza de que a Anatel, que é dotada de uma colegialidade que é própria das melhores instituições republicanas, vai ser capaz de superá-los todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Eu agradeço ao Sr. Artur Coimbra de Oliveira.

Conforme nós já estabelecemos, antes de encerrar a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, da presente reunião.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E fica estabelecido, então, que eu vou suspender esta reunião e vou estabelecer a sabatina para o dia 8. Dia 8 é terça-feira? *(Pausa.)*

Dia 4... Dia 5 é terça-feira. Então, já fica marcada a sabatina do esforço concentrado, certamente com os Senadores presentes, para o dia 5, no mesmo horário, às 10h da manhã.

Diante disso, considero encerrada a primeira parte da nossa reunião e parto para a segunda parte da reunião, que é a deliberação dos requerimentos e da pauta em dia.

Eu imediatamente submeto à deliberação do Plenário os Requerimentos de nºs 3, 4 e 5, do Senador Jean Paul Prates, dos quais já fez a defesa.

2ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2022

Requer a realização de audiência pública para discutir a política de distribuição de dividendos da Petrobras

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Ele propõe para a audiência a presença do Sr. Eberaldo de Almeida Neto, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

Eu quero dizer aos nossos convidados que, se quiserem continuar participando da reunião, não há problema nenhum para nós, mas, caso contrário, os senhores estão dispensados.

Eu estava lendo aqui.

Convida também o Sr. Eduardo Lucano, Presidente da Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto; o Sr. Carlos Ambrósio, Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; o Sr. Rodrigo Araujo Alves, Diretor-Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores; o Sr. Mario Dal Zot, da Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras; e o Sr. Eduardo Moreira, economista.

Aqui ele apresenta a justificativa, por meio da qual ele já fez a defesa do relatório.

Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jean Paul Prates. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e o submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador Jean Paul Prates, o de nº 3. É o de nº 3.

O Requerimento nº 4 pede aditamento ao Requerimento nº 2, de 2022, de autoria também do Senador Jean Paul Prates. Requer, nos termos do Regimento, que sejam convidados:

- o Sr. Eduardo Lucano, Presidente da Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto;

- o Sr. Eberaldo de Almeida Neto, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;

- o Sr. Carlos Ambrósio, Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento aqui não é do Senador Jean Paul; este é do Senador Oriovisto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Esse eu não solicitei, não. Ao contrário, por conta desse é que nós incluímos os outros membros na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, desculpa!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para atender a isso aí, mas não transformar a oitiva do Presidente da Petrobras em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, desculpa!

De qualquer sorte, penso que faço a devida alteração aqui, do Senador Jean Paul Prates para o Senador Oriovisto Guimarães.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 11****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4, DE 2022**

Aditamento ao Requerimento nº 2, de 2022, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR).

Ele justifica, então, por meio de requerimento, que o Senador Jean Paul Prates propõe a realização de audiência pública, o que já foi atendido. Então, perde o objeto o requerimento. Foi atendido na plenitude.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente! Nós temos outro requerimento, que é o original, que é para ouvir o Presidente da Petrobras especificamente. É sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De qualquer forma...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Audiência pública é uma segunda coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Perfeito, Senador Jean Paul Prates!

De qualquer forma, eu vou aprovar o requerimento. Entendeu? O que é de mais não atrapalha o que é de menos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que o requerimento pode dar confusão, porque o requerimento é para acrescentar pessoas ao depoimento da Petrobras. Nós queremos ouvir o Presidente da Petrobras e, em audiência pública, debater o depoimento do Presidente da Petrobras. É uma dinâmica diferente: vamos ouvir o Presidente, e, depois, outra audiência pública será feita para debater os dividendos como tema.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo. Então, como propõe V. Exa.?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Oriovisto solicitou que se colocassem essas pessoas junto com a oitiva do Presidente da Petrobras. O que estou propondo é uma audiência pública para ouvir todas essas pessoas, e o Presidente da Petrobras estaria numa sessão separada, o que faz parte do requerimento original, Presidente.

O que podemos fazer claramente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Seriam duas audiências públicas?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é sugerir todos os nomes do requerimento do Senador Oriovisto na audiência pública. Imediatamente, resolve-se o problema. Não é isso? Agregamos todos os nomes desse segundo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas vai ser uma audiência pública demorada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, vamos ter seis ou sete pessoas. Nós já tivemos oito ou dez.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, só basta...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O importante é ouvir o Presidente da Petrobras em uma sessão separada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos aprovar... Pelo que eu posso perceber, vamos aprovar também o requerimento do Senador Oriovisto?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, podemos, desde que o Presidente da Petrobras seja ouvido em separado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desde que o Presidente da Petrobras seja ouvido em separado. De minha parte, não vejo nenhuma objeção.

Procederemos assim e colocaremos, então, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora, vamos para o item 9 da pauta.

2ª PARTE**ITEM 9****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a distribuição de dividendos, aproximadamente R\$101 bilhões, a acionistas da Petrobras, correspondente ao ano de 2021, as autoridades listadas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

É um requerimento também do Senador Jean Paul Prates, que requer sejam convidadas as autoridades listadas abaixo a comparecerem a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a distribuição de dividendos, aproximadamente R\$101 bilhões, a acionistas da Petrobras, no calendário-ano de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele convida o Sr. Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras; a Sra. Rosangela Buzanelli Torres, Conselheira representante dos trabalhadores da Petrobras; o Sr. Rodrigo Araujo Alves, Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

O Senador Jean Paul já fez a defesa do requerimento. Portanto, eu o coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Jean Paul.

Também há aqui um do Senador Jean Paul.

Vamos terminar com o Senador Jean Paul, depois nós partimos para os outros dois requerimentos.

Requerimento nº 5.

O Senador Jean Paul foi o recordista de requerimentos hoje desta reunião.

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PLP 275, de 2019, que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do §6º do art. 231 da Constituição Federal.

O Senador Jean Paul, junto com o Senador Paulo Rocha...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Nesse caso, a bancada, Presidente, entende que seria interessante fazer uma discussão mais aprofundada dessa questão de a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas ser considerada de relevante interesse público para a União. Propusemos uma audiência pública com a presença de dois convidados: o Sr. Romancil Gentil Kaingang e a Sra. Sônia Guajajara, para dar a oportunidade de ouvir as comunidades indígenas representadas por essas duas pessoas.

É o item 5.

Seria, no caso, para a realização de audiência, o que implicaria a retirada do projeto de pauta hoje, mas claro que ouviríamos aqui o Senador Chico, que está presente também para fazer a defesa da manutenção do item.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

Senador Chico Rodrigues, ouço V. Exa. com prazer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente Dário Berger. V. Exa. sempre se conduz de uma forma cartesiana, diplomática e tolerante.

Enfim, eu gostaria de solicitar ao nobre Senador Jean Paul, até porque já tinha conversado com o Senador Paulo Rocha, em outras ocasiões, em relação a esse projeto... Ele já foi aprovado na CDH, ainda irá para a Comissão de Constituição e Justiça.

Nós temos vários casos no Brasil e em nosso estado especificamente, que é o único estado que não está interligado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, o nosso querido Estado de Roraima. E tão somente a passagem de uma linha de transmissão é o impeditivo para que nós tenhamos o nosso estado interligado ao sistema nacional.

Obviamente essas obras que passam em terras indígenas, com toda proteção, com pagamento inclusive de *royalties*, com toda assistência possível, com toda consulta que já foi feita com uma precisão cirúrgica, eu diria, porque até a tradução para a língua original dos waimiris-atroaris já foi executada e por eles aprovada...

Então, nós gostaríamos que nesta Comissão ela pudesse ser já aprovada, e a discussão de mérito iria se passar na Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, eu gostaria de solicitar ao nobre colega Senador Jean Paul Prates e ao colega Senador Paulo Rocha que a matéria pudesse avançar na outra Comissão para nós não tardarmos tanto, pois é o estado que fica realmente prejudicado. Com o corte do fornecimento ao nosso estado por parte da Venezuela de energia elétrica, hoje nós vivemos com um gasto anual, por parte do Ministério de Minas e Energia, de quase R\$3 bilhões com óleo combustível.

Então, era essa a solicitação que eu faria a V. Exa. e ao nobre Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra V. Exa., Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente, com a compreensão toda que nós temos aqui entre pares e principalmente entre estados, e evidentemente diante da colocação de que esse projeto ainda irá à CCJ, mas aproveitando apenas para esclarecer que esta Comissão também trata do mérito, e principalmente sobre o mérito, porque a CCJ trata mais da questão justamente da constitucionalidade, do que está judicializado, tudo isso... Mas acho que a gente terá oportunidade também de discutir isso, tendo em vista que lá a discussão seria justamente sobre a questão do relevante interesse público da União, lembrando evidentemente que a gente nunca legisla para o caso específico, e sim para todos os casos e para sempre – eu sempre faço essa ponderação: até que venha uma lei superveniente, tudo que nós fazemos aqui vale para todo o sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro, e não apenas para um caso concreto, específico. Mas, diante dessa questão, a questão da urgência de tramitação, porque de fato é um caso específico que afeta os roraimenses, em solidariedade ao Senador Chico nós retiramos o requerimento. Podemos efetivamente deliberar com o compromisso por nós mesmos assumido – e talvez o Senador Chico possa nos ajudar nisso – de lá na CCJ termos de fato a oportunidade de fazer essa audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, agradeço a V. Exa. Isso representa uma vitória do Senador Chico Rodrigues aqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu não diria "do Senador Chico Rodrigues", nobre Senador Dário Berger, mas da racionalidade, porque, em território nacional de elevado interesse público, essa é uma obra importantíssima para que nós possamos interligar o nosso sistema. Nós somos vizinhos de dois países, e, queiramos ou não, esse é um problema de geopolítica também. Nós somos vizinhos de um país que se encontra na situação em que está hoje, que é a República Cooperativa da Guiana, e da República Bolivariana da Venezuela. São 2 mil quilômetros de fronteiras que nós na verdade temos com aqueles dois países, amigos e irmãos, diga-se de passagem – não importa o regime deles –, mas a nossa população vive reclamando diuturnamente aos seus representantes, e obviamente para mim não é diferente a cobrança, para que nós possamos aqui, de uma forma harmônica, encontrar o caminho de podermos viabilizar a construção dessa grande obra para o nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa., compreendo, e agradeço também a compreensão do Senador Jean Paul, pois o debate certamente acontecerá na Comissão de Justiça. E, em não acontecendo na Comissão de Justiça, teremos ainda a última instância, que seria o Plenário, para que essa questão pudesse ser debatida.

Então, eu agradeço a compreensão do Senador Jean Paul Prates, sempre muito dedicado e consciente das responsabilidades que temos aqui no Senado.

Há ainda o item 7 e o item 8, que eu gostaria de deliberar.

O item 7 é o requerimento de autoria do Senador Jayme Campos e da Senadora Daniella Ribeiro.

2ª PARTE**ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, DE 2021**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre os gargalos e desafios da malha aérea nacional.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT) e outros

Como o Senador não está presente, ofereço a palavra ao Senador Chico Rodrigues para se manifestar a respeito do requerimento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, por se tratar de um Senador do meu partido e obviamente em defesa do seu requerimento, entendo que a motivação é absolutamente pertinente, até porque a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) precisa estar sempre reciclando as suas decisões para o conhecimento desta Casa e dos seus representantes, porque nós entendemos que é um fator extremamente sensível na integração nacional, e, nos estados mais distantes – como o Estado do Mato Grosso, o Estado de Roraima, o meu estado, entre outros, o Acre, o Amazonas e o Amapá, enfim –, temos realmente muitas dificuldades na integração dos eixos aeroviários. Consequentemente, com a explicação aqui por parte do Diretor-Presidente da Anac, nós teremos indagações a fazer e obviamente esclarecê-las, e sugerir também algumas medidas que venham realmente a facilitar e a intensificar o tráfego aéreo naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, de autoria do Senador Jayme Campos e da Senadora Daniella Ribeiro, defendido aqui pelo Senador Chico Rodrigues.

Item 8 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 1, DE 2022





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos para o setor elétrico nos próximos anos.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança, Agnes Maria de Aragão da Costa, André Pepitone da Nóbrega, Luiz Augusto Barroso, Joísa Campanher Dutra e Mário Luiz Menel da Cunha.

Está em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Roberto Rocha.

Não havendo mais nada a deliberar na presente reunião de hoje, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Giordano, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Acir Gurgacz, Weverton, Alessandro Vieira, Jorginho Mello, Nelsinho Trad e Marcos do Val, e ainda dos Senadores não membros Lucas Barreto e Eliane Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Angelo Coronel, Jayme Campos e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 92, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 91, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente da indicação do Senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da ANATEL." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 24, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Porto Mendes de Souza." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 25, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor ROBSON CREPALDI, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Caio Cesar Nascimento Nogueira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 27, de 2022 - Não**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Victor Hugo Froner Bicca em 4 de dezembro de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 28, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor ROGER ROMÃO CABRAL, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Debora Toci Puccini." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 34, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor TASSO MENDONÇA JUNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 30, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Pepitone da Nóbrega." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2022** que: "Requer realização de audiência pública para debater a suspensão da concessão da BR 163." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin, Acir Gurgacz, Soraya Thronicke, Fernando Bezerra Coelho, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha e Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/05>

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 279, do Tribunal de Contas da União, que trata de solicitação do Congresso Nacional, oriunda da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, que requer seja realizada auditoria para avaliar a suspensão da implantação das refinarias Premium I e Premium II pela Petrobras quanto à legalidade e à legitimidade dos atos praticados, verificando, inclusive, eventual dano ao Erário público e também quais medidas foram tomadas pela empresa para mitigar os efeitos da suspensão; Ofício nº 543, de 2021, da Anatel, que comunica a aprovação pelo Conselho Diretor da autarquia, em 24/09/2021, do Edital de Licitação nº 1, de 2021, o leilão 5G.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos ficam disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardando eventuais manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Informo que a nossa reunião será interativa, que será transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

A primeira parte da nossa sabatina será de indicação de autoridades.

Em razão das peculiaridades das reuniões semipresenciais, organizaremos as sabatinas de hoje da seguinte forma: inicialmente, será feita a leitura do relatório dos sabatinados. Em seguida, os indicados farão suas exposições, limitadas a dez minutos – se forem convincentes, cinco minutos seriam o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente; senão, a gente precisa de dez minutos. Enfim, vamos verificar se 10 ou 15 minutos, com a tolerância de um minuto, talvez, para os expositores.

Após as exposições, se necessária a liberação da mesa pelos indicados, poderão ocupar os seus lugares designados – eu já designei os lugares –, e responderão, então, as questões que serão formuladas pelos Parlamentares.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Apenas para uma ponderação à Mesa. Considerando o número de sabatinados que nós temos no dia de hoje – situação análoga nós tivemos também na CCJ pela manhã, com grande número de sabatinados –, nós temos aqui muitos dos indicados que já são ocupantes de postos nos órgãos que vão... Exatamente, estão sendo reconduzidos.

Então, esse tempo de fala, caso optem os indicados, para uma apresentação e, depois, quando do questionamento de cada um do conjunto dos Senadores, pode-se responder objetivamente as perguntas.

Mas, de repente, apenas para um registro daqueles que já são conhecidos desta Casa, que já foram aqui sabatinados... Apenas uma ponderação para termos celeridade na apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Vamos agir como de praxe sempre agimos, quer dizer, vamos ler o relatório, vamos ouvir os sabatinados, que submeteremos, posteriormente, às perguntas e às indagações dos Senadores e, ao final, colocamos em deliberação para sua aprovação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, pela ordem. Uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Quantas pessoas nós temos hoje aqui, afinal?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A ideia... Nós temos 16 sabatinados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - No todo, com exceção de um nome, que não se encontra no Brasil. Pelas informações que recebi, encontra-se no exterior, e foi retirado da pauta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Então, nós teríamos 17.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - ... quantos deles chegaram a esta Casa há menos de 48h, os nomes?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Nenhum. Chegaram a que horas? Chegaram ontem à noite, não é?

Thales, chegaram... *(Pausa.)*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Não, quantos chegaram, então, agora, em cima da hora, vamos dizer assim? *(Pausa.)*

Não, ontem é menos de 48h. Eu estou perguntando isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Mas V. Exa. me perguntou 48h. Em 48h...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Ontem é menos de 48h.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - São 24h.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Ontem são 24h. Em menos de 48h, quantos chegaram, dos 17?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Todos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Todos?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Menos o da Anatel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, muitos estavam aqui, já nos visitaram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é o contrário a resposta: todos, menos os dois, chegaram há mais de 48h. Nenhum, ou seja, todos chegaram há menos de 48h, com exceção dos dois.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tínhamos dois da Anatel...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... já há alguns meses. Temos agora mais 15 nomes submetidos de ontem para hoje. É isso? (*Pausa.*)

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque um está ausente, sendo que um não está no Brasil. Então, permanecem 14.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mais 15 dá 17.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, me perdoem, com todo o respeito, Presidente, e todos nós aqui, colegas, mas isso é uma temeridade. Isso é uma temeridade. Nós estamos cometendo aqui uma temeridade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, eu, inclusive...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quinze nomes, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... estou preocupado com isso, Senador Jean Paul...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... chegando em menos de 48h para serem analisados por esta Comissão e para irem ao Plenário é uma temeridade. Lembrando a quem nos assiste em casa, num momento didático, que quem está sendo aprovado aqui está sendo aprovado para mandato, alguns, de quatro anos, se não me engano – acho que não tem de cinco, mas quatro anos, pelo menos –, indemissíveis, a não ser por causas que a lei dá claramente. Então, é temerário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas para alertar que nós estamos aqui com uma dificuldade. Eu não consigo analisar 15 nomes. Eu, inclusive, estou em dúvida aqui na qualidade dos relatórios. Quem consegue relatar sobre uma pessoa, um profissional, mesmo que seja da Casa, menos ainda quando não é da Casa, porque a gente tem que buscar quem é, o que fez, qual é a conexão dele com o setor, e, em menos de 24h, fazer um relatório responsável? Não sei nem quem são os relatores. Não estou nem tomando aqui por nomes. Estou apenas, Senador Fávaro, ponderando.

Há diretores de ANP aqui, se não me engano, como esse nome aqui, que eu já até gravei, Tabita Cheng, que está aqui desde dezembro de 2020, que o mandato acabou e essa pessoa está aguardando para ser finalizado o processo dela. Está agora para o Plenário. E outros têm que ser analisados em 24h. Qual é o critério disso aqui?

Sinceramente, acho, Presidente, que a gente deveria ponderar um pouquinho e ver pelo menos os que são da Casa e talvez haver algum critério para dividir: aqueles que são da Casa, que já são ligados ao setor, que a relatoria é um pouco mais automática, menos discrepante, e outros a gente pode deixar para uma outra rodada de esforço concentrado, o que não vai matar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só para esclarecer a V. Exa. que, ontem, por volta de 20h, que nós recebemos uma gleba substancial de indicados, o que evidentemente gerou uma série de dificuldades organizacionais da Comissão e minha também, inclusive, pois eu não estava em Brasília; estava em Santa Catarina ainda.

Mas, como o esforço concentrado está marcado, não sou eu, da Comissão de Infraestrutura, que vou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um minuto, Sr. Presidente, com toda vênica, apenas para defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – O esforço concentrado, pessoal, não é para se aprovarem, a toque de caixa, nomes sem a nossa capacidade temporal de analisá-los. O esforço concentrado é porque se acumulam...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um minutinho. Só um pouquinho. Deixe-me terminar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O esforço concentrado existe porque se acumulam vários, como de fato tínhamos aqui uma lista, inclusive, embaixadores e outras coisas, e nós aproveitamos uma semana e convocamos – o Presidente, inteligentemente, faz isso de tempos em tempos –, fazendo blocos de nomeados.

O que eu estou percebendo aqui, não sei se é verdade, é que houve uma sangria desatada, às vésperas do esforço concentrado, para buscar nomes que pouco têm a ver, às vezes, com os setores, para preencher vagas, já que se espera que este, talvez, seja o último esforço concentrado que nós vamos fazer até o final do ano.

Eu defendo que haja outro, porque, com este agito todo de eleições, troca de legendas, sabe-se lá o que aconteceu por aí, nestas últimas horas, para aparecerem alguns nomes por aqui.

Então, eles têm que ser analisados com critério. Não adianta a gente fazer formulário de relatório aqui, preencher o nome e dizer que o cara é bom e, depois, a gente se arrepender de esses nomes terem sido nomeados por quatro anos, sem que ninguém possa tirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só para esclarecer V. Exa., diante destes aspectos e destas peculiaridades próprias, eu tomei a iniciativa de fazer a sabatina em pelo menos dois blocos. Então, um bloco, nós faríamos hoje; e o outro bloco, nós faríamos amanhã – pensando nessa possibilidade.

Bem, o Senado Federal não tem nenhuma culpa, absolutamente, porque o nosso esforço concentrado já está marcado há algumas semanas. E presume-se, pelo menos eu imagino, que a decisão de estabelecer o esforço concentrado dá-se exatamente para a gente fazer as sabinas e tirar da pauta as pendências que precisam ser aprovadas urgentemente, como é o caso da Anatel, pois estamos com o 5G em andamento e estamos sem Presidente da Anatel desde novembro do ano passado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nesse caso, correto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por isso eu coloquei aqui a Anatel. Eu até...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a apreciação já ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sim. Eu até meio que descumpri a regra do esforço concentrado e me antecipei na sabatina dos indicados da Anatel em função, imagino eu, da relevância que isso representa para o Brasil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Tanto é que nós fizemos a leitura do relatório, os sabatinados fizeram a sua exposição, e, por solicitação da Presidência do Senado Federal, deixei que a sabatina fosse realizada durante o esforço concentrado.

Então, não querendo justificar e querendo concordar plenamente com V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meu único receio...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não é a primeira vez que isto acontece.

Da última vez, no esforço concentrado do ano passado, mandaram, às 2h da tarde de quarta-feira, alguns membros para serem sabatinados quando, na verdade, a reunião da Comissão de Infraestrutura se deu já na terça-feira, um dia antes, no dia anterior. E eu teria, então, que convocar toda uma sessão extraordinária, pedir às equipes técnicas que se instalassem, etc. e tal, e até estava com disposição de fazer isso em função de que os sabatinados aqui não têm nenhuma culpa. A culpa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, o meu receio é apenas em relação aos nomes de última hora. O esforço concentrado é válido, as listas vão se acumulando. Porém, se o assessor da Comissão puder checar aí, há um prazo regimental, inclusive, para apresentar, que nós estamos quebrando. Há um prazo regimental. É claro que podemos quebrá-lo, mas também não pode virar uma regra, porque daqui a pouco aparecem... Tem dois aqui para a CI analisar e aparecem 15 extras. É uma desproporção muito grande, em cima da hora. E nós estamos quebrando uma regra regimental.

Há um prazo. Não me lembro qual é, não sei se vocês podem checar aí, mas há um prazo mínimo para a apresentação dos nomes para virem à Comissão e ao Plenário.

É exatamente para evitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. tem razão. Eu concordo *ipsis litteris* com V. Exa.

Eu até vou solicitar ao Senador Jean Paul que essas questões de ordem que V. Exa. está levantando... Seria interessante levantá-las no Plenário para a gente discutir isso de forma mais ampla, para nós não incorrermos numa rotina sempre sequencial, rotineira e recorrente, que foi o que aconteceu aqui, até porque a Comissão não tem poder de decisão. Ela faz a sabatina, há uma aprovação que, no mérito, não tem significado praticamente nenhum, porque a aprovação se dá fundamentalmente no Plenário do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria contar com a compreensão de V. Exa., já que eu fiz essa repartição da metade para hoje e a metade para amanhã, e o Brasil não pode ficar sem as agências regulatórias.

E aí vamos continuar discutindo essa questão no Plenário, na expectativa de que a gente possa dar sequência aos nossos trabalhos.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, tem toda a minha compreensão. Absolutamente, toda a minha compreensão e a minha concordância. Não estou contra preencher as vagas nas agências, pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu entendo V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero apenas ter a responsabilidade de que tenhamos pelo menos um tempo mínimo para analisar pessoas que a gente não conhece, nunca ouviu falar e que recebem o nome aqui. Às vezes, encontramos no corredor ali 48 horas antes.

Eu acho que tem um prazo mínimo para isso, exatamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Acho que cabe a V. Exa. total razão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu compreendo e também faço coro nas manifestações do Senador Jean Paul Prates, mas também acho que o senhor já apresentou a esta Comissão uma solução equilibrada, porque, se se trata de esforço concentrado, é para trabalharmos de forma concentrada, trabalharmos muito para dar as respostas, porque muito prejudicial seria o excesso de zelo em adiarmos a sabatina desses nomes e as nossas agências passarem o ano de 2022, que é um ano eleitoral, um ano em que nós teremos baixa frequência, dificuldade em convocar novos esforços concentrados, e prejudicar os trabalhos das agências. Portanto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que suspender os trabalhos hoje, com um mínimo de sabatinados possíveis para que façamos hoje, e amanhã terminarmos esses indicados é termos responsabilidade com as agências.

Parabéns pela alternativa apresentada!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Beleza.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) - Presidente, V. Exa. já deu o encaminhamento que...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Perfeito. Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - ... caberia à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Então, vamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Então, vamos iniciar a nossa reunião.

Senador Vanderlan, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - É rapidinho? Já estava quase engatilhando, engrenando.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) - Presidente, pegando um gancho na fala do Fávoro, os nomes dos nossos indicados, embora alguns tenham sido passado ontem, há muito tempo já estão sendo falados e discutidos. O caso da Anatel já está há algum tempo, e o da Agência Nacional de Mineração da mesma forma.

Eu acho que a sua proposta, Presidente, é uma proposta boa: a de fazermos uma parte hoje e outra parte amanhã, já que realmente hoje ficou um número um pouco elevado. Que seja feito como V. Exa. colocou na sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa.

Só repetindo e esclarecendo que se encontram na mesa os dois representantes da Anatel. Eles já foram... Os relatórios deles, Senador Vanderlan, já foram lidos. Eles já fizeram suas respectivas manifestações e estão aguardando apenas a sabatina por parte dos Srs. Senadores.

Ato contínuo, nós vamos dar sequência aos nossos trabalhos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu já inscrevo o Senador Esperidião Amin.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Já que eles foram sabatinados, não se pode abrir o painel?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Já foram...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, eles não foram sabatinados ainda. Falta... Foi isso que eu esclareci.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Fizeram um plano de trabalho, e o relatório já foi lido.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mas, enquanto são sabatinados, não se pode abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não. Depois de alguns terem sido sabatinados, pode, mas, antes disso, acho que não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eles não foram sabatinados. Eles...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Nós fizemos isso hoje na CCJ, Sr. Presidente, devido à urgência e ao tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foi lido o relatório deles, eles fizeram a manifestação, mas eles não foram inquiridos por nenhum Senador que porventura queira – e certamente haverá – fazer algumas perguntas aos nossos sabatinados.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, depois das perguntas feitas, nós podemos abrir o painel para a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, o senhor me permite?

O Senador Vanderlan pode, inclusive, pedir para abrir o painel, mas isso vai ter que ser submetido por V. Exa. à apreciação do Plenário. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas eu não pretendo abrir o painel sem antes ouvir, pelo menos, os nossos sabatinados.

Eu passo, então, ao item 4. Vou dar preferência à ordem de chegada dos Srs. Senadores. Como o Senador Esperidião Amin chegou primeiro e pediu para relatar, eu vou submeter o item 4 à deliberação do Plenário.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor ROBSON CREPALDI, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Caio Cesar Nascimento Nogueira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu estou pedindo para inquiri-los.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, mas eu vou pedir para o senhor... Vamos fazer todos juntos depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor é que sabe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O senhor faz o relatório do próximo, o senhor faz o relatório do Sr. Robson Crepaldi, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga decorrente do término do mandato do senhor Caio Cesar Nascimento Nogueira. A autoria é da Presidência da República e a relatoria, do Senador Esperidião Amin, para fazer a leitura do seu relatório.

Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Acir Gurgacz e aí faremos a sequência. Espero que seja bastante sucinto o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, as primeiras dez páginas eu pretendo ler, as outras trinta não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Faça uma leitura dinâmica.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu só me ressinto, depois dessa arguição correta do Senador Jean Paul, eu fico devendo apresentar há quanto tempo esta vaga existe – de ouvidor. Se a Mesa puder obter essa informação, eu acho que nós devíamos incorporar isso a todos os relatórios, porque a vaga, o prazo de vacância eu acho que é muito relevante, até para justificar o esforço concentrado e essa grande quantidade de mensagens enviadas. Então, eu fico devendo, mas peço que a Mesa me socorra, até consultando os próprios indicados.

Então, trata-se, Presidente, da mensagem que propõe que o Sr. Robson Crepaldi assuma as funções de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, tão bem conhecida de V. Exa., tantas vezes criticada e demandada por nós de Santa Catarina, incluindo o Senador Jorginho Mello, em face das grandes responsabilidades que a ANTT tem. E eu acho que a função de ouvidor, amplificada pelo nosso esforço, deve ser aqui realçada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o estabelecido no nosso art. 383, toda essa demanda aqui, Senador Jean Paul, tem como fulcro o 383. Ele já foi modificado, eu já fiz propostas, a Senadora Kátia Abreu já modificou o 383, ele já não está na sua versão original.

A verdade é a seguinte: uma agência reguladora – o seu conselho – exerce um mandato. Portanto, isso é uma força muito grande, porque nós não temos caso de conselheiro de uma agência reguladora que tenha sofrido *impeachment*. Aliás, nem no Supremo, nem na agência reguladora, logo, é uma decisão de grande responsabilidade prover um cargo por mandato, seja no Banco Central...

E eu queria chamar a atenção dos senhores para o que nós estamos assistindo na Petrobras. A Petrobras faz uma mineração no nome e deu no que deu.

O fato de o indicado ter, exercer funções de consultoria com empresas privadas que, de alguma forma, competem com a Petrobras resultou na desistência. Então, tem um prazo de mineração. E, no Congresso americano – o Senador Marcos Rogério sabe disso –, esse prazo de mineração dos dados é de dois meses, e eles têm centenas de cargos a serem providos, inclusive do Judiciário, sob decisão do Senado.

Então, nós temos que cumprir a nossa obrigação e não aquilo que nós supomos que se deva levar em conta, e é isso que eu faço.

Na forma do art. 383, o currículo detalha tanto a experiência profissional como a produção escrita; a declaração acerca da existência ou não dos impedimentos previstos na lei e no regimento está satisfatória; a argumentação escrita foi apresentada.

Nós todos sabemos do papel relevante da ANTT. O Brasil tem recursos orçamentários muito diminutos, nós sabemos disso, para investir em infraestrutura de transportes terrestres. Portanto, ou a reguladora funciona para defender o interesse público ou nós estamos sem alternativa, essa que é a verdade.

Por isso, passamos à qualificação.

O Sr. Robson Crepaldi nasceu em São Pedro, São Paulo; formou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito de São Carlos, que é um polo tecnológico muito interessante; está registrado na OAB desde... 2002, é isso? Qual o seu número na OAB?

O SR. ROBSON CREPALDI (*Fora do microfone.*) – Nº 268.149

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja: 268.149. Eu me sinto humilhado porque o meu número de registro de OAB de Santa Catarina é 1.909, só quatro algarismos. O senhor tem seis! Viu, Senadora Soraya, viu como nós somos pobres?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, ele já exerceu algumas funções muito interessantes: atuação como advogado, Tribunal de Ética e de Disciplina da OAB, assessor da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidente da República.

A propósito dos seus possíveis entendimentos, ele apresentou declarações que confirmam que não tem parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; que não detém participação como sócio de empresas ou entidades não governamentais; que não possui pendências fiscais; que não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e defere confirmando ter exercido as atividades de advogado de 2007 a 2019 e de assessor na Casa Civil de 2019 até o presente.

Apresentou ainda quitação com a Justiça Eleitoral e nada consta a propósito de ações penais tanto no cível quanto fiscais e criminais.

Por fim, em relação aos aspectos formais determinados pelo Regimento Interno, o indicado fez constar argumentação escrita que declara sua experiência profissional e formação compatível com o cargo de Ouvidor da ANTT, bem como afinidade intelectual e moral para o seu exercício.

Diante do exposto, nós entendemos que a Mensagem nº 25, de 2022, cumpre com as exigências formais, e, portanto, o nome do Sr. Robson Crepaldi está habilitado a ter, de parte desta Comissão, o juízo adequado que nos compete estabelecer.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero consultar V. Exas. se nós ouvimos agora ou deixamos para ouvir todos no final.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – No final.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – No final?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então seguimos em frente.

Então o próximo indicado é o item 3.

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Porto Mendes de Souza.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para oferecer o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também vou fazer uma leitura dinâmica do nosso relatório.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Dr. Luciano Lourenço da Silva, que passo a resumir.

O currículo que encaminha apresenta o início de sua atuação profissional como servidor público concursado na carreira de Analista de Infraestrutura do Ministério de Infraestrutura, a partir de 2006, entre agosto de 2006 e dezembro de 2008, onde atuou no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Posteriormente passou, entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2012, na Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes. Foi Coordenador Técnico do Grupo de Trabalho que atuou junto ao Dnit.

Entre fevereiro de 2012 e março de 2013, atuou como superintendente de desapropriação e arqueologia da Diretoria de Engenharia da Valec.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre março de 2013 e dezembro de 2015, atuou como assessor técnico na Gerência de Engenharia de Infraestrutura da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Sua primeira atuação na ANTT iniciou-se em dezembro de 2015, na Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, no cargo de Gerente de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias.

No período de janeiro de 2019 até setembro de 2020, exerceu o cargo de Coordenador-Geral de Projetos e Acompanhamento Rodoviário do Departamento de Transporte Rodoviário do Ministério de Infraestrutura. Ainda no Ministério de Infraestrutura, foi Diretor de Planejamento, Gestão e Projetos Especiais na Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, entre setembro de 2020 e agosto de 2021. Ainda na ANTT, desde agosto de 2021, exerce o cargo de Superintendente da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiro.

Dentre as atribuições do cargo compete liderar a Superintendências nos trabalhos de regulação, operação e monitoramento dos serviços de transporte rodoviário internacional e interestadual de passageiros, inclusive os serviços internacionais e semiurbanos.

Cumpr, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Diante do exposto, entendo que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Luciano Lourenço da Silva, constante da Mensagem nº 24, de 2022, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2005.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela presteza de nos convidar para fazer este relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só para adicionar. Eu não pude saber se o Senador Acir falou sobre a data, sobre desde quando está vago o cargo, mas eu procurei me informar. O cargo de Ouvidor está vago desde maio do ano passado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Essa vaga para a qual está sendo indicado o Luciano certamente está vaga há quase um ano também. Então, já há algum tempo. Nós precisamos, realmente, deliberar para que a gente possa formar a agência para que ela possa deliberar sobre os interesses da população brasileira.

Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O.k. A questão, Senador Esperidião é a seguinte: o cargo está vago, mas a indicação não veio. Entendeu? A indicação chegou ontem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só prestei a informação. A conclusão é de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu percebi o fundo de uma certa polêmica, para a gente levantar uma certa polêmica para discutir a questão temporal da chegada dos nomes para serem sabatinados. Realmente, é muito triste para o Presidente de uma Comissão receber 16 nomes, às 20h do dia anterior, para fazer a sabatina.

Olha, eu já estou há quase oito anos no Senado e nunca tinha visto isso. Sempre os nomes chegavam meio que em cima da hora, mas não tão em cima da hora como têm chegado. Agora está muito em cima mesmo, está difícil de a gente conduzir as sabinas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, mais uma vez, Presidente, prestando toda a solidariedade a V. Exa. É exatamente o ponto que eu quis salientar.

Aqui não foi, absolutamente, nenhuma intenção de dizer: "Vamos deixar as agências com lapsos de gestão à custa do nosso entendimento".

Vejam. O tão falado art. 383, item II – agora encontrei aqui –, prescreve, embora tenha sido alterado várias vezes, para a inquirição de candidato: "a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis [cinco dias úteis], ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado". Então, temos um prazo, e esse prazo é exatamente para isso. Existe uma dinâmica entre o Executivo e o Legislativo quanto a essa questão de aprovação de nomes que precisa ser respeitada por isso, porque isso pode ser usado... Não estou dizendo que aconteceu aqui em relação a cada um dos nomes de vocês que estão aqui hoje, mas pode acontecer até como estratégia de surpresa: deixam lá e, 24 horas antes, botam um nome, correndo, de afogadilho, o cara passa, ninguém vê nem quem é. Isso não pode acontecer!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos seguindo, então, com a nossa reunião.

Vamos passar a palavra, agora, à Senadora Soraya Thronicke... Na verdade, o item 5 tinha como Relator o Senador Chico Rodrigues, que não se encontra. Para o item 6, o Senador Wellington Fagundes não se encontra. O item 7, então, é com a Senadora Soraya Thronicke, que se encontra. E, certamente, então, Senador Fernando Bezerra, com a aquiescência de V. Exa., com a gentileza sempre peculiar de V. Exa., eu vou passar a palavra para a Senadora Soraya Thronicke para o item 7.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor TASSO MENDONÇA JUNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

A relatoria é da Senadora Soraya Thronicke, a quem concedo a palavra para oferecer o relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Como Relatora.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas, aos servidores, às pessoas que estão nos vendo aqui hoje, aos sabatinandos, ao Sr. Tasso, que está ao meu lado.

Obrigada, Sr. Presidente, pela indicação da relatoria.

Vou passar à leitura do relatório para também, como todos os colegas, ser breve.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Tasso Mendonça Junior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O currículo do Sr. Tasso Mendonça Junior demonstra que a sua formação acadêmica e a experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual pleiteia a recondução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

O Sr. Tasso Mendonça Junior graduou-se em Geologia pela Universidade de Brasília em 1984, concluiu uma Especialização em Geologia de Petróleo em 1990 e, depois, seguiu para um MBA em Energia na Esad/Funcefet em 2003.

Sua experiência profissional é ampla e diversificada.

Trabalhou inicialmente como geólogo de área na Sopemi (Pesquisa a Exploração de Minérios S.A.) de 1985 a 1989.

Em 1989, foi aprovado, por concurso público, como geólogo da Petrobras e lá permaneceu até 1999. Durante esses anos, atuou na Coordenação do Setor de Aquisição e Avaliação de Dados Exploratórios.

Em 1999, foi cedido pela Petrobras ao Ministério de Minas e Energia e atuou como Gerente de Projeto na Secretaria de Minas e Metalurgia. De 2000 a 2003, exerceu o cargo de Diretor de Outorga e Cadastro Mineiro no Departamento Nacional de Produção Mineral. Durante sua gestão, foram criados e implementados os sistemas: Cadastro Mineiro e Sistema de Informações Geográficas da Mineração (Sigmine), instrumento de gestão de dados espaciais e tabulares das concessões minerais e suas relações com demais órgãos concedentes, ambientais e de gestão econômica, social e de recursos hídricos.

A partir de 2003, retornou à Diretoria de Gás e Energia da Petrobras para tornar-se consultor técnico em gás natural, meio ambiente e regulação na Cebgas. Subsequentemente, assumiu como Gerente de Coligada, representando a Gaspetro na Goiasgás como Diretor Técnico e Comercial.

Em 2011, novamente cedido pela Petrobras, foi nomeado Chefe de Gabinete de Gestão da Mineração na Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado de Goiás e, de 2015 até 2018, exerceu o cargo de Superintendente de Mineração na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Governo do Estado de Goiás. Nessa posição, foi responsável pelo planejamento, implantação e gestão de políticas públicas de fomento à mineração, bem como pela promoção da gestão e difusão da assistência científica e tecnológica aos pequenos e médios mineradores.

Em 2018, seu nome foi aprovado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração, com mandato de três anos, e, agora, seu nome é novamente apresentado para que seja reconduzido ao cargo.

Ao longo de todos esses anos, participou de inúmeros eventos internacionais ligados ao setor, tais como a Feira Internacional Prospectors & Developers Association do Canadá, a principal convenção de investimento em mineração. Integrou também missão técnica de negócios dos Governos de Goiás e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minas Gerais à Austrália em 2012 e participou da Conferência Anual de Mineração Diggers and Dealers, também na Austrália, em 2015.

Tem participado – e apresentado trabalhos neles – de diversos congressos e simpósios brasileiros na área de mineração e geologia e é autor de publicações técnicas na área de geologia.

Voto.

Sua ampla experiência profissional aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo estão comprovadas no currículo do indicado.

Sua atuação como Diretor da ANM desde 2018 o recomenda para a recondução ao cargo.

Fica, assim, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Tasso Mendonça Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Sr. Presidente, eu recebi algumas manifestações – e isto é importante deixar claro para que não haja nenhuma dúvida – em relação à recondução do indicado Tasso para a Diretoria da ANM. Aqui eu tenho vários pareceres jurídicos. Dentre eles, eu gostaria de apenas ler uma parte bem concisa da nota técnica que o Senado Federal produziu para que fique indene de dúvidas a possibilidade de recondução no caso da ANM, como acontece em outros órgãos também.

Nota Técnica nº 1.707, de 2022.

A Senadora Soraya Thronicke solicita à Consultoria Legislativa relatório para a Mensagem nº 34, de 2022, relativa à recondução do Sr. Tasso Mendonça Junior para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A solicitação de recondução se baseia no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e no art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

De fato, Presidente, respondendo a todos os questionamentos, o Sr. Tasso Mendonça Junior atende aos requisitos listados no art. 5º da Lei 9.986, de 2000, e sua recondução é permitida pelo art. 7º da Lei nº 13.575, que cria a ANM e que determina que os membros da diretoria exercerão mandatos de quatro anos não coincidentes, permitida uma única recondução.

O que eu quero dizer aqui é que a indicação do Sr. Tasso é uma indicação extremamente técnica. E este é o nosso intuito: é importante que tenhamos nomes técnicos. O currículo do Sr. Tasso nos prova isso. Toda a larga experiência que ele vem desenvolvendo dentro do Ministério de Minas e Energias e dentro da ANM mostra que ele tem essa capacidade, essa *expertise*. É importante que o Brasil tenha pessoas para certos cargos que tenham conhecimento técnico e não sejam indicações apenas do Governo, mas indicações de Estado. É pelo que tanto nós primamos. E muita gente, às vezes, critica por termos algumas indicações para outros, mas não é o caso, este caso é extremamente técnico. É importante para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil que tenhamos pessoas capacitadas para aquele respectivo cargo, e esse é o caso do Sr. Tasso. A indicação é técnica e não política.

Por isso, o voto é "sim" para que ele continue exercendo um brilhante trabalho dentro da ANM e que fique indene de dúvidas a possibilidade legal da indicação do nome dele para esta recondução.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa. e a cumprimento pelo relatório.

Dando sequência à nossa reunião de hoje, eu submeto à apreciação dos senhores o item 8 da pauta.

1ª PARTE**ITEM 8****MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2022**

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Pepitone da Nóbrega.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, antes da leitura do meu relatório, agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, pela gentileza de ter me designado para ser Relator da indicação do Dr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto. V. Exa. foi muito gentil em permitir que eu possa aqui relatar em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor de um dos quadros mais competentes dessa agência e que tem uma longa folha de serviços prestados ao nosso país.

O Senhor Presidente da República submete para análise e deliberação do Senado Federal o nome do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em vaga decorrente do término do mandato do Sr. André Pepitone da Nóbrega, em consonância com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Tal dispositivo constitucional estabelece a competência privativa desta Casa Legislativa de aprovar a escolha de titulares de cargos que a lei determinar, após arguição pública, por voto secreto.

Passemos para a análise do candidato.

O indicado possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Segundo o currículo anexado à mensagem presidencial, o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Maranhão e Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília. Além disso, possui MBA em Gestão Empresarial com ênfase em Estratégia pela Fundação Getúlio Vargas.

Profissionalmente, é concursado na Agência Nacional de Energia Elétrica como especialista de regulação de serviços públicos e já atua, desde maio de 2018, como Diretor dessa agência, onde também exerceu anteriormente os cargos de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, Superintendente de Regulação dos Serviços de Transmissão e Assessor da Diretoria da Aneel.

Trabalhou ainda como engenheiro da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), sediada na capital do meu estado, em Recife, e como Gerente Técnico da Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Conta também com experiências internacionais, com cursos na área de energia e regulação na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e na Universidade da Flórida, ambas nos Estados Unidos, e na Universidade de Victoria, no Canadá.

Possui também publicações diversas nas áreas de energia e regulação.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara: i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua; ii) não possuir participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de entidades não-governamentais; iii) estar regular





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais, ocupando atualmente o cargo de Diretor da Aneel, desde 30 de maio de 2018.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, nos termos da alteração promovida pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Ante o exposto, Sr. Presidente, e considerando que se cumpriram as exigências constitucionais, legais e regimentais, essa Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal possui condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) -
Agradeço ao Senador Fernando Bezerra a leitura do relatório.

Ato contínuo, passo ao item 5 da pauta, que, na verdade, se transformou no item 7 da pauta, cuja relatoria é do Senador Chico Rodrigues.

Encontra-se presente o Senador Chico Rodrigues? *(Pausa.)*

Encontra-se presente. Já me cumprimentou aqui.

1ª PARTE**ITEM 5****MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2022**

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Victor Hugo Froner Bicca em 4 de dezembro de 2022.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

Ofereço a palavra a V. Exa. para proferir o relatório, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Muito obrigado, nobre Presidente, Senador Dário Berger.

Farei a leitura do relatório do presente indicado.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Trata-se de prerrogativa constitucional para que o Senado Federal, após arguição pública, aprove, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei assim determinar.

Passemos à análise do indicado.

O Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Segundo *curriculum vitae* anexado à mensagem presidencial, o indicado possui graduação em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999), e especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2019). Possui ainda diversos cursos complementares nas áreas de gestão, de direito e do setor energético.

Possui experiência profissional no setor público, com passagem pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, atualmente INSS), entre 1985 e 1989; pela Caixa Econômica Federal, entre 1989 e 2001; pelo Ministério Público da União (MPU), em 2005; e pelo Ministério de Minas e Energia, como servidor, atualmente, da Advocacia-Geral da União, a partir de 2005.

Naquele ministério...

Presidente... Presidente, vamos pedir silêncio. Senão, os participantes não ouvem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

Presidente, vamos pedir silêncio. Senão, os participantes não ouvem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pedir a compreensão do Plenário para ouvirmos a leitura do Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Naquele ministério, atuou em diversos grupos de trabalho interministeriais, tratando de temas governamentais atinentes ao setor energético e às pautas jurídicas que moldaram o setor nas últimas décadas.

Em destaque, foi consultor jurídico daquela pasta, entre 2008 e 2010; coordenador do subgrupo jurídico de apoio à comissão interministerial da proposta do marco regulatório do pré-sal; e membro do Conselho de Administração da CGTEE, controlada da Eletrobras, entre 2008 e 2016. Atualmente, serve no conselho da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (EMBPar).

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara: i) que possui parente em exercício de atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que atua, que trabalha como analista ambiental da Norte Energia S.A., desde outubro de 2019; ii) que teve participação societária, até 2002, em empresa de consultoria e segurança, criada em 2000 e atualmente inativa; iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; iv) ter atuado como membro de conselho de administração de empresas estatais, e cita, inclusive, uma participação como réu na Justiça Federal comum, sem nenhuma relação com sua atuação profissional ou probidade administrativa;

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, nos termos da alteração promovida pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e pela Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Voto.

Pelo exposto, acredito que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Sr. Presidente, Dário Berger, esse era o relatório. Nós nos debruçamos para compreender as declarações aqui apresentadas pelo indicado, o Dr. Mauro Henrique Moreira Souza, e concluímos assim a relatoria dessa indicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Agradeço a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, e o cumprimento pelo relatório.

Passamos, então, ao item 6, que, na verdade, é o item 8 da pauta.

1ª PARTE**ITEM 6****MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2022****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor ROGER ROMÃO CABRAL, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Debora Toci Puccini.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.

Relatoria do Senador Wellington Fagundes, que se encontra presente.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
Sr. Presidente, a todos os nossos companheiros, Senadores e Senadoras, a todos os sabatinados... Eu quero agradecer a V. Exa. a confiança para que eu pudesse ser o Relator dessa indicação, que se trata da Mensagem nº 28, de 2022, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Sr. Roger Romão Cabral, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), na vaga decorrente do término do mandato de Debora Toci Puccini.

Relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Sr. Presidente da República, mediante a Mensagem (SF) nº 28, de 2022, Mensagem nº 160, de 2022, na origem, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Roger Romão Cabral, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Debora Toci Puccini.

Roger Romão Cabral é brasileiro, nascido em 20 de setembro de 1955. Graduiu-se em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1980. Possui cursos de pós-graduação em fiscalização de minas, na Alemanha, e também de segurança de mina, no Japão. Ainda, no que diz respeito à sua formação acadêmica, possui diversos cursos de especialização em tecnologia mineral e legislação minerária.

No tocante à experiência profissional, o Dr. Roger Romão Cabral é servidor de carreira do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), substituído pela ANM, desde 5 de julho de 1982. No decorrer de sua longa carreira no DNPM, ocupou diversos cargos, destacando-se por sua importância gerencial, o de Diretor de Fiscalização Substituto, de 2001 a 2007 e também de 2009 a 2018; o de Assessor de Gerenciamento Estratégico da ANM, de 2018 a 2020; o de Superintendente de Produção Mineral, desde 2021, culminando com o cargo de Diretor Interino do Colegiado da ANM, que ocupa atualmente.

Entre os trabalhos do Dr. Roger Romão Cabral, nos quase 40 anos de dedicação ao DNPM/ANM, destacam-se os relacionados com gestão da produção mineral, planejamento e desenvolvimento da atividade mineral, gestão de segurança de barragens, economia mineral, avaliação de risco e gerenciamento de crise, ainda resolução de conflitos e regulação técnica e econômica. Adicionalmente, publicou diversos trabalhos técnicos, como *Normas Técnicas de Topografia Mineira*, *Ventilação em Minas Subterrâneas*, *Modelo Aplicado à Mineração de Carvão* e *Normas Reguladoras da Mineração (NRM)*.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do RIsf, que disciplina o processo de provação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara: i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais; iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresentadas anexadas ao processo; iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; v) e, finalmente, não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentou, também, Sr. Presidente, declaração escrita na qual demonstra sua experiência e realizações profissionais, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo de Diretor da ANM.

A partir dos elementos apresentados, entendemos, portanto, que o indicado atende às condições estabelecidas pelo *caput* do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para a qual está indicada. Além disso, Roger Romão Cabral atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo, pois tem a experiência profissional necessária e formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Roger Romão Cabral ao cargo de Diretor da ANM.

Sala das Comissões.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa., cumprimento-o pelo relatório e, agora, dando sequência à nossa reunião, nós vamos oferecer a palavra aos nossos sabatinados.

O primeiro sabatinado a quem eu deveria oferecer a palavra é o Sr. Carlos Manuel Baigorri, que encontra-se à minha esquerda aqui, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Como já foi lido o seu relatório e ele já fez a sua exposição, nós seguiremos para o item 2 da pauta, que trata do Sr. Carlos Manuel... Estou com dois itens 2 aqui. (*Pausa.*)

O Sr. Artur Coimbra de Oliveira, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cujo relatório também já foi lido, e ele já fez a sua exposição. Portanto, considero vencidas essas duas etapas.

Seguiremos, então, para o item 3 da pauta, que é... Ajudem-me aqui, por favor. O item 3 da pauta, feito o relatório do Senador Esperidião Amin, que é do Sr. Robson Crepaldi, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Então, vou oferecer a palavra ao senhor...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) -
Consulto os Srs. Senadores...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) - Presidente, pela
ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Por
cinco ou por dez minutos?

Só um minutinho, Senador Wellington. (*Pausa.*)

Por dez minutos, não? (*Pausa.*)

Pois não, pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) -
Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de autorizar a gente a já abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Vamos
ouvir, primeiro, o primeiro sabatinado. A partir daí, a gente abre o painel, pode ser?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) - Nós temos
outras Comissões agora também em votação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Em
seguida aos dez minutos, para não abrir o painel sem ouvirmos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) - Não tem
problema, não. V. Exa. é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Não
seria não seria lógico - entendeu? - a gente votar sem antes, pelo menos, ouvir o primeiro sabatinado.
Então, peço a compreensão de V. Exa. Em seguida, já providencie, por favor, Thales, aos nossos técnicos
que façam todas as tratativas para abrir o painel a partir da fala do Sr. Robson Crepaldi, a quem ofereço a
palavra por dez minutos.

O SR. ROBSON CREPALDI (Para expor.) - Boa tarde, Presidente. Exmo. Sr. Presidente da
Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Dário Berger; Exmas. Senadoras e Exmos.
Senadores que compõem e acompanham esta sessão de forma presencial e remota; demais autoridades;
senhoras e senhores que nos assistem, boa tarde.

Início agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro por minha
indicação ao cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, bem como ao Ministro-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senador Ciro Nogueira, pela honra de ter podido trabalhar, neste período, em sua gestão à frente da Casa Civil.

Agradeço também ao Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, pela confiança depositada em mim para a condução desse trabalho e pela honra de estar perante esta Comissão para ser sabatinado na data de hoje.

Agradeço em especial ao Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, pela oportunidade de estar hoje diante de V. Exas., a quem igualmente agradeço pela oportunidade de apresentar aspectos relevantes sobre a Ouvidoria da ANTT nesta sabatina.

Igualmente registro meu agradecimento ao Sr. Senador Esperidião Amin pela gentileza da relatoria de minha indicação, o que muito me honra.

Nasci na cidade de São Pedro, interior de São Paulo. Sou mestrando em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico pelo Centro Universitário de Brasília e graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Carlos, interior de São Paulo.

Profissionalmente, exerci a advocacia por 12 anos em escritório próprio, na cidade de São Carlos, atuando nas áreas de Direito Civil, Tributário, Trabalhista, Consumidor, Aduaneiro e Empresarial.

Fui por cinco anos assessor do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP da 7ª Região, na cidade de Araraquara, atuando em pareceres e processos disciplinares.

Também fui Presidente da Comissão de Direito Aduaneiro da OAB-SP durante o triênio 2019-2021, quando coordenei e fui coautor de um capítulo da obra *Direito Aduaneiro contemporâneo: temas de impacto no Direito Aduaneiro e comércio exterior*, lançado este ano pela Editora Dialética.

Foi então que, em 2019, vim para o Governo Federal atuar como assessor e posteriormente Assessor Especial da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidente da República, onde obtive experiência em gestão pública, atuando diretamente em vários temas relevantes, dos quais cito alguns.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBSON CREPALDI – Fui membro do centro de coordenação e de cooperação da covid-19, membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), membro do Conselho de Solidariedade do Pátria Voluntária, entre tantos outros. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de entender e atuar em temas importantes junto ao setor regulatório de transporte que me credenciam para tão relevante cargo na Ouvidoria da ANTT.

Sob a perspectiva das ouvidorias, realizei o curso de Certificação em Ouvidoria, com carga horária de 160 horas, concedido pela Ouvidoria-Geral da União, na Controladoria-Geral da União, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), passando por temas como acesso à informação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serviços públicos, controle social, defesa do usuário e simplificação, gestão em ouvidoria, introdução à gestão de projetos, resolução de conflitos aplicada ao contexto das ouvidorias e tratamento de denúncias em ouvidorias.

Realizei também um curso ministrado pelo Ministério da Economia de Análise de Impacto Regulatório: Conceitos Fundamentais, que tratam dos pontos do Decreto 10.411, de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório e a torna obrigatória a partir de 2021.

Gostaria, nesta oportunidade, de compartilhar com V. Exas. pontos que considero importantes em relação às ouvidorias.

A ouvidoria pública é essencial para melhoria dos serviços públicos aos usuários e cidadãos. Sua importância é tamanha que ousar dizer que elas são a via pela qual a população em geral e os usuários, em essencial, são ouvidos pelo poder público, podendo através dela contribuir para melhoria desses serviços que, ao fim e ao cabo, são realizados pensando exatamente nesses usuários.

A ouvidoria hoje é o principal caminho para o progresso de qualquer empresa, seja pública ou privada, em que as reclamações, sugestões, críticas, denúncias e, não menos importantes, os elogios, fazem com que possamos entregar aos cidadãos nossos melhores serviços, sejam individuais ou coletivos.

Na ANTT quero, acima de tudo, contribuir para que a agência mantenha seu nível de excelência já reconhecido perante a população brasileira, realizando as melhores práticas de trabalho e, junto com toda sua diretoria, fazer a diferença na vida de cada usuário das rodovias, ferrovias e demais frentes em que atua a ANTT.

As ideias de participação e controle social se fazem necessárias e estão umbilicalmente ligadas. É através da participação e controle social que os usuários podem e devem intervir nas tomadas de decisões administrativas, ajudando a administração a adotar medidas que realmente melhorem e atendam as suas necessidades na ponta da linha.

Por ter atuado por muito tempo na advocacia, me considero apto para contribuir em muito para melhorar os quatro eixos de atuação da Ouvidoria, que são: legislação básica, participação e controle social, transparência e defesa dos usuários, promovendo a conciliação e a mediação na resolução de conflitos entre a sociedade e o órgão.

Quero enfatizar que, uma vez aprovado por este nobre Senado Federal e nomeado Ouvidor da ANTT, esse órgão estará sempre à disposição de V. Exas. para o diálogo, visando à melhoria nos serviços públicos ofertados aos cidadãos.

Repito que muito me honra ter o meu nome avaliado por cada um dos Exmos. Srs. Senadores para ocupar a Ouvidoria dessa tão importante agência reguladora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de poder me apresentar e transmitir, de forma breve, o trabalho para o qual me dispus.

Espero contar com a honra de ter meu nome aprovado por esta Casa para me dedicar à Ouvidoria da ANTT, colocando sempre à frente o interesse público, bem como a atenção e proteção dos interesses dos usuários de transportes de todos os modais do nosso país.

Agradeço a atenção dos nobres Senadores e Senadoras presentes no dia de hoje nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Agradeço a V.Sa.

E agora, sim, nós podemos atender a solicitação do estimado Senador Wellington Fagundes para abrir o painel.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras acerca da possibilidade de darmos início à votação.
(Pausa.)

Então, iniciaremos, neste momento, a votação. A quem quiser votar, no final, evidentemente faremos a apuração do resultado.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Ato contínuo, vamos ouvir agora o Sr. Robson Crepaldi. Ah, não, nós acabamos de ouvi-lo.

Vamos ouvir agora o Sr. Luciano Lourenço da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) - Presidente, pela ordem, apenas para esclarecer, vamos ouvir a todos e depois inquiri-los?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - É o que ficou combinado, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - E vamos inquiri-los depois da votação?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Não, quem já está votando... Eu também achei...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Não vai ouvir as inquirições... O.k. Não está bom, não, hein? Não está bom isso, não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. quer se inscrever?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu já estou inscrito, mas eu quero saber que horas a gente vai inquirir as pessoas. E se as votações vão ser em bloco, e eles vão ser inquiridos depois que a gente já tiver votado?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não precisa votar. Vai votar só depois da sabatina que será feita pelos Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa é a regra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vão votar aqueles que já estão convencidos do voto. Os que não estiverem ainda aguardem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E os que podem não ser convencidos do voto pela inquisição? Para isso serve a inquisição, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza, eu concordo, mas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, mas aí fica uma coisa complicada, porque a gente tem outras Comissões, os Senadores têm outros votos a dar, e aqui vai ficar tudo em bloco, todo mundo inquirir todo mundo ao mesmo tempo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu acho que quem não estiver...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quando inquirir, já não vale mais nada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quem não estiver seguro das qualificações, dos predicados dos indicados se reserva a se manifestar após ouvir, após inquirir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem acontecido em todas as Comissões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jean Paul, qual seria a sugestão de V. Exa.?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, veja, Presidente, eu não quero ser chato aqui, mas já estou sendo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Porque temos que adotar um critério.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas estou sendo em benefício de nós Senadores, não é? Não em função de tempo, de afazeres, porque, afinal, esforço concentrado, como se disse aqui anteriormente, é exatamente para isso.

Eu acho que a gente tem que fazer o trabalho completo. Cada um fala, é ouvido, é inquirido, é ouvido, é votado.

Enfim, o ideal seria assim.

Eu não quero aqui impor ao Presidente, neste momento, que mude o processo que já definiu, quero apenas deixar consignado aqui que nós deveríamos fazer de outra forma. Acho que não é exatamente a ideal esta. Talvez, para uma próxima vez, que fique consignado aqui o meu semiprotesto – não chega a ser um protesto veemente –, a minha indagação sobre a eficiência desse processo aqui.

Ninguém está ouvindo nada e as pessoas vão votar. Essas pessoas vão ocupar cargos, durante quatro anos, sem serem demissíveis de forma administrativa, e a gente não vai ouvir as respostas às nossas perguntas. Pelo menos eu vou ouvir as respostas às minhas perguntas, mas os outros que estão aqui não vão ouvir as respostas.

Eventualmente, pode acontecer de um de nós... Já recebemos os currículos há menos de 48 horas. Procura-se na internet e se acha alguma coisa sobre um desses candidatos. Colocamos aqui, e a pessoa já votou? Eu digo que não é o que vai acontecer aqui, agora, mas pode acontecer, no futuro. Não é um processo realmente que faça muito sentido, na minha cabeça. Eu acho que cada processo é um processo e tem que ser feito de forma estanque. Coloca-se um nome, ouve, sabatina, vota e termina; outro nome, ouve, vota e termina. E assim vai. Porque, desse jeito, eu não sei se é muito efetivo. É efetivo sob o ponto de vista do tempo, mas do ponto de vista do arrendimento eficaz... Não haverá. Quem votou já votou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu me obrigo a concordar integralmente com V. Exa. Mas, em função do número de sabatinados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, esse é outro problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... que chegou ao Senado, ontem, para nós da Comissão, às 21h30. A partir desse momento, a pressão foi impressionante. A pressão era para serem colocados os 16 nomes para serem sabatinados de uma vez só.

Eu até acho que a sabatina de uma agência reguladora deveria ser precedida de um certo ritual, porque é um dos cargos mais relevantes e mais importantes que nós temos na estrutura organizacional do Governo Federal, sendo que nós temos comumente o critério utilizado como uma designação de estado e não como uma designação de governo. É discutível essa questão e é muito problemática também.

Na medida em que o cidadão é indicado politicamente, ele transcende os mandatos dos respectivos Presidentes da República. Por um lado, se a gente observasse o ritual adequado, correto e perfeito da letra, seria perfeita a nomeação, mas a gente sabe que não é isso o que acontece na prática. Na prática, isso pode se transformar numa alavanca ruim de concepção de gestão dos Presidentes da República. Eu, até outro dia, estava questionando essa questão e me convenceram que essa é uma nomeação de estado e não uma nomeação de governo. Eu não gostaria de ser Presidente da República com uma nomeação de agências reguladoras que não fossem nomeadas por mim. Se eu fosse Presidente da República, eu queria implantar uma política, evidentemente, um plano de desenvolvimento econômico e social para o país e que tivesse o respaldo das agências reguladoras dentro do critério de Estado, evidentemente. No entanto, não chegamos lá ainda, nesse denominador comum. E acho que seriam tão importantes as sabatinas das agências reguladoras que deveriam ser feitas individualmente – deveriam ser feitas individualmente. Cada caso, um caso e que houvesse tempo para se discutir e para se analisar. Mas, infelizmente, é o que eu tenho para o momento, Senador Jean Paul. Não vi outra alternativa.

Como V. Exa. sabe – eu relatei, vou repetir –, a Agência Nacional, a Anatel está acéfala desde novembro do ano passado, quando nós temos o nosso maior projeto de telecomunicações e de internet, de comunicações e de tecnologia da informação etc. em vigor no Brasil. Quer dizer, veja que eu, nessa oportunidade, eu me antecipei e, de certa forma, eu levei um pito, porque era para deixar que se fizesse isso tudo através do esforço concentrado. Aí, dá no que dá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, Presidente, sem problemas em relação à Anatel. Da Anatel, os nomes já estão, há muito tempo, aqui, tudo bem, têm algum tempo de análise.

Então, volto a fazer... Note que é com os nomes que chegaram ontem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas a ideia não era sabatar e deixar a sabatina para o esforço concentrado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E outra coisa importante, Presidente, na esteira da sua fala sobre a responsabilidade de Estado. É nossa responsabilidade também. Nós estaremos aqui nos solidarizando com a escolha presidencial. No





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que nós aprovamos os nomes, nós não podemos, depois, dizer que o diretor, esse ou aquele, cometeu esse ou aquele deslize, ou essa ou aquela surpresa, porque, no caso das agências, de Banco Central e de todas essas autoridades por que nós estamos passando aqui, nós somos corresponsáveis por essa indicação. Por isso que não pode ser uma coisa *en passant*. Apesar de ser uma obra coletiva, cada um de nós estará solidariamente amarrado a isso.

E, para finalizar, quero dizer aos candidatos que estão aqui. Esta minha atitude é uma atitude em defesa de vocês mesmos e das agências em que vocês irão trabalhar. Eu fui, volto a dizer pela décima vez nesta Casa, o rascunhador de uma delas na época do Ministro Sérgio Motta. Fiz o trabalho de mapear e criar várias agências reguladoras àquela época sob a orientação dele e fui responsável pelo desenho, pelo rascunho do primeiro organograma da Agência Nacional do Petróleo. Eu valorizo demais as agências. Ninguém vai encontrar, talvez – igual, talvez, sim –, alguém que defenda mais essas agências reguladoras como instrumento de política setorial do que eu nesta Casa.

Então, essas preocupações todas que eu coloco sempre, sobre colegiado, sobre funcionamento do colegiado, sobre os processos organizacionais das agências, sobre os seus organogramas, sobre a sua relativa ou não total autonomia, sobre a própria nomeação dos seus dirigentes, é em defesa do corpo das agências, porque hoje, inclusive, existe gente de carreira, que é formado como regulador, trabalha nessas agências, formado nelas mesmas. Eu não estou dizendo também com isso, a Senadora Soraya tem razão também quando diz que é uma indicação técnica, que todas as indicações tenham que ser técnicas. Veja que, mesmo como uma pessoa que se dedica a esse assunto, eu discordo de que todas as indicações sejam absolutamente técnicas também.

Em agências, em todo o mundo, existem indicações políticas, claro, de acordo com o bom entendimento daquele que, politicamente indicado, tenha de tomar decisões genéricas. Por isso, as agências reguladoras não podem ter o especialista do especialista, que, às vezes, é pior do que um diretor um pouco mais genérico. Ele tem que ter bom senso para decidir; ele não pode ser uma pessoa irresponsável, imatura, despreparada, isso sim. Agora, não precisa ser o especialista da rebimboca da parafuseta, porque, no caso de petróleo, um especialista em lubrificantes não vai conseguir julgar nada sobre uma linha sísmica em exploração. Então, ele tem que ter um certo guarda-chuva de conhecimento sobre petróleo, sobre telecomunicações, cada uma das agências nos seus entendimentos.

Não há nada de errado em que um de nós, mesmo os Senadores aqui, eventualmente, ocupemos uma direção de uma agência reguladora no futuro – absolutamente nada de errado! –, pelo nosso conhecimento genérico que acabamos adquirindo aqui no trabalho do Senado. E outras atividades também permitem a mesma coisa. Mas apenas o cuidado na escolha é que deve ser bem maior do que nós estamos tendo nesses dias agora. E, absolutamente, não o culpo, não o invejo, mas, na verdade, é um cuidado que nós, coletivamente, temos que passar a ter.

Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. e consulto o nobre Senador Rodrigo Cunha se deseja se manifestar.

Próximo inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, era apenas para fazer uma colaboração e uma pergunta, porque, normalmente, nas votações do Senado, nós conseguimos votar e, se quisermos mudar, durante o período de votação que está aberto, podemos mudar o voto também. Então, se fosse o caso aqui, alguém, um Senador, querendo votar, votaria, permaneceria ouvindo os debater e, se quisesse mudar o voto após isso, o último voto é o que fica registrado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Importante. Importante.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Então, eu acho que isso soluciona o que foi demonstrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. a contribuição. Apazígue, vamos dizer assim, o sistema de votação da nossa sessão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Refez?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida, pode. Não só aqui como em qualquer lugar pode. No Plenário, também, você pode modificar o voto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Pela ordem.) – No Plenário, sempre pôde. É que, para mim, aqui, não era possível pelo sistema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – E, no tribunal, até a conclusão do julgamento, também pode.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Também pode. Também pode.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Até terminar. Mas é que, para mim, no sistema daqui, das Comissões, não tinha condições.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode. Pode.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – O.k. Aí já resolve.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Chama-se sobrescritar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Ah, o antigo! Então, não estou tão doida. Pelo sistema antigo, não podia. Nós já questionamos essa hipótese. Então, no novo sistema pode. O.k!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa é uma demonstração de que o sistema remoto, o sistema eletrônico, é perfeito, porque dá até para mudar o voto. Se a gente tivesse que votar em cédula, como é que nós iríamos lá buscar o voto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que a gente tem medo é que o outro mude o seu voto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É que o outro mude o seu voto.

Bem; vamos dar sequência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho uma pergunta para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não chegou a época das perguntas ainda, Senador Esperidião. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho uma pergunta para fazer a eles.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois é. Não chegou...

Eu sei que o Senador Jean Paul...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A última pergunta que eu fiz agora foi para o Embaixador da Rússia. É por isso que estou afiado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu imagino. Eu imagino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jean Paul está impaciente para fazer as perguntas todas, mas não chegamos ainda à era das perguntas. Realmente é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A era das perguntas é a era das incertezas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o que nós temos para o momento. Vamos seguir a nossa reunião o mais rapidamente possível.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Luciano Lourenço da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, cujo relatório foi apresentado pelo Senador Acir Gurgacz.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUCIANO LOURENÇO DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Dário Berger; cumprimento o meu Relator, Senador Acir Gurgacz, e, na sua pessoa, cumprimento a todos os Senadores aqui presentes. Boa tarde a todos que acompanham a sessão.

Somente gostaria de agradecer a Deus por todas as conquistas que tem me proporcionado, ao Presidente da República pela indicação, ao ex-Ministro de Infraestrutura, Tarcísio, e o atual Ministro, o nosso jovem Marcelo Sampaio, por todo o apoio e confiança. Agradeço a todos os servidores e colegas que contribuíram para as realizações profissionais que culminaram em minha indicação e agradeço, não poderia deixar de registrar, a minha base maior, que é a minha família, que sempre está ao meu lado, destacadamente os meus pais, os meus filhos Clarissa e Miguel e a minha esposa Cristiane, minha grande incentivadora e apoiadora, aquela cuja dedicação permite com que eu dedique 100% do meu tempo às missões profissionais que me são apresentadas.

Sou um paranaense de Foz do Iguaçu com criação mineira, engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Uberlândia, três pós-graduações em níveis de especialização em gestão pública e transportes, em fase de conclusão de mestrado na UnB em planejamento de transporte com ênfase em segurança viária e, desde 2006, tenho dedicado minha vida profissional à infraestrutura de transporte federal, tendo a honra de iniciar a minha jornada como servidor público do Dnit no primeiro concurso daquela autarquia. Atualmente, sou servidor da carreira de Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia do primeiro concurso de 2008, carreira transversal que me proporcionou grande experiência profissional em transportes e me apresentou grandes desafios de gestão e liderança.

Dentre as atividades desenvolvidas nos últimos anos na área de transporte terrestre, destacarei algumas. Atualmente, sou Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros na ANTT, com a responsabilidade de liderar a superintendência nos trabalhos de regulação, operação e monitoramento dos serviços de transporte rodoviário internacional e interestadual de passageiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui Diretor de Planejamento, Gestão e Projetos Especiais, Coordenador-Geral de projetos e acompanhamento de rodovias na Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, atuando na formulação e no planejamento de políticas para o setor de transporte rodoviário e ferroviário, tais como o Plano Setorial de Transportes Terrestres (PSTT), a Política Nacional do Transporte Ferroviário de Passageiros, o transporte rodoviário internacional e interestadual de passageiros, o nosso querido Trip, e o transporte rodoviário de cargas, além de acompanhar os grandes empreendimentos e projetos rodoviários sob a gestão do Dnit e da própria ANTT.

Fui gerente de engenharia e meio ambiente de rodovias na ANTT durante três anos, desenvolvendo atividades de análise e gestão de projetos numa carteira de mais de R\$50 bilhões, gerenciando atividades também relacionadas ao meio ambiente e à faixa de domínio das nossas rodovias federais concedidas.

Também atuei como Superintendente de Desapropriação e Arqueologia na Valec, atuamos nas obras ferroviárias da Norte-Sul e Integração Leste-Oeste (Fiol), destacando que, por meio de uma gestão profissional, voltada para resultados, mapeamento de processos e gerenciamento de riscos, em um intervalo muito curto de tempo, conseguimos resultados expressivos para liberar várias frentes de obras que há anos se encontravam paralisadas.

Também destaco algumas atividades técnicas e projetos de obras de grandes vultos realizadas com recursos públicos e também sob o regime de concessão, tanto ferroviários quanto rodoviárias, junto ao Dnit, EPL, ANTT e Ministério da Infraestrutura, além da atividade de professor de pós-graduação de cursos na área de infraestrutura.

A ANTT desenvolve importante e crescente papel para infraestrutura e serviços de transportes no país. Com a maciça transferência de ativos para iniciativa privada, o desafio da agência para os próximos anos é ainda maior, considerando os futuros contra e concessões de rodovias e as autorizações ferroviárias.

Proporcionar mais qualidade nos serviços prestados, nas infraestruturas ferroviárias e rodoviárias disponíveis aos usuários e, ao mesmo tempo, auferir tranquilidade e segurança jurídica para os setores regulados é uma tarefa fundamental para o desenvolvimento do país e só logrará êxito com muito equilíbrio entre os interesses dos usuários, dos prestadores de serviços concedidos e do próprio Poder concedente, somado a harmonia entre os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. E nesse sentido a ANTT desempenha e desempenhará papel fundamental.

Com a experiência profissional, habilidade de liderança e gestão desenvolvidas nos últimos 16 anos do serviço público federal, somado ao meu espírito de servir ao público e de disponibilizar todo o meu conhecimento ao meu país, conhecimento esse adquirido em quase sua totalidade numa escola pública, tenho a convicção de que, uma vez merecedor de tal confiança pelos Exmos. Srs. Senadores, desempenharei com total compromisso e comprometimento a função de diretor da Agência Nacional de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Transportes Terrestres, buscando sempre contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura e a melhoria da qualidade e segurança dos serviços prestados aos usuários, apoiando a ANTT, a atual diretoria e todos os seus servidores no cumprimento de sua missão estratégica: assegurar aos usuários adequada infraestrutura e prestação de serviços de transporte terrestre com transparência e regulação efetiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos ouvir agora o Sr. Tasso Mendonça Junior, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senhoras e Senhores, eu gostaria de iniciar esta exposição cumprimentando o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger; o Exmo. Sr. Vice-Presidente deste colegiado, Senador Jayme Campos; a Exma. Sra. Relatora, a minha Relatora, Senadora Soraya Thronicke; as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura e demais pessoas presentes: órgãos da imprensa, funcionários da ANM e também do Ministério de Minas e Energia e outros representantes de associações setoriais aqui presentes e os cidadãos que nos assistem por meio da TV Senado.

Quero aqui externar a imensa honra e satisfação que sinto por ter sido indicado para essa recondução ao cargo que eu ocupei na Primeira Diretoria da ANM, agora pelo Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, a quem eu agradeço de forma contundente, e também atendendo a anuência e a recomendação do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas Energia Bento Albuquerque – aproveito este momento também para agradecer a S. Exa. e cumprimentá-lo.

Também abro espaço aqui para referenciar e cumprimentar as autoridades do Senado: O Presidente Rodrigo Pacheco, o Presidente Davi Alcolumbre e seu Vice-Presidente, Lucas Barreto e também nosso ilustre Líder Eduardo Gomes, ao prontamente submeterem a esta importante Comissão, à qual sou igualmente grato, pois conferiram essa agilidade ao processo da nossa sabatina para essa função diretiva da Agência Nacional de Mineração.

Também agradeço aqui aos Senadores que foram importantes neste processo, como o Senador do meu estado Vanderlan Cardoso, a quem cumprimento de maneira especial, o Senador Luiz do Carmo, junto com os demais Senadores da minha Região Centro-Oeste, Senadores Jayme Campos, Wellington Fagundes, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Simone Tebet, e a minha ilustre Relatora, sem falar nos demais Senadores do nosso país, que juntos têm dispensado tratamento incansável e sempre atencioso ao processo de desenvolvimento do setor mineral brasileiro, dentre os quais, Alexandre Silveira, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, o nosso Senador Fernando Bezerra – e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tive a honra de seu filho ter me indicado no meu primeiro mandato– e outros que estão aqui presentes, como Esperidião Amin. Todos são aqui importantes neste processo.

Venho a esta Comissão, respeitosamente, apresentar-me às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes para ser sabatinado. Para tanto, vou fazer uma pequena e rápida explanação da minha experiência.

Eu sou geólogo de formação pela Universidade de Brasília. Trabalhei na Sopemi, uma empresa do grupo De Beers Anglo American Corporation por quatro anos. Depois ingressei na Petrobras e trabalhei nas inúmeras bacias sedimentares brasileiras.

Na Sopemi, eu trabalhei na prospecção de diamantes e tive a honra de ser o descobridor da primeira mina de diamantes da sua rocha primária, que são os kimberlitos.

Na Petrobras, tive uma ampla atuação na exploração dessas bacias, na avaliação dos poços e no desenvolvimento dos campos petrolíferos das bacias costeiras e terrestres, das Bacias de Campos, de Santos e Potiguar, inclusive como Coordenador Técnico de Grupo dentro da Gerência de Operações Geológicas.

Também tive uma experiência dentro do próprio antecessor da ANM, que era o DNPM. E, no Ministério de Minas e Energia, fui Gerente dentro do MME e Diretor de Outorga dentro do DNPM. E lá tive a honra de fazer os sistemas de concessões, que atualmente subsistem na ANM e são hoje um dos mais modernos sistema de concessões, que dão transparência e hoje são feitos praticamente pela internet, desde o seu protocolo até a edição das portarias de lavra e outros títulos aí vigentes.

Tive a experiência também, logo após isso, na área de gás e energia da Petrobras, onde trabalhei na Servgás e na Goiásgás, como Diretor Técnico Operacional.

Em seguida, tive a experiência dentro do Estado de Goiás, onde, convidado lá pelo Governo do estado, eu trabalhei na Superintendência de Mineração, dentro de uma subsecretaria que era um gabinete de gestão, que geria, nesse caso, a mineração.

Finalmente, ingressei aqui na ANM como Diretor, onde cumpri um mandato aí de quatro anos. Com essa implementação da Agência Nacional de Mineração, assumi esse mandato, em que os principais desafios foram os ajustes para compatibilização do novo modelo institucional que é a agência reguladora com os outros pontos do programa de revitalização do setor, aos quais foram vinculadas novas demandas operacionais, econômicas, sociais e ambientais, além dos avanços tecnológicos e da desburocratização em conjunto com a diminuição dos custos operacionais, tanto para o poder público como para os agentes econômicos regulados.

A implementação da Agência Nacional de Mineração no Brasil ocorreu há apenas três anos, mas seu impacto no setor extrativista do país chama a atenção de grandes, médios e até pequenos investidores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os principais motivos são a disponibilização de novas áreas para pesquisa e lavra e a celeridade dos projetos que visam iniciar as operações de exploração e produção mineral. Outro ponto que tem chamado a atenção dos empreendedores é o fato de a ANM viabilizar regulação para que títulos minerais possam ser apresentados como ativos garantidores para o acesso a empréstimos bancários e para investimentos de capitais, ou seja, os investidores poderão colocar como garantia a própria área requerida.

O resultado é uma grande alta na expectativa de novos investimentos no setor. A estimativa é de que haja maior injeção de capitais, além dos US\$38 bilhões garantidos até 2024, que deverão vir de novos agentes interessados em apostar na mineração brasileira.

De fato, o balanço da indústria mineral brasileira alcançou números tão positivos que, desde o início da pandemia, foi a que apresentou as melhores *performances* econômicas do país, com evolução da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que superou a casa dos R\$10 bilhões, e com sucessivos recordes das exportações, sobretudo do minério de ferro, de forma muito rápida.

Vale ressaltar que grandes analistas e profissionais da mineração em âmbito global têm avaliado de forma positiva o cenário nacional – e atribuem parte disso à agência, ao novo modelo de gestão – e essa ascensão de intenção de investimentos em exploração mineral no país nos próximos anos, de modo a ficar claro que, atualmente, não existe país em todo o mundo com uma política regulatória de extração mineral com tantos avanços em tão pouco tempo como o Brasil. A oferta de áreas, a desburocratização e uma positiva agenda regulatória, em que a maioria dos temas prioritários são tratados, constituem um marco que atende aos anseios de investidores nacionais e internacionais, sem comprometer o meio ambiente e a segurança jurídica. O Brasil pode e deve se gabar de ter encontrado um caminho para o equilíbrio entre o interesse econômico e a sustentabilidade ambiental e social.

Um dos méritos mais recentes da agência foi ter liberado para exploração nada menos que 10 mil novas áreas, através de editais, além da nova forma de diálogo com a sociedade, que é chamada a se manifestar nos temas relevantes da mineração, incluindo um intensivo programa de resolução de conflitos e de regularização de áreas para garimpagem e mineração de pequena escala. Não é por acaso que há um *frisson* em escala global pela exploração mineral no país. Os números...

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR – ... tendem a ser bastante positivos.

Por fim, com estes 43 anos de experiência na área de geologia, petróleo, regulação, tendo participado de várias instituições, conselhos consultivos em nível estadual e federal, agora, uma vez aprovado pelo Senado Federal, temos pela frente um importante e inadiável trabalho de continuidade da estruturação e implantação da ANM, com uma nova visão de futuro, voltada para a promoção de um ambiente regulatório claro e estável, que envolva questões dos *royalties*, das políticas de concessões, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento, de desenvolvimento e de zoneamento minerários, fundamentais na análise integrada dos aspectos geológicos, minerais, ambientais e socioeconômicos, em parceria com os órgãos.

Para isso, a agência precisa de vários aspectos, de vários instrumentos, desde pessoal até logística e estruturas.

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR – Sras. e Srs. Senadores, depois de discorrer sobre a minha experiência profissional e de expor, fico à disposição dos senhores e senhoras para atender aos seus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nosso agradecimento ao Dr. Tasso Mendonça Junior, relatado pela Senadora Soraya.

Vamos seguir em frente.

Vamos ouvir agora o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O senhor tem a palavra.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores desta honrada Comissão, muito boa tarde.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador, pelo Estado de Santa Catarina, Dário Berger, e, em sua pessoa, cumprimento todos os Senadores e as Senadoras do Senado Federal da República.

Cumprimento também o Senador, pelo Estado de Pernambuco, Fernando Bezerra Coelho, Relator indicado por esta Presidência para a relatoria de nossa indicação ao cargo, ao honroso cargo, de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Também cumprimento, de forma especial, os Deputados Federais, os servidores da Aneel, os profissionais do setor elétrico e da imprensa presentes nesta sessão e todos os que nos acompanham pela TV Senado.

Sras e Srs. Senadores, agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, por ter encaminhado para a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, de meu nome para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também me permitam agradecer, de forma muito especial, o apoio familiar contínuo, diurno e constante, que foram e serão cada vez mais fundamentais para o cumprimento da honrosa e valorosa missão, caso seja aprovado pelas Sras. e Srs. Senadores.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a minha carreira profissional foi edificada no setor elétrico, iniciando como eletricitista, técnico de nível médio, chegando à formação de engenheiro eletricitista, tendo atuado em empresas de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica e atuando, há 18 anos, na Agência Nacional de Energia Elétrica, ocupando diversos cargos e, atualmente, há quatro anos, o cargo de Diretor da Aneel.

Durante o exercício do mandato de Diretor, tive a oportunidade de conduzir processos relevantes e contribuir para o enfrentamento de grandes desafios vividos pelo setor elétrico brasileiro, tendo sempre, como linha de atuação, o permanente diálogo com o Poder Executivo da República, com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário e com o setor produtivo, como forma de buscar as melhores soluções para o desenvolvimento social e econômico de nosso país.

Como servidor concursado da Aneel por quase 18 anos, ao longo desse período, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tive o privilégio de vivenciar o amadurecimento institucional do mercado de energia elétrica e o crescimento das responsabilidades de todas as instituições que eu componho, em especial, o Ministério de Minas e Energia, a própria agência, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o Operador Nacional do Sistema Elétrico e os concessionários e autorizados dos serviços de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, temos um valoroso quadro de servidores que estão prontos a seguir servindo o nosso país para que a energia elétrica chegue a cada um dos brasileiros com qualidade e preços adequados.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, caso haja a aprovação de minha indicação ao cargo de Diretor-Geral da Aneel, mantereí o meu compromisso de bem servir ao nosso país, atuando de forma coordenada com os Poderes da República, em constante diálogo com a sociedade, para atender ao nosso propósito de proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade brasileira, trazendo, buscando e perseguindo desenvolvimento econômico e social ao nosso país.

Sr. Presidente, em benefício do tempo, encerro aqui a minha fala, ao tempo em que me coloco à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) -
Agradeço ao senhor pelo relatório.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM). O senhor tem a palavra.

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Boa tarde!

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger, Exmo. Sr. Relator, Senador Chico Rodrigues, senhores membros da Comissão de Infraestrutura, demais Senadores, autoridades aqui presentes e os que nos assistem remotamente, senhoras e senhores, dou um boa-tarde.

Dirijo-me respeitosamente a todos e a todas e preliminarmente registro o meu agradecimento ao Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e ao Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Jair Bolsonaro, pela confiança, pelo reconhecimento e pelo respeito ao trabalho que venho desenvolvimento em atuação na referida pasta, traduzidos na indicação ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração que ora se materializa.

Tenho pouco mais de três décadas de experiência profissional. Ingressei no serviço público em 1985, por concurso, no extinto INPS, hoje INSS, de onde saí para trabalhar na Caixa Econômica Federal, onde fiquei de 1989 a 2001, desligando-me em um programa de demissão voluntária. Passei, então, a atuar privadamente como advogado por três anos e vim a ser nomeado, por concurso público, para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em janeiro de 2005, onde permaneci até novembro do mesmo ano, oportunidade em que fui empossado Advogado da União com exercício efetivo na Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia desde a assunção ao cargo, portanto, há mais de 16 anos. Em todos os vínculos que eu exerci ao longo do tempo, sempre ocupei cargos ou funções de chefia, de confiança, de assessoramento e/ou de direção. Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, além de cargo de natureza técnica, fui Supervisor de Logística na área de administração, destacando-se o cargo de Gerente Regional de Segurança Corporativa, onde era responsável pela execução das políticas e diretrizes da área, implantação dos planos de segurança de suas agências, cobrindo os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, alcançando quase 300 dependências daquela instituição financeira.

Fui Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia, de 2008 a 2010, cargo da mais alta responsabilidade, a quem cabe, entre outras atribuições, o assessoramento do Ministro de Estado e demais autoridades da pasta. Contando com 16 anos de exercício no Ministério de Minas e Energia, passei a ter consistente domínio sobre as principais vertentes de competência da pasta, quais sejam, mineração, petróleo e gás, e energia, tendo elaborado, ao longo dos anos, inúmeros estudos, pareceres e notas sobre tais matérias, além de atuar na discussão e elaboração de atos normativos e regulatórios em temas relativos a projetos e políticas públicas de infraestrutura, sendo ainda habilitado e voltado à atuação em questões de natureza socioambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No presente, sou titular da Comissão Técnica de Assuntos Legais do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como representante do Ministério de Minas e Energia. Participo dos seguintes grupos de trabalho, ou participei de alguns deles, cujo o trabalho já foi extinto, já foi concluído, coordenados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: demarcação de terras indígenas; delimitação e titulação de áreas de remanescentes das comunidades de Quilombos; regulamentação da Convenção OIT 169, na parte que diz respeito à consulta prévia, livre e informada; e também do grupo de trabalho responsável pela elaboração da minuta da Política Nacional de Fronteiras.

Todo esse tempo no Ministério de Minas e Energia também me permitiu conhecer de perto e entender o papel das agências reguladoras, tendo o ministério, além da Agência Nacional de Mineração, duas das que mais se destacam no cenário nacional: a Agência Nacional de Energia Elétrica e Agência Nacional de Petróleo. Vivencio, portanto, o exercício da supervisão ministerial com respeito à autonomia e à discricionariedade técnica que a lei confere a essas ditas autarquias especiais, com os seus espaços de competência bem delineados, voltados para o patrocínio do interesse público.

Ainda no que toca à experiência profissional, conforme está no meu currículo, fui membro do conselho de administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTE), empresa então controlada pela Eletrobras, de 2008 a 2016, tendo exercido sua Presidência em caráter interino em 2015, período de grande valia para a ampliação de conhecimentos na área de mineração, especialmente carvão mineral e cal virgem.

Agora assumo mais um compromisso, nessa área também, como membro do conselho de administração da recentemente criada Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), que assumiu a posição da Eletrobras ou da União nas operações do complexo de Angra de energia nuclear e da Itaipu Binacional.

Além da formação em Direito, tornei-me especialista em políticas públicas de gestão governamental nos setores energético e mineral, o que me confere uma gama de conhecimento, do ponto de vista acadêmico, a indicar a capacitação necessária e o exercício das ingentes atribuições do cargo para o qual fui indicado, somado a inúmeros cursos de extensão e aperfeiçoamento listados no currículo.

Há um fator anímico que eu gostaria de ressaltar, que diz respeito ao desafio de contribuir com a estruturação e a consolidação de uma entidade recentemente criada, que é a ANM, a exigir os melhores esforços e dedicação para garantir previsibilidade e estabilidade regulatória, segurança jurídica, ambiente de negócios adequado e atrativo à indústria minerária, em favor do desenvolvimento socioeconômico do país, matizado pelo imperativo da sustentabilidade. A agência hoje também traz um desafio enorme. Há uma distorção, por exemplo, com relação à remuneração dos servidores da agência *versus* os servidores das demais agências congêneres, e isso baliza em torno de 40%, exigirá um esforço significativo para consolidar uma nova posição da agência no cenário regulatório brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agência tem 30 unidades fora de Brasília e exige um modelo de gestão que tem sido aprimorado a partir da edição da lei que permitiu a sua criação, a sua instalação. Os desafios continuam e a gente precisa unir esforços e traduzir isso na melhor forma de lidar com esses desafios. Por exemplo, a agência estima que a correção traduziria algo em torno de R\$80 milhões só para corrigir essa defasagem salarial. Isso, só para dar um exemplo, foi mencionado anteriormente por outro candidato, a compensação financeira relativa à arrecadação foi de mais de R\$10 milhões no ano passado.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – O PIB da mineração cresceu, de 2020 para 2021, 62%, alcançando mais de 300 milhões de ingresso na indústria minerária brasileira, o que é bastante significativo para compor o nosso PIB.

Outro aspecto que eu vejo, só para concluir, é a necessidade e a busca de um estímulo constante de superação de um certo estigma que paira sobre o setor de mineração, que diz respeito à questão ambiental. Esse estigma precisa ser superado, precisa ser discutido, a sociedade precisa participar muito mais para entender que a mineração em si e a transformação mineral são fundamentais para o desenvolvimento econômico do país...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – ... e o bem-estar social.

Por todo o exposto, senhoras e senhores, acredito reunir condições, qualificações e credenciais necessárias ao exercício do cargo para o qual fui indicado, esperando que a Comissão possa a mim confiar as altas incumbências e responsabilidades a ele inerentes.

Muito agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós agradecemos a V. Sa., Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração.

E agora, por último...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, pela ordem, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse reincluído na pauta, já que estava para hoje, o PLP 275, Sr. Presidente. Estava na pauta de hoje, ele já foi colocado em pauta algumas vezes, é muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para o Estado de Roraima. Diz respeito ao linhão de Manaus a Boa Vista. Roraima é o único estado ainda não interligado pelo sistema elétrico.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que colocasse extrapauta. Já que ele foi retirado de pauta agora, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, esse é o projeto que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do §6º do art. 231 da Constituição Federal?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Isso mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Roraima, não é?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Roraima tem esse problema.

E, então, eu consulto meus queridos pares se há objeção contra a inclusão extrapauta desse projeto. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, incluo na segunda parte da nossa reunião, como extrapauta, o Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019, cujo Relator é o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por último e derradeiro, agora vamos ouvir, então, o Sr. Roger Romão Cabral, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM). O senhor tem a palavra.

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Inicialmente saúdo o distinto Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. E, na pessoa do Sr. Dário Berger, saúdo a todos os Senadores dessa mesa. Sinto-me muito honrado de estar aqui sendo avaliado por vocês.

Agradeço a indicação e a confiança do distinto Sr. Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, e ao Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Em especial, também agradeço ao meu Relator, o Senador Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E saúdo a todos os que estão aqui presentes, a mídia, os colegas e todos os que estão aqui presentes.

Como já foi dito, eu sou nascido em Pernambuco, formado na Universidade Federal de Pernambuco.

Iniciei minha carreira no então DNPM em 5 de julho de 1982. Sinto-me honrado de estar, neste ano de 40 anos, sendo avaliado para o cargo máximo da gestão da minha instituição em que comecei toda a minha carreira.

Iniciei a minha carreira trabalhando como Técnico do Serviço Energético, indo às minas lá de carvão de Criciúma. Logo em seguida, assumi o Serviço de Minas. Depois eu fiz uma pós-graduação na Alemanha, em planejamento estratégico de procedimentos de fiscalização, e outra em segurança de minas. E atuei em vários outros cargos na ANM. Fui Coordenador de Fiscalização por um grande período e fui representante do DNPM no Mercosul Mineração.

Sinto-me honrado, porque eu sou um dos autores da primeira norma brasileira, nossa primeira norma de mineração, em 2002. E atualmente estava como Superintendente de Produção Mineral. E, logo em seguida, passei a Diretor interino, cargo em que estou até hoje.

Dito isso, eu acho que, com toda essa minha experiência, dizem que a gente nunca está pronto, não é? Mas sinto-me preparado para os novos desafios, somos a agência mais nova, a agência com três anos, para os novos desafios.

Nós estamos entrando na época da mineração 4.0. E a gente precisa de uma agência também 4.0, não é? Então, com isso temos a necessidade de aperfeiçoamento normativo, para que a gente possa acompanhar a celeridade que a demanda de recursos minerais está exigindo no nosso país. Então, eu acredito que junto com os colegas, que com toda essa minha experiência, eu vou poder ajudar nos aperfeiçoamentos normativos necessários.

A gente precisa fazer com que a nossa legislação não entre muito na forma, e, sim, no princípio. A gente precisa trazer sustentabilidade para a atividade mineral, exigindo responsabilidade do empreendedor e, ao mesmo tempo, permitindo que ele tenha acesso rápido, aqueles que querem empreender com sustentabilidade e com responsabilidade.

Eu não vou me alongar muito. O meu currículo todo mundo já conhece, toda a minha experiência. Eu acredito que, nesse tempo junto com os colegas, a gente vá dar maior celeridade. Temos muitos aperfeiçoamentos normativos a fazer sobre os procedimentos de outorga, o sistema de inteligência fiscalizatória. A nossa agência, hoje, fiscaliza 35 mil empreendimentos minerais, e nós temos um corpo técnico muito reduzido, especializado, como já foi dito. Nós temos, hoje, um corpo técnico de 70 servidores, dos quais 170 atuam diretamente no âmbito da geologia e da engenharia de minas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisamos valorizar essa agência, uma agência que arrecadou, em 2021, na ordem de R\$10.680 bilhões. Quer dizer, nós precisamos ter uma agência forte, uma agência que possa responder aos anseios da sociedade, com a motivação dos servidores, trazendo mais técnicos, pela especialidade e pela peculiaridade que essa agência tem. A agência reguladora é de responsabilidade, a gente tem que entender bastante do *business*, do negócio, para fazer isso com eficiência, para que a gente possa responder à sociedade com relação a isso.

Finalizando, eu acho que é um grande desafio: a gente mudar a imagem que a atividade mineral tem, porque ela é essencial. Ela traz riqueza e bem-estar. Nós somos um grande fornecedor de *commodities* minerais, haja vista que a gente é autossuficiente em quase 80% dos minerais que são necessários para a demanda. Então, a gente precisa saber explorar isso muito bem, trazendo a sustentabilidade para o setor, para a que a atividade mineral também seja *tech*, também seja *pop*. Entenderam? E que, com isso, a gente tenha toda essa sustentabilidade necessária para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Não quero me alongar, em função da hora. Estou à disposição para os questionamentos. Agradeço e me sinto honrado de estar aqui. Para mim, hoje, é uma grande honra coroar a minha carreira com esse desafio. Se for a intenção de todos, farei todo o possível para servir bem, terminar servindo bem ao meu país.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós é que agradecemos ao senhor. Foi muito simpático. Além da experiência toda, demonstrou simpatia. E não poderia ser diferente porque é oriundo lá das minas de carvão de Criciúma, Santa Catarina, é bicho de Santa Catarina.

Então, ouvi atentamente o seu currículo. Só achei que o senhor já trabalhou demais, tem quarenta e tantos anos. Pode isso, Arnaldo? Será?

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL (*Fora do microfone.*) – Ainda tenho um pouco de gás.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ainda tem um pouco de gás. Está bem. Se está bem de saúde, está bem.

Encerramos esta fase. Partimos para a fase que traz mais entusiasmo ao Senador Jean Paul.

Vamos à lista de inscrição. O primeiro inscrito é o nobre ex-Governador e Senador Esperidião Amin. Em seguida, passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu ia ser mais breve, Presidente, mas, para reter a presença, entre nós, do Senador Jean Paul, eu vou me alongar um pouco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer que vou fazer perguntas apenas para os dois indicados para a Anatel, e vou repetir uma pergunta. Depois, vou fazer uma pergunta para prestigiar a atividade de mineração, particularmente a do sul do nosso Estado, também no Rio Grande do Sul e parte do Paraná, que é a que nós mais conhecemos e sobre a qual temos mais responsabilidade.

A minha pergunta aos dois dirigentes indicados para a Anatel, eu já os tinha avisado quando do relatório... Todos nós sabemos o déficit brutal que a pandemia causou na vida de todo mundo, desde perdas humanas, que são irreparáveis, a até prejuízos econômicos, sociais, e as da educação, V. Exa., que já presidiu a Comissão de Educação, sabe que, em boa parte, são perdas irreversíveis, porque o tempo passou, a criança mudou de idade e não aprendeu aquilo que, contemporaneamente, a ela deveria ter sido ministrado em termos de ensino e educação. E, nessa volta à escola, se nós não tivermos uma tecnologia adequada, nós vamos continuar produzindo desinteresse não só na criança, mas no jovem, porque ele não vai entender que a educação seja a alavanca de propulsão do seu crescimento, do seu projeto de vida.

Então, a minha pergunta, que eu repito, é: além de ter um calendário, eu acho que a Anatel tem a obrigação de publicizar – o que não está fazendo – como é que está a questão de implantação da tecnologia da informação, do 5G. Recentemente, tivemos a oportunidade de assistir, lá em Barcelona, ao leilão do 5G no Brasil, que é considerado uma referência no mundo. A gente fala tanto mal, às vezes, da gente. Por quê? Porque 90% do que seria a outorga... Quer dizer, quanto é que o Governo ganharia? Ganharia, em R\$1 mil, ganharia R\$900 para o Tesouro. Isso aí vai ser investido.

Então, é um dinheiro que nós estamos, como sociedade, dele abrindo mão. Para quê? Para que as coisas aconteçam. E, dentre o que vai acontecer, o mais importante, pelo menos na minha pergunta, é o equipamento das nossas escolas. Em números redondos, somos 180 mil escolas no Brasil, 142 mil públicas, e a taxa de progressão anunciada em maio do ano passado por ocasião do anúncio do leilão era de 2,5 mil escolas por mês. Eu não sei se nós fizemos 2,5 mil escolas por mês, mas agora temos que fazer mais, porque há dinheiro. E o que se debateu nesse Mobile Congress foi sobre a forma de fazer.

Então, a minha cobrança, não é apenas uma pergunta, é: primeiro, qual tem sido o ritmo? Os senhores tiveram aí duas semanas para capturar isso. Segundo: qual é o ritmo que se pretende adotar? E terceiro: qual é a forma de prestar contas disso, pelo menos mensalmente, para a gente não descobrir, daqui a um ano, que "olha, não deu certo". Nós não podemos perder mais tempo e a melhor maneira de não perder tempo é ganhar e transformar essa, digamos, integração da escola – quanto mais distante, mais importante – em um sistema integrado e iluminado pelo 5G.

Então, essa é a pergunta, com tudo o que dela decorre.

E ao Dr. Roger eu queria dizer o seguinte: eu acho que foi nesta sala... Foi nesta sala que nós viramos a página na reforma da previdência a favor dos mineiros de subsolo. O texto que havia vindo da Câmara – o Senador Dário Berger se lembra, participou desse esforço, o Relator era o Senador Tasso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati – havia deixado o mineiro de subsolo no limbo, porque ele tem uma idade limite para entrar na atividade e para sair dela: só pode começar a trabalhar depois de 21 anos de idade ou 25 e tem que parar com 50. Como o projeto havia vindo da Câmara, ele ia ficar, entre 50 e 55 anos de idade, reclassificável. Teria que ser convertida a atividade dele, readaptada a atividade dele, e aqui foi alterado isso. Nós, agora, estamos com um projeto de lei complementar, cujo relatório eu já apresentei, que vai tratar dessas questões para os que não estavam empregados como mineiros de subsolo.

Eu gostaria que o senhor, que conhece essa atividade, nos ajudasse a produzir, na agência, uma atualização quanto à segurança e à tecnologia dessa atividade, não apenas da nossa mineração de subsolo, mas de outras que existem pelo Brasil. No Rio Grande do Norte e em outros estados do Brasil, nós temos mineração de subsolo, onde o trabalhador realmente ainda está exposto fisicamente de maneira diferenciada. Então, eu queria que o senhor se ativesse a isso e à questão da recuperação ambiental.

Nós tivemos um grande trabalho desenvolvido lá pelo Dr. Darlan, Procurador da República em Santa Catarina, que conseguiu os primeiros acordos de recuperação ambiental, isso há quase 20 anos. Portanto, foi uma atividade pioneira de um promotor, quer dizer, de um Procurador de Justiça que procurou enveredar pelo caminho da "solucionática", e não apenas do "denunciômetro", que também é importante.

Então, eu queria que o senhor nos falasse a respeito dessa questão de direito social, trabalhista, no caso, e ambiental, em uma rápida intervenção decorrente da sua experiência.

Mas a primeira pergunta é para ele. Calma!

Devolvo a palavra ao Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Calma!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas, aí, ele vai acabar com a reunião. Espera um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Sim, mas não está cerceando o Senador Jean Paul...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está cerceando a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a se manifestar. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Esperidião; obrigado, Presidente.

Não; eu vou ser rápido em relação a três dos diretores.

Quero cumprimentar os candidatos Baigorri e Coimbra para a Anatel, até pelo fato de nós já termos tido os seus relatórios lidos, já termos conversado.

Então, acho que vou poupá-los aqui e poupar a todos do tempo.

Parabéns, felicitações.

A mesma coisa em relação ao Diretor Sandoval, candidato a Diretor-Geral da Aneel, cumprimentando pela sua brilhante carreira como concursado, como Chef, como Cemar.

Saúdo aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Começando como eletricitista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato, começando como eletricitista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Diferente de ser engenheiro pós-graduado.

Eletricista, tomar choque.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade, é verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor nunca correu o risco de tomar choque.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Conhece todos os aspectos do setor elétrico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Dário, ele nunca tomou... Ele só conhece por cima.

Nunca tomou... Nunca correu o risco de tomar choque.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu nem engenheiro sou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O eletricitista lá teve. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vocês tomem cuidado que eu sou oriundo da Escola Técnica Federal de Santa Catarina...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Também já tomou choque.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... com curso de eletrotécnico.

Então, também estou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu não tomei choque.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... no meio da discussão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Choque eu tomo só aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não mexe com quem está quieto, vamos dizer assim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aproveita que eu estou calmo. *(Risos.)*

Presidente, quero parabenizar o Sandoval, seja bem-vindo também.

Conversamos um pouquinho também ali nos bastidores sobre tributação do ICMS de energia, vamos trabalhar juntos, continuar trabalhando como já vínhamos trabalhando com o André Pepitone nessa questão dos nossos estados produtores de energia, principalmente de fonte renovável em relação ao ICMS e frente à reforma tributária, brilhantemente relatada nesta Casa pelo Senador Roberto Rocha.

Aproveito também para comentar aqui e cumprimentar os Relatores desses três processos: Senadora Daniella, Senador Roberto Rocha e Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vou concentrar aqui umas perguntas sobre mineração e alguma coisa sobre a questão dos transportes.

Na questão da mineração, aproveitando aqui para cumprimentar os três candidatos, o Manoel Henrique está aqui atrás de mim. Desculpa, Manoel, estar de costas para você...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mauro Henrique, Diretor-Geral, o Roger, que está aqui, e o Tasso. Tasso e Roger, saúdo vocês.

Eu vou ler rapidamente aqui algumas perguntas que eu acho são importantes para dar-lhes a oportunidade de, de repente, de forma breve depois, enunciar as suas visões sobre isso.

Nós tivemos agora esses recentes acontecimentos relacionados com a guerra da Ucrânia, Presidente, que pressionaram fortemente as cotações internacionais das *commodities* minerais.

Temos um exemplo aqui do níquel, que chegou ao maior patamar em 11 anos, passando de US\$25 mil por tonelada de níquel e, em períodos semelhantes, quando ocorrem fortes altas de preços nas *commodities* minerais, as empresas anunciam inúmeros projetos de mineração. É como no petróleo também, quando o petróleo sobe demais, imediatamente aparecem entusiasmados empreendimentos novos que eventualmente podem não ser viáveis em preços mais baixos. E o número de transações de direitos minerais também aumenta na mesma proporção. Vocês vão pegar essa alta, essa onda de entusiasmo de pedidos de direitos minerários.

No entanto, frequentemente não se observa um aumento de investimentos em projetos mineiros, que permanecem, às vezes, décadas estagnados. Às vezes é uma questão de empolgação e, por isso, o papel da agência é importantíssimo.

As perguntas são: como deve ser a atuação da ANM para evitar que haja especulação com títulos minerais em momentos de alta de preços internacionais? Primeira coisa, especulação de títulos, o cambista de projeto, o cambista de concessão, Senador Zequinha.

Segundo, qual o percentual de concessões... Essa é uma curiosidade que eu tenho, porque, desde a época em que participei um pouco das discussões, na época do Ministro Edson Lobão, do novo Código de Mineração, me espantou, Senador Esperidião, lá no Rio Grande do Norte, a quantidade de títulos minerários que havia lá – empresas das quais eu nunca vi nem um carrinho, lá, fazendo nada, mas estavam sentadas em cima de títulos minerários, dizendo alegadamente que estavam fazendo alguma atividade mineral. Não havia um pedaço do Estado do Rio Grande do Norte que não estivesse sob a concessão de alguém.

Mas, na época, o código e as leis brasileiras não obrigavam que esse povo, como no petróleo – e nós fizemos isso em 1997 –, fosse a um plano de trabalho mínimo e de investimentos.

Mas eu queria saber qual é o número de concessões – talvez um de vocês possa trazer esse número –, apenas de concessões em atividade, e qual o percentual de concessionários que ainda estão com atividades suspensas ou paralisadas. Mais ou menos um percentual, mas não precisa... Isso aqui não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sabatina também para aluno de escola, mas, se for mais ou menos a metade dos títulos, pelo menos, já nos satisfaz a ordem de grandeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*)
- Jean Paul, não iniciadas entram nessa pergunta?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) -
Atividades suspensas ou paralisadas por algum motivo.

As que estão em curso, naturalmente, estão ali investindo. Aquelas que não estão iniciadas provavelmente estão aguardando alguma coisa, mas, enfim, se estiverem em vigor, entram no rol das paralisadas também ou suspensas.

Diante disso, quantas empresas ou quais as principais ou quantas as principais, uma massa crítica de empresas que estariam atuando hoje no Brasil, sob a jurisdição, portanto, da ANP... da ANM e se ela estaria preparada para um aumento abrupto. E aí eu aproveito para que vocês façam a defesa da própria força, como o próprio Diretor Roger colocou, agência forte, com recursos, com estrutura - fundamental.

É interessante fazer... A gente sabe que todo mundo tem problema com orçamento, todo mundo chora, todo mundo briga por recurso. Essa é a hora também de se colocar se nós estaríamos na ANM preparados para um aumento abrupto da fiscalização das atividades. A ANM está preparada? Qual o déficit atual, no seu entender, de servidores, por exemplo? Não é que sejam só pessoas, mas servidores, o número de servidores é um número importante.

Qual a estrutura de inteligência de que a ANM dispõe para acompanhar as movimentações das empresas mineradoras?

É uma atividade capilarizada. Mencionou-se aqui a quantidade de unidades colocadas nos estados. E essa capilarização provoca também especulação nas áreas para beneficiar intermediários, negociação de áreas. Isso é muito comum nesse meio da mineração, é muito conhecido.

Por fim, se há e quais são as fragilidades estruturais, além de pessoal, em relação à ANM? Para que ela não se torne apenas um cartório, incapaz de agir de forma preventiva, proativa, enfim, que é como nós precisamos.

Outra questão em relação à ANM é que há um processo em curso um pouco estranho. Eu queria a sua interpretação, a vossa interpretação sobre isso. Em 2019, o Governo Federal estabeleceu uma espécie de intervenção na ANM, quando publicou uma portaria que determina que todos os atos normativos do órgão regulador sejam previamente encaminhados ao Ministério de Minas e Energia para avaliação e aprovação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso faz da ANM a única agência reguladora que tem que submeter à avaliação prévia do Ministério os seus atos normativos.

Não que esteja certo ou errado, eu não estou julgando isso aqui, não. Eu queria entender a razão disso e como vocês, como diretores da Agência, veem isso, porque, no meu processo, no meu manualzinho lá do Sérgio Motta e dos que, na época, bolavam as agências, esta questão dos atos normativos era muito fácil de dirimir.

Uma: o que é normativo a agência faz. Não é uma questão de programa de governo, não é uma questão ideológica, é uma questão necessária para normatizar o setor. O que é política setorial o ministério faz; e os testes, para reconhecer o que é uma coisa e outra, são fáceis. Eu não vou aqui me estender, mas é possível elaborar esses testes muito bem.

Por fim, me parece que a ANM também está criando uma espécie de cadastro – eu queria que fosse explicado aqui – de informações para controle das atividades de garimpos clandestinos, principalmente de ouro. Então, já se manifestou que é um controle indireto do mercado, mediante um cadastro das comercializadoras e Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários, as DTVMs. Então, a ANM teria esse cadastro de comercializadoras e Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários, que apresentam um relatório mensal dos detentores de títulos de lavra, principalmente em relação ao ouro. É claro que esse mineral é extremamente importante, porque tem uma série de repercussões aí no próprio mercado financeiro. Então, eu queria as visões sobre isso.

Por fim, há a questão da ANTT. São duas perguntinhas rápidas ao Diretor Luciano. Quero parabenizá-lo também pela indicação. Já tínhamos conversado acho que oportunamente também sobre a questão da ANTT, durante a relatoria da lei do marco legal das ferrovias, que me coube fazer nessa Casa, com o Ministro Tarcísio Gomes; agora, o Ministro Marcelo Sampaio. Vocês têm uma equipe muito boa e o Luciano certamente advém também dessa boa cepa.

Eu queria a sua visão também sobre a questão do próprio marco legal ferroviário, mais a visão exatamente que nos preocupava muito, quando fizemos essa lei, de que a ANTT não fosse capaz de absorver ou de se ampliar ao ponto de abraçar essa nova modalidade – na verdade, não nova, mas, enfim, as autorizações e todo esse movimento causado pela nova lei que ficassem ali a reboque das outras atividades de transporte terrestre. Acho que isso tem se conduzido de forma satisfatória, mas, de qualquer forma, a sua visão aí sobre o grau de atenção que esse setor deverá ter.

Por fim, aqui ao nobre candidato à Ouvidoria, o Robson, uma chance, meu amigo, de você explicar algumas coisas que, por incrível, a gente acaba tendo que catar na internet na última hora aqui. E eu queria ouvir de você... Primeiro, você vai ocupar um cargo diferente aqui da diretoria. Não é uma diretoria, mas é uma ouvidoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ouvidoria, Presidente, apesar de parecer uma coisa menos importante – tem esse mandato, é sabatinado também –, é muito importante, porque ela recebe denúncias; ela tem um papel de intermediadora, negociadora, de relatora para dentro da agência, para essas cabeças iluminadas que são os diretores, que têm, na verdade, rotativamente, de se ocupar de todos esses segmentos, de cada um desses setores, e, como eu disse, sem tanta especialização que dificulte a eles a visão global do setor. Mas a tradução disso, levar isso para dentro de uma entidade ou para dentro de um corpo gestor é muito importante que se faça de forma clara.

E eu percebi aqui – desculpe-me dizer – que, na sua trajetória mais recente, houve alguns rompantes assim que eu caracterizaria como uma certa imaturidade no uso de redes sociais, de posicionamentos, inclusive com repercussões diplomáticas, colocando a questão do vírus chinês, da vacina, de cloroquina. Depois, foi mencionada a sua participação no arquivamento da carta, da famosa carta da Pfizer à Presidência da República.

Mas vi também, e faço já esta referência, que V. Sa. explicou isso. De alguma forma, deu satisfação à sociedade.

Como este é um caso de ouvidoria, eu queria ouvir o seu compromisso também de não ir para lá para continuar ou utilizar essa posição para esse tipo de atividade ou militância digital. Isso se faz separado do nosso trabalho, no caso como Ouvidoria-Geral.

A preocupação é a gente neutralizar um pouco, Presidente, toda essa polarização que houve, todo esse processo; e a gente não estar aqui também pegando pessoas que, eventualmente, estiveram expostas negativamente e escondendo ou escamoteando em agências, para que elas continuem seu trabalho, participando de alguma atividade dessa.

Eu tenho certeza de que não é o seu caso, mas queria lhe dar esta chance de resgatar um pouco essas histórias, sem problema nenhum, claramente, transparentemente, como deve ser o processo, para que a gente tenha certeza de que a gente possa colocar um voto em você, um voto de confiança, para você vir para o Estado brasileiro e não para um Governo e não para um Presidente e não para um grupo político. Você vem se juntar ao Estado brasileiro e exercer a sua função plenamente, com toda a sua isenção.

Fora dali – aí, sim –, qualquer um tem o direito de ter militância, de ter preferências políticas e ideológicas, mas não aqui, neste caso.

É isso, basicamente, Presidente.

Deixaria aqui os parabéns a todos, porque todos que chegam aqui merecem esta deferência nossa. São escrutinados, e, de alguma forma, a gente acaba estudando a vida de vocês e apreciando a carreira de cada um. Cada um tem uma vida, uma família que o suporta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês todos, como grupo, como obra coletiva, estão aqui perante nós, e nós também, referendando o nome de vocês. Como eu disse aqui inicialmente, nós acabamos sendo solidários a essa indicação. Não é uma indicação do Governo apenas. É uma indicação também do Senado Federal e desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero cumprimentar V. Exa. pela exposição e pelo questionamento que faz a inúmeros sabatinados, admirador que sou seu, da sua capacidade, da sua competência e também do seu conhecimento em várias áreas, o que engrandece muito o Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os indicados: Anatel, Aneel, ANTT e ANM.

Só faço alguns comentários aqui com relação à ANTT.

Sou paraense, e a ANTT daquela região atende em São Luís, do Maranhão. O nortão é muito grande. E eu quero dizer que, em que pese a unidade de lá não atender só São Luís certamente, a melhor localização para ela, meu caro Ouvidor, para atender aquela região imensa, fundão do Brasil, seria em Belém do Pará.

O Pará é um estado com quase nove milhões de habitantes. Um pouco ao norte, temos o Amapá, que, com certeza, daria uma boa convergência dali. E eu queria aproveitar para que se fizesse um estudo com relação a isso, porque eu ouvi falar recentemente que a Agência de Atendimento, ou a Gerência de Atendimento daquela região iria para Cuiabá.

No mapa, você vê que o Pará divide com Mato Grosso, só que a capital do Pará fica na beira do Atlântico, para acolá. De Belém a Cuiabá é um negócio assim, quando se pensa em distância, é um continente para o outro. E as relações também são muito poucas. Muito poucas.

Então, realmente é preciso pensar, para inteligentemente tentar atender aquela região. Eu já tenho um pedido encaminhado ao Ministro Tarcísio, há uns dois anos. Ele disse que era a favor, porque realmente a gente tinha razão, mas isso terminou parando, vai trocando de diretor e a coisa não anda.

Quero aproveitar o momento aqui para pedir aos senhores que estão chegando agora que vissem com bons olhos tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui também fazer uma referência à ANM. Da ANM, nós estamos escolhendo hoje três novos diretores, nossos amigos Dr. Roger Cabral, Tasso Mendonça e Mauro Henrique.

E o Mauro Henrique eu não conheço ainda. Está atrás? Onde? Oi, Mauro. Não sei por que o Governo criou, transformou o DNPM numa agência, mas só aqui, a questão, no Diário Oficial. O servidor da ANM, antigo DNPM, ganha a metade do que ganha qualquer um outro servidor de agência reguladora.

São injustiçados, entendeu?

E eu acho que a nova diretoria, são cinco, não é? São cinco diretores. Só agora irão três, dois mais um. A gente precisa dar uma lutada por isso, para dar uma nivelada.

Nós não conseguimos fazer isso no ano passado, até junto com o sindicato da categoria, que é um pessoal do qual eu gostei muito, porque chegamos atrasados com o relator aqui. No último dia, na última hora, não houve como ajeitar a situação. Mas era importante fazer um trabalho prévio, com o novo Presidente interino, com os novos diretores, para a gente preparar para esse nivelamento. Por que que o servidor da ANM ganha metade do que ganha o servidor de qualquer outra agência reguladora? O Ministério da Economia fez um negócio errado. Se você vai transformar um departamento numa agência, que se faça sob todos os aspectos e não pela metade ou por um pedaço apenas, para dizer que criou uma agência.

Então eu aproveito para pedir aos amigos que vejam isso com carinho, porque eu tenho certeza, como o meu estado é um estado altamente minerador, é o campeão do Brasil, Minas Gerais já ficou para trás, temos uma produtividade interessante, eu acho que não falta dinheiro, não é possível.

A outra coisa que eu queria aqui mencionar é que, lá em Minas Gerais, nós temos uma gerência categoria A. Parece que há mais de 15 cargos. O meu estado, que é campeão de mineração de resultados, de arrecadação, de tudo, tem uma agência que não é nem B, é Z, lá no fundo, onde há meia dúzia de pessoas para fazerem um trabalho imenso. Então, fica aqui mais uma questão que eu queria solicitar a V. Sas. no sentido de que a gente visse com bons olhos melhorar, sair essa agenciuzinha da ANM que temos lá em Belém, que atende o Pará e o Amapá, para uma agência de primeira categoria. Nada mais justo em função da quantidade de processos que têm que ser analisados, da demanda desses dois estados, que é muito superior ao que se tem em Minas Gerais hoje e lá há uma senhora agência, e aqui uma coitadinha.

Mas agora eu queria cumprimentar o Dr. Roger pela sua história, pelo seu trabalho, pelo seu tempo dedicado à instituição, cumprimentar também pela indicação e certamente pela aprovação também, porque eu acho que é um servidor exemplar, competente, esmerado naquilo que faz. Meus parabéns.

Dr. Tasso Mendonça, de igual forma. Acompanhei bem o seu trabalho como diretor e vi o interesse de resolver. O senhor que conhece o Brasil, mas conhece também o Pará, sabe quanta luta há ali: o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsolo todo requerido e uma demanda de garimpeiros, pequeno minerador, muito grande. Quer dizer, nós precisamos conversar muito com essas grandes empresas que de repente foram, na década de 70, década de 80, pesquisaram e depois requereram áreas. São jazidas pequenas que não suportam um grande projeto, que não têm interesse em montar nada porque não há viabilidade econômica. E o pequeno minerador quer tentar sobreviver. Então, no Pará há outros minérios de norte a sul, de leste a oeste. V. Sas. conhecem o potencial paraense, mas sabem também o tamanho do problema que nós temos lá hoje, porque pouca gente tem uma área que pode chamar de sua. Então, eu quero convidá-los para uma reflexão sobre o Pará a fim de que a gente encontre uma saída para aquele estado que não aguenta mais ver tanto sofrimento da classe do pequeno minerador, chamada por todo mundo de garimpeiro.

A outra coisa é com relação à legislação nacional sobre a pequena mineração. Esta Casa tem vontade de achar uma saída para isso, mas até agora tem sido humanamente impossível. Mas dizem que a sabedoria está na multidão dos conselhos ou na multidão dos conselhos de Salomão está a sabedoria. E é importante que muitas cabeças, que muitos conselhos, principalmente de pessoas amadurecidas e dedicadas a essa atividade, possam contribuir com este país para que a gente possa dar condição de legalidade ao pequeno minerador, porque ao grande minerador já temos. Correto?

No mais, meus cumprimentos, minhas felicitações não só aos senhores da ANM, mas também de todas as outras agências para as quais foram indicados e sabatinados. Certamente serão aprovados daqui a pouco.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado ao Senador Zequinha Marinho.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Dário Berger, V. Exa. tem uma paciência franciscana e tem conduzido esta sessão de uma forma brilhante, como, na verdade, já é de costume nas Comissões que V. Exa. preside.

Hoje, obviamente, nesta sabatina, nós ficamos ouvindo os colegas Senadores. Cada novo conceito, cada novo juízo de valor, cada novo comentário enriquece mais ainda este momento para todos os sabatinados, seja de qual agência venham a ser. E nós identificamos, exatamente, nos nomes que aqui foram apresentados e que vêm do Poder Executivo, os nomes que têm todas as condições de executar um brilhante trabalho.

Eu quero parabenizar a todos os que hoje passaram aqui por esta Comissão de Infraestrutura, presidida por V. Exa. Quero dizer que, na verdade, o Brasil espera muito de vocês. Este momento é um momento, talvez, de recuperação nacional. Acabava de falar o Marinho sobre a Agência Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mineração, que tem um PIB maior do que a nossa agropecuária e tem ainda gargalos que precisam ser quebrados.

O meu Estado, por exemplo, tem a tabela periódica, o Estado de Roraima, o Estado que eu represento, o Estado que, na verdade, cobra muito de mim. Nós temos muito a fazer pelo nosso Estado e lógico que essa agência é fundamental. Eu tenho dito isto para o Dr. Mauro e para os demais Diretores: nós esperamos muito deles.

E, na Anatel, essa garotada nova que está assumindo essa função e os demais indicados à Aneel, enfim, que eles tenham êxito, que eles, na verdade, deem o melhor de si, porque sabemos que capacidade intelectual eles têm e conhecimento técnico científico eles têm para fazer, realmente, um brilhante trabalho nessas agências que são hoje um ponto de equilíbrio entre as instituições brasileiras.

Então, quero deixar apenas aqui esse comentário e desejar que Deus abençoe a cada um deles e possamos ter neles, na verdade, uma referência, um exemplo, nessas funções públicas que exercem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Vamos ouvir, agora... Vamos começar pela Anatel, Senador Esperidião? Foi por onde V. Exa. começou. Então, vamos ouvir o Sr. Carlos Manuel Baigorri.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Dário? Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu perdi a inscrição para falar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, antes de passar a palavra a você, vou conceder a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para interpelar.) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

Primeiro, cumprimento o Artur de Oliveira e o Carlos Manuel, da Anatel, indicados; o Luciano da Silva e o Robson, da ANTT; o Tasso, lá do meu querido Estado de Goiás, Tasso Mendonça Junior; o Mauro Sousa; o Roger, que é da Agência Nacional de Mineração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, as perguntas que eu tinha aqui elaborado para a Agência de Mineração e a ANTT, eu me sinto muito bem representado pelas perguntas que o Senador Jean Paul e o Senador Esperidião Amin já fizeram.

Eu queria dirigir a pergunta ao Carlos e ao Artur, da Anatel. Nós tivemos aí uma discussão e acabamos aprovando um projeto muito importante que foi a transformação de concessão para autorização nas comunicações do nosso país.

À época, quando assumi a Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, esse projeto já tinha algum tempo parado porque não tinha acordo. O que as teles à época reivindicavam é que fosse transformado em autorização para que elas pudessem voltar a fazer investimentos, já que a concessão, ainda da época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estava vencendo, ou seja, agora em 2023. Então, eles não investiam porque na concessão do Governo, e a autorização é deles... Bom, foi aprovado o PLC 79. E a pergunta que eu faço é: atendendo a essa reivindicação das teles de concessão para autorização, como é que estão os investimentos das teles em relação à banda larga e tudo que foi proposto por eles caso nós autorizássemos aqui, aprovássemos o PLC 79. Essa é a pergunta que faço a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Senador, muito obrigado.

Ofereço a palavra agora para responder às perguntas feitas pelos Senadores ao Sr. Carlos Manuel Baigorri, da Anatel.

Liberem o microfone do Dr. Carlos, por favor, ou deem um microfone...

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI (Para expor.) - Obrigado, Presidente, pela oportunidade para responder aos eminentes Senadores.

Quanto ao questionamento trazido pelo Senador Esperidião Amin, todo o cronograma de cumprimento das metas do edital do 5G está previsto de fato no edital e o compromisso inicia-se com a cobertura dos municípios agora, em 30 de junho de 2022, e termina em 2029, quando todos os municípios brasileiros, independentemente do tamanho, terão a cobertura 5G. Entretanto, conforme V. Exa. destacou, quanto a um recurso associado à venda de uma faixa do 5G, a faixa de 26GHz, foi definido que seu uso será para levar conectividade para as escolas públicas do Brasil. O valor arrecadado para esse fim foi de R\$3,1 bilhões. Foi constituído um grupo chamado Gape pela Anatel com o Ministério da Educação, Ministério das Comunicações e as proponentes vencedoras que aportaram esses recursos.

Na Anatel, no Conselho Diretor, escolhemos o Conselheiro Vicente de Aquino, que muito me honra com sua presença aqui, para ser o coordenador do grupo, do Gape, e ele está responsável justamente por coordenar todos os trabalhos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*)

- Podemos marcar o alvo?

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI - Pode. Ele é o homem que vai levar internet para as escolas com esse recurso do 5G. Então, ali ele agora está responsável por essa execução.

Neste momento, é óbvio que ele pode dar informações melhores, mas a informação que eu tenho dele é que o Gape foi constituído já, foi feito o primeiro aporte de recursos. Não foi feito todo o aporte, existe um cronograma de aportes previstos no edital. O primeiro aporte já foi feito, e neste momento, a Anatel, junto com o Ministério das Comunicações e com o Ministério da Educação, está fazendo um levantamento da demanda específica de cada município. Porque o recurso é limitado, não há mais recurso. Então isso não é recurso público do edital. Então esse recurso está limitado.

Nós, ele e a Anatel e o poder público, temos o objetivo de conectar, da melhor forma possível, a maior quantidade de escolas possível. Então cada escola vai ter que ser estudada, porque cada escola é um projeto. Então, por exemplo, você pode ter uma escola aqui em Brasília, no Centro de Brasília, que não tem conectividade ou tem uma conectividade deficiente. Se há uma rede de fibra ótica, é muito barato, você simplesmente contrata aquele serviço e puxa a fibra ótica e atende a escola. Mas quando estamos falando de uma escola no interior do Pará, no interior do Amazonas, essa disponibilidade de rede pode não existir.

Então o objetivo, neste momento, que o grupo está fazendo é levantando a necessidade, inclusive para fins pedagógicos, de cada uma das escolas e definindo o projeto, como cada escola vai ser atendida, para começar a executar os recursos e levar conectividade até essas escolas.

Todas as metas estabelecidas no edital, no nosso portal da Anatel, há uma aba onde é possível fazer um acompanhamento, por meio de uma plataforma, de cada uma das metas que foram estabelecidas pelas empresas. Nenhuma meta foi vencida ainda, porque ainda está no prazo do cumprimento das primeiras metas, mas isso está transparente para a sociedade, para consulta em tempo real. Além disso, no nosso canal no YouTube, temos vídeos explicando para a sociedade, com linguagem bastante, digamos assim, acessível, o que exatamente foi contratado no edital do 5G.

Mas enfim, Senador, respondendo de forma bem objetiva, esse foi o recurso levantado. Vamos conectar o máximo de escolas possível. E uma coisa que aprendemos com o histórico de medidas de conectividade digital é que tivemos, alguns anos atrás, o programa Banda Larga nas Escolas, em que a meta, a obrigação das operadoras era levar a conectividade. Só que muitas escolas, chegava-se lá com a conectividade, não tinham energia elétrica, não tinham laboratório, não tinham computador, não tinham uma pessoa que estivesse apta a receber aquela entrega. Então a obrigação era simplesmente entregar. Chegava lá com um cabo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entregava na porta.

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Entregava na porta, lavava as mãos, e estava entregue.

No edital, a gente previu que esses recursos podem ser utilizados não só para conectividade, mas para promover todo o projeto pedagógico digital.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para efetivação.

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Incluindo laboratório, treinamento e conteúdos, tudo isso. E é por isso que nós temos o MEC junto nesse grupo, para garantir que exista...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Sistema Nacional de Educação.

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Exatamente, Presidente.

E para garantir que essa iniciativa da Anatel seja integrada com as diversas outras iniciativas que já existem no Estado brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se me permite, eu quero fazer então uma sugestão. Eu acho que, diante dessa sua informação, eu entendo que seria importante nós apazarmos com a Comissão de Educação, eventualmente até com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, uma periodicidade de reuniões públicas, de audiências, para informar. Proponha isso numa reunião de diretoria, e a gente, na Comissão de Educação, o Senador Dário Berger já foi Presidente, o Senador Marcelo Castro é muito receptivo a isso. Eu sou integrante da Comissão de Educação e acho que nós podemos fazer isso periodicamente, até para nos animarmos com um bom resultado e, quando não houver um bom resultado, corrigiremos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E, só para contribuir, seria para integrar também as ações que não são só voltadas à tecnologia da informação, ao 5G, etc., e tal. Nós estamos empenhados, aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional também, com a aprovação do Fundeb, que ampliou os recursos para a educação básica no país de 10% para 23% até 2026. Concomitantemente – transformamos e colocamos na Constituição, é permanente o Fundeb agora –, nós aprovamos recentemente, e tive a honra de ser o Relator, o Sistema Nacional de Educação, que é um complemento operacional do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. E o Fundeb...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o compartilhamento das responsabilidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Sistema Nacional de Educação integra as políticas educacionais entre a União, os estados e os municípios e tem compromisso com a erradicação do analfabetismo, com a valorização do professor, com a infraestrutura necessária para que as nossas crianças possam estudar com uma certa qualidade.

Parece-me que seria muito interessante, Senador Esperidião e Senadores que ainda se encontram presentes na nossa reunião, fazermos algumas reuniões, algumas sessões conjuntas, com o Ministério das Comunicações, com o Ministério da Educação, porque me parece que essa política é extremamente importante para o país, pois nós estamos investindo no futuro. Nós não estamos investindo no presente, nós estamos garantindo um futuro de qualidade para o nosso país, envolvendo o que há de mais moderno no sistema de comunicação com a logística e a infraestrutura necessárias para que o aluno possa ter uma escola de qualidade e para que o professor possa ter uma remuneração adequada para garantir o futuro do aluno.

Eu queria contribuir, porque é um tema por que me apaixonei muito. Eu entendo que não há nada mais importante na nossa vida como ser humano – a não ser a saúde – do que a nossa cultura, a nossa educação, a nossa formação. Se nós desejamos um país melhor para o futuro, só há uma alternativa: investir na educação no presente, sem a qual nós não vamos chegar lá. Não há nenhum país no mundo que cresceu e que prosperou que não tenha investido fundamentalmente em educação. A Coreia do Sul é um exemplo disso: há três décadas, era um país cujo índice de desenvolvimento humano era sofrível; em três décadas, fez uma grande transformação, porque investiu, fundamentalmente, em educação; e hoje é uma referência mundial em termos de desenvolvimento tecnológico e social.

Foi só para contribuir com o Senador Esperidião Amin.

O senhor tem a palavra para continuar a sua exposição.

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

Tenho certeza de que a Anatel terá a grande honra e de que o Conselheiro Vicente Aquino terá muita satisfação também de vir aqui ao Senado Federal sempre que for convocado, sempre que for convidado para apresentar o andamento dos trabalhos.

Quanto ao questionamento trazido pelo Senador Vanderlan sobre o andamento da migração de concessão para autorização prevista na Lei 13.479, de 2019, neste momento, a Anatel está fazendo, justamente com o apoio de uma consultoria internacional, a valoração da concessão. Existem vários ativos, um fluxo de caixa... E está sendo feita a especificação do valor desse ativo. Isso já foi definido, porque a lei prevê que há um valor da migração de concessão para autorização e que ele tem que ser convertido em investimento. Esse valor já foi finalizado por essa consultoria. Nós estamos em fase final de depuração interna para, então, submissão ao Tribunal de Contas da União. Aí, uma vez o Tribunal de Contas da União aprovando essa valorização, essa precificação, isso é apresentado às concessionárias,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, aí, terão a opção entre migrar e não migrar. A gente está nessa fase. E a nossa expectativa é a de que, ainda neste ano, ainda neste semestre, nós possamos apresentar isso ao Tribunal de Contas, para que, em ele aprovando a nossa precificação, essa opção seja disponibilizada às operadoras e para que essa migração seja convertida em investimentos em banda larga de alta qualidade para o cidadão brasileiro.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dr. Artur.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

Cumprimento todos os Senadores presentes, todos que nos acompanham presencial e remotamente, bem como os demais indicados aqui presentes.

Em relação à pergunta feita pelo Senador Esperidião Amin, complementando já a bastante profunda explanação do Conselheiro Carlos Baigorri, há ainda outras políticas que ora envolvem mais diretamente a Anatel, ora não, mas todas objetivam ampliar a conectividade nas escolas.

Eu destaco, em primeiro lugar, o programa Wi-Fi Brasil. Esse programa hoje já atende mais de 10 mil escolas. Geralmente, são escolas rurais. A gente, agora, já tem orçamento para atender mais cerca de 6 mil escolas. Dessas, todas, praticamente, são escolas rurais a que a gente leva conexão por satélite. São escolas que, muitas vezes, não têm outra forma de acessar a internet.

Temos, também, um projeto com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é uma entidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, do qual terminamos o processo seletivo agora, poucos dias atrás. Esse projeto vai trazer a conexão para mais 8,5 mil escolas também públicas desconectadas.

Hoje, nós temos, ao todo, no Brasil, cerca de 30 mil escolas públicas sem internet, e o nosso objetivo é, até o final do ano, conectar todas aquelas escolas que tenham infraestrutura capaz de receber conectividade, quer dizer, que já tenham energia elétrica e que tenham ainda um meio de acesso à internet. E já estamos trabalhando, também, com o Ministério de Minas e Energia para a eletrificar escolas que, porventura – e não são poucas –, ainda estejam desconectadas.

Faço dois outros destaques.

Além dos R\$3,1 bilhões que vão ser destinados àquilo que o Conselheiro Baigorri já falou, dentro do edital 5G, para projetos de educação, num grupo presidido pelo Conselheiro Vicente, aqui presente – a entidade que vai cuidar disso também é presidida pelo Maxwell, que também está aqui presente –, temos o Fust, que, depois de 20 anos, finalmente vai ser executado, graças ao esforço aqui desta Casa. O Fust,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste ano, tem um orçamento de cerca de R\$700 milhões, e uma parte desses recursos é destinada à educação. A nossa previsão é a de que, no segundo semestre, a gente já consiga utilizar esses recursos para atendimento de escolas.

E também, mais recentemente, há o Programa Internet Brasil, lançado pela Medida Provisória 1.077, ainda pendente de apreciação pelo Congresso, que tem por objetivo auxiliar as famílias de baixa renda no acesso à internet, aquelas famílias que têm dificuldade de arcar com o custo, porque uma série de políticas vêm sendo desenvolvidas para levar infraestrutura para as pessoas, para levar internet a lugares onde ela não estava disponível, mas, agora, a gente está se deparando com uma situação em que, embora exista infraestrutura, muitas pessoas, muitas famílias não têm recursos para arcar com esse acesso à internet. Então, essa MP cria esse programa, justamente para as famílias de mais baixa renda, tendo como vetor as famílias que possuem crianças ou adolescentes em idade de estudo.

Em termos de educação, é isso.

Complementando a resposta também do Conselho Baigorri em relação aos investimentos e à Lei 13.879, que se refere à conversão de concessão em autorização na telefonia fixa, a Anatel vem fazendo um trabalho bastante minudenciado em relação a esse assunto. A mera aprovação da lei já foi suficiente para mudar a trajetória, para melhorar a trajetória dos investimentos das operadoras, de maneira que, excluindo 2020, que foi um ano atípico por conta da pandemia, a gente saiu de R\$23,3 bilhões, até o terceiro trimestre de 2019, para R\$24,7 bilhões, em 2021. Então, é um crescimento que vem acontecendo também muito graças a essa nova lei que foi aprovada.

E destaco aqui também... Não sei se temos tempo, Presidente, mas o Senador Wellington Fagundes, que teve de nos deixar, entregou-me aqui algumas perguntas que gostaria que eu abordasse. Eu posso abordá-las aqui ou posteriormente, diretamente com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Posteriormente.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu me lembro de que o Senador Jean Paul fez algumas perguntas na área de mineração. Quem está apto a respondê-las?

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR – Eu vou começar a responder aqui, porque o Roger já começou, mas nós vamos dividir um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR (Para expor.) – Eu sou geólogo, ele é engenheiro de minas. No que tange à lavra e a dados de produção, eu vou deixar e vou passar um pouquinho para ele.

De forma geral, o Senador Jean pontuou a respeito da especulação das áreas destinadas às concessões minerais. Eu só queria pontuar aqui que, no nosso Código de Mineração e na nossa Constituição também, o bem mineral pertence à União, e o Código determina que nós temos a questão da prioridade, que é um princípio basilar da mineração, ou seja, quem chega primeiro a requerer a área, seja por qual regime for, tem prioridade na pesquisa e exploração mineral daquela área.

Acontece que... Eu vou misturar um pouquinho aqui as perguntas. Ele perguntou: quantos processos são, quantos estão paralisados?

Hoje em dia, a gente tem mecanismos de busca na agência em que é possível fazer vários levantamentos, desde o Cadastro Mineiro, de que eu tive oportunidade de gerir a sua construção no ano 2000, até o Sigmine, em que a gente tem condição de gerenciar isso espacialmente de uma forma muito clara, mas hoje, na ANM, a gente tem mais de 220 mil processos ativos. São também vários regimes que coexistem. São regimes de lavra direta, em que você não precisa pesquisar, que são a PLG, os registros de licença, os registros de extração, em que, nesse caso, não precisa ter uma pesquisa prévia, a empresa vai direto à lavra, porém, é necessária a licença ambiental. E nós temos o regime de autorização e concessão, que é o regime que é previamente dado. É muito semelhante ao setor elétrico nos levantamentos do potencial e, depois, na questão da outorga do potencial energético – em nosso caso, é a concessão de lavra. Então, nesse caso, a gente tem um controle maior, ou seja, a pessoa faz a pesquisa e apresenta um relatório; esse relatório posteriormente é aprovado, isso está no Código, e ele tem a concessão de lavra. Agora, ele pode pedir a suspensão da lavra por, naquele momento específico, o mercado não atender aquela lavra como foi apresentado no seu plano, de acordo com a variação do mercado. Então, vejamos, hoje nós temos mais de 12 mil concessões de lavras e nós temos 700 servidores. A questão desses servidores é que muitas vezes os que são especialistas para fazer essas análises são muito poucos, e, então, você não tem uma noção básica de tudo que é necessário para suspender, autorizar a suspensão ou não. A gente tem que eleger algumas prioridades para analisar aquilo que é mais urgente ou não.

Outra questão que é difícil gerir é a questão ambiental, ou seja, existe aquela viabilidade de lavra, porém, o órgão ambiental não responde. A gente fica cobrando essa questão do minerador, e o órgão ambiental não entende. Então, eu vejo que, na gestão pública brasileira, ela muitas vezes boicota o próprio país. Ela tem que dar respostas rápidas ao empreendedor naquilo que ele demandou; e, muitas vezes, se ele não tem capacidade de apresentar um plano de licenciamento ou mesmo um plano de pesquisa, que o processo dele seja logo negado e que essa área vá para a mão de outros que possam fazê-lo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ainda levantar que a mineração é naturalmente especulativa. Quem começa a pesquisar muitas vezes não é aquele que vai lavar. A especialidade daquela empresa é exatamente fazer um levantamento do potencial mineral e vai negociar isso com empresas especializadas na compra e levantamento de capitais. E, para isso, a agência tem feito várias coisas, como botar o título em garantia para financiamentos bancários... Então, há todo um processo em que essa lavra é negociada ao longo da vida do processo.

Eu sou um liberal por natureza, então, eu vejo que o Estado tem que interferir o menos possível. As empresas têm que ter regras de apresentação dos seus dados. E, muitas vezes, eu sou contra ter que haver aquela aprovação do relatório de pesquisa pelo órgão. Acho que, se o cara apresentou, tem um responsável técnico, eu vou aprovar o projeto dele. Se lá na frente se detectar uma falha, ele vai sofrer essas penalidades. O que vemos hoje é um grande número de processos que ficam pendentes de aprovação. Isso favorece a especulação e várias questões ruins aí para a gestão desses processos e para o andamento dos processos em geral. Mas a falta de estrutura também da ANM de pessoal é algo gritante.

A questão dos fertilizantes é uma questão que nós estamos acompanhando agora. Eu vejo que é mais um exemplo... Eu sou um liberal, mas acho mais uma vez que o Governo tem que planejar. Países bastantes liberais como os Estados Unidos sabem de toda a sua produção ou das suas reservas e o que é interessante explorar naquele momento ou não. E nós deixamos nossas reservas de potássio em Sergipe se exaurirem sem nenhum planejamento, sem nenhum incentivo, não é? Nós cometemos o equívoco aqui de taxar a produção nacional de fertilizantes mais do que aquele fertilizante importado, ou seja, a gente desincentivou a produção de fertilizantes no país. Então, isso é tudo parte de uma política pública que não cabe à agência, e, sim, ao ministério e também ao Congresso Nacional.

Então, eu expliquei mais ou menos essa questão de lavras suspensas. E, quanto àquela portaria de que ele falou, assim, nós fomos nomeados diretores e nós tínhamos um secretário, que era um juiz de direito. E eu acho que ele chegou um pouco, assim, despreparado lá nessa função, embora seja uma pessoa extremamente preparada na sua função de juiz.

Mas nós recebemos aquela portaria, nós não rechaçamos num primeiro momento, mas a Procuradoria nos colocou aquela situação: "Olha, essa portaria é totalmente inconstitucional", tanto é que depois ela foi revogada, e nós, depois disso, tivemos um ótimo relacionamento com o secretário...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR – ... e não ocorre essa interferência.

Então, é basicamente isso que eu queria responder.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Roger, o senhor quer complementar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Depois, temos complemento? A ANTT vai complementar também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos estabelecer um tempo de cinco minutos, no máximo...

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL – Vou ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Porque eu ainda tenho aqui... Se vocês pensam que está terminando, não está terminando, não. Eu só vou abrir o painel depois de eu ler essa bíblia toda que eu tenho aqui na minha frente, porque tenho várias perguntas para fazer ainda.

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL (Para expor.) – Só complementando o que o colega Tasso falou, com relação à especulação, também em 2019, ainda no auge da pandemia, nós instalamos o requerimento, o protocolo digital. Isso já começou a reduzir bastante a especulação. E, conforme ele falou mesmo no Código de Mineração, ele tem algumas prerrogativas que favorecem um pouco. A partir da hora em que é outorgada lavra, o empreendedor pode pedir uma prorrogação de um ano em função de condições de mercado, condições econômicas, e a gente tem que cumprir esse rito processual. Mas nós estamos caminhando para procedimentos automatizados para que a gente possa ser célere nas decisões e evite esse espaço de tempo que gera especulação. Então, desde o ano passado, a gente vem desenvolvendo uma inteligência fiscalizatória para que a gente possa dar celeridade aos empreendimentos, tratando empreendimentos diferentes, de formas diferentes, com celeridades diferentes.

Com relação à suspensão, no último levantamento que nós fizemos em 2017, a gente tinha em torno de 1,2 mil pedidos de suspensão para títulos outorgados, o que também oscila muito em função da demanda do mercado, oscila entre aumentar e diminuir. E nós estamos também usando inteligência fiscalizatória para a gente poder controlar mais e fazer essa gestão desses pedidos de suspensão de lavra. Isso é muito oscilante em relação ao mercado.

Com relação ao MME, o Tasso já falou. E, com relação ao cadastro também que foi de adquirente de compra, de que o Senador Jean Paul falou, nós estamos finalizando um sistema que deve ser até uma resolução e que deve ser até votada na semana que vem com relação a isso, para a gente também poder fazer uma gerência maior desse primeiro adquirente e das compras e vendas com relação a esses minerais de *commodities* bem altas.

O que mais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu complementei aqui o que o Dr. Tasso falou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu fico satisfeito.

Passo a palavra agora para o Dr. Mauro Henrique, que é o Diretor-Geral da ANM.

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Agradeço, Presidente.

Eu vou me ater aqui ao tempo. É só para pegar alguns questionamentos que foram levantados aqui, especialmente pelo Senador Jean Paul Prates. Voltando um pouco à minha fala inicial, um dos desafios que a diretoria da ANM deve enfrentar nessa nova fase diz respeito a essa estruturação. Atualmente estou no Ministério de Minas e Energia e lá têm sido envidados inúmeros esforços, como discussão com o Ministério da Economia com relação a concurso público e à inclusão ou ao enquadramento do corpo funcional na mesma estrutura que têm as outras agências.

Então, é um trabalho difícil, árduo, que requer muito empenho, inclusive do Congresso Nacional para auxiliar na busca deste objetivo, que é fundamental para dar essa estrutura à agência: ter um corpo de trabalho adequado não só em dimensão quantitativa quanto qualitativa, isso é fundamental, mas também evitar o que tem acontecido. Ter até a atratividade maior, não só salarial, mas por condições de trabalho, que o mercado eventualmente oferece, mas até uma, digamos, ação predatória, porque outras agências oferecem mais e acaba que o servidor da Agência Nacional de Mineração pula para uma outra agência, porque ele vislumbra uma perspectiva maior.

Para dar uma ideia, um recente concurso foi aberto para 40 vagas, voltado para a questão da gestão de barragens. Das 40 vagas, em apenas 22 tomaram posse. Então, a perspectiva é que também, ao longo do tempo, vão saindo. Então, é questão sensível que tem que ser observada do ponto de vista da gestão da força de trabalho da agência. Isso é fundamental.

Em relação à portaria que foi mencionada aqui, a gente tem que continuar perseguindo a ideia – e eu acho que tem esse respeito pelo Ministério de Minas e Energia – de que a agência goza da sua autonomia reforçada, como diz a doutrina do Direito Administrativo. Isso foi respeitado, embora, naquele primeiro momento, até talvez em razão de o acidente ter acontecido logo ali no início, o então Secretário de Geologia e Mineração entendeu que deveria interagir mais com a agência para a normatização de algumas questões, mas isso está superado.

A questão que foi trazida aqui também da especulação foi muito bem explicada pelos colegas. A própria natureza da atividade é inerentemente especulativa, mas existem algumas distorções que a gente conhece ao longo do tempo e até se chama, de uma forma pejorativa: "senta em cima da mina". Então, não se desenvolve. Às vezes, talvez falte ainda a gente perscrutar um pouco mais a motivação, seja por questão de mercado, seja por questão de um mero especulador mesmo, que não tem vocação para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver a atividade, mas sabemos que nós precisamos estimular principalmente as empresas juniores, como são chamadas essas que atuam na primeira etapa. Por exemplo, alguns indicadores e o pessoal da área técnica falam que, para cada mil pedidos de prospecção, apenas um vai redundar, dali a algum tempo, em um ativo que vai ser submetido ao Plano de Aproveitamento Econômico.

Então, nós precisamos estimular essa primeira etapa e garantir que não se fiquem onerando áreas de um modo não motivado, para que haja estímulo e fomento à atividade produtiva, pois é isto que se quer: fazer com que a atividade se desenvolva de modo adequado. Uma das possibilidades, por exemplo...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – ... é a taxa anual de hectare. Então, pode-se modular a taxa para desestimular essa retenção de área com um fim que não seja aquele de trabalhar a própria busca, a fase de prospecção.

A questão de fertilizante foi muito bem falada aqui.

Uma das questões, agora, muito candentes diz respeito a Autazes, a potássio, que é fundamental e que a gente precisa discutir. Trata-se do licenciamento ambiental e das teorias que circundam o licenciamento ambiental e que são ordinariamente judicializadas, preferencialmente pelo Ministério Público, que cumpre um papel relevante, mas que tem atuado, junto com o Judiciário, com uma judicialização absurda, o que dificulta o desenvolvimento de projetos para o país e para o próprio desenvolvimento do país.

Isso precisa ser bastante discutido e enfrentado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero só enaltecer e complementar que o senhor substitui um catarinense, que é o Victor Bicca, um decano com relevantes serviços prestados à Agência Nacional de Mineração.

Aproveito para mandar um afetuoso abraço a ele e, certamente, expressar o meu reconhecimento, como catarinense também, pelo trabalho que ele desenvolveu à frente dessa importante Agência de Mineração.

Vou oferecer a palavra, agora, ao Dr. Luciano. Seria isso? *(Pausa.)*

Dr. Robson, primeiro, então.

Queria que o senhor observasse os cinco minutos, porque o pessoal está impaciente. O Senador Vanderlan está impaciente, porque ele tem ainda um projeto para relatar e para aprovar. Vai demorar um pouquinho ainda, Senador Vanderlan, porque eu tenho uma pergunta genérica para fazer a todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos convidados – não é só minha, mas dos internautas também –, que eu não posso deixar de fazer, porque acho essa interação muitíssimo importante das pessoas que nos assistem e que se motivam a nos questionar e a nos perguntar.

Então, Dr. Robson, o senhor tem a palavra.

O SR. ROBSON CREPALDI (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Para responder às perguntas que me foram feitas pelo Senador Jean Paul, eu estou ciente das minhas obrigações como ouvidor da ANTT. Conforme a Carta Magna, é uma autarquia de Estado e não de Governo. Então, pode ter em mim uma pessoa que vai cumprir, rigorosamente, o que está explícito na Carta Magna.

Sobre a matéria que ele citou, da Pfizer, eu agradeço até a oportunidade para esclarecer aqui essas notícias que, na verdade, acho que foi uma, que foi muito mal fundamentada, e até, acho que por isso, não deu azo a outras matérias. Eu representava a Secretaria Executiva no Comitê de Crise do Covid. Então, tudo que chegava ali à Casa Civil com referência à covid, era dado ciência a mim para conhecimento. E o ofício de 17 de setembro de 2020, que a mim chegou pela Chefe de Gabinete da nossa Secretaria, a Tânia, foi encaminhado para conhecimento, e não para conhecimento e providência, como foi feito na matéria. Até por isso acho que foi analisado por jornalistas mais experientes e não foi dado azo a outras matérias aí.

E também quero dizer que não tem relação nenhuma o pedido de arquivamento. Eu poderia ter dado um simples "joinha", não sei, que não teria chamado atenção, mas, como se tratava da vacina da Pfizer, eu estava no Comitê de Crise e sei que o Ministério da Saúde tratava disso, desde o início, com eles, eu quis fazer um ofício para ficar ali gravado, e foi o último ofício que acabou ali, porque a chefe de gabinete da Presidência já tinha... Quando ela tinha remetido para a Secretaria Executiva da Caixa Civil, ela já tinha avisado para a gente que já tinha encaminhado para o Ministério da Saúde, que era o órgão que resolvia isso aí. A Casa Civil não se coloca em dinheiro. Quem comprava, quem comprou a vacina toda foi o Ministério da Saúde. Então, acho que está esclarecido.

E eu queria só pedir a permissão do senhor para agradecer também a minha família, que eu recebi uma mensagem aqui da minha mãe. Então, queria agradecer minha mãe Diva, meu falecido pai, Ademir, também, meu irmão Wellington, e dizer que sem eles nunca estaria aqui em Brasília hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço ao senhor.

E passo a palavra para o Dr. Luciano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO LOURENÇO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Só quero registrar que o Senador Wellington Fagundes deixou algumas perguntas aqui para mim que eu vou tentar abordar na minha sucinta resposta, a todos os questionamentos que me foram feitos, a começar pelo Senador Jean Paul, quanto ao marco legal da ferrovia, o PLS 261, transformado na Lei 14.273, com atuação intensa desta Casa de leis, onde eu me atrevo a dizer que não é um simples marco legal das ferrovias, e, sim, um marco histórico das ferrovias. Desde quando eu entrei no serviço público, na instrução que eu tive no Dnit, em 2006, eu ouço falar de equilibrar a matriz de transporte no país. E, com essa lei, com esse regime, existe uma chance real de nós transformarmos a matriz de transporte no país.

O modo ferroviário tem que alcançar mais espaço na nossa matriz de transporte. E com ele é possível, em curto intervalo de tempo, dobrar a participação do modo ferroviário na nossa matriz de transportes. É uma oportunidade única, nós já temos mais de 78 pedidos de autorizações, com investimentos que ultrapassam a casa de R\$200 bilhões, só que o grande desafio da ANTT é fazer girar esse modelo, é de fato, agora, fazer com que esses pedidos se tornem efetivamente obras e investimentos para este nosso país, que precisa tanto de investimento e de geração de renda e de empregos.

Nesse sentido, a ANTT está se preparando. Ela já está há muito tempo em interlocução com o Ministério da Infraestrutura, de forma a adotar os mecanismos necessários para desenvolver as ferramentas para tocar esse marco regulatório.

Basicamente em duas frentes: uma relacionada à própria regulação, complementar a regulação que ainda falta para que esses pedidos efetivamente girem com maior velocidade, com maior eficiência dentro da própria agência; e a outra é estruturalmente dotar o nosso setor de ferrovias dentro da agência, dar estrutura técnica e tecnológica necessária para esses projetos virarem realidade.

Por falar em estruturação da agência, a atual diretoria da agência está tocando um processo de alteração do regimento interno, em que todo o país está sendo estudado, a sua estrutura. A agência tem a sede aqui em Brasília, tem escritórios regionais, tem unidades regionais, tem postos de fiscalização e ela está reequilibrando a participação, uma vez que a cada dia os ativos geridos pela ANTT aumentam mais.

E a gente está falando não só de infraestrutura, a gente está falando também de ônibus, a gente está falando do transporte rodoviário de carga. Então, nesse sentido, com certeza a situação do Pará vai ser avaliada, assim como também a preocupação do Senador Wellington Fagundes no próprio Mato Grosso, onde a participação na infraestrutura tem cada vez crescido mais e realmente se faz necessária uma presença mais forte da agência reguladora naquele estado.

Uma preocupação do Senador Wellington Fagundes, como não poderia deixar de ser, é em relação à Rota do Oeste, à concessão da 163 que, de fato, desde sempre deixa muito a desejar em descumprimentos contratuais. E quero dizer que a agência está atuando firme no propósito de diminuir os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descumprimentos contratuais para que aquele pedágio que os usuários pagam se reverta efetivamente em melhorias da infraestrutura e qualidade do pavimento.

No que se refere à CRO, a diretoria da agência está trabalhando nos meios legais e jurídicos para tentar, no menor tempo possível, reverter a situação e trazer maiores benefícios e qualidade para os usuários. Está em processo de caducidade, em andamento, está também o processo de relicitação em andamento, e a agência acompanha muito próximo esse caso. Também nesse sentido, a agência atua da forma preventiva. De que forma? Na própria estruturação de novos projetos...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIANO LOURENÇO DA SILVA – ... para evitar que problemas que foram ocasionados no passado possam se repetir, trazendo novos remédios, uma estruturação por meio de estudos mais sólidos, de forma que a matriz de risco traga uma garantia para os investimentos e também uma qualidade de investimentos para os investidores e uma qualidade dos investimentos para os usuários.

Nesse sentido, o Senador Wellington Fagundes também cita a questão de utilizar dinheiro proveniente da outorga em uma conta vinculada para fazer investimentos na própria infraestrutura e também a questão do subsídio cruzado. Numa época de recursos tão escassos, quando a gente tem que usar a inteligência e a criatividade para prover o nosso país da infraestrutura adequada, eu vejo com muito bons olhos essas duas saídas apresentadas pelo nosso Senador.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – *(Falha no áudio.)* ... para se manifestar. Dr. Feitosa, o senhor vai se manifestar a respeito das indagações feitas pelos Senadores?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Presidente, não foi feito nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Questionamento específico.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – ... nenhum apontamento específico. Mas estou à disposição, inclusive, porque V. Exa. colocou que, ao final, gostaria de fazer uma interlocução com todos os indicados. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Beleza. Concluimos, então? Ótimo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, de proclamar o resultado, eu recebo aqui da nossa assessoria a interação dos nossos internautas, que fazem algumas perguntas as quais já foram respondidas, mas eu não vou deixar de citar o nome deles que, normalmente, são estudantes, pessoas interessadas, jovens que participam das nossas reuniões interativas.

E vou começar com a Katharine Fortunato, de Minas Gerais. Ela pergunta se há algum projeto para diminuir a quantidade de cabos de internet nas cidades. Esse é um assunto que tem incomodado muita gente.

Já o Thiago Rafael, de Mato Grosso, questiona o seguinte: "Quando vamos ter 5G no Brasil inteiro?".

A Simone de Souza, do Rio de Janeiro, pergunta por que a internet ainda tem um valor tão alto se ainda nem temos o 5G.

O João Marcos, de São Paulo, pergunta quais são as medidas que estão sendo adotadas para combater os golpes praticados via WhatsApp e aplicativos de comunicação.

Já o Carlos Moura, de São Paulo, faz um comentário e diz o seguinte: "O que percebemos ao longo dos anos é um poder abusivo das operadoras de telefonia e internet sobre as mudanças em tarifas e combos indesejados".

É o que o povo está achando da atuação, vamos dizer assim, da Anatel.

Já o Nelson de Sousa, de São Paulo, pergunta: "Nas grandes cidades, é possível a Anatel agir para diminuir a quantidade de cabos de telefone nos postes [...]?".

A Katharine, de Minas Gerais, também faz aqui outra pergunta: "Tem algum projeto para melhorar a qualidade de internet fornecida no país?".

A Simone de Souza, também do Rio de Janeiro, que já perguntou na outra, pergunta agora se os preços cobrados pelas operadoras não são abusivos, visto que a internet já poderia ser gratuita em várias situações.

Aí eu vou me socorrer na Iasmin Kelly, de Sergipe, para fazer uma pergunta geral para todos os nossos convidados. O que os senhores consideram que deve ser ou que será o maior desafio dessa função que estão recebendo, certamente, com a aprovação desta Comissão e também a aprovação do Plenário do Senado Federal? E quais são as inovações que pretendem trazer para as suas respectivas pastas? Ela se refere mais ao ramo de telecomunicações, mas são todas as pastas importantes e as agências são fundamentais. Então, qual será o maior desafio e quais as inovações que os senhores pretendem trazer para que as agências regulatórias possam ter, cada vez mais, a sua função importante para o Brasil e para todos nós?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar de trás para a frente ou começamos de frente para trás? Você quer as perguntas? Você, mais ou menos, gravou as perguntas? Então, vou te dar um minuto, está bom? Dois minutos, três, cinco?

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Vou falar rápido, pelos dois minutos.

De fato, durante muito tempo, as empresas de telecomunicações no Brasil tiveram uma posição dominante, uma posição de poder de mercado muito forte, e a Anatel tem atuado nos últimos anos no sentido de fomentar a concorrência e o surgimento de novas empresas. Hoje, o Brasil já tem mais de 10 mil empresas prestando banda larga, principalmente com fibra ótica. Os chamados pequenos provedores, em conjunto, já são a maior operadora de banda larga fixa do Brasil, com mais de 30% do mercado. Só que o surgimento desses milhares e milhares de concorrentes Brasil afora teve um efeito: a ocupação dos postes. Basicamente essas redes de fibra ótica chegam à casa do consumidor penduradas nos postes de distribuição de energia elétrica. Só que existe um espaço limitado de 60cm pela norma ABNT e uma quantidade limitada de pontos de fixação...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – ... e isso gera um problema que, agora, junto com o Presidente Sandoval, se formos os dois aprovados aqui, vamos ter que dar os braços e as mãos e encontrar uma solução para ordenar o uso desses postes, porque é uma infraestrutura do setor elétrico que acaba sendo utilizada pelo setor de telecomunicações.

Até 2029, vamos ter 5G em todos os municípios brasileiros, que foi uma pergunta. Infelizmente, eu não vislumbro como a internet pode ser gratuita. Ela não vai ser gratuita a não ser que alguém pague. Quando você vai a um aeroporto, está na taxa de embarque; quando você vem ao Senado, está... Então, alguém tem que pagar a internet, não dá para ser gratuita de forma generalizada.

E eu entendo que meu maior desafio enquanto Presidente da Anatel vai ser atender as expectativas do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, pela transformação digital e pela conectividade, quando no Brasil a gente tem uma estrutura institucional para a questão da conectividade muito fragmentada em diversos órgãos do Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MANUEL BAIGORRI – Então, acho que este é o principal desafio: conseguir integrar as ações de diversos órgãos de governo para alcançar o objetivo da política pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar endereçar algumas das perguntas feitas no meu tempo de dois minutos.

Reforçando o que o Conselheiro Baigorri já falou a respeito dos cabos, de fato, em muitas grandes cidades brasileiras a paisagem urbana fica prejudicada em função dos cabos. Isso até traz um pouco de insegurança para a população. Como bem pontuado pelo Conselheiro Baigorri, isso é um projeto necessariamente conjunto entre os setores de energia e de telecomunicações, haja vista que não faz sentido enterrar uma infraestrutura de telecomunicações e permanecer com um poste, um cabo de energia, e vice-versa: não adianta enterrar infraestrutura de energia e permanecer com a infraestrutura de telecomunicações posteadas.

São dois setores que têm formas de regulação razoavelmente distintas. O setor de telecomunicações é um setor, de maneira geral, mais liberalizado em termos de tarifa e de regulação, com muita competição; o setor de energia é um setor que trabalha com modelos, com tarifas, então, uma alteração nos planos de investimento que impactam tarifas...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – ... e é algo que realmente tem que ser conversado entre os dois setores, mas isso é um problema, sim, que precisa ser endereçado.

Em relação à 5G, o Conselheiro Carlos Baigorri já mencionou como, até 2029, teremos 5G em todo o Brasil. Digo mais, a gente vai cobrir todas as localidades rurais mapeadas pelo IBGE com banda larga móvel de alta velocidade, além de cobrir todas as rodovias federais também com 4G ou superior e levar *backhaul*, redes de fibra ótica, para mais de 500 municípios que hoje não possuem esse tipo de infraestrutura. Isso tudo, graças também ao leilão do 5G.

E, por fim, em relação ao maior desafio, eu acredito que será efetivamente trazer o edital do 5G, que foi um sucesso, em termos de leilão, à sua concretude – garantir que tudo aquilo previsto, todo aquele investimento contratado ocorra. São 47 bilhões de valor...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – ... que o edital propiciou e, nesse sentido, o volume de investimento deve ser duas vezes maior do que isso. Então, o desafio será realmente muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, eu vou repetir a pergunta, porque, senão, eu vou... Depois, eu vou refazer a pergunta. Nós vamos...

A pergunta é a seguinte: o que os senhores consideram como o maior desafio nessa função que vão exercer? E quais são as inovações que pretendem implementar, uma vez que os cargos que V.Sas. vão exercer são extremamente importantes para a nação? Acho que é muito importante essa resposta, entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ouvir o Sr. Roger.

O SR. ROGER ROMÃO CABRAL (Para expor.) – Eu acho que o maior desafio que nós da diretoria temos é trazer sustentabilidade à atividade mineral, para que mudemos a imagem da mineração no país, que anda um tanto deturpada. Então, trazendo sustentabilidade, a gente consegue mudar o conceito dessa atividade, que é tão necessária para o bem-estar e que traz riqueza ao país.

Como estruturante, o nosso maior desafio é trazer a agência para um nível de eficiência 4.0, acompanhando a indústria 4.0, que é a indústria da mineração.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dr. Tasso.

O SR. TASSO MENDONÇA JUNIOR (Para expor.) – Bom, da minha parte, serei rápido.

Acho que os maiores desafios para nós lá são a estruturação da agência, tanto no campo de pessoal, como de estrutura e de digitalização, modernização normativa, liberdade econômica, inteligência fiscalizatória e promoção da logística para a mineração. Esses são os nossos principais desafios nesta nova gestão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O.k.

Dr. Robson.

O SR. ROBSON CREPALDI (Para expor.) – Na Ouvidoria da ANTT, acredito eu que o maior desafio ali vai ser manter a excelência já reconhecida da Ouvidoria perante a população brasileira e melhorar o que for possível dentro da agência.

E as inovações, eu acredito que são trazer uma maior transparência ativa para melhorar a comunicação entre os usuários e a agência reguladora e estreitar essa relação existente entre esses dois polos, utilizando as tecnologias existentes. Esperamos contar logo aí com o 5G para melhorar ainda mais ali.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO LOURENÇO DA SILVA (Para expor.) – Em relação ao maior desafio, eu creio que o da regulação é realmente desatar os nós da regulação e da burocracia para melhorar os serviços prestados, tudo isso com a segurança jurídica. Destacadamente, lá na agência, eu destacaria dois temas, que são a regulação do transporte rodoviário interestadual de passageiros e, o que foi falado aqui, a implementação do marco legal das ferrovias, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às ferramentas, realmente é se utilizar de ferramentas tecnológicas, prover as áreas finalísticas dos sistemas, para que a gente possa dominar as informações e, com elas, diminuir a assimetria de informações e também ter um perfeito monitoramento do mercado que a gente regula.

E, como sempre, utilizar-se de planejamento, planejamento e planejamento, antes de qualquer execução.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado.

Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa.

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Afora um aspecto que foi bem falado aqui, sobre reestruturação e estruturação definitiva, consolidação da posição da agência como tal e prestando o melhor serviço, eficiente, para a sociedade, eu escrevi, na mensagem que passei aos senhores, que, para mim... E aí eu vou me conciliar com o colega que falou há pouco, vou pegar um gancho com o pessoal das telecomunicações, porque eles devem ter esses números à mão e na cabeça tranquilamente: quantos celulares temos *versus* população do Brasil? Todos, praticamente, estão conectados de alguma forma usando um aparelhinho deste aqui e tantos outros. Isso não é possível sem mineração. Então, isso é um truísmo que não cabe ficar repetindo, mas essa é a realidade. Nós só temos algum nível de bem-estar porque a mineração opera.

Doutor, a usina hidrelétrica também puxa por isso. Então, o desafio maior é fazer com que a agência seja um ator importante, protagonista, junto com todo o mercado e os demais atores, com o poder público, para viabilizar que a sociedade, culturalmente, entenda a mineração não como um agente nocivo ao meio ambiente, às pessoas, mas, sim, como um agente que promove crescimento econômico e bem-estar social. Se a gente conseguir, minimamente, chegar a esse patamar, vou ficar bastante satisfeito, porque a sociedade vai agradecer por ter esse senso de utilidade da mineração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado.

Para terminar, nós vamos ouvir o Dr. Sandoval.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O setor de energia elétrica, tendo uma Agência Nacional de Energia Elétrica como uma das mais antigas agências, já passou por um momento de consolidação. Eu diria que nós estamos, agora, em duas etapas fundamentais no setor de energia elétrica hoje e que seriam os nossos dois grandes desafios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles é a modernização do setor. Com as inovações tecnológicas cada vez mais presentes na vida do cidadão, o consumidor tem o anseio de gerar a sua própria eletricidade, de ter acesso a bens de consumo cada vez mais modernos e que tudo isso, Presidente, caiba na tarifa, para que cada consumidor pague. O grande desafio que o setor de energia elétrica terá para os próximos anos já foi enfrentado pelo Senado Federal, por meio do PLS 232, convertido no PL 414, que trata das balizas principais da modernização do setor elétrico. Tão logo seja aprovado esse novo marco legal, teremos um grande desafio com a abertura do mercado de baixa tensão para mais de 84 milhões de consumidores. Esse é o grande desafio, eu diria, dos próximos anos, para a Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado.

Consulto os Srs. Senadores sobre se querem fazer alguma réplica ou tréplica.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui aproveitar a oportunidade e dar um testemunho, já que ao Sandoval ninguém fez perguntas, ao indicado a Diretor-Geral da Aneel. Quero dar um testemunho do trabalho do Sandoval, do Efraim, dessa turma da Aneel.

Nós tivemos um caso, no Estado de Goiás, de uma empresa muito grande, uma usina de açúcar, de álcool, com cogeração de energia. Um processo já parado, a empresa precisando dar sequência, 1,2 mil funcionários, Sr. Presidente. E, ao procurarmos a agência, através do Sandoval, através do Efraim, e levarmos o problema, eu pensava que eles iam pedir para nós: "Olha, vamos ver com cuidado". Não, eles se dispuseram a ir lá em Aporé, distante de Brasília, conhecer aquela usina, para poderem tomar a decisão. E assim foi feito, eles foram lá e, hoje, Sr. Presidente, nós temos lá 1,2 mil pessoas trabalhando. Já plantaram a cana, vão começar a colheita. Quando começar, já vai começar a produzir álcool e açúcar. Uma usina que, a princípio, em primeira etapa, 35 megas de energia a ser gerada. Na segunda etapa, mais 35 megas de energia a ser gerada.

Então, esse testemunho, Sandoval, eu não poderia deixar de dar aqui, da eficiência e do trabalho de vocês.

A você, leve um abraço lá ao Efraim, nosso Diretor também.

Parabéns! E obrigado por atender aí o nosso Estado de Goiás, uma empresa que está investindo bilhões no Estado!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, antes de proclamar o resultado, sei que vocês estão ansiosos, mas há a segunda parte da reunião e vocês hão de convir comigo que, se eu proclamar o resultado, vai virar uma confusão, um alvoroço total isso aqui, principalmente se os nossos convidados, os nossos sabatinados forem rejeitados pela Comissão – o que eu não acredito que aconteça. *(Risos.)*

Então, como nós temos a segunda parte da nossa reunião, é rapidinha, temos dois requerimentos e um projeto que será relatado pelo Senador Vanderlan Cardoso, que já fez uma síntese aqui para mim e prometeu ser bastante objetivo...

Eu submeto à deliberação do Plenário:

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater a suspensão da concessão da BR 163.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; Sr. Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; Sr. Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Dnit; Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Ibama; Sr. Rafael Vitale Rodrigues, Diretor-Geral da ANTT; e ainda o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer; o Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Funai; o Sr. Cassuca Benevides, representante do Instituto Kabu; o Sr. João Couri, representante da empresa Via Brasil; e Roberto Oliva, representante do IBL (Instituto Brasileiro de Logística).

Está em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Zequinha Marinho e pelo Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o autor do requerimento Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Presidente, a decisão para suspender essa concessão foi em atenção a um pedido do Ministério Público Federal, segundo o qual o Dnit não cumpriu uma decisão liminar, proferida lá em 2020, determinando a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Plano Básico Ambiental Indígena, de forma a reduzir os impactos da obra sobre os povos indígenas atingidos pelo asfaltamento da rodovia.

Segundo o MPF, o Dnit teria prazo de 15 dias para apresentar os planos de trabalho, mas não o fez.

Bom, em que pese a afirmação do Dnit, segundo a qual teria acatado a decisão, tendo, inclusive, realizado a juntada do documento para demonstrar o cumprimento da decisão judicial, o juiz, mesmo assim, optou por conceder medida cautelar em favor do Ministério Público.

Observe-se, porém, o flagrante contraditório entre a argumentação do Dnit e aquela que foi adotada pelo MPF, em razão do que parece adequado que esta Comissão do Senado Federal discuta, em audiência pública, os motivos da paralisação.

Mas, além disso, Presidente, nós, lá no Pará, sofremos muito. A Justiça atende algumas coisas que não têm cabimento. A Ferrogrão, maior investimento de logística que o Governo planeja para aquela região, está há bastante tempo suspensa porque o Ministro Alexandre de Moraes atendeu um pedido do PSOL. Os prejuízos em decorrência... Mandou suspender os estudos, as análises, tudo que estava acontecendo. O TCU, que já estava praticamente terminando tudo, teve que parar. Isso não se justifica absolutamente em nada. Parece que a gente está lidando com um povo do outro mundo.

Só para dar o exemplo de um prejuízo causado por esse atendimento do Judiciário ao PSOL para suspender a Ferrogrão. A cidade portuária do Pará se chama Barcarena, uma delas. Só uma empresa, que tem porto em Barcarena, deixou de investir lá, no ano passado, R\$1 bilhão, simplesmente em função dessa situação.

Agora, lá vem essa outra brincadeira aqui. Eu conheço a BR-163 dentro do Pará de ponta a ponta. Não passa nem perto – nem perto! – de reserva indígena, porque a reserva tem sempre, pelo menos, 10km de zona de amortecimento – correto? Nem isso acontece.

Pediram, o Dnit atendeu e, mesmo assim, o juiz deferiu em favor do MPF. O MPF trabalha contra o Brasil, contra obras, contra todo mundo. Eu não sei qual é o projeto de mundo do Ministério Público Federal, porque é inaceitável que isso aconteça.

Então, é bom a gente trazer esse pessoal aqui para gente aproveitar e fazer uma reflexão, não só sobre esse caso, mas sobre tantos outros que atrapalham o Brasil avançar.

Qual é o projeto deles? Qual o projeto político dessa turma? Porque eu não acredito que seja um trabalho em prol da sociedade.

Então, gostaria de pedir aos nobres pares que a gente aprove esse requerimento, que é meu e do Senador Izalci Lucas, para que a gente ouça, passe a limpo e, de repente, consiga sensibilizar esse pessoal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o requerimento apresentado pelos Senadores Zequinha Marinho e Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerro a discussão e coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A audiência será marcada oportunamente.

Item 2 da pauta.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 275, DE 2019**

Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do §6º do art. 231 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observação: a matéria tem parecer favorável já na CDH.

Após análise da CI, o projeto vai à CCJ e a votação será simbólica.

Concedo a palavra ao eminente Senador Vanderlan Cardoso para proferir o seu relatório.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós temos uma versão já resumida para sermos breves.

Sr. Presidente, como o relatório já está disponibilizado e publicado há dias, solicito a permissão de V. Exa. para um relato resumido da matéria e apresentação do voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição destina-se a cumprir o que determina o §6º do art. 231 da Constituição Federal, que requer que a declaração de relevante interesse público da União que tenha por objeto a ocupação de terras indígenas seja regulada por lei complementar. O objetivo do PLP é o de pacificar a intensa polêmica em torno da possibilidade e das condições da passagem de redes de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.

O projeto de linha de transmissão de energia elétrica permitirá ao povo de Roraima integrar-se ao Sistema Interligado Nacional. Essa obra de infraestrutura é considerada imprescindível para os mais de 500 mil habitantes do estado, que passarão a dispor de uma energia muito mais barata, menos poluente e com fornecimento estável.

O chamado Linhão de Tucuruí, cuja extensão é de 715km e deve levar energia de Manaus até Boa Vista, cruzará cerca de 122km da terra indígena e erguerá 250 torres de transmissão. Essa linha de transmissão é importante para o Brasil e estratégica para Roraima, que hoje depende de um fornecimento incerto de energia vinda da Venezuela e de cinco termelétricas. Os apagões são frequentes, Sr. Presidente.

Diante da importância do projeto, em busca de um regramento justo e eficaz, que combine o desenvolvimento econômico com a paz social, julgamos oportuno oferecer alguns ajustes redacionais ao texto.

Quanto ao voto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019, com a seguinte emenda:

Dê-se aos §§1º a 3º do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 1º

§1º A declaração de relevante interesse público de que trata o *caput* far-se-á por decreto do Presidente da República e não afasta a necessidade de ouvir as comunidades indígenas, cujas terras sejam diretamente afetadas, previamente à implantação do empreendimento.

§2º É assegurada indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas às comunidades indígenas afetadas.

§3º Os procedimentos de audição das comunidades e de cálculo da indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas de que tratam os §§1º e 2º deste artigo serão objeto de regulamento do Poder Executivo."

Sr. Presidente, é o relatório.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer um relato, uma observação. Sr. Presidente, eu morei no Estado de Roraima durante 14 anos. Na mesma época, praticamente, chegando a Roraima em 1980, ainda jovem, e conheci o Senador Chico Rodrigues ali por volta do ano de 1982, 1983. Naquela época, Sr. Presidente, já se falava desse linhão para levar energia até Roraima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Roraima, até hoje, Sr. Presidente, fica restrito o crescimento à questão energética. É uma das energias mais caras do Brasil, e ali empresários ou indústria não vão fazer investimentos porque a energia tem um corte constante pelos fornecedores de energia.

Então, Sr. Presidente, é um sonho antigo do Estado de Roraima. Como disse aqui no relatório, é o único estado da Nação brasileira que não está interligado ao sistema, e Roraima agora está recebendo aí vários investimentos. Mas sempre fica... pego nessa questão do linhão, de uma energia de qualidade.

São 122km, Sr. Presidente – conheço a realidade ali –, onde vai ser passada essa linha de transmissão nas terras indígenas e, com certeza, próximo à BR -174, não teremos impacto nenhum ambiental e, com certeza, não vai prejudicar ali as comunidades indígenas naquela região.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório, essas são as minhas considerações

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o projeto do Senador Chico Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tive o privilégio de, em novembro de 1991... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pegou uma hepatite?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Eu participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Roraima. O Presidente da Assembleia era o Deputado Aírton Cascavel, aquele do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor tem boas recordações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estávamos o Senador Pedro Simon, Ronan Tito e Elcio Alvares.

Tratava-se de discutir a criação da reserva ianomâmi. Governo do Presidente Collor, Ministro da Justiça: Jarbas Gonçalves Passarinho, meu patrono de formatura no curso de Direito.

Eu não vou falar sobre outros aspectos, mas faltou luz, faltou energia elétrica durante a nossa audiência. Ficou muito quente, aumentou o calor, e eu destratei os missionários, que estavam ali, às dezenas, fazendo campanha pela criação da reserva ianomâmi.

Para que o senhor tenha uma ideia, a reserva ianomâmi tem a superfície do Estado de Santa Catarina, 95 mil quilômetros quadrados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, foi criada a reserva Raposa Serra do Sol, que é outra.

Eu não sei se é justo ou injusto passar a linha de transmissão por terra indígena e se isso pode ser contestado do ponto de vista legal, da integridade do território. Mas eu sei que é profundamente injusto que o Estado de Roraima não esteja integrado ao sistema elétrico brasileiro.

Então, entre a incerteza – se é juridicamente correto, se é justo –, eu acho que não é ético o estado em que nós estamos. O senhor imagina uma unidade da Federação estar apartada, por qualquer lei, do suprimento de energia elétrica. Isso é uma condenação. É uma condenação irreversível porque vai depender de quem? Do vizinho? O vizinho é o Norte, que vive um momento complicado e vive há muito tempo: a Venezuela, não é isso? A Guiana.

Então eu acho que...

Sinceramente, eu não sei se esse projeto vai ser aprovado e, usando a sua sequência, não sei se vai ser sancionado; não sei se alguém não vai arguir a constitucionalidade dele. Aliás, a minha expectativa é que ele venha a ser aprovado e seja arguido. Mas nós temos que fazer alguma coisa. Nós não podemos ir lá, fazer a posteação e ligar. Mas nós podemos dizer o seguinte: olha, como está não pode. Este é o meu voto: como está não pode. E eu falo com essa modesta experiência de 31 anos. Olhe bem: novembro de 1991

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bons tempos, Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que nada! Com os desaforos que eu disse naquela tarde lá, eu prefiro não lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E os desaforos também lá na Praça XV.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, olha, muito pior é no campo do Avaí. O Estádio da Ressacada é muito, muito ruim. E o senhor sabe bem do que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pegar um aparte para contar uma do Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o único momento difícil que eu tive na Praça XV. Eu tinha 35 anos de idade, recém-assumido no Governo do Estado e foi decretada a greve do magistério. Embaixo da Figueira, passando por ali, sozinho, fui...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Abordado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... abordado por um grupo de grevistas e eu percebi que estavam filmando com aquelas máquinas grandes. E uma delas disse: "Vocês políticos têm duas caras".

E eu disse: "Oh, senhora, a senhora acha que, se eu tivesse duas caras, eu ia usar essa?". *(Risos.)*

Foi a única vez em que eu me saí bem numa abordagem mais difícil.

Mas o senhor não pede aparte. O senhor manda.

Eu quero dizer o seguinte: vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, pelo menos conseguimos o voto a favor do Esperidião aí, não é? E um brilhante relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, conte a do Avaí.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, do Avaí eu não posso contar, porque eu tenho um problema muito sério: eu não posso ser vaiado, porque eu perco as estribeiras todas.

Um certo dia, numa armação do Esperidião, que era meu adversário político lá em Santa Catarina, eu e o saudoso Luiz Henrique da Silveira fomos inaugurar a parte social do campo do Avaí, sendo que o Governador Luiz Henrique da Silveira tinha oferecido uma certa quantia para que o estádio pudesse ser remodelado. Eu era Prefeito de Florianópolis naquela oportunidade, e o Luiz Henrique era Governador. E o Luiz Henrique, em Florianópolis, não ia a lugar nenhum se eu não fosse junto com ele, porque o Luiz Henrique era bastante vaiado em Florianópolis, e eu não me recordava de uma vaia daquela natureza. Quando nós chegamos ao estádio, percebemos que a armação estava pronta. Já foram logo brigando com o Governador, o Governador já queria ir para o alambrado, foi uma confusão! O jogo era contra a Jamaica, nunca me esqueço do jogo, um jogo que não valia nada. Gente, pensem numa vaia estrondosa quando anunciaram a presença do Governador de Santa Catarina! Era uma armação, porque poderiam ter anunciado o seguinte: o Governador veio inaugurar, foi ele quem mandou o dinheiro. Não, não! Fizeram o contrário. Foi uma vaia! Foi uma vaia! Foi quando eu deixei de ser Avaí. *(Risos.)*

Eu disse para eles lá que... Anunciaram o Governador, e foi uma vaia estrondosa! Anunciaram o meu nome, foi menor, mas, para mim, foi marcante, tanto é que estou relatando para vocês hoje, aqui. Eu, naquela oportunidade, Senador Vanderlan, disse: "Eu não vou mais torcer para esse time e nunca mais vou colocar os pés aqui". Agora, eu virei Figueirense. E o Figueirense foi para a terceira divisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Na série A, pode torcer para o Avaí.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou torcer para o Avaí.

Eu só quero dizer para vocês que uma vaia estrondosa daquela ecoa pelos nossos ouvidos, e as pernas ficam bambas. Eu não tenho condições de ouvir uma vaia durante alguns minutos seguidos.

Está em discussão.

Senador Chico Rodrigues, o senhor quer discutir matéria ou não? É porque o pessoal está ansioso para que a gente apure o resultado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Eu sei que eles já estão impacientes, obviamente, mas, como, nós imaginamos, serão todos aprovados, eles vão ficar mais tranquilos.

Este projeto, nobre Senador Dário Berger, meus colegas Senadores Esperidião e Vanderlan, que estão presentes nesta reunião, é extremamente relevante por tudo aquilo que consta no relatório absolutamente credenciado, técnico, com conhecimento, inclusive, do nobre Senador Vanderlan, complementado, inclusive, pelas observações do nobre Senador Esperidião Amin.

Eu entendo que é um grande absurdo você impedir que uma linha de transmissão, que absolutamente nenhum dano ambiental causa àquelas comunidades indígenas, possa trazer tanta polêmica. Há mais de 15 anos, este projeto está em elaboração! E agora nós nos vemos quase na iminência de ser construída essa linha que nós chamamos de Linhão de Tucuruí, que vai, num trecho de 715Km, levar energia de Manaus até o nosso estado.

Entendemos, inclusive, que o Estado de Roraima, pela posição geopolítica e geoestratégica que representa, é fundamental estar ali interligado ao sistema nacional de energia. Nós somos vizinhos de dois países, a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, e fazemos 2 mil quilômetros de fronteira. São 2 mil quilômetros de fronteira, onde, praticamente, as relações com aqueles dois países vizinhos do Brasil passam necessária e fundamentalmente por Roraima.

Só para vocês terem uma ideia, Esperidião, por mês, trafegam na BR-174 mais de 3 mil carretas, em média de 40 toneladas, para o abastecimento da Venezuela, que vive este momento de crise. A Guiana hoje é um primo rico do nosso estado, é a nova Dubai. A Guiana, a República Cooperativa da Guiana, é a nova Dubai! Para vocês terem ideia, eles já descobriram e estão em regime de exploração de 15 bilhões de barris de petróleo, com a ExxonMobil explorando, com a petrolífera chinesa.

Vejam, por tudo isso, por essa posição estratégica do nosso estado... E nós ainda continuamos utilizando a energia de diesel, poluindo o ambiente, com um gasto de aproximadamente R\$3 bilhões para a Eletrobras por ano. Então, tudo isso, na verdade, já justifica a autorização para a passagem desse Linhão de Tucuruí para energizar o nosso estado definitivamente e interligar o sistema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero agradecer, parabenizando-o, ao colega Senador, que conhece, como já disse, a realidade do nosso Estado, o Senador Vanderlan Cardoso; agradecer ao Senador Esperidião Amin, que é esse nosso guru, que tem uma visão de Brasil, uma visão clara de Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Que foi candidato a Presidente do Brasil.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois é, pois é.

E agradeço a V. Exa. pela paciência, acima de tudo, e pelo interesse para que possamos resolver essa questão de uma forma definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Chico Rodrigues, a minha contribuição se dá no âmbito da tramitação. O senhor viu que eu designei o Relator, que tem conhecimento de causa, e isso foi preponderante para a aprovação do projeto. Não há dúvida quanto ao mérito do projeto, que, evidentemente, conta com a minha simpatia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agora, eu gostaria de apresentar um requerimento a V. Exa., um requerimento de urgência.

Requeremos, nos termos dos arts. 336, inciso II, e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 275, de 2019, que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do §6º do art. 231 da Constituição Federal.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Submeto à discussão o requerimento apresentado pelo Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência formulado por V. Exa.

Parabéns ao Senador Vanderlan Cardoso, parabéns ao Senador Chico Rodrigues, parabéns ao Senador Esperidião Amin, que nos deu uma aula de geografia e que sentiu *in loco* os problemas do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecimento de energia elétrica. Eu só não gostei do pito que V. Exa. teria dado nos franciscanos, nos missionários... Não eram franciscanos, só missionários?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Tem medo de xingar os franciscanos, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Holandeses!

Encerrada essa parte...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) - Presidente, eu só queria dar uma sugestão, porque hoje nós estamos aqui numa reunião bacana, muito boa, com nossos sabatinados, com todo mundo aqui muito satisfeito.

Eu queria sugerir a V. Exa. que nós antecipássemos 15 itens de amanhã para hoje para aproveitar... *(Risos.)*

Estão todos aqui muito animados, não é, Amin?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Declaro encerrado o processo de votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Procederemos ao anúncio dos resultados.

Vamos fazer o anúncio dos resultados por mensagem. *(Pausa.)*

Vamos aguardar os nossos técnicos procederem... *(Pausa.)*

Total: 20 votos.

Consulto os meus técnicos se eu preciso anotar aqui. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultados.

Sr. Carlos Manuel Baigorri, Anatel, 20 SIM; nenhum NÃO. Nenhuma abstenção. Unanimidade.

Sr. Artur Coimbra de Oliveira, Anatel, 18 votos SIM; 2 votos NÃO. Total de votos: 20 votos.

Sr. Luciano Lourenço da Silva, ANTT, 18 votos SIM; 1 voto NÃO. Uma abstenção. Total de votos: 20 votos.

Sr. Robson Crepaldi, ANTT, 17 votos SIM; 1 voto NÃO. Duas abstenções. Total de votos: 20 votos.

Sr. Roger Romão Cabral, 19 votos SIM; nenhum NÃO. Uma abstenção. Total de votos: 20 votos.

Sr. Tasso Mendonça Junior, ANM, 19 votos SIM; nenhum voto NÃO. Uma abstenção. Total de votos: 20.

Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, ANM, 18 votos SIM; 1 voto NÃO. Uma abstenção. No total, 20 votos.

Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Aneel, 19 votos SIM; nenhum voto NÃO. Uma abstenção. São 20 votos.

Todos estão aprovados.

Serão encaminhadas essa votação e a sabatina para o Plenário do Senado Federal. *(Palmas.)*

Antes de encerramos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial, dos indicados para as agências reguladoras, das Sras. e dos Srs. Senadores e demais interessados que nos honraram com a sua presença.

Está encerrada a reunião, convocando, aliás, outra reunião para amanhã, às 10h da manhã, para dar prosseguimento às sabinas dos nossos convidados.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e onze minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Luis Carlos Heinze, Giordano, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Acir Gurgacz, Weverton, Nelsinho Trad e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Rocha, Jayme Campos e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 19, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Dirceu Cardoso Amorelli Junior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 22, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor CLAUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Felipe Kury." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 35, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DANIEL MAIA VIEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de José Cesário Cecchi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 39, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da Senhora SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 31, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor HÉLVIO NEVES GUERRA, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia Elétrica - ANEEL." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 32, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RICARDO LAVORATO TILI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 33, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor FERNANDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Efrain Pereira da Cruz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 36, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome da Senhora AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Elisa Bastos Silva em 2 de dezembro de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Weverton, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Marcos Rogério, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Mecias de Jesus e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo aos Srs. e às Sras. Senadoras que a nossa reunião é interativa, portanto, será transmitida ao vivo e aberta à população. A participação dos interessados é por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800.0612211.

Em razão das peculiaridades próprias de uma sabatina com oito sabatinados, Senador Weverton, das reuniões semipresenciais e do grande número de sabatinados previsto, organizaremos a reunião da seguinte forma: inicialmente, será feita a leitura dos relatórios e, em seguida, os indicados farão suas exposições, limitadas a... Eu quero inovar e reduzir o tempo dos participantes de dez para cinco minutos, porque percebi ontem que, normalmente, naturalmente, grande parte da fala dos sabatinados já está no parecer do Relator. Então, sua fala seria mais para uma saudação e uma exposição de pontos específicos que não foram abordados pelo Relator. Aí, facilita o nosso trabalho. Diminuímos o tempo de exposição pela metade, e a gente segue na sabatina. Após as exposições, será concedida a palavra, como sempre, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

A lista de inscrição está à disposição.

Nós temos hoje a sabatar nada mais nada menos que oito pessoas: representantes da Aneel e da ANP. Aliás, eu já tinha separado basicamente por agência para que a gente tivesse o mesmo discurso e não misturasse muito as coisas, para facilitar a sabatina. Então, nós temos para sabatar: o Sr. Hélios Guerra, Diretor da Aneel; o Sr. Fernando Mosna, Diretor da Aneel; o Sr. Ricardo Tili, Diretor da Aneel; a Sra. Agnes Costa, Diretora da Aneel; o Sr. Cláudio Souza, Diretor da ANP; o Sr. Daniel Vieira, Diretor da ANP; o Sr. Fernando Moura, Diretor da ANP; e a Sra. Symone Araújo, Diretora da ANP.

Por acordo já preliminar feito pelo Senador Izalci e pelo Senador Weverton, vou submeter à apreciação do Senado Federal o relatório apresentado pelo Senador Weverton.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor FERNANDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Efrain Pereira da Cruz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

Senador Weverton, V. Exa. tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Cumprimento aqui todos os indicados no dia de hoje e peço também nossas escusas, pois vocês todos já foram devidamente analisados – os seus currículos, os relatórios –, pela brilhante condução do nosso Presidente e da nossa equipe técnica, que também teve condição de fazê-lo. Então, na verdade, aqui estaremos hoje apenas cumprindo uma obrigação regimental.

Ao tempo em que faço aqui, de forma bem resumida, a leitura por que eu fiquei responsável, do indicado, peço também ao Presidente que autorize abrir a votação dos indicados para que os Senadores que vão estar em outras Comissões, como é o nosso caso, já possam deixar o registro feito.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem (SF) nº 33, de 2022 (nº 168, de 2022, na origem), submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Fernando Luiz Mosna Ferreira da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na vaga decorrente do término do mandato de Efrain Pereira da Cruz em 13 de agosto de 2022.

O currículo dele já está disponibilizado, como eu falei.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo *caput* do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Fernando Luiz Mosna Ferreira da Silva atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo, pois tem formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado e experiência profissional no campo de atividade da Agência Nacional de Energia Elétrica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Fernando Luiz Mosna Ferreira da Silva ao cargo de Diretor da Aneel.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Tenho certeza de que foi o mais rápido já lido nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Weverton. Foi o mais rápido e bem lido, diga-se de passagem.

Eu ofereço agora a palavra, por cinco minutos, então, ao nosso sabatinado, que é...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, o senhor vai abrir já o painel?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou em seguida.

É o Sr. Fernando Mosna.

Onde está o Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA – Aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está aqui.

Vou lhe conceder a palavra por cinco minutos.

Antes de conceder a palavra, consulto os Srs. Senadores sobre a possibilidade de abrir antecipadamente o painel. Se houver unanimidade, eu procedo à abertura do painel. Se não houver unanimidade, nós seguiremos e, ao final, abriremos o painel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concordamos, Sr. Presidente. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Consulto...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concordamos, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Concordaram.

Havendo concordância unânime, fica aberto, então, o painel desde já.

Os Senadores que já estiverem convencidos já podem exercer o seu direito de voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra, então, o Sr. Fernando Mosna, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Dário Berger...

Obrigado.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado; e também o Relator da minha indicação, o Senador Weverton; e de registrar, desde logo, a satisfação de estar aqui, perante os Senadores, no Senado da República, numa solenidade importante como esta de sabatina de indicação para agência reguladora.

Como eu sou um servidor público concedido ao Senado Federal nos últimos três anos, acredito que é relevante também registrar o trabalho dos assessores do Senado Federal. Eu gostaria de começar fazendo isso, cumprimentando o meu amigo Jairo, chefe de gabinete do União Brasil. Eu gostaria também de cumprimentar todos os servidores do Senado Federal na figura do Secretário desta Comissão, o Thales, e de destacar também o relevante trabalho feito por todos os consultores do Senado Federal na pessoa do Dr. Danilo, Consultor-Geral do Senado, e do Rutelly, que é um consultor referência no setor elétrico no Senado Federal.

Agradeço também ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, pelo envio da minha indicação para que eu pudesse ser sabatinado pelo Senado Federal.

Destaco – acredito que é importante também agradecer esta minha vinda para o Senado por cessão da Advocacia-Geral da União – a oportunidade de trabalhar com o Senador Marcos Rogério em todos os temas vinculados ao setor elétrico desde quando ele assumiu a Presidência da Comissão de Infraestrutura, no biênio 2019-2020.

Agradeço também à minha família, em especial à minha esposa, Yamini, que está aqui presente, minha apoiadora, minha incentivadora de todos os momentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sem querer me delongar, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de destacar um pouco da minha trajetória na condição de servidor público. Eu acredito que é importante demonstrar de onde eu vim e onde estou.

Eu diria que tomei posse na AGU em 2012, em junho de 2012. Agora completo quase dez anos na condição de Procurador Federal da AGU. E, desde o início da minha trajetória profissional, tive a oportunidade de atuar em temas vinculados ao setor elétrico e em temas vinculados ao meio ambiente.

Na época, na AGU, desde o início, tive a oportunidade de atuar em questões judiciais vinculadas ao licenciamento das usinas do Madeira, de Jirau e de Santo Antônio. E, na Procuradoria Regional da 1ª Região, em Brasília, também tive a chance de atuar em temas mais específicos. Eu destacaria aqui um tema que, em algum momento, chegou ao Legislativo, que foi a questão do GSF. Foi um processo que, em algum momento, impediu a liquidação do mercado de curto prazo em algo em torno de R\$8 bilhões, e um grupo dedicado de procuradores trabalhando no núcleo em que eu atuava, que era o núcleo de atuação prioritária e energia elétrica, conseguiu fazer um trabalho de excelência no Judiciário.

E, vindo aqui para o Senado, na condição de cedido, trabalhando com um Senador que se encontrava na Presidência da Comissão de Infraestrutura, tive a chance de atuar em temas que eu tenho certeza de que, nos últimos três anos, estão dando os novos contornos do setor elétrico. O primeiro deles é o PLS 232, que é a modernização do setor elétrico, que atualmente se encontra na Câmara dos Deputados e provavelmente, ainda neste ano, volta para o Senado Federal com a expectativa de que se torne lei. Tive a oportunidade também de trabalhar assessorando o Relator na MP 998, que virou a Lei 14.120, que é a lei que, de algum modo, antecipa algumas mudanças da modernização. Também tive a oportunidade de trabalhar ajudando o Relator na construção do relatório da MP da Eletrobras e, mais recentemente, no final do ano passado, na construção do relatório do PL da GD (geração distribuída), PL 5.829, que virou a Lei 14.300, que é o novo marco da mini e microgeração distribuída.

Eu acredito que isso dá um pequeno panorama.

Sem querer extrapolar o tempo e me deixando completamente à disposição de todos os Senadores, todas as Excelências, para dúvidas e qualquer tipo de questionamento, eu encerro aqui, mais uma vez agradecendo a oportunidade de me dirigir aos Senadores e de estar presente hoje aqui no Senado da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós agradecemos também a participação de V. Sa.

Vamos ao segundo item da pauta, que, na verdade, é o item 3.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DANIEL MAIA VIEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de José Cesário Cecchi.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

A relatoria é do Senador Izalci, que tem a palavra para fazer o relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Eu peço a V. Exa. que eu possa ir direto à análise.

O indicado possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Segundo o currículo anexado à mensagem presidencial, o Sr. Daniel Maia Vieira possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, pós-graduação em Controle Externo da Regulação pelo Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, e é bacharelando em Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília.

Profissionalmente, atuou como Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), entre 2006 e 2008, onde coordenou equipes de auditoria em projetos financiados por bancos e agências internacionais de fomento, e como Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Desde 2008, atua em trabalhos afetos à desestatização e regulação nesse tribunal.

No TCU, foi Diretor Substituto da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização em Energia e Comunicações (SefidEnergia). Foi também Secretário de Fiscalização de Infraestrutura em Energia Elétrica, assessor na Secretária-Geral de Controle Externo, assessor do Presidente do TCU e assessor de ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara:

- i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua;
- ii) não possuir participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de entidades não-governamentais;
- iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;
- iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;
- v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais, ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, nos termos da alteração promovida pela Lei 13.848, de 25 de junho de 2019.

Então, Presidente, o voto.

Ante o exposto, acreditamos que as credenciais do indicado o recomendam para ocupar o cargo em questão e, considerando que se cumpriram as exigências constitucionais, legais e regimentais, temos a convicção que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal possui condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Daniel Maia Vieira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço o relatório do Senador Izalci e ofereço a palavra ao Sr. Daniel Maia Vieira por cinco minutos.

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Senador Dário Berger, e Exmo. Sr. Relator, Senador Izalci Lucas, nas pessoas de quem cumprimento todos os demais Senadores aqui presentes; senhoras e senhores; todos que nos assistem pela TV Senado, falarei de forma bastante rápida, como requerido pelo Presidente, mas não posso me furtar a me apresentar em aspectos pessoais, e não apenas profissionais.

Como relatado, sou Daniel, brasileiro, nascido em Recife, Pernambuco, filho de paraibanos de Campina Grande, onde morei durante toda a minha infância e adolescência. Mudei-me para a capital





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal em 2001, para estudar Relações Internacionais, e desde então foi aqui que construí os alicerces da minha vida profissional e, especialmente, pessoal, junto com minha esposa, Virgínia, e duas pequenas rebeldes – Alice, de sete anos, e Ísis, de quatro –, que certamente estão nos assistindo. E elas assistem à TV Senado.

Assim que graduado, eu fui logo aprovado no concurso de Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, onde trabalhei por três anos, e fui imediatamente para o Tribunal de Contas da União, também após aprovação em concurso público. Assim que cheguei lá me pós-graduei em Controle da Regulação e iniciei toda a minha atividade profissional no tribunal nessa área de infraestrutura, especialmente no setor de energia – energia elétrica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Lá pude exercer as mais variadas funções de gestão, como assessor, diretor, e cheguei a ser Secretário da Secretaria de Fiscalização de infraestrutura de Energia Elétrica, durante a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, cuja visão, para além das fronteiras do meu próprio tempo, muito me inspira e certamente inspira a administração pública. E, nessas posições, pude supervisionar diversos trabalhos nesse setor e interagir com diversos agentes, públicos e privados, do setor de infraestrutura.

Mais recentemente, fui assessor do Ministro José Múcio Monteiro. Na verdade, aprendi bastante com o Ministro, mais do que o assessorei. E durante a Presidência continuei sempre acompanhando os trabalhos relacionados ao setor de infraestrutura.

Desde 2021 desempenho a função de assessor do Ministro Jorge Oliveira, cuja notável humildade e discrição, sem abdicar da assertividade, também muito me ensina.

Bom, ao longo desses 15 anos da minha vida profissional, me dediquei intensa e exclusivamente ao interesse público do país, de forma mais enfática ao setor de energético nacional. Temas como planejamento da matriz energética, impacto na segurança, modicidade de preço de produtos, qualidade de serviço, marco regulatório de pré-sal, desinvestimento de Petrobras e Eletrobras foram temas que acompanhei de perto na atividade de fiscalização do controle externo e, sempre motivado por essa reconhecida excelência da gestão do Tribunal de Contas da União, me aperfeiçoei tecnicamente lá, fazendo diversos cursos nessa área.

Exmos. Srs. Senadores, eu tenho convicção de que toda essa minha trajetória construída sobre essa perspectiva do controle, especialmente multissetorial – elétrico, petróleo; acompanhei trabalhos das mais diversas agências –, me promoveu conhecimentos e habilidades importantes para as necessárias demandas da ANP. O desenvolvimento dos setores de infraestrutura, em especial petróleo, gás natural, biocombustível, demanda vultosos investimentos, elevadíssimo prazo de maturação, e os principais produtos estão sujeitos a grande volatilidade de preço. Segurança jurídica, previsibilidade, estabilidade regulatória, transparência de ações públicas com ampla participação da sociedade, para a necessária



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diversificação dos agentes econômicos, em prol da segurança de abastecimento, com qualidade e preço competitivos, são imperativos, e tenho convicção de que estou preparado para contribuir com todas essas demandas.

A atividade regulatória da agência, na sua vertente de regulação propriamente dita, fiscalização e sanção, deve sempre visar à garantia do abastecimento e a defesa dos interesses do consumidor, em termos de preço, oferta, qualidade. Suas ações devem ser sempre direcionadas ao fomento de um ambiente concorrencial de mercado, transparência, monitoramento de preços, qualidade de produtos, segurança operacional para mitigar efeitos socioambientais adversos, garantia da efetiva transparência e, para isso, a agência deve ter especial cuidado e atenção à sua própria governança e, sobretudo, à governança regulatória.

Por outro lado, a efetividade de políticas setoriais, que afetam mais de 120 mil agentes regulados e milhões de consumidores no país, depende não apenas do sucesso da ANP, mas, sobretudo, do conjunto das medidas a cargo de outros múltiplos agentes setoriais...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – ... entre os quais diversas outras agências, Receita Federal, Cade, Procon e muitos outros.

É imperativo que a agência, sem renunciar a sua autonomia, aprimore cotidianamente sua capacidade de articulação interinstitucional, de ouvir e dialogar, em prol da eficiência das políticas, simplificação, desburocratização de procedimentos, numa redução de custos regulatórios e de riscos para os agentes, em benefício de toda a sociedade. Essa capacidade de diálogo, permeada por absoluta transparência e previsibilidade, ganha ainda mais relevo no ambiente de inevitável transição energética em que vivemos e na atual conjuntura que o país se encontra.

Com essa brevíssima apresentação, Exmos. Senadores, humilde e modestamente desejo ter demonstrado, de forma bem sucinta, o atendimento dos relevantes e essenciais requisitos para ocupar o cargo dessa agência reguladora, importante agência reguladora, em especial...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – ... considerando a necessária pluralidade dos conhecimentos e habilidades que devem permear um órgão colegiado.

Caso conte com a honra de ter meu nome aceito por este Senado Federal, mantenho meu compromisso de continuar a me dedicar intensamente ao desenvolvimento do setor, sempre em benefício da sociedade desta nobre nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nossos agradecimentos ao sabatinado Daniel Maia Vieira.

Seguimos a nossa reunião. E agora vou para o item 2 da pauta, que na verdade é o item 3 já. Em seguida, passo a palavra para o Senador Marcos Rogério, que relata o próximo indicado.

Então, o item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor CLÁUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Felipe Kury.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

Senador Eduardo Gomes, V. Exa. tem a palavra para relatar o indicado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, permita-me só duas breves observações, até pelo trabalho que a Casa desenvolve nesses dois dias, três dias de esforço concentrado, sob a liderança do Presidente Rodrigo Pacheco e dos Presidentes de Comissão, como V. Exa., e os indicados, para falar da rotina de indicação de sabatina, que obedece – para aqueles que nos assistem pela TV Senado – um rito de apresentação paralela dos currículos, visita aos gabinetes. Então, a gente sabe que na verdade a sabatina é uma síntese de um trabalho feito junto às Comissões, aos Líderes, às assessorias, e a checagem objetiva da qualificação dos indicados. Então, por isso faço um registro nominal ao Dr. Fernando de Moura Alves, Cláudio Jorge Martins de Souza, Daniel Maia Vieira, Symone Christine de Santana Araújo, Hêlvio Neves Guerra, Ricardo Lavorato Tili, Fernando Luiz Mosna Ferreira da Silva, Agnes Maria de Aragão da Costa, indicados para a Aneel e a ANP, em nome da Liderança do Governo no Congresso Nacional e do Senhor Presidente Jair Messias Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou nem falar, Presidente, da coincidência do número da mensagem, que é Mensagem nº 22, de 2022. Mas eu vou passar então à leitura objetiva do voto e desejo a todos os indicados, ao mesmo tempo em que cumprimento os Relatores de todas as indicações, um bom mandato nas agências reguladoras respectivas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores sabatinados, vem à análise desta Comissão a Mensagem nº 22, de 2022, da indicação do Sr. Cláudio Jorge Martins de Souza para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em vaga decorrente do término do mandato de Felipe Kury.

O indicado possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é submetido.

Cláudio Jorge Martins de Souza é graduado em Geologia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e mestre em Geociências, pela Universidade Federal Fluminense. Adicionalmente, possui especialização em Administração Pública, pela Universidade Estácio de Sá, e em Engenharia Sanitária e Ambiental, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tem ainda formação complementar na área de Qualidade e Gestão Ambiental.

Profissionalmente, possui experiência na iniciativa privada como geólogo, na área de petróleo e de recuperação ambiental. No setor público desde a década de 1990, passou pelo Cefet/RJ, como professor do curso de Tecnólogo Ambiental, pela Prefeitura de Niterói, na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, e Inmetro, em que atuou na regulação técnica de produtos ambientais.

Como servidor da Agência Nacional do Petróleo desde 2005, atuou na análise de projetos de PD&I, na elaboração do Regimento Interno do Comtec (Comitê Técnico-Científico), com atribuições de estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos advindos das cláusulas contratuais de investimento, pesquisa e desenvolvimento. Como superintendente adjunto de dados técnicos, exerceu a função gerencial por sete anos e meio, melhorando o planejamento estratégico e os regulamentos setoriais. Desde 2017, tem atuado como superintendente de dados técnicos naquela agência reguladora. Além disso, possui diversos trabalhos publicados em congressos e simpósios técnicos.

No que tange às demais exigências regimentais, o indicado apresentou todas as declarações solicitadas.

Voto.

Ante o exposto e considerando que se cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal possui as condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Cláudio Jorge Martins de Souza para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforço também, Sr. Presidente, meus cumprimentos adicionais a todos os familiares dos oito indicados nas duas agências pelo dia histórico nas suas carreiras consagradas. Assim, registro o nosso relatório para a indicação do sabatinado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Eduardo Gomes.

Ofereço a palavra ao Sr. Cláudio Souza, para a sua manifestação.

O SR. CLÁUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia, Exmo. Sr. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Exmo. Sr. Relator, Senador Eduardo Gomes, Senadores que integram esta Comissão, também as senhoras e os senhores que acompanham virtualmente esta sessão, bem como os demais colegas da ANP e os presentes que, como eu, estão tendo seus nomes apreciados hoje nesta Casa Legislativa.

Inicialmente, Exmo. Sr. Presidente, gostaria de registrar meu agradecimento ao Exmo. Ministro Sr. Bento Albuquerque e também agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela confiança que me conferiu ao ser indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, instituição na qual ingressei no primeiro concurso público em 2005, na carreira de especialista em regulação. Assim, é uma grande honra ter hoje meu nome sabatinado por esta ilustre Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Como já foi dito, sou natural do Rio de Janeiro, de 1965, e me graduei em Geologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuei em diversas áreas dentro da Agência Nacional do Petróleo, como a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, na análise de projeto de pesquisa e desenvolvimento e inovação. Em seguida, ingressei na Superintendência de Desenvolvimento e Produção, onde atuei como responsável técnico de campo de produção de óleo e gás. Em 2017, retornei à Superintendência de Dados Técnicos, onde exercia o cargo de superintendente até janeiro. E, atualmente, ocupo o cargo de Diretor Substituto na Diretoria 2 da agência.

Exmos. Senadores, o setor de petróleo e seus derivados passa por uma verdadeira transformação, não somente pela transformação digital, que avança exponencialmente aumentando os desafios da indústria de óleo e gás, mas muito mais pela transição energética mundial, com a forte pressão socioambiental pela economia de baixo carbono.

A descarbonização dos países, principalmente europeus, já é uma realidade. Os grandes bancos mundiais, que são os principais financiadores da indústria de óleo e gás, não querem investir na exploração de novas jazidas de petróleo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, no Brasil temos grandes desafios para o setor na área de exploração e produção. Precisamos aumentar o fomento, a exploração em terra, pois o impacto positivo na geração de emprego e renda no interior do país é direto e se faz necessário e urgente.

No setor de refino, temos a saída da Petrobras de algumas refinarias, com a venda para novos agentes. Esse novo modelo para o setor de refino tem grandes impactos, todos na estrutura da cadeia de abastecimento de combustível do país, e será um grande desafio na regulação da ANP.

Em 2021 tivemos um grande marco, a nova Lei do Gás, que trouxe um conjunto de reformas ao segmento após anos de discussão, dando segurança jurídica aos agentes econômicos e permitindo maior confiança aos agentes da cadeia da tomada de decisões.

A ANP tem se dedicado de maneira concentrada a publicar todos os instrumentos infralegais no menor prazo possível, contribuindo para a abertura efetiva do mercado.

No abastecimento, recentemente a ANP avançou na quebra de algumas barreiras regulatórias que se mostravam desalinhadas com o maior desenvolvimento do mercado de abastecimento e com a necessidade de inserir maior grau de concorrência e de garantir o princípio da livre iniciativa para um mercado mais moderno, com menores custos para a sociedade.

E como não falar nos biocombustíveis? Nos biocombustíveis, temos o Brasil como segundo maior produtor mundial e um dos maiores em uso energético. Em 2021, o nosso consumo de etanol combustível, majoritariamente de cana-de-açúcar, alcançou cerca de 27 bilhões de litros; e o de biodiesel, que tem na soja sua principal matéria-prima, cerca de 8 bilhões de litros. Na matriz de transporte brasileiro, os biocombustíveis representam hoje quase 30%.

Tudo isso mostra que muito já foi feito, porém temos muito ainda por realizar a fim de construirmos uma regulação moderna, alinhada às diretrizes impostas pela política energética nacional e que de fato atenda às necessidades da sociedade brasileira. São esses os desafios que me estimulam a participar desta sabatina e ter meu nome avaliado para uma vaga na Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Muito obrigado, Exmos. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, nossos agradecimentos ao Sr. Cláudio Jorge Martins de Souza, cujo relatório coube ao Senador Eduardo Gomes – nosso Líder, nosso maestro aqui no Senado Federal – e certamente será aprovado.

Dando sequência à nossa reunião, ofereço agora a palavra ao Senador Marcos Rogério, que vai relatar o item 5.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor HÉLVIO NEVES GUERRA, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

V. Exa. tem a palavra para fazer o relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, a quem cumprimento pela condução dos trabalhos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, especialmente nesses dois dias de sabatinas, em um processo um pouco atípico em razão do cenário em que nós ainda estamos no Senado Federal, de funcionamento híbrido, em parte sistema presencial, em parte semipresencial. Isso tem feito com que as Comissões tenham deixado de ter a dinâmica de trabalho e de funcionamento que tradicionalmente sempre tiveram. Isso acaba, em certa medida, diminuindo o relevante papel das Comissões.

Passando pelos corredores nesta semana, eu conversava com alguns colegas Senadores sobre como faz falta o funcionamento pleno das Comissões, a exemplo do acontecia antes desta pandemia. Mas todos nós, alguns em medida maior, têm algumas preocupações com o cenário que ainda está sobre nós.

Mas eu queria cumprimentar V. Exa. pela direção dos trabalhos.

Sr. Presidente, fiquei muito honrado com a designação para relatar essa indicação. O indicado, na verdade, é indicado à recondução para essa agência que é a maior agência de infraestrutura do Brasil e é alguém que tem uma história que nós conhecemos. Eu tive a oportunidade... Quando ele foi indicado pela primeira vez aqui, eu era o Presidente da CI. Salvo engano, quem relatou a primeira indicação dele foi o Senador Eduardo Gomes, e hoje coube a mim fazer essa relatoria do Dr. Hêlvio.

Como disse, o indicado à recondução possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado. Uma das referências que eu tive na indicação anterior,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando o Prof. Hêlvio estava aqui, Presidente Dário Berger, foi do Senador Eduardo Braga, quando ele disse "foi meu professor". Aí, eu falei: "Olha, supera o currículo". E coube a mim desta vez fazer a relatoria.

O *curriculum vitae* anexado à mensagem presidencial indica que o Sr. Hêlvio Neves Guerra é engenheiro eletricitista graduado pela atual Universidade Federal de Itajubá, Mestre em Engenharia Elétrica pela mesma Universidade, e Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. É também contador graduado pela Universidade de Brasília e é diplomado pelo Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação pela George Washington University.

Ocupa uma diretoria da Aneel desde novembro de 2020. Antes dessa ocupação, foi Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia. Anteriormente a esse período, trabalhou em outros cargos e funções na Aneel e também foi docente, ocupando cargos de gestão na Universidade Federal do Amazonas.

Portanto, Sr. Presidente, o indicado preenche todos os requisitos previstos pela sua folha de serviços prestados, mesmo antes de ser diretor daquela agência, mas muito mais agora, como Diretor. E eu tive a oportunidade de o acompanhar, inicialmente na condição de Presidente desta Comissão, e, depois, nas tratativas que estabelecemos em razão das reformas dos marcos regulatórios do setor elétrico, e sempre tivemos a presença do Prof. Hêlvio nos ajudando e nos instruindo a aperfeiçoar o modelo do setor elétrico.

Nós já avançamos muito, mas ainda temos que avançar mais. Aquilo que saiu do Senado Federal, que foi o 232, que é a reformulação do setor elétrico, o novo marco legal, está na Câmara, lá é o 414. Deve ser votado nos próximos dias e retornar ao Senado em razão das inovações. É um projeto complexo, mas que contou com a participação, com a indicação de sugestões e de aprimoramentos de pessoas como o Dr. Hêlvio, e eu quero aqui fazer este registro público em agradecimento. Por isso a minha honra de relatar a indicação do Prof. Hêlvio à recondução à nossa Aneel.

Ante o exposto, considerando que se cumpriram as exigências constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal possui condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Hêlvio Neves Guerra para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

É o parecer, Sr. Presidente, que apresento a esta douta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Agradeço a V. Exa., Senador Marcos Rogério, pelo relatório, pelo parecer, e ofereço a palavra ao nosso sabatinado, o Sr. Hêlvio Neves Guerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA (Para expor.) – Saúdo o Exmo. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; saúdo o Exmo. Senador Marcos Rogério, Relator nesta Comissão do processo que trata da minha indicação para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – agradeço muito pelas suas palavras, bondosas palavras, Senador Marcos Rogério –; saúdo as Exmas. Senadoras e os Exmos. Senadores que também compõem esta Comissão; cumprimento a todas as pessoas que estão acompanhando esta reunião presencialmente e virtualmente. Bom dia a todas e todos!

Tenho imensa satisfação, Senador Berger, em voltar a esta Comissão para que seja avaliada a minha indicação para mais um período como Diretor da Aneel.

Faz parte do rito desta sabatina, nesta Comissão, que o candidato fale um pouco sobre o seu currículo. Eu não vou repetir aquilo que fez parte do relatório tão bem elaborado pelo Senador Marcos Rogério a respeito de minha formação acadêmica e trajetória profissional. Nesta segunda oportunidade, eu gostaria apenas de adicionar aquilo que o currículo nem sempre consegue revelar, que é o aprendizado e as descobertas ao longo de nossa trajetória pessoal.

Conforme pontuou o Senador Marcos Rogério, eu sou engenheiro eletricitista, formado pela então Escola Federal de Engenharia de Itajubá, no sul de Minas Gerais, hoje a Universidade Federal de Itajubá, e sempre tenho a satisfação e – eu digo sempre – orgulho mesmo, Senador Berger, Senador Marcos Rogério, de dizer que lá eu aprendi sobre perseverança e sonhos. Foi a determinação do advogado Theodomiro Santiago que permitiu a criação do curso de Engenharia em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, em 1913. Isso não seria possível não fosse a ousadia de sonhar e persistir de um homem visionário. Com o tempo, essa escola de Engenharia passou a ser uma das mais importantes de nosso país.

Costumo dizer que esse aprendizado, se não foi mais importante, foi tão importante quanto conhecer como funciona a eletricidade.

Formado, ingressei na Universidade Federal do Amazonas e lá aprendi de perto o quanto a eletricidade é importante para a qualidade de vida das pessoas. Foi na Amazônia, como um jovem professor – já agora não tão jovem! –, que soube da existência de localidades no Brasil que enfrentavam muitas horas do dia sem energia elétrica, fato que despertou em mim o desejo de alterar essa realidade.

E foi assim que aprendi que não basta gerar energia, ela tem que ter sustentabilidade e não pode ser um fim em si mesma. Tem que chegar à porta dos consumidores e atender às suas necessidades, precisa ter qualidade e poder ser paga por quem a usa, remunerar adequadamente os investidores e ser indutora do desenvolvimento social e econômico.

Saindo da área acadêmica, trabalhei na Aneel por 18 anos antes de ocupar o cargo em que hoje estou há cerca de um ano e cinco meses. Na agência aprendi que a condição para uma boa regulação é a alocação equilibrada entre custos e riscos. E o ato regulatório precisa ser bem entendido por todos, sejam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os grandes empresários e os grandes investidores, que normalmente conhecem bem como o setor elétrico funciona e conseguem gerenciar seus custos e seus riscos, sejam as pequenas empresas e as pessoas mais humildes, que pagam suas contas de energia e de modo geral são passivas nesse processo e precisam ser protegidas. Isso está na gênese da regulação.

Penso que um dos mais complexos e talvez mais relevantes desafios é atuar de forma equilibrada, e tem sido essa a minha busca permanente ao longo de toda a minha trajetória.

Entre minhas duas passagens pela Aneel, tive a satisfação de trabalhar no Ministério de Minas e Energia...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... onde tive a honra de estar próximo do Ministro Bento Albuquerque, a quem agradeço pela indicação e pela confiança. Aprendi com o Ministro Bento a importância de haver relação harmoniosa entre a regulação, o planejamento e a formulação da política pública para o setor elétrico e a articulação entre todas as instituições que permita obter os melhores resultados para o setor elétrico.

Sras. Senadores, Srs. Senadores, tudo que aprendi foi e tem sido muito útil para a formação de meus princípios e de como devo agir como cidadão e como profissional, sempre aberto à crítica, a ouvir e a ponderar opiniões divergentes e sempre aprender com elas.

Penso também, não tenho dúvida disso, que a Aneel tem desafios, e grandes desafios, a enfrentar no futuro: regular para que o setor continue se desenvolvendo diante das novas tecnologias, dos recursos energéticos distribuídos, da evolução sobre questões de discussão sobre hidrogênio verde...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos, das usinas híbridas, das usinas reversíveis e tantos outros.

Senador Berger, Senador Marcos Rogério, demais Senadores, Senador Eduardo Gomes, Senador Eduardo Braga também – como disse o Senador Marcos Rogério, realmente eu fui professor do Senador Eduardo Braga quando ele era estudante de Engenharia na Universidade Federal do Amazonas –, eu penso estar pronto para enfrentar esses novos desafios, especialmente por poder contar com um dos alicerces da Aneel, seu quadro de valorosas servidoras e de valorosos servidores. Se eu puder contar com a honrosa aprovação de minha indicação para ser reconduzido à diretoria da Aneel pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras para mais um mandato, meu compromisso será manter a atuação que tive em meu primeiro mandato, sempre buscando o aperfeiçoamento do setor elétrico em todos os seus segmentos...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... geração, transmissão, distribuição e comercialização. E, acima de tudo, Senador Berger, continuar aprendendo com aqueles que trabalham na agência e no Ministério de Minas e Energia, com os Parlamentares e com os agentes setoriais para melhor servir a sociedade e ao nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, nossos cumprimentos ao Senador Marcos Rogério pelo relatório e também ao Sr. Hέλvio Guerra pela recondução.

Seguindo a nossa reunião, vamos oferecer a palavra, agora, ao Senador Vanderlan Cardoso, que vai relatar a Mensagem nº 39, de 2022.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senador Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da Senhora SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública da indicada.*

A relatoria é do Senador Vanderlan Cardoso, a quem ofereço a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, meus cumprimentos. Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, aos nossos indicados aqui, sabatinados, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Sra. Symone Christine pela sua indicação como Diretora da Agência Nacional do Petróleo; parabenizar o Senhor Presidente Jair Messias Bolsonaro por essa indicação tão qualificada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou tendo a honra, Sr. Presidente, caro Senador Carlos Viana, de relatar nesta Comissão, e aproveito para agradecer a V. Exa., Presidente, pela indicação dessa relatoria. Durante a elaboração do meu relatório, eu pude verificar o excelente currículo, além da imensa experiência profissional que a indicada possui, o que tira qualquer dúvida sobre sua capacidade para exercer o cargo de Diretora da ANP; lembro que a indicada já exerce o cargo e está sendo reconduzida. Ela possui doutorado em 2005, mestrado em 1997. Por isso, Sr. Presidente, venho pedir aos demais Senadores que acompanhem, na votação, a minha relatoria pela aprovação da Sra. Symone Christine.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

Submete-se para prévia aprovação do Senado Federal a indicação da Sra. Symone Christine de Santana Araújo para recondução ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, do Senhor Presidente da República.

Trata-se de dispositivo da Constituição Federal que estabelece competência privativa ao Senado Federal para aprovar, por voto secreto, e após arguição pública, a escolha de titulares de cargos de direção que a lei assim determinar.

Passemos para a análise prévia.

Análise.

A candidata Symone Christine de Santana Araújo apresenta formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo de direção para o qual foi indicada para recondução, tal qual mostra o currículo anexo à Mensagem (SF) nº 39, de 2022, remetida pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A indicada graduou-se como engenheira química, em 1988, e concluiu mestrado em desenvolvimento e meio ambiente, em 1997, ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Adicionalmente, cursou doutorado em ecologia e manejo de recursos naturais na Universidade de Brasília. Como servidora pública, em 2004, fez curso de formação da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), cargo que ocupa até a presente data.

Em termos de serviço público, aduz ser vasta a experiência da candidata. Ela iniciou como técnica de nível superior na Delegacia do Ministério da Educação em Sergipe e depois na Fundação Universidade Federal de Sergipe. A partir de 2004, como integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, começou sua trajetória no setor de petróleo, no Ministério de Minas e Energia, atuando no Departamento de Gás Natural, local em que se tornou, em 2005, Coordenadora-Geral de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Processamento, Infraestrutura e Logística de Gás Natural, e, em 2009, assumiu o cargo de Diretora do referido departamento, se dedicando à formulação e implementação do Novo Mercado de Gás.

Adicionalmente, foi membro dos Conselhos Fiscais da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (PPSA) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Em concomitância, ministrou aulas nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e no Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). Sua carreira acadêmica apresenta também publicações em capítulos de livro, cadernos técnicos da FGV Energia, anais de congressos científicos e periódicos especializados.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, a candidata declara:

- i) ter um cunhado, o Sr. Antonio Carlos Soares de Araújo, aposentado da Petrobras como Engenheiro de Processamento Sênior, e que atualmente ocupa a função de Consultor Independente do setor de petróleo e gás natural; além disso, o marido, Sr. Carlos Antonio Soares de Araújo, é Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União desde 2000, ocupando atualmente a função de Especialista Sênior.
- ii) nunca ter participado como sócia, proprietária, ou gerente de entidades não-governamentais. Entretanto, participou, no período de 1989 a 2001, como sócia da empresa Ambientec Consultoria Ltda;
- iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;
- iv) não figurar como ré ou autora em ações judiciais, conforme consulta ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, bem como ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da 5ª Região; figurou como autora em ações judiciais que foram arquivadas, conforme consulta formulada à Justiça Federal em Sergipe e no Distrito Federal;
- v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais. Contudo, a informação declarada conflita com a declaração de que foi Presidente do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) entre 2017 e 2019, e do Conselho Fiscal da PPSA entre 2015 e 2017; e
- vi) atuou, desde novembro de 2020, como Diretora da ANP.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que a regra para agências reguladoras é a vedação à recondução, conforme previsto no art. 11, §3º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com alterações promovidas pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Entretanto, a recondução para o cargo é excepcionada caso o indicado tenha apenas completado mandato remanescente com prazo igual ou inferior a dois anos.

A indicada foi indicada em outubro de 2020, e esta Comissão aprovou o parecer, sob relatoria da Senadora Kátia Abreu, no dia 19 daquele mês. Após aprovação pelo Plenário do Senado Federal, tomou posse em 10/11/2020, concluindo o mandato pelo prazo remanescente de pouco mais de um ano e quatro meses. Ou seja, a ela é permitida a recondução caso seja aprovada pelos nobres Senadores e Senadoras após encaminhamento por esta Comissão.

Relevante citar que, nesse curto período como Diretora da ANP, a candidata atuou em pautas importantes para o presente e para o futuro, como os acordos entre as partes sobre o volume excedente à cessão onerosa à Petrobras de Sépia e Atapu, a fiscalização do abastecimento nacional, as garantias financeiras para o descomissionamento da infraestrutura de produção dos campos de petróleo e gás natural, e o RenovaBio, programa importante para a pauta ambiental brasileira, entre outras.

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de corpo técnico importante para os próximos cinco anos da ANP. A indicada possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação acadêmica e carreira profissional sólida para as demandas a serem enfrentadas no cargo que pleiteia. Além disso, atende aos quesitos estabelecidos na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, inclusive quanto à excepcionalidade da recondução.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, acredito que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal possui condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Symone Christine de Santana Araújo para a recondução ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso. Cumprimento-o pelo relatório.

Ofereço a palavra, então, à nossa sabatinada, Dra. Symone Araújo.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO (Para expor.) - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger; Exmo. Sr. Relator, Senador Vanderlan Cardoso; nas pessoas de V. Exas. cumprimento as Senadoras e os Senadores presentes e os que nos assistem remotamente.

Senhoras e senhores, bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, agradeço ao Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pela minha indicação para a recondução ao cargo de Diretora na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Estou imensamente honrada em ser mais uma vez submetida à análise desta egrégia Comissão e, dessa forma, apresento-me, hoje, diante das Sras. e Srs. Senadores para um breve balanço do período de pouco mais de um ano como integrante da Diretoria Colegiada da agência e para renovar os compromissos frente aos desafios por que passa a indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Agradeço especialmente ao Senador Vanderlan, que, gentilmente, apresentou o relatório acerca da minha recondução a esta Comissão.

Sou servidora pública federal da carreira de gestão governamental. Estou no serviço público desde 1994. Estive, por 16 anos, no Ministério de Minas e Energia, grande parte no Departamento de Gás Natural. A partir de 2020, integrei a Diretoria Colegiada da ANP e fui responsável por áreas importantes, como as de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, fiscalização da medição da produção, segurança operacional e meio ambiente, biocombustíveis, dados técnicos, logística de combustíveis. Ao longo desse tempo, tive a oportunidade de relatar 84 propostas de ação durante as nossas reuniões do Colegiado.

No segmento de biocombustíveis, eu destaco o RenovaBio, que, até dezembro de 2021, contribuiu com a redução da emissão de 35 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente. Estive junto à execução do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), que nos permite afirmar que, no Brasil, os combustíveis têm padrões internacionais. Relatei também a revisão das especificações dos combustíveis de aviação, os querosenes, de forma que pudéssemos introduzir um novo querosene denominado JET-A, que trará competitividade e contribuirá fortemente com a redução de custos.

Eu queria destacar a área de fiscalização do abastecimento. É certo dizer que, em todos os dias, temos sempre um fiscal da agência em cada um dos nossos agentes regulados no segmento de distribuição e de revenda de combustíveis líquidos e GLP. Em 2021, realizamos cerca de 18 mil fiscalizações e, dessa forma, pudemos afirmar a presença da ANP no mercado nacional de combustíveis, cumprindo seu papel de defesa do consumidor.

Na área de exploração e produção, tive a oportunidade de trabalhar com programas para a revitalização de campos maduros, a exemplo do Reate e do Promar. Assim como afirmado pelo Senador Vanderlan, tive a oportunidade honrosa de relatar a avaliação das participações acordadas entre as partes, o que pôde contribuir para, ao final de 2021, a realização da segunda rodada de licitação dos volumes excedentes de cessão onerosa nas áreas de Sépia e Atapu, resultando em uma arrecadação de mais de R\$11 bilhões a título de bônus de assinatura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, a pandemia nos fez refletir que há necessidade de acelerar a transformação dos mercados, porque há uma maior competição global por investimentos. Nós temos a transição energética, que nos chama a refletir sobre como se dará a produção e o consumo de combustíveis no futuro. Temos a certeza de que a ampliação dos biocombustíveis na matriz energética é um compromisso inafastável. A sustentabilidade ambiental tem que ser buscada em todos os segmentos regulados.

O Brasil passa por uma efetiva abertura dos mercados de refino, gás natural e distribuição de combustíveis. E nós temos um intenso movimento de fusões e aquisições entre os agentes nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. No mercado de gás, após a sanção da Nova Lei do Gás, caberá à agência uma expressiva revisão do estoque regulatório para alcançar um mercado aberto, dinâmico, competitivo e coordenado, favorável à realização de negócios.

Esses são desafios de grande relevância, e a agência está imbuída do senso de urgência, das responsabilidades e, sobretudo, das expectativas nela depositadas.

(Soa a campainha.)

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO – Busca-se aumentar, de forma considerável, a transformação digital de forma que a agência possa atuar com transparência e incentivar a participação social. A revisão, a consolidação e a simplificação do estoque regulatório devem ser capazes de preencher lacunas, mas não resultar em entraves desnecessários à entrada de novos agentes.

Srs. Senadores, todo esforço empreendido já produz resultados, mas registro que a ANP está se reinventando, e ainda há muito a fazer. Neste momento, integrar a Diretoria Colegiada é um desafio que pretendo enfrentar com empenho, com dedicação e, sobretudo, com equilíbrio, sentimento de pertencimento, parceria, diálogo e senso de urgência.

Certa de que posso continuar contribuindo com a atuação da ANP, nesse contexto de grandes desafios e enormes perspectivas para o setor e para o país, espero uma vez mais contar com a confiança do Senado Federal do Brasil para a aprovação do meu nome.

Sras. e Srs. Senadores, o meu compromisso é o de trabalhar diuturnamente para entregar à sociedade brasileira os melhores resultados.

Obrigada.

Muito obrigada pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós agradecemos ao Senador Vanderlan Cardoso pelo relatório e também à Sra. Symone Christine Araújo pelo seu parecer, pela sua manifestação.

Seguimos em frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos analisar a Mensagem nº 19, de 2022, cujo Relator é o Senador Carlos Viana.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Dirceu Cardoso Amorelli Junior.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado

Concedo a palavra ao eminente Líder Carlos Viana para proferir o relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

Meu bom dia ao senhor, a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham, aos que nos assistem pela TV Senado, aos que acompanham pela Rádio Senado e aos senhores assessores da Casa.

Vou ao relatório.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submete-se à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Fernando Wandscheer de Moura Alves, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, na vaga decorrente do término do mandato de Dirceu Cardoso Amorelli Junior.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, de acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da indicação em tela cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Wandscheer de Moura Alves é brasileiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1983. Graduou-se em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília, em 2005. Obteve o grau de especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em 2006, cursou pós-graduação em Políticas Públicas, pela National Defense University, situada em Washington-DC, entre 2007 e 2009, e concluiu o Master in Business Administration (MBA) em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) em 2010. Ainda no que diz respeito à sua formação acadêmica, obteve o grau de Mestre em Direito, nas linhas de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico, pelo UniCEUB em 2020.

No tocante à experiência profissional, iniciou o Sr. Fernando Wandscheer de Moura Alves sua carreira profissional no Ministério da Defesa, no ano de 2004, como Assistente de Cooperação Técnica, tendo sido promovido sucessivamente a Coordenador, Coordenador-Geral e Gerente até seu desligamento, a pedido, em 2010, quando passou dedicar-se a atividades profissionais na iniciativa privada. Entre 2010 e 2018, exerceu cargos gerenciais em empresas líderes dos ramos de tabaco, papel, saúde e comunicação. Em 2019, retornou à administração pública federal, onde ocupou posições de alta relevância, quais sejam: Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República, Secretário de Articulação e Parcerias do Ministério da Cidadania, Secretário de Modernização Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, cargo que ocupa atualmente.

Entre as atividades de Fernando Wandscheer de Moura Alves na administração pública, destaca-se sua participação em órgãos colegiados do setor de energia, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg). Adicionalmente, analisou o mérito de diversas normas relevantes para o cargo que foi indicado, como a Lei 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras; o Decreto nº 9.934, de 24 de julho de 2019, que institui o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural; o Decreto 9.964, de 8 de agosto 2019, que dispõe sobre critérios, procedimentos e responsabilidades para regulação e fiscalização da Certificação de Biocombustíveis e do lastro do Crédito de Descarbonização da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio); o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e institui o Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis (Comitê RenovaBio); e o Decreto 10.320, de 9 de abril de 2020, que institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do nosso Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declarou:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais;
- iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;
- iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais;
- v) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou, também, declaração escrita na qual demonstra sua experiência e realizações profissionais, maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo de Diretor da ANP.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, combinado com o *caput* do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, Fernando Wandscheer de Moura Alves atende cumulativamente aos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo, pois tem a experiência profissional necessária e tem a formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Fernando Wandscheer de Moura Alves ao cargo de Diretor da ANP.

É o relatório, Sr. Presidente Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Viana, muito obrigado pelo relatório.

Agora, então, ofereço a palavra ao Dr. Fernando de Moura Alves para a sua manifestação.

O SR. FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Dário Berger, na pessoa de quem cumprimento os Exmos. Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, demais autoridades presentes, candidatos indicados, senhoras e senhores que nos assistem, bom dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Início agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, por minha indicação ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Agradeço também ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pela confiança depositada em mim para condução deste trabalho. Igualmente registro meu agradecimento ao Sr. Senador e Líder Carlos Viana pela gentileza da relatoria, que muito me honra.

Nasci na cidade do Rio de Janeiro. Sou mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico pelo Centro Universitário de Brasília, possuo MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Profissionalmente exerci diversas funções de alta administração no âmbito do Governo Federal, em que destaco as passagens pela Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; e, mais recentemente, pelo Ministério do Meio Ambiente, onde tenho a honra de exercer o cargo de Secretário-Executivo daquela pasta. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de entender e atuar em temas importantes junto ao setor regulatório de óleo e gás, tendo como foco a análise de oportunidade e da compatibilidade de propostas, inclusive de matérias que tramitaram neste Congresso Nacional, como bem mencionado pelo nobre Relator.

Gostaria nesta oportunidade de compartilhar com V. Exas. pontos que considero importantes no setor regulado pela ANP, iniciando pela exploração e produção, primeiro elo da cadeia.

O Brasil é o oitavo produtor mundial de petróleo do mundo; isso é pouco se analisado sob a perspectiva do potencial de exploração do nosso país, considerando que apenas 5% das bacias sedimentares brasileiras estão sob contrato. Diante disso, o desafio passa por aumentar a competitividade global do setor, buscando novos investidores, sempre resguardando o interesse nacional.

A partir dos recursos já descobertos, o Brasil tem potencial para se tornar o quinto maior produtor de petróleo do mundo, ocupando posição estratégica como grande fornecedor, contribuindo de maneira significativa para a transição energética.

A agenda do gás natural, o segundo setor que eu gostaria de abordar, é uma prioridade para o Brasil, mercado este que apresenta muitos desafios que precisam ser superados em prol do crescimento econômico do nosso país. É preciso promover o uso desse insumo para fomentar sua utilização nos diversos setores. Para alterar esse quadro faz-se necessário fortalecer o ambiente regulatório, o que já vem sendo implementado no âmbito do novo mercado de gás por meio de medidas infralegais.

É importante destacar também o papel dos derivados do petróleo, entre os quais destaco os combustíveis de aviação, óleo diesel, gasolina, óleos combustíveis e o GLP, todos de fundamental importância para o desenvolvimento da economia brasileira e cuja regulação deve estar atenta à qualidade e à garantia do abastecimento por parte da ANP.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor de biocombustíveis, por fim, traz consigo o peso da agenda de crescimento verde no Brasil. Somos o segundo produtor de biocombustíveis do mundo, e estes terão papel cada vez mais relevante na consolidação de uma economia de baixo carbono, pois são fontes de energia alternativa que apresentam baixo índice de emissão de poluentes. Esses critérios estão cada vez mais presentes na tomada de decisão dos investidores do setor.

A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo, com utilização de 48% de fontes renováveis. Nesse contexto, os biocombustíveis exercem papel de destaque, sobretudo no setor de transportes, onde...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES – ... são responsáveis por cerca de 32% do volume total de combustíveis no nosso país.

O cenário energético mundial aponta para uma dinâmica que combina inovação e diversificação das matrizes energéticas, a fim de suportar os severos requisitos de custos e sustentabilidade exigidos. O mesmo ocorre no Brasil, onde o mercado dá claros sinais de transformação nesse sentido.

Entendo que hoje o setor de óleo e gás se norteia por uma nova abertura, pelo aprimoramento regulatório e pela criação de programas no âmbito federal para estimular investimentos e a entrada de novos agentes em todas as etapas da cadeia de produção.

Acredito na importância estratégica do mercado de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Acredito também que a ANP tem papel-chave na rota de transição para uma economia de baixa emissão de carbono, fomentando fontes de energia, como o biometano e o hidrogênio verde, que são exemplos de soluções climáticas lucrativas para empreendedores, para as pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES – ... e para a natureza.

Espero contar com a honra de ter meu nome aprovado por esta Comissão para me dedicar ao desenvolvimento da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Agradeço a atenção de V. Exas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos em frente, então.

Agradeço ao Dr. Fernando Moura, cujo Relator foi o Senador Carlos Viana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos em frente, então, para agora apreciar a Mensagem nº 32, de 2022, cujo Relator é o Senador Carlos Fávaro e a autoria da mensagem é da Presidência da República.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RICARDO LAVORATO TILI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Fávaro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relator.) – Muito Obrigado, Sr. Presidente Senador Dário Berger.

Cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras, todas as autoridades indicadas, assessores que trabalham nesse esforço concentrado para que possamos cumprir o nosso papel com as agências reguladoras, com a população brasileira.

Vamos ao parecer.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem (SF) nº 32, de 2022, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Sr. Ricardo Lavorato Tili, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 32, de 2022 (Mensagem nº 167, de 2022, na origem), submete para análise e deliberação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Lavorato Tili para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em vaga decorrente do término do mandato do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O Sr. Ricardo Lavorato Tili graduou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas Vianna Júnior em 1999 e, em 2012, começou, mas não concluiu, uma pós-graduação em Comercialização de Energia Elétrica, pela Universidade de Pernambuco.

Sua experiência profissional iniciou-se com sua atuação como advogado, de 1999 a 2007. Em 2007, foi aprovado no concurso público para o cargo de advogado da Eletrobras Distribuição Rondônia, e trabalhou no departamento jurídico daquela estatal até setembro de 2010. Nessa data, foi nomeado gerente do Departamento de Mercado e Contratação de Energia Elétrica, cargo que exerceu até 2019. Nessa função, atuou inclusive na gestão da contratação de energia elétrica pela distribuidora junto aos Produtores Independentes de Energia.

De novembro de 2020 até agosto de 2021, o indicado trabalhou na Rovema Energia, produtora independente de energia especializada em geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados. Contribuiu na elaboração de plano para participação no leilão dos sistemas isolados. Por fim, de outubro de 2021 até hoje, exerceu o cargo de Diretor de Regulação e Comercialização na Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

Além disso, ao longo de sua carreira, aperfeiçoou-se mediante participação em diversos cursos na área de energia elétrica.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado declara: primeiro, não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à atividade profissional em que ele atua; segundo, que possui sociedade individual de advocacia, sem realização de atividades desde outubro de 2021, da qual se desincompatibilizará em momento oportuno; terceiro, estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões apresentadas; quarto, não figurar como réu ou autor em ações judiciais; quinto, não ter atuado, nos últimos cinco anos, em júzós ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A partir desses elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, nos termos da alteração promovida pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Sendo esse o relatório, peço a aprovação dos colegas Senadores pelo nome do indicado, Ricardo Lavorato Tili.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço o relatório apresentado por V. Exa. e ofereço a palavra ao Dr. Ricardo Tili.

O SR. RICARDO LAVORATO TILI (Para expor.) – Sras. e Srs. Senadores, bom dia.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, o Sr. Senador pelo Estado de Santa Catarina Dário Berger. Em sua pessoa, cumprimento todos os Senadores e Senadoras do Senado Federal. Cumprimento ainda o Senador pelo Estado do Mato Grosso Carlos Fávaro, Relator indicado por essa Presidência para a relatoria de minha indicação ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, a quem, desde já, agradeço pelas palavras.

Agradeço ainda ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro por ter encaminhado para a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, do meu nome para o cargo de Diretor da Aneel.

Eu me graduei em 1999 em bacharel em Direito pela conceituada Faculdade de Ciências Jurídicas da cidade de Juiz de Fora, onde permaneci atuando na advocacia privada até o ano de 2006, quando me mudei para o Estado de Rondônia. Lá, em 2007, ingressei no quadro da Eletrobras Distribuição Rondônia, aprovado em concurso público, para a atividade de advocacia, onde permaneci até 2010, quando fui escolhido para gerenciar o Departamento de Mercado e Contratação de Energia.

A partir daí, desempenhei várias atividades voltadas à regulação do setor elétrico.

Atuei nas seguintes atividades, entre outras: gestão de contrato de PIE (Produtor Independente de Energia), condução de protesto administrativo junto à Aneel, como gestão de recebidos de fundo CCC, revisão de reajustes tarifários, condução de processo administrativo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Participei de treinamento e direção de equipes, avaliação de desempenho, elaboração de metas e objetivos, sempre com vista à excelência na gestão e à obtenção de melhores resultados empresariais.

Atualmente ocupo o cargo de Diretor de Regulação e Comercialização das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Nessa estatal, tenho atuado na direção dos processos relacionados à comercialização de energia, de contratos de prestação de serviço, na gestão de contratos de transmissão e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicação, na manutenção do relacionamento com o ambiente externo, na orientação e execução na atribuição relacionada aos aspectos regulatórios de geração e de transmissão de energia e na direção dos processos de telecomunicações.

Além dessas atribuições fundamentais, trabalho com afinco para que as políticas formuladas e implementadas pela diretoria respeitem os princípios de ética e integridade, reforçando explicitamente essas questões sempre que possível e adotando medidas cabíveis quando necessárias.

Meu comprometimento, em caso de aprovação por este egrégio Senado Federal, é exercer... Desculpem-me. Eu me comprometo, em caso de aprovação por este egrégio Senado Federal, exercer as atividades a mim confiadas de maneira transparente, honesta e com dedicação plena a cada dia do meu mandato.

Comprometo-me, ainda, a trabalhar junto com os agentes do setor elétrico, sociedade civil organizada, poder concedente e Congresso Nacional, para, juntos, viabilizarmos a modernização do setor elétrico, bem como a transição energética para as fontes renováveis.

Por fim, encerro a minha breve manifestação e me coloco à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Carlos Fávaro pelo relatório apresentado e agradeço também ao Dr. Ricardo Tili.

Seguimos na nossa sabatina de hoje apreciando a Mensagem de nº 36, de 2022, cuja relatoria é do eminente Senador Mecias de Jesus.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome da Senhora AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato de Elisa Bastos Silva em 2 de dezembro de 2022.

Autoria: Presidência da República





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Não apresentado

Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública da indicada*

Senador Mecias de Jesus, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Dário Berger, iniciou agradecendo V. Exa. pela confiança de me designar Relator desta proposta do Presidente da República que concede o cargo de Diretora da Agência de Energia Elétrica (Aneel) a uma das mulheres mais competentes que eu conheço no setor energético, preparadíssima e com liderança para assumir o cargo a que ora ela se propõe.

Em consonância ao artigo 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República encaminhou para apreciação Senado Federal a indicação da Sra. Agnes Maria de Aragão da Costa, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na vaga decorrente do término do mandato de Elisa Bastos Silva em 2 de dezembro de 2022.

Conforme estabelecido em nossa Constituição, é competência privativa ao Senado Federal deliberar, por voto secreto e após arguição pública, sobre a aprovação de titulares de cargos de direção que a lei estabelecer.

Análise, Sr. Presidente.

A Sra. Agnes Maria de Aragão da Costa apresenta formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo de direção para a qual foi indicada, conforme o *curriculum vitae* remetida pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A postulante ao cargo de Diretora da Aneel graduou-se em ciências econômicas, em 2002, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluiu mestrado em energia, em 2006, pela Universidade de São Paulo. Realizou curso de formação da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em 2006 e desde então ocupa o cargo em tela.

No setor privado, trabalhou como assistente no departamento financeiro da Deutsche Lufthansa entre 2000 e 2003, e teve uma breve passagem pelo Banco Santos, entre 2004 e 2005.

Em termos de serviço público, possui experiência compatível com o cargo da Aneel. Como servidora em exercício no Ministério de Minas e Energia, trabalhou em diversos cargos de direção e assessoramento superior na Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do gabinete do Ministro, desde





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2005 até 2019. Em seguida, foi nomeada como Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios da Secretaria Executiva, posição que exerce até a presente data.

Ainda no setor público, é membra do Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) desde 2019, tendo exercido sua presidência em 2021, e foi membra do Conselho de Administração da Norte Energia S.A. entre 2019 e 2020, do Conselho Fiscal da Eletrobras entre 2015 e 2019, tendo exercido a presidência entre 2017 e 2019, e foi membra dos conselhos de administração da Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal) e Eletrobras Distribuição Piauí (Cepisa), entre 2014 e 2015.

Possui diversas publicações em revistas, periódicos especializados e em congressos e conferências internacionais.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, a candidata declara:

- i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades vinculadas à atuação profissional dela;
- ii) não possuir participação, a qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- iii) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;
- iv) não figurar como autora ou ré em ações judiciais, exceto ação de execução fiscal na qual consta como responsável pela empresa Ceal, cuja exigibilidade está suspensa, dado o fiel pagamento do parcelamento pela empresa;
- v) não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O voto.

Temos que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal tem condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Agnes Maria de Aragão da Costa para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na vaga decorrente do término do mandato de Elisa Bastos Silva, em 2 de dezembro de 2022.

Voto pela aprovação da indicada, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) - Agradeço a V. Exa., Senador Mecias de Jesus, pelo relatório. Eu o parabeno por isso e ofereço a palavra, então, à Dra. Agnes Costa, para a sua manifestação.

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (Para expor.) - Bom dia, Exmo. Sr. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura aqui do Senado, na pessoa de quem também felicito e cumprimento os demais Senadores e Senadoras que estão aqui.

Gostaria de agradecer a gentileza do Senador Mecias de Jesus pela relatoria da minha indicação. Também gostaria de agradecer, naturalmente, a confiança a mim depositada pelo Ministro Bento Albuquerque e pelo Presidente Jair Bolsonaro nessa indicação para a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Gostaria de cumprimentar também os meus colegas de ministério, meus colegas também da agência, os diretores aqui, diretores indicados, as pessoas que estão assistindo à distância. E também, finalmente, antes de falar da minha história, eu queria agradecer em especial à minha amiga, chefe e mentora, a Secretária-Executiva Marisete Pereira. Eu trabalho com ela há 17 anos quase, e realmente é uma pessoa incrível. Muita gente que está aqui a conhece, então eu queria deixar registrado esse agradecimento.

Então, agora, passo à minha vida. Eu gostei muito do relatório e o que eu queria dizer é que, de fato, eu estudo e trabalho com energia desde os 18 anos. Eu estudei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde há um grupo de Economia da Energia muito forte, e para mim ficou muito claro, já lá, que a energia é um vetor de desenvolvimento, é um vetor relevante para a inclusão social. Quando a gente está num país como o Brasil, a gente tem que pensar nisso, e eu, de alguma forma, descobri esse propósito aos 18 anos.

Na sequência, eu fiz um Mestrado em Energia no Instituto de Eletrotécnica e Energia – o senhor falou ontem que também foi a uma escola técnica de eletrotécnica – e, depois, eu trabalhei um tempinho num banco. O incrível é que, por coincidência, eu acabei trabalhando com a análise de projetos de PCHs e, como eu tinha essa formação acadêmica na área de energia, eu fui então convidada para integrar a recém-criada equipe da assessoria econômica do Ministério de Minas e Energia – isso foi em 2005. Aí eu vim pra Brasília e, no ano seguinte, eu passei então no concurso de Gestora. E o que eu acho interessante dizer é que o meu concurso, a minha carreira, é uma carreira de exercício descentralizado, as pessoas estão em vários ministérios, mudam muito, e eu sempre fiquei com esse dilema, porque eu sempre fiquei no ministério, eu estou há 17 anos no ministério, e eu ficava pensando se era a coisa mais certa a ser feita. Por outro lado, quando eu penso no contribuinte, que investe em mim, que investe nas minhas capacitações e todo conhecimento que eu adquiri nesse tempo, eu acho que isso sempre foi a coisa mais certa a fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na assessoria econômica eu fiquei 14 anos. Então, nas coisas em que eu trabalhei lá... Eu trabalhei, depois daquele modelo do setor elétrico de 2003, na implementação dos leilões de energia, que contribuíram para a diversificação da matriz energética e elétrica brasileira; eu trabalhei na implementação dos efeitos da Lei 12.111, que trata dos sistemas isolados, o que permite a gente realmente pensar que o Brasil tem outras realidades e tem que dar tratamentos diferenciados a elas. Eu trabalhei também na implementação de regimes tributários especiais, como Reidi, Renuclear, debêntures de infraestrutura, o que a gente vê que é importante para incentivar tecnologias específicas em empreendimentos de infraestrutura. Trabalhei também na privatização das distribuidoras da Eletrobras, e isso foi uma outra escola: olhar para esse lado corporativo, avaliação de empresas, mas sempre olhando para a sustentabilidade do negócio e também para a sustentabilidade e o futuro do negócio de distribuição.

Em 2019, neste novo Governo, eu fui então para a Chefia da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios e a minha principal missão era a implementação da modernização do setor elétrico. A gente tem dois PLs tramitando aqui no Congresso, mas há muito trabalho infralegal ainda a ser feito. Então, em 2019, a gente montou um plano de ação que tem mais ou menos 90 ações, e a gente executou, apesar da covid em 2020 e da crise hídrica em 2021, das 90 ações, mais ou menos umas 47. Então, a gente está progredindo. E o que eu acho interessante dizer é que esse plano não é implementado só pelo ministério, mas congrega os esforços da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, do Operador Nacional Sistema Elétrico e da Empresa de Pesquisa Energética. Então, é um trabalho bastante alinhado de todas as instituições que cuidam do setor elétrico.

Além disso, depois da covid, a gente viu surgir o debate de crescimento verde, principalmente na Europa, e, com isso, eu acabei coordenando também as políticas transversais de transição energética no ministério. Com isso, por exemplo, a gente teve, em 2021, a primeira resolução do Conselho Nacional de Política Energética que trata da destinação de recursos de P&D regulados pela ANEEL e pela ANP para temas relacionados à transição energética. Também no ano passado a gente coordenou a participação do Brasil no diálogo em alto nível das Nações Unidas sobre energia e a gente apresentou lá dois compromissos internacionais voluntários: um sobre hidrogênio e um sobre biocombustíveis. Também estou trabalhando, digamos assim, no decreto, ou nas normas e nas diretrizes para a consideração dos benefícios ambientais das fontes renováveis decorrentes da determinação que veio da Lei 14.120. A gente fez um trabalho bem amplo no ano passado com uma empresa de pesquisa energética, de *workshops* e discussões, e agora esse texto está em discussão no Governo. Também participo das discussões sobre certificação de energia limpa, certificação de hidrogênio e mercado de carbono. Então, esses são os temas que acho que meio de futuro em que a gente está de olho lá no ministério.

(Soa a campanha.)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – E, com isso, passando por toda essa experiência, o que eu acho importante dizer é que eu sou uma pessoa supercuriosa, eu sou uma pessoa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito comprometida e eu sou uma pessoa que gosta de mobilizar pessoas a trabalhar em problemas comuns. A gente tem muitas coisas no setor elétrico para resolver, coisas antigas e coisas novas, e coisas antigas com um cenário que está mudando muito. E eu acho que ir para a Aneel, se for do desejo também de V. Exas., é algo que é muito coerente com a minha trajetória, e é onde eu acho que eu vou poder contribuir ainda mais para aquilo que eu já venho fazendo há 17 anos.

Eu tenho toda essa formação acadêmica, tenho essa experiência na formulação de políticas públicas e o que eu acho muito importante: trabalhar no ministério me ensinou a entender como a gente tem que incorporar o lado político nas discussões; a gente tem que ter jogo de cintura, enxergar o outro e compor soluções. Então, eu acho que isso é uma coisa muito importante que eu posso levar para a agência também. Eu terei, então...

(Soa a campainha.)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – ... um superprazer e muita alegria de poder fazer isso se for do desejo de V. Exas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimentos ao Senador Mecias de Jesus, que foi o Relator dessa matéria, e cumprimentos também à Dra. Agnes Costa pela sua manifestação.

Terminada essa parte, passamos aos oradores inscritos.

Com a palavra S. Exa. o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, eu queria fazer uso da palavra neste momento para desejar sucesso a todos os indicados das agências aqui representadas hoje, bem como aos que ontem também tivemos oportunidade de ouvir aqui. E o desejo é que cumpram a missão, que cumpram a missão!

O setor de regulação vem ganhando cada vez mais destaque, importância, mas precisa estar atento para que o fim maior deve ser sempre o interesse do cidadão, daquele que está lá na ponta e que é quem paga a conta. É claro que as premissas que regem quem atua na regulação levam em consideração todo o sistema, o equilíbrio do sistema, a confiabilidade do sistema, a segurança em seu aspecto maior, mas, a par de tudo isso e considerando tudo isso, não se pode perder de vista que o fim maior deve ser sempre olhar para quem está na ponta e paga a conta.

Eu tive oportunidade de debater, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a modernização do setor elétrico e eu me lembro que, na época – o Thales está aqui e via sempre –, essa sala de trás, no começo dos debates, ficava cheia, e havia momentos em que a gente tinha que colocar uma parte num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canto e outra bem no outro canto, porque eram setores que não se falavam, parecia que havia uma guerra entre os setores.

Na verdade, no andamento das audiências públicas que aqui fizemos sobre a modernização do setor elétrico – na época passei a relatoria do marco legal das ferrovias ao Senador Jean Paul –, a gente estava aqui sempre debatendo, e não havia muita comunicação, muita interação. Quem era do setor de geração tinha um ponto de desconfiança com quem era da transmissão; quem era da transmissão tinha lá o seu ponto com a distribuição, e assim por diante; não queriam se falar. Todo mundo queria se resguardar naquele ambiente, e o medo de avançar e ter um cenário ruim fazia com que preferissem ficar no *status quo*. Com o passar do tempo, nós fomos dialogando, dialogando e fazendo todos entenderem que todos eram parte do problema, mas todos também seriam parte da solução do problema.

Para o setor elétrico – e não apenas para o setor elétrico –, enfrentar esses desafios significa olhar para toda a infraestrutura envolvida, para toda a lógica do sistema. Não há como dizer "não, eu quero resolver o problema do setor elétrico porque a tarifa está cara, então eu vou pesar a mão em quem gera energia". Bom, você quebra um setor e não resolve o problema. "Então, o problema não é esse, o problema é o custo desse sistema de transmissão, esse modelo de corrente contínua, esse modelo tal, esse modelo... Vamos ter que mudar o sistema para resolver o problema." Então, você vai lá, isoladamente, e mexe: também não resolve o problema. É um setor que tem a sua complexidade e que precisa ser analisado no conjunto.

Quando nós discutimos isso aqui... Por isso eu fiz questão de destacar aqui, na presença do Dr. Hélivio, cujo nome é analisado para recondução hoje – e antes dele faço menção de toda a diretoria que esteve aqui na época: o Dr. André Pepitone, que era o Diretor-Geral da agência, e continua; o Dr. Sandoval; o Dr. Efraim Cruz; a Elisa; todos –, que a minha sala era uma sala pequena, mas ficava lotada com os diretores da agência, com os principais atores do processo. Esses setores, que no começo tinham dificuldade de falar, começaram a entender que ali não havia paixão por um lado ou por outro lado. Nós queríamos produzir um resultado final que atendesse a finalidade de garantir segurança ao sistema, segurança jurídica, com previsibilidade, e, ao fim e ao cabo, atendesse o interesse do cidadão que está lá na ponta, porque estas premissas iniciais interessam ao cidadão: segurança energética, segurança jurídica e previsibilidade – para quem está no setor, se ele não tiver isso, você desmantela o sistema, o mercado não investe, o investidor não vem.

Então, todo mundo precisa sentar à mesa e entender que todo esse esforço nosso aqui tem que levar em consideração o cidadão que está na ponta, que é quem paga a conta. É esse cidadão que paga a conta da tarifa de energia, mas também é o que paga a conta, Senador Dário Berger, na hora em que abastece o veículo no posto de gasolina, em que abastece o caminhão no posto de combustíveis. É a esse cidadão que todos nós precisamos estar atentos. As variáveis que precisam ser consideradas quando da atuação do regulador são todas importantes, vão interessar o mercado, vão interessar o Governo, vão interessar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o principal ator dessa equação deve ser sempre, meu caro Senador Jean Paul, o consumidor brasileiro.

Então, eu não quero aqui... Eu vi o currículo de todos vocês, ouvi os relatos, todos: são pessoas preparadas, com formação e com atuação no setor. O que eu quero fazer aqui é deixar um apelo aos senhores e às senhoras.

A Agência de Energia, a nossa Aneel, e aqui, apenas na pessoa do Dr. Fernando... Faço questão de mencionar que o Dr. Fernando é da AGU, servidor de carreira, e, quando eu tive oportunidade... Assim, ele atuou em Rondônia um tempo, escalado pela AGU, depois veio para Brasília, e nos reencontramos no IDP, num mestrado – eu fiz mestrado em Administração Pública e ele fez mestrado em Direito Constitucional, lá nos reencontramos –, ele com a visão e a *expertise* no campo de energia, e eu começando a relatar matérias aqui. Fiz, então, um convite a ele para que viesse nos ajudar nesse processo todo, e ele veio.

Todos estes temas que eu tive oportunidade de relatar aqui... Eu relatei as principais matérias do setor elétrico desses últimos três anos, todas elas passaram por mim: o novo marco legal do setor elétrico, o 232, de minha relatoria; tive a oportunidade de ajudar na composição – está aqui a Agnes, que eu acho que já estava no ministério, pois começou há muito tempo – da 930, que foi a MP que garantiu a Conta-Covid, que não deixou a conta pesar no bolso do consumidor brasileiro naquele momento de crise, o que iria ter um impacto fortíssimo na conta de energia. A 930, a base da 930 saiu de um projeto meu aqui no Senado Federal, e eu fiquei honrado com isso. Depois acabamos não aprovando a 930, em razão do conjunto de emendas que vieram, mas ela cumpriu a função dela, a finalidade social dela. Estou citando isso aqui para dizer que o Dr. Fernando esteve comigo nesse tempo todo, nos ajudando nessas matérias.

Depois relatamos a MP da Eletrobras, uma matéria importante, acolhendo emendas e sugestões do conjunto dos Senadores; a 998, a MP 998, também foi relatada por mim; e, por fim, a da GD, da geração distribuída, em que também teve a presença do Dr. Fernando.

Estou fazendo este relato aqui, Sr. Presidente, apenas para dar testemunho sobre esse servidor público de carreira, da Advocacia, que fez muito na sua passagem profissional naquela casa, na AGU, mas também fez muito neste Senado Federal. Muitos Senadores já conhecem o trabalho do Dr. Fernando, mas quem é do setor elétrico e atuou aqui nessas discussões todas que fizemos lá atrás – não é, Thales? – viu confusão para lá e para cá... Ele estava lá ouvindo. E, no começo, há muita desconfiança, porque quem está do outro lado acha sempre que você está ali querendo fazer um relatório, Senador Jean Paul, que vai prestigiar um segmento do setor, e não era essa a nossa pauta, não era essa a nossa prioridade.

Fiquei muito honrado quando o Presidente aceitou fazer a indicação do Dr. Fernando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo aqui, ao lado da sua esposa, Dra. Yamini, que também é servidora pública federal, dois profissionais por quem tenho profunda consideração, apreço e gratidão, gratidão pela contribuição que o Dr. Fernando deu aqui nesse tempo em que esteve junto conosco no Senado Federal.

Quando nós terminamos essa matéria, especialmente o 232 – e concluo aqui, Presidente –, todo o setor estava ciente de que o objetivo comum ali era um só: era realmente a modernização do setor, sem pegadinhas, sem nada que pudesse expor um ou outro. Não!

O objetivo final era melhorar o sistema e garantir ao consumidor que está lá na ponta uma condição melhor: energia de boa qualidade, com segurança, com previsibilidade, mas com preço justo para o consumidor.

O projeto foi votado aqui, na CI, meu caro Senador Jean Paul, à unanimidade. Não tivemos uma única divergência na votação desse projeto aqui.

Então aproveito este momento também para fazer um registro de agradecimento a todos os meus colegas e de votos, repito, de muito sucesso a todos os indicados e sabatinados, aos da agência de energia, a Aneel, e também aos da ANP, que, neste momento, talvez, seja uma agência que tem um papel ainda maior, de maior destaque. Precisa se reorganizar. Eu falei isto quando tive a oportunidade de conversar com alguns dos indicados: "Olha, precisa de melhor organização. É preciso melhor organização". É uma agência muito importante, que os brasileiros não conhecem sequer. Não a conhecem! Talvez, em termos de importância para a infraestrutura, a maior seja a Aneel. Agora, do ponto de vista de valor e de tamanho, de envergadura, a maior agência é a ANP. E, hoje, nós temos este gigante que é o preço dos combustíveis, que nos assola a todos.

Então, o desafio de vocês que estão indo para a ANP é um desafio muito grande. Quem conta com a atuação de vocês, com a atuação técnica, mas com visão social também, são os brasileiros e brasileiras, que sofrem muito.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não posso deixar de cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, pela brilhante manifestação. Eu o parabeno por isso e pela contribuição que V. Exa. tem dado, nos últimos anos, ao desenvolvimento desses setores que são estratégicos para o desenvolvimento do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, parabéns a V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jean Paul...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente.

Quero, primeiro, corroborar as palavras do meu querido amigo Senador Marcos Rogério e informar a todos que nós somos Presidente e Vice-Presidente da frente parlamentar que trata justamente dessa integração dos setores e que começou com esses processos justamente de discussão e de rediscussão da nossa matriz, das regulações e dos marcos legais dos novos segmentos que surgiram e que vão surgir. Temos ainda pela frente o *offshore* eólico, o *offshore* em geral. Temos a eletromobilidade. Temos aqui uma frente, também recém-criada, sobre eletromobilidade, que se está acoplando à nossa, Marcos. E, por isso, saúdo também, por esse processo, o nosso Senador Rodrigo Cunha, que começou esse processo também na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero dizer o quão importante é justamente essa integração que nós estamos promovendo através da frente. Não há setor preferido. Há apenas o interesse principalmente do consumidor e do Brasil, dos setores consumidores de energia, de petróleo e gás, inclusive mesclando, antecipando passos que eu até vaticinei recentemente. A proposta de fusão das estatais, das nossas duas principais estatais, provavelmente, deverá ser seguida também, oportunamente – evidentemente, não é o momento agora –, pelas agências reguladoras. Um dia, teremos, Senador Marcos Rogério, uma agência nacional de energia que compreenderá todos esses setores, mesmo que elas tenham um período de transição, e da mesma forma as estatais.

Mas quero agora me dirigir a todos vocês candidatos apresentados aqui pelas mais variadas fontes e indicações – todos, claro, com uma bagagem profissional, alguns um pouco mais proficientes e com um discurso obviamente mais calejado pelo próprio setor, alguns já sendo reconduzidos.

Evidentemente este é um momento de muita alegria para nossa Casa. Quero dizer isso, porque ontem eu fiz várias comunicações aqui um pouco ácidas, mas confesso que continuo ainda com gosto de acidez aqui em relação ao processo mesmo. Eu sei que as circunstâncias levam a isso. Mais uma vez, ressalvo que não é uma questão aqui meramente oposicionista, ou de picuinha, ou de pegar no pé de governo, de quem quer que seja ou dos nossos companheiros que são da base, mas é realmente de reflexão, Senador Marcos Rogério.

Essas pessoas aqui estão indo – e aproveito para alertá-los – para uma espécie de sacerdócio objetivo, como é o Judiciário, como é o Ministério Público, como são os órgãos ambientais, Senador Dário Berger, como são os órgãos de patrimônio histórico. Vocês agora irão defender estes setores: os setores que vocês estão abraçando neste momento. Então, que nenhum de vocês pense – nós não vamos permitir, e aí vem a minha parte ácida – que vão lá passar uma chuva ou atender interesse de padrinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esqueçam os padrinhos, agradeçam aos Senadores, ao Presidente da República e ao ministro, mas, de agora em diante, vocês caminham para dentro de uma outra dimensão, uma dimensão em que esses setores vão precisar de vocês para protegê-los.

E não é para os agentes especificamente, também não é para servir aos agentes regulados. Esses são os objetos da regulação. É para servir a nós todos povo brasileiro. Nós estamos aqui representando o povo brasileiro. Nós não somos mais importantes que vocês, não. Provavelmente nós vamos depois visitá-los lá nas agências, levando demandas do povo brasileiro, dos setores, das entidades representativas, da sociedade organizada, dos sindicatos, dos trabalhadores, dos consumidores, e vamos estar lá também humildemente como representantes do povo brasileiro. Então, me cabem alguns... E aí me permito, mais uma vez, fazer algumas perguntas específicas a alguns de vocês para, antes de ingressarem nessa porta mágica de conversão para dentro de um sacerdócio setorial, dar-lhes a oportunidade de esclarecimentos.

Vou passar aqui, como fiz ontem, liberando alguns logo de cara... Parece o Big Brother aqui, mas não se assustem, não. (*Risos.*)

Vamos compor aqui um ambiente agradável realmente, de conversa. Não me queiram mal por inquirir alguns e outros não. Acho que a gente tem aqui, percorrendo a ordem, que Cláudio, Symone são praticamente reconduções. Um não é exatamente uma recondução, mas vocês já conhecem e entendem a ANP, a agência, e nós já os conhecemos de *performance*. O Hélivio, mais do que ninguém aqui nesta sala, é uma pessoa bastante conhecida do setor, e a Agnes também. Parabéns a vocês todos pela trajetória, pela postura inteiramente adequada, a meu ver, aos cargos que postulam neste momento. Tenho dúvidas e tenho inquirições aqui especificamente aos demais.

Fernando Alves – ele está aqui... está ali –, eu queria ouvir um pouquinho mais sobre o seu compromisso com esse setor, especificamente, sobre o seu interesse em trabalhar nisso, já que você vem de uma atividade empresarial em outras áreas, como tabaco, saúde, enfim, e também da burocracia da Casa Civil. Recentemente, a Casa Civil tem sido uma missão desafiadora, eu diria, no mínimo, e aqui falo como observador e Líder da Minoria – não invejo a posição da Casa Civil em alguns momentos, Senador Marcos Rogério; é uma posição difícil hoje em dia no Governo, e com pandemia, com tudo isso. Louvo esses esforços, mas queria saber aí alguma coisa sobre o seu entendimento do que vive o Brasil hoje.

O Brasil hoje, no petróleo, é um país que superou uma enorme escalada de busca pela autossuficiência – tenho falado isso muito reiteradamente aqui – para ter uma certa tranquilidade em relação à volatilidade dos preços lá fora. Nós fomos atrás, primeiro, de construir uma base inicial, porque ninguém queria vir para cá, nas décadas em que o petróleo árabe era barato e acessível. Passamos por um período de esforço em que nós tivemos, através de uma estatal, a insistência de investir no *offshore* de petróleo em águas profundas no contrachoque do petróleo, portanto nos anos em que o petróleo esteve mais negativo do ponto de vista do preço. Enquanto outras empresas pararam seus investimentos, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras continuou; saiu vitoriosa, na década de 90, como campeã do *offshore* nacional, enfim, na trajetória ainda da busca da autossuficiência. E agora chegamos àquela crise – não agora, mas desde 2006 há uma crise existencial, Senador Dário – que todo país que chega à autossuficiência acaba vivendo – o México viveu, a Noruega viveu, a Inglaterra viveu, os Estados Unidos mesmo viveram, a Venezuela viveu, a Angola viveu –, que é o seguinte: o que eu faço agora? Eu consigo me abastecer de petróleo. E agora? Eu exporto e ganho muito dinheiro e corro o risco da doença holandesa, etc. e tal, ou eu invisto em agregar valor a esse petróleo e tiro o máximo dele, mas aí preciso me esforçar bastante em ciência, tecnologia, investimentos que ninguém quer fazer, por exemplo, de refinarias grandes, com atendimento prioritário, claro, ao mercado doméstico, mas, enfim, seguir viagem agregando valor ao petróleo, no qual eu sou, como país, autossuficiente? Então, essa é uma dúvida que assola todo país que chega ao ápice dessa curva.

E, em relação à transição energética, como é que isso se coaduna? O que é que vocês acham, hoje, indo para a ANP? Principalmente no caso do Fernando, que, digamos, está chegando a esse segmento agora, mas com uma visão integral de governo, de gestão pública em geral: como é que você dirigiria esse objetivo? A questão da transição energética é outro dilema. Então, você chega à autossuficiência... O Brasil tem a sorte ou o azar, não sei, de ter alcançado esse momento mágico da autossuficiência exatamente no momento em que os outros todos estão agora já pensando em outras coisas; em que o setor de petróleo é dado como alguma coisa do passado. Inclusive, profissionais jovens hoje até recusam ou não veem como uma carreira promissora, porque dizem "isso aqui vai acabar ali na esquina, e eu não vou me especializar". E é um desafio para a indústria também recrutar pessoas, formar pessoas nesse setor. Isso é mundial, não é brasileiro só. Nós até vivemos uma sobrevida, porque nós abrimos o setor na década de 90. O setor na década de 90 já vivia essa crise. A gente, quando ia à Offshore Technology Conference, em Houston e em outros lugares, em Calgary e outros, já via painéis para trazer jovens, "Venham trabalhar com petróleo!", ao contrário de décadas passadas, em que todo mundo queria trabalhar numa petroleira. Na década de 90, já havia gente amalhando pessoas, heróis que quisessem vir trabalhar com petróleo, porque era tido como uma coisa que acabava. Mas o pico do petróleo, como sempre, parece reaparecer toda a vida, e a gente sabe que essa é a curva.

Então, quero a sua opinião, mais ou menos, sobre isso. É uma pergunta genérica, que apenas enunciaria, assim, os princípios em relação a esse segmento.

Daniel, preciso perguntar-lhe sobre potenciais conflitos de interesses. É notório, você sabe – da mesma forma que fiz ontem com um outro candidato que tinha uma situação semelhante –, que você tem um vínculo não de parentesco direto, mas de trabalho conjunto e até de parentesco indireto com o Ministro do TCU Aroldo Cedraz, além de atuação em escritórios, enfim, é uma pessoa que tem várias indicações através do próprio filho. Eu quero lhe dar oportunidade de nos dizer que você não se considera e nem se colocará em conflitos de interesse, porque eu quero muito ver você bem-sucedido como Diretor da ANP, podendo trabalhar, no futuro... Inclusive, no mercado não há nenhum problema de alguém sair





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ANP e depois voltar para trabalhar com os agentes econômicos do setor, etc. Mas como se levanta isso? Eu, na qualidade de inquiridor aqui, pergunto da forma mais simpática possível e agradável, para que você tenha a oportunidade de nos esclarecer sobre potencial conflito de interesses ou atuação específica, relações com, por exemplo, o empresário Carlos Suarez – eu não tenho absolutamente nada contra ele também, acho que é um empreendedor, que está lá fazendo o seu dia a dia e percorrendo aí os caminhos difíceis de empreender no Brasil, principalmente no mercado de gás.

Eu fui um adversário ferrenho, até a última hora, da MP da Eletrobras, que nos obrigou, Senador Marcos Rogério, a construir termoeletricas – e disse que... movido especificamente por alguns grupos – onde não há gás no país, para depois construir dutos e toda uma coisa intrincada, e nós vamos ter que nos livrar desse entulho brevemente, porque isso não vai ter viabilidade. É evidente que isso aí não vai acontecer. E, se acontecer, será uma burrice completa do ponto de vista do Brasil como país e do setor também.

Então, vocês vão ser vigilantes disso também. Você provavelmente terá que analisar, numa reunião de colegiado, com cinco votos, e terá que votar pela autorização de uma termoeletrica inviável. Então, eu preciso saber se você nesse momento até vai consultar esses agentes, porque faz parte da prática da Agência Nacional do Petróleo.

Inclusive, eu fui responsável pela primeira audiência pública da ANP, que foi sobre o contrato de concessão, em 1998, quando nós terminamos de fazer o contrato, como consultores da agência. Propusemos, pela primeira vez na história do país, uma audiência pública virtual – na época, viu? Estou falando de 1998, Senador Marcos Rogério –, porque havia uma conflagração tal entre os agentes com relação ao contrato de concessão, e nós ficamos com receio, primeiro, de que nem todos pudessem viajar para o Rio de Janeiro para estar presencialmente lá e, segundo, porque consideramos que, à época, já havia uma condição de, por *e-mail* e por outros instrumentos, mandar comentários e a gente fazer o escrutínio daqueles comentários.

Então, as agências têm essa tradição de consultar a todos, inclusive aos empresários que querem investir nessa área, sem problema nenhum. Mas o final é o julgamento, como eu disse aqui, é o sacerdócio, quer dizer: "Amigo, me desculpe, mas isso aqui não dá não. E os meus colegas aqui, os outros quatro, também não topam".

Então, eu queria lhe dar essa oportunidade também.

Acho que é isso. Deixe-me ver aqui. (*Pausa.*)

Sim. Em relação a Fernando e Ricardo, na Aneel. Evidentemente que o meu entendimento aqui parte da chancela do meu colega, o querido amigo Marcos Rogério, mas quero também me assegurar junto a vocês de que, apesar de não terem toda a passagem... Eu sei que no caso do Fernando, por exemplo, eu louvo muito o seu trabalho junto, e a gente esteve aqui convivendo. E, claro, você teve um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessor brilhante nesse processo e, graças a isso, fez relatorias igualmente brilhantes. Acho que vocês fizeram uma boa parceria.

E, Ricardo, também acho que vocês juntos lá poderão ter a oportunidade também de nos mostrar bastante produtividade, objetividade e espírito construtivo, porque, por fim, quero dizer que, quando criamos as agências – eu digo isso porque fiz parte desse processo –, nós sempre que íamos explicar para os jornalistas – à época os da *Gazeta Mercantil* – sobre esse assunto, a gente dizia: "Agência, gente, vem de agir; agência não é mais departamento". A razão pela qual aquele grupo resolveu chamar de agências – e as superintendências nem existiam, eram processos organizacionais – é porque aquilo era para se mover o tempo todo, era para ser proativo, não era para esperar atrás de um balcão, como nos antigos departamentos cinquentistas dos governos, esperar atrás de um balcão o consumidor chegar lá e dizer: "Olha, aconteceu isso, aquilo outro, a tarifa tal" – figurativamente, é claro. Não é você ficar sentado como um burocrata esperando alguém chegar com a reclamação, mas é agir antes, é prever, é interagir com o Ministério de Minas e Energia, que é, por excelência, e continuará sendo o dirigente da política setorial: é ele que dá o norte sobre se eu quero mais gás ou menos gás na matriz energética; se eu quero mais eólica ou menos eólica, enfim; se eu quero acelerar os calendários de licitação da exploração e produção; se eu quero investir no Bdep da ANP e ter um banco de dados e quero abrir a confidencialidade – até estou entrando em detalhes, enfim –; se eu quero promover ou não promover determinadas ações. A agência então, a partir disso, age, e age o tempo todo.

Por isso, então, eu quero saudar e colocar aqui minhas expectativas em cima de vocês, o voto de confiança aqui deste humilde Senador que tenta ainda manter alguma conexão com esse setor, para ajudar vocês no que precisarem. Podem contar com o apoio. Então, queria dar a oportunidade a vocês dois de se pronunciar sobre o que eu questioneei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jean Paul, para quem é, então? É para o Daniel? Ou primeiro para o Dr. Fernando?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Isso. Fernando Alves e Daniel...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Daniel Vieira.

Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES (Para expor.) – Muito obrigado pela palavra, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço as considerações do Senador Marcos Rogério, acho muito assertivas as colocações de V. Exa. e as perguntas do nobre Senador Jean Paul. Vou tentar respondê-lo de forma equacionada e objetiva.

Quanto à primeira consideração que V. Exa. colocou sobre experiência, adequação e aderência ao setor, vejo que a minha experiência anterior a 2019, basicamente com passagens na iniciativa privada, ainda que não dedicadas ao setor de óleo e gás, foram todas em nível gerencial. Então, creio que me habilitam de alguma forma a entender um pouco da cabeça do privado frente à regulação de setores. É isso que eu trago dessa experiência do privado, de 2010, mais ou menos, a 2018.

A partir de 2019... E aí eu sou obrigado a concordar com V. Exa. quando disse sobre a experiência na Casa Civil e sobre o enfrentamento da burocracia, que de fato se enfrenta nessas casas, mas foi uma oportunidade que eu tive de estar muito próximo das matérias, principalmente, sob análise ali do mérito, de medidas que perpassam por aquela casa. Então, tive a oportunidade de conduzir discussões tanto acerca da lei das reguladoras, que passou por lá em 2019 e foi publicada em 2020, quanto questões como o RenovaBio, que foram tão bem colocadas aqui – a Diretora Symone conseguiu explanar bem a importância disso –, entre outras várias matérias que tramitaram por lá, com as quais eu tive a oportunidade de ter essa convivência.

O que eu queria destacar – e aí fecho essa primeira fala, Senador –, é que a experiência no Ministério do Meio Ambiente, que é a atual cadeira que eu ocupo hoje como Secretário-Executivo, de fato me dá uma dimensão sobre outra perspectiva, sobre a perspectiva da formulação da política pública, e isso tem uma conexão muito direta no entendimento com a regulação que se faz a partir daí. E já faço um gancho com a questão da transição energética, que V. Exa. bem colocou também. Veja que o ministério implanta hoje, empurra hoje programas muito importantes nesse sentido. Eu acho que se faz necessário... Toda vez que se fala de transição energética você tem, por um lado, a questão do fóssil. Então, eu acho que é importante aqui que a gente não demonize o fóssil, porque é ele que vai, de alguma forma, financiar essa transição das energias renováveis. E eu consigo verificar isso sob esse ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, ou seja, seja como membro do Conselho Nacional de Política Energética, em que eu tenho a honra também de ocupar um assento e ver no mais alto nível ali a estratégia da política energética sendo implementada, seja no ministério a partir de programas, como o Programa de Crescimento Verde, que viabiliza basicamente critérios de sustentabilidade para o público privado poder aportar os seus recursos em projetos, projetos como o de incentivo ao biometano, recentemente lançado em parceria com o Ministério de Minas e Energia para fomentar esse tipo de energia.

Então, eu vejo que eu trago um pouco desse viés, Senador, um pouco do viés dessas energias renováveis, do que o setor ambiental de alguma forma... E aí os órgãos ambientais têm um papel fundamental também, vinculados diretamente ao Ministério do Meio Ambiente: Ibama, ICMBio, Jardim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Botânico, que têm um papel crucial nessa transição, seja na parte de licenciamento, seja na parte de proteção.

Vejo, de alguma forma, que isso me habilita, e penso ter respondido às perguntas de V. Exa. tanto da minha intenção quanto da minha proximidade com o setor.

Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. e asseguro a palavra ao Dr. Daniel Maia Vieira.

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – Presidente, questiono se eu posso utilizar o microfone da Symone, para eu não responder ao Senador de costas para ele.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tanto faz.

Não há problema. Aqui é assim mesmo. (*Risos.*)

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA (Para expor.) – Senador, não poderia responder a uma pergunta tão importante para mim, mas principalmente para o nosso país, sem ser olhando para o senhor, até porque eu acho que a questão é de extrema importância para a minha pessoa especificamente. Isso inclusive já me prejudicou demais na minha carreira e hoje é importantíssimo. Eu respondo a essa pergunta com a tranquilidade e a segurança de quem é um simples servidor deste país.

Eu vim da Paraíba para Brasília sozinho. Morei cinco anos na casa de uma tia e de um tio meu, debaixo de chuva caminhando para a UnB, indo e voltando. Perto de formar, pensei: "Vou fazer o quê? Vou voltar para a Paraíba para fazer o quê?". Resolvi estudar para o concurso da Controladoria-Geral da União. Eu me apaixonei pela área de controle. Minha esposa, servidora do Tesouro Nacional, passou para o Tribunal de Contas da União. Na época, eu a namorava, ela me incentivou para estudar para o Tribunal de Contas da União.

Estudei, ralei, me apoiou, fui para o Tribunal de Contas da União como concursado em 2008. Lá, já caí na área de energia: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação, na Diretoria de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energia Elétrica. Imediatamente me apaixonei. Fiz a minha pós-graduação nessa área. Com a Dra. Marisete, Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, desde 2008, tenho um contato nos mais variados assuntos dos setores no âmbito da fiscalização do Tribunal de Contas da União. Desenvolvi lá toda a minha carreira, cheguei a ser Secretário de Fiscalização.

No Tribunal de Contas, tive oportunidade de conhecer diversos colegas, e são todos testemunhas do meu trabalho, do meu empenho, da minha isenção. Num cargo de Auditor, conflito de interesse é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra da hora, é natural isso. Então, todos são testemunhas de todo o meu empenho no meu trabalho na fiscalização. Não à toa, fui assessor de alguns Ministros: o Ministro José Múcio Monteiro, o hoje Ministro Jorge Oliveira, a quem agradeço demais a confiança, diante de desconfianças. E hoje eu me comunico para toda a sociedade brasileira, representada pelo senhor, a todos os jornalistas que não me conhecem. Eu diria para o senhor: não me sinto em situação alguma conflitada. Nós já passamos neste país por uma criminalização da política, espero não passar por uma criminalização de um parentesco. O Ministro Aroldo Cedraz é pai do marido da irmã da minha esposa. Conheço bem quem são; afinal de contas, não são parentes... São parentes – afinal de contas, é cunhado da minha esposa –, porém não tenho qualquer relação profissional, nunca tive nenhuma relação profissional com ele. O senhor comentou do Suarez – esse eu faço questão, e é bom que este é um escrutínio público, aberto. Nunca o vi na minha vida, e certamente, se os senhores me aprovarem, terei o prazer de conhecê-lo num contexto de transparência absoluta, isenção absoluta, diálogo – estamos aqui quase que com a agência completa sendo sabatinada –, transparência, isenção. Esses são princípios de família que eu carrego desde quando eu cheguei nesta capital, na faculdade, passando pela CGU, chegando ao TCU, e nunca abandonarei. Minha mãe certamente está assistindo a isso e vibrando, porque não tenho nada a esconder. Como mero servidor pequeno que sou, não teria oportunidade nunca de falar para o Brasil como eu estou falando agora, tendo a grande oportunidade de me sentir livre para falar isso.

Então, agradeço demais, com toda a sinceridade. Muitos colegas falaram: "Rapaz, essa pergunta será que vem?". Eu não vou nem me preocupar com ela, porque eu estou falando para o senhor e não tenho nada escrito, nem nunca pensei no que falaria. Estou falando de coração aberto para o senhor.

Sobre essa questão, o país e todo o Senado Federal podem ter a certeza absoluta da minha isenção, transparência e disponibilidade não em recebê-los, mas em vir até aqui.

Essa experiência no Tribunal de Contas é fantástica, tanto que nós promovemos o diálogo. O Senador Marcos Rogério comentou dessa capacidade do Senado... O Tribunal de Contas da União nos processos de fiscalização junta... Vi a Senadora Kátia Abreu ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, e o senhor estava lá: "Vem cá, de onde é a responsabilidade então? Não é de um, não é de outro... Se não é essa porta, é aquela porta? Não é aqui? É ali? De onde é então? Vamos sentar, tragam!". E a gente lá no Tribunal de Contas geralmente fica assim: "Não é aqui, não; é ali. Não depende de mim, depende de fulano". Então, essa capacidade de dialogar não é receber os senhores lá a R\$7 mil de distância daqui, não é, Symone? É vir aqui viabilizar esse contato direto, olho no olho, e, mais do que isso, prestar contas.

Eu venho de um órgão que prima pela prestação de contas, *accountability*. Não tenham dúvidas de que esse assunto não vai me deixar, mesmo que eu perca a aliança. Por isso é que eu farei questão de sempre deixá-lo transparente, translúcido para todos os senhores, para toda a sociedade. Estou convicto, seguro de que há transparência... E o testemunho de todos os colegas... De familiares eu nem falo porque,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Mas todos os colegas de trabalho estarão disponíveis para o senhor conferir, checar e, mais do que isso, me cobrar – me cobrar!

Muito obrigado pela pergunta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Daniel, muito obrigado pelo seu esclarecimento. Eu é que lhe agradeço.

Presidente, esse é o objetivo desse tipo de sabatina. Essas sabatinas não são para apertar ninguém, acusar ninguém, criminalizar ninguém, Daniel; são para dar chance. Eu se estivesse... E quase estive várias vezes por aqui, em uma sabatina desta, dos anos 90 até hoje, inclusive para a Diretoria-Geral da agência. Cedi espaço para a indicação do saudoso Haroldo Lima. Eu me lembro do medo que eu tinha de enfrentar isso: "Esses Senadores vão perguntar o detalhe da parafuseta de alguma coisa e vão me pegar". E o espírito não é aqui fazer isso, não é testar o conhecimento de vocês, até porque eu sou daqueles que acredita... E é uma opinião um pouco divergente do geral, porque há um lugar comum de que, em toda agência, é preciso colocar somente técnicos daquele setor, especialistas daquele setor. Aproveito que são quatro diretores da ANP para dar um exemplo específico.

Imagine você colocar um especialista, o maior especialista do mundo em lubrificantes... Estão debaixo da ANP os lubrificantes, não estão? Como é que esse ultraespecialista em lubrificantes vai se comportar diante de uma questão envolvendo linhas sísmicas? – como a gente falou aqui do Bdep, por exemplo, o banco de testemunho de rocha lá da Urca, onde fica a confidencialidade daqueles dados. O que esse sujeito vai conseguir decidir? Ele vai ter que se transformar em um generalista de setor para descer de novo lá no *upstream*, na outra ponta do segmento, na pontinha lá de cima, para tomar uma decisão em cima dos dados trazidos pelos processos organizacionais dos superintendentes, esses, sim, técnicos especialistas – esses sim! Perguntam: "Ah, mas esses especialistas eventualmente não podem ser diretores?". Podem também, mas ele também vai ter que fazer essa migração para o guarda-chuva, que é entender o setor todo.

Enfim, a minha posição é que pode, sim, haver agentes políticos com capacidade de tomar decisões – estamos aqui em meio a alguns candidatos que poderão exercer isso – e pode haver especialistas chamados a um cargo de gestão, de diretoria. E nas agências, é importante lembrar, que não é como em empresas, diretores são aqueles *top* gestores. Não. Eles são as inteligências que tomam decisões. Eles não estão necessariamente mandando no superintendente. Eles recebem aquela informação e julgam, em regime de colegiado, se aquilo vai virar uma portaria, enfim, uma instrução, uma regra ou não ou se vão tomar providências em relação a agente tal e tal e tal.

Então, voltando, Daniel, esse olho no olho aqui é o objeto desse tipo de sabatina. Eu gostaria que todos os sabatinados e todas as sabatinadas – e eu, como sabatinado inclusive, como disse aqui – tivessem recebido perguntas ou a oportunidade de esclarecer essas coisas, porque senão você passa quatro anos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essa pecha, entendeu? "Ah, ninguém falou nisso, todo mundo...", "não, porque os Senadores e os diretores da ANP não podem se falar nesse nível...". Eu acho que não, eu acho que a gente tem que estar rasgado aqui. Nós somos colegas de trabalho pelo Estado brasileiro. Os Senadores representam os estados, representam a população, o povo, como eu disse aqui, mas os estados principalmente, que são recebedores de *royalties*, têm série de interesses aí também. E vocês vão ser esses sacerdotes que eu disse aqui pelos setores, tomando decisões, mediando...

Então, parabéns, parabéns efusivamente pela sua postura e principalmente pelo compromisso que você assume e todos vocês também aqui assumem, de partir para essa nova... Alguns renovando isso, mas para uma nova vida, por quatro anos se dedicando a esse sacerdócio.

Obrigado, Presidente. Esse é o espírito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos então proceder ao encerramento da nossa reunião.

Eu acho que não preciso mencionar que todos os Senadores votaram. Nós temos quórum necessário para a apuração do resultado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, o Senador Jean Paul não votou. Seria importante eu consultar se os Senadores todos votaram, mas, considerando que o Senador Jean Paul está votando, eu solicito à Secretaria dos trabalhos que prepare a abertura do painel de votação. *(Pausa.)*

Aproveito para registrar a honrosa presença, aqui no nosso plenário, da Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, a Dra. Marisete Pereira, que nos honra com a presença aqui.

Muito obrigado. *(Fora do microfone.) (Pausa.)*

Então, vamos aguardar a abertura do painel. *(Pausa.)*

Deu, Senador Jean Paul? Por favor, coloque no painel, todo mundo ansioso para ver o resultado da sabatina. *(Risos.)*

(Procede-se à apuração.)

Olha aí. Nossa, tudo unanimidade!

Eu proclamo o resultado: todos foram aprovados.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado Federal para seguimento da tramitação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial dos indicados às agências reguladoras. Desejo um trabalho profícuo e de grande resultado para o Brasil e para a nação brasileira.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e ainda do Senador não membro Marcelo Castro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registro a Presença da Deputada Federal, Ângela Amin. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (PLS 194/2018), atendendo aos requerimentos REQ 14/2021 - CRA, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Paulo Rocha (PT/PA), REQ 6/2022 - CRA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA), e PLS 194/2018, de autoria Senadora Ana Amélia (PP/RS). Finalidade: Instruir o PLS 194/2018, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica. Participantes: Lucíola Alves Magalhães, Chefe-Adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; João de Deus Medeiros, Professor Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (área: Botânica); Marcelo Camardelli, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; Valério De Patta Pillar, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutor em Plant Sciences (Quantitative Ecology); Adelar Mantovani, Professor Doutor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (área: Biologia vegetal); Rodrigo Justus, Consultor Jurídico e Ambiental da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e Leonardo Papp, Consultor da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Jean Paul Prates e o Presidente Eventual, Senador Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/24>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 194/2018, de autoria da Senadora Ana Amélia Lemos, do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, em atendimento aos requerimentos de iniciativa dos Senadores Esperidião Amin e Paulo Rocha e de iniciativa do Senador Jean Paul Prates, que relata esta matéria.

Gostaria de agradecer ao Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente desta Comissão, pela deferência de me designar para presidir esta reunião e desejo esclarecer que esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211.

Temos inscritos sete participantes.

Acordamos aqui, com a Secretaria da Comissão, que a ordem de participação será a seguinte: Lucíola Alves Magalhães, João de Deus Medeiros, Valério De Patta Pillar, Marcelo Camardelli, Adelar Mantovani, Rodrigo Justus e Leonardo Papp.

Desejo registrar a presença da Deputada Federal Angela Amin, que participa da abertura desta reunião.

Seja bem-vinda, assim como são bem-vindos todos aqueles que, ao longo dos nossos trabalhos, contribuirão com a sua presença e com a sua indagação, uma vez que a audiência é interativa. Eu repito: por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211, ela poderá ser abordada pelos nossos telespectadores, ou seja, pelos cidadãos.

Esclareço ainda que está justificada a ausência, ou melhor, o representante do Ministério do Meio Ambiente justificou a sua ausência.

A forma como nós vamos desenvolver: nós vamos conceder ao natural oito minutos para cada um dos participantes, dos oradores que vão expor a sua posição a respeito do projeto de lei, que, repito, é o PLS 194, de 2018, e, se houver necessidade de alguma prorrogação, evidentemente, teremos a sensatez de prorrogar por alguns minutos adicionais.

Nessas condições, indago se a Sra. Lucíola Alves Magalhães está a postos? Estou conferindo aqui a sua presença e concedo-lhe a palavra, portanto, por oito minutos, para abordar o tema relacionado do projeto de lei em epígrafe e já mencionado.

Muito obrigado.

A SRA. LUCÍOLA ALVES MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Sr. Senador.

Bom dia a todos, aos demais componentes da mesa e aos apresentadores.

Eu vou compartilhar minha apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, informem-me se ela vai aparecer devidamente para os senhores.

Deixe-me colocar aqui compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O prédio da Embrapa já entrou.

A SRA. LUCÍOLA ALVES MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Já entrou? Então, perfeito.

A minha apresentação está...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Portanto, se a senhora acionar os botões devidos, as demais transparências também aparecerão.

Muito obrigado.

A SRA. LUCÍOLA ALVES MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador.

Então, bom dia a todos.

Meu nome é Lucíola. Eu sou Chefe-Adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Territorial em Campinas e hoje eu vou trazer uma fala apresentando o trabalho que foi desenvolvido por uma equipe da Embrapa, composta por 12 centros de pesquisas e envolvendo uma equipe de 46 pesquisadores e analistas, que trata sobre uso e ocupação das terras nos Campos de Cima da Serra. Então, esse trabalho foi um estudo que nós fizemos em 2018.

Os Campos em Cima da Serra abrangem quatro microrregiões incompletas, 49 municípios, numa área de cerca de 2,360 milhões hectares do Rio Grande do Sul, compostos por todos esses municípios que estão aqui apresentados na tabela à esquerda do mapa. E o que a gente trouxe dentro dessa nota – e ela está disponível, completa para os senhores lerem – é que, primeiro, a antropização dos Campos de Cima da Serra é uma das mais antigas do Brasil.

A Região Sul do país tem já um histórico de ocupação que remonta a séculos passados. Então, a atividade pecuária teve uma grande expansão do século XVIII ao século XIX, a que foi acrescida a exploração madeireira e de erva-mate e também as atividades agrícolas. E essa antropização na região se acelera ainda mais no século XX, quando a gente tem a expansão de uma agricultura de grãos e de frutas. Então, a gente passa por uma substituição das pastagens: onde era praticada uma pecuária extensiva, os produtores optam por trazer alternativas às suas práticas de arrecadação financeira trazendo aquelas culturas que trazem mais competitividade no cenário atual ou no momento da escolha daquela plantação. Então, ocorre essa substituição de pastagens por produção de grãos e de frutas, além também da silvicultura. Então, a gente substitui essas áreas de pastagem, ocorre o adensamento da urbanização e da malha viária e também repercute aí esse enorme processo de migração ocorrido no Rio Grande do Sul a partir do século XIX.

Hoje, essa região dos Campos de Cima da Serra, que foi a nossa região de estudo, tornou-se a maior região produtora de maçã; a produção de maçã no Brasil está concentrada, majoritariamente, na região dos Campos de Cima da Serra. Essa região, nesses municípios, é a quarta produtora nacional de batata e consolidou-se também na produção de hortaliças, de uva, de milho, de soja e de outros produtos da agropecuária.

A pecuária segue em destaque e continua evoluindo na região dos Campos de Cima da Serra, trazendo mais tecnologia para essa pecuária, trazendo forrageiras melhoradas, pastagens





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhoradas, trazendo a integração de sistemas ILPF, fazendo com que essa pecuária seja mais intensiva e produza com mais qualidade. A exemplo, a produtividade média do rebanho regional dos Campos de Cima da Serra é 83% maior do que a média nacional.

Então, a gente tem também, em termos econômicos, um estudo que foi feito a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 pelo Dr. Eliseu Alves, da Embrapa, em que foi feita uma análise dos microdados do Censo Agropecuário de 2016 para tentar entender como funciona a renda e a pobreza no campo. A conclusão foi que a pobreza rural seguia sendo um dos maiores desafios da região.

Esses dados obviamente precisam ser atualizados pelo Censo de 2017, mas o que nós tínhamos, em 2006, era que, nos 31 mil estabelecimentos agropecuários que tinham terra e renda no Censo de 2006, a pobreza estimada era de que cerca de 72% dos imóveis da região e estavam concentrados em faixas de renda bruta de zero a dez salários mínimos mensais, considerando-se, então, imóveis em situação de pobreza – ao final, nós os classificamos assim. Então, 93% de todos os estabelecimentos estudados também na região, segundo o Censo de 2006, possuíam uma área inferior a 100 hectares, e, desses inferiores a 100 hectares, cerca de 70% estavam em situação de pobreza. E quando a gente olha aqueles estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, a gente sabe que aí... Na verdade, desculpem-me, a gente vê que, dos estabelecimentos ricos que possuem acima de 200 salários mínimos mensais de renda bruta, 66,5% deles também possuem área inferior a 100 hectares, então configurando, majoritariamente, imóveis de pequenas áreas dentro das suas propriedades.

No tocante ao uso das terras, a partir de imagens de satélite foi feito um estudo, especialmente da região de Vacaria, por outros autores que não a Embrapa, que indicaram que – então é um estudo também antigo, que poderia ser atualizado – cerca de 40% do território dos Campos de Cima da Serra estavam ocupados com agricultura em 2005.

E há uma análise, de 1950 a 2005, que mostra que cerca de 40% dessas pastagens foram convertidas em lavouras anuais e 2,3%, em pomares, sendo que a zona urbana aumentou em 14% e sendo que as áreas de florestas e matas ciliares não foram alteradas significativamente até os dias atuais. Então, a gente traz que essa conversão não comprometeu as áreas dedicadas à preservação nativa em APPs ou reservas legais registradas no CAR, que é o que eu vou detalhar um pouco mais aqui para os senhores.

Então, o que nós temos relacionado aos Campos de Cima da Serra – esses dados são de fevereiro de 2018, quando esse estudo foi realizado? Tínhamos, nos Campos de Cima da Serra, 50.151 mil imóveis rurais ocupando uma área de cerca de um 1,5 milhão de hectares; essa aqui é uma diferença entre o que esperávamos encontrar no Censo Agropecuário e o que nós tínhamos no Sicar.

Obviamente, o Censo Agropecuário e o Cadastro Ambiental Rural não são bases de dados que possuem o mesmo propósito, então essas divergências são comuns. A Embrapa já avançou para uma análise integrada de dados de CAR e de Censo, mas, obviamente, isso não está aqui, porque foi um trabalho que foi feito recentemente e não é temporal com a publicação dessa nota.

Então, qual é o universo do mundo rural nessa região dos Campos de Cima da Serra? Nós temos esses cerca de 50 mil imóveis ocupando 1,5 milhão de hectares, e isso representa 63,5% da área territorial dos Campos de Cima da Serra, mostrando aí uma grande relevância desse mundo rural nessa região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, a gente costuma dizer que ocupar não quer dizer usar. Nós temos, de acordo com o Código Florestal, áreas dedicadas à preservação da vegetação nativa dentro de APPs e de reservas legais e também nós contabilizamos o excedente de vegetação nativa, que é aquilo que excede essas áreas e que os produtores declararam também dentro de suas propriedades rurais. Essa área chega a quase 521 mil hectares. Se nós fôssemos olhar a região dos Campos de Cima da Serra como um único imóvel rural, isso representaria uma média de cerca de 34,7% dos imóveis rurais, ou seja, esses produtores rurais da região dedicam, em média, 34,7% das suas áreas para a preservação da vegetação nativa. É um percentual muito acima daquele exigido, se a gente fosse olhar isso como um imóvel rural; o exigido pela lei é 20% e, no Rio Grande do Sul, essa média estadual é de 20,5%. Então, isso mostra que esses imóveis na região dos Campos de Cima da Serra têm um compromisso ambiental muito maior frente ao Código Florestal.

Essa área, representada pelas áreas destinadas à preservação, representa 22,1% de todo o território dos Campos de Cima da Serra. Somam-se a essas áreas destinadas à preservação dentro dos imóveis rurais aquelas áreas que são protegidas também por lei, mas aí a gente está falando dentro de unidades de conservação de proteção integral e de terras indígenas, o que nós contabilizamos mais 32.462 mil hectares – e esse percentual representa 1,4% dos Campos de Cima da Serra apenas –, e, juntas, essas áreas preservadas pelos agricultores e as áreas protegidas por outras legislações específicas, totalizam 23,3% dos Campos de Cima da Serra. Então, acho que essa informação reforça a relevância e a importância do mundo rural e dos produtores na preservação da vegetação nativa da região.

Então, como conclusão, resumindo, de acordo com os dados do CAR, a gente tem cerca de 50 mil imóveis na região dos Campos de Cima da Serra, ocupando 1,5 milhão de hectares, o que representa 66% do território. Do total dessa área, 35%, aproximadamente, são destinados à preservação da vegetação nativa, incluindo todos os tipos de formações vegetais, sendo que a gente tem aí mais um percentual de áreas dedicadas à proteção em parques nacionais ou estaduais e em terras indígenas na contabilização total.

E a gente reforça esse papel da importância do produtor na conservação e reforça que a área média desses produtores dos Campos de Cima da Serra tem, ainda, um percentual a mais. Se a gente for tratar como único imóvel – obviamente, na unidade produtiva, vai haver divergências: alguns imóveis vão ter mais, outros vão ter menos; do que a gente estava falando aqui é da média –, eles destinam mais do que a legislação exige. Então, quando a gente olha essa situação, a gente gosta sempre de divulgar esses números, esses dados, para mostrar qual é o papel do produtor na preservação da vegetação nativa no nosso país, dado o grande avanço das nossas instituições em cima do Código Florestal. A gente gosta de mostrar isso também nos fóruns urbanos porque esse papel, esse esforço do produtor que dedica seu patrimônio, seu tempo e seus recursos para a preservação do meio ambiente é desconhecido também nas áreas urbanas.

Então, em média a gente tem 65% das áreas cadastradas no CAR da região destinadas para o uso das atividades agropecuárias. Isso se a gente considerar a área total do imóvel subtraída daquelas áreas destinadas à preservação...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dra. Lucíola, eu sou obrigada a interrompê-la para pedir, em função do tempo total que nós temos, que a senhora por favor agilize o encerramento da sua apresentação.

A SRA. LUCÍOLA ALVES MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Está certo, Senador. Eu já finalizei.

Só para concluir, o crescimento da agropecuária na região seguirá em frente, a partir de uma agropecuária totalmente intensiva e em bases sustentáveis. A Embrapa tem trabalhado, junto com várias unidades, para trazer as melhores técnicas para esses produtores rurais da região.

Obrigada e bom dia. Até mais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

Cumprimento a senhora pela densidade do corpo da sua apresentação. Lamento que nós tenhamos essa contingência do tempo.

Segue-se a apresentação do Prof. João de Deus Medeiros. Eu registro com muita satisfação que integra os quadros que eu também, na condição de reformado, integro na nossa Universidade Federal de Santa Catarina.

Com a palavra o Dr. João de Deus.

Registro também a presença do vigilante Senador Jean Paul Prates. Seja bem-vindo!

Dr. João, com a palavra.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Bom dia! Bom dia a todos os presentes aqui.

Eu inicio mencionando (*Falha no áudio.*)... de concordância total (*Falha no áudio.*)... pela rejeição desse projeto de lei, porque os campos de altitude estão inseridos nos domínios da Mata Atlântica, eles integram a Mata Atlântica pelo menos desde a edição do Decreto 750. E é importante a gente destacar que os campos de altitude não se limitam aos Campos de Cima da Serra. É importante destacar que nós temos áreas de campos de altitude em vários outros estados, não apenas no Rio Grande do Sul, e todas essas áreas de campos de altitude se caracterizam como refúgios vegetacionais, ou seja, são áreas em que temos predominância dessa vegetação herbáceo-subarbusiva, que naturalmente se mantém nessa condição e que é fruto de uma vegetação relictual, uma vegetação mais antiga, que depois, com a mudança climática que ocorreu no final do pleistoceno, com essa tropicalização, várias dessas áreas foram cedendo espaço para florestas. Isso significa dizer, como bem destacou o Senador Jean Paul Prates no seu parecer, que essas áreas de campos de altitude abrigam um número significativo de espécies endêmicas, de espécies raras, muitas delas já ameaçadas de extinção. Então, no contexto da Mata Atlântica, que é um dos biomas mais ameaçados do Planeta, nós temos essa particularidade dos campos de altitude como áreas que, apesar de representarem um espaço relativamente pequeno no contexto da área de abrangência da Mata Atlântica, são espaços que, do ponto de vista da conservação da biodiversidade, que, do ponto de vista da própria gestão ambiental como um todo (*Falha no áudio.*)... extremamente relevantes, não apenas pela questão de abrigar espécies endêmicas e raras, mas fundamentalmente também pela importância que essas áreas de campo de altitude têm na manutenção, regulação do equilíbrio hídrico, que acaba





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo implicações diretas, e agora mais do que nunca, em função do aumento vertiginoso desses eventos extremos que nós temos sentido praticamente em toda a região da Mata Atlântica, mas aqui em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, com estiagens intensas, que têm afetado inclusive a própria produção agropecuária, a manutenção dessas áreas de campo de altitude no contexto de garantir a conservação dessas bacias hidrográficas é fundamental.

O outro ponto que eu acho que é relevante é lembrar que a Constituição da República define a Mata Atlântica (*Falha no áudio*)... dos seis biomas, foram elencados aí na Constituição a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal. E vejam que a Constituição é de 1988 e desses, apenas a Mata Atlântica teve estabelecida uma lei que define, que assegura a preservação e garanta que o uso dos recursos naturais se dê de forma que essa preservação seja efetivamente contemplada.

E aí as justificativas apresentadas para esse projeto de lei são bastante questionáveis, não é? Primeiro, sobre a questão de que essa é uma área propícia ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris. Ao contrário, essas áreas de campo de altitude em geral são áreas pouco propícias, quer sejam (*Falha no áudio*)... de solos litólicos, o que é um fator desfavorável para a maioria das atividades, como também pela questão da altitude e da sazonalidade. Normalmente são áreas em que, no período de inverno, as temperaturas são muito baixas, com geadas intensas, o que acaba, de certa forma, comprometendo. A ocupação também, ela é real, como bem frisou aqui a Dra. Lucíola, a maioria dessas ocupações já ocorreram antes (*Falha no áudio*)... antes da Lei da Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. João, eu vou interromper. Dr. João...

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (*Por videoconferência*) – É importante lembrar, claro, que a...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. João.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (*Por videoconferência*) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou interromper a sua apresentação, porque o áudio aqui está seguidamente chegando picotado. O diagnóstico aqui da nossa equipe técnica é de que a largura, ou seja, o equipamento de banda larga que o assiste nessa apresentação seria insuficiente.

Vamos fazer mais uma tentativa. Caso contrário, nós teremos que passar a finalização da sua apresentação para um outro momento ainda desta audiência. Eu devolvo a palavra ao senhor.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (*Por videoconferência*) – Eu vou retirar o vídeo, então. Quem sabe melhora.

Bom, de um modo geral então, eu estava dizendo que essas áreas já ocupadas não são objeto das previsões da lei, não é? A lei não se aplica sobre áreas já ocupadas por agricultura, por reflorestamento, cidades. Então não há por que se falar sobre um comprometimento das atividades que existem (*Falha no áudio*).

...nessas áreas, porque sobre elas não haveria essa aplicação da lei.

Ela é fundamental para... (*Falha no áudio*).

...na região dos campos. Sem essa... (*Falha no áudio*).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

...ela seria completamente anulada também não faz o menor sentido. Isso nós discutimos intensamente quando da apresentação da proposta de regulamentação dos estágios seccionais em campos de altitude. À época, eu estava no Ministério do Meio Ambiente, na Direção do Departamento de Florestas. Nós fizemos, inclusive, várias audiências, aqui em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, para discutir esse tema. Isso foi colocado de maneira bastante clara. Áreas que hoje já estão com atividades agrícolas, silviculturais ou mesmo com ocupação de cidades não entrariam nessas determinações da lei.

A lei se aplica unicamente à proteção dos remanescentes que ainda temos nesses campos de altitude. Então, não há por que... *(Falha no áudio.)*

...com esse tipo de argumento.

Um outro ponto também importante é lembrar que a própria Resolução 423 já ressalta a importância biológica, o alto grau de endemismo de espécies raras ameaçadas de extinção, e a importância desses remanescentes em campos de altitude como corredores ecológicos e áreas de recarga... *(Falha no áudio.)*

Esses refúgios vegetacionais estão situados nos ambientes montano e alto montano, o que, de certa maneira, também já restringe bastante a ocupação porque, de um modo geral, nós temos a Mata Atlântica, na maioria dos estados, se desenvolvendo em altitudes inferiores a essa de ambientes montano e alto montano, onde estão os campos de altitude. *(Falha no áudio.)*

...principalmente, de setores... *(Falha no áudio.)*

...do sul do país, para poder fazer com que... *(Falha no áudio.)*

Infelizmente, aqui em Santa Catarina por exemplo, nós já tivemos a aprovação de uma lei estadual que... *(Falha no áudio.)*

...como a de definir que campos de altitude são formações que ocorrem apenas acima de 1.500 metros. Então, essa tentativa de flexibilizar as regras de proteção da Lei da Mata Atlântica representa um retrocesso bastante significativo. Nós precisamos avançar nessa proteção, lembrando que ela conciliou, sim, essa questão da necessidade de preservação de um ambiente extremamente importante, estratégico sob vários aspectos, com a conciliação dessas atividades econômicas que são desenvolvidas na área.

Um outro ponto que também é bastante relevante é lembrar que a própria questão do pastoreio extensivo tradicional e remanescente de campo de altitude não ficou limitada pela lei ou pela resolução, e o decreto que regula a Lei da Mata Atlântica deixa bem claro que esse pastoreio extensivo é admitido, está ali entre as atividades que são admitidas, até porque a evolução dos campos teve uma associação bastante estreita com esses grandes herbívoros que viveram aqui na região no passado.

Mas o ponto que eu acho mais crítico nesse projeto é exatamente essa tentativa de flexibilizar para a ocupação de áreas urbanas, que é uma pressão que está crescendo bastante nos últimos anos e que fere completamente... Veja, as disposições da Lei da Mata Atlântica faziam uma previsão de que, para loteamentos ou edificações em ambientes de vegetação primária, isso ficava vedado. E o projeto de lei traz uma possibilidade agora, mesmo em vegetação primária, de conversão dessas áreas para fins de loteamento ou edificação, invertendo completamente a lógica da Lei da Mata Atlântica, que é permitir que isso ocorra, garantindo ou prevendo a destinação de área equivalente a 50% da área desmatada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o que a lei estabelece... Essa destinação de área equivalente para fins de loteamento ou edificação está prevista como uma exigência na Lei da Mata Atlântica, mas a Lei da Mata Atlântica somente admite esse tipo de conversão para... *(Falha no áudio.)*

... de campo em estágio avançado ou médio e, no caso de estágio avançado, o que a lei prevê é que nós tenhamos pelo menos 50% da área coberta por essa vegetação mantida e, portanto, a compensação se daria sobre aqueles 50% que a lei permitiu que fossem convertidos para fins de loteamento. Isso é invertido totalmente nesse projeto de lei, abrindo uma possibilidade de expansão completamente descabida para a expansão urbana nessas áreas de campo de altitude.

Para as áreas de vegetação em estágio médio, o projeto de lei prevê a destinação de área equivalente de 10% da área, ou seja, ele permite a conversão dessa vegetação em 90%, sem exigir qualquer percentual mínimo de manutenção, porque a Lei da Mata Atlântica, nesses casos de estágio médio, prevê que seria preciso preservar pelo menos 30%. O novo projeto não prevê nada e prevê que se faça a destinação apenas de 10% da área equivalente.

Então, nós teríamos aqui, com a aprovação desse projeto de lei, uma abertura muito grande para essa grande pressão que está ocorrendo nas regiões de campos de altitude com a expansão desses condomínios rurais em completo desacordo com a Lei da Mata Atlântica, o que representaria uma grave ameaça, já representa hoje uma grave ameaça, à manutenção desses campos de altitude e seria um retrocesso em termos de proteção dos remanescentes que ainda nós temos nessas áreas, que são extremamente relevantes e importantes sob vários aspectos, como nós mencionamos agora há pouco aqui.

Então, esse ponto eu acho que precisa ser bastante... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. João! Dr. João, interrompo-o de novo...

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS *(Por videoconferência.)* – ... e lembrar que os últimos dados que nós temos do desmatamento...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. João de Deus, eu volto ao interrompê-lo para dizer que já ultrapassamos dez minutos de apresentação, ou seja, além do tempo consignado. Eu lhe peço que dê curso ao encerramento da sua exposição e peço, encarecidamente, que o senhor mande o texto da sua apresentação para complementar, porque, ainda que tenha reduzido, o prejuízo da sua apresentação em matéria de áudio foi muito grande. E, para que os arquivos desta reunião sejam úteis tanto para o Relator quanto para os trabalhos da Comissão, eu peço que o senhor envie o inteiro teor da sua fala para a avaliação de todos os integrantes da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS *(Por videoconferência.)* – O.k.

Então, só para concluir, Senador Esperidião, quero só mencionar que a gente tem ainda um grande lapso, um grande déficit com relação à própria fiscalização dessas atividades na Região Sul de um modo geral.

Só para destacar aqui, os últimos dados do levantamento de 2020 mostram que, de todos os alertas de desmatamento, no Rio Grande do Sul, nós tivemos praticamente apenas 1% desses desmatamentos sendo fiscalizados; no Paraná, chegou a 3%; e, aqui em Santa Catarina, a apenas 1%. Então, nós temos também ainda esse grave problema de ter uma estrutura de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização bastante deficiente que deixa o quadro de risco e de ameaça à conservação desses remanescentes bastante mais preocupante.

Eu agradeço e peço desculpas por ter avançado um pouco no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não; o avanço foi menos prejudicial para o conjunto do que o problema da transmissão e, aqui, no nosso caso, da recepção da sua fala. Por isso, eu insisto que o senhor nos envie o inteiro teor do seu pronunciamento para que nós o disponibilizemos a todos os integrantes da Comissão.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Valério de Patta Pillar, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Bom dia e obrigado, Senador Amin. Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais participantes e público que nos assiste. Agradeço o convite para esta audiência.

Eu vou mostrar brevemente algumas informações, alguns mapas, algumas imagens para facilitar.

Solicito a autorização para que eu possa compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Está aqui. (*Pausa.*)

Eu não estou vendo aqui a minha...

O.k. Onde está a minha apresentação? (*Pausa.*)

Desculpem, mas eu não estou encontrando aqui no Zoom o meu arquivo para ser apresentado. Desculpem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prof. Valério...

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como colaboração, a equipe técnica sugere que o senhor aperte o botão *share screen*.

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Sim; foi o que eu fiz, mas o meu arquivo não aparece. Esse que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí nós não temos como fazer nada...

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – O meu arquivo não aparece aqui no rol dos que eu poderia mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei que o senhor tem uma limitação de tempo, mas nós passaremos para o próximo...

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Eu vou conseguir aqui. Eu estou fechando todos os arquivos que poderiam criar ambiguidade e vou ficar só com a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que as orações do Senador Jean Paul Prates não estão funcionando hoje. Ele deve ter uma dívida muito grande aí por amortizar.

Então, vou lhe sugerir, eu sei que o senhor tem uma limitação de tempo para as 9h, mas eu vou passar...

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Sim, eu tenho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para o seguinte e volto logo depois, está o.k.?

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (*Por videoconferência.*) – O.k., desculpem aí, mas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não há problema.

Podemos passar, então, para o Sr. Marcelo Camardelli, Assessor da Presidência da Federação Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, para saber se os anjos que indicaram, que protegem o Sr. João de Deus retornam daqui a oito ou dez minutos.

Com a palavra o Sr. Marcelo Camardelli.

O SR. MARCELO CAMARDELLI (*Para expor. Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Eu gostaria de saudar os demais Senadores e Senadoras que estão presentes nesta audiência pública; a Deputada Ângela Amin, que também se faz presente, como já comentado pelo Senador Esperidião, e os demais debatedores desta audiência.

Bom, os campos de cima da serra, tema deste debate, desta audiência pública em relação ao Projeto de Lei 194, historicamente, são ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica e são, sim, formações propícias ao desenvolvimento das atividades agrossilvipastoris. Isso a própria história já coloca desta forma, fatos históricos comprovam isso. Então, essas atividades criaram e modelaram novas paisagens rurais, alterando os diversos ecossistemas da Mata Atlântica, em especial, os campos de altitude.

As atividades nessas áreas consolidadas desses campos são fruto de uma realidade construída historicamente. E a ocupação humana desses campos é algo que remonta a tempos passados. Diversos ciclos de desenvolvimento agropecuário marcaram esta região, em especial, a partir da introdução do gado bovino com a pecuária extensiva, iniciada já no século XVI, como muito bem colocado pela Dra. Lucíola, representando a Embrapa.

Então, o impacto do pastoreio fez com que essa região assumisse características distintas daquelas das formações originais, seja por enriquecimento das próprias pastagens ou até mesmo pela famosa sapecada, utilizada aqui, que é o uso do fogo, utilizado historicamente nos campos de altitude de forma a eliminar aquela palhada ressequida e favorecendo a emergência de novas gramíneas.

Então, é inegável que a prática da pecuária tem sido responsável pela atual configuração dos campos dessas regiões campestres.

Essas formações são há séculos ocupadas por agricultores e pecuaristas que garantem o sustento das suas famílias, gerando empregos para as populações e municípios inseridos nesse recorte ambiental.

A produção de alimentos na agricultura e na pecuária oriundos dessa região, nas mais variadas configurações fundiárias – aqui foi colocado já pela Dra. Lucíola a configuração fundiária dessa região, que é muito importante e diversificada –, essa produção abastece o mercado regional, com destaque especial para produtos da horticultura e também envia produtos para outras regiões do país, assim como também exporta importantes produtos mundo afora.

A região também tem um destaque importante na produção de maçãs, brócolis, repolhos, couve chinesa, uvas, vinhos, produtos que estão nas mesas dos brasileiros neste momento. Inclusive, alimentam grande parte da região metropolitana dessas regiões, inclusive, a capital do estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E além desses produtos, destacamos a produção de soja, milho, aveia, trigo, batata, fruticultura e silvicultura, também outra produção importante dessa região.

Um ponto que merece destaque também é – e já foi trazido aqui – a grande diversidade de cultura desenvolvida nessa região e que favorece inclusive a rotação, propiciando um melhor ganho de eficiência dessas atividades produtivas, favorecendo a produção sustentável.

Ressalte-se que essa região, pela sua importância econômica e da produção primária, mesmo durante a pandemia, obteve índices interessantes de desempenho, índices insignificativos de desemprego, ou seja, o campo, mais uma vez, sustentando a atividade, mesmo durante os tempos de pandemia. Então, é inegável a importância do setor primário no desenvolvimento dessa região. Agricultura, pecuária e silvicultura, que são atividades associadas, mais uma vez reforço, moldaram a paisagem dessa região dos Campos de Cima da Serra.

A conversão de pastagens em áreas agrícolas é um processo, sem dúvida, sustentável: amplia a renda dos produtores e mantém a população no campo, gerando oportunidade de emprego e renda para o jovem na zona rural.

Por força do relevo, é possível verificar que diversas propriedades que compõem essa região – e observa-se que essa área agricultável já foi trazida pela Dra. Lucíola – são significativamente menores do que as áreas protegidas, ou seja, o produtor é responsável por grande parte da conservação da vegetação nativa dentro das suas propriedades. Isso sem considerar aqueles parâmetros legais já impostos pelas leis incidentes.

Como fruto dessa consideração – e aqui cabe um ponto importante –, diversas unidades de conservação estão inseridas nesta região de Campos de Cima da Serra. Muitas delas foram criadas após, inclusive, as próprias legislações incidentes, demonstrando que o produtor conserva sim esta região que está sendo utilizada historicamente.

Estudos realizados pela própria Embrapa – e aqui já trazidos pela Dra. Lucíola – demonstram que essas afirmações tocantes às áreas dedicadas à preservação são reais, são construídas historicamente. Dados nos trazem a certeza disso. Ela colocou muito bem que mais de 30% da vegetação nativa está dentro da propriedade rural, ou seja, se compararmos com o que nós temos de vegetação nativa preservada nas propriedades rurais ou, inclusive, nas unidades de conservação, o número é muito superior.

Em suma, Srs. Senadores e Senadoras, produtores rurais dessa região são, sem sombra de dúvida, os maiores guardiões do meio ambiente e assumem integralmente os ônus econômicos decorrentes de qualquer conselho dessa conservação, sem qualquer forma de compensação. A Lei da Mata Atlântica, à qual estão submetidas legalmente essas formações, trata esses Campos de Altitude com rigor de formações florestais. Essa norma impõe extrema severidade e restrição a esses ecossistemas para a produção sustentável. Alia-se ainda às resoluções do Conama, em especial a Resolução 423, que versa sobre os estágios sucessionais.

A forma como está disposta esta legislação incidente não reflete a realidade histórica de antropização e consolidação dessa região e, dessa forma, vem trazendo graves consequências aos produtores rurais, inviabilizando-os de utilizarem suas propriedades, fazendo com que importantes áreas de terra se tornem pouco produtivas, um reflexo negativo para além da sociedade local.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somam-se a isso diversas autuações – aqui, eu chamo a atenção para um ponto importante – e embargos que tratam injustamente esses produtores rurais como se fossem verdadeiros criminosos, com crédito abalado, tendo a sua sobrevivência na propriedade prejudicada apenas por buscarem produzir alimentos.

Necessário o entendimento de consolidação dessas áreas, tal qual define o Código Florestal Brasileiro, que considera as áreas rurais consolidadas como aquelas com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris.

A utilização e a finalidade de cada propriedade rural dependem das decisões de cada produtor no exercício do seu direito de livre iniciativa e segundo seus objetivos. A sobrevivência, Senadores, das propriedades rurais depende disso.

Portanto, é necessário que haja uma atualização da legislação, adaptando-a à realidade em que estão inseridos os campos de altitude, para que essa atividade continue existindo nessas áreas já utilizadas, antropizadas e consolidadas, senhores, para que o uso, a proteção e a recuperação aconteçam, permitindo a produção de alimentos.

Os produtores rurais, em especial dessa região, são, sem sombra de dúvidas, os maiores interessados na manutenção dos campos de altitude. Porém, ao cessar essas atividades, senhores, e não permitir o desenvolvimento da região de forma sustentável, estaremos provocando um grande caos social, com reflexos inimagináveis.

Portanto, é notório...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. Marcelo...

O SR. MARCELO CAMARDELLI (*Por videoconferência.*) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sou obrigado a pedir que o senhor promova o encerramento...

O SR. MARCELO CAMARDELLI (*Por videoconferência.*) – Finalizando...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por uma questão de tempo, que eu não posso administrar.

O SR. MARCELO CAMARDELLI (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Então, nesse sentido, Senadores, Senadoras, demais Parlamentares e sociedade, solicitamos o apoio desses Parlamentares, em especial dos nobres Senadores, no intuito de avançarmos na discussão para adequação da legislação incidente desses campos de altitude, possibilitando a continuidade das atividades produtivas, gerando emprego, renda e desenvolvimento sustentável para a região e, principalmente, conferindo segurança jurídica ao produtor rural, que somente quer exercer seu direito de produzir alimentos.

Muito obrigado, Senador Esperidião.

Obrigado aos demais.

Agradeço, mais uma vez, o convite para participar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu que lhe agradeço e peço que o senhor nos envie esse texto também, para que ele fique disponibilizado a todos os integrantes da Comissão.

Pergunto ao Prof. Valério se ele está em condições de complementar a sua exposição, que ficou bastante prejudicada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, eu não posso lhe devolver todo o tempo.

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim. Bom dia! Eu espero que sim, que eu consiga...

Bem, eu nem tinha começado, mas eu lhe agradeço e peço desculpas pelo inconveniente.

Vou ver se eu consigo, agora, compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Agora, sim. Agora vai!

Então, eu agradeço o convite.

O projeto de lei, ora em discussão, trata destas áreas de campo, que são enclaves de campos, no bioma Mata Atlântica. São essas áreas em cor laranja, que correspondem, aproximadamente – a maior parte são campos de altitude –, a cerca de mais de 5 milhões de hectares, originalmente; são áreas cobertas originalmente, antes da conversão agrícola que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Infelizmente, nós não estamos vendo a sua projeção.

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Não? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela não está aparecendo aqui; está a tela branca, em branco.

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Uma tela branca?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma tela em branco, quando o senhor falou em cor...

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Tela em branco, é isso?

Vamos ver, mais uma vez. Vamos tentar, mais uma vez.

Campos de altitude, compartilhar.

E agora?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora sim.

O SR. VALÉRIO DE PATTA PILLAR (*Por videoconferência.*) – O.k. Obrigado.

Então, esses campos de altitude são ecossistemas naturais – isso é importante frisar –, não foram gerados pela ação do desmatamento. Esses ecossistemas caracterizam planaltos brasileiros há milhares de anos e precedem a expansão da Mata Atlântica nessa região. Então, isso tem que ficar claro, porque muitos podem achar que essas áreas são pastagens. Não, são campos nativos, é vegetação nativa utilizada como pastagem; é diferente de uma pastagem plantada. Mais uma outra visão: eles estão associados, em geral, com áreas, com manchas florestais, com capões de mata, com matas ciliares, e esses campos abrigam uma alta biodiversidade.

Nós temos levantamentos sistemáticos realizados por pesquisadores da Rede Campos Sulinos, que tenho o prazer de coordenar, que encontraram, nos campos de altitudes do sul do Brasil, incluindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, 83 espécies de aves típicas campestres, 165 espécies de mamíferos, 82 espécies de anfíbios e inúmeras espécies de outros grupos. De plantas, são 1.750 espécies, considerando somente os campos de altitude do Rio Grande do Sul, e, destas, 160 são endêmicas, ou seja, não ocorrem em nenhum outro lugar, ou seja, a sua extinção aqui nessa região seria para sempre, pois não ocorrem em outros lugares. E, no caso de plantas, por exemplo, foram encontradas até 43 espécies por metro quadrado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, são campos, é vegetação nativa com uma altíssima diversidade de espécies por área.

É importante destacar que essa riqueza de espécies, que foi encontrada, foi encontrada em campos nativos sob o uso tradicional secular, envolvendo o pastoreio de gado e as queimadas. A biodiversidade característica desses campos é bem adequada – isso precisa ficar claro –, é bem adaptada ao uso pastoril em que a vegetação nativa campestre é preservada, e esse uso é secular, desde a colonização portuguesa e a espanhola.

Inclusive temos dados mostrando que o uso pastoril e as queimadas são essenciais para a conservação dessa alta biodiversidade, ou seja, não é só que ela tolere, essa atividade é essencial para a conservação dessa biodiversidade. Então, não é verdade que os campos, que os remanescentes de campos de altitude seriam ecossistemas improdutivos, como alega a então Senadora Ana Amélia Lemos na justificativa para o projeto de lei. Esses campos podem produzir até 100kg de ganho de peso vivo por hectare por ano apenas com a adoção de boas práticas de manejo pastoril, como o ajuste da carga animal, a disponibilidade de forragem, sem aplicação de insumos nem queimadas e mantendo a vegetação nativa e a biodiversidade associada. Então, esses campos são produtivos e podem se tornar mais produtivos ainda.

Além disso, já destacado pelo Prof. João de Deus Medeiros, a conservação dos campos de altitude, em vez da sua conversão em lavouras e em silvicultura, traz benefícios para toda a sociedade: os solos preservam importantes estoques de carbono, que podem ser perdidos para a atmosfera com a conversão dos campos, e as nascentes dos principais rios da região estão em campos de altitude. Então, esses campos, portanto, são importantes para a garantia de provisão regular de água, que será cada vez mais escassa com as mudanças climáticas.

Então, algumas dessas nascentes apresentam solos orgânicos que funcionam como verdadeiras esponjas armazenando água. Também há o potencial turístico: as paisagens atraem pessoas que vivem em zonas urbanas, e isso pode se perder com a conversão crescente desses campos ainda remanescentes. Entretanto, uma parte significativa dos campos de altitude já foi convertida em lavouras, em silvicultura e também em pastagens plantadas.

Esse mapa aqui, que foi obtido a partir da base de dados do projeto MapBiomass, mostra que resta muito pouco de campos na área que originalmente cobria desde o Rio Grande do Sul até o Paraná. Essas áreas em cor rosa correspondem às áreas que originalmente eram de campos nativos, de uso pastoril e de uso para a produção pecuária, e foram convertidas em lavouras e em pastagens plantadas.

As áreas em marrom escuro, que talvez não dê para ver pela escala do mapa, são áreas de silvicultura. Em algumas, por exemplo, aqui no Paraná, há uma região bastante grande com silvicultura, e essas áreas eram originalmente campestres. Então, já houve uma conversão significativa.

Em 2020, esses dados mostram que havia 2,6 milhões de hectares de agricultura e de pastagens plantadas, 420 mil hectares com silvicultura e apenas 870 mil hectares de campos nativos, remanescentes de campos nativos, ou seja, estima-se que restem apenas 20%, cerca de 20% da área originalmente ocupada com campos de altitude nesses três estados.

Então, eu vou parar a minha apresentação e vou agora partir para a discussão da proposta propriamente.

Então, pode descompartilhar a minha tela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à proposta em si.

A proposta, ora em discussão, não só retira os campos de altitude da lista de ecossistemas sob a proteção da Lei 11.428, de 2006, que é a Lei da Mata Atlântica, mas reduz a sua proteção, a proteção desses campos nativos contra a conversão, além de prever mais uma anistia àqueles que descumpriram a legislação vigente, convertendo ilegalmente a vegetação nativa em lavouras, em silvicultura ou em pastagens plantadas, já com a lei em vigor, a Lei da Mata Atlântica. E, mais grave ainda: a Lei da Mata Atlântica prevê, no seu art. 5º, que:

A vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do bioma Mata Atlântica não perderão esta classificação [ou seja, como vegetação primária ou como vegetação secundária] nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

Ora, o que diz o art. 5º no projeto de lei ora em discussão? Que a vegetação primária ou a vegetação secundária, em qualquer estágio de regeneração dos campos de altitude, associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica perdem esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento, que neste caso, no campo, seria a supressão dos campos para cultivo, ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada ocorridos há mais de cinco anos.”

Ora, como vimos, todas as áreas remanescentes de campo nativo em propriedades nessa região têm sido usadas há séculos para a criação de gado sem a necessidade de supressão ou conversão da vegetação nativa para plantação de pastagens. Também, temos evidências ecológicas, paleoecológicas, que registram queimadas nos campos de altitude desde 8 mil anos antes do presente. Portanto, a vigorar esse absurdo que está sendo proposto no art. 5º desse projeto de lei, não restará nenhuma área remanescente de campos de altitude a ser protegida pela nova lei. Ou seja, os proprietários poderão alegar que seus campos, manejados sob o uso pastoril e queimadas, desde há muito tempo, não estariam incluídos em nenhuma das classes referidas no art. 5º, sendo, portanto, imunes à proteção desta lei, que, supostamente, deveria dispor sobre a proteção da vegetação nativa dos campos de altitude, em substituição à Lei da Mata Atlântica.

Tampouco o projeto de lei garante que as atividades de uso sustentável da vegetação nativa, que não a descaracterizam, incluindo uso pastoril dos campos nativos para a produção pecuária, deveriam ser permitidas e isentas de licenciamento. Ou seja, tampouco a lei prevê essa possibilidade, para que essas áreas remanescentes de vegetação nativa possam continuar sendo usadas – eu já vou concluir – na atividade pastoril que conserva a vegetação nativa. E a lei não prevê nada sobre isso.

Ao contrário, no rol das atividades de interesse social, passíveis de autorização, além daquelas já previstas na Lei da Mata Atlântica, o projeto de lei inclui as atividades agrossilvipastoris nas atividades passíveis de licenciamento.

Tais atividades não são definidas no projeto de lei, mas o termo abrangeria todos os tipos de atividade agrícola, pastoril e silvicultural, incluindo aqueles usos que requerem a destruição da vegetação nativa e sua substituição por cultivos. Ou seja, a lei permitirá o licenciamento da conversão agrícola e silvicultural de campos de altitude, mesmo campos com vegetação primária sob uso pastoril e nunca antes convertida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, o projeto de lei reduz a proteção desses campos.

Se aprovado esse projeto de lei, na prática, deixará os campos de altitude à mercê de interpretações esdrúxulas da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que é a Lei 12.651, de 2012, como a que está na legislação do Rio Grande do Sul, que permite, por exemplo, para propriedades localizadas no bioma Pampa, a declaração no CAR de remanescente de campo nativo sob uso pastoril como “área rural consolidada”. A consequência disso é que quase nada de remanescentes de campo nativo, declarados como tal no CAR, e tampouco a Reserva Legal têm sido declarados. Apesar da flagrante irregularidade, a validação das declarações do CAR no Rio Grande do Sul segue a passos muito lentos, inclusive nos campos do bioma Mata Atlântica.

Ademais, a análise de imagens de satélites dos últimos anos evidenciam a supressão de 120 mil hectares...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prof. Valério, sou obrigado a interrompê-lo...

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – Já estou concluindo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concluindo.

O SR. VALÉRIO DE PATA PILLAR (*Por videoconferência.*) – ... evidencia a supressão de 120 mil hectares de campos nativos, por ano, somente no bioma Pampa, o que provavelmente é uma supressão muito maior do que a que teria sido legalmente autorizada. Ou seja, a lei joga para órgão ambiental o licenciamento, quando o licenciamento na prática não está sendo solicitado pelos produtores que convertem a vegetação nativa.

Então por esses motivos, eu concluo. Concorro plenamente com o parecer do Relator, que pede a rejeição desse projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado ao Prof. Valério De Pata Pillar.

Segue-se o Professor Doutor Adelar Mantovani, meu colega também, porque eu fui professor da Udesc. Mas, antes de lhe passar a palavra, eu quero registrar duas indagações oriundas do e-Cidadania, registrando aqui a participação de Izabelle Alves, do Rio de Janeiro: “Qual seria o melhor método para preservar a vegetação? Qual é o estado atual em que se encontra?”. No caso, o objeto do projeto de lei, que são os campos de altitude.

E Ian Alves, do Ceará: “Sabendo que temos um dos mais variados ecossistemas do mundo, por que a questão da defesa da vida ecológica ainda não é uma prioridade legal?”.

Aí eu mesmo me encarrego de responder. É uma prioridade legal e o Brasil tem uma legislação muito ampla e práticas, práticas muito diversificadas e apropriadas para esse nosso continente Brasil.

Registro ainda, com grande satisfação, a presença do querido Senador Luiz do Carmo, do Estado de Goiás, que participa remotamente da nossa reunião.

Com a palavra, o Prof. Adelar Mantovani, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O SR. ADELAR MANTOVANI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Senador Esperidião é um prazer. Obrigado pelo convite. Demais Senadores e demais debatedores desta audiência pública...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar... Parece-me que não tenho autorização aqui para projetar a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem, tem sim.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Bom, de qualquer maneira, algum problema aqui está ocorrendo, mas eu posso falar diretamente sem a apresentação. Eu diria que partindo do princípio do desenvolvimento sustentável...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor mesmo pode compartilhar a tela, professor.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – O.k. Ah, agora sim! Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bem.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Está aparecendo aí para você?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está aparecendo. Eu acho que eu estou até reconhecendo onde é que é isso.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – O.k., então.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nessa região já começa a produção do melato, do mel de bracatinga.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Exatamente. Então, eu vou obviamente aqui me ater um pouco mais a Santa Catarina, aos campos de altitude de Santa Catarina. E, de maneira geral, eu sou de parecer favorável à rejeição da proposta já de imediato.

Como eu estava falando, partindo do princípio do desenvolvimento sustentável, é fundamental que as atividades econômicas a serem desenvolvidas nessas paisagens estejam alinhadas à sua história econômica, à sua história natural e cultural. No meu entender, no nosso entender aqui, a Lei da Mata Atlântica e o Decreto 6.660, de 2008, que dispõem sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, já apontam adequadamente para isso, como prática do pastoreio extensivo, tradicional e o exercício de atividades imprescindíveis à subsistência do pequeno produtor rural e populações tradicionais, que seria o uso agrícola, pecuário e silviculturais. Já o projeto proposto tem um potencial de colocar remanescentes de campos de altitude, áreas de grande importância pela elevada diversidade, minimismo e funções e ecossistemas em uma situação de ainda maior fragilidade frente às pressões antrópicas.

Bom, eu vou dar sequência aqui à apresentação.

Em Santa Catarina, esta parte seria original, lá no mapa das Regiões Fitoecológicas, delineado por Klein, em 1978. Estas seriam as áreas originais em marrom aqui, os campos de altitude, concentrando-se aqui na região de Lages, Campo Belo, São Joaquim, Bom Jardim e assim por diante, as áreas principais.

Um estudo que nós desenvolvemos aqui na Udesc, trabalhando com apenas três áreas em Bom Jardim da Serra, com o objetivo de especializar métricas de paisagem e com a preocupação importante sobre as áreas úmidas presentes dentro desses campos de altitude, que são de importância fundamental, nós analisamos, então, três áreas, essas áreas de mais ou menos dois mil hectares, ou seja, totalizando 6 mil hectares, para detectar áreas úmidas. E qual foi o nosso resultado com relação a isso? O tamanho das áreas úmidas varia de 100m² a até praticamente 38ha, mas a grande maioria com menos de 2ha, que ocupa uma parcela, então, expressiva da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paisagem: em média, 12% da área. Foi encontrada, portanto, uma área úmida dessas a cada 10ha.

Esse percentual de áreas ocupadas por banhados, assim denominados, demonstra a capacidade de armazenamento de água nessas regiões e a fragilidade dessas áreas sob o ponto de vista da pressão para a ampliação das áreas úteis para atividades agropecuárias. Então, lembrando a vocês que, nessa região do estado, nós temos uma hidrografia que compreende as nascentes dos grandes rios Canoas e Pelotas e, associados a eles, Lava Tudo, Pelotinhas, Carreiras, enfim, rios que ainda têm uma qualidade de água bastante favorável – ainda.

Mas sob a ótica da conservação, essas áreas têm grande significado, já que apresentam uma alta riqueza de espécies – em seguida, eu vou apresentar essas poucas informações que nós temos até agora – mais de vinte espécies por metro quadrado. Eu estou me referindo apenas às áreas úmidas, ou seja, dentro dos banhados, e, entre essas espécies, estão as aquáticas e aquelas de campo que estão adaptadas a esses ambientes, e boa parte das espécies apresenta, além de tudo, potencial de uso.

Aqui está um outro estudo em que nós avaliamos também três áreas, neste caso aqui: Bom Jardim da Serra, Lages e Painel. Nós encontramos, dentro dessas áreas úmidas, 133 espécies pertencentes a 88 gêneros e 40 famílias. Então, naquelas áreas úmidas em que, aparentemente, parece haver pouca diversidade, olha o que nós encontramos, nessa magnitude de que estamos falando, fora aquilo que o Prof. Valério já mencionou com relação à diversidade presente.

Dentro dessas áreas, vejam só, as famílias Asteraceae, Cyperaceae e Poaceae são as principais componentes. Evidentemente, nessas áreas úmidas, as ervas são predominantes, existe uma boa quantidade de espécies que são raras dentro desse ambiente e também aquelas que são utilizadas, que podem ser utilizadas do ponto de vista econômico: bioativas, ornamentais, forrageiras e bioindicadoras. Então, temos aí um grande conjunto de espécies que podem ser foco de uma futura utilização sustentável dentro dessas áreas e que hoje correm um risco bastante significativo.

Aqui, um pouco das imagens dessas três áreas.

E, num outro estudo, o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero interromper o senhor.

Esse banhado aí é de Bom Jardim da Serra?

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Esse banhado... Aqui tem um banhado em Bom Jardim, tá? Aqui também é em Bom Jardim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor vê que eu estou reconhecendo pela impressão digital, hein!

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Olha aí que beleza!

Em outro estudo que nós realizamos, englobando 12 áreas úmidas espalhadas aqui por: Bom Retiro, três áreas; Capão Alto, mais três áreas; Curitibaanos, duas áreas; Palmeira, Ponte Alta e Santa Cecília. Então, 12 áreas. Tentando abranger um pouco mais dessa região, nós encontramos 235 espécies pertencentes a 40 famílias. O mais interessante é que, quando feita a análise comparativa entre essas áreas úmidas, elas, obviamente, têm um conjunto de espécies que são comuns, mas elas também têm um conjunto de espécies que são típicas de cada uma dessas áreas. Então, demonstra-se a importância da manutenção dessas áreas úmidas não só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela condição de reservatórios de água, mas também pela biodiversidade. Eu estou falando aqui apenas de plantas, não estamos falando aqui dos animais associados, ou seja, da fauna associada, que também é muito importante.

Dessas espécies, 235, como eu mencionei, 28 possuem potencial bioativo. Olha o potencial que nós temos aí! Dessas, 18 espécies já têm o potencial validado cientificamente. Então, demonstra a importância dessas áreas sob o ponto de vista de conservação do ambiente, mas também como uma projeção de um futuro uso para essas espécies presentes aí. Claro, obviamente, isso tem que ser estudado com mais detalhes.

Então, nós temos aí uma condição que nos deixa bastante preocupados com relação a um projeto de lei que acaba vislumbrando uma utilização de uma maneira, digamos, intensiva dessas áreas. Nós também temos essa preocupação, obviamente, de buscar alternativas para esses produtores rurais que ali ocupam, para que eles tenham sua sustentação garantida com o uso dessas áreas, mas não podemos esquecer essa situação. Lembramos que, hoje – acho que é uma condição que deve ser conhecida por todos –, as questões de fiscalização e liberação ambiental, enfim, de utilização dessas áreas são bastante, digamos, pouco robustas, falando um termo que eu achei aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Professor, eu estou fascinado pela apresentação, especialmente pelo que o senhor fala, mas muito especialmente pelas fotos, pelos...

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Ah, sim!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, infelizmente, temos que partir para o encerramento.

O SR. ADELAR MANTOVANI (*Por videoconferência.*) – Está o.k. Obrigado, Senador.

Então, para isso, eu provocaria essa plenária aqui porque nós temos, no estado, o Inventário Florístico-Florestal, que foi desenvolvido e está aí com resultados impressionantes, muito bons, e ainda está em curso. Mas eu provooco esta plenária para que nós tenhamos um inventário florístico campestre, porque há uma necessidade urgente de a gente estudar com mais profundidade essas áreas, destinando, então, obviamente, uma função econômica também para essas regiões. O Prof. Valério já mostrou que elas são, que elas podem ser bastante produtivas e já o são.

Então, eu fico por aqui. Agradeço muito a oportunidade e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou deixar anotada essa sua sugestão objetiva de prorrogação dessa discussão, mas acho importante acrescentar um tópico específico sobre a nossa fruticultura, antigamente chamada fruticultura de clima temperado, foi assim que ela teve início no nosso estado, em 1970, portanto, há mais de 50 anos, inclusive com cooperação internacional, como foi no caso da maçã, com a contribuição do Japão, mas especialmente trazendo o que têm representado de aumento de renda e inovação na cultura da região os nossos vinhos de altitude. Eles compõem um ativo, particularmente nessa região de Santa Catarina, que estou vendo pouco analisado nessas exposições. Então eu queria até por dever, por representar o Estado de Santa Catarina, conhecer um pouquinho mais essa região, solicitar que, nesse levantamento que segue, fosse dedicado um capítulo especial tanto à fruticultura, à silvicultura, mas em especial talvez à grande inovação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos últimos 20 anos, que são os vinhos de altitude. Como diria o Monsenhor Agenor Marques: onde não há concorrência.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao próximo expositor, Dr. Rodrigo Justus, Consultor Jurídico e Ambiental da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. RODRIGO JUSTUS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Esperidião Amin, demais Senadores, Senador Jean Paul Prates, colegas que participam desta audiência, nós viemos aqui discutir a questão do PLS 194.

De antemão, Senador, a CNA e também as outras entidades de defesa dos produtores, ninguém aqui é a favor da destruição da drenagem dos banhados e que nós peguemos as áreas extremamente sensíveis, essas áreas que eventualmente tenham uma condição de conservação elevada, e façamos meramente uma conversão dessas áreas em novas áreas para novas atividades. Mas nós entendemos que o que está havendo na verdade é uma confusão relacionada à aplicação da legislação, que já começa na questão do próprio Código Florestal.

Os Srs. Senadores aqui, não lembro do Senador Jean Paul Prates, mas o senhor já participou da discussão do Código Florestal durante longo tempo. E lá foi colocada a questão da consolidação de uso das áreas. E todas aquelas áreas que já estavam antropizadas no ano de 2008, no território nacional, já que o Código Florestal se aplica em todo o território nacional, todas essas áreas já antropizadas estariam consolidadas, em especial nas pequenas propriedades.

E o que é que vem acontecendo sistematicamente desde 2012? Primeiro que existe uma estratégia de sucesso implementada aí pelos opositores ao Código Florestal, aqueles que não souberam receber a lei, pela própria entrada com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo, o que atrasou, durante oito anos, a implementação do código e do Cadastro Ambiental Rural.

Depois, Senador, a partir de 2014, o Ibama iniciou uma verdadeira perseguição aos produtores rurais que se encontram no bioma Mata Atlântica. Tanto é que no ano de 2014, o Partido dos Trabalhadores, na época, o Deputado Assis do Couto, do Paraná, reuniu mais cinco Parlamentares e foi à Casa Civil reclamar que o Ibama estava mandando demolir casa, mandando arrancar cultura, mandando desmanchar pomar e destruindo pequenas propriedades que estavam lá desde o bisavô desses produtores, estavam lá ocupando essas terras pacífica e sustentavelmente. Foi necessária a intervenção da então Ministra Izabella Teixeira e a elaboração de pareceres dizendo que o Código Florestal se aplicava, sim, na Mata Atlântica.

E assim foi até 2017, quando a então gestão do Ibama mandou ir lá e multar produtores pequenos, e multa de R\$1 milhão, R\$2 milhões, R\$3 milhões, pequenos produtores, em Lages, em toda aquela região ali, antiga, dos campos de altitude, que pega o ambiente serrano ali de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

E aí se instalou-se mais um problema sério, os produtores sendo processados criminalmente, safras apreendidas. Por quê? Porque pegaram áreas de campo antigas, com mais de 300 anos de ocupação, onde nunca foi colocado um calcário, onde nunca foi feito nada, apenas pastoreio, terras degradadas, e fizeram correção de solo. Foram multados por fazer correção de solo, estão sendo processados por fazer correção de solo, por plantar batata numa área onde havia uma pastagem degradada. E tudo isso, com base nas contradições existentes em pontos relacionados à Lei da Mata Atlântica e no Código Florestal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então montou-se uma perseguição para cima dos produtores, e há lá mais de 300 produtores sendo processados, pequenos produtores, gente que não tem dinheiro para pagar advogado. Gente com chácara de 15ha, com multa de R\$600 mil. E isso tudo está acontecendo.

Mas o PLS 194 não resolve nada desses problemas. E ele não resolve problema, na verdade, nenhum. E não mudaria, nós somos contrários à aprovação do PL, mas não pelas razões postas aqui pelos demais, mas sim, pelo fato de que pontos de estrangulamento que já se encontram na própria Lei da Mata Atlântica estão aqui revertidos para esse texto também. Ele não tem aplicabilidade prática alguma.

E mais, está-se fazendo uma lei quase do tamanho da Lei da Mata Atlântica para os campos de altitude, que, como bem colocou aqui o João de Deus, nós trabalhamos junto com o João de Deus, lá na época, representando a CNA no Conama, na regulamentação da questão dos campos de altitude. Participamos dos grupos de trabalho e de tudo o mais.

Como disse ele, os campos sulinos não se restringem apenas a essa área, eles estão em vários estados. Eles não estão especificamente no ambiente serrano, no ambiente das terras altas do banhado e tudo o mais.

Então, nós temos um problema sério, que é o não reconhecimento da aplicação do Código Florestal ao bioma Mata Atlântica no que se refere à consolidação do uso de área. E mais, isso virou... A CNA, desde 2014... Nós apresentamos solicitações lá na AGU. Depois, em 2019, houve o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra os atos, ações na Justiça comum e ação direta de inconstitucionalidade para tentar fazer valer o Código Florestal na Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A ADI 6.446.

O SR. RODRIGO JUSTUS (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

Tendo em vista que entraram com vários processos contra o ex-Ministro Ricardo Salles por ele reconhecer que o Código Florestal se aplicava à Mata Atlântica, segundo a Advocacia-Geral da União. Foi uma mera homologação. Isso aconteceu e está rolando essa discussão. E se o Código Florestal não se aplica à Mata Atlântica... O acordo da aprovação do Código Florestal – e corrijam-me os Srs. Senadores se assim não foi –, quando o Código Florestal foi aprovado, aceitou-se colocar uma reserva legal de 80% na Amazônia numa solução negociada entre os ambientalistas, o setor agropecuário e a sociedade civil em geral, no sentido de que a restrição da Amazônia seria elevada, tendo em vista que haveria uma pacificação com a consolidação do uso das áreas, desde que esses produtores respeitem a questão da conservação de solo, de água, de biodiversidade e cumpram as suas obrigações legais. E esse foi o acordo. Agora, tudo judicializado. Isso é *lawfare*, essa iniciativa sistemática de não deixar valer a lei. E nós temos aí um conjunto de produtores sendo molestados pela fiscalização. Por quê? Porque eu tenho uma legislação... Foi colocado aqui pelo professor que me antecedeu: "Ah, os produtores não tiram autorização para fazer modificação na área". Quer dizer, o cara estava com um pasto de 200 anos de idade, foi lá, colocou um calcário e tomou uma multa de R\$1 milhão, porque tinha que ter...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. Rodrigo Justus, sua apresentação é muito importante, muito valiosa, mas, infelizmente, estamos nos aproximando do final do seu tempo.

O SR. RODRIGO JUSTUS (*Por videoconferência.*) – Vou concluir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor.

O SR. RODRIGO JUSTUS (*Por videoconferência.*) – Então, Senador, eu acho que a rejeição do PL é necessária porque ele não resolve problema nenhum. Certo? Vai gerar um desgaste na tramitação. Fica parecendo que o setor agro quer destruir os campos de altitude. Isso não é verdade.

Mas nós estamos com um problema e precisamos resolver. Então, quem sabe alguns ajustes pontuais possam ser feitos, apesar do avançado da hora da tramitação, de já haver um relatório a ser votado. Quem sabe a gente pudesse amenizar essas situações.

Então, nós vamos elaborar parecer e vamos mandá-lo ao senhor. Até a semana que vem nós vamos fazer uma posição. E, quem sabe até, conversando com a OCB, com as entidades, a gente faça isso de forma conjunta.

Obrigado, então, e agradeço aí a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, eu gostaria que o nosso querido Senador Jean Paul Prates, que tem sido um grande Senador de conciliação de posições aparentemente inconciliáveis – ele sabe que esse é o conceito que eu tenho da sua atividade produtiva e eficaz... Só deixo aqui registrado que seria importante. É claro que ele vai falar, o seu espaço está reservado, só vamos ter mais uma apresentação, mas eu deixo, desde já, para que ele considere.

Eu acho que a sugestão do Dr. Rodrigo Justus para mim até é uma agradável surpresa, mas uma surpresa muito agradável e tenho a impressão de que o meu entendimento converge com, pelo menos, os princípios adotados pelo Senador Jean Paul Prates nesses três anos e pouco de convivência que nos fizeram amigos.

Eu queria abrir aqui duas respostas que foram dadas às indagações que eu tornei públicas.

Então, só para dar uma satisfação à Isabelle Alves e ao Ian Alves. Apesar de um ser... Ela é do Rio de Janeiro e o Ian é do Ceará, o sobrenome é o mesmo, mas, não necessariamente, parentes. Respondendo à pergunta, temos a contribuição aqui do Prof. Valério De Patta, a respeito de qual seria o melhor método para preservar: "Posso responder à pergunta sobre o melhor método para preservar a vegetação nativa campestre. Uso pastoril para produção pecuária com adoção de boas práticas de manejo". É uma resposta objetiva e de alguém credenciado acadêmica e profissionalmente.

Ao Ian Alves: "As áreas ocupadas com a fruticultura não são consideradas..." Perdão, é muito mais uma resposta à minha colocação do que à do Ian. "As áreas ocupadas com a fruticultura não são consideradas como remanescentes de vegetação nativa. Portanto, não são afetadas pelas normas de proteção da Lei da Mata Atlântica". Em resposta às ponderações que eu fiz sobre a fruticultura, a começar pela maçã, nectarina e outras frutas características, pêssego, dos campos de altitude e, agora, com a grande inovação dos nossos insuperáveis vinhos de altitude – ouviu, Senadora Soraya? Eu a recepciono aqui com muito carinho e lembro dos vinhos de altitude – fazendo uma propagandazinha para o meu estado.

Com a palavra o Sr. Leonardo Papp, Consultor da Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. LEONARDO PAPP (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, em nome da Organização das Cooperativas Brasileiras, eu queria agradecer o convite que nos foi feito, e faço isso na pessoa do Senador Esperidião Amin, de quem sou conterrâneo.

Quero parabenizar a Comissão por fazer audiência sobre um tema tão importante quanto esse. Tema tão importante, porque, de fato, há problemas relacionados ao uso de campos de altitude e nós precisamos encontrar uma solução de equilíbrio. Uma solução que não seja descompassada com a proteção do meio ambiente, mas que, ao mesmo tempo, não seja uma solução de oneração excessiva das pessoas e das atividades que estão lá há muito tempo e com um potencial de desenvolvimento ainda maior.

Eu queria, até em razão do tempo, dar à minha fala um ponto específico, depois já do art. 1º do projeto de lei. No art. 1º, o projeto de lei repete o que já está contido na atual Lei da Mata Atlântica, fazendo uma relação entre a proteção, nesse caso do projeto, dos campos de altitude com a aplicação do Código Florestal. E essa remissão ao Código Florestal é absolutamente inevitável, mesmo porque é o Código a lei geral de proteção da vegetação nativa do país.

Tanto é inevitável essa correlação que vários dos colegas que me antecederam, de maneira mais ou menos direta, também pontuaram essa relação. Isso apareceu na fala da Dra. Lucíola, na fala do Dr. João de Deus, na fala do Marcelo Camardelli e, agora, também na do Rodrigo Justus.

Então, parece-me que tratar dos problemas que nós vivenciamos hoje em torno dos campos de altitude demanda uma reflexão a partir de uma perspectiva mais ampla, demanda uma reflexão a partir dos desafios e das dificuldades da implantação do próprio Código Florestal.

Como dito anteriormente, o Código Florestal talvez tenha sido a legislação ambiental mais discutida no Congresso Nacional em toda a sua história. E ela resultou em uma série de acordos e compromissos. Um deles é o reconhecimento das chamadas áreas rurais consolidadas e a aplicação de um tratamento diferenciado para essas áreas rurais consolidadas. E, daí, o Código tem um processo próprio de regularização ambiental para essas áreas consolidadas. Ele exige do produtor a inscrição do cadastro. Os produtores fizeram a parte deles, com mais de 6 milhões de cadastros inscritos. Ele depende, depois, de atividades do Poder Público, homologando esse cadastro ambiental, convocando o produtor para aderir ao Programa de Regularização Ambiental; e, daí, a bola volta com o produtor para, dentro dessas regras diferenciadas, atender as medidas de cumprimento desse Programa de Regularização Ambiental.

O funcionamento desse sistema previsto no Código Florestal, o funcionamento adequado, previsível, seguro, estável do Programa de Regularização Ambiental resolveria significativa parcela dos problemas que a gente enfrenta no que diz respeito a campos de altitude e, portanto, resolveria significativa parcela dos problemas que são endereçados no atual projeto de lei.

A questão é que, neste ano, o Código Florestal completa dez anos, e há uma série de dificuldades ainda na sua implantação. Na minha opinião, dificuldades menos relacionadas ao comprometimento do produtor rural, porque a parte dele ele fez até o momento, inscrevendo-se no cadastro, e menos relacionadas até mesmo no que diz respeito à atuação do próprio poder público. O próprio Governo Federal, recentemente, editou uma ferramenta, disponibilizou uma ferramenta de dinamização da análise desses cadastros para poder fazer, então, o destravamento desse processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As dificuldades de implantação do Código Florestal estão basicamente relacionadas à sua excessiva, constante e renitente judicialização. Aqueles que não se sentiram contemplados com a decisão política do Congresso Nacional decidiram, desde a semana seguinte à edição do Código, discutir tudo isso de novo no Poder Judiciário.

Uma primeira onda dessa judicialização aconteceu perante o Supremo, questionando a constitucionalidade do próprio Código. E lá se foram oito anos até que o Supremo afirmasse a constitucionalidade do código, mas não sem custo. Durante todo esse período, o cenário de insegurança instaurado dificulta a implementação do Código Florestal.

Mesmo com o Supremo afirmando a constitucionalidade do código, agora, em anos mais recentes, sobreveio uma segunda onda de judicialização com o objetivo de restringir a aplicação do código para o mínimo possível.

Isso aparece numa discussão que foi levada ao Superior Tribunal de Justiça, pretendendo não aplicar o Código Florestal para situações anteriores, o que significa, em termos de campos de altitude, não aplicar o Código Florestal nunca, por conta da ocupação histórica dos campos de altitude.

Depois, e esta ainda vigente, tentativas tanto no Supremo Tribunal Federal quanto iniciadas em estados como Paraná e Santa Catarina – e agora na eminência de ter o seu julgamento no Superior Tribunal de Justiça –, judicializações com a tentativa de não aplicar o Código Florestal no bioma Mata Atlântica.

Ora, se isso prevalecer, não se aplica o Código Florestal nos campos de altitude, independentemente da alteração da legislação que se passa, ainda que se aprove o projeto de lei tal como ele está posto.

Mais do que isso, em alguns estados – isso acontece em Santa Catarina, acontece no Rio Grande do Sul – há também a judicialização sobre a própria extensão do conceito de área rural consolidada, negando a aplicação plena da área rural consolidada para campos nativos, negando a possibilidade de variação de usos agrossilvipastoris nessas áreas originalmente ocupadas com pecuária, mas que podem ter outros usos agropecuários que sejam interessantes.

Então, nós temos, na realidade, um cenário de grande incerteza, insegurança, falta de previsibilidade na implementação do Código Florestal por conta desta seguida, renitente e constante judicialização e, como é natural no processo de judicialização, acaba trazendo incerteza para os atores que são tanto aqueles que devem aplicar a norma quanto para os destinatários da norma.

Então, Senador Esperidião Amin, demais Senadores, na nossa visão, na visão da organização das cooperativas, há um risco muito grande em aprofundarmos o processo legislativo tentando encontrar soluções mais radicais para problemas que são sérios, nesse atual contexto de insegurança jurídica.

Nós precisamos, sim, é reafirmar o compromisso, avançar no compromisso de fechar o ciclo de implantação do Código Florestal, reconhecer as áreas consolidadas, cumprir todas as etapas que lá estão colocadas.

A barreira da judicialização é algo que inevitavelmente nós temos que enfrentar. E daí este Congresso Nacional, este Senado têm uma posição importante no sentido de facilitar – e eu vou me encaminhando aqui para a minha fala final – no sentido de facilitar vencer essa barreira da judicialização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que o Congresso Nacional reafirme que o Código Florestal já é. Reafirme o que é óbvio no processo de discussão legislativa do código, que ele é para o país inteiro, que ele é um processo de pacificação, visando dar um tratamento diferenciado para áreas rurais consolidadas. E o Congresso e o Senado podem fazer isso tanto na manifestação política quanto no exercício do seu poder, legitimamente conferido pelas urnas, de editar leis, editar leis que eventualmente esclareçam essas questões que estão indevidamente judicializadas e levam a esse cenário de insegurança jurídica.

Tudo isso que eu falo em relação ao código tem repercussão no que diz respeito ao ambiente específico aqui nos campos de altitude, porque a clareza, a estabilidade e a segurança de que o processo de regularização ambiental de áreas rurais consolidadas se aplica a campos de amplitude resolveriam, como eu disse antes, boa parcela dos problemas específicos, juntamente com o reconhecimento de que a noção de áreas rurais consolidadas se aplica para toda e qualquer atividade agrossilvopastoril, aquilo que historicamente se consolidou com o uso... *(Falha no áudio.)*

É essa a posição que a OCB vem externar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dr. Leonardo...

O SR. LEONARDO PAPP *(Por videoconferência.)* – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu lhe peço que concluamos.

O SR. LEONARDO PAPP *(Por videoconferência.)* – Sim. Estou concluindo, Senador.

Só dizendo, então, que essa é a posição que a gente externa, agradecendo o espaço e reiterando que estamos à disposição. *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... abordagem desta controvérsia relacionada à vigência do Código Florestal.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Senador Jean Paul Prates, cuja intervenção é fundamental, eu gostaria de acrescentar a este panorama de grave insegurança jurídica a respeito da ADI 6.446 e da decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto à aplicação do Código Florestal *versus* Lei da Mata Atlântica que nós já produzimos inclusive uma lei na área urbana a propósito desse assunto, Senador Jean Paul Prates. Essa decisão do STJ data de abril, do começo de abril do ano passado. Portanto, vai para um ano agora.

E há um complicador adicional.

Na diligência feita ao Congresso a respeito da aplicação do Código Florestal *versus* Mata Atlântica, Senador Jean Paul – não sei se V. Exa. tem conhecimento disso –, a Câmara, ou seja, a Advocacia da Câmara *versus* a Advocacia do Senado têm posições contraditórias, ou seja, a Advocacia da Câmara acha e escreve – e enviou ao STF a sua manifestação – que o Código Florestal vale nas áreas de Mata Atlântica; e a Advocacia-Geral do Senado disse o contrário, ou seja, até na avaliação do Legislativo quanto aos efeitos da lei *versus* Mata Atlântica, a posição é controversa. Então, fica difícil clamar por segurança jurídica quando nós não conseguimos dar essa contribuição.

Mas eu queria repisar as palavras do Dr. Rodrigo Justus e agradecer a todas as intervenções de todos os participantes, que deram contribuições realmente muito valiosas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente. Parabéns pela execução desta audiência pública!

Considero que nunca será extemporâneo tentar aprimorar este projeto.

Quero iniciar aqui me dirigindo a todos que estão nos ouvindo, agradecendo a todos que sempre vêm fazer apresentações para nós, porque vocês estão nos ajudando a legislar. Nós temos que agradecer sempre essa contribuição voluntária, de todos os lados, a favor de todas as teses.

Em cada audiência pública, Senador Esperidião, sempre faço questão de agradecer expressamente a cada um dos palestrantes e às pessoas que apresentam aqui os seus pontos de vista, porque isso nos ajuda, ricamente, a legislar. Esse é o espírito justamente das audiências públicas e da abertura desta Casa às manifestações da sociedade.

Esclareço, em primeiro lugar, que a rejeição de um parecer sempre dá essa impressão de que é uma medida radical, uma medida terminal, uma medida exterminadora de uma tentativa, de uma iniciativa de um colega ou de uma colega de legislar alguma coisa. No entanto, não há absolutamente esse caráter.

Nós, quando atuamos como Relatores, em cada uma das Comissões, atuamos como coautores, como contribuintes desse processo. Em algumas etapas, pode acontecer realmente de uma lei ser entendida como uma manifestação isolada em cima de um assunto que já contém legislação satisfatória cobrindo aquele assunto, mais ampla ou mais específica, mais adequada etc. etc.

Em nem todas as legislaturas, em nem todos os mandatos, ocorrem iniciativas que, de fato, apreciam todo o arcabouço legal. Embora as nossas consultorias no Senado sejam de altíssima competência, nem sempre elas têm o condão de evitar que o próprio legislador, o próprio Parlamentar tente, e entenda inclusive, na sua avaliação, que é necessário especificar alguma coisa mais ou legislar de forma diferente. Então, não há absolutamente nenhum problema em rejeitar um parecer. Não é ofensa nenhuma. É apenas o processo legislativo real, como ele é.

Esta lei, por exemplo, apresenta problemas e incongruências que nos levam, em todos os aspectos que apresentaram aqui, Senador Esperidião, na maior parte deles, a rejeitá-la, seja por razões de proteção ambiental, conservação, maior cuidado com isso; seja pelo fato mediado de entender que as atividades sustentáveis, inclusive os vinhos de altitude e outras atividades, já estão reguladas e estão excluídas, não serão atingidas, porque não serão consideradas áreas remanescentes de vegetação nativa; seja, por outro lado, como expressado aqui pelo representante da CNA, por causar ainda mais confusão em relação à sua aplicabilidade.

Vou dar alguns exemplos aqui, rápidos, da técnica legislativa e do próprio mérito deste projeto que confundem mais do que ajudam. Eu chamaria isso, com todo respeito à autoria, de temeridades de técnica legislativa que este projeto comete.

A questão principal é a ampliação do conceito do bioma, inclusive para efeito de ocupação urbana de loteamentos em áreas de vegetação primária.

A confusão que V. Exa. acabou de expressar, inclusive entre as Casas, sobre a aplicação da Lei da Mata Atlântica a este bioma, particularmente a estas áreas... Como técnico legislativo, como consultor que fui há muito tempo, durante muito tempo antes de ocupar assento do Senado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão com a qual sempre impliquei muito foi a da criação de definições técnicas específicas, Senador Amin.

Este projeto redefine, para efeitos específicos dos campos de altitude, conceitos genéricos que existem na legislação ambiental como um todo. Isso gera confusões além do projeto dos campos de altitude, gera confusões de uso inclusive na advocacia, na militância, depois, dos próprios processos judiciais, confusões de aplicação de analogias jurídicas.

Por exemplo, ele redefine o conceito de pequeno produtor rural, de população tradicional, de utilidade pública, Senador Amin – redefine o conceito de utilidade pública! –, de exploração sustentável, de uma coisa chamada aqui de, aspas, "prática preservacionista". Outro: redefine interesse social, redefine fragmento florestal. Então, ele afeta... E isso, sabe-se muito bem, pode ser usado por analogia em outras interpretações de legislações ambientais e em casos judiciais ambientais posteriores; por analogia, podem ser usados esses conceitos: "Ah, na legislação tal dos campos de altitude e tal, o legislador pretendeu definir utilidade pública como tal, tal e tal coisa e, portanto, aqui na Amazônia, no Cerrado, na Caatinga, por que não, por analogia, utilizar esse conceito específico, já que ele se refere a uma questão de proteção ambiental e etc.?" E por aí se vão desenvolvendo teses.

Nós não podemos ficar redefinindo... Em resumo, em relação a isso: eu sou absolutamente contra leis que redefinem conceitos genéricos de marcos regulatórios a toda hora. É como definir petróleo em cada lei que se fizer sobre petróleo, é como definir Mata Atlântica cada vez que se falar de Mata Atlântica em cada lei pequena, mesmo que seja uma alteração. Começam a existir conceitos da mesma expressão que passam a pulular por aí e a ser utilizados esporadicamente, inclusive nas decorrências judiciais sobre os temas semelhantes por analogia. Esta é uma segunda, digamos, temeridade técnica desta lei.

Por fim, a maior de todas, que é justamente esta: ela se autoanula. Esta lei simplesmente fala um monte de coisas lindas no começo e, depois, bota o art. 5º, que, como os especialistas aqui indicaram, anula todo o processo. É como se fizessem uma lei e dissessem "estamos preservando, estamos ajudando, estamos maravilhosamente atuando e estamos deixando que as áreas antropizadas se mantenham etc. e tal" e, simplesmente, depois, colocassem um dispositivo anulador como este, que diz que "todas as vegetações primárias ou secundárias, em qualquer estágio de regeneração associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica perdem esta classificação" – portanto ficam totalmente fora de qualquer proteção dessas – "nos casos de incêndio, desmatamento ou de qualquer outro tipo de intervenção não autorizada e não licenciada ocorrida há mais de cinco anos". O que são cinco anos na questão ambiental?

Então, esse é um grande projeto de regularização, de indulto ambiental e de redefinição de diretrizes de leis muito mais amplas. É, portanto, um projeto extremamente perigoso! Não é um projeto inocente especificamente destinado a uma área, e não é também um atentado, absolutamente, às atividades sustentáveis.

E aí passo a explicar esse terceiro ponto.

As atividades sustentáveis, inclusive os vinhos de altitude e outras, fruticultura, quaisquer outras, estão técnica e ambientalmente garantidas pela legislação ambiental brasileira, inclusive – se conseguirmos aprimorar esse projeto, já antecipando minha conclusão – por esta lei, mas elas não estão atingidas em relação a atacar essas atividades, porque essas atividades já são desenvolvidas em áreas que não são consideradas remanescentes da vegetação nativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então não há que se falar aqui em interromper atividades econômicas, em matar produtores, em perseguir... (*Falha no áudio.*)

... e em todo Brasil, eventualmente, acontecem ações ilegais, têm a quem recorrer. São casos específicos, e os processos ocorrem logo depois.

Se alguém ataca um produtor rural pequeno que tem uma atividade secular ali por razões completamente distintas do uso que foi permitido para aquela área, evidentemente ele tem a quem recorrer. Não é por isso que vamos deixar de legislar em matéria ambiental, porque um ou outro fiscal comete um abuso, ou uma irregularidade. Essa questão normalmente tem a ver com disputas políticas, como V. Exa. sabe, locais inclusive. Poucas vezes tem a ver com a parte técnica quando ocorrem essas perseguições. Então, isso tem que ser resolvido ali, na justiça, na polícia e etc. Agora, isso não é motivo para nós não legislarmos.

Eu tenho muito medo... Inclusive pedi a oitiva de um certo Evaristo de Miranda, que é quem embasa essas teses de que o fato de se produzir alimentos, como soja, para consumo e tal é argumento para não se preservar ou para não se legislar ambientalmente, no sentido de que o campo sustenta a economia. Sabe-se muito bem que sustenta, como a indústria em outras áreas sustenta, o turismo sustenta, o petróleo sustenta. Isso não é argumento para não se legislar, ou não se licenciar, ou não se monitorar a questão ambiental. Diz-se também que o produtor seria o maior preservador. Também não é argumento. É obrigação dele, é decorrência do processo de licenciamento ambiental, de monitoramento posterior à atividade econômica e das legislações supervenientes que podem ser criadas, inclusive como esta aqui.

Então, isso tudo não é argumento, isso é *bis in idem*, isso é pleonismo, digamos assim, é dizer o óbvio. Claro que toda atividade econômica que vai interferir no ambiente é uma atividade geradora de emprego, de renda etc., mas não é por isso que você vai sair passando o trator em tudo.

Existe ordem nesse processo, e essa ordem precisa ser respeitada dentro das regras de licenciamento. Isso não é insegurança jurídica. Eu já ouvi dizerem, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, em todo lugar, em relação a projetos, por exemplo, de energia, que o cara vai pedir um licenciamento ambiental e fica esperando a licença e, quando vem uma condicionante ou uma negativa, ele diz: "Ai meu Deus, que insegurança jurídica! Neste país não dá para investir!".

Isso não é insegurança jurídica! Licença ambiental é pedir licença à sociedade para se ocupar um espaço ambiental. Pode ser negada. Podem ser exigidas condições para isso. Qual é o problema? Isso não é insegurança jurídica nenhuma. Pedir licença ambiental, ao contrário do que muitos pensam, não dá direito líquido e certo de receber a licença ambiental. O próprio nome já diz: é licença. Se não fosse isso, seria outorga, seria outro tipo de denominação. Se é licença, é porque ela pode ser dada ou não dada. Não há insegurança jurídica. Há insegurança jurídica, claro – isso ocorre também, justiça seja feita, empresários e empreendedores reclamam disso –, quando é dada uma licença e, depois, vem alguma coisa que vem afetar aquela licença de forma a prejudicar o empreendimento.

As licenças ambientais também devem ser dadas com muita responsabilidade, porque elas são um documento que garante depois o empreendimento, um determinado número de casas, um VGV mínimo lá qualquer, um retorno, uma extensão de um gasoduto, um plantio. Depois, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você vier depois com condicionantes, realmente tem que haver certa responsabilidade ao dar licenças e exigir as condicionantes e os monitoramentos.

Então, esse é um processo dinâmico. Sempre vai haver disputas. Vamos tirar da sala esse mantra de que ou é uma coisa negativa ou é uma coisa xiita ou é uma irresponsabilidade ou os empresários estão sempre pensando em passar o trator em tudo. Essas coisas estão no...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sinceramente, Senador Jean Paul Prates, ouvi-lo me dá uma grande satisfação. Só que eu tenho...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só que eu tenho o compromisso de abrir a Comissão de Relações Exteriores por delegação da...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... Senadora Kátia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – E, inclusive, eu o parabeno por estar atento ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sempre aprendo quando eu o ouço. Não tome isso como impertinência. É uma contingência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Absolutamente, absolutamente. Temos que encerrar também, e o parabeno pelo controle do tempo, porque é uma audiência longa, com muitos participantes, e sempre se estende mais do que o necessário. Aqui não quero estourar o tempo, não.

Apenas para concluir, e aí de forma conciliatória, como V. Exa. também preconiza, eu quero dizer a todos aqui que vou reanalisar esse parecer aos olhos dos resultados desta audiência. Isso não quer dizer que não o rejeitaremos, mas teremos mais razões para fazê-lo, e enunciaremos certamente em mais de três ou quatro páginas as razões de fazê-lo se for esse caso. Se não for esse caso, pretendo, inclusive, Senador Amin, inserir de vez, já que estamos legislando, a solução da questão do reconhecimento dessa área dentro da Lei da Mata Atlântica. Já que está todo mundo sem saber, vamos dirimir isso através de um artigo aqui. Vamos certamente aprimorar bastante o art. 5º, que anula a própria lei, e vamos tratar mais detalhadamente, talvez, de alguns processos e eliminar definições técnicas que possam confundir o legislador e o Judiciário em posteriores casos envolvendo disputas ambientais em empreendimentos.

Enfim, vou seguir aqui a recomendação de nós todos, vamos trabalhar juntos. Estamos agora reabrindo um novo prazo de discussão para esse tema e para esse projeto.

Agradeço a contribuição de todos que fizeram parte desta audiência. A todos que estiverem nos ouvindo e que possam também apresentar sugestões, peço que as dirijam ao Senador Esperidião Amin ou a mim mesmo, sem querer fazer um trocadilho do "Amin" com o "a mim" – eu não poderia resistir sem retrucar com algum gracejo! Enfim, a mim ou a ele podem encaminhar as sugestões e estaremos muito felizes em acoplar isso e definir de vez se derrubamos o projeto, com todos os méritos também da autoria, da iniciativa, ou se o aprimoramos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Jean Paul Prates, o senhor dá hoje uma lição de como se faz de um limão uma limonada. O tema é controverso, tivemos contribuições muito valiosas, e V. Exa. recepcionou a todos e ao projeto e ao problema também, tendo a humildade de reestudar o assunto. Eu fico muito feliz com isso. A sua atitude, junto com a qualidade das apresentações, reforça a minha crença no Parlamento e, acima de tudo, na busca do entendimento no mundo tão conflituoso em que nós vivemos.

Queria fazer dois comentários ainda – temos um tempinho. Eu gostei muito também da coincidência dos "a mim". O "Amin" como uma palavra só – V. Exa., que é Presidente da Frente Parlamentar dos Países Árabes, sabe – quer dizer "o justo", então, é um nome bonito; e "a mim" separado, na Bíblia – o senhor não fez esta pesquisa –, ocorre 653 vezes, é muito recorrente, logo, eu gosto muito dessa confusão.

E, para dar um nome... Vou dar um nome, pela primeira vez... Já passa de 20 anos e, eu acho, se já se passaram 20 anos, o assunto não é mais reservado. O maior investimento realizado, até o ano 2000, em Santa Catarina, foi o que hoje resulta na Mittal, em São Francisco do Sul. É uma aciaria, ou seja, é uma indústria que reduz o tamanho da lâmina de aço para uso em eletrodomésticos e automóveis – foi em um ambiente muito delicado, que era a Baía da Babitonga.

Quando da negociação com os franceses – na época, a Arcelor era francesa; hoje é Mittal, indiana, e já quadruplicaram a empresa –, o executivo da Arcelor – eu vou dar o nome –, Francis Mer, que depois veio a ser Ministro da Economia da França, disse: "Está difícil lidar com os órgãos ambientais" – mais ou menos como esse que reclamava da insegurança jurídica.

Eu disse para ele: "Sr. Francis Mer" – eu dizia que era Chico do Mar, botei o apelido, todo Mané bota apelido – "nós estamos aprendendo com vocês, temos que respeitar a legislação ambiental." Ele se conformou e fez isso. E despachou da França, diretamente de Dunquerque, o que tinha de mais moderno e ambientalmente correto para Santa Catarina, um circuito fechado, ou seja, não emite efluente. E nós conseguimos, com esse entendimento um pouco compreensivo, na base do diálogo, que não houvesse nenhuma desistência. Aliás, foi o contrário, está lá a empresa, que quadruplicou na época, foi um investimento de R\$0,5 bilhão e agora está quadruplicada e é um motivo de orgulho e de concordância, ou seja, isso não é insegurança jurídica, isso é entendimento e segurança social também.

Então, o meu agradecimento a V. Exa. Acho que esse seu esforço de ouvir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é louvável e é um exemplo; que isso fique de exemplo para outras sessões públicas. E, de acordo com a sua orientação, esta Comissão poderá dar ao assunto um novo tratamento.

Agradeço a todos muito sensibilizado e, antes de encerrar, eu quero homenagear a última contribuição, de João Messias Corrêa, de Lages, Santa Catarina, que diz o seguinte: "Bom dia, Senador. No Estado de Santa Catarina, só existem Campos de Altitude em Bom Jardim e Urubici. Segundo o Código Florestal, os Campos de Altitude são áreas acima de 1,8 mil metros. A questão é simples e declara-se...". O que ele recomenda é que sejam declaradas APPs, Áreas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preservação Permanente, e reservas legais as demais áreas consolidadas. É uma contribuição que eu ressalto, do nosso coestaduano João Messias Corrêa, e aproveito a ocasião para agradecer mais uma vez por todas as contribuições, especialmente do nosso Relator, e declarar encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

E faço um agradecimento especial à equipe técnica, que socorreu a todos nós e a Amin não desamparou.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e três minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 7/2022-CRA), atendendo ao requerimento REQ 7/2022 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Finalidade: Debater os problemas e entraves na organização do setor produtivo da Amazônia Legal, especialmente no estado de Rondônia, ante a morosidade no processo de regularização fundiária, bem como os conflitos decorrentes da ausência de regularização das áreas produtivas. Participantes: Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.; Giuseppe Vieira, Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; Edson Afonso Rodrigues, Técnico Especialista em Assuntos Fundiários e Ambientais da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON; José Henrique Pereira, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e também representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - Famato); e Mário Moacir de Almeida, Superintendente Regional em Rondônia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/RO. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 8, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da CF, Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a utilização de remineralizadores como alternativa de manejo e uso de solos, com a presença dos seguintes convidados/ representantes: Chefe da Embrapa Cerrado – Sr. Sebastião Pedro da Silva Neto; Sr. Rogério Vian - Presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável - GAAS; Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; e Professor Antônio Alexandre Bizão." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Usa da palavra o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater os problemas e entraves na organização do setor produtivo da Amazônia Legal, especialmente no Estado de Rondônia, ante a morosidade no processo de regularização fundiária, bem como os conflitos decorrentes da ausência de regularização das áreas produtivas, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2022, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado Federal e pelo telefone 0800 0612211.

A necessidade de regularização fundiária em Rondônia principalmente, mas também em toda a Amazônia Legal, em todo o nosso país, é um tema de relevância aqui, nesta Comissão, e que tenho tratado de forma constante ao longo do meu mandato através de discursos, projetos, leis, ações junto ao Governo Federal.

Podemos falar de avanços, claro, mas que estão longe dos benefícios que poderíamos levar ao homem do campo e a toda a economia se tivéssemos uma legislação mais abrangente e uma estrutura de gestão de trabalho mais integrada, envolvendo os diversos setores dos Governos tanto Federal quanto estaduais e municipais.

Na audiência pública de hoje nosso objetivo é mostrar o que acontece quando não existe regularização fundiária e fazer um apelo para que possamos aprovar com urgência o novo marco legal da regularização fundiária do país.

As autoridades e os especialistas convidados para esta audiência pública irão mostrar os problemas e entraves na organização do setor produtivo por conta da morosidade no processo de regularização fundiária.

Vamos apontar os conflitos existentes e decorrentes da não regularização fundiária nas áreas produtivas; mostrar as dificuldades que o agricultor enfrenta no momento em que precisa do crédito rural, mas não consegue, porque não tem o título do seu imóvel; mostrar a insegurança jurídica em que vivem os proprietários rurais do Estado de Rondônia e da Amazônia Legal por não possuírem o registro do seu imóvel, mesmo que já estejam morando e trabalhando na área, na sua terra, há mais de 30 anos. Enfim, vamos mostrar o drama humano, as dificuldades de quem está na terra, mas não tem o direito legal do seu uso pleno.

Boa parte dos desmatamentos e das queimadas ocorre justamente em terras que não estão regularizadas, pois quem tem o seu CPF na terra não comete crime ambiental; pelo contrário, cuida da sua terra e principalmente das suas florestas e das suas reservas.

Não é novidade que a lentidão na regularização fundiária piora os conflitos agrários. Os conflitos agrários não ocorrem em terras regularizadas e produtivas, mas, sim, em terras litigiosas que não estão regularizadas. Isso é um fato. Em 2020, o primeiro ano da pandemia e o último





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com dados consolidados disponíveis, o Brasil registrou 1,5 mil conflitos de terra, recorde desde 1985. E houve um aumento de 30% nos assassinatos derivados desses conflitos. O clima da insegurança nas propriedades rurais não tituladas é prejudicial ao desenvolvimento do nosso país.

A partir de 2021, com o avanço do Programa Titula Brasil, a regularização fundiária foi retomada, mas ainda caminha em passos lentos, por conta dos entraves da legislação e também do excesso de burocracia.

A regularização fundiária pode garantir acesso ao crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, além de promover a competitividade e a sustentabilidade dos negócios sem deixar de lado a conservação ambiental.

A partir da titulação de terras, a regularização surge como alternativa para contribuir com o desenvolvimento do país, geração de emprego e renda no campo.

Considero que a regularização fundiária será uma ação de grande impacto positivo na economia brasileira e decisiva para o crescimento da Região Norte, onde vivem mais de 25 milhões de brasileiros.

A partir da titulação de terras, uma série de possibilidades e negócios devem surgir no campo e também na cidade como alternativas para contribuir na geração de emprego e renda, influenciando, de forma decisiva e positiva, o desenvolvimento local, regional e do nosso país. Com isso, temos o aumento da competitividade e a sustentabilidade dos negócios rurais, sem deixar de lado a conservação ambiental, ou seja, a regularização é também um bom caminho para sairmos mais rápido da crise econômica que atravessamos.

A questão da regularização fundiária é uma das prioridades da Comissão de Agricultura, e vamos continuar debatendo esse tema até a votação do novo marco legal da regularização, tratado em dois projetos de lei: o PL 2.633, de 2020, e o PL 510, de 2021.

Essas propostas foram debatidas em seis audiências públicas, realizadas conjuntamente com a CRA e a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Ainda em dezembro, o Senador Carlos Fávaro apresentou seu relatório a essas duas matérias, e agora falta apenas a votação das Comissões.

Espero que esta audiência pública sirva para que possamos esclarecer os pontos em que ainda restam dúvidas, para que possamos votar essa matéria com urgência.

O novo texto sugerido pelo Senador Carlos Fávaro agrega elementos dos dois PLs sobre o tema atualmente em tramitação – o PL 510, de 2021, e o PL 2.633, de 2020 – e adiciona novos artigos, que estão à disposição dos Senadores e Senadoras para consulta desde dezembro do ano passado.

Espero que os entraves que estão relatados aqui ao desenvolvimento da agricultura e ao exercício pleno da cidadania de nossos agricultores por conta da falta de regularização fundiária possam sensibilizar os Srs. Senadores e Sras. Senadoras de que esse tema merece a devida atenção e urgência em sua votação e aprovação.

Quando nós falamos em regularização fundiária, nós não estamos falando em áreas invadidas; nós estamos falando nas áreas que o próprio Incra entregou aos nossos agricultores, especialmente no nosso Estado de Rondônia. Lá estão gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas, nordestinos que foram para o Estado de Rondônia não só a convite do Governo Federal, mas muitos foram transportados pelo Incra, colocados nessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões para promover o desenvolvimento – isso há 30, 40, 25, 20 anos atrás. São dessas famílias que nós estamos falando, são essas pessoas que precisam dos seus títulos, que estão lá trabalhando sem ter o título da sua terra em definitivo para poder promover o desenvolvimento na sua região, na sua área e produzir uma melhoria de qualidade de vida para essas famílias. Nós jamais imaginamos conceder títulos a invasores, a pessoas que não têm legitimidade para ter o título da sua área. Nós estamos falando daqueles agricultores que deixaram as suas terras ao longo dos últimos 30 anos e foram para lá para desenvolver a Região Amazônica, especialmente no Estado de Rondônia, e lá estão, desde então, sem o documento da sua área. São dessas pessoas que nós estamos falando.

E é nesse sentido que a gente promove, mais uma vez, esta audiência pública, para tentar esclarecer isso a todo o nosso país, principalmente aos nossos Senadores e às nossas Senadoras, para que nos ajudem a levar cidadania ao homem do campo, que merece ter o seu título definitivo. Não só em Rondônia – especialmente em Rondônia –, mas em toda a Amazônia, em todo o nosso país. Não queremos e não estamos promovendo o desmatamento; não estamos promovendo invasões. O que nós queremos é manter o homem no campo, que está lá há muito tempo.

Vamos dar início à nossa audiência.

Vamos ouvir agora o Dr. Luiz Nabhan. Eu agradeço ao Dr. Nabhan, que sempre atende ao nosso pedido para estar presente e nos ajudar a esclarecer às pessoas que precisam ser esclarecidas sobre a regularização fundiária. Eu tenho certeza de que toda a equipe do Ministério da Agricultura e do Incra está envolvida nessa questão de regularização fundiária não só agora, mas já há muito tempo. A cada momento há uma novidade, e agora temos um banco de dados, temos uma plataforma que está à disposição da população para que a gente possa promover com mais rapidez essa regularização fundiária.

Mais uma vez agradecendo, Dr. Nabhan, V. Sa. tem a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Acir Gurgacz. Eu não sei se estão me ouvindo aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Estamos ouvindo bem.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k.

Primeiro, cumprimento o amigo e, na pessoa do Presidente da Comissão, cumprimento todas as demais autoridades e participantes desta reunião.

Senador Acir, eu fico muito satisfeito, muito mesmo, porque o senhor relatou tudo aquilo, expôs tudo aquilo em que eu sempre acreditei em termos de regularização fundiária.

É uma situação talvez até um pouco constrangedora para mim aqui ter que dizer em público o que eu vou dizer. Eu tenho 64 anos e vi, presenciei famílias e famílias, na década de 60, no final de década de 60, na década de 70, que se deslocavam, verdadeiros produtores rurais e não invasores, que saíam do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, enfim, de vários rincões deste país para abrir esse nortão do Brasil, em estados da Amazônia Legal, a exemplo de Rondônia, do Acre, do Pará, do Mato Grosso, de Tocantins, então Goiás, do Maranhão, enfim, de vários estados. Foi a grande colonização feita por verdadeiros agricultores. Então, eu me sinto constrangido em dizer aqui que, às vezes, eu tenho que puxar a orelha dessa rapaziada nova do Incra, porque eles não sabem o que essas famílias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaram. Lá no norte do país, não havia estrada, não havia hospital, não havia cidade, não havia comunicação, não havia nada; só havia áreas de florestas sem nenhum recurso, esperando por essas famílias, que eu considero heroínas. Então, eu tenho cobrado muito desses jovens aí do Incra, pois eles têm que dar uma prioridade não só para regularizar assentamentos que, um dia, outrora, foram alvos de invasão... Nós do Governo Federal somos a favor de uma regularização ampla, tem que regularizar tudo: tem que regularizar os pequenos agricultores, tem que regularizar os assentados que, um dia, por motivo que eu dispense aqui comentar... Mas eles estão nos seus lotes e, cumprindo aquilo que a legislação determina, receberam os seus títulos. Agora, jamais, jamais, o Incra pode se esquecer de regularizar essas famílias que eu, ainda jovem, vi – eu participei, porque a minha família foi em 1975 para o norte do Mato Grosso, e lá não havia nada, absolutamente nada, era como eu disse aqui, Senador: não havia estrada, não havia cidade, não havia comunicação, não havia hospital, não havia nada. Essas famílias foram com honestidade e, nas suas veias, o conhecimento da agricultura e a vontade de integrar o Brasil, de modo que eu fico um pouco triste aqui... Eu reitero: é constrangedor para mim, mas eu apelo para esses jovens do Incra, que talvez não conheçam essa história ou que conhecem, mas não viveram na pele, não sabem o quão foi difícil para muitas famílias. Muitas delas, inclusive, perderam seus entes queridos, com malária, com febre tifoide, por falta de recursos, de hospitais, e hoje estão há 40, 50, 60 anos esperando por seus títulos, que muitos deles, inclusive, receberam do próprio Incra há quatro, cinco, seis décadas.

Eu parabeno V. Exa. por tudo que V. Exa. expôs aqui. V. Exa. expôs a verdade, o drama dessas famílias... Eu presenciei um senhor de 85 anos dizendo: "A minha família (*Falha no áudio.*) ... nós fomos desapropriados há 30 anos, eu consegui um pedacinho de gleba, hoje as pessoas que invadiram a minha propriedade receberam o título, e eu até hoje não recebi meu título".

De modo que, Senador Acir Gurgacz, o senhor não tem noção da felicidade e da alegria de saber que alguém compactua com o meu pensamento, com a minha vontade de regularizar o Brasil, tanto é que, sem nenhuma modéstia, eu vou dizer aqui: foi a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários que criou o Titula Brasil, ou seja, dentro da lei, são previstos esses acordos de cooperações, não só com as prefeituras, mas com os estados, para a gente promover uma regularização fundiária a contento. O Brasil não pode conviver com uma situação dessa. Estando em qualquer lugar do mundo, a gente não vê essas coisas, principalmente no primeiro mundo; a gente vai para países, vamos dizer assim, Estados Unidos, Canadá, Austrália, e ninguém ouve falar nessa situação de alguém que trabalha na terra que comprou, que adquiriu, que colonizou e até hoje não tem o seu título de propriedade. Título de propriedade é uma coisa muito interessante. Nós estamos caminhando, aí concordo com V. Exa., talvez em algumas situações, principalmente nessas famílias que colonizaram verdadeiramente o Brasil com aptidão, com vontade de produzir, porque saíram de estados longínquos para colonizar hoje o que representa 61% do território brasileiro, que é a Amazônia Legal.

Então, eu me coloco aqui à disposição para qualquer esclarecimento. E vamos tentar ver se essa menina, essa garotada mais nova do Incra entende a dificuldade e a situação e a necessidade de essas famílias terem seus títulos de propriedade.

Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Nabhan. Vamos dar sequência a nossa audiência. Agradeço, mais uma vez, a sua presença conosco.

O senhor colocou muito bem os anos 60, 70, 80. Eu faço referência só a um exemplo, um exemplo de tantos que nós temos no Brasil, em que foram transferidas famílias para o Estado de Rondônia, na época os Nuares, que hoje são a cidade de Rolim de Moura, Mirante da Serra, Espigão D'Oeste, Nova Brasilândia, Alta Floresta e muitas outras. O exemplo é de onde hoje é o Lago de Itaipu, no Paraná. Antes de ser transformada em lago, ali era uma região de produtores agrícolas, famílias que tinham não um hectare, mas meio hectare ou um quarto. Centenas de famílias foram transferidas, foram indenizadas pelo Incra e transferidas para Rondônia. O Incra pagou todas as suas mudanças e foram lá instaladas não em áreas já abertas, nem em áreas que tinham estradas. Chegavam a esses Nuares, a família ficava no Nuar; o pai da família entrava mata adentro, fazia um clarão, armava uma barraca e buscava a sua família. Isso de 1970 a 1980; é recente para nós que acompanhamos isso acontecer. Eu lembro que meu pai teve um trabalho muito grande junto com o Incra, porque essas famílias estavam indo para o Paraguai. E, numa ação pessoal dele junto com o Incra do Estado de Rondônia, fizeram este movimento: transferiram essas famílias oficialmente dessa região alagada do oeste do Paraná, que todos conhecem, o Lago de Itaipu, para o Estado de Rondônia e lá assentaram essas famílias. São essas famílias que precisam dos títulos definitivos.

Esse é só um exemplo, temos outros tantos, mas só para fazer o registro de um apenas.

Vamos ouvir agora o Dr. Giuseppe Vieira, Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do Incra.

Com a palavra V. Sa. para fazer as suas colocações em 15 minutos. Depois nós abriremos o debate. *(Pausa.)*

Giuseppe Vieira está com uma palavra.

O SR. GIUSEPPE VIEIRA *(Por videoconferência.)* – O.k. Obrigado.

Só quero confirmar se todos me ouvem bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. GIUSEPPE VIEIRA *(Para expor. Por videoconferência.)* – Obrigado, Senador.

Inicialmente quero agradecer, em nome da Presidência do Incra, pelo convite para esta sessão, para esta audiência.

Saúdo o Presidente desta audiência, Senador Acir, e todos os Senadores presentes.

Quero saudar, em nome do ministério, o nosso Secretário Especial Nabhan Garcia, que me antecedeu na fala; o nosso Superintendente do Incra, o Mário Moacir, que está presente também aqui nesta audiência por videoconferência; e todos que nos ouvem.

Bom, eu acho que, só repetindo o que o nosso Secretário Especial de Assuntos Fundiários nos antecedeu aqui, V. Exa., Senador, contemplou muito bem, na sua fala inicial, a situação da regularização fundiária, com recorte especial aí para o Estado de Rondônia, inclusive no que diz respeito a uma necessidade tanto da área de desburocratização dos órgãos que atuam com essa agenda, com essa atividade, que, no Executivo federal, é o caso do Incra, como também da parte de um avanço na legislação, para que ela atue de forma mais abrangente nas questões fundiárias que estão postas hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Nabhan Garcia relembra o passado, como que se deu o processo de ocupação do Estado de Rondônia, da Amazônia, assim como o senhor complementou. E é nessa lógica, considerando isso, que o Incra, sob as orientações e a condução da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, do Ministério da Agricultura e do Presidente da República Jair Bolsonaro, vem trabalhando sempre para buscar a desburocratização.

O Dr. Nabhan trouxe na sua fala, citou o exemplo do Programa Titula Brasil, que eu acho que é o maior programa governamental nos últimos tempos de fortalecimento de parcerias institucionais, parcerias com os demais entes federativos, e com o ente federativo mais próximo do produtor: a gente tem aí feito a adesão na parceria com os municípios, que podem contribuir dentro dessa agenda de regularização fundiária.

E nessa lógica de avanço e de desburocratização é que o Incra lançou, o Governo lançou a Plataforma de Governança Territorial, para tentar aumentar o alcance no atendimento das demandas da população. Então, hoje a gente já tem aí isso sendo amplamente utilizado para as ações de regularização fundiária. E aí a gente traz, dentro do recorte da legislação e do recorte territorial, que a gente tem duas ações de regularização promovidas pelo Incra: uma é a regularização nos assentamentos, que é regida pela Lei 8.629, de 1993; e, fora dos assentamentos, nas glebas públicas federais, a regida pela Lei 11.952, de 2009. E, como foi colocado por V. Exa., Senador Acir, estão em discussão aí algumas propostas de alteração da legislação.

E fazendo uma análise da conjuntura territorial, a gente pode dizer também que o Estado de Rondônia basicamente, pela atuação dos órgãos públicos federais historicamente, no passado, ele já tinha sido muito documentado. Foram muitos processos, e muitos imóveis chegaram a ter emitidos sua documentação, títulos, contratos através de licitações, que foram lançadas à época, enfim. E todos eles, todos esses documentos – o próprio título também – são um contrato, e dentro desse contrato existem cláusulas a serem cumpridas. E algo que se previa na legislação agora... E cabe ao Incra o acompanhamento e o monitoramento dessas cláusulas e a análise da liberação.

O que a gente vê em especial no Estado de Rondônia, principalmente no que tange aos conflitos, são justamente os questionamentos que são postos em cima de áreas que já haviam passado por um processo de documentação no passado cuja documentação foi questionada por alguma fragilidade no cumprimento das cláusulas em específico, não é? E, para isso, do órgão executor – aqui, no caso, o Incra –, a gente tem uma necessidade também de expor aqui as suas limitações na resolução de certas situações, por conta de limitações na legislação. A gente não tem hoje na legislação um processo, uma forma simplificada de resolução ou de tratamento dessas questões, dessas problemáticas.

Então, a gente tem um processo que hoje é muito complexo de análise e liberação, com cláusulas resolutivas. E eu acho que me atrevo até aqui a dizer que a maioria dos conflitos postos hoje no Estado de Rondônia tem como origem este tipo de imóvel, esta procedência de imóvel: imóveis em que foi no passado exercido algum tipo de documentação e em que, na história aí desse imóvel rural, há algumas transferências sem uma prévia liberação de cláusula, que impacta numa resolução hoje por conta do que está dado, por conta da legislação posta e do que a gente tem de instrumento à nossa disposição para analisar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que estão amplamente divulgados aí, até nas mídias sociais do Governo Federal, de maneira geral, e do próprio Presidente da República, que com muita satisfação tem acompanhado essa agenda de regularização fundiária em nível nacional, os resultados que o Incra tem alcançado através desse processo de fortalecimento de parcerias e de avanço no uso da tecnologia na emissão de documentos de titulação no Brasil.

De 2019 para cá, nós temos mais de 337 mil documentos já emitidos pelo Governo Federal. No Estado de Rondônia, entre áreas de assentamento e áreas dessas glebas públicas federais, de 2019 para cá, também já foram emitidos mais de 3,5 mil documentos de titulação – 3,5 mil não; perdão. Somando como o assentamento, já são mais de 17 mil documentos... mais de 15 mil documentos de titulação emitidos só no Estado de Rondônia.

Então, a gente tem um cenário em que há avanço. O que nos impede de conseguir avançar até mais dentro do Estado de Rondônia? Eu retorno ao que eu falei: a gente só pode destinar, principalmente nas áreas públicas federais, nas glebas públicas federais, a gente só consegue avançar com uma nova titulação naquelas áreas que não foram destinadas anteriormente. Então, se a gente tem uma gleba pública federal e historicamente um pedido de titulação, a gente tem que olhar o histórico dela, se houve títulos expedidos ali e analisar, primeiro, se aquele título está em condição de ter liberada cláusula ou não. Caso ele não esteja, a gente tem que cancelar primeiro o título para depois entrar com o processo novo de emissão de titulação. Então, o processo realmente ainda tem muita questão em que a gente não consegue avançar do ponto de vista burocrático por conta de limitações na legislação; a situação legal que está posta hoje não permite que a gente seja um pouco mais eficiente nessas tratativas, um pouco mais célere, para tentar atender o clamor de toda a população de pequenos, médios e grandes produtores rurais, que, de acordo com a legislação, atendam aos requisitos para serem documentados, titulados pelo Governo Federal.

Inicialmente é isso. Estamos aqui à inteira disposição para novas intervenções, quando necessário. Agradeço mais uma vez ao Senado Federal, a esta Casa, por nos convidar para participar desse processo extremamente importante de discussão, para tentar moldar novos marcos legais que tratem dessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Giuseppe Vieira.

Passo a palavra agora ao Edson Afonso Rodrigues, especialista em assuntos fundiários e ambientais da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon).

Agradeço a sua participação conosco.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

Confirmando, vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Edson.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES (*Para expor. Por videoconferência.*) – Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão de Agricultura, cumprimento V. Exa. mais uma vez pela busca da regularização fundiária, que tanto atinge nosso Estado como atinge também a Amazônia em geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui também cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner, que também é atuante nessa parte, já que tramita conjuntamente; o Senador Carlos Fávaro e os demais Senadores presentes.

Quero cumprimentar nosso amigo Nabhan Garcia, da Seaf; cumprimentar, na pessoa do Giuseppe, o nosso Presidente do Incra Geraldo Melo e parabenizar toda a equipe do Incra pelas inovações tecnológicas, pelas mudanças de marco que estão sendo feitas dentro do Incra; cumprimentar os demais convidados.

Para mim é uma honra estar aqui representando os produtores rurais de Rondônia, principalmente a nossa Federação da Agricultura e o nosso Presidente Hélio Dias.

Eu vou fazer uma breve apresentação aqui, Senador, se me permitem.

Vocês estão visualizando a tela? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES *(Por videoconferência.)* – O.k.

Bem, a nossa abordagem vai ser mais no sentido de demonstrar o quanto a regularização fundiária nos últimos anos – últimas décadas na realidade, como o senhor disse e como o próprio Nabhan disse e, agora, o Giuseppe também –, com relação às cláusulas resolutivas, tem afetado o nosso ambiente, assim como a parte da regularização de posses.

Nós temos, primeiro, o entendimento de que a regularização fundiária protege muito o meio ambiente.

Para quem não me conhece, eu sou Edson Afonso, sou Coordenador Fundiário e Ambiental da Federação da Agricultura de Rondônia; sou parte da Comissão Nacional Fundiária Ambiental da CNA também; fiz parte do Grupo Interministerial do Terra Legal, que se reunia para definir as políticas fundiárias, isso por muitos anos; tivemos também oportunidade de participar da construção da Lei 11.952, lá em 2009, e, em 2017, da 13.465, que alterou a 11.952 e a 8.629, sempre sugerindo emendas aos nossos Senadores e Deputados, da Medida Provisória 910 e dos Projetos de Lei 2.633 e 510.

Nós temos uma clara visão de que o projeto que mais se aproxima da realidade do campo é o Projeto de Lei 510, sendo que nós temos visto nas últimas décadas alterações de leis que, na realidade, não têm efetividade lá na ponta, que é chegar ao título definitivo.

Cada lei gera uma nova esperança para o produtor e, nas últimas décadas, principalmente de 2009 para cá, com o Terra Legal, foi muita esperança, mas muitas decepções também. Então, nós entendemos que é necessário que a nova lei venha facilitar a titulação de terra. Isso não quer dizer que se vai documentar quem não atenda o perfil, quem não seja de fato produtor rural.

Os benefícios da regularização fundiária: já foi muito bem dito pelo Senador na sua abertura que a regularização fundiária dará principalmente dignidade a milhares de produtores rurais, principalmente da Amazônia Legal.

Um dos pontos que entendo ser de maior importância na regularização fundiária, principalmente no que diz respeito à venda de produtos da Amazônia, é que a regularização fundiária vai inibir o desmatamento ilegal, como foi dito, a partir do momento em que temos um CPF locado naquele perímetro.

A questão de acesso a recursos: este é um ponto muito importante. A regularização fundiária promove, de fato, um aumento do PIB. Em Rondônia, é estimado um aumento de 40% em cinco anos. Então, isso aqui nos mostra que, realmente, se você aumenta o PIB, você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumenta o IDH, como o Presidente Geraldo Melo sempre diz, já que o pior índice é aqui, na Região Norte, que se iguala praticamente ao do Haiti. Então, nós precisamos realmente da regularização fundiária como um fator social.

Bem, nós temos agora uma inovação que é a plataforma da gestão territorial. E aqui eu quero parabenizar toda a equipe do Incra. Está aí o nosso Superintendente Mário, porque essa plataforma está nos dando uma nova esperança. Ela traz uso de tecnologias e principalmente diminui muitas funções humanas, ou seja, diminui muito a questão da necessidade de funcionários ou mesmo de colaboradores estarem atuando nos processos. Isso a gente vê como uma inovação. E nós, como federação, como sindicato, vamos atuar muito fortemente junto às prefeituras do Titula Brasil, para que a gente possa realmente fazer esses cadastros nessa plataforma.

O que não aconteceu no passado e a gente espera que aconteça agora é que todo processo fundiário tenha início, meio e fim; e o fim é o título definitivo das áreas, quer transferência ou destaque do patrimônio público para o privado.

Pediram-me para falar sobre os entraves que nós tivemos na legislação até este momento. Nós tivemos, até agora, uma legislação que não atende à realidade das ocupações, nós tivemos alterações de normas, portarias, instruções normativas. O processo está quase no final e se altera uma portaria, então esse processo é paralisado porque tem alguma coisa a ser refeita, volta à estaca zero.

Nós temos hoje uma confusão entre a lei fundiária e a ambiental. Nós temos entendimento de que a lei fundiária é parte da solução ambiental. Não dá para imaginar o Governo de alguma forma coibir alguém que ele não saiba quem é: o ocupante daquela área. E nós tivemos uma atuação muito grande, desde a época do Terra Legal, do TCU e do Ministério Público Federal. O TCU questionando questões de valores de terra e o Ministério Público Federal questionando todas as ações de regularidade, de regularização. Então, esse também foi um dos motivos pelos quais houve um entrave que dificultou a regularização fundiária.

Especificamente de Rondônia, há os processos fundiários que nunca terminam, desde 2009; as ações iniciadas não continuadas, o que a gente espera que com essa plataforma agora não aconteça; as alterações de normas também, da mesma forma, provocam reanálises de processos – aí eu posso falar, porque o meu mesmo foi reanalisado várias vezes –; o georreferenciamento público com problemas, e precisamos atuar junto às superintendências, já estamos fazendo isso, para solucionar esse problema; os deslocamentos de perímetro ou falta de georreferenciamento da unidade de conservação, terras indígenas, isso também provoca conflitos de sobreposição; e o caos fundiário gerando conflitos agrários. Rondônia já esteve no topo dos conflitos agrários e, em 2019, no início deste Governo, nós tivemos algumas atuações aqui de invasores provocando o caos aqui. E, como disse aí, muitas vezes, são esses problemas das infinitas causas resolutivas ou da falta da própria regularização de posses.

Vou citar aqui, tomar a liberdade, Senador Acir. O senhor conhece bem a região da BR-429, onde nós atuamos mais, e ali há três casos que são muito emblemáticos. O primeiro deles é do Sr. Adelino, no Município de São Francisco do Guaporé: a vistoria feita, o processo pronto para titular, o pessoal do Terra Legal foi fazer o perímetro da cidade, ele cedeu um hectare mais ou menos para a captação de água para a cidade de São Francisco. Essa doação inibiu o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo dele, ele ficou três anos tentando solucionar isso, não conseguiu e faleceu. E a única coisa que ele queria, o sonho dele, era receber o título.

Um outro senhor no Município de Costa Marques, João Américo de Assis, vistoria feita, processo pronto, não titulado; após quatro anos, também faleceu.

Este caso aqui também nos mostra que precisamos de algumas mudanças: Maria José Rodrigues tem 83 anos, é de São Francisco do Guaporé também, tem três vistorias feitas – as vistorias vencem com dois anos –, também não foi titulada. Essas vistorias estão vencidas, com dinheiro público gasto, e novamente terá que haver a vistoria. É uma área de duzentos e poucos hectares e, pela inovação agora tecnológica, de repente pode ser feita por modelo virtual.

E, por último, exemplificando a dificuldade da regularização fundiária na prática, nós fizemos um mutirão na BR-429, do Terra Legal, com sindicatos, muitos produtores rurais sendo voluntários, foram 15 dias de trabalho, 800 processos ficaram em condições de ser encaminhados a Brasília para a titulação. Seis meses após, esses processos estavam empilhados no Terra Legal, em Porto Velho, e zero título produzido, numa ação grandiosa como essa.

Dentro da plataforma territorial, nós temos observado os seguintes problemas: primeiro, o ponto básico para se incluir uma área no cadastro, na plataforma é o georreferenciamento. Como nós tivemos muito georreferenciamento feito aqui em Rondônia... E estamos tratando disso já com o Incra, com a Superintendência de Rondônia, através do Sr. Antônio e do Sr. Mário. Como o Sigef é de 2012, nós tivemos esse georreferenciamentos antes de 2012, e muitos deles não estão no Sigef, o que dificulta o cadastro dentro da plataforma.

Nós temos um outro ponto. Especificamente aqui em Rondônia, há um caso que eu gostaria de citar aqui. A SPU, dentro da câmara técnica... Nós temos informações de várias locações de áreas de interesse pela SPU. Lá em 2017, a SPU inibiu a articulação da Gleba Terra Firme, em São Francisco do Guaporé também. A SPU afirmou interesse em 100% da gleba, sem estudo nenhum. Aliás, alegavam que não havia estudo, não havia técnicos suficientes, e isso até hoje não foi solucionado. Tivemos a informação da SPU, agora esta semana, de que devem chegar os técnicos de Rondônia na próxima semana. Mas simplesmente, Senador Acir, na região que o senhor conhece bastante, a SPU inibiu quase mil famílias paralisando todos os processos dessa região por esse ato que a gente não tem como dar outro adjetivo que não seja um ato quase de insanidade, por prejudicar mil famílias, sendo que nessa gleba havia processos já autorizados, títulos emitidos. E esse processo originário, lá no modelo do Terra Legal antigo, simplesmente sumiu. Então, a equipe da SPU está vindo a Rondônia a pedido nosso, por intervenção de alguns Parlamentares, para que se resolva essa situação.

E há um último problema que nós temos em Rondônia e eu não poderia deixar de citar isso aqui. Já fizemos várias tratativas com o Incra e pedimos a ajuda de todos, principalmente da bancada de Rondônia. Nós temos, em Rondônia e em alguns municípios de Mato Grosso também – vou citar aqui só Rondônia –, o valor da tabela de regularização fundiária muito alto. Em Rondônia, são 52 municípios. E a microrregião de Porto Velho, que tem um valor diferenciado, atende 48 municípios, e, nesses 48 municípios, o valor está muito acima do das outras microrregiões que circundam Rondônia e até mesmo muito acima das duas outras tabelas que existem dentro de Rondônia. Vou exemplificar aqui agora. Em Rondônia, são três microrregiões, são três valores: R\$544 em Machadinho; em Cacoal, Espigão e Vilhena, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão em uma região praticamente toda regularizada já, são R\$803 por hectare; e o VTN dos 48 municípios de Rondônia é de R\$1.889.

O que gera isso de diferença? A mesma senhora de 83 anos, Maria José Rodrigues, tem uma área de 272 hectares não titulados ainda. Então, eu fiz uma tabelinha. Se ela tivesse sido titulada na primeira vistoria que foi feita ou nas três vistorias que foram feitas pelo Terra Legal, ela pagaria R\$157 por hectare – é o que está em amarelo. Se ela estivesse nos três municípios com tabela de R\$803, ela pagaria R\$243. Pela tabela, como ela faz parte do composto dos 48 municípios da microrregião de Porto Velho, o valor é de R\$572, e isso dá 264% a mais do que o valor do Terra Legal na época das vistorias que foram feitas. Então, é uma pessoa que está sendo muito prejudicada não só pela falta do título nesses anos todos – é uma ocupação de antes de 1980.

Hoje, pela tabela do Incra, a gente entende que tem que haver um trabalho da bancada federal, do Governo de Rondônia e, principalmente, do nosso setor produtivo, junto com o Incra, para tentar solucionar essa situação da tabela, mesmo porque a portaria que criou essa tabela de regularização fundiária dá a previsão de alteração caso haja alguma distorção.

Nós temos ali também, em Mato Grosso, no Município de Alta Floresta, um valor muito superior, com um percentual muito acima desse valor. Realmente, vai ser difícil o produtor, quando receber o título do Incra nesse valor, ficar feliz.

Fazemos aqui algumas sugestões para o Incra, para aqueles que estão atuando na regularização fundiária, como a de validar as vistorias feitas – é o caso dessas três de Maria José Rodrigues – quando a área e o produtor forem os mesmos. Isso pode ser feito por instrução normativa, não precisa de mudança na legislação. Só no Município de São Francisco, naquele mutirão de 800 processos, foram mais de 300 vistorias feitas. É dinheiro público que está ali. Simplesmente uma mudança na instrução normativa vai colocar esses processos aptos para a regularização fundiária, lembrando que agora se pode usar a tecnologia e que vai ser simplesmente um comparativo. Mas, nas áreas acima de quatro módulos fiscais hoje e, se passar o PL, acima de 15 módulos fiscais, para essas pessoas também, provavelmente as vistorias serão *online*.

Pode-se fazer uma força-tarefa para a gente solucionar o problema do georreferenciamento no Sigef, permitindo que os primeiros cadastros de 2009 a 2012 não sejam os últimos a receberem ou a serem regularizados.

São pessoas que aderiram ao Programa Terra Legal lá no início, porém, com a criação do Sigef, em 2012, hoje há muitas pessoas com esses problemas. E nós somos aqui parceiros da federação, dos sindicatos, do Incra para solucionar esse problema.

É preciso corrigir a tabela dos 48 municípios, a gente entende que é justo isso, e fortalecer as parcerias, com diz aí o Giuseppe, como diz o Secretário Nabhan Garcia, que é de suma importância para minimizar a dificuldade de material humano do Incra.

Há um último ponto, Senador Acir, que eu vejo como importante, que seria Rondônia assumir a regularização fundiária de posse, passando a terra para o Estado de Rondônia, como foi Roraima e Amapá. Rondônia já tem a sua lei de regularização fundiária. O Incra permaneceria com os assentamentos, e as questões das causas dos litígios dos contratos antigos nós entendemos que, pelo tamanho do Incra hoje, seriam já um trabalho grande para o Incra, não é? Para isso, a doação para Rondônia, precisa ser alterado o art. 102 da Lei 13.465, de 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um apelo aqui aos Senadores e Deputados: melhorem a lei para que realmente a titulação possa acontecer. A lei deve atender à realidade dos produtores e, por isso, nós apostamos muito nesse momento, nessa lei, nesse relatório feito pelo Senador Fávares, em que ele atende mais a nossa necessidade.

Apoiamos o PL 510, diante dos demais que já tivemos até hoje, porque ele realmente traz um pouco mais da nossa realidade. Com a segurança jurídica, o Brasil se tornará primeiro mundo, a gente tem certeza disso.

Estão aí os contatos da Federação da Agricultura, meus contatos pessoais.

Eu gostaria muito de agradecer, Senador, o convite para que possamos minimizar os problemas da regularização fundiária.

Quero parabenizar por, mais uma vez, estar chamando esta audiência pública, lembrando, por último, sobre a tabela, que, lá em 2012, 2011, a tabela do Terra Legal era muito alta. Nós fizemos uma reunião em Ji-Paraná, na sua cidade, levamos mais de mil produtores, trouxemos a equipe do Terra Legal. E lá foram construídos aqueles descontos que fizeram com que o valor da regularização fosse justo.

Então, nós estamos à disposição dos senhores, à disposição do Incra, à disposição do Mário. Mais uma vez, Mário, nós queremos atuar muito junto às prefeituras. Os sindicatos estão à disposição de vocês.

Muito obrigado.

Eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para interpelar.)

– Muito obrigado, Edson.

Edson, além dos pontos que você colocou, do que o Incra pode fazer para ajudar a avançar mais rápido, nesse novo projeto, o PL 510 ou 2.633, quais são os pontos que realmente ajudam a regularização fundiária? Você teria como nos citar alguns pontos, um ou dois pontos que são fundamentais para que a gente possa avançar na regularização, desburocratização? Qual ponto que seria? Você tem isso já em mente, Edson?

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu não sei, Senador.

Primeiro, a plataforma de governança nos traz uma esperança muito grande, porque diminui até a questão de uso de mão de obra. E, dentro do PL 510 e do 2.633... No 2.633, já houve várias emendas acatadas, principalmente a questão das causas resolutive dos contratos ali até 1985, que é um absurdo a coisa que acontece, que gera conflitos agrários...

Então, nós não podemos, assim, aceitar mais que coisas, burocracias ou outras situações lá do passado interfiram nesse momento. Nós temos que pensar daqui para frente.

Nós tivemos muitas inovações com o relatório do Senador Carlos Fávares, tirando alguns pontos. Lógico, ficou a parte ambiental ali, a gente entende que não pode ser tão agressiva a parte ambiental dentro do fundiário. Ela se faz necessária, mas ela não pode ser inibidora da regularização. A gente entende o contrário.

São inúmeros pontos que trouxeram ali as emendas. O senhor mesmo colocou várias emendas, os outros demais Parlamentares não só de Rondônia, como do Pará também, que são muito atuantes, Senador Zequinha e outros...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos bastantes avanços, mas o principal ponto, Senador, que fica é: com essa plataforma nova e com essa inovação da lei, esse Projeto 510 transfere para a lei um pouco mais da nossa realidade, traz um pouco mais de facilidade para que possa ser feito, e, talvez o principal ponto, o relatório traz a vistoria até 15 módulos fiscais. Isso aí vai facilitar realmente a regularização fundiária.

Nos demais pontos, tanto do passado, algumas coisas que vão facilitar para o Incra fazer a regularização de títulos antigos. E também, lógico, dentro do assentamento, dentro das coisas, pode acontecer a regularização fundiária.

Então, é inovador, precisa ser feito, mas, mais do que isso, Senador, a gente precisa que os processos tenham início, meio e fim, e o Projeto 510 tem todas as condições, principalmente com essa plataforma nova, no nosso entendimento, como produtor rural, como quem acompanha isso desde mil novecentos e alguma coisa, nós temos certeza de que nós vamos e podemos avançar muito, principalmente com as parcerias com o Incra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Edson.

É importante esclarecer e pontuar que o marco temporal para a regularização fundiária, dentro dos PLs 510 ou 2.633, é 2008. Não foi modificado esse marco. Isso nos dá uma garantia de que nós estamos falando somente dos nossos agricultores que já estão nas suas áreas há muito tempo. Isso nos dá uma garantia de que não é preciso haver uma preocupação com novos ou qualquer invasor de área. São agricultores que têm os seus problemas já conhecidos pelo Incra do estado e também pelo Incra nacional, pelas prefeituras municipais, pelos governos estaduais. São casos antigos, de 2008 para trás. Então, não há nenhuma evolução, nenhum avanço com relação a novos agricultores, porque não houve assentamento depois de 2008, de fato. Nós estamos falando e trabalhando exatamente com relação àqueles agricultores que estão nas suas áreas há muitos e muitos anos, 40, 50, 30 anos, vinte e tantos anos nas suas áreas. Só para deixar isso bem claro: o marco temporal é de 2008.

Muito obrigado, Edson.

Passo a palavra ao nosso amigo José Henrique Pereira, representando aqui a CNA, que está presencialmente junto conosco.

Agradecendo a sua presença, José Henrique, V. Sa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz, em nome do Presidente da CNA, Dr. João Martins, e em nome também do Presidente da Famato, que eu represento aqui, o Dr. Normando Corral.

Eu preparei uma apresentação, Senador Acir. Se puderem passar aí... Eu vou falar, já que o Edson falou dos problemas específicos de Rondônia, de um panorama mais geral das dificuldades dos produtores rurais na região da Amazônia Legal pela falta da regularização fundiária.

Então vamos lá.

Pode passar, por favor. Não está em modo apresentação.

Quais seriam os principais requisitos para a gente construir uma governança fundiária eficiente?

Pode passar, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Construção de um cadastro multifinalitário e integrado com todos os órgãos federais. Aqui já há algumas iniciativas. Há o CNIR, que é o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; há o Sinter, que é uma iniciativa da Receita Federal que vai integrar os cadastros urbanos e rurais; e a Plataforma de Governança Territorial, de que a gente vai falar um pouquinho mais para frente aqui.

Eu perdi a apresentação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Está bom. Perfeito. Pode passar.

A ideia é que a gente precisa também de uma lei para dar celeridade à regularização fundiária em glebas públicas federais, por isso que a gente está discutindo a aprovação de um projeto de lei de um marco da regularização fundiária, e é principalmente o PL 510, de 2021, e o estabelecimento de parcerias e acordos com municípios e estados para dar celeridade à execução dessa regularização fundiária.

Aqui eu cito dois projetos. O Dr. Nabhan já citou o Titula Brasil, que é uma parceria com as prefeituras municipais, eu cito um projeto, o Pravalor, que é da casa, aqui da CNA, junto com a Embrapa, que é para a regularização ambiental, mas acaba integrando muito a parte ambiental – não é, Senador Acir? – com a parte fundiária. Então, para o produtor poder recuperar seu passivo ambiental, ter acesso ao pagamento de serviços ambientais, ele precisa, primeiramente, da regularização fundiária. Então, a gente vai ver aqui que a regularização fundiária é a base para tudo, para o produtor conseguir tudo.

Pode passar por favor.

Aqui, pessoal, eu fiz só um passo a passo do que o produtor vai fazer. Se puder colocar a apresentação em PowerPoint, eu acho que fica mais fácil.

Não está, não? Não? Então tudo bem.

Aqui eu fiz um passo a passo de como o produtor rural vai prosseguir dentro da plataforma. Então, ele vai entrar pelo gov.br; vai ter acesso à plataforma; solicitar seu documento titulatário; preencher o formulário; selecionar sua parcela ali e vai também selecionar – é interessante essa nova plataforma do Incra porque ela já faz já o cruzamento com todas as plataformas, todos os órgãos do Governo Federal: a questão tributária, com a Receita; a questão ambiental, junto ao Serviço Florestal Brasileiro; então, o produtor tem que estar com tudo redondo – o CAR, ali. Então, ele vai ter que selecionar as parcelas e tem que estar cadastrado no Sigef, ou seja, georreferenciado. E há um passo interessante, Senador, em que ele vai desistir dos processos, daquele processo moroso, que já está há anos tramitando fisicamente. Vai haver essa possibilidade, se ele quiser, logicamente, de desistir do processo físico e continuar apenas pelo processo digital. Então, essa plataforma do Incra é bastante inovadora.

Pode passar por favor.

Aqui vou falar rapidamente do projeto de lei que está tramitando, que é o PL 510, de autoria do Senador Irajá. O Senador Carlos Fávaro apresentou o relatório pela prejudicialidade do PL 2.633 e pela juridicidade, boa técnica e regimentalidade do PL 510, de 2021. Então, o setor clama mesmo pela urgência de colocar em discussão nas Comissões e, posteriormente, no Plenário esse novo marco temporal, que vai ser importantíssimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente até enviou algumas sugestões de melhoria via parecer técnico para o Senador Carlos Fávaro, mas a gente considera que o projeto é muito bom. O principal ponto é a questão da possibilidade de uso de tecnologia de sensoriamento remoto para as pequenas e médias propriedades, que, de acordo com a Lei 8.629, de 1993, vão de 4 a 15 módulos fiscais. Então, isso vai agilizar muito o processo de regularização.

Pode passar, por favor.

Aqui, o que a gente quer com o projeto de lei de regularização fundiária? Promover a utilização de tecnologia de sensoriamento remoto; favorecer a aplicação da legislação ambiental aos ocupantes; manter a vistoria presencial nos casos de fracionamento fraudulento, de infração ambiental, de embargo, se ele não tem ocupação posterior ao marco temporal de julho de 2008, então, tudo isso vai precisar da vistoria presencial; proporcionar maior segurança jurídica e transparência no processo de regularização; formação de um cadastro nacional para uma eficiente governança fundiária e melhor controle das glebas públicas federais, e a gente vai ver daqui mais para frente que essas glebas sem dono, sem ocupação, sem posse definida são um grande problema, principalmente para a questão do desmatamento ilegal, de queimadas; proporcionar a efetiva governança de terras e o ordenamento territorial no Brasil, e, então, a gente até já propôs a criação de um cadastro nesse projeto de lei, um cadastro transparente que vai ser gerido pelo Mapa, pelo Incra; e também informações essenciais para elaboração de políticas públicas, pesquisas. Então, vai ser muito importante esse cadastro.

Aqui, eu trouxe um quadro de ordenamento territorial. Ali é específico para o bioma amazônico – aquele primeiro, maior. A gente pode ver que 84,1% do bioma amazônico estão preservados; e o uso agropecuário, como a gente vê ali, o consolidado, é de 13,8%, porque inclui lavouras (2,3%), pastagens (10,5%) e infraestruturas viárias e rurais (1%). Então, o que a gente pode ver é que, dentro disso, ainda existem aproximadamente 55 milhões – isso varia, há gente que fala de até 70 milhões – de hectares de glebas públicas federais sem posse definida ou sem registro. Então, essas terras sem dono, terras de ninguém, favorecem muito a ocupação irregular do solo, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal.

Ali, mais embaixo, é apenas o mapa do Brasil, como a gente pode ver, atualizado em 2021 pela nossa Embrapa Territorial. O que a gente destaca ali é que 33,2% dos produtores rurais preservam a vegetação nativa dentro da propriedade rural. Eu destaquei ali também que 21,2% são pastagens e que 7,8% são lavouras, agricultura.

Pode passar, por favor.

Aqui é só um comparativo, por curiosidade. Se a gente comparar com outros países do mundo, o Brasil ocupa a menor área da agricultura: apenas 7,8% do seu território são destinados à agricultura, e a gente tem uma das maiores produções de todo o mundo. Se for comparar com a Argentina, a Argentina tem quase o dobro da área utilizada; China, México e Estados Unidos, mais que o dobro; e a Europa, mais de 50% da área deles são utilizados para agricultura.

Pode passar, por favor.

Aqui, a gente fez um mapa rapidamente do potencial de regularização fundiária que tem a região da Amazônia Legal. Então, se a gente for ver ali, o potencial da área é de quase 26 milhões de hectares. E, como eu destaquei ali, 88% desses títulos são de até quatro módulos fiscais, ou seja, para pequenas propriedades, só que isso representa apenas 39% da área, Senador. Se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente quer uma efetiva governança de terras, a precisa regularizar esses outros 61%, que são as médias e as grandes propriedades, principalmente as médias.

Pode passar, por favor.

Este aqui também é um dado interessante: na região da Amazônia Legal, são aproximadamente 500 milhões de hectares. A gente está falando aqui: a lei, o novo marco temporal, é para glebas públicas federais, que vai regularizar aproximadamente 5% dessa área, que são 26 milhões de hectares, só que, se a gente implementar o Código Florestal, que fala que têm que estar 80% preservados dentro do bioma amazônico, como a gente viu ali no quadro, essa área vai cair para apenas 6 milhões de hectares, ou seja, 1,2% da área total da Amazônia Legal ainda vai ter... Ninguém está falando aqui em derrubar a floresta pública; apenas em regularizar o que já está consolidado. Então, com a implementação do Código Florestal, apenas 1,2% da área será regularizada efetivamente. Desse modo, a gente vê que a regularização fundiária promove a proteção ambiental e a recomposição da vegetação nativa, identifica também infratores e garante a adequada responsabilização. Você vai ter o CPF da pessoa que está desmatando, você vai poder responsabilizar aquela pessoa.

Pode passar, por favor.

Aqui, como eu estou representando também o Estado do Mato Grosso, vou apresentar alguns dados para a gente evidenciar a morosidade da regularização fundiária. O estado tem mais de 90 milhões de hectares. Aqui é para assentamento da reforma agrária, não entra nessa lei, mas é só para a gente ver: 4,8% da área total são assentamentos que, realmente, tiveram seus títulos emitidos, apenas 603 mil títulos emitidos, ou seja, 0,67% da área.

Pode passar, por favor.

Se a gente vai para glebas públicas, são aproximadamente 5,7% do estado, 5,13 milhões de hectares, e apenas 1,6% têm seus títulos certificados e registrados em cartórios, ou seja, muito baixa também a emissão de títulos no Estado do Mato Grosso.

Pode passar, por favor.

Aqui, eu vou falar da situação dos produtores rurais. Em toda a Amazônia Legal, a gente pode ver aqui no cruzamento, com dados do Sicar e do IBGE, de 2012, mais de 1 milhão de produtores rurais da Amazônia Legal. Então, a gente pode ver aqui alguns dados que eu levantei: milho e soja representam respectivamente 7,6% e 9,8% da produção nacional lá, concentrados nos Estados do Mato Grosso e do Pará; rebanho bovino, da ordem de 61,8 milhões de cabeças; 87% da produção de café encontra-se em Rondônia, e o bioma representa 5,3% da produção nacional. Então, como a gente vê aqui, o bioma amazônico tem o potencial de aumentar muito a sua produção. E o que a gente tem que fazer para isso? Verticalizar a produção; implantar tecnologias para o produtor rural poder produzir, porque o que a gente vê lá é que, como o produtor rural não tem título, ele não tem acesso a essas tecnologias de produção. E o que são as tecnologias, principalmente de baixa emissão de carbono? Programas ABC, que são principalmente... Há dez anos, houve o Programa ABC, e, agora, foi implementado pelo Mapa o Programa ABC+, que é para a implementação dessas tecnologias. Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), restauração de pastagens degradadas, reflorestamento florestal com espécies nativas – e aqui cito como exemplo a castanha do Brasil, que pode ser plantada em consórcio com espécie nativa ou como produção lá também.

Pode passar, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é a importância da regularização fundiária para o produtor da Amazônia Legal? Garantir a segurança jurídica para o desenvolvimento das atividades produtivas; verticalizar a produção agropecuária através de tecnologias de baixa emissão de carbono; incluir o produtor rural no mercado competitivo da produção agropecuária e nas exigências ambientais do seu negócio – ou seja, se a gente quiser cobrar o produtor para que ele cumpra protocolos, a gente tem que inseri-los nessa tecnologia de baixa emissão de carbono; não adianta ele ter uma agricultura rudimentar, o que muitas vezes acontece, apenas para a subsistência ou apenas para abastecer os centros locais dele lá –; possibilitar o acesso pelo produtor rural ao crédito rural, a programas governamentais e a novas tecnologias de produção; fim da marginalização e autonomia do produtor rural, além do desenvolvimento econômico para as famílias – então, vai valorizar o patrimônio do produtor, o título da propriedade, todas as suas benfeitorias –; e o que eu acho principal: o princípio da dignidade humana e justiça no campo. O produtor, sem o título dele, é como se fosse a gente sem o nosso CPF, Senador. A gente não consegue entrar em nenhum cadastro nacional, nada, sem o nosso CPF, então, o produtor, sem o título, é exatamente isso, ele fica alijado da sociedade.

Aqui eu vou colocar prioridades principalmente para o agro brasileiro em relação à parte fundiária. Por que eu coloquei a regularização fundiária em cima? Porque ela é a base de tudo. Sem a nossa regularização fundiária, Senador, a gente não consegue acesso ao crédito, não consegue a valoração da terra e diminuição da pobreza, não consegue a regularização ambiental, principalmente, o combate ao desmatamento ilegal, a assistência técnica para o produtor rural e a redução da insegurança jurídica no campo.

Pode passar, por favor.

Aqui são alguns dados do Senar. A gente já está implementando essas tecnologias de baixa emissão de carbono. Então, há aí o programa Paisagens Rurais e há também o ABC Cerrado, que são programas do nosso Sistema CNA, do Senar, principalmente, de assistência técnica e gerencial.

Pode passar, por favor.

O que a gente quer da nova estrutura do agro brasileiro? A gente quer produtores empreendedores e digitalizados – por isso que é importante também essa Plataforma de Governança Territorial do Incra, porque ele vai poder inserir seus dados lá, não vai precisar mais ir a uma superintendência, a uma unidade do Incra para levar aquela papelada toda –; tecnologia e conectividade – a gente precisa ampliar essa questão para toda a Amazônia Legal, ainda há uma dificuldade de infraestrutura, tecnologia e conectividade no campo –; assistência técnica, o que é fundamental para os produtores; agregação de valor à produção de alimentos; crédito rural e gestão de riscos. Então, o produtor, com título definitivo, consegue ter acesso ao crédito. E a palavra-base nossa, que é sustentabilidade.

Senador Acir, era isso que eu queria passar. Coloco-me à disposição de todos os Senadores aqui da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, José Henrique.

Então, nós estamos falando, com relação à Amazônia Legal, que 1,2% da Amazônia poderá ser regularizada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Isso, com a implementação do Código Florestal, com 80% preservados, porque ele vai poder usar apenas 20% da área.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Então, 1,2% de toda a área territorial da Amazônia Legal?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Isso. A gente sabe que são glebas federais. Ainda há o problema também das glebas estaduais, só que isso daí seria a legislação do estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ou seja, nós temos 84% da Amazônia Legal em floresta preservada.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Preservada, mas, na verdade, ali foi o bioma amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Veja, a regularização nativa.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Isso. Bioma amazônico. A Amazônia Legal engloba um pouco do Pantanal Sul-Mato-Grossense e o Cerrado Amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bioamazônia?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Oitenta e quatro por cento preservados.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E nós não queremos regularização nessas áreas, não é nessas áreas; pelo contrário, essas áreas precisam ser preservadas. E a todo projeto de lei que passa por aqui com certeza nós vamos estar atentos, para que essas áreas continuem sendo preservadas.

Então, é importante nós vermos esses dados, para esclarecer muitas coisas, principalmente com relação à nossa preocupação com preservar as nossas reservas e as nossas florestas. A Amazônia está totalmente preservada no PL 510, no 2.633, principalmente no Código Florestal brasileiro. A preservação da Amazônia está garantida. Quanto a isso não há discussão. Não há nenhum interesse, não está em discussão essa questão de não preservação da Amazônia. Muito pelo contrário, a discussão está em preservar as nossas florestas, as nossas reservas, principalmente a nossa Amazônia, a Amazônia brasileira, pulmão do mundo.

Passo a palavra agora ao Mário Moacir de Almeida. Ele é Superintendente Regional em Rondônia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o nosso Incra. Com a palavra o Mário Moacir de Almeida.

O SR. MÁRIO MOACIR DE ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Acir. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia. Ouvimos sim.

O SR. MÁRIO MOACIR DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Acir.

Bom dia a todos os Senadores; ao nosso Secretário Especial de Assuntos Fundiários, o Dr. Nabhan Garcia; ao Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, o Dr. Giuseppe Vieira, que representa o nosso Presidente Geraldo Melo Filho; ao Edson Afonso, representante da Faperon, e estendo os cumprimentos ao Presidente Hélio Dias; e aos demais presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não querendo ser redundante, o nosso Diretor Giuseppe já fez um apanhado das dificuldades, principalmente no que chama de entrave em algumas soluções de documentos aqui do Estado de Rondônia. São exatamente os famosos CAPPs, CPCVs e títulos definitivos de domínio emitidos a *(Falha no áudio.)*...

Então o nosso entrave, praticamente, é este: a análise das condições resolutivas de cada título; a forma de transferência dessas áreas que faz exatamente esses pedidos de regularização ficarem, na maioria das vezes, prejudicados, provocando, inclusive, alguns cancelamentos desses documentos; e alguns documentos também dessas áreas, Senador, que geram também os conflitos agrários.

Com essa nova tecnologia que foi implementada através da Plataforma de Governança Territorial, que vem pegando também já toda expertise do Sigef Titulação, nós já conseguimos avançar não naquilo que a gente deseja ou desejava, mas conseguimos avançar no Estado de Rondônia.

O Diretor Giuseppe ofereceu alguns números, e eu vou exatamente para 2022. No primeiro trimestre, de janeiro a março, a gente já conseguiu emitir aqui, entre documentos definitivos e provisórios, mais de 1,4 mil documentos, sendo eles praticamente 240 títulos definitivos.

Nós temos uma demanda de processos advindos do Terra Legal, e estamos ainda buscando parcerias para que todos esses processos possam ser digitalizados e inseridos na plataforma. Então, Edson, nós estamos nos comprometendo em trazer o apoio de Brasília para cá, para que a gente possa fazer uma grande ação da PGT no Estado de Rondônia, para que a gente possa realmente fazer com que esses produtores que tanto almejam a documentação da sua terra, principalmente esses de que você falou advindos do Terra Legal, possam fazer o processo diretamente pela Plataforma de Governança Territorial, facilitando assim a emissão do seu documento titulatório.

Então, esse é um compromisso nosso que vamos efetivar em 2022, para que a gente acelere ainda mais a documentação desses nossos produtores que tanto a almejam.

Nós firmamos parceria com o Instituto Federal de Rondônia, no final do ano passado, para fazer georreferenciamento, Cadastro Ambiental Rural, supervisão ocupacional em 63 projetos de assentamentos do Estado de Rondônia e em seis glebas públicas federais, somando um montante de 22,8 milhões. Então, estamos buscando esse georreferenciamento, para que a gente possa titular. Não podemos titular áreas, principalmente de assentamentos, onde não há georreferenciamento, principalmente do perímetro. Então, essa parceria, através de TED, com o instituto federal vai fazer com a gente avance bastante tanto em assentamentos como em glebas públicas.

Com o Titula Brasil, conseguimos implementar no Estado de Rondônia... Dos 52 municípios, 36 aderiram de forma espontânea ao programa. Estamos tentando conscientizar os demais Prefeitos para que façam essa adesão. Sabemos nós das dificuldades de cada município na questão de pessoal, na questão tecnológica para que esse programa possa ser implementado, mas já conseguimos avançar com 36 municípios, fazendo, ano passado, cinco capacitações gerais no Estado de Rondônia.

Temos também uma parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia, que nos cedeu 30 profissionais para que a gente possa fazer as análises dos processos tanto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária como de projetos de assentamento. Isso também tem feito que a gente avance na questão da análise processual.

Nós temos aqui no Estado, principalmente – o Edson fez um belo trabalho, uma bela apresentação –, nos indeferimentos dos processos que vêm na plataforma Sigef Titulação, a ausência de Cadastro Ambiental Rural. Então, a gente tem tentado conscientizar os produtores para que não deixem de fazer o Cadastro Ambiental Rural. Esse é um impedimento e um indeferimento no prosseguimento do processo. Então, o que nós vemos no Estado de Rondônia é ausência do Cadastro Ambiental Rural nesses requerimentos de propriedades, principalmente as que estão no Sigef Titulação. É uma coisa simples que está causando indeferimentos, fora áreas do SPU, que você também citou, principalmente na Gleba Terra Firme. Já estamos conversando com o Superintendente João, da SPU, sobre essas questões e outras mais de que você é conhecedor, para que a gente possa também tentar resolver essas questões da SPU. Há também muitos indeferimentos por áreas que estão em áreas de pretensão da Funai. Então, nós temos vários fatores que fazem com que alguns processos sejam indeferidos.

Mas, dentro da política pública que o Mapa vem trazendo através do Incra, da tecnologia que está sendo desenvolvida, nós esperamos ter êxito para que realmente destrave essa questão com a mudança, como foi proposta, da legislação, que possa flexibilizar a análise das questões resolutivas, que possa dar facilidade ao produtor que está lá necessitando desse tão sonhado título de domínio.

Então, através das nossas parcerias, através da nossa tecnologia, a Superintendência de Rondônia está buscando, dentro da medida do possível, apesar de tantas aposentadorias do nosso quadro técnico, que está ficando já em ponto de descanso, nós ficamos um pouco desfalcados, o Governo Federal está buscando condições para repor esse nosso quadro para que a gente possa, cada vez mais, avançar nessa questão de regularização fundiária tanto em glebas como em assentamento.

Eu estou sempre à disposição aqui no Estado de Rondônia, na Superintendência do Incra, para qualquer esclarecimento. Quero apenas dizer que estamos trabalhando de forma incansável. Quero aqui parabenizar todo o corpo técnico do Incra de Rondônia, que está aqui realmente vestindo a camisa para que a nossa reforma agrária possa ser efetivada. Dentro de todas as dificuldades, nós ainda temos um ponto positivo, que é o avanço. Estamos avançando, talvez não na velocidade desejada, mas estamos avançando de uma forma que possamos mostrar resultados, e podemos, com certeza, melhorar muito mais daqui para frente. Estou sempre à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Mário, pelas suas colocações.

Essa questão de regularização fundiária não é uma ação de governo, é uma ação de Estado. Eu estou aqui já há alguns anos, no nosso segundo mandato, e estamos sempre debatendo esse tema. Já passamos pelo momento do Terra Legal, agora do Titula Brasil. Sempre nós estamos apoiando todas as ações governamentais, fazendo parcerias.

Dr. Nabhan, eu lembro que nós o recebemos em Ji-Paraná num grande encontro com os nossos agricultores. V. Sa. sabe muito bem o que acontece na Amazônia, tem um conhecimento muito profundo com relação ao que acontece nas áreas que precisam de regularização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui estamos falando de Rondônia, mas é uma questão da Amazônia e do Brasil também. Não é só na Amazônia que nós precisamos de regularização fundiária. Vários estados, vários municípios brasileiros sofrem com a falta de regularização fundiária.

Dr. Nabhan, eu peço a você, se puder, para fazer algum destaque com relação a esse PL 510 ou ao PL 2.633, sobre qual a sua importância para a regularização fundiária ou se, de repente, não precisa. Há tese de que não precisa melhorar a legislação para nós fazermos a regularização. Qual é a sua visão com relação a isso, Dr. Nabhan? (*Pausa.*)

O seu microfone está fechado, Nabhan. (*Pausa.*)

Agora sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Por videoconferência.*) – Está ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Acir, essa regularização fundiária tem dois objetivos primordiais. Primeiro, cumprir o aspecto social. E esse aspecto social vai direto fazer jus àquilo que essas pessoas que foram para o Norte do Brasil, para todos esses estados... Aí, contrariando o que o Giuseppe colocou no início, quando ele disse que essas famílias foram lá para Amazônia Legal para ocupar – ele usou o termo "ocupar" –, eu quero aqui fazer uma correção: essas famílias, que foram há 40, 50, 60 anos, colonizaram o Norte do Brasil, elas foram colonizar. E essas pessoas hoje vivem numa insegurança social muito grande.

Onde há insegurança social, há insegurança econômica, há desemprego, há subdesenvolvimento, enfim. Então, nós precisamos fazer um contraste. As legislações que estão aí no Congresso, o PL 510 e o PL 2.633, precisam facilitar essa questão do marco temporal, porque há herdeiros, há sucessores que chegaram em determinado tempo e precisam ser beneficiados com essa questão do marco temporal, que precisa ser um pouco mais ajustado.

Nós precisamos criar um mecanismo, Senador... Nós que somos um pouco mais maduros, digamos assim, sabemos o que a burocracia faz com um país, e a burocracia, nesses últimos 40, 50, 60 anos, talvez até mais, talvez desde quando Cabral chegou aqui, tem prejudicado muito o desenvolvimento do nosso país. Então, nós precisamos ter uma legislação que realmente seja eficaz.

Aqui eu tenho que concordar que o Incra às vezes enfrenta muitas dessas situações por conta de burocracias e de entraves, e nós temos o dever de fazer tudo aquilo que a lei determina, mas nós precisamos criar uma legislação, ao contrário do que alguns Parlamentares pregam, criando mais burocracia e dificuldade, que vá ao encontro da necessidade de regularizar. Por quê? O outro ponto que eu citei é justamente este: a preservação ambiental, haja vista que nós temos uma lei para a Amazônia Legal que é um verdadeiro absurdo, é um confisco, é um verdadeiro confisco. Dizer que o cidadão, o produtor, tem que manter 80% de reserva legal...

E o Edson Afonso, que está aqui, que foi lá para Rondônia – há quantos anos, há quantas décadas, Edson? –, sabe que existe uma lei que determinava, anteriormente, que era 50%, que é uma coisa até razoável, porque nas demais regiões do país, em todas as demais regiões do país, você tem que manter 20% e, em alguns países aí fora, que vivem criticando o Brasil, Senador, sequer legislação ou exigência de reserva legal existe. Aqui no Brasil há.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Se você me permitir, Nabhan...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Por videoconferência.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... já o interrompendo, eu só quero fazer uma lembrança com relação àquelas famílias que foram para a Amazônia Leal e para Rondônia nas décadas de 70 e 80: eles eram obrigados a desmatar 100% de sua área.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Se eles não desmatassem a sua área, perderiam a sua terra. Então, é só para fazer esse registro. Os 50% foram depois disso. É só para a gente lembrar que, como houve uma mudança na história do Brasil, e tudo isso é importante, nós temos que fazer também as mudanças com relação às leis para a regularização.

O tratamento da terra em 1970 ou em 1980 era um, hoje é completamente diferente. Nós aumentamos a produtividade, nós levamos tecnologia ao campo, mas essas famílias não conseguiram fazer essa evolução exatamente porque não têm o título de sua terra, não têm condições de ter acesso a programas de governo, a créditos rurais e tudo mais, voltando, então, a quando era exigido – não permitido, mas exigido – que fizessem a transformação da sua área em 100%, a essa época.

Obrigado, Nabhan.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (*Por videoconferência.*) – Excelente a sua intervenção, Senador Acir! É exatamente isso. Aliás, até se você não desmatasse, você não tinha acesso a nenhum tipo de recurso, a linhas de fomento. Você não conseguia fazer nenhum financiamento para investimento, para custeio, se você não desmatasse. Então, olha a situação que a gente vive. E hoje o cidadão tem que ter 80% de reserva. E é aquilo que o representante da CNA bem disse aí: a Amazônia Legal está com 84% preservada. Nós estamos discutindo regularização fundiária em parte dos 16% que estão abertos. Então, nós precisamos...

Aqui eu faço um apelo ao bom senso de V. Exa., Senador Acir, na sua, inclusive, liderança reconhecida, para que a gente pegue firme nesse PL 510 e, lá na Câmara, no PL 2.633 para que a gente crie uma legislação que realmente vá ao encontro da necessidade, do anseio... Quando você está regularizando, você está identificando, você está combatendo, primeiro, o cartel das drogas; nós estamos regularizando também o cartel dos grileiros, da grilagem de terra; nós estamos combatendo todas as criminalidades que existem na Amazônia: o desmatamento ilegal, a extração de madeira ilegal. Quando você regulariza, você identifica. Isso aí é igual... Eu faço a seguinte comparação: hoje o produtor que está lá há décadas e não tem o seu título é igual a um carro sem placa: como é que ele vai ser autuado, como é que ele vai ser sofrer sanção, se ele comete um crime, sem a placa, sem a identificação? É o que acontece hoje com o produtor. Esse produtor tem CPF, tem RG, tem endereço, mas, infelizmente, ele quer se legalizar e os entraves da burocracia o impedem, os entraves da Oposição, porque, infelizmente – aqui eu vou dizer, Senador –, nós temos uma Oposição que trabalha 24 horas para criar dificuldade.

Olha, nós estamos aí há três anos e quatro meses de Governo. Desde o primeiro dia em que nós assumimos o Governo, a gente vem tentando aprovar uma legislação, que, infelizmente, não foi aprovada, e fica esse vai não vai, esse vai não vai. Da parte do Governo, nós fizemos a nossa parte, nós editamos uma medida provisória; infelizmente, foi rejeitada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, faço um apelo aqui não só a V. Exa., como a todos os Senadores, ao Senado Federal e à Câmara federal, ao Presidente Arthur Lira: vamos votar uma legislação com a urgência que se faz necessária, mas sem essas burocracias, sem esses entraves. Vamos regularizar o Brasil! É disso que nós precisamos, Senador.

Estamos à inteira disposição. O Governo Federal está inteiro à disposição para qualquer debate. Nós precisamos regularizar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Nabhan.

De fato, nós aqui na Comissão somos a maioria absoluta a favor da regularização fundiária, a favor da modernização das leis e a favor também do cuidado com o meio ambiente. Regularizar os nossos agricultores é cuidar do meio ambiente, sem sombra de dúvida. Não há como avançarmos no aumento da produtividade, no aumento da melhoria da renda do agricultor, no cuidado com o meio ambiente se não houver a regularização fundiária. É uma questão também de cidadania para os brasileiros que estão trabalhando nas suas áreas há muitos e muitos anos. Não estamos falando de grileiros, não. Essas pessoas não são grileiras. Como o senhor muito bem colocou, são colonizadores, deixaram as suas terras, há muitos anos, e foram para o nosso Estado de Rondônia desbravar aquele estado, tanto que hoje Rondônia é o quinto exportador de carne do Brasil, é um dos maiores produtores de café do país, tem a maior produção de peixe em cativeiro do país, crescendo, e crescendo na produção de grãos também.

Então, imagine se nós conseguirmos regularizar os nossos agricultores? Eles vão ter acesso a toda tecnologia que está à disposição do mundo inteiro. Essas pessoas precisam desse apoio, e nós aqui estamos há muito tempo fazendo esse trabalho de apoio à regularização fundiária, com responsabilidade ambiental, como tem que ser. E ninguém mais do que o agricultor sabe que ele deve cuidar das suas reservas, das suas florestas, das beiras de rios, das nascentes das suas águas; sem elas não há como produzir.

O agricultor sabe, mais do que ninguém, da responsabilidade ambiental, diferentemente, às vezes, de quem mora nas cidades, em que não há uma atenção com o esgotamento sanitário, não há uma atenção com a coleta de lixo, a reciclagem do lixo, etc. e tal... Diferentemente do que acontece nas cidades, o agricultor sabe muito bem cuidar do meio ambiente.

Nós temos aqui algumas perguntas dos nossos internautas que eu passo a ler.

Asaph Scheidt, de Santa Catarina, diz o seguinte, pergunta: "Quais os principais problemas no setor produtivo da Amazônia Legal?"

Olha, é exatamente isto que nós falamos: a falta de regularização. Isso impede que o agricultor tenha acesso às tecnologias através de financiamentos e programas governamentais.

Ana Paula, de Minas Gerais: "Como serão restaurados os setores produtivos da Amazônia Legal, que sofrem cada vez mais com o desmatamento?"

Ana Paula, o desmatamento ilegal é uma questão de polícia. E a restauração... Nós estamos falando já há algum tempo com relação às áreas degradadas. Se nós aprovarmos um projeto de minha autoria, que está tramitando aqui no Senado, para recuperar as áreas degradadas, nós poderíamos dobrar a produção de alimentos na Amazônia sem desmatar uma árvore, com zero de queimada, sem produzir nenhuma queimada. Então, o grande desafio é exatamente a regularização fundiária.

Thiago, do Mato Grosso: "Como incentivar a produção e a preservação na Amazônia?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegamos ao mesmo ponto, Thiago: regularização fundiária, entregar o documento da área para o seu proprietário. A partir daí, ele vai ter uma preocupação maior de preservar a Amazônia, preservar as suas florestas e as suas reservas e, automaticamente, terá o incentivo para aumentar a sua produtividade.

Juliane de Jesus, de São Paulo: "Como funciona atualmente a cadeia do setor produtivo da Amazônia Legal?"

A cadeia produtiva é formada pela agricultura familiar, principalmente no Estado de Rondônia. A agricultura familiar é que atua e tem a sua produção.

Eloisa Helena, do Rio de Janeiro: "Qual é a maior dificuldade de regularização da área produtiva na Amazônia?"

Eloisa, a grande dificuldade é exatamente a legislação. Nós temos que modernizar a legislação, desburocratizar, para que a gente possa levar o título definitivo para essas famílias – famílias que já estão, há muitos anos, nas suas áreas.

Lizandra Souza, da Bahia: "Como conciliar a produção na Amazônia com a proteção ambiental, bem como a proteção às comunidades que ali vivem?"

Você fala no final aqui uma coisa muito importante: "a proteção às comunidades que ali vivem".

Eu sempre coloco que, José Henrique, para nós cuidarmos da Amazônia, nós temos que cuidar das pessoas que moram na Amazônia. São essas pessoas que vão cuidar da preservação, vão manter a produção com cuidado ambiental. Por isso, todas essas perguntas e todas as colocações aqui são importantíssimas, e todas nos remetem à regularização fundiária. Só através da regularização, nós vamos aumentar a preservação da Amazônia e vamos aumentar também a produtividade, a produção e a renda dos nossos agricultores, que é o grande desafio de todos nós; e também vamos fazer com que o homem do campo fique no campo, não venha para a cidade, mas para isso tem que ter o conforto no campo, que todos nós temos nas cidades. É importante levar a internet, levar estrada. E isso só acontece com o desenvolvimento. E o desenvolvimento no campo, porteira adentro, acontece antes das ações governamentais. Para isso, a regularização é fundamental, porque os agricultores terão acesso a créditos bancários, a programas de governo para levar essa tecnologia ao campo, aumentar a produtividade e, aí sim, o Estado chegar com estradas, asfaltos, tecnologia, internet, etc., etc.

Eu continuo aqui o nosso debate, agora para as suas considerações finais.

Dr. Nabhan, começo com V. Sa., agradecendo a sua presença mais uma vez e pedindo a atenção de todo o Governo – V. Sa. tem um trabalho grandioso à frente da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério e também do Incra. Vamos trabalhar mais forte, não sei se isso é possível, não pela vontade individual de cada um, não pela vontade coletiva do Incra, do Ministério, mas vamos nos unir, nos juntar para promover rapidamente a regularização fundiária. Eu sei que é um pensamento de todos com quem nós conversamos aqui e também daqueles com quem nós não conversamos, mas que fazem parte de todo esse grupo, tanto aqui no Parlamento quanto nos estados, bem como as prefeituras, a equipe do Incra, a equipe do Ministério da Agricultura.

Dr. Nabhan, para as suas considerações finais. Agradeço, mais uma vez, a sua presença junto conosco. (*Pausa.*)

O seu microfone está fechado, Nabhan.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Acir, o Governo Federal... Quando assumimos o Governo, dia 1º de janeiro de 2019, foi a recomendação que o Presidente Bolsonaro nos deu, inclusive criou essa Secretaria Especial de Assuntos Fundiários justamente para isto: para cobrar ali dessa autarquia chamada Incra que realmente promova uma regularização fundiária de verdade.

Eu, às vezes, sou tido até como chato ou muito intransigente e exigente quando eu me dirijo ao Incra, cobrando da Presidência e do Superintendente que realmente façam essa regularização fundiária a contento, entregando títulos de propriedade. É um caminho burocrático, como eu já disse. Nós, infelizmente, enfrentamos essa burocracia, mas nós temos números que mostram que, realmente, a entrega de títulos de propriedade está muito reduzida em função de documentos titulatórios, que caminham para uma titulação. O cidadão só é proprietário daquilo quando ele tem o título definitivo. Aí ele vai procurar o cartório de registro de imóveis para ser beneficiado com aquilo que realmente lhe dá o título de proprietário, que é a matrícula, a escritura com a devida matrícula no cartório de registro de imóveis. Então é um processo longo. Eu venho cobrando constantemente o Incra. Eu cobro, todos os dias, de todas as unidades do Incra e da Presidência do Incra que a gente caminhe com uma velocidade maior, para que, realmente, as pessoas recebam o título definitivo, para que tenham a sua matrícula. Aí, sim, elas serão chamadas verdadeiramente de proprietárias de suas terras.

Desse modo, conte o Senado Federal com todo o apoio do Governo Federal no sentido de nós trabalharmos juntos, impulsionando essa regularização fundiária. Sem regularização fundiária, o país não caminha. O agro tem sido a âncora do desenvolvimento social e econômico do país. E, para esse agro ter um avanço muito maior, colaborando com o desenvolvimento social e econômico do país, ele precisa que os produtores rurais tenham segurança jurídica, segurança social e segurança econômica. E eles vão conseguir isso apenas com seu título de domínio e com sua matrícula, sendo considerados proprietários de terra.

Muito obrigado pela oportunidade. Aproveito para dizer que eu preciso me ausentar, mas foi uma oportunidade rara. Foi importantíssimo nós promovermos este debate.

Senador Acir, o senhor está de parabéns. O senhor participou da audiência pública que nós do Governo Federal realizamos em Ji-Paraná. Foi grandiosa a sua participação ali. Mais uma vez, muito obrigado pelo seu trabalho.

Um abraço a todos aí!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Nabhan, pela sua participação, pelas suas colocações. Continuemos, assim, a nossa luta pela regularização fundiária!

Cumprimentando o Edson, peço que também transmita o nosso abraço ao Hélio, nosso Presidente da Faperon.

Eu lhe passo a palavra para as suas considerações ou alguma colocação que queira fazer, Edson.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, primeiramente, quero parabenizar o senhor pela convocação desta audiência pública. Mais uma vez, nos dá a oportunidade, principalmente a mim como produtor rural, de expor as dificuldades que estamos tendo desde a década de 70.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muitas as ações a serem feitas não só pela Seaf, como também pelo Incra, pelo Mapa, pelo Governo Federal. Mas também nós produtores rurais temos que nos incorporar a essas ações, juntamente com os Parlamentares, para que possamos realmente ter a regularização fundiária de fato e, principalmente, para que, com a alteração dessa lei, nos tragam uma legislação para atender à nossa realidade, como o Sr. Nabhan disse e como o próprio Sr. Senador Acir disse.

Lembro que nós temos, na Amazônia Legal, como o Presidente Geraldo Melo sempre diz em suas audiências, o pior IDH do país. Isso se deve à falta da regularização fundiária. Relembrando: à parte ambiental, a regulação fundiária, repito, é essencial para se coibirem os atos ilegais da parte ambiental.

Por último, a gente pediria, Senador, vamos nós, como produtores rurais – e vamos invocar os demais estados através da CNA, das outras entidades –, aos Senadores que fazem parte dessas duas Comissões, porque a gente precisa que esse relatório seja votado, que seja aprovado em ambas as Casas, no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, porque ele realmente destrava todo um processo e vai fazer com que essa plataforma do Incra possa existir.

Por último, quero parabenizar muito o senhor e o Incra. Nós somos parceiros. Nós produtores rurais queremos ajudar, precisamos das inovações, precisamos da mudança da tabela de Rondônia para que não provoque problemas financeiros aos produtores. Mas parabéns ao senhor, Senador, mais uma vez, pelas tratativas. Como o Sr. Nabhan disse, ali em Ji-Paraná, naquele evento, ficou muito clara a necessidade de trabalharmos unidos nisso. E a Federação da Agricultura está sempre à disposição, mais uma vez, agradecendo a possibilidade de produtores rurais estarem falando aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Edson.

Nós continuaremos os nossos trabalhos e os nossos esforços para que essa regularização aconteça. Vamos continuar acompanhando e fazendo essa parceria com os produtores e com o Governo, da parte do Executivo também.

Mário Moacir de Almeida, do Incra de Rondônia, V. Sa. tem a palavra para as suas considerações finais. Muito obrigado pela sua presença conosco. Um abraço ao Dr. Geraldo, Presidente Nacional do Incra, que tem feito um trabalho importante à frente do Incra, nessa modernização do Incra, principalmente com relação à regularização fundiária.

O SR. MÁRIO MOACIR DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Venho aqui agradecer, Senador Acir, pela iniciativa do senhor para esta audiência e parabenizar todos os participantes pelo belo debate, bem amplo, que é a regularização fundiária na Amazônia, especialmente no Estado de Rondônia, parabenizar o Presidente do Incra, o Secretário Nabhan, diretores do Incra, em especial Giuseppe, que está aqui participando. E nos colocamos à disposição para tratar desses assuntos aqui do nosso estado.

Então, agradeço o convite para participação. Estaremos sempre aqui na SR-17/RO, à disposição de todos para que a gente possa ampliar o nosso debate.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Mário Moacir.

Passo a palavra agora a Giuseppe Vieira, do Incra, para as suas considerações finais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GIUSEPPE VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, Senador Acir, mais uma vez, agradeço o convite realizado para que a instituição estivesse aqui presente. E, como já foi falado, quero saudar também e elogiar a apresentação que foi feita tanto pelo pessoal da CNA como pelo Edson da Faperon, com debates técnicos muito qualificados. E, nessa ocasião, também já nos colocamos também à disposição dessas instituições, tanto da CNA como da sociedade como um todo, da Federação dos Produtores Rurais. Quero dizer que o Incra está sempre à disposição para discutir o que tiver na nossa alçada, não é? O Edson trouxe algumas abordagens de questões que a gente pode tratar em nível interno, em atos normativos, e a gente está sempre à disposição para discutir, assim como, obviamente, para todo o Legislativo, em especial para esta Casa, para o Senado Federal, a Presidência do Incra, toda a estrutura do Incra está à disposição para contribuir nas discussões dos atos legislativos que tratam sobre o serviço que a gente executa. A gente, na qualidade de executor, tem também as nossas avaliações sobre o que pode ajudar, o que não pode, então, estamos à disposição para disponibilizar essa avaliação, discuti-la conjuntamente no ambiente necessário, o.k.?

Bom, mais uma vez, elogio a iniciativa de estar promovendo esta audiência, do Senador Acir e de todos os componentes aí da Casa, e agradeço esse convite. O convite é a prova do reconhecimento do que a nossa instituição vem fazendo, sob a orientação da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, do Nabhan Garcia, como ele muito bem falou, do Ministério da Agricultura e do Presidente da República, Jair Bolsonaro, que colocou como propósito institucional promover o que é o seu papel, um ordenamento fundiário no nosso país, e para isso nós estamos aqui trabalhando arduamente. E, obviamente, sempre que a gente pode trazer modernização à legislação, para conseguir acelerar ainda mais esse processo de ordenamento territorial, ordenamento fundiário, a gente fica sempre satisfeito e esperançoso de cumprir o nosso papel para com a sociedade, dentro do que se prevê na legislação, de forma ainda mais célere e ampliando o alcance de atendimento, porque, quanto mais a gente consegue deixar o nosso público satisfeito, seja ele o pequeno, médio ou grande produtor rural, enfim, produtor rural, independentemente do seu tamanho, no que for atendido pela legislação, o nosso intuito é esse, de, com celeridade, com eficiência, com qualidade no trabalho e com o uso avançado de tecnologia... A gente já está... Recentemente, com o que está disponível hoje na legislação e fazendo uso da tecnologia, a gente já consegue perceber uma mudança nos resultados na emissão de documentos de titulação.

Só para citar um exemplo, recentemente eu comentei aqui, numa reunião da Presidência do Incra, que alguns produtores do Estado do Pará, onde eu trabalhei por muitos anos, e com algumas pessoas eu ainda tenho algum contato, algum vínculo, ao darem entrada na Plataforma de Governança Territorial com o seu pedido de titulação, de uma forma bem célere esses produtores receberam uma notificação em seu *e-mail*. No *e-mail* que eles mesmos cadastraram, eles receberam uma notificação em questão de dias de quando eles entraram com o requerimento, e aquilo espantou essa pessoa, essa produtora – é uma mulher inclusive –, e ela tirou um *print* e mandou para o meu WhatsApp. Eu aí eu questionei se ela estava preocupada com alguma coisa, porque ela recebeu uma notificação de que a certidão de ocupação dela havia sido emitida já.

Então, pouco tempo depois, já nesta semana, na segunda-feira, esta semana, eu recebi às 8h26 da manhã uma mensagem dela com um novo *print* do celular informando que tinha recebido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mensagem de que o título havia sido assinado. Aí eu reporteí ao Presidente do Incra, e o Presidente comentou: "Olha, não tem nem dez minutos que eu assinei esse título". Então, é uma demonstração... Nessa situação, a área requerida era abaixo de quatro módulos, conforme prevê a legislação, então teve toda a análise feita de forma automatizada, como foi apresentado aqui tanto pelo Edson da Faperon como pelo colega da CNA, com o uso de tecnologia e com o cruzamento das bases. Como não havia nenhum impedimento legal, essa pessoa já vai ter aí o seu título sendo disponibilizado de forma bem célere. Então, é o que a gente espera enquanto serviço público, a gente espera justamente isso para fornecer ao público em geral que busca o nosso serviço.

Muito obrigado pela oportunidade e estamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Giuseppe. Nós continuaremos aqui acompanhando todos os trabalhos do Incra com relação à regularização fundiária.

Para suas considerações, José Henrique Pereira, da CNA.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PEREIRA (Para expor.) – Gostaria primeiramente de agradecer o convite do Senador Acir Gurgacz em nome do Presidente da CNA, Dr. João Martins, parabenizá-lo por mais essa audiência pública. Eu já tive oportunidade de participar de mais uma audiência pública muito enriquecedora, todas as apresentações, as discussões, e só deixar uma mensagem final, conforme a nossa telespectadora enviou a pergunta aí, de como é que a gente pode aliar a regularização fundiária e a regularização ambiental.

Primeiramente, é ter um marco temporal, aprovar a legislação em que a gente se baseia, que é o relatório do PL 510, de 2021, do Senador Carlos Fávaro, colocá-lo em discussão, e a gente conseguir introduzir os produtores da Região Amazônica no setor produtivo com a introdução de tecnologias, verticalizar a produção, e que eles possam passar, que eles possam ter a possibilidade de exportar também sua produção, a gente tem países ali que fazem fronteira, Colômbia, Peru, Bolívia. Então, que eles possam... Apesar de eles terem que preservar 80% da área, de acordo com o Código Florestal – até vai fazer, agora em maio, dez anos da implementação da lei –, eles podem usar 20% da área. Essa área dá para ele usar bem, dá para ele aumentar a sua produtividade com essa introdução de tecnologia de baixa emissão de carbono.

Então, essa seria a mensagem final nossa da importância da regularização fundiária e de se aprovar um novo marco para o produtor ter acesso a essa tecnologia, à plataforma de Governo – ele já tem acesso, mas que ele possa ter esses dados em uma plataforma transparente em que ele possa acessar seu cadastro, ele possa visualizar suas informações. Tudo isso é muito importante para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, José Henrique Pereira, pela sua participação conosco.

Lembramos que hoje é o Dia do Jornalista. Minha saudação a todos os jornalistas brasileiros que fazem o trabalho importantíssimo de levar a informação para a população brasileira, fortalecendo, assim, a nossa democracia. Meus cumprimentos a todos os jornalistas. Na pessoa do jornalista Carlos Sperança, lá de Porto Velho, eu saúdo a todos os jornalistas brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui um requerimento para ser votado.

**2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, DE
2022**

Requeiro, nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da CF, Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a utilização de remineralizadores como alternativa de manejo e uso de solos, com a presença dos seguintes convidados/ representantes:

- *Chefe da Embrapa Cerrado – Sr. Sebastião Pedro da Silva Neto;*
- *Sr. Rogério Vian - Presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável - GAAS;*
- *Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; e*
- *Professor Antônio Alexandre Bizão.*

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

É um tema importantíssimo sempre, mas, neste momento, com relação ao que acontece na guerra da Ucrânia com a Rússia, nós estamos com possíveis dificuldades de fertilizantes. Então, esse tema é importante.

O requerimento está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A princípio, nós teremos essa audiência pública no dia 28 de abril para debatermos esse tema.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos nossos convidados, Luiz Antônio Nabhan Garcia, Giuseppe Vieira, José Henrique Pereira, Mário Moacir de Almeida e Edson Afonso Rodrigues, e também aos Senadores e Senadoras que participaram desta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Carlos Viana, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Marcelo Castro e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 2866/2021/CNDH, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, encaminhando a Recomendação nº 42, de 2 de novembro de 2021, para que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) cumpra o papel constitucional que lhe foi atribuído por meio da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, com a instalação imediata do Conselho Editorial e a reinstalação do Conselho Curador. O expediente lido será disponibilizado na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao SERVIR - Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Januária, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul - Adicops para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 181, de 2009 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Bem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Carlos Portinho. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Rose de Freitas. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 2, de 2022**, que: "Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PL 5691/2019, que "institui a Política Nacional de Inteligência Artificial", proposta pelo Requerimento nº 79/2019-CCT." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 3, de 2022**, que: "Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PLS 437/2018, proposta pelo REQ 55/2019-CCT, aditado pelo REQ 69/2019, e pelo REQ 71/2019." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 6, de 2022**, que: "Requer a inclusão da Senhora Juliana Bierrenbach, Advogada e integrante do International Association of Privacy Professionals, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022-CCT." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/24>

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Aprovação de ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senador Rogério, bem-vindo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente externo.

Ofício nº 2.866, de 2021, CNDH, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, encaminhando a Recomendação nº 42, de 2 de novembro de 2021, para que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) cumpra o papel constitucional que lhe foi atribuído por meio da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, com a instalação imediata do Conselho Editorial e a reinstalação do Conselho Curador.

O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros a fim de que a matéria seja analisada por esta Comissão, conforme Instrução Normativa, da Secretaria-Geral da Mesa, nº 12, de 2019.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou do *chat* da plataforma.

Pauta.

Informo que os itens de 1 a 8, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Passamos...

O Senador Izalci levantou a mão? Ou estou enganado? *(Pausa.)*

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é que estou na Comissão de Educação, mas eu tenho um item, o Decreto Legislativo 435. Se V. Exa. puder colocá-lo para que eu possa relatá-lo, eu agradeço; é porque eu ainda tenho dois projetos na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – V. Exa. pede inversão de pauta.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Senador Rogério. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O.k.

Aprovado.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul - Adicops para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia, Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, vou direto à análise do voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 435, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação, para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 5.865, de 20 de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2017, que deferiu a outorga ora analisada. Embora a portaria tenha sido editada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o ato a atribui ao antigo Ministério das Comunicações.

O voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 435, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul (Adicops) para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia, Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2019, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Lido o relatório do PDL 435, de 2019, coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.

Senador Izalci, como V. Exa. foi o Relator e está indo para outro compromisso, peço à sua assessoria que fique atenta, porque nós vamos votar em seguida à leitura dos outros projetos, em bloco, para que a gente possa ter o número necessário para aprovação.

O Senador Rogério pede a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir inversão de pauta para os itens 4, 9 e 10. O 9 e o 10 são dois requerimentos que demorarão menos de dois minutos para serem lidos. Portanto, eu pediria a V. Exa. inversão de pauta para o item 4, que é um parecer sobre uma emissora de rádio, e para os itens 9 e 10, que são dois requerimentos de audiências públicas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Coloco em votação o pedido de inversão de pauta do Senador Rogério.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Senador Plínio com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – É um pedido no mesmo sentido, Presidente, mas, como o Senador Rogério já pediu, não vai dar tempo para eu ficar para ler. Eu pediria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, porque eu tenho um compromisso ao meio-dia. Ai eu...

Tu lês *ad hoc* para mim?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu leio *ad hoc*.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Aí o Rogério lê *ad hoc* o meu, está bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O.k.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Combinado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai ser um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério, consulto V. Exa... Se é só a leitura, ele pode...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Rogério concordou, os Senadores e as Senadoras também.

Senador Plínio com a palavra.

É o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, DE 2009

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CCT.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – É rápido, é sobre rádio. Vamos lá!

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009 (nº 771, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão.

Preenchidos aqueles requisitos, Sr. Presidente, do relatório – historiando, falando quando é que chegou aqui, da nossa competência –, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 181, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eis aí o nosso voto, Presidente.

Obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Lido o relatório do PDS nº 181, de 2009, do Senador Plínio Valério como Relator, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação nominal. A votação será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.

Senador Plínio, como V. Exa. tem outro compromisso, peço a atenção de V. Exa. porque nós precisamos de 9 votos para aprovar as matérias nominais.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu fico de olho e voto na hora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Isso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É um pedido.

Senador Rogério, concedo-lhe a palavra para leitura do relatório do item 4, PDL 168, de 2019.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao senhor e a todos que pela TV Senado estão nos acompanhando.

Trata-se do projeto de decreto legislativo que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Estância, Estado de Sergipe.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação, para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 119, de 21 de fevereiro de 2014, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de renovação da outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 168, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Estância, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda:

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Lido o relatório do PDL 168, de 2019, relatado pelo Senador Rogério, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação nominal.

A votação será realizada em bloco, com abertura do painel eletrônico.

ITEM 9

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PL 5691/2019, que “institui a Política Nacional de Inteligência Artificial”, proposta pelo Requerimento nº 79/2019-CCT.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Pedido do Senador Rogério Carvalho. Concedo a palavra para leitura do requerimento, item 9, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Na verdade, eu requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência pública proposta pelo Requerimento 79, de 2019, da CCT, destinada a instruir o PL 5.691, de 2019, que institui a Política Nacional de Inteligência Artificial.

Considerando a evolução do tema, a partir da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, instituída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por meio de Portaria do gabinete 4.617, de 6 de abril de 2021, e com as sugestões de representantes de áreas interessadas no tema e de outros projetos em tramitação, consideramos a matéria pacificada e o relatório do projeto pronto para apresentação perante a Comissão.

O segundo requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) –





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PLS 437/2018, proposta pelo REQ 55/2019-CCT, aditado pelo REQ 69/2019, e pelo REQ 71/2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Senador, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Também requero, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa das audiências públicas propostas pelo Requerimento 55, de 2019 – CCT, aditado pelo Requerimento 69, de 2019, e pelo Requerimento 71, de 2019, destinadas a instruir o PLS 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular, contado da data, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências, para dispor sobre a competência de a agência avaliar a concessão de patente para produtos ou processos farmacêuticos.

Em função de reunião com áreas envolvidas no tema e com a evolução da legislação, consideramos desnecessária a realização de audiência e providenciaremos o encaminhamento do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Encerrada a leitura do Requerimento 2, de 2022, o item nº 9, e também do Requerimento 3, de 2022, item nº 10. *(Fora do microfone.)*

Encerrada a leitura, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

As Senadores e os Senadores que aprovam os Requerimentos nºs 9 e 10 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A votação é simbólica nos dois itens.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Daniella Ribeiro, minha eterna Líder, com a palavra. *(Pausa.)*

Senadora Daniella Ribeiro com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Presidente, eu queria só que colocasse... Estou no aeroporto. Se der para ser votado agora... É o requerimento de minha autoria que pede para votar a participação da Dra. Juliane Bierrenbach na audiência pública que vai discutir a questão da LGPD.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Consulto os Senadores e as Senadoras sobre se posso inverter a pauta para votar o Requerimento nº 6, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A Senadora Daniella Ribeiro com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Agradeço aos colegas.

Estou pedindo para que seja votado o.... Você entendeu, Sr. Presidente? Eu estou com dificuldade porque causa do som aqui. Peço aos meus colegas, a todos os colegas, para que na inversão de pauta seja votada a participação da Dra. Juliana Bierrenbach, que é especialista no tema... *(Falha no áudio.)*para que ela possa participar... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) –

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a inclusão da Senhora Juliana Bierrenbach, Advogada e integrante do International Association of Privacy Professionals, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022-CCT.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem usar a palavra, coloco em votação.

As Senadores e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Vejo aqui presente o Senador Rodrigo Cunha, já preparado para ler o seu relatório, o nosso Presidente da CCT.

É um prazer enorme ver o senhor remotamente.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Cunha.

Senador Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente Vanderlan, agradeço a V. Exa. por me passar a palavra para fazer a leitura do relatório e o parabenizo, também, pela condução desta Comissão, que tem já





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o DNA da sua eficiência para contribuir, para continuar contribuindo com os resultados positivos na área da ciência e da tecnologia no nosso país.

Então, Presidente, passo diretamente à leitura.

Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará.

Sr. Presidente, passarei diretamente para a análise, solicito a V. Exa., em busca da celeridade e eficiência para as demais votações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-me pronunciar-me também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha, o sinal...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. *Por videoconferência.*) – ... e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão... *(Falha no áudio.)* nº 9.612, de 1998... *(Falha no áudio.)* de 1998... *(Falha no áudio.)* ...dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, do nosso Regimento Interno.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sobre o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 161, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.489, de 2016, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações.

Indo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica... *(Falha no áudio.)* Decreto Legislativo nº 161, de 2019, com a seguinte emenda de redação:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Sr. Presidente, este é o relatório para o qual solicito a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Rodrigo Cunha, Presidente aqui da nossa Comissão, a CCT, acabou de ler o relatório do PDL nº 161, de 2019.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico, por se tratar de votação nominal.

Próximo item da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Carlos Viana.

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para leitura do relatório do item nº 6, ao Senador Carlos Viana.

Com a palavra, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência.*) – Senador Vanderlan, meu bom-dia a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Bom dia.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Como Relator. Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os Senadores e senadoras que nos acompanham e o meu abraço.

Também procurarei, como Rodrigo Cunha, ser breve para que a gente possa dar a maior rapidez possível à Comissão e dando os parabéns a todos.

Vamos diretamente aqui à análise do relatório que me foi incumbido.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, conforme preceitua uma série de artigos constitucionais.

As normas aplicáveis exigem a apresentação de uma vasta documentação a ser fornecida pela entidade interessada pela execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos. Nesse sentido, em que pese a confirmação pela pasta responsável da conformidade da habilitação e outorga da Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira, não foi possível identificar, nos autos do processo, alguns documentos previstos na regulamentação específica.

Nosso voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministério das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 670, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministério de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à concessão para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, de que trata o Projeto Decreto Legislativo nº 670, de 2019:

- Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e aprovado pelo Ministério Público;
- Instrumento jurídico firmado com a instituição de ensino superior que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico para a edição de programas voltados exclusivamente para a educação;
- Prova de nacionalidade de todos os dirigentes;
- Ato de nomeação ou eleição de dirigentes devidamente registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas;
- Declaração firmada pela direção de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade pretendida e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto Lei 236, de 1967;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;
- Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal, com sede da entidade ou outra equivalente;
- Prova de regularidade de recolhimento de recursos do Fundo de Fiscalização e Telecomunicação (Fistel);
- Certidões negativas civis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral, relativas aos dirigentes da entidade e certidões de protestos de títulos nos locais de residência dos últimos cinco anos e nos locais onde os dirigentes exerçam ou tenham exercido no mesmo período atividades econômicas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e também o requerimento para o qual peço votação para novas informações que sejam enviadas pelo Ministério das Comunicações.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Lido o relatório do PDL 373, de 2019, Relator: Senador Carlos Viana, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Sempre lembrando que essa votação é nominal, a votação será realizada em bloco com abertura do painel eletrônico.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao SERVIR - Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para o Senador Rogério Carvalho, *ad hoc*, relatar o PDL 164.

Com a palavra o Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Senador Presidente, Senador Vanderlan Cardoso.

É um projeto cuja Relatora é a Senadora Simone Tebet do qual estou tendo a honra de fazer a sua relatoria.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 164, que aprova o ato que renova a autorização outorgada ao (SERVIR) Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Eu vou direto, Sr. Presidente, à análise.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL também se encontra de acordo com as formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, também de 1998.

Diante do exposto, registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da Pasta responsável pela elaboração da Portaria nº





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

6.316, de 1º de dezembro de 2015, que renovou a outorga ora analisada. Embora o processo de renovação da outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministro das Comunicações.

O voto.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL, não evidenciamos violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada ao Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente (SERVIR), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Januária, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

"Substituir o art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2019, a denominação 'Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações' por 'Ministério das Comunicações'."

O voto e o parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Lido o relatório do PDL 164, de 2019, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação nominal.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Quero registrar a presença ilustre aqui do nosso Deputado por Goiás Major Vitor Hugo. Seja sempre bem-vindo a esta Comissão, Deputado.

Informo o pedido de retirada de pauta do item nº 7, do PDL 262, de 2021, relatado pelo Senador Carlos Portinho, a pedido dele; e do item nº 8, do PDL 671, de 2019, da Senadora Rose de Freitas.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Bem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 671, DE 2019

- Terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Em votação os projetos constantes dos itens de 1 a 6, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Nós estamos em processo de votação.

Senadora Rose de Freitas, Senador Chico Rodrigues, Senador Carlos Viana, Senador Styvenson Valentim, Senador Izalci Lucas, Senador Rodrigo Cunha, Senador Chico Rodrigues, Senador Wellington Fagundes, Senador Confúcio Moura, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Luis Carlos Heinze.

Esta Presidência comunica que estamos em processo de votação.

Senadora Rose de Freitas, Senador Angelo Coronel, Senador Jean Paul Prates, Senador Plínio Valério, Senador Paulo Rocha.

Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Cunha. *(Pausa.)*

Senadora Rose de Freitas, comunico a V. Exa., nossa Presidente da CMO, que estamos em processo de votação.

Caso a assessoria esteja ouvindo aí, Senadora Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

A votação... *(Pausa.)*

Senadores Rodrigo, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Angelo Coronel, nós estamos em processo de votação. *(Pausa.)*

A votação será encerrada. *(Pausa.)*

Votação encerrada.

Solicito à Secretaria que divulgue o resultado da votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Foram 9 votos SIM; nenhum, NÃO.

Aprovado.

A Comissão aprova por nove votos os projetos constantes dos itens 1 a 6, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar e agradecendo aqui aos membros desta Comissão, Itamar, Aguirre, Jader e Luciana, que trabalham e trabalharam muito bem para que fossem hoje pautados e aprovados diversos projetos nesta Comissão – parabéns! –, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Carlos Viana, Izalci Lucas, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o arquivamento dos seguintes expedientes lidos na 2ª Reunião realizada em 17 de março de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadora ou Senador membro desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019: Carta Aberta de cientistas e personalidades membros da Ordem Nacional de Mérito Científico, manifestando indignação e protesto em relação à exclusão arbitrária de cientistas; e Ofício nº 616/2020/SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAS/CCT/CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS, e com a Emenda nº 2-CAS. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS/CCT/CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS/CCT, e com a Emenda nº 2-CAS/CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 161, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2020 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aliança Educadora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Aliança, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2022**, que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços tecnológicos e inovações para a prevenção de desastres naturais, aplicados à defesa civil e sua estrutura logística, em áreas urbanas ou turísticas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 8, de 2022**, que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para a melhoria dos indicadores educacionais." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/07>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, solicito a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passo à leitura da comunicação de arquivamento.

A Presidência comunica o arquivamento dos seguidos experientes, lidos na 2ª Reunião, realizada em 17 de março de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadores membros desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019: carta aberta de cientistas e personalidades membros da Ordem Nacional de Mérito Científico, manifestando indignação e protesto em relação à exclusão arbitrária de cientistas; e Ofício nº 616, de 2020, SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Ressalto que esta reunião ocorre também de modo semipresencial, contando com a participação de Senadores de maneira virtual, e aqueles que quiserem se comunicar basta apenas levantar a mão também virtualmente.

Dessa forma, passaremos à apreciação da pauta.

Dando uma atenção especial ao Senador Styvenson, que está aqui presente, passaremos diretamente à leitura do item 4, que tem como Relator o Senador Styvenson Valentim, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do relatório do PDL 43, de 2020.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2020
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Aliança, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo, diretamente, à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nº 1.909, de 5 de abril.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Já o art. 25, inciso III, da Portaria nº 4.334, de 2015, prevê a inabilitação da entidade concorrente que estabelecer ou mantiver vínculo de qualquer natureza. De acordo com o § 3º do mesmo art. 25, e da Portaria nº 1.909, de 2018, a apresentação de disposições que explicitem a vinculação no estatuto social, na ata de fundação, de eleição, de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade constitui vício insanável.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Vice-Presidente da entidade, Sr. Marinaldo Perpétuo Briotto, teria sido eleito, em 2016, suplente de Vereador do Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo, o que caracterizaria a existência de vínculo, nos termos do art. 7º, inciso III, "a", 4, da Portaria nº 4.334, de 2015.

Assim sendo, necessário se faz encaminhar requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para dirimir a dúvida quanto à possível existência de vínculo de natureza político-partidária relativamente ao vice-presidente da entidade.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 43, de 2020, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Aliança, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2020:

- confirmação da existência de vínculo de natureza político-partidária entre a entidade interessada e seus dirigentes, notadamente, em relação ao Sr. Marinaldo Perpétuo Briotto, apontado como seu vice-presidente;
- existência de processos instaurados para apurar eventuais infrações cometidas pela outorgada, com indicação dos respectivos objetos, resultados e punições aplicadas; e
- estatuto social atualizado da entidade.

Então o voto é esse, Sr. Presidente, encaminhar esse pedido ao Ministério das Comunicações para ter esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim pela leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Solicito também ao Senador Styvenson, aqui presente, a gentileza de ser Relator *ad hoc* do próximo item, que é o Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

E, em busca da eficiência também, Senador Styvenson, V. Exa. que é muito participativo nesta e nas demais Comissões do Senado, também o Senador Izalci Lucas, nosso aniversariante do dia, solicito a V. Exa. e aqui corroboro para que, em seguida, também faça a leitura do relatório do Item 7.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Parece que tem a mesma natureza.

Mas vamos lá, para este outro relatório aqui.

Sr. Presidente, passei os olhos nesta próxima relatoria, passando pela análise e, como segue a mesma argumentação, o mesmo interesse e a mesma formalidade, eu posso antecipar, já dentro da análise, que, em relação a essa radiodifusora que estamos em comento agora, esse serviço de radiodifusão comunitária, que segue pelas mesmas disciplinas anteriores, vai ser feito dentro do voto o mesmo pedido.

Como não foi localizada, isso já lendo uma análise, nos autos do processo, a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essa lacuna.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 304, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado.

Por isso que eu disse que seguia o mesmo trâmite da relatoria anterior.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Alegre, no Estado do Ceará, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2019:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias.

Então, segue o mesmo pedido, nesse mesmo relatório, numa situação semelhante, sempre pessoas ligadas a alguma incapacidade ou a alguma impossibilidade legal de estarem gerenciando ou em chefia nessas áreas, Sr. Presidente. Então, mais um pedido de informação ao Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Perfeita a síntese, Senador Styvenson.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Dando sequência, o item 7 é o PDL 463, de 2019, que inicialmente tinha como Relator o Senador Izalci Lucas, mas agora passo a relatoria *ad hoc* a V. Exa.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, coincidência ou não, eu vou relatar *ad hoc* aqui mais um parecer que segue o mesmo pedido. Então, eu vou antecipar para o voto.

O voto, que já foi mencionado aqui, diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento, mais uma vez, ao Ministro de Estado das Comunicações pelo sobrestamento da tramitação do PDL 463, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf, que pede, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, para exercer serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

- confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva; e

- estatuto social atualizado da entidade.

Então, Sr. Presidente, os três relatórios que eu li, um meu e dois *ad hoc*, seguem os mesmos pedidos de informações ao Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão o relatório lido pelo Senador Styvenson Valentim, referente ao item 7. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada agora à Secretaria desta Comissão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, para uma questão de ordem.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Os itens 1 e 2 são de relatoria do companheiro de bancada Rogério Carvalho. Rogério está preso na reunião da Mesa, e, como há uma matéria importante que é de uma categoria importante que já vem reivindicando para nós a definição dessa aprovação, que são os radialistas, eu queria me colocar à disposição do Presidente para eu ser Relator *ad hoc*, pelo menos para a gente aproveitar a oportunidade de já ler o relatório e, quem sabe, depois ficar preparado para discussão e para ser votado. Parece-me que são terminativos, são? Não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Não. É não terminativo, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, os itens 1 e 2 eu poderia me colocar à disposição para relatoria *ad hoc*, já que eu tenho o relatório em mãos do companheiro e colega de bancada Relator titular, Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senador Paulo Rocha, inclusive esse projeto do item 1 é um projeto muito aguardado e esperado pelos radialistas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Acredito que, em busca da eficiência, nada mais justo do que darmos sequência para que esse projeto, de fato, avance aqui dentro desta Casa.

Então, sendo assim, já vamos ser diretos.

Passa-se à relatoria dos itens 1 e 2, *ad hoc*, para V. Exa. fazer a leitura.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAS/CCT/CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS, e com a Emenda nº 2-CAS.

Observações:

1. O projeto recebeu parecer favorável da CAS, com a Emenda nº 1-CAS/CCT/CCJ, Subemenda nº 1-CAS e Emenda nº 2-CAS;

2. A matéria, em reexame, será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça após a deliberação da CCT.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, do Deputado André Moura, que acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de radialista.

Eu vou direto, Presidente, já que o relatório está há algum tempo publicado, porque a questão inicial trata da importância e da identificação, ainda mais em tempos de mudanças na





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

legislação trabalhista. Até a cor da carteira – tiraram valor da questão trabalhista e mudaram a cor da carteira –, que, historicamente, desde 1943, era azul, agora passou a ser verde e amarela.

Decorre da aprovação do requerimento, Sr. Presidente – este projeto retornou à Comissão –, em que se solicitou o adiamento da discussão do PL, em razão da edição da Medida Provisória nº 905, de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista para pior, e dá outras providências – pior é o meu adjetivo, Presidente –, que, dentre outras providências, revoga os dispositivos da lei de 1978, que trata da regulamentação da profissão de radialista.

Ocorre que as mudanças do presente projeto para dispor sobre a identidade profissional de radialista não foram afetadas pela medida provisória em questão, tendo em vista a perda de sua eficácia em decorrência do término do prazo para a sua votação no Congresso Nacional.

Assim, deve prosseguir a tramitação da proposição sob exame nesta Comissão.

Na sua parte substancial prevê que:

a) a carteira de identidade profissional de radialista tem validade em todo o território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, e será emitida pelo sindicato da categoria.

b) não havendo sindicato na área de atuação do radialista, a carteira poderá ser emitida por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho.

c) o modelo da carteira de identidade do radialista será aprovado por federação desses profissionais e trará a inscrição “válida em todo o território nacional”.

d) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho, nos termos da legislação que regulamenta a atividade profissional.

Vejam que eu estou impostando a voz para poder, exatamente, relatar a ideia e a valorização dos radialistas.

O PL 153, de 2017, já foi reexaminado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 15 de março do corrente ano, quando foi aprovado o relatório da Senadora Maria do Carmo, que passou a constituir o parecer da CAS, favorável, com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1 também, que se transformou em uma emenda de três Comissões, CAS, CCT e CCJ, e a Emenda nº 2-CAS.

As alterações promovidas pela CAS relacionam-se, primeiramente, ao *caput* do art. 7º-A que se pretende acrescentar à Lei 6.615, de 1978, que prevê que a carteira servirá como prova de identidade “para qualquer efeito”. Foi retirada a expressão “para qualquer efeito”, tendo em vista que com ela se estabeleceria preceito legal muito amplo e, por isso, inadequado, já que se pretende tão somente dispor sobre a identidade profissional do radialista.

Manteve-se, contudo, os termos do parecer anterior aprovado pela CAS, exceto os da Emenda nº 1-CAS, que substitui, no PLC nº 153, a expressão “Ministério do Trabalho” por “Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia” – isso, naturalmente, foi consequência da mudança, no atual Governo, que acabou com o Ministério do Trabalho e da Previdência e transformou tudo em secretarias no Ministério da Economia –, em decorrência da nova mudança do Poder Executivo, foi apresentada subemenda à Emenda nº 1-CAS, substituindo-se a expressão “Ministério do Trabalho” por “Ministério do Trabalho e Previdência”.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 104-C, incisos VII e IX do Regimento Interno do Senado, compete a este Colegiado o exame de matérias relacionadas à comunicação, à imprensa e à radiodifusão, como é o caso deste PLC.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como bem salientou o Senador Plínio Valério ao relatar esta proposição, em seu primeiro exame nesta Comissão:

[...] o rádio, mesmo com o advento da televisão e, mais recentemente, da internet, se mantém como um veículo de comunicação de fundamental importância para informar, educar e entreter a sociedade brasileira, notadamente nas regiões mais longínquas, ainda carentes de outras fontes de informação. Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Brasil conta hoje com quase nove mil emissoras de rádio, entre comerciais, educativas e comunitárias. É graças ao trabalho dos radialistas que a chama da comunicação via rádio se mantém acesa. Assim, nada mais justo que a categoria passe a ter sua carteira profissional reconhecida como prova de identidade, nos termos da proposição em análise”.

No mérito, portanto, não há reparos a fazer, pois a proposição visa tão somente a conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

A norma que se está a criar coaduna-se com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que regulamenta o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal:

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

.....
III – carteira profissional;
.....

Nesse contexto, não há dúvida de que a medida que se está a implementar permitirá dar mais condições ao radialista para que ele possa exercer sua profissão na sua amplitude de direitos.

Voto.

Pelo exposto, o voto é, portanto, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, na forma aprovada pela CAS.

É o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

Como *ad hoc*, quero ressaltar que a relatoria principal é do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senador Paulo Rocha, V. Exa. demonstrou aqui a importância de se aprofundar mais no tema, um relatório extremamente direto, sucinto e objetivo para uma categoria de imensa importância e utilidade pública para o nosso país, para a nossa sociedade. O rádio tem alcance onde a internet não chega, a televisão não chega; o rádio tem o imediatismo e a credibilidade ao mesmo tempo, e os radialistas, através de uma ação como essa, que busca trazer uma carteira de identificação profissional com validade em todo o território nacional, traz um reconhecimento merecido a essa categoria.

Eu aqui quero nomear e exemplificar alguns amigos radialistas que acompanham a política, mas que acompanham o esporte, que acompanham a cultura, que acompanham os noticiários do mundo inteiro e que transmitem as informações, como é o caso do radialista Angelo Farias; Luis Cavalcante; do Ailton Avlis; do Nelson Filho, lá em Arapiraca, cidade de Arapiraca, minha querida Arapiraca, como o Rocha também, que são radialistas que passam credibilidade para a população, que elevam a importância do rádio.

Assim como é tradicional, no nosso Nordeste, aquele programa matinal às 5h da manhã, com aquele forrozinho, com aquela mensagem direta para a população que acorda cedo para





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ouvir especialmente aquele radialista. No caso aqui, Humberto Maia, lá em Alagoas, é um grande destaque. Ou as notícias, como o Rogério Costa faz diariamente.

Então, dessa forma, parabeno V. Exa. pelo relatório, pelo reconhecimento necessário à categoria que presta um grande serviço a este país.

Sendo assim, coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será agora encaminhada para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Dando sequência, passaremos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Senador Paulo Rocha, a quem eu concedo a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, uma vez que se trata de legalização de uma rádio, e estão faltando documentos.

Então o voto aqui é para aprovar um requerimento para que a empresa interessada na legalização da sua rádio tenha que cumprir esses documentos.

O voto.

Diante do exposto, encaminho o seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 161, de 2018, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2018:

a) cópia do ato do Poder Executivo que renovou a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, a partir de setembro de 1997;

b) cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item anterior para apreciação do Congresso Nacional;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

c) confirmação de que o requerimento de renovação relativo ao decênio 1997-2007 foi protocolado em 6 de outubro de 1997, fora do prazo legal;

d) demonstração do cumprimento dos limites legais de concentração de outorgas de radiodifusão pela entidade.

São apenas, Sr. Presidente, algumas providências, como requer esse tipo de legislação, uma vez que a outorga, essa permissão, concessão de comunicação de rádio, de televisão, qualquer outra, parte do Poder Executivo, mas tem que ser aprovada aqui pelo Congresso Nacional. Então, realmente, a diligência desses documentos é fundamental para legalizar essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório pelo Senador Paulo Rocha, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Solicito, agora, ao colega Senador Styvenson Valentim que assuma a Presidência desta Comissão para que eu possa, também, fazer a leitura do relatório e do requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – O senhor pode dar início à leitura do relatório.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Como Relator.) – Faço a leitura do item 3 desta Comissão referente ao PDL 154, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Em busca da celeridade e da eficiência, passo à leitura da análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 2015.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Detalhando o dispositivo, o inciso III do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Como não foi localizada, nos autos do processo, confirmação atestando a inexistência de vínculo da entidade, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações, na linha do que foi lido também pelos Senadores anteriores, ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da nossa Constituição Federal, para preencher essa lacuna.

Passando ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 154, de 2019, nos termos do art. 335.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Colocamos em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vai à votação simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam mantenham-se como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Senador Rodrigo, o senhor ainda tem relatório para ser lido do item 8 e um requerimento. O senhor tem o requerimento do item 8 e do item 9.

Concedo-lhe a palavra para leitura. Para economia, o senhor já pode lê-los sucessivamente.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 7, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços tecnológicos e inovações para a prevenção de desastres naturais, aplicados à defesa civil e sua estrutura logística, em áreas urbanas ou turísticas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento é de extrema importância para que esta Comissão venha debater assuntos que, nos últimos anos, vêm acontecendo de maneira reiterada, referentes aos desastres naturais e antropogênicos em nível global, sobretudo em razão das mudanças climáticas e seus efeitos.

A proposta da audiência pública é intensificar os estudos e debates através de experiências em âmbito internacional e ressaltar os avanços e desafios em nível nacional, para viabilizar a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

transferência de tecnologia e inovação, abordando os avanços nas pesquisas voltadas à gestão de risco de desastres naturais em áreas urbanas, especialmente as turísticas.

Nós vivenciamos, recentemente, em Minas Gerais, também, um desastre natural, pode-se dizer, e essa audiência pública também serve para trabalhar muito numa linha de prevenção e fazer um diagnóstico real do nosso país nas áreas de risco, principalmente em relação às áreas urbanas e turísticas, destacando, ainda, a importância da utilização de equipamentos de ponta para monitoramento, diagnóstico e modelagem de informações, aliados às tecnologias de rastreamentos que devem estar disponíveis para os órgãos competentes que lidam diretamente com as áreas de risco, para minimizar ou até mesmo evitar danos provocados pelos desastres.

Sendo assim, no requerimento, proponho a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; representante dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e do Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Alagoas, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais; representante da Embaixada do Japão; e representante, também, da Defesa Civil – não sei se ela já estava contemplada aqui. Consta Defesa diferentemente da Defesa Civil. Então, a Defesa Civil, aqui, também é necessária.

Então, solicito, Sr. Presidente, a aprovação do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sim.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Muito rápida a passagem da palavra.

Eu quero agradecer aos dois colegas Senadores, ao Rodrigo Cunha, nosso Senador do Estado de Alagoas, e ao Styvenson Valentim, Senador do Rio Grande do Norte.

Eu queria só, Presidente, agradecer a V. Exa por ter pautado hoje a identidade profissional do radialista. Infelizmente, eu não pude estar aqui para ler o relatório, mas o Senador Paulo Rocha fez a leitura. Eu agradeço a V. Exa. por ter pautado.

Eu não estava aqui porque, nesse mesmo horário, ocorreu a reunião da Mesa Diretora do Senado, com alguns temas que precisavam da presença de todos os Senadores que fazem parte da Mesa Diretora.

Então, eu vim aqui para agradecer a V. Exa. por ter pautado e agradecer por ter sido aprovado o meu relatório, com a leitura do Senador Paulo Rocha.

Muito obrigado também ao Senador Styvenson Valentim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Por nada, Senador Rogério Carvalho.

Consulto se há alguém que queira usar da palavra para discutir esse item de requerimento encaminhado e lido pelo Senador Rodrigo Cunha, que também subscrevo e apoio. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, Sr. Presidente.

Na sequência, o Senador Rodrigo Cunha ainda com a palavra para ler o requerimento do item 9.

ITEM 9





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2022
- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para a melhoria dos indicadores educacionais.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL).

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse item 9 também é um requerimento para que esta Comissão venha a realizar uma audiência pública com o objetivo de debater soluções tecnológicas para a melhoria da educação no nosso país, dos indicadores educacionais.

É impressionante como a tecnologia pode ser uma ferramenta de trabalho para os professores, para a direção, para os secretários municipais e estaduais, para melhorar os nossos indicadores.

Eu venho de um estado onde a taxa de analfabetismo é uma das maiores do país: cerca de 17% a 18% da população acima de 15 anos é considerada analfabeta. Nós temos, hoje, a tecnologia como aliada no controle da evasão e do abandono escolar, para que os pais possam saber se os seus filhos estão frequentando as aulas, e, inclusive, melhorar a própria dinâmica da escola, quando se coloca um reconhecimento facial, quando se coloca um controle eletrônico na entrada, fazendo com que a escola faça a leitura de quantos alunos estão naquela escola e nas salas naquele dia.

É impressionante uma matéria que eu li sobre uma escola do interior da Bahia que digitalizou a sua entrada, o que fez com que o custo da merenda fosse reduzido em cerca de 30%, porque a comida só era feita de acordo com a quantidade de alunos que deram entrada na escola naquele dia, e isso era passado diretamente para a cozinha.

Então, são situações que, às vezes, a gente não imagina, mas que podem trazer um resultado extremamente importante, linkando a tecnologia com a educação.

Dessa forma, proponho a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério da Educação; um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; um representante do Movimento Todos pela Educação; um representante do Instituto Ayrton Senna; um representante da Fundação Lemann; um representante da organização ligada a tecnologias na educação. Enfim, são três os representantes que serão designados.

Que a gente possa fazer com que esta Comissão participe ativamente dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Rodrigo, mais um requerimento, mais um pedido seu do qual é impossível não querer participar.

Então, consulto se algum Senador deseja usar da palavra para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra e retorno a Presidência ao Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim, um grande parceiro desta Comissão, extremamente atuante, que faz com que aumente a produtividade do nosso trabalho à frente desta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador, eu poderia fazer uso da palavra?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não sei enquanto Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Claro, claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... mas, agora, com o Senador e jornalista, aqui, o nosso amigo Márcio Viana...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Carlos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Carlos Viana – perdão, desculpe por ter errado, mas continua sendo o nosso jornalista aqui.

Cem anos da rádio brasileira. Eu estava lendo aqui, fazendo uma leitura muito rápida sobre a divisão de como o rádio atinge a população brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada em 13 áreas metropolitanas, 80% da população brasileira escuta rádio. Houve uma época em que o rádio era inacessível pelo preço, mas o rádio é uma paixão brasileira. O rádio é ainda o mais ouvido e é ainda o mais atuante.

E esta Comissão, como a gente sempre está lendo aqui, outorga, liberação, concessões de rádios, para mostrar a importância, em que eu quero chegar, Senador Carlos Viana, da rádio comunitária, muitas vezes não tão bem lembrada, às vezes muito desprezada em nossos interiores, Brasil afora, mas é a que leva a frequência de rádio, a nossa informação. Até pela Rádio Senado, há muitos ouvidos que agora estão ouvindo dentro do carro ou através dos seus aparelhos ou pelos *smartphones* hoje com a tecnologia.

Só lembrando esse tema que o senhor citou sobre tecnologia e escola. É incrível, e eu me lembro de que foi uma inovação, Senador Rodrigo Cunha, quando colocaram as crianças para fazer a rádio dentro de uma escola. Eles ali começaram a desenvolver a fala, começaram a desenvolver ali até mesmo o interesse pela profissão de jornalismo, de entrevistador, de tudo isso, coisa da qual hoje a gente parece que está bem distante. A gente fala sobre o tema de tecnologia, que é tão próximo da gente, mas tão distante para muita gente que ainda não tem acessibilidade.

É uma promessa o 5G, é uma promessa pois nem o 4G do meu celular funciona direito, mas é uma promessa de que venha trazer a nossa esperada evolução como cidadão hoje, como pessoas. A gente tem pressa, principalmente dentro das escolas – o tema que o senhor trouxe aqui –, como poderia ser utilizada para otimizar, para tornar mais eficiente, não só como o senhor citou no interior da Bahia, por uma questão de economia na parte da merenda, para não haver o desperdício, mas também no controle da frequência dos alunos, já que existe um relacionamento muito íntimo, Senador Carlos Viana, entre matrículas e Bolsa Família, que é o que a gente não consegue enxergar hoje na prática, porque se vê muito aluno matriculado e um número de evasão muito grande, então, é uma contradição que a gente não consegue nem explicar.

E, hoje, a matrícula ainda é preenchida, Senador Rodrigo Cunha – e eu digo isso porque eu frequento muito escola, tenho uma escola pública... Quando eu digo que tenho uma parece que eu sou o Governador do Estado... (*Risos.*)

... mas não, eu tenho uma porque eu a mantenho ali e estou sempre presente.

Pasmem: era muito aluno matriculado e não havia aluno presente de fato. Isso chama a curiosidade pois deveria estar sendo utilizado hoje recurso tecnológico, como reconhecimento facial, digital ou qualquer coisa do gênero, para poder haver justamente essa diminuição da evasão ou, se não, a diminuição da fraude que existe neste país em relação ao Bolsa Família, que tem como uma de suas exigências que o aluno esteja matriculado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse tema que o senhor trouxe é importantíssimo, como utilizar mais a tecnologia para evitar o simples fato de o aluno não ir para uma sala de aula. E isso que o senhor citou, a questão da merenda, é só uma ponta.

E, falando sobre os cem anos do rádio, aproveitei aqui, quando vi o Senador Carlos Viana, para fazer essa homenagem ao rádio brasileiro. É muito tempo, é muito tempo em que o jovem rádio brasileiro, nessas ondas, vem levando toda essa informação. Talvez nem o físico Hertz saberia explicar como é que o brasileiro ou como o mundo é tão apaixonado por essa frequência. Há tanta tecnologia hoje disponível, mas o rádio ainda é o mais ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Muito bem, Senador Styvenson.

V. Exa. aqui ressalta a importância do rádio, como nós estávamos falando. E ninguém melhor para falar do que quem faz parte do meio de comunicação e honra muito esta Comissão, o Senador Carlos Viana, a quem eu concedo a palavra para fazer a leitura do relatório do item 6.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Cunha, obrigado ao Senador Styvenson.

É impressionante a gente ver um homem desse tamanho emocionado, não é? Os brutos também amam muito. (*Risos.*) E especialmente nessa homenagem ao rádio, do qual já foi decretada a morte várias vezes: quando veio a televisão, o rádio ia acabar; veio a internet, o rádio ia acabar. Pelo contrário, o rádio continua sendo um grande companheiro dos brasileiros no dia a dia. Eu sou ouvinte. Trabalhei 23 anos como jornalista, 12 diretamente em rádio. E V. Exa. tem toda a razão: num país de dimensões continentais como o nosso, o rádio desempenha um papel fundamental.

E os sistemas – e aqui eu incluo a televisão também – ainda não são tão bem usados para a educação do nosso povo. A pandemia, em 2020 e 2021, mostrou, por exemplo, a vocação que têm as TVs educativas. Não TVs estatais, que vão dar notícia de governos, mas TVs públicas, como é a TV Senado. É um conceito muito diferente: a TV Senado é uma TV pública; aqui as pessoas têm informações que interessam ao cidadão independentemente de governo.

O que nós temos e vemos muitas vezes no Brasil é que as TVs educativas acabam sendo TVs estatais, apenas para representar, para divulgar o trabalho feito por um governante de momento, de plantão, e nós precisamos resgatá-las. As TVs educativas têm um papel fundamental, que nós ainda não usamos corretamente, para ensinar e ajudar os nossos alunos, até na questão de reforço escolar – por que não? São TVs voltadas para essa finalidade.

É um assunto que V. Exa. traz, e nós precisamos realmente começar a discutir a finalidade dos canais executivos como TVs públicas, não como TVs estatais.

E trago aqui... Quero primeiramente pedir desculpas, porque na semana passada ou retrasada – já não tenho tanta certeza –, eu acabei lendo esse relatório, e nós temos que dar a sequência agora para que ele possa ser levado adiante.

Aqui, se me permite, já vou diretamente à análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT, esta Comissão, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). A Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, regulamenta a matéria no âmbito infralegal.

As normas aplicáveis exigem a apresentação de uma vasta documentação a ser fornecida pela entidade interessada pela execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos.

Nesse sentido, em que pese a confirmação, pela pasta responsável, da conformidade da habilitação e outorga da Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira, não foi possível identificar, nos autos do processo, alguns documentos previstos na regulamentação específica.

Aqui o nosso voto, Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 670, de 2019, nos termos do art. 335 do nosso Regimento Interno do Senado Federal.

Leio aqui o requerimento, que coloco a esta Comissão:

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à concessão para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2019:

- estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e aprovado pelo Ministério Público;
- instrumento jurídico, firmado com instituição de ensino superior, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;
- prova de nacionalidade de todos os dirigentes;
- ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- declaração firmada pela direção de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade pretendida e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente;
- prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e
- certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral relativas aos dirigentes da entidade, e certidões de protestos de títulos, dos locais de residência





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos cinco anos e dos locais onde os dirigentes exerçam, ou tenham exercido, no mesmo período, as atividades econômicas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, com as informações sendo pedidas ao Ministro das Comunicações para dar sequência ao PDL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Esta Comissão agradece a leitura do Senador Carlos Viana do relatório do PDL 670.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, a matéria segue agora para a Secretaria-Geral da Mesa.

Dessa forma, encerramos os itens da pauta de hoje, agradecendo a todos que acompanharam, e finalizamos a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia nove de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Carlos Fávaro, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Lasier Martins, Rose de Freitas, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Giordano, Eliane Nogueira, Esperidião Amin e Luiz do Carmo, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Rogério Carvalho e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes:

1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 2, de 2022 que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito dos fatos publicados na imprensa em relação ao Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, empregado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sua influência sobre a pauta ambiental do governo federal, baseada em negacionismo científico e distorção de informações técnicas, e sua nomeação para assessorar a presidência daquela empresa pública." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Prejudicado. **Observação:** Em razão da aprovação do REQ 11/2022 - CMA. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 5, de 2022** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2021 - CMA seja também contemplada a motivação do Ato pela Terra, que reunirá entidades ambientalistas, movimentos sociais e artistas no dia 9 de março de 2022, em Brasília." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 6, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de subsidiar a construção de um projeto de lei sobre a Economia Circular do Plástico, para reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com substituição do nome, na lista de convidados, da Sra. Andrea Mota pelo Sr. Victor Bicca Neto, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas, conforme notas taquigráficas. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de debater sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado.

Observação: Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 8, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas à Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado dia 22 de março, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado.

ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 9, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 6299/2002 (Projeto de Lei do Senado nº 526/1999, na origem), o qual dispõe, entre outras coisas, sobre o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos."

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 10, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a função ecológica da propriedade. A audiência pública ocorrerá na forma do Segundo Colóquio Brasil Alemanha sobre política e direito ambiental: Função Ecológica da Propriedade - O Regime Jurídico do Desmatamento e a Cadeia de Suprimento. O evento ocorre sob os auspícios do Senado Federal do Brasil, do Fórum EuroBrasileiro sobre Democracia e do Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 11, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a pauta ambiental do governo federal, especialmente os fatos publicados na imprensa em relação ao Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, empregado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e sua influência sobre essa pauta, baseada em negacionismo científico e distorção de informações técnicas."

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 17/2021 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), e REQ 5/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica. **Participantes:** Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Vice-presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Sra. Maria Paula Fidalgo, Ato Pela Terra; Sr. Samuel Vieira de Souza, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Sra. Txai Suruí, Ato Pela Terra; Sra. Ane Alencar, Diretora de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ciências do Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM); Sra. Letícia Sabatella, Ato Pela Terra; Sra. Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais - MMA (representante de: Ministério do Meio Ambiente); Dom Sebastião Lima Duarte, Ato Pela Terra; e Sr. Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do ICV (representante de: Alice Thuault. (Diretora Executiva do Instituto Centro de Vida - ICV)). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/09>

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta esta sessão da Comissão de Meio Ambiente, que é a primeira deste ano, em virtude de todas as interrupções: de covid, da semana do Carnaval e da viagem que eu tive que fazer aos Estados Unidos também, em função de convênios que o Centro de Tecnologia da Bahia tem com a Universidade da Califórnia na prospecção de novas vacinas e também na investigação dos fagos, que é uma linha nova de combate às infecções bacterianas. Há muita coisa boa acontecendo no mundo da pesquisa e da tecnologia, e, por isso, esta é a primeira.

Eu quero saudar a todos, aproveitando para saudar, parabenizar e enaltecer todas as mulheres desta Comissão – funcionárias, Senadoras, servidoras – e do Brasil inteiro pelo dia de ontem. Eu entendo que o Dia Internacional da Mulher cada vez ganha maior importância, porque, infelizmente, o feminicídio, o preconceito continua na cabeça de muitos, e, infelizmente, na cabeça de alguns que deveriam, inclusive, dar o exemplo, como foi o triste episódio do Deputado Federal brasileiro que, não bastasse o sofrimento do povo ucraniano com a guerra, com os refugiados, que já são mais de 2 milhões, ainda faz um comentário absolutamente criminoso, impróprio, praticamente perto do Dia Internacional da Mulher. Então, a minha saudação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje para nós é um dia importante: vamos ter uma audiência pública que deve começar logo após a votação dos requerimentos e também, à tarde, nós vamos ter um ato importante, que é o encontro do Presidente do Senado com inúmeros artistas que se somam ao grito em defesa do meio ambiente, em defesa do planeta, em defesa da mãe Terra e, depois, um ato na Esplanada, também feito pelos artistas, no sentido de sensibilizar a sociedade, mas particularmente Senadoras e Senadores, em relação a essa pauta ambiental.

Esta, como já disse, é a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, e eu inicio comunicando os documentos recebidos.

Primeiro: Ofício da Câmara Municipal de Araraquara, que encaminha moção de congratulações à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pela aprovação do projeto de lei que veda a comercialização e o uso de fogos com estampido no Estado de São Paulo e solicita que a referida legislação se torne referência também para outros projetos semelhantes. Informo que, sobre esse tema, aprovamos nesta Comissão, em 2019, o Projeto de Lei 2.130, originado de uma ideia legislativa submetida ao Senado via Portal e-Cidadania, e este ano foi apresentado o PL nº 5, de 2022, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que caminha no mesmo sentido.

Três ofícios – o 131, de 2021, da Câmara Municipal de Mirandópolis; o 622, da Câmara Municipal de Costa Rica, Mato Grosso do Sul; e o 329, de 2021, da Câmara de Estância Turística de Salto, São Paulo – encaminham indicações e moções de apelo pela mudança dos prazos de implementação e alteração do Marco Legal do Saneamento Básico para prorrogar a data em que entra em vigor a chamada taxa do lixo.

Ofício 606, da Câmara Municipal de Carapicuíba, que encaminha cópias de mensagens encaminhadas aos Poderes estaduais nas quais solicita informações sobre a quem pertence a área conhecida como Lago de Carapicuíba, se ao Município de Carapicuíba ou ao Município de Barueri, para que sejam encaminhadas providências sobre obras no referido local.

Ofício nº 123, de 2021, da Prefeitura Municipal de Ladainha, Minas Gerais, que solicita a realização de audiência pública para tratar dos impactos da barragem da Usina Engenheiro Wenefredo Portela, localizada no município, construída pelo Governo Federal há mais de 60 anos, encontrando-se hoje desativada.

Ofício nº 133, da Câmara Municipal de Ipatinga, que encaminha moção de repúdio enviada a diversos órgãos na qual Vereadores manifestam preocupação e solicitam a imediata suspensão e revisão do Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente nº 1, de 17 de maio de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 83, de 2021, da Câmara Municipal de Santos Dumont, Minas Gerais, que solicita apoio desta Comissão de Meio Ambiente para se manifestar junto ao Superior Tribunal de Justiça pela revisão da decisão referente à cobrança por coleta de esgoto pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

Ofício nº 1/10, da Rede Pró-UC, que encaminha solicitação da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação para a juntada de documentação anexada ao ofício no processo referente ao PLC 61, de 2013: nota técnica da Rede, nota técnica do Ministério Público Federal, ofício da Polícia Federal, manifesto Reet Brasil, cartilha de entidades e perfil internacional do Parque Nacional do Iguaçu. Nos termos do art. 261, §2º, do Regimento Interno, determinei à Secretaria a anexação desses documentos à referida matéria.

Ofício nº 17, de 2021, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), e nº 59, de 2021, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que manifestam opinião a respeito da próxima renovação da diretoria da ANA, incluindo o cargo de Diretor-Presidente, solicitando que o Senado Federal priorize o perfil técnico dos indicados, com conhecimento substantivo e trajetórias amplamente reconhecidas nas áreas de recursos hídricos e saneamento, de modo a assegurar condições para a continuidade da excelência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico no desempenho de suas missões institucionais.

Cópia do Ofício 477, do Deputado Federal Alexandre Frota, encaminhado ao Diretor da Polícia Federal, no qual o Deputado se manifesta contra o garimpo ilegal no Rio Madeira e requer a atuação da Polícia Federal.

Ofício nº 1.157, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que encaminha requerimento aprovado de moção de repúdio ao PL 5.544, que ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Comunicado para iniciar a avaliação de políticas públicas.

Comunico que, nos termos do art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, até o último dia útil do mês de março, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas ao longo do exercício, observando os impactos dessas políticas públicas e as atividades meio de suporte para a sua execução. Assim, fica aberto o prazo para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras até o dia 25 de março de 2022, às 18h, para que os membros desta Comissão apresentem sugestões na forma de requerimento à Secretaria da Comissão, por meio do sistema eletrônico. A deliberação sobre as sugestões ocorrerá na semana seguinte.

A presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão e a segunda parte, à realização de audiência pública para debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica, em atendimento aos Requerimentos nº 17, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, e nº 5, deste ano de 2022, de minha autoria.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta para os que participam virtualmente.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 2, do Senador Jean Paul Prates.

Eu creio que nesse requerimento houve um acordo entre o Senador Jean Paul Prates de que V. Exa. iria se manifestar.

Com a palavra, então, o Senador Contarato para nos falar sobre o Requerimento nº 2, de 2022.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, foi feito um acordo em que nós teríamos a deliberação de uma audiência pública para substituição do requerimento de convocação da Ministra. É esse requerimento extrapauta que eu solicito a V. Exa., se for possível, deliberar. É um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei do acordo que foi feito. Parabens todos que participaram desse entendimento. Eu acho que a audiência pública tem um caráter elucidativo importante, até porque poderemos ter as duas partes se posicionando. Eu só precisaria...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É o Requerimento nº 11, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, V. Exa. quer ler logo? Ele ganhou o número 11, portanto, fica prejudicado o Requerimento nº 2 da Comissão, deste ano, e, em substituição a ele, V. Exa. pode fazer a leitura do requerimento?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Perfeito, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a pauta ambiental do Governo Federal, especialmente os fatos publicados pela imprensa em relação ao Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, empregado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e sua influência sobre essa pauta, baseada em negacionismo científico e distorção de informações técnicas.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Celso Luiz Moretti, Presidente da Embrapa; Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador; Sr. Raoni Guerra Lucas Rajão, Professor da UFMG; Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Professora.

V. Exa. considera necessário ler a justificação ou podemos deliberar diretamente?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, nós podemos deliberar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Então, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Podemos votar já?

Em votação o Requerimento nº 11, em substituição ao Requerimento nº 2 desta Comissão, que transforma em audiência pública uma eventual convocação da Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu peço à Secretaria que marquemos para o mais rápido possível essa audiência pública, porque o tema está bastante candente na área ambiental.

Eu agradeço o Senador Contarato pela presença para a leitura desse requerimento.

1ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5, DE 2022****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2021 - CMA seja também contemplada a motivação do Ato pela Terra, que reunirá entidades ambientalistas, movimentos sociais e artistas no dia 9 de março de 2022, em Brasília.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Proponho para a audiência a inclusão de representantes do movimento Ato pela Terra.

Na verdade, como houve essa coincidência com o requerimento de audiência pública de V. Exa., eu não posso me furtar a solicitar que também artistas que tomaram essa posição absolutamente consciente em defesa do meio ambiente, da Floresta Amazônica, contra o desmatamento e queimada possam também dar o seu depoimento aqui nesta audiência pública.

Portanto, eu coloco em votação esse requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de inclusão de representantes do Ato pela Terra na audiência pública que se iniciará logo após a votação dos requerimentos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Permita-me. Eu tenho o Requerimento nº 6, de 2022, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, mas que eu também subscrevi. Eu pediria a V. Exa., se for possível, que a gente deliberasse esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu imagino que V. Exa. hoje vai ter que bater *corner*, cabecear e ainda agarrar a bola, porque V. Exa. vai ter que estar... *(Risos.)*

V. Exa. vai ter que estar daqui a pouquinho...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perdão, é o Requerimento nº 7, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Daqui a pouquinho, eu também pretendo estar na Comissão de Constituição e Justiça para, a seu lado, mas não com o mesmo brilhantismo, falarmos contra o PL das armas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7. (*Pausa.*)

É o item 4, Requerimento nº 7.

V. Exa. quer proceder à leitura, Senador Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES)

– Para otimizar o tempo, eu acho que seria desnecessário proceder à leitura.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Eu posso ler também.

1ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 7, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de debater sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

É uma homenagem na verdade. É um movimento extremamente importante o dos atingidos por barragem, que sempre luta por aqueles que são deslocados do seu lócus natural por conta de construção de barragem e, na ampla maioria das vezes, para não dizer em todas elas, nunca as compensações que se prometem são cumpridas.

Então, em votação o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, o Requerimento nº 7, de 2022.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu volto agora ao item nº 3 da pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de subsidiar a construção de um projeto de lei sobre a Economia Circular do Plástico, para reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Apresento os nomes no requerimento.

No Brasil, não há ainda uma legislação nacional que verse sobre a economia circular do plástico. A Política Nacional de Resíduos Sólidos traz o princípio da não geração de resíduos no início da hierarquia da gestão de resíduos. Todas as demais alternativas – redução, reúso, reciclagem e destinação adequada – deverão ser aplicadas somente quando não for possível evitar o resíduo. No entanto, tanto o Plano Nacional de Resíduos Sólidos quanto seus decretos não avançaram em regramentos para aplicação da ordem de prioridade estabelecida, mas, sim, na implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Substitui na lista de...

Bom, aqui há um pedido de substituição, na lista de convidados, da Sra. Andrea Mota pelo Sr. Victor Bicca Neto, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 6, item 3, da pauta de hoje.

Item 5, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 8, de minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 5





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 8, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas à Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 6. (*Pausa.*)

É do Senador Veneziano, que não se encontra.

Vou ao item 7, Requerimento nº 10, de 2022, desta Comissão, de minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 10, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a função ecológica da propriedade. A audiência pública ocorrerá na forma do Segundo Colóquio Brasil Alemanha sobre política e direito ambiental: Função Ecológica da Propriedade - O Regime Jurídico do Desmatamento e a Cadeia de Suprimento. O evento ocorre sob os auspícios do Senado Federal do Brasil, do Fórum EuroBrasileiro sobre Democracia e do Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Na verdade, esse é o segundo evento dessa mesma iniciativa, que vem lastreada pela Embaixada da Alemanha no Brasil e que conta também com a participação de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu vou subscrever o requerimento do Senador Veneziano Vital do Rêgo, para que ele possa ser apresentado, e passo à leitura.

1ª PARTE**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 9, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 6.299/2002 (Projeto de Lei do Senado nº 526/1999, na origem), o qual dispõe, entre outras coisas, sobre o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 6 da pauta de hoje, com o Requerimento nº 9, de 2022.

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura para a deliberação.

Encerrada essa primeira fase da nossa 1ª Reunião, eu quero, então, instalar a audiência pública, que é exatamente a segunda parte desta reunião.

O debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até dez minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição, e, nesse caso, é fundamental que encaminhe o arquivo à secretaria para publicação e apoio na elaboração do relatório.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Srs. Senadores inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários em até cinco minutos. (*Pausa.*)

Nós vamos ter a participação remota dos seguintes convidados: Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam); Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Sra. Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Samuel Vieira de Souza, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama; e Sr. Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro da Vida.

Aqui conosco nós teremos a Sra. Maria Paula Fidalgo, que já está entre nós; a nossa querida Txai Suruí, que eu tive o prazer, apesar de eu não ter... Estava sem óculos – viu, Txai? –, por isso eu não a cumprimentei com o entusiasmo merecido; depois é que caiu a ficha. Eu agora, sem óculos, não enxergo; estou vendo-a mal daqui, infelizmente, e por isso, hoje de manhã, eu sei que você estava lá no café. Então, meus cumprimentos mais efusivos agora. Teremos também Dom Sebastião Lima Duarte, que eu não sei se já está entre nós; e Leticia Sabatella, que também deve estar entre nós.

Como nem todos os convidados presentes já estão aqui... (*Pausa.*)

Eu queria, então, convidar tanto a nossa querida Maria Paula Fidalgo quanto a Txai Suruí para fazerem parte da mesa. Como nós temos o João Paulo Ribeiro Capobianco lincado remotamente, eu vou passar a primeira palavra ao João Paulo.

Antes, porém...

Tudo bem?

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – Tudo bem! É um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Igual. Obrigado por aceitar nosso convite.

Olá, Txai!

A SRA. TXAI SURUÍ – Olá!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As perguntas podem ser feitas por meio do e-Cidadania. E todas as manifestações recebidas nós, no momento oportuno, vamos compartilhar.

Então, eu queria convidar primeiro o João Paulo Ribeiro Capobianco para suas colocações em até dez minutos.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Jaques Wagner. É um prazer estar aqui com o senhor novamente. É um prazer também estar com o Senador Fabiano Contarato, autor do requerimento desta audiência pública. É um grande prazer estar com todos aqui, demais Senadoras e Senadores presentes.

Esse é um tema extremamente importante, e eu gostaria de fazer uma apresentação no sentido de, fundamentalmente, mostrar aos senhores e senhoras que o Brasil tem condição, tem capacidade e já demonstrou ser capaz de controlar o desmatamento, ou seja, o desmatamento no Brasil, de todos os biomas, não é um fato inevitável. Ao contrário, o Brasil possui as condições para controlá-lo de forma adequada, possui legislação apropriada, possui instrumentos e instituições apropriadas para fazê-lo.

Eu posso compartilhar uma apresentação? Não sei como funciona aqui, mas eu não estou autorizado, então talvez eu tenha que fazer sem a apresentação. É isso? Só para esclarecer, Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Desculpe, eu estava... (*Pausa.*)

Ah, ele quer compartilhar a apresentação? Já está aí? (*Pausa.*)

Você já está autorizado a compartilhar, Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Por videoconferência.*) – Já vi aqui. Perfeito.

Eu solicito a informação de se está sendo compartilhado, porque eu estou sem visão aqui da tela.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Então, muito rapidamente, eu vou apresentar alguns dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tratar de forma mais aprofundada e sistemática a questão do desmatamento da Amazônia, porque foi ali que nós tivemos uma ação bem organizada, bem estruturada, com grandes resultados, os quais, na verdade, se expandiram para todos os biomas – nós tivemos redução do desmatamento em todos os biomas nesse período –, mas ali nós tivemos uma ação muito objetiva, e eu queria mostrá-la aqui rapidamente para os senhores.

O primeiro dado que eu acho fundamental é que o Brasil tem sido o campeão do desmatamento desde a década de 90, ou seja, nas últimas três décadas – de 1990 a 2000, de 2000 a 2010 e de 2010 a 2020 –, o Brasil liderou o *ranking* entre os países que promoveram os maiores desmatamentos em todos esses 30 anos. Portanto, não é uma questão isolada, é uma questão em que o Brasil, infelizmente, mesmo com o esforço realizado na década dos anos 2000, ou melhor, dos anos 2010, ainda segue sendo líder no desmatamento. Esse é um dado da FAO que foi aqui organizado.

Esse é um dado que mostra os dados do desmatamento da Amazônia desde que o Inpe iniciou o processo de monitoramento através do Prodes (Programa de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélite). Observem que, até o ano de 2003, nós tivemos o que a gente chama de uma montanha russa, com altos e baixos, mas com uma tendência de alta ao longo de todo o tempo.

Desculpe, eu fiz um erro aqui na apresentação.

Em 2003, foi criado o GT Interministerial para combate ao desmatamento e, no ano seguinte, em 2004, foi lançado o PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal). Os resultados desse trabalho foram impressionantes. Ele se baseou no quê? Primeiro, numa organização do Governo, reunindo 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil – foi, portanto, levado ao coração do Governo esse problema –, e foi trabalhado em três eixos temáticos: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Eu vou pular aqui todas as iniciativas que nós tivemos naquele período para mostrar o resultado aqui diretamente.

Observem os senhores que, logo no primeiro ano do PPCDAm, reduzimos em 31,6% o desmatamento na Amazônia; no ano seguinte, 24,7%; no ano seguinte, 18,1%. Tivemos um pequeno aumento do desmatamento, atípico, no ano de 2007, que ensejou o Governo, então, a criar, a implementar uma nova medida, o Decreto 6.321, que previu o controle do desmatamento a partir da definição dos municípios prioritários para fiscalização e uma ação focada.

E aí eu vou direto para os resultados aqui mais uma vez dessa ação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só, nós tivemos, a partir desse decreto, na sequência daquela sucessão de reduções, mais uma redução extremamente importante até o ano de 2012 de 64,3%. O resultado disso foi que nós tivemos, ao longo do período de operação do PPCDAm, até 2014, uma redução acumulada de 81,95% do desmatamento.

Quais foram os elementos fundamentais que permitiram essa redução? Primeiro, a ação organizada do Governo Federal, reunindo o conjunto do Governo numa ação integrada, e principalmente a adoção de instrumentos de controle e fiscalização modernos que permitissem o monitoramento em tempo real da Amazônia.

Em 2004, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil deu um passo enorme na aprovação e na criação do DETER (Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O DETER permitiu, pela primeira vez, que o Governo soubesse em tempo real os locais onde ocorria o avanço do desmatamento. Muito bem. Esse dado permitiu a reorganização da ação de comando e controle, permitindo maior eficiência nas ações, portanto. Com isso, essa redução realmente inédita no desmatamento. E eu repito: ele está aqui mostrado na Amazônia porque foi muito impactante o resultado da Amazônia, mas ele também se deu nos demais biomas brasileiros. Nesse mesmo período analisado, no Cerrado houve queda importantíssima do desmatamento; na Mata Atlântica quase zerou o desmatamento nesse período; e os demais biomas todos tiveram benefícios em função da ação articulada e organizada do Governo, embora o PPCDAm e o DETER, originalmente, tenham se focado na Amazônia.

Eu vou pedir licença para pular vários eslaides aqui porque eu imaginava que eu teria mais tempo – tinham me dito que eram quinze minutos e agora o Senador Jaques Wagner falou que são dez minutos. Então, eu vou pular alguns para chegar aqui a um dado fundamental.

Observe esse número produzido pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Capobianco...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Por videoconferência.*) – Oi. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode esticar para 15, sem problema.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Vou parar de suar aqui. (*Risos.*)

Obrigado. Então vou correr um pouco menos agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observem este dado que eu acho muito importante: quase 30% da área que foi registrada ilegalmente como imóvel rural, ou seja, o sistema...

E aí eu queria fazer um parêntese, que nessa minha correria eu pulei. Veja bem, eu só queria recolocar em tempo. Nós tivemos o PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), que foi extremamente eficiente. No âmbito do PPCDAm foi criado o DETER, sistema de detecção de desmatamento em tempo real, que permitiu ao Governo agir em tempo real no controle do desmatamento. E nós tivemos, ali ainda no período do PPCDAm, a criação da figura do sistema de cadastramento ambiental rural. O que era esse sistema de cadastramento ambiental rural? Era justamente a obrigatoriedade de as propriedades, nos municípios prioritários, cadastrarem os imóveis e registrarem, nos mapeamentos em imagem de satélite, as áreas de reserva legal e as áreas de preservação permanente nos seus imóveis, o que permitiria, portanto, o monitoramento remoto da situação dessas áreas.

O CAR foi recepcionado pelo Código Florestal, que foi modificado – não sei se lembram – em 2012, quando o Congresso Nacional aprovou a modificação no Código Florestal e recepcionou o CAR, que se tornou obrigatório para todo o Brasil, uma vez que originalmente, no âmbito do PPCDAm, era obrigatório apenas para os municípios prioritários na Amazônia. Originalmente, cerca de 38 municípios; atualmente, mais de 40.

Ora, o CAR se tornou uma ferramenta, em tese, extremamente importante. Por quê? Porque permite que você identifique as propriedades rurais e que, nas propriedades rurais, seja possível identificar com precisão as áreas de preservação permanente, que não podem ser alteradas, e as áreas de reserva legal, que são obrigatórias na Amazônia, em área florestada, em 80%, no Cerrado em 35% e nos demais biomas em 20%. Ou seja, nós tínhamos aí, portanto, estabelecida uma condição absolutamente fundamental, inigualável, no sentido de você ter a possibilidade de monitorar, por satélite, usando o DETER, detecção do desmatamento em tempo real, já identificando esse desmatamento nas propriedades rurais.

Bom, o problema... E aí eu vou no sentido da minha conclusão e no sentido de fazer um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores. O que acontece? Primeiro, o CAR tem sido implementado de forma extremamente morosa, com vários problemas – nós sabemos disso – e está muito atrasado. A validação do CAR... Embora os proprietários rurais tenham incluído seus imóveis na grande maioria, praticamente todos estão incluídos no CAR, a validação do sistema está muito morosa. Esse é um problema. Agora, o principal problema nem é esse, o principal problema, Sras. e Srs. Senadores, é que o CAR está recepcionando o registro de – entre aspas – "propriedades ilegais".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem esse número do Ipam que eu deixei aqui: 30% da área foi registrada ilegalmente como imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Ou seja, florestas públicas não destinadas, que não poderiam jamais ser aceitas no sistema como propriedade privada, portanto com direito a CAR, estão sendo recepcionadas pelo sistema. Observem que a grilagem de terra avança numa velocidade tremenda. Quase 30% das florestas públicas não destinadas estão no CAR. Olhem aqui, observem esse dado importantíssimo. As áreas... Nós temos 18 milhões de hectares aqui de áreas federais, sendo que, com o CAR, nós temos 14 milhões. Essas áreas são áreas públicas, não é? Se nós pegarmos aqui 51 milhões de florestas públicas não destinadas aqui embaixo, considerando 51 milhões de florestas públicas federais, sendo dessas 32 estaduais, nós temos um volume enorme dessas áreas incluídas no CAR. O que significa isso, senhoras e senhores? Significa dizer que o CAR, ao contrário de uma ferramenta de apoio ao controle e monitoramento, está gerando um estímulo à grilagem, na medida em que ele recepciona a inscrição no Cadastro Ambiental Rural de imóveis que não poderiam estar inscritos lá.

Muito bem. O que isso tem gerado de problema? Isso tem gerado uma enorme especulação. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que é hoje a maior organização reunindo o setor privado, agronegócio, organizações não governamentais e academia, fez um documento, encaminhou, inclusive, às Sras. e Srs. Senadores, distribuiu amplamente no Congresso Nacional, ao Executivo, indicando seis medidas que considera fundamentais para controlar o desmatamento na Amazônia e com repercussão, na verdade, em todo o Brasil, em todos os biomas. E entre elas está aqui a ação 2, finalizar a implementação do Cadastro Ambiental Rural e suspender registros que incidem sobre florestas públicas, promovendo responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais.

E lá no último, pulando vários importantes, mas lá no último, o sexto – todos são importantes, mas estou destacando esses dois –, suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008. Nós temos um projeto tramitando aí na Casa com os senhores que prevê, permitiria a regularização desses imóveis de uma forma absolutamente equivocada, premiando aqueles que ilegalmente ocuparam florestas públicas não destinadas, infringindo a legislação e incluindo essas áreas no Cadastro Ambiental Rural de forma irregular, sendo que o Serviço Florestal Brasileiro não cancela e não suspende esses cadastros.

Muito bem. O que acontece? Aí, já indo para a conclusão, o Instituto Democracia e Sustentabilidade, em parceria com o MapBiomas, recentemente elaborou um estudo que é uma análise das ações do Governo Federal em relação aos alertas de desmatamento. O que são esses alertas de desmatamento? São justamente aquilo que eu falei: o DETER indica onde há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um potencial desmatamento, o que deveria ser imediatamente utilizado pelo Governo Federal, como foi utilizado durante o PPCDAm, para que haja ação de coibição.

Com base na Lei de Acesso à Informação, o IDS e o MapBiomas obtiveram a resposta dos embargos e das autuações. Observem, Sras. e Srs. Senadores, que até abril de 2021 apenas 2% dos polígonos de desmatamento identificados no DETER e ratificados pelo MapBiomas haviam sido objeto de embargo e autuação. Apenas 2%, não é? E correspondente a apenas 5% da área total desmatada. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que nós temos um sistema operativo, nós temos uma capacidade de monitoramento em tempo real, nós temos o Cadastro Ambiental Rural, não é?

Se nós fizéssemos uma ação objetiva de retirada do Cadastro Ambiental Rural daquelas áreas que foram indevidamente incluídas e, por outro lado, utilizássemos o sistema remoto para, ao identificar o imóvel rural, promover algo que nós chamamos de autuação por meio digital, a autuação remota e o embargo remoto, como eu mostro nesse pequeno fluxograma, nós teríamos um enorme impacto no controle de desmatamento.

Vejam bem, rapidamente, esse fluxograma – sei que eu tenho só mais dois minutos, antes de me cortarem a palavra –, rapidamente, aqui à direita, eu tenho a origem dos dados. Nós temos o Inpe com o DETER, que eu já citei; nós temos o Censipam, que é muito importante; temos o Prodes, do Inpe também; temos o SAD, que é o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon, uma outra organização muito importante na Amazônia; e temos outros dados. Esses dados vão para o Ibama. O Ibama, ao receber esse alerta de desmatamento, que também é recebido via MapBiomas – que organiza esses alertas inclusive ajudando o Ibama, porque ele manda um mapa atualizado da localização precisa geográfica, ajudando com um instrumento de apoio ao Ibama –, imediatamente deveria fazer o quê? Consultar o CAR. Se o imóvel está no CAR, automaticamente nós poderíamos fazer o embargo remoto, via o próprio sistema do CAR. Porque lá no CAR você tem o nome, o CPF, todos os dados do proprietário, o embargo seria automático e a autuação também seria automática. Se o sistema não tem o CAR, aí seria o embargo imediato, embargo por edital. Ou seja, eu não preciso nem identificar quem é o proprietário, eu posso publicar o mapa – como nós fizemos, inclusive naquela época, no PPCDAm –, um mapa com o polígono da área interdita. E observem aqui à direita: uma vez que o Serviço Florestal Brasileiro recebeu o embargo remoto do Ibama, ele verifica e solicita ao proprietário a apresentação da autorização. Se o proprietário tiver a autorização para aquele desmatamento, ele simplesmente desbloqueia, ele elimina o embargo e está resolvido o problema. Agora, se ele não tiver autorização – que é a maioria dos casos, mais de 90% dos casos não tem autorização –, você tem a manutenção do embargo, envio do laudo para o Ministério Público e restrição ao crédito, suspensão de regularização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundiária, impedimento de comercialização dos produtos, ou seja, você aplica uma série de sanções.

O que eu quero dizer aqui, já encerrando, Sras. e Srs. Senadores: o Brasil possui as ferramentas e possui as capacidades do ponto de vista institucional e de recursos tecnológicos para agir imediatamente, primeiro, numa limpeza do CAR, retirando todos os imóveis que estão lá ilegalmente incluídos – terras indígenas, unidades de conservação e florestas públicas não destinadas –, já seria uma enorme limpeza; segundo, poderia embargar e autuar remotamente esses imóveis, aqueles que estão no CAR, enviando diretamente para o CPF responsável as punições e a obrigação de reparar o dano e o pagamento de multa; e para onde não há CAR e, portanto, não há CPF, fazer o embargo por edital, como prevê já a legislação brasileira.

Portanto, eu queria, senhoras e senhores, encerrar dizendo isto: nós temos essas ferramentas. E, finalmente, eu queria apresentar aos senhores o Projeto de Lei 6.230, de 2019, que foi apresentado no ano passado. É um projeto que prevê exatamente isto: é o que nós chamamos de sinal vermelho para o desmatamento ilegal. O que é esse projeto de lei? Eu pediria que os Srs. Senadores interessados... Inclusive, o Senador Fabiano Contarato esteve conosco no lançamento desse projeto de lei, que foi subscrito por mais de dez Parlamentares na Câmara dos Deputados, que é exatamente isto: colocar na lei esse fluxograma que foi apresentado aqui, ou seja, tornar obrigatório no Brasil a autuação e o embargo remoto a partir dos dados do CAR, a partir dos dados do Inpe e a partir das possibilidades do que nós chamamos de embargo por edital.

Fico à disposição dos senhores para maiores esclarecimentos. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Capobianco, pela sua contribuição, seguramente bastante importante. Eu queria lhe pedir que você enviasse aqui para a Secretaria da Comissão de Meio Ambiente o arquivo da sua apresentação, exatamente para que ele possa compor o relatório final desta audiência pública.

Eu queria registrar, com muita alegria, entre nós, a presença da nossa querida Letícia Sabatella, que também está aqui representando, assim como a Maria Paula e a Txai Suruí, o Ato pela Terra.

Eu não sei se você vai gostar, mas eu vou parabenizá-la não pelo Dia Internacional da Mulher, mas também pelo seu aniversário no dia de ontem. Meus parabéns e obrigado por estar aqui entre nós.

Bom, também já está lincado remotamente... (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Contarato, eu recebi uma mensagem de que, como V. Exa. tem a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, gostaria de fazer...

Senador Confúcio, prazer tê-lo aqui conosco, nosso Vice-Presidente.

Eu entendi que V. Exa. teria que sair. Gostaria de fazer uma manifestação como autor do requerimento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode fazer. V. Exa. tem todo o direito, como ex-Presidente desta Comissão e como...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É a sua primeira intervenção aqui na Comissão de Meio Ambiente e a sua primeira intervenção na Comissão de Meio Ambiente como membro – o que me orgulha muito – da Bancada do Partido dos Trabalhadores do Senado da República.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – É recíproco, Presidente.

Bom, Presidente, mais uma vez quero manifestar a minha gratidão a V. Exa., sempre conduzindo com brilhantismo, serenidade, equilíbrio, sobriedade a Presidência desta tão importante Comissão de Meio Ambiente do Senado, na pessoa de quem eu quero saudar a todos os Parlamentares; meu querido Senador Confúcio; os representantes do Ato pela Terra, Maria Paula, querida Leticia Sabatella, Txai Suruí; enfim, todos os convidados; o Capobianco, que é um aguerrido também na defesa intransigente do meio ambiente como direito humano essencial, como direito constitucional.

Na minha fala, eu vou... Platão falava que a sabedoria está na repetição. Enquanto Deus me der vida e saúde, eu vou estar aqui repetindo o que eu vou falar: este Governo Federal queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente antes de ser eleito; ele não conseguiu fazer de direito, mas ele está fazendo de fato. E eu falo por quê? Ele acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, ele acabou com o plano de combate ao desmatamento, ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental, ele criminaliza ONGs, ele reduz a participação da sociedade civil, já autorizou a liberação de 1,2 mil agrotóxicos, como a atrazina, acefato. O herbicida da água brasileira é 300 vezes mais nocivo à saúde do que o permitido na União Europeia e Reino Unido, há o desmatamento – isso já é uma tragédia anunciada. Um dia de funcionamento da Floresta Amazônica equivale à produção de 20 bilhões de toneladas de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chuvas, que vão fazer chover no Norte, no Sul, no Centro-Oeste, no Sudeste, controlar a salinidade nos mares. Para fazer o que a Floresta Amazônica faz num dia, nós precisaríamos de 50 mil itaipus, que levaríamos 150 anos para construir.

Então, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é uma garantia constitucional prevista no art. 225, e este Senado tem que ser mais ativo, Sr. Presidente, porque nós temos aqui o PL 2.159, de licenciamento ambiental; o 2.633 e o 510, que são de grilagem de terras. Este Governo arma grileiro, usurpa terra e quer enfraquecer os órgãos, como está enfraquecendo os órgãos de fiscalização. Eu fui relator de um projeto que queria tirar o porte de arma dos funcionários do Ibama e do ICMBio, que estão lá jogados à própria sorte. Mas ele está lá armando grileiro, incentivando usurpação de terra pública, violando o direito humano essencial, o direito ao meio ambiente. Nós temos um marco temporal, que é o 490; nós temos o 191, que é o do garimpo em terra indígena, e agora ele aproveita a guerra que nós estamos, infelizmente, presenciando, para justificar a extração de minério em terra indígena.

Este Senado tem que dar uma resposta! Não basta nós sermos só reativos, nós temos que ser proativos. E é isso o que eu espero, é por isso que eu provoquei esta audiência pública; nós temos que sempre estar aqui debatendo isso. E, desculpe-me o desabafo, Sr. Presidente, mas é porque eu não consigo entender como que nós, Parlamentares, assumimos um compromisso – todo poder emana do povo e deve ser exercido por nós, representantes legitimamente eleitos –, e, na hora em que nós somos instados a defender um direito humano essencial, um direito constitucional previsto no art. 225 desde o dia 5 de outubro de 1988, nós permanecemos inertes. Nós estamos pecando também por omissão, porque a nossa omissão é penalmente relevante, sim! Mas isso a gente tem que falar.

Então, eu queria fazer um apelo aos meus queridos colegas Senadores e Senadoras: que lutassem para efetivar esse direito humano essencial, esse direito constitucional. O desmatamento na Amazônia vai influenciar no Pantanal, no Cerrado, na Caatinga, nisso tudo. É um ecocídio o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar V. Exa. e quero me colocar à disposição de todos vocês na defesa intransigente pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Por videoconferência.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Desculpe-me, é só para corrigir uma informação. Quando eu, apressando-me na minha apresentação por causa do tempo... Eu só queria reforçar que eu falei o número do projeto de lei que foi apresentado na Câmara no final do ano passado, eu dei o número errado. O número do Projeto de Lei é o 4.450, de 2021, que foi assinado por mais de dez Parlamentares, justamente com o objetivo de incluir no sistema legal brasileiro a atuação do embargo remoto e da autuação remota. E seria muito importante, Sr. Senador, se fosse possível, que o Senado apreciasse essa matéria e eventualmente também apresentasse essa matéria conjuntamente, porque seria um avanço enorme para a fiscalização e o controle ambiental no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Capobianco.

Senador Contarato, deixe-me lhe dizer: primeiro, eu quero lhe dizer da minha sempre mais profunda admiração, mas, mais até do que pelo seu saber jurídico, a mim, o que mais me admira em V. Exa. é a capacidade que é fundamental para estar sentado nesta cadeira, que é a de se indignar. Eu acho que, quando a gente perde essa capacidade, a gente perde a razão de ser, porque eu acho que é a indignação com as coisas erradas que faz com que a gente se movimente em direção a consertar caminhos.

Eu estou à vontade porque estou aqui, por acaso presencialmente, na presença de dois seres humanos que considero igualmente respeitáveis, o Senador Confúcio e V. Exa. E eu concordo com V. Exa.: às vezes, pela natureza do Senado, dos acordos, das combinações, das convivências que nós temos que fazer, talvez acabemos sendo lenientes com questões que cada vez se mostram mais urgentes.

O IPCC, o relatório, continua dizendo: nós temos mais de 3 bilhões de seres humanos vivendo em áreas com risco climático. Eu sou nordestino, ou pelo menos escolhi o Nordeste para viver, e nós estamos vendo a desertificação em várias áreas; há redução, inclusive, da produtividade do próprio agronegócio por esse processo ensandecido de violência contra o equilíbrio.

E eu quero insistir: não é contraponto, não é contraditório produzir e preservar; nós temos inteligência suficiente para produzir e preservar. Infelizmente, os imediatistas querem produzir sem olhar para nada mais, a não ser para o livro-caixa e para a conta bancária. Então, é tudo de imediato, e a natureza está respondendo com pandemia, com resistência das bactérias aos antibióticos, com resistência aos próprios agrotóxicos. É uma corrida do mal: vai inventando, vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inventando, a praga vai resistindo; vai inventando pior, vai inventando pior... Então está claro que essa metodologia...

Eu estive agora nos Estados Unidos, como eu falei, acompanhado de pesquisadores baianos. Estivemos na Califórnia, na cidade de San Diego, onde se pesquisam os fagos. Os fagos, V. Exa., que é médico, sabe... Porque a indústria de antibióticos já está reduzindo seus investimentos, porque cria um antibiótico e não tem tempo suficiente para ter taxa de retorno, porque a bactéria rapidamente consegue ser resistente. Então nós estamos voltando sabem para onde? Para o princípio de como se combatia infecção bacteriana. E eu fiquei impressionado com a rapidez com que se está avançando numa biblioteca de fagos para cada tipo de bactéria.

Então, não é só o desabafo, mas quero dizer a V. Exa. que a sua ação aqui para nós é extremamente importante e mais uma vez quero reiterar o meu agradecimento a todos vocês do Ato pela Terra. Eu digo sempre: aqui muitas vezes a gente se olha nos escaninhos partidários, nos preconceitos partidários – "você está falando porque é do partido A, o outro está falando porque é do partido B" – e, aí, quando a classe artística se manifesta, acaba sendo uma coisa suprapartidária em defesa da causa. Na minha opinião, é um banho para ver se as pessoas despertam.

E eu continuo dizendo que a questão do art. 225 não tem nada a ver com esquerda ou direita, tem a ver com bom senso: ou nós temos bom senso na nossa vida na Terra ou nós não conseguiremos viver nela, afora a loucura das guerras que nós estamos vivendo aí. É como se fosse a barbárie vencendo a humanidade, seja no trato da mãe terra, seja nas relações humanas, em que o caminho da negociação sucumbe aos interesses da indústria bélica e da indústria armamentista.

Então, eu é que agradeço a V. Exa. a sua presença aqui nesta Casa.

Eu vou passar agora para mais...

Eu queria só combinar com vocês três, porque eu não sei também o tempo de vocês, porque nós temos uma lista de quem está remoto e vocês. Se vocês estiverem com tempo...

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – Eu posso falar rapidamente para a Leticia acrescentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem. Então, eu vou passar a palavra à Maria Paula, para depois a gente substituir. Eu estou dizendo, se vocês têm eventualmente outros compromissos – não sei –, para também poder ficar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Maria Paula, com a palavra você, obrigado pela presença.

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO (Para expor.) – Eu que agradeço. Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, é uma honra estar aqui com você, ao seu lado, falando sobre coisas tão relevantes, tão importantes.

Hoje a gente vai se unir – artistas, ambientalistas, gente de todo o Brasil – e falar sobre questões muito urgentes.

Eu hoje estou aqui não só como atriz, não só como Embaixadora da Paz, mas principalmente como mãe. Eu tenho dois filhos. Eu quero um dia que esses filhos possam me dar netos, quero que esses netos possam um dia ter filhos e assim por diante.

A gente está diante de uma situação neste momento em que, se algo não for feito, a gente vai colocar em risco toda essa linhagem que vai chegar. A gente já está tendo muitos eventos catastróficos relacionados ao clima. Realmente eles têm a ver com... O Senador falou o quanto o desmatamento está diretamente ligado tanto à falta de chuva e às queimadas, como às inundações e às tragédias que estão acontecendo. Então, existe toda uma harmonia da natureza que está sendo colocada em risco.

Existe uma série de coisas que já passaram, uma série de projetos que já passaram pela Câmara e que agora chegam ao Senado, e estamos aqui hoje para trazer essa força para esta Comissão de Meio Ambiente para que consigamos barrar coisas muito importantes. Por exemplo, em 1999, fizeram o Projeto de Lei nº 527, dos agrotóxicos. Nesse tempo de 1999 para cá, a Europa já banuiu esses agrotóxicos todos, tanta coisa já aconteceu, e agora, em 2022, a Câmara acabou de aprovar. Eles mudaram o nome, então não é mais agrotóxico, agora é pesticida, o que faz com que a população se sinta confusa, o que faz com que nós, na hora em que vamos comprar o alimento, na hora em que vamos botar o alimento na mesa dos nossos filhos para que eles possam se alimentar, fiquemos com medo se esse alimento vai causar câncer nos nossos filhos, se esse alimento vai realmente botar em risco a saúde, porque as pesquisas realmente associam ambientes onde o uso de agrotóxico é abusivo com incidência maior de câncer, ou seja, precisamos tomar alguma providência juntos, para que possamos garantir a alimentação saudável, para que possamos garantir que as próximas gerações tenham segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que hoje a gente está aqui falando de fogo, de desmatamento, e isso está realmente intimamente ligado.

Aqui no Centro-Oeste, no Cerrado, a gente tem naturalmente uma época em que fica muito seco e o fogo acontece, mas a Amazônia, por exemplo, é uma *rain forest*, uma floresta úmida. Fogo lá acontece quando causado. Então, a gente precisa realmente entender quem está provocando esse fogo. O Capobianco estava falando do registro do CAR. Esses registros mostram para a gente quem está provocando o fogo. Precisamos realmente nos organizar e punir quem está fazendo isso. A regulamentação tem que estar sendo feita. E, de várias formas, a gente não pode permitir que o desmonte da regulamentação aconteça.

Aqui, no Cerrado, a situação fica muito grave. Então, precisa haver mais investimento tanto no manejo integrado do fogo quanto no ICMBio para que ele possa evitar as tragédias. O que acontece é que já existe tecnologia de alerta de incêndios. Então, precisamos proteger de verdade antes que os incêndios aconteçam. Precisamos evitar que a Amazônia seja desmatada para que todo esse ciclo harmônico de chuvas do país e do mundo possa se manter.

Enfim, a gente está aqui hoje. Vamos fazer um ato a partir das 3h da tarde em frente ao Congresso. Convidamos todos que estão aqui e toda a população para que a gente possa se unir, como muito bem falou Jaques Wagner, de forma suprapartidária, não importa se é de direita ou esquerda. Todo mundo merece ter alimentos saudáveis na mesa, todo mundo merece ter um ciclo de chuvas harmônico, todo mundo merece ter a possibilidade de criar filhos com um futuro pela frente. A gente não pode colocar em risco o futuro dos nossos filhos.

Por isso, eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Vou chamar a Letícia Sabatella para vir para cá falar.

Estaremos todos juntos hoje, a partir das 3h da tarde, em frente ao Congresso, esperando por você que está em casa, para se unir a nós, a fim de que a gente possa unir as nossas forças. Hoje o movimento é de união.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Maria Paula, pelas suas sábias palavras. Eu digo sempre que é feminina também a mãe Terra.

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, acho que o dia de ontem também casa muito com o Ato pela Terra de hoje, que é cuidar de quem gera e garante vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Leticia, por favor.

Eu vou chamar, então, agora... Como a gente teve um presencial, queria, primeiro, registrar e agradecer a presença da Mônica Sodré, da Raps, que está aqui conosco, e chamar o Sr. Samuel Vieira de Souza, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, para sua participação.

Ele está remotamente. Está lincado o Samuel? (*Pausa.*)

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto. Obrigado.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Os senhores conseguem me ouvir e ver bem?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bem.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (*Para expor. Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, o senhor eu saúdo, todo o Plenário e todos os Senadores que estão virtualmente ou aí nessa Casa. Saúdo também com um bom-dia todos os senhores que estão aí presentes, que foram convidados para participar desta audiência pública.

Desde já, coloco aqui à disposição a Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama. Nós somos a diretoria que coordena, em âmbito nacional, as ações de combate aos ilícitos ambientais através da nossa Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental; coordenamos também a prevenção e o combate aos incêndios florestais através do Prevfogo; e também temos sob nossa responsabilidade a Coordenação-Geral de Emergências Ambientais. Esses são os três vetores em que a nossa diretoria trabalha, muito interligados à proteção do nosso meio ambiente. Na temática que foi proposta aqui... Nós estamos, para apresentar... Eu não tive, infelizmente, Senador... Peço desculpas. Da próxima vez, farei uma apresentação pelo PowerPoint até para colocar os dados, mas coloco à disposição, aqui da diretoria, os dados que forem necessários depois para a Comissão analisar.

Eu gostaria de apresentar um pouco das ações que a Diretoria de Proteção Ambiental, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça e outros órgãos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, assim como com alguns órgãos estaduais, está realizando no combate ao desmatamento e aos ilícitos ambientais e na prevenção e combate aos incêndios florestais.

Pois bem, no ano de 2021, nós tivemos um esforço de fiscalização com mais de 595 operações de fiscalização realizadas em todo o território nacional. Isso redundou em 11.445 ações de fiscalização. Muitas delas, mais de um terço dessas ações, na Região Norte, onde todos nós sabemos que temos uma dificuldade muito grande de locomoção, de logística e de empenho dos nossos agentes.

Temos feito um esforço para colocar agentes de fiscalização em campo. Neste ano, fomos premiados com um concurso público que vai acrescentar à nossa força de trabalho 595 novos servidores no Ibama e queremos – estamos com o planejamento já em andamento – colocar a maioria dessa força de trabalho para as ações de campo.

Um dado é interessante e eu gosto sempre de compactuá-lo: analisando historicamente as taxas e os anos em que o desmatamento teve uma queda substancial, como, por exemplo, no ano de 2005, nós tínhamos uma força de trabalho de agentes ambientais federais em torno de mil agentes em campo e hoje nós temos apenas 248 agentes. Isso é resultado de dez anos sem concurso público e dez anos da força de trabalho do Ibama sendo retirada por aposentadoria e outras considerações. É lógico que, para nós tentarmos minimizar esse efeito, temos buscado a integração com outros órgãos, a integração de ações com o Ministério da Justiça, principalmente com a Força Nacional, para podermos ter gente em campo, e ações também realizadas com o Ministério da Defesa, através das operações de GLO, que foram desencadeadas também para buscar presença em campo, porque sabemos que a presença no local, em campo, inibe e é uma ação dissuasória.

De agosto para cá, nós temos uma operação sendo desencadeada juntamente com a Força Nacional, na qual distribuímos um efetivo de quase 700 agentes da Força Nacional de Segurança Pública nos 23 municípios de maior desmatamento na área da Amazônia. Essa é uma presença constante, e esses agentes públicos, juntamente com os nossos agentes ambientais, estão sendo direcionados pelos alertas de desmatamento dados aqui pelo Ibama e também com o apoio do Censipam, porque estamos recorrendo a todos os órgãos de inteligência e de conhecimento para podermos ter um dado mais preciso.

Não queremos atuar só naquele desmatamento que já foi executado. Temos que chegar tempestivamente aonde o desmatamento está acontecendo, e, para isso, há uma tecnologia que estamos aperfeiçoando e colocando aqui na diretoria, através de novos meios de sensoramento, através de sistemas de comando e controle. Mas é preciso inteligência artificial, autuação remota. Podemos fazer, sim, e estamos fazendo isso aí através de um controle remoto, que pode ser muito bem feito. É lógico que, como apresentou aqui o Sr. Capobianco, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão do CAR influencia um pouco sim, prejudica um pouco essa atuação porque os dados ainda não são muito precisos. Precisamos ainda de um CAR mais aprimorado, principalmente em alguns estados do Norte. Sabemos da dificuldade que há nisso, mas isso tem trazido resultados positivos sim, essa integração de forças para podermos atuar de forma presencial no combate aos ilícitos ambientais e ao desmatamento na Amazônia.

Com relação à prevenção e ao combate aos incêndios florestais, o programa Guardiões do Bioma, no ano passado, teve uma ação muito produtiva na prevenção de incêndios. O Ministério da Justiça, através desse programa, tem uma atuação direta com as secretarias de segurança pública dos estados, e, a partir daí, com o apoio dos estados, tivemos uma redução considerável do número de incêndios florestais principalmente no bioma amazônico e no bioma do Pantanal.

Esse é um processo que está sendo aperfeiçoado com a integração do Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa, para que, neste ano, assim que começar a temporada do fogo, a temporada das queimadas, nós possamos, de imediato, atuar na prevenção, como colocou muito bem a Sra. Maria Paula. Já temos uma ideia de onde o fogo vai aparecer, embora não dominemos esse conhecimento, porque ele surge de diversas formas, e não sabemos qual o efeito que ele vai ter. Mas podemos, sim, já estar preparados para inibir e coibir o incêndio florestal, principalmente no seu início.

Também estamos encadeando, a partir deste ano, uma operação conjunta, integrada, com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal, principalmente, para atuar em cima dos grandes desmatadores. Nisso aí, nós precisamos cortar a cadeia intermediária do crime ambiental, ou seja, não é só atuar lá na ponta, com aquela pessoa que está com a motosserra derrubando árvores ou que está operando uma motobomba em uma mineração ilegal. Nós temos que cortar a cadeia de suprimentos que chegam até lá, temos que cortar os meios que chegam até essas pessoas. Essas pessoas hoje... Para os senhores terem uma ideia, em uma operação nossa, aqui, no ano passado, nós prendemos dez pessoas, com dez motosserras, realizando a preparação de um desmatamento em uma área pública não destinada. Isso aí nos surpreendeu, porque, no levantamento de dados, cada trabalhador braçal daquele estava recebendo R\$250 por dia para realizar essa atividade, ou seja, é uma atividade que envolve muito recurso, muito dinheiro. De onde vem esse dinheiro? Quem é que está pagando? Quem são os financiadores? Essas são coisas que nós precisamos... Por isso, a Polícia Federal nos apoia e trabalha em conjunto, para que nós possamos cortar essa cadeia intermediária. Duzentos e cinquenta reais por dia é uma diária muito acima da diária média de um trabalhador brasileiro, e isso está levando gente para a ilegalidade e a realizar desmatamento por causa das grandes vantagens, não só desmatamento, mas também operações ambientais ilícitas e ilegais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também feito, através do nosso sistema de autuação remota, algo de que nós precisamos... Gostaria, Senador, de aproveitar esta oportunidade que o Senado nos dá de apresentar aqui as nossas ações e dizer que é um desafio para nós, gestores públicos, porque o cobertor é curto demais – a cama é *king size*, e o cobertor é de solteiro infantil –, ou seja, nós temos que priorizar e principalmente termos apoio dos estados.

Nós sabemos que o Brasil tem uma legislação ambiental muito bem colocada, muito bem trabalhada. Temos a LC 140, que diz lá claramente quais são as atribuições dos estados no tema fiscalização e no combate ao desmatamento. Temos colocado isso para os estados.

(Pausa.)

O.k. Obrigado.

Em muitos dos nossos levantamentos remotos do desmatamento e das nossas autuações remotas, nós temos notificado os estados, porque são em áreas privadas, e essa competência é em cima dos estados pela lei. Então, nós temos notificado os estados. Muitos estados têm realizado suas ações; em alguns estados, nós não conseguimos uma efetividade disso, mas temos buscado a integração de esforços federais e estaduais em cima do combate ao desmatamento, para que nós possamos colocar a ação de fiscalização federal na prioridade, que é dentro das áreas públicas, das unidades de conservação, das terras indígenas e das áreas federais ainda não destinadas. Nós temos tido sucesso nisso em alguns estados; em outros estados, há ainda um pouco mais de deficiência, mas acreditamos, sim, que podemos implementar um sistema de integração de esforços, que poderá este ano nos render um sucesso num combate mais efetivo, tempestivo, mais forte e contundente em cima daqueles que promovem essas ações de desmatamento ilegal.

Senador, eu gostaria de agradecer aqui.

O meu tempo já deve ter encerrado.

Coloco à disposição a minha diretoria. Para qualquer informação, dado ou perguntas depois, nós estamos aqui à disposição para responder.

Muito obrigado pela oportunidade.

Um bom-dia a todos.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Samuel Vieira de Souza, Diretor da Produção Ambiental do Ibama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu falei, eu acho que essa passa a ser... Todos somos pais, mães e todos nós temos o instinto mais forte do ser humano, que é o de sobrevivência. Portanto, eu entendo – vou insistir na minha tese, na minha prece, na minha reza – que essa é uma questão de bom senso; não se trata de uma questão ideológica, trata-se de uma questão de bom senso.

Então, eu sei que o Ibama não conta com o contingente necessário para uma obra tão grandiosa, e, do ponto de vista do Senado, evidentemente, nós temos todo o interesse em dar suporte àqueles que querem estar na ponta. E não é fácil, eu sei que não é fácil estar na ponta, na Floresta Amazônica. O Confúcio, que é de um estado amazônico, sabe que não é fácil adentrar na floresta. Criminosamente sempre é mais fácil, porque as pessoas vão, mas, para entrar legalmente para fazer a proteção, não é fácil.

Digo-lhe que a nossa vontade é que o Ibama se fortaleça cada vez mais, que tenha cada vez mais transparência com as informações, para que efetivamente a gente possa cumprir nossa missão aqui.

Eu agradeço sua participação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, infelizmente, exatamente na fala da nossa amiga Letícia, nós vamos ter que nos ausentar da Comissão, porque nós temos outra tarefa ali na outra Comissão, na CCJ, que é a gente tentar derrubar a lei do armamentismo que nós estamos enfrentando aqui a partir do Governo Bolsonaro. É impressionante a tara deste Governo em querer armar a população. Então, há esse projeto agora ali, e nós vamos ter que ir, principalmente eu e o Senador Contarato. Não é nenhuma diminuição do valor deste debate aqui, mas é que realmente lá nós temos essa tarefa. E ficam aqui outros companheiros, naturalmente, para participar.

Quero chamar a atenção, e me alegra muito – a Letícia sabe disso, assim como a Maria Paula – este debate, porque nós temos uma experiência: quando eu era Deputado Federal, foi a presença desses artistas que me ajudou a aprovar uma lei de combate ao trabalho escravo. Eu venho lá do Estado do Pará, e ninguém acreditava que ainda existia, em pleno século 20, trabalho escravo dentro da floresta. Foi a visibilidade de artistas como a Letícia Sabatella, a Dira Paes, lá do meu estado, a Camila Pitanga, o Osmar Prado, que ficaram aqui nos corredores do Congresso, e essa mobilização que fez a gente aprovar esse projeto de combate ao trabalho escravo, que hoje libertou, liberta um conjunto de milhares de trabalhadores. Então,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a presença dos artistas aqui nestes debates, principalmente nesse ato que vai haver contra essa lei aí, a lei do veneno, é muito importante, porque não só emprestam a sua consciência, mas a mobilização e a visibilidade que eles têm perante a sociedade, para a gente pressionar o Congresso a derrubar esse tipo de lei, que só traz mais gravidade para o nosso país. O nosso país precisa de outras leis, que vão no rumo do humanismo e da solidariedade humana, e não da eliminação e da pregação do ódio ou do envenenamento da nossa alimentação.

Então, nós vamos ter que sair, mas sejam bem-vindas todas aqui, porque realmente o papel de vocês perante a sociedade é muito importante, por fazerem essa mobilização e pela visibilidade que vocês emprestam com suas consciências.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Paulo Rocha, Líder da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, nesta Casa. Agradeço e desejo sucesso na empreitada lá na Comissão de Constituição e Justiça. Na verdade, eu diria que a motivação aqui e lá têm a mesma matriz, a mesma raiz.

Eu vou pedir licença à Letícia para passar primeiro a palavra à Txai, que já estava aqui há mais tempo. Depois da Txai, eu vou convidar D. Sebastião Lima, para também compor conosco aqui a mesa. E, depois, alternativamente, eu falo.

Txai.

A SRA. TXAI SURUÍ (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos!

Meu nome é Walelasoetxeige, mas podem me chamar de Txai Suruí. Sou ativista indígena do povo paiter suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia, e sou mulher indígena da Amazônia. Então é um prazer estar sentada a esta mesa aqui no Senado para falar não só de dados, mas para falar da realidade que os povos indígenas vêm sofrendo no Brasil e de todos os ataques que a gente vem sofrendo diretamente durante esses tempos.

Esse ato é mais que um ato pela terra; é um ato pelas nossas vidas mesmo, a vida dos povos indígenas, que diariamente são ameaçados, que diariamente têm os seus territórios invadidos e destruídos, que têm essa segurança alimentar afetada e que têm todas as nossas famílias colocadas em risco. A gente realmente está vivendo uma guerra, uma guerra dentro dos territórios indígenas.

E a pergunta é: quando vão tirar os 20 mil garimpeiros que estão dentro do Yanomami? Quando vão tirar as 6 mil cabeças de gado que estão dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau? Quando vão tirar os garimpeiros da minha terra, a Terra Indígena Sete de Setembro? Até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando este Governo vai ter sangue indígena nas mãos? Até quando teremos que lutar contra projetos de lei que atacam diretamente as nossas vidas? E quando eu falo vidas não é a vida só dos povos indígenas, não, mas é a vida de todos. Como foi bem dito aqui, a Amazônia é fundamental para a vida no planeta, fundamental para que a gente ainda tenha um lugar que a gente possa chamar de casa ou de mãe terra.

E, como foi bem dito aqui por todos, quem está ganhando com isso? Porque não é o povo. As pessoas que se dizem que são o povo não o são. Eu vejo o povo todo dia e eu digo que o povo está sofrendo, que o povo está sendo envenenado pelo mercúrio, que o povo tem que todos os dias lidar com as ameaças de morte que a gente vem sofrendo por defender a coisa que o Brasil tem de mais preciosa, que é a nossa floresta. E todos já sabem – inclusive o mundo inteiro está falando disso – que a floresta vale muito mais em pé do que derrubada.

Então a gente está falando das vidas de todos, até daqueles que não vivem na Amazônia. A gente falou de desmatamento aqui, e o que a gente viu nos últimos tempos foi um aumento do desmatamento dentro das terras indígenas. É uma luta real que a gente vem travando todos os dias pelas nossas vidas e pelos nossos territórios. E deveria ser um dever de todos se unir a essa luta e lutar pela Amazônia, lutar pela vida de todo mundo, que já vem sendo afetada aqui, como foi bem dito, pelas enchentes, o que está acontecendo na Bahia, em Minas, no Rio de Janeiro. A gente sabe que isso não é apenas o clima. Isso é realmente a nossa terra falando, gritando que a gente precisa fazer algo, que a gente precisa fazer agora, que tem que ser agora, porque a gente já não tem mais tempo.

E é exatamente isso. Eu não estou aqui... Eu poderia trazer vários dados. E posso trazer. Por exemplo, a gente falou dos cadastros ambientais rurais. Isso é verdade, é uma realidade. Na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau tem mais de mil cadastros ambientais rurais ilegais, e a gente tem projetos de lei que querem legalizar isso, que querem beneficiar os verdadeiros criminosos, porque todo mundo sabe que é ilegal invadir terras públicas no Brasil. Então, por que a gente ainda está beneficiando essas pessoas?

A gente sabe, todos sabem o que está acontecendo. Todo mundo sabe que os garimpeiros estão dentro das terras indígenas, que o desmatamento está aumentando e que isso está afetando diretamente a nossa vida e está levando inclusive à morte das nossas populações. Por que a gente não está fazendo nada? Por que a gente ainda não está fazendo nada?

Então, que a gente entenda que tudo isso realmente está ligado, todos esses projetos de lei são projetos que querem acabar com as nossas vidas. Que visam simplesmente ao lucro, sem pensar naqueles que realmente estão sofrendo e estão fazendo um trabalho de proteção, que são os povos indígenas; que é a população que mais sofre também com a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climática: a população da periferia, o povo preto. Então, que a gente se junte a esse Ato pela Terra, que é um ato pela vida de todo mundo, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, porque a Amazônia não é importante só para a gente, a floresta não é importante só para a gente, mas é importante para todos. E que a gente, então, saiba valorizar isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Txai. Eu acho que suas palavras são extremamente importantes, porque como você disse, você não é... São meritórios também os que observam e se alinham. As suas palavras têm um poder maior porque você não é uma observadora, você é uma vivente do problema, você é uma sofredora do problema diretamente com sua gente, com sua tribo, com seus irmãos e irmãs. Então, é óbvio que o depoimento é – eu diria – mais dramático e mais... Não mais verdadeiro do que todos que o fizeram aqui, mas eu diria que é mais próprio, porque é de quem está lá, de quem desperta a consciência. Você é uma jovem. A gente já esteve junto na COP 26. Você nos ajuda também no nosso Fórum da Geração Ecológica, para formular um esboço legislativo que possa contribuir para que o Brasil dê essa guinada.

Na minha opinião, pelo menos, quando você pergunta quem está ganhando, é porque hoje nós vivemos uma grande subversão, Senador Confúcio: a economia manda na política, quando a política deveria mandar na economia. Entendendo a política como a arte de organizar os seres humanos no planeta Terra.

Então, deveria ser essa a primazia da ordem: a política para dizer como queremos viver; e aí teremos que ajustar a economia para que ela suporte isso aí. Infelizmente, nós botamos a pirâmide de cabeça para baixo. O reinado é dos setores financeiros, da economia; e os seres humanos é que se submetam para se ajustarem ao que o dragão financeiro deseja para si. É a completa subversão de valores.

A nossa evolução tecnológica sempre foi no sentido de libertar os seres humanos, e não de escravizar os seres humanos. A máquina foi inventada, a roda foi descoberta para que a gente não pudesse trabalhar tão pesado. E hoje a gente vivencia o contrário: a tecnologia apontando para um trabalho cada vez mais precário, como é o dos nossos entregadores de alimentos dos quatro cantos da Terra, ou o dos motoristas de Uber, que não têm nenhum tipo de garantia do trabalho que fazem, ou a busca incessante do lucro, da madeira ilegal, do ouro retirado ilegalmente, da terra expropriada e por aí vai.

Aqui nós estamos vivendo, na minha opinião, uma crise civilizatória realmente, da barbárie vencendo a humanidade, e está a cada dia mais batendo na nossa porta, porque até o comportamento de muitos dos nossos é um comportamento que não tolera mais o contraditório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contraditório é para ser tratado a bala, como pretende o projeto que está em votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas eu agradeço a sua participação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro. Veja se está ligado o seu...

A SRA. TXAI SURUI (Para expor.) – Está... Está ligado.

Eu só queria comentar mais uma coisa que eu esqueci, não é? Diante de todos esses ataques desse Governo anti-indígena e anti-ambientalista que a gente vem sofrendo, eu queria comentar que eu espero que este Senado... Não é? Eu descobri aqui que hoje vai ser votado o requerimento do PL 191, que permite mineração em terras indígenas. Então, eu espero que esse tipo de requerimento não passe, porque o que na verdade a gente está decretando aqui todos os dias, com o enfraquecimento das nossas leis ambientais e, como foi bem dito, o enfraquecimento dos nossos órgãos ambientais... Lá em Rondônia, onde eu vivo, os servidores da Sedam estão levando tiro quando vão proteger as unidades de conservação. Que não passe, porque, senão, a gente está decretando – e a gente não tem que ter medo de falar – um genocídio.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Txai. Ai, eu vou pedir a você só para ceder para D. Sebastião, para poder compartilhar conosco esta mesa.

E eu vou passar a palavra agora à Sra. Marta Lisli Ribeiro de Moraes, Secretária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ela está desconectada?

Então, para alternar com os presenciais, eu vou passar para a Ane Alencar, Diretora de Ciências do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam).

Senador Esperidião, eu já registrei o seu pedido de palavra. Eu só estou tentando privilegiar os convidados e, evidentemente, já lhe passo a palavra.

A SRA. ANE ALENCAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Jaques Wagner. Obrigada a esta Casa por nos receber, aos demais Senadores, aos colegas do Ato



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pela Terra e aos demais palestrantes. Eu acho que esse é um tema fundamental, não é? Eu faço voz ao coro do Ato Pela Terra.

Eu trago aqui, Senador, alguns dados que eu acho que são super-relevantes para essa discussão. Então, eu gostaria de pedir para poder apresentar uns eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já está autorizado? (*Pausa.*)

Já.

A SRA. ANE ALENCAR (*Por videoconferência.*) – Eu não estou conseguindo aqui. Ah, o.k.

Vocês conseguem ver minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim.

A SRA. ANE ALENCAR (*Por videoconferência.*) – Eu acho que não dá para começar esta apresentação sem falar sobre o passado do Brasil, um país continental. Nós perdemos um terço da nossa vegetação nativa nos últimos 36 anos. Então, esse é um impacto das ações humanas sobre os recursos naturais, a vegetação nativa do nosso país, numa velocidade muito grande. E aí eu acho que a gente tem que refletir sobre o que nós ganhamos com isso, qual o nível de desenvolvimento, por exemplo, de todo esse vermelho que está na Amazônia. Então, eu acho que essa é uma questão de fundo, que vai muito além das coisas que a gente vai discutir aqui.

Muito dessa área que foi desmatada no Brasil foi ocupado por áreas de pastagem, mais recentemente áreas agrícolas, mas principalmente áreas de pastagem. Na Amazônia, principalmente áreas de pastagem.

Isso trouxe para a gente uma situação onde o fogo, as queimadas estão muito presentes nos ambientes. Muitos desses ambientes – a Maria Paula trouxe muito bem – são sensíveis ao fogo, ecologicamente falando, como a Amazônia, por exemplo. A Amazônia é uma floresta úmida, o fogo deveria ser naturalmente muito raro na floresta, mas o que a gente vê é que 41% de toda a área que foi queimada nos últimos 36 anos ocorreu na região, uma mudança muito brusca do regime natural de fogo da Amazônia. Isso inclusive foi ressaltado num artigo científico que saiu dois dias atrás, dizendo que a Amazônia está cada vez mais perto desse ponto de não retorno, a Amazônia está perdendo a sua capacidade de resiliência a grandes mudanças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, para chegar no desmatamento – porque eu tinha me preparado também para 15 minutos, então eu estou que nem o Capobianco aqui, correndo um pouco –, para chegar a falar do desmatamento e de medidas que podem ajudar a combater o desmatamento, a gente vai dar um enfoque aqui na Amazônia. A Amazônia, de fato, representa grande parte da perda de vegetação nativa do Brasil. E o que é interessante, o número também o Capo trouxe, que veio do MapBiomas Alerta, é que grande parte dos alertas de desmatamento é ilegal, 98% dos alertas de desmatamento no Brasil têm indício de ilegalidade, grande parte deles está na Amazônia.

O que a gente está vivendo hoje é uma retomada do desmatamento em taxas alarmantes. Então, a gente pode ver aí o crescimento. No último período – dado oficial do desmatamento – mais de 13 mil quilômetros quadrados de taxa, uma taxa que só foi maior em 2005, 2006. Então, é muito preocupante. E não dá para a gente traçar medidas de como derrubar esse desmatamento sem a gente entender como ele acontece. E aí eu trago sempre essa imagem, eu já vim aqui a esta Casa algumas vezes, mas a gente refaz e atualiza os dados, então esses dados são com os dados do Prodes: mais da metade do desmatamento tem ocorrido em terras públicas, principalmente nas florestas públicas não destinadas. Então, isso de fato não deveria estar acontecendo. Se a gente pega esses 13 mil quilômetros quadrados e pega metade desse montante, pelo menos 6 ou 7 mil quilômetros quadrados aí desse desmatamento não deveria estar acontecendo, isso é por si só ilegal. Sem falar do desmatamento ilegal que ocorre dentro dos imóveis rurais, porque não pegaram licença ou foram além do que é estabelecido pelo Código Florestal.

Então, para a gente ter uma noção melhor desses dados, a gente pegou esses dados, colocou em cima do Bioma Amazônia, recortou esses dados, por isso que os dados diminuem um pouco, para ver onde eles têm acontecido e qual a diferença do que era antes deste Governo e agora. Então, houve um aumento significativo na taxa de... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sua internet deve ter caído aí, Dra. Ane. A senhora não está conseguindo contato. *(Pausa.)*

Então, vamos mudar.

Vamos passar então para a Leticia Sabatella.

A senhora pode utilizar o tempo agora, até que ela consiga se organizar por lá. Está bom? Fique bem à vontade. A senhora tem o tempo à sua disposição.

A SRA. LETÍCIA SABATELLA (Para expor.) – Bom, eu me sinto honrada de poder participar de algum modo de uma mesa com uma representante indígena como a Txai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que nós estamos num mundo em guerra e nós estamos vivendo um momento em que a gente vê que as contaminações estão acontecendo em diversos setores: a contaminação por vírus, a contaminação por violência, a contaminação pela desigualdade, por injustiças. A gente fala de vários tipos de contaminações geradas por um grande desequilíbrio, a gente só vai conseguir combatê-las e a gente só vai conseguir ter um mundo em paz se a gente usar essa palavra que é muito bem colocada pelos nossos povos originários, pelos nossos sábios mestres indígenas, quando eles falam que a gente precisa ter um equilíbrio com a natureza, um equilíbrio entre os povos, um equilíbrio entre as espécies.

A ganância, a gente já viu que ela não é um bom crivo econômico, ela não é um bom patamar de se pensar em economia, quando a gente pensa em: economia para quem? Crescimento econômico para quem? Quem lucra e quem realmente se beneficia? Para que serve esse crescimento, esse acúmulo de uma riqueza transferida de diversas outras espécies existentes, de diversas outras entidades viventes neste planeta? E a que serve e para que serve?

Então, essa distribuição desse bem comum gerado por uma casa comum, que precisa se tornar cada vez mais sagrada, e não recurso econômico, não vista dessa maneira, e reconhecida como o que de fato é: é vivo, é um ser vivo repleto de vida e que precisa desse ecossistema funcionando em equilíbrio para que haja saúde mental, saúde física, saúde social. E a gente está falando disso simplesmente: como nós vamos viver em uma sociedade que seja saudável, saudável em todos os sentidos? A gente está falando de saúde, simplesmente disso: de menos epidemia, de menos câncer, de menos depressão, de menos destruição, enfim, de menos doenças. A gente está falando disso, de uma saúde social. A riqueza transferida para algum grupo de seres gananciosos não vai gerar essa saúde planetária de que a gente precisa, essa saúde social, essa saúde humanitária de que a gente precisa nesse mundo.

Quando a gente fala de tecnologias necessárias para conter desmatamento, para conter queimadas, para conter essa devastação que a gente vê, a maior tecnologia, a primeira que deve ser respeitada é a permanência de povos originários que sabem, que plantaram o meio ambiente em que nós vivemos, que plantaram a floresta que nós conhecemos desde tempos primordiais, e a gente precisa respeitar a existência e a permanência desses povos, desses agentes, que são a primeira tecnologia que deve ser implantada, e não destruída, não ridicularizada, muito menos ridicularizada e menosprezada, invadida, agredida. Sim, os nossos povos originários precisam estar presentes em toda terra, em toda floresta, em toda nascente de rio, porque assim a gente vai aprender com eles, e a gente precisa ouvi-los e aprender com eles como lidar, como manejar, como sobreviver, como conhecer a vida que vem milenarmente sendo plantada, sendo difundida, existindo em equilíbrio permanente, numa harmonia permanente desde tempos imemoriais para nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso histórico nesse país é de uma invasão constante, é de um desrespeito constante a esse conhecimento. A gente já avançou, e muitas vezes a gente conseguiu aprender e conseguiu recuperar esse conhecimento, e conseguiu perceber o valor dele, mas estamos vivendo um momento em que parece que todos esses avanços foram esquecidos, com uma linguagem muito truculenta, uma falácia muito truculenta, uma ganância imoral, mas muito explícita e colocada de uma forma muito agressiva, que parece que toma a razão das pessoas, parece que toma a pauta como sendo algo lógico no mundo em que a gente vive, onde a lógica de simplesmente crescer o mais forte, de crescer economicamente, de ganhar, de lucrar, parece que isso vai se impondo. E não é isso que vai gerar uma transformação e uma sociedade progressista de fato, que progrida, que não retroceda. A gente não pode voltar a tempos pré-feudais nesse momento do mundo.

A melhor maneira de se combater uma guerra não é invadindo terras indígenas e proporcionando mineração em terras indígenas, mas, sim, a melhor maneira de se combater uma guerra é buscar a melhor fonte, as melhores matrizes energéticas de vida que a gente tem, que correspondem a esse conhecimento do que é necessário para que haja esse equilíbrio.

Eu tive experiências com povos indígenas, com o povo craô, onde eu fiz toda uma pesquisa de arte. Na verdade, era sobre o palhaço sagrado do povo craô, mas toda essa minha pesquisa me fez conhecer os limites e a unidade que eles formam com a natureza, a importância de você respeitar lugares que são santuários ecológicos, que são nascedouros de vida. Mesmo podendo existir fome, podendo existir dificuldade, eles nunca ultrapassavam esses limites, nenhum povo originário fez isso ao longo de sua história. Eles sempre respeitaram, sempre praticaram a caça, sempre extraíram da natureza muitas coisas, mas eles sempre respeitaram esses limites sagrados, que não são sagrados metafísicos simplesmente, mas são sagrados pragmáticos mesmo, porque, se você invade esses limites, você acaba com uma vida de qualidade. E, se você acaba com uma vida de qualidade, você acaba com a saúde e você vai caminhar... A nossa humanidade, o nosso país, a nossa sociedade não vai conseguir progredir, ela vai sempre estar gerando muito mais miséria do que riqueza, e a riqueza vai ser restrita a um grupo de pessoas, mas a miséria vai ser ampliada para a maioria das pessoas. Então, eu não acho que nós devemos simplesmente olhar para minorias que estão sofrendo e estão morrendo, nós devemos olhar para a maioria que vai viver cada vez mais com menos qualidade, com mais miséria de recursos necessários para uma vida saudável.

Muito já foi falado – estou gostando muito dessas explicações mais pragmáticas neste momento, de dados, de números –, mas esse pacote que a gente está chamando de "pacote da destruição" mesmo, de leis que estão validando ações que a gente pode chamar de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosas, de desrespeitosas, em que há total ausência de bom senso, total ausência de equilíbrio, total ausência de limites, precisa ser combatido veementemente.

Então, é um clamor mesmo, muito emocionado, para que a gente não veja isso acontecer, com a urgência que esse fato pede. Que a gente possa barrar essas leis, porque elas são imorais, elas não têm a legitimidade do que a gente pode protagonizar no nosso país, grandioso, muito rico culturalmente, muito rico ambientalmente. A gente pode ser um país mais exemplar na preservação do seu patrimônio ambiental. Não se trata de recurso, mas de patrimônio, de uma casa comum que nós precisamos ter a partir do momento que a gente saiba respeitar toda a diversidade que há, os povos, principalmente os povos mais próximos das áreas florestais, das áreas...

O Cerrado é uma floresta tão importante quanto a Floresta Amazônica, que também não pode ser menosprezada e tratada por muitos fazendeiros como apenas um mato; não, ali há remédios, ali há soluções para fome, soluções para várias doenças, ali há tecnologias que de fato nós desconhecemos pela nossa arrogância.

Então, é urgente que nós possamos nos colocar e é um apelo a toda a população que não permita – não permita. E onde há povo indígena, onde há povo ribeirinho, onde há quilombola, onde há pessoas que sabem conviver com a natureza, com esse ecossistema em equilíbrio há a preservação desse meio ambiente. É muito necessário que a gente preserve o meio ambiente com esses povos presentes ali. Eles estão ali, porque eles são necessários para a nossa sobrevivência em qualquer metrópole, em qualquer capital de estado do nosso país.

A gente precisa ter água de qualidade; a gente precisa ter alimento de qualidade; a gente precisa fortalecer modos de produção agrícola que fortaleçam mais os pequenos agricultores e não simplesmente grandes extensões de terra, que produzem pragas pelo desmatamento que geram e que produzem a necessidade de mais agrotóxicos; a gente precisa fortalecer os pequenos, fortalecer a agricultura familiar, porque a gente vai gerar emprego, a gente vai gerar alimento de qualidade na mesma quantidade que a gente precisa para viver.

Então, é muito importante que a gente olhe para esses detalhes, para a gente descentralizar poderes coronelistas, para a gente poder fortalecer a população brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Letícia, pela sua intervenção. Eu confesso que fiquei aqui apaixonado pelo sagrado pragmático, e não é só o sagrado – me permita aqui, D. Sebastião – no sentido *stricto sensu*, é o sagrado no sentido de que ele é sagrado porque dele dependemos para a nossa sobrevivência e existência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua fala. Eu só pergunto se a Ane já está reconectada. Caiu?
(Pausa.)

Então, eu vou convidar a Sra. Marta Lisli Ribeiro de Moraes, Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Jaques, eu queria só deixar registrada a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senadora Eliziane. Eu queria só deixar registrada. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Marta, só um minutinho, porque a Senadora pediu aqui a palavra e em seguida você fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, eu só quero me inscrever, Presidente. A gente a ouve na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, tá. Desculpa.

Marta, com você a palavra.

A SRA. MARTA LISLI RIBEIRO DE MORAIS GIANNICHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Jaques Wagner, obrigada a todos que nos que nos ouvem, os demais Senadores e autoridades presentes aí nessa plenária, as pessoas que nos ouvem em casa, os palestrantes que também estão contribuindo para esse debate.

Para quem não me conhece, eu sou a Marta Giannichi, eu sou Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais aqui do Ministério do Meio Ambiente, sou doutora em conservação florestal.

Como gestora pública, aqui eu vou trazer um pouco do que a nossa secretaria faz e também vou trazer um pouco de fatos e dados. Como gestora pública, esse é o nosso papel.

Dentro da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, a gente cuida de temas prioritários para a agenda do Ministério do Meio Ambiente. Além do desmatamento ilegal e de incêndios florestais ilegais, de que a gente faz a coordenação junto às nossas autarquias, Ibama e ICMBio, a gente também desenvolve as políticas de pagamento por serviços





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais e as nossas políticas de redução de emissão, de desmatamento e degradação, nossa política de REDD+. Essa é uma política com que talvez as pessoas não estejam tão familiarizadas, mas é uma política muito importante para a captação de recursos que são voltados para a gente promover pagamento por serviço ambiental e uma melhoria de qualidade de vida, no geral, da população que está associada à vegetação nativa.

É importante trazer, como secretaria da Amazônia, que a gente tem 25 milhões de pessoas vivendo na Amazônia, em centros urbanos, em terras indígenas, em áreas remotas. São 25 milhões de pessoas, 25 milhões de cidadãos, de brasileiros que merecem ter acesso a melhor qualidade de vida e garantia de emprego e renda, assim como os das outras regiões do Brasil.

Como Ministério do Meio Ambiente, o que a gente tem feito? O desmatamento é um tema transversal, é um tema cuja coordenação é do Ministério do Meio Ambiente por competência, mas envolve outros ministérios, envolve outros entes federativos também. Por isso, a gente tem uma comissão que a gente denomina Conaveg, que é um colegiado que conta com a presença de outros ministérios para que a gente discuta, debata e delibere sobre as ações que vão ser tomadas pelo Governo Federal relativas a esse tema. Então, não só o Ministério do Meio Ambiente está presente, mas a gente tem o Ministério da Defesa, a gente tem o Ministério da Economia e a gente tem o Ministério da Justiça, que é muito importante para essa agenda e com o qual a gente, inclusive, no final do ano passado, assinou um acordo de cooperação técnica que prevê a integração das agências, porque, como o meu colega Samuel Vieira, do Ibama, falou muito sabiamente, o desmatamento ilegal é a ponta do *iceberg*. Na verdade, há uma rede de crime organizado que está por trás dessa cadeia que envolve não só o crime ambiental, mas outros tipos de crimes também.

Então, a gente precisa do poder de polícia nessa agenda. Por isso, é essencial o protagonismo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e ele, inclusive, vêm ocupando esse espaço de protagonista com a atuação da Força Nacional. Desde agosto do ano passado, a gente já enviou 700 homens da Força Nacional para as ações de combate ao desmatamento. Este ano, a gente prevê ainda enviar 1,2 mil homens, além desses 700 que já estão trabalhando nessas ações nos municípios que são mais críticos para combate ao desmatamento. É necessária a presença da Força Nacional, é necessária a presença da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, juntamente com os fiscais do Ibama e do ICMBio. A gente precisa de efetivo no chão, a gente precisa de gente combatendo o desmatamento, de presença ostensiva. Só assim a gente vai conseguir, de fato, reduzir esses números.

Também, a título de conhecimento, no ano passado, de todo o orçamento que foi designado para o Ministério do Meio Ambiente, para as autarquias, a gente conseguiu executar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

98,5%, com tecnologia, com equipamentos, viaturas, caminhões e todo o aparato necessário para a gente conseguir avançar nessa agenda.

Aqui também uma fala que o Samuel fez, mas que eu vou reforçar: o desmatamento é de responsabilidade compartilhada não só entre o Governo Federal – então, com o esforço das multiagências nesse tema –, mas também entre os entes federativos, com a responsabilidade compartilhada com os estados também nas unidades de conservação estaduais e também nas áreas privadas. Então, é por isso que é tão importante aquela notificação do Ibama que o Samuel tanto trouxe aqui para que a gente envolva também os estados nesse desafio.

Com relação à agenda de incêndios, é importante a gente destacar o papel muito importante que teve o programa Guardiões do Bioma no ano passado, que foi desenvolvido também em parceria com o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Regional, a liga de bombeiros dos estados, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o ICMBio, no qual a gente conseguiu observar, no final do ano passado, uma queda de 16% no número de focos de calor em comparação com o ano de 2020, com destaque especial para o bioma Amazônia, onde a gente teve uma queda de 27%; uma queda de 67% no Pantanal; e uma queda de 52% na Caatinga. Nessa ação, no programa Guardiões do Bioma, foram envolvidos 8 mil profissionais, diversos equipamentos, aeronaves, embarcações, caminhões, e a gente conseguiu combater 91% dos focos de incêndio. Foram 16 mil focos de incêndio combatidos em 11 estados. Além disso, o Ibama e o ICMBio também contrataram 3.185 brigadistas, fornecendo treinamento, capacitação e protegendo cerca de 800 mil hectares de área contra incêndios florestais. Além disso, a gente sabe que existem as ações ostensivas de comando e controle.

Mas, além disso, a gente também precisa trazer emprego e renda, a gente precisa garantir alternativa. Quando você faz uma ação de combate a desmatamento, principalmente em áreas que são altamente dependentes da ilegalidade, você precisa não só combater, você precisa também trazer alternativas. Quais são essas alternativas? É alternativa de valorização da floresta em pé por meio da política de pagamento por serviço ambiental; a gente tem o programa Floresta+ aqui no Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente articulou também para que essa política de nível de ministério fosse trabalhada de uma maneira que fortalecesse a agenda de pagamentos por serviços ambientais. Então, ela se tornou lei, hoje a gente tem a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais por lei. É uma agenda que precisa ser avançada, principalmente considerando as dimensões que a gente tem de área de vegetação nativa que são protegidas no território brasileiro, que são 66% do território.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses são mecanismos de valorização da floresta em pé, que vão trazer garantia de emprego e renda para a população rural, principalmente para aqueles 25 milhões de amazônidas que estão vivendo na Amazônia e que precisam de alternativa real e de melhora de qualidade de vida.

Eu agradeço aqui a atenção que eu tive de todos desta Casa, deixo um ótimo dia para vocês e permaneço à disposição aqui no Ministério do Meio Ambiente para qualquer diálogo e debate que vocês julguem interessantes. Nossa casa aqui está de portas abertas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Marta, Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais do MMA.

Eu queria destacar na sua fala essa parte final, de que pessoalmente aqueles que são predadores, em geral, Senador Confúcio, dizem que "ou desmatam ou não geram emprego". Em geral, é essa falsa dicotomia que eternamente se coloca – "eu só vou gerar emprego..." –, o que não é verdade, porque, como já se disse aqui, a mata em pé tem muito mais valor a agregar do que a mata derrubada. Todo mundo sabe que na criação... Nada contra, mas, na criação de gado – vou dizer pela Bahia –, a cada mil animais, você emprega um vaqueiro, ao salário que a gente conhece. Então, eu acho que essa parte é fundamental. E eu sempre trabalho aqui que a gente não pode cair nessa falsa dicotomia de que: está aqui emprego, está aqui desmatamento; só acontece um dependendo do outro. E realmente eu acho que o pagamento de serviços ambientais e toda uma gama de atividades laborais que você pode incentivar, não tenho dúvida nenhuma, vêm ao encontro disso, porque evidentemente as pessoas querem trabalhar e precisam trabalhar, precisam produzir, precisam sobreviver. É por isso que eu defendo a tese da sustentabilidade tripartite: econômica, social e ambiental. Se as três não estiverem andando juntas, na minha opinião, não andam. Essa é a minha opinião. Ou, se andam, andam produzindo só coisas erradas.

Senadora Eliziane, só para dizer... Não, é porque o Senador Esperidião... (*Risos*.)

Eu não estou brincando. É que naquela hora eu estava olhando para lá e achei que era a moça, a Marta, que estava falando.

Não sei se V. Exa. tem premência, mas Confúcio também pediu a palavra, assim como o Senador Esperidião. Eu estava esperando concluir os nossos convidados para, então, passar. Pode ser?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Claro, Presidente, vamos seguir a ordem dos inscritos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então eu queria passar agora, alternando... A Ane já está de volta? (*Pausa.*)

D. Sebastião, eu vou lhe pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não há ninguém, mas, se você quiser sair, fique à vontade.

A SRA. LETÍCIA SABATELLA – Eu acho que eu vou ter que sair daqui a pouco, mas eu quero ouvir mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De qualquer forma, Letícia, eu lhe agradeço a presença...

A SRA. LETÍCIA SABATELLA – Tenho uma jornada longa pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei que a gente ainda vai se ver no ato da tarde.

A SRA. LETÍCIA SABATELLA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço muito aqui a sua contribuição com a sua fala. Aqui, presencialmente, nós temos só o D. Sebastião, mas, repare, se você tiver...

A SRA. LETÍCIA SABATELLA – Muito obrigada mesmo, porque, como vai haver uma longa jornada, tarde e noite adentro – e também acordei bastante cedo para poder pegar o voo –, eu quero ainda ouvir um pouco vocês, mas vou deixar esta mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, de qualquer forma, pela sua participação.

A SRA. LETÍCIA SABATELLA – Foi uma honra muito grande. Obrigada, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria só fazer uma breve colocação para o senhor. É o seguinte: meu assessor acabou de me falar que nós estamos com o PL das armas na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... a sessão está começando, e eu tenho um encaminhamento para fazer. Se os colegas me permitissem...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, faça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... isso me ajudaria bastante para eu poder...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, porque lá também é um PL perigoso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que o Contarato e o Paulo Rocha estavam aqui e também se retiraram para a mesma missão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar a todos aqui presentes.

Quero destacar, por exemplo, a importância, na verdade, desta audiência que trata, dentre outras questões, da questão da... E queria destacar a questão da valorização do ato, que ocorrerá hoje à tarde, dos artistas.

Eu fiquei muito feliz, Presidente, quando tive a informação da realização desse ato hoje à tarde. A presença dos artistas, inclusive aqui nesta audiência, porque é fundamental a junção de todos diante do cenário que nós estamos vivenciando hoje.

Eu queria cumprimentar a Letícia; a Txai – não sei se ela está aqui –, que é uma jovem fantástica, extraordinária. Cumprimentar o D. Sebastião; a Maria Paula, que também vi agora há pouco aqui do lado. E dizer o seguinte, que eu fico muito feliz com essa junção, Presidente, porque a gente está vivendo uma escalada de desmatamento e queimadas no Brasil sem precedentes.

Com todo o respeito, inclusive, para com a secretária que acabou de fazer a sua exposição, fica muito claro que ela, naturalmente muito qualificada... Mas as ideias não combinam, não são compatíveis com os atos que são apresentados por este Governo. Nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos quatro anos, de forma muito clara, o Governo dia após dia aumenta... O Governo não, a sociedade... O Brasil aumenta os índices, e claro incentivados naturalmente pela política do Governo Federal, no que se refere ao desmatamento e às queimadas. A gente vai pegando todos os biomas do Brasil e são realmente números preocupantes.

Por exemplo, em 2019, nós tivemos um desmatamento de 10 mil quilômetros quadrados. Foi o maior desde 2008. E a gente pensou: não, pode ser que melhore agora, porque o impacto foi muito grande. O que nós vivemos no ano seguinte? Um aumento ainda maior, para 11 mil quilômetros quadrados, ou seja, nós tivemos um aumento, desde 2008, de 47%.

Aí você veja: por exemplo, o Pantanal teve 30% de sua área queimada. É um percentual altíssimo! Só no Pantanal Mato-Grossense, o percentual chegou a 40%. Isso significa 2,1 milhões de hectares. É uma coisa assustadora, Presidente. Aí a gente vai ver que na Mata Atlântica o desmatamento aumentou 400%! E a gente percebe agora, claramente, o Governo incentivando... Sempre incentivou. E agora, inclusive com uma desculpa totalmente esfarrapada, incentiva novamente mineração em terras indígenas. Então, é algo realmente muito preocupante.

Eu acho que o ato de hoje reunindo a sociedade civil, artistas que estão vindo para cá para o Congresso Nacional, é algo muito importante, é um alento para juntar forças. V. Exa. com a Comissão de Meio Ambiente, com a Frente Parlamentar Ambientalista e com todas as demais organizações... Porque temos realmente feito um trabalho intenso no combate a tudo isso que a gente está acompanhando, essa junção de forças se torna realmente muito importante.

Eu quero só finalizar, Presidente, porque nós estivemos na COP 26 e ali, quando nós apresentamos o documento... Aliás, foi o único documento que a gente levou para equiparar, para fazer um contraponto ao que o Governo Federal estava colocando... Porque tentava passar uma imagem que não é real do Brasil, infelizmente. Eu até cheguei no estande, vi aquele monte de coisa e disse: Nossa, que país é esse aqui? Eu queria conhecer esse país, porque é um país incrível, maravilhoso, como foi apresentado. Mas na verdade a gente sabe que, na prática, a realidade não é bem aquela.

E nós apresentamos lá, inclusive, na cúpula, no espaço da Cúpula dos Povos, onde estava a sociedade civil... Apresentamos de forma muito clara o cenário brasileiro, registramos a nossa preocupação, que é fundamental, até para que o Governo ficasse constrangido diante de fatos não verdadeiros que eles estavam colocando ali na COP 26. Aliás, eu acho que até muitas dessas nossas ações – V. Exa. participou de forma muito intensa – levaram o Governo a recuar em alguns pontos, como assinar alguns protocolos de metas, enfim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu queria só cumprimentá-lo, Presidente, parabenizá-lo pela iniciativa, cumprimentar todos que estão participando desta audiência pública. É a junção de forças que vai fazer a gente breçar um pouco da desconstrução, do desmatamento e das queimadas que a gente infelizmente tem vivenciado no Brasil, como nunca a gente vivenciou e como nunca se viu na história do nosso país.

Muito obrigada, Presidente.

Eu queria pedir também permissão...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... porque eu preciso ir para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora Eliziane, obrigado pelas suas palavras e participação.

D. Sebastião, vou lhe pedir vênha, porque também o Senador Confúcio, que é Vice-Presidente desta Comissão... Na verdade, todos estamos preocupados com o PL das armas na Comissão de Constituição e Justiça...

E eu passo a palavra, então, ao Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, todos os demais ilustres palestrantes, brilhantes palestrantes, esta audiência pública é histórica.

Um comentário sobre os acontecimentos. Quando o Ministro Ricardo Salles, numa reunião ministerial, aproveitou um momento e falou "vamos deixar passar a boiada", aquilo não foi uma palavra à toa. Aquilo não foi algo assim de um oportunismo ocasional de conversa de bar; aquilo foi uma reunião de governo, onde ele falou "vamos aproveitar que o Congresso está em recesso, está com outras preocupações, e vamos passar as leis todas que favoreçam o desmatamento, a garimpagem, a predação, a desordem, vamos aproveitar!". Isso que ele falou, claramente.

Quando eu ouço aqui os ilustres representantes do Governo, o Samuel Vieira e a Dra. Marta Lisli, com toda a boa vontade apresentando dados de serviços e ações prontas de governo, de colocar mais gente no campo para o enfrentamento, eu vejo que é um ano eleitoral, é um ano difícil de contratar gente e colocar mil, 2 mil pessoas no campo efetivamente. É um ano do discurso para eleição de um ou de outro. Logicamente, o discurso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior do Ricardo Salles vai prevalecer agora, e muitos deles são até candidatos a Deputados e Senadores por aí afora.

Então, o que nós estamos observando é realmente um desmonte visível, não é? Não é que queira falar mal disso ou daquilo. Eu sou lá de Rondônia e eu vejo a situação. Eu vejo a Txai aqui falar sobre a questão das terras indígenas, eu conheço tudo! Conheço todos os detalhes! A mãe dela, a Neidinha Suruí, uma guerreira de uma organização social em defesa dos índios, não sei como foi não assassinada. Dias atrás, ela estava sendo procurada para ser assassinada, ela teve que se esconder por lá.

Quantas vezes eu era Governador do estado e eu mandava proteção para elas, dentro das florestas, proteção dos índios, para expulsar invasores das terras da maior unidade indígena do estado, que é a terra dos índios uru-eu-wau-wau. Eu fazia isso com ela para proteger a vida dela para enfrentar os desmatadores, ladrões de madeira, tudo isso.

Então, todos os temas apresentados aqui são importantes, e o que o Capobianco falou é uma verdade indescritível sobre a falsificação do CAR, o CAR sendo legitimado em terras de grilagem, em unidades de conservação. Então, tudo isso são ações em que a nossa Comissão tem que ser guerreira, a nossa Comissão tem que ser assim uma Comissão de Meio Ambiente que levante a bandeira da paz e da proteção ambiental, não a bandeira falsa de um patriotismo que conduz à barbárie: colocar na porta, nas porteiras das fazendas, uma bandeira do Brasil e esconder o crime lá atrás. Isso é o que está acontecendo. Então, a nossa Comissão aqui tem que ser... Eu vejo os Senadores e Senadoras que falam que a gente tem que realmente pegar firme, inclusive esses projetos de lei que estão em andamento aqui nós temos que obstruir, nós temos que obstruir, meu Presidente Jaques Wagner, colocar todo o regimentalismo favorável para nós podermos usar os espaços de oposição para não deixar tramitar isso ou votar simbolicamente numa jogada de descuido, isso é fundamental.

Então, dessa forma eu me coloco inteiramente à disposição. Nós temos que realmente colocar na cabeça que os povos do Cerrado, tradicionais, os povos da Amazônia, os ribeirinhos são pobres e eles não têm renda, mas têm a riqueza, têm uma economia ainda guardada, potencializada, que é a bioeconomia. Nós precisamos de uma Embrapa, uma Embrapa da bioeconomia. Uma Embrapa com outro nome, com dinheiro, com pesquisadores para a gente poder extrair da floresta a riqueza e oferecer aos seus povos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio Moura. V. Exa. é testemunha, porque aqui estava quando eu disse que nós estamos diante de dois seres humanos que eu respeito profundamente, V.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. e o Senador Contarato, por essa capacidade de indignação e pela busca da verdade, da transparência do dado. E nada melhor que V. Exa., que foi governador – eu também fui, mas não de um estado da Amazônia –, foi governador por oito anos do Estado de Rondônia e, portanto, é testemunho vivo de toda essa barbárie. Eu gostei muito da imagem de que o senhor falou, porque, na verdade, toda vez em que se precisa passar uma boiada, você precisa inventar algum tipo de fanatismo ou de mentira. Então, inventa-se o fanatismo do falso patriotismo, bota-se uma bandeira na porta para viabilizar o cometimento de crime dentro daquela região ou dentro daquele cercado, é sempre assim. É preciso um cavalo de troia para poder adentrar o espírito da destruição. Então, eu acho que a imagem que V. Exa. faz até porque é conhecedor da realidade lá, eu já anotei aqui para usar. Além da Embrapa, a economia verde, já vou sugerir a quem de direito, pelo menos da minha área, da minha parte, que inclua isso, porque – eu repito – o meio ambiente não pode ser algo lateral nos debates políticos, nos programas de governo, em nada disso. Ou a gente o bota no centro, como temos que botar... Como o ex-Presidente Lula diz: "Temos que botar os pobres no orçamento", nós temos que botar o meio ambiente no orçamento, porque, no fundo, aí é a resposta para você poder fazer a atuação.

Eu agradeço a participação de V. Exa.

Eu estou vendo o meu querido amigo, Senador Rogério, também agoniado para ir para a CCJ. Está bom.

Então, eu vou pedir, mais uma vez, vênias a V. Exa., só porque eu quero esses combatentes lá também.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Obrigado, Presidente Jaques Wagner.

Eu queria agradecer também a paciência de D. Sebastião e dizer que comecei a minha vida na Pastoral Universitária como militante e fui formado politicamente pela Pastoral Universitária. Eu tenho muita gratidão por esse momento da minha vida.

Essa desculpa que nós estamos ouvindo sobre a necessidade de explorar terra indígena utilizando do conflito entre Ucrânia e União Soviética – Rússia, aliás – é só uma desculpa para fazer o que eles estão tentando fazer e vêm fazendo de forma sistemática, que é invadir terras indígenas, que é matar indígenas, que é exterminar os povos originários do Brasil, que sofrem bastante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para dar uma ideia, Sergipe, o meu pequeno Estado, é riquíssimo em carnalita, portanto ali ainda há condição de explorar uma área que não é área de terra indígena, não é área de preservação. Nós poderíamos produzir grande parte do potássio necessário para a produção de fertilizantes, por exemplo, sem precisar dessa conversa de invadir terra indígena para produzir o potássio necessário e os agentes químicos necessários para a produção de fertilizante. E Sergipe tem uma planta já pensada, concebida para a produção do potássio a partir da carnalita, porque a gente tem quase uma província de carnalita no pequeno Estado de Sergipe.

Então, é mais uma conversa fiada, é mais um cavalo de troia a questão da guerra, a necessidade de fertilizante para poder justificar a invasão e a destruição dos povos originários.

A outra questão que eu queria trazer é esta questão dos agrotóxicos que me chama atenção: são mais de 3 mil formulações, Senador Jaques Wagner. São 3 mil formulações com drogas e com substâncias químicas banidas da agricultura europeia.

Essas drogas não foram banidas das formulações porque há algum preconceito em relação a essa... É porque elas são absolutamente teratogênicas, ou seja, elas interferem diretamente na genética e causam danos irreparáveis e irreversíveis. São drogas cancerígenas, são drogas que matam lentamente ou matam de uma vez. Então, são drogas que envenenam a terra, que envenenam os animais, que envenenam as nossas águas e que envenenam os seres humanos que vão consumir esses alimentos produzidos a partir dessa enxurrada de agrotóxicos que foram liberados neste período do Governo.

Eu estou apresentando hoje um projeto de lei que vai na contramão, que é não só manter a necessidade de a Anvisa analisar a autorização de todos os agrotóxicos que vão ser utilizados, porque, se ela tem a responsabilidade de um produto que vai ter consumo humano ou vai interferir na cadeia de produção que vai chegar até o humano, ela tem que participar da avaliação e da liberação.

Mas não é só isso. Que a gente possa rever, a cada dez anos, essas autorizações. Por quê? Porque uma droga que foi testada em laboratório e que é dita como pouco ofensiva, ao longo do tempo a gente vai saber se ela é pouco, médio ou altamente ofensiva à vida. Um medicamento, a cada dez anos, precisa renovar o seu registro, um medicamento que não é usado em larga escala, em escala industrial, que é usado sob prescrição, sob observação, sob acompanhamento. Há farmacovigilância sobre todos os medicamentos que entram em uso comercial. E quanto aos agrotóxicos? Qual é a vigilância que é feita? Qual é o acompanhamento que é feito para essas substâncias?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui dizer, Presidente, que a esses temas, como disse o Senador Confúcio Moura, nós precisamos ficar atentos e não podemos deixar que, no Senado da República, essa boiada passe sem que a gente faça um debate ou mesmo sem que a gente mate, no nascedouro, essas ideias que são verdadeiros, como disse V. Exa., cavalos de troia para introduzir a morte num cenário que já está muito difícil para as pessoas. Então, eu queria deixar aqui registradas estas palavras: nós não podemos consentir, nós não podemos ser lenientes nesse debate, nós precisamos ser intransigentes nesse debate, porque é um debate que diz respeito à defesa da vida.

Obrigado, Presidente, por essa oportunidade.

Peço desculpas ao D. Sebastião, mas a nossa equipe vai acompanhar a fala do senhor para que a gente possa somar aos nossos argumentos, ao nosso trabalho legislativo as contribuições que V. Sa. vai deixar aqui nesta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

Eu vou, primeiro, antes de passar a D. Sebastião, devolver a palavra à Sra. Ane, que teve a ligação da internet interrompida, para que conclua a sua fala.

Ane, você agora já está lincada?

A SRA. ANE ALENCAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou.

Obrigada, Senador. Desculpe-me o senhor e todos os outros presentes. Infelizmente, a energia acabou aqui em casa, mas eu vou retomar de onde eu estava, porque eu acho que esses dados são fundamentais para serem colocados e apresentados nesta audiência.

Então, eu estava falando da importância de a gente entender o desmatamento, como ele ocorreu pelas principais categorias fundiárias na Amazônia. Falei que mais da metade, 51%, ocorreu em terras públicas, principalmente nas terras públicas não destinadas, e mostrei claramente neste gráfico – cada barrinha é um ano – que, nos últimos três anos, houve um aumento muito elevado, alarmante, principalmente em florestas públicas não destinadas. Em todas as categorias houve aumento: nas terras indígenas, nas unidades de conservação, nas APAs, que são um tipo de unidade de conservação com menos extensão, e nas outras terras públicas que ainda não foram destinadas. Então, grande parte disso, Senador, ocorreu em terras públicas federais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, trazendo esse debate para a questão da grilagem e da ocupação irregular de terras públicas, é importante a gente entender que, sim, fazendo coro com o Capobianco, o CAR é um instrumento que tem sido utilizado para justificar de uma certa maneira o desmatamento nessas áreas. São grandes áreas desmatadas. Eu, particularmente, que nasci na Amazônia e vivo há pelo menos 26 anos estudando esse tema, nunca vi áreas tão grandes sendo desmatadas tão rápido como tem acontecido no sul do Amazonas. Então, quando a gente olha para esses gráficos aqui, a gente vê que grande parte das áreas desmatadas em florestas públicas não destinadas ocorreram em áreas com o CAR, ou seja, em sobreposição com o CAR, registros totalmente ilegais.

Aí a gente pula para as terras indígenas e vê que, apesar de o percentual de desmatamento em terras indígenas ser pequeno comparado com o restante da Amazônia, existem terras indígenas que estão sendo superatacadas, principalmente no miolo, na região sudoeste do Pará. E eu trago um dado alarmante sobre a quantidade de CAR em terras indígenas também, com destaque para a TI Ituna/Itatá, que tem liderado entre outros estados, que entra no *ranking* das dez terras indígenas que mais têm desmatamento e em que 97% da terra indígena têm sobreposição com o CAR.

A mineração. Os dados do MapBiomas revelam o crescimento da mineração em terras indígenas: mais de 495% desde 1985 até 2020, com o pico nos últimos quatro ou cinco anos, mostrando o que o garimpo tem feito e como ele tem se expandido dentro de terras indígenas.

No caso das unidades de conservação, elas também têm perdido, vamos dizer, a sua resistência ao desmatamento. Então, há um avanço da pecuária, um avanço do desmatamento, do fogo dentro dessas áreas, principalmente também nessa região sudoeste do Pará, mas com algum destaque aí para a Resex Jaci-Paraná, que tem sido atacada para ser desmembrada, e a própria Resex Chico Mendes.

O que eu quero dizer com isso é que nós sabemos onde o problema está. Hoje, como o Capobianco colocou, nós temos tecnologias, temos informação, temos inteligência. O Brasil tem inteligência, tem instituições capazes de fazer esse comando e controle de uma forma muito bem articulada e inteligente. Nós sabemos onde está acontecendo. Então por que não está dando resultado? No caso das terras indígenas, a gente sabe quais estão sendo mais impactadas, as unidades de conservação, os assentamentos também.

Então, para terminar a minha explanação, é importante a gente separar, vamos dizer, essa frente contra o desmatamento em dois grupos: um que de fato vai debelar o desmatamento em terras públicas... E aí, falando nesses 51% de desmatamento, é preciso ter um comando e controle inteligente. Eu fico feliz ouvindo o Samuel falando que várias operações estão sendo feitas e tal, mas, assim, a gente sabe o que o órgão, o Ibama, tem passado em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos, enfim, de falta de orçamento, de falta de pessoas, às vezes até exonerando lideranças dentro da instituição que fazem uma ação preventiva, que de fato coíbe o ilegal. Então, a gente sabe que a instituição está fragilizada.

Então, é preciso retomar esse papel do Ibama com toda força. É preciso resgatar o PPCDAm. É preciso ter uma articulação melhor de todos os entes que fazem esse apoio ao comando e controle. Colocar essa questão da transparência dos resultados dessas operações em todas as mídias é fundamental – pegou um peixe grande da ilegalidade da exploração madeireira, do desmatamento, coloca na mídia nacional para que todos vejam que vai haver punição para quem está cometendo ilícito ambiental na Amazônia –, combater o crime organizado.

A gente tem ouvido cada vez mais falar que todas essas atividades ilícitas se conectam, tanto o garimpo ilegal, quanto a exploração madeireira ilegal, quanto a especulação de terra e a grilagem de terras, como a questão do tráfico de drogas. Acho que destinar florestas públicas, tirar essas florestas públicas do mercado ilegal de terras é superimportante. Então, uma força-tarefa para destinação de terras é fundamental.

A gente também precisa ter, Senador, um pacote de agenda positiva. Eu peguei o finalzinho da fala da secretária do MMA. É importante a gente consolidar áreas protegidas, fazer investimento em economias florestais, em tecnologia, apoiar com incentivos econômicos para a conservação desses ativos florestais. Muita gente ainda pode desmatar legalmente suas áreas. Então, o que fazer para que essas pessoas não desmatem? Nós temos um projeto chamado Conserv, que apoia alguns produtores do Mato Grosso nessa direção; a questão do Código Florestal; apoiar economicamente e prover assistência técnica para os assentamentos; e o restabelecimento do Fundo Amazônia, que é fundamental não só para apoiar os governos, mas várias iniciativas da sociedade civil.

Para finalizar, o Legislativo é fundamental nesse momento. Não à toa está acontecendo o ato, e vocês têm um papel fundamental. Esses seis PLs, dentre outros tantos que foram mencionados, são muito... A gente tem que prestar muita atenção neles, eles precisam de muito apoio, não é? O PL da vedação do CAR em áreas públicas, suspensão da validade do CAR em áreas com desmatamento ilegal e embargo remoto; o PL que fala sobre a regulamentação da exploração dos recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas; o PL que é conhecido como PL da grilagem, que altera a norma fundiária; e os PLs relacionados à flexibilização do licenciamento ambiental; um PL propositivo aí de reativação do PPCDAm não só na Amazônia, mas em outros biomas, entre outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso, Senador. Eu acho que esta Casa tem o papel fundamental de propor políticas públicas que vão, de fato, contribuir para o Brasil e para a preservação desse patrimônio, que é um patrimônio natural não só na Amazônia, mas nos outros biomas também.

Muito obrigada. E fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria agradecer a participação da Ane Alencar, Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisas da Amazônia.

Quero saudar aqui a presença do Senador Otto Alencar, da bancada baiana, lá do meu estado, e passar a D. Sebastião.

D. Sebastião, eu quero, primeiro, lhe agradecer muito. Eu sei do esforço que o senhor fez para estar aqui entre nós, para dar a sua contribuição também. E não se assuste com a ausência de Senadores aqui, porque é o normal, quer dizer, só estamos eu e o Senador Otto Alencar... É que infelizmente a Casa funciona dessa forma. Ao mesmo tempo são várias Comissões funcionando, e muitas vezes o Senador participa de uma, de outra... Mas, de qualquer forma, quero lhe dizer que tudo aqui fica registrado, esta sessão também é reproduzida. Não sei se neste momento está sendo transmitida ou se passou para a CCJ já a transmissão. Ela é assistida também pelo público em geral através de todas as nossas estruturas de comunicação. E, portanto, mais uma vez, peço vênica a V. Sa., mas quero lhe agradecer, eu sei que fez um esforço grande para estar aqui entre nós, e eu acho que é merecedora, a causa é merecedora do sacrifício de cada um.

Com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO LIMA DUARTE (Para expor.) – Nós é que agradecemos, não é? Agradecemos muito o convite, a possibilidade realmente de estar aqui, neste Ato pela Terra, que é também por água, é por direitos, inclusive direito da natureza de existir. E, então, a gente quer saudar o senhor – muito obrigado pelo convite, pela acolhida, Senador Jaques Wagner, que preside a Comissão e também este ato, não é? – e os outros Senadores, Senadoras e membros da sociedade civil que aqui se encontram, artistas que hoje fizeram o Brasil se voltar para Brasília, com esses atos durante todo este dia e também uma parte da noite.

Eu sou D. Sebastião Lima Duarte, sou bispo de Caxias, no Maranhão, e dentro do território da Amazônia Legal, portanto. Sou Presidente da Comissão Episcopal para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB. Somos um grupo de sete bispos e cada bispo vem de uma região – temos até o D. Bento, que é lá da Bahia, temos o bispo também que está atuando lá em Pernambuco, lá no Rio Grande do Sul, na Amazônia, no Pará. E é com muita satisfação, portanto, que a gente está aqui, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venho a esta audiência pública carregado com as preocupações que afligem a Conferência Episcopal brasileira, bem como o Conselho Indigenista Missionário e também a Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil). Por isso, parece-me justo recordar os irmãos que presidem estes organismos e que comigo assinaram, há poucos dias, uma nota pública em defesa dos povos indígenas e de seus territórios, contra a mineração que agredirá seus direitos de viver, numa sociedade, num governo que deveria defender os territórios e os povos indígenas. E eu lembro que lá no Maranhão os ka'apor, para se defenderem, criaram os guardiões da floresta, não é? Eles mesmos se organizam para tentar defender um território já demarcado e tudo o mais, não é?

D. Roque Paloschi é quem, por meio do Cimi, do qual é presidente, acompanha mais de perto os povos indígenas. D. Erwin, missionário há mais de 50 anos numa região de maior conflito da Amazônia, preside a Repam-Brasil; e o D. Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB, que este ano completa 70 anos de serviços à Igreja do Brasil, sempre em defesa da vida, da fé e da democracia.

O que temos assistido desde o processo que resultou na publicação da Constituição Cidadã, como dizia Ulysses Guimarães, em 1988, é uma investida contra os territórios indígenas, seja por mineradoras, seja pelo agronegócio e, por incrível que pareça, até pelo próprio Governo, não é? Nos últimos anos, o Parlamento brasileiro tem tentado permitir a mineração em territórios indígenas por meio dos Projetos de Lei 490, de 2007, e 191, agora, de 2020, que se tornaram prioridades anunciadas pelo Governo Federal no início deste ano legislativo.

O primeiro projeto permite a exploração mineral, o turismo e o agronegócio e cria o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. O segundo visa permitir pesquisas e a lavra de recursos minerais, hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas para geração de energia elétrica e instituir a indenização pela restrição do usufruto destas terras. Não é por nada que ministros e lideranças do Governo falam em "passar a boiada", e estão aproveitando, até de forma insensível, por conta da guerra que está acontecendo, enquanto o povo está distraído.

Agora, enquanto o mundo volta os olhos à guerra que acontece na Europa, Parlamentares governistas querem apreciar em regime de urgência essas proposições, a começar pelo PL 191. Essa pressa quer certamente evitar a discussão com o conjunto da sociedade brasileira e mesmo a discussão entre os próprios Parlamentares nas Comissões, o que é grave, e, assim, esconder o verdadeiro desastre social, ambiental e trabalhista acarretado pelas atividades de extração mineral, que quase sempre agravam as ofensivas contra os povos indígenas e as populações tradicionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reiteradamente, a CNBB tem manifestado sua preocupação com as iniciativas econômicas ligadas à mineração que querem alterar o território preservado em nosso país. O Papa Francisco tem insistido incansavelmente no fato de que o ambiente humano e o ambiente natural estão profundamente interligados e que, portanto, a degradação de um é também a degradação do outro. O Papa e a CNBB têm convocado todos os cristãos e cristãs para que protejam a vida, os povos originários e as florestas. Nós não aceitamos a legalização da poluição dos rios e populações com mercúrio, a destruição dos barrancos e igarapés, a abertura de novas frentes de desmatamento na Amazônia e o genocídio dos povos originários. Reconhecemos argumentos que enfatizam o desenvolvimento econômico, mas não podemos deixar de dizer que a vida está em primeiro lugar e defendê-la é nosso dever, afinal, foi para isso que Jesus Cristo afirmou ter vindo, para que todos tenham vida, vida em abundância e não só alguns.

É por isso que hoje venho a esta audiência pública pedir que nenhuma iniciativa seja levada adiante sem o necessário amplo e irrestrito debate com o conjunto da sociedade brasileira, principalmente com os povos indígenas, que, bem informados, precisam decidir sobre os usos dos territórios que lhes são de direito – direitos já consagrados na Constituição e nos acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O desequilíbrio climático, os cataclismos, a contaminação de territórios até agora protegidos, a criminalização e a perseguição a lideranças que defendem suas comunidades – como ouvimos agora aqui de um Senador – e território são fruto dos projetos gananciosos do extrativismo predatório associados a grandes empresas e bancos internacionais. Por isso pedimos, em nome de um futuro com qualidade de vida para o planeta, em nome dos povos originários já tão massacrados, que a tramitação desses projetos não avance sem antes abrirmos um debate honesto e amplo com todos os setores envolvidos.

O nº 178 da carta encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, diz: sobre o cuidado da casa comum, o Papa afirma que muitas vezes as pautas políticas estão focalizadas nos resultados imediatos, em produzir crescimento no curto prazo e/ou responder a interesses eleitorais. De acordo com o Papa, é por isso que muitos governos não inserem agenda de proteção ambiental em seus planos de ação. Mas para o Papa Francisco e para nós, a grandeza política dos Parlamentares se mostra é quando são capazes de pensar no bem comum, em que todos e todas possam viver no longo prazo.

Pedimos aos Parlamentares brasileiros, a este Senado, sejam grandes políticos, pensem no bem comum e no futuro do Brasil e de seu povo, a começar pelos mais espoliados, que são os povos indígenas, os povos tradicionais, e que não cessem de defender o meio ambiente, a casa comum e particularmente também dando uma olhada para o Cerrado, porque o último Cerrado brasileiro está sendo destruído no Matopiba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós muito agradecemos. Contem com nossas orações e com os braços e as mãos também para a gente trabalhar, pois nós cremos também naquela espiritualidade prática, viu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que agradeço, D. Sebastião, pela sua participação, que eu sei que não é individual, na verdade, é em nome da própria conferência. E eu diria até, apesar de não haver uma delegação explícita, do próprio Santo Padre, que tem insistido muito com esse tema, com a consciência de que não há vida se não houver a preservação da nossa casa maior.

Por isso, eu quero lhe dizer que para nós é muito importante a sua participação, como representante da Igreja Católica aqui no Brasil, porque ela se soma ao que eu tenho insistido em dizer: aqui não depende de opção ou de direção religiosa da fé de cada um ou do partido político, eu insisto sempre que é uma questão de bom senso. Alguém pretender, como se pretende no projeto de regularização fundiária, na verdade legalizar tudo isso que foi denunciado aqui hoje ou achar que nós temos que nos apressar com os processos de licenciamento... Não que a gente não possa aprimorar, mas sempre o conceito que está subalterno é apressar, no fundo é flexibilizar e precarizar todo o processo, quando nós estamos percebendo, como foi aqui o depoimento de vários estudiosos do assunto...

No episódio do CAR, eu quero até agradecer a sugestão de Capobianco, vou cuidar de fazer uma audiência pública sobre o processo de gestão do CAR no Brasil, porque realmente é impossível que um documento público seja o guarda-chuva para a ilegalidade, ou seja, que o documento público na verdade esteja acobertando boa parte dos crimes ambientais que estão se fazendo aqui.

Então, queria lhe agradecer muito o esforço e a paciência de aguardar até a hora da sua fala, o que para nós foi extremamente importante. Eu volto a dizer, não sei se V. Sa. já tinha ouvido, mas eu gostei muito do sagrado pragmático, eu acho que ele se soma ao sagrado superior no sentido de que acabam correndo para o mesmo objetivo de preservação. Então, eu lhe agradeço muito.

Eu queria passar a palavra agora ao nosso último convidado, Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida.

D. Sebastião, eu sei que o senhor está com o horário apertado, eu quero mais uma vez só lhe agradecer e liberá-lo.

O SR. SEBASTIÃO LIMA DUARTE (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vinicius, com você a palavra.

O SR. VINICIUS SILGUEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Agradeço o convite.

É um prazer enorme estar aqui com vocês para discutir um assunto tão importante e de tanta relevância, como já foi destacado aqui ao longo da manhã. Com certeza temos aqui a somar com experiências o trabalho que o Instituto Centro de Vida realiza aqui no Estado de Mato Grosso.

Gostaria de compartilhar aqui uma apresentação. Então, se for possível habilitar para mim, fazendo o favor. (*Pausa.*)

Perfeito.

Bom, o Instituto Centro de Vida é uma organização da sociedade civil de interesse público. Nós fomos fundados em 1971, então, no ano passado a gente completou 30 anos, e a nossa missão é justamente a construção de soluções compartilhadas para o uso sustentável da terra e dos recursos naturais. Como eu falei, a gente tem um foco de trabalho aqui no Estado de Mato Grosso nesses trinta anos. Temos aqui um escritório em Cuiabá e outro em Alta Floresta, que é onde eu resido, e uma equipe de 40 pessoas.

Então, o ICV é uma das 230 instituições que apoiam o Ato pela Terra, que está acontecendo hoje. A gente compartilha muito aí das falas da Txai, da Letícia, da Ane. Fiquei bastante emocionado, inclusive, com as falas e, de fato, o momento é bastante crítico.

O que a gente quer trazer aqui são as experiências e algumas análises mais detalhadas para o Estado de Mato Grosso, que é um estado que apresenta três biomas do que a gente está discutindo aqui – Amazônia, Cerrado e Pantanal –, tem uma diversidade de povos indígenas, de áreas protegidas e também se caracteriza por ser o estado que é o maior produtor de *commodities* agrícolas do país. Então, tudo o que acontece aqui, a gente sabe que acaba se refletindo nos outros estados da Amazônia e também no Cerrado, como foi comentado agora pelo D. Sebastião em relação a Matopiba. O que aconteceu em Matopiba a gente viu e a inda vê bastante no Cerrado aqui de Mato Grosso.

Então, convido também todos a acessarem o nosso *site*, conhecer mais sobre nossos programas de atuação, nossos projetos, acessar de forma mais detalhada os materiais e informações que eu vou mostrar aqui hoje.

Lá no nosso *site*, em relação às queimadas, a gente tem o nosso monitor de queimada, a gente apresenta a análise a partir dos dados de focos de calor no satélite de referência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizado pelo Inpe, que apresenta a ocorrência dos focos de calor de acordo com os biomas, municípios, os períodos de ocorrência, permitindo comparativos e, principalmente, como também a Ane colocou em relação à ocorrência do fogo, quanto às categorias fundiárias de ocorrência. Então, justamente possibilita, juntamente com análise de histórico de satélite, entender o local de origem do fogo para daí realizar ações de responsabilização.

No ano de 2020, a gente até fez uma análise e publicou em relação ao que estava se queimando no Pantanal, naquela tristeza ali. Na metade de agosto a situação já estava bem crítica, e a gente combinou um conjunto de dados de focos de calor disponibilizados pelo Inpe com uma sequência de imagens de satélite e conseguimos remontar aos os imóveis rurais onde o fogo tinha começado – na época, já havia sido queimado 70% do Pantanal.

Então, a partir somente de nove pontos, na metade de agosto tinha sido originado o fogo que já tinha queimado quase 70% do bioma. Isso mostra que é possível fazer mesmo para o fogo, que é mais difícil, porque ele surge num lugar e se espalha, e vai queimando e vai queimando, diferentemente do desmatamento, que tem um posicionamento geográfico mais exato, não é?

É que a responsabilização... A gente está falando aqui de medidas preventivas, e acho que foi bem ressaltado que uma excelente medida preventiva é justamente a sensação de punibilidade, que a gente vê que se perdeu, e muito, nos últimos anos aqui no país. Em 2019, a gente teve o "Dia do Fogo" no Pará. E o que foi feito de lá para cá em relação à responsabilização daqueles que foram identificados como criminosos? E aí, em 2020, foi a tragédia que a gente viu.

Então, até por causa desse cenário catastrófico de 2020... A gente aqui no Estado teve praticamente 10% de nossa área atingidos pelo fogo. O Pantanal chamou mais atenção, como foi até destacado pela Letícia: 30% do bioma foram atingidos pelo fogo. Proporcionalmente, aqui a porção pantaneira de Mato Grosso foi mais afetada: 40% do nosso Pantanal aqui queimaram. Então, é muita coisa.

Esse cenário levou a gente até a contribuir com a elaboração dessa plataforma, que é uma plataforma em que a gente mapeou a localização e a presença de brigadas de combate aos incêndios no Estado. Isso, inclusive, partiu de uma participação nossa nas oficinas de atualização do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais de Mato Grosso, que é o PPCDIF – é como se fosse um PPCDAm, só que do Estado; PPCDIF aqui. Lá foi apontado... A gente viu que havia brigadas comunitárias, brigadas mistas, o Corpo de Bombeiros, mas informações sobre a localização e a distribuição dessas brigadas seriam informações chave para apoiar a tomada de decisões e melhorar as respostas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos momentos de emergência. Então, a gente conseguiu realizar o mapeamento dessas brigadas.

No ano passado, 114 brigadas aqui em Mato Grosso estavam permanentemente ativas, como boa parte do Corpo de Bombeiros. No caso, tínhamos 72 brigadas temporárias e 13 ainda em fase de implementação. O Corpo de Bombeiros responde pela maior parte das brigadas, com 78 equipes, sendo algumas em parceria com as prefeituras ou com a própria Sema; 14 brigadas do Ibama, do Prevfogo, especialmente associadas ao trabalho nas terras indígenas; 11 brigadas comunitárias; 6 brigadas vinculadas ao ICMBio e 5 brigadas privadas. Então, é um trabalho que é dinâmico, porque a cada ano a gente tem uma previsão orçamentária, cada ano tem um nível de mobilização para que essas brigadas estejam ativas.

A plataforma é dinâmica, e este ano a gente vai partir para uma nova atualização, inclusive contando algumas histórias, alguns casos que ocorreram no ano passado, como o caso de uma brigada comunitária que a gente mobilizou e treinou junto com o Corpo de Bombeiros, que auxiliou no treinamento lá no Município de Nova Bandeirantes e conseguiu, então, combater um incêndio em comunidades de agricultores familiares, inclusive de produção orgânica, nesse município.

Nessa página que está no nosso *site*, quem participa de alguma brigada no Estado pode também adicionar a sua brigada, preencher um formulário, levar as informações das brigadas presentes.

Em relação ao desmatamento... O tempo é curto, mas vamos tentar falar nos cinco.

As características do desmatamento no Mato Grosso... A gente faz já há pelo menos 15 anos, e um diferencial é fazer a análise da legalidade aqui, não é? Então, por exemplo, aqui, em 2020, a gente teve 89% de desmatamento ilegal no estado. Mato Grosso é um dos estados que mais emite autorizações e disponibiliza publicamente essas autorizações. Então, há um nível de transparência dos dados aqui que permite a gente fazer essa análise e entender o que é o desmatamento legal e o ilegal.

Em 2021, já fizemos essa análise para o Prodes Amazônia – divulgamos no final do ano passado – e, este ano, ontem e hoje, estamos divulgando o Prodes Cerrado também. Então, pelo Prodes 2021, a taxa de ilegalidade foi de 84%, e mais da metade a gente tem ocorrendo em imóveis cadastrados aqui no caso e, entre esses imóveis cadastrados, mais da metade também ocorrendo em grandes imóveis, imóveis acima de 1,5 mil hectares. Então, é aquilo que foi falado que de fato desmatar custa caro – você precisa de uma máquina, precisa de diesel – e quem consegue fazer isso é quem tem recurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente analisa também como que estão os esforços de fiscalização dessa ilegalidade, que foram apresentados aqui pelo pessoal do Ministério do Ambiente, do Ibama. Bom, de fato esse gráfico mais abaixo aqui da direita, o que está decrescente, é o dos autos de infração pelo Ibama. Esse dado foi organizado e publicado pelo Observatório do Clima. Então, há essa queda vertiginosa que a gente identifica. Os outros dois gráficos com uma ascendência na fiscalização é o trabalho da Secretaria de Estado do Meio Ambiente aqui de Mato Grosso. Então, esses dados são relativos aos embargos e aos autos de infração. Embora essas ações estejam aumentando aqui no estado, elas ainda são insuficientes para reduzir o desmatamento. Ao mesmo tempo, aqui a gente não está vendo um aumento exponencial, como no caso do Estado do Pará ou do Amazonas, que foi também mostrado e discutido aqui. Então, muito ainda precisa ser feito.

Esse aqui já é o que a gente faz: junta o Prodes Cerrado e Amazônia e olha para o estado. Então, a gente tem 2,68 mil quilômetros quadrados aqui, e essas áreas, regiões que ainda têm floresta são as mais pressionadas. Há polígonos grandes – 63% acima de 50 hectares – facilmente identificados por satélite. Para 2021, juntando Amazônia e Cerrado dentro de Mato Grosso, 85% ilegais. Disso, 43% com alguma ação de embargo, seja pelo Ibama, seja pela Sema. Então, majoritariamente, dessas ações de fiscalização, como os dados também mostram das atuações, 83% realizados pela Sema, 12% pelo Ibama e 5% por ambos.

E aqui eu acho que há um ponto fundamental que não foi falado, que é o envolvimento do mercado. A gente falou de fiscalização, a gente falou de medidas preventivas, da responsabilidade do Estado, do poder público, mas também há a responsabilidade dos mercados. A gente publicou nesse ano uma análise que mostra a associação de produção de soja do estado com o desmatamento ilegal. Então, por essa experiência de analisar desmatamento, ilegalidade de desmatamento e principalmente pelo grau, como eu falei, de qualidade dos dados aqui do estado, a gente cruzou essas camadas. Então, o que é a soja no estado? Quase 10 milhões de hectares, segundo MapBiomas 2020. Então, onde que eles estão nos imóveis rurais? Desses imóveis, quanto há de desmatamento legal e ilegal entre 2009 e 2019? Então, pegamos ali após o 22 de junho de 2008, para a gente considerar todo o desmate que não é considerado consolidado, segundo o Código Florestal, olhando para a produção de soja em 2019. A gente pegou esse estudo desse mapa, da Coleção 5 do Mapbiomas. Então, a gente olhou: como é que está esse desmatamento em relação à soja dentro do imóvel? O desmate que aconteceu é onde há soja, em 2019, desmate legal e ilegal, mas também dentro do imóvel que não estava com soja em 2019. E o que que a gente viu? Aqui, no Estado, um quinto de todo o desmatamento que aconteceu entre 2009 e 2019 foi em imóveis com cultivo de soja, uma área de mais de 0,5 milhão de hectares – 92% desse desmatamento nos imóveis de soja ocorreram de forma ilegal; e 34% das áreas desmatadas ilegalmente nesses imóveis estavam com o cultivo de soja em 2019. Então, o desmatamento foi acontecendo neste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período, de 2009 a 2019, e, em 2019, havia soja nessas áreas desmatadas ilegalmente. E há uma concentração nesse desmatamento: menos de 200 imóveis rurais concentraram metade de todo o desmatamento ilegal associado à soja nesse período analisado. Houve uma presença maior dessa ilegalidade nos imóveis do Cerrado, 66%. E, quando a gente olha a fiscalização desse desmatamento, apenas 30% desses imóveis que tiveram desmatamento ilegal tiveram algum tipo de embargo.

Então, a gente apresenta nesse estudo – não vou me delongar aqui para poder encerrar – medidas que podem ser adotadas para ampliar o acordo de cadeia contra o desmatamento no bioma Cerrado, como monitorar todo o imóvel rural, não somente a área de plantio. Então, a gente elencou – aqui está a distribuição – quais são os critérios que podem ser adotados por um protocolo de grãos ampliados no Estado de Mato Grosso, o que, imagino, pode-se aplicar, sim, nos outros Estados da Amazônia, pode-se aplicar em Matopiba.

Muito obrigado.

Fico à disposição para a gente conversar um pouco mais sobre todas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Vinicius, pela sua contribuição, do Instituto Centro de Vida.

Bom, com a fala do Vinicius, nós concluímos as falas de todos os nossos convidados, presenciais e daqueles que participaram remotamente.

Eu vou ler algumas perguntas que chegaram aqui pelo e-Cidadania não necessariamente para resposta agora, mas mais para o conhecimento de vocês que estão ligados na reunião.

Thiago Rafael, do Mato Grosso: "Seria interessante haver uma parceria público-privada, como acontece em outros segmentos das obrigações do Estado?"

Cármem Moreira, do Distrito Federal: "Por que não se institui como penalidade para o desmatamento multa em dinheiro acrescida da obrigação de se reflorestar com plantas nativas?"

Olga Skroski, do Paraná: "Considerando que inúmeras queimadas ocorrem pelo excesso de calor, que medidas seriam tomadas para evitá-las?"

Luís Lago: "O tamanho das áreas a serem preservadas pede uso de tecnologia. Como alocar efetivo para o controle dos sinistros identificados?"

Carine, de Minas Gerais: "Como será instaurada a fortificação do policiamento na fiscalização dessas medidas?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou, depois, repassar para todos os nossos convidados as perguntas, para que cada um que entenda que a pergunta tem um *link* com a sua participação na nossa audiência pública possa responder. A gente, através da Secretaria, vai receber a resposta e encaminhar para todos aqueles que nos acompanharam e formularam as suas perguntas.

Antes de caminhar para o encerramento, eu perguntaria, já que os nossos presenciais não estão mais conosco, se algum dos que já participaram querem ainda fazer uso da palavra para alguma fala de complementação em até cinco minutos.

Bom, eu vou chamar o Capobianco, porque ele já levantou ali o dedo.

Então, Capobiano, cinco minutos para uma fala que vou chamar de conclusiva.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor. *Por videoconferência.*) –

Caro Senador Jaques Wagner, demais Senadores e Senadoras que nos acompanham aqui ou cujas assessorias estão nos acompanhando, eu apenas gostaria de reforçar aqui um argumento que já foi colocado por todos nós aqui de várias formas, mas que eu acredito que deveria ser, no meu entendimento, a mensagem final desta audiência pública superimportante, que é o fato de que, de um lado, o Brasil tem a capacidade de controlar o desmatamento – já se comprovou isso – e, de outro, o Brasil está utilizando ferramentas de controle do próprio poder público para legitimar o avanço do desmatamento. Então, esses são os pontos.

E, como o Senado é a Casa de fiscalização do poder público, é muito importante que o Senado, com base nesse poder constitucional, faça esforços para evitar que nós, de um lado, continuemos tornando o CAR uma ferramenta de grilagem, de apoio, de fomento a grilagem e, de outro, continuemos a evitar que o CAR não cumpra sua função, que é justamente aquela função de agilizar os processos de fiscalização e punição daqueles infratores que estão agindo de forma ilegal; ou seja, é importantíssimo ficar claro que, com as ferramentas que nós temos, com a capacidade institucional que nós temos e com a legislação que nós temos, o desmatamento hoje é uma opção do Governo. O desmatamento não é uma consequência de um processo incontrolável em que o Governo encontra dificuldades de operar. Não! O desmatamento é uma opção. E, para isso, nós estamos subjugando o sistema público, estamos desrespeitando a lei e estamos fragilizando um dos principais instrumentos criados recentemente, que foi, de um lado, o sistema de monitoramento em tempo real e, de outro, o CAR (Cadastro Ambiental Rural).

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Capobianco, pela sua contribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já pedi à equipe aqui para organizar e aí teremos que votar e aprovar um requerimento de audiência pública exatamente sobre o cadastro rural, para que a gente coloque mais transparência e mais luz sobre esse problema que eu considero também gravíssimo.

É como se o Estado ou o poder público, não necessariamente dolosamente, estivesse incentivando ou acobertando a ilegalidade.

Eu pergunto se mais algum...

Estou vendo que o Samuel...

Samuel, está com você a palavra. (*Pausa.*)

Pode falar, Samuel. Você tem que abrir o seu microfone, que está fechado ainda.

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA – Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora!

O SR. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pronto!

Obrigado, Senador, pela oportunidade de retornar aqui. Eu gostaria só de complementar.

Sr. Vinicius Silgueiro, assisti à sua apresentação, que foi muito boa. Fiz várias anotações aqui.

Quero citar como exemplo o Estado de Mato Grosso, um estado em que temos uma integração forte, o que tem surtido um efeito bastante positivo nas ações de fiscalização com a Secretaria do Meio Ambiente. Mato Grosso é um estado com que, realmente, no poder federal, no Ibama, nós temos tido uma parceria e em que temos conseguido resultados eficientes na fiscalização.

Sra. Ane, também muito obrigado pela sua apresentação. Fiz várias anotações aqui. Também me coloco à disposição da senhora. A senhora está certa: nós temos que dar divulgação às ações, principalmente nas grandes apreensões, porque é uma cadeia.

Eu discordo do Sr. Capobianco. O desmatamento não é uma opção, o desmatamento é um problema. É um problema que não é de hoje. É um problema que tem que ser combatido com veemência por todos os órgãos do poder público, com o apoio da sociedade. A sociedade faz a cobrança, e é legítimo haver essa cobrança, e o poder público tem que atuar em todos os seus níveis, com todos os seus meios, para combater isso aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o desmatamento, como disse a Sra. Ane muito bem, é um crime que permeia outras cadeias criminosas. A cadeia logística que apoia o desmatamento é a mesma que apoia a mineração ilegal, é a mesma que apoia o tráfico internacional de fauna e flora, é a mesma que apoia o tráfico internacional de armas e de drogas. Então, nós precisamos, sim, entrar com uma ação contundente, forte, do Estado como um todo, principalmente na questão investigativa, para quebrar essas grandes cadeias, porque, como disse muito bem a Secretária Marta...

Eu volto aqui à minha fala: fizemos a prisão de dez homens, de dez pessoas que estavam desmatando com dez motosserras, ganhando R\$250 por dia. Tiramos as motosserras, e eles não receberam os R\$250. Alguém tem dúvida de que, no dia seguinte, esse poder econômico colocou lá mais dez ou vinte para fazerem a mesma coisa? É claro que não! Há interesses muito maiores do que esse. Mas esses dez homens – e tiramos as motosserras das mãos deles e acabamos aquele desmatamento – estão respondendo criminalmente por desmatamento ilegal. Eles vão viver de quê? Qual é a opção de renda? Quem quer fazer plantio ganhando R\$100 por dia? E quem quer fazer desmatamento ganhando R\$250 por dia, que é a opção que está sendo dada a eles? São questões que realmente têm que ser discutidas.

Nós, aqui no Ibama, que somos técnicos, que somos operantes, que estamos vendo isso na ponta da linha – e acredito que as pessoas que estão lá veem isso junto com a gente –, temos buscado a solução para combater o ilícito, que é nossa função pública principal.

Então, muito obrigado pela participação, Senador. Agradeço o convite e me coloco à disposição do senhor, da Comissão e do Senado como um todo para, sempre que for necessário, apresentar aqui as atividades que nós desenvolvemos, os dados, as informações, para que possamos esclarecer não só os nossos Senadores, que são representantes do povo, mas também a nossa população e a sociedade como um todo.

Muito obrigado, e um bom dia para todos!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Samuel, pela sua participação.

Nós também daqui, da Comissão de Meio Ambiente, estamos à disposição para posicionamentos que possam contribuir com esse mister de reduzirmos o desmatamento e as queimadas ilegais em todo o território nacional.

Ane, você levantou a mão também. Está com você a palavra.

A SRA. ANE ALENCAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador, pela oportunidade de retornar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar estes minutos para falar do último PL, que eu não mencionei na minha explanação, que é o PL do manejo integrado do fogo. Quando a gente fala de fogo no Brasil, a gente tem que lembrar que não é só na Amazônia; principalmente nos outros biomas, ele tem um papel fundamental. E a regulação do manejo integrado do fogo no Brasil é fundamental para reduzir os incêndios catastróficos. Então, eu queria chamar a atenção dessa Casa para esse PL, para que de fato a gente possa começar a pensar na estrutura de disseminação de estratégias de manejo integrado do fogo para que, de fato, nos biomas, principalmente nos biomas que são adaptados ao fogo, como, por exemplo, Cerrado, Pantanal, enfim, a gente possa ter estratégias de manejo do fogo nesses biomas. Esse era um ponto que eu queria deixar aí, pedindo um olhar para esse projeto de lei.

Por fim, eu acho que a Letícia Sabatella trouxe uma palavra que considero muito importante, que é a palavra legitimidade. Os Senadores, os Deputados têm uma legitimidade do povo brasileiro. O povo brasileiro não quer desmatamento ilegal; o povo brasileiro não quer comer comida com veneno; o povo brasileiro quer a preservação das culturas, das mais diversas culturas e da biodiversidade; o povo brasileiro não quer tomar água envenenada. Então, é fundamental que esta Casa de fato tenha legitimidade para agir e não deixar que passem leis que vão atingir, que vão contra a vontade do povo brasileiro.

Então, obrigada novamente pela oportunidade. E eu também me coloco à disposição se precisarem de dados ou de qualquer outra coisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ane.

Eu não vejo mais nenhum pedido de palavra, então vou me encaminhar para o encerramento, informando a vocês que participaram da audiência pública que nós vamos remeter as perguntas feitas pelos internautas, e aqueles que se sentirem vinculados ao tipo de pergunta podem mandar para nós gravadas as respostas para a gente poder enviar para os internautas e também, eventualmente, para que essas respostas constem do relatório final da audiência pública.

Eu insisto – não sei se falei com todos – com todos que usaram de projeções nas suas falas para remetê-las aqui para a Secretaria da Comissão para que elas também possam integrar o relatório final.

Então, nada mais havendo a tratar nesta Comissão, declaro encerrada a reunião, mais uma vez agradecendo muito a participação de todos vocês. E espero poder contar com vocês em outras audiências da Comissão de Meio Ambiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço a todos. Bom dia.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Lasier Martins, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014 - Terminativo** - que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3603, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 14, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2022 - CMA, seja incluído o Senhor Leonardo Boff entre os convidados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública: Situação dos Atingidos por Barragens**, atendendo ao requerimento REQ 7/2022 - CMA, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Debater sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. **Participantes:** Sr. Iury Paulino, Coordenador Nacional do MAB; Sr. Carlos Vainer, Membro do GT de Direitos humanos, Meio Ambiente e Mineração do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH (representante de: Sr. Leandro Scalabrin); Sra. Cleidiane Barreto, Coordenadora do MAB-BA; Sr. João Márcio Simões, Defensor Regional de Direitos Humanos - MG (representante de: Ligia Rocha - Defensoria Pública da União - DPU); Sr. Roberto Oliveira, Coordenador do MAB-RJ; e Deputado Rogério Correia, Deputado Federal. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/16>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam com a ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados.

Primeiro comunicado de hoje: é com muita alegria que a nossa Comissão celebra e anuncia a todos os Senadores, funcionários do Senado Federal e aos amigos da Bahia o aniversário do nosso querido Senador Presidente desta Comissão, Senador Jaques Wagner, a quem eu desejo muita saúde, muita competência política, que ele tem de sobra, para mediar todos os interesses da Bahia, como tem feito ao longo de muitos anos. Ao Senador Jaques Wagner o meu abraço, em nome de todos os membros da nossa Comissão de Meio Ambiente.

Continuando, eu comunicou que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente carta do grupo formado por 93 instituições católicas, liderado pela Comissão Especial de Ecologia Integral e Mineração da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Movimento Católico Global pelo Clima (Global Catholic Climate Movement - GCCM) e o banco da Igreja Católica alemã, cujo nome está escrito em alemão e eu não sei falar, que apresenta uma demanda para manifestar como investidores e cidadãos do mundo se preocupam com a contínua destruição da Floresta tropical Amazônica e a violação dos direitos humanos, que não só constituem uma ameaça à reputação do Brasil na comunidade internacional, mas também uma ameaça muito real para a economia brasileira. O grupo de investidores solicita encontro com a Comissão de Meio Ambiente para detalhar a preocupação com projetos em debate no Senado Federal.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira será destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, e a segunda parte será a realização de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública para debater sobre a situação dos atingidos por tragédias e barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data da fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2022, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, subscrito pelo Senador Fabiano Contarato.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Vamos iniciar a primeira etapa.

Bom dia, Senador Jayme Campos! Bem-vindo!

O primeiro será o item 1 da pauta, para apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014. Vejam bem: é de 2014, já tem sete anos! E é importantíssimo.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2014

- Terminativo -

Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Passo a palavra ao Exmo. Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu voto a este projeto importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, prezado e estimado amigo Senador e Governador Confúcio.

Eu tenho a satisfação de relatar aqui o projeto de lei de autoria da Senadora Kátia Abreu. Por sinal, essa matéria já deveria ter sido aprovada há algum tempo, todavia foi sendo postergada e hoje temos a primazia, sob a liderança de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta sessão nós iremos ler a matéria. O.k.?

Em análise o Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) 248, de 2014, apresentado pela Senadora Kátia Abreu. A proposição pretende estabelecer regras para preservar a calha principal e o curso natural do Rio Araguaia.

O art. 1º do projeto determina que a calha principal do Rio Araguaia e seu curso natural, desde sua nascente, na Serra do Caiapó, até a sua confluência com o Rio Tocantins, deverão ter preservadas suas características naturais.

O art. 2º estabelece que os principais objetivos da preservação da calha principal do Rio Araguaia e de seu curso são: um, contribuir para a preservação ambiental do rio; dois, valorizar e preservar o patrimônio cultural, as tradições e a beleza cênica; três, assegurar e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas ao longo do rio; e, quatro, contribuir para a preservação e uso sustentável da expressiva biodiversidade que desenvolve ao longo do curso.

O seu art. 3º proíbe a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta ou derrocamento nos pedrais e trechos das corredeiras ou alargamento de canais que altere o curso natural ou a calha principal do Rio Araguaia.

O seu art. 4º sujeita o infrator das proibições estabelecidas pelo art. 3º às seguintes penalidades, sem prejuízo da aplicação de outras previstas em legislação específica: um, advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para interrupção de projetos; dois, embargo provisório para avaliação do impacto de determinada obra ou empreendimento no curso natural ou na calha principal do Rio Araguaia; três, embargo definitivo de obra ou empreendimento quando se constatar a possibilidade de impacto ao curso natural ou à calha principal do Rio Araguaia; quatro, destruição ou desativação de obra ou empreendimento e limpeza de qualquer resíduo ou lixo proveniente da destruição ou desativação da obra ou empreendimento; e, cinco, multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$10 mil a R\$200 mil, além da reparação ou compensação por dano ao curso natural ou à calha principal do Rio Araguaia.

O seu art. 5º, Sr. Presidente, institui que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Ao justificar sua iniciativa, argumenta a autora que a construção de barragens no Rio Araguaia, principalmente por sua característica de rio de planície, impactaria drasticamente a fauna e a flora que se desenvolve ao longo de seu curso, que dependem do rio de seus varjões, de suas lagoas marginais e de suas matas de galeria, para reprodução, locomoção e sobrevivência. Além disso, desalojaria milhares de pequenos e médios produtores de suas terras, que perderiam seu trabalho e certamente acabariam, como tantos outros, nas periferias das cidades.

Não foram apresentadas emendas à matéria perante a Comissão de Meio Ambiente, que a apreciará exclusiva e terminativamente. Ocorre que o Senador Douglas Cintra, que me antecedeu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na relatoria da matéria, apresentou relatório, que não chegou a ser votado, pela rejeição do projeto. O Senador Ataídes Oliveira também apresentou relatório, que não foi apreciado, pela aprovação do PLS.

A proposição foi arquivada ao final da última legislatura. Foi desarquivada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 192, de 2019, ficando prejudicado o Requerimento nº 60, de 2019, no mesmo sentido, que tinha como primeira signatária a eminente Senadora Kátia Abreu.

Considerando a complexidade da matéria, foram realizadas duas audiências públicas, em 16 e 23 de setembro de 2015, com a participação de atores diretamente envolvidos com a proposição.

Nosso relatório adota a análise realizada pelo Senador Ataídes Oliveira, com o aprimoramento que apresentaremos.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-F, incisos I, III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, à preservação da biodiversidade e à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este Colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposição, incluídos os aspectos de técnica legislativa.

No tocante à constitucionalidade, são obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 24, VI, da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF); e à iniciativa (art. 61, *caput*, da CF).

A proposição não fere a ordem jurídica vigente e tampouco infringe as normas relativas à boa técnica legislativa, conforme os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A proposição, Sr. Presidente, está aqui mais ou menos baseada nesses termos, que é a pura realidade.

E, para ser mais prático, se V. Exa. me permite, como já é de conhecimento de todos os colegas Senadores e Senadoras aqui, eu vou adiantar um pouco aqui o meu relatório.

O PL nº 248, de 2014, guarda grande complexidade, já que busca regular diversos usos no Rio Araguaia, sobretudo a construção de estruturas que alterem o curso natural ou a calha principal do rio. Um exemplo são as estruturas para viabilizar a navegação em hidrovia ou os aproveitamentos hidrelétricos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de requerimentos de autoria do Senador Donizeti Nogueira, esta Comissão realizou duas audiências públicas com a participação de representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Patrimônio da União e da Universidade Federal do Tocantins.

Sobretudo com base nos posicionamentos do MAPA e da Universidade Federal do Tocantins, fica patente o mérito da proposição em análise para proporcionar a preservação ambiental desse importantíssimo rio brasileiro, valorizando o patrimônio cultural, as tradições, a beleza cênica, a biodiversidade e o potencial turístico a ele associados.

Apresentamos somente uma emenda para aprimorar o projeto, alterando seu art. 3º para excepcionar da proibição proposta no dispositivo a construção de empreendimentos de geração hidrelétrica, impondo, para essa possibilidade, a condição de elaboração de inventário hidrelétrico participativo que contemple consulta a amplos segmentos sociais interessados, tanto beneficiados como afetados, além de avaliação ambiental estratégica e de estudos específicos.

Essa alteração no projeto se faz necessária diante do aumento da demanda elétrica e da crise energética pela qual passa o país, que pode levar à eventual necessidade de ampliação da capacidade geradora nacional. As exigências que proponho para esse tipo de empreendimento no Rio Araguaia resguardarão a proteção ambiental e social da região.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 248, de 2014, com a seguinte emenda:

Emenda nº - CMA

Inclua-se no art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, o seguinte parágrafo único:

“Art. 3º

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os empreendimentos de geração de energia hidrelétrica desde que existam prévia e cumulativamente:

I – avaliação ambiental estratégica que indique a aptidão da região para o empreendimento e a necessidade e a viabilidade ambiental, social e econômica das obras;

II – estudos técnicos, econômicos e socioambientais específicos que justifiquem a imprescindibilidade das obras, os quais deverão ser aprovados pelos órgãos competentes;

III – inventário hidrelétrico participativo que contemple a ampla participação de representantes dos diferentes segmentos sociais e técnicos atuantes na bacia hidrográfica, preferencialmente envolvidos nos processos de implantação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos hidrelétricos, como empreendedores, instituições governamentais, usuários dos recursos hídricos, comunidades tradicionais, povos indígenas, entre outros, que possam ser beneficiados ou afetados pelo empreendimento”.

Sr. Presidente, eu sou muito afeiçoado a esse projeto, na medida em que a Senadora Kátia Abreu é sempre zelosa quando propõe os projetos aqui e como Relatora de algumas matérias. Esse projeto é imprescindível, com certeza, sobretudo porque o Rio Araguaia também passa pelo Estado de Mato Grosso.

Dessa forma, o meu voto é pela aprovação.

Muito obrigado, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pelo seu cuidadoso relatório, por sua emenda.

O projeto está em discussão.

Inscrito aqui está o Senador Zequinha Marinho, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente! É uma satisfação poder revê-lo!

Antes de entrar no mérito do projeto relatado – por sinal, muito bem relatado – pelo Senador Jayme Campos, eu quero aqui pedir que a gente paute o nosso requerimento que solicita audiência pública para tratarmos sobre o licenciamento para o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins. Logo depois que o Araguaia entra no Rio Tocantins, a alguns quilômetros, está o Município de Itupiranga, onde fica exatamente o Pedral do Lourenço. Já faz muito tempo que essa licença está sendo desenvolvida pelo Ibama, e nunca chega ao fim. Não dá para esperar tantos anos! É uma obra que vai ajudar o nosso estado e o Brasil a melhorar a sua logística, a baratear o transporte e a levar produtos com mais competitividade.

Então, eu gostaria de, encarecidamente, pedir a V. Exa. e ao Senador Jaques Wagner que a gente pautasse, conforme minha solicitação já feita agora em março, mais uma vez, o requerimento de audiência pública, para que o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente e o da Infraestrutura, todo mundo aqui viesse. A gente precisa tratar sobre isso. Não dá para ficarmos esperando.

Agora, Presidente, primeiro, quero cumprimentar pela iniciativa a Senadora Kátia Abreu, pela preocupação com a questão do Rio Araguaia. Na verdade, eu sou um araguaiano nato. Nasci em um lado do rio e fui criado do outro lado: pelo lado de Tocantins, que, naquele tempo, era Goiás; depois virei paraense, indo para a cidade de Conceição do Araguaia, no sul do Pará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos toda uma atenção em função do potencial apresentado pelo Araguaia no que diz respeito à geração de energia, no que diz respeito ao potencial de se construir uma hidrovía, o que, por sinal, há algum tempo já, aconteceu em partes, sendo sinalizado o leito do rio.

Eu quero pedir vista do processo em função das mudanças que ocorreram no relatório nesse momento, mais uma vez elogiando o trabalho feito pelo nosso querido Senador Jayme Campos, mas a gente precisa rapidamente conversar sobre alguns pontos que nós e o Governo também entendemos serem importantes para que a gente possa, digamos assim, aperfeiçoar essa obra-prima com relação a tudo isso que foi colocado a respeito do nosso glorioso Rio Araguaia.

Portanto, o nosso pedido de vista em função disso, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero aqui dizer a V. Exa. e sobretudo ao ilustre e querido amigo Senador Zequinha Marinho que essa matéria já foi discutida, e já teve oportunidade o próprio Zequinha, meu querido amigo, de pedir vista, o que foi acatado pela Mesa Diretora, pelo Colegiado.

Entretanto, não foi apresentado, na emenda, nenhum fato novo. Então, baseado no Regimento Interno – e é bom que o nossa Secretaria da Comissão faça uma consulta ao Regimento Interno na medida em que já foi feito aqui um pedido de vista. Vamos esclarecer, é muito fácil. Pediu vista, foi concedida a vista, não foi apresentado nenhum fato novo, ou seja, regimentalmente, são cinco dias – e V. Exa. sabe – que a Comissão dá ao autor do pedido de vista. Naquela oportunidade, foi feito o pedido de vista coletiva. Perfeito, é regimental. Foi oferecida a vista, e, de lá para cá, não foi oferecido nada diferente daquilo que está aqui, no meu relatório, já apresentado anteriormente e lido.

Todavia, quando V. Exa. coloca na Ordem do Dia desta Comissão para ser votado... Eu imagino, Senador Zequinha, que cabe, naturalmente, aqui à nossa Secretaria da Comissão ler o Regimento Interno, porque eu desconheço... Foi pedida vista coletiva. Eu já fui Presidente de Comissão e nunca permiti isso. Se eu lhe concedi vista, não foi apresentado nada que pudesse enriquecer ou fazer com que o relatório meu fosse mudado através da carta, da emenda não acatada, eu imagino, com todo o respeito, Senador Zequinha, que não seja possível, nesse exato momento, feita a leitura do parecer do Relator aqui, caber mais vista; não cabe mais vista pela segunda vez, porque foi feita de forma coletiva aqui já uma vez e não foi apresentado nenhum argumento novo que eu pudesse acrescentar aqui, no meu relatório.

Feito isso aqui, particularmente, eu quero pedir a V. Exa. que consulte a Secretaria desta Comissão se, de fato, é permitido outro pedido de vista, o que eu desconheço, porque foi pedida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista de forma coletiva. Se fosse pedido de vista individual, dez, parabéns, concedida! Mas, desta feita, particularmente, há a sensação e a impressão de que não vai ser permitido um novo pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Zequinha Marinho, o senhor quer justificar o motivo do seu pedido de vista pela segunda vez?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – Deixa eu lhe falar: eu não estou aqui com o material em que o Governo alega a necessidade do pedido de vista em função da mudança que a assessoria do Governo diz ter havido no relatório.

O Senador Jayme Campos está coberto de razão do ponto de vista regimental, não é? Diante disso, que observemos, então, a questão regimental, já que eu não tenho aqui em mãos... O que me pediram foi um pedido da Liderança do Governo para que a gente pudesse rever alguns pontos; já que não há isso, eu declino em favor da questão regimental...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Meu caro...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – ... para que se prossiga com a votação do projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um aparte, Senador Zequinha, por gentileza.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – Oi, pois não.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Para apartear.*) – Diante da fala de V. Exa., eu indago se é do interesse de V. Exa., atendendo a uma demanda do Governo, que nós possamos retirar a matéria de forma acordada, e eu até respeitaria o ponto de vista. Agora, regimentalmente, aí não. Agora, se o senhor me pedir: Senador Jayme Campos, para que possamos talvez discutir melhor essa matéria, a pedido do Poder Executivo, diante da nossa amizade, da conciliação, do respeito e admiração que tenho por V. Exa., eu não teria nenhuma dificuldade. Agora, eu não posso, em hipótese alguma, meu caro Presidente, Confúcio, é aceitar, até porque eu conheço, até certo ponto, bem o regimento das Comissões do próprio Plenário, e, feito isso, eu não posso aceitar, porque se estaria incorrendo em erros da forma com que foi conduzido o pedido de vista, porque já foi concedido um pedido de vista. Então, não seria possível, porque foi feito de forma de forma. Mas, se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas ele declinou do pedido de vista.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – Correto. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Oi.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – Presidente, estão me trazendo aqui... Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Por videoconferência.*) – Estão me trazendo aqui, viu Senador Jayme, que houve alteração no art. 3º do relatório. Bom, esse é um caso. Se V. Exa., do ponto de vista pessoal, da consideração e da amizade, quiser, digamos, botar para a próxima sessão, eu solicitaria vista e conversaria aqui com o pessoal do Governo no sentido de que eles pudessem apontar exatamente as diferenças que estão dizendo existir entre um momento e esse atual, para que a gente pudesse, então, atender ao Executivo dentro disso. Não, digamos assim, observando a questão regimental, porque V. Exa. está corretíssimo, a gente também convive com esse tipo de coisa o tempo todo, não é?

Perdoe-nos aí por não ter observado esse ponto e não ter tido tempo de verificar isso antes da sessão, em função da correria. Eu fui pelo ponto de vista apenas regimental, mas, se V. Exa., do ponto de vista aí da amizade e da consideração, quiser ouvir o Governo com relação a isso, eu agradeceria muito para que a gente pudesse então fazer esses... ou, pelo menos, convencer o Governo de que não houve mudança e que o texto está da forma como está desde então até agora, está bom?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, permita-me.

Bem, devido a haver respeito por V. Exa. e, diante do apelo feito pelo querido amigo Zequinha, da minha parte não tenho nenhum questionamento a fazer. Muito pelo contrário, eu respeito e espero que na próxima sessão, na quarta-feira que vem, possamos votar. Eu, particularmente, se V. Exa. quiser, abro mão para que possa ser retirada a matéria da pauta para, na próxima quarta-feira, ser votada de forma nominal aqui pelos nossos colegas Senadores. Eu, particularmente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu creio, Senador... Eu agradeço a V. Exa.

Eu vou fazer um breve comentário, sem interferir – eu sou só o Presidente e tenho só que dirigir a sessão da melhor maneira possível –: esse projeto é de 2014, já passou por várias audiências públicas, inclusive com a participação de outros Governos, e é um projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente importante porque ele visa a proteção do Rio Araguaia, impedindo, no todo ou em parte, ressalvada a emenda do Senador Jayme Campos apresentada hoje, a possibilidade de até vir a ser operada uma usina hidrelétrica no rio.

Mas muito bem explicado pela Kátia, eu sou muito favorável, Senador, que não se pode ficar segurando muito os projetos na Comissão, não. Como um projeto fica sete anos aqui? São sete anos, já passaram dois Governos! E já foi discutido pela legislatura anterior. Então, não dá!

Com a anuência do Senador Jayme Campos, Zequinha, está concedida vista até a próxima sessão, mas, se eu estiver aqui na sessão, ele será votado improrrogavelmente e vai para o Plenário para ser debatido e votado. As Comissões têm que soltar, têm que deixar fluir os projetos de autoria dos Senadores. Muito bem. Então, a vista foi concedida por sete dias, até a próxima reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Na verdade, o que acontece? O senhor disse aqui sete anos. É muito tempo! E o que fica diante da opinião pública é que nós não somos aqui produtivos, não produzimos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É vergonhoso! Não pode.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Lamentavelmente, ficamos com a pecha de Senador incompetente, que a coisa não anda aqui, na Casa, mas por fatos como este aqui: sete anos um projeto tramitando dentro de uma Comissão aqui é muito tempo, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É muito tempo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu acho que V. Exa. foi muito feliz no seu posicionamento, porque tem que andar, tem que produzir, temos que votar. Vota a favor ou vota contra, não é isso? O projeto prossegue ou é enterrado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas precisamos do quê? Dar uma resposta à sociedade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. foi muito feliz, Senador Confúcio, no seu posicionamento, muito claro, como é sua peculiaridade fazer todas as vezes aqui, nos seus projetos, na sua Presidência, como Presidente da Comissão da Covid, enfim, o senhor fez um trabalho exitoso, maravilhoso, respeitoso, e sobretudo hoje tem a admiração da sociedade brasileira pela sua forma coerente na busca de soluções para os nossos problemas. Neste momento de pandemia do Brasil, V. Exa. marcou história presidindo essa Comissão.

Portanto, da minha parte está aceito.

Muito obrigado pela sua consideração.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Bem, o próximo projeto é o Projeto de Lei 376, de autoria do Senador Acir Gurgacz e relatado pela Senadora Eliziane Gama.

Houve acordo entre a autoria e a relatoria, e o projeto está suspenso até a próxima reunião da Comissão.

(É o seguinte o item suspenso:

1ª PARTE**ITEM 2****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2017****- Terminativo -**

Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto.

2. De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015, por concluir pela prejudicialidade da matéria, a deliberação do relatório ocorrerá pelo procedimento simbólico.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Projeto de Lei 3.603, de 2021, não terminativo.

1ª PARTE**ITEM 3****PROJETO DE LEI Nº 3603, DE 2021****- Não terminativo -**

Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)**Relatoria:** Senador Jaques Wagner**Relatório:** Pela aprovação**Observações:**

1. A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Eu passo a palavra ao Senador Jaques Wagner para o seu relatório e à consequente votação a seguir. *(Pausa.)*

Senador Jaques Wagner? Senador Jaques Wagner?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – *(Falha no áudio.)* ... som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso. Ótimo, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Apesar de ser um pedido, na minha opinião, de última hora, ontem eu fui procurado pela Liderança do Governo, dizendo que queria dialogar sobre alguns temas. Eu até quero fazer publicamente a reclamação: essa matéria já veio para a pauta, já saiu de pauta, e, portanto, o Governo deveria estar mais atento a essas questões, ou seja, acompanhar quando a gente está fazendo o relatório. Eu vou, então, pedir a V. Exa., em nome de atender a esse diálogo com o Governo, que possa recolocar na pauta da semana que vem, porque senão fica tudo para as calendas, como V. Exa. disse, leva oito, nove, dez anos e não se vota, e eu gosto de votar. Quem ganhar na democracia ganhou, quem perder, perdeu. É óbvio que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sempre é bom o diálogo, porque ao fim e ao cabo a matéria irá para a Câmara ainda, é óbvio que eu prefiro, então, que já saia daqui, como se diz, redondo.

Acho que o projeto é absolutamente meritório. Há um questionamento do Governo sobre o prazo de adequação, porque eu mantive no relatório a iniciativa do autor Veneziano de dois anos, e eventualmente outras ponderações. Como V. Exa. me conhece, eu acho sempre melhor dialogar do que litigar, eu vou abrir esse espaço para o Governo, deixando aqui a minha reclamação de fazê-lo sempre quando entra na pauta. Estava já pronto para a pauta, então poderia ter me procurado antes. Mas tudo bem, vou dialogar com o Governo através da minha assessoria, vou pedir ao Senador Veneziano o mesmo, e já antecipo a colocação, na semana que vem, na pauta da CMA.

Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador, atendido seu pleito.

Vamos em frente.

1ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2022 - CMA, seja incluído o Senhor Leonardo Boff entre os convidados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

Em discussão o requerimento.

Os Senadores que queiram discutir estão com a palavra.

Não havendo quem queira discutir, está em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

As matérias foram apreciadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, vamos para a segunda parte da nossa reunião, a nossa audiência dessa sessão de hoje. Vamos à audiência pública.

Vale destacar, antes de começarmos, a importância deste debate no dia de hoje, afinal, dia 14 de março celebramos 31 anos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). São mais de três décadas de muita luta e conquistas, e hoje estamos aqui reafirmando o nosso compromisso com esse importante movimento de buscarmos construir um projeto energético mais seguro e saudável para fazer do Brasil o país justo e igualitário que todos desejamos.

Parabéns ao MAB, a todos e a todas que lutam sempre por um mundo de energia sustentável, renovável e que promova a vida sem colocá-la em risco!

Quero lembrar que o debate será interativo, transmitido ao vivo e aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador terá um tempo de dez minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento na tela para exposição. Neste caso, é fundamental que encaminhe o arquivo à Secretaria para publicação e pesquisas futuras.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários em cinco minutos.

Convido para sentar-se à mesa o participante que se encontra presencialmente aqui no Senado, Sr. Iury Paulino, Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Depois, entram os outros remotamente.

Paulino, pode se sentar. Seja bem-vindo! Que você fique bem à vontade! Pode puxar o microfone de lado e iniciar a sua exposição.

O SR. IURY PAULINO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar o Senador Confúcio, agradecer muito por presidir esta audiência e agradecer muito por poder contar com V. Exa. nas lutas e nessas pautas que são de importância fundamental para a sociedade brasileira. Quero saudar também o Senador Jaques, que acredito que está virtualmente com a gente, e o Senador Randolfe, que atendeu prontamente um pedido para que a gente pudesse celebrar esta audiência. Quero saudar, em especial, os atingidos e atingidas de todo o Brasil.

Já são 31 anos de luta em defesa da população atingida, mas, sobretudo, construindo um modelo energético, uma proposta de desenvolvimento mais justa, mais igualitária. Que possamos discutir e construir possibilidades de que itens ou bens tão essenciais ao povo brasileiro, como a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica, possam ser produzidos obviamente sem gerar grandes prejuízos, sem que essa população possa pagar a conta desse processo. Que a gente possa receber também os benefícios desse desenvolvimento que se produz, que se gera, que se constitui com a produção da energia, com a mineração, enfim, com essas atividades que demandam construção de barragens e que causam impactos à população.

Quero saudar todos os Senadores presentes e quem está nos assistindo.

Senhores, senhoras, este debate é extremamente importante. Nós vimos construindo, ao longo do tempo, a proposta de uma política nacional de direito para as populações atingidas para que nós possamos ter um marco regulatório para essas populações e para que se estabeleça um programa, planos de recuperação e desenvolvimento dessas comunidades e dessa população, mas sobretudo para que se tenham parâmetros para o atendimento dessa população.

Há uma questão muito grave na situação dos atingidos: com a ausência do marco regulatório, com a ausência de leis, não há referência. Então, nós somos vítimas da compreensão dos empreendedores ou da interpretação que os empreendedores fazem nos seus empreendimentos. Isso é muito ruim, Senadores, isso é muito ruim, Senador Confúcio, porque, do nosso ponto de vista, não gera segurança para ninguém. Então, é um processo muito inseguro.

Estabelecer uma política nacional e que essa política deixe às claras os direitos das populações atingidas – quais são os deveres que essa população tem, os direitos do Estado brasileiro, os deveres do Estado, os direitos dos empreendedores, os deveres dos empreendedores – é extremamente importante, porque outros países do mundo conseguem trabalhar isso com clareza, e a gente vê que ainda é um problema no Brasil a gente não ter isso.

A Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens foi construída a muitas mãos. A proposta que está nesta Casa é uma proposta que foi dialogada em comunidades, foi dialogada com várias organizações, com especialistas sobre o assunto para que nós pudéssemos chegar à proposta mais exequível possível. Portanto, ela tem uma história de construção, uma história democrática de construção, e a gente precisa avançar nessa política.

A nossa política tem, em sua essência, na nossa proposta, pelo menos três questões essenciais, Senadores, de que nós não podemos abrir mão: a primeira é uma questão conceitual, é o conceito de atingido, que precisa abranger toda a população que sofre com os impactos dos grandes empreendimentos, precisa dar conta de entender as diversas mudanças que nós tivemos ao longo do tempo, porque a principal referência que se tem são leis, ou uma lei de 1949 que trata o atingido como aquele que é detentor da propriedade, e isso mudou historicamente. O atingido hoje é quem vive de uma atividade numa área que vai ser atingida. Hoje há os aspectos culturais, os laços de família, famílias que se constituíram há 50 anos, 30, 40, em um local e que são remanejadas sem critérios. Há vários outros elementos que compõem esse conceito. Então, a gente precisa ter um conceito que seja abrangente para enquadrar todas as dimensões da vida dos atingidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a questão da participação popular. Não é possível mais fazer barragens no Brasil depois dos casos de Mariana e de Brumadinho. O histórico de rompimento de barragens não é novo. Infelizmente, esses casos, pela sua dimensão, evidenciaram mais esse problema. Não é possível nós fazermos isso sem dialogar com o povo que é atingido, porque as soluções que são propostas sem dialogar com a população podem ser as melhores, com boas intenções, mas não representam, muitas vezes, o desejo ou a realidade de quem construiu. Então, a participação popular é fundamental. A construção de um instrumento nacional que contemple a participação dos atingidos, de empresas e de governos... Não estamos dizendo que só os atingidos devem definir as questões. Nós estamos dizendo que nós queremos participar. E nós não temos esse espaço de participação.

A terceira questão, extremamente importante, Senadores, Senador Confúcio, é o tema do passivo histórico. O Brasil tem um passivo muito grande com as populações atingidas. Se a gente pegar todas as hidrelétricas construídas e todos os processos de mineração, todos eles têm eminente violação, todos eles não repararam de nenhuma forma ou repararam muito pouco as violações e os problemas que causaram à população atingida. A gente pega Sobradinho, mas vários municípios foram atingidos. Recentemente, a gente fez um estudo – inclusive, há um relatório – junto com o Ipea que aponta que havia parte dessa população que nem sequer energia elétrica tinha! Vejam a contradição: eles foram tirados de um local para dar lugar a uma usina hidrelétrica e não tinham energia elétrica. O caso de Tucuruí é emblemático também nessa circunstância. Então há um passivo histórico, e esse passivo precisa ser corrigido. Nós não podemos definir uma lei que trate só do problema de agora em diante.

Portanto, o estabelecimento da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens é muito importante. Por isso, nós fazemos um apelo a esta Casa, um apelo à sensibilidade. Nós estamos em um momento extremamente crítico, Senadores. Vocês estão acompanhando a situação dos alagamentos. Nós estamos num processo profundo de mudanças climáticas, do nosso ponto de vista. Aliado a isso, há a questão do rompimento de barragens e a questão de abertura de comportas de barragem, e isso está levando ao alagamento, que atinge várias famílias. São áreas em que o movimento trabalha, que o movimento acompanha.

Aqui, há pouco, havia a discussão sobre o tema da hidrovia Araguaia-Tocantins, que é um tema importante, mas, naquela região, com a abertura das comportas de Estreito e, posteriormente, de Tucuruí, nós temos mais de cem mil pessoas que foram atingidas pelos alagamentos. São agricultores que perderam suas roças, são bairros inteiros em cidades como Marabá em que as famílias estão em alojamentos. Nós temos a realidade da Bahia, em que há um número imenso de pessoas. Nós temos os casos do Rio de Janeiro.

Então, é extremamente importante a gente dar uma atenção especial a esse tema dos atingidos, porque esse tema ainda é invisibilizado. E a política, o marco regulatório é fundamental, é essencial para que a gente possa estabelecer isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é esse o apelo. O dia 14 de março é o Dia Internacional de Luta das Populações Atingidas. Então, é extremamente importante que a gente dê um retorno a essa população que sofre historicamente com a situação da construção dos empreendimentos no Brasil. Não há uma discussão, um debate em que há algum posicionamento que seja contrário ao desenvolvimento, à energia limpa, à energia renovável ou a qualquer outro aspecto que possibilite o desenvolvimento do Brasil a partir da necessidade de construção de suas infraestruturas.

O que nós estamos dizendo aqui é que é necessário pelo menos que a sua população seja tratada com dignidade, que a população atingida tenha o direito de decidir sobre o seu rumo e que possa opinar sobre esse processo. Acreditamos que é o mínimo que se possa fazer. Portanto, a gente agradece muito aos Senadores que estão debatendo com a gente, que estão dispostos a acrescentar, a enriquecer a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Nós temos outro elemento, Senadores: as barragens no Brasil, é natural, vão ficando velhas. Se vão ficando velhas, elas têm uma tendência a trazer mais risco à população. Nós não temos uma política de segurança de barragens adequada e nós não temos uma política de segurança de atingidos, porque são diferentes as coisas. Uma coisa é segurança da estrutura, outra coisa é a vida do povo que está abaixo, a jusante ou a montante dessas obras, dessas barragens.

Então, é preciso a gente discutir isso com bastante cuidado, com bastante carinho, porque a gente entra numa fase que é extremamente... Brumadinho e Mariana nos mostraram e outras que vieram e já estão se rompendo ao longo desse período nos mostraram quanto é grave essa situação. Nós temos várias bombas armadas no Brasil que estão sobre a cabeça de grande parcela da população brasileira. Então, nós precisamos fazer uma discussão. E achamos que a Política de Direitos das Populações Atingidas por Barragens é um instrumento importante para essa discussão.

Peço desculpas por ter passado do tempo e agradeço muito, Senador, pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Paulino, você é de onde?

O SR. IURY PAULINO – Eu sou cearense, mas estou, há 12 anos, morando no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você veio de lá essa madrugada?

O SR. IURY PAULINO – Vim na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Minha gente, é o seguinte: acabamos de ouvir as palavras do Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, Iury Paulino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês observaram que o movimento, que completa agora 31 anos, não é um movimento de encrenqueiros, não; é um movimento de cidadãos que moram nas margens dos rios e que manifesta aqui o seu desejo de simplesmente ser ouvido, debater anteriormente à construção desses empreendimentos em que possam ser acordados direitos que assegurem a vida, os benefícios, as indenizações, a garantia de sustento e de criação dos seus filhos adequadamente.

Eu louvo muito o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Quero lhe agradecer muito e reconhecer... Muito obrigado pela sua presença, pelo seu sacrifício de se deslocar lá do Pará para esta audiência pública, que está sendo gravada. A TV Senado já colocou isso no ar. E a sua voz há de ecoar Brasil afora por todos os cantos. Está bem, Paulino? Muito obrigado a você. Muito agradecido mesmo e honrado com a sua valiosa e importante presença.

Dando seguimento, vamos continuar agora remotamente com os nossos convidados ilustres.

Você pode continuar aí, Paulino.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Carlos Vainer, membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Mineração do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Com a palavra V. Sa. pelo tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS VAINER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, eu quero parabenizar a Comissão de Meio Ambiente do Senado nas figuras dos Senadores Confúcio Moura e Jaques Wagner pela iniciativa de promover esta audiência pública.

Também quero agradecer o convite para participar dela em nome do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em especial do seu Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Acompanho a luta dos atingidos por barragens há 35 anos. Não conheci, mas estudei o Movimento Justiça e Terra, que ainda no auge da ditadura militar lutou para que fossem reconhecidos os direitos de mais de 40 mil expropriados de Itaipu, e acompanhei as lutas, que, nos estertores da ditadura militar e engrossando o movimento pelo fim do regime autoritário, travavam os atingidos por barragens na Bacia do Alto Uruguai, em Tucuruí e em Itaparica, no Médio Vale do São Francisco, para serem reconhecidos como sujeitos de direito.

Lembro e registro o acordo histórico firmado entre a Eletrosul e a então Comissão Regional de Atingidos por Barragens no Alto Uruguai em 1987, quando, pela primeira vez, o Ministério de Minas e Energia e através dele o Estado brasileiro reconheceu a existência desse novo sujeito social político que era o Movimento dos Atingidos por Barragens. Eu diria que esta audiência é parte desta longa e árdua trajetória, momento de afirmação do que se pode chamar de um direito insurgente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez nunca como nos dias de hoje tenhamos visto tantos manifestos e declarações de amor ao Estado democrático de direito, mas, como lembra a filósofa Marilena Chaui, estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia apenas como o regime da lei e da ordem, na qual haveria uma identificação entre a ordem e a potência dos Poderes Executivo e Judiciário para conter os conflitos, impedindo sua explicitação. Mas, continua, Chaui, as ideias de igualdade e liberdade significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que onde tais direitos não existam nem estejam garantidos tem-se o direito de lutar por eles, exigí-los. É este o cerne da democracia: a criação de direitos. Acho que é disso que se trata quando falamos hoje dos direitos dos atingidos.

É uma longa trajetória cujos marcos – vou citar alguns – seriam os seguintes: em abril de 1989, foi realizado o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens; em março de 1991, ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, que fixou o dia 14 de março como Dia Nacional de Luta contra as Barragens; em março de 1997, por iniciativa e convocação do MAB, realizou-se em Curitiba o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, evento em que se fixou o dia 14 de março seria o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

Esse evento internacional teve uma outra e muito relevante consequência, pois sua resolução final instava o Banco Mundial e outras agências multilaterais a financiarem e constituírem uma comissão idônea para avaliar os impactos de barragens em todo o mundo. Essa comissão, conhecida como Comissão Mundial de Barragens, trabalhou por mais de dois anos sob a presidência do Ministro de Recursos Hídricos da África do Sul e com participação de representantes da indústria de barragens de Governos e da sociedade civil. Seus resultados foram divulgados em 2000. O relatório intitulado Barragens e Desenvolvimento concluía, entre outras coisas, que as grandes barragens custavam sempre mais do que se havia previsto, produziam menos energia ou irrigavam menos terra do que haviam prometido e provocavam dramáticas consequências sociais e ambientais.

Outro marco da trajetória que busco resgatar foi a solicitação do MAB, em 2006, para que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que antecedeu o Conselho Nacional de Direitos Humanos, constituísse uma comissão especial para investigar a ocorrência de violações aos direitos humanos e ambientais no planejamento, construção e operação de barragens. A comissão, com representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, universidades e sociedade civil, promoveu estudos aprofundados. Seu relatório final foi aprovado pelo conselho em 22 de novembro de 2010 e concluiu, entre outras coisas, que no Brasil o planejamento, construção e operação de barragens tem violado de maneira sistemática e regular os direitos humanos e ambientais. Esse relatório também indicava cerca de cem medidas para prevenir novas violações e reparar as violações cometidas.

Um mês antes, em 26 de outubro de 2010, já como primeiro resultado dos trabalhos da comissão e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Presidente Luiz Inácio Lula





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Silva assinou o Decreto nº 7.343, que instituiu a obrigatoriedade de cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos e barragens. Temos hoje que lamentar que apenas poucas das recomendações da comissão especial tenham sido implementadas. Temos hoje a lamentar que as reivindicações do Movimento de Atingidos por Barragens tenham sido rejeitadas, quando não foram acusados de serem o MAB e seus militantes inimigos do progresso e muitas vezes criminalizados e perseguidos em sua luta.

Foi necessário, como muitas vezes acontece no nosso trágico país, que tragédias brutais e crimes hediondos fossem cometidos para que o MAB, os atingidos por barragens e as vítimas de Mariana e Brumadinho invadissem, de maneira figurada, as pautas de partidos políticos, de Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional.

Já se passaram mais de seis anos desde o desastre de Mariana, mais de três anos da tragédia de Brumadinho, quase 300 mortos nos dois desastres, dezenas de milhares de vidas interrompidas, destruídas, para não falar da destruição dos Vales do Rio Doce e do Paraopeba. As tragédias, como as que se abateram sobre as vítimas de Mariana e Brumadinho, o sofrimento de dezenas de milhares de atingidos deslocados compulsoriamente pela mineração e pela implantação de barragens, as ameaças a muitos milhares de pessoas que vivem nas vizinhanças de minas e barragens de resíduos tóxicos ou ameaçadas de novos desastres; tudo isso nos impõe uma pergunta: como e por que pode o Estado brasileiro ser tão lento na elaboração de um marco legal claro, preciso e incisivo, que promova duas medidas essenciais, que não podem, que não devem ser postergadas? São medidas inadiáveis. A cada dia em que se posterga sua aprovação, apenas se prolonga a agonia dos que foram vitimados e não foram reparados e dos que estão ameaçados de serem as próximas vítimas. São medidas relativamente simples: medidas para prevenir e evitar novas tragédias e novas violações de direitos humanos e medidas eficazes para reparar material e moralmente os indivíduos, famílias, comunidades e coletividades que foram vitimadas.

A tomada de medidas nessa direção está nas mãos agora do Senado Federal com o Projeto nº 2.788, já aprovado na Câmara dos Deputados e que hora tramita no Senado. É possível reconhecer em cada artigo ou parágrafo deste PL as marcas da trajetória de luta que eu busquei resgatar. Penso, nas definições do art. 2º do PL, acerca do que sejam populações atingidas por barragem, reconhecendo o direito à justa e plena reparação de todas e todos que houverem sofrido perdas materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis. Penso no reconhecimento do art. 3º que a indenização pecuniária não é nem pode ser a única e exclusiva forma de reparação, pois há perdas e danos que não são indenizáveis em dinheiro. Penso ainda na importância de reconhecer o direito à participação e o direito à assistência técnica idônea, escolhida pelos atingidos e suas organizações, e vejo também como importante a afirmação da necessidade de planos de recuperação e desenvolvimento econômico-social, nascida essa reivindicação também da experiência e da luta dos atingidos que, desde 2004, lutaram nas barragens de Itá e Machadinho para que se implantasse esse plano, coisa que depois foi incorporada pelo Conselho Diretor do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo Eletrobras, no início do primeiro Governo Lula, sob a forma de programa de desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas por barragens, Eletrobras então presidida pelo Prof. Luiz Pinguelli Rosa, recentemente falecido.

Então, mais importante que todos esses elementos do PL, quero destacar, aspas, "o princípio da centralidade no sofrimento da vítima, com vistas à justa reparação [...]", no art. 3º §2º – centralidade da vítima e não dos interesses de grandes corporações; centralidade da vítima e não nos arranjos feitos às costas dos atingidos para favorecer pretensões políticas eleitorais de X ou Y; centralidade da vítima e de seu sofrimento.

Todos sabemos, ainda mais as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que o tempo é uma variável política da maior importância. Não é certamente casual que a Câmara Federal tenha aprovado recentemente regime de urgência para a tramitação de projeto que prevê a liberação de mineração e implantação de hidrelétricas em terras indígenas, ao arrepio da legislação brasileira, dos tratados internacionais e protocolos subscritos pelo país. Não podemos aceitar – e tenho certeza de que o Senado Federal não aceitará – que o PL 2.788 se arraste ou acabe sendo devolvido à Câmara para novas e repetidas discussões, ao mesmo tempo em que corre célere o projeto que pretende liberação de barragens de mineração e de hidrelétricas em terras indígenas.

Esta é a mensagem do CNDH, que eu tenho a honra de trazer: que seja aprovado imediatamente o PL, nos termos enviados pela Câmara, para evitar novas tramitações e novas delongas. Temos claro que esse PL poderia ser enriquecido e aperfeiçoado, mas, no momento atual, quando novas e graves ameaças surgem contra os direitos das populações atingidas pela mineração e pelas barragens, a aprovação do PL, nos termos aprovados na Câmara, será um importante passo na afirmação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e mostrará que o Brasil, apesar de algumas evidências contrárias, não abandonou o seu compromisso com os direitos humanos e ambientais, não virou as costas aos atingidos pela mineração e por barragens, aos povos originários, aos quilombolas e às populações tradicionais, aos pequenos agricultores e aos trabalhadores da terra que, como se sabe, são sempre os primeiros a serem vitimados por um sistema que insiste em desprezar a vida e destruir o meio ambiente.

Vamos correr rápido com esse PL! É esse o pedido do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Carlos Vainer, seria um prazer imenso ouvi-lo por mais tempo, pela beleza da sua exposição e o seu conhecimento. Fantástica a sua apresentação. Esse projeto eu até já mandei aqui olhar, mas o lury me falou que está com a Senadora Leila Barros, não é? Então, a Leila deve estar debruçada sobre ele, uma pessoa que vai dar celeridade, com certeza absoluta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a V. Sa. pela apresentação. Eu vi que o senhor está numa varanda da sua casa bem cercado de árvores, bem ecologicamente protegido, não é? Um abraço para o senhor! Muito obrigado.

Eu passo a palavra para a Sra. Cleidiane Barreto, Coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens do Estado da Bahia.

Com a palavra Cleidiane, pelo tempo de dez minutos, Cleidiane.

A SRA. CLEIDIANE BARRETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada. Bom dia a todos e a todas. Os atingidos e atingidas por barragens da Bahia queremos saudar todos e todas as Senadoras e Senadores presentes e as pessoas que nos acompanham, e também aproveitar esse momento para parabenizar o Senador Jaques Wagner; que tenha muitos anos de vida em defesa do povo baiano e do povo brasileiro.

Para nós estar aqui hoje nesta audiência é muito importante, também é muito simbólico, não é? Nós estamos no mês de março, que é um mês muito importante para o Movimento dos Atingidos por Barragens, mas é muito importante também para o povo brasileiro, para a classe trabalhadora. Nós iniciamos março com o 8M, que é o Dia Internacional das Mulheres. E todos os anos nós mulheres atingidas construímos o Oito de Março e, mais uma vez, este ano, depois de longos períodos de pandemia, nós saímos às ruas de todo o país, nos somando a outras mulheres nas lutas em defesa da vida, por um projeto energético popular e por uma sociedade mais justa para todo o povo brasileiro, não é? Nessa data também nós reafirmamos que as mulheres atingidas são as mais violentadas nas construções de barragens, nos grandes empreendimentos, pois atingem primeiramente o conhecimento e a economia das mulheres, além de negar a participação nos espaços políticos.

Seguindo a nossa agenda em março, nós temos o Quatorze de Março, que é o grande dia, que é o Dia Internacional de Luta contra as Barragens, em defesa dos rios, das águas, da vida. E, neste ano, nós realizamos atividades em todo o país pelos direitos das populações atingidas e pela reparação de todos os atingidos por crimes cometidos por empresas que controlam as barragens no Brasil, reafirmando a necessidade da aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab).

O Márcio também traz dois crimes contra mulheres, lutadoras, mulheres defensoras do povo, defensoras dos direitos humanos, que é no dia 14 de março, a morte de Marielle Franco e de Anderson Gomes, que retrata a violência constante aos defensores dos direitos humanos e defensores da vida. Nós precisamos que esses crimes sejam responsabilizados.

No mês de março agora faz quatro anos que foi assassinada a companheira Dilma Ferreira, que é atingida pela Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará. A vida de Dilma foi ceifada no dia 22 de março, que é o dia em que se comemora o Dia Mundial da Água. Dilma foi perseguida, criminalizada e assassinada por defender a água como direito humano, e não como uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercadoria. Então, as violações dos direitos humanos, os direitos dos atingidos e atingidas por barragens são constantes. Nós passamos a conviver com o medo. Mas nós também temos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer um pouquinho de silêncio aqui na Comissão?

Pode continuar. Só estou pedindo um pouco de silêncio.

A SRA. CLEIDIANE BARRETO (*Por videoconferência.*) – Nós temos a consciência de que cabe a nós, ao povo, a organização e a luta popular. E, com isso, nós atingidos e atingidas por barragens da Bahia trazemos o relato da difícil situação em que o estado baiano se encontra neste ano, situação que vem desde os anos passados. Nós somos vítimas constantes das políticas de construções de barragens, seja para abastecimento, seja para produção de energia, também desse modelo de produção agrícola, que não considera a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e contribui para que os grandes desastres aconteçam. Os atingidos da Bahia não conseguiram comemorar o Natal, o Ano Novo com as famílias por causa das chuvas extremas que atingiram as cidades baianas, sendo que muitas famílias tiveram que abandonar os seus lares durante a ceia, e como isso é violento, como isso atinge a vida das pessoas!

Nós não podemos tratar isso de forma naturalizante, atribuir a culpa a questões divinas, da natureza, porque o que resulta e o que soma tudo isso são as ações desenvolvidas em nome do capital. A chuva não chega a todos de forma igual, porque os principais atingidos e atingidas são a população pobre, a população que se encontra em vulnerabilidade social, desassistidos de políticas sociais de moradia, com ausência de um plano de urbanização que atenda os trabalhadores e trabalhadoras. Essa população é levada a morar em áreas de risco de alagamento e de desmoronamento. Então, pessoas que levaram toda a vida para adquirir o seu lugarzinho com muito trabalho, com muito esforço viram tudo ser destruído em poucas horas. Houve cidades na Bahia em que grande parte das comunidades e dos bairros se encontraram embaixo das águas e hoje se encontram destruídas.

Então, é preciso pensar um plano de reconstrução para reconstruir cidades, reconstruir estado, reconstruir estradas, reconstruir toda a estrutura, mas primordialmente é necessário repensar a reconstrução da vida desse povo, das nossas vidas, das pessoas atingidas. As perdas foram imensas, foram diversas, muitas pessoas se encontram sem trabalho, sem alimento, sem casa para morar, muitas famílias dividindo um colchão para seis pessoas, colchão ainda sujo de lama porque ainda não chegaram políticas de reparação... Então, a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras nunca foi fácil, mas nessa situação é desesperadora! Comunidades inteiras ficaram isoladas, milhares de trabalhadores perderam os instrumentos de trabalho. Muitas pessoas perderam a vida ou perderam pessoas queridas. Quase um milhão de pessoas na Bahia perderam o modo de vida, e veio o adoecimento.

São necessárias políticas de reparação, mas também a Pnab, para que os direitos das pessoas atingidas sejam garantidos. Pelos dados da Defesa Civil da Bahia, são 190 municípios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que decretaram situação de emergência; são 30.306 pessoas desabrigadas; são 62.150 pessoas desalojadas; são 27 mortos. E o total de atingidos é de 965.640 pessoas. Então, quase um milhão de pessoas, de atingidos necessitam ter suas vidas reconstruídas. E isso perpassa pelas ações do Governo. As ajudas humanitárias, a solidariedade, elas são importantes, e é isso que nós vimos construindo nesses últimos meses, mas é preciso que haja políticas estruturantes. Foram 27 pessoas que morreram, mortes decretadas durante a enchente, mas outras pessoas morreram com doenças desenvolvidas em consequência da chuva, muitas pessoas se encontram doentes psicologicamente, porque não se perde a vida apenas quando é decretado o óbito. Muitas vidas são perdidas pelo desalento, pelo abandono do estado, na insegurança e no medo de nunca mais ter de volta o que foi construído a duras penas.

Além de todo esse processo das chuvas, de todas as enchentes, a gente tem outro problema no estado, que é a cheia do São Francisco. A Chesf divulgou que foi a maior cheia, a maior vazão dos últimos 13 anos. Isso acontece devido às fortes chuvas, mas também pelas aberturas de comportas da Barragem de Sobradinho, na Bahia, das Três Marias, em Minas Gerais. Então, muitos agricultores foram atingidos, muitos pescadores foram atingidos. Os atingidos por barragens foram novamente atingidos. Aí a gente vê a necessidade de uma política para garantir os direitos. Então, nós temos na Bahia pessoas que foram duplamente atingidas, e isso só nos mostra a dívida histórica que o Estado da Bahia e o Estado brasileiro têm com a população atingida. Há pessoas que já perderam as casas, laços familiares e comunitários e que, para a construção de barragens, mais uma vez são atingidas por esse modelo que produz energia para lucrar em detrimento da natureza e da vida.

A gente fala da Barragem de Três Marias, a gente fala da Barragem de Sobradinho, mas há outras barragens pequenas, outras barragens particulares, sem fiscalização e que causam a destruição das nossas vidas. Nós trazemos como exemplo, aqui na Bahia, a Barragem do Quati, localizada no Município de Pedro Alexandre, que é uma barragem construída pelo Estado da Bahia que foi entregue a uma associação e que não tinha fiscalização. Em 2019, a barragem se rompeu, atingindo os Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Eustáquio. Então, uma barragem pequena, que não entra nos critérios da Lei de Segurança de Barragens, atingiu 14,4 mil pessoas, quase toda a população de uma cidade. E, quando os atingidos levaram essa demanda, essa cobrança, essa luta por direitos para o estado, a resposta foi que é uma barragem de pequeno porte que não se enquadra na Lei de Segurança de Barragens e que não caberia ao governo fiscalizar.

Mas a gente percebe que os direitos ficam sendo jogados de mão em mão. Há outro caso que aconteceu agora na Bahia, em Jequié, onde está localizada a Barragem da Pedra, que é uma barragem da Chesf. Houve o alagamento de boa parte da cidade. Houve abertura de comportas, o que contribui para grandes enchentes nos municípios. Além da Barragem da Pedra, várias outras barragens clandestinas, aproximadamente 17 barragens, se romperam e desaguaram na Barragem da Pedra. Mas a Chesf também não foi responsabilizada. Então, não são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilizadas as barragens clandestinas, e o estado também não se responsabiliza pela vida dos atingidos e das atingidas, mas uma vez demonstrando a ausência de uma política e a necessidade de uma política.

Nós atingidos sofremos as perdas, mas nós também construímos as lutas. Nós, do Movimento dos Atingidos por Barragens, acompanhamos todos esses processos, organizando as famílias atingidas, construindo campanhas de solidariedade e de ajuda humanitária, construindo lutas pela vida, denunciando as violações de direitos e reforçando a necessidade da política nacional e estadual de direitos das populações atingidas. E essas políticas devem ser construídas junto ao MAB e junto às populações atingidas.

Nós da Bahia celebramos porque, ano passado, foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa da Bahia, o parecer favorável ao Projeto de Lei 23.483, de 2019, que institui, na Bahia, a Política Estadual de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Peab). Então, é uma vitória muito importante. E nós seguimos em luta para que a Peab seja aprovada na Assembleia Legislativa na Bahia e a Pnab seja aprovada no Senado, garantindo, assim, a participação e o protagonismo das famílias na reconstrução das suas vidas e evitando que violações de direitos sigam acontecendo.

Muito obrigada. E mulheres, água e energia não são mercadorias!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Cleidiane. As suas palavras de insurgência, muito fluentes, consistentes, a sua fala é de uma baiana mesmo que tem sangue de Castro Alves. Você viu aí? A mulher é terrível, não é? Preparada, é descendente direta de Castro Alves. Muito bem! Parabéns, Cleidiane! Fiquei, assim, muito admirado com o seu conhecimento e a sua facilidade de expressão, expressa muito bem.

O Deputado Rogério Correia, do PT, do Estado de Minas Gerais, está aguardando também para dar umas palavrinhas, ele que faz a defesa desta causa lá na Câmara dos Deputados.

Já, já, Deputado. O senhor pode aguardar aí que já, já o senhor fala. O senhor vai fazer o fechamento da nossa audiência. Estamos terminando.

Agora eu passo a palavra para João Márcio Simões, Defensor Regional de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, representando a Sra. Lígia Rocha, Defensora Pública da União.

Com a palavra o Dr. João Márcio Simões, pelo tempo de dez minutos.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas. Agradeço imensamente o convite pela oportunidade de manifestar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na condição de Defensor Público, eu queria expressar algumas preocupações. Aliás, antes disso, eu queria agradecer também ao MAB, que tem sido parceiro da Defensoria nessas lutas incansáveis relacionadas à questão da instalação dos grandes empreendimentos.

Eu queria dizer aqui que eu convivo aqui com a barragem de Salto da Divisa. São situações que a gente vive cotidianamente: Salto da Divisa; aqui em Conceição, nós temos a Anglo; lá no Serro, na minha cidade, Minas Gerais, uma das mais antigas cidades de Minas, está tentando instalar um grande empreendimento também; fora essas questões de Mariana e Brumadinho, que a gente já vem acompanhando desde os acontecimentos.

Uma das questões mais caras que eu entendo que deve ser ressaltada e que eu acho que deve ser uma luta do MAB é a forma como os processos de licenciamentos são feitos no Brasil. No âmbito do programa de proteção de direitos humanos, eu tenho feito uma atuação muito grande na questão estadual. Se a empresa quer instalar empreendimento, a primeira coisa que tem que fazer é regularizar o território, porque na instalação desses empreendimentos diversas comunidades tradicionais que já são invisíveis para o estado, para o município, para a União, elas são pulverizadas, elas são acabadas.

Eu tenho estudo aqui da Anglo que foi feito. Há uma condicionante, a 39, que ela foi posta depois que a Anglo já instalou, que já fez. Aí, foi feito um estudo antropológico. E, nesse estudo antropológico, mais de 45 comunidades tradicionais simplesmente deixaram de existir. Isso está ligado muito ao conceito do Dr. Carlos Vainer de atingido. O que é atingido? Esses empreendimentos impactam a vida não é só daqueles a quem chegou a lama lá, não; eles impactam a vida de todo mundo, muda a relação, muda a dinâmica e, principalmente, de uma maneira muito grave, nessas comunidades tradicionais, sejam quilombolas, sejam indígenas, sejam tradicionais que não sejam quilombolas nem indígenas.

Eu vou lembrar aqui que há uma legislação, a Portaria nº 65, de 2015, que incluiu o tema de comunidades tradicionais no sistema de licenciamento ambiental, mas a operacionalização desse sistema é tão porca, é tão malfeita que acaba atingindo, e atingindo de morte, essas comunidades.

Então, é nessas questões que eu quero que vocês pensem aí, não é? Eu acho uma coisa maluca que, num processo mineratório de licenciamento, de instalação e de funcionamento, seja a própria empresa que apresente para o poder público... "Aqui, poder público, olha, o meu projeto é esse, você aprova?". Não há um órgão do poder público que vai lá e vai colocar as condicionantes. Ele só homologa aquilo que é apresentado pela empresa. Não há estudos prévios dos impactos dessas atividades nas diversas áreas. E há ainda os problemas que a gente está enfrentando hoje aqui, em Mariana e Brumadinho. Essa questão aí de atingido, que foi já foi colocada aqui: o conceito de atingido... Qual é o conceito de atingido para a mineradora? É aquele a quem a lama chegou, não é? A questão ambiental é seriíssima, e nós temos que prestar atenção nela. Nós vamos conviver aqui em Minas Gerais com metais pesados nessas águas não sei por quanto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tempo. A gente não sabe quais os efeitos disso para os seres humanos, para as comunidades atingidas.

Ainda ontem mesmo, ontem à noite, eu estava participando de uma reunião, um tanto de reclamação sobre a qualidade da água no território lá de Acaiaca e adjacências, lá no Rio Doce. Todo mundo preocupado com isso, e não há estudos, quer dizer, isso é papel do poder público, de olhar isso; não é papel da mineradora fazer estudo. É papel do poder público, que tem que olhar, não é? E isso é escamoteado muitas vezes.

É lógico que eu não defendo que não haja mineração. Tem que haver, mas tem que haver a condicionante dentro do nosso processo atual. Esse encargo de regularização do território tem que recair sobre o empreendedor. Ele não vai produzir progresso? Não vai dar dinheiro? Regulariza. Noventa e nove por cento dos problemas de mineração não existiriam se houvesse a regularização do território, se houvesse estudos.

É bom colocar aqui que, em seis anos dessa ação de Mariana, até hoje não há assessoria técnica. Está na lei. "Ah, mas o atingido tem". Mas ele não ocorreu. Esses acordos que são estão sendo feitos são uns acordos... Gente, isso aí é a coisa mais violadora de direitos. Como é que um estado, que é um parceiro da mineração, vai fazer acordo? Isso é uma maluquice, não há como. Pode ser usado politicamente, pode trazer muitos benefícios, mas a gente tem que ver isso.

A modelagem de resolver problemas aqui, a solução que o juiz dá é uma solução de gabinete, e a coisa é muito complexa. O próprio conceito de atingido exige de nós estudos multidisciplinares. A questão não é jurídica, o jurídico é muito fácil de resolver, mas a questão é levar em consideração essa multidisciplinariedade que há nesses eventos. São eventos extremamente complexos, de uma extensão e profundidade que a gente não consegue imaginar. Eu volto a ontem. Ontem, numa *live*, numa audiência virtual ontem, a dona estava falando comigo: "João eu vivia lá, sou pobre, tenho problema de doença, mas eu pescava meu peixe e trocava por alimentos, e hoje o rio não pode mais ser utilizado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O seu som, João, arrume aí o seu som, sua internet caiu, João.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES *(Por videoconferência.)* – Ah.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aí, agora está voltando.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES *(Por videoconferência.)* – Está voltando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está voltando. Pode falar agora, está bom agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES (*Por videoconferência.*) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES (*Por videoconferência.*) – Eu não tenho, assim, aquela simetria do Dr. Carlos Vainer e da Cleidiane, eu falo muito. Eu sou da roça, e a roça não saiu de mim, mas eu tento trazer as ideias claras daquilo que a gente vive.

Em Salto da Divisa, com a barragem que construíram lá há não sei quantos anos, até hoje a cidade nunca voltou ao seu normal. Vamos revisitar esse conceito técnico-científico que o Carlos Vainer tem nas suas obras, e eu acho maravilhoso, mas ele é tão mutilado no dia a dia que dá uma tristeza de ver o nosso dia a dia aqui. Principalmente, eu queria duas coisas: que se colocasse na ideia de vocês que, se se quer fazer um empreendimento, um grande empreendimento, não há problema. Faça a regularização do território e faça estudo de impacto. E isso feito pelo estado, pelo poder público, não pela empresa poluidora – não pela empresa poluidora! Eu acho que, se eu deixar esses recados e dizer para vocês que a Constituição protege tanto o empreendimento quanto as comunidades tradicionais... E comunidades tradicionais é o modo de ser, a cultura, gente. Se a gente não a proteger, nós não temos futuro, ela é a razão de ser de nossa existência aqui hoje. Nós só conseguiremos projetar o futuro se a gente conseguir ter consciência do nosso passado, e eles nos ensinam tanto. Com essas pessoas, eu convivo tanto, eu aprendo, é um aprendizado de cada dia, e esses empreendimentos destroem tudo isso.

Aqui em Minas, eu posso falar. Eu vou dizer assim: no termo do acordo de Mariana, há três frases falando de comunidade tradicional. É só para vocês terem uma ideia do valor que se dá para isso. É só para ter uma ideia: três frases, num acordo de mais de não sei quantas mil páginas, mas está lá assim: nós vamos olhar as comunidades... Ou seja: em todo o processo, elas ficaram como sempre foram, invisíveis; elas não existem para o poder público. E esses grandes empreendimentos impactam tudo que elas têm. Acabam. Simplesmente, elas vão deixar de existir.

Não sei se eu consegui dar o meu recado todo, mas eu queria que vocês observassem isso nesses procedimentos. Esses marcos regulatórios feitos até agora, nenhum deles olhou isso, não é? Eu tenho observado isso. Não olhou. Tanto na lei aqui, estadual, quanto no projeto que está aí, no Congresso Nacional.

Eram essas coisas que eu tinha que reforça aqui, em nome... Dizem que o uso do cachimbo deixa a boca da gente torta. Então, eu estou partindo aí pela proteção dessas comunidades totalmente invisíveis nesses processos.

Agradeço muitíssimo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom, João.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu o chamei de João, mas é Dr. João, defensor, não é? Mas eu vou manter o João, porque você carrega a mineirice da fala e é lá de Cervo, a terra do queijo maravilhoso, lá de Minas Gerais. E você tem um sotaque...

Assistir a uma audiência desta é maravilhoso, pelo jogo linguístico aqui. Há pouca hora você viu a Cleidiane, a baiana, puxar o sotaque "baianês", não é? E agora entra o mineiro e dá o choque de Minas. Você veja bem como é que fica esse negócio. (*Risos.*)

É muito bonito ouvir vocês, além do conteúdo das apresentações, a robustez da fala, a consistência das ideias. Maravilhoso! Muito bom!

Estou aprendendo aqui demais! Vocês nem imaginam.

Muito bem... Vamos aqui para o nosso penúltimo debatedor, apresentador de hoje, que é o Roberto Oliveira, Coordenador do Movimento dos Atingidos... Agora já entra outro sotaque, que é o do Rio de Janeiro. Vamos ver que bagunça que vai dar agora... (*Risos.*)

Agora, Roberto Oliveira, do MAB do Rio de Janeiro.

Com a palavra, Roberto, por dez minutos.

O SR. ROBERTO OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Nós vamos puxar o "r", tá?

O SR. ROBERTO OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu vou ter que desapontar, porque é um cearense morando no Rio de Janeiro. Então... Mas agradeço muito o dia de hoje, porque, de fato, é um momento importante para a luta dos atingidos por barragens no Brasil e, sem dúvida, um marco nesses 31 anos do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Nós somos vítimas constantes de uma política de construção de barragens, uma política do Estado que nega os direitos, que promove a destruição dos nossos rios, das nossas florestas, das comunidades. Então, nesses 31 anos do Movimento dos Atingidos por Barragens, essa luta, que tem muitos sujeitos, que tem muitos rostos, que tem muitos sotaques, tem nos ensinado que só a união da organização, só a união das comunidades, dos povos atingidos podem garantir direito.

E é assim que nós viemos aqui cobrar de fato a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, porque de fato ela é um marco importante para a garantia de direitos, mas também para o reconhecimento a tantas famílias que, nesses mais de 30 anos, têm sofrido, no dia a dia, com os grandes projetos, têm sofrido, no dia a dia, com a ação das grandes empresas. Portanto, a política nacional é tão importante para nós.

Aqui eu trago um relato sobre a situação no Rio de Janeiro, não causada diretamente pela construção das barragens, mas de fato com milhares de famílias afetadas por esse modelo, esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo predatório, esse modelo de destruição da natureza, de destruição do meio ambiente, que coloca as pessoas ainda mais em situação de muita calamidade. Nós vimos aí que as fortes chuvas que ocorreram na Região Serrana fluminense no último dia 15 de fevereiro, que atingiram principalmente a cidade de Petrópolis, deixaram um rastro de dezenas de mortes – nós já estamos com 233 mortes confirmadas –, centenas de pessoas desabrigadas, estradas bloqueadas, perdas incalculáveis para milhares de pessoas. Eu estive e estou acompanhando pessoalmente o município. O Movimento dos Atingidos soma-se à luta de muitos e muitas naquele município, soma-se à luta de várias organizações que têm prestado solidariedade, e a situação continua muito difícil para as famílias de Petrópolis e as famílias que vivem na Região Serrana.

Nos últimos meses, presenciamos, em todo o país, situações traumáticas causadas pelas mudanças climáticas, que, por sua vez, são provocadas pelas ações das grandes empresas e pela irresponsabilidade – falo assim – do Estado brasileiro. A Região Serrana carrega as marcas do Rio de Janeiro das fortes enchentes de 2011, que atingiram em especial a cidade de Nova Friburgo e a cidade de Teresópolis, deixando mais de mil mortos, ou quase mil mortos confirmados, mas ainda muitos desaparecidos.

Em 2022, do início de 2022, de janeiro para cá, foram diversos os estados que sofreram com as fortes enchentes, a exemplo da Bahia, cujo relato a Cleidiane já trazia aqui, e do Maranhão, de Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros estados. Esse momento é marcado pela ocorrência, diria que de dois extremos. De um lado, regiões com chuvas muito acima da média histórica, e do outro, regiões que historicamente preservaram uma estabilidade de chuvas, sofrendo com a seca, a exemplo dos estados do Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Vemos uma escalada preocupante – e no MAB nós temos analisado isso – diretamente ligada às ações predatórias do modelo capitalista e ao ataque sobre as questões ambientais, muito visível nos últimos tempos, sejam as ações das empresas de mineração no Brasil, em comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, sejam os novos projetos de barragens que retomam, seja pelas ações de permissão para que as empresas continuem agindo como querem.

Vejam, na região serrana aqui do Rio de Janeiro, enquanto milhares de famílias vivem nos morros, em áreas totalmente inseguras, sem direito algum, há ações das empresas que utilizam a água da forma como bem entendem. Você tem ações das empresas cervejeiras, você tem ações de outras empresas, que utilizam a água, que expulsam essas populações, que tiram as populações cada vez mais dos centros.

Além disso, no que aconteceu em Petrópolis, nós podemos previamente destacar alguns elementos. O primeiro é a falta de um planejamento urbano que leve em consideração a situação de vulnerabilidade social de muitos trabalhadores e trabalhadoras, que acabam sendo obrigados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a construir suas moradias em locais de alto risco. No debate, nós vemos que a coisa é outra: as famílias ainda são culpadas por morarem nos morros, por morarem, de fato, em áreas impróprias.

Se os fatos se repetem sistematicamente, nós estamos convencidos de que, assim como nos casos de barragem, nos casos das construções, nas hidrelétricas e de outros tipos de reservatórios, essa situação das chuvas, das fortes chuvas, não podemos considerar como natural. Nós achamos...

Temos certeza de que há responsáveis. As situações se repetem ano após ano. Nesse sentido, aqui é importante, de fato, colocar a necessidade e a urgência da discussão da Política Nacional de Atingidos por Barragens, que garanta não só àqueles atingidos por barragens, mas, de fato, a essas famílias que elas tenham os seus direitos garantidos, que garanta de onde virá o fundo que vai garantir os direitos das famílias atingidas no Brasil, sejam as famílias atingidas por barragens diretamente, sejam as milhares de famílias que vivem, dormem e acordam com medo do rompimento das barragens, que moram abaixo dos grandes reservatórios, que não têm nenhum direito garantido, inclusive o direito à informação, que sempre foi negado às famílias atingidas no Brasil.

Historicamente esses direitos são negados pelo Estado brasileiro, os direitos daqueles que são atingidos a cada ano, a cada período chuvoso nas regiões onde as casas caem e as famílias perdem vidas, famílias inteiras são totalmente desestruturadas por essa política, por esse modelo. Portanto, uma política nacional de direitos se faz muito importante neste momento, se faz necessária, ela é central.

Nós, do MAB, sabemos que agora, no dia 14 de março, quando é comemorado o Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragem em todo o mundo... Nós sabemos que os direitos só são conseguidos com muita luta, nós sabemos que os direitos só são conseguidos com muita organização das comunidades atingidas, das famílias atingidas. Portanto, o que vem acontecendo, seja nas áreas de barragem, seja nas áreas que são atingidas pelas mudanças climáticas provocadas pela ação do grande capital e das empresas, precisa de uma resposta contundente do Estado. De fato, precisamos de uma resposta do Estado que garanta a segurança mínima dessas famílias, que garanta os direitos mínimos dessas famílias, porque o direito das empresas, Senador, é garantido: pelo direito das empresas, se faz coro dentro do Congresso, se faz coro dentro dos órgãos estatais. E onde é que está o direito das famílias atingidas? Onde é que nós podemos cobrar o direito das famílias atingidas?

Nesses 31 anos – e no mês de março é importante –, nós sabemos que só pela luta é possível mudar a vida de muitos e muitas neste Brasil. Só com muita luta e organização é possível garantir os direitos legítimos dos atingidos e das atingidas.

Então, é nesse momento histórico que ontem, aqui, no Rio de Janeiro, nós fizemos luta junto com diversas categorias de movimentos, de trabalhadores e de sindicalistas contra a privatização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Eletrobras, porque nós sabemos que vão piorar os direitos dos atingidos se a Eletrobras for privatizada, for entregue para os interesses do capital internacional.

Nós cobramos com muita solidariedade pelos atingidos, com muita solidariedade por outros atingidos do Brasil, seja no caso de Petrópolis, seja de outros lugares, nós cobramos uma política de direito. Isso é o mínimo. Nós sabemos que aqui nós não estamos pedindo ou cobrando algo absurdo do Estado; nós estamos pedindo aqui – estamos cobrando e vamos cobrar com muita luta – que esses direitos históricos das famílias atingidas por barragens, que foram negados há tantos anos e que são negados sistematicamente, sejam atendidos.

Portanto, quero agradecer mais uma vez. Contamos com a força, com a luta de muitos que têm compromisso no Senado brasileiro, que têm compromisso com as famílias trabalhadoras, que têm compromisso com os atingidos. Que aprovemos essa lei mais rapidamente e que possamos dar uma resposta efetiva às famílias atingidas, ao povo brasileiro.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Roberto Oliveira, pela sua apresentação, representando o Rio de Janeiro, como representante do MAB.

Infelizmente o Deputado Rogério Correia, do PT de Minas – até me solicitou a participação dele, porque ele é um ativista da causa –, não conseguiu entrar em nosso portal para falar. Então, Rogério, está registrada a sua presença, é como se você tivesse falado em defesa dos atingidos por barragem. Esse é o seu discurso, a sua causa. Embora não tenha conhecimento pessoal com você, aqui o pessoal da assessoria me falou que realmente você é um ardoroso defensor dessa organização dos atingidos, do MAB. Então, parabéns pelo seu trabalho, continue da mesma maneira, devoto dessa causa extremamente justa.

Assim sendo, ouvidos todos os apresentadores brilhantes, eu indago aos Senadores que estão remotamente se algum deles deseja fazer alguma pergunta aos nossos palestrantes, aos Senadores que estão remotamente, que estão em casa, que estão esparramados por este Brasil imenso e que às vezes vão na sala, vão na cozinha, vão aqui, vão ali. *(Pausa.)*

Isso, o Senador Jaques Wagner, não é?

Senador Jaques Wagner com a palavra, nosso Presidente.

Pode usar a palavra, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Primeiro, mais uma vez, Senador Confúcio, eu queria lhe agradecer por, dada a minha impossibilidade, o senhor, como Vice, estar dirigindo a sessão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que tenho muito carinho e muito respeito pelo MAB, porque eu acho que são, como V. Exa. colocou na sua fala, pessoas que seguem lutando pelo direito à vida, pelo direito à cidadania, o direito à dignidade. Infelizmente, como eu tenho dito sempre, o mundo está um pouco de cabeça para baixo, porque o financeiro se sobrepõe ao político, entendendo o político como aquele que cuida das vidas dos cidadãos e cidadãs em todo o planeta. É por isso que vai embora o meio ambiente, é por isso que as pessoas têm sua moradia inundada pela energia e, apesar dos compromissos, das promessas, ficam sempre na dificuldade.

Então, quero dizer a todos os amigos e amigas companheiros do MAB que participaram, a todos os outros convidados, ao Carlos Vainer e a outras pessoas que estiveram aí – não pude acompanhar todas, mas acompanhei algumas – que a nossa luta é, como eu digo sempre: enquanto houver injustiça, nós estaremos a postos. Enquanto houver gente sofrendo e guerra, como essa da Ucrânia, eu acho que nós, Senador Confúcio – permita-me incluí-lo no mesmo rol –, aqueles que entramos na política não com nenhuma outra intenção a não ser construir o bem da comunidade, seja como Governador, como Deputado, como, Senador... Eu acho que vocês podem sempre contar com a CMA, com a minha figura, com a figura do Senador Confúcio, com todos aqueles que entendem que a vida tem prioridade sobre o mundo do negócio. E, quando eu digo "invertido", é porque, na minha opinião, nós deveríamos saber o que interessa aos seres humanos e, depois, adequar a economia a isso, e não o contrário: ver o que interessa ao mundo dos negócios, e os seres humanos terem que se adequar, seja em que condição for.

Então, meus parabéns ao MAB por essa comemoração! Fico feliz de, na Comissão, poder abrigar essa audiência pública.

Eu sei que nós temos também, Senador Confúcio, um projeto que está na mão da Senadora Leila, que é a Relatora, e eu sei que há um processo de negociação para que se chegue a um denominador comum e a gente possa trazê-lo para a CMA para votar já com todas as divergências eventualmente superadas. Então, eu espero que isso aconteça.

Cheguei a pensar que, se isso tivesse sido resolvido, poderíamos trazer para esta sessão de homenagem ao MAB, na pauta de decisões, mas, se for conquistado esse acordo, nós poderemos trazer na semana que vem, para ser um brinde ao MAB, o novo projeto de lei que veio da Câmara e está na mão da Senadora Leila Barros.

Forte abraço para vocês do MAB!

Senador Confúcio, parabéns e obrigado pela sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido pela honrosa substituição. Nunca é igual, a gente arranha. Agradecido ao Senador Jaques Wagner. E meus parabéns pelo aniversário! Vida longa com saúde!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho algumas perguntas aqui. Eu vou fazer... São os internautas, tá, gente? Foram os internautas que encaminharam para cá. Eu vou botar até o nome aqui. Vou fazer uma para o lury, essa primeira aqui. lury, eu peguei ao acaso, tá? Nem sei a pergunta ainda. A do Thiago eu vou passar para o Dr. Vainer. O Vainer, como é intelectual, aquele trabalho aprofundado, eu vou caçar uma pergunta bem difícil para ele, não é? Deixa eu ver se eu acho uma difícil para ele aqui. Eu vou botar essa aqui para o Dr... Não deu para ver direitinho, mas vou botar aqui para o Dr. Carlos responder aqui a da Rayane. Eu vou passar para a Cleidiane essa aqui da Bahia... Acho que é do Mato Grosso, é da Cleidiane essa pergunta. Cada um vai responder uma. A da Simone vai responder o Dr. João, lá de Minas. E a pergunta da Luma vou passar para o Roberto. Então, cada um vai responder uma perguntinha dos internautas.

Então, lury: Gustavo Aro, São Paulo. A pergunta dele é a seguinte: "Quais estão sendo as medidas – eu estou lendo como ele falou, tá? Se houver algum errinho aqui, é da fala dele – tomadas para evitar esses tipos de tragédia? Existe algum tipo fiscalização em relação a essa prevenção?"

Você está com a palavra para responder ao Gustavo Aro, de São Paulo.

O SR. IURY PAULINO (Para expor.) – Então, Gustavo, o nosso debate da política de direitos, a luta pelo aperfeiçoamento da política de segurança de barragens e a luta para se estabelecer uma política de segurança da população atingida é justamente na perspectiva de tentar evitar esse nível de tragédia.

O Prof. Vainer colocou muito bem: essa é uma questão bastante complexa, a questão dos atingidos. Portanto, é preciso que nós possamos aprofundar no Estado brasileiro os marcos, e esse aprofundamento passa por um amplo debate com os atingidos, um amplo debate com a sociedade e um amplo debate com os instrumentos que nós já temos instituídos no Estado brasileiro, que promovem a fiscalização ou com os próprios órgãos que promovem a fiscalização e que buscam... E, nesse sentido, a gente busca um aspecto efetivo de segurança para essa população, e que isso resulte numa segurança para a sociedade.

Então, do ponto de vista do Movimento dos Atingidos por Barragens, a nossa contribuição com a experiência histórica é ajudar na elaboração dessas políticas, desses instrumentos. A não ser isso, é a nossa ação de organização e solidariedade com a população atingida. Então, é isso que a gente está pedindo ao Estado brasileiro: o aperfeiçoamento do que já existe e a criação de instrumentos que ainda não existem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, lury.

Agora é a Cleidiane. A pergunta, Cleidiane, é de Thiago Rafael, lá de Mato Grosso, não é? "Os impactos da tragédia são permanentes? Se não, como e quanto tempo vai levar para solucionar os impactos?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se você entendeu a pergunta. Eu estou lendo conforme o internauta ditou para a gente. Vou repetir para você, Cleidiane: "Os impactos da tragédia são permanentes? Se não, como e quanto tempo vai levar para solucionar os impactos?"

Você está com a palavra para responder, Cleidiane.

A SRA. CLEIDIANE BARRETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está bem. Obrigada, Senador.

Quando a gente fala em impactos, a gente considera vários fatores. Primeiramente, há um impacto que acaba sendo permanente na vida das pessoas. Eu acho que os atingidos de todo o Brasil que passaram por um processo de construção de barragem ou pelas enchentes jamais superarão isso, você levar toda a sua vida para construir algo e, em minutos, ser destruído. Então, essas questões psicológicas são permanentes.

Outras coisas que acontecem... Há coisas que são resolvidas com tempo e, às vezes, muita gente se confunde: "Ué, mas ainda há problema na Bahia? As famílias ainda estão em situações de desalojamentos, as famílias ainda estão desabrigadas?" Sim, porque às vezes a cortina baixa, a solidariedade vai reduzindo, mas os atingidos continuam com os problemas, e são problemas estruturais, são problemas em que não há como a gente determinar data em que serão finalizados.

Além de todas essas enchentes, a gente tem o problema estrutural gerado pelo capital. Então, enquanto não houver mudança nesse modelo de produção energética, nesse modelo de produção agrícola, os atingidos e atingidas, os trabalhadores e trabalhadoras correm risco permanente de serem impactados por esses crimes e por essas tragédias.

Mas, no que se refere às questões das cidades que foram atingidas pelas enchentes, o que a gente necessita é de uma política de reestruturação de vidas. A gente precisa da reconstrução da vida das famílias, e isso nós só conseguiremos se o Estado brasileiro e se o estado baiano se responsabilizarem por essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

A SRA. CLEIDIANE BARRETO (*Por videoconferência.*) – Então, fica difícil para a gente determinar em quanto tempo será resolvido tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Cleidiane.

São respostas mais curtas.

Dr. João, o bom mineiro, a pergunta é de Simone de Souza, Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. João: "Como estão as indenizações das famílias atingidas... No caso do senhor, o senhor vai falar de Brumadinho e dos casos de Minas: "Como estão as indenizações das famílias atingidas e como essas famílias foram atendidas no retorno à sua vida normal?"

Dr. João.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Isso, com certeza, Dr. Confúcio, isso não existiu. O que se criou aqui é o que eles chamam de "indenização possível", que é uma coisa que foi tirada do chapéu do juiz lá. Na minha fala eu falei: a coisa é multidisciplinar; não dá para ser resolvida só juridicamente. Precisa de toda uma base, porque a coisa é muito complexa.

Então, o que se tem hoje, o que se tem para hoje é um tal de um novel, em que o juiz fixou umas indenizações – e eu tenho 1 milhão de críticas –, e a pessoa, para chegar a esse novel, tem que renunciar a um tanto de coisas. Então, é uma coisa bem complexa.

Se você pegar a Constituição, que fala de reparação integral, o que que esses acordos significam?

Em Minas nós tivemos dois casos que, de alguma forma, vão impactar todo o panorama de reparação no Brasil, porque, infelizmente, isso é pegado como um parâmetro.

A Defensoria propôs um acordo, e o acordo leva muito mais em conta aquele acordo lá, civilista, formalista, e perde a noção da dinâmica de cada localidade. Então, acho isso errado.

E é uma indenização muito tacanha, não dá para resolver. Pode até ser que dê, mas o mais importante é que essa reparação individual venha acompanhada de medidas estruturantes, e isso não há. O processo de medidas estruturantes aqui em Minas está todo parado. E aí vêm umas reparações pírias, que a pessoa pega, a necessidade consome e não fica nada.

Não sei se eu consegui, mas é o que há aqui para hoje em Minas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom, Doutor. Eu espero que a Simone de Souza, do Rio de Janeiro, tenha ficado satisfeita com a sua resposta.

Agora vamos ao Roberto Oliveira. Roberto, quem faz a pergunta para você é uma senhora, uma moça do Estado do Pará, que se chama Luma Josino – Luma: L-u-m-a. A pergunta dela é a seguinte: "Como pressionar as empresas que são responsáveis por estas tragédias, para que cumpram medidas rigorosas de prevenção desses acidentes?". Espero que você tenha entendido. Vou ler mais uma vez, Roberto, para você entender bem a pergunta da Luma, do Pará: "Como pressionar as empresas que são responsáveis por estas tragédias, para que cumpram medidas rigorosas de prevenção desses acidentes?".

Com a palavra, Roberto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olha, para ser bem objetivo, eu acho que a nossa luta histórica mostrou que só com muita organização das famílias impactadas, das famílias atingidas para lutar para que o Estado cumpra os direitos dessas famílias é possível garantir alguma coisa. E para isso nós sabemos que é necessário isso que nós estamos fazendo aqui no Senado, discutir sobre o MAB, sobre os atingidos, e isso também é importante, os parceiros, os aliados. Nós temos feito tudo isso. Agora, nós sabemos que é muito mais difícil cobrar que as empresas do capital internacional, as empresas privadas garantam o direito das famílias atingidas do que o contrário, do que as empresas estatais.

A luta contra as empresas estatais, eu diria que ela está em outro marco, é diferente de lutar contra uma empresa privada ou uma empresa de capital privado internacional, cuja sede muitas vezes nem é declarada no Brasil, a gente não sabe nem onde é que fica, não sabe a quem cobrar. Portanto, é uma luta muito difícil, mas nós aprendemos no MAB que só com pressão popular, só com a força organizada é possível garantir, é possível movimentar as estruturas para que essas famílias tenham direitos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Roberto.

Por fim, uma pergunta para o Dr. Carlos Vainer, de Rayane Reis, do Rio de Janeiro. A pergunta dela é a seguinte: "As fiscalizações estão sendo feitas de forma adequada para que se evite novas tragédias como [...] [essas que têm acontecido]?" Essa é a pergunta de Rayane Reis, do Rio de Janeiro. (*Pausa.*) É difícil para o senhor responder, mas só vieram essas mesmo.

O SR. CARLOS VAINER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Rayane.

Eu vou abusar um pouco da sua generosidade, Sr. Presidente da sessão, para fazer um rápido comentário sobre essa questão e outras.

Não, as fiscalizações estão sendo feitas de forma insuficiente. Essa é uma tradição, os órgãos ambientais, os órgãos do Poder Executivo reclamam da carência de recursos, e isso de fato ocorre, não é?

No momento em que tantos falam que é necessário reduzir o tamanho do Estado, reduzir o número de servidores públicos, destruir a capacidade do Estado de cumprir as suas tarefas, nós sabemos que, na verdade, gera uma terra sem dono, uma terra sem lei, onde tudo é possível. E, na verdade, ali, onde a terra não tem lei, vale a lei do mais forte, no caso, as grandes corporações. As fiscalizações são insuficientes.

Eu gostaria de comentar rapidamente a questão de como evitar esse tipo de tragédia, que foi a pergunta do Gustavo, porque a literatura internacional, a legislação internacional mostra que o enfrentamento dessa questão envolve quatro dimensões inseparáveis. A primeira é a prevenção. É possível prevenir. No caso brasileiro, a prevenção é fragilíssima. Por quê? Como acabei de falar, a fiscalização é frágil, a ponto de, como nós sabemos, a barragem de Brumadinho ser considerada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pequeno risco, vejam vocês! As fiscalizações são baseadas, muitas vezes, em declarações das próprias empresas, que não são idôneas, ou em pareceres de empresas que são contratadas pelas empresas, que também não são idôneas, pela fragilidade da capacidade de fiscalização do próprio Estado. As medidas de prevenção são insuficientes. Nós sabemos, por exemplo, que barragens a montante, como a de Brumadinho, são uma ameaça terrível, são de altíssimo risco. Foi determinada, após os desastres de Mariana e Brumadinho, a obrigatoriedade de desativação dessas barragens, mas os prazos vêm sendo adiados, prorrogando, na verdade, as ameaças que essas barragens significam. Esse é um exemplo.

Além da prevenção, é necessário que haja uma capacidade de ação emergencial de socorro, tarefa normalmente das defesas civis, que, como nós vemos em todos os desastres – e o de Petrópolis é apenas o último, mas não o único –, são absolutamente desqualificadas e despreparadas para prestar um socorro imediato.

A terceira dimensão é a reparação. Nós sabemos, e vemos em vários casos, que as reparações não são feitas de forma justa e integral, as empresas evitam reconhecer as perdas e danos que provocam, o Estado é leniente e a Justiça é silenciosa e lenta, o que leva a muitos acordos que são absurdos, porque o acordo supõe que os acordantes têm o mesmo poder, mas, quando a gente vê a Vale do Rio Doce e um atingido por barragem, a gente sabe que um acordo entre esses dois agentes não é um acordo justo. O próprio Procurador-Geral de Minas Gerais, defendendo um acordo absurdo que foi firmado entre o Estado de Minas e a Vale do Rio Doce no caso de Brumadinho, declarou em audiência pública na Assembleia de Minas Gerais que o acordo era necessário porque a Vale era muito poderosa. Ora, vejam vocês, como é que se pode defender um acordo dizendo que alguém é poderoso? Isso já mostra que esse é um acordo viciado.

Finalmente, o quarto e fundamental elemento para que os desastres não se repitam é que os responsáveis sejam punidos, e, no caso brasileiro, isso não acontece. A impunidade é o grande motor dos novos desastres.

Cada vez que um crime e que um desastre permanecem impunes, está se preparando o próximo crime e o próximo desastre. E esses acordos são uma forma de promover a impunidade. A Vale do Rio Doce, para citar um exemplo, é contumaz desrespeitadora da legislação dos direitos humanos e do meio ambiente e nunca foi condenada, porque sempre fazem acordos. Então, ela é ré primária sempre.

Então, não há prevenção adequada, não há mecanismos de ação emergencial de socorro, as reparações não acontecem ou são tardias e insuficientes, e os responsáveis nunca são punidos. E para impactos – e falo aqui com o Tiago e o Rafael – que muitas vezes são permanentes, como a perda da vida – é irreversível –, como o deslocamento obrigatório de pessoas, de milhares de pessoas que são obrigadas a abandonar as suas casas, suas terras, os laços de família e vizinhança que construíram as suas vidas, as perdas psíquicas de quem viveu um desastre e que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levará o sofrimento psíquico pelo resto da vida, embora isso nunca possa ser reparado, deveria receber formas de tratamento, de cuidado, que nunca são assegurados. Então, quanto aos impactos, alguns são de curto prazo, mas as perdas e danos materiais e imateriais quase sempre são permanentes e irreversíveis.

Então, essa é a situação – para concluir –, o que exige uma ação firme do Poder Executivo e a sua qualificação para cumprir as suas obrigações; que o Poder Judiciário não seja leniente e puna devidamente os responsáveis pelos crimes e que a sociedade civil diga, de uma vez por todas, basta com a impunidade, com o sofrimento, com o desrespeito aos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Vainer.

Muito bem, gente. O Deputado Rogério Correia finalmente conseguiu acesso. Como ele estava desde o início da audiência pública solicitando um espaço de fala, é mais do que justo, agora que ele conseguiu, mesmo lá em Minas Gerais, acesso, eu vou passar a palavra para ele.

Há um tempo aí, Deputado, de dez minutos para o senhor falar. Nós estamos já encerrando a audiência, mas fique bem à vontade.

Pode usar a palavra, Deputado Rogério Correia, PT, Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Confúcio Moura, eu quero agradecê-lo, pedir desculpa... Eu tentei entrar mais cedo, mas acabei tendo problema de conexão, e nós estamos com outros problemas em Minas Gerais aqui, estamos com uma greve de professor, policial civil, militar. Eu estou agora aqui até numa assembleia dos professores, que eles estão realizando aqui pela greve.

Mas esse assunto das barragens é tão importante, e a aprovação do programa nacional dos atingidos por barragens é essencial, Senador. Por isso, eu fiz questão de entrar nesta audiência pública do Senado. Quero agradecer então a V. Exa. pela palavra.

Eu já conversei com a Senadora Leila, que é a Relatora do projeto de lei do Pnab, e nós estamos na expectativa de que ela possa rapidamente acertar o parecer também com os movimentos dos atingidos, que têm ajudado na elaboração, para que a gente possa avançar nessa legislação.

Nós tivemos dois crimes cometidos pela Vale. Um crime há seis anos, que foi o de Mariana, com o rompimento da Barragem do Fundão. Hoje, estão tentando fazer uma repactuação, porque a Vale não conseguiu fazer quase nada de reparação pelos danos que ela causou. Pescadores continuam sem pescar, o rio está assoreado, quando choveu agora a enchente foi terrível, porque levou a lama cheia de minério para a casa das pessoas, para os municípios da área rural. Voltou toda aquela lama do minério a incomodar as pessoas e a mostrar que a solução não foi dada. Além disso, muito não recebem sequer uma ajuda da Vale e perderam qualquer condição de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, seja na lavoura ou na pescaria, o que eu já citei, ou no turismo, porque vai até o Espírito Santo. Então, é uma situação devastadora. Isso há seis anos, e ninguém foi punido.

Depois, veio o crime de Brumadinho, com 272 pessoas mortas, porque havia duas mulheres grávidas. A Vale também sabia. Eu fui Relator da CPI. Houve uma CPI no Senado. E todas as comissões parlamentares de inquérito foram claras, junto com a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Ministério Público, para dizer que foi crime. A empresa sabia que isso podia acontecer.

Então, com base nisso, apresentamos alguns projetos de lei. Um deles é este: Programa Nacional de Proteção aos Atingidos por Barragens, que a gente chama carinhosamente de Pnab. Esse projeto foi aprovado na Câmara. Eu fui o Relator do projeto lá, além de ter sido também o autor na Comissão Extraordinária e na CPI, que verificou a importância desse projeto. Ele foi aprovado na Câmara em 2019. Então, já está no Senado há bastante tempo. E agora ele se torna uma necessidade a mais, porque, infelizmente, tudo isso que eu relato aqui sobre os dois crimes cometidos pode estar para acontecer em outras barragens.

Uma barragem, agora perto de Belo Horizonte, na região metropolitana de Belo Horizonte, que chamamos Barragem do Rio Manso, está prestes também a ter rompimento, está em nível 3 de periculosidade. Então, é uma barragem como as outras, chamada de barragem a montante. Essa barragem fica próxima ao principal manancial de abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte. Se for atingido esse manancial, nós vamos perder 30% da capacidade de abastecimento de água em Belo Horizonte e na região metropolitana de Belo Horizonte, ou seja, nossa capital e a região metropolitana vão viver períodos de completa seca. E a empresa responsável neste caso é a Vallourec. Ela está agora fazendo um muro enorme de contenção, para, se houver um rompimento, não chegar a esse manancial. Assim, nós temos 42 barragens que tem algum tipo de rompimento.

As pessoas que são atingidas não têm a proteção devida porque não há a lei. Então, é esse o apelo que nós vimos fazer, valorizando esta audiência pública. O Senado está de parabéns. Eu já conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco, que é mineiro e sabe de todo esse problema. E ele me afiançou que, assim que for aprovado na Comissão de Meio Ambiente, ele leva imediatamente para a votação no Plenário.

Eu queria fazer um apelo para a Comissão de Meio Ambiente pautar isso, se possível, Senador, já na semana que vem. Tenho certeza de que a Senadora Leila, conhecedora do assunto, pode agilizar este parecer. Ela já fez uma audiência pública também. E há algumas ideias dela já de modificação do texto em que o Movimento dos Atingidos por Barragens teria algumas emendas. Então, eu pediria ao Senador que pudesse ser o intermediador nesse processo e tentasse garantir já para a semana que vem a aprovação, em primeiro lugar, na Comissão e, posteriormente, a aprovação no Plenário, para que este mês, quando se faz aniversário também – e nós comemoramos anteontem o Dia Internacional dos Atingidos por Barragens –, eles possam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ser agraciados com esse projeto de lei tão importante. Ele voltando para a Câmara, com certeza nós vamos dar um jeito de agilizar se ele tiver alteração aí.

É mais esse apelo mesmo. E agradeço a oportunidade do Senado de eu poder estar conversando com vocês, mais uma vez, sobre esse assunto importante para Minas Gerais e para o Brasil.

Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia, do PT, lá de Minas Gerais, pelas suas palavras, demonstrando um conhecimento e um interesse muito grande pela causa. Muito obrigado e parabéns a V. Exa.

Bem, as perguntas que por acaso vieram e não chegaram aqui à minha mão neste momento, endereçadas a qualquer um dos palestrantes, posteriormente a Comissão se encarregará de transmitir a V. Sas., e vocês podem responder para as pessoas. O tema é muito interessante. De certo esta audiência vai para o YouTube, fica lá, e o pessoal vai assistindo e quer perguntar. Depois, chegando perguntas, nós encaminharemos para vocês – e vocês respondem para essas pessoas diretamente – através da Comissão.

Muito obrigado a vocês.

Caminhando para o encerramento, eu vou deixar aqui, na ordem inversa agora, para as considerações finais, pelo tempo de dois minutos, a todos os palestrantes.

Eu quero agradecer, antecipadamente, o brilho do conhecimento de vocês. Realmente foi muito importante esta audiência pública.

Eu acho que o Senador Jaques Wagner, muito inteligente, marcou esta audiência justamente para que a Senadora Leila também ouvisse as ponderações, embora ela já tenha feito duas outras audiências públicas e deve estar no fechamento do seu relatório final.

Então, com a palavra, na ordem inversa da fala anterior, por dois minutos, Roberto Oliveira, o bom cearense carioca.

O SR. ROBERTO OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Quero agradecer novamente o espaço, que acho que é de extrema importância, e abraçar todos e todas que passaram por aqui. Eu acho que foi um momento muito importante, um momento muito rico para a pauta dos atingidos por barragens, para a luta pela vida, que é a luta que nós fazemos historicamente no MAB. Portanto, acho que foi um espaço importantíssimo.

De fato, que essa pauta dos atingidos, que tem ganhado tanto espaço na sociedade brasileira no último período, com os rompimentos em Mariana, em Brumadinho, com os destaques para a luta em todo o Brasil, possa nos inspirar cada vez mais a lutar contra as privatizações, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lutar pelos direitos das famílias atingidas, que não têm sossego um dia sequer, que ela possa nos fortalecer pela luta por um Brasil de todos e todas, por um Brasil soberano, que respeite e que zele pela vida de todos os brasileiros e brasileiras.

Então, queria deixar um abraço, queria cumprimentar todo mundo que passou aqui e dizer que continuamos na luta, não é? Continuamos na luta pela Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens, pelo melhor tratamento do Estado com essas questões que envolve a vida de muitas famílias e, de fato, pelo direito de todo o povo brasileiro. Os atingidos por barragens são aqueles que muitas vezes são obrigados a sair das suas casas, das suas terras para a construção das grandes hidrelétricas e ainda têm que viver muitas vezes sem energia elétrica. E, quando têm energia elétrica, muitas vezes não conseguem pagar pelos altos preços cobrados indevidamente.

Portanto, a nossa luta segue, ela continua, e esses espaços são importantes, porque fortalecem essa luta coletiva, histórica e de grande importância.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Roberto.

Com a palavra o Dr. João Márcio Martins Simões, Defensor Regional de Direitos Humanos de Minas Gerais.

Dr. João, para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO MÁRCIO SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência.*) – É só agradecer mesmo, Senador, muitíssimo a oportunidade de estar aqui participando desta mesa, com pessoas tão capacitadas. Está aí o nosso querido Dr. Carlos Vainer, a quem eu devoto um apreço, é o mestre nosso nesse assunto, não é? Os batalhadores do MAB aí, que são parceiros de toda hora, que impulsionam a gente na luta, não é? Eu sou testemunha, desde o início em Mariana, eles fincaram o pé aqui no terreno e estão aqui até hoje, incomodam no bom sentido, levando a gente a tomar atitudes em defesa dos atingidos.

E quero só fixar, por último, a necessidade de que nessa legislação se coloque, como condição para a implantação de um empreendimento, a regularização do território. Se se fizer isso para a gente, quando se regulariza um território, 99% das complicações são eliminadas, porque não vai haver embate; vai haver empreendimento lá, onde ele pode existir, e o ser humano vai estar calmo, que ele está protegido desse empreendimento.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado pela oportunidade. E me desculpe aí por eu não ser tão... ter uma linguagem tão estilizada, igual aos meus parceiros aí de mesa. Obrigado, gente!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Doutor, o senhor tem uma linguagem maravilhosa e não aconselho o senhor a mudar, não, tá? É para continuar sempre assim, sempre assim do seu jeito bem mineirão, não é? Bacana.

Cleidiane Barreto, para as suas considerações, Cleidiane.

A SRA. CLEIDIANE BARRETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Gente, mais uma vez, nós queremos agradecer por esse espaço extremamente importante para todos os atingidos do Brasil e aproveitar novamente para parabenizar o Senador Jaques Wagner pela vida dedicada à luta do povo brasileiro e desejar também muitos anos de vida, que siga fortalecido na defesa do Brasil, não é?

E a gente só reafirma a importância da aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas. A gente segue denunciando esse atual modelo de desenvolvimento, de construção de barragens, que não considera a vida do povo brasileiro, denunciando os altos preços de luz, do gás, da água, dos alimentos. E contem sempre com a nossa solidariedade em defesa da vida, das mulheres e dos direitos da população atingida e por um projeto energético popular para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Cleidiane, boa sorte para você.

Por fim o Dr. Carlos Vainer, para as suas considerações finais.

O SR. CARLOS VAINER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Queria, mais uma vez, agradecer à Comissão e parabenizá-la por esta audiência pública. E quero reiterar o pedido que o Conselho Nacional de Direitos Humanos já encaminhou formalmente ao Senado, à Comissão e à Senadora Leila, que conheci numa audiência em março de 2019, pouco depois do desastre de Brumadinho, e da qual participei, sobre segurança de barragens. Eu sei do compromisso da Senadora Leila e de toda a Comissão de Meio Ambiente com os direitos ambientais e humanos e chamo a atenção para a importância de que esse PL seja aprovado o mais rapidamente possível. Que se evitem novas emendas, que obrigariam a devolução à Câmara Deputados para reiniciar o processo de discussão.

Os atingidos, as vítimas de desastres, toda a sociedade espera uma solução rápida pelo menos para este projeto. Sabemos que ele ainda é insuficiente, mas ele poderá ser aperfeiçoado com o tempo. No momento atual, é importante aprová-lo no formato que ele tem, o que já expressa um grande avanço. Esse é o meu pedido final e tenho certeza de que a Comissão de Meio Ambiente, a Senadora Leila e o Senado Federal entenderão a importância de aprovar imediatamente o PL no formato em que se encontra.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Vainer.

Então, assim sendo, senhoras e senhores, internautas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você não falou não? Desculpa, lury, o que é que é isso? Deixarmos o lury, o único presencial aqui, para trás não é justo, não é lury? Que negócio é esse?

Então, por favor, perdoe-me, eu até tinha colocado aqui lury Paulino. Com a palavra o representante do MAB – você é do Pará, não é lury?

O SR. IURY PAULINO – Do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, com a palavra, lury. Desculpe-me.

O SR. IURY PAULINO (Para expor.) – Então, em nome da Coordenação Nacional do MAB, a gente queria fazer os agradecimentos. Queríamos aqui trazer um forte abraço dos atingidos e atingidas, mais uma vez, ao Senador Jaques Wagner, pelo seu aniversário. Muita luz na sua trajetória, Senador, grande companheiro de luta. Hoje é seu aniversário, parabéns!

Agradeço muito também à Senadora Leila pela sua sensibilidade. A Senadora Leila foi uma das primeiras Senadoras que, logo após o rompimento de Mariana, chamou a gente para discutir alterações para melhorar a lei de segurança de barragens. O Prof. Carlos Vainer citou essa audiência pública que a gente construiu nesse ano, e a Senadora tem sido muito solícita com a gente e demonstra uma grande sensibilidade.

Agradeço ao Senador Randolfe por ter solicitado aqui esta audiência na Casa; ao Deputado Rogério Correia, que, de fato, tem sido um grande lutador e está conosco em todas as trincheiras.

E agradeço ao senhor, Senador Confúcio, pela brilhante condução, pela tranquilidade que nos deu para fazer esse debate, pela simpatia com a gente. Que nós possamos contar com todos vocês na tramitação e na continuidade desta pauta aqui na Casa. Agradecer muito por esta audiência e dizer que para nós, atingidos e atingidas, é muito importante a gente poder ter esses espaços para expressar as nossas demandas e também trazer a contribuição que nós podemos dar para o Brasil de forma geral.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner, Confúcio Moura, Fabiano Contarato e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Giordano, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental**, atendendo ao requerimento REQ 10/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Realização do 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental com o objetivo de debater: FUNÇÃO ECOLÓGICA DA PROPRIEDADE: O REGIME JURÍDICO DO DESMATAMENTO E DE CADEIA DE SUPRIMENTO. **Participantes:** Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário Nacional de Soberania Nacional e Cidadania, Ministério de Relações Exteriores do Brasil; Embaixador Heiko Thoms, Embaixador da Alemanha no Brasil; Ministro Antonio Herman Benjamin, Superior Tribunal de Justiça; Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Supremo Tribunal Federal; Sra. Brenda Brito, Advogada, Imazon, Pará; Sr. Christian Ruck, Ex-Membro do Parlamento Alemão e Consultor da Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ; Prof. Ernst-Ulrich von Weizsäcker, Cientista, Presidente-Honorário do Clube de Roma e ex-Membro do Parlamento Alemão; Sra. Maritta R. von Bieberstein Koch-Weser, Fundadora e Presidente, Earth3000; Prof. Christian Calliess, Faculdade de Direito da Freie Universität, Berlim; Prof. Andreas Krell, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Alagoas; Sr. Marco Túlio Reis Magalhães, Procurador Federal – Advocacia Geral da União; Deputada Anna Cavazzini, Membro do Parlamento Europeu, Especialista em Comércio Internacional; e Sra. Marina Piatto, Diretora-Executiva do Imaflora. **Resultado:** Audiência pública interativa, que abrigou o 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental, realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/21>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, na qual se realiza o 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental.

Antes de dar início, na função de Presidente, cabe a mim apresentar alguns detalhes procedimentais.

O colóquio será dividido em cinco painéis, além das mesas de abertura e encerramento, com os tempos previamente determinados e intercalados, com sessões de debate. Os painéis serão presididos por colegas da Comissão e contarão com representantes das áreas política, jurídica e de pesquisa ambiental do Brasil e da Alemanha.

A reunião ocorre de modo semipresencial. Cientistas e professores alemães participarão pelo sistema de videoconferência do Senado Federal, que, igualmente, estará à disposição dos Senadores ao longo do dia.

Tanto no sistema remoto quanto aqui na sala, teremos à disposição o serviço de interpretação simultânea, bastando selecionar o canal do idioma de preferência.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* para os Senadores e debatedores que participam remotamente junto à Secretaria aqui na sala.

Finalmente, o colóquio será transmitido ao vivo em português, libras e alemão, além de aberto à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

O evento é uma realização desta Comissão de Meio Ambiente com o Fórum Eurobrasileiro sobre Democracia e o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça. Nesta segunda edição, estará em debate "a função ecológica da propriedade: o regime jurídico do desmatamento e de cadeia de suprimento".

É de relevância ao debate público a discussão sobre a sobreposição entre o regime jurídico do desmatamento vigente no Brasil, os impactos dos desdobramentos econômicos dos setores cujas cadeias de suprimento incidem de maneira proeminente no desmatamento, e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função ecológica da propriedade. Ampliar esse debate conhecendo os aspectos comuns e os aprendizados que podem existir na relação Brasil e Alemanha em relação ao tema é fundamental para estreitarmos laços e garantirmos importantes apoios a essa causa no Brasil.

Assim ficamos honrados em sediar aqui, na Comissão de Meio Ambiente, esse importante debate e contaremos com a participação de nomes bastante expressivos ao longo do dia.

Para esta mesa de abertura nos acompanham o Embaixador Heiko Thoms, que é Embaixador da Alemanha no Brasil, a quem eu gostaria de agradecer por todo o esforço da sua equipe técnica e da embaixada e toda a parceria com o nosso Superior Tribunal de Justiça e com esta Casa no sentido da realização deste evento.

Também está comigo aqui, nesta mesa, o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário Nacional de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a quem eu também agradeço a presença para abrilhantar esta abertura.

Por uma questão de absoluta discrição, não está comigo na mesa, mas eu faço questão de cumprimentar, o nosso querido Ministro Herman Benjamin, do CNJ, que é responsável exatamente por essa área de acompanhamento – do CNJ não: do STJ; me perdoe –, que também é o responsável por essa área ambiental e que é um entusiasta não só deste colóquio, mas também do primeiro, em 2019, de que eu tive a oportunidade de participar.

Com a palavra o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário Nacional de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Cumprimento meu colega, o Embaixador Heiko Thoms, que é Embaixador da Alemanha – na pessoa de quem cumprimento todos os representantes alemães que estão presentes aqui, inclusive a Deputada Anna Cavazzini, membro do Parlamento europeu que engrandece este evento.

Um especial cumprimento ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça Ministro Antonio Herman Benjamin.

É um prazer também estar nesta oportunidade aqui com os senhores e com as senhoras.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu tenho a grande satisfação de participar, em nome do Ministério das Relações Exteriores, da abertura do 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Política e Direito Ambiental. Eu gostaria de congratular os organizadores do evento pela iniciativa e pela escolha, para esta segunda edição do colóquio, de tema de importância central para promoção do desenvolvimento sustentável.

A noção de função ecológica da propriedade nos faz lembrar, de partida, que a consecução de um modelo de desenvolvimento em bases verdadeiramente sustentáveis no nosso país, no Brasil, constitui um desafio que envolve necessariamente a participação de toda a sociedade brasileira. Não só o Estado e seus três Poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo –, todos aqui representados nesta sala, mas também a sociedade civil, o setor privado e as organizações não governamentais são todos partes essenciais dessa equação.

É sempre útil lembrar que o Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que tange à proteção da vegetação nativa em propriedades privadas. Ao abrigarem mais de 50% de nossas florestas, as propriedades rurais brasileiras depositárias de biomas nativos têm, no Brasil, importância comparável e complementar às unidades de conservação públicas.

O Código Florestal brasileiro, ao estabelecer as reservas legais voltadas para a conservação e uso sustentável da vegetação nativa e as áreas de proteção permanente, constitui um instrumento central para a promoção da sustentabilidade em nosso país.

No que concerne às cadeias produtivas, vale ter presente que, no plano internacional, países desenvolvidos têm crescentemente buscado impor a seus importadores locais e, em última instância, aos exportadores de países em desenvolvimento o ônus de comprovar que a cadeia produtiva de fornecimento de seus produtos não está associada ao desmatamento de áreas florestais.

O Itamaraty tem buscado, em atuação com outros órgãos do governo brasileiro, corrigir essa visão equivocada e esclarecer governos e opinião pública internacional sobre os avanços regulatórios e tecnológicos da produção agropecuária brasileira e das modalidades de proteção e uso sustentável do meio ambiente no país.

O Brasil e seu setor produtivo estão evidentemente atentos à preocupação dos consumidores nacionais e estrangeiros com a sustentabilidade. O aumento de produtividade no campo brasileiro tem advindo basicamente da inovação e do uso intensivo de tecnologia no campo e tem se feito acompanhar da estruturação de sistemas produtivos crescentemente sustentáveis e seguros.

Como um dos mais importantes exportadores de produtos agrícolas do mundo, o Brasil tem papel fundamental no fortalecimento com responsabilidade da resiliência das cadeias produtivas globais e da segurança alimentar do planeta, fortemente abaladas desde 2020 pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crise sanitária e econômica global e, mais recentemente, pelas consequências econômicas do conflito bélico na Ucrânia.

A matriz energética brasileira, preponderantemente baseada em fontes renováveis, encontra-se entre as mais limpas do mundo. Graças a políticas públicas e ao marco jurídico avançado, o desempenho brasileiro em indicadores ambientais muito relevantes, como percentual de áreas protegidas, cobertura vegetal nativa e mudança do uso da terra para agricultura, encontram-se entre os mais elevados do mundo.

O desenvolvimento sustentável do Brasil depende da conservação e do uso sustentável de seus ativos ambientais, que deverão crescentemente contribuir para a economia brasileira, para o seu desenvolvimento e especialmente para a inclusão social no país.

O combate ao desmatamento ilegal para que se possa levar adiante esse objetivo maior de desenvolvimento sustentável tem sido e deve continuar a ser cada vez mais prioridade absoluta deste e de qualquer Governo no Brasil. Os países desenvolvidos têm, por sua vez, desafio igual ou até maior na substituição de energias fósseis por renováveis. Nesse sentido, a experiência alemã deve ser vista com atenção.

O Governo brasileiro, em particular o Itamaraty, pelas suas atribuições, tem constantemente lutado para garantir que os esforços brasileiros em prol da sustentabilidade sejam reconhecidos no plano internacional. O Itamaraty também tem atuado no sentido de promover uma visão equilibrada e, sobretudo, integrada do desenvolvimento sustentável em todos os seus três pilares: sua dimensão ambiental, sua dimensão social e sua dimensão econômica. Tem, nesse sentido, criticado visões algumas vezes simplistas por vezes esposadas por alguns países desenvolvidos que buscam sobrevalorizar a dimensão ambiental e meramente conservacionista. A promoção do desenvolvimento sustentável, com tem advogado o Brasil nos foros internacionais, também requer a cooperação entre as nações, a exemplo daquela que o Brasil desenvolve há décadas com a Alemanha, copatrocinadora do presente colóquio. Não só a cooperação técnica e a troca de experiências, mas também a transferência de tecnologia e o financiamento, aí incluídos os mecanismos financeiros inovadores como pagamentos por serviços ecossistêmicos, são instrumentos de cooperação internacional necessários à consecução do desenvolvimento sustentável.

No plano internacional, no fim, buscamos garantir que políticas públicas unilaterais de certos países ou conjuntos de países não imponham barreiras ao acesso de produtos brasileiros aos mercados internacionais, sob argumentos de proteção da sustentabilidade da cadeia produtiva e de suprimento, mas que, no final das contas, revelam protecionismo à produção local que não se ampara em regras multilateralmente acordadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Embaixador Paulino, pela sua colocação.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Heiko Thoms, Embaixador da Alemanha no Brasil.

O SR. HEIKO THOMS (Para expor.) – Eu cumprimento S. Exa. o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner; o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania; o Sr. Senador Confúcio Moura, a Sra. Deputada Anna Cavazzini e o Ministro Herman Benjamin.

Excelências, caros palestrantes e expectadores, é um grande prazer fazer parte deste painel de abertura do 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental.

Eu gostaria de começar a minha intervenção agradecendo o apoio da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, do gabinete do Senador Jaques Wagner e o empenho incansável do Ministro Herman Benjamin para a realização deste evento.

Nosso colóquio trata de um assunto de altíssima relevância tanto para o Brasil como para a Alemanha e, portanto, também de altíssima relevância para as relações entre nossos países.

Eu gostaria de expressar igualmente a minha imensa satisfação com a cooperação frutífera mantida entre a Embaixada da Alemanha em Brasília, o Senado Federal e o Conselho Nacional de Justiça para tornar possível este evento. O Colóquio oferece o espaço de debate sobre a função ecológica da propriedade frente ao desmatamento e às cadeias produtivas.

A Embaixada da Alemanha em Brasília vem organizando debates com participantes iminentes e um enorme alcance no âmbito do Fórum de Democracia Europa-Brasil desde 2018. Até hoje o fórum realizou mais de 40 eventos, que contaram com mais de 4 milhões de espectadores virtuais. Este evento de hoje, porém, é o primeiro debate no âmbito do fórum que podemos realizar com presença física desde o início da pandemia, e eu gostaria de destacar minha grande satisfação de poder retornar a eventos presenciais justamente no Senado Federal com esta ilustre participação e com a presença da Sra. Anna Cavazzini, Deputada do Parlamento europeu, e do Dr. Christian Ruck, esse membro do parlamento alemão e encarregado do Governo alemão para a parceria pela floresta da Bacia do Congo. São as primeiras visitas da Europa que recebemos em Brasília desde o começo da pandemia.

Também agradeço a participação virtual dos Srs. Ernst-Ulrich von Weizsäcker, Maritta Koch-Weser e do Prof. Christian Calliess, que poderão contribuir para este debate com perspectivas da Alemanha e da Europa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de expor também algumas observações. Seca extrema e inundações catastróficas na Alemanha e no Brasil são realidades que nós e futuras gerações teremos de enfrentar se não agirmos agora. A proteção do clima e dos recursos naturais é uma tarefa da humanidade e por isso é tão importante trabalharmos juntos para encontrar as soluções. Com a Floresta Amazônica, o Brasil tem um papel chave na proteção global do clima. A mudança do clima afeta questões fundamentais da liberdade; por um lado, a liberdade do proprietário de produzir ali nas suas atividades, gerar emissões de gases de efeito estufa e, por outro lado, a liberdade das pessoas mais atingidas pela mudança do clima, notadamente as futuras gerações.

Com base nesse entendimento, em junho do ano passado o Parlamento alemão aprovou a emenda à nossa lei de proteção do clima. Com a emenda, nossas metas climáticas tornaram-se ainda mais ambiciosas. Agora, queremos alcançar a neutralidade climática já em 2045. A elevação das nossas metas climáticas foi impulsionada de forma determinante por uma decisão do nosso Supremo Tribunal conquistada graças às reivindicações de cidadãos muito jovens. E com qual justificativa? Com a justificativa de que, sem uma ação rápida, a liberdade dos homens, pós 2030, ficará muito restrita por causa dos efeitos da mudança do clima. Essa decisão mostrou que a política que se escanteia perante o futuro em relação às mudanças climáticas não é uma opção. A política tem a responsabilidade de definir e impor as condições gerais para uma compensação justa dos interesses.

O Brasil também tem mostrado que está levando a sério o desafio das mudanças climáticas. Entre 2005 e 2012 as emissões na área de mudanças no uso da terra diminuíram 86%. Importante destacar nesse contexto que, nesse mesmo período, a produção agrícola cresceu. O Código Florestal e outras leis foram criadas para reduzir o desmatamento e havia sistemas de monitoramento, áreas indígenas e de proteção demarcadas encontravam-se sob uma salvaguarda efetiva. O mundo admirava o Brasil por esses progressos. Os compromissos que o Brasil assumiu no Acordo de Paris receberam o respeito internacional.

Hoje, grande parte da comunidade internacional, incluindo a Alemanha e a União Europeia, espera que o Brasil volte a demonstrar o entendimento da gravidade do problema. O caminho nos parece bem claro: envolve implementar as leis brasileiras que já existem, financiar agências competentes, respeitar as instituições relevantes e repensar aquelas leis que atualmente estão em discussão, incluindo sobre mineração nas áreas indígenas, que, a nosso ver, teria um impacto negativo não somente para a preservação da Floresta Amazônica, mas também para a paz social na região e para a reputação do país.

Para nós, não se trata, nesse contexto, de conciliar meio ambiente, economia e questões sociais, mas, sim, de investir nas oportunidades que uma economia verde oferece. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveríamos aproveitar as mudanças climáticas para modernizar nossas economias e torná-las mais sustentáveis e resistentes a crises. A proteção do clima já é um *business case* hoje que atrai investidores privados. Por exemplo, considerando o setor de energia, o Brasil é abençoado com recursos renováveis. A bioeconomia é outro campo no qual o Brasil poderia desempenhar um papel com a agricultura ecológica alternativa. É nessa corrida por soluções sustentáveis que estão acontecendo no mundo todo que o Governo deveria se engajar. Ela traria enormes benefícios para as pessoas e também ajudaria a manter a floresta em pé.

O nosso evento de hoje é um excelente espaço para discutir essas questões fundamentais para a Alemanha e o Brasil e para nossas relações bilaterais.

Agradeço mais uma vez a participação de todas e todos e desejo que tenhamos um debate rico e construtivo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Embaixador Heiko Thoms.

Eu quero aproveitar, antes de falar as minhas palavras e passar imediatamente à primeira mesa, e cumprimentar a querida Ministra do nosso Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e o meu querido Senador Vice-Presidente desta Comissão, Senador Confúcio Moura.

Eu queria apenas iniciar minhas palavras me solidarizando com os milhões de homens e mulheres, crianças, adultos e idosos que sofrem uma guerra que se iniciou há 27 dias entre Rússia e Ucrânia. Eu creio que, toda vez que nós vemos uma guerra eclodir, isso significa a vitória da barbárie sobre a civilização, significa a falência do diálogo e o apelo para a força para se resolver – e não se resolverá pela força nenhuma questão, apenas se destruirá.

Entendo, sem querer aprofundar no mérito, que os fatos nós não podemos negar: evidentemente a guerra está aí, e a invasão, assim como a pretensão, para que não sejamos ingênuos, de avanço da linha da Otan. Creio que tudo isso deveria ter sido colocado numa mesa de negociação e discutido. Por isso insisto que é a falência do diálogo e da diplomacia que nos empurra para qualquer tipo de guerra, absolutamente indesejável.

Por isso, eu cito o caso da Ucrânia, porque, nesse caso em que nós vamos ter o colóquio, que é a questão do meio ambiente, Embaixador Paulino e Embaixador Thoms, eu creio que se trata da mesma questão.

Nós estamos vendo eclodir uma guerra da mãe natureza contra os humanos que vivem no planeta, por falta absoluta de entendimento de qual é a forma que nós devemos adotar para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento que seja longo e, portanto, que preserve a casa maior, como diz Sua Santidade, o Papa Francisco.

Eu creio que esse colóquio tem o condão principalmente de debater o tema, e não de impor opiniões. Eu creio que esse colóquio deve estar presidido pelo combate ao dogma e ao preconceito. Esses dois nos atrapalham muito para ter um entendimento mais claro.

Hoje, a solidariedade ambiental é, inevitavelmente, planetária, porque a guerra da Ucrânia acontece na Ucrânia, na Rússia, nós teremos consequências na nossa economia, em função de preço de petróleo, etc., mas, diretamente, nas nossas vidas, nós não sofremos a guerra imediatamente. No caso da guerra ambiental, ela perturba a vida de todos em todo o planeta. Tanto faz onde é o desmatamento – se é aqui, na África, na Ásia –; o mundo inteiro sofrerá com isso, através do aquecimento global, da elevação do nível dos mares, das secas, das enchentes, dos dilúvios.

Então, eu creio, como eu citei no caso da guerra da Ucrânia, em que há uma guerra explícita, uma invasão, e há motivos outros não tão visíveis, que é a extensão da linha da Otan, que não nos é dado o direito de desconhecer se quisermos nos debruçar sobre as reais razões e como sairemos desse conflito.

Eu creio que aqui é a mesma coisa. Embaixador Paulino, efetivamente, a nossa legislação é muito avançada, mas eu tenho a tristeza de dizer que, nesta Casa, pairam já dois projetos que pretendem um processo de retrocesso em relação a eles, seja o da regularização fundiária, seja o do licenciamento ambiental, e eu concordo com V. Exa.; nós já temos uma legislação que, se houver vontade política, tanto na área do licenciamento quanto na área da regularização, nós temos legislação para fazê-lo. Agora, às vezes, não se abastecem os órgãos para que eles possam cumprir de forma eficiente, e depois se diz que a culpa é da lei, como se eu tivesse que precarizar a lei para que as coisas pudessem funcionar.

Nós temos, aprovada já na Câmara dos Deputados, a Lei 191, que permite mineração em terra indígena ou próxima. O próprio Instituto Brasileiro de Mineração, o Ibram, que representa as empresas, se coloca contra essa lei.

Então, é inevitável reconhecer que nós tivemos um aumento do desmatamento muito grande e, evidentemente, nós, que somos proprietários da Amazônia – e, na verdade, a Amazônia é nossa, não estamos aqui a discutir isso –, temos que ser bons proprietários, temos que saber cuidar, para que, efetivamente, ela continue a nos servir, como responsável pelas chuvas no Brasil inteiro e pela captura de CO₂ que serve ao mundo inteiro.

Então, eu tenho orgulho de dizer que nós, aqui nesta Comissão, instituímos duas instâncias que vão no sentido do diálogo. A primeira é o Fórum da Geração Ecológica, em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós reunimos 45 pessoas da sociedade civil, de matizes totalmente diferentes, e, trabalhando desde junho do ano passado, pretendemos em junho deste ano entregar um arcabouço legislativo que possa servir a quem quer que seja o Presidente em 2023, que possa servir de base para uma guinada verde – vou chamá-la assim – no nosso país.

Ao mesmo tempo, estamos construindo junto com a Cepal algo que vou chamar até de um colóquio com Parlamentares. A ideia é fazer no mundo inteiro, mas começamos pela América Latina e, na COP26, estamos estendendo, exatamente para fazer o que estamos fazendo aqui, Embaixador: troca de experiências de legislações com outros colegas de outras partes do mundo, na medida em que, repito, a solidariedade ambiental é mundial, ela não está particularizada, restrita a um continente ou a uma região.

Eu sou daqueles que refutam com veemência a falsa dicotomia entre desenvolvimento e preservação. Essa é a dicotomia criada por aqueles que querem degradar, porque, na verdade, é possível, e é muito possível, que se tenha desenvolvimento com tecnologia, com emprego verde, com pagamento dos serviços feitos, serviços ambientais. Portanto, eu acho que nós temos que trabalhar com o conceito da sustentabilidade tripartite: econômica, porque a economia precisa ir bem; social, porque, se não resolvermos o social, a economia não vai bem; e ambiental, porque, se não resolvermos o ambiental, a economia não será longa, será de curta duração.

Então, com essas palavras, eu queria mais uma vez agradecer à Embaixada da Alemanha, cumprimentar a Deputada e o ex-membro do Parlamento alemão que nos acompanham, e a outros que nos vão acompanhar virtualmente, ao Embaixador Paulino. Mais uma vez, cumprimento também o nosso Ministro Herman Benjamin, que é um empolgado por esse tema. E convido o Vice-Presidente desta Comissão, Confúcio Moura, para dirigir esta primeira mesa de trabalho.

Está encerrada a mesa de abertura. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito bem.

Vamos iniciar o primeiro painel desta manhã, dia 21 de março de 2022, em que discutiremos o tema "Da função social à função ecológica da propriedade rural", seguindo uma sessão de debates de até 30 minutos. Ao final, depois de os debatedores, os convidados apresentarem suas proposições, eu farei um breve comentário.

Já está à mesa a Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que nos honra muito por estar presente prestigiando este evento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, cumprimento o Ministro Antonio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, um especialista que acompanha os debates no Congresso Nacional, há muitos anos, desde que era Procurador do Estado de São Paulo. Aqui, hoje, ele irá dar um brilho especial a este evento.

Vamos iniciar nossa conversa, primeiro, passando a palavra à Ministra Cármen Lúcia. Fique bem à vontade, Ministra!

A SRA. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores!

Cumprimento o Senado Federal na pessoa do Senador Confúcio Moura, agradecendo pela acolhida aqui; e também meu queridíssimo amigo Senador Jaques Wagner, na pessoa de quem eu cumprimento cada Senador desta Casa, querendo que se sintam individualmente cumprimentados.

Cumprimento o Embaixador Paulino, também querendo que as autoridades do Poder Executivo se sintam cumprimentadas, especialmente o Embaixador da Alemanha e os senhores professores que acorrem para este evento.

Um cumprimento muito especial, se o Senador Confúcio me permite, ao meu amigo e companheiro de luta, eu diria, o Ministro Herman Benjamin, que, como o Senador Jaques Wagner já disse e também agora o Senador Confúcio, tem sido pela vida afora um grande sensibilizador do que se tem em termos de Direito Ambiental, de direitos para o meio ambiente, para as pessoas que vivem nesse meio ambiente.

Se me permite, Senador Confúcio, eu faria as minhas observações no tempo em que me foi designado, 15 a 20 minutos, sobre "Da função social à função ecológica da propriedade", que é o tema basicamente deste colóquio, em alguns itens que eu gostaria de explicitar, com base na Constituição. E, no momento dos debates, poderemos voltar a isso, se for o caso.

Antes de começar, Senador, eu peço licença para fazer minhas as palavras do Senador Jaques Wagner sobre, eu diria, as guerras, tantas são as guerras que temos hoje no mundo. Estamos falando de uma especificamente, mas a ferocidade de tudo que tem acontecido demonstra bem a necessidade da nossa preocupação com os temas da vida. Estamos todos contaminados pelo vírus da violência e dos temas das mortes que nos dominam hoje, com todos os noticiários, todas as notícias, que degradam cada vez mais o homem, o ambiente humano e o ambiente da natureza, na qual nós teríamos que viver em paz.

Eu fico me lembrando, Senador Jaques Wagner, e tenho me lembrado muito nos últimos tempos de uma lição do segundo ano de Direito – lá se vão 40 anos, portanto. Eu tive um professor de Filosofia do Direito que foi um grande brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Prof. Gerson Boson nos dizia que não temia os animais e não temia a natureza, porque, ele dizia: "O tigre não 'destigresa', a onça não 'desonça', a zebra não 'deszebra', só o humano se desumaniza, ele perde a sua essência, a sua natureza".

O Senador Jaques Wagner afirmou, na abertura deste colóquio, no sentido de que nós precisamos ter, para vencer a barbárie, opções pela civilização, que temos civilizações a partir de muitas violências que nós precisávamos já ter superado. E o Direito vem exatamente para a realização dessa justiça nesse sentido.

Escutei, a minha vida inteira, em casa, que Deus perdoa tudo; o homem perdoa, às vezes; a natureza não perdoa, nunca! Desbaratam a natureza, matam a natureza, e a natureza reage. E é preciso que a gente aprenda com a natureza, para que nós também não nos percamos na nossa essência humana, nisso que o Professor Boson dizia que é a essência da própria justiça, para a gente viver o justo com o outro, para a gente viver com dignidade.

Portanto, nesse sentido, eu não apenas me ponho de acordo – e faço questão desse registro – com o que afirmou o Senador Jaques Wagner na abertura deste colóquio, mas também no sentido de a gente ter cada vez mais sensibilidade para saber que destruir é fácil, construir é que é difícil; destruir coisas, destruir plantas, destruir o outro ser humano é fácil. Nós estamos assistindo agora, da maneira mais dramática, e dramática porque estamos assistindo, mas, como lembro, não há uma guerra só no mundo hoje, e nós sequer tivemos sensibilidade para acompanhar todas elas e fazer com que nós não chegássemos a este momento por isto: porque a destruição, inclusive, muitas vezes, é silenciosa, porque quem teria que ter voz para gritar contra todo tipo de crueldade já não tem mais voz, não tem mais força.

Esta é uma Casa que tem o compromisso com o Direito, com a formulação do Direito para um povo da grandeza territorial e humana que nós temos, até mesmo em números. Portanto, eu quero, neste momento, como eu disse, não só me pôr de acordo, se é possível que não fosse assim, com o que afirmou o Senador Jaques Wagner na abertura deste colóquio, mas também afirmar o meu respeito e a minha confiança absoluta no Senado da República, nas Casas do Poder Legislativo, que promovem exatamente, como disse também o Senador Jaques Wagner, um ótimo Direito, uma ótima legislação que nós temos no Brasil. Somos um povo que é capaz de construir ótimas constituições e leis. Nós não temos tido a capacidade de criar a prática e o costume de aplicar as leis que nós temos na intensidade e nas possibilidades que elas apresentam.

Com essas observações iniciais, eu queria fazer, então, as minhas observações em três itens. Primeiro, sobre os princípios que regem o Direito brasileiro. E a minha observação inicial, Senador Confúcio, é porque nós estamos num Estado de direito, como afirmado no art. 1º da Constituição. Tudo que for fora do Direito na nossa convivência, portanto, é inválido. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria fazer algumas observações sobre esses princípios que regem a nossa convivência nas Constituições brasileiras, especificamente sobre a existência digna e a dignidade da vida, na qual se inclui a função de respeito e cada vez mais aperfeiçoamento das condições ambientais e a função da propriedade, que é função para a sociedade, na qual se inclui necessariamente, por expressão constitucional, a chamada função ecológica, que está expressa no texto constitucional, no item VI do §1º do art. 225. É expressa; portanto, não é doutrina, não é tese, não é conselho, não é aviso. Assim é, porque a Constituição assim quer, e nós cumprimos o que a Constituição determina, porque somos um Estado em que vivemos sob a Constituição.

No primeiro item, sobre a questão ambiental brasileira, eu queria, se me permite, fazer uma leitura brevíssima de dois parágrafos de um autor. É um autor que eu não cito normalmente, é um autor polêmico, um autor que gerou pensamentos e influências, eu diria, negativas até para a história brasileira, mas principalmente que não correspondem absolutamente nada do que nós pensamos hoje, mas eu queria fazer a leitura.

Este homem foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi o mais novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo ali ingressado com 29 anos de idade, sob a égide da Constituição de 1891, que não previa a idade mínima. Em 1914, ele publicou uma obra, e desta obra eu queria ler o que poderia parecer que era uma observação momentânea e de menor gravidade pelo que nós vivemos 108 anos depois desta publicação.

Afirmava o Ministro Alberto Torres, depois autor Alberto Torres: "As coisas que ocorrem nos teatros e nos hospícios [...] são fatos, porém não são realidades. A nossa vida política [às vezes] é um cenário de fatos alheios à realidade social".

Aí ele faz observações sobre o que ele via. O escrito começou em 1909, ele ficou dez anos como Ministro do Supremo. Ele fala sobre o meio ambiente e fala que – aspas: "O Brasil é [...] um dos países que apresentam mais sólidos elementos de prosperidade e mostram condições para um mais nobre [ainda] e brilhante destino", se levar em consideração as condições da sua terra.

Afirma ele:

É em sua geografia e no quadro da sociedade contemporânea que está a base do [...] [nosso destino].

Estudar [...] [essa] geografia [...] não em seu aspecto descritivo, mas em sua natureza dinâmica e funcional [...] [leva-nos a] apreender o caráter das diversas zonas geológicas e mineralógicas, a sua fauna, a sua flora, a sua estrutura orográfica, os seus vasos hidrográficos, para conhecer os elementos e aptidões de sua exploração e cultura e ao mesmo tempo as condições necessárias [...] [à] unidade social e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica e à solidariedade entre os interesses e tendências divergentes, eis o ponto de partida de [...] [qualquer] política sensata e prática [para o Brasil].

Depois ele afirma que:

A civilização humana é produto do sacrifício da Terra ao impulso de cobiças incontidas. Guiado por suas ambições, no atropelo de conquistas e ocupações territoriais, satisfazendo desejos e necessidades com uma brutalidade vizinha [dos mais cruéis] apetites animais, sem espírito de equilíbrio entre as camadas sociais contemporâneas e sem consciência da continuidade da espécie, o homem estabeleceu-se, no reino de sua vitória material sobre os outros seres, como um dominador, para quem os bens da Terra são despojos conferidos ao gozo de cada geração.

E, finalmente, eu gostaria de ler a passagem em que ele menciona expressamente a Amazônia. Eu estou falando, portanto, da publicação de 108 anos atrás e de 1909 até agora, mais quase 110 anos do que ele afirmava: Pela Amazônia, há [necessidade] muito que fazer, com respeito à conservação [das matas] dos seringais, [ao verificar as condições de extração da borracha] [...], ao serviço dos trabalhadores, [hoje] explorados como escravos, às vezes, [...] com sacrifício da vida: a especulação, a prodigalidade e o absenteísmo atingem [...] proporções incalculáveis [e inaceitáveis]. Não é possível confiar nas medidas até agora tomadas pelo governo sem espírito prático e defraudadas por graves artifícios econômicos [...]. Na escolha do pessoal [que ali tem que trabalhar; ele falava muito na educação] obedeceu-se provavelmente mais a sugestões políticas do que ao propósito de escolher [as melhores condições para o futuro do país] [...].

Como eu disse, estou falando de alguém que nada tem a ver com os ideais hoje que nós trazemos de democracia, de democracia participativa, mas que, tendo sido Governador do Rio, vivendo no Rio de Janeiro no período em que o Supremo Tribunal, como todos os órgãos de poder, estava instalado no Rio, mencionava a Amazônia e se preocupava com o futuro ambiental. Na proposta final do livro dele sobre a Constituição, há uma proposta específica sobre as questões ambientais.

Portanto, aquilo a que nós assistimos hoje, também de maneira extremamente sofrida e contaminada por um esfumaçar de propostas para o presente e para o futuro, não é novo no Brasil. Há mais de cem anos, um Ministro do Supremo, o mais jovem deles da história do Supremo, já se preocupava e se ocupava com as questões aí incluídas da Amazônia.

Entre as Constituições brasileiras desde 1891, especialmente a de 1891, que tratou da propriedade como direito individual, não mencionou – é bem certo – a função social da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade; foi introduzida essa ideia na Constituição de 1934. Mas eu incluo como necessário para a interpretação e a aplicação da Constituição um princípio que vem antes da referência a esse direito que, aqui nesta Casa, nos trabalhos constituintes, que eu tive a honra de poder assessorar por causa do Prof. José Afonso da Silva, que foi assessor do Mário Covas, relator final e um dos redatores da Constituição no processo constituinte... Quando foi discutida para a Constituinte a questão da função social, há uma grande mudança que é pouco lembrada: o princípio mais importante do Direito contemporâneo, o princípio mais importante do Direito Constitucional contemporâneo, o princípio mais importante da Constituição brasileira e do Direito brasileiro está no art. 1º, o princípio da dignidade humana; não há nenhum princípio mais importante do que esse.

Nós tínhamos, desde a Constituição de 1934; portanto, passando pela de 1946 e pela Carta de 1967 e chegando aqui... Há outro princípio que antecedia até mesmo o princípio da dignidade humana nas Constituições europeias após a Segunda Guerra Mundial, que é a exigência de garantir a todos existência digna. Nós sabemos hoje que o direito à saúde, que permite a existência digna, é impossível sem condições ambientais não satisfatórias, mas da melhor qualidade.

Essa Constituição de 1934, ao erigir a dignidade humana como uma possibilidade que deveria ser garantia pelos direitos sociais, introduz no Brasil uma grande novidade, repetida, como eu disse, em 1946, porque se retoma a Constituição de 1934 depois da deposição de Vargas, e repetida na Constituição de 1967.

A Carta de 1967 é expressa ao afirmar a possibilidade de se criarem condições para a existência digna, mas sempre fazendo referência mais ao trabalho, a cada um poder ter, no valor trabalho, um elemento para sua existência com dignidade.

A Constituição de 1988 altera substancialmente isso, porque, quando a gente fala de propriedade, que está prevista no art. 5º como direito fundamental – o art. 5º, inciso XXIII, afirma que a propriedade cumprirá sua função social –, isso está na espinha dorsal da Constituição. Porém, no art. 170, que trata da ordem econômica, nós tivemos uma grande mudança feita no constitucionalismo brasileiro, no direito brasileiro, porque está no *caput* do art. 60, que é o Título VI, que trata da ordem econômica... O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está no Título VIII, Da Ordem Social. No título VII, nós temos esse art. 170, no qual se afirma: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa [opção capitalista, portanto], tem por fim assegurar a todos existência digna...". Os Constituintes mantiveram a existência digna como base da ordem econômica. Nada valerá se for para ter a indignidade na existência de qualquer ser humano no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, enquanto as Constituições anteriores afirmavam que cada um teria que ter a garantia do direito ao trabalho para ter uma existência digna, essa existência digna passou a ser, por obra do Constituinte de 1987/1988, um objetivo a ser obedecido até mesmo pelos particulares. A ordem econômica tem por fim assegurar a todos a existência digna. É óbvio que quem não tem acesso a condições pessoais, sociais, econômicas, ambientais para ter saúde, educação, existência digna não tem assegurado o que a Constituição estabeleceu, e nós só podemos interpretar a Constituição como um sistema. Quer dizer, a gente interpreta o art. 225, na ordem social, segundo a ordem econômica, que tem esta finalidade buscada, e segundo o art. 1º, que tem, como garantia do fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade humana. E ainda, além disso, estão fixados, também pela primeira vez no constitucionalismo brasileiro, no art. 3º, os objetivos da República Federativa do Brasil. E isso não é de governo de ninguém. Seja lá quem for o governante, quem for o administrador, quem estiver no Supremo, quem estiver nesta Casa Legislativa, a República é obrigada a adotar direitos, legislação e políticas públicas, e os juízes são obrigados a julgar levando em consideração estar-se a atingir ou não a possibilidade de atingimento de um desses objetivos, o primeiro dos quais é "construir uma sociedade livre, justa e solidária", e, depois, erradicar a pobreza, a desigualdade, promover o desenvolvimento nacional. Tudo isso, portanto, com base na busca de uma existência digna para todos.

Isso tem importância porque, no título subsequente ao da ordem econômica, a Constituinte de 1987/1988 desdobrou... Vinha sempre nas Constituições, desde 1934, "Da Ordem Econômica e Social". Houve um grande debate – eu me lembro aqui de que era o Fernando Gasparian um dos que ficou nessa parte da ordem social – e discutiu-se muito se haveria esse desdobramento no texto constitucional, porque o texto constitucional cria o contexto jurídico no qual legisladores, juízes e os próprios administradores vão atuar. E resolveu-se que seria um título para a ordem econômica, estruturando-se o que era relativo aos bens dos patrimônios público e privado, aos serviços a serem prestados, e um outro título para a ordem social. Educação, cultura, meio ambiente são entronizados, então, nessa Constituição como direito social, à ordem social, nem por isso desligados dos direitos fundamentais. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental de todo ser que esteja no Brasil e de todo mundo, portanto, como obrigação da República brasileira.

Nesse art. 225, que é o mais mencionado solto porque traduz expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelece-se também pela primeira vez de maneira expressa o princípio da solidariedade, que, no caso brasileiro, não é também prerrogativa, não é opção; a solidariedade é princípio constitucional interligado diretamente ao princípio da dignidade humana. Se alguém tivesse dúvida, agora na pandemia teria deixado de ter. Você pode ir até o limite da sua liberdade e da dignidade do outro. O seu exercício se faz garantindo-se a sua liberdade em comunhão com os outros. Ninguém vive isoladamente. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil não produziu uma Constituição para Robinson Crusoe; produziu para uma sociedade de mais de 200 milhões de habitantes com respeito, na parte internacional, também a todos os habitantes do planeta e com respeito ao próprio planeta.

Então, a Constituição brasileira de 1988 introduz ali a garantia da função social da propriedade, que vinha desde as Constituições anteriores, no art. 5º, inciso XXIII, e reprisa esse princípio na parte da ordem econômica, mas tendo de se considerar que "a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna" e tem como fundamento (inciso VI) a defesa do meio ambiente. Portanto, ela impõe que o desenvolvimento, que é tão mencionado – o desenvolvimento sustentado há de ser compatível com a garantia e o respeito e a defesa do meio ambiente –, também aqui assim é porque a Constituição assim determina. Favor nenhum de ninguém. A prática econômica que ofenda o meio ambiente é inconstitucional, ponto. Porque a Constituição determinou que a garantia dessa ordem econômica, para assegurar a todos existência digna, tem como fundamento a defesa do meio ambiente. E essa defesa é obrigação do Estado, em primeiro lugar, e da sociedade, por causa do princípio da solidariedade aqui encadeado diretamente.

Nesse caso, nós temos a propriedade privada, garantida também no art. 170, a defesa do meio ambiente, no mesmo dispositivo, e no art. 225, expressamente, três princípios ali se esclarecem, vindo, portanto, como fluxo sequente e consequente do que a Constituição afirma desde o art. 1º: o princípio da solidariedade intergeracional. Pela primeira vez diz-se que o meio ambiente ecologicamente equilibrado haverá de ser protegido para as atuais e futuras gerações.

Isso mudou até mesmo o entendimento do Direito e, principalmente, a interpretação e a aplicação do Direito Constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no que se refere à ideia da dignidade que a Constituição estabelece, à dignidade da pessoa humana. Portanto, para ser pessoa, tem que nascer, e os grandes debates se passaram sobre isso em alguns tribunais constitucionais, em algumas cortes constitucionais. No Brasil, nós não passamos por aí, porque, como o art. 225 afirma para as gerações futuras, eu nem sei quem virá depois de mim, que, claro, não tendo nascido, não é pessoa, mas eu tenho a mesma obrigação de solidariedade ambiental. Venha quem vier tem o mesmo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entendemos, portanto, que, no Brasil, o princípio constitucional da dignidade humana não se refere a uma ou outra pessoa, mas à humanidade. A essência humana faz com que todo mundo tenha esse direito e, portanto, seja obrigação de todo mundo. Nós mudamos e ultrapassamos algo que, em outros tribunais constitucionais, ainda se discute por causa do texto; no nosso caso, não existe pelo que o Constituinte determinou, pelo que a Constituição, portanto, põe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também naquele mesmo dispositivo, estabelece-se, na sequência também dos outros, o princípio da responsabilidade ecológica da sociedade: é responsável todo mundo pelo meio ambiente saudável. Por isso, várias vezes, o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal, ao julgar as ações diretas de inconstitucionalidade sobre o Código Florestal, por exemplo, levou em consideração especificamente a obrigação do particular que destrói: ou tem que indenizar, ou tem que refazer, ou tem que proteger. A tipificação dos crimes ambientais feitas por esta Casa se deu no fluxo dessa responsabilidade.

Eu vou reiterar: é dever do Estado. Nós, servidores públicos, temos um dever a mais, porque nós exercemos cargo exatamente... No nosso caso, juízes, nem se fala. Nós cumprimos a Constituição. A Constituição mesmo estabelece que compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, art. 102, a guarda da Constituição, mas guardar, respeitar e aplicar a Constituição, no sistema de constitucionalismo aberto, é dever de todo mundo; ninguém pode praticar inconstitucionalidade. No caso do meio ambiente, isso vem expresso no texto. Portanto, quem se acha dono do céu e da terra, porque "esse pedaço de terra é meu", não entendeu nada. A propriedade obriga – obriga – o proprietário particular e obriga o Estado, responsável por fazer com que se cumpra, mesmo na propriedade particular, o dever que eu tenho com o outro. É assim que se convive, o mais é contracenar. Viver com o outro impõe deveres.

A propriedade obriga, como estava lá atrás, nas primeiras Constituições do constitucionalismo social – Constituição mexicana, de 1917, e Constituição de Weimar, de 1919 –, em todas elas já havia o que o ser humano foi construindo e sedimentando ao longo do século XX. A propriedade cria obrigações, e nem é novo isso, como se o meio ambiente, como se a matéria ambiental tivesse erigido alguma coisa. Nenhum de nós que vive num condomínio, num apartamento pode resolver que vai escutar um *rock* pauleira à meia-noite, na sonoridade que quiser. Não pode porque não pode, porque você vive em um condomínio, porque a sociedade é um grande condomínio, porque é assim que se faz: a pólis é de toda...

Então, o que foi aqui estabelecido para a propriedade é porque o ser humano, como dizia Alberto Torres, se assenhorou como dominador. Por isso que, quando se afirma sobre a Amazônia, a preocupação com a soberania na Amazônia, eu digo: a Amazônia somos nós. Não é que nós temos a Amazônia, nós somos a Amazônia. Nós somos diretamente, a humanidade tem os reflexos, mas nós somos este país. Nós somos este povo constituído com estas florestas, esses rios, mas não somos proprietários deles, não somos os senhores deles. Acho que até a natureza é muito mais senhora de todos nós do que o contrário. O que nós fazemos é o cuidado que a Constituição estabelece. E, neste caso, estabelece para que ninguém, como diria Rousseau, lá no século XVIII, cerque um pedaço de terra e diga: "Isso aqui é meu, e eu tenho o direito dos céus aos infernos". Não tem. Não tem. Isso é uma ideia dos que vêm antes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Rousseau, portanto antes de 1761. O que nós temos aqui é um território do qual fazemos parte, no qual convivemos e que nos completamos com a natureza. Por isso, o princípio é da responsabilidade ecológica de toda a sociedade.

Ainda uma vez, eu quero insistir: nós servidores públicos temos uma obrigação muito maior, porque a nossa função é de preservar e fazer com que, se alguém desborde, exorbite, abuse do seu direito, isso seja restabelecido e refeito, porque estamos num Estado de direito. E também assim é porque que no art. 1º está que "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]". O estado é de direito, eu obedeco ao direito. É assim que a gente convive.

Neste caso, portanto, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de um primeiro estabelecimento, em 1824, a Carta de 25 de março de 1824, outorgada como primeira Constituição brasileira, a Constituição monárquica, trazia só o direito de propriedade, porque aquela era a realidade e o cenário político no mundo. Nós estávamos ainda formando os estados modernos na esteira das revoluções – revolução francesa, revolução norte-americana, revolução britânica. Quase dois séculos depois, de 1824 até agora, 198 anos depois, nós temos uma outra realidade, na qual nós todos somos, com o marco civilizatório que temos, obrigados uns com os outros. E, no caso do meio ambiente, como ninguém é dono da natureza, como ninguém é senhor da natureza, não adianta atuar como dominador exclusivo e tirano da natureza, até porque, no nosso caso, o compromisso do direito, da Constituição brasileira e a obrigação do poder público e da sociedade brasileira é com a vida. O direito vem para que a gente tenha uma vida melhor e para que quem vier depois de nós possa ter uma vida igualmente digna. Quem tem compromissos com a morte da árvore ou da pessoa é contra... É isto que o Prof. Boson dizia: um humano que se desumanizou, porque o impulso de vida é que faz com que a gente, portanto, siga em frente, até mesmo protegendo e principalmente protegendo a realidade que pode nos proteger, que é a realidade ambiental. Portanto, a função social da propriedade é uma função que vem ligada ao trabalho, à dinâmica, à produção de bens para todos. A função ecológica prevista no inciso VI, §2º, do art. 225, é para garantia de todas as condições de dignidade da existência e da vida com o outro. Essa é a dinâmica.

E aí o Senador Jaques Wagner ainda mencionou os riscos de retrocesso. O princípio da proibição do retrocesso ambiental está estabelecido no Direito Constitucional, na doutrina e na jurisprudência até mesmo do Brasil, porque o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ações diretas de constitucionalidade sobre o Código Florestal, foi taxativo, reiterando, reafirmando o que já se tinha na jurisprudência. Portanto, não pode ter retrocesso porque não pode. Responde até mesmo criminalmente aquele que atuar contra a Constituição e cuja prática possa ser inserida, subsumida ao tipo do crime ambiental. A quebra, a ruptura, a afronta ao



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

princípio da função social ecológica... E por isto é que eu não vou da função social à função ecológica: eu acho que as duas compõem a essência do que é a função a ser dada à propriedade, como obrigação do Estado proteger e como obrigação de todo ser humano fazer com que prevaleça.

Eu vou terminar, peço desculpas, acho que ultrapassei cinco minutos do meu tempo, mas peço desculpas, lembrando – não vou lembrar nenhum jurista nem a Constituição de que tanto falei – que há uma pessoa, um mineiro, um poeta, mas que é do mundo, Paulo Mendes Campos, que, numa das obras mais célebres dele, Poema Didático, dizia que o mundo nasceu das necessidades; e eu diria, parafraseando: o Direito nasceu das necessidades, o Direito vai se formulando, reformulando, reinventando, como o ser humano se reinventa para ter mais possibilidades de ser feliz. E ele diz: "O homem é um gesto que se faz ou não se faz. [...] Doou-nos a terra um fruto. Força é reparti-lo" com todos os seres desta terra. Não há possibilidade, sem cuidados com o meio ambiente, de preservarmos o fruto – nem para a nossa geração! – nem cometermos todo tipo de crime contra a Constituição, contra o Direito, mas principalmente contra qualquer ideia de dignidade humana se não preservarmos a natureza que nos dá esse fruto.

Portanto, acho que nós temos – como eu disse no início, lembrando – ótimas Constituições e ótimas leis no Brasil, e isso tem sido uma constante na história brasileira, mas nós precisamos – e este colóquio dá bem a ideia de como somos capazes – de nos reunir, de nos unir para evitarmos que o que foi feito de destruição... E o foi, e por isso eu fiz questão de ler um texto que é de mais de um século atrás. Tudo que foi destruído precisa de ser, se possível, construído; e o que não for possível precisa de ter jeito imediatamente, porque a destruição conduz à morte. O nosso compromisso, o compromisso de qualquer humano é com a vida, que é esta garantida por um meio ambiente ecologicamente equilibrado e com a propriedade solidariamente desenvolvida, solidariamente garantida, para que todo mundo tenha as mesmas possibilidades.

Mais uma vez, muito obrigada. E peço desculpas pelo avanço no tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito obrigado, Ministra Cármen Lúcia, com uma palestra magistral sobre o Direito Ambiental e o Direito Social da propriedade. Muito obrigado por essa belíssima exposição.

Eu passo a palavra a seguir ao Ministro Antonio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça. Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN (Para expor.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas e a todos.

Eu queria inicialmente agradecer ao Presidente desta sessão, o Senador Confúcio Moura, e ao Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jaques Wagner. Para os nossos colegas estrangeiros, nós temos dois Senadores com larguíssima experiência parlamentar, ambos ex-Governadores por dois mandatos – é o máximo que o direito eleitoral, a Constituição permite no nosso país –, um da Amazônia, do Estado de Rondônia, e o outro do Estado da Bahia, ambos extremamente preocupados e dedicados à questão ambiental e à defesa da dignidade da pessoa humana.

Agradeço à Embaixada da Alemanha e peço permissão ao Embaixador Thoms para transmitir um agradecimento personalizado a dois dos integrantes da sua equipe, o Dr. Emil Richter, que todos já conheceram, imagino, e a Dra. Friederike Sabiel, que também creio que todos já conheceram. Este evento é uma realização da Embaixada junto com o Senado, mas não existiria sem o trabalho, a dedicação desses dois extraordinários e competentes integrantes da Embaixada da Alemanha no Brasil.

Agradeço as palavras da Ministra Cármen Lúcia. Certamente ela poderia aqui falar por cinco horas e ainda teria algo mais a dizer, e certamente já me ajudou muito aqui na minha intervenção, porque eu iria falar 20 minutos, mas, por conta do avançado da hora, eu vou reduzir para dez minutos. Certamente, a sua intervenção já me permite reduzir, enxugar aquilo que eu iria dizer, sobretudo no aspecto constitucional.

E quero agradecer a presença do Itamaraty. O Embaixador Paulino Franco – eu sempre digo isso para ele, mas ele não concorda – é um cartão de visitas da nossa diplomacia, alguém profundamente dedicado e conhecedor da realidade brasileira, desde a perspectiva dos direitos humanos aos temas políticos, geopolíticos e econômicos mais complexos.

O tema função, ou melhor dizendo, da função social à função ecológica nos traz duas perspectivas, e só uma delas será objeto deste nosso debate. A primeira perspectiva é sobre o direito de propriedade dos chamados bens ambientais – bens de natureza intangível, bens que são holísticos e bens que se compõem, mas se sobrepõem aos elementos que compõem o meio ambiente: água, ar, solo, floresta, fauna. Precisamos de outro evento só para discutir a propriedade do meio ambiente em si, como categoria autônoma na Constituição e na legislação brasileira e de outros países.

A segunda perspectiva – é esta que nos interessa aqui e sobre a qual tanto a Ministra Cármen Lúcia como eu vamos apenas fazer uma introdução para uma discussão mais aprofundada nos painéis que virão em seguida – é sobre a projeção do meio ambiente, projeção na perspectiva ou no enfoque das gerações presentes e das gerações futuras, a projeção,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repto, do meio ambiente sobre a propriedade exercida por indivíduos, pessoas físicas e pessoas jurídicas privadas.

O Embaixador Paulino mencionou, com muita propriedade – e eu não conhecia o dado –, que mais de 50% das florestas brasileiras estão em terras privadas, e só isso justifica este evento de um dia que nós estamos tendo hoje.

Então, o debate é quais os limites ecológicos que a Constituição de 1988, mas também a legislação ambiental anterior à Constituição de 1988 trouxeram para este direito de propriedade tradicional. E, por isso, a ideia do título do evento, da função social à função ecológica da propriedade, porque nós não estamos falando de categorias antagônicas. Na verdade, a função ecológica da propriedade é uma espécie de sofisticação, por assim dizer, nas palavras da Ministra Cármen Lúcia, da função social da propriedade; um revisitar pós-moderno, se quiserem utilizar essa vinculação, um olhar pós-moderno à função social da propriedade.

Quais os impactos que esta ideia de função ecológica da propriedade tem no Direito e também na prática? Nós sabemos que o Direito, como teoria, interessa muito a nós, os especialistas do Direito, mas, para o cidadão, o que interessa é a prática do Direito, é como essas categorias jurídicas estão melhorando a vida das pessoas e fortalecendo a solidariedade e a dignidade da pessoa humana.

O primeiro ponto que eu queria realçar, neste olhar rápido sobre a função ecológica da propriedade, é o cronológico, porque muitas vezes se diz que a Constituição de 1988 fez uma revolução na concepção do direito de propriedade porque incluiu o elemento ecológico, que não existia nos sistemas constitucionais anteriores. O meio ambiente não era mencionado nas Constituições anteriores; a função social da propriedade, como disse a Ministra Cármen Lúcia, sim, desde 1934 – não muito depois da Constituição de Weimar e da Constituição mexicana –, a origem da função social da propriedade.

Pois bem, a lei que efetivamente implantou a função ecológica da propriedade e a função ecológica das florestas no Brasil não foi resultado de movimento ambientalista, porque o movimento ambientalista não existia em 1965. O Código Florestal de 1965 – eu tinha oito anos de idade, então, quantas décadas se foram? – implantou no Brasil a função ecológica das florestas, uma lei revolucionária que não foi elaborada por ecologistas, não foi elaborada na perspectiva do meio ambiente como um todo, mas creio, Senadores Confúcio Moura e Jaques Wagner, que essa lei enfrentaria grandes problemas de tramitação hoje no Congresso Nacional, uma lei de 1965. Dificilmente, o Código Florestal de 1965 seria aprovado hoje, infelizmente, no Brasil. E lá estão categorias jurídicas que serão examinadas mais tarde por outros palestrantes que implantam a ideia de que as florestas, mesmo as privadas, preenchem uma função ecológica de proteção da água, de proteção da fauna, de proteção do meio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, embora não se falasse em meio ambiente naquele momento. Uma lei feita por engenheiros florestais, e hoje nós ainda nos beneficiamos desta lei. E há uma série de outras normas de que meus colegas brasileiros vão tratar, uma jurisprudência forte tanto da Justiça Federal como das justiças estaduais e que nem a Ministra Cármen Lúcia nem eu temos aqui tempo de analisar.

Em conclusão, o que nós podemos dizer é que o Brasil tem hoje, no coração do seu ordenamento jurídico, a função ecológica da propriedade. Não é uma invenção da doutrina, não é uma invenção da jurisprudência. Quem não enxergar a função ecológica da propriedade não está enxergando a Constituição e a legislação na sua integralidade – de novo palavras da Ministra Cármen Lúcia.

Segundo: a função ecológica da propriedade não existe só no Brasil, países vizinhos nossos como a Colômbia têm na sua Constituição, a Constituição da Bolívia, a do Equador, mas nem todos os países da América, ou, melhor dizendo, da Pan-Amazônia. E aí, quando os negociadores brasileiros se preocupam tanto com disparidade de regimes jurídicos no mundo, creio que nós, às vezes, esquecemos de que precisamos, na Pan-Amazônia, ter um regime minimamente harmônico de proteção dos recursos naturais, porque, do contrário, o Brasil ficará com uma legislação muito mais dura que a nossa e a que nós queremos e aceitamos – há um pacto nacional a esse respeito –, mas as cabeceiras dos nossos rios na Amazônia – e o Senador Confúcio Moura sabe muito bem – estão nos Andes, estão fora do Brasil, ao contrário da Bacia do Prata.

Portanto, creio que é dever da diplomacia brasileira buscar um diálogo no âmbito do tratado amazônico para harmonizar, minimamente que seja, a legislação e, quem sabe, o marco constitucional desses países no que se refere à proteção do meio ambiente.

E minha última palavra é que nem o direito, nem o discurso político podem negar os fatos ou esconder os números. Talvez no passado; não mais. E os fatos e os números estão aí. Que difícil é para alguém negar o avanço enorme, inadmissível – inadmissível não é na nossa perspectiva, é na da Constituição e das leis – do desmatamento do nosso país. Não é tarefa fácil negar esses números e esses fatos, e creio que é em eventos como esse, em que nós possamos dialogar com os nossos colegas na perspectiva do direito comparado, que nós temos condições de melhorar a nossa compreensão a respeito desses temas e encontrar uma base comum de solidariedade, de reciprocidade nesse tema que é fundamental, repito: a função ecológica da propriedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito bem, ouvimos aí dois ilustres Ministros a fazerem exposições sobre o direito, sobre a Constituição, sobre a evolução da relação entre a propriedade e os aspectos sociais.

O meu comentário... Antes, porém, eu queria dizer que aqui nós temos perguntas de internautas, não dá para fazer todas porque são muitas perguntas. Eu vou agradecer ao Haroldo José, lá do Paraná, ao Ryan Cunha, do Rio de Janeiro, ao João Gabriel, de Minas, e vou fazer duas perguntas aqui, as respostas podem ser curtas.

De Geovanny Cavalcanti, do Rio Grande do Norte, para a Ministra Cármen Lúcia – se ela quiser anotar aí o nome, é Geovanny Cavalcanti – e também para a Ministra Cármen Lúcia, de Isabelle Alves, do Rio de Janeiro.

E para o Ministro Herman Benjamin, uma pergunta de Luiz Carlos, que é de São Paulo, e de Helena Francisca, que é do Estado do Paraná.

Muito bem, para a Ministra Cármen Lúcia, eu vou fazer as duas perguntas, para facilitar a resposta dela, já no atacado, para os dois.

De Geovanny: "Quais mecanismos, sejam eles jurídicos, ou não, podem ser utilizados para que possamos produzir alimentos e manter a preservação ambiental?"

A segunda pergunta para a Ministra é de Isabelle: "Quais são os impactos econômicos que o desmatamento traz?"

E já vou deixar as perguntas ao Ministro Benjamin para ele já ir sincronizando as respostas.

De Luiz Carlos, de São Paulo: "Que consequências teremos para a natureza com a aprovação da lei que autoriza a mineração em terras indígenas no Brasil?"

E a segunda, para o Ministro Herman, de Helena: "Quais critérios definem o limite entre o uso de terras visando a produção de alimento (quando há desmatamento) e a preservação ambiental?"

Ministra Cármen Lúcia.

A SRA. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Mais uma vez, quero agradecer especialmente ao Geovanny e à Isabelle.

A resposta quanto à questão posta sobre a produção de alimentos. Hoje esse é um problema que até foi grandemente superado pela própria capacidade humana de criar mecanismos que preservem as condições ambientais e melhorem até a qualidade dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos, sem perda da quantidade de alimentos. Nós temos, no mundo, hoje, condições de dizer que até mesmo no deserto se produz alimento de altíssima qualidade, *vide* estados como Israel, em que nós temos laranjais que frutificam exatamente em áreas que antes eram consideradas apenas areais.

Então, as condições ambientais melhoram a produção de alimentos e de frutos. Isso precisa de um dado que eu também aproveito já para responder, Senador, à Isabelle. Qual é o impacto ambiental? Eu diria que é devastador, porque o ser humano é inteligente o bastante para saber que na composição com o meio ambiente ele produz mais e melhor, e há condições hoje, empresariais, industriais, sem nenhuma perda de qualidade – muito ao contrário. Os venenos já se mostraram destrutivos também da quantidade de produção e para a saúde humana, que se reverte lá na frente. Esses impactos, portanto, econômicos, fazem com que, cada vez mais, haja a conjugação da boa qualidade ambiental com a boa qualidade da produção ambiental.

Acho que o que se afirma como desenvolvimento sustentável, o que está no art. 3º da Constituição, como eu lembrei, é exatamente no sentido de uma vinculação dos elementos, e não se eliminação de um deles em benefício do outro. A chamada economia verde, que já foi mencionada hoje, na Mesa de abertura dos trabalhos, conjuga-se com o que eu chamo de civismo verde. Nós não fazemos civismo de resultado imediato, mas nós praticamos a nossa condição de cidadãos juntamente com os elementos necessários para que a gente tenha uma boa condição humana nas relações pessoais, nas relações com o nosso corpo, e isso tem tudo a ver com as condições da produção, que é feita sem uma intoxicação do ser humano.

Então, não é que não há incompatibilidade; é ao contrário. O que há é, cada vez mais, comprovação da Medicina, da ciência, de que a compatibilidade é que leva a uma mudança de condições propícias, e a economia é devastada junto com as florestas. Não há nenhuma dúvida hoje, por exemplo, em relação às condições de destruição do meio ambiente. Aí eu incluo o nosso quadro, o quadro brasileiro, devastador, muitas vezes, com guerrilhas ambientais, milícias ambientais, como nós temos; isso leva à destruição não apenas daquele lugar ou daquela população, mas as condições econômicas de o Brasil ser capaz de dar cobro às suas obrigações internacionalmente estabelecidas, o que eu acho que foi lembrado, na mesa de abertura, pelo embaixador, exatamente porque nós somos uma solidariedade planetária em termos de meio ambiente.

Muito obrigada, mais uma vez, e, mais uma vez, Senador, e àqueles que dirigiram as perguntas para mim, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Ministro Herman Benjamin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN (Para expor.) – Eu agradeço as duas perguntas que me fizeram.

Como juiz, eu não posso responder, ou não devo responder, a primeira delas: qual o impacto do projeto de lei, aliás referido pelo Senador Jaques Wagner, que abre a possibilidade de mineração em terras indígenas. Certamente, nos painéis que se sucederão, os palestrantes terão oportunidade de tratar desse tema. Eu, como juiz, eu e a Ministra Carmén Lúcia, nós não opinamos sobre leis que estão em andamento, muito menos sobre leis que ainda não estão diante de nós como juízes. No momento oportuno essa legislação chegará, de uma forma ou de outra, ao Poder Judiciário e, aí, sim, será o momento para nós nos manifestarmos.

A segunda pergunta, não, esta eu posso tentar responder, que é o coração mesmo deste evento: acerca dos limites. É muito fácil nós falarmos da função ecológica da propriedade. Na teoria é muito fácil, mas, na prática, como é que isso se manifesta? Aqui, talvez, umas pequenas observações, umas brevíssimas observações, de caráter muito prático.

A primeira observação é que, no Brasil, a função ecológica da propriedade não é uma abstração; ela está traduzida na lei com dispositivos legais muito específicos. Portanto, se há um perfil legislativo para a função ecológica da propriedade, a primeira regra é: cumpra-se a legislação.

Eu dou alguns exemplos, e só na área florestal: as áreas de preservação permanente previstas no Código Florestal de 1965 e no atual, de 2012, as matas que acompanham os rios e cursos d'água. Eu sou proprietário da terra, mas eu não posso desmatar essas áreas de preservação permanente. Esse é um limite claríssimo, concreto, imposto pela função ecológica da propriedade.

Outro exemplo: a reserva legal, um instituto que é criação do legislador brasileiro. Nós temos que festejar a boa produção legislativa do nosso Parlamento, histórica. Aliás, todas essas leis, incluindo a Constituição, não existiriam se não fossem os nossos legisladores. É o ponto de partida de tudo. Pois bem, a reserva legal é uma porcentagem da propriedade que... Fora as áreas de preservação permanente, há uma porcentagem que não pode ser desmatada a corte raso. E basta um voo de *drone*, daqueles mais baratos que hoje são utilizados nas atividades turísticas, para comprovar se a propriedade tem ou não tem reserva legal. Na Amazônia, 80%; na Bahia, dependendo se é Cerrado ou Mata Atlântica, 20%. Se sobrevoa, com imagem de satélite, não há nada de mata de vegetação nativa, a função ecológica da propriedade não está sendo cumprida.

Em resumo – eu poderia me estender, mas não é o caso –, no Brasil, mas também em vários outros países, a função ecológica da propriedade é determinada ou o seu conteúdo é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

determinado por dispositivos expressos na lei. Não é, repito, uma referência teórica dogmática do Direito, mas uma realidade na própria legislação.

Eu agradeço mais uma vez e penso que, com esforço, estamos dentro do horário, pois o próximo painel começaria às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Ainda temos 15 minutos. Não sei se o Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – ... ou algum outro colega gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deseja fazer alguma observação, Presidente?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu vou aguardar, primeiro, V. Exa. fazer sua manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A minha será muito breve.

Muito bem. Então, eu quero agradecer ao Dr. Herman Benjamin e à Ministra Carmén Lúcia. Eu sei que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. está indo para o encerramento?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É. Quer falar?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, então, vou falar. Pensei que V. Exa. ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discursar.) – Eu queria contribuir no debate, só para não sermos prisioneiros de um artifício que é usado nesse processo da Lei de Regulamentação Fundiária.

Evidentemente, quando você tem a titulação da terra, você tem como saber a quem se dirigir a fiscalização, a multa ou a cobrança de obrigações. Esse tem sido um argumento, na minha opinião, me permitam, escuso, para dizer que, por isso, tem que se regularizar. O problema é quando não se sabe de quem é... Ora, nós sabemos de quem é! Terra pública não destinada é da sociedade brasileira, e, portanto, cabe ao poder público brasileiro... E concordo que é com toda a dificuldade, fui Ministro da Defesa. Não é fácil, e meu amigo Confúcio sabe melhor que eu, porque foi Governador na Amazônia. Evidentemente, é mais difícil pela natureza e geografia do local, mas, hoje, as leis a que V. Exa. se referiu, Ministro Benjamin, são inequívocas, são taxativas, com quantitativos expressos. O problema passa a ser de fiscalização. Por isso, na minha fala, eu disse que nós temos... Diz-se que, no Brasil, se faz muita lei boa para não ser cumprida. É da obrigação do Executivo, no caso o Ministério do Meio Ambiente e outros, cumprir a determinação.

Por que estou falando que temos que ter cuidado para não cair numa armadilha? O Senador Confúcio Moura sabe muito bem que são muitos os pequenos que foram estimulados a ir para a Amazônia, em um sentido estratégico até, na época ainda dos governos militares, corretamente, de que se não ocuparmos, seremos ocupados, e que, portanto, não há melhor defesa para as nossas fronteiras que a produção no local. Portanto, se estabeleceu um regramento e se convidou muita gente, que veio de outros estados da Federação, para ocupar terras legalmente pelo Incra, à época, ou pelo órgão de terras que havia à época. E, por incrível que pareça, querida Ministra Cármen, esses, às vezes, com 20, 30 anos, ainda não têm o título de terra definitivamente legalizado, ou seja, são pessoas que ficam à margem. Por não terem seu título, não podem tomar financiamento, não podem uma série de coisas. Nós não estamos falando dessas pessoas, porque essas pessoas são credoras em relação ao Governo brasileiro, seja ele qual for. Eu fui Governo por 12, 13 anos, com o Presidente Lula e com a Presidenta Dilma; portanto, sou parte da culpa ou, pelo menos, da responsabilidade – eu não gosto de falar culpa, porque culpa é só para apontar o dedo; eu gosto de saber quem são os responsáveis. Mas nós somos responsáveis não só em Rondônia, como em outros estados, por essa gente.

O Relator do Código Florestal foi um homem de profunda sensibilidade social, o ex-Deputado Federal Aldo Rebelo, que foi Presidente da Câmara dos Deputados. E o que ele fez, eu conversei várias vezes com ele, foi ver *in loco* do que se estava tratando. E ele me disse: "Olha, eu conheço essa história, inclusive na Bahia, de assentamentos de 20, 30 anos que não estão regularizados ainda, mas isso não dá o direito aos que"... Por isso eu disse que é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumento um pouco canhestro. Como não dá, eu disse: "Então, tudo bem! Vamos fazer o seguinte, aproveitemos a lei atual e vamos, cronologicamente, do menor para o maior. Depois que nós tivermos regularizado fundiariamente todos os pequenos que trabalham com os módulos, aí nós vamos crescendo os módulos que têm que ser regularizados". Senão, Ministro, nós vamos estar dando um presente a grileiros. Por quê? Todo mundo sabe o que é laranja – não os laranjais que V. Exa. citou –, mas está cheio de gente pequena, coitada, com um título de terra que não é seu, que é de um graúdo, que junta 10, 20, 30 para poder... E, aí: "Não, nós precisamos regularizar". Se fizerem nova lei, quem será regularizado serão os graúdos, e os pequenos não o serão.

Por isso eu digo que, se nós temos uma lei que permite regularizar tudo que já está aí, por que não vamos regularizando progressivamente, começando do menor e indo para o maior? Eu não sou contra. Agora, eu não posso premiar. Por isso eu me preocupei, por isso eu anotei... Porque a palavra aqui é que precisamos ter o CPF do dono para regularizar. Ora, muitas vezes o CPF do dono é o CPF do desmatador, do que comprou alguém para desmatar para expandir a sua terra, que é o que acontece no Pará, no Amazonas etc. Por isso que eu digo que não nos é dado o direito de desconhecer os fatos.

A legislação é excepcional. A lei brasileira consagra o que V. Exa. falou. Agora, eu fico me perguntando: na área urbana, várias são as prefeituras que, quando você detém o terreno e dele nada faz, o IPTU vai subindo com uma velocidade tal que é melhor, então, investir. Por que não se faz isso também em inúmeros latifúndios que, há tempo, nada fazem? Ministro, nós temos um volume de terra degradada de milhões e milhões de hectares que é possível de ser readequado para a produção. O que eu insisto é que nós não precisamos de mais desmatamento para ampliar nossa produção, até porque, como disse V. Exa., hoje a tecnologia em Israel, na Holanda, em inúmeros lugares serve para você, em menos espaço de terra, produzir mais, mas infelizmente, queridos Ministros e Senador Confúcio, eu acho que, às vezes, nós sofremos pela tese da abundância. Quando nós temos demais, as pessoas parece que acham que podem dispor. Aquela coisa do herdeiro que ganha muito bem. Nós somos herdeiros de uma maravilha que Deus colocou aqui, a nossa natureza. Agora, não nos é dado o direito de dormirmos na rede e vermos essa riqueza indo embora.

Então, eu concordo com V. Exa. Na minha terra, já fiz área de proteção permanente privada, e, às vezes, essa é outra coisa com que o estado tem problema, porque, às vezes, você declara uma área de proteção, e não dá a menor estrutura. Então, não resolve nada, porque infelizmente no Brasil ainda se considera que o público não é de ninguém, quando deveria se considerar que é de todos. Aí, acha-se que não é de ninguém.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, queria voltar ao tema da sustentabilidade tripartite. Na verdade, os cortadores de madeira ganham diárias muito acima da diária normal das pessoas, por isso se dispõem a fazê-lo. Muitos operadores do tráfico se dispõem a fazê-lo, porque ganham diárias muito acima que vão ganhar num trabalho simples e normal. Então, ou nós combatemos as três coisas juntas, buscando a sustentabilidade econômica, social e ambiental, ou nós não chegaremos, porque hoje, Ministra e Ministro – o Senador é mais conhecedor do que eu, apesar de que minha terra tem muita gente de baixa renda –, nós voltamos a ter 27 milhões de pessoas na extrema pobreza, voltamos a ter 9 milhões no Mapa da Fome. E aí os representantes do povo dessas terras – inclusive eu – ficam: minha obra social é gerar emprego. Esse é o maior programa social que eu tenho para fazer, e, às vezes, cria-se essa mentira desta dicotomia falsa: ou desmata, ou arruma emprego, quando todo mundo sabe que mil bois ocupam um vaqueiro apenas e, portanto, para a produção de empregos, é muito melhor floresta em pé, se a gente souber ter a remuneração de quem preserva, etc.

Nesse sentido, eu acho que está correto o que o Embaixador falou, e aí eu quero me dirigir, com muita sinceridade, aos países desenvolvidos – neste caso aqui, à Alemanha: é óbvio que a responsabilidade é nossa, mas, como a solidariedade ambiental é planetária, eu entendo que nós temos que também ter solidariedade social, ou seja, temos que contribuir uns com os outros para que cheguemos a um patamar de drama social menor. Com certeza teremos menos drama ambiental.

Então, era só o que eu queria comentar e agradeço também a presença da Ministra e do querido Ministro também. Desculpa! Eu pensei que V. Exa. ia fazer uma intervenção, mas, quando vi que V. Exa. estava indo para o encerramento, eu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Mas vou passar a palavra para a Ministra Cármen Lúcia, porque ela quer fazer um pequeno complemento.

A SRA. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA (Para expor.) – Eu queria apenas, Senador Jaques Wagner, acrescentar um dado, se fosse possível, como cidadã, não como prerrogativa de estar aqui juntamente com os senhores.

A Constituição brasileira não é cumprida ainda em alguns itens. Isso é assim mesmo. A Constituição vai sendo... Ela tem que ser cumprida integralmente.

Eu acho que tudo isso que V. Exa. expõe, e é tudo verdadeiro... No caso, quando o senhor era Governador da Bahia, eu fui relatora de casos exatamente sobre essa questão específica em área no sul da Bahia. Eu acho que muita coisa do que nós estamos vivendo de maneira mais doída, machucada, ambientalmente – e nós teremos que trabalhar para ter essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformação ambiental, que é necessária no Brasil, no sentido da preservação e da defesa –, passa pelo cumprimento do inciso VI do §1º do art. 225: promover a educação ambiental.

Isso que V. Exa. diz muito bem... A República que eu acho que, nesses mais de 33 anos da vigência da Constituição brasileira, já em grande parte mudou... Vejo nisso um fato. Mas a República acontece primeiro em cada repúblico, em cada ser humano que se sente repúblico. Isto de dizer: "De quem é esse prédio? Isso aí não é de ninguém, não é do governo!", em vez de dizer que é nosso, passa pela educação. A educação ambiental está determinada na Constituição, que é expressa: "Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Esse dispositivo não tem a densidade, a verticalidade, para que um menino da minha terra, do norte de Minas, de Espinosa, saiba que o rio está seco cada vez mais e que a pessoa que mora em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e que vê o Velho Chico, que já foi, na minha memória recriada da infância... Para mim, ele era algo intransponível, mas, hoje, eu o atravesso a pé, com um areal em grande parte. Diz respeito à vida dele o meio ambiente! Mas isso se faz pela educação.

Eu acho que a democracia ambiental, o civismo ambiental e a responsabilidade ambiental de cada um... Acrescenta-se aos três itens que V. Exa. acaba de expor o que é essencial para a transformação do ser humano, que é a formação e a transformação pela educação, que, no caso ambiental, é norma constitucional. Era apenas para lembrar esse item que acho da maior importância no Brasil.

Muito obrigada.

Muito obrigada, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito obrigado, Ministra.

Vamos caminhando para o encerramento deste painel.

O Senador Jaques Wagner já me fez economizar também – eu tinha até anotado aqui –, falando sobre os governos militares e sobre toda aquela fase da grande migração, do Eldorado, da Amazônia, de Mato Grosso, de um pedaço de Tocantins, da ponta do Maranhão, na década de 70. Ele falou também sobre reserva legal de propriedades e sobre áreas degradadas de pastagens como um fator que realmente dispensa o desmatamento, justamente porque há áreas degradadas que precisam ser reaproveitadas para verticalizar a produção. Então, com isso, realmente, não há a necessidade de grandes impactos sobre a floresta, sobre o Cerrado ou sobre o Pantanal, porque existem áreas degradadas em largo quantitativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do outro lado, eu nasci no Tocantins e o atravessei quando era um sertão bruto, o que coincide muito bem com o livro de Guimarães Rosa *Grande Sertão: Veredas*, que descrevia os ermos gerais, a linguagem do sertanejo. Ele narrou isso muito bem naquele livro, que é até difícil de ler por tanta nomenclatura inusitada que ele coloca nos seus textos.

A reserva legal da propriedade hoje está sofrendo um grande impacto mesmo na pequena propriedade onde há uma moita de floresta. Neste momento agora, realmente, houve uma queda das multas pelo Ibama e também da fiscalização e houve assim uma sinalização de que, entre aspas, "agora se pode tudo". Agora se pode tudo e, então, mesmo as reservas de 50% ou 80% da Amazônia estão sendo ameaçadas e muitas delas desmatadas. Isso é verdadeiro.

Outro aspecto é a preservação inteira, integral, para manter esses biomas em pé ou mantidos diante dos indicadores sociais, porque realmente essas áreas são as áreas de piores indicadores sociais. Então, é um contrassenso muito grande a gente ter uma abundância ambiental preservada e as condições de vida das pessoas, os indicadores sociais ruins. Muitas vezes, um caboclo amazonense na beira do rio não tem água de qualidade para beber, assim como outros benefícios necessários à vida do cidadão.

Dessa forma, eu quero agradecer à Ministra Cármen Lúcia por essa brilhante apresentação, com citações, inclusive a de um colega dela do ano de 1914. Eu lembro essa data 1914, porque é a data em que meu pai nasceu; então, ficou muito fixada aqui na minha cabeça. Parabéns a ela por citar essa história das Constituições brasileiras, as referências ao direito social da propriedade e também os vários direitos que vêm sendo incorporados ao longo do tempo! Assim como fez o Dr. Ministro Herman Benjamin, que é o conhecido meu de longa data e que respeito demais, que também fez uma exposição completando tudo, aproveitando grande parte do que a Ministra apresentou preliminarmente, e que nos enriqueceu bastante com seu conhecimento, que é muito vasto.

Quero agradecer também a honrosa indicação do nosso Presidente Jaques Wagner para eu dirigir esse painel.

Ao mesmo tempo, agora neste momento, eu já chamo a brilhante, conhecida e mais popular entre os Senadores deste Senado, a nossa querida Leila Barros, para dirigir o próximo painel.

Muito obrigado.

Está encerrada esta etapa. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Bom dia a todas e a todos que prestigiam este importante acontecimento, qual seja, este nosso 2º Colóquio Brasil-Alemanha.

Cumprimento o Presidente desta Comissão, o nosso querido Senador Jaques Wagner, já agradecendo a ele a indicação do meu nome para conduzir este segundo painel; e também o nosso querido Ministro, superprestigiado na Casa, Herman Benjamin. Muito prazer! Acho que é a primeira vez que nós estamos tendo essa oportunidade nestes anos da minha legislatura, do meu trabalho aqui dentro do Senado. Neste momento eu agradeço também a indicação de V. Exa. para prestigiar este painel.

Este painel é sobre gerações futuras e conservação das florestas, que são temas fundamentais para o futuro do nosso planeta.

Eu saúdo as Sras. e os Srs. Senadores, assim como os ilustres convidados: a Dra. Brenda Brito, que é pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com sede no belo Estado do Pará; como também o integrante do Parlamento alemão e ativista nas questões que envolvem o meio ambiente, hoje atuando na Agência de Cooperação Internacional, Dr. Christian Ruck.

No final de fevereiro, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU voltou a fazer dramáticas advertências sobre as consequências das mudanças climáticas. O planeta corre riscos, e eles estão cada vez mais se agravando. Ecossistemas e bilhões de pessoas já estão sendo atingidos por essas mudanças. Se medidas urgentes não forem adotadas, os danos todos nós sabemos que serão catastróficos. O tempo corre rapidamente, e ele está contra nós. Já se extrapolou esse tempo, e ele realmente está contra nós.

No Brasil, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, que integra o Observatório do Clima, as atividades do uso do solo representaram, em 2020, mais de 73% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Essas atividades incluem o desmatamento, as queimadas e o setor agropecuário. A situação tem se agravado nos últimos anos com a colaboração do Governo Federal, que mantém um discurso e adota medidas contrárias à preservação, como o desmonte do aparato de fiscalização, de que nós falamos constantemente não só no Plenário, mas nesta Comissão, Sr. Presidente.

É fundamental que esse debate seja travado aqui, no Senado Federal, pois o Congresso Nacional em breve terá de se posicionar sobre diversos temas, diversas proposições que poderão dificultar ainda mais a luta de quem trabalha a favor da preservação ambiental. É o caso do PL 510, de 2021, que facilita que terras públicas desmatadas de modo ilegal se tornem propriedade de quem as está utilizando, ou do PL 2.159, que flexibiliza as normas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento ambiental. Da mesma forma, cito o PL 490, de 2007, que dificulda a demarcação, e o PL 191, de 2020, que regulariza a mineração em terras indígenas. No meu ponto de vista, esses projetos não podem ser aprovados nesta Casa – nós precisamos de um debate realmente firme, posicionado, e espero que os Senadores e suas assessorias estejam focados neste evento, porque vai trazer para nós muitos esclarecimentos –, menos ainda neste momento que a gente sabe que é tão crítico para o meio ambiente e para a humanidade, visto que podem provocar grandes danos caso sejam aprovados aqui nesta Casa, Sr. Presidente. Então, eu acho que vale um alerta sobre esses PLs – eu, particularmente, tenho acompanhado e a CMA, sob o seu comando, também tem acompanhado –, que nos preocupam.

Basta lembrar que, no dia 10 de março, o Inpe divulgou que quase 200 km² da Amazônia Legal estiveram sob alerta de desmatamento em fevereiro deste ano; é o maior indicador para o mês desde 2016 e representa um aumento, em relação a 2021, de 61%. Vejam bem: nós estamos em 2022, e, em relação a 2021, já aumentou 61% para o mês. Então, realmente é muito preocupante.

Eu tenho certeza de que, com suas intervenções, a Sra. Brenda Brito e o Sr. Christian Ruck oferecerão importantes contribuições para que possamos caminhar na direção de garantir um futuro viável para as novas gerações.

Então, sejam muito bem-vindos a este encontro.

Eu vou passar a palavra inicialmente à Sra. Brenda Brito, que é advogada do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Seja bem-vinda, doutora.

A SRA. BRENDA BRITO DO CARMO (Para expor.) – Obrigada.

Eu gostaria aqui de cumprimentar inicialmente a Senadora Leila, que está presidindo esta mesa. Cumprimento também o Sr. Christian Ruck, que dividirá esta mesa comigo. Quero também saudar o Presidente desta Comissão, o Senador Jaques Wagner, e o Senador Confúcio, que passou por aqui na mesa anterior. Saúdo também todos os representantes da Embaixada alemã, na figura do Embaixador Heiko Thoms. Um agradecimento especial ao Ministro Herman Benjamin, que me convidou para estar aqui neste painel de hoje. E saúdo todos os outros palestrantes que ainda vão nos brindar aqui ao longo do dia com suas falas.

Eu sou pesquisadora associada do Imazon, que é um instituto de pesquisa não governamental sediado em Belém, fundado há quase 32 anos, agora, em julho, e que tem como missão promover a conservação e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o tema da minha fala neste painel – já foi até citado aqui anteriormente por algumas falas – é justamente a contínua flexibilização das leis brasileiras para favorecer a privatização e o desmatamento das florestas públicas na Amazônia. Esse é um tema extremamente relevante, considerando não apenas a importância da Floresta Amazônica, como já foi citado aqui no painel anterior, seja como serviços ambientais, seja por todos os serviços que ela proporciona aos brasileiros, seja pela importância da floresta para a manutenção do nosso ciclo hidrológico, do ciclo de chuvas, que beneficia, inclusive, a nossa produção agropecuária no Brasil, e seja também para o cumprimento dos nossos compromissos climáticos internacionais que dependem, em grande medida, da redução do desmatamento na Amazônia.

Também é relevante falar desse tema porque, como já foi mencionado aqui, há dois projetos de lei tramitando no Senado, inclusive aqui nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura, que pretendem, mais uma vez, flexibilizar a legislação brasileira, trazendo graves riscos na questão fundiária para a manutenção da Floresta Amazônica, como eu vou comentar mais à frente.

Sabemos que o Brasil possui a maior área de floresta tropical do mundo e também sabemos que, infelizmente, na última década, o Brasil liderou o *ranking* dos países que mais desmataram, e a maioria desses desmatamentos está acontecendo justamente na Amazônia, que, nos últimos 30 anos, já perdeu quase 20% da sua cobertura florestal.

Agora, nós também sabemos, como foi muito bem lembrado pelo Embaixador Heiko, no início da abertura deste evento, que o Brasil pode diminuir o desmatamento, e nós sabemos fazer isso porque nós fizemos isso, de forma exemplar, quando, entre 2004 e 2012, a taxa anual de desmatamento reduziu em mais de 80% com um conjunto de inovações, de políticas públicas que foram direcionadas para atacar justamente as causas do desmatamento, inovações jurídicas também que fortaleceram ainda mais o nosso arcabouço legislativo ambiental.

Mas, infelizmente, a partir de 2013, essa queda começa a se reverter, a gente começa a ver o aumento do desmatamento ocorrendo novamente e, desde 2019, a gente acaba entrando num outro patamar porque a gente ultrapassa, pela primeira vez em uma década, mais de 10 mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia; no ano passado, a gente já teve uma taxa acima de 13 mil quilômetros quadrados. E, infelizmente, eu devo dizer que a gente avaliou, estimou, no Imazon, que este ano a gente deve ultrapassar uma taxa de 15 mil quilômetros quadrados. Nós temos um projeto chamado PrevisIA, no Imazon, que faz estimativas do desmatamento neste ano vigente com base em inteligência artificial. E, para este ano, a gente está estimando, infelizmente, uma taxa acima de 15 mil quilômetros quadrados. Com isso, eu queria dizer que nós estamos num cenário de absoluto descontrole do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento na Amazônia neste momento e sem ainda sinais evidentes de que vamos reverter no curto prazo essa tendência.

A gente sabe também que 40% do desmatamento que ocorreu desde 2013, quando a gente começa a ver aquele aumento de desmatamento, entre 2013 e 2021, está acontecendo em terras públicas que a gente identifica como áreas públicas ainda não destinadas. Essas são áreas que pertencem ou ao Governo Federal ou aos Governos estaduais da Amazônia, mas que ainda não tiveram uma destinação específica, ou seja, elas não são ainda áreas de conservação, elas não são terras indígenas demarcadas, elas não são áreas que foram alocadas, por exemplo, para concessão florestal, para manejo florestal, que é um uso importante. Então, elas são áreas que estão ali aguardando alguma definição sobre qual vai ser esse uso. Infelizmente, essas áreas estão sendo continuamente ocupadas e desmatadas justamente como indicio de forçar a privatização desse território. A gente estima, no Imazon, que 29% da Amazônia seria equivalente a essas áreas públicas não destinadas e estão, como eu falei, concentrando 40% desse desmatamento.

Então, essa questão da contínua invasão e desmatamento, infelizmente, é um padrão histórico no Brasil, como foi também mencionado em algumas falas anteriores, que está relacionado à forma de obtenção de propriedade privada no país. Então, infelizmente, a gente consegue identificar um ciclo que começa com a ocupação de uma área pública seguida do seu desmatamento, porque acaba sendo o desmatamento que vai sinalizar que aquela área está sendo ocupada por alguém, e, na sequência, esses invasores vão então requerer um título de terra para os órgãos do Governo Federal, estadual. Muitas vezes acabam inscrevendo, cadastrando essas ocupações em cadastros públicos autodeclaratórios, como é o caso do Cadastro Ambiental Rural, que é um cadastro obrigatório para os imóveis rurais no Brasil, mas que, infelizmente, não tem sido analisado e verificado para saber a validade dessas informações. Então, ele acaba sendo um mecanismo de criar uma espécie de indicio e prova documental de alguma ocupação.

E, na sequência, o que a gente vê nesse ciclo que a gente identifica como ciclo de ocupação e desmatamento é justamente o fato de que, se a lei em vigor não permite que essas ocupações sejam regularizadas, sejam tituladas, sejam privatizadas, a gente observa uma pressão sobre o Executivo e o Legislativo para que a legislação seja modificada para favorecer justamente aqueles que estão ocupando essas terras públicas. E, se a lei é modificada para atender esses interesses, o que a gente tem, então, é o início de um novo ciclo porque: se eu acabei de mudar uma lei para favorecer quem está ocupando área recentemente, por que é que eu não posso mudar uma lei depois para favorecer as ocupações que vão continuar ocorrendo? E é nisso que a gente acaba ficando preso, nesse eterno *looping* aí desse ciclo que a gente chama de um ciclo de grilagem e desmatamento – porque "grilagem" é um termo que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utiliza aqui no Brasil justamente para identificar práticas relacionadas a roubos de terras públicas, ou seja, quando eu pratico um ato ilícito, um ato ilegal, visando obter uma propriedade de uma terra pública. Esse ato ilícito pode ser, por exemplo, um desmatamento de florestas públicas, que é um crime previsto na nossa Lei de Crimes Ambientais.

Então, se eu estou praticando desmatamento visando formar uma prova para depois obter uma propriedade pública, eu particularmente enquadro todo esse ato como um ato de grilagem de terras. E o que a gente observa é que, quando a gente analisa a legislação brasileira nos últimos 15 anos, a gente consegue identificar sucessivas alterações que já foram feitas justamente para atender essas demandas de legalização de áreas invadidas.

E aqui fazendo um parêntese, até ecoando aqui o que já foi dito pelo próprio Senador Jaques Wagner, de fato existe uma demanda e um passivo, digamos assim, que precisa ser atendido de pessoas que foram estimuladas pelos governos da ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980, que foram estimuladas para ir à Amazônia sob a promessa de que receberiam um título de terra. E nós sabemos que muitas dessas famílias não receberam até hoje esses títulos de terra, mesmo que em alguns casos tenham, de fato, cumprido a legislação. No entanto, a gente já possui um arcabouço jurídico que reconhece essas ocupações, não é?

Então, a gente tem, desde 2009, uma legislação, a Lei 11.952, que justamente atende à demanda dessa titulação de terras públicas que foram ocupadas já há décadas, inclusive trazendo muitas facilidades nesse processo. A legislação permite, por exemplo, a doação de terras de pequenos imóveis de até 100ha, ou seja, pequenos agricultores não precisam pagar por essa terra. Essa lei também prevê a cobrança de valores muito abaixo do mercado para titulação de terras de médios e grandes imóveis. E também a legislação inicial, aquela lá de 2009, já acomodava ocupações que ocorreram após o período da ditadura militar, porque ela permitia, no seu texto original, regularizar áreas ocupadas até 2004. Então, eu acho que isso aqui – porque eu vou falar um pouco dessas datas – é só para deixar marcado que a gente primeiro tem esse marco, digamos, temporal aí de ocupações até 2004 podendo ser regularizadas. Isso por um lado, digamos, atenderia essa demanda mais histórica dessas ocupações.

E, por outro lado, a gente tem, desde 2006, uma lei extremamente importante que é a Lei de Gestão de Florestas Públicas, a Lei 11.284, que estabelece o que pode ser feito com florestas públicas. Elas podem ser destinadas para conservação, elas podem ser destinadas para concessões florestais e elas devem ser destinadas para atender demandas territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Gestão de Florestas Públicas não prevê a possibilidade de privatizar florestas públicas, e esse foi o intuito dessa legislação, no sentido de justamente blindar as nossas florestas públicas desse constante ciclo de ocupação e desmatamento.

Então, até, digamos aí, 2009, a gente tinha o arcabouço jurídico que minimamente se coordenava para dizer que, bem, o que foi ocupado no passado pode ser regularizado, atendidos os requisitos, e, daqui para a frente, a partir de 2006, florestas públicas não vão ser alvo desse ciclo de grilagem e desmatamento.

No entanto, em 2017, foi aprovada uma modificação na Lei 11.952 que, na minha opinião, cria uma grande contradição jurídica, porque o que aconteceu em 2017 é que essa modificação permite agora que áreas que foram ocupadas e desmatadas até 2011 possam ser reconhecidas como privadas. Então, agora a gente tem, na minha visão, uma contradição, porque, por um lado, a gente tem a Lei de Gestão de Florestas Públicas dizendo que, de 2006 para a frente, eu não vou mais privatizar áreas de florestas públicas, mesmo que desmatadas, mas agora, em 2017, há uma nova lei que fala que não, se a área foi ocupada até 2011, eu vou poder regularizar.

Então, a gente acaba tendo esse conflito justamente dessas ocupações que ocorreram entre 2005 e 2011, que agora poderiam, digamos assim, ser atendidas com esse novo marco da regularização fundiária. Na minha visão, essa alteração que ocorreu na legislação fundiária em 2017 viola um dos princípios que foi mencionado aqui pela Ministra Cármen Lúcia, que é o princípio da vedação do retrocesso ambiental, porque, se eu tinha uma tutela jurídica para as nossas florestas públicas dizendo que elas não poderiam ser privatizadas e agora eu estou aprovando uma lei fundiária que diz que parte delas vai poder ser privatizada, a gente tem um conflito, e é evidente que a gente tem um retrocesso ambiental nessa legislação.

Além disso, eu coordenei um estudo no Imazon em que a gente estima o que acontecerá se uma parte dessas áreas não destinadas for indicada como área para privatização. Então, a gente fez um estudo em cima de 19 milhões de hectares na Amazônia que seriam áreas não destinadas e a gente avalia que, se essas áreas forem efetivamente privatizadas, apenas nessas áreas, a gente tem um potencial de ter um desmatamento adicional até 2027 de até 16 mil quilômetros quadrados, fora o desmatamento que pode acontecer nas outras regiões.

Por isso, realmente a gente entende que essa lei de 2017 trouxe um retrocesso na nossa legislação. E há três ações no Supremo Tribunal Federal contestando essa mudança de lei em 2017, mas até o momento não há ainda previsão do seu julgamento. Eu considero que o julgamento dessas ações – são três ações – que eventualmente determine a inconstitucionalidade dessa lei de 2017 seria, de fato, importante para que a gente tenha um alinhamento novamente entre a legislação ambiental e a legislação fundiária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui também entendo que seria muito importante esse julgamento, até mesmo para, digamos, uma avaliação jurídica que possa sinalizar o que pode ser feito em relação a esses projetos de lei que estão tramitando hoje em dia aqui no Senado, como até mesmo ao que a Senadora Leila se referiu, que é o Projeto de Lei 510, de 2021, e também o Projeto de Lei 2.633, que foi aprovado na Câmara e aguarda aqui no Senado. Ambos visam fazer novas alterações na Lei de Regularização Fundiária. Então, aquela mesma lei de 2009, que foi modificada em 2017, agora tem mais uma tentativa de modificação.

Nós já publicamos pelo Imazon avaliações detalhadas desses projetos. Participei de algumas audiências também aqui no Senado, mostrando que as justificativas para esses projetos não procedem. Inclusive, até foi mencionado aqui pelo Senador Jaques Wagner que uma das justificativas que se coloca muitas vezes é dizer: "Não, precisa emitir um título para punir o desmatamento", e a gente sempre reforça que isso não faz o menor sentido, seja porque hoje em dia a gente já consegue saber nome e CPF de 69% das áreas que estão sendo desmatadas na Amazônia, porque elas estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural – então, se quiserem, os órgãos ambientais podem punir a maior parte desses desmatadores ilegais –, seja porque não existe a obrigação de que alguém só pode ser punido se for dono do imóvel. Se ele está praticando o desmatamento, ele pode ser enquadrado. Inclusive, conforme eu mencionei, desmatar floresta pública é um crime previsto na nossa legislação.

Então, de forma muito resumida, a gente vê que esses dois projetos, se aprovados, acabarão criando brechas que vão permitir que áreas que venham a ser ocupadas até mesmo no futuro possam ser legalizadas. Existe uma brecha escondidinha no texto não tão evidente, mas que a gente consegue identificar que poderia permitir que áreas ocupadas após o marco temporal definido em lei pudessem vir a ser legalizadas por meio de licitação. E a gente entende que isso é uma ameaça direta às florestas públicas, porque, se elas continuarem sendo ocupadas, eventualmente poderão ser colocadas à venda num processo licitatório.

A gente tem também um risco de que a alteração desses projetos pode facilitar a legalização de áreas em conflitos agrários, porque dispensariam para uma área maior de imóveis a obrigação de vistoria prévia nesses imóveis, e a gente entende que a vistoria é um fato importante, principalmente no caso dos médios e grandes imóveis, para identificar se realmente essas áreas não estão sob conflito ou se são áreas que, de fato, são ocupadas por aqueles que estão pedindo títulos ou se são casos, como mencionou aqui também o Senador, de laranjas que estão ali com seu nome escrito no documento e que, de fato, não são aqueles que estão ocupando essas áreas. E a gente também entende que algumas salvaguardas socioambientais são enfraquecidas nesses dois projetos de lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um grande movimento de oposição à aprovação desses projetos de lei e não só a esses, mas a outros projetos que foram mencionados aqui e que a gente identifica, no Observatório do Clima, que é essa rede de instituições, como "pacote da destruição", porque, de fato, eles vão enfraquecer fortemente as nossas salvaguardas socioambientais, afetando diretamente a conservação das nossas florestas. E aí a gente inclui esses dois projetos de lei fundiários, o Projeto de Lei 191, que ainda está na Câmara e que a gente espera que não avance, porque realmente traz vários retrocessos, com a possibilidade de legalizar garimpos em terras indígenas, que têm crescido fortemente na última década e trazido muitos riscos para as populações indígenas.

Então, a gente entende ser fundamental, se a gente como país reduzir desmatamento e cumprir nossas metas climáticas, que as políticas e legislações nacionais estejam alinhadas com esse objetivo de redução de desmatamento, ao invés de incentivarem essas práticas que podem levar a mais perda da cobertura vegetal.

Para isso, eu entendo que o primeiro passo que nós, como país, precisamos fazer é, de fato, alinhar a nossa política fundiária com a redução do desmatamento da Amazônia e impedir que a gente tenha continuidade de legalização de desmatamento e privatização das áreas públicas desmatadas.

Um segundo passo seria instituir processos transparentes, com participação e com consulta pública, para definir qual vai ser a destinação dessas áreas públicas ainda não destinadas.

E um terceiro passo é priorizar a destinação dessas áreas para reconhecimento de demandas territoriais de populações indígenas e populações tradicionais; alocar recursos aos órgãos fundiários para que eles possam, de fato, atender a essa demanda mais antiga de titulação de terras e possam fazer justiça a essas famílias que aguardam, mas sem, justamente, fazer esse avanço sobre áreas de florestas públicas.

Então, a gente tem, na Imazon, vários estudos que indicam quais são as prioridades de investimento para os órgãos fundiários que incluem melhoria de procedimentos, aumento de transparência, digitalização e organização de processos, adoção de sistemas informatizados. Inclusive até queria ressaltar que o próprio Governo alemão, por meio da GIZ tem um trabalho de pelo menos uma década junto ao Governo brasileiro justamente nessa área de aperfeiçoamento de processos para regularização fundiária, e há muitas lições aprendidas ao longo dos últimos anos.

E, finalmente, dizer que, para a gente alinhar esses objetivos de redução do desmatamento no Brasil, a gente precisa, de fato, rejeitar esses projetos de lei que estão hoje





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em dia no Congresso Nacional e que não trazem nenhum benefício do ponto de vista de conservação florestal, assim como outros PLs que a gente já mencionou aqui também e que fazem parte desse "pacote da destruição".

Bem, então eu acho que é essa a minha contribuição para hoje. Fico aqui à disposição para responder a perguntas e comentários.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agradeço a sua participação e sua fala. Vamos aguardar, Dra. Brenda.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Christian Ruck, que é ex-membro do Parlamento alemão e que nos honra aqui com a sua visita e sua explanação.

Seja muito bem-vindo!

O SR. CHRISTIAN RUCK (Para expor. *Tradução livre.*) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Minhas Sras. Senadoras e meus Srs. Senadores, meus queridos colegas do Parlamento europeu, queridos Embaixadores e Juizes Federais, caros senhores e caras senhoras, eu estou muito feliz e agradecido pela oportunidade de estar nessa conferência com os senhores e também pelos últimos dias em visita primeiramente à Mata Atlântica e depois aqui a Brasília, além também da ajuda do Juiz Benjamin, a quem estou muito grato, por ele...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – *Excuse-me, one minute.*

Só um minuto. O canal era para ser o 5, mas nós estamos com um problema na tradução. Eu peço desculpas aos que estão nos assistindo. A nossa equipe está resolvendo aqui, um minutinho. (*Pausa.*)

O SR. CHRISTIAN RUCK (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Agora nós vamos tentar, espero que todo mundo esteja me ouvindo agora. Estou falando lentamente para nós podermos fazer a interpretação.

Após cumprimentar a todos, eu gostaria de confirmar mais uma vez que, de fato, o mundo está olhando para o Brasil com muita atenção, mas, nos últimos dias, e também aqui na minha visita ao Brasil, eu encontrei muitas pessoas, muitos brasileiros que me deram muita esperança de que as decisões que precisam ser tomadas aqui no Brasil vão sair na direção correta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me propus a falar sobre um tema que está um pouco longe do Brasil: vou falar sobre a política florestal alemã e por isso eu vou falar sobre a floresta, sobre bem público internacional, mas primeiramente é sobre a Alemanha. Na Idade Média, dois terços da Alemanha eram cobertos por um tipo de floresta, a floresta nórdica, uma floresta diferente da que há no Brasil. O território da Alemanha era coberto em dois terços por ela. Com o crescimento do desenvolvimento econômico, também o desmatamento na Alemanha cresceu maciçamente para a produção de alimentos, e, com isso, a cobertura vegetal reduziu-se em 50%.

A necessidade de madeira, por um lado, e a falta de oferta por outro, tornaram a madeira e as florestas um bem escasso, e a consequência disso foi que o acesso a esses bens por proprietários privados e públicos estava sendo cada vez mais restrito.

Com base nisso, algumas centenas de anos atrás, gerou-se o princípio da sustentabilidade na silvicultura alemã. Isso significa que só pode ser utilizado na mesma quantidade em que a floresta cresce, porque, assim, as futuras gerações, no futuro, vão ter o mesmo nível de abastecimento de madeira. Isso significa... O tempo de crescimento de uma floresta alemã é de cem anos; então, a perspectiva na plantação de uma árvore é de cem anos. O uso ocorre com base em inventários regulares nas florestas, para evitar um excesso.

Ao mesmo tempo, na Alemanha, foi gerada, nesse princípio, uma administração das florestas para todos os proprietários: proprietários públicos, particulares, para todas as florestas estatais também.

Nos séculos XX e XXI, na silvicultura alemã, foi gerado o princípio da multifuncionalidade. Isso significa que florestas, com seus bens produzidos, como a madeira, são um fator econômico importante, mas, ao mesmo tempo, é um fator importante para a estabilidade ecológica, a biodiversidade e também um local de lazer para a população.

Com isso, também se tornou um bem público, também no caso das florestas que estão em propriedade particular. Bem público é definido a partir da existência de efeitos além do privado. Essa também é a ideia principal na legislação alemã, com base no princípio da lei fundamental, como nós já ouvimos também na discussão sobre a Constituição brasileira, que significa que a propriedade também está obrigada com o bem de todos, o bem comum, ou seja, é importante que a floresta cumpra as três funções: economia, ecologia e também a opção de lazer para o ser humano.

Isso significa também que os proprietários das florestas, por lei, são obrigados a manter a floresta saudável, também proteger as florestas vizinhas de danos e, no caso de uso, garantir o rejuvenescimento e a replantação. Isso também se aplica no caso de calamidades naturais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como, por exemplo, queimadas, sendo que os proprietários públicos estão sujeitos a um regime mais rígido do que os proprietários particulares.

Nos últimos anos houve também um peso crescente na política florestal em relação à proteção da natureza e biodiversidade, por exemplo, com a instituição de parques naturais e reservas de proteção. Em 1970 nós tínhamos um parque de reserva nacional, hoje nós já temos 16, sendo que nós tivemos nesse meio tempo, obviamente, a reunificação e um pouco mais de espaço também.

Com base na nossa estrutura federal, a legislação florestal está regulamentada em uma lei florestal de 1975, e as leis florestais dos estados, com as suas medidas, sendo que as leis estaduais só podem tornar a lei federal mais rígida.

A administração de propriedades privadas ocorre de acordo com o princípio de subsidiariedade alemão, estão sujeitas a uma hierarquia dos ministérios federais, ministérios estaduais e municipais e as autoridades... Essas autoridades florestais precisam ser consultadas no caso da instituição de medidas de infraestrutura, como estradas. Elas representam a opinião pública, precisam ser ouvidas em todos os processos e, em muitos casos, também têm direito de veto, especialmente quando se trata de florestas importantes para a proteção contra a erosão e de florestas importantes para a bacia hidrográfica.

Na área da proteção ambiental cada vez mais devem ser observadas legislações da União Europeia, proteção de pássaros, e isso fez com que a República Federal da Alemanha já tenha sido acionada várias vezes por nossos colegas da União Europeia porque nós não fomos suficientemente rápidos na harmonização da lei. Nós, com nosso sistema federal... Por exemplo, a proteção ambiental muitas vezes é questão dos estados, então na Alemanha demora muito tempo para fazer toda essa harmonização legal entre todos os estados.

Mas, em suma, podemos dizer que a política na Alemanha cuida das florestas alemãs em sua legislação junto com a maior parte da população, garantindo o abastecimento de madeira, mas, ao mesmo tempo, a proteção ambiental e o lazer do ser humano, especialmente considerando as futuras gerações. Essa política deve ser implementada e fiscalizada por uma administração.

É claro que nós também temos problemas, e um dos problemas que nós estamos vendo no horizonte é a mudança climática. Em partes da Alemanha, nós já não temos água suficiente para nosso tipo de floresta. Por isso, nós também já temos a discussão se nós devemos incluir plantas estranhas, por exemplo, plantas dos Estados Unidos, que são mais robustas, dentro da nossa biodiversidade. É uma questão bastante polêmica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um lado da política florestal, mas temos também um segundo aspecto que é muito importante da política florestal, que é a política em relação a outros países nas questões diplomáticas e na cooperação de desenvolvimento. Nos últimos 40 anos, a política florestal alemã se engajou cada vez numa visão internacional. E aqui nós nos tornamos um dos maiores doadores bilaterais para programas de proteção de florestas tropicais. Um dos maiores picos dessa política foi a Conferência no Rio de Janeiro em 1992. Naquela época, eu era um Parlamentar muito jovem, e nós estávamos muito animados com os resultados no Brasil. E talvez todos conheçam aqui a promessa do Governo Federal da Alemanha, do Parlamento alemão desde 2013 de que 0,5 bilhão de euros por ano será investido na biodiversidade em outros países. E um dos mais importantes parceiros é o Brasil com a Mata Atlântica, a Amazônia...

E, mesmo que eu já tenha passado muito tempo na África e seja mais especialista na África que na América Latina, eu visitei quatro vezes a Mata Atlântica e uma vez a Amazônia. E me impressionaram muito a profissionalidade dos nossos parceiros brasileiros e a profissionalidade também dos juízes e dos ministérios públicos. Isso foi algo que raramente eu vi fora da Alemanha, em outros países.

É claro que existe uma grande diferença entre uma floresta alemã e uma floresta tropical. Temos 40 tipos de árvores, não por hectare, mas por país. Na Alemanha, nós temos 40 tipos de árvores diferentes. O que vocês têm no Brasil? São 4 mil, 6 mil, sei lá... É uma diversidade enorme. Não se pode comparar a situação da Alemanha. Nós temos muito orgulho das nossas árvores, mas não é a mesma coisa. A floresta alemã é importante, mas ela não é essencial para o clima mundial. No entanto, as florestas tropicais – essas, sim – são essenciais para o clima global, regional também, mas são decisivas... Eu acho que esta é a diferença entre Brasil e Alemanha: as suas florestas são decisivas, as nossas são importantes regionalmente. Por isso nós temos também esse engajamento, que é apoiado por uma grande parte da população, e, claro, nós olhamos com muito foco o que acontece na América Latina e no Brasil.

Eu gostaria também de fazer uma pequena excursão sobre o que eu estou fazendo aqui também em nome do Governo alemão. Eu tenho responsabilidade pela parceria da Bacia do Congo. Nós somos Presidente da iniciativa de florestas africanas e aqui nós estamos organizando a cooperação bilateral internacional.

Claro que a Bacia do Congo, politicamente, em muitos aspectos, não pode ser comparada ao Brasil, mas claro que existem também ideias sobre soluções conjuntas e sobre problemas que nos são comuns. A Bacia do Congo é o segundo maior pulmão, ainda importador líquido de CO₂, ainda recebe CO₂. Claro que também é uma região que é decisiva para o clima na África. As precipitações na Etiópia dependem da floresta da Bacia do Congo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas relações interamericanas são muito importantes, mas também o significado global da Bacia do Congo.

A taxa de desmatamento da Bacia do Congo ainda é bem baixa, é a mais baixa de todos os 13 pulmões do mundo. Mesmo assim, nós podemos ver que a degradação e a destruição aumentam. A floresta ainda existe, mas não é a floresta que deveria ser. Então, aqui, nós temos também grilagem por pequenos agricultores, mas também há medidas agroindustriais, infraestrutura e também mineração.

O grande desafio agora é que, na Bacia do Congo, nós temos estabilidades políticas bem diferentes, guerras civis, guerras, e, em geral, nós temos administrações bastante fracas. Por esse motivo, um dos nossos objetivos é criar... Queremos evitar a exploração econômica e a desestabilização ecológica desse sistema. E como nós podemos evitar isso já foi citado aqui para o Brasil: é importante nós termos, para esse segundo maior pulmão, um desenvolvimento econômico que, ao mesmo tempo, aproveite a função da floresta em pé para a diversidade e a função do pulmão. Isso não é uma tarefa fácil, e as condições para a Bacia do Congo ainda não estão presentes. E aqui, por exemplo, nós temos as questões de propriedade e os direitos de propriedade, porque, ainda nos países da África Central, existem direitos tradicionais pré-colonização e o denominado direito moderno de propriedade. No entanto, esse direito tradicional é um direito que não conhece propriedade individual, e a floresta é sagrada; então, a ideia jurídica deles é muito diferente do que nós temos como modelo. Por outro lado, nós temos o direito nacional moderno, que tolera esses usos tradicionais, mas existe também... E, na África Central, não existe propriedade, a não ser a propriedade pública, ou seja, o governo dá concessões, mas não existe propriedade privada. Essa é a diferença. Essa construção de não propriedade em que esses direitos estão lado a lado também é uma base para a insegurança jurídica bastante grande. Enquanto existir insegurança jurídica, não há proteção e não há desenvolvimento, porque, para o desenvolvimento, eu preciso de um direito proprietário.

Claro que as estruturas administrativas enfraquecidas também fazem com a África Central não consiga proteger a propriedade estatal. Muitas áreas são degradadas, porque os governos não têm a facilidade de garantir a proteção. Isso vale também para reservas naturais ou florestais. É bastante sujeita à corrupção, e as grandes leis ambientais que também existem na África, muitas vezes, não são implementadas, são ignoradas. O uso de área existe somente no papel e não existe a possibilidade de implementar. Existe também um fenômeno na África Central, que é a enorme pobreza, muita situação precária, e a proteção ambiental e a proteção das florestas passam por um segundo plano.

Temos também a discussão dos direitos indígenas. Eu não quero me aprofundar nessa questão, mas essa é também uma questão em aberto ainda. A população indígena precisa ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protegida, especialmente também na Bacia do Congo, mas como fazer isso, como estabelecer as regras para proteger a população indígena não está claro ainda e não está combinado.

Para não me alongar muito no assunto, eu só gostaria de atentar para o nosso programa. Nós estamos trabalhando conjuntamente também para tornar a Bacia do Congo mais importante nessa abordagem política. Nós não queremos medidas unitárias, nós queremos uma abordagem política, nós queremos fazer tudo para que os governos não só tenham a vontade, mas tenham também a possibilidade e a faculdade de implementar as suas leis. Que a insegurança jurídica seja resolvida a médio e longo prazo! Que o planejamento do uso fundiário seja feito a longo prazo! E que também, em tempos de insegurança, nós criemos os impulsos corretos para um desenvolvimento sustentável!

Eu vou dar um exemplo. Quando há fome nas cidades, quando nós temos a luta pela sobrevivência, não posso oferecer uma política florestal ou uma política de uso, como na Alemanha, para cem anos; as pessoas precisam de ajuda agora. E, para manter a função da floresta, eu preciso de projetos que devem ser elaborados de forma multifuncional, que, de um lado, garantam o funcionamento como um pulmão a longo prazo, mas que, por outro lado, providenciem alimentação rapidamente para a população.

É esse o objetivo que nós temos na Bacia do Congo. Nós queremos certificar a utilização, nós queremos certificar madeira, mineração e também as indústrias agrícolas. Isso, claro, exige uma equipe profissional de juristas. Também isso exige – e esta discussão nós vamos ter ainda hoje – que se tentem cadeias de fornecimento livres de desmatamento até o último consumidor. Isso é o que nós fazemos também. Por isso nós cuidamos também... Discutimos também com a República Federal da China e com o Vietnã. Eles têm uma nova legislação agrária e uma legislação florestal que proíbe a importação de madeira ilegal. Então, nós estamos tentando uma cooperação tripartite: Alemanha, na Europa, África Central e China. Isso é importante, porque a China domina realmente o comércio de madeira. Isso é importante também, porque nós temos a nova lei de cadeia de fornecimento sem desmatamento na Europa.

Por fim, eu gostaria de fazer um pequeno resumo. Eu acredito que os pulmões verdes do mundo e também a Bacia do Congo só podem ser mantidos em funcionamento se nós fizermos uma negociação justa, um *fair deal*. E uma negociação sempre tem duas partes, nunca é um caminho de via única. Nós iniciamos, a partir da nossa plataforma de múltiplos interessados, uma parceria com a Organização das Nações Unidas categoria 2. Nós temos as ONGs, o setor privado e a academia, não só os governos, mas nós iniciamos uma declaração que foi assinada por todos os países da Bacia do Congo e que abrange uma grande proposta para a melhora dos governos na Bacia do Congo. E, por outro lado, há a expectativa de que o Congo, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Floresta do Congo e os países recebam um percentual justo aos recursos climáticos. Esses recursos podem ser utilizados como base para o desenvolvimento nos seus países.

Isso é o que nós fazemos no âmbito da nossa parceria, o que nós chamamos de *deal* e que, na Inglaterra e em Glasgow, foi assumido, mas isso pode ser também uma solução para os pulmões do mundo, no mundo inteiro. Bom, mas isso é uma grande política a médio e longo prazos e, sobre isso, nós precisamos também incluir, por exemplo, o comércio de créditos de carbono. Para isso, nós precisamos considerar o Acordo de Paris e os acordos de Glasgow e temos que alterar também esses acordos para darem mais espaço a esse tipo de negociação. Temos muito o que fazer, mas eu acredito que isso possa ser algo que traga a todos nós um pouquinho de luz no final do túnel.

Muito obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos a sua presença, Dr. Christian Ruck, pela fala, pelos esclarecimentos.

Eu acho que um dos maiores desafios que nós temos aqui no nosso país é a questão da insegurança jurídica, a tentativa, ano após ano, desse desmonte das políticas ambientais do nosso país, que vem se agravando durante esses últimos anos, e essa preocupação que nós temos também com a fiscalização, que a gente vê que é um compromisso do povo alemão, o político e a política alemã, com a preservação e a consciência das questões ambientais no mundo e que envolve diretamente não só a Alemanha, não só o Brasil, como o senhor falou das diferenças das florestas, mas o mundo inteiro. E isso tem de certa forma atingido a população mundial.

Eu tenho algumas perguntas aqui e vou aproveitar a presença da Brenda, que nos brindou aqui também com alguns esclarecimentos sobre as leis de 2009 e, principalmente, de 2017, que realmente fragilizaram muito a questão da nossa legislação.

Eu pergunto primeiramente para a Brenda, do João Gabriel, de Minas Gerais: "O uso de terras para produção de um produto e a reparação da área desmatada com a plantação de sementes são formas eficazes de preservação?". Seria apenas necessária a plantação de sementes?

Você pode responder, Brenda, porque, na sequência, eu vou perguntar para o Sr. Christian.

A SRA. BRENDA BRITO DO CARMO (Para expor.) – O.k.

Bem, eu estou entendendo que a pergunta do João Gabriel é talvez no tema de restauração de áreas degradadas, enfim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso. Isso.

A SRA. BRENDA BRITO DO CARMO – Bem, então, acho que depende muito do bioma onde a área foi desmatada, depende do tipo de uso que foi feito dessa área que foi desmatada. Na Amazônia, por exemplo, há experiências em que simplesmente retirando fatores de uso intensivo você já começa a ter a floresta se regenerando sem um tipo de intervenção mais específica. E, em alguns casos, como o da Mata Atlântica, de fato você vai precisar ter um uso mais intensivo ali de plantio, de enriquecimento. Então, eu acho que depende muito.

Um ponto que é importante a gente também lembrar – foi até um levantamento recente que o Imazon fez – é que, se a gente olhar as áreas que foram desmatadas na Amazônia, a gente já teria uma área do tamanho da Irlanda de florestas que já rebrotaram. São as florestas secundárias, como a gente chama. Isso o que significa? Que são áreas que foram desmatadas e que foram abandonadas, muito provavelmente porque não foi um desmatamento para uso produtivo. Era um desmatamento ali para grilagem, para dizer que era dono, e aquelas áreas foram abandonadas. Então, a gente já tem esse mapeamento das áreas que estão sendo recuperadas, digamos assim, mesmo sem uma intervenção humana.

E aí a gente acende um outro alerta, que é o da necessidade de preservar não só as áreas que ainda não foram desmatadas, mas também aquelas que estão se regenerando. Muitas vezes são florestas que têm mais de sete anos de regeneração, e a gente acaba nem as incluindo quando a gente fala dessa discussão sobre conservação. A gente vai precisar de todas as florestas em pé, não só as primárias, mas aquelas também que já foram recuperadas. Esse é um ponto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Interessante aqui a pergunta do Jorge Murillo, do Rio de Janeiro, para você: "Desmatamento e queimadas promovidas pelo setor agropecuário [como foi citado aqui por outros expositores] são a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa. Como coibir [...] [isso]?" Ele pediu para fazer a pergunta a você.

A SRA. BRENDA BRITO DO CARMO – Bem, como eu falei na minha apresentação, como país a gente já sabe o que fazer para reduzir esse desmatamento: a gente precisa aplicar a legislação; a gente precisa parar de enfraquecer a legislação e aplicar a legislação; e precisa, obviamente, dar incentivo para a produção sustentável. A gente tem aí, desde 2004, o nosso plano de combate ao desmatamento na Amazônia, o PPCDAm, que infelizmente foi abandonado, mas que de fato traz vários dos eixos que são essenciais para que a gente consiga reduzir desmatamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive – a Ministra Cármen Lúcia estava aqui mais cedo –, a gente tem uma expectativa, porque agora no dia 30 o STF marcou o julgamento de sete ações judiciais ambientais, sendo que uma delas está justamente questionando essa questão da necessidade de retomar o PPCDAm, de retomar o funcionamento do Fundo Amazônia. Então, a gente também está nessa expectativa para ver se o Judiciário vai nos ajudar, digamos, a ter um pouco de esperança mais prática de implementar esses instrumentos, que são importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Christian Ruck, com relação... O senhor falou muito da relação política e da própria população alemã, da consciência da importância da preservação. Eu pergunto aqui – é uma pergunta muito interessante do Ryan Cunha, do Rio de Janeiro: como é que a Alemanha lida com a instrução das próximas gerações para a conservação desses recursos? Como é tratada essa questão do meio ambiente com os jovens alemães? De modo geral, como é essa educação ambiental no seu país?

O SR. CHRISTIAN RUCK (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A minha experiência é a seguinte: a educação ambiental com efeito tem a ver com as posições políticas diante do meio ambiente. Trata-se de um fenômeno paralelo: a política, a população e a educação ambiental.

A educação ambiental é uma matéria curricular em todas as escolas, inclusive nas universidades. Hoje, nós concentramos uma espécie de inflação positiva de cursos superiores especializados em educação ambiental. Então, a educação ambiental se tornou o tema preferido, inclusive no Estado da Baviera.

Então, eu posso dizer que os jovens, os adolescentes têm uma consciência ambiental completamente distinta da que nós tivemos quando jovens, mas isso começou nos anos 70 com a televisão, com o crescimento da mídia. É como um efeito pingue-pongue: quando a população deseja preservar o meio ambiente, os políticos também o desejam e assim por diante. Então, eu necessitei de muito tempo para chegar...

Eu vou falar dos projetos de desenvolvimento na África. Não faz sentido elaborar os mais interessantes, os mais bonitos programas de desenvolvimento na África quando a população local não os acompanha, razão pela qual os titulares da política do desenvolvimento devem cuidar já nas escolas para que a juventude seja educada, para que as pessoas sejam educadas, porque nós precisamos de medidas de efeito rápido e imediato e de medidas de efeito no médio prazo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente!

Presidente desta Comissão, Senador Jaques Wagner, deseja falar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Na verdade, quero parabenizar a Dra. Brenda e agradecer ao Sr. Christian pelas suas duas intervenções. Eu vou perguntar mais ao Sr. Christian, porque a Brenda a gente tem sempre aqui para discutir os nossos temas.

Eu tenho uma curiosidade: hoje, quando nós falamos de proteção ambiental, os que querem degradar sempre colocam, como eu já disse, uma dicotomia, um antagonismo entre geração de emprego, desenvolvimento e proteção ambiental.

O senhor, na sua fala, colocou que a Alemanha, que eu sei que é bem menor do que o Brasil: são trezentos e poucos mil quilômetros quadrados, tinha dois terços de área coberta, e hoje, pelo que eu entendi, possui um terço de área coberta. Quando vocês resolveram colocar um freio e começaram a fazer uma legislação no sentido de diminuir a velocidade de desmatamento, imagino que lá também houve a reação daqueles que achavam que sem desmatar não iriam conseguir continuar desenvolvendo. Eu queria um pouquinho, se... É óbvio que são povos e culturas diferentes, nem sempre o que é bom para um é bom para o outro, mas queria entender um pouco como é que foi esse processo. Como é que se conseguiu, eu diria, não esse consenso, mas essa maioria, na sociedade alemã e no Parlamento alemão, para que se entendesse que era preciso parar a velocidade de desmatamento?

O SR. CHRISTIAN RUCK (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A primeira fase desse desenvolvimento diz respeito aos danos econômicos causados pelo uso excessivo. Houve danos advindos de inundações, da erosão, mas houve também danos econômicos que se manifestaram na falta de madeira. Então, os guardas florestais alemães disseram: “Nós não podemos ganhar as nossas riquezas às expensas da geração futura. Nós temos que introduzir um princípio transgeracional”. E esse princípio surgiu na economia.

Depois, paulatinamente, verificou-se não apenas para os cientistas o quão importante a preservação das florestas é para o funcionamento da economia como um todo, até porque não se trata apenas de evitar danos que são muito caros para a sociedade. Surgiu também, adicionalmente, uma consciência ambiental, segundo a qual as pessoas sabem que nós precisamos da natureza como algo que nos dá prazer, algo que nos dá alegria. Claro, aqui já a economia nacional alemã já estava num estágio que não estava preocupada mais com a pobreza. Aqui tentou-se juntar a tecnologia moderna com o desejo dos nossos cidadãos em ter uma natureza aprazível.

Há exemplos clássicos que mostram que justamente medidas pró-ecológicas podem preocupar o desenvolvimento econômico. Eu vou citar o exemplo do meu estado, o Estado Livre da Baviera. Quando eu era menino, havia uma região paupérrima na Baviera. Ela era chamada de o reduto da pobreza na Alemanha, na fronteira com a Cortina de Ferro. Ali havia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma região de natureza intacta que foi transformada no primeiro parque nacional. Foi um *marketing* tópico e com medidas hábeis para favorecer o turismo naquela região e fez com que essa região ambiental fosse um catalisador com efeito muito além dessa região, e o efeito foi fenomenal. E agora o turismo ecológico dos alemães transformou-se numa espécie de sucesso que sustenta a si mesmo. O parque nacional já não é mais o fator mais importante, mas ele suscitou um processo que agora funciona por si, pelas próprias pernas. Existem muitos exemplos também em outros países que mostram como se pode combinar a proteção ambiental com a economia.

Esse é um aspecto. Outro aspecto é que a gente pode usar a natureza e os recursos naturais, mas com tecnologias não ofensivas, porque, no fim do dia, a destruição da natureza produzirá maiores danos econômicos, danos maiores do que os lucros obtidos. Então, nós apostamos também em medidas econômicas nos tópicos que favoreçam e garantam um crescimento sustentável da economia.

Foi uma resposta muito longa a uma pergunta muito breve, caro Senador, mas eu espero que tenha sido boa.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidenta, deixe-me só fazer mais uma pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor, o senhor não pede, o senhor manda! (*Risos.*)

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Não, eu queria fazer uma segunda pergunta ao nosso ex-Deputado da Alemanha.

Primeiro, uma curiosidade: nos 40 anos do Muro de Berlim houve diferenças, do ponto de vista do trato ambiental, do desmatamento, entre a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental?

E agora não mais uma pergunta, aproveitando o que o senhor falou do Congo. É que, no Brasil, nós temos um problema sério: quem chega em São Paulo, no Rio, em Brasília ou em qualquer capital ou na costa conhece um Brasil rico, mas, quando nós vamos ao interior de muitos estados e do país, nós temos uma desigualdade social e regional muito grande. Eu estou fazendo essa afirmação para reforçar o que eu disse na abertura. Evidentemente, ao se olhar para a África, se consegue entender que a situação institucional e econômica é muito mais fraca do que no Brasil, mas nas regiões de que nós estamos falando, da preservação da Floresta Amazônica e etc. – eu não vou dizer que são situações iguais porque quem tem aquela floresta tem um paraíso –, nós temos muita pobreza, muita pobreza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, é muito importante que os amigos da Europa, da Alemanha, que sabem da importância da Amazônia para o pulmão mundial, também pensem em fazer isso que o senhor mesmo falou que foi feito na Alemanha. É preciso ter programas de inclusão produtiva e de renda para que a gente possa estancar esse processo de desmatamento.

O SR. CHRISTIAN RUCK (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Essa região formada pelo Brasil, pela Colômbia e pelo Peru, nessa região limítrofe desses países, houve uma iniciativa... Mas eu gostaria de ser cauteloso antes de fazer recomendações com relação ao Brasil, porque durante muito tempo eu trabalhei em outros lugares.

Mas a pergunta é: como preservar os pulmões verdes do planeta? Isso não funciona apenas com proteção radical de tudo; muito pelo contrário, deve ser possível preservar a função pulmonar e, mesmo assim, oferecer uma perspectiva às pessoas, sobretudo quando se trata de habitantes pobres na região.

Na maior região da Bacia do Congo, na República Democrática do Congo, que é um continente tomado em si, considerada em sua perspectiva, a pobreza rural é um grande problema, porque ela acabar avançando cada vez mais floresta adentro. Nós temos algumas propostas bem concretas, que podem também ser interessantes para a Amazônia.

Um enfoque é o seguinte: tenta-se configurar a atividade econômica na floresta de tal modo que a função popular não seja prejudicada. Então, posso colocar minas para retirar recursos de baixo da terra na floresta, mas isso precisa ser feito com tecnologias adequadas. Eu também posso fazer agricultura na floresta, mas eu preciso usar outras tecnologias agrícolas.

E eu posso dizer também... Creio saber bastante bem onde no mundo... a naturalização... regiões em que isso pode dar certo para criar novos empregos. Isso pode ser feito no Brasil, pode ser feito na República Democrática do Congo, pode ser feito na Indonésia. São áreas imensas que podem ser utilizadas economicamente para promover também a ecologia.

Mas há uma outra razão, a razão que foi para nós importante nos engajarmos na Bacia do Congo. Como podemos combater a pobreza? Como nós podemos fazer com que possamos combater a pobreza com a proteção das florestas? Há basicamente duas possibilidades. Uma é a mais tradicional: eu posso criar muitos empregos, eu posso criar muitas possibilidades de melhoria da renda, mesmo na África, mesmo em regiões assoladas por guerras civis, mediante proteção ambiental, turismo e muitas outras atividades. Eu me doutorei sobre esse tema e poderia citar mil e um exemplos a respeito. No Brasil, isso promete muito porque o turismo doméstico pode ter uma dimensão muito maior do que em qualquer outro país que tenha um território menor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, eu preciso ver com toda a clareza... E agora eu estou falando sobre a Bacia do Congo: é muito importante que se financie o desenvolvimento, solicitando, cobrando remodelações da opinião pública mundial. Quer dizer, para um produto que é necessário para o mundo – a floresta, como um pulmão –, outras sociedades pagam por isso. O negócio aqui é o seguinte: a gente faz um negócio que seja bom para os dois lados, mas faz parte desse objetivo que os recursos monetários doados sejam utilizados para a proteção ambiental e que parte desse dinheiro que se ganha seja usado para fomentar as pessoas pobres no interior da Amazônia e ajudar essas pessoas para que melhorem de vida. Esse é o resumo da declaração sobre a Bacia do Congo que nós apresentamos à opinião pública mundial em Glasgow, na Escócia.

Eu acho que, em princípio, a situação é a mesma da Bacia do Congo, mas fiz essas observações com vistas à Bacia do Congo que eu melhor conheço. Essa é a minha resposta à pergunta "como posso financiar a fundação ambiental com recursos internacionais?". Isso funciona só se, em primeiro lugar, houver uma administração pública eficiente que funcione; em segundo lugar, um sistema judicial que também funcione a contento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sobre a discussão socioeconômica da Amazônia, a Dra. Brenda gostaria de tecer alguns comentários.

A SRA. BRENDA BRITO DO CARMO (Para expor.) – Bem, rapidamente – acho que este é um ponto bem relevante –, de fato, na Amazônia, quando a gente compara os indicadores socioeconômicos, seja o IDH, sejam outras medidas como o IPS, que é o Índice de Progresso Social, a média da Amazônia é abaixo da média brasileira, o que já indica que a gente tem graves problemas, não é? E muito disso está relacionado ao padrão econômico das atividades da Amazônia, que seguem uma lógica que a gente chama de boom-colapso, onde você tem a chegada de atividades econômicas que estão baseadas fortemente no uso irracional, enfim, predatório, dos recursos naturais. À medida que você tem o avanço dessa economia local baseada nessa indústria predatória, você pode até, momentaneamente, ter aumento de alguns indicadores econômicos e sociais, mas, no momento em que esses recursos naturais são exauridos, você começa a ver de novo a redução desses indicadores. A gente tem estudos na Imazon justamente mostrando este padrão: à medida que o desmatamento avança em cidades amazônicas, você pode até ver, no início, uma subida de IDH, mas, no momento em que a floresta começa a ser de fato exaurida, o IDH começa a cair de novo, o que mostra que quem está lucrando com isso, de fato, não é a população amazônica em geral, é justamente quem está controlando essa questão das fazendas improdutivas, de indústria de madeira predatória...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse modelo que historicamente foi aplicado na Amazônia, especialmente a partir da década de 70, de fato, não deixa um legado sustentável de desenvolvimento para a população local. E a gente tem vários indicadores que mostram os desafios que a gente enfrenta. A gente tem, por exemplo, estatísticas de que mais de 50% dos jovens da Amazônia, de 18 a 24 anos, estão fora do mercado de trabalho. Isso inclui não só aquele desempregados, mas aqueles que desistiram de procurar emprego, porque eles não têm expectativa de que vão conseguir achar. A gente está falando de uma população na Amazônia que é mais jovem do que a população brasileira. E os jovens, que deveriam estar ali sendo incentivados no início da sua carreira, estão desistindo de ter emprego formal porque eles não têm opção: ou eles vão acabar caindo numa cultura de ilegalidade, porque, em muitas vezes, é isso que está sendo oferecido...

A gente, então, tem uma situação bastante complicada, e eu diria que um primeiro passo, para a gente começar a virar essa chave, é o país deixar de subsidiar o desmatamento, porque muitas atividades econômicas que ocorrem na região só ocorrem porque têm algum tipo de subsídio, seja porque você não está cobrando pela terra o valor que deveria cobrar, seja porque você não está multando as pessoas que estão infringindo a lei ambiental. E tudo isso a gente pode somar como benefícios que estão indo para uma atividade degradadora, quando o que a gente precisa é de investir numa outra lógica de economia que, de fato, mantenha a floresta em pé, como seriam as questões de turismo, como foi colocado aqui.

Muito se tem falado de bioeconomia, acho que há vastos campos aí para serem explorados, mas só trazer esse contexto que, de fato, existe e está atrelado justamente a essa economia insustentável que opera em grande parte da Amazônia hoje em dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) –
Perfeito. Obrigada pela sua colaboração, Dra. Brenda.

Pergunto aos nossos cicerones aqui se podemos encerrar esse segundo painel.

Então, eu agradeço a presença da Sra. Brenda Brito, que é advogada do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), agradecer mesmo a sua presença. E ao Sr. Christian Ruck, que é ex-membro do Parlamento alemão e que hoje atua na Agência Alemã de Cooperação Internacional. *Thank you, thank you very much.*

Bom, eu agradeço e declaro encerrado esse segundo painel.

Faremos agora um pequeno intervalo até às 14h30, e convido a todos os convidados aqui para estarem no restaurante-escola do Senac que temos aqui no Senado Federal. Além de um espaço de formação e capacitação de mão de obra especializada, a parceria nos possibilita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer diversas culinárias aqui do nosso país. E, para hoje, o restaurante oferecerá um prato típico da Amazônia e um típico também da culinária alemã em homenagem a esse colóquio.

Grata a todos, e nos vemos daqui a pouco, às 14h30. Obrigada.

(Suspensa às 12 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Boa tarde a todos e todas.

Dando início ao nosso 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental – função ecológica da propriedade: o regime jurídico do desmatamento e de cadeia produtiva –, é uma grande honra, como Professor de Direito, presidir esta terceira sessão de debates que vai discutir "Florestas, biodiversidade e mudanças climáticas: a perspectiva alemã sob o prisma da ética, direito, política e comércio".

Ouviremos professores e pesquisadores de várias instituições alemãs, que estarão conosco de modo remoto: Prof. Ernst-Ulrich von Weizsäcker, cientista, Presidente-Honorário do Clube de Roma e ex-membro do Parlamento alemão; Sra. Maritta R. von Bieberstein Koch-Weser, fundadora e Presidente da organização não governamental Earth 3000; Sr. Christian Calliess, Professor da Faculdade de Direito da Freie Universität Berlin, a quem eu dou as boas-vindas e sempre me coloco à disposição nesse debate na defesa intransigente do meio ambiente como um direito humano essencial, como um direito constitucional, previsto na nossa Carta Constitucional, no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Meu muito boa tarde a todas e todos.

Dando sequência às atividades desse 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental, debateremos nesta primeira sessão da tarde o tema "Florestas, biodiversidade e mudanças climáticas: a perspectiva alemã sob o prisma da ética, direito, política e comércio".

Desta mesa de debates participam como palestrantes as pessoas que já nomeiei.

Aos três palestrantes que participam desta sessão à distância as nossas boas-vindas e o nosso muito obrigado.

Quero aqui também registrar que, logo no primeiro ano de mandato, a convite do Governo alemão, eu estive na Alemanha e fui extremamente bem acolhido e recebido por esse país, pelo qual eu nutro uma admiração, um carinho e um respeito muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também a participação de todos os que assistem a esta sessão, bem como à organização do evento, particularmente ao Fórum Euro-Brasileiro sobre Democracia e ao Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário.

Senhoras e senhores, nesta 2ª edição do Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental, estamos discutindo a função ecológica da propriedade e a relação entre a legislação sobre desmatamento e as cadeias produtivas. O debate é urgente.

E aqui faço, antes de iniciarmos o painel, um alerta, um chamado. Platão falava que a sabedoria está na repetição. Enquanto Deus me der vida, voz e saúde, eu vou estar aqui alertando e tentando impedir as atrocidades deste Governo, que queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente antes mesmo de ser eleito. Ele não conseguiu fazer de direito, mas ele está fazendo de fato. E eu falo por quê? Porque ele acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas; ele acabou com o Plano de Combate ao Desmatamento; ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental; ele enfraqueceu os órgãos de fiscalização Ibama e ICMBio; criminaliza ONGs; reduz a participação da sociedade civil afeta ao meio ambiente e às demais áreas. Este Governo arma grileiro, incentiva a usurpação de terra pública, violando o direito humano essencial: o direito ao meio ambiente, o direito à vida.

Recentemente, eu fui Relator de um projeto que queria tirar, acabar com o porte de arma dos funcionários do Ibama e do ICMBio, que estão lá jogados à própria sorte no desempenho de suas atividades. E aqui eu quero render o meu agradecimento ao Ibama e ao ICMBio pela forma como vêm agindo, com altivez, o que muito dignifica tanto o Ibama como o ICMBio.

Este Governo já autorizou a liberação de 1,2 mil agrotóxicos, como atrazina, acefato, o herbicida da água brasileira, 300 vezes mais nocivo à saúde do que o permitido na União Europeia e no Reino Unido.

Um dia de funcionamento da Floresta Amazônica equivale à produção de 20 bilhões de toneladas de chuvas, que vão fazer chover no Norte, no Sul, no Centro-Oeste, no Sudeste, para controlar a salinidade dos mares. Para fazer o que a Floresta Amazônica faz num só dia, nós precisaríamos de 50 mil Itaipus, que levaríamos 150 anos para construir.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é uma garantia constitucional prevista no art. 225, e este Senado precisa dar uma resposta àqueles que querem destruir, aniquilar o meio ambiente e, por consequência, às gerações futuras.

No Congresso Nacional, especialmente nesta Casa, tramitam pelo menos cinco projetos de leis que afetam direta e negativamente as políticas de preservação e conservação ambiental que levamos décadas para construir: o PL 2.159, que flexibiliza regras para o licenciamento ambiental; os PLs 2.633 e 510, que regularizam a ocupação indevida de terras públicas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorecem a impunidade de crimes ambientais; o PL 490, que cria entraves para a demarcação de terras indígenas; o PL 191, que regulariza o garimpo em terras indígenas; e o PL 2.699, que libera o uso massivo de agrotóxicos. É uma verdadeira catástrofe!

Caso seja aprovado esse pacote da destruição, representará o maior retrocesso ambiental da história recente do Brasil e se somará a toda essa necropolítica de devastação, de desmatamento, de destruição que caracteriza a atual gestão do Governo Federal.

O Governo brasileiro fecha os olhos para o bloqueio econômico que está acontecendo mundo afora como quem não se importa com os impactos ambientais de seus métodos produtivos, com o agravamento da crise climática e com questões de natureza geopolítica e humanitária.

Se não formos capazes de deter esse desatino, esse disparate, essa insensatez ambiental, sofreremos todos – sofreremos todos –: a cobertura florestal, os rios, a biodiversidade, o clima, a saúde dos brasileiros. Se não mudarmos já o paradigma de ocupação e de utilização do solo, o Brasil não verá o amanhã.

Nesta luta em favor da dignidade dos povos e comunidades tradicionais, luta em favor da preservação das matas e florestas deste país, luta em favor de práticas ecologicamente responsáveis, nesta luta contra a irresponsabilidade ambiental, a experiência alemã é de fundamental importância.

Não se pode ignorar que a preservação da Amazônia é fundamental para o agronegócio, para a produção de alimentos e para gerar energia no Brasil.

A Alemanha é, hoje, reconhecidamente, um dos países industrializados mais sustentáveis do mundo. Sua experiência em proteção ambiental, construída pela via democrática e combinada com um amplo sistema de seguridade social, a credencia como exemplo e como inspiração para todos os que buscamos o desenvolvimento sustentável.

Temos muito a ouvir e a conhecer sobre a perspectiva alemã das florestas, da biodiversidade e das mudanças climáticas!

E é esta a proposta deste colóquio: que todos nós proponhamos, hoje, esta escuta e este diálogo, que parte da articulação necessária e absolutamente inadiável entre ética, política, direito e comércio internacional, em benefício de um planeta em que todos possamos continuar a respirar e a viver.

Agradeço, novamente, a participação a todos e a todas e daremos início, agora, às apresentações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mais uma vez aqui firmar o meu comprometimento: enquanto eu for Senador da República, enquanto eu for membro desta Comissão do Meio Ambiente, membro da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Sociais, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, podem ter certeza de que terão em mim um brasileiro aguerrido na defesa intransigente desse meio ambiente ecologicamente equilibrado, porque eu não tenho dúvida de que defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que está por vir.

Muito obrigado.

Agora, com a palavra o Prof. Ernst von Weizsäcker, que foi Copresidente do Clube de Roma, entre 2012 e 2018. No início de sua carreira Ernst foi professor e diretor de várias universidades e institutos, como o Centro de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU. Em 1991, tornou-se Presidente fundador do Instituto Wuppertal, que se tornou um importante grupo de reflexão sobre eficiência energética, fluxos de materiais e política climática. De 1998 a 2005, ele foi membro da Bundestag Alemã, presidindo os comitês sobre globalização e meio ambiente.

Muito obrigado, Prof. Ernst.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ERNST-ULRICH VON WEIZSÄCKER (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, caro Senador.

Estou profundamente impressionado com a profundidade com a qual o senhor trata da temática. Eu preciso, infelizmente, acrescentar que não posso fazer um comentário sobre a legislação brasileira.

Dentre as duas melhores semanas da minha vida, eu menciono a participação na ECO 92, quando duas convenções internacionais, convenções das Nações Unidas, extremamente importantes, foram discutidas e deliberadas, a Convenção sobre o Clima e a discussão sobre a biodiversidade. O Brasil pode se orgulhar desse feito.

Na maioria dos países, as pessoas sabem o quão complexo e desafiador é o problema. Há o aumento das queimadas sobretudo no Cerrado, mas também na Região Amazônica, mas, correspondentemente também na Alemanha, na Europa, na Austrália, na Califórnia, na República Popular da China, onde quer que olhemos, estamos presenciando queimadas, mas muito mais ameaçador é o aumento do nível do mar.

Somente na Ásia há 50 cidades com 1 a 20 bilhões de habitantes que estão localizadas diretamente no mar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem o seguinte: a água do mar sobe em apenas três metros. Então, nós teremos, em consequência disso, um problema de refugiados que ultrapassará em grandeza todos os problemas de refugiados que tivemos nos últimos cem anos. Nós precisamos de soluções urgentes.

A Convenção da Biodiversidade é amplamente desconhecida da opinião pública, mas não é menos importante do que a Convenção sobre o Clima e talvez seja mais importante para o encaminhamento correto da legislação ecológica no Brasil. O IPCC publicou um relatório, o último relatório em 2019. Esse relatório é a expressão de um drama absoluto sobre a civilização, sobre a destruição acelerada de espécies animais e vegetais. Alguns anos antes, em Nagoia, no Japão, tinham sido deliberadas as fórmulas... (o intérprete não compreendeu o termo).

O relatório em questão mostra que essas fórmulas encontradas em Nagoia não foram implementadas. Eis uma catástrofe! No relatório, afirma-se que um milhão de espécies animais e vegetais está prestes a ser exterminada. Quais são as causas? Perdão, nós somos as causas, nós, homens, somos as causas. No mesmo relatório, afirma-se que o dano mais importante é a modificação da utilização do solo. E isso significa, na realidade, a expansão da agricultura de grande porte, que hoje é o maior inimigo da natureza. Só que ninguém quer saber essa verdade, ninguém quer ouvir essa verdade, mas ela é uma realidade.

Duas palavras sobre o clima. A última conferência, em Glasgow, na Escócia, transcorreu sem nenhum resultado sério, digno de menção. Na última hora dessa conferência, a Índia cuidou de evitar que houvesse deliberações, decisões juridicamente vinculantes. De resto, Glasgow foi inundada por milhares de representantes do setor privado. O que interessou a essa gente? A única coisa que interessou foram as assim chamadas medidas de compensação pagas para evitar, impedir emissões de CO2 em excesso. As pessoas amam o conceito da solução baseada no vizinho para fins de pagamentos compensatórios. Faça de conta que isso é bom para a natureza, mas exatamente o contrário é verdade.

Na verdade, trata-se de uma violência, de um estupro da natureza, apenas com o objetivo de permitir à indústria que ela se queixe de que a sua destruição do meio ambiente seria compensada pela criação de áreas de preservação do meio ambiente.

Não posso falar agora dos detalhes, mas é muito importante, sobretudo para o Brasil, saber que a solução baseada na natureza... O intérprete se corrige: não, o vizinho na natureza é, essencialmente, um castelo, não de cartas, mas de mentiras.

Sobre os efeitos da guerra na Ucrânia, podemos esperar que haja menos fornecimento de trigo e aqui há um novo lema "*More food less feed*". Em última instância, isso significa que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente deve compensar os efeitos plantando mais soja. Isso acontecerá também, isso deverá ter repercussões no Brasil.

A estabilização da demanda europeia para a soja e porcos talvez diminua. Isso não é uma solução do problema e hoje solos envenenados pelos agrotóxicos são uma catástrofe para a biodiversidade. Precisamos cuidar para que os proprietários de terras sejam razoavelmente remunerados por um tipo de agricultura que é boa, que tem consequências boas para o clima bem como para a biodiversidade. Se solos saudáveis, por hectare, consomem mais CO₂ do que a floresta... Todos pensam que só a floresta faz isso. Não, os solos saudáveis providenciam isso, emitem mais CO₂, mas, com glifosato e biocidas que ainda destroem mais os solos, isso é um grande problema. Esses são os inimigos da biodiversidade, esses...

Novas plantações de árvores ecologicamente não produzirão quase nenhum efeito. Há exceções, mas uma das piores coisas são as plantações de eucaliptos, que têm a qualidade bioquímica de envenenar, pelo solo, todas as outras plantações e, de resto, depois de 25 anos, essas outras plantas simplesmente estarão exterminadas.

Nós necessitamos de um reflorestamento. Se precisamos de um reflorestamento, então, deve ser um reflorestamento em pequeno estilo.

Preservar as florestas existentes é, ecologicamente, o mais importante. Quem faz reflorestamento em pequenas proporções deveria optar por uma floresta de espécies mistas, não por monoculturas. O problema – e o *lobby* agrário do Brasil sabe isso muito bem, o Presidente Bolsonaro sabe isso muito bem – é que essa receita que eu acabo de formular vai render pouco dinheiro para os proprietários delas, razão pela qual nós precisamos tomar as providências políticas para que as regras sejam reformuladas no sentido de que os proprietários de terras ganhem mais se fizerem o que é bom para o clima e bom para a biodiversidade. Hoje, o contrário é o caso, mas nós precisamos corrigir esse erro político. Isso importa em uma virada radical na política, mas é factível. Esses recursos financeiros necessários para tal fim deveriam vir do Hemisfério Norte.

Há 12 anos, um conselho consultivo na Alemanha formulou o assim chamado enfoque orçamentário, que diz que todos os países do mundo têm um direito igual, *per capita*, à utilização da atmosfera contra o efeito estufa, mas os velhos países emissores já consumiram o seu orçamento *per capita* e deveriam, agora, ir aos países em desenvolvimento, emergentes, e mendigar pela concessão de licenças adicionais. Isso vai enriquecer mais ainda os agricultores brasileiros, em Bangladesh ou nos Camarões, se eles fizerem as coisas certas. Então, eu vejo na cooperação entre a Alemanha e o Brasil oportunidades para que os agricultores do Brasil também se deem melhor se as leis forem aperfeiçoadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela atenção que me foi dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Professor Ernst Ulrich von Weizsäcker.

Neste momento, transfiro, imediatamente, a palavra à Sra. Maritta R. Von Bieberstein Koch-Weser. (*Pausa.*)

A SRA. MARITTA R. VON BIEBERSTEIN KOCH-WESER (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Muito obrigada.

Estou tentando agora desligar a interpretação quando estou falando. (*Pausa.*)

O.k.

Todos podem ver minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

A SRA. MARITTA R. VON BIEBERSTEIN KOCH-WESER (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Então, eu vou falar português. Peço desculpas pela duplicidade: os eslaides em alemão e minha fala em português.

Agora temos um problema técnico. Eu não devo escutar a tradução para o alemão...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARITTA R. VON BIEBERSTEIN KOCH-WESER (*Por videoconferência.*) – Desculpem-me, eu estou com um leve problema: eu preciso desligar a interpretação, senão eu me ouço em alemão. (*Pausa.*)

Eu não estou conseguindo achar... (*Pausa.*)

Nesse caso, eu acho que vou falar alemão e vamos ter a tradução para o português. (*Pausa.*)

O.k., então agora vou falar em alemão e a tradução vai ser realizada para o português e não vamos ter esse problema.

Eu gostaria de agradecer aos organizadores pela oportunidade de participar deste fórum onde nós podemos falar sobre os desafios legais e institucionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui nós podemos falar também sobre a chance da bioeconomia da floresta em pé. Bioeconomia da floresta em pé, isso realmente é uma grande esperança para preservar a floresta. Importante aqui é que a floresta em pé precisa ter um valor sustentável, assim a floresta pode ser preservada, a floresta tem valor e agrega valor às populações locais.

Aqui nós temos que dizer, como nós ouvimos já na introdução... Neste momento nós estamos...

Essa política da floresta em pé está concorrendo com uma política que está destruindo os recursos naturais. Este é o aspecto negativo: nós temos essa concorrência.

Mas ao mesmo tempo, nós temos que ver isso como uma chance, porque bioeconomia, cada vez mais, está sendo profissionalizada tecnicamente e cientificamente. Não se fala simplesmente de sustentabilidade, mas aqui nós falamos claramente quais são os produtos, quais produtos podem ser comercializados, qual é o valor, qual é a sustentabilidade. Isso aqui é um mercado de até 450 produtos.

Eu nem vou querer me estender muito. Isso já está descrito, com muita propriedade, nesse relatório "Amazon Assessment Report 2021". Esse relatório foi apresentado na COP 26, em Glasgow. Vocês podem encontrar isso na internet. Isso aqui é uma análise científica excelente das funções ecológicas do Amazonas e também dos novos caminhos para essa ecologia única e quais são as chances de desenvolvimento sustentável.

Quando nós falamos sobre a bioeconomia da floresta em pé, isso significa que a floresta precisa ser competitiva, ou seja, a floresta em pé precisa ter mais valor – e precisa oferecer valores sustentáveis – do que quaisquer lucros gerados através do desmatamento.

E quando nós falamos dessa bioeconomia, não estamos só falando da floresta, estamos falando de recursos hídricos, por exemplo. Vinte por cento da água doce é proveniente do Amazonas, que flui para o mar. Nós temos muita água, nós temos biodiversidades também: nós pensamos em peixes, como o pirarucu, que crescem rapidamente, com um tamanho de 1 ou 2m, e que são alimentos para os mercados na região. Aqui nós temos muitas chances.

Ao mesmo tempo, quando nós olhamos para a riqueza biológica, climática, hídrica, nós temos que pensar também em todas as propriedades intelectuais, na herança intelectual, em todos os conhecimentos indígenas de milhares de anos. Temos que pensar também em todos os conhecimentos tradicionais dos caboclos. Isso é um aspecto muito importante quando nós queremos precificar a floresta em pé.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A bioeconomia da floresta em pé existe – não é algo que nós estamos fantasiando; isso já existe e já funciona –, mas até o momento esse potencial não está sendo suficientemente explorado.

Aqui na Alemanha, por exemplo – eu tirei uma foto –, existe um pacotinho com 100g de açaí em pó, no supermercado Rewe, custa 19,95 euros. Eu acredito que desses 20 euros talvez 5% vão para os bolsos dos produtores locais do açaí, do produtor primário. Eu acredito que não será diferente com o guaraná, cupuaçu e outros produtos, como as castanhas, os óleos.

Então, o que nós temos que pensar do ponto de vista social e local? Temos que ver o valor agregado para os produtores no local. De fato, nós podemos ter alternativas para essa população.

Quais são os grandes desafios? Aqui são os desafios ecológicos e econômicos. A Amazônia é a região com maior biodiversidade e recursos hídricos do mundo, com um potencial inestimável para a formação de uma riqueza local, mas também para garantir o clima mundial e a biodiversidade. Nós sabemos disso. E sabemos também que 20% da Amazônia foram desmatados, desde os anos 70. Esse desmatamento não é distribuído, é um desmatamento que se concentra mais tarde no sul do Amazonas. Aqui, nós corremos o risco de um *tipping point*, de um ponto sem retorno, no qual as secas são maiores, no qual o nível de água está diminuindo. Aqui, nós podemos imaginar que essa parte do Amazonas vai, em algum momento, se tornar um cerrado.

Ao mesmo tempo, nós sabemos que o mercado está aumentando. Nós temos muita pesquisa no setor de saúde, nós temos muitos produtos bastante distintos, além dos óleos e das castanhas. Nós temos excelentes progressos na micro e na nanobiologia. Há interesses de alta tecnologia que querem aprender com a biodiversidade da Amazônia. É importante nós termos, nós podermos avançar com esses progressos enquanto ainda existe o biossistema intacto da Amazônia.

Depois, nós temos também desafios sociais. Ouvimos, agora, que a Amazônia é rica, no entanto, essa riqueza não se reflete na situação atual da população da Amazônia, e vai ser muito difícil alcançar os ODS das Nações Unidas até 2030. Por exemplo, no Estado do Amazonas, vivem, aproximadamente, 50% da população abaixo da linha de pobreza internacionalmente reconhecida e num país tão rico, numa região tão rica. Então, o investimento no desenvolvimento econômico da região é, desproporcionalmente, pouco. As populações tradicionais indígenas vivem longe, numa região enorme, e têm enormes problemas de transporte, energia e infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, nós podemos entender que a floresta em pé, do ponto de vista das pessoas que vivem nessas condições, muitas vezes, não é algo associado à renda e possibilidades de renda, mas isso nós temos que mudar. Nós, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sabemos disso e podemos mudar isso. E nós temos chances institucionais.

Então, não se trata somente da parte técnica ou científica, mas existe uma grande pressão, como nós ouvimos, na COP 26. Bioeconomia, reflorestamento e sustentabilidade precisam ser acompanhados de, originalmente, condições legais, ou seja, essas condições legais, essas leis existentes no Brasil precisam ser implementadas e precisam ser financiadas. Por exemplo, há necessidade de financiamento. O Brasil, desde os anos 90, tem uma excelente legislação para a proteção ambiental e para a proteção de populações indígenas e já foram criadas as respectivas instituições para sua implementação. Aqui nós podemos falar da Lei da Biodiversidade de 2015 e podemos falar também do Protocolo de Nagoia. Aproximadamente, 50% da Região Amazônica – isso é enorme! – são áreas ambientais ou áreas de proteção indígenas, e essa seria uma grande contribuição para proteger a biodiversidade e os recursos hídricos. Como nós já ouvimos do Senador, isso se tornou cada vez mais difícil e a situação do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente (MAPA), da Marinha ou também dos próprios estados... Nós podemos ver que há um retrocesso na implementação dessas leis existentes que já são excelentes.

Então, as chances para uma bioeconomia ambiciosa existem, as condições para isso existem.

Gostaria de citar também as reservas extrativistas que existem aqui, que, nos anos 90, foram criadas e que já mostraram que a bioeconomia, que o extrativismo pode ser incentivado. Esse é o objetivo dessas reservas extrativistas.

Mais complicados são os desafios na área de pesquisa e nos direitos de propriedade intelectual. Aqui, nós temos grandes desafios na área de pesquisa. É muito importante que, no futuro, nós foquemos... Quando nós falamos de uma bioeconomia tecnologicamente moderna, não só estamos falando de frutas e castanhas; nós precisamos de pesquisa científica aplicada ao desenvolvimento de produtos. Essa é uma das principais bases na ampliação de uma nova economia.

E, aqui, nós temos que ver as questões do uso do material genético, e essa propriedade intelectual precisa ser protegida. Essa área, no Brasil, está sujeita ao Conselho de Gestão de Patrimônio Genético (CGen), e, aqui – eu não sou especialista nessa área –, parece-me que ainda existe um grande potencial de melhorias. Seria muito bom iniciar aqui um processo de discussão, porque, aqui, os processos administrativos na implementação da legislação existente precisam ser reduzidos, com todas as instituições que participam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um estudo de 2021, do Instituto Escolhas, em São Paulo, sobre como destravar a agenda da bioeconomia, eu acho bastante importante. E, aqui, é descrito o caminho com todos os empecilhos para os pesquisadores. Aqui, esse estudo descreve 20 passos que um pesquisador precisa percorrer; e, para cada etapa, ele precisa aguardar, precisa ter a resposta para passar para a próxima etapa, só para conseguir realizar todas as normas jurídicas. A questão aqui seria: como é que esses processos de pesquisa e de desenvolvimento, desenvolvimento de novos produtos, podem ser reduzidos?

E, agora, o meu último eslaide.

Aqui é a questão de como a coordenação nacional pode ser implementada para a bioeconomia da floresta em pé. Aqui precisaria ser um centro de coordenação que entenda o que significa essa floresta com milhares de espécies. Eu tenho um colega na Universidade de São Paulo, Hermes Nobre, que mostrou que, em 1ha de floresta tropical dentro da Amazônia, existem mais tipos de árvores do que nós temos em toda a Europa. Então, nós precisamos de uma coordenação especializada. É mais que uma metáfora.

Se existe um instituto nacional para a bioeconomia da floresta em pé, se esse instituto existisse, o que que esse instituto teria que fazer? E aqui eu anotei dez pontos que eu acho que esse instituto teria que fazer para avançar com o processo da bioeconomia.

O primeiro ponto é a proteção da propriedade intelectual. É enormemente importante, porque o Brasil tem esse tesouro que precisa ser preservado. É um tesouro das populações indígenas.

O segundo ponto: a observação das leis de proteção sociais e ambientais. Nós temos que monitorar isso. Temos que evitar a exploração.

Temos que verificar também as informações de rastreamento em todas as cadeias de fornecimento. Nós precisamos de informações corretas para a comercialização. Na União Europeia está sendo preparada a legislação das cadeias de fornecimento. Isso vai ser relevante.

O quarto ponto: nós precisamos acelerar os processos de licenças.

E outro ponto importante: conhecimento, educação, formação. Formação de capacidades. Nós precisamos construir um currículo acadêmico *rent in forest business*. Esse é um campo enorme também sobre questões jurídicas, econômicas, comerciais e, claro, todas as questões científicas e sociais. Eu acho que isso poderia ser um curso mesmo, uma disciplina, e isso precisa ser feito em um instituto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A consultoria técnica... O sétimo ponto: consultoria jurídica também. Temos que ter um *marketing* em *network* de empresas, investidores, e isso pode também avançar as coisas. Então, se a gente não deixa tudo à mercê do mercado, mas se a gente incentiva os negócios com as ONGs... As ONGs já fazem essas iniciativas, mas eu acho que isso é um ponto importante que nós temos que considerar.

Algumas pessoas falam inclusive que nós precisamos de uma bolsa de produtos da floresta tropical. Uma bolsa. Como nós temos a bolsa de trigo, bolsa de futuros, assim nós teríamos que ter uma bolsa de produtos para todos os produtos da floresta tropical.

E nós temos que pensar também nas condições quadro, a coordenação energética e de outras infraestruturas para o mercado da bioeconomia.

Nesse momento, o Brasil faz algum transporte em caminhos hídrico e depende de diesel, o transporte com óleo diesel está tão caro que está basicamente já comendo os lucros na fonte.

E aqui nós temos opções muito mais modernas já. Existe a energia solar; embarcações, veículos com bateria, isso vale para o transporte, para a refrigeração.

Aqui, é importante fazermos as inovações do mercado energético e trazemos essas inovações para a nossa bioeconomia.

Bom, eu poderia continuar falando aqui por horas ainda, não é o que eu vou fazer. Então, eu agradeço pela sua atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado Profa. Maritta Koch-Weser, que é coordenadora do Grupo de Pesquisa Amazônia em Transformação: História e Perspectivas do IEA/USP. Possui experiência de longa data em programas ambientais no Brasil e internacionalmente. Foi diretora para o Meio Ambiente/América Latina no Banco Mundial e Diretora Geral da UICN. É Presidenta da ONG Earth3000, aconselhando programas ambientais e de empresas sociais – da sociedade civil e/ou dos setores público e privado. Atualmente, é também Global Fellow do Woodrow Wilson Institute, Washington (EUA). PhD das Universidades de Bonn e Cologne (Alemanha).

Muito obrigado por suas contribuições.

Eu, particularmente, fico muito feliz quando ouço falar, fazendo essa análise da precificação da floresta em pé, mas levando em consideração, acima de tudo, o conhecimento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos povos tradicionais, das comunidades quilombolas, que eu reputo da maior importância. Nós devemos estar sempre atentos a essa questão.

E também quando faz essa reflexão a respeito da região Amazônica, que é rica, mas 50% da população está, infelizmente, abaixo da linha da pobreza. Ou seja, temos que investir mesmo em desenvolvimento e na economia da região, no transporte, na energia e na cultura.

Eu fico também muito contente quando a senhora faz essa avaliação dos dez pontos para a implementação do instituto. Acho que a Comissão do Meio Ambiente está de parabéns, e aqui eu quero parabenizar o meu querido Presidente, Senador Jacques Wagner, de quem registro a presença aqui e a quem cedo a Presidência, caso S. Exa. queira.

E quero também agradecer por todo o apoio da Secretaria.

Muito obrigado...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pois não, Senador.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Querido Senador, eu sou contra a grilagem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Saiba que V. Exa. é uma inspiração para mim, e isso não é da boca para fora.

Neste momento, eu transfiro a palavra ao Sr. Christian Calliess. O Sr. Christian Calliess é professor titular de Direito Público e Direito Europeu da Universidade Livre de Berlim. Suas principais áreas de pesquisa são Direito Europeu, Direito Constitucional e Ambiental. De 2008 a 2020, foi membro do Conselho de Especialistas em Questões Ambientais do Governo Federal Alemão.

No Fórum de Democracia, o Prof. Calliess falará sobre a questão dos limites da liberdade de propriedade, assegurada pela Constituição Alemã, no contexto da proteção do clima e do meio ambiente.

Com o a palavra o Prof. Christian.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHRISTIAN CALLIESS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*)

– Muito obrigado. Prezadas senhoras, prezados senhores, agradeço de coração pelo convite e lamento muito não poder estar *in loco*, em Brasília.

O Ministro Benjamim me permitiu que falasse sobre a função ecológica do direito de propriedade.

Eu, primeiro, falo em termos muito genéricos.

Eu pediria que iniciassem com o primeiro quadro com a primeira transparência. Agora, a próxima transparência. Pois não. Muito obrigado.

Eu gostaria de dizer que a garantia da propriedade é um direito fundamental central que está estreitamente em contato com a liberdade pessoal. Essa é a decisão sobre um valor ao qual o Tribunal Constitucional Federal dá uma especial importância. Mas a propriedade distingue-se de outros direitos fundamentais, pois ele precisa ser criado, pois a liberdade da pessoa ou a liberdade de opinião poderiam ser pensadas também sem um ordenamento jurídico. Já a propriedade pressupõe a existência de normas, de leis. Em outras palavras, o legislador cria, por meio da sua legislação, a propriedade. Ele está vinculado pela instituição, que deve proteger a propriedade como um instituto jurídico. É a garantia do instituto que ele deve dar. Em segundo lugar, ele deve respeitar a utilidade privada da propriedade. Com isso, o solo e também as florestas que estão numa área fazem parte da propriedade tutelada pelo art. 14 da Lei Fundamental Alemã.

Ao mesmo tempo, a proteção da propriedade enquanto direito fundamental, em conformidade com o §14 da Lei Fundamental, não reivindica a validade absoluta. O legislador tem o direito de restringir esse direito, pois a nossa Constituição tipifica que a propriedade está sujeita a uma vinculação social específica. Se eu entendi bem, isso foi dito hoje de manhã, no primeiro painel. Essa vinculação social da propriedade também existe no Direito Constitucional brasileiro.

Nessa medida, podemos dizer o seguinte, se o legislador regulamenta a propriedade, vale a seguinte fórmula: a disposição sobre o uso e a utilização da propriedade é tanto maior quanto mais intensa for a referência a terceiros ou à coletividade; e é tanto mais elementar quanto mais elementares forem os interesses de terceiros coafetados.

Essa – dito em outros termos – responsabilidade, essa referência social da propriedade é tratada em outro artigo da Constituição, o art. 20-A, que enfatiza essa insistência na propriedade, considerando a necessidade de o Estado proteger o meio ambiente.

O legislador tem, portanto, maior liberdade de configuração para leis ordinárias. Nesse sentido, o princípio da proporcionalidade se vê limitado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se, por exemplo, uma regulamentação do legislador leva a uma restrição ampla da utilização da propriedade, se por exemplo, um agricultor, um camponês se vê privado em função da proteção do meio ambiente de utilizar, de gerir a sua propriedade, se ele não pode mais auferir nenhum lucro do seu solo, do solo de sua propriedade, então, uma compensação financeira pode tornar a intervenção no direito de propriedade algo proporcional. Mas isso só acontece quando as restrições feitas pelo Estado são muito amplas. No mais, a vinculação social da propriedade está em primeiro plano, à luz do art. 20-A da Lei Fundamental.

Próxima transparência.

Por essa razão, a tarefa do legislador está em concretizar a propriedade.

Com relação à propriedade privada, temos, aqui, mandamentos de otimização que devem ser ponderados com outros direcionamentos da Constituição. Essa ponderação pode, em tese, ser feita e examinada pelo Tribunal Constitucional Federal. Mas, quando se trata de proteção ambiental, justamente de proteção ambiental, o Tribunal Constitucional Federal restringe-se a ver se o legislador tem consciência dos problemas em jogo, se o legislador não levou em conta o objetivo último da proteção ambiental.

Uma decisão importante é que o legislador desenvolva uma concepção de proteção da natureza que possa ser implementada.

No caso do Brasil, um exemplo seria desenvolver, criar uma área de preservação que se preste a atingir, em ampla escala, a proteção ambiental com o direito à propriedade.

Pela primeira vez, o Tribunal Constitucional Federal deliberou sobre isso, no ano passado.

Eu passo agora à próxima transparência.

O enfoque básico no objetivo do Estado de proteção ambiental é a referência às legislações vindouras. De acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal, temos o dever de evitar deteriorações insanáveis, irreversíveis. Daí a importância do princípio de prevenção. Disso pode-se derivar a tese... O art. 20 da Constituição, da lei fundamental, no fundo, prescreve que a natureza, o meio ambiente, não pode experimentar uma deterioração irreversível. Então, áreas de preservação ambiental devem ser preservadas, devem ser mantidas, em ponderação com outros objetivos da Constituição, por exemplo, o direito à propriedade. A proteção do meio ambiente é tanto maior quanto maiores forem as desvantagens.

Na sua decisão sobre o clima do ano passado, o Tribunal Constitucional Federal disse que, na proteção ambiental, deve-se levar em conta o conhecimento atualmente acessível à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência. Disse o tribunal que o legislador ordinário deve levar em conta o que a ciência hoje sabe.

Aqui ele fez um uma ligação com os limites planetários. Esse é um conceito que aparece na próxima transparência, que eu pediria que fosse mostrada agora, conceito que já foi desenvolvido e levado em consideração no Tribunal Constitucional Federal.

Agora a próxima transparência, essa exatamente.

Aqui a gente pode ver os limites planetários. Todos conhecem: 1,5º e 2º. Mas o que está em vermelho aqui, as setas em vermelho assinalam a diversidade planetária, a biodiversidade planetária. Sobre isso já se falou, sobre as florestas tropicais úmidas e sobre a biodiversidade nas duas palestras precedentes.

Na próxima transparência, que eu peço para mostrar agora, podemos ver qual é a importância dos limites planetários.

Muitos significados também na legislação ordinária, pois nos limites planetários está em jogo o limite ecológico suportável pelo planeta.

Superado esse limite, transposto esse limite, nós temos aqui um dano irreversível causado ao meio ambiente. Nessa apresentação que eu estou mostrando, isso é mostrado pelo fato de que o gelo, como se pode ver aqui, o chão debaixo dos nossos pés se torna cada vez mais fraco, em algum momento a camada de gelo começa a rachar, e pessoa que está em cima dessa camada de gelo cai na água. Então, esse é o problema dos limites planetários. Nós temos uma evolução cujas consequências são danos ambientais irreversíveis. Então, isso sempre foi levado em conta pelas decisões do Tribunal Constitucional Federal, tanto nas decisões sobre a mudança de clima quanto nas decisões sobre a biodiversidade. Então, o Tribunal Constitucional Federal determinou aqui que os conhecimentos científicos atingíveis, acessíveis hoje devem, obrigatoriamente, ser levados em conta. A concepção da tutela deve nesse sentido ser coerente e universalmente vinculante.

Retorno ao conceito da propriedade. O legislador deve incluir isso na sua lei.

A próxima transparência, por favor.

Aqui eu gostaria de mostrar-lhes que a propriedade cumpre funções muito distintas. A propriedade, como vimos primeiro, é um direito de resistência ao estado. Ele exige do legislador que respeite a propriedade ao formular um projeto de lei, mas a propriedade também cumpre uma função de tutela, uma função protetiva, pois a propriedade a rigor supõe fundamentos ecológicos. De que me adianta, de que me vale a propriedade se o solo, no fim das contas, fica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envenenado e imprestável? Então, o legislador deve levar em conta essa função de tutela da propriedade. A propriedade deve ser tutelada ecologicamente com vista a muitas propriedades.

Nesse sentido, é do interesse objetivo do próprio proprietário cuidar bem do meio ambiente, como o agricultor, como o pecuarista, para que a economia como um todo seja sustentável. Em outras palavras, o proprietário não coloca em risco apenas o meio ambiente, mas ele mesmo é uma vítima dos riscos de um meio ambiente deteriorado; ele é uma vítima da mudança climática. Se examinarmos a mudança climática com vista ao conceito de propriedade, nós poderemos ver que muitos proprietários, em última instância, serão prejudicados na fruição da sua propriedade pela destruição da mesma. De resto, bens ambientais, florestas, por exemplo, podem ser negativamente prejudicados.

Então, o Tribunal Constitucional, na sua decisão sobre o clima do ano passado enfatizou a função tutelar da propriedade, sobretudo com vistas às gerações futuras.

Na Alemanha, há um debate que foi retomado pelo Tribunal Constitucional Federal. Eu me refiro ao debate sobre o lençol freático. A natureza intacta podia ser retirada da proteção da propriedade. Então, o tribunal votou que o proprietário não pode fazer o que ele quiser com o meio ambiente. Ou será que o ônus, a destruição do meio ambiente já está excluída da proteção ambiental? Claro, por decisão do legislador. Assim, o Tribunal Constitucional Federal decidiu em favor da preservação do lençol freático. Com a fundamentação nessa segunda célebre decisão sobre o meio molhado, no caso, a água, o lençol freático foi submetido a um ordenamento de gestão de direito público.

A doutrina vai mais longe ainda, diz que o direito à propriedade não pode incluir um direito ao ônus, a um prejuízo ao meio ambiente. Haveria uma espécie de compatibilidade mental inerente à propriedade. Assim, a argumentação do tribunal sobre qualquer comportamento que prejudica o meio ambiente é que prejudica também a propriedade. O Tribunal Constitucional já não vai tão longe. Eu pessoalmente também não iria tão longe. Eu diria: em casos excepcionais, em casos extremados, não existe uma proteção da propriedade. Em todas as outras medidas o legislador pode atender o princípio da proporcionalidade e restringir o uso da propriedade no interesse da coletividade. A quem importa se alguma coisa ainda está abrangida pela proteção da propriedade? O Tribunal Constitucional Federal disse que o lençol freático não goza de uma proteção de propriedade. Podemos dizer também que isso vale para áreas de preservação quando se trata de proteger a biodiversidade, com vistas aos limites planetários. Então, o legislador, evidentemente, tem amplíssima liberdade para estatuir as suas regulamentações. E eu não posso, nesse caso, dizer que a regulamentação feita pelo legislador ordinário é desproporcional, não atende o princípio da proporcionalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um caso extremo, e isso é consensual no direito alemão, existe no caso de infrações penais quanto ao direito ambiental. Aqui isso é extraído, isso é eliminado do direito à propriedade, aqui não existe proteção da propriedade. Quando eu incorro em ilícito penal por violar um artigo importante do direito ambiental, o direito de propriedade não vale mais nada. Então, o ilícito penal não é abrangido pelo direito à propriedade.

De resto, o uso do meio ambiente no Estado democrático de direito é um elemento necessário da propriedade. O uso do meio ambiente deve ser ponderado com o imperativo da proteção do meio ambiente, conforme eu mostrei no início da minha exposição. Não obstante, não existe um direito fundamental a causar danos ao meio ambiente. Importa efetuar uma ponderação entre os valores da propriedade e da proteção ambiental.

Chego ao último tópico deste exame de proporcionalidade. Este exame de proporcionalidade é muito importante no debate alemão. Eu estou falando das camadas ecológicas fundamentais, dos deveres ecológicos fundamentais da propriedade. Há um debate na Alemanha em saber se isso sirva também, em saber se haja um dever fundamental da propriedade de configurar o uso da propriedade de tal modo que o meio ambiente seja onerado tão pouco quanto possível. Um exemplo disso seria, por exemplo, restringir a velocidade máxima dos automóveis nas autoestradas alemãs a 100km/h, para reduzir a emissão de CO₂. Um outro exemplo seria uma preservação ambiental voluntária do proprietário de uma terra com vistas à proteção de uma região ou um biótopo.

Na ciência jurídica alemã, fala-se de deveres ecológicos fundamentais da propriedade derivados do art. 20a da lei fundamental alemã. Aqui se estatui que o legislador pode estatuir regras e tem até o dever, a competência para estatuir regras e isso é importante no exame de proporcionalidade. Se um dever fundamental ecológico não foi atendido pelo proprietário, se o proprietário lida mal com a sua propriedade, danificando a propriedade enquanto danifica o meio ambiente, então, o legislador tem, formalmente, rigorosamente, o dever de intervir para que a proteção das florestas e da biodiversidade possa ser atingida.

Se o indivíduo está lidando de forma irresponsável com a sua propriedade, não cumprindo com seus deveres ecológicos, então, no Estado democrático de direito, isso acarreta consequências penais. Afinal de contas, uma expectativa foi frustrada, e tal frustração o legislador ordinário pode regulamentar por uma lei específica. E, nesse caso, ele impõe a proteção ambiental. O legislador ordinário tem aqui o dever ecológico fundamental de impor o uso ecológico da propriedade, e o proprietário, no marco, no âmbito do exame de proporcionalidade, frustrou a expectativa de usar com responsabilidade essa sua propriedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, com isso, cheguei ao fim das minhas reflexões sobre o debate na Alemanha. Faço votos de que a minha exposição seja interessante também para a discussão entre os juristas brasileiros.

Muito obrigado pela atenção que me foi dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Professor Calliess, pela explanação de forma clara, didática e bem fundamentada.

Ouvidas as palestras, vamos à sessão de debates.

Consulto se o Presidente desta Comissão, Senador Jaques Wagner, deseja fazer uso da palavra, ao passo em que faço o mesmo com o meu querido Senador Confúcio Moura e com o Ministro do STJ, Herman Benjamin. Agradecendo o comparecimento, mais uma vez, do sempre aguerrido, aqui nesta Casa e em todos os espaços por onde tem transitado na defesa intransigente por esse direito constitucional, direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, Ministro Herman Benjamin.

Então, Senador Jaques Wagner com a palavra.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discursar.) – Prezados Senador Fabiano Contarato, em primeiro lugar, quero lhe lembrar que o primeiro colóquio foi sob sua presidência. Foi em 2019. Tive o prazer de ser seu vice, mas era V. Exa. que comandava esta Comissão quando fizemos, também com o suporte da Embaixada da Alemanha no Brasil e também sempre com a participação entusiasmada do nosso querido Ministro Herman Benjamin, o primeiro colóquio, em 2019. Em função da covid, nós, na verdade, atrasamos o segundo colóquio, que ocorre agora.

Eu lhe agradeço, e me orgulha muito que V. Exa. esteja assumindo a presidência nesta Mesa. Eu estava, com o Ministro Herman Benjamin, atendendo à TV Senado e, por isso, infelizmente, não pude estar aqui quando do primeiro orador. Peguei a segunda oradora já no curso. Eu achei a fala desses dois que eu ouvi extremamente interessante. Mas eu queria chamar a atenção de V. Exa., que é um defensor dos direitos humanos, dos povos originais, como eu, para esse conceito que acaba de ser emitido pelo professor que acabou de nos brindar com sua palestra, de que o direito à propriedade, que é garantido também no Brasil, não é absoluto, como não é absoluto – citava hoje a Ministra Cármen Lúcia – o direito à propriedade quando um de nós moramos num condomínio, ou de casas, ou num edifício. O apartamento é seu, mas você não pode tudo. Há regras de convivência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho muito interessante, porque é preciso que o trabalho – V. Exa. conhece o meu estilo – seja de sensibilização, Senador Confúcio, dos nossos. Ninguém está tirando o direito à propriedade, o direito a produzir. Só estamos dizendo bom senso, limites. Repito, como numa estrada há limite de velocidade. O carro é seu, mas você não anda como você quiser, não anda na contramão, não ultrapassa pela direita e por aí vai.

Então, nas propriedades de produção agrícola, qualquer uma que seja, ou, repito, mesmo na área urbana, como dizia também o Ministro Hermann Benjamin, há o código de edificação da cidade. O terreno é seu, mas você não pode avançar no recuo, você não pode edificar acima do limite da altura. Talvez você quisesse fazer um prédio de 30 andares, mas só pode seis.

Então eu acho que nós precisamos, até com os colegas aqui desta Comissão, cada vez implementar isso, que é o Direito moderno. O direito de cada um cessa quando invade o direito coletivo. Quando alguém, dentro da sua propriedade, esbulha de um povo originário, quando alguém, dentro da sua propriedade, contamina o lençol freático, acaba com a floresta, que é necessária, ou com a reserva legal, como disse há pouco o professor, eu não sou... V. Exa. muito mais pode falar que eu, porque eu não sou advogado, e se fosse, não teria o brilhantismo de V. Exa., mas é como ele disse: que o legislador original pode invadir, por assim dizer, o direito da propriedade quando o proprietário invade aquilo que é direito coletivo. É por esse conceito que eu fico lutando para abrir a cabeça dos nossos.

Não está aqui ninguém querendo esbulhar os outros, porque não aceitamos que os outros nos esbulhem. Nós estamos querendo estabelecer o *modus vivendi* de como produzir sem degradar. Porque senão, me permitam, será uma produção imediatista. Permitam-me até dizer, uma produção burra, porque ela não será longa. E o próprio negócio do cidadão vai por água abaixo. Quantos milhões de hectares nós temos de terra degradada, que poderiam ser recuperados, para não se continuar com a cantilena de que precisa desmatar, desmatar e desmatar?

Então eu só quero dizer que me orgulha muito estar participando aqui, ter ajudado a organizar. E mais uma vez, agradeço a participação dos especialistas alemães nesse tema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Jaques Wagner.

Eu acho que essa é a nossa missão mesmo, é diuturnamente tentar trabalhar essa pauta ambiental. Nesse conceito, ela é apertidária. Nós temos que ter essa percepção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso é muito fácil, didaticamente, de compreensão, na hora em que você avalia uma contraposição entre um direito individual e um direito coletivo. Essas limitações que nós temos ali.

Eu acho que esse trabalho, Senador Confúcio, é nosso trabalho aqui também. É de chegar e conversar com cada Senador e Senadora e explicar, olha, esse é o direito coletivo, aquilo que o professor bem falou. Aquela pessoa que está contribuindo, por exemplo, para uma degradação ambiental, vai ser vítima daquela degradação. Não tenham dúvida disso.

Então, é um comportamento extremamente equivocado, quando você não tem essa percepção e essa relativização do direito à propriedade. Não, de forma alguma, como uma forma de esbulho, mas de consciência ambiental de que aquele direito coletivo deve se sobrepor, em determinada circunstância, a qualquer pseudo direito individual.

Muito obrigado, Presidente, meu querido Senador Jaques Wagner.

Consulto o Senador Confúcio sobre se queria fazer uso da palavra.

Então, meu querido Ministro Herman Benjamin. Satisfeito?

Perfeitamente.

Quero agradecer a todos os palestrantes, ao Professor Ernst-Ulrich von Weizsäcker, à Senhora Maritta R. Von Bieberstein Koch-Weser e ao Sr. Christian Calliess, pela forma didática, brilhante, consciente, equilibrada com que nos presentearam nesta tarde.

Agradecemos aos convidados que participaram remotamente.

Declaro encerrado o terceiro painel.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Imediatamente, vamos ao quarto momento do nosso evento.

Mais uma vez, quero registrar e agradecer o apoio da secretaria desta Comissão, da técnica, da filmagem, dos funcionários terceirizados que aqui estão nos auxiliando, dos fotógrafos, enfim, de todos aqueles que direta e indiretamente fazem parte essencial para o funcionamento desta tão conceituada e atuante Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Neste quarto painel, ouviremos sobre "A função ecológica da propriedade: a experiência brasileira", sendo as apresentações seguidas de uma breve sessão de debates.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, para compor a nossa mesa, o Professor Andreas Krell, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Convido também o Sr. Marco Túlio Reis Magalhães, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União. *(Pausa.)*

Professor Andreas, obrigado pelo comparecimento. Sr. Marco Túlio, muito obrigado.

Concedo imediatamente a palavra ao Professor Andreas Krell para a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. ANDREAS KRELL (Para expor.) – Boa tarde! Eu quero agradecer o convite que me foi feito pelo eminente Ministro Antonio Herman Benjamin. Cumprimento o ilustre Senador Presidente desta mesa, Fabiano Contarato, e também os Senadores Jaques Wagner, Confúcio Moura, os colegas apresentadores brasileiros e alemães, os representantes da Embaixada alemã e todos os que estão nos assistindo via internet.

A minha apresentação eu vou começar de forma diferente.

Eu sou alemão, vivo no Brasil há 25 anos, no Nordeste. Eu sou professor, desde 1995, de Direito Ambiental, da Universidade Federal de Alagoas. Também colaboro em Pernambuco lá nos cursos de pós-graduação e entendo alguma coisa do direito alemão, como do brasileiro, com o tempo, e, por isso, eu faço essa proposta aqui de tecer algumas linhas de comparação entre o sistema alemão e o brasileiro, não de forma mais aberta em relação às normas constitucionais, como fez o Professor Calliess, mas um pouco mais concreto na área das florestas. Nós sabemos que tanto o Brasil quanto a Alemanha estão perseguindo uma gestão administrativa mais eficiente de suas florestas, não somente por motivos morais, políticos, mas porque há deveres consagrados nas Constituições dos dois países e também compromissos internacionais assumidos.

Essa análise comparativa, logicamente, vai ter que considerar, sempre, as diferenças entre os dois países de ordem histórica, cultural, socioeconômica. E, também, essa proposta minha, hoje, em 20 minutos, dá um destaque ao tribunal que no Brasil com mais veemência, nos últimos 20 anos, tem defendido a pauta pró-ecológica, que é o Superior Tribunal de Justiça, sem diminuir o mérito de outros tribunais, juízes, juízas.

Primeiro – talvez isso seja bem conhecido por alguns, mas muita gente não deve estar tão bem localizada nessa situação – o que são as áreas que o Código Florestal no Brasil protege? A famosa Área de Preservação Permanente (APP) é coberta de uma vegetação nativa que tem a função de preservar águas, paisagem, biodiversidade, fauna, flora, mas também proteger o solo e o bem-estar da população, e essa deve ser mantida pelo proprietário, possuidor do terreno. Nós conhecemos todas as denominadas APPs. As mais conhecidas são as APPs ao longo das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

margens dos cursos de água e o tamanho depende da largura do corpo de água, mas existem outras em torno de lagos e lagoas, restingas e manguezais, encostas em declividade, em declividades maiores de 45 graus, topos de morro acima de 100 metros e toda a área acima de 1,8 mil metros.

As regras do art. 4º sobre essa proteção são autoaplicáveis em todo o país e não dependem de um ato concretizador específico. Já o art. 6º, logo depois, o Código Florestal, também prevê APPs instituídas pelo Executivo por ato administrativo. Aí é preciso enquadrar a área em uma das hipóteses legais: conter a erosão, proteger restingas, várzeas, fixar dunas etc. Pode haver a supressão, excepcionalmente, da vegetação em APP nas hipóteses da utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, baixo impacto. E um grande avanço do novo Código Florestal, de 2012 – não é mais tão novo, 10 anos –, é que ele define exhaustivamente essas hipóteses no seu art. 3º.

Outra unidade conhecida, a segunda famosa unidade protegida pelo Código Florestal, é a reserva legal. Nela deve ser mantida a vegetação nativa em imóveis rurais, e a definição dos limites, aí sim, depende de um ato administrativo.

Os percentuais da reserva legal variam dependendo da região do país. A regra, no Brasil, é de 20%, mas pode chegar a 80% na Amazônia Legal, em áreas de florestas, e a 35% no Cerrado. O tamanho concreto depende também da existência do zoneamento ecológico-econômico de cada estado.

Uma área florestal, além dessas duas hipóteses, também pode ser enquadrada em um dos tipos da Lei das Unidades de Conservação, a famosa Lei nº 9.985, de 2000, cujo melhor exemplo e mais conhecido é a APA (área de proteção ambiental), – que não pode ser confundida com a APP –, ou ser composta por vegetação da Mata Atlântica, com a vegetação típica dessa mata, que tem proteção especial garantida por lei própria.

O que fez, então, o Judiciário? A ampliação interpretativa da função social da propriedade, na doutrina e na jurisprudência do Brasil, foi insuficiente, durante muito tempo, para mudar todo esse paradigma de exploração não sustentável dos recursos naturais no Brasil, como afirma e repete sempre nas suas contribuições o Prof. Ministro Benjamin.

Mas esse aprofundamento existiu, começou a existir a partir de diversas decisões do STJ – eu somente estou pincelando algumas, as historicamente mais importantes nas áreas de floresta: em 2001, há a decisão de que, pelo Código Florestal, as APPs legais, do art. 4º – na época, ainda era outro artigo –, não são indenizáveis por serem insuscetíveis de exploração econômica; logo depois, em 2002, importantíssima decisão: a responsabilidade do proprietário pela recomposição do terreno degradado não depende da culpa pessoal, mas constitui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação civil objetiva *propter rem*, posição depois adotada pelo Código Florestal – episódio em que o STJ criou a linha e, depois, o legislador assumiu e a positivou no art. 2º; em 2010, inversão do ônus da prova na ação civil pública ambiental; em 2014, mínimo existencial ambiental existe na área do saneamento básico; e a última, recente, de 2021, o dever de respeitar a faixa não edificável nas APPs de qualquer curso d'água em áreas urbanas consolidadas – o que sempre foi questionado, mas sobre o que, agora, não há mais discussão.

A função ambiental, como já foi exposto aqui pelo próprio Ministro, pela manhã, ou também chamada de ecológica, é um *plus* em relação à função social da propriedade. A base é o art. 225, que atribui o dever de proteger o ambiente não somente ao Estado, mas aos próprios particulares, o que outras constituições, por exemplo, não fazem de forma tão explícita.

Outro passo fundamental, há 20 anos: o novo Código Civil, em seu famoso art. 1.228, relativizou o domínio do proprietário pela função ambiental, obrigando-o a preservar a fauna, a flora, o equilíbrio ecológico e a evitar a poluição do ar e das águas – explicitamente, mas, claro, impossível!

Esse dever integra o conteúdo da própria propriedade, abrindo espaços para definir os seus limites nos imóveis, tanto urbanos quanto rurais. A função ambiental condiciona a propriedade pública também, não somente a privada, que era a mais influenciada pela teoria da função social da propriedade.

Não há, então, desapropriação na esfera dos limites internos da propriedade florestal. Não existe um direito que poderia sofrer restrições; ele já nasce, por assim dizer, limitado pela função ambiental.

Indenizações. Os tribunais brasileiros, todos aqui sabem, têm condenado o poder público a pagar valores exorbitantes de indenizações por imóveis muitas vezes em áreas protegidas e muitas vezes transformando os atos que fixam simplesmente conteúdo e limites da propriedade em desapropriações indiretas, o que inviabilizou inúmeras medidas locais ou estaduais.

As limitações à propriedade criam, sim, obrigações, mas, normalmente, sem o dever de indenizar. Há casos, porém, claro, em que limitações tornam a propriedade inteiramente inutilizável para os fins econômicos, justificando a indenização. Para ser indenizado, deve-se, acima de tudo, comprovar que as limitações são mais extensas do que as de caráter geral que vinculam o conteúdo da propriedade. Por isso temos, por exemplo, as APPs, do art. 4º, criadas pela lei, que normalmente não permitem nenhuma indenização; aquelas criadas por ato administrativo já permitem; e, nas reservas legais, há a tendência de não caber indenização, mas em alguns casos excepcionais existe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alemanha. Na Alemanha – vimos agora a apresentação do Prof. Calliess –, o sistema trabalha com a desapropriação, mas, ao mesmo tempo, com a determinação de conteúdo e limites, figura essa que ficou tão importante para o Brasil, pois, por meio dela, concretiza-se a função social da propriedade, fixando possibilidades de uso e disposição. Nela, em regra, não há indenizações.

A base da chamada *Ökologiepflichtigkeit*, vinculação ecológica, é o art. 20a da Lei Fundamental, que foi uma emenda de 1994 inserida no texto da Lei Fundamental.

Essa chamada "norma-fim de Estado" não é um direito fundamental, como no Brasil, mas tem efeitos jurídicos objetivos, obrigando todos os poderes e órgãos estatais à sua consideração e observância.

A função ambiental da floresta alemã. Como já vimos repetidas vezes, um terço do território alemão é coberto por florestas, cuja propriedade é distribuída – bem parecido com o Brasil... – entre: particulares, 48%, somando 2 milhões de propriedades; estados federados, 29%; União, somente 4%; e outros entes públicos, tais como, municípios, fundações e consórcios, que lá se chamam *Körperschaft* – entidades públicas.

A Lei das Florestas, *Bundeswaldgesetz*, destaca três funções básicas: de uso econômico, que sempre é importante; recreativo, que cresceu a partir dos anos 70, como vimos na apresentação do Sr. Deputado Ruck; e protetivo, que só ganha mais peso nos últimos tempos ou nas últimas duas décadas. Também há áreas florestais protegidas pela Lei de Proteção da Natureza e pelas Leis de Gerenciamento de Recursos Hídricos ou de Proteção do Solo.

Doutrina e jurisprudência. E agora vem a primeira observação crítica: doutrina e jurisprudência na Alemanha não trabalharam ainda adequadamente a função ambiental ecológica da propriedade florestal. Sua interpretação não considera ainda suficientemente a proteção da natureza e a imposição de limites diretos ao uso das florestas. De vez em quando, a gente imagina que lá tudo está melhor, funcionando uma beleza, mas os próprios especialistas na área, como o Prof. Detlef Sibulca, um dos autores que mais profundamente trabalha nessa área no Direito alemão, fazem essa crítica justificando e dando vários exemplos.

A definição mais concreta dessa vinculação ecológica da propriedade alemã nas florestas é necessária por causa dos compromissos internacionais, como vimos na fala do Prof. Calliess sobre a decisão, no ano passado, que diz respeito ao clima. E aqui temos também essa obrigação na área das florestas: convenções da biodiversidade, da Rio 92, e mudanças climáticas. Além disso, do mesmo ano, temos uma diretiva da União Europeia que exige, cria várias obrigações de criação de áreas protegidas, chamada "Flora-Fauna-Habitat".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conceito de gerenciamento florestal sustentável, na BWaldG, necessita de uma melhor concretização pelas leis estaduais, o que não tem acontecido ainda. O mesmo vale para a expressão "boa prática florestal", Lei de Proteção da Natureza.

Prevalecem – isto é interessante ver – na Alemanha normas sobre metas e fins, e faltam regras concretas sobre a biodiversidade das florestas. Exemplos: o corte raso de áreas maiores, plantações de espécies não típicas, entre vários outros.

Durante muito tempo – isto também é importante para ver a diferença em relação ao Brasil –, a Alemanha não seguiu, durante muito tempo, o modelo da criação de reservas e unidades para proteger certas áreas, como é o caso e sempre foi do Brasil, regulamentando as intervenções específicas, para garantir um padrão mínimo geral em todos os imóveis com florestas. Recentemente houve uma mudança, como nos foi aqui também comunicado de manhã, após a diretiva de 1992 da União Europeia. Hoje já há mais parques e áreas protegidas, nos últimos 30 anos. Antes essa não era a linha alemã.

Compensações por medidas de efeito desapropriatório. É um tema tão importante no Brasil como na Alemanha, porque toda a disposição de um governo de proteger mais o meio ambiente, seja federal, seja estadual, seja até local, vai sofrer e se inviabilizar se houver a necessidade do pagamento de altíssimos valores.

O sistema alemão reconhece que pode haver desapropriação indireta onde as medidas inviabilizam o uso agroflorestal da área, que foi anteriormente exercido de forma lícita. Para essas medidas de efeito desapropriatório, as leis preveem a indenização.

Também – e agora vem uma figura meio estranha – existe a compensação de equidade (*Billigkeitsausgleich*) para casos aquém do grau de desapropriação, mas em que os beneficiados, que podem ser públicos ou privados, pelas limitações do uso dos imóveis devem pagar uma justa compensação aos proprietários.

Kloepfer, um dos professores mais respeitados no Direito alemão do meio ambiente, critica que essa compensação de desvantagens, abaixo o nível de desapropriação, é uma quebra do princípio do usuário-pagador, capaz de reduzir a disposição do poder público de criar áreas de proteção dos recursos naturais.

Na prática, na Alemanha, observaram-se grandes dificuldades de fixação das possíveis perdas de proteção florestal e agrícola, devido às alternativas que sempre existem de aproveitar o solo apesar das restrições de uso.

Critério, diz Cybulka, com razão, para compensações financeiras pela restrição do uso do solo deve ser a lícita utilização anterior, pagando apenas em casos de evidentes distorções da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência dos produtores da mesma região. Então, já há uma restrição muito grande em relação àquela compensação de equidade.

Aspecto comparativo – esta é a minha contribuição; pode-se até pensar diferentemente, mas é o que eu entendo: se a figura alemã das compensações por equidade fosse introduzida no Brasil, levaria a uma confusão ainda maior no emprego dos instrumentos legais; provavelmente, serviria acima de tudo para justificar indenizações no caso de meras delimitações da propriedade na base da função ambiental. Talvez eu esteja enganado.

Conclusões.

O poder público brasileiro deveria, sim, definir melhor os critérios para o pagamento de compensações de particulares por medidas em favor do meio ambiente na área florestal.

Uma possível indenização não deve depender apenas do enquadramento do imóvel em uma das áreas conhecidas – APP, RL, Mata Atlântica ou até APA ou outra unidade de conservação. Isso não pode ser o ponto decisivo para o pagamento de indenização.

Há necessidade de critérios mais nítidos para a divisão racional entre limitações da propriedade, não indenizáveis normalmente, e medidas de efeito desapropriatório – essas, sim, indenizáveis.

E aí, também, a minha contribuição pessoal, pelo que eu observo, analisando decisões judiciais: apesar dos méritos dos tribunais brasileiros, STJ e outros, na aplicação dos conceitos de proteção ambiental no Brasil, não se pode deixar ao critério subjetivo de cada juiz decidir sozinho se haverá indenização ou não e qual deve ser o seu valor, somente na base de princípios como o da razoabilidade e da proporcionalidade, porque você vai precisar de sorte. Se o ministro ou o desembargador tiver consciência ambiental, ele vai dar indenização ou fixar o valor da indenização baixo para poupar as contas públicas. E se não tiver? Aí, até hoje, temos uma boa parte do Judiciário que não tem toda essa convicção e consciência ambiental.

E, no final, o legislador alemão, por sua vez, deve também fixar melhor as prioridades e definir os deveres do proprietário na gestão econômica das florestas, além de fixar medidas nos casos do não cumprimento. Isso, muitas vezes, não fica claro – o que se tem que fazer – com agricultores, por exemplo, que não cumprem as regras, sem aplicar imediatamente altos valores de multa.

Na Alemanha, a proteção das florestas depende, sobretudo, de atos específicos dos órgãos administrativos. No Brasil, prevalecem as áreas protegidas diretamente por lei, o que é adequado face a seu tamanho, que dificulta o controle de inúmeros terrenos rurais, no interior do Brasil, pelos órgãos ambientais de muitos estados que, como sabemos, têm grandes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades técnicas e também políticas. O sucesso de combate ao desmatamento, tema central deste evento, na Amazônia ou em qualquer outra região do Brasil, certamente dependerá da correta compreensão e utilização dos instrumentos jurídicos de proteção florestal. Tanto no Brasil quanto na Alemanha, a função ambiental – esse novo conceito base, título deste evento –, é um conceito que vai além da função social e deverá levar à reformulação de várias leis, às mudanças de aplicação e, quem sabe, a intervenções do Judiciário nas omissões do Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Prof. Andreas Krell.

Eu particularmente fico muito feliz com a didática com que apresentou na comparação do Brasil e Alemanha, ainda dando as contribuições com as sugestões. Muito obrigado. Eu particularmente me sinto extremamente contemplado.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Marco Túlio Reis Magalhães.

Antes de conceder-lhe a palavra, eu quero aqui fazer um registro, Dr. Marco. Esse reforço positivo, para mim é de extrema importância falar. Como eu falei no início da minha fala, no início desta sessão, quando eu falo do Platão, da sabedoria na repetição, nós temos que entender que governos passam, mas que o Estado é superior.

Eu quero deixar claro para a Advocacia-Geral da União a minha admiração, o meu respeito e a minha defesa intransigente para o fortalecimento das instituições, porque a democracia é o melhor terreno para plantar e colher direitos. E somente podemos ter democracia com instituições como a Advocacia-Geral da União, como o Ministério Público Federal, como a Defensoria Pública e como o próprio Poder Judiciário fortalecidos, para que possam atuar de forma isenta, imparcial, com equidade, fazendo uma análise com o direito comparado, fazendo uma interpretação histórica, sociológica. Acho que é isso que me motiva e por isso que eu lancei meu nome, Prof. Andreas, nessa empreitada, quando fui eleito Senador pelo Estado do Espírito Santo.

Costumo dizer que eu tenho duas missões na minha vida que é ser servidor público e ser professor. Eu estou como Senador, mas estarei sempre aqui, junto com meus colegas, na defesa daquilo que eu chamo que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito e que se chama a Constituição da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu transmito o meu agradecimento a todos os advogados e advogadas da Advocacia-Geral da União. Podem sempre contar comigo!

Com a palavra o Dr. Marco Túlio Reis Magalhães.

O SR. MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite que me foi formulado para participar desse importante evento de debate entre Brasil-Alemanha, um debate de ideias produtivo, profícuo, em que se busca uma construção em prol da proteção do meio ambiente.

Quero inicialmente agradecer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, que se ausentou rapidamente. Eu o cumprimento.

Cumprimento também o Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura.

Cumprimento o Exmo. Sr. Ministro Herman Benjamin, na pessoa de quem peço licença para cumprimentar os demais participantes de forma geral.

Quero cumprimentar, em especial, o Exmo. Sr. Senador Fabiano Contarato, e registrar que recebo com bastante alegria essa sua manifestação.

Na minha atuação como Procurador Federal – e acho que toda a carreira – trabalhei sempre com a ideia de uma carreira de Estado, que busca sempre a afirmação e o cumprimento da legislação e da Constituição brasileira.

Quero também cumprimentar – e o faço na pessoa do Prof. Christian Calliess – todos os participantes estrangeiros. Faço-o porque não só ele é uma referência e bem didaticamente expôs as questões aqui, mas é uma referência pessoal para mim, como meu professor que foi, um sempre incentivador e orientador dos meus estudos quando estive na Alemanha.

O que eu pretendo, rapidamente, expor aqui e que, de certa forma, as palestras anteriores já o fizeram em certa medida, da Ministra Cármen Lúcia, do Ministro Herman Benjamin, do Prof. Calliess e também, agora, do Professor Andreas Krell, é, de certa forma e também buscando inspiração na fala recente do Senador Fabiano Contarato, reiterar aquilo que nós devemos afirmar com bastante certeza, no caso a compreensão do que seja a função ecológica, a função de equilíbrio ecológico do meio ambiente.

Então, o foco que quero dar, rapidamente, dentro do tempo estipulado, é percebermos ou refletirmos um pouco mais sobre o sentido do equilíbrio ecológico na Constituição como conceito político e jurídico normativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pretendo, então, fazer um rápido olhar sobre os dispositivos constitucionais e, em seguida, discutir, em rápida medida, o que seja a função ecológica em termos normativos, como podemos entendê-la em termos normativos, e trazer alguns elementos de entendimentos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que nos ajudam a compreendermos a dimensão que é dada a esse conceito.

De forma geral, não vou me estender neste aspecto – a Ministra Cármen Lúcia já o fez pela manhã –, o que interessa ressaltar é que a Constituição de 1988, sem prejuízo da proteção anterior que tínhamos na legislação infraconstitucional, trouxe um arcabouço importante, um conjunto de normas ambientais, tendo o art. 225 como o cerne, o centro, o vértice dessas normas constitucionais, mas também outros dispositivos da Constituição Federal também trazem consigo a exigência do equilíbrio ecológico do meio ambiente. Há uma correlação entre outros campos temáticos em que a Constituição assim buscou estipular.

Esse aspecto é importante porque temos, no art. 225, a afirmação de um direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, um dever geral de proteção, que é dirigido ao poder público e à coletividade, um objetivo geral de sustentabilidade ambiental no longo prazo, que é a referência às presentes e futuras gerações, e uma série de deveres específicos dirigidos ao Estado, que concretizam, em melhor medida, qual é o sentido desse equilíbrio ecológico.

É interessante, faço aqui um breve parêntese, me lembrando até do questionamento que o Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner fez mais cedo ao Dr. Christian Ruck a respeito de como a Alemanha caminhava para definir esse difícil equacionamento de quanto desmatar, em que medida, chegar a que ponto, e de como lida com a questão da sustentabilidade. Lembrei-me de uma referência interessante, que a sustentabilidade ambiental é uma referência tanto na Constituição alemã, quanto na Constituição brasileira e, em termos históricos, há, já em 1713, uma obra de um alemão chamado Hans Carl von Carlowitz, que é conhecido na Alemanha como um precursor da ideia de sustentabilidade, não por ser um ambientalista à época, mas porque ele lidava com a exploração de minas de prata, na região da Saxônia – que, salvo engano, é origem da Dra. Anna Cavazzini, que está aqui presente nos prestigiando –, lidava, então, comercialmente e economicamente, com a exploração de minas de prata e também com a exploração de recursos florestais. E a ele é dada essa alcunha de fundador da ideia de uso sustentado, ou seja, a preocupação, que acho que o Prof. Christian Ruck falou mais cedo, sobre a concepção de uma racionalidade no uso do recurso florestal.

Ainda que não se tenha, de imediato, àquela época, uma visão ecológica, tem-se a visão econômica de não exaurimento, que acaba coincidindo, para nós, na nossa compreensão de hoje, à ideia de sustentabilidade no uso dos recursos florestais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais interessante, em termos históricos, é perceber que, quase cem anos depois, quem visita a região e estuda nas escolas de mineralogia da época, na Alemanha, na Saxônia, em Freiberg, é não menos que José Bonifácio de Andrada e Silva, o nosso patriarca da independência. E é interessante notar que ele, em publicações posteriores, quando retorna e atua na administração do Governo português, preocupa-se em estabelecer regras de sustentabilidade, compreendidas na sua dimensão histórica, para o replantio de bosques em Portugal, discutindo exatamente medidas concretas que trariam o mínimo de equilíbrio e manutenção do que se estava a explorar. Então é interessante percebermos como esses diálogos, voltando no passado, ajudam a perceber a dimensão do presente.

Mas, voltando ao tema em si, passada essa pequena digressão histórica, o que precisamos ressaltar, para entender o equilíbrio ecológico, a partir da constituição das normas constitucionais, de forma geral, além de olhar o quadro normativo como um todo, é interpretar o art. 225 em conjunto com o art. 186, II, da Constituição, ou seja, a exigência de equilíbrio ecológico do art. 225, com a função social, em sentido constitucional, estabelecida na Constituição. Também o art. 5º, *caput*, incisos XXII e XXIII, porque tratam do direito à vida, às vezes esquecido quando se discute esse debate, e também o direito de propriedade. Ou seja, é do conjunto interpretativo dessas normas que, a partir da Constituição, temos o substrato para o equilíbrio ecológico.

O equilíbrio ecológico – quero aqui então fazer o estresse dessa ideia – parece-me o ponto chave para se entender função ecológica da propriedade. Trago três exemplos. Em primeiro lugar, nós não temos um direito, ou melhor, lembrando do art. 225, da Constituição, todos não têm direito a um meio ambiente pura e simplesmente. Todos também não têm direito ao meio ambiente poluído ou degradado. O que temos é direito ao meio ambiente qualificado, caracterizado. E que qualificação é essa? É ser ecologicamente equilibrado. Então, não apenas a partir dos incisos, como lembrou a Ministra Cármen Lúcia, mas sobretudo a partir do *caput* do art. 225, está a inteligência dada pelo legislador constituinte em qualificar o ambiente. A ideia de equilíbrio ecológico ou ecologicamente equilibrado é um critério científico antes de tudo, é um critério que se apura a partir das ciências naturais. Mas o que há de importante e decisivo feito pela nossa Constituição é acoplar esse critério científico à norma constitucional e alçá-lo a um critério normativo. Esse é o grande trunfo, a meu ver, que a Constituição traz, porque une a ciência ecológica à ciência jurídica, cria uma ponte necessária para viabilizar ao longo do tempo, ao longo do desenvolvimento humano a possibilidade de alcançar uma qualidade de vida em um meio ambiente equilibrado. Por isso o equilíbrio ecológico passa a ser também finalidade constitucional a ser assegurada e garantida não só em sentido normativo, jurídico, mas em sentido político, pela atuação efetiva do Parlamento. Deve-se sempre ressaltar esse aspecto porque o nosso colóquio não é apenas de direito, mas de política ambiental. Por vezes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós confundimos, sobretudo nós, da área do Direito, fechamos nosso pensamento a pensar que a discussão da Constituição é meramente normativa. Ela é, antes de tudo, política. Esse é um elemento importante.

A ideia de equilíbrio ecológico também deve ter uma perspectiva dinâmica do meio ambiente. Por que dinâmica? Porque há um conjunto de funcionalidade, de ciclos, de sistemas que operam independente da nossa compreensão e eles, em certa medida, trazem benefícios para nós. Então, essa ideia de funcionalidade e estabilidade é para nós extremamente importante.

Um outro aspecto importante que acho válido mencionar é que há uma vantagem do uso do conceito de equilíbrio ecológico na Constituição, porque, embora ele seja inicialmente indeterminado, porque depende do preenchimento, dos conhecimentos científicos na prática, isso combina com a semântica das normas constitucionais, permite esse dinamismo de contínuo desenvolvimento, de contínua adaptação, leva à ideia justificada de contínuas revisões e avaliações periódicas que são dirigidas em boa medida ao legislador, para que leis que possam eventualmente serem estabelecidas ao longo do tempo com conhecimento científico possam ser revisadas. Exemplo no nosso caso brasileiro de discussão diz respeito ao caso do uso do amianto nas atividades econômicas. É um exemplo em que o conhecimento científico e a conjugação do elemento do equilíbrio ecológico permitem pouco a pouco que nós mudemos a nossa plataforma econômica em prol do equilíbrio ecológico.

Um outro equilíbrio importante e que de certa forma foi bem exposto pelo Ministro Herman Benjamin, em painel anterior, é perceber que hoje a ideia de função ecológica ou equilíbrio ecológico não se resume a um estoque de bens naturais ali dispostos para mero uso e exploração. Há a dinâmica ou a ideia de funcionalidade e é essa a ideia que a gente quer a todo momento estabelecer quando fala em função ecológica. Há um aspecto de funcionalidade a ser protegido, independentemente do bem enquanto recurso explorado. Há uma abertura temporal na relação de equilíbrio ecológico porque se preocupa com os ciclos da vida, com os funcionamentos dos sistemas ao longo do tempo.

Há uma abertura também semântica em se discutir aberta e democraticamente qual é o sentido que se dá na Constituição, se é um sentido antropocêntrico, ecocêntrico, zoocêntrico, ou seja, qual é a medida que se dá de proteção voltada mais ao ser humano, voltada aos animais, voltada ao sistema ecológico como um todo. Nossa Constituição, de certa forma, preocupa-se com esses três elementos, dosando isso no próprio art. 225 da Constituição, a exemplo do debate que tivemos, há pouco tempo no Brasil, relacionado à situação de atividades esportivas como a vaquejada e um debate legítimo ocorrido no Parlamento que levou ao aperfeiçoamento da legislação brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda como uma caracterização da ideia de equilíbrio ecológico enquanto conceito normativo é que ele deve ser considerado também numa visão integrada ou integrativa, ou seja, ele deve ser considerado em todas as atividades e políticas públicas realizadas no país, sejam atividades públicas, sejam atividades privadas. É uma ideia de integração que existe também no direito da União Europeia, por exemplo, no art.11 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, de se levar em consideração o equilíbrio ecológico em todas as legislações e campos temáticos. Não significa que ela tem uma prevalência *a priori*, mas ela deve ser um critério a se considerar.

A jurisprudência do Supremo, de certa forma, traz, na discussão sobre essa conjugação da função social e da função ecológica, um conceito interessante, salvo engano do Ministro Edson Fachin, ao dizer que há aqui uma amálgama inextricável entre a função ecológica e a função social. Elas coexistem e isso foi bem ressaltado também pelo Ministro Herman Benjamin.

Em síntese, o importante, a partir desta visão geral, é percebermos que a Constituição traz essa preocupação com o equilíbrio ecológico como novidade, quando comparada com o ordenamento constitucional anterior, que previa a função social, mas não previa, expressamente no plano constitucional, esse conjunto de critérios normativos materiais ligados à proteção ambiental. O que há de novo na Constituição é isso, então, o mínimo que se exige, seja da atuação legislativa, mas, sobretudo, da aplicação prática, é levar em conta esse equilíbrio entre função social e função ecológica.

Mais cedo, o Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner bem pontuou que o Brasil tem uma legislação exuberante – já que estamos aqui na área ambiental, em certa medida, o adjetivo é pertinente – em termos de legislação ambiental, sobretudo no plano federal, ou seja, temos uma série de dispositivos legais em diferentes áreas temáticas que dão conta de uma atuação possível e efetiva da administração.

O que falta? Em muitos casos, é a dificuldade de se operacionalizar isso em termos institucionais – e, aqui, dois Parlamentares que já exerceram a função de Governador sabem bem das dificuldades que existem em transpor isso à realidade, em conjugar interesses que existem no âmbito dos estados, com as suas próprias dificuldades.

O que é importante perceber? Olhando para esse conjunto de leis que trago aqui, de forma ilustrativa, é que há um papel fundamental para a atuação do Parlamento, ou seja, ele deve criar legislação para cumprir os parâmetros constitucionais e assim o tem feito, sobretudo a partir dos anos 2000, mas ele também deve, em função desse critério de equilíbrio ecológico, considerar que é preciso sempre revisitar e avaliar periodicamente a suficiência da legislação, exatamente porque nós estamos a lidar com um conceito eminentemente científico. A ideia do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equilíbrio ecológico demanda, muitas das vezes, o aperfeiçoamento técnico-científico ao longo do tempo.

Então, é interessante perceber que há um papel contínuo de aperfeiçoamento dirigido ao legislador pela disposição constitucional.

Todas essas leis – e não vou aqui, claro, descer a detalhes no momento – mostram dois trunfos, duas questões que merecem aplauso em relação à atuação do legislador brasileiro. Em primeiro lugar, a inserção, na legislação infraconstitucional, do conceito de equilíbrio ecológico nos diversos campos com a preocupação de que ele seja um critério de controle, independentemente do fato de que, na prática, caberá ao administrador avaliar, num processo de licenciamento, num processo de avaliação de impacto ambiental, a questão em si. Mas há a preocupação do legislador em expor o equilíbrio ecológico nos diversos dispositivos dessas leis, não apenas leis de políticas ambientais, mas leis de outras áreas.

Então, por exemplo, na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, há a preocupação explícita, como princípio, de uma ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, disposição expressa. Como objetivo também, a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Perceba que é um critério que vai, reiteradamente, aparecer na legislação. Eles ressaltam o aspecto funcional. E o Código Florestal Brasileiro, parece-me, é o que mais claramente evidencia essa questão quando conceitua – foi exposto no eslaide do Prof. Andreas Krell – que a definição da APP e da reserva legal, por si só, mostra o critério de funcionalidade, porque diz que é uma área que deve ser protegida em função ou com a função de... E aí diz quais são essas funções.

Então, é interessante porque, às vezes, isso passa batido na nossa leitura da Constituição, mas o aspecto de funcionalidade é essencial para se compreender a função ecológica da propriedade.

A legislação fundiária também é interessante porque traz essa dimensão. A Lei 8.629, de 1993, por exemplo, expressamente, ao definir "preservação ambiental", traz a preocupação de preservar o meio natural na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade.

Então, são apenas alguns exemplos que trago a vocês para perceberem.

O Estatuto da Terra também: para dimensionar o tamanho da propriedade rural, deve-se levar em conta as condições ecológicas da região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o critério, em si, vai sendo absorvido, um critério científico como critério normativo, para ser aplicado nas situações diversas.

A Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima amplia essa dimensão porque pensa o equilíbrio ecológico em nível planetário. E aí, o Prof. Calliess, mais cedo, por exemplo, falou da questão das fronteiras planetárias, que é uma outra forma de absorver essa discussão do equilíbrio ecológico.

Também o Estatuto da Cidade, que absorve importante discussão em áreas consolidadas ou áreas de choque, de urbanização com áreas de proteção ambiental, prevê essa preocupação.

São apenas alguns exemplos. Não vou dar muita continuidade a isso para que a gente possa seguir ao debate.

Com relação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é interessante percebermos que ela também acolhe essa interpretação alargada da função social da propriedade em sentido ou em perspectiva ecológica, tenta fazer essa conexão possível entre as duas funções.

Fiz um recorte de alguns campos em que nós podemos perceber isso de forma mais abrangente.

Na legislação fundiária que trata da desapropriação sanção, ou seja, resultado do descumprimento da função social da Constituição, há em diversos precedentes essa firme conexão entre função social e função ecológica da propriedade. Num sentido metafórico nós poderíamos até dizer aqui que a preservação ambiental ou a função ecológica é um dos quatro cavalos que conduzem a quadrilha da função social da propriedade rural.

Também nos biomas considerados patrimônio nacional o Supremo faz a interpretação de que a função social absorve, acompanha a função ambiental. E, mesmo em situações de APP que eventualmente interfiram em propriedades rurais, isso não impede a eventual desapropriação, sendo que o futuro assentamento ou projeto agrário que se venha a estabelecer pode criar conciliação com a proteção do meio ambiente. Digo isso porque são muitos casos em que às vezes os desapropriados, donos de propriedades improdutivas, usam o argumento de que, como há uma área de proteção próxima, ele não pode ser desapropriado porque o assentamento vai prejudicar o meio ambiente, ou seja, ele tenta usar um subterfúgio para se afastar do descumprimento da função social.

Um segundo campo que nós podemos discutir em que há muita jurisprudência do Supremo sedimentada é a ideia de criação, alteração e supressão de espaços territoriais especialmente protegidos, ou seja, áreas em geral que são protegidas pela sua funcionalidade ecológica: unidades de conservação, APPs, reservas florestais. O que há de importante é que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição já traz as balizas, os limites materiais concretos de fomentar o administrador a criar as unidades, por ato do poder público, ou seja, não depende de lei, mas a supressão e a alteração dos limites dessas áreas dependem de lei, porque se prestigia o papel do Parlamento, se prestigia a discussão democrática em relação a um valor, a um bem que é essencial à sociedade brasileira.

Outro aspecto muito discutido que o Prof. Andreas Krell trouxe, em certa medida, é que o Supremo entende que essas áreas protegidas em imóveis rurais cumprem a função ecológica, mas, se houver um comprometimento a ponto de inviabilizar a exploração econômica da área, deve-se indenizar o proprietário, por duas razões: uma razão de justiça em relação a quem é titular da propriedade e uma razão de que aquela área protegida tem uma dimensão ou uma expressão ecológica, uma expressão econômica, às vezes uma expressão turística, ou seja, ela tem valor, e, nesse sentido, deve ser preservada.

Outro elemento importante que garante o papel importante do legislador do Parlamento é proibir que se alterem unidades de conservação, áreas protegidas por medidas provisórias, para evitar o uso abusivo da discricionariedade do Poder Executivo e prestigiar o papel do Parlamento nesse tipo de questão. Por outro lado, quando há alteração para aumentar o grau de proteção ou eventualmente para aumentar os limites da área, se prestigia a celeridade, a flexibilidade, não necessitando então de legislação.

São alguns aprendizados que há a partir da jurisprudência do Supremo, que ajuda a nossa compreensão.

O caso mais firme e mais claro que vale a pena destacar para nós hoje é a discussão sobre área de reserva legal e APPs, considerando o julgamento que o Supremo fez do Código Florestal de 2012, certamente um dos mais complexos e completos julgamentos em Direito Florestal em que o Supremo se debruçou, num acórdão de quase 700 páginas, com muitos votos divergentes, muitos dispositivos impugnados, mas interessa a nós aqui pontuar alguns aspectos.

Primeiro, esse acórdão auxiliou a compreensão dos limites de controle do Supremo Tribunal Federal em relação à atividade do legislador, ou seja, de forma geral, disse que há uma deferência à legitimidade democrática do Parlamento em definir a política pública, mas que há um controle excepcional possível, levando-se em conta os critérios, os limites estabelecidos na Constituição. A discussão sobre o critério da funcionalidade ecológica é um deles, bem permeado na decisão, juntamente com a função social.

Vou trazer pequenos exemplos que mostram a importância dessa baliza, ou seja, que há um ônus, há uma liberdade do legislador em fixar a política, em fixar os parâmetros, mas há um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ônus argumentativo no sentido de manter um quadro normativo suficiente em relação à política ambiental, pensando a funcionalidade de processos ecológicos, de condições ecológicas, da funcionalidade ecológica como um todo.

Um exemplo interessante é que o Supremo declarou inconstitucional o uso de áreas de APP para atividades de gestão de resíduos sólidos ou obras de infraestrutura para competições desportivas. Por quê? Na relação da gestão de resíduos sólidos, há uma potencial capacidade de dano da área contrária à sua finalidade, que pode ser exercida em outra localidade. No caso da atividade esportiva, você pode ter alternativas locacionais, ou seja, colocá-las em outro lugar, garantindo a máxima eficácia dessa atividade, sem prejuízo da área. Por isso, essa importância de se garantir a funcionalidade da área.

Um segundo exemplo interessante é uma interpretação de que – por vezes, sabemos nós que o legislador, pelo debate intenso no Congresso, não consegue abarcar com precisão todas as situações – havia uma dúvida sobre a proteção de nascedouros e olhos d'água intermitentes, quando o código falava apenas de um regime jurídico protetivo da APP para as situações perenes. O Supremo fez uma interpretação de maximizar o valor constitucional de proteção, trazendo também interpretação à proteção para olhos d'água e nascentes de caráter intermitente.

Um outro critério, para mim muito interessante, a ser destacado, que vai demonstrando a correção do legislador constituinte e do Parlamento Federal em adotar esse tipo de critério, o critério do equilíbrio ecológico, é a discussão sobre a recomposição de áreas desmatadas, ou seja, havia um entendimento, uma previsão de que você poderia fazer a compensação de área desmatada em reserva legal apenas considerando a identidade do bioma, quando nós sabemos – e aqui os dois Senadores, ex-Governadores de estados extremamente biodiversos sabem – que, por exemplo, a Amazônia é um mundo em si só e alberga uma diversidade de ecossistemas e uma diversidade ecológica. Daí porque o Supremo entendeu que só o critério de identidade de biomas não é suficiente para garantir o equilíbrio ecológico. Deve haver identidade ecológica das áreas a serem compensadas. Percebamos o quão relevante é o critério em si.

Um outro debate muito interessante e que, de certa forma, lembra a discussão que o Prof. Christian Ruck fez mais cedo sobre a Alemanha, se eles deveriam ou não usar plantas exóticas – nas palavras dele, "*aliens*" – para recompor a área ambiental desmatada, o código também fez a previsão da possibilidade de recomposição de área com plantas exóticas, ou seja, não nativas, mas num percentual de até 50% e observada uma série de requisitos e critérios técnicos, ou seja, a gradação feita pelo legislador foi respeitada pelo Supremo, porque é uma opção legítima do Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, uma última questão importante desse julgamento foi a permissão de atividades de aquicultura próximas a áreas de entorno de rios e lagos, buscando conciliar a função social ligada àquilo que nós temos discutido desde a manhã, a preocupação de dar o equilíbrio econômico, o equilíbrio social às pessoas que moram naquela localidade, considerando que o prejuízo ambiental, se existente, é menor ou compensável em alguma medida, ou seja, o Supremo legitimou a opção do legislador em permitir atividades de aquicultura, desde que observados determinados critérios.

O grande trunfo que se vê a partir dessa decisão é, de um lado, a adoção, pelo legislador, do equilíbrio ecológico como parâmetro de controle. O segundo trunfo é perceber que o legislador atua de forma a revisitar a legislação e que o Supremo guarda uma deferência, buscando maximizar esse diálogo institucional.

Um último aspecto que eu gostaria de trazer rapidamente, porque sei que já passei do meu tempo, é a utilização ou que critérios o Supremo Tribunal utiliza para esse controle, seja da atuação do legislador seja da atuação da administração como um todo. A Ministra Cármen Lúcia já trouxe, de forma geral, essa discussão. E nós percebemos, aqui nesse diálogo, uma certa semelhança com a discussão feita pelo Prof. Christian Calliess porque, na nossa jurisprudência constitucional, fazemos usos de princípios como o princípio da proibição de um excesso legislativo ou da ação da administração, mas também um princípio de proibição de atuação insuficiente, ou seja, quando ele não atua ou quando ele atua de forma insuficiente ao que se espera. O princípio da função social ou socioambiental, como a jurisprudência muito usa, também é um critério decisivo nesse aspecto.

Em termos de controle, o Supremo entende que pode controlar a atuação do legislador de forma excepcional desde que ele deixe de observar esses critérios ou esses limites estabelecidos na Constituição – no caso do art. 225, é muito positivo, porque ele é bem delimitado nos deveres estabelecidos no §1º do art. 225.

Um último exemplo de controle, que diz respeito ao Executivo, são decisões do Supremo recentes, agora do final do ano, que julgam inconstitucionais resoluções do Conama, esse órgão federal que estabelece padrões nacionais de proteção ambiental. Ele julgou inconstitucional uma resolução que simplesmente eliminava todo um ordenamento, um quadro normativo ligado à atividade de licenciamento em área de irrigação, mas não colocava nada no lugar, não definia um substitutivo. Isso, na visão do Supremo Tribunal Federal, cria um estado de anomia, cria um estado de vácuo legislativo que torna preocupante a proteção do meio ambiente. Daí porque entendeu que tanto o legislador, mas também e sobretudo o Executivo, no seu papel de função normativa pelo Conama, têm que observar a criação de quadros mínimos de proteção ambiental, porque, segundo o próprio Supremo diz, o ímpeto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desregulamentação da legislação ambiental, por vezes legítimo, na ideia de racionalização, não pode levar a um quadro de retrocesso ou à ausência mínima de um quadro normativo.

E, por último, fazendo conexão com uma situação que vivemos ainda, de certa forma, ou seja, a pandemia da covid-19 e a questão das terras indígenas, percebemos que a nossa Constituição também foi muito feliz em conciliar a função ecológica e social com a função protetiva das terras indígenas, porque o art. 231 prevê que há a possibilidade de conciliação de preservação do meio ambiente no usufruto das terras que os índios tradicionalmente ocupam. Isso está legitimado, por exemplo, no julgamento do caso da Raposa Serra do Sol.

Isso também veio à tona, recentemente, nos julgamentos que o Supremo tem feito, na ADPF 709, relacionados a esse problema da pandemia e ao impacto causado nas terras indígenas. Há grande preocupação do Supremo em relação à extração de madeira e outras atividades que têm ocorrido e a busca de impedir que isso aconteça.

Esses são os pontos centrais que eu busquei trazer para iluminar a questão da função ecológica no plano político, jurídico, constitucional, mostrar a relevância do papel do Parlamento, porque, por vezes, quando sobre isso se discute, a visão do Supremo Tribunal Federal é sempre no sentido corretivo. Ao meu ver, não é assim, é num sentido sempre de diálogo, e aqui se deve, merecidamente, registrar o papel positivo que o Parlamento brasileiro tem feito em termos de esforço para garantir a função ecológica da propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado aos queridos palestrantes Professor Andreas Krell e Sr. Marco Túlio Reis Magalhães.

E, apenas para esclarecer, em 2021, esta Comissão de Meio Ambiente aprovou o PL 5.174, de 2019, de autoria do Senador Confúcio, relatado pelo Senador Jaques Wagner. Esse PL trata de regular as mudanças em unidades de conservação, foi apresentado à época da avaliação da PNMC, no qual eu fui o Relator. Então, faço questão aqui de fazer esse registro, porque os três Senadores estão aqui e fico feliz.

Tendo em vista o adiantado da hora, eu agradeço aos nossos convidados.

Declaro encerrado o quarto painel e convido o Senador Confúcio Moura para reassumir a condução dos trabalhos do quinto painel "Desmatamento e Cadeia Produtiva: Modelos Legislativos".

Muito obrigado a todos. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Caminhamos para a conclusão do nosso evento, que está prevista para as 18 horas e alguns minutos.

Neste último painel, o debate se dará sobre "Desmatamento e Cadeia Produtiva: Modelos Legislativos".

Eu convido, para compor a mesa, a Deputada Anna Cavazzini, membro do Parlamento Europeu e Especialista em Comércio Internacional.

Eu convido a Sra. Marina Piatto, Diretora-Executiva do Imaflora.

Muito bem, então, vamos iniciar.

Com a palavra a Deputada Anna Cavazzini, pelo tempo de até 25 minutos.

Fique bem à vontade.

A SRA. ANNA CAVAZZINI (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Boa tarde. Boa tarde a todos!

Muito obrigada, Ministro Benjamin, em nome da Embaixada Alemã, por esse convite. Eu fiquei muito feliz com o convite, porque eu acho muito importante que, depois de dois anos de pandemia, quase sem qualquer intercâmbio internacional, nós tenhamos agora a oportunidade de nos encontrarmos fisicamente, presencialmente, para conversar sobre os objetivos que nós todos temos: combater a mudança climática e frear o desmatamento.

Claro que, com a minha função como Parlamentar da Europa, eu vou mostrar um pouquinho a perspectiva da Europa, vou apresentar quais são as leis que nós estamos discutindo na Europa e, claro, ficaria feliz se houvesse comentários, perguntas e dúvidas, tanto aqui como também por escrito, porque a minha tarefa é também receber a perspectiva brasileira. Eu quero saber como é que as questões são discutidas aqui no Brasil.

O âmbito no qual nós nos movimentamos na Alemanha é o *green deal* europeu. Em 2018, após a última... Eu sou do Partido Verde da Alemanha; e, em 2019, com todo o movimento climático *Fridays for Future*, a Comissão Europeia se motivou a deliberar sobre a transformação da economia europeia para uma economia neutra em CO₂.

E nós estamos agora trabalhando para colocar em prática esse *new green deal*. Nós temos muitos projetos de lei para eficiência energética, energias renováveis, e isso é muito atual agora com essa guerra russa. Está cada vez mais importante, porque, aqui, nós temos que proteger o clima, mas, por outro lado, nós temos que ser independentes das importações de combustíveis fósseis, e o meu país, a Alemanha, depende em 50% das importações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis fósseis da Rússia, e esse é um tiro que está saindo pela culatra, porque... E nós vemos que essa guerra na Ucrânia vai, provavelmente, acelerar a mudança energética. Esse é um dos poucos, por assim dizer, elementos talvez positivos, porque nós falamos tanto hoje que, a cada momento, a cada segundo, pessoas morrem, crianças morrem. Isso é algo que nos movimenta muito na União Europeia, mas, claro, esse não é o tema do dia de hoje.

Um dos elementos centrais do *green deal* na Europa é a dimensão externa. E, aqui, nós temos três projetos de lei importantes: um é o *Carbon Border Adjustment Mechanism*; temos diferentes leis também sobre cadeias de fornecimento e também a política comercial. E, para mim, como Parlamentar, um dos principais objetivos é que o *green deal* europeu não é somente para mudar as leis na Europa; nós queremos mudar a nossa política externa, a nossa política econômica externa nesse *green deal*.

O primeiro instrumento, o *Carbon Border Adjustment Mechanism*, quer dizer que se nós, por exemplo, colocarmos preços altos para o CO₂ na área de aço, mineração, nós temos que tomar cuidado para as empresas não irem para outros países onde não há essa precificação do CO₂. Então, nós vamos começar com aço, alumínio e cimento e, se esses produtos não foram produzidos nos padrões climáticos e foram importados pela União Europeia, é necessário pagar uma taxa alfandegária adicional.

A segunda lei é a lei de fornecimento, que é essa que eu vou explicar um pouco mais: a cadeia de fornecimento livre de desmatamento. Nós, na União Europeia, contribuimos muito com o desmatamento porque, obviamente, a União Europeia, nos últimos 20 anos, importou aproximadamente um terço dos produtos que causaram desmatamento: a produção de carne e a soja produzida que serve basicamente como ração para os animais na Europa. Então, a Europa é responsável, a Europa precisa também assumir esse papel para combater o desmatamento.

Existem estimativas de que 10% do desmatamento global têm a ver com o consumo europeu e, por isso, a ideia é que com o poder que nós temos no mercado europeu, das importações nas relações com os nossos países parceiros, cadeias de fornecimento, esse poder, essa influência nós queremos utilizar para que as nossas cadeias de fornecimento sejam livres de desmatamento.

Essa é uma sugestão bastante interessante. As empresas europeias ou operadores, como consta na lei, que importam produtos e isso, no momento, são seis produtos, que é a cadeia de produção da carne, cacau, café, óleo de palma, soja e madeira, então, se esses produtos foram importados, as empresas precisam fazer uma avaliação de diligência e precisam comprovar que esses produtos não são provenientes de áreas desmatadas e isso é bastante inovador, não houve até o momento no passado. Então, uma empresa que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue provar isso não pode vender o produto no mercado interno europeu. A ideia é que, com essa influência das cadeias de fornecimento, nós poderemos contribuir para uma política agrária sustentável sem desmatamento e isso não é somente para o Brasil, isso é para todos os países no mundo onde nós temos problemas de desmatamento e também exportações da União Europeia, ou seja, nós estamos regulamentando também a produção dentro da União Europeia.

Todos os detalhes, eu acho que é meio tedioso explicar tudo isso, mas as empresas precisam localizar os produtos geograficamente, precisam provar de onde esse produto vem e aqui precisam provar que nessa área não houve desmatamento. A data-base é final de 2020.

Todas as áreas desmatadas antes, segundo essa definição, ainda seriam legais; todas as áreas onde houve desmatamento após 2020 são ilegais. A Comissão ainda realiza uma divisão entre risco normal, risco global e risco alto. Então, quanto mais o país está mais alto nessa categoria de risco, maiores são os controles.

Vou falar um pouquinho sobre os dados dessa lei – algumas pessoas já me perguntaram, no intervalo.

Na União Europeia, a Comissão sugere os projetos de lei no Parlamento, e, no Conselho, isso é negociado, e nós estamos realmente negociando no Parlamento. Três comissões participam: Comissão Ambiental, Comissão do Mercado Interno e Comissão do Mercado Internacional, e eu sou também Relatora para essa lei. Ou seja, se vocês têm algum *feedback*, podem me passar. Eu acho muito importante isso.

Politicamente, eu posso dizer que, na União Europeia, nós vemos que essa abordagem é muito apoiada pela população. As pessoas não querem comprar produtos que têm a ver com desmatamento. As pessoas atentam para isso, muitos supermercados já tiraram produtos das suas prateleiras, e existe muita pressão da população. Isso fez com que nós no Parlamento Europeu que já trabalhamos há muito tempo nessa sugestão fizessemos várias resoluções, que não são ainda leis, e nós tivemos uma boa maioria de Parlamentares de todos os partidos – direita, esquerda... Então, na Europa existe um desejo de combater o desmatamento. Isso é muito importante. E a ideia é que, com essa lei, existam incentivos para os nossos parceiros melhorarem as suas leis florestais. E, com esse aperfeiçoamento das leis florestais dos nossos países parceiros, o incentivo para a importação ou a exportação para a União Europeia é bem maior. E, se nós virmos as discussões aqui no Brasil, em que existem projetos de lei que estão enfraquecendo...

Mas eu acho muito importante, eu já falei isso na entrevista que nós fizemos anteriormente: claro que os países parceiros precisam receber ajuda financeira, isso está claro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já, e eu acho que essa lei vai ser aprovada. É uma lei que tem uma grande maioria na União Europeia.

E um último ponto... Eu acho que não vou precisar de 25 minutos, mas o terceiro ponto... Eu mencionei a política de comércio, o *green deal*. Nós já tivemos muitas discussões sobre o acordo do Mercosul. Eu, no Parlamento Europeu, sou uma das pessoas que aumentou, que fortaleceu esse tema, e eu falei assim: a gente não tem como assinar um acordo que vai provocar mais desmatamento. Aí, a Comissão também falou assim: "não, vamos colocar isso na geladeira".

Mas claro que eu não quero dizer "vamos parar de cooperar com o Brasil", ou "vamos parar com o comércio com o Brasil". Não queremos isso. Nós queremos um acordo União Europeia/Mercosul, mas queremos um acordo sustentável, e eu não estou vendo sustentabilidade. Por isso, é bom esse texto ainda estar um pouquinho aguardando.

Eu acho que o Brasil e a Alemanha ainda precisam trabalhar um pouquinho para fortalecer os padrões de sustentabilidade dentro desse acordo, e essa é a terceira e última mensagem da minha palestra hoje. Eu acho importante termos... conversarmos sobre isso, ainda termos um debate e eu quero levar a ideia brasileira para Bruxelas, e acho que essa dimensão é muito importante para que nós tenhamos a proteção climática e também tenhamos a proteção florestal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado à Deputada Anna Cavazzini pela sua explanação e, a seguir, eu já passo a palavra para Marina Piatto.

A SRA. MARINA PIATTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer, primeiramente, ao Ministro Herman Benjamin: obrigada pelo convite, é muita satisfação estar aqui; também ao Senador Jaques Wagner: obrigada; ao Embaixador da Alemanha, Heiko Thoms: tenho muita admiração pela Alemanha, eu estudei lá quatro anos, fiz meu mestrado lá, tenho muita admiração; e também ao Senador Confúcio Moura: obrigada; e à Deputada Anna Cavazzini: parabéns pelo seu trabalho também.

Eu nome é Marina Piatto, eu sou engenheira agrônoma. Estudei, fiz meu mestrado na Alemanha com agricultura tropical e trabalho na Imaflores, que é uma ONG brasileira, de 27 anos, que atua em todo o Brasil na área agrícola e florestal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaflora significa Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal, e nós trabalhamos por um manejo sustentável, tanto de produtos madeireiros, não madeireiros, e uma agricultura moderna, sustentável, de baixo carbono.

Bom, eu vou falar um pouco sobre os acordos que existem hoje para a produção de *commodities* no Brasil, e devido à ausência de leis e regulamentações que complementem o Código Florestal, formaram-se, ao longo dos últimos dez, 15 anos, vários acordos no setor privado, com a participação da sociedade civil, o varejo, frigoríficos e também com o Ministério Público Federal.

Eu serei bem breve. Vou contar um pouco, assim, para complementar, inclusive, a fala anterior, que faz essa provocação de trazer um pouco a legislação europeia da *due diligence*, que vai nos provocar a aprimorar as nossas legislações para a produção, não só ao atendimento ao Código Florestal, o que nós estamos vendo que não está sendo suficiente para conter o desmatamento e promover uma agricultura mais moderna.

Bom, a indústria da carne bovina, os produtores de gado assim como os produtores de soja e seus compradores vêm sendo chamados a agir há mais de uma década por sua parcela de responsabilidade no desmatamento da Amazônia e do Cerrado; não só pelo desmatamento, mas também trabalho análogo ao escravo e a invasão de terras públicas.

As tensões e polarizações, ao invés do diálogo, por muito tempo dominaram as interações entre as partes envolvidas.

No entanto, esforços conjuntos possibilitam que compromissos fossem firmados. A gente tem a moratória da soja, que já teve, por um momento, a participação do Governo – mas o Governo se retirou desse acordo da moratória da soja, então ficaram as *traders* de soja e as ONGs –, e também o TAC da Carne, que foi firmado há mais de dez anos junto ao Ministério Público Federal.

Com menor ou maior grau de implementação, os acordos estabelecem uma governança para essas cadeias, novas regras, sistemas e procedimentos. Então aí é mais um vínculo. Como faltam regras e leis adicionais ao código, então o próprio movimento *multistakeholder* acabou definindo novos procedimentos e uma governança autônoma. Mas ainda as falhas persistem e a articulação é necessária constantemente para renovar esses pactos e encontrar soluções mais efetivas.

Na cadeia da pecuária de corte, os quatro grandes frigoríficos brasileiros, em 2009, assinaram acordo com o Greenpeace pelo desmatamento zero. Desde 2019, esses procedimentos de controle de desmatamento na cadeia vêm sendo aprimorados. E também, em 2009, o Ministério Público do Estado do Pará elaborou o primeiro acordo público da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pecuária, que foi aplicado apenas aos frigoríficos do Pará naquela época. Logo após, veio o TAC do Mato Grosso, em 2013, e o TAC da Carne Legal para toda a Amazônia. Então, esses são os instrumentos efetivos de controle do desmatamento nessas duas cadeias, com vínculo, vamos dizer, seguindo o Código Florestal, mas um pouco acima da legislação.

Na cadeia da soja, esse acordo se deu dentro da Abiove e da Anec, que são a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, que assinaram então a moratória da soja 2006. Então, nós já temos aí mais de 15 anos de moratória da soja, que ainda está só na Amazônia. Existe essa provocação de ela se expandir para o Cerrado, onde o desmatamento está avançando, mas, ao mesmo tempo, a governança precisa ser revista a todo tempo. Então, com o enfraquecimento do PPCDAm, com o enfraquecimento do PPCerrado, sistemas de monitoramento, existe uma dificuldade no monitoramento do desmatamento, obtenção de dados e, por consequência, do controle da produção de *commodities* nessas áreas.

No que diz respeito à pecuária, não há dúvidas de que esses acordos tiveram um efeito de frear o desmatamento, embora não tenham sido os únicos responsáveis por esse resultado. Para cumprir essas cláusulas, os frigoríficos e as grandes redes de varejo estabeleceram protocolos individuais de fornecimento de gado. E foi um avanço na agenda, no controle da cadeia.

Então, se a gente segue só o Código Florestal e o monitoramento anual, existem várias dúvidas. Por exemplo: onde são as terras indígenas? Elas são demarcadas ou não são? Os rios acabam invadindo as propriedades, mudando os *shapes*. Então o controle, pelo CAR, é muito complicado, da origem do gado, e também há a questão de a cadeia do gado ser uma cadeia longa: desde a criação do bezerro até o abate do gado, o gado passa por várias propriedades, dificultando essa rastreabilidade.

Porém, tanto os frigoríficos quanto o varejo começaram a detalhar esse sistema de monitoramento, cada um do seu jeito. Então, o que aconteceu com o tempo? Foi necessário mudar dois processos para avançar nesse cumprimento desses compromissos voluntários.

Primeiro, houve a harmonização das regras de monitoramento, de monitoramento do desmatamento e da compra de gado. Então, houve uma necessidade de alinhamento e padronização das três grandes indústrias de carne, principalmente a JBS, a Marfrig e a Minerva, junto com os três grandes varejistas, o Pão de Açúcar, o Walmart (atualmente Big) e o Carrefour. Todos eles se sentaram para harmonizar as regras de monitoramento do desmatamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, o Imaflora criou o programa Boi na Linha – programa que soma esforços com o Ministério Público Federal, a quem interessava haver regras oficiais únicas e aplicá-las em todas as indústrias –, que harmoniza todas essas regras de monitoramento. E, em maio, as regras foram lançadas. Então, todas as indústrias signatárias do TAC têm que seguir essas regras de monitoramento a partir de 1º de julho.

O segundo ponto de melhoria foi a construção do protocolo de auditoria, porque as empresas monitoram; com esse monitoramento do desmatamento, elas decidem pela compra ou não desse gado; e, aí, vem a empresa de auditoria e vê se, nessa compra, os limites foram respeitados.

Então, agora, nós temos os dois protocolos unificados. Esses protocolos serão alinhados, por exemplo, com o Selo Verde do Pará; eles têm um certo alinhamento com a Moratória da Soja; e busca-se também um alinhamento com a legislação europeia, para facilitar o monitoramento do controle do desmatamento dessa cadeia tão complexa que é a pecuária no Brasil.

Outro ponto importante é que, hoje, mesmo com o TAC, que é a maior ferramenta que a gente tem, com o enfraquecimento do Ibama, do ICMBio e com todo esse aparato do Executivo enfraquecido, é fundamental o papel do Ministério Público. Mesmo assim, com o TAC, a gente ainda tem poucos frigoríficos nesse mecanismo. O TAC da Carne já tem mais de dez anos, e 30 unidades frigoríficas nunca haviam sido auditadas. Este ano, com o programa Boi na Linha, foi o primeiro ano de auditoria.

Há um desafio enorme, então, de integrar todos os frigoríficos no sistema de monitoramento de compra de gado direto. Aí a gente ainda tem que alavancar o sistema de compra de gado indireto, que são os bezerros, em que está o maior problema do desmatamento.

Nesse setor, então, o nó principal continua sendo incluir os fornecedores indiretos nesse sistema, que são os produtores de bezerro.

O obstáculo atual é a falta de acesso público a documentos como a GTA, que a Guia de Transporte Animal, e de validação do CAR, Cadastro Ambiental Rural, das propriedades. Esses dois documentos, então, permitiriam a rastreabilidade total da cadeia produtiva e do desmatamento. Hoje, nós não temos acesso integral a esse banco de dados, dificultando muito o controle total desde o nascimento do bezerro até o abate.

O poder público, tanto no âmbito dos estados como federal, é uma peça chave para que esses avanços possam acontecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um arranjo de múltiplas partes, que possibilite a unificação das informações, com acordos para proteção de dados pessoais e comerciais sensíveis dos fornecedores indiretos, é fundamental para que se possa dar maior escala ao monitoramento.

Outro passo é atingir o desmatamento zero, essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Para chegar a esse impacto positivo, os incentivos econômicos e financeiros adequados precisam estar alinhados, como os pagamentos pelos serviços ambientais. A gente precisa avançar também nessa agenda.

Na soja, a moratória continua sendo um compromisso e um sinal de mercado, fundamental para conter o desmatamento da Amazônia, e poderia ser expandido para o cerrado. Nesse caso o monitoramento do desmatamento é centralizado, agregando pontos de checagem ao longo do processo de controle.

Então, na pecuária, cada frigorífico faz o seu monitoramento individualmente, e já, na soja, através da Anec e da Abiove, eles fazem um monitoramento centralizado.

No entanto, também são necessários aperfeiçoamentos para a conversão de florestas na área total. Hoje só é monitorada a área em que foi plantada a soja, e não toda a área de desmatamento dentro da propriedade, e também não são monitorados os fornecedores indiretos.

Bom, para finalizar, em ambas as cadeias, a importância da coordenação entre os atores públicos e privados é essencial para desatar esses nós. Na moratória, a não participação dos atores governamentais empobrece a negociação e a construção de novas soluções. Especialmente, na pecuária de corte, é necessário colocar em marcha uma articulação público-privada renovada, no intuito de fazer avançar um sistema de controle unificado para o monitoramento, a auditoria e a transparência dos resultados, sem o qual o progresso concreto para a redução do desmatamento, eliminação das ilegalidades e mitigação das mudanças climáticas não será alcançado.

Eu queria só finalizar, falando que o lema do Imaflora é: produzir e conservar são os dois lados da mesma moeda.

Como foi falado hoje, ao longo do dia, eu conto com a colaboração de todos para nós promovermos uma agricultura sustentável e preservarmos os nossos tão valiosos recursos naturais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Obrigado, Marina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminada essa fase, vamos à fase dos debates.

Eu convido a fazer o uso da palavra o Senador Jaques Wagner, caso queira se pronunciar...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discursar.) – Apenas quero agradecer as duas intervenções e dizer à Deputada Anna Cavazzini que, apesar do reclamo de alguns sobre restrições no recebimento de produtos brasileiros que, eventualmente, advenham de áreas de desmatamento, eu considero absolutamente correto, porque eu entendo que, se há uma cadeia produtiva criminosa, seja da madeira, seja da criação de gado – criminosa no sentido de que feita em áreas de desmatamento ilegal –, aqueles que receberem esses produtos, está tipificado no Código Penal brasileiro, serão receptadores.

Se alguém compra um roubo, participou do roubo. Eu não estou chamando de roubo, eu estou dizendo, evidentemente, que, se há uma ilegalidade na cadeia, ou seja, porque ela foi feita com desmatamento ilegal ou com uso de eventuais agrotóxicos que não sejam autorizados, ou que sejam autorizados, mas que não sejam autorizados em outras regiões do mundo, eu entendo que é razoável que os países digam "não" a esse tipo de produto. Até porque, para nós, esse é um problema. Ninguém cortaria madeira ilegal se não tivesse um destino; ninguém produziria cocaína, se não tivesse consumidor – e se não chegassem a algum ponto de consumo esses produtos.

Portanto, peço vênha para não confundirem o que eu estou dizendo, para chamarem que é a agricultura que eu estou dizendo. Mas se há uma ilegalidade na cadeia, quem receber está recebendo algo ilegal e, portanto, fomentando a ilegalidade. É nesse sentido que eu digo que entendo a postura e acho até que ela está correta. Eu não quero participar de algo que contém uma ilegalidade no caminho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Herman gostaria de fazer algum comentário?

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN (Para expor.) – Estou muito mais para ouvir e aprender do que propriamente para falar.

Esse é um tema muito importante, e dez anos atrás nós não discutíamos a questão da agricultura sustentável e da proteção florestal sob essa perspectiva de produção até o consumo, tampouco discutíamos na perspectiva de integrar o controle estatal com o controle dos atores privados – aqui a cadeia de produção e a cadeia de consumo.

Mas é importante realçar, para os nossos colegas alemães e em especial para a Deputada Anna Cavazzini, que essas práticas ilegais prejudicam antes de tudo os produtores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais brasileiros de uma maneira geral. Há grandes e pequenos produtores rurais que dependem das exportações, que estão cumprindo o Código Florestal – em alguns casos indo além do Código Florestal – e que têm os seus esforços dinamitados, por assim dizer, por uma minoria para quem a lei nada significa, como bem disse o Senador Jaques Wagner e também o Senador Confúcio Moura em outras oportunidades.

Portanto, aqui nós estamos falando de proteção não só das florestas brasileiras, mas da pauta de exportação do nosso país. As *commodities* agrícolas hoje representam um percentual enorme na nossa pauta de exportação. Eu digo para os juízes e os membros do Ministério Público – e eles ficam um pouco surpresos – que os nossos salários dependem hoje do comércio exterior de *commodities*, porque, se examinarmos as outras áreas de exportação ou de comércio internacional, vamos ver que o Brasil tem um déficit comercial. E o superávit da balança comercial vem da pauta de exportação das *commodities* agrícolas. Daí a responsabilidade, o carinho com que nós devemos tratar essa galinha dos ovos de ouro.

O último ponto que eu queria mencionar é que, no campo e especialmente na esmagadora maioria dos exportadores, existe compreensão clara de que é necessário coibir essas atividades criminosas. Então, não há antagonismo, a meu ver, entre esses esforços todos de proteção da floresta e a garantia da pauta de exportação do Brasil. Aliás, nós queremos duplicar, triplicar a pauta de exportação do agronegócio no Brasil, porque nós temos milhões e milhões de hectares – isso foi dito hoje pela manhã pelo Senador, que já foi Deputado tantas vezes também e Governador, Confúcio Moura –, nós temos milhões e milhões de hectares de terra desmatada e não explorada.

A Senadora Kátia Abreu, que infelizmente não pôde estar hoje conosco aqui, que é uma das líderes do agronegócio moderno e sustentável, e o ex-Senador Blairo Maggi sempre disseram isto: hoje, no Brasil, não há necessidade de se desmatar 1ha para garantir a pauta de exportação do país, que gera tanta riqueza para todos nós.

Então, eu felicito tanto a expositora brasileira como a expositora alemã por trazerem essa perspectiva de que, com muito equilíbrio, muita responsabilidade, é importante que nós trabalheemos juntos para, no caso dos brasileiros, garantir a pauta de exportação do agronegócio e ampliar, multiplicar várias vezes esta pauta. E não me refiro apenas ao grande exportador, eu me refiro à agricultura familiar, aos produtos orgânicos, a tudo aquilo que ainda falta aproveitar, em termos de conquista de mercado, por este país gigante.

Não é bem uma intervenção, Senador Confúcio Moura, jurídica, mas tem um componente jurídico, porque o Código Florestal, como lei, acaba sendo apenas uma ferramenta em um conjunto maior de iniciativas, tanto comerciais como tecnológicas e científicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns às duas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito obrigado, Dr. Herman Benjamin.

Entramos agora na chamada da participação dos cidadãos sobre a fala das duas conferencistas, mas, analisando aqui as perguntas feitas por Júlio Chagas, do Rio Grande do Sul; Mateus Oliveira, de São Paulo; Iasmin Kelly, de Sergipe; e Ana Clara, do Distrito Federal, o que eles perguntam não tem nada a ver aqui com o assunto abordado pelas duas conferencistas, e muitas dessas perguntas foram respondidas durante as exposições anteriores. Então, eu quero pedir desculpas a todos e considerem as perguntas já respondidas anteriormente. Desde a Ministra Cármen Lúcia cedo ao Ministro Herman Benjamin já trataram delas todas.

Eu entro agora numa pequena consideração da minha parte sobre esse tema abordado pelas duas conferencistas ilustres.

Primeiro, é uma concepção que há no subconsciente ou no consciente dos produtores rurais brasileiros, de uma parte deles, de que o desmatamento é um fator de desenvolvimento: "vamos desmatar para crescer", "vamos desmatar para prosperar"... E isso não é verdadeiro. E o segundo é de que os fiscais, as pessoas que fiscalizam, as organizações da sociedade civil, enfim, os cidadãos, o Ministério Público, os Parlamentares que defendem o meio ambiente são considerados encrenqueiros, são considerados perturbadores do desenvolvimento, defensores do atraso, conspiradores... Essas palavras são muito ditas.

Eu me lembro bem, durante a discussão do Código Florestal, do tanto que a Ministra Marina Silva foi atacada. Eu participei de muitas audiências públicas. Ela era incrivelmente atacada, de uma maneira humilhante até, e ela, com aquela paciência de monge tibetano, conseguia ir atravessando tudo aquilo.

O segundo é que os Governadores foram chamados, há mais de dez anos, por uma organização americana chamada GCF, Governadores para o Clima e Florestas, justamente para conscientizar os estados subnacionais, os estados, tanto da Amazônia peruana, da Amazônia equatoriana, como da Amazônia brasileira, e também os outros países que mantêm grandes extensões de florestas, como a Indonésia e outros países, como nós tivemos nessas reuniões, no México e em outras localidades, justamente procurando a participação e a integração de Governadores e Prefeitos na defesa das teses de manutenção da floresta em pé.

Posteriormente, mais ou menos, há uns sete anos, os Governadores, aqui, até inspirados pelo Mangabeira Unger, criaram os consórcios de Governadores. E os consórcios de Governadores passaram a discutir, pelo menos os da Amazônia e do Brasil central, os temas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais com maior força. Logicamente, mudam os governos, e aí muitos vêm de outras linhas ideológicas e terminam não dando seguimento a esses acordos já firmados internacionalmente.

De outro lado, aqui, a nossa palestrante Marina Piatto falou da questão da certificação do boi e da soja, mas eu queria dizer para vocês que há fazendeiros que não têm boi, fazendeiros ricos que não têm fazenda e nem terra. São, posso dizer, entre aspas, "falsos fazendeiros" vendedores de Guia de Trânsito Animal (GTA). Se você precisa vender um boi de uma terra em que é proibida a comercialização, você acha quem lhe forneça a guia. Ele te vende por um preço e consegue legalizar o boi. E há muito – e há muito – fazendeiro sem boi, vendedor de GTA.

Da mesma forma, o CAR, o Cadastro Ambiental Rural, hoje está... Nós vimos aqui um debate recente, dirigido pelo nosso Presidente Jaques Wagner, justamente mostrando que o Cadastro Ambiental Rural hoje aceita terras de unidades de conservação nele. Então, como é que a gente pode acreditar na idoneidade do Cadastro Ambiental Rural se o sistema aceita o cadastro falso de terras protegidas?

Os discursos de governos nas conferências internacionais é uma coisa e a prática é outra. Na ONU, na COP ou numa dessas conferências internacionais é muito fácil ir e falar que o Brasil é exemplar, mas aqui na prática normalmente determinados governos conseguem falar e aqui agir de maneira completamente diferente do que foi falado lá. Há acordos firmados por outros Presidentes no passado que realmente não estão sendo cumpridos.

Eu acredito muito no que a Deputada Anna Cavazzini falou aqui: o bloqueio econômico é um fator de controle do desmatamento. Isso não é ruim. Já há aqui no Brasil muitos produtores fiscalizando, protegendo, não é nem o Governo, são os próprios proprietários empresariais que estão já fazendo a coisa certa, já não estão comprando boi de terras compromissadas, erradas, já estão cuidando da rastreabilidade e buscando a certificação que vocês fazem no instituto em que a senhora trabalha. Então, eu acredito que isso vai caminhar para um acesso muito bom, no médio prazo isso vai acontecer.

Esses eram os meus comentários.

Quero agradecer à ilustre Deputada Anna Cavazzini, do Parlamento Europeu. Eu vi pelas palavras dela que ela realmente pega pesado; ela não brinca em serviço. Está engavetando realmente o acordo com o Mercosul. De certa forma é até necessário enquanto não vir coisas reais acontecendo, fica na geladeira isso esperando uma temporada a mais. Não é hora de votar isso. Ela está fazendo isso lá realmente no Parlamento Europeu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, não tendo mais nada a falar e a comentar, esta mesa se desfaz agradecendo a todos os palestrantes ilustres e convidando o Jaques Wagner, nosso Presidente, para fazer o último painel de encerramento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Boa noite a todos.

Eu quero apenas, nesta mesa de encerramento, mais uma vez, agradecer a todos que se empenharam, agradecer à Embaixada da Alemanha, na figura do Embaixador, e a todos seus funcionários que estão aqui contribuindo; agradecer ao Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, que é um dos organizadores e participa, no Poder Judiciário, de comissões que dizem respeito ao tema. E agradecer aqui a todos os funcionários, colaboradores, tanto do meu gabinete, quanto daqui da Comissão de Meio Ambiente, sempre muito trabalhadores e muito eficientes no esforço para que nós tenhamos sucesso nas nossas missões.

Agradeço a todos os palestrantes que aqui ainda estão entre nós, desde a manhã. Foi uma jornada que eu considero muito boa, muito positiva.

Quero reafirmar aqui que eu, como democrata, entendo que a civilização precisa vencer a barbárie. E, portanto, eu entendo que a arma da democracia é o diálogo, o bom combate de ideias, o bom combate de argumentos, para que a gente possa chegar ao melhor caminho. Eu repito aqui que, na democracia, ninguém sai com 100%, porque se sair com 100%, alguém saiu com zero, então não é democracia. Não há uma verdade na democracia que esteja na cabeça de um só. A democracia é o que se constrói nos parlamentos, na relação harmônica, respeitosa entre os Poderes, na relação com a sociedade civil, as organizações não governamentais, com empresários, com trabalhadores, com as populações originárias. E é essa a pregação que eu tento fazer cotidianamente aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Alegro-me muito, eu quero, mais uma vez, agradecer também ao Senador Confúcio Moura, que assim como o Senador Contarato, são duas figuras humanas destacadas, na minha opinião, porque estão na política por convicções e por desejo de fazer o melhor para a comunidade em que vivemos, ou do nosso estado, ou da nossa nação, ou do planeta. E portanto, não fecham os olhos para a realidade.

Ele aqui agora, ao final, me revelou algo que eu não sabia. Eu conhecia a certificação ou guia de transporte regular de madeira, porque você pode transportar madeira quando a floresta é uma floresta plantada. E houve uma grande operação no meu estado, quando eu era Governador do Estado da Bahia, porque se vendia guia de transporte de madeira. Alguém artificialmente dizia que tinha uma área de plantio, tirava uma guia, e essa guia ia e voltava. Ia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um caminhão, voltava com outro, ia com um caminhão, voltava com outro. Semelhante ao que V. Exa. colocou aqui sobre a guia de transporte de animais, semelhante.

E por isso, eu quero fazer uma audiência pública sobre o Cadastro Ambiental Rural, porque é inimaginável, inconcebível que algo que deveria ser regulador exatamente dessa questão da posse da terra e da questão ambiental, que esteja acolhendo uma ilegalidade, um absurdo provado. Porque como disse o Ministro Herman Benjamin, com a evolução da tecnologia, nós hoje temos ferramentas de sobra para saber onde há fumaça, onde há fogo, onde há devastação.

Hoje me entregaram aqui os números. Ministro Herman, o desmatamento, de 2019 a 2021, foi 56,6% maior do que o desmatamento entre 2016 e 2018, ou seja, num biênio nós aumentamos em 56,6% o desmatamento. Isso não é retórica, não é teoria, não é o Direito, são fatos que são medidos através de satélites. As terras públicas concentraram 51% do desmatamento do último triênio, sendo 83% delas propriedade, ou melhor, domínio federal; floretas públicas não destinadas somam quase um terço do total desmatado entre 2019 e 2021; a derrubada em áreas protegidas subiu 80%; em terras indígenas tiveram o maior aumento, de 153%; em unidades de conservação 63,7%.

Isso, infelizmente, eu sou obrigado a colocar – não se trata aqui de palanque –, é o sinal emitido pelo atual Governo Federal, desde o primeiro dia na cadeira de Presidente da República etc. Porque o Executivo pesa, é ele que vai executar as leis que nós aqui promulgamos. Então, temos um arcabouço jurídico maravilhoso que não é respeitado, que não é cumprido, que não é cobrado. Infelizmente... Eu me lembro de que uma vez, na Alemanha, fui fazer um diálogo, quando eu era Parlamentar, e disse: "Ah, mais aqui a cultura de vocês é outra, por isso vocês são respeitadores". E o meu interlocutor, um Parlamentar alemão, disse: "Isso pode ser uma parte, mas, na verdade, todo mundo cumpre porque dói no bolso descumprir". Então, ou nós temos instrumentos de fiscalização e de cobrança, de punição do que é feito errado, ou fica barato trabalhar na ilegalidade, se nada me é cobrado.

Nós temos hoje, no Brasil, 69 milhões de hectares de áreas degradadas, para reafirmar que ninguém precisa mais desmatar para ampliar, basta recuperar áreas degradadas. Com a melhoria da tecnologia, nós podemos fazer demais isso.

Então eu queria, mais uma vez, agradecer a todos que se deslocaram de seus Estados ou de seus países de origem, da Alemanha, para contribuir. Eu espero que esse diálogo continue acontecendo para aprimorar a nossa lei.

O Brasil é soberano, mas eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é intercâmbio de legislação, é intercâmbio de práticas que possamos levar. Por isso, eu digo, não talvez com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma contundência, mas repito: eu acho que a Comunidade Europeia também tem o direito de dizer o que quer comer e também tem o direito de dizer que não quer comer produtos advindos da ilegalidade. Não se trata nem de bloqueio, trata-se de dizer: "Isso eu não recebo". Como a gente não comeria carne estragada vinda de um lugar em que você não confia. Isso é educativo, porque, como disse aqui o Senador Confúcio, não vamos generalizar, porque toda generalização é leviana. Nós temos muitos homens e mulheres do agronegócio brasileiro que já estão atualizados em seu pensamento, que sabem que têm que produzir com sustentabilidade. No fórum que eu tenho na Comissão de Meio Ambiente, são vários representantes do agronegócio, só que entenderam que, para terem longevidade nos seus negócios, precisam respeitar regras que hoje estão cada vez mais universalizadas.

Então, eu queria agradecer a todos.

Todo esse material ficará, evidentemente, disponível aqui no *site* da Comissão para quem quiser a ele assistir ou fazer consultas e eu tenho certeza de que nós, com a colaboração de vocês, demos mais um passo para contribuir para que a gente tenha um ambiente melhor de negócios no Brasil.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 2ª e 3ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014 - Terminativo** - que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 1641, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015, com a rejeição da Emenda nº 1-T a ele apresentada, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.641 de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 4718, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais." **Autoria:** Senador Major Olímpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3603, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 17, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022, com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de instruir o PL 6299 de 2002, sejam incluídos os convidados que apresenta" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Retirado de pauta. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 8/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 14/2022 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater questões relacionadas à Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março. **Participantes:** Sr. Leonardo Boff, Teólogo, filósofo, escritor, professor e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra; Sra. Valquíria Alves Smith Lima, Coordenadora (representante de: Articulação do Semiárido - ASA); e Sr. Rogério de Abreu Menescal, Diretor Interino (representante de: Agência Nacional de Águas - ANA). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/23>

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 2ª e 3ª Reuniões, realizadas em 16 e 21 de março, respectivamente.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente:

a) o Ofício-Circular FPCBH nº 009, de 2021, do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, que encaminha manifesto em defesa da Política Nacional de Recursos Hídricos, ressaltando os impactos do projeto de lei da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica – PL 4.546, de 2021, que tramita na Câmara dos Deputados –, observando a necessidade de a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

proposta incorporar a posição técnica e viabilizar amplo debate social com as diversas esferas e instâncias envolvidas, incluindo os diversos conselhos de recursos hídricos do país;

b) o Ofício SG, sem número, de 2021, da Câmara Municipal de Esteio, Rio Grande do Sul, que encaminha a moção aprovada naquela Casa Legislativa em apoio à PEC 37, de 2021, que pretende adicionar o equilíbrio ecológico e a segurança climática como direitos fundamentais aos brasileiros.

Encontra-se aberto até às 18h desta sexta-feira, 25, o prazo para que os membros da Comissão sugiram políticas públicas a serem avaliadas pelo Colegiado no ano em curso. A deliberação sobre propostas recebidas acontecerá na próxima reunião, dia 30 de março.

A presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, e a segunda parte, à realização de audiência pública para debater questões relacionadas à segurança hídrica e mudanças climáticas, em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado no dia de ontem, em atendimento aos Requerimentos nºs 8, de 2022, e 14, de 2022, de minha autoria.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais – teremos duas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Como o Relator do item 1 não está, eu vou passar ao item 4, cuja votação não é nominal e que é de minha relatoria. Por isso, peço ao querido Vice-Presidente Senador Confúcio Moura para assumir a Presidência para que eu leia o relatório.

1ª PARTE**ITEM 4****PROJETO DE LEI Nº 3603, DE 2021****- Não terminativo -**

Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com emendas

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura...

Da Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa...

Não é este, não, querida. *(Pausa.)*

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica e de uso da água pela administração pública federal.

Eu ressalto, Sr. Presidente, que este relatório estava pronto na semana passada. A pedido do Governo, adiamos por uma semana, mas, infelizmente, o Governo, nesse interstício, esteve com a equipe, sugeriu algumas mudanças – boa parte delas aproveitadas, mas não todas, evidentemente –, e, portanto, este seria o novo relatório em relação ao da semana passada.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica e uso de água pela administração pública federal.

O PL é composto por seis artigos.

O art. 1º estabelece o objetivo principal do projeto: estabelecer consumo racional de energia elétrica e de água na administração pública federal.

Os §§1º e 3º elencam um conjunto de medidas que se serve a esse propósito, a exemplo de dispositivos hidráulicos, economizadores de água e programas de vistoria periódica para manutenção, plano de logística sustentável, educação ambiental; e, na parte de energia elétrica, avaliação da eficiência energética de equipamentos em substituição por produtos com maior eficiência energética, meta de redução de consumo de energia e utilização de fontes de energia renovável.

O art. 2º estipula prazo de dois anos para órgãos, autarquias e empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da administração pública federal se adequarem ao dispositivo da lei por meio de certificação ambiental, desde que haja viabilidade técnica e econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º condiciona a ocupação e o funcionamento de órgãos e entidades da União em edificações novas ou em construção à obtenção da certificação e adoção das medidas para uso racional de água e energia elétrica.

O art. 4º altera a Lei nº 14.133, de 2021 (nova Lei Geral de Licitações e Contratos), para que a construção, a reforma, a compra e a locação de imóvel a ser usado pela administração pública federal adotem padrões construtivos e tecnológicos que objetivem: primeiro, o uso racional de energia elétrica; e, segundo, as medidas cabíveis de economia e otimização do uso da água.

O art. 5º estabelece que o descumprimento da presente lei configura infração administrativa ambiental, por violar regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

O art. 6º institui como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar de sua aprovação.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à de Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor deste Senado Federal, cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, ele aqui não é terminativo; ainda vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

Análise.

Compete a esta Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno.

Com relação ao mérito, saudamos o Senador Veneziano Vital do Rego pela admirável iniciativa.

Realmente, Sr. Presidente, nesta Comissão nós, mais do que palavras, devemos dar o exemplo. E eu acho que esse projeto de lei do Senador Veneziano visa exatamente a que a administração pública federal seja a primeira a adotar práticas contemporâneas, modernas que visem exatamente à proteção do meio ambiente e à economia de energia e de água.

Se queremos construir uma sociedade mais justa e sustentável, o primeiro passo é cobrar do poder público uma postura exemplar quanto uso racional de água e energia elétrica, com adoção cada vez mais de energias renováveis, sobretudo a fotovoltaica, para que assim empresas e cidadãos sejam inspirados a seguirem o mesmo caminho.

O comprometimento do poder público com essa causa não é pequeno, pois o projeto exige que seja apresentada certificação ambiental para prédios novos ou em construção, além





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aplicação de infração administrativa ambiental ao gestor público que não seguir os critérios legais.

Embora muitos órgãos e entidades já tenham implementada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), espera-se que o conjunto de medidas para uso racional de água e energia, verificadas mediante certificação ambiental, incentive aqueles que estiverem pouco engajados e traga novos elementos a serem observados pelos que já estejam envolvidos com a A3P. Ademais, a depender da viabilidade em cada edificação, seria desejável que os prédios fossem equipados com sistemas de geração de energia fotovoltaica, aproveitamento de água de chuva e reúso de água, soluções cada dia menos custosas, que reduzem os impactos ambientais da atividade pública e que incentivam o setor privado pelo lado da demanda, haja vista o peso da administração como consumidora desses serviços.

De nossa parte, trazemos contribuições ao projeto com quatro emendas que apresentamos ao final.

A primeira emenda propõe nova redação ao art. 1º para mencionar que a lei deve ser observada desde o momento da elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) de cada órgão ou entidade pública, instrumento mencionado no inciso IV do *caput*. Para evitar repetição, suprimimos esse inciso. A viabilidade técnica e econômica das medidas de uso racional da água e energia passa a ser tratada no art. 2º da proposição. Fizemos também ajuste de redação nos incisos I e II do *caput* para padronizar em todo o projeto de lei as listas de incisos, que passam a ser iniciadas na forma mais concisa, sem os artigos definidos “a” e “o”.

A segunda emenda dá nova redação ao art. 2º do projeto e amplia o prazo de adaptação da administração pública federal – aqui vai uma emenda do Governo Federal, porque eu tinha colocado dois anos, eles pediram para ampliar, e nós colocamos dois anos para estudo e quatro para implementação – para quatro anos, contados da data de publicação da lei resultante da aprovação do projeto, estipulando ainda o prazo de dois anos para elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica – portanto, nós estamos praticamente dizendo que são seis anos para a implementação. Nesse artigo, trouxemos em dois parágrafos os requisitos a serem observados na análise de viabilidade.

A terceira emenda confere redação mais objetiva ao art. 3º e incorpora conteúdo do antigo art. 2º, relativo à certificação de prédios públicos quanto a eficiência energética e otimização do consumo de água.

Na quarta emenda, optamos por suprimir o art. 5º do PL por considerarmos que é mais pertinente a fiscalização do cumprimento da lei por parte dos órgãos de controle interno e externo do que pelo órgão de fiscalização ambiental no nível federal, que é o Ibama – essa foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

outra consideração feita pela administração federal que acolhemos. Com a retirada do artigo, foi necessário renumerar o art. 6º, que passa a ser o art. 5º.

Em conclusão, o projeto na nossa avaliação é meritório, oportuno, e as emendas que apresentamos são no sentido de aperfeiçoar seu texto e garantir boa aplicabilidade da norma que será produzida.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL 3.603, de 2021, com as quatro emendas que se seguem:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.603, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 1º A Administração Pública federal deverá, quando da elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), estabelecer medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica e uso da água nas edificações ocupadas por seus órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas dependentes da União.

§ 1º Consideram-se medidas de economia e otimização do uso de água, entre outras:

I – instalação de equipamentos que visem ao uso racional da água, ao aproveitamento de águas pluviais e ao reúso da água e que sejam, principalmente, componentes de lavatórios, mictórios, bacias sanitárias, sistemas de descarga e outros dispositivos como torneiras, chuveiros, misturadores, irrigadores, aspersores e arejadores;

II – elaboração e execução de programa de vistorias periódicas com vistas à detecção e ao reparo de vazamentos e à substituição de tubulações, válvulas e registros, entre outras ações de natureza construtiva ou reparadora;

III – implementação de ações periódicas de monitoramento e avaliação do consumo de água;

IV – elaboração e implementação de programas de educação ambiental.

.....

§ 3º Consideram-se medidas de economia e otimização de consumo de energia elétrica, entre outras:

....."

E segue uma série.

Segunda emenda:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei [...] a seguinte redação:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 2º A Administração Pública federal deverá, no prazo de até 2 (dois) anos, proceder aos estudos de viabilidade técnica e econômica nas edificações ocupadas pelos órgãos e entidades de que trata esta Lei, com vistas à adoção das medidas estabelecidas no art. 1º, que devem ser implementadas no prazo máximo de até 4 (quatro) anos. [Após o estudo, evidentemente.]

§ 1º A viabilidade técnica referida no *caput* será atestada por meio de laudo elaborado por responsável técnico devidamente registrado em conselho profissional.

§ 2º A viabilidade econômica levará em conta a disponibilidade orçamentária."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei [...] a seguinte redação:

"Art. 3º As novas edificações públicas deverão observar o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Os projetos para a construção de novas edificações públicas, aprovados após a data de entrada em vigor desta Lei, serão certificados nos âmbitos da eficiência energética e otimização do consumo de água pelos agentes designados pelo Poder Público."

E, finalmente, a última emenda:

EMENDA Nº – CMA

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei [...], renumerando-se o atual art. 6º para art. 5º.

Sala das sessões, 22 de março.

E assino o meu relatório.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)

– Lido o relatório, passa-se à discussão.

Aos Senadores que desejarem discutir o Projeto de Lei 3.603, de 2021, a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador interessado em discutir, está em votação.

A votação é simbólica.

Os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Eu vou passar ao item 3 da pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4.718, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela rejeição

É esse o item 3? (*Pausa.*)

O relatório é do Senador Plínio Valério. Eu vou pedir ao Senador Confúcio Moura que possa fazer a leitura já que o Senador Plínio Valério está participando de outra audiência.

Então, Senador Confúcio, *ad hoc*, por favor, leia o relatório do item 3.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – É com imensa satisfação, Sr. Presidente, que vou fazer a leitura, *ad hoc*, deste Projeto de Lei 4.718, que, para a nossa felicidade e saudade, é de autoria do Senador Major Olimpio.

Relatório.

Encontra-se em exame na Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 4.718, de 2019, de autoria do Senador Major Olimpio, que dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do Imposto de Renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

Eu vou passar diretamente à análise, Sr. Presidente, do projeto do Senador Major Olímpio.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado, cabe à CMA opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre a proteção do meio ambiente, o controle da poluição e a conservação da natureza.

Com relação ao mérito, o PL nº 4.718, de 2019, visa criar incentivos fiscais relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Física e ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, tomando como base valores doados a entidades sem fins lucrativos para projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

Assim, a proposição promove a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no Brasil e mereceria ser aprovada.

Entretanto, apesar de a análise dos aspectos econômicos e constitucionais pertencerem à CAE, somos obrigados a fazer considerações sobre essas matérias, pois, lamentavelmente, existem visíveis desconformidades do projeto em relação às regras orçamentárias e constitucionais.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: primeira, demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias; segunda, estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A não observância dessas regras, além de descumprir a LRF, também viola o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescido pela Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, que estabelece que a proposição legislativa que crie ou que altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Portanto, entendemos que, devido às razões apresentadas, não existe a possibilidade de conceder o incentivo de natureza tributária na forma proposta pelo autor, e, sendo assim, o PL 4.718, de 2019, deve ser rejeitado.

Esse relatório é de autoria do Senador Plínio Valério.

Voto, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei 4.718, de 2019.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente desta Comissão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela rejeição ao Projeto de Lei nº 4.718, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu peço vênha aos nossos convidados para que eu possa passar para outro item da pauta antes de nós adentrarmos a audiência pública.

O Senador Jayme Campos, como recebeu emendas até ontem à noite, ainda as analisa.

Eu vou, então, ao item 2 da pauta.

1ª PARTE**ITEM 2****TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI Nº 1641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015, com a rejeição da Emenda nº 1-T a ele apresentada, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.641 de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora Nº 8 de 2021, no caso de aprovação do substitutivo apresentado pelo relator, fica dispensado o turno suplementar.

Mais uma vez vou solicitar ao Senador Confúcio, já que eu sou o Relator, que S. Exa. possa assumir a Presidência para que eu leia o relatório. *(Pausa.)*

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015, do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), e a Lei nº 11.445, de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água e o Projeto de Lei nº 1.641, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.433, de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente, até para economia de tempo e para que possamos chegar à nossa audiência pública, já que os convidados presenciais e virtuais já estão nos aguardando.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta CMA emitir parecer sobre matéria associada à proteção do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos, nos termos do Regimento Interno, art. 102-F, inciso I.

Por se tratar do único Colegiado a se debruçar sobre a proposição, cabe-nos a análise sob as óticas da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que toca à constitucionalidade, verifica-se que compete à União, concorrentemente com os estados e o Distrito Federal, legislar sobre a conservação da natureza e a proteção do meio ambiente, conforme previsto no art. 24, inciso VI, da nossa Constituição Federal. Registre-se, também, que sobre essa matéria não recai reserva de iniciativa legislativa, de modo que é perfeitamente legítima, no tema, a iniciativa parlamentar de ambas as proposições, tal como prevista no art. 61 da Carta Política. As matérias harmonizam-se ainda com os ditames constitucionais do art. 225, que estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Também é atendido o critério de juridicidade. Tanto o PLS nº 13, de 2015, quanto o PL nº 1.641, de 2019, inovam na ordem jurídica e apresentam as características de coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade.

Em termos regimentais, não há colisão de normas ou conflitos de qualquer natureza.

No tocante à técnica legislativa, as proposições seguem os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em suma, não há afronta das proposições a disposições constitucionais, jurídicas ou regimentais. E as matérias são vazadas em boa técnica legislativa.

Passemos à análise do mérito.

Transitamos na arena da economia de água. Gostaríamos de “chover no molhado” – aspas –, com o perdão do trocadilho, se não nos defrontássemos, praticamente a cada ano – ou de dois em dois anos – com uma nova crise hídrica.

O mais lamentável é saber que dispomos dos meios biofísico e institucional capazes de fazer frente a quaisquer desafios que se nos apresentam, inclusive o das mudanças climáticas. Apenas não estamos preparados quando somos nós mesmos os causadores das crises hídricas, seja pelo planejamento deficiente, pelas apostas equivocadas, pela falta de visão estratégica ou pelo desmonte da institucionalidade ambiental, enfim, por uma opção obscurantista e negacionista, que prefere esconder dados e calar ou ameaçar quem os pretenda divulgar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS nº 13, de 2015, já percorreu um longo caminho nesta Comissão. Chegaram a ser apresentados, mas não votados, dois relatórios de minha autoria pela aprovação da matéria. O derradeiro é mais abrangente e ainda se demonstra atualizado quanto ao seu teor. Por isso, irei aproveitar parte de seu conteúdo.

Como vimos, o projeto não afronta o ordenamento jurídico. Pelo contrário, coaduna-se com os marcos regulatórios que tratam de recursos hídricos e de abastecimento de água, respectivamente a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 1997) e a Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 2007). De fato, aumentar a oferta hídrica por meio de regras que possibilitem o uso de fontes alternativas no abastecimento de água é medida que tem sido adotada por muitos países e alinha-se com diretrizes da ONU para o uso racional das águas.

Como bem assinalado pelo autor do PLS, a proposição incorpora, na Política Nacional de Recursos Hídricos, a diretriz adotada pelo Conselho Econômico e Social da ONU, prevendo que, a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior.

Note-se que essa é também a intenção e praticamente a exata redação proposta pelo PL nº 1.641, de 2019, o que denota que os autores foram beber da mesma fonte, qual seja, a suprarreferida diretriz da Organização das Nações Unidas.

Mas o PLS nº 13, de 2015, vai além; ele trata de corporificar esse fundamento ao prever que nas metas de racionalização de uso, de aumento da quantidade e de melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis dos Planos de Recursos Hídricos constem as fontes alternativas de abastecimento de água, como água de reúso e água de chuva.

Lembre-se de que os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Devem ser elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o país. Tão importante é a importância desses planos que a lei estabelece que toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e que os recursos financeiros obtidos com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos só podem ser aplicados em programas e intervenções previstos nesses planos.

Tornando a lei ainda mais concreta, o PLS altera a Lei de Saneamento Básico para estabelecer que a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não seja alimentada por outras fontes, exceto por aproveitamento de água de chuva; abastecimento com água de reúso e demais alternativas aprovadas pela entidade reguladora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses casos, prevê que a água servida seja tratada e atenda aos parâmetros de qualidade para o uso pretendido.

Essa última modificação, feita por meio do acréscimo do §3º ao art. 45 da Lei nº 11.445, de 2007, foi proposta antes do advento da mais recente alteração promovida na Lei de Saneamento Básico pela Lei nº 14.026, de 2020. Nesse sentido, adotamos a alteração proposta, mas realizamos ajustes em função das novas regras sobre a matéria resultantes dessa lei.

Com relação à Emenda nº 1-T, da Senadora Lúcia Vânia, opinamos por sua rejeição. Não porque seja inoportuna. Na realidade, seu conteúdo foi incorporado no âmbito do PLS nº 51, de 2015, quando tramitava em conjunto com o PLS nº 13. Atualmente, o PLS nº 51, de 2015, tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 10.108, de 2018. Entendemos que não seria adequado repetir regras já apreciadas pela Casa.

Acolhemos, portanto, o mérito dos dois projetos, mas, em função das regras contidas nos arts. 164 e 258, do Regimento Interno desta Casa, faz-se necessário aprovar apenas um dos dois.

Considerando que o conteúdo do PL nº 1.641, de 2019, está inteiramente assumido no PLS nº 13, de 2015, e que este último aborda outros elementos não tratados no primeiro, ou seja, é mais abrangente, opinamos por aprovar o mais antigo, na forma da emenda substitutiva que apresentamos, ainda que reconheçamos o mérito de ambos.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015, com a rejeição da Emenda nº 1-T a ele apresentada, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.641, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015.

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para dispor sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes e promover a utilização de fontes alternativas de abastecimento de água.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 1º





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
VII – nenhuma água de melhor qualidade, salvo quando houver elevada disponibilidade, será empregada em usos menos exigentes.” (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 7º.....

.....
Parágrafo único. Nas metas previstas no inciso IV do *caput* devem constar fontes alternativas de abastecimento de água, como água de reúso e água de chuva, a fim de atender ao disposto no art. 1º, inciso VII, desta Lei.” (NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45

.....
§11 As edificações ou condomínios regidos pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poderão utilizar as seguintes fontes e métodos alternativos de abastecimento de água:

- I - aproveitamento de água de chuva e abastecimento com água de reúso, devendo a água servida ser tratada e atender os parâmetros de qualidade para o uso pretendido;
- II - águas subterrâneas, desde que haja outorga de direitos de uso de recursos hídricos e cobrança pelo uso;
- III - demais alternativas aprovadas pela entidade reguladora.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto, Sr. Presidente. Essa matéria é terminativa nesta Comissão, portanto a votação terá que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Perfeitamente.

Lido o relatório, está em discussão o seu conteúdo. Para os Senadores que desejarem discutir, a palavra será concedida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.)
– Eu estou contemplando aqui o nosso Senador Jaques Wagner e queria cumprimentá-lo pelo relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que há uma necessidade de atualização constante de legislação, especialmente da legislação pertinente à questão do meio ambiente. E, nessa questão da lei do saneamento básico, eu tenho... Ainda ontem comentava com o Senador Jayme Campos...

Eu ontem dei uma entrevista sobre a lei do teto, sobre o teto de gastos. Por que ele foi aprovado sem muita discussão, ou melhor, sem muita alteração do texto original? É porque ele foi uma disposição legal, no caso uma emenda constitucional, reativa. Tinha havido a cassação do mandato da Presidente Dilma – não vou entrar no mérito –, mas o cume legal que nos levou a esse trauma... Senador Confúcio, apesar de ser mais moço do que o senhor, eu participei de dois traumas: eu era Senador quando da cassação do Presidente Collor e era Deputado Federal quando do segundo *impeachment*. O letrado era a responsabilidade fiscal e, por isso, eu não quero entrar no mérito, não quero reacender uma controvérsia é inútil. Além da emenda do teto de gastos, foi dizer "olha, não pode gastar mais do que arrecada". E a sociedade engoliu, aceitou, no melhor sentido da palavra. Só que aceitou uma régua plana, sem os destaques que são necessários.

E, no caso específico do saneamento básico, você percebe, pelas primeiras informações de empresa que venceu licitação de concessão de água – no caso de Maceió, seu vizinho –, um país onde 55% das construções urbanas – pode ser que Salvador tenha menos, pode ser que tenha mais; essa é a melhor estatística – são irregulares. Por quê? Porque o processo de urbanização no Brasil foi o mais avassalador do Ocidente. Quando o Senador Jaques Wagner nasceu, nós tínhamos menos de 15 milhões de população urbana; hoje temos quase 200 milhões. Quem pode prover infraestrutura, quem pode cuidar de aplicação de plano diretor? Quem pode criar consciência de o que é uma área de risco? Petrópolis é apenas uma, mas uma advertência emblemática.

Então, eu acho que a questão do saneamento básico está vinculada a isso. Você promover uma lei de saneamento básico, água e, mais caro, esgoto – tem que seguir a topografia da cidade como ela é –, na base do investimento privado, sem qualquer espécie de subsídio, é uma inconsequência!

Mas eu não estou criticando. O que eu quero dizer, afinal, é que este projeto de lei não é, a meu ver, a coisa mais premente do ponto de vista de se fazer bem feito, mas é, sem dúvida alguma, um avanço.

Ele vai seguir para que comissão?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Ele vai ao Plenário, é terminativo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sendo terminativo, eu prefiro – não sei se é cabível – pedir vista, mas com muita responsabilidade. Se não posso pedir vista, eu voto a favor. Não sei em que ponto nós estamos.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, pedir vista V. Exa. pode, porque o relatório acabou de ser lido, e eu sou daqueles que, primeiro pela admiração que lhe tenho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não quero que o senhor entenda isso como uma medida protelatória...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que é uma... Eu gostaria de dar uma olhada.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, deixe-me lhe dizer... Primeiro, pelo respeito que lhe tenho, e sei que V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é recíproco.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sei que V. Exa., na verdade, quando pede vista, não é para procrastinar; é para melhorar ou até debater. Não vejo nenhum problema nisso e também não tenho premência, porque eu acho que é melhor fazer bem feito do que fazer às pressas.

O projeto, que é de 2015, na verdade, visa, basicamente, a óbvia e necessária economia de água, mandando que se tenha para usos de menores exigências de qualidade – vaso sanitário, etc., etc. – o aproveitamento, o reúso.

Eu dou até como exemplo – óbvio, da iniciativa privada – o prédio que hoje abriga o Sindicato da Construção Civil Empresarial em Salvador. Ele é todo feito nesses termos: fotovoltaica, reúso, aproveitamento de água de chuva, etc., etc. É óbvio que é uma edificação nova e, portanto, já foi feita dentro desses ditames.

Então, eu não vejo nenhum problema. V. Exa. tem todo o direito de pedir vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho um exemplo menor: a minha casa. Ela tem, em termos de energia, o aproveitamento... E já estou tendo lucro!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também tenho fotovoltaica em casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o segundo é a reservação de água.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho um terreno razoável para uma área urbana e tenho capacidade para reservar cinco mil litros de água de chuva em recipientes de plástico modulados, que eu adquiri em Pinhalzinho, Santa Catarina. São módulos que você vai superpondo ou puxando para o lado e vai acumulando água exatamente para o uso, digamos, menos humano.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Repare: eu não vejo nenhum problema. Eu tenho absoluta certeza de que V. Exa. o faz no sentido de eventualmente qualificá-lo, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Também o que eu coloco como meu raciocínio não tem a ver com um projeto de lei de 2015, até porque, em 2015, não existia o marco legal do saneamento – o marco legal do saneamento foi aprovado em 2019.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por isso é que ele teve de ser adequado. Como ele está sendo relatado agora, eu tive de adequá-lo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o senhor fez a adequação, não é esse o problema.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas, Senador, é um direito regimental. Eu não vejo nenhum problema, e não há fundamento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não posso prestigiar sempre o segundo melhor penteado do Senado. Se o Senador Jayme Campos subscreveu o pedido de vista, eu o mantenho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia!

Colegas Senadores, eu acho que deve ser pedido de vista coletivo, aí a coisa é até melhor. Quando há dois Senadores que pedem vista, naturalmente é de forma coletiva. Assim, na próxima sessão, no prazo regimental que é de cinco dias...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senador Jaques, eu falo vista coletiva. Caso contrário, se for vista apenas do Senador Amin...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... na próxima, outro Senador poderá também fazer pedido de vista. Nesse caso, o melhor... E fico muito lisonjeado com o convite do querido amigo Amin para ser signatário neste pedido de vista. Certamente, ele vai colaborar sobremaneira...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Com o compromisso – eu imagino que V. Exa. tenha uma casa em terreno grande também –, Senador Jayme Campos, que V. Exa. adote o critério... Ele está querendo vender os reservatórios de água de Santa Catarina!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pelo que vi, é propaganda sim!

Então, pedido de vista, Sr. Presidente – vista coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos conceder vista coletiva do projeto de lei, e a discussão continuará na próxima reunião, na semana que vem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pedido de vista coletiva e construtiva.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, concedida. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme Campos, V. Exa. tem um relatório, mas eu não sei se V. Exa. teve tempo de ultimá-lo, porque, realmente, ontem, às 9h30 da noite, eu soube que chegaram algumas emendas. Eu também acho, vou até rever com a equipe aqui, que deveria haver um limite. O limite é a undécima hora? É a undécima hora?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Não, o limite é o fim da discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, porque o limite é o fim da discussão. Agora, eu imagino que V. Exa., tendo recebido agora pela manhã, não deva ter concluído, imagino que não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente Jaques Wagner, eu já tive a informação de que o Senador Zequinha Marinho e o Senador Luis Carlos Heinze fizeram algumas emendas, e eu consulto a Secretaria da Mesa aqui, com as informações da minha assessoria, diante do projeto que já está tramitando nesta Comissão... Dias atrás – V. Exa. não estava presidindo aqui, era o Senador Confúcio –, o Senador Zequinha manifestou o desejo de fazer a proposição de uma nova emenda em relação a esse projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu. Nesse caso, como foi apresentada, eu confesso aqui que não tive nem tempo, naturalmente, de tomar conhecimento das emendas deles, não só da do Zequinha como também da do Luis Carlos Heinze. De forma que eu peço a V. Exa. para retirar de pauta para termos, naturalmente, a oportunidade de fazer uma leitura bem apurada, e, se for, de fato, para contribuir com o projeto, é evidente que eu vou aceitar, até porque eu acho que numa matéria como esta aqui, eu tenho essa prática, eu vou consultar também a própria Senadora Kátia Abreu, que é autora do projeto para fazer uma coisa de forma organizada, de forma respeitosa em relação a esse projeto.

De maneira, Sr. Presidente, que eu peço a V. Exa. para retirar de pauta para que, de forma zelosa, possamos acatar ou não acatar as emendas não só do Senador Zequinha, mas também do Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme Campos, está acolhido, até porque acho absolutamente razoável... Eu também fui informado hoje de que foi às 9h30 da noite...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ai não vai, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... quando chegaram as emendas.

Bom, é que o prazo é este, até o fim da discussão e, como o relatório ainda não estava apresentado... Mas V. Exa., se puder trazer na próxima semana...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Concorde, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ai eu lhe agradeço, porque vai ao encontro do nosso espírito de votar as matérias que temos aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O item 5 da pauta seria o requerimento Senador Izalci. Não estando presente S. Exa., eu vou retirá-lo de pauta também, vai para a próxima reunião.

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura para deliberação.

Está encerrada a sessão deliberativa.

Agora nós vamos passar à audiência pública referente ao Dia Mundial da Água, para a qual temos como convidados o Sr. Rogério de Abreu Menescal, Diretor interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a quem eu convido para fazer parte desta mesa; meu querido e estimado amigo Leonardo Boff, teólogo, filósofo, escritor, professor e membro da iniciativa internacional da Carta da Terra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Catarinense de Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu nunca vi um homem tão bairrista quanto este!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu nunca vi um homem tão bairrista quanto este!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É filho do Prof. Mansueto Boff. Eu tive a honra de repaginar a escola que tem o seu nome...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, que bom!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na entrada de Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que V. Exa. não está vendo. Eu vejo o rosto do Sr. Leonardo Boff.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu o vi também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, mas daqui eu o estou vendo dando um sorriso de agradecimento. Eu vou pedir a ele...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prof. Mansueto Boff é uma escola... Foi em 2000 que nós inauguramos o novo prédio. Já existia a escola, em tom abacate escuro, igual a esse emblema que libera a cadeira.

Leitor de Leonardo Boff e leitor de Clodovis Boff – que é o irmão dele, que é da Ordem dos Servos de Maria e que andou pelo Acre. É sediado em Curitiba e estudou em Sombrio... Aliás, foi em Jacinto... Em Sombrio e em Jacinto Machado, no sul de Santa Catarina. Ele é muito bem-vindo e é detentor também da Medalha Anita Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Leonardo Boff, você quer fazer uso da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer pedir direito de resposta?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É direito de resposta e direito de agradecimento.

O SR. LEONARDO BOFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu estou feliz de poder ver o nosso Senador Esperidião, que é sempre muito ativo. Quero agradecer muito as palavras generosas que ele disse e especialmente a medalha que ele me concedeu. Eu não pude pessoalmente ir, porque estava viajando pela Europa, mas uma pessoa me trouxe a medalha. Eu quero agradecer muito. Agradeço especialmente pelo sentido social, pelo sentido quase bairrista, no sentido positivo da palavra, defendendo os interesses do nosso Estado de Santa Catarina. Muito obrigado, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deus o guarde! E reze por nós!

O SR. LEONARDO BOFF (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Teremos também nesta audiência a Sra. Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, representando também a Oceana Brasil, e a Sra. Valquíria Alves Smith Lima, Coordenadora da Articulação do Semiárido (ASA). Também foi convidado, mas não pôde comparecer, o Sr. Antônio Nobre, Engenheiro Agrônomo, PhD em Earth System Sciences, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Eu passo a palavra, por prioridade... No avião, os idosos entram mais cedo. Então, vou pedir vênica a V. Sa. para passar a palavra ao nosso querido Leonardo Boff.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo, você tem 15 minutos, mas, como sempre muita coisa boa você diz, poderá se estender um pouco para dizer suas palavras.

Lembro que ontem foi comemorado o Dia Mundial da Água, e por isso esta audiência pública para tratarmos exatamente do tema.

Leonardo Boff, com a palavra.

O SR. LEONARDO BOFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar, em primeiro lugar, o Senador Jaques Wagner, que organizou esta audiência, os demais Senadores e Senadoras e as pessoas que acompanham esta audiência, que considero de extrema importância.

Eu creio que nenhuma questão hoje é mais importante do que a da água, porque dela depende a sobrevivência de toda a cadeia da vida e, conseqüentemente, também de nosso futuro. Ela pode ser motivo de guerras para acesso à água potável, como de solidariedade social e cooperação entre os povos. Mais ainda, como querem muitos humanistas – especialmente o Petrella, que possivelmente falará a nós aqui – que estão ao redor do mundo discutindo essa questão da necessidade de criar um novo pacto social mundial que não existe e como a água é um bem comum, universal e todos precisam dela, ela seria o elemento ao redor do qual se poderia fazer um pacto social mundial que não existe ainda. Ele mostrou sua urgência agora com a pandemia, quando ela afetou todos os países, o planeta inteiro, e sentimos todos a falta de um centro de governança plural de um problema global, a fim de para esse problema global encontrar uma solução global. E, mais e mais, esse tema fundamental é o da água.

Independentemente das discussões que se possam fazer ao redor da água, uma coisa é indiscutível e devemos sempre afirmar: a água é um bem natural, um bem vital, um bem insubstituível e comum. Nenhum ser vivo, humano ou não, pode viver sem água.

Hoje este tema é profundamente agravado pelo aquecimento global. Nós não estamos indo ao encontro do aquecimento global, estamos já dentro dele. Já está se inaugurando uma nova normalidade, como vimos nas grandes enchentes: ontem, no Recife; em Petrópolis, há um mês e no domingo passado de novo, quando arrasou grande parte da cidade; e, no sul da Bahia, em Minas e em Goiás, há dois meses. Como afirmou o IPCC, no seu relatório publicado há três semanas, em três volumes, nós temos só oito anos até 2030 para frear esse aquecimento, nos exigindo a redução de 45% das emissões dos gases de efeito estufa. Não sem razão, muitos climatólogos já dizem que, só com aquilo que já está acumulado na atmosfera – porque o dióxido de carbono fica entre 100 e 120 anos na atmosfera, acrescido do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metano, que é 28 vezes mais danoso que o dióxido de carbono, embora demore só uns dez anos, no máximo, na atmosfera –, nós vamos ao encontro de eventos extremos inevitáveis. As grandes mudanças do clima da Terra provavelmente estarão além de nossa capacidade de prevenir e serão irreversíveis.

Temos técnica e ciência não para evitar esses danos, mas para minorar esses danos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO BOFF *(Por videoconferência.)* – Bom, eu quero falar rápido porque estão me dizendo que só tenho 15 minutos, mas o Senador Jaques Wagner me deu um pouco mais de tempo.

Eu quero dar apenas alguns dados...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Boff, não se incomode com o tempo, não. É sempre tempo de aprender, e, quando você fala, a gente sempre aprende. Então, pode ficar à vontade.

O SR. LEONARDO BOFF *(Por videoconferência.)* – Está bom. Agradeço muito. Está muito bom.

Eu quero dar alguns dados que não são normalmente conhecidos. Na Terra, há 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos de água – 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos. Se nós tomássemos toda essa água que está nos oceanos, mares e rios e a distribuíssemos equitativamente, a superfície terrestre ficaria mergulhada 3km abaixo das águas – 3km. Então, há muita água, mas a água acessível aos seres humanos é escassa, embora também seja abundante. Ela é escassa, porque é desigualmente distribuída: 60% só em nove países, e oitenta países enfrentam grave escassez de água. Pouco menos de 1 bilhão de pessoas consomem 86% da água existente potável. Em 2020, 3 bilhões tinham insuficiência de água; e, para 2 bilhões, ela era mal tratada, o que responde por muitas doenças que vêm dessas águas. Presume-se que, para o ano 2022, este ano, possa-se chegar a 5 bilhões de pessoas que terão insuficiência de água, especialmente na África, no Médio Oriente e em algumas regiões da Ásia.

O Brasil é a potência natural das águas: 13% de toda a água potável do mundo estão aqui no nosso país. Isso significa 5,4 trilhões de metros cúbicos – 5,4 trilhões de metros cúbicos –, mas também, como no mundo, aqui ela está desigualmente distribuída: 70% na Amazônia, o que é natural; 15% no Centro-Oeste; 6% no Sul e no Sudeste; e 3% no Nordeste. Nós temos um problema no Brasil que nós devemos tomar em consideração: não temos uma cultura da água – não temos uma cultura da água. No Brasil, 40% da água tratada são desperdiçadas. Com essa água desperdiçada, daria para atender toda a Suíça, toda a Bélgica, parte da França





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e todo o norte da Itália – só com a água desperdiçada, 40%. Lavamos os carros, lavamos as ruas, deixamos canos estourados por meses inteiros. Então, o acesso à água potável no Brasil, água doce, é precário e às vezes caro.

Esgotos não tratados, uso de detergentes que não são biodegradáveis, emprego abusivo de agrotóxicos, que contaminam rios e lençóis freáticos, efluentes industriais despejados sem tratamento nos cursos d'água, lixo jogado nos córregos ou carregado pelas enxurradas devolvem aos rios envenenamento e morte, comprometendo a frágil e complexa cadeia de reprodução da vida.

Vejam o exemplo de Petrópolis: tivemos duas catástrofes ecológicas, uma um mês atrás e outra agora, domingo passado. Uma cidade de 300 mil habitantes, cidade imperial, não tem esgoto. Tudo era jogado nos pequenos três rios que atravessam a cidade, Rio Quitandinha, Rio Piabanha e outro. Então, é lógico que a questão não é só a geofísica das montanhas, que é um elemento importante, que faz as terras úmidas tornarem-se pesadas e, então, as árvores deslizarem, e a cada dez anos temos grandes desastres, mas essas causas que são da natureza geofísica da nossa região são muito agravadas pelo aquecimento global.

Devemos tomar consciência de que entramos numa nova normalidade, de que esses efeitos vão ser muito mais frequentes e cada vez mais graves. Não é seguro que em oito anos – em oito anos, até 2030 – possamos reduzir em 54% os gases de efeito estufa. Caso contrário, o clima vai subir 1,5°C até 2°C. E aí nos dizem os climatólogos que, com esse clima, grande parte dos seres vivos não poderão adaptar-se e vão desaparecer, e grande parte da humanidade será afetada.

Ademais, como grandes cientistas que estudam os vírus... Eu cito o principal deles, David Quammen, que previu o ebola, que previu o coronavírus, que diz: se nós não diminuirmos o aquecimento global e se não mudarmos nossa relação com a Terra, até o ano 2030, virá uma gama de vírus letais, eventualmente virá *the next big one*, o grande, aquele que nós não poderemos combater e a que não seremos imunes, não haverá vacinas, não haverá antibióticos e poderá haver uma dizimação da espécie humana. Como temos ciência, tecnologia, podemos criar portos, oásis de salvação, mas grande parte da humanidade pode desaparecer. E ele diz, com certo humor: a Terra, os microrganismos... Porque só 5% da vida são visíveis, 90% ou 95% são invisíveis, feitos de micróbios, feitos de fungos, feitos de microrganismos que estão no solo e que garantem a fertilidade da Terra, que não é um baú de recursos, mas é um superente vivo que articula sempre o químico, o físico, o ecológico, de tal maneira que ela continua viva e produzindo vida. Se nós não mudarmos a nossa relação com a natureza, diz Quammen, nós vamos ao encontro de um caminho sem retorno. Então, eu acho que nós estamos diante de uma emergência ecológica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é sem razão que o Papa Francisco, que se colocou com a sua ecologia integral, não só ecologia verde, ambiental, mas ecologia cultural, ecologia política, ecologia econômica, ecologia do mundo espiritual, ecologia integral, tenha dito na sua última Encíclica *Fratelli*, de uma maneira quase desesperada: "Estamos no mesmo barco. Ou nós nos salvamos todos, ou ninguém se salva". Temos pouco tempo e pouca sabedoria, mas nós temos esperança de que o ser humano possa mudar o rumo de sua história e encontrar um futuro que seja benéfico para ele e para os demais irmãos e irmãs da natureza. Por isso, *fratelli tutti*, todos irmãos e irmãs, não só nós seres humanos, mas toda a natureza, não só por causa da mística cósmica de São Francisco, mas por um dado científico, de ciência: quando, em 1953, Crick e Watson descobriram o código genético, eles se deram conta de que desde a célula mais primitiva de 3,8 bilhões de anos, passando por grandes florestas, dinossauros, tucanos, cavalos, formigas, como a que está aqui na minha frente, temos o mesmo código genético de base, os mesmos vinte aminoácidos e as mesmas quatro bases nitrogenadas. Por isso, somos de fato, não retoricamente, irmãos e irmãs, só que não nos tratamos como irmãos e irmãs.

Toda a modernidade, a partir dos pais fundadores do século XVIII, Newton, Descartes, vários deles, criou esse paradigma moderno do ser humano como *maître e possesseur*, dono e senhor da natureza, não se sentindo parte da natureza. Então, esse paradigma trouxe muitas vantagens, mas também criou o princípio da autodestruição com armas químicas, biológicas, nucleares, que nos poderão destruir por 15 formas diferentes – e, neste momento, estamos sob esse risco.

O Papa propõe a esse paradigma do ser humano *dominus*, senhor e dono, o paradigma do *frater*, do irmão e da irmã, todos entre nós e com a natureza, e diz: "Ou fazemos essa travessia, realizamos esse sonho ou, então, vamos ao encontro de um armagedon ecológico".

É nesse contexto que se situam a água e o aquecimento global, que são temas que andam juntos.

Eu quero terminar, porque eu estou passando meu tempo.

Como vamos enfrentar isso? Vocês aprovaram leis que são importantíssimas, projetos que tentam salvar a nossa riqueza hídrica, mas eu acho que o mais importante é inaugurarmos, como diz a Carta da Terra, um novo começo, que exige uma nova mente e um novo coração; uma nova mente e uma nova visão da Terra não como um baú de recursos inesgotáveis, que permitem um projeto ilimitado. Não! A Terra é velha e pequena, com bens e serviços – não gosto da palavra "recursos", porque ela remete à economia, ao mercado, à *commodity* –, bens e serviços da natureza limitados, que não permitem o projeto ilimitado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos conservar o mais possível todos os recursos hídricos, todo o capital hídrico que temos, os nossos rios, as nossas águas, as nossas florestas, porque grande parte da crise hídrica vem do desmatamento sistemático, especialmente da Amazônia, que, no ano de 2021, foi o maior dos últimos dez anos e continua de forma avassaladora. Devemos manter as florestas em pé; reflorestar as partes degradadas. O Movimento dos Sem Terra se propôs, durante um ano, replantar 1 milhão de árvores – 1 milhão de árvores –, com os seus grupos. Depois, devemos manter as matas ciliares junto dos rios, porque são elas que mantêm a umidade e a fluidez das águas. E, lá onde notamos uma pequena umidade, nas próprias cidades, onde a gente vê uma certa umidade, basta começar a plantar árvores ao redor que, de repente, irrompe uma fonte. E, mais do que tudo, nas nossas cidades, devemos fazer aquilo de que Brasil tem uma carência enorme: tratar do esgoto, tratar de todas as partes do saneamento, porque a maioria dos rios são verdadeiras cloacas que disseminam doenças, vírus, chicungunha e outras doenças que conhecemos.

Esse problema é grave no nível da humanidade, é grave no nível do nosso país. E nós, sendo a potência natural das águas, com quase todas as terras cultiváveis e férteis, poderíamos ser a mesa posta para as fomes e para as sedes do mundo inteiro. Temos uma missão não só para nós brasileiros, mas uma missão planetária.

Uma vez, encontrando-me com Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, lá na ONU, ele me disse: "Boff, vocês na Amazônia são responsáveis pelo futuro do equilíbrio climático e hídrico do planeta Terra, porque, no seu continente, em nove países, há a Floresta Amazônica. Cuidem dela em função da humanidade e não só para vocês, porque o futuro está nas nossas mãos e depende muito de vocês". Nós queremos assumir essa responsabilidade, cuidar para não desmatar, conservar o mais possível.

E, para terminar, não basta razão intelectual, técnica e científica. Importante para dar solução à complexidade da nossa sociedade, temos que incorporar a razão cordial, a razão sensível que está no coração, porque nela está a empatia, estão os valores éticos, está a sensibilidade para com todas as coisas. No cérebro límbico, que está no coração, que surgiu há 220 milhões de anos, surgiu o cuidado, surgiu o amor. A razão intelectual científica tem de 8 milhões a 9 milhões de anos. Precisamos dela, mas, agora, mais que tudo, precisamos unir essas duas razões para podermos estabelecer um laço afetivo com as águas, com a natureza, com as plantas, senti-las efetivamente como irmãos e irmãs, protegê-las. E elas serão sempre agradecidas e nos darão tudo de que precisamos para viver, com abundância de água.

A ONU definiu que é um direito de todos ter acesso à água potável em quantidade suficiente e em qualidade muito boa para todas as necessidades humanas. Esse aporte o Brasil deve dar por amor à humanidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, querido Leonardo Boff, pela sua contribuição. Como eu lhe disse, não passou tanto, só falou por 20 minutos – eram 15. Eu vi que a sua esposa estava preocupada, mas você só falou por 20 minutos. Então, eu lhe agradeço muito.

Eu passo a palavra agora, porque estou vendo que está lincada, à Sra. Valquíria Alves Smith Lima, Coordenadora da Articulação do Semiárido (ASA), que atua em todo o Nordeste.

Com V. Sa. a palavra, Valquíria.

A SRA. VALQUÍRIA ALVES SMITH LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Bom dia, Senador Jaques Wagner. Em nome da Articulação do Semiárido, a gente agradece o convite. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes.

O companheiro Leonardo Boff sempre nos ensina muito, e é um processo muito constante de aprendizado. Eu acho que a nossa contribuição aqui hoje é também relatar um pouco... Imagino que os senhores e as senhoras já conheçam um pouco do que a Articulação do Semiárido vem fazendo em todo o Semiárido brasileiro em relação ao tema muito concreto que é a democratização do acesso à água, principalmente às famílias do Semiárido brasileiro. Já faz mais de 20 anos que a gente nasce da sociedade civil devido a uma demanda concreta que é a democratização da água, um grande programa de políticas públicas de acesso à água, tanto para o consumo humano como para a produção de alimentos no Semiárido. E a gente está falando de tecnologias simples, viáveis e que empoderam as comunidades e os povos no Semiárido.

Esta audiência pública realmente é muito importante. Nessa semana em que a gente fala do Dia Mundial da Água, não há como falar isso se a gente não trazer para a centralidade do debate a água como um direito, a segurança hídrica como uma necessidade, o que isso tem a ver com as constantes mudanças climáticas e a opção pelo modelo de desenvolvimento que a gente vem fazendo nesse mundo. O companheiro Leonardo Boff falou muito bem sobre isso.

Hoje a gente não tem como negar que os impactos das atividades humanas têm uma forte ação na degradação do meio ambiente. E aí a gente está falando do mundo, a gente está falando do Brasil, a gente está falando do Semiárido. A temperatura global tem subido muito rápido desde 1970 para cá, o aquecimento global. O que a gente quer é um ponto muito importante nesse debate das mudanças climáticas. Não tem como... A opção pelo modelo de desenvolvimento tem forte ligação e consequência nos grandes desastres naturais. Então, a gente não pode esquecer que a gente está num continente, a América Latina e o Caribe, que é a região do mundo com maior propensão a desastres naturais. Nós estamos falando de 152





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pessoas afetadas com várias catástrofes e com muitas predisposições aos eventos extremos, como chuva, cheias, tempestades, terremotos, secas, deslizamentos de terras, erupções vulcânicas, incêndios.

Se isso parecia muito distante da nossa realidade do Brasil, a gente tem visto esses fenômenos extremos acontecendo mais constantemente, com grandes secas, com grandes enchentes. Não é preciso ir muito longe. A realidade de Petrópolis está aí. Recentemente, a gente viveu essa realidade na Bahia, em Minas Gerais, em Petrópolis, em outros estados brasileiros. A América Latina e o Caribe, por exemplo, estão em uma das regiões do globo mais afetadas por *tsunamis*. Há enchentes e grandes secas na região do Cone Sul, onde o Brasil se localiza, região constantemente afetada.

Esse é o impacto do modelo de desenvolvimento e das mudanças climáticas. É importante dizer que essas mudanças e esses desastres impactam as populações de forma diferente. Os mais vulneráveis são os mais atingidos. E, dentro dos grupos mais vulneráveis, as comunidades tradicionais, os indígenas, os quilombolas, os pescadores, as mulheres e crianças que fazem parte das comunidades tradicionais são muito mais impactados, estão muito mais vulneráveis a esses desastres. Todos esses desastres geram uma situação de extrema vulnerabilidade para essas populações, vulnerabilidade econômica, social, ambiental e política, colocando em risco a segurança hídrica, que a gente está debatendo aqui hoje, colocando em risco a segurança alimentar, colocando em risco a segurança humana e as condições básicas para a redução da pobreza.

Nós, da Articulação do Semiárido brasileiro, estamos falando de um território que abrange 12% do território brasileiro, que tem 1.262 municípios e que está presente em dez estados. No Semiárido brasileiro, vivem aproximadamente 27 milhões de pessoas, com mais de 8,5 milhões vivendo na zona rural. Comparado a outros Semiáridos do mundo, a gente tem um Semiárido em que chove bastante, em média 750mm, mas onde a evapotranspiração é muito elevada, em média de 300mm.

Então, nós temos uma realidade, devido a todo esse contexto que a gente colocou, no Semiárido brasileiro em que ele está em processo constante e crescente de desertificação. Em várias áreas do Semiárido brasileiro, nós já temos desertos, e a tendência, pelo curso em que as coisas estão indo, pelo modelo de desenvolvimento adotado, pela falta de políticas públicas adequadas, é a de que esse processo se agrave cada vez mais.

Junto com as populações e povos do Semiárido, nós temos aprendido, ao longo desses anos, uma questão: hoje a gente pode dizer que, no diálogo entre sociedade e Estado, a gente muda um pouco a política, o olhar do Semiárido sobre combater a seca, que é um fenômeno natural. Ninguém combate um fenômeno natural, mas se pode aprender a conviver com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Semiárido, pode-se aprender a conviver com a seca, pode haver medidas de adaptação a essa realidade. E a gente tem provado isso ao longo dos anos.

Então, a gente tem investido muito, junto às comunidades, povos e populações, nas estratégias tradicionais de armazenamento de recursos. E qual é o grande recurso necessário para armazenar e para a gente conviver com o Semiárido? A água de chuva. Já que a gente tem um Semiárido no Brasil, já que a gente tem um Semiárido que é chuvoso comparado a outros do mundo, como é que a gente pode armazenar essa água de chuva para que ela possa garantir a segurança hídrica e a segurança alimentar dessas famílias? Com investimentos necessários, políticas públicas adequadas e eficientes, pode-se mudar vidas, mudar realidades e minimizar esses impactos nas populações mais vulneráveis.

É isto que, desde 2003, nós temos, enquanto sociedade civil: a ASA hoje conta com uma rede de entidades da sociedade civil de mais de 3 mil organizações ligadas a ela, 3 mil organizações de base que acompanham comunidades e municípios, há muitos anos, no Semiárido brasileiro. E a nossa estratégia é: precisamos, no Semiárido, para conviver, estocar água, alimento, comida para os seres humanos e para os animais.

É lógico que a gente vive numa região em que não há só a questão da segurança hídrica. Temos vários conflitos sobre as terras, temos também uma realidade em que há pouca terra para as famílias que produzem a base da segurança alimentar neste país. O conflito sobre a terra é também uma realidade. Então, é necessário que a gente também entenda que essas coisas estão ligadas.

Ao longo desses anos, implementando o maior programa de acesso à água do mundo, de 2003 para cá, num diálogo crescente entre sociedade e Estado, nós conseguimos avançar muito no processo de democratização do acesso à água, com tecnologias simples, já adaptadas, já construídas pelas populações, empoderando as comunidades, os povos e as famílias. Isso é fruto de um processo de articulação da sociedade civil, fruto de um processo de articulação política, de diálogo com o Estado e de vontade política do Estado brasileiro em alguns momentos, mas que hoje está sofrendo um grande impacto, porque as vontades políticas mudam e, infelizmente, não são estruturantes. Para mudar realidades e apoiar as famílias mais vulneráveis, não basta apenas vontade política. É necessário vontade política, mas as ações precisam ser estruturantes, para que elas não fiquem à mercê da vontade política de governos, mas sim da necessidade e da demanda das famílias.

Nós já chegamos a números expressivos nos programas de democratização do acesso à água, e rapidamente eu gostaria de compartilhar com vocês aonde a gente já conseguiu chegar: mais de 1,2 milhão de famílias possuem cisternas de captação de água de chuva para o consumo humano no Semiárido brasileiro; mais de 170 mil famílias com tecnologias de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos; mais de 7,4 mil escolas com cisternas de armazenamento de água de chuva de 52 mil litros para o funcionamento das escolas rurais; e mais de 900 bancos de sementes, que são a base da segurança e da soberania alimentar dessas famílias.

Muito ainda precisa ser feito no Semiárido brasileiro. E, com a interrupção das políticas públicas, a falta de vontade política atual do Estado brasileiro, a gente vê que ainda existe uma demanda, e é necessário olhar para essas famílias.

Aonde mais precisamos ir? Mais de 350 mil famílias no Semiárido brasileiro hoje precisam de uma cisterna para captação de água de chuva para consumo humano; mais de 1 milhão de famílias residentes no Semiárido brasileiro precisam de tecnologias que possam garantir a água para a produção de alimentos para sua subsistência e também para que melhorem sua qualidade de vida, sua renda e a qualidade de vida da família.

É necessário a gente pensar ações de escoamento da chuva, de armazenar essa chuva do Semiárido no solo para reduzir o impacto das grandes enchentes, porque essas catástrofes ambientais de que a gente está falando aqui estão chegando também a todas as regiões do Brasil, e não é diferente no Semiárido.

É necessário pensar as águas nos períodos das emergências, nos períodos de maior estiagem. Só uma cisterna que armazena 16 mil litros de água de chuva não é suficiente para esses grandes períodos de seca, então é necessário pensar as águas das emergências e os reusos das águas.

Em 2021, depois de 20 anos de atuação, sendo que dessa ação hoje faz parte, inclusive, levar essa tecnologia tão importante de um programa como esse, que virou uma política pública com base no diálogo sociedade-Estado, a gente tem levado o nosso método, a nossa metodologia para outros Semiáridos do mundo, fazendo o intercâmbio Sul-Sul, mas a nossa realidade é que essa ação se encontra totalmente paralisada devido à falta de vontade política do atual Estado brasileiro. E isso é um retrocesso no processo de avanço.

Então, quais são as nossas grandes questões aqui? Para finalizar minha fala, acho que é um espaço muito importante nós estarmos aqui para que a gente possa também pensar nos aprendizados, pensar nas lições aprendidas. Nós, como sociedade civil, como articulação no Semiárido, rodamos muito chão, e como coletivo erramos, acertamos, experimentamos, agregamos, aprendemos. É necessário para avançar no campo da política pública um diálogo constante com o Estado brasileiro, um diálogo constante com o Executivo, com os Parlamentares, para que a gente possa dar mais visibilidade às demandas e às realidades de todos os territórios, dos povos e das comunidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um desafio muito grande que, neste momento, a gente tenha que relançar uma campanha: o Semiárido brasileiro ainda tem sede. Tem sede de água para consumo humano, tem sede de água para produção de alimentos. Em 2022, a gente ainda tem uma campanha que diz que o Semiárido brasileiro tem sede, porque uma grande política pública de acesso à água está completamente paralisada porque o Estado brasileiro não tem a vontade política de continuar sua implementação. É isso.

Queríamos dizer que nós continuamos na resistência. Continuamos dizendo que muito já foi feito, mas há muito ainda a ser feito, e nós entendemos que, mesmo com um contexto tão adverso, são necessários investimentos adequados e políticas públicas adequadas que levem em conta as realidades locais, as culturas, os modos de vida e o empoderamento dos povos e das comunidades.

Muito obrigada.

E continuamos aí na luta pela democratização do acesso à água. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Valquíria. Muito importante também a sua intervenção, eu acho que contribui muito.

Eu conheço vocês de perto como Deputado, como ex-Governador da Bahia e, agora, como Senador. Orgulho-me muito de nós termos trabalhado juntos no Programa Água para Todos e termos socializado a água potável para um número enorme de pessoas na Bahia. Eu sempre me lembro da emoção, da alegria de uma senhora de 60 anos que, pela primeira vez, podia tomar um banho de chuveiro; de um outro que, pela primeira vez, viu espuma de sabão, porque antes a água era salobra e cortava o sabão; de outra que achava que a água da cisterna era água mineral, tal a riqueza de estar com aquela água limpa que antes ela pegava em açudes a léguas.

Então, eu acho que, como o Boff já disse, água é vida. E eu me orgulho muito, com o exemplo do Luz para Todos, inaugurado pelo nosso querido ex-Presidente Lula, do primeiro programa que eu lancei, que foi exatamente o Água para Todos, por conta de ter me transformado em Governador de um estado do Semiárido, onde estão 63% do nosso território, além de outros programas bem mais, eu diria, robustos: de cada cisterna, que é fundamental para cada família ou cisterna de produção, de várias adutoras que fizemos, de um programa no norte do nosso estado, onde há muita seca e conseguimos ter – e temos – um mar de água doce num aquífero e fizemos vários programas para a produção e distribuição de água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado a você. Muita energia e muita fé para a gente continuar, porque eu acho que a ASA se transformou realmente numa marca de vida em todo o Nordeste e, como você disse, já exportando até para outros continentes essa nossa tecnologia.

Eu passo a palavra agora para o Rogério de Abreu Menescal, que é Diretor Interino da Agência Nacional de Águas, a nossa ANA, responsável por toda essa riqueza azul que nós temos aqui.

Com você a palavra, Rogério.

O SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (Para expor.) – Senador, obrigado.

Bom dia a todas e a todos os participantes aqui presentes e aos que estão assistindo remotamente à audiência muito oportuna feita pela Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Em nome da Diretoria Colegiada e do corpo de servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, saúdo os participantes da audiência alusiva à Semana Mundial da Água, de 2022, com o tema Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas, temas sobre os quais a ANA tem se debruçado no seu dia a dia, ao longo dos seus também 21 anos recém completados, assim como a Articulação do Semiárido, da colega Valquíria, recentemente citada aí.

Agradeço ao Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão, pelo convite. Cumprimento os membros da Mesa. Infelizmente a colega da Oceana Brasil não pôde estar presente, mas eu, como velejador, valorizo muito o trabalho que eles desenvolvem com relação a evitar a poluição provocada por plásticos no mar; esse é um dos trabalhos que eles desenvolvem.

Cumprimento a colega Valquíria, que acabou de falar pela Articulação do Semiárido. Eu tive a oportunidade, no começo da ANA, em 2001, de acompanhar também o início da Articulação do Semiárido. Inclusive, esse programa de cisternas deles ganhou o Prêmio ANA, em 2014. Então é um trabalho muito bonito o desenvolvido por eles.

Cumprimento o Prof. Leonardo Boff. Ficamos até encabulados quando vemos o fundo de tela dele, com tantas publicações mostrando a sabedoria acumulada e lembrando muito as palavras do Prof. Chomsky, filósofo e pensador americano, em vários *poons* que ele colocou inclusive aqui na fala dele.

Eu espero, durante a minha apresentação aqui, complementar de alguma forma e trazer informações mais atuais com relação ao trabalho da ANA.

O colega do Inpe infelizmente não pôde estar presente, mas eu confesso que – sou engenheiro, minha formação é em Engenharia – eu mesmo tinha um certo ceticismo com essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de mudanças climáticas e fui forçado a me curvar à realidade e reconhecer que realmente está havendo fenômenos já palpáveis com relação a isso, como vamos ver na apresentação que a gente está fazendo, e até ensejando a criação de uma era nova, geológica, devido ao impacto do ser humano, que seria o antropoceno.

Aproveito também para informar, apesar de não estar presente, que o Inpe esteve recentemente com a gente; é um parceiro importante da ANA, de longa data. Nós estamos trabalhando juntos no lançamento de um satélite específico de monitoramento de água denominado Missão Aquae. É um projeto que está no começo, estamos montando quais sensores serão colocados, mas é um projeto muito estratégico para a parte de gestão de recursos hídricos, com o qual tentaremos enfrentar os desafios colocados aqui pelos colegas que me antecederam.

Gestão sustentável dos recursos hídricos e sua relação com segurança hídrica tem ganhado, a cada dia, mais importância no cenário nacional e internacional. A sociedade brasileira está cada vez mais consciente sobre a finitude da água e sendo continuamente alertada sobre as projeções de mudança do clima e seus potenciais efeitos sobre a disponibilidade hídrica.

Segundo a ONU, segurança hídrica é a capacidade de assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidades adequadas à manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano e do desenvolvimento socioeconômico, para garantir proteção contra a poluição hídrica e desastres relacionados à água e preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política, como bem destacou o Prof. Boff.

Esse conceito está perfeitamente alinhado com o tema do evento, como não poderia deixar de ser. Segurança hídrica é, portanto, dignidade; é cidadania; é saúde; é trabalho; é desenvolvimento; é educação, pois evita ausência em salas de aula por motivo de doenças veiculadas pela água; e é também igualdade de gênero, porque, na grande maioria das vezes, são as mulheres as responsáveis pelo suprimento da água nas suas casas, tendo que, ainda em algumas regiões do Brasil, como nos interiores do Semiárido, carregar latas d'água por vários quilômetros todos os dias. Sou nordestino e sei o que é isso.

Os efeitos sinérgicos entre as quatro dimensões contempladas nesse conceito – econômica, humana, ecossistêmica, de resiliência –, associados a períodos mais críticos de escassez ou excesso de chuva, podem resultar em insegurança hídrica e na instalação de crises, como bem destacaram vários que me antecederam aí, como o que temos enfrentado desde 2012 nas diversas regiões do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, a ANA adota o conceito da ANA como premissa em seu planejamento estratégico e estabeleceu como missão garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o que, portanto, tem sido tema de atenção diária nos nossos trabalhos e ações.

No âmbito do desenvolvimento do relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos" para o ano de 2021, que está em elaboração e aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi elaborado o planejamento de curto e longo prazo em três cenários de balanço hídrico: o atual, com demandas de 2020; o futuro, com demandas projetadas para 2040, que é o horizonte do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e um cenário com mudanças climáticas também para o horizonte de 2040. Nesses três cenários, os comprometimentos hídricos mais elevados aparecem principalmente na porção leste do país, o que coincide com a maior concentração populacional e consequente demanda por água.

No cenário com mudanças climáticas que se baseou na modelagem climática de projeções de modelos globais utilizados pelo IPCC, as principais consequências relacionadas aos recursos hídricos estão associadas ao aumento da evapotranspiração, devido ao aumento da temperatura, mudanças nos padrões de precipitação e um provável aumento na frequência de inundações e secas. Além disso, essas mudanças desafiam a premissa de estacionariedade do padrão hidrometeorológico, que atualmente é fundamental no planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

As simulações apontam para uma predominância de cenários de diminuição da disponibilidade hídrica principalmente nas Regiões Norte, Senador Confúcio Moura, e Nordeste, Senador Jaques Wagner, e de aumento da disponibilidade hídrica, associado ao aumento da frequência de cheias e inundações, na Região Sul – o Senador Esperidião Amin não está mais aqui, mas seria na região dele.

Nesse contexto, é necessária a definição de estratégias de adaptação que mitiguem os potenciais impactos sobre os setores usuários de água no país, mesmo considerando o elevado grau de incerteza ainda existente.

O desafio posto é adaptar-se aos impactos atuais e futuros ocasionados quer pela variabilidade natural do clima, quer pela possível mudança, a fim de minimizá-los.

Cabe lembrar que, independentemente das alterações provocadas pela mudança do clima, no Brasil, um país de dimensões continentais, enfrentamos historicamente eventos extremos simultâneos de secas e inundações, como temos visto nos últimos anos. E as situações climáticas mais severas já têm trazido a gestão de recursos hídricos para o centro do debate, como o que está acontecendo hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para citar um exemplo recente, a crise hidroenergética da Bacia do Paraná fez com que a ANA pela primeira vez emitisse declaração de escassez hídrica, o que permitiu a implementação de medidas excepcionais na operação dos reservatórios de geração hidrelétrica. Mas, logo na sequência, elaborou um plano de contingência para a recuperação dos níveis desses mesmos reservatórios, que vêm sendo acompanhados e estão correndo até melhor do que o esperado, em virtude dos volumes de chuva ocorridos neste começo de ano.

Esse mapa mostra a dominialidade dos recursos hídricos do Brasil, inclusive a parte da dupla dominialidade, em parceria com os estados. E, como forma de antecipação, a atuação preventiva dos órgãos por parte dos gestores estaduais e federais de recursos hídricos é fundamental para lidar com as crises e os conflitos pelo uso da água. Cada vez mais, torna-se evidente a necessidade do fortalecimento dos instrumentos de gestão que subsidiem o gerenciamento dos recursos hídricos, especialmente em épocas de ocorrência de eventos extremos, e esse fortalecimento passa pela necessária articulação interinstitucional e intergovernamental, com a participação de diversos entes no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerando a dupla dominialidade estabelecida pela Constituição Federal.

A atuação junto com os agentes públicos, em articulação com a sociedade e com uma visão de longo prazo direcionada à gestão de recursos hídricos, vai ao encontro do que preconiza a Lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e que neste ano completa 25 anos, seu jubileu de prata. Visando ao aperfeiçoamento desse sistema, a ANA estruturou diversos programas e ações, como Progestão, Procomitês, Qualiágua, Monitoramento Hidrológico, Salas de Situação e de Crise, Monitor de Secas, além de planos e estudos – como já citado, o Conjuntura –, os Atlas Esgotos, Abastecimento de Água, Irrigação e de Vulnerabilidade e Inundações e o Plano Nacional de Segurança Hídrica, para citar somente alguns deles.

Gostaria de destacar também que a ANA assumiu mais recentemente novas atribuições, sendo agora responsável pela elaboração de normas de referência para regulação de prestação de serviços públicos de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana, problemas também apontados na fala do Prof. Leonardo Boff. Com isso, passamos a atuar em um outro setor estratégico, ajudando a aperfeiçoar a aplicação dos recursos hídricos segundo critérios de promoção de salubridade ambiental, maximização de relação benefício-custo e maior retorno social, com a implantação e ampliação de serviços de saneamento básico, que são fundamentais para atingimento da segurança hídrica e bem-estar da população, o que só aumenta a nossa responsabilidade sobre o tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional de Segurança Hídrica, que destaco nesta oportunidade, lançado em 2019 pela ANA e o Ministério do Desenvolvimento Regional, baseou-se na avaliação de fatores geradores de segurança hídrica no país para definição das principais intervenções estruturantes de natureza estratégica e relevância regional necessárias para garantir a oferta de água, de fontes superficiais e subterrâneas, para o abastecimento humano, para o uso de atividades produtivas e também para a melhor gestão de riscos associados a eventos críticos de cheias e secas. Entre as intervenções, o Projeto de Integração do Rio São Francisco ao Nordeste Setentrional, iniciado já há alguns anos, destaca-se pela abrangência e relevância na garantia do abastecimento de água para parcelas significativas da população dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter potencial aproveitamento para a produção agropecuária e industrial.

Há que se destacar também as intervenções não estruturantes nas quais os serviços ecossistêmicos são pressupostos básicos de conceitos de soluções baseados na natureza e infraestrutura verde; na área rural, visam à conservação da qualidade e quantidade de água, implantadas principalmente em áreas de preservação permanente, que contam cada vez mais com o apoio de pagamentos por serviços ambientais.

No Brasil, o programa que utiliza há mais tempo o pagamento por serviços ambientais foi concebido pela ANA, o Programa Produtor de Água, destinado a promover a conservação dos recursos hídricos no meio rural, visando à segurança hídrica. A metodologia desse programa está disponível para todos os estados, municípios e instituições que queiram aproveitá-lo, e a ANA apoia na assistência técnica.

Nesses 25 anos de Política Nacional de Recursos Hídricos, muito já foi feito. No entanto, é necessário constante aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão nas águas com foco no planejamento, incluindo articulação intersetorial e federativa em uma visão mais ampla e efetiva dos mecanismos que promovam maior segurança hídrica.

Vou passar esse eslaide, senão dá problema no tempo.

Assim, visando à adaptação das mudanças climáticas, são necessárias medidas robustas que imprimam maior resiliência aos eventos extremos, desde aquelas mais básicas que passam pela educação e conscientização da população, pela racionalização do uso da água, pela operação eficiente e otimização dos estoques hídricos superficiais e subterrâneos existentes, até a retomada de construção de reservatório de acumulação de forma sustentável, com visão nacional e integrada nas políticas públicas setoriais e de segurança de barragens, tirando proveito da continentalidade do Brasil e seu regime de chuvas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Semiárido, que convive historicamente com a insegurança hídrica, como bem destacou a colega da Articulação Semiárido, existe quase um consenso sobre a necessidade de açudagem para a sustentabilidade das populações, como o reservatório de Pedra do Cavalo, Senador Jaques Wagner. O senhor, mais do que ninguém, sabe da importância de reservatórios como esse para a garantia do abastecimento de Salvador e proteção das cidades a jusante, no caso de Cachoeira. São obras relevantes que trazem segurança hídrica para as populações tanto do ponto de vista de abastecimento como do de segurança física propriamente dito.

Entretanto, por outro lado, por falta de investimentos em reservação, temos vivenciado o agravamento dos conflitos nos diversos usos de reservatórios existentes, como está acontecendo atualmente com o caso Lago de Furnas. E uma das consequências disso, muitas vezes não percebida pela sociedade com clareza, é a elevação dos custos de energia elétrica devido à necessidade de acionamento de termoeletricas com custos operacionais maiores e também muito mais impactantes do ponto de vista ambiental, na contramão do que pretendemos, como destacou o Prof. Leonardo Boff.

Claro que, como toda a obra de engenharia, reservatórios são uma intervenção na natureza e exercem impactos socioambientais que devem ser identificados e, a seguir, eliminados, mitigados ou compensados de forma justa e inteligente. Mas, estabelecendo, de forma muito clara, a conexão de segurança hídrica e segurança alimentar, reservatórios têm sido o instrumento mais utilizado pela humanidade há milhares de anos para a administração de eventos extremos hidrológicos que passam a ser ainda mais agravados com as mudanças climáticas, como bem destacado pelos colegas nas falas anteriores.

Portanto, com relação à infraestrutura hídrica, a ampliação de reservação é uma necessidade para o atendimento aos diversos usos da água e é essencial para o aumento da segurança hídrica e para a adaptação às mudanças climáticas, permitindo uma melhor regularização das vazões e uma gestão dos recursos hídricos que favoreça a utilização da riqueza hídrica nacional, de que poucos países do mundo dispõem.

Sei que não é um tema simples de se resolver, prezados Senador e colegas da mesa, mas eu o deixo aqui como uma provocação para uma reflexão. A ANA precisa de ajuda para enfrentarmos esse desafio.

Eu gostaria de chamar ainda a atenção para a mais recente edição do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, publicado pela Unesco e intitulado "Águas subterrâneas: tornar visível o invisível", lançado ontem, durante o 9º Fórum Mundial da Água, em Dacar, no Senegal. Lembro que a oitava edição desse fórum aconteceu no Brasil, em 2018. Esse relatório enfatiza a necessidade do comprometimento dos governos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com o desenvolvimento de políticas adequadas e eficazes na gestão e governança de águas subterrâneas, com o objetivo de lidar com as crises hídricas atuais e futuras em todo o mundo. O relatório aponta para uma tendência de aumento da utilização de fontes subterrâneas de água, considerando o cenário de limitação da disponibilidade de água superficial devido às mudanças no clima.

Também lançamos nesse mesmo fórum, Senador, dois outros documentos muito interessantes: um em parceria com a OCDE e um sobre o ODS 6. O do ODS 6 já está... Ambos já devem estar, em breve, disponibilizados na página da ANA para todos.

Por fim, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite e de parabenizar a Casa pela iniciativa, em nome da Diretoria Colegiada da ANA e do corpo de servidores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Rogério de Abreu Menescal, Diretor Interino da ANA. Quero lhe dizer que achei muito enriquecedor e muito esclarecedor o volume de informações, de que, tenho certeza, muita gente, eventualmente, não compartilha.

Eu considero que a ANA é uma agência de fundamental importância. E, como agência, evidentemente, independentemente do titular do Executivo nacional, vocês têm um comprometimento e um funcionalismo técnico. Os quadros de carreira, não tenho dúvida, têm um comprometimento técnico muito grande.

Eu fiquei, sinceramente, muito feliz, até porque... Não sei se ainda estamos ao vivo. Não! Estávamos ao vivo quase até o final da sua fala. Agora passou para o Plenário. Mas, de qualquer forma, isso continua circulando no YouTube e nos canais da TV Senado.

Realmente, acho muito esclarecedoras as colocações que você fez. Muito obrigado pela sua intervenção.

Eu pergunto ao Senador Confúcio Moura se quer se manifestar sobre o tema.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. e a Comissão de Meio Ambiente por esta audiência pública qualificada.

Eu faço só uma referência. Eu estive em Itaipu alguns anos atrás. O Presidente apresentou aos visitantes – eu era um deles – um projeto chamado Cultivando Água. Com a situação da agricultura em 16 municípios do território, estava havendo a diminuição da fluência de água para o lago, justamente pela irrigação, pelo mau uso da água e por uma série de outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades. Aí Itaipu resolveu chamar os Prefeitos, os Vereadores, criar esse projeto e pagar as prefeituras por serviços ambientais e recuperação de nascentes, pela melhoria das matas ciliares, para preservar água para abastecer o reservatório.

Então, é isso que a gente observa hoje quanto à escassez de água nas grandes cidades. Nas regiões metropolitanas há os racionamentos de água justamente porque, ocasionalmente ou sucessivamente, os reservatórios baixam a níveis críticos, justamente pela falta de consciência quanto à necessidade da manutenção das nascentes, rios, igarapés, riachos ou qualquer veio d'água para abastecimento desses reservatórios.

Eu fico muito satisfeito quando perambulo, nas caminhadas, em torno dos prédios e vejo uma plaquinha assim: nesse prédio a água é de reúso, para molhar as plantas, lavar calçadas, lavar tudo aquilo. Eu já noto uma preocupação dos arquitetos e engenheiros, quanto aos prédios modernos, com toda essa segurança de uso adequado da água. E já evoluiu também, já se vê muita coisa sendo feita com a água de reúso, mas há um longo caminho ainda pela frente, caminho que nós temos que galgar e palmilhar de agora adiante.

O tema é importante, e esta audiência pública é uma homenagem muito grande que a Comissão presta ao Dia Internacional da Água.

Era só esse o comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio.

Chegaram aqui, através do e-Cidadania, quatro perguntas. Não obrigatoriamente os nossos palestrantes, convidados, precisam respondê-las, mas também fiquem à vontade para fazê-lo.

Antonio Jorge, da Bahia: "Quais são os investimentos que estão sendo destinados para as novas tecnologias a fim de que haja uma segurança hídrica eficiente?"

Rayane Reis, do Rio de Janeiro: "Quais as consequências que podem ser geradas por causa das mudanças climáticas?"

Iasmim Kelly, de Sergipe: "O que pode ser feito para garantir a proteção de nossas bacias hidrográficas? E como a população no geral pode ajudar nessa proteção?"

Ronald de Almeida: "Quais os desafios das gerações futuras na segurança hídrica?"

Eu, não necessariamente para responder as perguntas, vou fazer mais uma rodada passando pelos nossos convidados, caso queiram fazer alguma manifestação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo.

Tem só é que abrir seu microfone.

O SR. LEONARDO BOFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero agradecer novamente ao Senador Jaques Wagner por essa iniciativa e pelas excelentes exposições da Valquíria e do Rogério Menescal, porque nos trouxeram dados concretos, iniciativas políticas que estão em curso. Isso significa que estão dando centralidade ao tema da água e sempre em conexão com essa nova normalidade, que é uma grande anormalidade para o equilíbrio da Terra, que é o aquecimento global.

Agora eu acho, Jaques Wagner, que o grande debate hoje em nível mundial é isto: a água é fonte de vida ou fonte de lucro? A água, que é um recurso hídrico, é uma mercadoria ou a água é um bem natural, vital, comum, insubstituível, portanto algo que não pode entrar no mercado, porque é vida, e vida é sagrada? Então, eu acho que hoje o grande debate está ao redor da privatização das águas.

E as grandes empresas vivem disso: a francesa Lyonnaise, a americana Bechtel, que tentou lá na Bolívia, a Thames Water, a alemã RWE, a Coca-Cola. As grandes produtoras de bebidas estão privatizando o mais possível as nossas fontes de água. Até mesmo esse grande investidor, o Soros, comprou aqui grandes territórios na Amazônia, e perguntaram se havia um sentido ecológico numa entrevista que ele deu à GloboNews. Ele disse: "Não, eu fiz um investimento naqueles territórios que eram abundantes em água e vou ganhar milhões de dólares só distribuindo água pelo mundo". Não havia nenhum interesse ecológico; o interesse é mercantil.

Então, eu acho que nós hoje...

Riccardo Petrella, que é, talvez, a pessoa mais empenhada nisso, que criou esse Fórum Alternativo Mundial da Água e que luta pelo contrato mundial da água de forma insistente – nós devemos lutar –, acha que a privatização da água é um erro político, porque privatizar a água é concentrar em alguns e privar outros de água, que é um direito fundamental da vida, mas não só para a nossa vida.

Como ressaltou muito bem a Valquíria, devemos articular – o Menescal também disse isso – a segurança hídrica com a segurança alimentar, estão unidas as duas. Então, privatizando água, nós empobrecemos as possibilidades de garantir alimentação saudável e generalizada.

Então, eu acho que a luta é cuidar para que a água se mantenha como um bem público e que não vá ao mercado, porque, lógico, a nossa sociedade está montada nessa passagem de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. Isso já foi denunciado por Marx e, especialmente, a partir de 1944, por Karl Polanyi, que criou o termo "a grande transformação". Qual é a grande transformação em nível mundial hoje? É que tudo virou mercadoria, desde órgãos humanos, rins, pessoas, água, tudo virou mercadoria, até as coisas mais sagradas. Marx, no seu último livro, *Miséria da Filosofia*, diz: "As coisas mais sagradas, como é a verdade, como é a consciência, como é a comunicação, coisas que a gente troca, mas não vende, agora vão para o mercado e ganham o seu preço". Isso é o auge, é o supremo da corrupção, é a venalidade geral.

Então, nós chegamos a isto: hoje tudo é mercadoria, e há coisas que são sagradas, não podem ser vistas assim. A água é uma delas, porque é tão ligada à vida... Não só a razão analítica, digamos, vê nela um recurso, mas a razão simbólico-religiosa a vê como o grande símbolo da vida, do sagrado, das coisas eternas que estão no ser humano. Isso tudo é tão sagrado que não pode ser vendido! E essa é uma tarefa do Estado – porque, lógico, há uma dimensão econômica implicada nisso –, que tem que resgatar a água, purificá-la, distribuí-la. Nisso há uma dimensão econômica, que não se opõe ao bem natural, mas cabe ao poder público garantir que chegue a todos o acesso a essa água como algo realmente vital, insubstituível, natural e comum.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado... Não sei como... Vou chamá-lo de Prof. Leonardo Boff.

Valquíria, você quer fazer alguma fala de encerramento?

A SRA. VALQUÍRIA ALVES SMITH LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, rapidamente.

Acho que as palavras de Boff foram muito incisivas e claras. A gente está falando sobre democratização e acesso àquilo que, acima do lucro, é um direito à vida. A gente está falando do direito à água, um dos direitos mais básicos e mais essenciais.

Nós ainda vivemos uma realidade – acho que de mundo; posso falar de mundo, de América Latina e de Brasil – em que temos que fazer constantemente disputas de projetos, de narrativas, de ideias, e não é assim no processo de democratização e acesso à água. Ao mesmo tempo, essa luta é desigual, porque, quando se têm mais recursos para investir em grandes obras, como a transposição do Rio São Francisco, a gente tem que lutar muito por pequenos recursos para democratizar o acesso à água, através das tecnologias sociais de armazenamento de água de chuva. Essa é a realidade do país em que a gente vive. Por isso que é uma luta constante, por isso que há uma mobilização social constante, por isso que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente não pode deixar que entrem na naturalidade, na invisibilidade, as demandas das populações mais vulneráveis e mais frágeis.

Para terminar, eu queria dizer que nós, da Articulação do Semiárido, temos clareza do que nos norteia. A gente sabe que quem tem sede não tem vida; quem tem fome não tem vida e não tem esperança; e quem não tem esperança não tem significado de vida. O que nos mobiliza diariamente, mesmo com tantas perdas, com tantos retrocessos, é que todas as pessoas possam ter a dignidade de contar com um prato de comida mínimo possível para cuidar minimamente de outros aspectos mais elementares de subsistência.

Nós vivemos uma realidade em que a gente está lutando por um prato de comida, porque há pessoas que nem isso têm. E tem tudo a ver a discussão que a gente fez aqui com a fome, o empobrecimento dos grupos e das populações mais vulneráveis. É necessário, para que as pessoas também possam sonhar outros futuros para si, para os seus e para o mundo...

Quem tem sede, gente, e quem tem fome tem pressa. Segurança hídrica é sobre empatia, é sobre respeito, é sobre direito e é sobre força coletiva. É isso que nos move.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Valquíria, representando a Articulação do Semiárido.

Eu pergunto ao Rogério se quer fazer uma fala de encerramento.

O SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (Para expor.) – Senador, agradeço a oportunidade.

As perguntas, eu acho, devem ter sido enviadas antes do evento. Acho que algumas já foram esclarecidas ao longo da discussão, mas me coloco à disposição, o meu *e-mail* está na apresentação, para respondê-las – para quem quiser me mandar pessoalmente também.

Quero esclarecer que a ANA, diferentemente de outras agências, tem um viés muito forte nessa área de planejamento e mobilização com relação à articulação institucional, a fazer com que esse sistema todo do Singreh funcione. Então, é um trabalho continuado que a gente tem que fazer com relação à permanência das ações para que a gente consiga atingir a segurança hídrica. A gente já vem conseguindo muito sucesso ao longo desses 21 anos, mas muito ainda tem que ser feito.

Quero agradecer a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado a você também pela sua exposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas, eu remeterei para os nossos três convidados que participaram da reunião. Infelizmente, a Malu teve problema, me parece, de *link* e não conseguiu entrar, mas eu mandarei com os endereços de cada um ou vocês respondem para cá e nós remeteremos para eles. Algumas delas, eu acho, foram respondidas durante as exposições, mas é sempre importante valorizar, porque são pessoas que acompanham, que se interessam em fazer perguntas. Portanto, eu remeto aos três, até porque algumas delas têm muita contribuição a dar: por exemplo, como a população em geral pode ajudar nessa proteção.

E nós temos um problema no Brasil, entendo que a educação ambiental deveria ser curricular, porque ela é parte da preservação. Muitas vezes as pessoas não despertam para essa questão porque não têm noção, por exemplo, do que foi dito aqui sobre aquecimento global, sobre as consequências, sobre as zoonoses, como a gente teve agora – temos ainda –, a pandemia da covid-19. Como o Boff colocou, não sabemos quantas mais teremos com esse processo de aquecimento. Não sabemos o que o degelo do globo terrestre no Polo Norte pode provocar, não se sabe o que está dormindo há milhões ou milhares de anos naquela região. Tudo está praticamente congelado e, agora, quando começa um processo de perda da massa de gelo no Polo Norte, não sabemos que gases sairão, que vidas eventualmente voltarão a surgir. E, como já foi dito aqui, hoje, 60% a 70% das endemias e pandemias são zoonoses.

A quebra do equilíbrio da natureza faz com que seres vivos que habitavam e se mantinham no equilíbrio da natureza acabem saindo e se transformando, como nessa última pandemia da covid, em que, por enquanto, já praticamente 6,5 milhões de humanos perderam a vida, sem falar das perdas de vidas animais com incêndios no Pantanal, com as chuvas, com as enchentes, com a desertificação.

Eu, mais uma vez, quero agradecer a todos vocês, ao Boff, à Valquíria, ao Rogério e a todos que nos acompanharam.

Esta audiência pública foi uma forma de marcarmos aqui na Comissão de Meio Ambiente o Dia Mundial da Água, que foi comemorado no dia de ontem.

Como já foi colocado aqui, o grau de risco que nós estamos correndo é muito grande. Entre setembro de 2020 e março de 2021 – isto vocês devem ter contabilizado na ANA –, o volume de águas que chegou às hidrelétricas foi o menor em 91 anos; em 91 anos, foi o menor que chegou.

A situação dos recursos hídricos, segundo a Universidade Federal do Oeste do Paraná, em parceria com a Fiocruz, falando da Bacia do Tapajós, aponta que 75% das pessoas examinadas estavam com taxas de contaminantes acima dos limites considerados seguros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela OMS, e a principal contaminação é oriunda exatamente dos garimpos ilegais no Amazonas e no Pará.

Nós temos o levantamento, que foi feito pelo Repórter Brasil, mostrando que a água que saiu da torneira em 763 cidades brasileiras, entre 2018 e 2020, tinha contaminação com substâncias químicas e/ou radioativas em concentrações acima do limite.

Eu quero lembrar aqui – e foi o motivo até da convocação desta audiência pública – a segunda comunicação do IPCC, que reafirma: as mudanças climáticas, incluindo aumentos na frequência e intensidade de extremos, reduziram, como já foi dito nesta sessão, a segurança alimentar e hídrica, dificultando os esforços para atender os objetivos do desenvolvimento sustentável. Aproximadamente metade da população mundial sofre de grave escassez de água por pelo menos uma parte do ano devido a fatores climáticos e não climáticos. A insegurança alimentar aguda e a desnutrição relacionadas com inundações e secas aumentaram na África, na América Central e na América do Sul.

Eu quero reforçar as palavras que foram ditas aqui pelo Boff, pela Valquíria e também na exposição feita pelo Rogério.

Boff, quando ando pelo interior da Bahia, nesta minha peregrinação – porque eu acho que política é sacerdócio e não profissão –, eu sempre me lembro de quando o Frei Dilson, um frei capuchinho lá do sul da Bahia, veio me perguntar: "O que você acha? O pessoal está querendo que eu seja candidato a Prefeito". Eu disse: "Pode ser, porque a política feita na sua essência é um sacerdócio". Infelizmente, como profissão, talvez ela seja a mais vil das profissões; como missão, sem dúvida, é a mais nobre das missões, porque ela é que organiza os seres humanos no planeta.

Eu digo muito, quando eu vou ao interior, que a grande subversão que nós temos hoje civilizatória é que o ter se tornou mais importante do que o ser. Eu gosto de dizer lá no interior da Bahia – e o pessoal do interior sempre faz um balançar de cabeça concordando – que a roupa bonita que a gente veste, com o tempo, gasta; a única coisa que é definitiva é o que nós carregamos por dentro: é a nossa espiritualidade, a nossa solidariedade, o nosso amor pela vida, a nossa paixão e a nossa amizade pelos nossos queridos irmãos e também pela natureza. Então, eu acho, Boff, que realmente nós estamos numa crise civilizatória: o mercado toma conta de tudo; tudo vira mercadoria; parece que as pessoas se subjugam exatamente ao material, ao possuir e não ao ser.

Eu aproveito este encerramento para dizer que nós todos temos uma tarefa imensa na proteção das vidas, da água, da natureza. E, como já foi dito, para quem não quer... E eu acho até – ouviu, Rogério? – bonito você dizer que, talvez num primeiro momento, não tivesse,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos dizer assim, absorvido totalmente o que estamos vivendo. E eu acho que é isto mesmo: o saber, a informação vai fazendo com que a gente se dê conta de que a gente está numa situação limite e que, se a gente realmente não conseguir dar um freio no jeito como os humanos tratam a casa maior – talvez nós não, Boff, com os cabelos brancos já, mas os que estão chegando –, não sei como eles estarão no planeta Terra.

Eu queria agradecer muito a todos vocês e comemorar o Dia Mundial da Água!

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014 - Terminativo** - que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta e rejeição das emendas 1 a 4-CMA. **Resultado:** Aprovado, em decisão terminativa, o PLS 248 de 2014 com a Emenda nº 5-CMA. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2018 - Terminativo** - que: "Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto no 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 875, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tratar da conversão de multas." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer, como medida a ser preferencialmente adotada, a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PL 875/2019, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS 331/2018. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1304, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais efetivas as sanções penais e administrativas aplicadas em decorrência de condutas lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 1417, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para majorar as penas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cominadas aos crimes relacionados a poluição e a condutas com produtos perigosos." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do PL 1304/2019, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 1417/2019. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2276, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.276 de 2019 e da Emenda nº 1-PLEN, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2788, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 17, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022, com o objetivo de instruir o PL 6299 de 2002, sejam incluídos os convidados que apresenta" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/30>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 23 de março.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam com a ata passada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" do chat, da ferramenta, para os Senadores que participarem remotamente.

Esclareço ainda que o Presidente Senador Jaques Wagner optou por adiar a decisão sobre a política pública a ser avaliada pela Comissão este ano para uma reunião futura em que possa presidir, após ajustes operacionais a serem tratados com a Consultoria Legislativa para a avaliação pretendida.

Vamos aos itens de votação.

A gente pode seguir o roteiro normal? (*Pausa.*)

O Senador Jaques Wagner está *online*, não é, Senador? (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha, daí mesmo onde você se encontra, assuma a Presidência para mim, daí onde você está...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... porque eu vou fazer a leitura do relatório do item 2 da pauta, tá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Pois não.

Assumo a Presidência da CMA neste momento, substituindo o Presidente, pois se trata de uma relatoria de S. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2018

- Terminativo -

Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto no 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.

Autoria: Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Passo a palavra ao Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Muito obrigado.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 247, de 2018, de autoria do Senador Eduardo Amorim, tem por fim recategorizar como parque nacional a Reserva Biológica (Rebio) de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, e localizada no Estado de Sergipe. É o que determina o *caput* dessa proposição.

Eu vou direto à análise, bem resumida.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão do Meio Ambiente opinar sobre proposições que tratem de proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais, da fauna e da flora, bem como sobre conservação da biodiversidade.

Salto um parágrafo.

Com relação ao mérito, concordamos com a análise elaborada pelo Senador Alessandro Vieira, representante do Estado de Sergipe e, nessa condição, profundo conhecedor da Rebio de Santa Isabel, e por isso adotamos neste relatório, assim como sua conclusão.

A Rebio de Santa Isabel está localizada no nordeste do Estado de Sergipe e abrange aproximadamente 45 quilômetros de praias com larguras que variam entre 600 e 5 mil metros nos Municípios de Pacatuba e Pirambu. A criação da unidade de conservação se deu com o intuito de preservar ecossistemas costeiros, compostos por vegetação de restinga, cordões de dunas móveis e fixas, lagoas permanentes e temporárias e ambientes estuarinos. O foco principal da unidade é a proteção dos bancos de desova das tartarugas, como a tartaruga-oliva,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem a Rebio de Santa Isabel como seu maior sítio reprodutivo. Além da tartaruga-oliva, três espécies de tartarugas marinhas igualmente ameaçadas de extinção ocorrem na Rebio.

Basicamente, a diferença entre reserva biológica e parque nacional é a possibilidade, neste, de haver visitação pública. No parque, há visitação pública; na Rebio, admite-se o ingresso apenas das pessoas envolvidas na gestão da unidade e de pesquisadores, e também visitas com objetivo educacional.

Se a proposição em análise fosse transformada em lei, parte da área onde se localiza a Reserva Biológica de Santa Isabel seria, mais cedo ou mais tarde, aberta à visitação pública. Ainda que controlada e restrita, essa visitação pode causar impactos negativos para as populações de tartarugas que se reproduzem na unidade, e a probabilidade de ocorrência desses impactos é grande devido principalmente ao tamanho e ao desenho da unidade de conservação.

A área da Rebio de Santa Isabel é pequena quando comparada à maioria dos parques nacionais, e seus 4.109,88 hectares estão distribuídos em uma faixa de terra longa e estreita. Numa unidade pequena e estreita como essa, se concretizada a alteração de categoria, será difícil restringir as áreas abertas ao público a um percentual pequeno da área total.

A dificuldade se acentua ainda mais pelo fato de ser uma unidade de conservação formada majoritariamente por praias. Não é por acaso que a categoria escolhida quando de sua criação foi a de uma reserva biológica.

As atividades humanas provocam impactos importantes na fase de reprodução das tartarugas marinhas. Se, por um lado, sabemos que nos parques nacionais há um controle das atividades desenvolvidas pelos turistas na área protegida, por outro, podemos afirmar que impactos como a compactação das áreas de nidificação, o afugentamento de fêmeas em desova, coletas furtivas de ovos ou filhotes, disposição inadequada de resíduos na praia, entre outros, acabarão ocorrendo na unidade de conservação, devido ao fluxo de pessoas em visitação. A fiscalização não consegue impedir completamente esses impactos, principalmente no atual contexto de número restrito de servidores no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela unidade de conservação.

Desse modo, tal recategorização para uma categoria de menor grau de proteção é uma medida que deve ser evitada, pois implicaria sérios riscos para a sobrevivência das espécies de tartarugas marinhas que desovam no local.

Entendemos que eventuais pontos positivos da proposição, que se caracterizariam por benefícios econômicos oriundos de um possível aumento do fluxo turístico na região voltado à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitação da unidade de conservação, não compensariam os pontos negativos descritos anteriormente.

Não localizamos estudos que abordem o impacto no turismo de uma eventual exploração da visitação pública na área onde hoje se localiza a Rebio de Santa Isabel. Apesar disso, nos parece que o efeito positivo da recategorização da unidade na economia do Estado de Sergipe e dos municípios abrangidos pela reserva não seria muito significativo, pois os atrativos turísticos potenciais seriam as praias. O Estado de Sergipe possui muitas outras praias de livre acesso, e os 45 quilômetros abrangidos pela reserva biológica provavelmente acrescentariam pouco em termos econômicos.

Assim, entendemos que a matéria deve ser rejeitada, pois os benefícios que a unidade de conservação pode trazer à sociedade são diretamente proporcionais ao grau de equilíbrio de seu ecossistema. Com a recategorização proposta, esse equilíbrio poderia ser abalado devido ao aumento do risco a que estariam submetidas as espécies ameaçadas que justificaram a criação da Rebio, o que traria prejuízos tanto aos seres humanos quanto à fauna.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2018.

É esse o relatório, ilustre Presidente Paulo Rocha.

Pode colocar em discussão, Presidente Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Pelo que eu...

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Pelo que visualizo, não há ninguém para discutir.

A matéria vai à aprovação.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – À votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Sim, à votação.

Aqueles que concordam com o voto do Relator permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será despachada pela Secretaria da Mesa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Presidente Paulo, há uma correção: esse item é terminativo, e nós vamos ter que colocá-lo em votação nominal, tá? Vai haver uma retificação, e será pela rejeição. (*Pausa.*)

A orientação é a seguinte, Presidente Paulo: os Senadores que concordam com o relatório lido votam "não" e aqueles que querem a mudança para um parque votam "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – O.k. Aqueles que votam com o relatório votam "não".

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Mas uma pergunta à Mesa: há quórum, mesmo virtual, para a aprovação?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos colocar em votação, estão faltando alguns nomes, mas durante o processo, deve-se preencher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Então, a matéria vai a votação nominal por ser terminativa, e a orientação da Mesa é: aqueles que votam conforme o Relator votam "não" e aqueles que são contrários ao voto do Relator votam "sim".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Daremos tempo suficiente para a aprovação da matéria. Enquanto isso, Sr. Relator, abriremos para aqueles que queiram fazer intervenções sobre algum tema da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jaques Wagner, vamos votar? Plínio Valério, Senadora Leila. O Paulo Rocha não votou ainda, nosso Presidente. Fabiano, Senadora Leila, Eliziane. Nós precisamos de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Como Presidente, eu não voto, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Exatamente. Exatamente.

Senador Veneziano, Senadora Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, vamos votar.
Precisamos de nove votos, estão faltando cinco. *(Falha no áudio.)*

... gentileza. Deve estar lá em Goiás.

Vamos votar, Senador Vanderlan.

O Veneziano deve estar lá na Paraíba, em Campina Grande. Vamos votar, meu caro
Veneziano.

O Senador Jaques Wagner, nosso Presidente querido, está na Bahia.

O Fabiano Contarato deve estar lá em Vitória. Vamos votar.

O Plínio está aqui em Brasília. Vi o Plínio ontem.

A Senadora Eliziane lá em São Luís. Vamos lá, Senadora Eliziane. Vamos votar.

Fabiano.

Senadora Leila, aqui de Brasília.

Vamos ter que ligar para eles. Está todo mundo ainda meio cochilando.

Cadê o Wellington Fagundes? Ele está na nossa Comissão?

A Senadora Kátia Abreu está lá em Palmas.

Vote aí, Wellington. Está lá em Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.

Está muito lento. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Esperidião, que não falta, Senador Líder Carlos
Viana. *(Pausa.)*

Senadora Rose de Freitas.

Só cinco votaram até agora. *(Pausa.)*

Senador Izalci Lucas, pode votar. *(Pausa.)*

Senador Randolfe, vote aí rapidinho.

Izalci Lucas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Fale, meu Líder! Tudo bem?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem, comandante. Tudo bem.

Muito obrigado pela votação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Qualquer coisa, é só falar.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado. (*Pausa.*)

Votou. Deixe-me ver. Onde está o Izalci? Ele está ali.

Izalci, você não votou ainda não.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Pois não?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vote aí para nós, por favor.

Quem vota a favor do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Votar?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É, votar.

Estamos em processo de votação.

Quem está dirigindo a sessão é o Paulo Rocha.

Quem vota a favor vota "não".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu estou só ajudando aqui o Paulo, porque o Paulo está remoto, mas é ele que está presidindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Esse projeto é um requerimento?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, esse projeto é uma transformação de uma Rebio, de uma reserva biológica beira-mar, em Sergipe, para transformá-la em parque.

A proposição é para votar "não", porque atrapalha e prejudica a desova das tartarugas marinhas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – É para votar "não"?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – "Não". É votar "não".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – O.k. Vou entrar agora.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom. (*Pausa.*)

Vanderlan. Onde está o Vanderlan?

O Vanderlan já votou.

Muito obrigado, Senador Vanderlan. Obrigado, amigo. (*Pausa.*)

Leila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Leila do Vôlei quer falar.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso.

Quem está dirigindo, Senadora Leila, é o Paulo Rocha. Pode pedir a palavra para o Senador Paulo Rocha.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paulo Rocha, Senador Confúcio, todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham da CMA e também os brasileiros e as brasileiras que estão acompanhando esta Comissão.

Parabenizando o relatório do Senador Confúcio, o meu voto é "não", acompanhando o relatório dele. E dou-lhe os parabéns pelo texto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Parabéns, Leila!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Parabéns para a senhora, que vai ser candidata à Governadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Viu, Leila? Vamos estar juntos nisso aí. Está bom?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – Sempre! Sempre, Izalci, na luta! Firme e forte! (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – É isso aí. Um abraço.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – Outro, amigo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode encerrar a votação. Já atingimos o quórum, felizmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Havendo quórum regimental para votação, declaro encerrada a votação e passo à sua publicação...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode apresentar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Resultado...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Nove votos "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Resultado: 9 votos NÃO.

Zero...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Zero abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Zero abstenção.

Portanto, está aprovado o relatório do Sr. Relator.

A matéria será encaminhada, conforme a Secretaria da Mesa e o Regimento dizem.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo.

Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Retorno a Presidência ao Presidente da sessão.

Parabéns, Presidente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você vai continuar. Espere aí. Você não está liberado, não.

Agora é o item 4, Paulo, você é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Está bem.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aguarde firme aí, meu Presidente.

Vamos ao item 4, Paulo. Pode assumir o comando aí, por favor. (*Pausa.*)

Então, eu vou fazer a leitura aqui por você, porque você não está com ele na mão aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Apregoe o item 4. Como a Presidência da Mesa está mais presencial, tem condições de apregoar o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Bem, também eu relato esse projeto de lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 1304, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais efetivas as sanções penais e administrativas aplicadas em decorrência de condutas lesivas ao meio ambiente.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1417, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para majorar as penas cominadas aos crimes relacionados a poluição e a condutas com produtos perigosos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do PL 1304/2019, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 1417/2019

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Tem a palavra V. Exa. como Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado.

No tocante ao mérito, avaliamos que os Projetos de Lei nºs 1.304 e 1.417, ambos de 2019, são muito importantes para a proteção do meio ambiente devido ao aumento das penas dos crimes ambientais, bem como a incidência das penas dos crimes ambientais para o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível. Propomos, inclusive, prever a não adoção de medidas preventivas e precaucionais, para incorporar ações diante do risco concreto e abstrato.

Desse modo, as alterações da legislação brasileira, no sentido de tornar mais efetivas as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas lesivas ao meio ambiente, representam um avanço para a legislação ambiental em nosso País.

Todavia, acreditamos que o estabelecimento de penas mínimas de quatro anos, feita pelo PL nº 1.417, de 2019, nos parece exagerado. O aumento do poder de coercitividade da lei pode ser alcançado com a majoração das penas máximas, de modo que o juiz tenha maior flexibilidade para a aplicação da dosimetria nas sanções, não ficando condicionado à aplicação de penas muito rígidas a casos de menor gravidade.

Finalmente, o PL nº 1.417, de 2019, deve ser considerado prejudicado em razão de o PL nº 1.304, de 2019, ser o mais antigo.

Sendo assim, consideramos necessária a apresentação de um substitutivo ao PL 1.304, incorporando as penalidades estabelecidas no PL 1.417, de 2019, para o art. 56, mas reduzindo-as para dois a cinco anos e multa, que são valores mais razoáveis e compatíveis com o sistema punitivo brasileiro.

O voto.

Com base no exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei 1.417, de 2019, e pela aprovação do Projeto de Lei 1.304, de 2019, na forma do seguinte substitutivo – eu vou somente às alterações:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 12, 17, 18, 19, 21, 24, 54 e 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art.

2º.....

Parágrafo único. Incide também nas penas dos crimes previstos nesta Lei o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que deixar de adotar medidas preventivas e precaucionais em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.” (NR)

“Art.

3º.....

§1º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

§2º A imputação de crime a pessoa jurídica independe de concomitante imputação a pessoa física, pela mesma conduta.” (NR)

“Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. Parágrafo único. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator e, no caso de pagamento a entidade pública, será vinculado a fundos ou programas específicos voltados à proteção e recuperação ambientais.” (NR)

“Art. 17. A verificação da reparação a que se refere o §2º do art. 78 do Código Penal será feita mediante laudo de reparação do dano ambiental, salvo impossibilidade técnica devidamente atestada pelo órgão ambiental competente, e as condições a serem impostas pelo juiz deverão relacionar-se com a proteção ao meio ambiente.”(NR)

No tocante ao mérito, avaliamos que os Projetos de Lei 1.304 e 1.417, ambos de 2019, são muito importantes para a proteção do meio ambiente devido ao aumento das penas dos crimes ambientais, bem como a incidência das penas dos crimes ambientais para o diretor, o administrador e todos aqueles de quem já falei. Propomos, inclusive, prever a não adoção de medidas preventivas e precaucionais, para incorporar ações diante do risco concreto e abstrato.

Desse modo, as alterações da legislação brasileira, no sentido de tornar mais efetivas as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas lesivas ao meio ambiente, representam um avanço para a legislação ambiental em nosso País.

Todavia, acreditamos que o estabelecimento de penas mínimas de quatro anos feito pelo PL 1.417 nos parece exagerado. O aumento do poder de coercitividade da lei pode ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcançado com a majoração das penas máximas, de modo que o juiz tenha maior flexibilidade para a aplicação da dosimetria da pena.

Finalmente, os dois projetos... O Projeto 1.417, de 2019, deve ser considerado prejudicado...

O voto.

Já estou repetindo aqui, gente. Vocês me desculpem. Vamos aqui à continuidade do substitutivo, na p. 7:

“Art. 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até trinta vezes, tendo em vista, além da reprovabilidade da conduta, os seguintes fatores:

I – o valor da vantagem econômica auferida;

II – a extensão do dano ambiental causado;

III – o porte financeiro do autor do crime.” (NR)

“Art. 19. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o valor econômico do dano ambiental causado, inclusive o intercorrente, para os efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.” (NR)

“Art. 21.....

.....
Parágrafo único. Quando o porte financeiro da pessoa jurídica indicar a insuficiência da multa calculada de acordo com o limite previsto no art. 18, o juiz poderá aumentá-la em até duzentas vezes.” (NR)

“Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada a sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente.” (NR)

“Art. 54.....

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

§ 1º.....

Pena – detenção, de um a três anos, e multa.

§ 2º.....

.....
Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.” (NR)

“Art. 56.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o projeto da Senadora Zenaide.

Esse é terminativo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Não. Não terminativo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não terminativo.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente Paulo Rocha.

Não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A autora do projeto não está...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É a Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – ... na sessão?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não. É a Senadora Zenaide. Não está, nem a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Então, não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

A votação não será nominal, uma vez que o projeto não é terminativo. Ao ser aprovado esse relatório, a matéria vai para a CCJ, uma vez que tem que se discutir a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Portanto, aqueles que concordam com o voto do Relator permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão faz parte do relatório da Comissão e será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Paulo Rocha, pode continuar aí mesmo presidindo, tá? Não vai embora, não. Fique aí. Tome conta do pedaço. (*Risos.*)

Muito bem. Eu vou agora relatar *ad hoc*. É um relatório que seria falado e lido pela Senadora Rose de Freitas. Pela sua impossibilidade de estar presente, por motivo justo, eu vou fazer aqui a leitura *ad hoc*, com a autorização do Sr. Presidente Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Eu o nomeio, então, Relator *ad hoc* e passo a palavra para fazer o relatório da devida matéria.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2276, DE 2019

- Não terminativo -

Torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.276 de 2019 e da Emenda nº 1-PLN, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria é decorrente de Ideia Legislativa apresentada por meio do Portal e-Cidadania e convertida em projeto de lei pela CDH.

2. Vai ainda à apreciação do Plenário.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Muito bem. Item 5.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 2.276, de 2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável.

Vamos à análise diretamente.

De acordo com o inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a proteção do meio ambiente, o controle da poluição e a conservação da natureza.

Com relação ao mérito, a justificativa da proposição argumenta que a cada ano eleitoral as ruas são inundadas com “santinhos” dos candidatos a cargos eletivos, que, além de sujarem as ruas, entopem bueiros e podem causar inundações em algumas localidades. Segundo o autor, tornar obrigatório eles serem biodegradáveis evitaria possíveis danos ambientais e enchentes.

Realmente, a cada ciclo eleitoral, produzem-se toneladas de material de propaganda impressa. Dessa maneira, o projeto se alinha com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), que tem entre seus objetivos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Todavia, observamos que a terminologia utilizada não atinge os objetivos aos quais o PL 2.276, de 2019, se endereça. O papel comum, por si próprio, já é um material biodegradável, de modo que, para atingir a sua redução e reciclagem, dever-se-ia utilizar, em vez da expressão “material biodegradável”, o termo “papel reciclado”. Desse modo, será promovida a atividade de reciclagem de papel, pois essa será necessária à sua utilização na propaganda eleitoral.

A Emenda nº 1, de Plenário, altera o art. 2º do projeto, para determinar que se configura propaganda eleitoral irregular e será punível nos termos do §1º do art. 37 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a não observância do disposto na lei que derivar da proposição. A emenda também renumera o art. 2º original, que estabelece o prazo de vigência, como art. 3º. Consideramos essa iniciativa essencial, pois estabelece penas para a transgressão da lei que derivar da proposição.

Pelas razões acima, consideramos necessária a apresentação de substitutivo que altere a terminologia utilizada e incorpore a emenda de Plenário ao projeto em análise.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.276, de 2019, e da Emenda nº 1, de Plenário, na forma do seguinte substitutivo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...]

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A produção impressa de propaganda eleitoral será realizada somente a partir da utilização de papel reciclado.

Art. 2º A não observância do disposto nesta Lei configura-se propaganda eleitoral irregular, e será punível nos termos do §1º do art. 37 da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Eu quero explicar que esse relatório foi elaborado pela Senadora Rose de Freitas. Eu fiz simplesmente a leitura.

Eu devolvo a palavra ao Sr. Presidente Paulo Rocha.

Você está aqui, Paulo? Parece um lobisomem. Estava longe, e agora está perto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – A matéria está em discussão.

Vim lá da Amazônia correndo. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, passo à votação.

A votação será simbólica, uma vez que não é terminativo.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.276, com acolhimento da Emenda de nº 1, de Plenário, na forma da Emenda nº 2 (Substitutivo), da CMA.

A matéria está preparada para ir ao Plenário.

Retorno a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo. Deu certo esse pingue-pongue entre nós dois, para dar ritmo aqui aos nossos projetos. *(Pausa.)*

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2788, DE 2019





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.
2. Em 08/10/2021 e 10/11/2021, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Confúcio.

Eu cumprimento, mais uma vez, o senhor e também o nosso querido Paulo Rocha, que estava presidindo esta Comissão.

Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer por ter sido indicada para a relatoria desse importante Projeto 2.788, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Aqui nós temos os representantes do MAV, que é o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Deputado Rogério Correia, de Minas Gerais, da bancada de Minas Gerais.

Quero agradecer a todos os que participaram na construção desse relatório. Nós fizemos um trabalho que acredito que, de certa forma, atende a maior parte da expectativa, principalmente a dessas famílias que foram atingidas. E eu quero agradecer, agradecer mesmo, a colaboração do Deputado Rogério Correia, da bancada de Minas Gerais; do Presidente Rodrigo Pacheco; do movimento das famílias atingidas pelas barragens; e dizer que esse relatório realmente dá uma resposta a essa expectativa, que já leva anos, dessa luta do movimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos à leitura deste relatório.

Vem para a análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) nº 2.788, de 2019, de autoria do Deputado Zé Silva – a quem também quero parabenizar pela iniciativa – que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e dá outras providências.

O PL é composto por 11 artigos.

O art. 1º institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab) e estabelece como barragens abrangidas pela lei as incluídas na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que criou a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e aquelas que, mesmo não incluídas na PNSB, tiverem atingido populações. Além disso, determina que a lei seja aplicada às barragens tanto em situação de licenciamento quanto de acidente.

O art. 2º caracteriza as Populações Atingidas por Barragens (PAB), seja durante o licenciamento, seja em caso de acidente, em função dos tipos de impactos sofridos em razão das barragens, que incluem, entre outros, perda da propriedade ou posse de imóvel, desvalorização de imóvel, prejuízos para o modo de vida ou atividades de subsistência e interrupção de acessos.

O art. 3º estabelece os direitos das PABs, que devem ser pactuados no Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDpab), incluindo: a reparação por meio de reposição, indenização, compensação equivalente ou social; reassentamento rural ou urbano coletivo previamente discutido e aprovado pelas PABs; livre escolha do tipo de reparação; negociação preferencialmente coletiva; assistência técnica de livre escolha das PABs; e auxílios emergenciais e reparação por danos morais em caso de acidentes.

O art. 4º acrescenta direitos específicos para as PABs que exploram a terra em regime de economia familiar.

O art. 5º determina que todas as barragens listadas no art. 1º devem criar um PDpab às expensas do empreendedor, que, entre outras disposições, deve dar atenção especial a mulheres, idosos, crianças, pessoas com necessidades especiais, pessoas em situação de vulnerabilidade, populações indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores da obra e pescadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 6º institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab) e cria um órgão nacional para formulá-la e avaliá-la.

O art. 7º cria um comitê local da Pnab para cada barragem.

O art. 8º garante a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos órgãos colegiados da Pnab.

Já o art. 9º obriga ao empreendedor arcar com as despesas do PDpab.

O art. 10 revoga dispositivos da CLT que estabelecem parâmetros para o cálculo da indenização por dano extrapatrimonial decorrente de relação de trabalho.

Por fim, o art. 11 estipula a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Na justificação, argumenta-se que o objetivo é promover a segurança jurídica de populações atingidas nas fases de construção, operação, desativação e nos casos de rompimento dessas estruturas, como ocorrido, de maneira trágica, em Mariana e Brumadinho, respectivamente, em novembro de 2015 e janeiro de 2019.

O PL foi distribuído às CMA e CI, e não foram oferecidas emendas ao PL.

Em atendimento ao requerimento nosso a esta Comissão, foram realizadas duas audiências públicas, no âmbito desta Comissão, nos dias 8 de outubro e 10 de novembro de 2021, com a finalidade de instruir a discussão acerca do PL.

Análise.

O projeto é meritório e aperfeiçoa a legislação vigente sobre segurança de barragens, pois busca fortalecer os direitos das populações atingidas pelos impactos da construção de barragens e de acidentes e desastres.

Objetivando colher subsídios para alcançar uma legislação equilibrada, que considere toda a complexidade social, ambiental e econômica, requeremos a realização de duas audiências públicas interativas. A partir das contribuições dos participantes, representantes da sociedade civil, empresariado, Governo Federal, Legislativo e Ministério Público, propomos vários aperfeiçoamentos da matéria de modo a conferir-lhe maior higidez jurídica. Em suma, harmonizaram-se algumas regras propostas com a legislação ambiental, mineração e de direito civil.

Em que pese nosso apoio aos objetivos do PL, saltou aos olhos o propósito de equiparar o tratamento legislativo da construção e operação de uma barragem a um hipotético e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indesejado rompimento dessa estrutura. Em outras palavras, uma desapropriação para fins de utilidade pública é igualada a danos provocados por um acidente.

Aqui cabe relembramos as sempre úteis e precisas lições de Hely Lopes Meirelles quando tratou da intervenção do Estado na propriedade:

O bem-estar social é o bem comum, o bem do povo em geral, expresso sob todas as formas de satisfação das necessidades comunitárias. Nele se incluem as exigências materiais e espirituais dos indivíduos coletivamente considerados; são as necessidades vitais da comunidade, dos grupos, das classes que compõem a sociedade. O bem-estar social é o escopo da *justiça social* a que se refere nossa Constituição (art. 170) e só pode ser alcançado através do *desenvolvimento nacional*. Para propiciar esse bem-estar social, o Poder Público pode intervir na propriedade privada e nas atividades econômicas das empresas, nos limites da competência constitucional atribuída a cada uma das entidades estatais, através de normas legais e atos administrativos adequados aos objetivos da intervenção. O que se exige é que essa intervenção se contenha nos lindes constitucionais e legais que amparam o interesse público e garantem os direitos individuais.

Entre as formas de intervenção do Estado na propriedade, destaca-se a desapropriação, que o Constituinte inclui no art. 5º de nossa Lei Maior, que enumera os direitos individuais e coletivos: "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição" (inciso XXIV).

Assim, determinadas atividades, dados seus benefícios para a coletividade em geral, ganharam do legislador uma distinção especial, que permite, sempre sob estritas condições, o afastamento do direito individual à propriedade. Entre essas atividades incluem-se o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica. cremos que não escapam a ninguém as razões do *status* de utilidade pública dessas atividades. De fato, não há como se pensar as sociedades modernas sem os produtos advindos dos bens minerais, da energia elétrica e da água em seus múltiplos usos.

Evidentemente, não se desconsidera aqui o sofrimento daquele que é deslocado, quase sempre contra a vontade, de sua propriedade, de seu lar. Se, por um lado, esse é um preço a se pagar por viver em sociedade, por outro lado, é dever do Estado garantir a mitigação e a compensação das perdas do desapropriado, indo além da simples indenização pecuniária.

Porém, ressaltamos que essa situação não ocorre apenas quando se constroem barragens. A maioria das grandes obras de infraestrutura, como estradas, aeroportos e portos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resulta no deslocamento de comunidades. Da mesma forma, a demarcação de unidades de conservação usualmente resulta no deslocamento de populações que ali residem, estabelecidas, muitas vezes, há várias gerações. As perdas e os sofrimentos das comunidades forçadas a se deslocar são os mesmos, independentemente da ação estatal que resultou no deslocamento.

Nesse contexto, Sr. Presidente, destacamos os avanços verificados nos processos de licenciamento ambiental das grandes obras de infraestrutura, que, com condicionantes cada vez mais abrangentes, têm buscado remediar os impactos sobre as populações deslocadas e, na medida do possível, restituir as comunidades impactadas à condição original. Ainda assim, consideramos que é necessário avançar mais nesse importante tema. Todavia, a nosso ver, essas questões devem ser tratadas em capítulo próprio da legislação que virá a regulamentar o licenciamento ambiental e que será apreciada nesta Casa. Defendemos a centralidade do papel do licenciamento na política ambiental e, portanto, realizamos ajustes no PL em questão para evitar o enfraquecimento desse importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

Além da fragilização do licenciamento ambiental, o PL apresenta uma série de pontos problemáticos que tornariam difícil sua aplicação e provocariam insegurança jurídica. Destacam-se entre eles: i) a falta de critérios objetivos para definir as barragens a serem abrangidas pela lei, o que, na prática, implicaria incluir as mais de 24 mil barragens já cadastradas pela Agência Nacional de Águas (ANA); ii) os critérios muito abertos para caracterização da população atingida por barragens; e iii) a criação de um comitê local para cada barragem abrangida, ou seja, em torno de 24 mil comitês, cujos custos, indeterminados, devem correr às expensas do empreendedor.

Note-se que apenas uma minoria de barragens no Brasil pertence a grandes empreendedores, menos de 800 são de rejeitos de mineração e menos de 900 são de hidrelétricas, das 24 mil. A grande maioria das barragens é utilizada para irrigação, dessedentação animal, aquicultura e abastecimento de água. Consequentemente, os custos dessa gigantesca estrutura de comitês e de outras atividades previstas no PL seriam repassados não só para os bens minerais e a energia elétrica, mas majoritariamente para os alimentos e a água tratada, o que prejudicaria toda a população brasileira, principalmente os mais pobres.

Nesse sentido, propomos que as obrigações do PL se apliquem: i) no projeto, implantação, operação, desativação e descaracterização de barragens de rejeitos de mineração ou de minérios nucleares, de resíduos industriais e de acumulação de água de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica; e ii) nos casos de emergência decorrente de acidente, ocorrido ou iminente, das barragens em geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB), propomos ajustes sobre sua apresentação e alcance, bem como sobre a instituição do comitê destinado, em cada caso concreto, a acompanhar e fiscalizar a implementação desse programa.

O projeto proveniente da Câmara possui repetições e especificações desnecessárias no tocante às hipóteses caracterizadas como impactos sofridos pelas populações atingidas por barragens e aos direitos a elas assegurados.

Propomos um texto mais objetivo, enxuto e sistemático, que reúne num único artigo todas as situações consideradas danosas, relacionando noutro todos os direitos dos prejudicados.

Ademais, o projeto contém dispositivo totalmente estranho ao seu objeto principal e que, por isso mesmo, deve ser dele retirado. Trata-se do já mencionado art. 10, que revoga dispositivos da CLT referentes à indenização por dano extrapatrimonial decorrente da relação de trabalho.

Em que pesem os aspectos controversos do PL, para os quais propomos ajustes, consideramos que há vários pontos positivos que poderiam ser aproveitados para reforçar os direitos das pessoas e comunidades deslocadas pela implantação de barragens e das vítimas de acidentes provocados por falhas dessas estruturas.

Os acidentes de Mariana e Brumadinho, Sr. Presidente, são a prova trágica da extensão da destruição e da intensidade do sofrimento das vítimas e de seus familiares e amigos, atestando a importância desta proposição. Infelizmente, em Brumadinho as reparações marcham a passos lentos, tal qual se verifica na reparação em favor das vítimas de Mariana, desastre ocorrido há mais de seis anos. Acreditamos que os aperfeiçoamentos aqui propostos fortalecerão os direitos das populações atingidas por barragens.

Pelas razões apresentadas acima, propomos uma emenda substitutiva integral, que foi construída, como eu falei, a várias mãos, inclusive com a participação do Governo, do Ministério Público, do Movimento dos Atingidos por Barragens, todos estavam presentes nessa audiência.

Voto.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, na forma da emenda substitutiva integral já anexada ao nosso relatório.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Vice-Presidente da CMA, o Senador Confúcio, e ao Senador Paulo Rocha, que preside esta sessão, que o nosso relatório, Sr. Presidente, foi um relatório assim... Eu já participei aqui de vários relatórios, nós já confeccionamos vários relatórios, e eu nunca presenciei tanto comprometimento das partes envolvidas na construção desse relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma coisa até que me emociona porque eu senti de perto o sentimento dessas famílias, a indignação dessas famílias, a luta dos Parlamentares da bancada mineira, do nosso Presidente, que também faz parte da bancada mineira, para que entregássemos ainda neste primeiro semestre este relatório.

Então, eu o entrego com a consciência tranquila de que este relatório é aprovado por todos os que estão presentes aqui. Sei que o Senador Jayme está aqui possivelmente representando o Governo e vai falar pelo Governo, mas tenho absoluta tranquilidade de que esta é uma grande resposta a esse movimento, que há anos pede desta Casa um apoio, e uma sinalização importante da nossa preocupação com essas famílias.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foi lido o relatório, e a matéria neste momento está em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadores Vanderlan, Paulo Rocha e Jayme Campos, na sequência.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, obrigado por me conceder a palavra.

Parabéns à Senadora Leila pelo brilhante relatório ao Projeto de Lei nº 2.788, de 2019.

Sr. Presidente, esse projeto é meritório, haja vista instituir medidas para prevenir e evitar novas tragédias e novas violações de direitos humanos e medidas eficazes para reparar material e moralmente os indivíduos, famílias, comunidades e coletividades que foram vitimadas. É necessário promover a segurança jurídica. No entanto, precisamos, Sr. Presidente, verificar a previsibilidade quanto ao impacto desse projeto para não ser mais uma medida para afugentar – chamo a atenção – investidores nos setores elétrico e de mineração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Código Civil, Lei 10.406, de 2002, já regulamenta a reparação por danos morais. A CMA já promoveu duas audiências públicas para instrução dessa matéria. No entanto, Sr. Presidente, peço vênica à nobre Senadora Leila Barros para solicitar vista da matéria, pois não houve tempo hábil para analisarmos o parecer apresentado na última segunda-feira. Comprometo-me a trazer essa matéria na próxima semana com as devidas contribuições.

Essa era a minha fala, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– (*Fora do microfone.*) ... a gente decide sobre a vista.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, de antemão, se V. Exa. for conceder vista, eu quero pedir vista coletiva.

Sr. Presidente, eu venho lá da Amazônia, como o senhor e tantos outros companheiros que participam aqui desta Comissão. Nós temos experiências positivas e negativas desse tipo de empreendimento, as barragens, seja na produção de energia, seja na questão da mineração. Dou o exemplo de Tucuruí, que foi construída ainda na época dos governos militares, nas décadas de 60 e 70, e que não tinha nenhum arcabouço na questão ambiental e nem na preocupação que vimos na relatoria da Senadora Leila, que foi perfeita, não só ao tratar da matéria tecnicamente, mas também em razão da visão humana que perpassa o projeto.

Como naquele tempo não havia essas preocupações, porque governos que implementavam ou faziam os seus empreendimentos decidiam e impunham de cima para baixo e nem havia a evolução da própria tecnologia na questão das barragens, Tucuruí foi construída num verdadeiro mar dentro da Floresta Amazônica, com consequências graves não só ambientais como também humanas, expulsando milhares e milhares dos que na nossa região são chamados ribeirinhos, ou seja, aqueles que vivem à beira dos grandes rios, mas com as diferenças de barragens aqui no centro-sul, onde a população é maior e, portanto, a população urbana já beira as grandes barragens – é o caso, aqui, da barragem que foi rompida em Minas Gerais.

Mas eu estava falando de Tucuruí. Por causa de Tucuruí, até hoje, depois de quarenta e poucos anos, quase cinquenta, os ribeirinhos, aqueles que foram impactados, ainda estão atrás, na Justiça, de serem indenizados, não só pelas suas terras, mas pelas consequências do que foi feito lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a evolução – como diz o próprio relatório da Senadora Leila, a própria humanidade e o próprio Estado brasileiro, no caso, evoluem naturalmente, por causa dos interesses da evolução da sociedade – e como naquele tempo não havia um movimento, a própria democracia vai abrindo, criando condições de a própria sociedade se organizar para buscar bater na porta do Governo ou na porta do Congresso para poder criar legislação que faça com que a própria sociedade evoluída cumpra os interesses dessa sociedade em relação aos impactos econômicos, sociais e humanos. A criação do MAB tem esse interesse.

Eram tantos os desastres como consequência da criação das barragens que se criou o movimento MAB, que a gente parabeniza inclusive, porque é um grande movimento que tem como bandeira principal a defesa dos atingidos pela barragem, mas também essa veia fortemente humana, na defesa da pessoa humana, das famílias e dos impactos ambientais e econômicos.

Foi com essa evolução que, já nos governos democráticos, iniciou-se esse debate – no Governo Fernando Henrique e se consolidou no Governo Lula – da questão da indenização, da compensação produzida por esses impactos.

V. Exa. é dos Estados de Rondônia e Acre, onde foram feitas já duas barragens de produção de energia, e já há no concessionário a obrigação de indenizar esses impactos, como foi no caso de Belo Monte, no Estado do Pará etc.

Então, essas compensações já estão previstas em lei e em decisões governamentais, faltou avançar mais em legislação capaz de ser mais adequada para os momentos, conforme os impactos, conforme a própria Relatora adaptou o projeto, para que seja conforme o empreendimento, seja adaptado, e o tamanho da indenização etc.

O caso de Brumadinho foi mais grave, porque não só impactou economicamente e produziu o deslocamento e a expulsão da população, também impactou famílias inteiras, causou a morte de pessoas etc.

Então, é um projeto que realmente merece toda a atenção e o cuidado desta Comissão e desta Casa. Portanto, urge a aprovação deste projeto. E veja que o Congresso Nacional, adequando-se ao processo democrático, tem criado inclusive formas de participação popular para a gente fazer uma legislação mais adequada para o momento. Há as próprias Comissões que recepcionam sugestões ou o processo como foi feito... A Relatora declarou aqui, mais de uma vez, que foi feito a várias mãos e com a participação de todos, com os setores empresariais, setores do Governo, setores do próprio movimento interessado na questão e dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos aqui da nossa Casa. Então, é uma legislação que se está arredondando ao longo do tempo, mas urge, portanto, a aprovação deste projeto.

Se por acaso houver vista, Sr. Presidente, eu peço vista coletiva para retornar imediatamente a esta Comissão, para a gente então sinalizar para o movimento e para aqueles que estão sofrendo ainda a falta de indenização, inclusive pelas vidas dos seus entes queridos, que urge aprovar um projeto para que se corrijam essas injustiças provocadas principalmente pela questão de Brumadinho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro quero louvar aqui o parecer da querida Senadora Leila, muito bem elaborado. Como houve pedido de vista de forma coletiva, vou aguardar que na próxima sessão seja votado.

Eu gostaria de fazer uma consulta a V. Exa. em relação a dois projetos de que sou Relator. Um foi o que eu li na semana passada. Já foram feitas as propostas, e eu gostaria que, de fato, esse projeto fosse colocado em pauta agora, com a maior brevidade possível, para votarmos.

E temos outro projeto aqui também, de que somos o Relator nesta Comissão. Eu gostaria que V. Exa. o priorizasse, até pelo fato de que já vem se arrastando há alguns anos, esse primeiro projeto a que me referi, e nós precisamos votar. Faço o apelo a V. Exa., por favor. Como dessa matéria aqui já foi pedida vista, eu imagino que não tenha mais de ser discutida, não é?

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jayme Campos, já estão incluídos na pauta os itens 1 e 3, de V. Exa.

Muito bem. Então, vamos... Nos termos do Regimento, fica concedida vista coletiva, e essa matéria voltará à pauta na próxima sessão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senadora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora.) – É só para externar um pouquinho aqui a respeito do pedido. Eu concordo com os demais Senadores, até porque o que foi alegado aqui é que o relatório foi entregue na segunda-feira. Em função das demandas da Casa, a gente apoia, mas entendendo que – já passando para os nossos colegas aqui – esse projeto não é terminativo, ele ainda vai passar pela Comissão de Infraestrutura.

E, como eu falei, o relatório é muito pé no chão. Nós fizemos esse relatório com muita responsabilidade. Falei dos pontos problemáticos do projeto, não estavam definidas as barragens a serem abrangidas na lei; a gente sabe que, na prática, se incluiriam 24 mil. A gente está sendo muito pé no chão, fazendo a obrigação, no projeto de implementação, operação, desativação e descaracterização das barragens de rejeitos de mineração ou de minérios nucleares, de resíduos industriais ou de acumulação de águas para uso preponderantes para fins de geração hidrelétrica e nos casos de emergências decorrentes de acidentes ocorridos ou eminentes das barragens em geral.

Então, assim, está muito pé no chão, está muito bem construído, e peço a sensibilidade dos membros desta Comissão, entendendo que nós aqui, como CMA, estamos analisando esse impacto de uma forma geral, principalmente ambiental, mas nós precisamos dar resposta a esse movimento que anseia por uma resposta, e o projeto ainda vai partir para uma outra Comissão.

Então, eu peço aos nossos queridos colegas que representam o Governo que vejam que esse relatório é muito técnico e foi feito com muito carinho e com muita responsabilidade. Nós não estamos brincando aqui, é de vidas que nós estamos tratando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora.

Eu quero registrar, antes de passar para o próximo item da pauta, a presença do ilustre Deputado Rogério Correia, do Partido dos Trabalhadores, que vem acompanhando este projeto pessoalmente. Ele perambula pela Câmara e, agora, pelo Senado; ele está sempre aqui presente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Era quase um membro do meu gabinete! (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, muito obrigado a V. Exa. Estou muito agradecido por comparecer, ilustre Deputado Rogério Correia. Muito agradecido pela sua presença honrosa.

Bem, vista coletiva concedida.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2014

- Terminativo -

Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e rejeição das emendas 1 a 4-CMA

Observações:

1. Vista coletiva concedida em 16/3/2022
2. Sobre as 4 emendas recebidas na reunião de 23/3/2022, o relator manifestou-se pela rejeição
3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

É terminativo, viu, pessoal? É terminativo este projeto.

Então, eu passo a palavra ao ilustre Senador Jayme Campos para o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, ilustre e querido Senador Confúcio, demais Senadores e Senadoras, na verdade este projeto já está sendo discutido aqui há algum tempo, não é? É a quarta vez, houve pedido de vista, emendas, concordarmos em abrir mão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este projeto está bem cuidado, todo mundo tem conhecimento dele, Senador Paulo Rocha, e nós vamos logo à página 4, a parte da proposição, na medida em que já está lido, relido, e todo mundo tem conhecimento.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente e tampouco infringe as normas relativas à boa técnica legislativa, conforme os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, a autora do projeto argumenta que o Rio Araguaia representa um conjunto de valores e oportunidades vitais para a região central do Brasil. A edificação de usinas hidrelétricas em um rio de planície tornaria necessário construir e manter diversas eclusas, realizar dragagens e diversas outras obras, o que impactaria drasticamente a fauna e a flora que se desenvolvem ao longo de seu curso.

O PLS nº 248, de 2014, guarda grande complexidade, já que busca regular diversos usos no Rio Araguaia, sobretudo a construção de estruturas que alteram o curso natural ou a calha principal do rio. Um exemplo são as estruturas para viabilizar a navegação em hidrovia ou os aproveitamentos hidrelétricos.

Diante disso, Sr. Presidente, a partir de requerimentos de autoria do ex-Senador, que por aqui passou, Donizeti Nogueira, esta Comissão realizou duas audiências públicas com a participação de representantes do Ministério dos Transportes; da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Agência Nacional de Águas (ANA); da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); do Ministério do Meio Ambiente; da Secretaria de Patrimônio da União e da Universidade Federal do Tocantins.

Sobretudo com base nos posicionamentos do MAPA e da Universidade Federal do Tocantins, fica patente o mérito da proposição em análise para proporcionar a preservação ambiental desse importantíssimo rio brasileiro, valorizando o patrimônio cultural, as tradições, a beleza cênica, a biodiversidade e o potencial turístico a ele associados.

As Emendas 1 e 3, dos Senadores Luis Carlos Heinze e Zequinha Marinho, respectivamente, são idênticas e inserem dois incisos no art. 2º da proposição, com o propósito de incluir entre os objetivos da preservação da calha principal do Rio Araguaia “incentivar a construção de uma matriz energética e de transporte sustentável” (inciso V) e “promover o uso múltiplo das águas, levando em consideração sua característica de recurso natural” (inciso VI).

O acréscimo do inciso V no art. 2º é incompatível com os objetivos da proposição. Trata-se de um projeto que visa garantir a preservação do rio para que sejam mantidas, ao máximo, suas características naturais. Ainda que se diga que as matrizes energética e de transporte a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem incentivadas são sustentáveis, a construção de empreendimentos dessa natureza alterará profundamente as características do rio. Ademais, as emendas padecem de um erro conceitual grave: uma matriz, como foi proposto no texto de referência, não é construída em um único curso d'água, mas no país como um todo – não é naquela região, mas no país como um todo.

O inciso VI é injurídico, pois não representa qualquer inovação no ordenamento jurídico, já que o uso múltiplo das águas é fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme art. 1º, inciso IV, da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, sendo, portanto, aplicável a todos os cursos hídricos do País, inclusive o Rio Araguaia.

As Emendas 2 e 4, dos Senadores Luis Carlos Heinze e Zequinha Marinho, respectivamente, também são idênticas e alteram a redação do art. 3º do PLS. Essa alteração, além de não inovar o ordenamento jurídico ambiental, pois o licenciamento ambiental e a outorga de uso da água já são exigidos pela legislação vigente, promove modificação no sentido oposto ao do texto original, o que é vedado pelo art. 230, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Com efeito, o PLS proíbe, no art. 3º, as obras de barragens, eclusas, comportas, derrocamentos e alargamento de canais, com a finalidade de preservar o rio. A emenda, em caminho contrário, permite tudo isso, condicionando a exigências que já existem em lei.

Portanto, a adoção das emendas apresentadas, na prática, representaria a rejeição ao cerne da proposição. Não se pretende com o emendamento proposto a preservação do Rio Araguaia, pois se rejeitariam as proibições que o PLS procura estabelecer, substituindo-as pelo inverso, ou seja, pela permissão das obras de que trata o projeto.

Além do mais, as Emendas 2 e 4 contradizem a orientação expressa preceituada no art. 1º da proposição – preservação das características naturais da calha do Rio Araguaia –, do que resultaria a colisão frontal de comandos na mesma norma, caso as modificações em questão prosperassem.

Para aprimorar o projeto, apresentamos apenas uma emenda, alterando seu art. 3º para excepcionar da proibição proposta no dispositivo a construção de empreendimentos de geração hidrelétrica, impondo, para essa possibilidade, a condição de elaboração de inventário hidrelétrico participativo que contemple consulta a amplos segmentos sociais interessados, tanto beneficiados como afetados, além de avaliação ambiental estratégica e de estudos específicos. Essa alteração no projeto se faz necessária diante do aumento da demanda elétrica e da crise energética pela qual passa o país, que pode levar à eventual necessidade de ampliação da capacidade geradora nacional. As exigências que propomos para esse tipo de empreendimento no Rio Araguaia resguardarão a proteção ambiental e social da região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, com a emenda que apresentamos, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4.

EMENDA Nº -CMA

Inclua-se no art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, o seguinte parágrafo único:

“Art. 3º

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os empreendimentos de geração de energia hidrelétrica desde que existam prévia e cumulativamente:

I – avaliação ambiental estratégica que indique a aptidão da região para o empreendimento e a necessidade e a viabilidade ambiental, social e econômica das obras;

II – estudos técnicos, econômicos e socioambientais específicos que justifiquem a imprescindibilidade das obras, os quais deverão ser aprovados pelos órgãos competentes no âmbito do correspondente procedimento de licenciamento ambiental;

III – inventário hidrelétrico participativo que contemple a ampla participação de representantes dos diferentes segmentos sociais e técnicos atuantes na bacia hidrográfica, preferencialmente envolvidos nos processos de implantação de empreendimentos hidrelétricos, como empreendedores, instituições governamentais, usuários dos recursos hídricos, comunidades tradicionais, povos indígenas, entre outros, que possam ser beneficiados ou afetados pelo empreendimento.”

Esse é o nosso parecer, ilustre e eminente Senador Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Obrigado, Senador Jayme Campos, pelo seu relatório.

Continua em discussão.

Para os Senadores que desejarem discutir, a palavra lhes será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Vamos iniciar a votação nominal.

É terminativo esse projeto aqui na Comissão.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Vamos votar. Vamos votar, Paulo?

Eu convido todos os Senadores presentes para o processo de votação.

Precisamos de nove votos.

Aqueles que estiverem de acordo com o relatório lido pelo Senador Jayme Campos votam "sim". Aqueles que não concordarem votem "não" ou podem se abster. (*Pausa.*)

Senadores Rose de Freitas; Veneziano; Luis Carlos Heinze, que apresentou duas emendas...

Senador Esperidião Amin...

Por gentileza, vamos votar este projeto importante sobre o Rio Araguaia, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Senador Giordano, lá do Estado de São Paulo, por gentileza, vote.

Senadores Izalci Lucas; Plínio; Wellington Fagundes, lá do Mato Grosso; Jaques Wagner; Randolfe Rodrigues... (*Pausa.*)

Os Senadores presentes, mesmo que remotamente, que desejarem usar a palavra neste processo de votação podem solicitá-la para qualquer comentário de interesse da nossa Comissão.

Senador Heinze, vamos votar. Estou vendo seu rosto aí, está presente. Senador Heinze, vote.

Veneziano...

Senador Plínio Valério, por gentileza, vote.

Projeto em votação de autoria da Senadora Kátia Abreu sobre a preservação, o impedimento de proposições de construções num trecho do Rio Araguaia, projeto que recebeu uma emenda inteligente do Senador Jayme Campos.

Senadores Veneziano, Izalci... O Izalci sempre vota...

Eu tenho cinco votos, faltam quatro.

Plínio votou, falta o Izalci – liguem para o Izalci aí.

Veneziano...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Luis Carlos Heinze, que tem participado muito da discussão deste projeto e fez emendas. Vamos votar, Senador Luis Carlos Heinze.

Wellington, pare, está rodando demais.

Se qualquer Senador quiser usar a palavra nesse período, a palavra lhe será concedida, para não ficar muito em branco esse período de votação.

É bom a gente ir conversando. *(Pausa.)*

Se alguém quiser fazer algum comentário nesse processo de votação, bater um papo com...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Secretaria desta Comissão que, se possível, mantivesse alguns contatos com alguns membros desta Comissão para o bom andamento do nosso trabalho, porque nós dependemos aqui – se não me falha a memória – de nove votos, não é, Secretário? *(Pausa.)*

O Paulo votou, sim. Já votou, já votou.

E a própria autora do projeto, que confesso para o senhor que não sei se faz parte da Comissão, que é a Senadora Kátia... *(Pausa.)*

A Senadora Kátia faz parte? *(Pausa.)*

Então, seria de bom alvitre aqui que a Secretaria ligasse para a Senadora Kátia.

Há o Senador Carlos Fávaro, que também é membro titular desta Comissão aqui, como o Wellington Fagundes.

Eu solicito à Secretaria que faça alguns contatos para que possamos... *(Pausa.)*

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Vanderlan pode votar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Vanderlan, peço o seu voto. Eu sei que o senhor está circulando remotamente por Goiânia, não é? Dá para votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A própria Senadora Leila...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Dê uma ligadinha para a Senadora Leila, fale com ela para votar, peça para ela votar.
Senadora Leila, por favor!

Pessoal do gabinete da Senadora Leila, solicite o seu voto, que vote!

Estacionou em cinco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – E não há impedimento também para que outros Senadores, mesmo não sendo titulares, sendo suplentes, não havendo o comparecimento do titular, possam votar também, como é o caso do Senador Veneziano, se não me falha a memória. Eu não sei se já votou o Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Não, não votou, não!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não votou.

Poderia votar o Carlos Viana, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O próprio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Carlos Heinze.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... Carlos Heinze, não é isso? O Esperidião Amin, que é...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Ele está presente, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu imagino que sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu imagino que sim, está presente. Gostaria aqui de solicitar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu faço uma indagação, aqui, à Secretaria da Mesa: o Regimento Interno permite, enquanto nós estamos em processo de votação... Por exemplo, no Plenário da Casa, quando se está em processo de votação, poderá, com certeza, haver outros oradores lá falando naturalmente, não é? Eu indago se não é possível, para o bom andamento aqui, nós lermos também outro projeto. Não sei se permite o Regimento Interno.

Enquanto aguardarmos, fica aberto o painel, Senador Confúcio. Como nós temos um outro projeto aqui, nós poderíamos já o ler. Eu confesso que eu não conheço como funciona o Regimento desta Comissão. Nós poderíamos ler o outro projeto, do qual nós somos Relator nesta Comissão, porque esse projeto também é muito meritório na medida em que é de autoria do ex-Senador e Governador Gladson Cameli, lá do Estado do Acre, ele é o autor do projeto.

Eu indago à Mesa e à Secretaria se pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ele e o Senador Telmário são os autores. Estão tramitando aqui de forma conjunta. E o projeto já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É, vai alterar a Lei dos Crimes Ambientais para os pequenos, ou seja, para o assentado, para a agricultura familiar, que muitas vezes recebe...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jayme Campos, o senhor pode fazer a leitura do item 3?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode fazer a leitura enquanto o processo de votação...

Então, nós vamos chamando aqui os Senadores para votarem, e o senhor vai fazendo a leitura.

Nós só não vamos colocar em votação enquanto não terminar esta, tá? Mas o senhor pode fazer a leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Lógico, claro. Eu gostaria que V. Exa. fizesse a leitura, primeiro, aqui do projeto aqui da Comissão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Bem, então, o Projeto de Lei 875, de 2019, é de autoria do Senador Telmário Mota. Ele altera a Lei nº 9.605, de fevereiro de 1998...

Vem aqui, esse aqui é do Telmário? (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – São em conjunto esses projetos,

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Ah, são em conjunto. Perfeito. Com o Gladson Cameli. Telmário e Gladson apresentam...

Então, eu vou fazer o seguinte...

Já atingiu o quórum ali, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Eu vou encerrar a votação...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso. Aí nós prosseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– ... e a gente prossegue depois.

Bem, estamos em processo de votação do Projeto de Lei...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É o 248, de 2014, Sr. Presidente, o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Perfeito.

Então, encerrada a votação, eu solicito à Mesa a apresentação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pode abrir o painel, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– É, pode abrir o painel.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Temos quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, o resultado foi 9 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

A votação foi encerrada.

Projeto aprovado, conforme a leitura do relatório do Senador Jayme Campos.

Encerrada a votação, vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI Nº 875, DE 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tratar da conversão de multas.

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do PL 875/2019, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS 331/2018.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2018.]

São dois projetos apensados: um de autoria do Senador Telmário Mota e outro de autoria do Senador Gladson Cameli, ambos relatados pelo Senador Jayme Campos, a quem eu passo a palavra para a leitura do seu relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, Sras. e Srs. Senadores, é o relatório. Eu serei o mais breve possível até para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão aqui.

Vêm ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2018, e o Projeto de Lei nº 875, de 2019, que tramitam em conjunto nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS 331, de 2018, altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", para estabelecer, como medida a ser preferencialmente adotada, a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos casos que especifica.

O PLS tem dois artigos, o que é muito importante nós acrescentarmos aqui. O art. 1º altera o §4º do art. 72 da Lei de Crimes Ambientais, para prever que a multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, medida a ser preferencialmente adotada, por meio de celebração de termo de compromisso de interrupção da infração, cessação ou reparação dos danos, caso o infrator seja – é bom que se esclareça – agricultor familiar, extrativista ou integrante de povos tradicionais. O art. 2º do PLS prevê que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

O PLS, conforme a justificação de seu autor, o Senador Gladson Cameli, busca "impedir medidas abusivas da parte da autoridade ambiental, que deve observar a capacidade econômica do infrator, quando da aplicação de sanções administrativas". Emitem-se multas com "valores exorbitantes, virtualmente impossíveis de serem pagas, sobretudo por pequenos agricultores". O autor entende que, uma vez cometida a infração ambiental, deve-se priorizar a recuperação dos danos causados, por meio da conversão de multas em serviços que promovam a qualidade do meio ambiente.

Já o Projeto de Lei nº 875, de 2019, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", para tratar da conversão de multa.

O PL tem dois artigos. O art. 1º inclui os arts. 76-A e 76-B na Lei de Crimes Ambientais. O art. 76-A explicita que a conversão da multa simples prevista no art. 72, §4º, da lei poderá ser adotada pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e define os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente como as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos definidos em regulamento. O art. 76-A também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevê que não caberá conversão de multa para a reparação de danos decorrentes da infração que deu origem à penalidade pecuniária – é bom que se esclareça isso.

O art. 76-B trata das regras para o processo de conversão de multas, que deverá ser solicitada ao órgão competente. Especifica-se que as regras de tramitação do pedido, as cláusulas obrigatórias do termo de compromisso a ser firmado para a conversão e o valor dos descontos a serem aplicados às multas serão definidos em regulamento. No caso de decisão favorável à solicitação de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, cuja assinatura implica a suspensão da exigibilidade da multa aplicada e a renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

O art. 76-B também inclui na Lei de Crimes Ambientais regras sobre: efeitos do termo de compromisso e consequências do seu inadimplemento; concretização da conversão da multa após o cumprimento integral do termo de compromisso; limite mínimo de descontos; e obrigação de reparar integralmente o dano ambiental, mesmo com a conversão da multa.

O art. 2º do PL nº 875, de 2019, prevê que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Segundo a justificação de seu autor, o Senador Telmário Mota, o objetivo da proposição é trazer ao nível legal as principais regras do Decreto nº 9.179, de 2017, para possibilitar que a conversão de multas seja adotada pelos órgãos do Sisnama dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A conversão de multas em projetos ambientais incentiva a adesão dos infratores, que podem receber descontos significativos nas multas emitidas e, ainda, direcionar recursos a programas de proteção ambiental cujo objetivo seja a conservação ou a recuperação do meio ambiente. Ainda segundo a justificação...

Portanto, Sr. Presidente, aqui dá para entender bem. Muitas vezes há aquelas multas exorbitantes, que não têm limite: vão lá e multam um pequeno assentado, um cidadão da agricultura familiar extrativista, chegando com um absurdo, uma vez que a propriedade dele e o que há lá dentro não valem nem 50%, nem 20%, muitas vezes, do valor aplicado. Então, isso aqui está buscando justiça, porque o cidadão poderá pagar, converter em serviços ambientais. Por outro lado, se lhe for duplamente, no mesmo sentido, cometendo essas irregularidades da questão ambiental, ele não vai ter direito não; é uma vez só.

Então, o programa é meritório e, se me permite V. Exa., já vou passar para a fase da análise, porque é um projeto pelo qual, sem sombra de dúvidas, vamos acabar, muitas vezes, com esse excesso de multas que ocorrem no Brasil, das quais, muitas vezes, o cidadão não tem condições de pagar nem 1%, 2%, 5% daquilo que foi aplicado nele lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão emitir parecer sobre matéria associada à proteção do meio ambiente, nos termos do Risf, art. 102-F. Os projetos são meritórios, pois buscam incentivar a adesão ao instituto da conversão de multas ambientais, previsto no art. 72 da Lei de Crimes Ambientais, que estabelece as infrações administrativas e suas respectivas sanções e determina que a multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, baseado no §4º do art. 72.

O PLS nº 311, de 2018, tem o mérito de aperfeiçoar as regras da conversão de multa simples, prevendo que essa medida seja preferencialmente adotada por meio de celebração de termo de compromisso de interrupção da infração, cessação ou reparação dos danos. Propomos apenas um ajuste para que a conversão possa ser aplicada para todos os tipos de casos de infração ambiental, de modo a promover maior ganho de escala para esse importante instituto da Lei de Crimes Ambientais no sentido de viabilizar projetos de recuperação ambiental.

Para manter o mérito da proposição, propomos que sejam priorizados os casos em que o infrator seja agricultor familiar, extrativista ou integrante de povos tradicionais, pois muitas vezes essas infrações ambientais são cometidas em função da baixa instrução formal dos infratores ou mesmo a fim de viabilizarem, por meio de desmatamentos, lavouras de subsistência.

V. Exa., que é do Estado de Rondônia, que foi Governador, foi tudo daquele estado, sabe perfeitamente que em muitas daquelas pequenas propriedades é feito um desmatamentozinho para questão de subsistência, para se plantar uma mandioca, uma banana, talvez um 0,5ha de arroz, de milho, etc. Então, são essas pessoas que esta lei aqui vai beneficiar; é uma questão de subsistência, ou para se obter uma renda mínima para a sobrevivência.

Quanto às regras propostas pelo PL nº 875, de 2019, baseiam-se nas principais previsões do Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, que regulamenta o processo de conversão de multas no âmbito federal – para tanto, alterando as regras do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 – e institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Acolhemos, portanto, o mérito dos dois projetos, mas, em função das regras contidas nos arts. 164 e 258 do Regimento Interno do Senado Federal, faz-se necessário aprovar apenas um dos dois. Opinamos pelo mais completo deles, na forma da emenda substitutiva que apresentamos, ainda que reconheçamos o mérito de ambos.

Voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 875, de 2019, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 331, de 2018, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA (Substitutivo)

Projeto de Lei do Senado nº 875, de 2019

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer regras sobre a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 72.

.....

§4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, medida a ser preferencialmente adotada, por meio de celebração de termo de compromisso de interrupção da infração, cessação ou reparação dos danos, com prioridade para os casos em que o infrator seja agricultor familiar, extrativista ou integrante de povos tradicionais.

Art. 2º O Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 76-A e 76-B:

“Art. 76-A. A conversão da multa simples prevista no art. 72, §4º, poderá ser adotada pelos órgãos integrantes do Sisnama.

§1º Consideram-se serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos definidos em regulamento.

§2º Não caberá conversão de multa para a reparação de danos decorrentes da infração que deu origem à penalidade pecuniária [isso é bom que se esclareça].”

“Art. 76-B. O autuado solicitará a conversão da multa ao órgão competente do Sisnama.

§1º As regras de tramitação do pedido, as cláusulas obrigatórias do termo de compromisso a ser firmado para a conversão e o valor dos descontos a serem aplicados às multas serão definidos em regulamento.

§2º Na hipótese de decisão favorável à solicitação prevista no *caput*, as partes celebrarão termo de compromisso, cuja assinatura implica a suspensão da exigibilidade da multa aplicada e a renúncia ao direito de recorrer administrativamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

§3º O termo de compromisso terá efeito exclusivamente na esfera administrativa e seu inadimplemento implicará a cobrança da multa convertida [quando o cidadão não cumprir, houver inadimplência, aí se implicará a cobrança de multa convertida].

§4º A efetiva conversão da multa somente se concretizará após o cumprimento integral do termo de compromisso, atestado pelo órgão emissor da multa.

§5º O valor resultante após o desconto previsto no §1º do *caput* não poderá ser inferior ao valor mínimo legal da multa aplicável à infração.

§6º Independentemente do pagamento da multa ou de sua conversão pela autoridade ambiental, o autuado fica obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado [ou seja, o que ele causou de prejuízo].

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, nesses termos da leitura que fiz.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)

– Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

A matéria está em discussão.

Aos Senadores que desejarem discutir a palavra lhes será concedida. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador que se manifeste, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos.

Aqueles que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Está aprovado.

O relatório...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)

– Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de agradecer inicialmente a V. Exa. pelo belo trabalho conduzido frente a esta Comissão e agradecer aos demais pares, que primeiro votaram o primeiro projeto meu, ou seja, de relatoria minha, que era da Senadora querida amiga Kátia Abreu, e esse segundo projeto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que, praticamente por unanimidade, também foi aprovado, de forma que eu quero agradecer aos colegas Senadores e Senadoras pela forma que aprovaram, sobretudo na certeza de que eu procurei ser o mais zeloso possível em ambos os projetos, para que eles fossem aprovados nesta Comissão tão importante, que é a Comissão de Meio Ambiente.

E quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho exitoso, sobretudo a forma célere, competente, que esse grande homem público, Senador Confúcio... Realmente representa o Estado de Rondônia com muita capacidade e é, acima de tudo, um Senador aqui que é orgulho de todos nós, brasileiros, aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO)
– Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pelas suas palavras.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do Projeto de Lei 875, de 2019, nos termos da Emenda nº 1 da CMA, substitutiva, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei 331, de 2018.

As matérias vão à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

Não havendo nada mais a tratar, esta reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Simone Tebet, Renan Calheiros, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Plínio Valério, Alexandre Silveira, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Otto Alencar, Marcos Rogério, Telmário Mota e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É inaugurada a galeria de ex- presidentes da Comissão, tendo, como presidente de honra, o Senador Major Olímpio. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2325, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2666, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, com a Emenda nº 1- CSP. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 5179, de 2020 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.675, de 2018, para promover a transparência de informações de segurança pública." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 5245, de 2020 - Terminativo** - que: "Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com oito emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/04/06>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Conforme entendimento desta Comissão, antes de iniciarmos a pauta, gostaria da atenção de todos para uma importante homenagem que faremos ao principal responsável pela criação desta Comissão: nosso querido amigo e saudoso Senador Major Olimpio, que nos deixou, no dia 18 de março de 2021, vítima da covid-19.

Durante sua trajetória política, o Major Olimpio sempre teve uma atuação muito forte na segurança pública. Como sua principal pauta, foi autor do Projeto de Resolução nº 2, de 2019, que, em conjunto com outros projetos de resolução sob a relatoria do Senador Antonio Anastasia, resultou na criação desta Comissão, no Plenário, em 10 de março de 2021. Desse modo, prestando essa importante homenagem ao principal defensor da criação desta Comissão, nós vamos inaugurar uma galeria que tem ele, ex-Presidente da Comissão de Segurança Pública, o Senador Major Olimpio como Presidente de Honra desta Comissão.

Nós temos quatro projetos.

Esta reunião se fará de forma semipresencial.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2325, DE 2021
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele está vindo.

Esse projeto, para vocês terem uma ideia, é de 1940, e essa lei até hoje não foi modificada. Diz que, para a defesa da honra, o cara tem o direito de matar.

Vou passar para o Senador...

Projeto de Lei do Senado 2.666, de 2021, do Senador Rogério Carvalho

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2666, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizá-lo pela Presidência da Comissão... (*Falha no áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está resolvido? (*Pausa.*)

Acho que sim.

Posso começar, Presidente? Acho que sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aham que foi resolvido? (*Pausa.*)

O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Bom Presidente, primeiro, eu queria cumprimentá-lo pela Presidência da Comissão e fazer minhas as suas palavras com relação ao nosso querido Major Olímpio, que era um grande amigo nosso, que foi autor do requerimento que criou esta Comissão. Fica aqui a nossa gratidão.

Eu vou direto, Sr. Presidente.

Projeto de Lei 2.666, de 2021, da Senadora Simone Tebet, que altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.

Então, é um projeto que tem um cunho social de grande relevância.

Vamos direto ao mérito.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Devido à pandemia de covid-19, muitas aulas passaram a ser *on-line*, mas as escolas públicas e seus alunos e professores, muitas vezes, não têm recursos suficientes para adquirir computadores, celulares e outros itens de informática necessários ao ensino à distância.

Uma saída é, de fato, que os juízes destinem equipamentos de informática sequestrados ou apreendidos para as escolas públicas.

Trata-se, na verdade, de estender às escolas públicas os benefícios de que já gozam os órgãos de segurança pública, que podem usufruir de bens sequestrados ou apreendidos, por exemplo, veículos, embarcações e aeronaves.

Há, no entanto, necessidade de deixar claro que só haverá indenização se for julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado, e apenas se constatada depreciação superior àquela esperada em razão do transcurso do tempo e do uso do bem sequestrado, razão por que apresentamos emenda, na qual incluímos, também, a reorganização dos parágrafos.

Então, segue o Regimento do Senado, é de competência da Casa, todos os itens estão preenchidos.

O voto, em face do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 2.666, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CSP (ao Projeto de Lei nº 2666, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2666, de 2021:

"Art. 1º

'Art. 133-A.

§3º-A. Tratando-se de equipamentos informáticos, celulares ou similares que sejam úteis à atividade administrativa das escolas ou ao ensino telepresencial ou remoto, a prioridade de custódia e utilização dos bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos à medida assecuratória é dos órgãos e entidades da rede pública da educação infantil e da educação básica obrigatória, preferencialmente do ente federado onde ocorreu a apreensão.

§3º-B. A autorização judicial de uso dos bens deverá conter a sua descrição e a respectiva avaliação e indicar o órgão ou entidade responsável por sua utilização.

§3º-C. O órgão ou entidade responsável pela utilização do bem deverá enviar ao juiz periodicamente, ou a qualquer momento quando por este solicitado, informações sobre seu estado de conservação.

.....
§5º Se for julgada extinta a punibilidade [...]. ' [Já falei isso lá atrás.]"

Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O projeto de autoria da Senadora Simone Tebet não é terminativo; nós vamos, então, encaminhá-lo à Comissão de Educação. É um projeto muito importante.

Coloco o projeto em discussão.

Aqueles que queiram discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O projeto será encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

Ainda há o projeto do item 3, cujo Relator é o Senador Rogério Carvalho – depois eu passo a palavra ao Senador Alexandre Silveira –, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5.179, DE 2020
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 2018, para promover a transparência de informações de segurança pública.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.
Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de segurança pública, como é o caso deste projeto.

Não foi encontrado vício de juridicidade ou de regimentalidade.

Os vícios de constitucionalidade serão sanados por emenda, como será explicado mais adiante.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Necessitamos, com urgência, de dados detalhados que nos permitam calcular com exatidão o percentual de esclarecimento de homicídios nos estados e no DF, a fim de que se melhore a eficiência das polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário, nos inquéritos policiais, nas denúncias e nos processos penais respectivamente.

Com informações mais precisas, poderemos atuar corretivamente para melhorar a qualidade das investigações, por meio de treinamento; compartilhamento de experiências; pedidos de cooperação a polícias de outros países para cursos; e desenvolvimento de técnicas investigativas e de coleta e processamento de dados de segurança pública (bancos de perfis balísticos, de faces, genéticos, papiloscópicos, químicos de drogas, de voz, entre outros; gravação de abordagens policiais em áudio e vídeo; monitoramento de locais públicos por vídeo; rastreamento de celulares; uso de drones etc.).

Ademais, as sanções previstas no § 2º do art. 37 da Lei do Susp, para os estados que não fornecerem ou atualizarem suas informações no Sinesp, que hoje são facultativas, devem se tornar obrigatórias.

Devemos, no entanto, retirar os prazos para que o Poder Executivo edite o decreto para regulamentar a lei e para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública categorize e padronize a coleta e publicação dos dados de segurança pública, tendo em vista o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.728 pelo Supremo Tribunal Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é desejável, para melhorar a qualidade dos dados, explicitar o motivo do arquivamento do inquérito policial (inexistência do fato, atipicidade da conduta, exclusão da ilicitude, exclusão da culpabilidade, extinção da punibilidade, autoria desconhecida etc.).

Precisamos, também, fazer alguns ajustes de redação e técnica legislativa.

Por esses motivos, apresentamos uma emenda.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL, na forma da seguinte emenda:

[...]

§2º O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicará, anualmente, relação dos integrantes que deixarem de fornecer ou atualizar seus dados e informações no Sinesp, os quais deixarão de receber recursos e não poderão celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e defesa social e do sistema prisional, na forma do regulamento.

‘Art. 37-A. Os Estados deverão publicar, anualmente, informações relacionadas às investigações de crimes violentos letais intencionais, incluindo:

I – número total de ocorrências registradas, desagregado geograficamente, por tipo penal e pelo perfil socioeconômico das vítimas, incluindo idade, gênero e raça;

II – número total de inquéritos policiais abertos, em andamento, relatados com autoria e arquivados, desagregado por tipo penal e por motivo do arquivamento;

III – recursos materiais e humanos disponíveis para realização de investigações de crimes violentos letais intencionais, como delegacias especializadas, laboratórios de perícia criminal e número de policiais, peritos criminais e médicos-legistas; e

IV – duração média da investigação policial, desagregada por tipo penal e unidade com atribuição para investigá-los, e estoque de inquéritos.

§1º O Ministério da Justiça e Segurança Pública padronizará a categorização da coleta e publicação dos dados a que se refere este artigo, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§2º A não publicação das informações relacionadas neste artigo implicará as consequências previstas no §2º do art. 37 desta Lei.

§3º Até 30 de junho de cada ano, a União publicará relatório com a compilação dos dados fornecidos pelos estados sobre o ano anterior, com objetivo de monitorar e aprimorar a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Plano Nacional de Enfrentamento de Homicídios de Jovens.”

Eu queria dizer da oportunidade desse projeto e da importância desse projeto – nós que temos uma vivência no Sistema Único de Saúde. Primeiro, não há recebimento de transferência de verbas para a saúde se não se fornecerem dados epidemiológicos de mortalidade e de morbidade dos entes federados ao gestor nacional, que repassa recursos fundo a fundo.

Essa lei trata de um tema importante, que é a gente saber quais crimes, onde esses crimes ocorrem, em que proporção eles ocorrem e quais os recursos disponíveis para trabalhar, para oportunizar o planejamento de ações preventivas, inclusive no combate à criminalidade e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no combate ao efeito da ação de agentes criminosos ou da tentativa de agir de agentes criminosos.

Portanto, o parecer é favorável e o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Em discussão o Projeto de Lei nº 5.179, de 2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Nós temos que votar isso nominalmente.

Eu vou abrir o painel para que ele seja votado.

Aqueles que aprovam o projeto votam "sim".

Vamos iniciar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em bloco, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É, com as emendas e tudo, vota-se "sim".

Só que tem que votar... Vou pedir a quem está semipresencial que vote por favor. Senadora Zenaide, Senadora Soraya... O Senador Fabiano está aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, enquanto se vota a matéria, eu poderia fazer uso da palavra por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senhor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Enquanto se faz a votação, posso fazer uma colocação por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim, sim. Eu abri a discussão, pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Inicialmente eu quero agradecer a V. Exa. e parabenizá-lo pelo retorno a esta tão importante Comissão de Segurança Pública, assim como o meu querido colega companheiro Senador Rogério Carvalho, que teve brilhantismo para aprimorar ainda mais esse relatório.

Quero deixar claro, Presidente, que, durante 27 anos, enquanto fui Delegado de Polícia, infelizmente pude constatar muitas coisas que acontecem no país. O Estado brasileiro omite informações, não as passa para a população e não cumpre a determinação constitucional de dar publicidade a seus atos, porque a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Isso não sou eu que estou falando, está lá no art. 144.

Ora, quando a gente verifica um furto ou um roubo que ocorreu aqui em Brasília ou em qualquer lugar do país, quem daqui acredita que, em 100% de todas as ocorrências, é instaurado inquérito policial? E, se nós fôssemos olhar ao pé da letra o que determina o Código de Processo Penal, veríamos que, no caso de todo crime de ação pública incondicionada, tem que ser instaurado inquérito policial. O número de crimes que ocorre é muito maior, não entra





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nas estatísticas, e o percentual que é apurado não chega nem a 5% de elucidação. Então, o Estado trabalha com números completamente dissociados da realidade social.

Eu também quero mencionar uma coisa que, para mim, enquanto ser humano, enquanto Senador, Presidente Omar, dói muito, e o senhor há de concordar comigo. O Estado criminaliza a pobreza, o Estado criminaliza a cor da pele. Basta verificar qual é o perfil sociológico e socioeconômico de quem está preso: pobres, pretos e semianalfabetos.

Isso acontece num contexto em que os crimes que dão maior prejuízo são praticados por quem? São crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão, contrabando, descaminho. E esses não têm percentual nenhum, ou quase nenhum, de presos, porque o Estado... As cadeias estão lotadas de pobres, pretos e semianalfabetos.

Então, esse projeto visa dar efetividade àquela garantia constitucional que está na Lei de Acesso à Informação e também no art. 37, que fala dos princípios que regem a administração pública, entre eles, a publicidade.

Mais uma vez eu quero fazer aqui o registro do meu agradecimento ao querido Senador Rogério Carvalho. Esse projeto busca simplesmente isso.

Vou dar um exemplo: eu fui delegado na delegacia de trânsito. Sabem quantas pessoas morrem por ano no Brasil vítimas de acidentes de trânsito? Cinquenta mil pessoas! Eu estou falando em mortes. Não estou falando de disparos de arma de fogo; estou falando em mortes por crimes de trânsito. Agora, qual é o percentual elucidado? Olhe lá nas estatísticas e veja se toda vítima por morte na direção de veículo automotor está na estatística. Não está, porque se contabiliza no local do acidente. Agora, aquela que morre dois, três, quatro, cinco dias ou um mês depois não entra na estatística. É preciso provocar a queda de máscaras das instituições para você enxergar o verdadeiro comportamento do Estado brasileiro. Entre essas quedas de máscaras, está a do próprio Estado brasileiro, que infelizmente não está trabalhando com transparência, com responsabilidade, com eficiência, conforme determina a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo pela forma aguerrida – acompanhei de perto – com que o senhor lutou para a instalação desta Comissão. Quero parabenizá-lo por isso e dizer da alegria de ser presidido pelo senhor.

Vou relatar o Projeto de Lei 2.325, de 2021, projeto importantíssimo na defesa da mulher brasileira.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 2.325, de 2021, de autoria da colega Senadora Zenaide Maia, que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, para que, respectivamente, se exclua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Alexandre, eu tenho que encerrar esta votação para V. Exa. poder ler o seu relatório.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, perfeito. Desculpe, fique à vontade.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Contarato, eu fui Secretário de Segurança Pública no meu estado no início dos anos 2000, em 2001 e em 2002. Um dos grandes problemas que nós encontramos, que ocorre até hoje, é que a população brasileira perdeu a crença de ir a uma delegacia fazer a denúncia. Isso vale para qualquer delegacia especializada, seja delegacia da mulher, seja delegacia de furtos, seja delegacia de furto de veículos, porque chega...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Demora. E você vai chegar com o delegado... Nós chegávamos a uma delegacia e perguntávamos: "Quantos inquéritos você tem?". "Três mil." Eram 2 mil, 3 mil inquéritos. E aqueles que iam para a Justiça geralmente eram devolvidos porque o inquérito era mal formulado, o que é um grande problema que nós temos nas polícias brasileiras. Não é uma questão só do meu estado, isto está acontecendo no Brasil todo: falta de preparo, falta de pessoal ou falta de uma polícia técnica, que nós não temos, porque é muito ruim a nossa polícia técnica – o Brasil tem uma polícia técnica realmente falha. E o pior de tudo é que nós vemos passar um governo que apostava muito nisso.

Eu tinha uma forte esperança de que o Governo do Presidente Bolsonaro pudesse investir em segurança pública em todos os aspectos. E o grande problema, Senador Rogério Carvalho, é que ou a gente – o Estado – retoma a ocupação dos espaços ou nós vamos ser tragados pelas facções. Porque agora mesmo, na pandemia, o que aconteceu? Onde o Estado não estava... Quando eu falo Estado, eu falo Governo Federal, estadual, municipal. Eu não quero aqui atribuir mais responsabilidade ou menos responsabilidade a alguém; é responsabilidade de todos. A não ocupação, pelo Estado brasileiro, nos municípios, nos bairros, nas comunidades faz com que lá se tenha xerife, que faz o primeiro atendimento: se a pessoa está com fome, quem dá ali para ela um rancho é o cara da facção, é o traficante; se o filho está doente, quem compra o remédio é o traficante.

Então, essas pessoas ocuparam os espaços, estão ocupando cada vez mais. Isso aconteceu, primeiro, nos morros do Rio de Janeiro e se espalhou pelo Brasil. Hoje está no Espírito Santo, está em Sergipe, está em Minas, está no Amazonas, está em tudo que é lugar, Senador Contarato.

Então, V. Exa. traz essa matéria, que nós estamos discutindo agora, para ver se a gente melhora esse atendimento. Há uma preocupação grande, sim. E lhe digo uma coisa com consciência de quem viveu isso no dia a dia, de quem viu o *looping* dentro da segurança pública, de quem viveu de perto, como V. Exa. deve ter vivido, em que mãe vende criança, em que você vê...: o que tem de pior está dentro de uma delegacia de polícia. E muitas pessoas hoje se negam quando o celular é furtado: "Não, não adianta ir lá não, não vai resolver". Aí abre lá um inquérito, aquele inquérito é engavetado, é mais um número, é mais uma estatística que não é resolvida. E, dos poucos que vão à Justiça, 90% retornam por falta de provas técnicas, por falta de elaboração direita do inquérito. Então, nós vivemos isso.

Ou a gente faz uma grande revolução dentro desse setor... E aí não adianta só ter o policial armado, ter o policial na repressão; é preciso estar acompanhado, ao mesmo tempo, de políticas sociais, para que a gente possa dar oportunidade principalmente a essa juventude.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esta Comissão, Senador Alexandre, Senador Marcos do Val, com as divergências que temos de pensamentos, tem que caminhar para uma política macro, em que se junte tudo, para que possamos apresentar ao Brasil propostas em que a gente possa melhorar.

Olhem só, o Fundo de Segurança Pública é mal utilizado. Senador, veja, geralmente, chega ao final do ano, ele é utilizado para fazer superávit. Aliás, de fundo, no Brasil, eu desconfio, não é? Quando se fala em fundo – "Olhe, vamos criar o fundo tal" –, é uma desconfiança muito grande para mim, porque eu não creio em fundos, eu creio que nós possamos...

Então, hoje nós ajudamos os municípios brasileiros na área social, na saúde e na educação. Nós precisamos dotar os municípios brasileiros de ações concretas de prevenção dentro da segurança pública, senão nós vamos perder essa guerra – já estamos perdendo essa guerra –; e perder para quem está ali fazendo assistencialismo no dia a dia, coisa que o Estado brasileiro não tem condições de fazer.

Então, era só para colocar para V. Exa. a nossa preocupação e o sentido de a gente ter realmente o trabalho voltado para a segurança pública brasileira. *(Pausa.)*

Nós não temos quórum para deliberar. Então nós vamos votar essa matéria, com quórum, depois da Semana Santa, quando nós vamos ter aqui reuniões.

Então, eu vou passar ao item 1, para o Senador Alexandre Silveira.

Nós voltaremos a votar após a Semana Santa.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2325, DE 2021
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Minha inteira concordância, Presidente, com relação à necessidade de uma política estruturante de segurança pública, e minha confiança na instalação desta Comissão no Senado Federal, presidida por V. Exa., para que possamos avançar na política pública de segurança nacional.

Vou relatar o Projeto de Lei nº 2.325, de 2021, importante projeto para a manutenção da integridade física e até da vida da mulher brasileira.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.325, de 2021, de autoria da Senadora Zenaide Maia, que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

Ressalta-se que qualquer tipo de violência praticada contra a mulher em ambiente doméstico ou familiar ou em razão de misoginia, a pretexto de defesa da honra ou de valor social ou moral, é injustificável e inaceitável. A tese da “legítima defesa da honra” é ultrapassada e não se concilia com os valores e direitos vigentes na Constituição Federal.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstra, em números alarmantes, o quadro preocupante da violência doméstica e familiar contra as mulheres, um problema atual e de enorme gravidade.

Dessa forma, entendemos que a proibição da aplicação de atenuantes ou causas de diminuição de pena relacionadas à defesa de valor social ou moral é uma opção de política criminal necessária e que, com certeza, contribuirá para a proteção das mulheres brasileiras no contexto de crimes de violência doméstica ou feminicídio.

Do mesmo modo, a alteração proposta para o Código de Processo Penal de impedir a utilização da tese da “legítima defesa da honra” para absolvição pelo tribunal do júri nos casos de feminicídio se mostra muito adequada. Importante registrar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta 779, por unanimidade, referendou a concessão de medida cautelar, a fim de considerar inconstitucional a tese da legítima defesa da honra e obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra, ou qualquer argumento que induza à tese, nas fases pré-processual ou processual penal, bem como durante julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.

Verifica-se, portanto, que o projeto em exame sedimenta a orientação da nossa Corte Suprema, conferindo, assim, maior segurança jurídica à nossa legislação processual penal.

Passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.325, de 2021.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu sou colega, Delegado de Polícia e já presenciei de perto alguma das piores mazelas da nossa sociedade. É incrível que tenhamos até hoje deixado passar um ponto tão relevante na nossa legislação penal, necessário de se mudar.

A atenuante do relevante valor social e moral é questionável em vários aspectos, mas não é o debate que estamos a fazer aqui. É inaceitável, no entanto, que ela seja utilizada em casos de feminicídio e violência contra a mulher. Precisamos com urgência corrigir isso. Da mesma forma, no caso de feminicídio.

Hoje a pena mínima de doze anos para esse crime cai para oito anos se o juiz acatar a tese de que o criminoso cometeu o fato sob domínio de violenta emoção provocada pela vítima. A pena, assim, poderia chegar a oito anos, o que faria com que esse machista que matou a mulher iniciasse o cumprimento da pena no semiaberto. É revoltante, inadequado e inaceitável!





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovando esse projeto, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos fazendo justiça, preservando a integridade, a vida das mulheres pelo Brasil afora, punindo com mais rigor aqueles que ousem agredir e matar as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Alexandre, o Senador Anastasia – e nós discutimos algumas vezes isso – estava fazendo, com uma equipe, a revisão do Código Penal, que eu acho que nós poderemos trazer para cá, para esta Comissão, e montar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Está com o senhor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Ótimo. Porque nós estamos nos remetendo a 1940, 1941, quer dizer, é uma loucura que, 80 anos depois, eu acho, 81 anos depois, nós estejamos revisando o Código Penal. Nós estamos em 2022; é uma lei de 1940, que a Senadora Zenaide apresenta e V. Exa. relata muito bem, Senador Alexandre.

Eu acho que, com a ajuda da OAB, de vários outros órgãos, a gente precisa adequar o Código Penal à realidade que vivemos hoje e não esperar que o Supremo fique tomando decisões isoladas num caso ou no outro, quando acontece.

Aqui no Senado, há uma mania feia de fazer lei com o nome de personalidades, quando a gente já poderia ter feito isso. Quando afeta uma personalidade, se coloca aqui "lei fulano de tal", "lei fulano de tal", mas na realidade isso está acontecendo no dia a dia de pessoas que não são vistas, e parece que são diferentes essas pessoas.

Então, eu acho que o Código Penal teria que ser revisto, e muitas questões aí que hoje o Senado ou o Congresso aprovam são muito mais pelo auê que é dado na mídia. Aí vem uma pessoa, apresenta o projeto, já dá o nome, como se aquela pessoa fosse a única que tivesse sofrido algum tipo de leviandade ou crime, quando, no dia a dia, centenas de milhares de brasileiros anônimos recebem o mesmo tratamento, e não se cria uma lei para essas pessoas.

Então, eu acho que o Código Penal tem que ser... O Senador Anastasia, à época, avançou bastante, mas, como se trata de uma questão complexa, eu acho que é o momento de a gente discutir.

Senador Rogério Carvalho, em discussão e votação o projeto da Senadora Zenaide.

A Senadora Zenaide pede a palavra. Com a palavra a Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Omar Aziz, é um prazer estar aqui com o senhor presidindo novamente. Eu quero aqui parabenizar o Relator, Senador Alexandre Silveira.

Como foi dito aqui, matar porque estava emocionado ou em legítima defesa da honra é uma coisa difícil de acreditar, dá o direito de matar sobre isso.

A gente já viu aqui no país ter o direito a se omitir e deixar as pessoas morrerem porque não compraram vacina. Você imagina se esse povo se emociona e faz algo mais grave.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria aqui relembrar que o Major Olimpio, em 2018, foi um grande pilar da criação do Susp (Sistema Único de Segurança Pública). Como foi falado muito bem pelo nosso Presidente Omar Aziz, que já foi Secretário de Segurança Pública, viu isso e sabe, sem recursos não se faz segurança pública. Não se faz educação de qualidade, não se faz saúde sem recursos. Então, em 2019, quando a gente tinha divergências políticas, eu e o Major Olimpio – eu como Deputada –, nisso aí eu fui frente com ele. Se a gente não criar um sistema de segurança pública, um Susp, como se criou o SUS, nós não vamos melhorar, porque, como foi falado aí, quando se fala em Estado mínimo, Presidente, o Estado do Rio Grande do Norte não tem a metade dos policiais civis e militares que são necessários quando se faz o cálculo. Eu acho que a maioria dos estados brasileiro não tem recursos para adquirir novas tecnologias para ajudar no trabalho desses policiais.

Então, como se falou em segurança pública, quero dizer que eu tenho uma PEC na Comissão de Constituição e Justiça, que é a Proposta de Emenda à Constituição 44. Eu queria que os colegas dessem uma olhada, porque tem repasse sistemático ao Sistema Único de Segurança Pública.

Fico feliz de estar aqui hoje aprovando um projeto como esse. Como se falou aqui, o Código Penal é de 1940, e acho que tem que reunir mesmo e vamos atualizar, porque se vive em uma sociedade totalmente diferente hoje. Lembrando que a segurança... Sempre eu gosto de lembrar que a segurança pública é responsabilidade do Estado brasileiro e, se a gente tiver o Susp, a gente pode, como o Omar Aziz falou, nosso Senador e Presidente, a gente pode ir... Essa é uma responsabilidade de todos, e essa responsabilidade passa por recursos para educação pública de qualidade em tempo integral. Isso não é inventar a roda; o mundo que diminuiu a violência o fez investindo em educação pública de qualidade em tempo integral.

E não preciso dizer que o meu parecer é favorável, agradecendo mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Encerrada a discussão.

Em votação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Só para complementar, eu, com bastante alegria, recebi a designação da relatoria do Novo Código Penal e eu imediatamente fiz contato com o agora Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia, que me passou todo o conteúdo. Eu já estou me debruçando sobre esse tema. Eu tenho total interesse, a população brasileira precisa disso. Eu volto a falar aquilo que o Ruy Barbosa falava: "A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta". Como você explica para a família de uma vítima de disparo de arma de fogo, 12 anos depois do fato, que ainda não houve uma solução?

Então, eu estou me debruçando, com especialistas, com a comunidade, com o corpo acadêmico, com a sociedade civil. Agora é necessário também que nós Senadores tenhamos a responsabilidade de abraçar esse tema, porque não é fácil alterar o Código Penal de 1940 com temas delicados. Então, eu acho que neste momento nós poderíamos, sim, fazer um trabalho





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de mobilização dos colegas para que possamos votar o mais rapidamente possível, de forma serena, equilibrada, com sobriedade emocional, a reformulação do Código Penal.

Nesse contexto, eu quero também parabenizar a minha querida Senadora Zenaide Maia e o meu querido Senador Alexandre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Encerrada a discussão, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo item também é de autoria do Senador Fabiano Contarato, mas eu vou deixar à vontade do Senador Rogério Carvalho, se ele quiser ler agora ou na próxima sessão, porque nós não poderemos votar hoje esse projeto, porque se trata também de quórum qualificado, com votação nominal. Então, V. Exa. escolhe: quer ler o relatório?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos aproveitar para ler logo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim. E aí a gente votará na próxima sessão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5245, DE 2020

- Terminativo -

Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com oito emendas que apresenta.

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Da Comissão de Segurança Pública, sobre o Projeto de Lei nº 5.245, de 2020, do Senador Fabiano Contarato, que determina a introdução de conteúdos relacionados a direitos humanos e combate ao racismo e a outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada.

Eu vou direto à análise, para depois ler as emendas que nós vamos agregar.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de segurança pública, polícias e capacitação de forças de segurança, como é o caso do presente projeto.

Não foi encontrado vício de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno. Frequentemente temos notícia de episódios de assassinato, violência, racismo e outras violações de direitos humanos praticados por agentes de segurança pública ou privada, principalmente contra homens negros, pobres e moradores de comunidades carentes. Parte da solução passa por conscientizar, desde o curso





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de formação nas academias, os profissionais de segurança da importância do respeito aos direitos humanos fundamentais das pessoas com as quais lidarão, como a vida, a integridade física e a dignidade.

Há, no entanto, necessidade de pequenos ajustes de redação e técnica legislativa, razão por que apresentamos algumas emendas.

Em face do exposto, o voto, claro, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 5.245, de 2020, com as seguintes emendas:

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 5.245, de 2020:

“Art. 3º O art. 8º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 8º

VI – à inclusão, nos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais civis, policiais militares, policiais penais, bombeiros militares, agentes de trânsito e guardas municipais, de módulos específicos e com carga horária adequada de temas de direitos humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e a toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.’

Também:

“Art. 4º O art. 11 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 11.

§4º Os cursos de formação dos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar incluirão módulos específicos e com carga horária adequada de temas de direitos humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e a toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.’

Também o art. 5º da mesma lei:

‘§5º Os cursos de formação e aperfeiçoamento das carreiras de Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e de Polícia Civil dos estados e do Distrito Federal incluirão módulos específicos e com carga horária adequada de temas de Direitos Humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e a toda e qualquer forma de discriminação.’

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei 5.245:

“Art. 6º O art. 9º da Lei 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 9º O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública estabelecerá programa de capacitação para os integrantes da Carreira Policial Federal.

§1º O programa de capacitação será desenvolvido pela Polícia Federal.

§2º Os cursos de formação e aperfeiçoamento destinados aos integrantes da Carreira Policial Federal incluirão módulos específicos e com carga horária adequada de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temas de Direitos Humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e a toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.’

Da mesma forma, para todas as outras a gente faz essa discriminação, para garantir que fique clara a obrigatoriedade de cursos de direitos humanos para todos os profissionais de segurança pública, todos aqueles que ingressarem nas carreiras de segurança pública, agentes, polícia judiciária, polícia civil, guardas municipais e agentes de trânsito.

Sr. Presidente, esse é o voto.

Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o Senador Fabiano Contarato, porque ele apresenta essa iniciativa, que é uma iniciativa muito importante, como a iniciativa que ele traz da publicização dos dados para o planejamento adequado das atividades de segurança pública nos estados e no Distrito Federal. Portanto, ele dá uma grande contribuição, assim como a Senadora Simone Tebet, autora de um projeto que eu relatei também, que trata da destinação de produtos de apreensão de tecnologia para a educação básica e o ensino fundamental. Esses projetos parecem de menor relevância, mas são projetos que têm grande relevância, principalmente aqueles que tratam da discriminação, do curso de direitos humanos, apresentado pelo Senador Fabiano Contarato, e o que trata da produção de dados reais sobre a atuação policial e sobre as ocorrências policiais em todos os estados da federação e no Distrito Federal.

Queria, mais uma vez, cumprimentar V. Exa., agradecê-lo, e cumprimentar os autores; o Senador Alexandre Silveira, pela sua relatoria; e a Senadora Zenaide Maia pela autoria do projeto que muda uma lei da década de 40 para diminuir a impunidade e preservar a integridade das mulheres e das pessoas de uma maneira geral.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) –
Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Como ficou acertado, nós debateremos. Abrirei para discussão na próxima sessão e votaremos na próxima sessão.

Sem mais nada tratar, está encerrada esta sessão da Comissão de Segurança Pública.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

